SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 04 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3871

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 042/2026

A Comissão de Contratação do Município de Acari/RN, torna público que se encontra aberto licitação na modalidade **Dispensa Eletrônica Nº 042/2026** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL, NA MODALIDADE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO COM A FINALIDADE DE ATENDER FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL TEMPORÁRIA, NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso e seus anexos. A disputa eletrônica se encerra às 10 (dez) horas e 01 (um) minuto do dia **11/09/2026**. O processo será realizado no Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados de segunda a sexta-feira em dias úteis, através do e-mail:cpl@acari.rn.gov.br.

Acari/RN, 03 de setembro de 2026.

JACKSON SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:B1E03C38

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA ARP Nº 051/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 449/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E FORNECIMENTO DE TOKENS CRIPTOGRÁFICOS, PARA USO NOS SETORES INTERNOS DA PREFEITURA DE ACARI/RN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000, CNPJ/MF: 08.097.008/0001-20.

CONTRATADO: ASER SERVICOS DE CERTIFICACAO DIGITAL LTDA, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 20.746.797/0001-88, SEDIADO NA RUA CORONEL BRANCO, 328, ALTO UMUARAMA, UBERLÂNDIA/MG, CEP: 38.405-354.

VALOR: R$ 2.743,00 (DOIS MIL SETECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS).

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

BASE LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

ACARI/RN, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:E0F82059

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 525/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL) DO CANTOR “LEOZINHO ESTRELA DO SAMBA”, POR MEIO DA EMPRESA LEOZINHO PRODUCOES E EVENTOS LTDA, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DO EVENTO “SERENATA DA SAUDADE”, NO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000 CNPJ/MF: **08.097.008/0001-20.**

CONTRATADO: LEOZINHO PRODUCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ Nº 27.028.387/0001-40, COM SEDE NA **RUA MANOEL FERREIRA CAVALCANTE, Nº 126, CENTRO, COREMAS/PB, CEP: 58.770-000**.

VALOR: R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

VIGÊNCIA:DA ASSINATURA DO CONTRATO A 23 DE OUTUBRO DE 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 - SECRETARIA DE TIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; 04.122.0004.2008.0000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 15000000.

BASE LEGAL: ART. 74, II DA LEI FEDERAL 14.133/21.

ACARI/RN, 25 DE AGOSTO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:BAB18892

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 544/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 058/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL) DA CANTORA "CREUSA SANTOS & BANDA", POR MEIO DA EMPRESA 51.248.432 CREUSA DOS SANTOS-ME, POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DO EVENTO "SERENATA DA SAUDADE", NO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000 CNPJ/MF: **08.097.008/0001-20.**

CONTRATADO: 51.248.432 CREUSA DOS SANTOS-ME, CNPJ Nº 51.248.432/0001-57, COM SEDE NA **RUA ANA FERNANDEZ, Nº 63, CENTRO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000**.

VALOR: R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

VIGÊNCIA:DA ASSINATURA DO CONTRATO A 30 DE OUTUBRO DE 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 - SECRETARIA DE TIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; 04.122.0004.2008.0000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; FONTE: 15000000.

BASE LEGAL: ART. 74, II DA LEI FEDERAL 14.133/21.

ACARI/RN, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:FF5FEEB5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025
OBJETO: CONSTRUÇÃO DA USINA DE COMPOSTAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI, CNPJ N° 08.097.008/0001-20, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, Nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN.
CONTRATADO: M. A. EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 18.917.544/0001-88, COM SEDE NA RUA SIMÃO GOMES, Nº 61, ANEXO A, CENTRO, EQUADOR/RN, CEP 59.355-000
OBJETO DO ADITIVO: PROMOVER A READEQUAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: ARTS. 124 E SEGUINTES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/ 2021, ESPECIALMENTE NO ART. 124, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B".
DAS SUPRESSÕES, DOS NOVOS SERVIÇOS E DO ACRÉSCIMO LÍQUIDO: EM DECORRÊNCIA DA READEQUAÇÃO DA PLANILHA CONTRATUAL, FICAM FORMALIZADAS AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
I – VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R$ 458.142,31 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, CENTO E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS);
II – VALOR DAS SUPRESSÕES/QUANTIDADES RETIRADAS: R$ 80.367,84 (OITENTA MIL, TREZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), CORRESPONDENTE A 17,54% DO VALOR INICIAL CONTRATADO;
III – VALOR DOS NOVOS SERVIÇOS: R$ 190.406,88 (CENTO E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), CORRESPONDENTE A 41,56% DO VALOR INICIAL CONTRATADO;
IV – ACRÉSCIMO LÍQUIDO RESULTANTE DO PRESENTE TERMO ADITIVO: R$ 110.039,04 (CENTO E DEZ MIL, TRINTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS), CORRESPONDENTE A 24,02% DO VALOR INICIAL DO CONTRATO.
EM CONSEQUÊNCIA DAS ALTERAÇÕES ACIMA, O VALOR GLOBAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026 PASSA DE R$ 458.142,31 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, CENTO E QUARENTA E DOIS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS) PARA R$ 568.181,35 (QUINHENTOS E SESSENTA E OITO MIL, CENTO E OITENTA E UM REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).
ACARI/RN, 31 DE AGOSTO DE 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA –
Prefeito Municipal

MARIA DAS NEVES PEREIRA –
Representante Legal/ Contratada

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:0FD189F9

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1.418, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Reconhece de Utilidade Pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Acari-RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica;
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a ser reconhecida de utilidader pública a **CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE ACARI/RN**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.111.249/0001-62, com sede na Rua Porfíria Pires, nº 64, bairro Major Ary de Pinho, Acari/RN.
Art. 2º A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE ACARI/RN foi fundada em 08 de julho de 1997, conforme ata de fundação e registro no "1º Cartório Judiciário", no Livro A (Registro Civil das Pessoas Jurídicas), às fls. 97v/100, sob o nº. 59.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Acari/RN, 02 de setembro de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:F2DF4D15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 116/2026 – PMA - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **REBEKA NATHALY DANTAS VERAS GALVÃO**, CPF nº. ***.999.324-**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Recursos Humanos, vinculado a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração e Transportes, nos termos do art. 24, V, e 25 da Lei Complementar nº 10, de 26 de março de 2021, e as alterações posteriores introduzidas pela Lei Complementar nº 25/2025.

Parágrafo único. A posse no cargo de Coordenador de Recursos Humanos se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 03 de setembro de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:F0CA81B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 117/2026 – PMA - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **HIPÓLITO PIRES GALVÃO NETO**, CPF/MF nº ***.015.464-**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Endemias e Zoonoses, vinculado a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde Pública do Município de Acari RN, nos termos do art. 28, VI, e 29 da Lei Complementar nº 10, de 26 de março de 2021
Parágrafo único – A posse no cargo de Coordenador de Endemias e Zoonoses se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 03 de setembro de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:81B96854

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 07/2026 – CMDCA

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 746/2023 e pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar **JOSÉ MARCELO DE MOURA FILHO**, portador do CPF nº 050.xxx.xxx-76, suplente de Conselheiro(a) Tutelar, da vaga de titular de Conselheiro(a) Tutelar, devido ao término do escalonamento de gozo de férias, realizado pelos Conselheiros(as) Tutelares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.

Afonso Bezerra/RN, 03 de setembro de 2026.

FRANCISCA ADRIENE BEZERRA DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:6D37D1D3

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 108/2025

EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ: 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: Manoel Fernandes da Silva, CPF 392.***.***-20.
OBJETO: Locação de imóvel para ser utilizado como sede destinada aos agentes de combate às Endemias – ACE, visando oferecer condições adequadas de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais e de apoio técnico.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de 03/09/2026 até 02/09/2027. **BASE LEGAL**: Art. 107 da Lei Federal 14.133/1993,
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
ÓRGÃO: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
FUNÇÃO: 10 - Saúde
SUB-FUNÇÃO: 301 – Atenção básica
PROGRAMA: 0026 – SAUDE PARA TODOS
PROJ./ATIV.: 2017 – MANUT DO INCENTIVO DO- ESF

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
FONTE: 1.600.0000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
Assinaturas em 02/09/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz, CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Manoel Fernandes da Silva, CPF nº CPF: 392.***.***-20.

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:8879606B

LICITAÇÃO
(*) RERRATIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO, 2ª CHAMADA PUBLICA LICITAÇÃO N° 005/2026 – (ITENS REMANESCENTES) PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 771/2026

Nos dias 25/08/2026 e 31/08/2026, Ediçoes:3863 e 3867, códigos identificadores: B5CF0CCD e 748F3EB1, no Diário Oficial dos Municípios do RN - FEMURN, na publicação extrato da Ata da Sessão de recebimento dos envelopes Proposta e Habilitação. E abertura, analise e julgamento dos envelopes 1- Habilitação, 2- Projeto de Venda e Termo de Adjudicação e Homologação da 2ª Chamada Publica (itens remanescentes). Corrija-se:

Onde lê: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AFONSO BEZERRA: com valor total de 377.922,00 (trezentos e quarenta e ste mil, novecentos e vinte e dois reais).
Leia-se: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AFONSO BEZERRA: com valor total de 317.922,00 (trezentos e dezessete mil, novecentos e vinte e dois reais).

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:77B91D0C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 401, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 401, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Servidora **SORAIA ALVES DE SOUSA FERREIRA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Secretária de Educação, Matrícula nº 417, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de **Natal/RN**, a importância de **R$ 482,68 (quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos)**, a ser creditado no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 5.420-8, referente à diária no período dos dias **03 e 04 de setembro de 2026**, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – Gestão de Recursos da Educação: Fortalecendo a Gestão Educacional, Financiamento, Execução e Transparência dos Recursos Públicos, ficando-lhe atribuída 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de setembro de 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:72B10BAC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 402, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 402, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I, e 45, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Exonerar o(a) senhor(a) **GABRIEL GLAUBER FERREIRA DA SILVA,** ocupante do cargo comissionado de Coordenador Geral - Nivel B, símbolo CC-03, com funções na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo.

Art. 2o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 DE SETEMBRO DE 2026.

RAIMUNDO FERREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:FED6DCD2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025.4

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 018/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2025.4, itens 07, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI publicada em 04/09/2025, pag. 261 à 264 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3617, de 04/09/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. Fornecedores: **L. C. DE OLIVEIRA TAVARES-ME – CNPJ: 32.582.701/0001-72** - Valor global(estimado): **R$ 92.500,00** - Período vigência: 03/09/2026 A 03/09/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto pela Contratante e Larissy Crystina De Oliveira Tavares pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, ***03 de setembro de 2026.***

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:9DE0FAB1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025.1

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 024/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2025.1, itens 3, 7, 12 E 13, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE

APODI publicada em 04/09/2025, pag. 264 à 267 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3617, de 04/09/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. Fornecedores: **JOSIMAR FERREIRA DE LIMA EIRELI – CNPJ: 26.691.021/0001-94** - Valor global(estimado): **R$ 1.939.250,00** - Período vigência: 02/09/2026 A 02/09/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto pela Contratante e Josimar Ferreira de Lima pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, **02 de setembro de 2026.**

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:6F2F467C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025.2

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 024/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2025.2, itens 1 E 8, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI publicada em 04/09/2025, pag. 267 à 270 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3617, de 04/09/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. Fornecedores: **AG2 EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA – CNPJ: 36.858.254/0001-92** - Valor global(estimado): **R$ 643.000,00** - Período vigência: 02/09/2026 A 02/09/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto pela Contratante e Jerffeson Moreira Gama pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, ***02 de setembro de 2026.***

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:0F16283B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025.3

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 024/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2025.3, itens 2, 4, 5, 6, 9, 11 E 14, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI publicada em 04/09/2025, pag. 270 à 273 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3617, de 04/09/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. Fornecedores: **E & A COMERCIO E CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ: 16.859.386/0001-21** - Valor global(estimado): **R$ 2.366.200,00** - Período vigência: 03/09/2026 A 03/09/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto pela Contratante e Francisco Edinarte De Almeida pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, **03 de setembro de 2026.**

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:C750E173

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025.4

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 024/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2025.4, item 10, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI publicada em 04/09/2025, pag. 273 à 276 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3617, de 04/09/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. Fornecedores: **L F V DA COSTA ME – CNPJ: 22.484.830/0001-74** - Valor global(estimado): **R$ 210.000,00** - Período vigência: 03/09/2026 A 03/09/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto pela Contratante e Luiz Fabiano Viana Da Costa pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, ***03 de setembro de 2026.***

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:49FE30AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
III TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE Nº 01090001/2023

III TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE Nº 01090001/2023

CONTRATO Nº: 01090001/2023
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APODI/RN.
CNPJ/MF Nº 11.424.658/0001- 47
CONTRATADA: OZINEIDE FERNANDES GURGEL - CNPJ Nº 039.870.114-83

OBJETO: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE SOLICITAÇÃO PARA PROCEDER OS TRÂMITES LEGAIS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA EUGÊNIA PEREIRA, Nº 343, BAIRRO IPE, PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO IPE.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/1993, VIGÊNCIA: 03/09/2026 ATÉ 03/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 03/09/2026.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:FF470227

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
IV TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE Nº 05090001/2023

IV TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE Nº 05090001/2023

CONTRATO Nº: 05090001/2023
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APODI/RN.
CNPJ/MF Nº 11.424.658/0001- 47
CONTRATADA: W M CLINAP FISIOTERAPIA LTDA - ME - CNPJ Nº 17.814.000/0001-28

OBJETO: QUARTO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA MEDIANTE REQUISIÇÕES EMITIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APODI/RN, COM O OBJETIVO DE ATENDER E PRESTAR SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/1993, VIGÊNCIA: 04/09/2026 ATÉ 04/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 03/09/2026.

Publicado por:
Damirys Maria Lucena de Lima
Código Identificador:928B3755

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1325/2026 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

A Secretária Municipal de Administração, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Senhora **Geanes Meire Morais**, portadora de matrícula **1131**, *GNM/10*, **Técnico em Serviços Administrativos/Assistente Administrativo**, pertencente ao quadro de servidores *efetivos* da **Secretaria Municipal de Educação - SEME**, licença especial de 03 (três) meses, conforme Lei em vigor, no período de 01/09/2026 a 30/11/2026, referente ao período aquisitivo de 09/02/2013 A 09/02/2018.

Art. 2º - O que trata o Art. 1º está de acordo com o Art. 102 da Lei 269/96, que rege o regime jurídico único dos servidores públicos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 01 de setembro de 2026.

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:32669572

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 694/2026

Institui o Programa de Estágio no âmbito da Câmara Municipal de Arez/RN, estabelece as condições para a sua realização e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AREZ, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona, a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Programa de Estágio da Câmara Municipal de Arez, destinado a estudantes regularmente matriculados em instituições de educação profissional (técnico) e de educação superior.

Art. 2º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 3º O estágio realizado nos termos desta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Câmara Municipal de Arez, observados os requisitos previstos na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO II
DOS PARTICIPANTES E DO PROCESSO SELETIVO

Art. 4º Poderão participar do Programa de Estágio os estudantes que, na data de início do estágio, atendam aos seguintes requisitos:
I – Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos;
II – Estar regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos de:
a) Educação Profissional de Nível Médio (Técnico); ou
b) Educação Profissional de Nível Técnico; ou
c) Educação Superior.

Art. 5º A seleção e a contratação dos estagiários serão realizadas por meio de **processo seletivo público**, que garantirá a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e publicidade.
§ 1º O edital do processo seletivo, a ser publicado nos meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal, definirá os critérios objetivos de seleção, as vagas disponíveis, os cursos abrangidos e o cronograma.
§ 2º Fica assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de estágio para estudantes com deficiência, na forma do § 5º do art. 17 da Lei Federal nº 11.788/2008.

CAPÍTULO III
DA BOLSA-AUXÍLIO E DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

Art. 6º Os estagiários receberão, a título de bolsa-auxílio, os seguintes valores mensais:
I – **R$ 300,00 (trezentos reais)** para estudantes Educação Profissional de Nível Médio (Técnico);
II – **R$ 500,00 (quinhentos reais)** para estudantes de Educação Profissional de Nível Técnico;
III – **R$ 800,00 (oitocentos reais)** para estudantes de Educação Superior.
Parágrafo único. A bolsa-auxílio não possui natureza salarial para nenhum fim ou efeito, não incidindo sobre ela quaisquer encargos trabalhistas ou previdenciários.

Art. 7º Será concedido **auxílio-transporte,** no valor de **R$ 150,00** (cento e cinquenta reais) ao estagiário que comprovar a necessidade de utilização de transporte público ou privado remunerado para o deslocamento entre sua residência e a Câmara Municipal.
Parágrafo único. O auxílio-transporte não será devido durante o período de recesso do estagiário.

CAPÍTULO IV
DA JORNADA, DURAÇÃO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 8º A jornada de atividade em estágio será de **20 (vinte) horas semanais**, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, em horário compatível com as atividades escolares do estudante.

Art. 9º A duração do estágio não poderá exceder 2 (dois) anos no mesmo órgão, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.
Art. 10. A Câmara Municipal designará um servidor com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do estagiário para orientar e supervisionar suas atividades, com um limite de até 10 (dez) estagiários por supervisor.

CAPÍTULO V
DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS

Art. 11. São obrigações da **Câmara Municipal de Arez**, na condição de parte concedente:
I – Celebrar Termo de Compromisso de Estágio (TCE) com o estudante e com a instituição de ensino;
II – Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
III – Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais;
IV – Indicar supervisor para acompanhar as atividades do estagiário;
V – Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
VI – Conceder recesso remunerado de 30 (trinta) dias sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.
Parágrafo único. Nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional.

Art. 12. São obrigações da **Instituição de Ensino**:

I – Celebrar o Termo de Compromisso de Estágio com o estudante e com a Câmara Municipal;
II – Avaliar as instalações da Câmara e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
III – Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
IV – Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades.

Art. 13. São obrigações do **Estagiário**:
I – Cumprir com empenho e interesse a programação do estágio e as normas internas da Câmara Municipal;
II – Apresentar documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado;
III – Manter a frequência escolar, cuja comprovação poderá ser exigida pela Câmara Municipal;
IV – Elaborar e entregar os relatórios de atividades com a periodicidade solicitada.

CAPÍTULO VI
DO TERMO DE COMPROMISSO E DO DESLIGAMENTO
Art. 14. O estágio será formalizado por meio do **Termo de Compromisso de Estágio (TCE)**, celebrado entre o estagiário, a Câmara Municipal e a instituição de ensino, que deverá conter todas as condições de realização do estágio.
Parágrafo único. Para estudantes **menores de 18 (dezoito) anos**, o TCE deverá ser assinado também por seu representante legal (pai, mãe ou tutor).

Art. 15. O desligamento do estagiário ocorrerá:
I – Automaticamente, ao término do prazo de duração do estágio;
II – A qualquer tempo, por interesse da Câmara Municipal ou a pedido do estagiário;
III – Pelo descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio;
IV – Pelo trancamento da matrícula, abandono ou conclusão do curso.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Arez, suplementadas se necessário.

Art. 17. A Mesa Diretora da Câmara Municipal poderá expedir atos normativos complementares para a fiel execução desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Arez/RN, 02 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Arez/RN

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:2EB370F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 180/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE AREZ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM. RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a Sra. **Janiclecia Patricio da Silva** portador do CPF nº 068.276.654-29, para o cargo de Chefe de Unidade lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01.09.2026

Arez/RN, 02 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CPF nº 379.417.984-68

Publicado por:
Hugo Galvão da Cunha
Código Identificador:2E419BE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO/ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 230201/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 004.1/2025 - PROCESSO Nº 134.638/2025

Extrato do QUARTO TERMO Aditivo/Acréscimo/Readequação ao Contrato nº 230201/2026;

Contratante: Município de Arez – Prefeitura Municipal – CNPJ nº 08.161.234/0001-22;

Contratada: **C2 CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **27.711.376/0001-60**;

Objeto: alterar o valor global do Contrato Nº 230201/2026, conforme **Cláusula 15ª – Das Alterações,** previsto no art. 124, I, b, da Lei Federal n° 14.133/2021, Será concedido um acréscimo/readequação de aproximadamente **17,68%** (dezessete vírgula sessenta e oito por cento), **R$ 70.951,31** (setenta mil, novecentos e cinquenta e um reais, trinta e um centavos), do valor global contratado inicialmente, tudo em conformidade com a legislação vigente;

Cobertura Orçamentária:

Unidade Orçamentária:	02 – PODER EXECUTIVO 02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	1117 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL
Função:	12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função:	122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Natureza da Despesa:	4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso:	11250000 - Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse vinculados à Educação 15001001 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Arez

Signatários: pelo **Contratante**, Bergson Iduino de Oliveira e, pela **Contratada**, Senhor Carlos Barros Bezerra.

Arez/RN, 03 de setembro de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:6D098485

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 220701/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131.743/2021

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 220701/2022, firmado em 22/07/2022, com a empresa **TINUS INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPF/MF sob o número 35.408.525/0001-45;

Objeto: alterar a vigência do Contrato nº 220701/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº 009/2021, por mais **12 (doze) meses**, a contar do atual término da vigência dia 22/07/2026, encerrando-se no dia 22/07/2027**;** Fundamento Legal: art. 57, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Cobertura Orçamentária: As despesas decorrentes do contrato em questão correrão por conta da Lei Orçamentária Anual, Lei Municipal nº. 676 de 18 de dezembro de 2025, observadas as prioridades fixadas para o exercício de 2026;

Signatários: pelo Contratante, Bergson Iduino de Oliveira, pelo Contratado, José Eduardo de Souza Borges.

Arez/RN, 22 de julho de 2026.

BERGSON IDUINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Cristiane Dos Santos
Código Identificador:EC22818C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0143/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 0,5 (meia) diária para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para deslocamento socioassistencial de familiar em visita a parente em reclusão**,** no dia 03 de setembro de 2026.
1. PEDRO BENTO DA SILVA FILHO – Motorista, Matrícula 00175, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 02 de setembro de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:F12EDC44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 010/2026

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de água mineral, gelo em Contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de instrumentos musicais, acessórios e materiais correlatos destinados ao aparelhamento das fanfarras das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Baraúna/RN, haja vista tratar-se de itens remanescentes que restaram fracassados ou desertos no Pregão Eletrônico nº 025/2025, conforme especificações técnicas contidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

CONTRATADO: A. L. LACERDA VIEIRA DE LIMA – CNPJ: 14.101.322/0001-31, com sede na R cel. vicente saboia, 116, Centro, 59.600-120, Mossoró/RN.

VALOR:R$ 64.395,00 (sessenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais) no valor global.

PRAZO:o prazo de vigência do contrato será de 3 (três) meses, com início na data de **03 de setembro de 2026** até **03 de dezembro de 2026**.

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Baraúna/RN, 03 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:ECCF39B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 024/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada no setor artístico-cultural para a concepção, planejamento, execução e produção artística e cenográfica das festividades alusivas ao tradicional Desfile Cívico e Cultural de 7 de setembro a ser realizado no ano de 2026, no Município de Baraúna/RN, compreendendo a criação e execução de elementos cenográficos, ornamentação, ambientação e demais serviços necessários à realização do evento.

CONTRATADO: GESTO COMPANHIA DE DANCA – CNPJ: 01.855.614/0001-18, com sede na R Manoel Hemeterio, 15, Bairro: Ilha de Santa Luzia, **59.631-020**, Mossoró/RN

VALOR:R$ 126.310,00 (cento e vinte e seis mil e trezentos e dez reais) no valor global.

PRAZO:o prazo de vigência do contrato será de 6 (meses) meses, com início na data de **03 de setembro de 2026** até **03 de março de 2027**.

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do art. 74 da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Baraúna/RN, 03 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:610EB420

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 969/2026.

Dispõe sobre a desafetação de parcela da Área Verde 12 do Loteamento Jardim Primavera e sua afetação como Área Institucional destinada à implantação do Cemitério Municipal; dispõe sobre a desafetação da Área Institucional 02 e de parcela da Área Institucional 03 do mesmo loteamento e suas afetações como Áreas Verdes a título de compensação urbanística, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BARAÚNA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica desafetada de sua destinação original a parcela de **11.966,013 m² (1,1966 ha)** e perímetro de **637,59 m** da área pública denominada **Área Verde 12**, matriculada sob o nº 1.579, localizada no Loteamento Jardim Primavera, de propriedade do Município de Baraúna/RN.
Parágrafo único. A área descrita no *caput* deste artigo fica formalmente **afetada como Área Institucional**, destinada especificamente à construção e implantação do **Cemitério Municipal**, possuindo as seguintes delimitações técnicas baseadas no Sistema Geodésico Brasileiro (DATUM SIRGAS2000, MC-39°W):
Confrontantes e Perímetro: Inicia-se no vértice V-0001, de coordenadas N 9.435.519,658m e E 655.904,630m; segue por 17,96m confrontando com a **Avenida João Batista da Silva**; segue por 20,00m, 52,00m e 52,26m confrontando com a **Área Institucional 04**; segue por 253,32m confrontando com a **Área Verde 12 (Remanescente)**; segue por 39,59m confrontando com **Terreno Circunvizinho**; segue por 182,45m confrontando com a **Quadra 36 do Loteamento Jardim Primavera**; e finalmente segue por 20,01m confrontando com **Terreno Circunvizinho** até retornar ao ponto inicial.

Art. 2º Como medida de compensação urbanística e manutenção do equilíbrio ambiental do Loteamento Jardim Primavera, ficam desafetadas de suas destinações originais as seguintes áreas públicas institucionais:
I - PARTE 01 (Área Institucional 02): Área integral com **7.700,226 m²** e perímetro de **360,00 m**, matriculada sob o nº 1.579, iniciando-se no vértice V-0001 (N 9.435.919,837m e E 655.795,223m), confrontando ao Norte por 110,00m com a **Quadra 22 do Loteamento Jardim Primavera**; a Leste por 70,00m com a **Avenida João Batista da Silva**; ao Sul por 110,00m com a **Rua das Buganvílias**; e a Oeste por 70,00m com a **Área Verde 10**;
II - PARTE 02 (Parcela da Área Institucional 03): Área desmembrada com **4.278,170 m²** (conforme descrição gráfica de 4.278,174 m²) e perímetro de **300,04 m**, matriculada sob o nº 1.579, iniciando-se no vértice V-0001 (N 9.435.919,581m e E 655.967,228m), confrontando ao Norte por 35,95m com a **Área Institucional 03 (Remanescente)**; a Leste por 70,00m com a **Área Verde 11**; ao Sul por 80,00m com a **Rua das Buganvílias**; a Oeste por 40,00m com a **Avenida João Batista da Silva**; e fechando o perímetro por linhas internas de 44,10m e 29,99m confrontando novamente com a **Área Institucional 03 (Remanescente)**.
Art. 3º As áreas descritas nos incisos I e II do Art. 2º desta Lei passam formalmente a ser **afetadas como Áreas Verdes Municipais**, integrando o sistema de espaços livres de uso coletivo e garantindo a preservação do patrimônio ecológico local.
Art. 4º A permuta de destinação estabelecida por esta Lei assegura o estrito equilíbrio urbanístico do Município, visto que a desafetação da Área Verde 12 (11.966,013 m²) é integralmente compensada pela conversão de 11.978,396 m² de áreas institucionais em novas zonas verdes, resultando em um ganho líquido de preservação ambiental para o Loteamento Jardim Primavera.
Art. 5º O Poder Executivo Municipal promoverá as medidas administrativas necessárias para a atualização dos cadastros imobiliários e urbanísticos do Município, bem como providenciará a averbação e o registro das devidas alterações de destinação junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.
Art. 6º Fazem parte integrante desta Lei os memoriais descritivos, as plantas georreferenciadas e os levantamentos topográficos das áreas mencionadas.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Baraúna/RN 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:0BB57C6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 970/2026.

Denomina nome da rua "Fernandes Cares da Rocha", a Rua "Projetada 06" no Bairro Cidade Nova, na sede do município de Baraúna/RN, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Baraúna/RN, Maria **DIVANIZE** Alves de **OLIVEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica denominada rua **"Fernandes Cares da Rocha",** a via atualmente identificada como Rua "Projetada 06" localizada entre as quadras "30,34 e 36" no bairro Cidade Nova, na sede do município de Baraúna/RN.

Art. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa referencial à denominação mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:5DBECE7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
LEI Nº 971/2026.

Denomina como "Cícero Calisto da Silva" a via atualmente identificada como "Rua Projetada O" localizada no loteamento Bom Futuro,, no município de Baraúna/RN, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Baraúna/RN, Maria **DIVANIZE** Alves de **OLIVEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica denominada como rua **"Cícero Calisto da Silva",** a via atualmente identificada como Rua "Projetada O" localizada no loteamento Bom Futuro, na sede do município de Baraúna/RN.

Art. 2º - Fica a Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar confeccionar a placa referencial à denominação mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:549F298C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA 65/2025

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA**, no valor de **R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)**, à senhora **MARIA CAMILA CARVALHO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 6793, ocupante do cargo/função **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de Natal/RN, no dia 03 de setembro de 2026, para participar da reunião temática "Painel El Niño", promovida pela Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, com o tema "Os efeitos climáticos do El Niño no Nordeste do Brasil e os desafios para a gestão pública municipal", visando obter informações e orientações sobre planejamento e preparação dos municípios para possíveis impactos climáticos e o fortalecimento da capacidade de resposta da gestão pública municipal.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor correspondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº

028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Baraúna/RN, 03 de Setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Baraúna/RN
CPF nº 672.435.924-49

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:6A8647DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 64/2026/GAB

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BARAÚNA- RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE:
Art. 1º - Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA** no valor de **R$ 650,00** (seiscentos e cinquenta reais) à senhora **ERIVANIA DA SILVA MELO,** matrícula nº 0025836, ocupante do cargo/função SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de NATAL/RN, no dia 03 de setembro de 2026, para participação na reunião temática promovida pela Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), com o tema "Os Efeitos Climáticos do El Niño no Nordeste do Brasil e os Desafios para a Gestão Pública Municipal" (Painel El Niño). O evento tem como objetivo estabelecer uma agenda de informação, planejamento e preparação dos municípios para os possíveis impactos climáticos, contando com orientações do Governo Federal para o fortalecimento da capacidade de resposta das prefeituras. A participação é de interesse institucional, pois possibilitará o acesso a informações estratégicas relacionadas ao planejamento preventivo e mitigação de riscos climáticos, contribuindo diretamente para o planejamento de ações de convivência com a seca, preservação da agricultura, pecuária e gestão sustentável de recursos hídricos no município.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 003/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:15CFDAA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 242, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de instrumentos musicais, acessórios e materiais correlatos destinados ao aparelhamento das fanfarras das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Baraúna/RN, haja vista tratar-se de itens remanescentes que restaram fracassados ou desertos no Pregão Eletrônico nº 025/2025 do Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:
Art. 1º- Designar o senhor **MAURO JERRY GOMES**, CPF: 896.xxx.xxx-06, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO À AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS CORRELATOS DESTINADOS AO APARELHAMENTO DAS FANFARRAS DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN, HAJA VISTA TRATAR-SE DE ITENS REMANESCENTES QUE RESTARAM FRACASSADOS OU DESERTOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.** Referente ao **TERMO DE CONTRATO N° 126/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15050001/2026.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita

Baraúna- RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:CF661CBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 243, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Designar fiscal de contrato de Contratação de pessoa jurídica especializada no setor artístico-cultural para a concepção, planejamento, execução e produção artística e cenográfica das festividades alusivas ao tradicional Desfile Cívico e Cultural de 7 de setembro a ser realizado no ano de 2026 no Município de Baraúna/RN dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Art. 1º- Designar a senhora **ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA, CPF: 633.xxx.xxx-49**, para **FISCAL DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO SETOR ARTÍSTICO-CULTURAL PARA A CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E PRODUÇÃO ARTÍSTICA E CENOGRÁFICA DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO**

TRADICIONAL DESFILE CÍVICO E CULTURAL DE 7 DE SETEMBRO A SER REALIZADO NO ANO DE 2026 NO MUNICÍPIO BARAÚNA/RN. Referente **ao TERMO DE CONTRATO N° 128/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 024/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13080001/2026**

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.
REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
e CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:0AAC878D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2021 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15030005/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA E A PESSOA JURÍDICA META LOCACOES DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 20.856.95

Pelo presente Instrumento Público, os signatários no fim assinados, de um lado a**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a**Sra. MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n° 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominada**CONTRATANTE**, e do outro lado a Pessoa Jurídica: **META LOCACOES DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 20.856.954/0001-08**, estabelecida na Av. jardim Paraiso, Nº 147, Centro, Icapuí/CE, CEP: 628.810-000, representada pelo Sr.**JOSE FRANCINILDO REBOUÇAS DA SILVA**, nacionalidade brasileiro, natural de Aracati/CE, empresário, solteiro, nascido em 19/10/1979, com documento de identificação CNH nº 03958094500 DETRAN CE e CPF nº 828.272.493-91, residente e domiciliado na Rua Joaquim Marques, nº 1050, Melancias – Icapuí/CE, CEP: 62.810-000, denominado simplesmente**CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de*aditamento contratual com escopo no art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93*e demais normas aplicáveis à espécie, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente termo tem por objeto o aditamento de prazo com escopo no*art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93*, referente à execução dos serviços CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE DE CARNES PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:
2.1. A presente prorrogação contratual tem por finalidade assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais vinculados ao objeto do Termo de Contrato nº 001/2021, tendo em vista que o novo processo de contratação ainda se encontra em tramitação, atualmente na fase final de planejamento.
2.2. Cumpre destacar que, diante da natureza contínua dos serviços contratados, a interrupção da execução contratual acarretaria prejuízos diretos à continuidade das atividades administrativas, cuja paralisação configuraria afronta ao princípio da continuidade do serviço público, previsto implicitamente no art. 37 da Constituição Federal e amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência pátrias.
2.3. Ressalte-se, ainda, que o §4º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 autoriza, em caráter excepcional e devidamente justificado, a prorrogação do prazo de que trata o inciso II do mesmo dispositivo, por um período máximo de até 12 (doze) meses, quando comprovada a necessidade administrativa.
2.4. Dessa forma, a prorrogação ora proposta atende ao interesse público, assegura a continuidade da execução contratual, observa o princípio da economicidade e mantém a regularidade administrativa do processo até a formalização da nova contratação, revelando-se plenamente justificada, oportuna e legalmente amparada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO – RENOVAÇÃO:
3.1. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia**01/07/2026 a 01/01/2027**, conforme art. 57, § 4º da Lei nº 8.666/93, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.
Parágrafo único. A vigência ora estabelecida permanecerá válida até o encerramento e homologação do novo procedimento licitatório, sendo considerado o evento que ocorrer primeiro, de modo a garantir a continuidade e a regularidade da prestação dos serviços públicos.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
4.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
4.2. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2021 ao Pregão Eletrônico nº 004/2021 ao Processo Administrativo nº 15030005/2021, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas, condições registradas na proposta, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Baraúna/RN, 01 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Meta Locacoes De Veiculos LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***FRANCINILDO REBOUÇAS DA SILVA***
Prefeita Do Município De Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:C07C1FD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE CONTRATO 145/2025 TERMO DE ADESÃO 004/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 08040001/2025, CELEBRADO COM A EMPRESA SILVA RIBEIRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ 49.572.307/0001-56.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE CONTRATO 145/2025 TERMO DE ADESÃO 004/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 08040001/2025, CELEBRADO COM A EMPRESA SILVA RIBEIRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ 49.572.307/0001-56.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a senhora **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 672.435.924-49 portadora da cédula de identidade nº 1074427 ITEP-RN, residente e domiciliada na avenida

Gilberto Alves, 65, Portal das Palmeiras, 59.695-000, Baraúna/RN resolve celebrar o presente apostilamento com integral observância da Lei Federal nº 14.1 33/2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade inclusão de Dotação Orçamentária referente a **FONTE:** TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS no Termo de Contrato 145/2025 **TERMO DE ADESÃO 004/2025** Processo Administrativo **08040001/2025**, publicizado no Diário Oficial dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 26 de julho de 2024, edição nº 3.336.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A necessidade do presente apostilamento decorre da **aprovação e disponibilização recente de recursos oriundos de Emenda Parlamentar Estadual,** considerando que o contrato encontra-se vigente e que a nova fonte de recurso passou a estar disponível após a sua formalização, faz-se necessária a adequação da **dotação orçamentária/fonte de recursos** indicada para suportar as despesas decorrentes da execução contratual, de modo a possibilitar a correta classificação e execução orçamentária dos pagamentos.

DOTAÇÃO ATUALIZADA NO CONTRATO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA
AÇÃO:
1086 REFORMA, MANUTENÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL - ESTADIO FRANCISCO ERINILDES DE MEDEIROS
NATUREZA DE DESPESA:
4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE:
17103210 TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
3.1 Ressalta-se que a presente inclusão tem como finalidade garantir a correta classificação orçamentária da despesa, não alterando o objeto, o valor, o prazo, nem quaisquer condições originalmente pactuadas, permanecendo inalterada a vontade das partes e a essência do ajuste celebrado. Dessa forma, a correção ora realizada tem caráter meramente formal, visando adequar à correta classificação da secretaria competente, em observância aos princípios da legalidade, da transparência e da segurança jurídica.
CLÁUSULA TERCEIRA – DEMAIS INFORMAÇÕES
4. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do referido Termo Aditivo não alcançados pelo presente apostilamento, os quais são ratificados em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Baraúna/RN, 02 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:6F6B7518

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE CONTRATO 225/2025 A ADESÃO 013/2025 A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 10120003/2025, CELEBRADO COM A EMPRESA V.TORRES SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Pelo presente Termo Apostilamento, **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, tendo em vista o que consta no Termo de Adesão nº 013/2025 à Ata de Registro de Preço nº 100.633/2025, referente a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **RESOLVEM** celebrar o presente termo de apostilamento para inclusão de dotação orçamentária, com fundamento legal no art. 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade inclusão de Dotação Orçamentária no Termo contrato 225/2025 a Adesão 013/2025 a Concorrência Eletrônica 005/2025 Processo Administrativo 10120003/2025, publicizado no Diário Oficial dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 31 de dezembro de 2025, edição nº 3.699.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Esclarece-se que a presente inclusão não implica alteração de valor, objeto ou prazo contratual, tratando-se apenas de regularização formal da informação orçamentária já existente e previamente autorizada.

DESCRIÇÃO	DETALHAMENTO
UND. ORÇAM:	02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AÇÃO:	1037 – MELHORIA ESTRUTURAL DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL
NATUREZA:	4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕE
FONTE:	15401071 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Matrículas em Tempo Integral (ETI) na educação básica

3.1 Ressalta-se que a presente inclusão tem como finalidade garantir a correta classificação orçamentária da despesa, não alterando o objeto, o valor, o prazo, nem quaisquer condições originalmente pactuadas, permanecendo inalterada a vontade das partes e a essência do ajuste celebrado. Dessa forma, a correção ora realizada tem caráter meramente formal, visando adequar à correta classificação da secretaria competente, em observância aos princípios da legalidade, da transparência e da segurança jurídica.
CLÁUSULA TERCEIRA – DEMAIS INFORMAÇÕES
4. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do referido Termo de Contrato não alcançados pelo presente apostilamento, os quais são ratificados em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Baraúna/RN, 09 de junho de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:8670AD9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15050001/2026

O Fundo Municipal de Educação consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 15050001/2026 relativo à Dispensa de Licitação nº 010/2026 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de instrumentos

musicais, acessórios e materiais correlatos destinados ao aparelhamento das fanfarras das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Baraúna/RN, haja vista tratar-se de itens remanescentes que restaram fracassados ou desertos no Pregão Eletrônico nº 025/2025, conforme especificações técnicas contidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, junto à Pessoa Jurídica: **A. L. LACERDA VIEIRA DE LIMA – CNPJ: 14.101.322/0001-31,** com sede na **R CEL. VICENTE SABOIA**, 116, Centro, **59.600-120**, Mossoró/RN, *com fulcro no inciso II, art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra amparo no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
A presente demanda tem por objetivo sanar o severo desabastecimento material e a obsolescência estrutural que acometem os corpos musicais e as fanfarras vinculadas à rede pública de ensino do Município de Baraúna/RN. O desenvolvimento de projetos de educação musical nas escolas atua como política pública estratégica de inclusão social, redução da evasão escolar e aprimoramento cognitivo dos discentes. Ocorre que, após o processamento parcial do Pregão Eletrônico nº 025/2025, os itens que compõem o objeto deste pedido restaram desertos ou fracassados. Essa frustração no certame ordinário gerou uma lacuna logística intransponível por vias comuns, mantendo as Unidades de Ensino desprovidas dos instrumentos de sopro, percussão e acessórios mínimos necessários para a manutenção regular de suas atividades pedagógico-culturais.
Diante do insucesso da licitação anterior, a deflagração deste procedimento via Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresenta-se como a resposta administrativa indispensável e urgente para restabelecer a normalidade do projeto de música nas escolas. A contratação direta planejada sob a modelagem de parcelamento em itens individuais visa contornar as barreiras mercadológicas anteriores, permitindo que fornecedores especializados de nicho supram as necessidades remanescentes. Essa estratégia assegura o respeito ao erário por meio de contratações balizadas nas cotações reais do ano de 2026, aproveitando integralmente o planejamento de marcas e padrões de qualidade já validados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.
O nexo de causalidade fática e a urgência na abertura desta contratação direta encontram amparo também na imutabilidade do calendário cívico nacional. O tradicional desfile municipal de **7 de setembro de 2026** impõe um marco temporal rígido que não tolera os prazos morosos de uma nova licitação ordinária global. Para que a Fanfarra Municipal e as agremiações escolares se apresentem com o brilho, a afinação e a segurança técnica exigidos, faz-se imperioso que a aquisição ocorra de forma imediata, garantindo tempo hábil para a distribuição dos materiais, calibração técnica dos instrumentos e, essencialmente, para a rotina de ensaios práticos com os alunos. A omissão ou o atraso na condução deste processo resultaria no perecimento estético das festividades municipais e em manifesto prejuízo ao patrimônio cultural estudantil de Baraúna/RN.
Face ao exposto, **DECLARO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **A. L. LACERDA VIEIRA DE LIMA – CNPJ: 14.101.322/0001-31**, será no valor global estimado de **R$ 64.395,00 (sessenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais)** conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação
Portaria nº 008/2025, de 01/01/2025

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:2D505875

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13080001/2026

A Secretaria Municipal de Cultura e Juventude, consoante autorização da Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA** Prefeita do Município de Baraúna/RN, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 13080001/2026 relativo à Inexigibilidade de Licitação nº 024/2026 para solicitação de medidas administrativas pertinentes à Contratação de pessoa jurídica especializada no setor artístico-cultural para a concepção, planejamento, execução e produção artística e cenográfica das festividades alusivas ao tradicional Desfile Cívico e Cultural de 7 de setembro a ser realizado no ano de 2026, no Município de Baraúna/RN, compreendendo a criação e execução de elementos cenográficos, ornamentação, ambientação e demais serviços necessários à realização do evento, junto à Pessoa Jurídica: **GESTO COMPANHIA DE DANCA– CNPJ: 01.855.614/0001-18,** com sede na R Manoel Hemeterio, 15, Bairro: Ilha de Santa Luzia, **59.631-020**, Mossoró/RN, *com fulcro no inciso II, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra amparo no inciso II, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada concepção, planejamento, execução e produção artística e cenográfica das festividades alusivas ao tradicional Desfile Cívico e Cultural de 7 de setembro de 2026, a ser realizado no Município de Baraúna/RN, tendo como tema central a comemoração dos 525 anos de criação e História do Estado do Rio Grande do Norte, evento de relevante interesse público, cultural, educacional e social para a comunidade local
O Desfile Cívico e Cultural constitui importante manifestação de valorização da história, da cultura, dos símbolos nacionais, estaduais e municipais e dos valores cívicos, além de representar momento de integração entre o Poder Público, instituições de ensino, entidades culturais, organizações da sociedade civil e a população. No ano de 2026, a programação terá como eixo temático a celebração da trajetória histórica do Estado do Rio Grande do Norte, buscando destacar seus aspectos históricos, culturais, sociais, geográficos e identitários, bem como a contribuição de seu povo para a formação e desenvolvimento do Estado.
A escolha da temática alusiva aos anos do Rio Grande do Norte confere ao desfile caráter ainda mais educativo e cultural, possibilitando que as instituições participantes desenvolvam apresentações e manifestações artísticas relacionadas à formação histórica do Estado, seus símbolos, tradições, manifestações culturais, personalidades, riquezas naturais, aspectos econômicos e sociais e demais elementos que compõem sua identidade. Dessa forma, o evento pretende proporcionar à população uma experiência de valorização da memória e do patrimônio cultural potiguar, especialmente às crianças, adolescentes e estudantes da Rede Pública de Ensino.
A realização do evento, em razão de sua dimensão e relevância, demanda planejamento técnico e artístico especializado, de modo a garantir organização, qualidade estética, segurança e adequada execução das atividades previstas, especialmente considerando a

necessidade de que os elementos cenográficos e ornamentais estejam alinhados ao tema proposto para o desfile.
Nesse contexto, mostra-se necessária a contratação de pessoa jurídica especializada no setor artístico-cultural**,** com capacidade técnica para desenvolver e executar as ações relacionadas à produção artística e cenográfica do evento, abrangendo a criação e execução de elementos cenográficos, ornamentação, ambientação, composição visual, organização dos espaços e demais serviços correlatos indispensáveis à realização do desfile.
Além disso, a contratação está fundamentada no **interesse público**, uma vez que a realização do Desfile Cívico e Cultural promove a participação comunitária, fortalece os vínculos sociais, estimula a valorização das manifestações culturais e contribui para a preservação e transmissão de conhecimentos relacionados à história e à identidade do Rio Grande do Norte. A abordagem temática permitirá, ainda, aproximar a comunidade da história estadual, estimulando o sentimento de pertencimento e valorização. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada concepção, planejamento, execução e produção artística e cenográfica das festividades alusivas ao tradicional **Desfile Cívico e Cultural de 7 de setembro de 2026**, a ser realizado no Município de Baraúna/RN, tendo como **tema central a comemoração dos 525 anos de criação e História do Estado do Rio Grande do Norte**, evento de relevante interesse público, cultural, educacional e social para a comunidade local.

Face ao exposto, **DECLARO INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO,** com fundamento no inciso II, o art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores à contratação junto à Pessoa Jurídica: **GESTO COMPANHIA DE DANCA– CNPJ: 01.855.614/0001-18**, será no valor global estimado de **R$ R$126.310,00 (cento e vinte e seis mil e trezentos e dez reais)**, conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Gestor do Fundo Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:489933F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15050001/2026

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do art. 75 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **A. L. LACERDA VIEIRA DE LIMA – CNPJ: 14.101.322/0001-31**, no valor global de **R$ 64.395,00 (sessenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais)** referente à contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de instrumentos musicais, acessórios e materiais correlatos destinados ao aparelhamento das fanfarras das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Baraúna/RN, haja vista tratar-se de itens remanescentes que restaram fracassados ou desertos no Pregão Eletrônico nº 025/2025, conforme especificações técnicas contidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação emitida pelo Sr. **Marcos Antônio de Sousa**, Secretário Municipal de Educação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:8714ECB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13080001/2026

RECONHEÇO a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no inciso II, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostada aos autos, visando à contratação de Pessoa Jurídica: **GESTO COMPANHIA DE DANCA– CNPJ: 01.855.614/0001-18,** no valor global de **R$ R$126.310,00 (cento e vinte e seis mil e trezentos e dez reais)** referente à Contratação de pessoa jurídica especializada no setor artístico-cultural para a concepção, planejamento, execução e produção artística e cenográfica das festividades alusivas ao tradicional Desfile Cívico e Cultural de 7 de setembro a ser realizado no ano de 2026, no Município de Baraúna/RN, compreendendo a criação e execução de elementos cenográficos, ornamentação, ambientação e demais serviços necessários à realização do evento.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pelo Sr. **Marcos Antônio de Sousa,** Gestor do Fundo Municipal de Educação , determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:B97F851C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE EDITAL - PE 015/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026 – PE
O Município de Barcelona/RN, por meio de seu prefeito, torna público para conhecimento dos interessados a Pregão Eletrônico n° 015/2026, que tem como objeto a **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Água Mineral Natural e Gás de Cozinha.** O Edital e seus anexos encontram- se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, licitafacil.tce.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h:00min às 12h:00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 08h00min do dia 04/09/2026 até as 08h59min do dia 17/09/2026, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico. As propostas serão abertas às 09h00min do dia 17/09/2026 (horário de Brasília).

Barcelona/RN, em 03 de setembro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:005BD6ED

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 504/2026 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA
Rua Major Artur, 156, Centro, Barcelona/RN – Cep 59.410-000
CNPJ n° 08.002.180/0001-52
LEI MUNICIPAL Nº 504, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA – RN, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, crédito adicional especial no valor de R$ 617.000,00 (seiscentos e dezessete mil reais), para atender despesas com a execução da obra de Revitalização da Feira Livre do Município, cujo financiamento provém da anulação parcial e total de dotações orçamentárias já existentes, conforme discriminação a seguir:

02008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, OBRAS E TRANSPORTE	
15.452.0007.1077.0000 – REVITALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE	
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00 – INVESTIMENTOS	
4.4.90.51 – Obras e Instalações — Fonte: 1.706.0000 (CO 3110) – Transferência Especial da União	R$ 617.000,00
TOTAL DAS INCLUSÕES	**R$ 617.000,00**

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata esta Lei, serão utilizadas as anulações totais e parciais das dotações abaixo especificadas, de conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964:

I – Anulação total:	
02013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	
23.695.0010.1062.0000 – CONSTRUÇÃO DO CENTRO TURÍSTICO "PEDRA DA FÉ"	
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00 – INVESTIMENTOS	
4.4.90.51 – Obras e Instalações — Fonte: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos	R$ 150.000,00
4.4.90.51 – Obras e Instalações — Fonte: 1.700.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R$ 330.000,00
Subtotal – ação 1062 (anulação total)	R$ 480.000,00
II – Anulação parcial:	
02008 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, OBRAS E TRANSPORTE	
27.812.0007.1076.0000 – CONSTRUÇÃO/REVITALIZAÇÃO DE ACADEMIAS PÚBLICAS	
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00 – INVESTIMENTOS	
4.4.90.51 – Obras e Instalações — Fonte: 1.700.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R$ 50.000,00
4.4.90.51 – Obras e Instalações — Fonte: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos (anulação parcial)	R$ 87.000,00
Subtotal – ação 1076 (anulação parcial)	R$ 137.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	**R$ 617.000,00**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barcelona/RN, 02 de setembro de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:3506CA3D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 135, 03 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria nº 135, 03 de setembro de 2026

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor **JOSÉ HENRIQUE DA SILVA**, matrícula nº **120166-2**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **COVEIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **04 de setembro de 2026 a 04 de dezembro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,03 de setembro de 2026.

-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:847B3AF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 312 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Concessão de diária ao servidor que se especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto n°. 02/2025.
Resolve:
Art.1° – Conceder, 1 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), para a capital do estado e cidades com distância superior a 100 km da sede do município de Bodó/RN, totalizando o valor a ser pago de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), para custear despesas do(a) servidor(a) IRIMAR SOARES DA SILVA, CPF: 736.###.###-72, na função de Professora, para participar do III Encontro Presencial de Formação de Formadores/as Municipais, nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2026, na cidade de Natal/RN, conforme documentações em anexo.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.
Publique-se:
Cumpra-se:
Bodó RN, 03 de setembro de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Guedes Miranda de Assunção
Código Identificador:9AC0EC7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA 020/2026

AVISO DE DISPENSA N° 020/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO/RN, através do seu agente de contratação, torna público que realizará uma dispensa de licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: contratação de empresa para prestar serviços jardinagem com o fornecimento de

plantas e demais insumos necessários para manutenção de praças e canteiros, por menor preço. Com início de recebimento de propostas no dia 08 de setembro de 2026, e o encerramento do recebimento da proposta será no dia 10 de setembro de 2026, onde as propostas deverão ser encaminhadas no e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com, Esclarecimentos poderão ser obtidos no horário das 08:00 às 13:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Brejinho/RN, Endereço: Praça Presidente Castelo Branco, nº 207, Centro, Brejinho/RN ou pelo e-mail: pmblicitacoes.contratos@gmail.com. Brejinho/RN, 03 de setembro de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:2DF7870A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA 018/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, ancoradas na norma inscrita no Art. 72, VIII, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, considerando o incomensurável interesse público e considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, AUTORIZA a DISPENSA DE LICITAÇÃO, junto à empresa NORTE PLACAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP no valor total de R$ 12.780,00 para custear o serviço de confecção de quadro moldurado com fotografia em alta resolução fundamentado no art. 75, II, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

Brejinho/RN, 31 de agosto de 2026

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:CB24C793

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 197/2026-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à Servidora Pública do município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO *a Lei Ordinária Municipal Nº 291, que Estabelece normas para o pagamento de diárias aos agentes públicos e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o pagamento de 1/2 (meia) diária à servidora **EDIANELBE PEREIRA SILVESTRE BEZERRA**, Secretária Municipal de Educação, CPF: 027.546.054-10, Matrícula nº 0255-1, ao preço unitário de R$: 300,00 (trezentos reais), totalizando um valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas com alimentação e transporte em Natal/RN, no dia 09 de setembro do corrente ano.

Justificativa: • Participar do SEMINÁRIO INICIAL DAS TRILHAS FORMATIVAS E FORMAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO MÓDULO DO PRÓ-ALFA/RN, que ocorrerá no Hotel PRAIAMAR & CONVENTION, em Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 03 de setembro de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:0B56DAD0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 198/2026-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à Servidora Pública do município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO *a Lei Ordinária Municipal Nº 291, que Estabelece normas para o pagamento de diárias aos agentes públicos e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o pagamento de 02 e 1/2 (duas meia) diária à servidora **EDIVÂNIA PEREIRA SILVESTRE**, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, CPF: 027.650.744-45, Matrícula nº 081-7, ao preço unitário de R$: 200,00 (duzentos reais), totalizando um valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para custear despesas com alimentação e transporte em Natal/RN, nos dias 09, 10 e 11 de setembro do corrente ano.

Justificativa: • Participar do SEMINÁRIO INICIAL DAS TRILHAS FORMATIVAS E FORMAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO MÓDULO DO PRÓ-ALFA/RN, que ocorrerá no Hotel PRAIAMAR & CONVENTION, em Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 03 de setembro de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:A3562EC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

O Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará pregão eletrônico de nº 08/2026, cujo objeto trata do registro de preços visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN. Abertura: 18/09/2026. Horário: 10h00min. Local: www.bll.org.br; Disponibilização do edital: 08/09/2026. Informações:licitacao@caicaradoriodovento.rn.gov.br.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 03 de setembro de 2026.

GUSTAVO COSTA DE MIRANDA
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:20A7DB0F

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026

O Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará pregão eletrônico de nº 09/2026, cujo objeto trata do registro de preços visando à contratação de empresa especializada na prestação de solução tecnológica integrada para o gerenciamento, controle, automação e intermediação financeira da frota municipal do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN. Abertura: 18/09/2026. Horário: 14h00min. Local: www.bll.org.br; Disponibilização do edital: 08/09/2026. Informações:licitacao@caicaradoriodovento.rn.gov.br.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 03 de setembro de 2026.

GUSTAVO COSTA DE MIRANDA
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Ilton Felipe
Código Identificador:9B9F1ACA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESPACHO DE REGISTRO DE RECEBIMENTO DE DILIGÊNCIA E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO MC/ RN N° 2025.06.17.0059

DESPACHO DE REGISTRO DE RECEBIMENTO DE DILIGÊNCIA E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

A **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**, no uso de suas atribuições e em observância às disposições do Edital da **Concorrência Nacional nº 001/2026**, especialmente quanto à análise das Propostas de Preços, vem registrar o que segue:

1. DO RECEBIMENTO DAS DILIGÊNCIAS

Conforme diligência determinada pela Comissão de Contratação, foi concedido prazo às empresas **DOIS A PUBLICIDADE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 35.644.418/0001-16 e **COLINA TECH LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.170.032/0001-00, para apresentação de esclarecimentos acerca das inconsistências identificadas na documentação integrante das respectivas Propostas de Preços.

Registra-se que a empresa **DOIS A PUBLICIDADE LTDA** apresentou, dentro do prazo estabelecido, a respectiva manifestação de diligência, a qual foi devidamente recebida e será submetida à análise desta Comissão.

Por sua vez, registra-se que a empresa **COLINA TECH LTDA não apresentou manifestação em resposta à diligência**, cujo prazo para apresentação se encerrou em **02 de setembro de 2026**, nos termos da convocação anteriormente expedida.

Dessa forma, a Comissão fará a análise da documentação constante dos autos, juntamente com a manifestação apresentada pela DOIS A PUBLICIDADE LTDA e com os demais elementos integrantes das Propostas de Preços, para fins de julgamento e classificação, observadas as disposições do Edital e da legislação aplicável.

2. DA CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

Após a análise das Propostas de Preços, a Comissão de Contratação **CONVOCA todas as licitantes participantes da Concorrência Nacional nº 001/2026** para a **Sessão Pública destinada à divulgação do resultado do julgamento das Propostas de Preços**.

A sessão ocorrerá conforme os seguintes dados:

Data: 08 de setembro de 2026 (terça-feira)
Horário: 10h00min
Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Caicó/RN, situado à Avenida Coronel Martiniano, nº 993, Centro, Caicó/RN.

Na oportunidade, será divulgado o resultado do julgamento das Propostas de Preços, com a consequente classificação das licitantes, observando-se, após a divulgação, os procedimentos e prazos recursais previstos no Edital.

Publique-se e dê-se ciência às licitantes.

Caicó/RN, 03 de setembro de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Contratação

TIAGO DOUGLAS CAVALCANTE CARNEIRO
Presidente Substituto da Comissão Permanente de Contratação

LUCIVAN FRANCISCO DOS SANTOS
Agente de Contratação da Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:C69BBA76

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 080/2025

ERRATA DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
TERMO DE PERMISSÃO ONEROSA DE USO Nº 080/2025
PROC. ADMINIST. Nº 2025.06.26.0134
Onde se lê:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** O Sr. CARLY FRAN DE MEDEIROS, inscrita no CPF/MF nº XXX.688.994-XX; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 080/2025, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE BOXES PARA ATIVIDADES COMERCIAIS (ATACADISTA E VAREJISTA) NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 14 de julho de 2025 e termo final em 14 de julho de 2026; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e CARLY FRAN DE MEDEIROS – pela Permissionária.

Leia-se:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **CONTRATADA:** O Sr. CARLY FRAN DE MEDEIROS, inscrita no CPF/MF nº XXX.688.994-XX; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a Prorrogação do Prazo de Vigência do Termo de Permissão Onerosa de Uso nº 080/2025, relativo à PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE ÁREA DESTINADA A EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUE PARA ATIVIDADE COMERCIAL (COMÉRCIO DE BEBIDAS, ALIMENTAÇÃO, GULOSEIMAS, REFEIÇÕES E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL) NA PRAÇA MUNICIPAL DINARTE MARIZ, com fundamento no art. 10**7**, da Lei n° 14.133/21; **VIGÊNCIA**: Termo inicial o dia 14 de julho de 2026 e termo final em 14 de julho de 2027; **SUBSCRITORES**: JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS – pelo Permitente e CARLY FRAN DE MEDEIROS – pela Permissionário.

As demais informações mantêm inalteradas.

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 24/08/2026. Edição 3862.

Caicó/RN, 03 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:26161FFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 506 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o **Processo nº 2025.06.24.0060;**

R E S O L V E:

Art.1º - **CONCEDER MUDANÇA DE NÍVEL DO QUADRO DO MAGISTÉRIO,** de **Professora PEM – LP/I** para **Professora PEM – D,** a funcionária, **VILMA ARAÚJO DA COSTA**, matrícula n° 1.4754/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 03 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:57CBD19B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 503 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2025.11.10.0082;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, a funcionária, **MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS DE AZEVEDO,** Agente Comunitário de Saúde, matrícula n° 1.5503/1, lotada na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 03 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:657287A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 504 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2025.12.02.0010;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, ao funcionário, **RAFAEL ALVES DE MEDEIROS,** Agente Comunitário de Saúde, matrícula n° 1.5424/1, lotado na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 03 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:1C6707BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 505 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com a Lei n° 4.384, de 20 de outubro de 2009, art. 33 e com base no **Processo n° 2025.12.05.0083;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Adicional de Titulação com percentual de 7%, pela conclusão do Curso de Serviço Social, a funcionária, **ANA EDNA DA SILVA,** Agente Comunitário de Saúde, matrícula n° 1.4091/1, lotada na Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 03 de setembro de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:6292CBC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 148/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 49, inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a validade do Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Campo Redondo/RN e a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO o Ofício n° 257/2026-SDPGE-RN, no qual consta a formalização do pedido de renovação da cessão da servidora em questão.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER A RENOVAÇÃO DA CESSÃO da servidora municipal **NEREUZA BARBOSA ANTUNES FERREIRA**, matrícula nº 0000222-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município de Campo Redondo, para ficar à disposição da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte, pelo período de 2 (dois) anos, compreendido entre as datas **02 de outubro de 2026** a **01 de outubro de 2028**, com ônus para o órgão cedente.

Art. 2º Cumpre ao cessionário comunicar até o 5º (quinto) dia do mês subsequente a frequência do servidor ao órgão cedente.

Art. 3º Caberá ao órgão cessionário efetivar a apresentação do servidor ao seu órgão de origem ao término da cessão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 03 de setembro de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:963BBF0E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 211/2026-GP

EMENTA: D*esigna servidor para atuar como Fiscal de Contrato(s) decorrente(s) do Pregão Eletrônico nº 021/2026, processo administrativo nº 603027/2026 - Secretaria Municipal de Saúde*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAUBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 117 §§ 1º, 2º e 3º da Lei Federal 14.133/21;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 27, inciso X da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade e eficiência na fiscalização dos contratos firmados com a administração municipal,

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidora **FELIPE THAWAN ALVES DA SILVA, CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função de **Fiscal de Contratos do Pregão Eletrônico nº 021/2026, processo administrativo nº 603027/2026,** referente a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de fardamento, equipamentos de proteção individual – EPI, materiais de proteção solar, equipamentos operacionais e demais materiais destinados aos agentes comunitários de saúde – ACS, aos agentes de combate as endemias – ACE e, especificamente quanto aos coletes funcionais, aos servidores da vigilância sanitária do município de Caraúbas/RN, a ser exercido conjuntamente com o titular da Secretaria Municipal de Saúde..
Art. 2º - O servidor designado fiscalizará se os fornecimentos foram efetuados e atenderam aos objetivos contratados, bem como manterá registro das ocorrências relacionadas com a execução do(s) contrato(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
Art. 3º - O servidor designado deverá certificar-se da regularidade dos pagamentos efetuados e atestar a conferência dos mesmos mediante assinatura das notas, recibos duplicatas e documentos equivalentes.
Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito, Em Caraúbas, 03 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:B50DCC54

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2025 AO DISPENSA Nº 032/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURIDICA: SEC PUBLICIDADE LTDA, CNPJ/MF Nº 08.381.234/0001-38

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, pessoa juridica: **SEC PUBLICIDADE LTDA, CNPJ/MF nº 08.381.234/0001-38,**sediada na AV Prudente de Morais, n° 744, Tirol,

Natal/RN, CEP: 59.020-510, neste ato representado por**ANDRÉ LUIZ TRINDADE DE MEDEIROS**, casado, portador(a) da Cédula de Identidade nº 001.7xx.x39 – SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 013.xxx.xxx-27, doravante designado**CONTRATADO,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância ao artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 12 (doze) meses, bem como artigo 107 da Lei n° 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2025, oriundo de Dispensa nº 032/2025, cujo objeto é a **contratação de pessoa jurídica especializada em publicações de atos administrativos em jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Norte em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, nas condições estabelecidas no Termo de Referência,** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá por um período de 12 (doze) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2025 oriundos de Dispensa nº 032/2025 - Processo Administrativo n° 905044/2025, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.
Caraúbas/RN, 02 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Sec Publicidade LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***ANDRÉ LUIZ TRINDADE DE MEDEIROS***
Prefeito Do Município De Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:6D93E5B9

SECRETARIA DE GOVERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 015/2026 AO CONCORRÊNCIA Nº 003/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A PESSOA JURÍDICA: CLPT CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/MF Nº25.165.699/0001-70.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Pessoa Jurídica: **CLPT CONSTRUTORA LTDA**, **CNPJ/MF nº 25.165.699/0001-70**, com sede na ROD BR 304, nº 1519, Aeroporto – Galpao1 - CEP: 59.607-860, Mossoró/RN, neste ato representada pelo **Sr. MÁRIO LINO DE MENDONÇA NETO**, brasileiro(a),portador(a) da cédula de identidade de n° 1.XXX.552 – SSP/RN, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 048.XXX.XXX-43, residente na Rua Amaro Duarte, nº 1692 Apto 701, Nova Betânia, CEP: 59.612-060, Mossoró/RN, doravante denominada**CONTRATADA,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância no arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo valor tem por objeto o decréscimo do valor, bem como no arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, ao Termo de Contrato nº 001/2024, oriundo de Concorrência nº 003/2025, cujo objeto é a **contratação de Pessoa Jurídica destinada a execução de obras de pavimentação em diversas ruas localizadas na Zona Urbana do Município de Caraúbas/RN –Contrato de Repasse n° 1094086-05/2024,** de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE DESÁGIO DO VALOR

2.1. 2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor contratual, passa de **R$ 1.264.751,00 (um milhão e duzentos e sessenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e um reais)** para **R$ 1.546.247,88 (um milhão e quinhentos e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos),** representando uma redução financeira de **R$ 281.496,88 (duzentos e oitenta e um mil e quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos) correspondente a 22,26% (vinte e dois virgula cinte e seis por cento) do valor global** contratado, com fundamento arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,
2.2. Em decorrência do presente decréscimo, o valor global do contrato passa a ser devidamente atualizado, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2025 oriundos de Concorrência nº 003/2025 - Processo Administrativo n° 513011/2025, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Caraúbas/RN, 03 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	CLPT Construtora LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***MÁRIO LINO DE MENDONÇA NETO***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:84A67EAC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 041/2026

A Pregoeira Oficial da PMCD/RN, torna público que dia 21 de setembro de 2026, às 08 horas (horário de Brasília) fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço POR ITEM, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESSO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, CONFORME AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN**. O edital com seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site www.carnaubadosdantas.rn.gov.br a partir de 04 de setembro de 2026.

02 de setembro de 2026.

MARIA DA PAZ DANTAS
Pregoeira

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:656026EF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO CONTRATO Nº 91/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 91/2026
Inexigibilidade Nº 26/2026

Contratante: Município de Carnaúba dos Dantas/RN, inscrita no CNPJ n.º 08.088.254/0001-15 e a empresa UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCACAO DO RN inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.596.662/0001-76, estabelecida a Rua JOAO PESSOA 634 CENTRO NATAL-RN .

Do objeto: CONTRATAÇÃO DE INSCRIÇÕES DE SERVIDORES E/OU GESTORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EVENTOS, CURSOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNDIME/RN, VISANDO À CAPACITAÇÃO E AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONA.

Do preço total: R$ R$ 12.000,00

Cod.	Descrição	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
37250	PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÕES EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME/RN, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026	un	1,0000	12000,0000	R$ 12.000,00
				Valor Total:	R$ 12.000,00

Gestão/Unidade: 1.02.009.1 - SEC. MUN. DE EDUCACAO Dotação(ões):	
129	02.009.12.122.0125.2081.3.3.90.39.1.500.1001

Previstos no Orçamento Geral do Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, para o exercício de 2025.

Da vigência: de 01/09/2026 a 01/09/2027

Carnaúba dos Dantas/RN, 1 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
(Prefeito Municipal) P/ Contratante

JOARIA DE ARAUJO VIEIRA
P/ Contratado

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:5E466338

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1417, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.109, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 150, Inciso I - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, e por proposta do Edil **JEMMIFRAN DA SILVA DANTAS**,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:
Art. 1º Fica expressamente revogada a **Lei Municipal nº 1.109, de 18 de novembro de 2021**, em razão da constatação técnica de duplicidade de denominação legislativa atribuída a logradouros públicos distintos e fisicamente independentes.
Art. 2º Fica denominada de **Rua Manoel José de Medeiros (Manezinho de Venézio)** a artéria localizada transversal à Rua Ver. França, no Conjunto Seu Anísio – Bairro São José, nesta cidade de Carnaúba dos Dantas/RN, conforme mapa sem escala e memorial descritivo constantes dos anexos desta Lei.
Art. 3º Fica preservada, em todos os seus termos, a denominação de **Rua Venézio Cândido de Medeiros** atribuída pela **Lei Municipal nº 749, de 19 de dezembro de 2011**, para a via nela descrita, incluindo o trecho que se inicia no cruzamento com a via pública sem denominação e se estende pelo Loteamento Etapa 2, no Bairro São José, conforme planta planimétrica anexa.
Art. 4º O Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos competentes, promoverá a atualização dos cadastros imobiliário, tributário, urbanístico e de endereçamento, bem como a substituição ou instalação das placas de identificação e demais registros oficiais necessários à correta individualização dos logradouros
Art. 5º Os documentos, registros e cadastros emitidos anteriormente à vigência desta Lei permanecerão válidos para todos os fins de direito, devendo a atualização cadastral ser realizada de ofício pela Administração Municipal ou mediante requerimento do interessado, sem ônus para o cidadão no que tange às taxas municipais de alteração de endereço.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN,03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:D0D61470

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1418, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA JOSÉ MARTINS DE MEDEIROS (ZÉ MAROCO), NO BAIRRO SÃO JOSÉ, COM CORREÇÃO DA DESCRIÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO DO LOGRADOURO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o

Art. 150, Inciso I - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, e por proposta do Edil **JEMMIFRAN DA SILVA DANTAS**,
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas/RN, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:
Art. 1º Fica denominada de **Rua José Martins de Medeiros (Zé Maroco)** a via pública localizada no Bairro São José, no Município de Carnaúba dos Dantas/RN, situada paralelamente às Ruas Gilberto Venâncio Filho e Maria Sérvula Dantas (Maria de Gilberto), sendo transversal à artéria anteriormente descrita na *Lei Municipal nº 1.109, de 18 de novembro de 2021*, conforme mapa, planta e memorial descritivo constantes dos Anexos I e II desta Lei.
Art. 2º A denominação objeto desta Lei corresponde exclusivamente ao logradouro identificado pelos mapas, planta planimétrica, memorial e conjunto de confrontações constantes nos anexos, não alcançando, sob qualquer pretexto, a via denominada pela *Lei Municipal nº 749, de 19 de dezembro de 2011*.
Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a providenciar a instalação de placas de identificação, bem como a proceder com a atualização do cadastro imobiliário, tributário, sistemas de endereçamento, mapas e demais registros oficiais, observada a disponibilidade orçamentária.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:3C8A6102

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 797/2026 - GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Designa Fiscal de contrato de Licitação e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS-RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **AILTON DANTAS DE AZEVEDO,** inscrito no CPF: ***.601.924-**. Fiscal do **CONTRATO 91/2026**, referente à CONTRATAÇÃO DE INSCRIÇÕES DE SERVIDORES E/OU GESTORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EVENTOS, CURSOS, SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNDIME/RN, VISANDO À CAPACITAÇÃO E AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, com vigência de 01/09/2026 a 01/09/2027.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:D9B143BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 799/2026-GP, 03 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a assinatura do termo de posse e compromisso no dia 05 de julho de 2024 pela servidora;

CONSIDERANDO a determinação do Art. 17 da Lei Municipal 1285/2024, lei do estágio probatório.

RESOLVE:
Art. 1º. Receber a avaliação da servidora **MICAELY HONORIO DA COSTA, matrícula n.º 18206, empossada em 05 de julho de 2024, para o cargo efetivo de Professor do Ensino Fundamental,** feita com parecer do Avaliador e de Chefia Imediata da respectiva secretaria onde se encontra prestando seus serviços em conformidade com a Lei Municipal 1285/2024.

Art. 2º. Aprovar a 4ª (quarta) avaliação do Estágio probatório da servidora **MICAELY HONORIO DA COSTA, matrícula n.º 18206**, por ter atingido resultado **BOM, equivalente a nota final de 7,05 (sete inteiros e cinco centésimos) pontos**, ficando com nota acima do mínimo para aprovação que é de 7 (sete) pontos, conforme ficha de avaliação disponível na Secretaria de Administração, **sendo seus efeitos retroativos a 04 de julho de 2026, data base da avaliação do 4º (quarto) semestre do estágio probatório**, conforme Art. 15, da Lei Municipal 1285/2024.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:D28D47AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 792/2026-GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **MARIA DAS VITÓRIAS DANTAS DE MEDEIROS,** matrícula nº 1231, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 08/09/2026 a 27/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 23/01/2025 a 22/01/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:0A55A99B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 793/2026-GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 17/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **MARCONDES DOS SANTOS SOUZA,** matrícula nº 11425, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 08/09/2026 a 22/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 28/02/2025 a 27/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:C197A382

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 794/2026-GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 10/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **DENIS DANTAS DIAS,** matrícula nº 18191, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Transportes Públicos, gozo de 20 (vinte) dias de férias no período de 08/09/2026 a 27/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2025 a 04/07/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:4615D830

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 795/2026-GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 13/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **JOSÉ DALVAN DANTAS DE ARAUJO,** matrícula nº 18180, ocupante do cargo efetivo de Orientador Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 08/09/2026 a 22/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 05/07/2025 a 04/07/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.
Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:A2CE58D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 796/2026-GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 07/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **ADRIANA DANTAS,** matrícula nº 42, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, da Secretaria Municipal de Finanças, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 08/09/2026 a 22/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 01/04/2025 a 31/03/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:0E9FD5AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 798/2026-GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de férias a Servidores Municipais".

CONSIDERANDO o Art. 100 da Lei Municipal 423/2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 13/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a **FERNANDA PRISCILLA AZEVEDO DA CUNHA,** matrícula nº 1031, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 08/09/2026 a 22/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 21/02/2025 a 20/02/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 03 de setembro de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

MARCOS LEANDRO DANTAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Port. Nº 001/2025

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:0198F787

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 – CMAS DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a apreciação, aprovação e ciência dos Termos de Aceite referentes ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal e ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.113/2021, e considerando as deliberações tomadas em reunião realizada no dia 01 de setembro de 2026, às 9h, por meio virtual, através da plataforma Google Meet,
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para exercer o controle social da Política Municipal de Assistência Social e acompanhar a execução das ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
CONSIDERANDO a Resolução CIT nº 31, de 25 de novembro de 2025, e a Resolução CNAS nº 223, de 18 de fevereiro de 2026, que regulamentam aspectos relacionados ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, de Alta Complexidade;
CONSIDERANDO o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal, que estabelece responsabilidades e compromissos para a gestão municipal quanto à oferta do serviço e à utilização dos recursos do cofinanciamento federal;
CONSIDERANDO que o referido Termo de Aceite estabelece a necessidade de manifestação do Conselho de Assistência Social e determina a observância das responsabilidades de gestão, da qualidade da oferta, do acompanhamento, do monitoramento e da adequada aplicação dos recursos;
CONSIDERANDO as Resoluções CNAS nº 218 e nº 219, de 25 de novembro de 2025, que disciplinam o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos – SPSBD-GC;
CONSIDERANDO que o Termo de Aceite e Compromisso do SPSBD-GC formaliza a adesão do Município ao cofinanciamento federal e estabelece as responsabilidades decorrentes da oferta do serviço;
CONSIDERANDO que a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social constitui condição necessária para a validação do aceite do SPSBD-GC e para o início dos repasses, conforme estabelecido no próprio Termo de Aceite;
CONSIDERANDO a apresentação dos referidos Termos de Aceite aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Carnaúba dos Dantas/RN, para conhecimento, apreciação, deliberação e registro;
CONSIDERANDO a importância da participação dos conselheiros no acompanhamento e controle social da implementação das ações e serviços socioassistenciais no âmbito municipal;
RESOLVE:
Art. 1º – APROVAR o Termo de Aceite e Compromisso referente ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos – SPSBD-GC, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, apresentado pela Gestão Municipal de Assistência Social de Carnaúba dos Dantas/RN.
Parágrafo único. O Termo de Aceite do SPSBD-GC contempla a pactuação de 200 (duzentos) indivíduos do público prioritário, conforme documento apresentado ao Conselho.
Art. 2º – APROVAR E DAR CIÊNCIA ao Termo de Aceite referente ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal, destinado à organização da oferta de proteção socioassistencial em situações de emergência e calamidade pública, observadas as normativas vigentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 3º – RECONHECER que a execução dos serviços objeto dos Termos de Aceite deverá observar a legislação e as normativas do SUAS, bem como as responsabilidades atribuídas à Gestão Municipal, especialmente quanto à organização da oferta, acompanhamento, monitoramento, registro das ações, manutenção da documentação comprobatória e adequada aplicação dos recursos públicos.
Art. 4º – DETERMINAR que a Gestão Municipal de Assistência Social mantenha o Conselho Municipal de Assistência Social informado quanto à implementação dos serviços, possibilitando o acompanhamento e o exercício das atribuições de controle social.
Art. 5º – REGISTRAR que a apreciação dos Termos de Aceite ocorreu em reunião do Conselho Municipal de Assistência Social realizada no dia 01 de setembro de 2026, às 9h, de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, conforme deliberação da Plenária.
Art. 6º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Carnaúba dos Dantas/RN, 01 de setembro de 2026.

VERA LÚCIA BEZERRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Carnaúba dos Dantas/RN

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:461FAD8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2120 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2120 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºNomearJuliana Giorgia de Araújo Tavares, para ocupar o cargo de provimento em comissão deEncarregado de Setor, juntoà Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:98AD6373

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2121 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2121 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1ºNomearThamirys Mousinho de Araújo Paulino, para ocupar o cargo de provimento em comissão deCoordenador Administrativo de Nutrição, juntoà Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:382444D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2122 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2122 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO DE CEARA-MIRIM-RN, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas na legislação local vigente, em especial na Lei Municipal nº 2.369 de 10 de dezembro de 2025e Decreto nº 4.842 de 23 DE DEZEMBRO DE 2025.
RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o(a) Sr.(a) **Eldis Lino Guilherme**, ocupante do cargo comissionado de Subsecretário de Recursos Humanos (AS), para responder, pelo expediente da administração financeira desta Secretaria Municipal de Administração tendo os poderes abaixo relacionados:

Abertura e movimentação das contas de depósito;
Autorizar cobranças;
Autorizar débitos em conta relativo a operações;
Consultas e emissões de extratos, saldos e comprovantes;
Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
Efetuar pagamentos por meios eletrônicos;
Efetuar transferências por meios eletrônicos;
Efetuar movimentações financeiras no RPF;
Consultar contas/aplicações programas, repasses e recursos federais;
Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;
Emitir comprovantes;
Efetuar transferência para mesma titularidade;
Encerrar contas de depósitos;
Efetuar resgates/aplicações financeiras;
Encerrar contas correntes.
Art.3º A administração financeira, de que trata a presente Portaria, será realizada de forma conjunta com este Secretário Municipal.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ceara-Mirim/RN, em 03 de setembro de 2026.

.

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B9861B96

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2123 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 2123 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **FRANCISCO FELIPE DE OLIVEIRA GUEDES**, CPF nº **124.XXX.XXX-80**, integrante do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN, ocupante da categoria funcional de **NUTRICIONISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de setembro de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal, Ceará-Mirim/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A06DD449

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2124 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N. º 2124 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013 e 2.020/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Renilson de Moura Rolim,** do cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Transporte (CS),** junto a **Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A6320EEA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 2125 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N.º 2125 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado no Concurso Público realizado pelo Município de Ceará-Mirim/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o resultado homologado do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024
RESOLVE:
Art. 1º – Nomear o(a) Sr(a). **MARIA LUISA FERREIRA DOS SANTOS PACHECO**, inscrição Nº**2145427 aprovado**(a) no Concurso Público Nº 01/2024, realizado pelo Município de Ceará-Mirim/RN, para provimento do cargo efetivo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, integrante do quadro permanente de pessoal da Administração Pública Municipal.
Art. 2º – O(a) nomeado(a) deverá apresentar-se à Secretaria Municipal de Educação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta Portaria, munido(a) da documentação exigida para posse e exercício do cargo.
Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:804FF7C3

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 2117 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA N. º 2117 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) diárias, para atender às despesas de viagem a Fortaleza/CE, destinadas ao servidor **JOÃO FELIPE SILVADO NASCIMENTO**, onde o mesmo irá participar da FENACCE 2026 – Feira Nacional de Artesanato e Cultura, que acontecerá no Centro de Eventos do Ceará, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, nos dias 08, 09 e 10 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 02 de setembro de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:3A4AB3FB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 073 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N.º 073 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 12.538-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 137 da Lei municipal n.˚ 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.˚ 2.16912022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada ANA CELMA RODRIGUE DE LIMA, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.920.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.641.71*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora pós graduação, Nível 2, Classe G, sob a Matrícula n.º 0074927-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:

I - vencimento base do cargo efetivo;

II - 28 (vinte e oito) anuênios correspondentes a 28% (vinte e oito por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;

III - Título de Formação, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.460/2005, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389;

IV - Gratificação por Titulação, no percentual de 15% (quinze por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 36, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal n.º 1.550/2010, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de setembro de 2026.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Joao Pedro Ramos Dos Santos
Código Identificador:6EFC85E6

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 074 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N.º 074 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 10.563-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 138, I a V, §§ 1º a 3º, da da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade ao segurado DOMINGOS SAVIO CABRAL LEMOS, portador da Cédula de Identidade n.º ***.680.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.774.66*-**, lotado na Secretaria Municipal de Tributação no cargo efetivo de AGENTE FISCAL TRIBUTOS MUNICIPAIS, Nível 1, Classe 3, sob a Matrícula n.º 0013064-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:

I - vencimento base do cargo efetivo;

II - 44 (quarenta e quatro) anuênios correspondentes a 44% (quarenta e quatro por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;

III - Gratificação Incorporada aos assentamentos funcionais do segurado em caráter definitivo;

IV - Produtividade Fiscal de Tributo, parcela percebida de modo habitual, ininterrupto e permanente há mais de 05 (cinco) anos, integrando a base de cálculo da contribuição previdenciária descontada mensalmente para o Ceará-Mirim Previ.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de setembro de 2026.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Joao Pedro Ramos Dos Santos
Código Identificador:3BE288AB

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 075 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N.º 075 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 3.177-2026 – API, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no CF/88 - Art. 40, §1º, I, com redação atual dada pela EC 41/2003 e EC/70/2012, c/ c o Art. 25 da Lei Municipal nº 1637/13.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais à segurada MARIA LUCIA DA COSTA PEREIRA, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.775.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.411.84*-**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde no cargo efetivo de COSTUREIRA, sob a Matrícula n.º 0081337-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:

I - vencimento base do cargo efetivo;

II - 24 (vinte e quatro) anuênios correspondentes a 24% (vinte e quatro por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de setembro de 2026.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Joao Pedro Ramos Dos Santos
Código Identificador:815FB973

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 076 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N.º 076 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 11.198-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 138, I a V, §§ 1º a 3º, da da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada MARIA VERONICA GALDINO DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.685.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.110.05*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Merendeira, AI, sob a Matrícula n.º 0076695-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:

I - vencimento base do cargo efetivo;

II - 31 (trinta e um) anuênios correspondentes a 31% (trinta e um por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de setembro de 2026.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Joao Pedro Ramos Dos Santos
Código Identificador:8F2483FC

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 077 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N.º 077 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 11.200-2026 – APV, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no Art. 138, I a V, §§ 1º a 3º, da da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria voluntária com proventos integrais e paridade à segurada TANIA MARIA DE SOUSA LIMA, portadora da Cédula de Identidade n.º ***.460.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrita no CPF sob o n.º ***.602.31*-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação no cargo efetivo de Professora Superior, Nível 1, Classe I, sob a Matrícula n.º 0075330-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:

I - vencimento base do cargo efetivo;

II - 25 (vinte e cinco) anuênios correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;

III - Título de Formação, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 17, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 1.460/2005, e Portaria n.º 1.801, de 08 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 09/10/2024, Edição 3389;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de setembro de 2026.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Joao Pedro Ramos Dos Santos
Código Identificador:3F0F1550

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 078 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N.º 078 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, No uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal nº 1.637, de 12 de julho de 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 9.964-2026 – API, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o direito adquirido previsto no CF/88 - Art. 40, §1º, I, com redação atual dada pela EC 41/2003 e EC/70/2012, c/ c o Art. 25 da Lei Municipal nº 1637/13.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao segurado THONEWERTON BARBOSA DOMINGOS, portador da Cédula de Identidade n.º ***.770.***, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF sob o n.º ***.195.77*-**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo efetivo de DIGITADOR, Classe, A1, sob a Matrícula n.º 0061700-1, com valor correspondente à totalidade da remuneração no cargo efetivo, composta pelas seguintes vantagens:

I - vencimento base do cargo efetivo;

II - 28 (vinte e oito) anuênios correspondentes a 28% (vinte e oito por cento) incidentes sobre o vencimento base do cargo efetivo, nos termos do art. 75 da Lei Municipal n.º 1.196, de 07 de agosto de 1991;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 1º de setembro de 2026.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Joao Pedro Ramos Dos Santos
Código Identificador:D68FA97F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2026

A Unidade Gestora da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, e considerando a solicitação apresentada, bem como a necessidade de garantir a continuidade do fornecimento e o atendimento às demandas da Administração Pública:
TORNA PÚBLICO que AUTORIZA a convocação da empresa segunda colocada na licitação referente ao Item 13 (Código 0064835 – FREEZER, TIPO HORIZONTAL, CAPACIDADE 417L).
A convocação se dá em virtude do descredenciamento da empresa WDCL COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, detentora original, decorrente do descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços nº 59/2026, originada do Pregão Eletrônico nº 24/2025.
Fica a empresa remanescente convocada para, no prazo estipulado no edital, manifestar interesse e apresentar a documentação necessária para formalização do fornecimento, nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, conforme preceitua a legislação vigente.

Ceará Mirim/RN, 03/09/2026.

LUANA MARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:73850529

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2026 – ADM

ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 002/2026 - ADM.

CONVENENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CNPJ sob nº 68.063.402/0001-79.

CONVENIADO: NIO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., CNPJ sob o nº 11.460.609/0001-60.

OBJETO: Disponibilização, pelo CONVENIADO, aos servidores municipais ativos, inativos, aposentados e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Município de Ceará-Mirim/RN, das modalidades de Cartão Benefício Saque (S), Cartão Benefício – Compra (C), Cartão de Crédito e Empréstimo, mediante consignação em folha de pagamento (Rubricas 643, 644, 645 e 664).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 4.577, de 07 de abril de 2025, e a Lei Federal nº 14.133/2021 (no que couber).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

FORO: Comarca de Ceará-Mirim/RN.

Ceará-Mirim/RN, 02 de setembro de 2026.

INFORMAÇÕES DAS ASSINATURAS:

MARCO ANTONIO MEDEIROS (Secretário Municipal de Administração / Convenente)

PAULO AMERICO PETROSINK (Representante Legal da NIO Instituição de Pagamento S.A.)

Data/Hora: 02/09/2026
ROBERTO TUNA CORREIA (Representante Legal da NIO Instituição de Pagamento S.A.)

Publicado por:
Gilberto Alves da Silva Júnior
Código Identificador:4D9BD9AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 145 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **HORTENCIA SOARES BARBOSA RIBEIRO DE MELO** - Matrícula nº **9311890**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença sem remuneração de 2 ano(s), a contar de **04/09/2026 a 03/09/2028**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **HORTENCIA SOARES BARBOSA RIBEIRO DE MELO** - Matrícula nº **9311890**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença sem remuneração de 2 ano(s), a contar de **04/09/2026 a 03/09/2028**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 03 de Setembro de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 03 de Setembro de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:197616DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 146 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **VAGNER ELIAS DA CONCEIÇÃO** - Matrícula nº **9317236**, categoria funcional **Merendeiro**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença sem remuneração de 2 ano(s), a contar de **04/09/2026 a 03/09/2028**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 03 de Setembro de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:431AF58A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026.

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais permanentes e insumos destinados aos consultórios odontológicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cerro Corá/RN

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde.

Contratados: LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA - TIPO: EPP/SS - CNPJ: 59.890.563/0001-45. VIVANT COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - Tipo: EPP/SS - CNPJ: 09.337.018/0001-58. SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA - TIPO: LTDA/EIRELI - CNPJ: 11.511.020/0001-43.

Fundamentação Legal: Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA - TIPO: EPP/SS - CNPJ: 59.890.563/0001-45, saiu vencedor no lote: 001; com o valor de R$ 831.000,00 (Oitocentos e trinta e um mil reais).

VIVANT COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - Tipo: EPP/SS - CNPJ: 09.337.018/0001-58, saiu vencedor no lote: 002; com o valor de R$ 173.000,00 (Cento e setenta e três mil reais).

SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA - TIPO: LTDA/EIRELI - CNPJ: 11.511.020/0001-43, saiu vencedor no lote: 003; com o valor de R$ 1.154.000,00 (Um milhão cento e cinquenta e quatro mil reais).

Vigência das Atas de Registro de Preços: 03 de setembro de 2026 a 02 de setembro de 2027.

Cerro Corá/RN, 03 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:0E533B95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

ADJUDICO, o(s) vencedor(es) do Pregão Eletrônico nº 021/2026 SRP, realizado em 13/08/2026, a saber:

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais permanentes e insumos destinados aos consultórios odontológicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cerro Corá/RN.

LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA - TIPO: EPP/SS - CNPJ: 59.890.563/0001-45, saiu vencedor no lote: 001; com o valor de R$ 831.000,00 (Oitocentos e trinta e um mil reais).

VIVANT COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - Tipo: EPP/SS - CNPJ: 09.337.018/0001-58, saiu vencedor no lote: 002; com o valor de R$ 173.000,00 (Cento e setenta e três mil reais).

SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA - TIPO: LTDA/EIRELI - CNPJ: 11.511.020/0001-43, saiu vencedor no lote: 003; com o valor de R$ 1.154.000,00 (Um milhão cento e cinquenta e quatro mil reais).

Cerro Corá/RN, 03 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:6E229E9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

Objeto: Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais permanentes e insumos destinados aos consultórios odontológicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cerro Corá/RN.

Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação PE021/2026 SRP**,**com início em30 de julho de 2026, com sessão realizada em13 de agosto de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir:

LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA - TIPO: EPP/SS - CNPJ: 59.890.563/0001-45, saiu vencedor no lote: 001; com o valor de R$ 831.000,00 (Oitocentos e trinta e um mil reais).

VIVANT COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - Tipo: EPP/SS - CNPJ: 09.337.018/0001-58, saiu vencedor no lote: 002; com o valor de R$ 173.000,00 (Cento e setenta e três mil reais).

SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA - TIPO: LTDA/EIRELI - CNPJ: 11.511.020/0001-43, saiu vencedor no lote: 003; com o valor de R$ 1.154.000,00 (Um milhão cento e cinquenta e quatro mil reais).

Cerro Corá/RN, 03 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN
CNPJ: 08.173.502/0001-26
MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito

Publicado por:
Aldrin Macedo Medeiros
Código Identificador:AB3AF773

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026 - REFERENTE A DISPENSA ELETRÔNICA Nº 040-020/2026

A Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN, com sede na Rua São josé, 5, na cidade de Coronel João Pessoa/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.355.471/0001-24, neste ato representada pela Sra. Maria de Fátima Alves da Costa, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **040-020-2026**, processo administrativo n.º 01254/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal n.º 229, de 5 de junho de 2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **contratação de empresa para a prestação dos serviços de recauchutagem de pneus dos itens "DESERTOS" do Pregão Eletrônico nº 020-008/2026, conforme especificações no termo de referência**.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	5330 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU 1.000X20 BORRACHUDO	UND	15	843,75	12.656,25
2	5331 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU 1.000X20 LISO	UND	15	990,00	14.850,00
3	5337 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU 7.50-16 BORRACHUDO	UND	15	560,00	8.400,00
4	5338 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU 7.50-16 LISO	UND	20	560,00	11.200,00
5	5333 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU 900/20 LISO	UND	25	1.000,00	25.000,00
6	5332 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU 900X20 BORRACHUDO	UND	25	1.000,00	25.000,00
7	5344 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU PARA CARREGADEIRA 20.5-25L-3	UND	4	5.820,00	23.280,00
8	5345 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU PARA MOTONIVELADORA 1.400-24R	UND	6	2.400,00	14.400,00
9	5342 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU PARA RETROESCAVADEIRA 12.16-5 LT323, 12 LONAS	UND	4	1.470,00	5.880,00
10	5343 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU PARA RETROESCAVADEIRA 19.5L-24, 12 LONAS	UND	4	3.863,33	15.453,32
11	5334 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU PARA TRATOR 14.9-24R 12 LONAS	UND	4	2.214,50	8.858,00
12	5340 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU PARA TRATOR 18.4-30	UND	8	3.521,67	28.173,36
13	5335 - RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM, MONTAGEM PNEUS, PNEU PARA TRATOR 18.4-30R	UND	4	3.521,67	14.086,68
Total Geral					**207.237,61**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Na hipótese de prorrogação da vigência inicial da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados para cada item, até o limite do quantitativo originalmente registrado, nos termos do art. 53, inciso V, do Decreto Municipal nº 229, de 5 de junho de 2025.

5.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.4. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O instrumento contratual de que trata o item 5.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.7. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Após a homologação da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.9. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no termo de referência e se obrigar nos limites dela;

5.10. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.11. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.12. Mantiverem sua proposta original.

5.13. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.14. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.16. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no termo de referência; e

5.17. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

5.18. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.19. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.20. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.21. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.22. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.23. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do aviso de contratação direta, poderá:

5.24. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.23. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.24. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de

fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.3. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.4. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.5. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.6. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 ou Decreto Municipal, se tratar da temática.
8.7. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.8. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.9. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
9. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.9. Por razão de interesse público;
9.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.11. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas termo de referência.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao termo de referência.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Coronel João Pessoa/RN, 31 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
08.355.471/0001-24
(Órgão Gerenciador)

FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA – ME
CNPJ. 14.850.527/0001-10
(Fornecedor Registrado)

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF:

NOME: _____
CPF:

Publicado por:
Miguel Ferreira de Aquino
Código Identificador:F8C9CF5E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 327/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 5.060/2026
O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa ALBERTO JOSE DA SILVA, CNPJ 35.962.636/0001-07, para prestação de serviços de instalação e manutenção de aparelhos de ar-condicionado, com o valor de R$ 466,67 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) a instalação de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 9 mil a 18 mil BTUs, na quantidade de 2 serviços; com valor de 200,00 (duzentos reais) a manutenção e limpeza de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 9 mil a 18 mil BTUs, na quantidade de 6 serviços; com valor de R$ 600,00 a instalação de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 24 mil a 32 mil BTUs, na quantidade de 6 serviços; com valor de R$ 232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos) a manutenção e limpeza de ar-condicionado (inverter ou convencional), do tipo split, com capacidade de 24 mil a 32 mil BTUs, na quantidade de 10 serviços; de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 24.606/2026.

Currais Novos/RN, 14 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:51A5A4EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 572/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN.
CONTRATADO(A): SANDRIMAR DA SILVA, CPF n° 058.387.414-22
OBJETO: apresentação musical da Banda Tá Danado de Bom, no dia 08 de agosto de 2026, durante o encerramento da Festa de São José na comunidade Poço da Serra, zona rural de Currais Novos/RN.
VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA: 29 de julho de 2026 a 30 de setembro de 2026.
BASE LEGAL: art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Currais Novos/RN, 29 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal

DAVID NARWITH MARQUES GOMES –
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:401C6A77

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 082/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

MUNICÍPIO DE EQUADOR-RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 082/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE EQUADOR, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos III e VIII do art. 64, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Equador-RN e dá outras providências".

RESOLVE:
Art. 1º Remover, a Sra. **MARIA JOSÉ DE SOUZA**, do cardo de Suplente de CONSELHEIRO TUTELAR, lotado na Secretaria de de Trabalho, Habitação e Assistência Social, do município de Equador-RN.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Equador-RN, 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:02E114C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000016/2026 TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 000016/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
1. Conduz-se propositura formulada pelo Gabinete do Prefeito, visando a contratação de serviços advocatícios para o ajuizamento e patrocínio de demanda judicial em face da união federal, visando à recomposição dos valores indevidamente deduzidos do FPM, instruída na forma de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº. 14.133/2021.
2. No plano da despesa pública, a Secretaria Municipal de Finanças, informou haver previsão de lastro orçamentário para a contratação, atendendo assim aos termos do art. 16, incisos I e II da Lei Complementar nº. 101/2000, motivo pelo qual AUTORIZO a despesa.
3. Constata-se, portanto, que a instrução do procedimento observou o devido controle de legalidade, em especial no que respeita à presença dos pressupostos de existência e validade inerentes ao instituto da inexigibilidade de licitação, consoante Parecer pela Assessoria Jurídica do Município.
4. Assim, diante da regularidade do procedimento, com esteio no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº. 14.133/2021, AUTORIZO a inexigibilidade de licitação em favor da empresa ALVES, DUARTE E ADVOGADOS, inscrito no CNPJ sob nº. 07.181.623/0001-57.
5. Finalmente, ao cabo, estimo essa deferência a fim de remeter os autos a Agente de Contratação, objetivando publicização, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº. 14.133/2021.

Espírito Santo/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ FAGNER FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiana Fernandes da Silva
Código Identificador:02D59C11

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 385/2026 – GP EM, 03/09/2026

Ementa: Dispõe sobre a concessão de Diária(s) o(à) Servidor(a), que especifica e dá outras providências

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas

atribuições legais e na forma do que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Executivo Municipal nº 403/2022-GP.
R E S O L V E

Art. 1º
Concessão de 01 (uma) diária, ao Servidor, HALLYSSON MARINHO DA SILVA, CPF:XXX.XXX.424-09, cuja a finalidade é o custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana em Natal/RN, no dia 03 de Setembro de 2026, na oportunidade irá a serviço de Interesse do Município.
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao pagamento da importância de R$ 200,00 **(**duzentos reais**)**, para atender as despesas mencionadas no caput do art. 1º desta portaria.

Parágrafo único: Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após o retorno do evento, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório de atividades, e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação do evento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

R E G I S T R E – S E
P U B L I Q U E – S E
E C U M P R A – S E

Felipe Guerra/RN, 03/09/2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:9A87118C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SMS Nº 03, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Protocolo Municipal de Estratificação de Risco e Plano de Cuidado das pessoas com condições crônicas no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Município de Felipe Guerra/RN, aprova a Ficha de Plano de Cuidado e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FELIPE GUERRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a legislação municipal aplicável,
CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que compete à direção municipal do Sistema Único de Saúde planejar, organizar, controlar, avaliar e executar as ações e os serviços de saúde, na forma do art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
CONSIDERANDO que a Política Nacional de Atenção Básica, aprovada pela Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, e consolidada no Anexo XXII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, atribui ao médico, ao enfermeiro e ao cirurgião-dentista a realização da estratificação de risco e a elaboração de plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;
CONSIDERANDO que o modelo de cofinanciamento federal da Atenção Primária à Saúde, instituído pela Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, com cronograma de implementação ajustado pela Portaria GM/MS nº 10.994, de 13 de maio de 2026, contempla, entre os indicadores do componente de qualidade, o cuidado da pessoa com hipertensão arterial e o cuidado da pessoa com diabetes mellitus;
CONSIDERANDO que a aferição desses indicadores depende do registro tempestivo e adequado, no Sistema e-SUS Atenção Primária à Saúde, das consultas, dos exames, das visitas domiciliares, da aferição da pressão arterial, da avaliação antropométrica e da avaliação dos pés das pessoas com diabetes;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, no âmbito municipal, a metodologia de estratificação de risco e de elaboração, execução, registro e monitoramento do plano de cuidado, inclusive nas unidades e pontos de apoio da zona rural atendidos por equipe em regime de itinerância;
CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Segunda, alínea "b", do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 3380986, firmado em 09/11/2022 entre o Município de Felipe Guerra e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, e o apontamento constante do Relatório Técnico do CATE/MPRN de 22/05/2024;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Município de Felipe Guerra/RN, o PROTOCOLO MUNICIPAL DE ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO E PLANO DE CUIDADO das pessoas com condições crônicas, na forma do Anexo I desta Portaria.
Parágrafo único. O Protocolo aplica-se a todas as equipes de Atenção Primária do Município, inclusive à equipe da Unidade Básica de Saúde Odete de Brito Guerra em sua atuação nos pontos de apoio da zona rural, entre eles o Posto de Saúde do Mulungu.
Art. 2º Fica aprovada a FICHA DE PLANO DE CUIDADO — CONDIÇÕES CRÔNICAS, na forma do Anexo II desta Portaria, de uso obrigatório por todas as equipes de Atenção Primária do Município.
§ 1º A Ficha será utilizada durante o atendimento e seus dados deverão ser integralmente transcritos para o Prontuário Eletrônico do Cidadão no mesmo dia, admitido o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas nas unidades sem conectividade estável.
§ 2º A Ficha preenchida será arquivada no prontuário da família, na unidade de atendimento.
Art. 3º A estratificação de risco será realizada por médico ou enfermeiro, conforme a competência de cada categoria profissional, e registrada no Prontuário Eletrônico do Cidadão com a indicação do estrato atribuído, dos critérios que o justificaram, da data da avaliação e do profissional responsável.
Art. 4º A periodicidade mínima do acompanhamento observará o estrato de risco atribuído, conforme parâmetros fixados no Anexo I.
Parágrafo único. Os parâmetros constituem piso, podendo ser intensificados a critério da equipe conforme a situação clínica; a redução da frequência abaixo do parâmetro depende de justificativa clínica registrada em prontuário.
Art. 5º São de registro obrigatório, no Sistema e-SUS Atenção Primária à Saúde:
I – A consulta médica e a consulta de enfermagem, com a respectiva codificação e condição avaliada;
II – A aferição da pressão arterial e a avaliação antropométrica;
III – A avaliação dos pés das pessoas com diabetes mellitus, ao menos uma vez por ano;
IV – A visita domiciliar realizada pelo agente comunitário de saúde;
V – As atividades coletivas, com a respectiva lista de participantes;
VI – A solicitação E o resultado dos exames;
VII – As metas pactuadas, as intervenções programadas e as reavaliações do plano de cuidado.
Art. 6º A ausência da pessoa ao retorno programado ensejará busca ativa pelo agente comunitário de saúde no prazo de até 15 (quinze) dias, com registro da tentativa no Sistema e-SUS Atenção Primária à Saúde.
Parágrafo único. Não localizada a pessoa após 3 (três) tentativas, o caso será levado à reunião de equipe para definição de conduta.
Art. 7º Compete à Coordenação Municipal de Atenção Básica:
I – Capacitar as equipes no Protocolo e na utilização da Ficha, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Portaria, com registro em ata e lista de presença;
II – Extrair e analisar, a cada quadrimestre, os indicadores municipais previstos no Anexo I, por equipe e por unidade;
III – Devolver os resultados às equipes em reunião, com registro;
IV – Manter a guarda da documentação comprobatória e disponibilizá-la aos órgãos de controle quando requisitada;
V – Propor a revisão do Protocolo.
Art. 8º O Protocolo será revisto ordinariamente a cada 24 (vinte e quatro) meses, ou extraordinariamente sempre que houver alteração da normativa federal aplicável.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Municipal de Atenção Básica, ouvida a Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Felipe Guerra/RN, 31 de agosto de 2026.

JACKELINE GURGEL CAMARA
Secretária Municipal de Saúde de Felipe Guerra/RN

Publicado por:
Amanda Layze Soares Barra
Código Identificador:BA4059EF

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO DA LEI LEI Nº 647/2026 - GP

LEI nº 647/2026 - GP

Ementa: Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial à Lei Orçamentária Anual do Município e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
FAÇO SABER, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e **EU** sanciono a seguinte
L E I
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, por Decreto, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com supedâneo na Lei Federal nº 4.320, arts. 42, 43, 45 e 46 e na lei orçamentária vigente nº 625/2025, para suprir deficiência do orçamento corrente, pautado no seguinte:

I - Inclusão de nova fonte de financiamento a seguir:
Unid. Orçamentária: 05.001 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
12.361.0053.2.015 – Manutenção do FUNDEB 70%.
3.0.00.00.00 – Despesas Corrente
3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00 – Aplicação Direta
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 100.000,00

Fonte:15401072 (Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Profissionais em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica)
Total.....R$ 100.000,00

Art. 2o Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o, incisos I, decorrem das seguintes fontes de financiamento:
I – R$ 100.000,00 (cem mil reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

Unid. Orçamentária: 05.001 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
12.365.0053.2.023 – Manutenção do Ensino Infantil 30%
3.0.00.00.00 – Despesas Corrente
3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00 – Aplicação Direta
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 100.000,00

Fonte:15400000 (Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos)
Art. 3o Os créditos adicionados poderão ser suplementados até o limite estabelecido na Lei Orçamentária Anual.
Art. 4º - As alterações dos programas e ações de que trata esta lei passarão a integrar automaticamente o PPA e a LDO.
Art. 5oEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Felipe Guerra-RN, 09 de setembro de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janailson Romao de Freitas
Código Identificador:A6B40F7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026.
SERVIÇOS BANCÁRIOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE
PAGAMENTO E DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS. DESCUMPRIMENTO DA
OBRIGAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE PONTO DE
ATENDIMENTO PRESENCIAL, COM REPRESENTANTE HABILITADO E
TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO (ATM-O 24). EXAURIMENTO DO
PRAZO CONTRATUAL IMPRORROGÁVEL DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS.
NOTIFICAÇÃO PRÉVIA EXPEDIDA. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA
ASSEGURADOS. RAZÕES DE DEFESA REJEITADAS. INADIMPLEMENTO
CONFIRMADO POR VISTORIA IN LOCO. INOCORRÊNCIA DE CULPA DA
ADMINISTRAÇÃO. PARECER JURÍDICO Nº 18/2026 DA PROCURADORIAGERAL
DO MUNICÍPIO CONVERGENTE. EXTINÇÃO UNILATERAL
DECRETADA COM FUNDAMENTO NO ART. 137, I, C/C ART. 138, I, DA LEI
FEDERAL Nº 14.133/2021. CONSEQUÊNCIAS DO ART. 139. RETENÇÃO DE
CRÉDITOS (ART. 139, IV). INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE
RESPONSABILIZAÇÃO POR COMISSÃO (ARTS. 155, II, 156 E 158).
MEDIDAS DE CONTINUIDADE DO SERVIÇO. RECURSO NO PRAZO DE 3
(TRÊS) DIAS ÚTEIS (ART. 165, I, “e”).
O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte,
no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com
fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos
autos do processo administrativo de extinção contratual em epígrafe,
I. DO RELATÓRIO E DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL
1.1. Cuida-se de processo administrativo instaurado para apuração de inadimplemento e eventual extinção unilateral do Contrato Administrativo nº 63/2026,
firmado em 13 de abril de 2026 entre o Município de Felipe Guerra/RN e a instituição
financeira Delta Global Sociedade de Crédito Direto S.A. (CNPJ nº 55.823.094/0001-
90), cujo objeto é a prestação de serviços bancários e a operacionalização integral da
folha de pagamento do Município, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº
005/2026 e do respectivo Termo de Referência.
1.2. Nos termos do item 1.4 da Cláusula Primeira do instrumento contratual e do item
8.2 do Termo de Referência, competia à contratada, no prazo máximo e improrrogável
de 30 (trinta) dias corridos contados da homologação do certame, ocorrida em 09 de
abril de 2026 – Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio

Grande do Norte no dia 10/04/2026. Edição 3768, promover a integral implantação e
operacionalização de ponto de atendimento presencial no Município de Felipe
Guerra/RN, provido de representante habilitado (itens 6.4 e 6.4.1 do Termo de
Referência) e de terminal de autoatendimento eletrônico do tipo mini caixa eletrônico
(ATM-O 24), vinculado à rede Banco24Horas/Tecban (item 9.1.2 da Cláusula Nona).
O termo final da obrigação verificou-se, portanto, em 14 de maço de 2026.
1.3. Transcorrido o prazo contratual sem demonstração de cumprimento, o processo
foi provocado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
(SEMARH), por meio do Despacho nº 01/2026-SEMARH, de 23 de junho de 2026.
Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral do Município, pelo Despacho nº
013/2026, de 25 de junho de 2026, opinou pela expedição de notificação prévia à
contratada, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação e defesa — prazo
concedido por analogia ao art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e em observância ao art.
5º, LV, da Constituição Federal, uma vez que a Lei não fixa prazo específico para a
defesa prévia no procedimento de extinção unilateral.
1.4. A Notificação Administrativa foi regularmente expedida por correio eletrônico em
2 de julho de 2026, com recebimento inequívoco confirmado pela contratada. Em 21
de julho de 2026, a Delta Global Sociedade de Crédito Direto S.A. apresentou
tempestivamente sua defesa (denominada Contranotificação), na qual aduziu, em
síntese: a) o pleno funcionamento de sua plataforma digital e de seu aplicativo; b) a
tempestividade das tratativas de integração com a Tecban, administradora da rede
Banco24Horas; c) que já havia providenciado a contratação do imóvel destinado ao
ponto de atendimento, situado na Avenida Mira Selva, nº 696, Cidade Alta; e d) que o
atraso na operacionalização decorreria exclusivamente da demora do próprio
Município no envio das bases de dados e dos arquivos de teste da folha de
pagamento.
1.5. Para confrontar as alegações defensivas com a realidade fática da execução, a
Gestora Municipal de Contratos, Sra. Iara Rodrigues Leite, realizou vistoria técnica in
loco em 18 de agosto de 2026. O respectivo relatório de fiscalização, instruído com
registro fotográfico datado, consignou que o estabelecimento indicado como ponto
de atendimento presencial encontrava-se com as portas trancadas, com placa de
“Fechado”, desprovido de mobiliário e de equipamentos, sem representante para
atendimento e sem a disponibilização ou o funcionamento do terminal de
autoatendimento (ATM-O 24), concluindo pela persistência integral do
inadimplemento e recomendando a extinção do ajuste.
1.6. Remetidos os autos à Procuradoria-Geral do Município para manifestação
conclusiva, o Procurador-Geral, Dr. Igor Leite Linhares (OAB/RN 4.270), emitiu o
Parecer Jurídico nº 18/2026, de 26 de agosto de 2026, no qual reconheceu a robustez
do conjunto probatório quanto à persistência do inadimplemento e opinou pela
extinção unilateral do Contrato Administrativo nº 63/2026, com fundamento no art.
137, I, da Lei nº 14.133/2021, bem como pela instauração de processo de
responsabilização, nos termos do art. 156 do mesmo diploma.
1.7. É o relatório. Passa-se à fundamentação.
II. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA
2.1. Da prerrogativa extintiva da Administração. O regime jurídico-administrativo
confere ao contratante a prerrogativa de extinguir unilateralmente o ajuste diante de
causa legítima prevista em lei. O art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que
constitui motivo para extinção do contrato “o não cumprimento ou o cumprimento
irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de
projetos ou de prazos”. A formalização dá-se, nos termos do art. 138, I, do mesmo
diploma, mediante ato unilateral e escrito da Administração, exigindo-se motivação
formal nos autos e a prévia observância do contraditório e da ampla defesa (art. 137,
§ 4º, e art. 5º, LV, da Constituição Federal) — requisitos integralmente atendidos,
conforme narrado nos itens 1.3 a 1.6 desta Decisão.
2.2. Da essencialidade da obrigação descumprida e do grave dano. A obrigação
inadimplida não é acessória nem meramente instrumental. A implantação de ponto
de atendimento presencial, com representante habilitado e terminal de
autoatendimento no território municipal, integra o núcleo essencial do objeto
contratado, porquanto a finalidade do ajuste é assegurar a prestação integral de
serviços bancários e o processamento da remuneração dos servidores públicos
municipais. Felipe Guerra/RN é município de pequeno porte, cuja população servidora
depende de atendimento presencial e de meio acessível de saque de numerário. A
ausência da estrutura física obsta a fruição do serviço, impõe deslocamento a outros
municípios e onera de modo desproporcional os servidores, frustrando o interesse
público primário e os princípios da eficiência e do planejamento consagrados no art.
5º da Lei nº 14.133/2021. Configura-se, assim, não simples inexecução parcial, mas
inexecução parcial que causa grave dano ao funcionamento do serviço público e ao
interesse coletivo, na dicção do art. 155, II, da Lei nº 14.133/2021.
2.3. Da análise e da rejeição das razões de defesa. Os argumentos deduzidos na
Contranotificação não infirmam o inadimplemento, pelas razões que se expõem
individualmente:
a) Da insuficiência da plataforma digital. A alegação de pleno funcionamento da
plataforma eletrônica e do aplicativo não elide o inadimplemento. A disponibilização
de canais digitais não supre nem substitui a obrigação autônoma, expressa e
cumulativa de manter estrutura física de atendimento presencial (itens 6.4, 6.4.1 e 8.2
do Termo de Referência). Tratando-se de obrigações cumulativas, o adimplemento
de uma delas não legitima o descumprimento da outra.
b) Do risco contratual quanto a terceiros (Tecban). A justificativa fundada na
negociação com a administradora da rede Banco24Horas configura res inter alios

acta, inoponível à Administração contratante. O item 9.1 da Cláusula Nona do
Contrato atribui integralmente à contratada os riscos inerentes à execução dos
serviços, em consonância com a matriz de alocação de riscos prevista no art. 103 da
Lei nº 14.133/2021. Eventual morosidade da Tecban ou de terceiros por ela
acionados insere-se no risco ordinário da atividade empresarial da contratada, não
afastando sua responsabilidade perante o Município.
c) Da ausência de nexo causal com o envio dos arquivos de teste. O argumento de
mora do Município no envio de arquivos e folhas de teste não guarda nexo de
causalidade com o dever de implantação física do ponto de atendimento. Trata-se de
obrigações independentes e de execução paralela: a instalação do estabelecimento
e do terminal de autoatendimento tinha termo final próprio, anterior à necessidade de
processamento efetivo das folhas, e sua execução material não dependia, sob
qualquer aspecto, do recebimento de bases de dados. A alegação, ademais, não veio
acompanhada de qualquer notificação prévia da contratada ao Município quanto à
suposta mora administrativa, o que seria ônus seu, na forma do art. 137, § 2º, da Lei
nº 14.133/2021.
d) Da desconstituição fática da alegação de implantação. A afirmação de que o ponto
estaria "plenamente implantado e operacional" na Avenida Mira Selva, nº 696, restou
desmentida pela vistoria in loco de 18 de agosto de 2026, realizada pela Gestora de
Contratos no exercício da atribuição prevista no art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O
relatório de fiscalização e o registro fotográfico que o instrui — atos administrativos
dotados de presunção de legitimidade e de veracidade — demonstram que o
estabelecimento se encontrava fechado, vazio e sem o terminal de autoatendimento,
sem que a contratada tenha produzido contraprova apta a elidir tal presunção.
2.4. Da inocorrência de culpa da Administração. Registre-se expressamente, para os
fins do art. 138, I, parte final, da Lei nº 14.133/2021 — que veda a extinção unilateral
quando o descumprimento decorra de conduta da própria Administração —, que o
inadimplemento apurado não é imputável, nem sequer parcialmente, ao Município de
Felipe Guerra/RN, pelas razões expostas no item 2.3, "c", supra. Por igual, não se
configura qualquer das hipóteses do art. 137, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, inexistindo
direito da contratada à extinção ou ao ressarcimento de que trata o art. 138, § 2º.
2.5. Da proporcionalidade da medida. A extinção contratual, medida de maior
gravidade entre as respostas disponíveis à Administração, mostra-se, no caso,
necessária e proporcional: (i) a contratada foi previamente notificada e teve
oportunidade real de sanar o inadimplemento; (ii) decorridos mais de 4 (quatro)
meses do termo final da obrigação e mais de 45 (quarenta e cinco) dias da defesa, a
irregularidade permanecia integralmente não sanada, conforme vistoria de 18 de
agosto de 2026; e (iii) medidas menos gravosas — notificação, advertência ou nova
dilação — revelaram-se inúteis diante da inércia demonstrada, não havendo elemento
nos autos que sinalize disposição de adimplir em prazo compatível com o interesse
público.

III. DAS CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO E DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

3.1. Da retenção de créditos. A extinção determinada por ato unilateral da
Administração autoriza, na forma do art. 139, IV, da Lei nº 14.133/2021, a retenção
dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à
Administração Pública e das multas aplicadas. Adota-se, pois, fundamento legal
expresso, e não construção implícita, para a medida acautelatória determinada nesta
Decisão. A retenção tem natureza cautelar e não importa apropriação definitiva dos
valores, que somente poderá ocorrer após decisão final no processo de
responsabilização, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com posterior
encontro de contas e devolução de eventual saldo remanescente à contratada.
3.2. Da garantia contratual. Caso prestada garantia na forma do art. 96 da Lei nº
14.133/2021, deverá ser promovida a sua execução para os fins do art. 139, III, "a" e
"c", do mesmo diploma, com prévia notificação do respectivo emitente, na forma
exigida pelo art. 137, § 4º, quanto à instauração do processo administrativo de
apuração de descumprimento contratual.
3.3. Da responsabilização administrativa. A conduta apurada amolda-se, em tese, ao
art. 155, II, da Lei nº 14.133/2021, sujeitando a contratada às sanções do art. 156 do
mesmo diploma, notadamente a multa (inciso II), calculada na forma do edital e do
contrato e observados o piso de 0,5% e o teto de 30% do valor contratual (art. 156, §
3º), e o impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta
e indireta do Município de Felipe Guerra/RN, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art.
156, III e § 4º). A Cláusula Décima Segunda, item 12.2, "d", iii, do Contrato prevê multa
compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do ajuste, que perfaz
R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).
3.4. Da vedação ao prejulgamento da sanção. Não cabe a esta Decisão fixar, desde
logo, a espécie, o percentual ou o valor da penalidade, sob pena de esvaziamento do
contraditório no processo de responsabilização. A dosimetria observará os critérios
do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 — natureza e gravidade da infração,
peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes e atenuantes, danos
causados e existência de programa de integridade —, bem como os princípios da
razoabilidade e da proporcionalidade, competindo a definição exclusivamente à
autoridade competente ao término da instrução.
3.5. Do rito do processo de responsabilização. Por envolver a possibilidade de
aplicação da sanção prevista no art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, o processo deverá
observar o rito do art. 158 do mesmo diploma, sendo conduzido por comissão
composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, com intimação da contratada para

apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir no prazo de
15 (quinze) dias úteis.
3.6. Dos efeitos da Decisão e do recurso cabível. Contra esta Decisão cabe recurso
no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 165,
I, "e", da Lei nº 14.133/2021, dirigido à autoridade que a proferiu, que, se não a
reconsiderar no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, devidamente
motivado, à autoridade superior, para decisão em até 10 (dez) dias úteis (art. 166).
Consigna-se, ainda, que o recurso terá efeito suspensivo do ato recorrido até que
sobrevenha decisão final da autoridade competente, na forma do art. 168 da Lei nº
14.133/2021, razão pela qual as medidas de continuidade do serviço determinadas
no dispositivo deverão ser planejadas de modo a não comprometer o pagamento dos
servidores municipais durante eventual tramitação recursal.
IV. DA DECISÃO
Ante o exposto, e acolhendo integralmente o Parecer Jurídico nº 18/2026 da
Procuradoria-Geral do Município, DECIDO:
A) DECLARAR A EXTINÇÃO UNILATERAL do Contrato Administrativo nº 63/2026,
celebrado entre o Município de Felipe Guerra/RN e a empresa Delta Global Sociedade
de Crédito Direto S.A. (CNPJ nº 55.823.094/0001-90), com fundamento no art. 137, I,
c/c o art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão do descumprimento culposo
da obrigação de implantação e operação do ponto de atendimento presencial e do
terminal de autoatendimento no prazo contratual improrrogável estabelecido.
B) REJEITAR as razões de defesa apresentadas pela contratada em 21 de julho de
2026 (Contranotificação), pelos fundamentos expostos no item 2.3 desta Decisão.
C) CONSIGNAR, para os fins do art. 138, I, parte final, e do art. 138, § 2º, da Lei nº
14.133/2021, que a extinção não decorre de conduta imputável à Administração
Municipal, não fazendo jus a contratada ao ressarcimento ali previsto.
D) DETERMINAR, com fundamento no art. 139, IV, da Lei nº 14.133/2021, a retenção
dos créditos decorrentes do contrato eventualmente titularizados pela contratada
perante o Município, até o limite dos prejuízos apurados e das multas que vierem a
ser aplicadas, cabendo à Secretaria Municipal de Finanças a identificação e a
segregação contábil dos valores, com prestação de contas nos autos e devolução de
eventual saldo remanescente ao final.
E) DETERMINAR à SEMARH que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, informe nos autos
a existência e a modalidade de garantia contratual prestada nos termos do art. 96 da
Lei nº 14.133/2021 e, havendo garantia, promova a notificação do respectivo
emitente, na forma do art. 137, § 4º, adotando as providências necessárias à sua
execução para os fins do art. 139, III, "a" e "c", do mesmo diploma.
F) DETERMINAR a instauração de processo administrativo de responsabilização em
face da contratada, para apuração da infração tipificada no art. 155, II, da Lei nº
14.133/2021 e eventual aplicação das sanções previstas no art. 156, II e III, do mesmo
diploma, observado o seguinte:
I – o processo será conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores
estáveis, a ser designada por portaria no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do
art. 158 da Lei nº 14.133/2021;
II – a contratada será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da
intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
III – a multa contratual, se aplicada, observará o limite de até 5% (cinco por cento) do
valor total do contrato, previsto no item 12.2, "d", iii, da Cláusula Décima Segunda,
respeitados o piso e o teto do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;
IV – a espécie, o percentual e o prazo das sanções serão definidos ao final da
instrução, com observância dos critérios de dosimetria do art. 156, § 1º, da Lei nº
14.133/2021, vedado qualquer prejulgamento.
G) DETERMINAR a intimação da contratada acerca do inteiro teor desta Decisão, com
entrega de cópia integral e franqueamento de vista dos autos, cientificando-a de que
poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento da
intimação, nos termos do art. 165, I, "e", da Lei nº 14.133/2021, o qual terá efeito
suspensivo na forma do art. 168 do mesmo diploma.
H) DETERMINAR à SEMARH a adoção imediata de plano de contingência e de
transição destinado a assegurar a continuidade do processamento e do pagamento
da folha de pessoal do Município, contemplando: I – a definição da data de cessação
efetiva da execução contratual, observado o efeito suspensivo de eventual recurso; II
– a obtenção e a migração segura das bases de dados e dos cadastros bancários dos
servidores; e III – a avaliação, com prévia manifestação da Procuradoria-Geral do
Município, da necessidade de contratação emergencial fundada no art. 75, VIII, da Lei
nº 14.133/2021, ou da deflagração de novo procedimento licitatório, conforme se
mostre mais adequado ao interesse público.
I) DETERMINAR a publicação desta Decisão no Diário Oficial dos Municípios do
Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e a sua divulgação no Portal Nacional de
Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem
como o registro do extrato de extinção nos sistemas de controle pertinentes.
J) DETERMINAR o encaminhamento de cópia integral dos autos à Controladoria-Geral
do Município, para ciência e acompanhamento, e à Procuradoria-Geral do Município,
para as providências de sua alçada quanto à apuração e à eventual cobrança de
prejuízos causados ao erário.
K) Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos
Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN).
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Felipe Guerra/RN, 03 de setembro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Felipe Guerra/RN

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:4BCB4F7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 824198/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 046/2026. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de FELIPE GUERRA/RN - CNPJ: 08.349.086/0001-74. **CONTRATADA:** CARLOS MARCOS DA SILVA SOUSA – CPF: 023.***.***-96. **OBJETO:** Contratação da apresentação artística exclusiva da banda **"Metal Gods",** para realização de apresentação musical ao vivo, a ser realizada no dia 12 de setembro de 2026, durante o evento Abelhudo Rock Festival, integrante da programação oficial da tradicional Festa de Emancipação Política do Município de Felipe Guerra/RN. Dotação Orçamentária: **08 - Secretaria Municipal de Turismo e Eventos.** Programa: 0064 - CIDADE DE EVENTOS – TRADIÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL – AÇÃO: 2035 Realização de Eventos Histórico e Culturais - Classificação Econômica: 3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA. **Fonte de Recursos:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021; Valor contratual de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). Termo de Ratificação: 03/09//2026.

Felipe Guerra-RN, 03 de setembro de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:D0D26841

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 00209001/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 00209001/2026
Objeto:.Aquisição de peças automotivas para Veiculo Ambulância pertencente a Sec. Mun. de Saúde de Frutuoso Gomes.
Contratado: FRIOTEC REFRIGERACAO LTDA (08.481.012/0001-97)
Valor Total Julgado: R$ 395,00
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:D72A9DC3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0209002/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0209002/2026
Objeto: Contratação de serviços para manutenção de veículoambulância pertencente a Sec. Municipal de Saúde de Frutuoso Gomes RN
Contratado: FRIOTEC REFRIGERACAO LTDA (08.481.012/0001-97)
Valor Total Julgado: R$ 1.820,00
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/09/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:6470C24F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 490/2026/PMG-GP

Exonera Servidor do Cargo Comissionado deAssistente II e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°- Exonerar o senhor,**SÁVIO NASCIMENTO DE ALMEIDA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.077.614-****, do Cargo em Comissão de Assistente II do Município de Galinhos/RN, código **CC-5** da**SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS.**

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de setembro de 2026.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 03 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:B248B8AA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 491/2026/PMG-GP

Exonera Servidor do Cargo Comissionado deSecretário Adjunto e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°- Exonerar o senhor,**MARIO ROCHA PINHEIRO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.043.257-****, do Cargo em Comissão de Secretário Adjunto de Transportes do Município de Galinhos/RN, código **CC-2** da**SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES.**

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de setembro de 2026.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 03 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:2596B0AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 492/2026/PMG-GP

Exonera Servidor do Cargo Comissionado deAssistente de Transporte e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:
Art. 1°- Exonerar o senhor,**FABIO DA SILVA BANDEIRA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****. 521.924-****, do Cargo em Comissão de Assistente de Transporte do Município de Galinhos/RN, código **CC-4A** da**SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de setembro de 2026.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 03 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:600C88E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 493/2026/PMG-GP

Nomeia Servidor para o Cargo Comissionado deAssistente de Transporte e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°- Nomear o senhor,**ADAILTON TARQUINO DE BRITO LIMA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.748.124-****, para o Cargo em Comissão de Assistente de Transporte do Município de Galinhos/RN, código **CC-4A** da**SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de setembro de 2026.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 03 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:1186A4F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 494/2026/PMG-GP

Nomeia Servidor para o Cargo Comissionado deassistente I e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:
Art. 1°- Nomear o senhor,**RUBENS ANDERSON DE OLIVEIRA MENDONÇA,** inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.077.584-****, para o Cargo em Comissão de assistente I do Município de Galinhos/RN, código **CC-4** da**SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES.**

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de setembro de 2026.

Art. 3º- Revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Galinhos (RN), 03 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:BD33578F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 495/2026/PMG-GP

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GALINHOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença prêmio a servidora, **ANA CRISTINA RIBEIRO DO MONTE**, inscrita no CPF sob número: ***.544.804-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob a Matrícula nº 310;

Art. 2º - A Licença prêmio de 03 (três) meses, com direito ao gozo no período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2026.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026..

Dê-se Ciência, Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Galinhos (RN), 03 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:B916BFE9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 496/2026/PMG-GP

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GALINHOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença prêmio a servidora, **RITA NICÁCIA DA SILVA BRITO**, inscrita no CPF sob número: ***.797.444-**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sob a Matrícula nº 245;

Art. 2º - A Licença prêmio de 03 (três) meses, com direito ao gozo no período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2026.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026..

Dê-se Ciência, Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Galinhos (RN), 03 de setembro de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:06B0C2CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 1407001/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA GM DOS SANTOS PONTES LTDA, CNPJ: 16.874.288/0001-63.

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, com sede na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n° 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Jurídica GM DOS SANTOS PONTES LTDA,CNPJ: 16.874.288/0001-63, sediada na Rua Coronel Vicente Saboia, 52, Sala C, Centro, CEP: 59.600-120, Mossoró/RN, neste ato representada pelo SrGLEYDSON MAGNO DOS SANTOS PONTES, portador da Cédula de Identidade sob n° 04635349712-DETRAN/RN e inscrito no CPF sob nº 013.035.484-88 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei nº 14.133/21, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. O presente termo tem por objeto a renovação de prazo com escopo no art. 107 da Lei nº 14.133/21 referente à contratação de Pessoa Jurídica visando ao fornecimento de materiais esportivos, artigos para premiação e correlatos, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Juventude e Desporto e Secretaria Municipal de Educação de Governador Dix-Sept Rosado/RN.
:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser renovado, conforme no art. 107 da Lei nº 14.133/21 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
3. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
3.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 1407001/2025 ao Pregão Eletrônico nº 012/2024 ao Processo Administrativo n° 077/2024 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 14 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal De Governador Dix-Sept Rosado/RN	GM Dos Santos Pontes LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***GLEYDSON MAGNO DOS SANTOS PONTES***
Prefeito Municipal	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:71B766E4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 086/2025 À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN E A PESSOA JURÍDICA ADM DOC GESTAO ELETRONICA DE DOCUMENTOS LTDA, CNPJ: 28.079.300/00

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, sediada na Rua Josué Dias, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n° 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica **ADM DOC GESTAO ELETRONICA DE DOCUMENTOS LTDA, CNPJ: 28.079.300/0001-27**, sediada na Rua Prudente de Morais, 1047, Andar 1, Santo Antônio, CEP: 59.611-100, Mossoró/RN, neste ato representada pelo **Sr. RICHARDESON FAGNER DE OLIVEIRA GRANGEIRO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 01110100142-DETRAN/RN devidamente inscrito no CPF sob n° 035.080.664-01, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1. O presente termo tem por objeto a renovação do Termo de Contrato nº 086/2025 embasada no art. 107 da Lei n° 14.133/2021 referente à prestação dos serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de um website institucional; 20 caixas de emails institucionais; um Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC); um Sistema de Ouvidoria; um sistema para gerir as demandas das secretarias; e um Dashboard de monitoramento das demandas do município e indicadores de saúde em atendimento as demandas da Prefeitura de Governador Dix-Sept Rosado-RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO-RENOVAÇÃO:
2. O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado-renovado, conforme art. 107 da Lei n° 14.133/2021, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE:
3. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação da proposta.
3.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:
4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
4.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato n° 086/2025 à Dispensa de Licitação nº 016/2025 ao Processo Administrativo n° 063/2025 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Gov. Dix-Sept Rosado/RN, 21 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal De Governador Dix-Sept ROSADO/RN	ADM Doc Gestao Eletronica De Documentos LTDA
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***RICHARDESON FAGNER DE OLIVEIRA GRANGEIRO***
Prefeito Municipal	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:E85A31B1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 02090001/2026 A INEXIGIBIDADE Nº 043/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN EMPRESA COMPANHIA PÃO DOCE DE TEATRO, INSCRITA NO CNPJ SOB O N° 06.198.739/0001-36.

Pelo presente contrato celebram de um lado a **MUNICÍPIO DE GOV. DIX-SEPT ROSADO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.094/0001-10, com sede na Rua Josué, 234, Centro, CEP: 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n° 2024141, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF sob nº 036.800.464-30, residente e domiciliado na Rua Maurilio Sales Dias, 2, Alto Santa Catarina, 59.790-000, Governador Dix-Sept Rosado/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **COMPANHIA PÃO DOCE DE TEATRO, inscrita no CNPJ sob o n° 06.198.739/0001-36,** sediada na Rua Nísia Floresta, 319, Alto da Conceição. CEP: 59.600-270, Mossoró/RN, neste ato representada pela Sra. **MÔNICA DANUTA CÂMARA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2176875 SSP/RN e inscrita no CPF sob n° 012.444.394-01, doravante denominado **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 070/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Inexigibilidade nº 043/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS PARA A REALIZAÇÃO DE 01 (UMA) APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO TEATRAL INFANTIL MUSICAL COM DURAÇÃO DE 50 (CINQUENTA) MINUTOS PELA CIA PÃO DOCE DE TEATRO, DESTINADA A COMPOR AS ATIVIDADES DE CULMINÂNCIA DA "IX SEMANA DA EDUCAÇÃO INFANTIL", PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Espetáculo teatral Infantil "Rádio Brincante", com a apresentação da Companhia Pão Doce de Teatro, a se realizar no dia 04 de setembro de 2026.	Serviço	01	R$ 3.500,00	R$ 3.500,00

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do Termo de Contrato é de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O valor total da contratação é de **R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).**
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Responsabilizar-se, na medida de sua conduta, por reparar os danos causados à Administração quando por decisão transitada e julgada não se confirmar a homologação das compensações.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em

razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:
Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.006 – FUNDO MUNICIPAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Função	12 - Educação
Sub função	365 – Educação Infantil
Programa	1003 – Educação Integral e Cidadã
Projeto/Atividade	2016 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - MDE
Elemento de Despesa	3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ
Fonte de Recursos	Ficha:260624 - 15001001 – Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de Impostos e Transferências de Impostos.
Fonte de Recursos	Ficha:260625 - 15730000 – Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Educação

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 02 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Governador Dix-Sept Rosado/RN	Companhia Pão Doce De Teatro
ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA	***MÔNICA DANUTA CÂMARA DE OLIVEIRA***
Prefeito do Município de Governador Dix-Sept Rosado/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

ADEMIRTON CARLOS EVANGELISTA SEGUNDO
Gestor Do Contrato

VERONICA ALVES PINTO
Fiscal Do Contrato

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:2FEB0706

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO N° 90.026/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN torna público que estará realizando o Pregão Eletrônica N° 90.026/2026, Processo Administrativo nº 000727/000049/2026 - Secretaria Municipal de Assistência Social que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de material gráfico e serigráfico para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, na plataforma eletrônica de licitações (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/cadastre-se), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereço eletrônico https://pmguamarern.transparencia.topsolutionsrn.com.br/licitacao, bem como poderão ser solicitados pelo e-mail cpl.guamare@gmail.com. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/cadastre-se). Sessão Inicial dia 18/09/2026, às 08h:30Min (Horário de Brasília/DF). Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no referido setor ou através dos telefones: (84) 99982-3647 (whattsapp).

GUAMARE / RN, 03 de setembro de 2026.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:96C7ED89

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2026

É dispensada a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostadas aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal.

PROCESSO Nº: 000639/000009/2025
CONTRATADA: J V P LOPES LTDA
CNPJ Nº: 47.677.561/0001-93
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:
A presente despesa será custeada pela seguinte dotação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 02.014 – SEC MUN DE IND, COM, SERV, ENER E PROJET ESPECIAIS
Ação: 2084 – APOIAR ATIV SEC, IND, COM, SEERV, ENERG E PROJ ESP
Natureza: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos

Região: 0001 – Guamaré
Valor: 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)
Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de ar-condicionado e instalação, destinados à atender as necessidades da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviços, Energias e Projetos Especiais, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Guamaré/RN, 23 de julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal de Guamaré

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:1B049898

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2026

É dispensada a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostadas aos autos, exigência do art. 72, inciso III, do mesmo diploma legal.

PROCESSO Nº: 002693/000229/2026
CONTRATADA: EDILSON PEREIRA DE GODOY LTDA
CNPJ Nº: 08.199.676/0001-68
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:
A presente despesa será custeada pela seguinte dotação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 02.012 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
Ação: 2332 – APOIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
Natureza: 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 – Guamaré
Valor: 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais)
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica à Secretaria Municipal de Tributação de Guamaré/RN, com foco na orientação, revisão e aperfeiçoamento dos processos e procedimentos de fiscalização tributária, bem como na realização de treinamentos e capacitação dos Auditores Fiscais Municipais, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Guamaré/RN, 27 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal de Guamaré/RN

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:31E8B36C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 568//2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 24/2026– Francisco de Assis Alves Neto.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho 01 (Administrador setorial no setor SEMA, datado em 21/07/2026, advindo do Processo de 002629/000026/2026, fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração envolvida. .

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 22 de Julho de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:9899EB8F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 245/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO/RN, inscrita no CNPJ nº 08.004.525/0001-07.

CONTRATADA: INFOMIX LTDA., inscrita no CNPJ nº 21.408.538/0001-00, com sede na Rua José Camilo Bezerra, nº 25-B, Conjunto São Raimundo, Ielmo Marinho/RN, CEP nº 59.490-000, neste ato representada pelo Sr. PAULO ROBERTO MAFRA, inscrito no CPF nº XXX.943.XXX-04.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSLADO DE PACIENTES PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO, GARANTINDO O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, PROMOVENDO UM SISTEMA DE SAÚDE MAIS INCLUSIVO, EFICIENTE E ACESSÍVEL A TODOS OS CIDADÃOS DESTE MUNICÍPIO.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 153/2025 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 02 de setembro de 2026 a 02 de setembro de 2027, permanecendo mantidas as condições, obrigações e valores atualmente pactuados.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 105 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, previsão de prorrogação constante da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 153/2025, bem como as justificativas, manifestações e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 245/2025.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 153/2025 não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.

SIGNATÁRIOS:

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN
CONTRATANTE

INFOMIX LTDA.
CNPJ nº 21.408.538/0001-00
PAULO ROBERTO MAFRA
CPF nº XXX.943.XXX-04
CONTRATADA

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:9BA3B35F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 97/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 031/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 29/07/2026, referente ao **processo administrativo nº 2384/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 97/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços gráficos e no fornecimento de materiais gráficos, visando atender às demandas das Secretarias Municipais do município de Ipanguaçu/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA		
CNPJ: 27.232.288/0001-86	TELEFONE: (34) 2324-0707	EMAIL: licitacao@rbdigital.com.br
ENDEREÇO: Rua Orozimbo Ribeiro, cidade de Uberlândia/MG		
REPRESENTANTE: Renato Augusto de Assunção Ribeiro		CPF: 367.XXX.XXX-XX

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Un.	Valor total
0013	APOSTILHA A4 - PAPEL 75G, IMP. PRETO E BRANCO	UN	1350	R$ 11,60	R$ 15.660,00
0077	BACKDROP TAM.: 3X3M	UN	40	R$ 599,99	R$ 23.999,60
0078	BACKDROP TAM.: 4X4	UN	35	R$ 1.099,99	R$ 38.499,65
Valor Global					**R$ 78.159,25**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 27 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal do Órgão Gerenciador

RENATO AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RIBEIRO
Representante Legal do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:6A719445

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

OBJETO: Registro de preços visando à Futura contratação de empresa especializada para locação de veículo tipo trator de esteira, destinado à execução de serviços de manutenção, limpeza e organização do terreno destinado ao lixão municipal, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Serviços Urbanos do Município de Ipanguaçu/RN.

CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas atualizações posteriores;
CONSIDERANDO, que após os lances e negociações diretas com o Pregoeiro, fora conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
CONSIDERANDO, ainda os autos do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 035/2026 – Processo Administrativo nº 1662/2026, encaminhado pelo Pregoeiro do Município;
Com base nas informações apresentadas, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o presente procedimento de licitação, que apresentou como vencedoras do processo licitatório em tela as empresas:

CG CONSTRUTORA GUIMARAES LTDA - CNPJ: 17.333.460/0001-34, no item 0001, valor Global: R$ 187.200,00 (cento e oitenta e sete mil e duzentos reais).

Dê -se ciência e cumpra -se.

Ipanguaçu/RN, 03 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:CF2BA0F1

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 106/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU E J J FERREIRA DA SILVA ME - CNPJ N° 13.336.010/0001-44.

O **MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Luiz Gonzaga, nº 800, Centro, Ipanguaçu/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 079.XXX.XXX-29, residente e domiciliado no município de Ipanguaçu/RN, doravante denominado simplesmente **DISTRATANTE**, resolve rescindir administrativamente e em comum acordo o **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 106/2024**, firmado com a empresa **J FERREIRA DA SILVA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **13.336.010/0001-44**, sediada na Rua EDUARDO RIBEIRO DE MELO, 77 - PRESIDENTE LULA – IPANGUACU/RN, CEP 59.508-000, neste ato representada por **JOSÉ JOSIMÁRIO FERREIRA DA SILVA**, doravante denominada **DISTRATADA**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes, de comum acordo, resolvem extinguir de forma amigável e consensual o Contrato de Prestação de Serviços nº 106/2024, firmado entre o DISTRATANTE e a DISTRATADA, com fundamento no disposto no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, que prevê a rescisão contratual por acordo entre as partes, bem como no artigo 472 do Código Civil, que admite a extinção contratual mediante mútuo consentimento.

Parágrafo Primeiro. A presente extinção decorre da autonomia da vontade das partes, observados os princípios da legalidade, da consensualidade, da boa-fé objetiva e do interesse público, que regem os contratos administrativos e privados.

Parágrafo Segundo. Assim, ficam extintos todos os efeitos jurídicos e obrigacionais do contrato original a partir da assinatura do presente instrumento, não subsistindo quaisquer direitos, deveres, encargos ou responsabilidades entre as partes, ressalvadas as obrigações expressamente previstas neste distrato ou as que, por sua natureza, devam perdurar após a extinção contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica consignado pelas partes que, por ocasião do presente distrato, não remanescem quaisquer obrigações financeiras ou dívidas em aberto a serem adimplidas pela Administração Pública em favor da Contratada, ressalvadas exclusivamente aquelas já constituídas e consolidadas até a presente data.

Declara ainda a DISTRATADA que, em relação a quaisquer valores ou pretensões posteriores ao presente distrato, confere plena, irrevogável e irretratável quitação à Administração, nada mais tendo a reclamar a esse título.

CLÁUSULA TERCEIRA: A presente extinção ocorreu por convenção das partes e de modo a assegurar o melhor interesse público, fundamentando-se no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: A presente extinção é firmada em caráter irrevogável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Ipanguaçu/RN para dirimir dúvidas que porventura venham a ocorrer com a execução deste termo.

CLÁUSULA SEXTA: Firma-se a presente extinção de forma bilateral, em 02 (duas) vias de igual teor e valor, para todos os fins legais e de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, idôneas e civilmente capazes.

Ipanguaçu/RN, 31 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal
Distratante

JOSÉ JOSIMÁRIO FERREIRA DA SILVA
Distratada

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F8580E15

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA 431/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU,ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDOo previsto no art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 079/2008, no que tange a concessão de diárias aos servidores, que a serviço, afastam-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional; e
CONSIDERANDOo disposto no art. 5º e no Anexo Único do Decreto Executivo Municipal nº 75/2021, que dispõe sobre a concessão de diárias;
RESOLVE:
Art. 1º – **Conceder** o pagamento de **02 (duas) diárias** ao servidor **LUAN RAYKKONEN ARAÚJO DO NASCIMENTO**, inscrito no CPF sob o nº ***.984.254-38, ocupante do cargo de Coordenador Nível III, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o montante de R$ 300,00 (trezentos reais), destinado a custear despesas com alimentação e hospedagem, em razão de sua participação no curso Gestão dos Recursos da Educação: Fortalecendo a Gestão Educacional, Financiamento, Execução e Transparência dos Recursos Públicos.
Art. 2º -Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 03 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:C3B9DF53

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA 432/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU,ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDOo previsto no art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 079/2008, no que tange a concessão de diárias aos servidores, que a serviço, afastam-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional; e
CONSIDERANDOo disposto no art. 5º e no Anexo Único do Decreto Executivo Municipal nº 75/2021, que dispõe sobre a concessão de diárias;
RESOLVE:
Art. 1º – **Conceder** o pagamento de **02 (duas) diárias** à servidora **SERJANE DE ARAÚJO**, inscrita no CPF sob o nº ***.729.284-41, ocupante do cargo de Secretária Municipal, no valor unitário de R$ 187,50 (cento e oitenta **e** sete reais e cinquenta centavos), totalizando o montante de R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais), destinado a custear despesas com alimentação e hospedagem, em razão de sua participação no curso Gestão dos Recursos da Educação: Fortalecendo a Gestão Educacional, Financiamento, Execução e Transparência dos Recursos Públicos.
Art. 2º -Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 03 de setembro de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:FCF4F7C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 81, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação e implementação do Fluxo Geral de Atendimento e dos Fluxos Setoriais da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente vítima ou testemunha de violência no Município de Itaú/RN, nos termos da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, do Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431/2017 e estabelece a necessidade de atuação articulada e coordenada dos órgãos da rede de proteção;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos integrados entre as políticas públicas municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, bem como a articulação com o Conselho Tutelar, Segurança Pública e Sistema de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de prevenir a revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;

CONSIDERANDO a Resolução CONANDA nº 235, de 12 de maio de 2023, que estabelece aos Conselhos de Direitos a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência;

CONSIDERANDO a própria Lei nº 13.431/2017 determina que os órgãos de Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública e Justiça adotem procedimentos diante da revelação espontânea.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 9.603/2018 prevê expressamente o acolhimento pela Educação, orientação sobre os procedimentos e comunicação ao Conselho Tutelar quando houver identificação ou revelação de violência.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam aprovados, no âmbito do Município de Itaú/RN, o Fluxo Geral de Atendimento e os Fluxos Setoriais de Atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência.
Art. 2º Os fluxos estabelecidos neste Decreto deverão ser observados pelos órgãos e serviços que integram a Rede de Proteção e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
Art. 3º O atendimento deverá observar os princípios da:
I – proteção integral;
II – prioridade absoluta;
III – dignidade da criança e do adolescente;
IV – não discriminação;
V – celeridade;
VI – mínima intervenção;
VII – não revitimização;
VIII – confidencialidade e proteção das informações;
IX – articulação intersetorial;
X – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

CAPÍTULO II
DO FLUXO GERAL DE ATENDIMENTO

Art. 4º O Fluxo Geral de Atendimento compreenderá, conforme a necessidade do caso:
I – identificação ou revelação da violência;
II – acolhimento inicial e proteção imediata;
III – avaliação de risco e de eventual necessidade de atendimento emergencial;
IV – comunicação ao Conselho Tutelar e/ou à autoridade policial, conforme a situação;
V – encaminhamento para atendimento de saúde, quando necessário;
VI – encaminhamento para atendimento socioassistencial;
VII – comunicação aos órgãos do Sistema de Justiça, quando cabível;
VIII – realização de escuta especializada pelos profissionais habilitados da rede de proteção, quando necessária;
IX – realização de depoimento especial exclusivamente pelas autoridades competentes, observadas as normas legais;
X – acompanhamento da criança, do adolescente e de sua família pela rede de proteção;
XI – monitoramento e contrarreferência dos encaminhamentos realizados.

CAPÍTULO III
DA REVELAÇÃO ESPONTÂNEA

Art. 5º Quando a criança ou o adolescente revelar espontaneamente situação de violência, o profissional que receber a revelação deverá:
I – acolher a criança ou adolescente de forma respeitosa;
II – manter postura não julgadora;
III – evitar perguntas desnecessárias;
IV – não induzir respostas;
V – não solicitar detalhes que não sejam indispensáveis à proteção imediata;
VI – registrar objetivamente as informações necessárias;
VII – comunicar o fato ao órgão competente, conforme o fluxo estabelecido;
VIII – assegurar o encaminhamento para atendimento especializado, quando necessário.
Parágrafo único. A criança ou adolescente não deverá ser submetido a repetidos relatos dos fatos pelos diferentes serviços da rede, de modo a evitar revitimização.

CAPÍTULO IV
DO FLUXO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º Compete à Política Municipal de Assistência Social:
I – realizar acolhida e atendimento socioassistencial;
II – avaliar vulnerabilidades e riscos sociais;
III – inserir a criança, adolescente e família nos serviços socioassistenciais adequados;
IV – realizar acompanhamento familiar;
V – articular benefícios, programas, serviços e demais políticas públicas;
VI – elaborar registros e relatórios técnicos necessários;
VII – realizar os encaminhamentos pertinentes;
VIII – manter comunicação com os demais integrantes da rede;
IX – participar das reuniões de estudo e acompanhamento de casos;
X – comunicar ao Conselho Tutelar e demais órgãos competentes situações que demandem proteção.
§ 1º O atendimento deverá ocorrer preferencialmente por equipe técnica capacitada, respeitadas as competências profissionais.
§ 2º O atendimento socioassistencial não substituirá a investigação policial ou judicial.

CAPÍTULO V
DO FLUXO DA SAÚDE

Art. 7º Compete à Rede Municipal de Saúde:
I – acolher a criança ou adolescente;
II – prestar atendimento emergencial quando necessário;
III – realizar avaliação clínica e demais procedimentos necessários;
IV – realizar notificações compulsórias previstas na legislação;
V – assegurar atendimento psicológico e/ou especializado quando disponível;

VI – realizar encaminhamentos para serviços de referência;
VII – garantir acompanhamento e continuidade do cuidado;
VIII – nos casos de violência sexual, adotar as medidas de atendimento e profilaxia previstas nos protocolos do SUS;
IX – preservar informações sigilosas;
X – comunicar situações que demandem proteção aos órgãos competentes.

CAPÍTULO VI
DO FLUXO DA EDUCAÇÃO

Art. 8º Compete à Rede Municipal de Educação:
I – identificar sinais de violência ou situações de risco;
II – acolher a criança ou adolescente;
III – evitar questionamentos investigativos;
IV – comunicar o Conselho Tutelar quando houver suspeita ou confirmação de violência;
V – encaminhar para os serviços da rede de proteção;
VI – garantir a permanência e o acesso à educação;
VII – adotar medidas para evitar exposição ou constrangimento;
VIII – acompanhar a frequência e o desenvolvimento escolar;
IX – participar da articulação intersetorial;
X – registrar os encaminhamentos realizados.

CAPÍTULO VII
DO CONSELHO TUTELAR

Art. 9º Compete ao Conselho Tutelar:
I – receber as comunicações de suspeita ou confirmação de violência;
II – realizar a avaliação da situação de risco;

III – aplicar as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
IV – requisitar serviços públicos necessários;
V – encaminhar os casos aos órgãos competentes;
VI – comunicar o Ministério Público quando cabível;
VII – articular a atuação da rede de proteção;
VIII – acompanhar o cumprimento das medidas aplicadas;
IX – manter registros adequados;
X – participar das reuniões intersetoriais de acompanhamento.
Parágrafo único. O Conselho Tutelar não realizará investigação criminal nem substituirá os procedimentos próprios da autoridade policial ou do Sistema de Justiça.

CAPÍTULO VIII
DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 10. A atuação da Segurança Pública observará suas competências legais, especialmente:
I – recebimento das comunicações de violência;
II – adoção das providências policiais cabíveis;
III – investigação dos fatos;
IV – proteção da vítima ou testemunha quando necessária;
V – articulação com o Conselho Tutelar;
VI – articulação com o Ministério Público e Poder Judiciário;
VII – adoção dos procedimentos relacionados ao depoimento especial, quando legalmente cabível.

CAPÍTULO IX
DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Art. 11. O Sistema de Justiça será articulado à Rede Municipal de Proteção, respeitada a autonomia e competência constitucional e legal de cada instituição.
Parágrafo único. A articulação poderá envolver:
I – Ministério Público;
II – Poder Judiciário;
III – Defensoria Pública;
IV – autoridade policial;
V – órgãos de proteção;
VI – demais instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

CAPÍTULO X
DA ESCUTA ESPECIALIZADA

Art. 12. A escuta especializada será realizada exclusivamente por profissionais capacitados e no âmbito de suas respectivas competências.
Art. 13. A escuta especializada terá finalidade de proteção e cuidado, sendo limitada ao estritamente necessário.
Art. 14. É vedada a realização de entrevistas sucessivas ou desnecessárias com a criança ou adolescente acerca dos mesmos fatos.
Art. 15. O depoimento especial não integra as atribuições ordinárias dos serviços municipais de Saúde, Educação ou Assistência Social.

CAPÍTULO XI
DO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES

Art. 16. Os órgãos integrantes da Rede de Proteção poderão compartilhar informações indispensáveis à proteção da criança ou adolescente, observados o sigilo profissional, a legislação de proteção de dados e os limites das competências institucionais.
Art. 17. O compartilhamento deverá ser realizado preferencialmente por meio de:
I – relatório técnico;
II – ficha de encaminhamento;
III – comunicação oficial;
IV – sistema institucional, quando existente;
V – reunião técnica de caso, quando necessária.
Art. 18. É vedada a divulgação pública de informações que permitam identificar a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.

CAPÍTULO XII
DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA

Art. 19. Fica reconhecido, no âmbito do Município de Itaú/RN, o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, vinculado ao CMDCA, nos termos da regulamentação aplicável.
Art. 20. Compete ao Comitê:
I – articular os serviços da rede;
II – acompanhar a implementação dos fluxos;
III – propor melhorias;
IV – identificar falhas e dificuldades na rede;
V – promover capacitações;
VI – acompanhar indicadores;
VII – discutir estratégias de prevenção da revitimização;
VIII – promover reuniões periódicas;
IX – elaborar recomendações aos órgãos municipais;
X – avaliar periodicamente os fluxos de atendimento.

CAPÍTULO XIII
DO FLUXO RESUMIDO
FLUXO GERAL MUNICIPAL

1-IDENTIFICAÇÃO / REVELAÇÃO DA VIOLÊNCIA

2-ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO IMEDIATA

3-AVALIAÇÃO DE RISCO

4-CONSELHO TUTELAR / AUTORIDADE POLICIAL, CONFORME O CASO

5-SAÚDE – quando houver necessidade

6-ASSISTÊNCIA SOCIAL – acompanhamento e proteção social

7-EDUCAÇÃO – quando houver vínculo escolar

8-MINISTÉRIO PÚBLICO / PODER JUDICIÁRIO – quando cabível

9-DEPOIMENTO ESPECIAL – quando determinado/legalmente cabível

10-ACOMPANHAMENTO PELA REDE

11-MONITORAMENTO E CONTRARREFERÊNCIA

CAPÍTULO XIV
DA CAPACITAÇÃO

Art. 21. O Município promoverá capacitação periódica dos profissionais que atuam direta ou indiretamente no atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
Art. 22. As capacitações deverão abordar, entre outros temas:
I – Lei nº 13.431/2017;
II – Decreto nº 9.603/2018;
III – escuta especializada;
IV – depoimento especial;
V – revelação espontânea;
VI – prevenção da revitimização;
VII – fluxos de atendimento;
VIII – proteção de dados e sigilo;
IX – identificação de sinais de violência;
X – trabalho intersetorial.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os órgãos municipais deverão divulgar internamente os fluxos aprovados por este Decreto e garantir que seus profissionais tenham conhecimento das respectivas atribuições.
Art. 24. Os fluxos poderão ser revisados sempre que identificada a necessidade de aperfeiçoamento da Rede de Proteção.

Art. 25. Os casos omissos serão analisados pelo Comitê de Gestão Colegiada, observada a legislação vigente e as competências legais de cada órgão.
Art. 26. Este Decreto deverá ser regulamentado, no que couber, por atos normativos dos órgãos municipais responsáveis.
Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaú-RN, 03 de setembro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, em 03 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:37886BE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 296/2026

Concede a servidora Evandia Alves Soares o pagamento do adicional constitucional de férias e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 367/2010 - Novo Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Itaú/RN, que assegura aos profissionais do magistério o direito a 45 (quarenta e cinco) dias de férias anuais, distribuídos nos períodos de recesso escolar;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora Evandia Alves Soares, por meio do qual solicita o pagamento do adicional constitucional de férias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora, Sra. **EVANDIA ALVES SOARES,** inscrita no CPF sob o nº 198.***,**8-06, ocupante do cargo Professor Graduado, matrícula nº 466, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 1/3 (um terço) de férias correspondente a sua remuneração por 30 (trinta) dias de serviço, mais 1/3 (um terço) de férias correspondente a sua remuneração por 15 (quinze) dias de serviço, referente ao período aquisitivo de 20/07/2025 a 19/07/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Itaú/RN, em 03 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:93052889

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 297/2026

Concede férias regulamentares à servidora Kesia Cristina Monteiro Brasil Almeida, ocupante do cargo Auxiliar de Ensino, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 77 e 78, da Lei Municipal nº 202/1992 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Itaú;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares à servidora **KESIA CRISTINA MONTEIRO BRASIL ALMEIDA**, inscrita no CPF sob o nº 010.***.**4-09, matrícula nº 469, ocupante do cargo Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal da Educação, referente ao período aquisitivo de 01/07/2023 a 30/06/2024, para gozo no período de 01/09/2026 a 30/09/2026, correspondente a 30 (trinta) dias.

Art. 2º Fica autorizado o setor competente a proceder com o pagamento do respectivo adicional de 1/3 (um terço) de férias constitucional, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Itaú/RN, em 03 de setembro de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:1660AAF1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 196/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 03 DE AGOSTO DE 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 102, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses ao servidor público municipal, **GILVAN PINTO RIBEIRO**, Gari, Matrícula n° 21, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme requerimento protocolado, com início no dia 04/09/2026 e termino 02/12/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 03 de setembro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:FD33045D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 197/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 03 DE AGOSTO DE 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 102, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses ao servidor público municipal, **JOSÉ ERIMAR DOS SANTOS**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula n° 133, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento protocolado, com início no dia 01/10/2026 e termino 29/12/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 03 de setembro de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:145CC310

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 246/2026 – SME

PORTARIA Nº 246/2026 – SME

Nomeia Comissão Eleitoral para organizar o processo de eleição do Conselho Municipal de Educação de Jandaíra/RN.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JANDAÍRA/RN, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Nomear os seguintes membros para compor a **Comissão Eleitoral responsável pela organização e acompanhamento da eleição do Conselho Municipal de Educação de Jandaíra/RN**:
I – Presidente: Gerania Pereira de Souza
II – Membro: Nicole Araújo Bezerra
III – Membro: Álvaro Matheus Batista Paz

Art. 2º – Compete à Comissão Eleitoral organizar, coordenar e acompanhar todas as etapas do processo eleitoral, incluindo inscrições, votação, apuração e divulgação do resultado.

Art. 3º – A Comissão Eleitoral exercerá suas atividades a partir de **06 de setembro de 2026**, permanecendo em funcionamento até a conclusão do processo eleitoral e a **posse dos membros eleitos**
.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jandaíra/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ CLAÚDIO QUIRINO
Secretário Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Jandaíra/RN

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:3DEF3AB7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº 105/2026 EMPENHO Nº 44/2026 E 51/2026.

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, ressalvada a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO a natureza dos serviços prestados, especialmente no tocante do serviço de recebimento e tratamento final ambientalmente adequado de resíduos sólidos urbanos domésticos do município, cuja essencialidade é indiscutível, seja pela necessidade de realizar o descarte adequado, ou, mesmo, pelo fato de a descontinuidade gerar transtornos de ordem diversa, inclusive, no tocante ao risco de contaminação e infecções em âmbito local.
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.234.399/0001-40,** relativamente aos **empenhos de nº. 44/2026 e 51/2026 no valor de R$ 16.272,76 (dezesseis mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos)** correspondente as **Notas Fiscais de nº. 162165 e 165790**, possibilitando a efetiva continuidade dos serviços prestados pela empresa contratada.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade do serviço prestado pelo contratado, evitando, assim, o descarte inadequado, com impactos negativos ao meio ambiente, com risco de contaminação do solo, água e ar, além de outros aspectos, atinentes ao ambiente sujeito a gerar contaminação territorial do município, motivo pelo qual prossegue-se com esta medida para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias

Janduís/RN, 03 de setembro de 2026.

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:D6C2B528

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº261/2026-GP.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 49, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora FRANCISCA DE FÁTIMA COSTA pleiteando a concessão de licença com remuneração integral para tratamento de saúde de seu genitor FRANCISCO DAS CHAGAS DA COSTA;

CONSIDERANDO os termos dos incisos I, II e III, art. 50 da Lei Municipal nº408/2011- Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica;

CONSIDERANDO ainda, Parecer Social emitido pela Assistente Social – CRESS/RN nº 1403, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, favorável à concessão da licença.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Licença com remuneração integral para tratamento de saúde de seu genitor Francisco das Chagas da Costa, a servidora FRANCISCA DE FÁTIMA COSTA, Professora PM3, matrícula 483, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Centro Municipal de Ensino Infantil Alice Pinheiro de Almeida, por um período de 06 (seis) meses, com vigência a 31 de agosto de 2026 a 26 de fevereiro de 2027.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a 31 de agosto de 2026,revogadas as disposições em contrário.

.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís.
Em, 01 de setembro de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:807AE1B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº262/2026-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 49, Inciso I, Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor GERRE VALDIR VÉRAS pleiteando a progressão horizontal**,**

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº311/2007, que estabelece o Plano de Carreira, de Cargos e Salários dos Servidores da Saúde do Município de Janduís.

R E S O L V E:

Art.1º Promover a Progressão Horizontal da letra "M" para Classe "N" do servidor GERRE VALDIR VÉRAS matricula nº327, ocupante do cargo público de GUARDA MUNICIPAL, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – Hospital Maternidade Maria Cristina Maia, a Progressão Horizontal se da conforme art. 19 da Lei Municipal nº311/2007.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís
Em 01 de setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:F9F2BD98

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADA POR INCORREÇÕES - JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº 102/2026
EMPENHO Nº 76/2026, 77/2026, 78/2026, 72/2026, 71/2026 E 70/2026.

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente sobre a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, e a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, com a comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO a natureza do contrato de fornecimento de combustível e que a descontinuidade teria o condão de gerar impactos negativos ao interesse público, principalmente diante da essencialidade de utilização de combustíveis nos mais diversos seguimentos.
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **R C F SILVA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.594.640/0002-16,** relativamente aos empenhos de **Nº 76/2026, 77/2026, 78/2026, 72/2026, 71/2026 e 70/2026**, no valor de **R$ 10.036,02 (dez mil e trinta e seis reais e dois centavos),** às **notas fiscais de Nº 3932, 0392, 3934, 3888, 3894 e 3892** , possibilitando a continuidade no fornecimento, de modo a preservar a manutenção dos serviços públicos com a utilização de transportes diversos.
A adoção da presente medida é justificada dada a essencialidade dos serviços públicos prestados a partir do fornecimento de combustíveis por parte da pessoa jurídica acima indicada, motivo pelo qual, à manutenção da estrutura em comento é essencial para o bom funcionamento da Municipalidade, motivo pelo qual prossegue-se com esta medida para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís/RN, 01 de setembro de 2026.

WILLI KESLE FERREIRA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras
Portaria nº241/2026-GP.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:FE71F264

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO HUMANA
ATA DE Nº 01 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

DATA: 02 de setembro
HORÁRIO: 15:30h
LOCAL: Escola Municipal Professor Leonel Cicero

1. COMPOSIÇÃO DA MESA
Contando com a presença dos conselheiros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, conforme lista de presença em anexo, havendo quórum regulamentar para deliberação.
2. PAUTA DO DIA

• Apresentação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
• Apresentação da composição
• Eleição da mesa diretora
• Apresentação e adesão ao SINAPIR

3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS
Aberta a reunião, a Coordenadora de Políticas Públicas e Igualdade Racial, Stephany Rayane Teixeira Brito, deu as boas-vindas aos presentes e destacou a importância do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial como instância de participação social, controle social e fortalecimento das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, bem como ao enfrentamento do racismo e de todas as formas de discriminação.
Em seguida, foi iniciada a apreciação das pautas.
1. Apresentação sobre o Conselho e a importância da participação dos conselheiros: foi realizada uma apresentação sobre as atribuições, finalidades e responsabilidades do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, ressaltando-se a importância da participação ativa dos conselheiros nas reuniões, discussões, deliberações e ações do órgão. Foi enfatizado que a atuação comprometida dos membros é fundamental para fortalecer o controle social, promover a defesa dos direitos e contribuir para a construção e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial no município.
2. Apresentação da composição do Conselho: na sequência, foi apresentada aos participantes a composição do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, contemplando seus respectivos representantes, conforme legislação municipal vigente. Foi ressaltada a importância da participação dos diferentes segmentos representados, garantindo a pluralidade, o diálogo e a construção coletiva das ações relacionadas à promoção da igualdade racial.
3. Eleição da Mesa Diretora: dando continuidade aos trabalhos, foi realizada a eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR. Após a apresentação das

candidaturas e deliberação dos presentes, foram eleitos os seguintes membros para compor a Mesa Diretora:

• **Presidente:** Antônio Cacio dos Santos;
• **Vice-Presidente:** Samuel Cleiton Ferreira;
• **Secretário:** Anny Imaculada Fernandes Matias;

Os membros eleitos foram apresentados aos demais conselheiros e passaram a exercer suas respectivas funções, conforme as atribuições estabelecidas no Regimento Interno do Conselho.

4. Apresentação sobre a adesão ao SINAPIR e aprovação da adesão: posteriormente, foi realizada uma apresentação sobre o **Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR**, destacando-se sua importância para o fortalecimento da política de promoção da igualdade racial, a articulação entre os entes federativos e a ampliação das possibilidades de desenvolvimento de ações, programas e projetos voltados à população negra e demais grupos étnico-raciais. Foram apresentados aos conselheiros os principais aspectos relacionados à adesão do município ao SINAPIR, bem como os benefícios e compromissos decorrentes dessa adesão.

4. DELIBERAÇÕES E VOTAÇÃO

Após as explanações e o debate entre os conselheiros, procedeu-se à votação:

• **Aprovação da Mesa Diretora:** Aprovado por unanimidade.
• **Aprovação à Adesão ao SINAPIR:** Aprovado por unanimidade.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual eu, Anny Imaculada Fernandes Matias, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, será assinada por todos os presentes.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:4820335E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
PORTARIA Nº 006/2026-GS.

Institui a Comissão de Trabalho Municipal da Política Municipal de Alfabetização – PMAJ, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Janduís/RN, estabelece suas competências, composição e funcionamento, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JANDUÍS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação municipal aplicável,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 205 e 211 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado, assegurando a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à garantia do direito à educação e à organização dos sistemas de ensino;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras;

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais voltadas à garantia da alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e à recomposição das aprendizagens nos anos iniciais;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a articulação, o planejamento, a execução, o acompanhamento e o monitoramento das ações de alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a importância da atuação integrada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação e o Conselho Municipal de Educação para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de acompanhamento dos indicadores educacionais, das avaliações de aprendizagem, das ações de formação continuada e das estratégias pedagógicas relacionadas à alfabetização;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Janduís/RN, a Comissão de Trabalho Municipal da Política Municipal de Alfabetização – PMAJ, de caráter técnico, pedagógico e consultivo, destinada a apoiar o planejamento, a articulação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações de alfabetização desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A Comissão terá como finalidade contribuir para a implementação e o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização, visando:

I – Garantir o direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II – Acompanhar e apoiar as ações de alfabetização desenvolvidas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

III – contribuir para a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

IV – Fortalecer as práticas pedagógicas e a formação continuada dos profissionais da educação;

V – Promover o acompanhamento sistemático dos resultados de aprendizagem e dos indicadores educacionais da Rede Municipal de Ensino; e

VI – Subsidiar a Secretaria Municipal de Educação na tomada de decisões e na definição de estratégias destinadas à melhoria dos resultados de alfabetização.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à Comissão de Trabalho Municipal da Política Municipal de Alfabetização:

I – Elaborar, acompanhar e propor atualizações ao Plano de Ação Local da Política Municipal de Alfabetização;

II – Propor estratégias pedagógicas e metodológicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, às diretrizes nacionais e às orientações dos órgãos competentes;

III – Acompanhar o diagnóstico dos níveis de alfabetização e das aprendizagens dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

IV – Analisar os resultados das avaliações internas e externas relacionadas à alfabetização e às aprendizagens dos estudantes;

V – Propor estratégias de intervenção pedagógica para os estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem;

VI – Acompanhar as ações de recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

VII – Colaborar com a organização e o desenvolvimento de ações de formação continuada destinadas aos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;

VIII – Acompanhar a utilização de materiais didáticos, recursos pedagógicos e demais instrumentos de apoio às ações de alfabetização;

IX – Promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares para o desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização;

X – Acompanhar o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas no Plano de Ação Local;

XI – Identificar desafios, dificuldades e necessidades da Rede Municipal de Ensino relacionados à alfabetização, propondo medidas para seu enfrentamento;

XII – Elaborar registros, atas, relatórios e demais documentos necessários ao acompanhamento das ações;

XIII – Apresentar à Secretaria Municipal de Educação relatório anual das ações desenvolvidas, dos resultados alcançados, dos desafios identificados e das recomendações para o período seguinte; e

XIV – Exercer outras atribuições relacionadas às finalidades desta Portaria, quando formalmente solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º A Comissão de Trabalho Municipal da Política Municipal de Alfabetização será composta por representantes dos seguintes segmentos:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, incluindo representante da área pedagógica;

II – Professores alfabetizadores atuantes na Educação Infantil – Pré-Escola;
III – Professores alfabetizadores atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no 1º e 2º anos;
IV – Coordenadores pedagógicos e/ou gestores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
V – Representante do Conselho Municipal de Educação – CME.
§ 1º Para cada membro titular será indicado um respectivo suplente.
§ 2º Os membros titulares e suplentes serão designados por ato da Secretaria Municipal de Educação, conforme composição constante do Anexo I desta Portaria.
§ 3º A composição da Comissão poderá ser alterada sempre que houver necessidade administrativa ou pedagógica, mediante ato da Secretaria Municipal de Educação.
§ 4º Poderão ser convidados para participar das reuniões da Comissão, sem direito a voto, representantes de órgãos públicos, instituições de ensino, entidades parceiras, especialistas e outros profissionais cuja contribuição seja considerada relevante para os assuntos em discussão.

CAPÍTULO IV
DO MANDATO E DA PARTICIPAÇÃO

Art. 5º O mandato dos membros da Comissão será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.
§ 1º A substituição de membro titular ou suplente poderá ocorrer a qualquer tempo, mediante indicação do segmento representado e posterior formalização pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º O membro que deixar de integrar o segmento que representa poderá ser substituído, independentemente do término do mandato.
Art. 6º A participação na Comissão será considerada prestação de relevante serviço público ao Município e não será remunerada, não gerando direito a gratificação, jeton, adicional ou qualquer outra vantagem pecuniária.

CAPÍTULO V
DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º. A Comissão reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador ou pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sempre que possível.
§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas em prazo inferior ao previsto no § 1º, quando houver necessidade urgente de deliberação ou encaminhamento.
Art. 8º. A Comissão poderá reunir-se presencialmente ou, quando necessário, por meio de plataformas digitais de comunicação.
Art. 9º. As reuniões serão registradas em ata, contendo, no mínimo:
I – Data, horário e local ou meio de realização;
II – Relação dos participantes;
III – assuntos tratados;
IV – Deliberações e encaminhamentos; e
V – Responsáveis e prazos, quando definidos.
Art. 10. A Comissão reunir-se-á, preferencialmente, com a presença da maioria simples de seus membros.
Parágrafo único. As decisões e encaminhamentos da Comissão serão aprovados por maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade em caso de empate.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 11. A Comissão realizará o acompanhamento sistemático das ações da Política Municipal de Alfabetização, considerando, entre outros:
I – os resultados das avaliações de aprendizagem;
II – os indicadores de alfabetização da Rede Municipal de Ensino;
III – os índices de participação e desempenho dos estudantes;
IV – as ações de formação continuada;
V – as estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens;
VI – a utilização de materiais e recursos pedagógicos; e
VII – o cumprimento das metas e ações previstas no Plano de Ação Local.
Art. 12. A Comissão deverá elaborar, ao final de cada ano letivo, relatório de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, contendo:
I – as ações desenvolvidas;
II – os resultados alcançados;
III – os indicadores acompanhados;
IV – os principais desafios identificados;
V – as estratégias de intervenção adotadas; e
VI – as recomendações e prioridades para o ano subsequente.
Parágrafo único. O relatório será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação para conhecimento, avaliação e adoção das providências cabíveis.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação fornecerá o suporte técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento da Comissão, observadas as disponibilidades administrativas e orçamentárias do Município.
Art. 14. A Comissão deverá manter articulação permanente com as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, buscando assegurar a efetividade das ações de alfabetização e o acompanhamento dos resultados educacionais.
Art. 15. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação aplicável.
Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto Em, 03 de setembro e 2026.

ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto
CPF: 014.618.764-43

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:8632E9D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
REPUBLICADA POR INCORREÇÕES - PORTARIA Nº 005/2026-GS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas peo Art. 49, Inciso I, Lei Organica do Municipio.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar o Comitê Estratégico Local para a Política Municipal de Alfabetização do Município de Janduís/RN, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e do Programa Territorial de Alfabetização do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

I – 04 (quatro) representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEMECD), sendo:

a) O (a) Diretor (a) de Ensino ou ocupante de cargo equivalente

ANTÔNIO CÁCIO DOS SANTOS
CPF: 032.060.024-60

b) O (a) Coordenador Pedagógico de Ensino Fundamental Rural

DAMIANA PAIVA DA COSTA ALVES
CPF: 036.300.764-40

c) 01 (um) Coordenador Pedagógico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Zona Urbana

REGIA ADRIANNE ALVES LOPES
CPF: 702.063.124-07

d) 01 (um) representante da Educação Especial

AIDA MARIA PAULA RÉGIS
CPF: 663.990.924-34

II – 01 (um) representante dos Gestores Escolares da rede pública municipal

a) LÁZARA MAIA DE BRITO
CPF: 030.877.424-81

III – 02 (dois) representantes dos Professores Alfabetizadores atuantes no 1° e 2° anos do Ensino Fundamental

ANA IVANEIDE PAULA GURGEL
CPF: 055.131.814-79

SUPLENTE: KARLA ANGÉLICA ALMEIDA LIRA
CPF: 000.500.154-43

IV- 01 (um) representante da Educação Infantil atuante na rede pública municipal

ANA PAULA ALVES DE OLIVEIRA
CPF: 070.856.924-39

V – 01 (um) representante do Busca Ativa Escolar, vinculado á Secretaria Municipal de Educação

ANA CÉLIA DE LIMA
CPF: 059. 522.844-04

VI – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME)

FRANCISCO ROMÁRIO DANTAS
CPF: 701.407.754-63

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Em 01 de Setembro de 2026.

ADRIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:217B7198

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP Nº 011/2026

À
AUTO POSTO PARAISO LTDA
CNPJ nº **02.795.690/0001-48**
Representante Legal: **Sr. Bento de Lima Vasco**
Santa Cruz/RN
ASSUNTO: Convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços nº 011/2026
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI/RN**, por intermédio da autoridade competente, vem, por meio da presente, **CONVOCAR a empresa AUTO POSTO PARAISO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.795.690/0001-48**, representada pelo Sr. **Bento de Lima Vasco**, para proceder à **assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP nº 011/2026**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 011/2026**, Processo Administrativo nº **65/2026**, no qual a empresa figura como fornecedora registrada.
A referida Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de **ÓLEO DIESEL S10**, destinado ao abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura e das Secretarias Municipais de Japi/RN, referente ao **Item 0002**, adjudicado à empresa convocada.
Conforme disposto na cláusula **5.4 da Ata de Registro de Preços**, o fornecedor deverá proceder à assinatura no prazo de **05 (cinco) dias**, contado do recebimento desta convocação, admitida **uma única prorrogação por igual período**, mediante solicitação tempestiva, devidamente justificada e aceita pela Administração. A assinatura deverá ocorrer, preferencialmente, por meio digital.
Fica o fornecedor igualmente **CIENTE** de que a recusa injustificada em assinar a Ata, quando regularmente convocado, poderá sujeitá-lo às consequências previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.
Solicita-se, ainda, a **confirmação do recebimento desta convocação**, para fins de registro e comprovação nos autos do processo administrativo.

Japi/RN, 03 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal de Japi/RN
Órgão Gerenciador

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:7ECA529A

LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP Nº 012/2026

À
POSTO DE COMBUSTIVEL PALMEIRENSE LTDA
CNPJ nº **05.140.795/0001-57**
Representante Legal: **Sra. Suzana Cristina Souza de Sales Borja**
Avenida Trairi, nº 811, Centro
Santa Cruz/RN – CEP 59.200-000
ASSUNTO: CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2026
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI/RN**, por intermédio da autoridade competente, vem, por meio da presente, **CONVOCAR a empresa POSTO DE COMBUSTIVEL PALMEIRENSE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.140.795/0001-57**, neste ato representada pela Sra. **SUZANA CRISTINA SOUZA DE SALES BORJA**, para proceder à **assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP nº 012/2026**, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 011/2026**, Processo Administrativo nº **65/2026**, na qual a empresa figura como fornecedora registrada.
A referida Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de **ÓLEO DIESEL S500 (DIESEL COMUM)**, destinado ao abastecimento da frota de veículos e máquinas da Prefeitura e das Secretarias Municipais de Japi/RN, correspondente ao **Item 0003** do Pregão Eletrônico nº 011/2026.
Conforme estabelecido na cláusula **5.4 da Ata de Registro de Preços**, fica a empresa convocada para realizar a assinatura no prazo de **05 (cinco) dias**, contado do recebimento desta convocação, admitida **uma única prorrogação por igual período**, mediante solicitação tempestiva, devidamente justificada e aceita pela Administração. A assinatura deverá ocorrer, preferencialmente, por meio digital.
Ressalta-se que a **recusa injustificada em assinar a Ata**, quando regularmente convocado o fornecedor, poderá sujeitá-lo às consequências previstas no Edital e na **Lei Federal nº 14.133/2021**, sem prejuízo da convocação dos fornecedores remanescentes, quando cabível.
Solicita-se, ainda, que a empresa **confirme o recebimento desta convocação**, para fins de registro e comprovação nos autos do Processo Administrativo nº 65/2026.

Japi/RN, 03 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
Município De Japi/RN
CNPJ nº 08.159.071/0001-43

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:44438E67

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 65/2026

Objeto:contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, de forma parcelada, para atender as necessidades da prefeitura e demais secretarias do município de Japi/RN,

A Prefeitura Municipal de Japi/RN, através de seu Agente de contratação, declara vencedor do Pregão Eletrônico nº 11/2026:

POSTO DE COMBUSTIVEL PALMEIRENSE LTDA- CNPJ: 05.140.795/0001-57, saiu vencedor do item: 3; totalizando o valor de **R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**.
AUTOPOSTO PARAISO LTDA- CNPJ: 02.795.690/0001-48, saiu vencedor do 2; totalizando o valor de **R$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais)**.

Japi/RN, 03 de setembro de 2026.

GILBERTO FERNANDES DE LIMA
Agente de Contratação Municipal
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:E583A2A9

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 65/2026

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, de forma parcelada, para atender as necessidades da prefeitura e demais secretarias do município de Japi/RN.

ADJUDICAÇÃO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Agente de Contratação, referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 65/2026.

POSTO DE COMBUSTIVEL PALMEIRENSE LTDA- CNPJ: 05.140.795/0001-57, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 3; totalizando o valor de **R$ 1.347.000,00 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil reais)**.
AUTOPOSTO PARAISO LTDA- CNPJ: 02.795.690/0001-48, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2; totalizando o valor de **R$ 1.078.000,00 (um milhão, setenta e oito mil reais)**.

Japi/RN, 03 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:A3373170

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 65/2026

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis, de forma parcelada, para atender as necessidades da prefeitura e demais secretarias do município de Japi/RN.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro, referente ao Pregão Eletrônico nº 11/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº 65/2026.

POSTO DE COMBUSTIVEL PALMEIRENSE LTDA- CNPJ: 05.140.795/0001-57, saiu vencedor 3; totalizando o valor de **R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**.
AUTOPOSTO PARAISO LTDA- CNPJ: 02.795.690/0001-48, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2; totalizando o valor de **R$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil reais)**.

Japi/RN, 03 de setembro de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
Japi/RN

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:D6D8F9C6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 149/2026 - GP

Convoca suplente de Conselheiro Tutelar para exercer temporariamente a função de Conselheiro Tutelar durante o período de férias de membro titular e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente quanto à natureza e às atribuições do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o regular funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Jardim de Angicos/RN, garantindo a continuidade e a efetividade da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO que o(a) Conselheiro(a) Tutelar titular **Selma Maria da Silva** estará em gozo de férias no período de 01 de Setembro de 2026 a 30 de Setembro de 2026**,**conforme programação previamente estabelecida;
CONSIDERANDO a necessidade de substituição temporária do membro titular durante seu período de afastamento, de modo a preservar a composição e o pleno funcionamento do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o(a) Sr.(a)Alexsandro Alencar Pereirafigura como suplente de Conselheiro Tutelar, conforme resultado do processo de escolha realizado para o Conselho Tutelar do Município de Jardim de Angicos/RN;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de garantir a continuidade dos serviços de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º **CONVOCAR** o(a) Sr.(a) **ALEXSANDRO ALENCAR PEREIRA**, suplente de Conselheiro Tutelar do Município de Jardim de Angicos/RN para exercer temporariamente a função de **Conselheiro(a) Tutelar**, em substituição ao (à) Conselheiro (a) Tutelar titular **SELMA MARIA DA SILVA**, durante o período de suas férias.

Art. 2º A convocação de que trata o art. 1º terá vigência no período de **01 de Setembro de 2026 a 30 de Setembro de 2026**, correspondente ao período de férias do(a) Conselheiro(a) Tutelar titular.

Parágrafo único - Encerrado o período de férias, o(a) suplente convocado(a) deverá retornar à sua condição de suplente, cessando automaticamente o exercício temporário da função, salvo disposição legal em contrário.

Art. 3º Durante o período de substituição, o(a) Conselheiro(a) Tutelar convocado(a) exercerá todas as atribuições, prerrogativas e responsabilidades inerentes à função, nos termos da legislação vigente e das normas que regulamentam o funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 4º O exercício temporário da função observará a legislação municipal aplicável aos Conselheiros Tutelares, inclusive quanto à remuneração, jornada, regime de trabalho, direitos e deveres, quando cabíveis.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e o Conselho Tutelar deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de **01 de Setembro de 2026.**

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardim de Angicos/RN, em 01 de Setembro de 2026.

CARLOS ANDRÉ CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emmanuelly Rafael Bezerra
Código Identificador:C2936A35

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00013/2026, que objetiva: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), CONFORME PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 11851459000126002, EMENDA PARLAMENTAR Nº 40910009, PARA ESF III ADILIA AUREA DA COSTA (CNES: 3694712) E ESF PARQUE DAS LUZES (CNES: 7428286) DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: CAPITAL NEGOCIOS LTDA - CNPJ: 56.776.401/0001-92 - R$ 187.800,00.

Jardim de Piranhas-RN, 25 de agosto de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:6B0C76F4

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00023/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00023/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR LEOZINHO A ESTRELA DO SAMBA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: LEOZINHO PRODUCOES E EVENTOS LTDA - CNPJ: 27.028.387/0001-40 - R$ 20.000,00.

Jardim de Piranhas-RN, 31 de Agosto de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:6A521B1F

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR LEOZINHO A ESTRELA DO SAMBA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00023/2026, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 14001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 2084 – APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO 2083 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos 17060000 – Transferência Especial da União 17100000 – Transferência Especial dos Estados 03001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 2005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 – Recursos não vinculados de Impostos. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00114/2026 - 31.08.26 - LEOZINHO PRODUCOES E EVENTOS LTDA - CNPJ 27.028.387/0001-40 - R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:3CFE1DC6

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), CONFORME PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 11851459000126002, EMENDA PARLAMENTAR Nº 40910009, PARA ESF III ADILIA AUREA DA COSTA (CNES: 3694712) E ESF PARQUE DAS LUZES (CNES: 7428286) DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00013/2026. DOTAÇÃO: 10031 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 1015 – CONSTRUÇÃO REFORMA E/OU MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE 4490520000 – Equipamentos e material permanente 16000000 – CUSTEIO SUS FEDERAL – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde 16010000 – ESTRUTURAÇÃO SUS FEDERAL – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde 1037 – AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E OUTROS VEÍCULOS PARA SERVIÇOS DA SAÚDE 4490520000 – Equipamentos e material permanente 16010000 – ESTRUTURAÇÃO SUS FEDERAL – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.. VIGÊNCIA: até 26/08/2027.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00112/2026 - 26.08.2026-

CAPITAL NEGOCIOS LTDA - CNPJ 56.776.401/0001-92 - R$ 187.800,00 (cento e oitenta e sete mil e oitocentos reais).

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:E704658F

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00023/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR LEOZINHO A ESTRELA DO SAMBA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 31/08/2026.

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:D893E0F3

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00023/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR LEOZINHO A ESTRELA DO SAMBA PARA APRESENTAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA PADROEIRA NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026 NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2026, EM PRAÇA PÚBLICA NESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN; DESIGNO os servidores Francisca Soares de Brito, Secretária de Municipal de Cultura e Turismo, como Gestora; e Jorge Eduardo Bessa Figueiredo, Digitador, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº IN00023/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Jardim de Piranhas-RN, 31 de Agosto de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:DE974B02

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00013/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), CONFORME PROPOSTA MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 11851459000126002, EMENDA PARLAMENTAR Nº 40910009, PARA ESF III ADILIA AUREA DA COSTA (CNES: 3694712) E ESF PARQUE DAS LUZES (CNES: 7428286) DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS–RN; DESIGNO os servidores Israel Souza Donato dos Santos, Secretário de Administração, como Gestor; e Emanuel Paiva de Oliveira, Enfermeiro, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00013/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Jardim de Piranhas-RN, 25 de agosto de 2026

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:ABA33128

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PARQUE DE DIVERSÕES INTINERANTE PARA O DIA 14 DE SETEMBRO DE 2026, NOS HORÁRIOS DE 15:30 ÀS 18:30 HS, INCLUINDO OS SEGUINTES BRINQUEDOS: SAMBA (PEQUENO E GRANDE), AUTOPISTA, BARCA (PEQUENA E GRANDE), BROCUMELA, KID PLAY, MOTINHAS, VOLVO, FUSCA, XÍCARAS E CARROSSEL DE CAVALOS, INCLUSAS DUAS TENDAS DE 5X5 METROS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. Despesas de pronto pagamento para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento. FUNDAMENTO LEGAL: CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRONTO PAGAMENTO Nº 016/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026, nos termos do §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 07031 - FUNDO MUN. DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST. SOCIAL 2035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL APLICAÇÃO: MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 339039 Outros serviços de terceiros (pessoa jurídica) 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos. no prazo de até 30 dias, mediante emissão de nota fiscal ou documento equivalente.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas. Contrato Verbal Nº 115/2026 - 02.09.26 - F. A. PEREIRA PARQUES DE DIVERSÃO LTDA. CNPJ: 10.723.369/0001-86. R$ 8.500,00. -

ROGÉRIO SOARES -
Prefeito Constitucional.

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:ED7361D9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE QUADROS HISTÓRICO E BIOGRÁFICOS HOMENAGEANDO O PADRE JOÃO MARIA. Despesas de pronto pagamento para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento. FUNDAMENTO LEGAL: CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRONTO PAGAMENTO Nº 015/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026, nos termos do §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. UNIDADE: 02001 - GABINETE DO PREFEITO FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL PROGRAMA: 0012 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO AÇÃO: 2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO APLICAÇÃO: MANTER O CONTROLE DOS ATOS DE PESSOAL, DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO 260028 - 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 15000000 VIGÊNCIA: Contrato Verbal Nº 113/2026 - 28.08.2026, até o final do exercício financeiro de 2026. Pagamento no prazo de até 30 dias, mediante emissão de nota fiscal ou documento equivalente. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e FRANCISCO CLENILDO MAIA 92846998191, CNPJ: 21.778.715/0001-40 - R$ 2.000,00. -

ROGÉRIO SOARES -
Prefeito Constitucional.

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:9ADB5A32

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 421/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 421/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre Licenças Prêmios de Servidores Municipais e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no artigo 65, II, VII e X da Lei Orgânica Municipal e em observância a Lei Complementar nº 001, de 19.12.1997, Capítulo V, Seção IX, Art. 102,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a servidora **FRANCISCA RIBEIRO DANTAS,** Matrícula 317, inscrita no CPF sob nº 626.312.924-72, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 01.03.2014 a 01.03.2019.

Art. 2º - CONCEDER, a servidora **JANUSIA CAVALCANTI DE ARAÚJO,** Matrícula 299, inscrita no CPF sob nº 654.989.764-53, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01 de setembro de 2026, referente ao quinquênio ocorrido no período de 01.03.2019 a 01.03.2024.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01 de setembro de 2026, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:86CAD090

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO O REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2026 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 615.017/2026.

A Prefeitura Municipal de **Jardim do Seridó/RN** convoca as seguintes empresas: **DESK CLEAR COMERCIO LTDA CNPJ: 49.695.571/0001-87; INFRASEG EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA CNPJ: 37.406.687/0001-70; JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI CNPJ: 26.690.173/0001-72; ANDREZA PATRICIA DE AZEVEDO / NINO & NANI LTDA CNPJ: 11.146.474/0001-62**, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021, para, no prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, assinar o Ata de Registro de Preço encaminhada pelo e-mail do sistema TOPSOLUTIONS do processo eletrônico, referente ao Pregão Eletrônico 029/2026 cujo o objeto é: **Aquisição de itens de higiene, enxoval e vestuário infantil para composição de Kits de Saúde do Bebê e apoio à primeira infância, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Saúde, Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS) e Educação do Município de Jardim do Seridó/RN,** sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021.Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira.

Jardim do Seridó/RN, em 03 de setembro de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:02654FBA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO O REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 038/2026 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 619.033/2026.

A Prefeitura Municipal de **Jardim do Seridó/RN** convoca as seguintes empresas: **AT GONDIM DE ALMEIDA EPP CNPJ: 07.276.398/0001-32; JOSELIO ROMEIRO DOS SANTOS CNPJ: 07.869.398/0001-46; KATIA CILENE DOS SANTOS GOMES 03079802438 CNPJ: 38.446.921/0001-55; VITOR ALFREDO THOMAS LTDA CNPJ: 53.278.020/0001-95**, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021, para, no prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, assinar o Ata de Registro de Preço encaminhada pelo e-mail do sistema TOPSOLUTIONS do processo eletrônico, referente ao Pregão Eletrônico 038/2026 cujo o objeto é: **Aquisição de toners e tintas para impressoras pertencentes às Secretarias Municipais e Unidades Públicas de Jardim do Seridó/RN,** sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021. Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira.

Jardim do Seridó/RN, em 03 de setembro de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:AF515840

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO O REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2026 - PROC. ADMIN. MJS/RN N° 520.017/2026.

A Prefeitura Municipal de **Jardim do Seridó/RN** convoca a seguinte empresa: **RAMOSOLAR ENGENHARIA E SOLUCOES ENERGETICAS LTDA** inscrita sob o **CNPJ N° 48.013.461/0001-25**, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021, para, no prazo de até 05 (CINCO) dias úteis, assinar o Contrato Administrativo encaminhada pelo e-mail do sistema TOPSOLUTIONS do processo eletrônico, referente ao Pregão Eletrônico 029/2026 cujo o objeto é: **Contratação de empresa especializada para regularização, homologação e conclusão da infraestrutura elétrica da usina fotovoltaica municipal do município de Jardim do Seridó/RN, incluindo execução dos serviços técnicos especializados e fornecimento dos materiais complementares necessários à execução do objeto,** sob pena de decair o direito da contratação e sanções previstas no art. 156, da Lei 14.133/2021.Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, na Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira.

Jardim do Seridó/RN, em 03 de setembro de 2026.

MILENA PEREIRA DE MEDEIROS
Chefe do Setor de Licitações

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:EB0DA659

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO REAJUSTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

Nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e da demais legislação aplicável, a Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, por meio do Setor de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, o **Pregão Eletrônico nº 040/2026- SRP**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, pelo e-mail cplmjs2021@gmail.com, no PNCP (www.pncp.gov.br) ou na sede da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira. A sessão eletrônica será aberta às 08h01min (horário de Brasília) do dia **21 de setembro de 2026**. Esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados pelo sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.

Jardim do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:9E441812

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

O Pregoeiro Municipal, em conjunto com os Membros da Equipe de Apoio, no uso das prerrogativas legais que lhes são conferidas, comunica aos interessados que **Pregão Eletrônico nº 040/2026- SRP**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**, encontra-se **SUSPENSO**. A suspensão decorre da necessidade de realização de análise dos pedidos de esclarecimentos apresentados. Concluída a análise, o Aviso de Licitação e o Edital serão republicados, com nova data para a sessão pública de abertura. Informações poderão ser obtidas pelo e-mail: cpl_js@outlook.com.

Jardim do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:836B155E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 212/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 034/2026 SRP – PROC. ADMIN. MJS/RN N° 317.061/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **EMPRESA: ROBENILDO MIRANDA DOS SANTOS 05839302473** CNPJ: 43.050.880/0001-13; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO E EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL E DA SALA DE FISIOTERAPIA, BEM COMO AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PRODUTOS E ACESSÓRIOS; **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA**: 03 de setembro de 2026 e termo final em 03 de setembro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:** R$ 121.392,00 (Cento e vinte e um mil, trezentos e noventa e dois reais) **SUBSCRITORES:** José Anchieta Rodrigues de Moura Junior, inscrito no CPF/MF sob o nº 051. ***. ***-82 pelo Contratante Robenildo Miranda dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 058.***.***-73 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 03 de setembro de 2026.

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:C9FEB5FB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 210/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 027/2026 – PROCESSO DE DESPESA Nº 728.001/2026

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN – Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001- 38; CONTRATADA: COMERCIAL D'ANJOUR ATACADISTA DE HORTIFRUTI LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 09.440.031/0001-38, OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis (itens fracassados em licitação anterior) destinados à merenda escolar da rede pública municipal de Jardim do Seridó/RN, conforme as diretrizes do PNAE; DATA DA ASSINATURA: 03 de setembro de 2026; VIGÊNCIA: Início em 03 de setembro de 2026 e termo final em 03 de setembro de 2027; MODALIDADE LICITATÓRIA: Dispensa Eletrônica; VALOR DO CONTRATO: R$ 41.051,00 (quarenta e um mil e cinquenta e um reais); SUBSCRITORES: Joaquim Alberto da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 241.***.***-00 – pelo Contratante e Vivaldo Evaristo de Medeiros, inscrito no CPF/MF sob o nº 785.***.***- 04, – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:2445D260

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 211/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 027/2026 – PROCESSO DE DESPESA Nº 728.001/2026

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN – Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001- 38; CONTRATADA: H MONALISA FARIAS, inscrita no CNPJ/MF nº 65.841.667/0001-62, OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis (itens fracassados em licitação anterior) destinados à merenda escolar da rede pública municipal de Jardim do Seridó/RN, conforme as diretrizes do PNAE; DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026; VIGÊNCIA: Início em 31 de agosto de 2026 e termo final em 31 de agosto de 2027; MODALIDADE LICITATÓRIA: Dispensa Eletrônica; VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 11.850,00 (onze mil, oitocentos e cinquenta reais); SUBSCRITORES: Joaquim Alberto da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 241.***.***-00 – pelo Contratante e Henriqueta Monalisa Farias, inscrita no CPF/MF sob o nº 102.***.***-51, – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:DB4FFE7C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 57/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2026 SRP– PROC. ADMIN. MJS/RN N° 520.017/2026

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **RAMOSOLAR ENGENHARIA E SOLUCOES ENERGETICAS LTDA** Inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.013.461/0001-25; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REGULARIZAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONCLUSÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA DA USINA FOTOVOLTAICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN, INCLUINDO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO; **DATA DA ASSINATURA:** 03 de setembro de 2026; **VIGÊNCIA**: 03 de setembro de 2026 e termo final em 03 de setembro de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 88.633,35 (Oitenta e oito mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos) **SUBSCRITORES:** Omides Ferreira Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.***.***-31 pelo Contratante Rafaela Ramos Barbosa Cavalcante, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.***.***-81 pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 03 de setembro de 2026.

OMIDES FERREIRA NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:24F342BA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 421, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 77, IV, da Lei nº 593, de 22 de junho de 1994 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, regulamentado pelo Decreto 1.010, de 04 de outubro de 2011,

CONSIDERANDO o teor do Processo Eletrônico nº 05001.000489/2026, da Secretaria Municipal de Saúde - Recursos Humanos Saúde.
RESOLVE
Art. 1º. Conceder ao Servidor **DANÚBIO DE ARAUJO CUNHA**, matrícula nº 0072, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses corresponde ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2015/2019 – período de gozo 02 de Setembro de 2026 a 02 de Dezembro de 2026.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos ao dia 02 de setembro de 2026,revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 02 de Setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:78680AB0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 422, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e o Decreto Municipal nº 1.888, de 28 de fevereiro de 2023, art. 09 que dispõe sobre a implantação e regulamentação da gestão de contratos e convênios, no âmbito da administração direta do município de Jardim do Seridó/RN, de acordo com o art. 117, incisos I, da Lei nº 14.133/2021 e art. 08º da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, e

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores **JOSE IVANALDO DA SILVA** matrícula nº 0372, e **ISABELA AZEVEDO MEDEIROS DO NASCIMENTO**, matrícula nº 2201, para exercerem a função de Fiscais de Contrato, e o servidor **JOAQUIM ALBERTO DA SILVA**, matrícula nº 2094, para a função de Gestor de Contrato, para o acompanhamento da execução do Pregão Eletrônica nº 036/2026, Processo Administrativo Nº 624.014/2026, cujo objeto é "Aquisição de instrumentos musicais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS) de Jardim do Seridó/RN".

Art. 2º Os servidores designados no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato citado, no artigo primeiro, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:509372DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 038/2023 - ALMIR SALVINO DOS SANTOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, neste ato pela Sra. **SILVANA AZEVEDO DA COSTA**, Prefeita Constitucional, inscrita no CPF sob o n.º 007.455.564-26, residente e domiciliado na Avenida Doutor Fernandes, 347, Centro, nesta cidade de Jardim do Seridó/RN, juntamente com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM DO SERIDÓ/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.341.171/0001-09, neste ato representado pelo Sr. Secretário **JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR**, portador CPF sob n.º 051.219.664-82, residente e domiciliado à Rua Carlos Fernandes de Medeiros, n.º 720, Bela Vista, Jardim do Seridó-RN.
CONTRATADO: ALMIR SALVINO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o n.º 064.192.134-95, portador do RG n.º 1.955.075 SSP/RN,

brasileira, residente e domiciliado na Rua Francisco Candido de Macedo Filho, n.º 86, Maria Terceira, Parelhas-RN.
CONSIDERANDO o despacho n.º 203/2026, da Secretaria do Gabinete da Prefeita, datado de 31 de agosto de 2026, bem como o Ofício n.º 545, de 25 de agosto de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde;
RESOLVEM:
Os contratantes celebram entre si o presente termo aditivo ao contrato por tempo determinado n.º **038/2023,** pactuado em **04 de setembro de 2023,** com fulcro no inciso VI do art. 2° e § 1° do art. 4º da Lei Municipal n.º 743 de 22 de abril de 2005 e a Lei Municipal de nº 1.105/2018 sujeitando-se as partes às seguintes Cláusulas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses**,** com término previsto para **04 de março de 2027** o Contrato por Tempo Determinado nº 038/2023, podendo ser rescindido ou renovado face o interesse público, ou de comum acordo.

Parágrafo Único: As demais cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas.

Jardim do Seridó/RN, 04 de setembro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ALMIR SALVINO DOS SANTOS
Contratado

TESTEMUNHAS:

1. ---_____ CPF:_____

2. ---__ CPF:_____

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:9E8CF29C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER - SIMONÍ MORAIS DE ARAÚJO

Após analisar a 1ª (primeira) avaliação da servidora **SIMONÍ MORAIS DE ARAÚJO**, matrícula nº 2220, empossada em 03 de março de 2026, para o Cargo efetivo de Professora, feita pela comissão da respectiva secretaria onde o mesmo encontra-se prestando seus serviços em conformidade com o Decreto nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
A Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho de Estágio Probatório e Promoção Horizontal nomeados conforme Portaria de n.º 509, de 01 de outubro de 2025.

RESOLVE, aprovar a 1ª (primeira) avaliação do Estágio probatório, da servidora **SIMONÍ MORAIS DE ARAÚJO**, matrícula nº 2220, pela mesma ter atingido nota total de **25 (vinte e cinco) pontos**, ficando acima do mínimo para aprovação que é de 15 (quinze) pontos conforme ficha de avaliação em anexo, nesta data de 03 de setembro de 2026, data base da avaliação do 1º (primeiro) semestre concluindo do estágio probatório, conforme Art. 19º, da Lei Municipal nº 593, 22 de junho de 1994 (que Dispõe do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais) em conformidade com o Decreto Municipal de nº 989, de 28 de fevereiro de 2011.
Igualmente, publique-se e cumpra-se a aprovação da 1ª (primeira) avaliação da servidora.

Jardim do Seridó-RN, 03 de setembro de 2026.

_____
Presidente

_____
Secretária

Membros:

_____
_____
_____

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:AB0857D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 268, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **MARIA JOSE DOS SANTOS NASCIMENTO,** matrícula virtual nº 1206079, ocupante do cargo de Visitadora da Primeira Infância do SUAS, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, gozo de 10 (dez) dias de férias no período de 08/09/2026 à 17/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:795294DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 269, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 03/09/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **GEZIANY SANTOS DA FONSECA,** matrícula digital n.º 1206745, ocupante do cargo de Orientador Social/Educador Social, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 08/09/2026 à 07/10/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Matrícula n.º 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:7923BD11

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 193, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA
Rua Prefeito Francisco Fontes, 22 – Centro – CEP 59.980-000

José da Penha – RN – CNPJ Nº 08.357.642/0001-54

Gabinete do prefeito

Decreto no 193, de 2 de setembro de 2026.

Dispõe sobre a autorização para realização de segunda chamada do Leilão no 001/2026, destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de José da Penha/RN, declarado deserto em sua primeira sessão pública, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de José da Penha**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, as disposições dos incisos I e II, do Art. 4o e do Art. 49, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando, as disposições dos Art's. 76 e 77, da Lei Federal 14.133/21;
Considerando, as disposições da Lei Municipal no 544, de 26 de setembro de 2025;
Considerando, as disposições da Instrução Normativa 019/2025-CG, de 27 de outubro de 2025;
Considerando a instauração do Processo Administrativo no 0001.08.2026-GP, destinado à alienação de bens móveis inservíveis integrantes do patrimônio municipal, mediante leilão, com fundamento no Art. 45, inciso II, e no Art. 74, caput e § 3o, da Lei Federal no 14.133, de 1o de abril de 2021;
Considerando que a sessão pública do Leilão no 001/2026, realizada em 31 de julho de 2026, restou deserta em razão da ausência de licitantes/lançadores interessados, conforme Ata Circunstanciada de Sessão Pública e Termo de Constatação de Licitação Deserta constantes dos autos;
Considerando o Parecer Jurídico no 004/2026, exarado pela Procuradoria Jurídica Municipal, que analisou as causas da licitação deserta e opinou pela viabilidade e conveniência da realização de segunda chamada, com a manutenção das condições originais do Edital, nos termos do Art. 175, parágrafo único, c/c o Art. 17, § 1o, da Lei no 14.133/2021;
Considerando, a necessidade de realização de leilão administrativo para alienação de bens móveis inservíveis;
Considerando o interesse público;
Considerando que a recuperação dos bens em questão fica extremamente oneroso ao erário municipal;
Considerando o alto custo operacional de manutenção dos referidos bens;
Considerando que a recuperação dos mesmos não atenderia as atuais demandas do Município;
Considerando os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, notadamente a necessidade de dar adequada destinação aos bens inservíveis, evitando-se sua deterioração e a oneração do erário com despesas de guarda e manutenção;
Considerando, por fim, estes e outros aspectos de igual relevância, DECRETA:

Art. 1o Fica autorizada a realização da segunda chamada do Leilão no 001/2026, Processo Administrativo no 0001.08.2026-GP, destinado à alienação dos bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de José da Penha/RN, discriminados e individualizados no Anexo I, do Edital no 001/2026.
Art. 2o A segunda chamada obedecerá às mesmas condições, termos, especificações e exigências de habilitação fixados no Edital de Leilão no 001/2026, ficando dispensada a instauração de novo procedimento licitatório, nos termos do Art. 175, parágrafo único, da Lei no 14.133/2021, ressalvados os valores mínimos de arrematação, que observarão o disposto no Art. 3o, deste Decreto.
Art. 3o Fica determinada a elaboração de novo Laudo de Avaliação dos bens móveis objeto do Leilão no 001/2026, a ser realizado pela **Comissão Especial de Desfazimento de Bens Inservíveis do Município de José da Penha/RN**, no prazo de 05 (cinco) dias, com vistas a atualizar os valores mínimos de arrematação em razão do decurso do prazo desde a avaliação originária, nos termos do Art. 76, c/c Art. 17, § 1o, da Lei no 14.133/2021.
§ 1o - Caso o novo Laudo de Avaliação mantenha os valores mínimos originalmente fixados, ou apresente variação não substancial, fica dispensada a alteração do Edital, prosseguindo-se a segunda chamada nos termos do Art. 2o, deste Decreto.
§ 2o - Constatada variação substancial nos valores mínimos de arrematação, o Edital deverá ser republicado com os valores atualizados, observados os prazos de publicidade previstos no Art. 5o, deste Decreto, contados da data da republicação.
Art. 4o Fica ratificada a designação do Leiloeiro **FRANCISCO DE ASSIS PAULINO E SILVA**, servidor público lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, sob Matrícula 1380532, portador do CPF no 057.8.....-61, como **LEILOEIRO ADMINISTRATIVO**, sem recebimento de qualquer vantagem pecuniária pelo exercício desta função, nomeado pela Portaria no 074/2026-GP, de 8 de julho de 2026, para condução da sessão pública da segunda chamada de que trata este Decreto.
Art. 5o A nova sessão pública realizar-se-á em dia e hora especificados no Edital, na modalidade presencial, conforme definido.
Art. 6o O aviso da segunda chamada será publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data da sessão pública, nos mesmos veículos de divulgação utilizados na primeira chamada, nos termos do Art. 54, da Lei no 14.133/2021, a saber: Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), Diário Oficial da União, sítio eletrônico oficial do Município e redes sociais da Prefeitura Municipal.
Art. 7o Caso a segunda chamada também reste deserta, os autos serão remetidos à Procuradoria Jurídica Municipal para manifestação acerca da viabilidade de outras formas de alienação cabíveis ou do arquivamento do certame, conforme o interesse da Administração.
Art. 8o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 9o Revogam-se as disposições em contrário.

Pref. Mun. de José da Penha/RN
Gabinete do Prefeito, em 2 de setembro de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:82AF7947

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA
LEILÃO PRESENCIAL Nº 001/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – RN
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA
Rua Prefeito Francisco Fontes, 22 – Centro – CEP 59.980-000

CNPJ Nº 08.357.642/0001-54 **-** pmjosedapenharn@hotmail.com

Gabinete do prefeito

TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA
LEILÃO PRESENCIAL Nº 001/2026

Processo Administrativo no 0001.08.2026-GP
Leilão Presencial no 001/2026
Interessado: Secretaria Municipal de Transportes e Vias
Assunto: Alienação de bens imóveis do município de José da Penha, constantes do **Anexo I**, do Edital.

Diante dos elementos que instruem o processo, no uso das atribuições legais que me confere a legislação em vigor, pela Análise de Causa (Revisão Técnica) emanada da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, datada de 21 de agosto de 2026 e, o bem lançado parecer exarado pela douta Procuradoria Jurídica municipal, cujas conclusões acolho por seus próprios e jurídicos fundamentos, e, as informações constantes da Ata Circunstanciada, datada de 31 de julho de 2026, das 10h30 do, constante nos autos, **Declaro Deserto o Leilão Presencial no 001/2026** que tem como objeto a Alienação de bens imóveis do município de José da Penha/RN, constante do **Anexo I,** do seu Edital, com observação à Lei Federal no 14.133/2021, o Decreto Municipal no 005, de 10 de janeiro de 2025 e a Instrução Normativa no 019/2025-CG, de 27 de outubro de 2025.

Publique-se, nos termos da lei.

Pref. Mun. de José da Penha/RN.
Gabinete do Prefeito, em 28 de agosto de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0CCA0273

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03090157/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº:03090157/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO:ARTUR FONTES DE MORAIS
CPF/CNPJ CONTRATADO:121.311.374-19
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. da Constituição Federal e lei orgânica municipal.
OBJETO: Contratação de Profissional Motorista , destinado as atividades vinculadas a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, deste município em caráter temporário e emergencial.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 9.482,85 (nove mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora:2 – Prefeitura Municipal de José da Penha,**Órgão Orçamentário:**7000 – Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos,**Unidade Orçamentária:**7101 – Sec. Mun. de Obras e Serv. Urbanos,**Função:**4 - Administração, **Subfunção:**122 - Administração Geral, **Programa:** 1 - Apoio Administrativo,**Ação:**2.24 – Rem. de Pess. Ativo e Encargos Sociais, **Classificação da Despesa:**3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:**15000000 – Rec. não Vinc. de Impostos - 1.500.0000.
VIGÊNCIA:12 de Agosto de 2026 à 31 de Dezembro de 2026.
DATA DA ASSINATURA:12 de Agosto de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:DF87BCE0

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 017/2026

TERMO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 017/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA-RN**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade do atendimento ao interesse público, quanto à realização da Contratação de apresentação artístico-musical do show **Louvor com Padre Nunes** a ser realizado no dia 02 de outubro de 2026, durante as Festividades do Padroeiro São Francisco, no Município de José da Penha/RN, que se apresentará no evento acima referenciado, conforme especificações constantes da Proposta de Preços apresentada pelo mesmo produtor de eventos da banda caracterizada acima, conforme Atestado de Exclusividade anexo aos autos.
Procede a Contratação da Apresentação de um show artístico **Louvor com Padre Nunes** com duração de durante as comemorações do evento sociocultural e tradicional "Festa de São Francisco", evento que faz parte do calendário cultural.
O Prefeito **Jairo de Souza Mafaldo,** Reconhece e autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais) correspondentes à contratação de serviços profissionais artísticos culturais, através da empresa **A NUNES DE ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - CNPJ: 31.373.809/0001-92**, com sede na Rua Missionário Gunnar Vingren, 1904, Capim Macio, Natal/RN.
A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 74, inciso II e alterações subsequentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.
Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação ora pretendida deve ser efetuada diretamente com a empresa **A NUNES DE ARAUJO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - CNPJ: 31.373.809/0001-92**, com sede na Rua Missionário Gunnar Vingren, 1904, Capim Macio, Natal/RN, por deter os direitos de exclusividade na contratação dos serviços artístico-musicais da banda acima referenciada no evento e, sobretudo por ter apresentado Proposta de Preço que reúnem condições vantajosas para esta Administração Pública.

José da Penha/RN, 03/09/2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:4C4FA84F

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE DISPENSA EMERGÊNCIAL DE LICITAÇÃO Nº03090002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.902/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03090002/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de procedimento cirúrgico oftalmológico de Vitrectomia, associada a Endolaser, Endodiatermia, Implante de Silicone, Implante de Perfluorocarbono e Facectomia com Implante de Lente Intraocular (LIO), incluindo todos os materiais, insumos, medicamentos, equipamentos, mão de obra especializada e demais recursos necessários à adequada execução do procedimento, conforme indicação médica e condições estabelecidas pela Administração.

1. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

TERMO DE DISPENSA EMERGÊNCIAL DE LICITAÇÃO

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO
Considerando a complexidade do procedimento, a necessidade de atendimento especializado, a indicação médica e o risco decorrente da demora na realização do tratamento, justifica se a dispensa emergencial para contratação do procedimento cirúrgicooftalmológico de Vitrectomia + Endolaser + Endodiatermia + Implante de Silicone + Implante de Perfluorocarbono + Facectomia com Implante de LIO, em favor da paciente Adriana da Silva Dias, visando assegurar a assistência necessária em tempo oportuno e prevenir o agravamento assegurar a assistência necessária em tempo oportuno e prevenir o agravamento de sua condição oftalmológica de sua condição oftalmológica.

1. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA
Após análise dos documentos acostados no presente processo de contratação, verificamos que o objeto pretendido revela-se imprescindível ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, como forma de atender as demandas dos serviços

públicos que devem ser prestados a sociedade, prezando por sua qualidade e, especialmente por dinamizar e tornar mais efetivo os resultados perante o cidadão. Sendo assim, caracterizada a oportunidade, testemunhamos a conveniência e necessidade da presente contratação.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.
O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.
A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)
"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.
Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.
Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se deste processo administrativo realizado sob a obediência ao estabelecido no Art. 75, inc. VIII da Lei 14.133/2021 onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação*:*

III – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

O MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, vem justificar a necessidade da Contratação de empresa especializada para realização de procedimento cirúrgico oftalmológico de Vitrectomia, associada a Endolaser, Endodiatermia, Implante de Silicone, Implante de Perfluorocarbono e Facectomia com Implante de Lente Intraocular (LIO), incluindo todos os materiais, insumos, medicamentos, equipamentos, mão de obra especializada e demais recursos necessários à adequada execução do procedimento, conforme indicação médica e condições estabelecidas pela Administração.
Considerando que o procedimento possui natureza de média/alta complexidade e demanda atendimento célere, a demora na realização poderá ocasionar riscos iminentes à integridade física e à saúde do paciente, configurando situação emergencial na área da saúde pública.
Ressalta-se que a Administração Pública possui o dever constitucional de garantir o acesso universal e integral às ações e serviços de saúde, conforme disposto no artigo 196 da Constituição Federal, sendo imprescindível a adoção de medidas imediatas para assegurar a continuidade da assistência ao paciente.
Dessa forma, a contratação emergencial encontra respaldo legal na Lei nº 14.133/2021, em especial nos dispositivos que autorizam a dispensa de licitação em situações de emergência ou urgência, quando caracterizado risco à saúde e à vida da população.
O paciente encontra-se com indicação médica urgente a não realização imediata do procedimento poderá acarretar agravamento do quadro clínico, caracterizando situação de emergência em saúde pública individual, que demanda resposta célere da Administração Pública.

Considerando:

A urgência devidamente comprovada por relatório e/ou encaminhamento médico;
A inexistência de tempo hábil para realização de processo licitatório regular sem prejuízo ao paciente;
O dever constitucional do Município de garantir o direito à saúde, conforme art. 196 da Constituição Federal;
O princípio da continuidade do serviço público e da proteção à vida;

Justifica-se a dispensa emergencial de licitação para contratação imediata do procedimento necessário, limitada ao estritamente indispensável para atendimento da situação emergencial, observando-se a razoabilidade do preço praticado no mercado e a formalização contratual conforme determina a legislação vigente.
Ressalte-se que a contratação terá caráter excepcional e temporário, restrita ao atendimento da urgência apresentada, devendo ser adotadas as providências administrativas subsequentes para regularização contratual, se necessário.
Nesse contexto, a contratação está amparada pelo inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispensa a licitação para contratações em situações de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada a necessidade de pronto atendimento para evitar prejuízos à população ou comprometer a continuidade dos serviços públicos.
Em análise aos presentes autos, observamos que foram solicitados orçamento ao hospital especializado, tendo a empresa **INSTITUTO POTIGUAR DE OFTALMOLOGIA LTDA**, CNPJ: **01.571.791/0001-72**, apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado.
O orçamento apresentado por parte do credor supracitado é compatível com o objeto pretendido e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.
Assim, diante da urgência do caso e visando resguardar a saúde e o bem-estar da paciente, torna-se imprescindível a contratação imediata da empresa que já presta os serviços especializados, garantindo a continuidade do tratamento e a adequada recuperação do assistido.

IV – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Assim, diante do exposto nos documentos acostados, restou comprovado ser o valor médio de mercado praticado com a Administração igual a **R$ 22.000,00** (vinte e dois mil reais).

O valor ofertado pelo licitante que apresentou menor preço mediante o objeto pretendido foi como se segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	Procedimento cirúrgico oftalmológico de Vitrectomia, associada a Endolaser, Endodiatermia, Implante de Silicone, Implante de Perfluorocarbono e Facectomia com Implante de Lente Intraocular (LIO) no olho esquerdo da paciente Adriana da Silva Dias.	Serviço	01	R$ 22.000,00	R$ 22.000,00
Total Geral					**R$ 22.000,00**

De acordo com o orçamento apresentado, demonstra-se que a contratação está dentro do valor de mercado.

V – DA ESCOLHA

O licitante escolhido neste processo para sacramentar a contratação do objeto pretendido, foi: **INSTITUTO POTIGUAR DE OFTALMOLOGIA LTDA**, CNPJ: **01.571.791/0001-72**– Pelo valor descrito anteriormente.

VI – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.
Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do objeto em questão, é

decisão discricionária do Prefeito Municipal optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

José da Penha/RN, 03/09/2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:460C7F60

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 020/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: 10 (dez) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço
ADJUDICAÇÃO: por lote
MODO DE DISPUTA:aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: não
O **Município de Jucurutu/RN** vem a público comunicar que no **dia 08 de setembro de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**, será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR LOTE, destinado a **Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de transporte escolar de alunos, por rotas previamente definidas, nos turnos matutino, vespertino e noturno, destinados ao atendimento da rede pública de ensino municipal e estadual, no âmbito do Município de Jucurutu/RN.**

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **22 de setembro de 2026**, às **09:00** horas (horário de Brasília). Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com e do telefone: (84) 9 9488- 2037 – (das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas).

Jucurutu/ RN, 03 de setembro de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:00E9F8CF

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 059/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço
ADJUDICAÇÃO: Por item
MODO DE DISPUTA: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no **dia 08 de setembro de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de preços para aquisição de medicamentos psicotrópicos para atendimento contínuo da Rede Pública Municipal de Saúde.**

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 18 de setembro de 2026, às 09:00 horas (horário de Brasília)**, no site **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 03 de setembro de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:CC840788

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADO: LAR DA PESSOA IDOSA PEDRO EPAMINONDAS LOPES, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 70.033.931/0001-71; OBJETO: Contratação direta de instituição especializada em serviços de acolhimento institucional para idosos (Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI), em regime de exclusividade territorial no âmbito municipal para atendimento do Processo Judicial Nº 0804712-68.2026.8.20.5300, nas condições estabelecidas no Termo de Referência; VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é três (03) meses contados do(a) assinatura do mesmo, na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021; VALOR GLOBAL: O valor total da contratação é de R$ 12.000,00 (doze mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 10.010 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. II - Fontes de Recursos: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos. III - Programa de Trabalho: 0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR. IV - Elemento de Despesa: 3.3.50.41 – CONTRIBUIÇÕES. V – Plano Interno: 2118 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: caput do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Joelma de Medeiros Amaral**.**

Jucurutu/RN, 02 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:A27AE58E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA: BANDA GRAFITH PRODUÇÕES ARTÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.088.013/0001-88; OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA A FESTA DO PA-DROEIRO SÃO MIGUEL 2026, "FEIRINHA", NO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; DATA DE APRESENTAÇÃO: 26/08/2026, A PARTIR DAS 20H; VALOR GLOBAL: R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 08.008 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E DO TURISMO; II - Fontes de Recursos: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE

IMPOSTOS; III - Programa de Trabalho: 0023 - INCENTIVO A CULTURA REGIONAL; 23 COMERCIO E SERVIÇOS; 695 TURISMO; IV - Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; V – Plano Interno 2174 – CAPTAÇÃO, REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS TURÍSTICOS–CULTURAIS-ESPORTIVOS.. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133/2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Christiano Gomes de Lima Junior - Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 02 de setembro de 2026

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:D0EF6AEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026 –
INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/RN; CONTRATADA: ULTRA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 23.626.845/0001-92; OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA DOS SERVIÇOS ARTÍSTICOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL PARA A FESTA DO PA-DROEIRO SÃO MIGUEL 2026, "FEIRINHA", NO MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; DATA DE APRESENTAÇÃO: 26/08/2026, A PARTIR DAS 20H; VALOR GLOBAL: R$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 08.008 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E DO TURISMO; II - Fontes de Recursos: 15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS; III - Programa de Trabalho: 0023 - INCENTIVO A CULTURA REGIONAL; 23 COMERCIO E SERVIÇOS; 695 TURISMO; IV - Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; V – Plano Interno 2174 – CAPTAÇÃO, REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS TURÍSTICOS–CULTURAIS-ESPORTIVOS.. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, II, da Lei Federal n° 14.133/2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – Pelo Contratante e Rogério Medeiros de Cabral Junior - CPF: 915.849.574-68 - Pela Contratada.

Jucurutu/RN, 02 de setembro de 2026

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:E2E2ABE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 232, DE 03 SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 232, DE 03 SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER uma licença prêmio de 90 dias a servidora **PATRÍCIA SOUZA DO CARMO SILVA,** CPF: 055.***.374-**, ocupante do cargo efetivo de Cuidador de Criança Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 92 do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

Art. 2º - Fica compreendido o período da Licença Prêmio de 90 (noventa) dias de **04 de setembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026.**

Art. 3º - A servidora deverá se apresentar ao seu local de trabalho no 1º dia útil após o fim desta Licença Prêmio, independentemente de convocação, para desempenhar suas funções laborais.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 03 de setembro de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:5B3BFFF3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20260119

CONTRATO Nº 20260119

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS-RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09

CONTRATADO: JB ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E CONTABIL LTDA
CNPJ: 52.921.294/0001-98

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria em processamento da produção assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo a digitação, alimentação, processamento, consistência, validação, monitoramento e envio das produções ambulatoriais e hospitalares aos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, incluindo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS), Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), Ficha de Programação Orçamentária (FPO Magnético) e Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade (APAC), bem como suporte técnico, acompanhamento das competências, correção de inconsistências, atualização cadastral, geração de arquivos para processamento, emissão de relatórios gerenciais e orientação técnica à equipe municipal, visando garantir a regularidade do envio das informações, a conformidade com as normas do Ministério da Saúde e a adequada captação dos recursos financeiros decorrentes da produção dos serviços de saúde.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:

Unidade orçamentária: 08 01- Secretaria Municipal de Saúde
Projeto atividade: 2.071 - manutenção do fundo municipal de saúde

Ficha de despesa: 33903900
Fonte de recurso : 1500100200/1621000000/1631000000

VIGÊNCIA: 04 de setembro de 2026 a 03 de setembro de 2027.

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 74, Inciso III, alínea "c".

Data Assinatura: 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:E5DAAA63

CPL LAGOA DE PEDRAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 20260120

CONTRATO Nº 20260120

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS-RN
CNPJ: 08.143.026/0001-09

CONTRATADO: JB ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E CONTABIL LTDA
CNPJ: 52.921.294/0001-98

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria, assessoria e apoio técnico especializado em Regulação compreendendo o gerenciamento, monitoramento, organização dos fluxos assistenciais, suporte operacional e orientação técnica na utilização dos sistemas oficiais de regulação ambulatorial e hospitalar, incluindo Regula RN Ambulatorial, Regula Cirurgia, SISREG, Programação Pactuada Integrada (PPI) e Programa de Pactuação de Atenção Especializada (PPAE), visando ao fortalecimento da Central Municipal de Regulação, à qualificação dos processos regulatórios, à ampliação do acesso aos serviços especializados, à redução do tempo de espera dos usuários e ao cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde publica.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:

Unidade orçamentária: 08 01- Secretaria Municipal de Saúde
Projeto atividade: 2.071 - manutenção do fundo municipal de saúde
Ficha de despesa: 33903900
Fonte de recurso : 1500100200/1621000000/1631000000

VIGÊNCIA: 04 de setembro de 2026 a 03 de setembro de 2027.

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 74, Inciso III, alínea "c".

Data Assinatura: 03 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:C9741B16

CPL LAGOA DE PEDRAS
RESULTADO DA HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA
CHAMADA PÚBLICA 01/2026

Às 10:00 horas do dia 14/08/2026, na Sala do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, situada na Rua Cel Francisco Tomaz, 99 – centro – Lagoa de Pedras/RN, reuniu-se a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA DE PEDRAS/RN, designada pela PORTARIA Nº 057/2026-GP, de 02 de janeiro de 2026, para recebimento dos envelopes de documentos de habilitação e propostas apresentados à Chamada Pública Nº 001/2026, tendo como objeto Cadastramento e futura contratação de interessados para **Aquisição exclusiva de Gêneros Alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Agricultores e Associações/Empreendimentos rurais da agricultura familiar para atender as necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de educação através da Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009**, o resultado da análise da habilitação e dos projetos de vendas, com os respectivos resultados. Desde já, fica aberto no prazo de 3 (três) dias úteis para os interessados à apresentarem recurso administrativo.

FORNECEDORES VENCEDORES	
Licitante	**Representante**
Razão Social / CNPJ / CPF	**Nome / Identidade / Emissor**
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE CAMPINAS (AFCC) CNPJ: 14.010.542/0001-50	WAGNER ALVES RODRIGUES CPF: 655.795.184-04
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES ASSISTIDO DA REGIAO AGRESTE (ACOPAR) CNPJ: 63.695.929/0001-00	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA CPF: 033.809.234-00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DO TERRITORIO AGRESTE E LITORAL SUL CNPJ: 44.662.184/0001-20	DAVI SIMÃO RIBEIRO CPF: 049.286.224-99
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA CPF: 033.809.234-00	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA CPF: 033.809.234-00
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO LESTE POTIGUAR CNPJ: 50.756.277/0001-17	JORGE FÉLIX DA COSTA CPF: 357.906.604-87
FORNECEDOR NÃO HABILITADO	
GRUPO INFORMAL DE AGRICULTORES FAMILIARES DE CAIÇARA DO RIO DOS VENTOS/RN MOTIVO: descumpriu o item 5.2, se localiza na região geográfica intermédiaria.	IELMA DANTAS GOMES LISBOA CPF: 096.817.974-69

Lagoa de Pedras/RN, 03 de Setembro de 2026.

RÔMULO RUAN DA SILVA GUEDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:185D6DF9

CPL LAGOA DE PEDRAS
TERMO DE ADESÃO Nº. 08/2026

TERMO DE ADESÃO Nº. 08/2026
Adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico - SRP nº. 26/2024
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Touros/RN
CNPJ: n° 08.234.155/0001-02
Vigência da Ata: 11/02/2026 à 11/02/2027
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE FÓRMULAS, SUPLEMENTOS, DIETAS ENTERAIS E MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE.
Ofício ao Órgão Gerenciador: Ofício: 105/2026 - GP
Ofício ao Fornecedor: Ofício: 106/2026 - GP
A Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, irá aderir até o limite de 50% dos quantitativos da ata original, respeitando assim os limites legais.
Vigência da Adesão: 03/09/2026 à 02/09/2027
Fundamentação: no art. 86, § 2º, II, da Lei nº 14.133/21.
Empresa Fornecedora:
CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 02.800.122/0001-98

Lagoa de Pedras/RN, 03 de setembro de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:4492A282

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026

O MUNICÍPIO DE LAGOA DE VELHOS/RN, através de seu Pregoeiro no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do **Processo Licitatório Nº 83/2026** na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE"**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas originais, genuínas ou homologadas, acessórios, lubrificantes, baterias, pneus e correlatos, bem como prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, destinados à frota de veículos pesados do Município de Lagoa de Velhos/RN, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital. O início da sessão está previsto para o **dia 21 de setembro de 2026, às 08h01min**. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal, à Praça Fabião das Queimadas, nº 700, centro, Lagoa de Velhos/RN, no horário de expediente das 07h00min às 13h00min, em dias úteis, bem como através do fone/fax (84) 3695-0091, e-mail: cpl@lagoadevelhos.rn.gov.br e no site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Lagoa de Velhos/RN, 03 de setembro de 2026.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Pregoeiro da PMLV/RN

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:F321EE03

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do Contrato nº 081/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de obras, reformas, adequação e manutenção predial, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais, compreendendo: Item 01 – Obras e Item 02 – Reformas, Adequações e Manutenção Predial, em razão da obtenção de novos recursos destinados à construção de Delegacia de Polícia e à reforma de Unidade Básica de Saúde – UBS.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO: PEDRA BRUTA ENGENHARIA, SERVICOS E COMERCIO LTDA
CNPJ: 41.964.044/0001-19
ORIGEM: Carona nº 007/2025 – Processo Licitatório nº 111/2025
VALOR DO ACRÉSCIMO: R$ 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.070 – Fundo Municipal de Saúde; 02.100 – Secretaria Municipal de Obras e Transportes; **PROJETO ATIVIDADE:** 10.301.0005.1105 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade; 15.451.0008.1121 – Construção e Reformas de Prédios Públicos; **NATUREZA DA DESPESA:** 4.4.90.51 – Obras e Instalações; **FONTE DE RECURSO:** 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos (marcador ASPS - Saúde); 16010000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde; 16310000 – Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde; 17000000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 124, inciso I, alíneas "a" e "b", e no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Lagoa de Velhos/RN, 01 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:
CONTRATANTE: José Nildo Galdino
CONTRATADA: Pedro Paulo Pessoa Moreno

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:C81F26EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 62/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA, inscrito no CNPJ sob o nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: empresa JSI EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.482.029/0001-58. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS E TERRENOS URBANOS E RURAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN, conforme a Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026. VALOR GLOBAL R$: 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais) para 12 meses de execução, a serem pagos efetivamente de acordo com a prestação de serviços utilizados/realizados. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS: Órgão Orçamentário: Poder Executivo – Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN; Unidades Orçamentárias: Unidade Orçamentária: 02.001 – Gabinete do Prefeito; Ação: 2002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Ação: 2041 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria Municipal de Administração; Ação: 2006 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal Administração; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária: 06.001 – Secretaria Municipal de Finanças; Ação: 2008 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária; Ação: 2010 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria Municipal de Educação; Ação: 2025 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação; Fonte de Recursos: 15001001 – Recursos não vinculados de impostos – Despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino. Unidade Orçamentária: 09.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Ação: 2020 – Manutenção Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária: 10.001 – Fundo Municipal de Saúde; Ação: 2035 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde; Fonte de Recursos: 15001002 – Recursos não vinculados de impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde. Ação: 2054 – Manutenção do Teto Financeiro da Média e Alta Complexidade – MAC/AIH; Fonte de Recursos: 15001002 – Recursos não vinculados de impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde. Ação: 2061 – Manutenção do Bloco de Atenção Primária; Fonte de Recursos: 15001002 – Recursos não vinculados de impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde. Unidade Orçamentária: 11.001 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana; Ação: 2039 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Mobilidade Urbana; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária:12.001 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico; Ação: 2040 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Unidade Orçamentária: 13.001 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Juventude; Ação: 2091 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Juventude; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. Aplica-se para todas as Secretarias – Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros

Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, homologada em 13 de julho de 2026. DATA: 02 de setembro de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva/Prefeito/Pela Contratante e Terezinha Aparecida Dalabrida/Titular/Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:7E63CAB3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0416/2026 - GP

Portaria nº 0416/2026 – GP
Lagoa Nova / RN, 03 de setembro de 2026.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO/ALTERAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE TÍTULOS AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE LAGOA NOVA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas na Lei Municipal nº 409/2009, de 29 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1° - Alterar o percentual da gratificação por cursos de aperfeiçoamento da servidora Alione Soares de Medeiros, matrícula nº 269, integrante do quadro do Magistério Público Municipal, de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento), incidente sobre o vencimento-base do cargo, nos termos do art. 39, inciso III, da Lei Municipal nº 409/2009.

Art. 2° - A alteração do percentual da gratificação de que trata o art. 1º terá efeitos financeiros e funcionais a partir de 17 de agosto de 2026, data de protocolização do requerimento administrativo.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:F2629851

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0417/2026 - GP

Portaria nº 0417/2026 – GP
Lagoa Nova / RN, 03 de setembro de 2026.

"NOMEIA A SENHORA JOSILENE FELIPE DA SILVA BRITO NO CARGO COMISSIONADO DE VICE-DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE ENSINO E EDUCAÇÃO DO CAMPO NAZARÉ XAVIER GÓES, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 759/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a senhora **Josilene Felipe da Silva Brito**, no Cargo Comissionado de **Vice-Diretora Escolar do Centro Nazaré Xavier Góes**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As atribuições que competem ao cargo de Vice-Diretora Escolar da Secretaria Municipal de Educação estão descritas na Lei Municipal nº 759/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Vinícius Guimarães Victor
Código Identificador:598D0BFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO - MARCEL ANDRÉ DA SILVA SILVEIRA

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS,** COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000**, CNPJ/MF: 14.794.043/0001-09.**

CONTRATADO (A): **MARCEL ANDRÉ DA SILVA SILVEIRA**, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.283 – SSP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 017.XXX.XXX-55, DOMICILIADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, Nº 935, CENTRO – CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **PSICÓLOGO**, FIRMADO EM 22 DE JUNHO DE 2026.

FUNDAMENTAÇÃO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DEU-SE EM VIRTUDE DE MOTIVOS PESSOAIS DO CONTRATADO. PORTANTO, EMBASAMOS O DESLIGAMENTO DIANTE DO QUE REGE O ITEM 3 DA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE VERSA SOBRE O CONSENSO DE AMBAS AS PARTES SOBRE O DESLIGAMENTO DO PROFISSIONAL CONTRATADO.

PARÁGRADO ÚNICO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA ASSINATURA, RETROAGINDO SEUS EFEITOS AO DIA 31 DE AGOSTO DE 2026.

BASE LEGAL: INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

(Assinado Eletronicamente)
IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:A8F97D93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001 - ANA CRISTINA ROMÃO DOS SANTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): ANA CRISTINA ROMÃO DOS SANTOS, BRASILEIRA, CASADA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.188- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 095.XXX.XXX-07, DOMICILIADA NO SÍTIO SÃO FRANCISCO, N°116 ZONA RURAL – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ALUNO 40H** PELO PERÍODO DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 A 02 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:98514ADF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001 - JOSÉ DOMINGOS SOARES

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): JOSÉ DOMINGOS SOARES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 014.XXX.078- ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 968.XXX.XXX-49, DOMICILIADO NO SÍTIO BURACO DE LAGOA, Nº 100, ZONA RURAL – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **PEDAGOGO** PELO PERÍODO DE 04 DE SETEMBRO DE 2026 A 03 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:A17658B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001 - KAUANNE RUTH DE SOUZA DAVI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): KAUANNE RUTH DE SOUZA DAVI, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 003.XXX.981 - ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 704.XXX.XXX-10, DOMICILIADA NO SÍTIO SANTA RITA, Nº 425, ZONA RURAL – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ALUNO 40H** PELO PERÍODO DE 04 DE SETEMBRO DE 2026 A 03 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:AFEABA19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001 - MARIA VANÚZIA NUNES PEREIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2025 – ADITIVO Nº 001

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SME, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 CNPJ/MF:08.182.313/0001-10.

CONTRATADO (A): MARIA VANÚZIA NUNES PEREIRA, BRASILEIRA, VIÚVA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 970.XXX.68- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 970.XXX.XXX-68, DOMICILIADA NA RUA JOSÉ PEDRO MIGUEL, N° 389 – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO FINALIDADE PROCEDER À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO REFERENTE AO CARGO DE **AUXILIAR DE ALUNO 20H** PELO PERÍODO DE 04 DE SETEMBRO DE 2026 A 03 DE MARÇO DE 2027.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:CEED2340

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2026 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: K F G PINTO EIRELI
CNPJ: 41.069.896/0001-42
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DE GRANDE PORTE, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICÍPAL DE LAGOA NOVA/RN
VIGÊNCIA: Início na data de 19/08/2026 e encerramento em 18/08/202**7.**
DO VALOR: O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 9.293,50 (Nove mil, duzentos e noventa e três e cinquenta centavos)**.**

Lagoa Nova/RN, em 19 de agosto de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:8DE511A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ARP Nº 079/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA
CNPJ: 11.886.312/0001-60
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência da ARP nº 79/2025 por mais 12 (doze) meses, para: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN.
VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 01 DE SETEMBRO DE 2026, encerrando-se em 31 DE AGOSTO DE 2027.

Lagoa Nova/RN, em de 01 setembro de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:CB2030B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ARP Nº 80/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: MONTESE ARTIGOS MILITARES LTDA
CNPJ: 25.434.062/0001-32
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência da ARP nº 80/2025 por mais 12 (doze) meses, para: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN.
VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 01 DE SETEMBRO DE 2026, encerrando-se em 31 DE AGOSTO DE 2027.

Lagoa Nova/RN, em de 01 setembro de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:7B52A545

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ARP Nº 82/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: UNIAO COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 10.685.202/0001-78
OBJETO: O presente Termo Aditivo objetiva prorrogação do prazo de vigência da ARP nº 82/2025 por mais 12 (doze) meses, para: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN.
VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 01 DE SETEMBRO DE 2026, encerrando-se em 31 DE AGOSTO DE 2027.

Lagoa Nova/RN, em de 01 setembro de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:14737973

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2025 DA INEXIGIBILIDADE Nº 041/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA
CNPJ: 08.182.313/0001-10
CONTRATADA: ALINE TAISE DANTAS DA SILVA
CPF: 058.XXX.XXX-30
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, visando à continuidade da LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DE MANEIRA INTEGRADA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTA MANEIRA ATENDENDO DE FORMA EFICIENTE OS MUNÍCIPES E SOCIEDADE EM GERAL QUE NECESSITAM DOS SEUS SERVIÇOS.
VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo tem sua vigência a partir de 01 DE SETEMBRO DE 2026, encerrando-se em 31 DE AGOSTO DE 2027.

Lagoa Nova/RN, em 27 de agosto de 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA –
Prefeito/Contratante

Publicado por:
Andréia de Fátima Guimarães Medeiros
Código Identificador:022936DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL N° 002/2026
PROGRAMA PROJOVEM LAGOANOVENSE

RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL N° 002/2026
PROGRAMA PROJOVEM LAGOANOVENSE

Nº ID INSCRIÇÃO	NOME	INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO
001	MARIANNY DOS SANTOS ARAÚJO	UFPB – JOÃO PESSOA/PB	DEFERIDO
002	RAFAEL ESDRAS NASCIMENTO SOARES	UFCG – CAMPINA GRANDE/PB	DEFERIDO
003	ANTONIO FÁBIO DE LIMA CRUZ	IFRN – CURRAIS NOVOS/RN	DEFERIDO
004	JOSÉ CARLOS TARGINO DA SILVA JUNIOR	UFRN – CURRAIS NOVOS/RN	INDEFERIDO
005	JOYCE EMANUELY DOS SANTOS	UFPB – JOÃO PESSOA/PB	DEFERIDO
006	HUDSON GABRIEL APRÍGIO	IFRN – CURRAIS	DEFERIDO

	DOS SANTOS	NOVOS/RN	
007	LAURA CELINE SILVA RIBEIRO	IFRN – CURRAIS NOVOS/RN	DEFERIDO
008	FRANCISCO HENRIQUE COSTA BEZERRA	UEPB – ARARUNA/PB	DEFERIDO
009	FRANCISCA LUIZA PEREIRA JUSTINO	UFRN – SANTA CRUZ/RN	DEFERIDO
010	ANA LAURA DE FARIAS SILVA	UERN – CAICÓ/RN	DEFERIDO
011	CARLOS HENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA	UFRN – SANTA CRUZ/RN	DEFERIDO
012	JOSEFA DAS VITÓRIAS DE SOUZA FÉLIX	UFERSA – MOSSORÓ/RN	INDEFERIDO
013	ANA CLAUDIA DA SILVA	UFRN – SANTA CRUZ/RN	DEFERIDO

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA TAVARES
Presidente Da Comissão Executiva Do Programa Projovem Lagoanovense

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:C45BED8E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000025/2026 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000025/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Adjudico o objeto da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000025/2026 a empresa **CROSS DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 57.536.275/0001-61, com valor global R$ 8.826,00 (oito mil oitocentos e vinte seis reais).
Publique-se.

Lagoa Salgada/RN, 03 de setembro de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:A5CCC8EE

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000025/2026 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000025/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, e nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/2021, homologo o julgamento do Agente de Contratação, referente à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 0000025/2026**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VENDA DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NECESSÁRIOS PARA OS TRABALHADORES DO MATADOURO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN**, em favor da empresa **CROSS DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº. 57.536.275/0001-61, vencedora com valor global de R$ 8.826,00 (oito mil oitocentos e vinte seis reais).
Publique-se.

Lagoa Salgada/RN, 03 de setembro de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:B205D0C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 141/2026.*REPUBLICA POR INCORREÇÃO*

PORTARIA 141/2026 Lagoa Salgada/RN 26 de Agosto 2026.
republicada por incorreção

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) **VALERIA BEZERRA DE MENDONÇA** , matrícula nº **678, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Secretária Escolar, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 23/07/2026 a 20/10/2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação , retroagindo seus efeitos a 23 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:03302E1A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 142/2026.*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO*

Portaria nº 142/2026. Lagoa Salgada/RN, 26 de Agosto de 2026.
republicada por incorreção

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) **JOSEFA JOZELHA VICENTE DE LIRA**, matrícula nº **071-1, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 20/07/2026 a 17/10/2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:C73914FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 143/2026.*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO*

Portaria nº 143/2026. Lagoa Salgada/RN, 26 de Agosto de 2026.

republicada por incorreção

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) **ZELIA OLIVEIRA SOARES DE SENA**, matrícula nº **73-2, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de ASG, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 21/07/2026 a 18/10/2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de julho de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:B9114D51

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 144/2026.*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO*

Portaria nº 144/2026. Lagoa Salgada/RN, 26 de Agosto de 2026.
republicada por incorreção

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) **JANICLEIDE EMÍDIO DA SILVA**, inscrita no CPF sob nº CPF ***.***.674-05 funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 03/08/2026 a 31/10/2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:ED1C505A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 150/2026.

Portaria nº 150/2026. Lagoa Salgada/RN, 03 de Setembro de 2026.

Dispõe sobre Exoneração de Cargo Comissionado e dá outras providencias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RN, no uso de suas atribuições Legais conferidas pela Lei Orgânica, e

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo em comissão de Secretária Municipal Adjunta de Tributação, a senhora **THAISA DE OLIVEIRA FARIAS MENDONÇA**, portadora do CPF ***.145.154-**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 31 de Agostode 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Atenciosamente,

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:C334C153

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2026

Portaria nº 151/2026. Lagoa Salgada/RN, 03 de setembro de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **JOSEFA MARIA DE SOUZA MARCIEL**, matrícula nº 0681, funcionária pública municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de PROFESSORA, Licença Prêmio, pelo período de 03 (três) meses, com remuneração, a contar de **01/09/2026 até 29/11/2026.**

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 01 de SETEMBRO de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:B2EF876B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 288, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede ½ (meia) diária aos servidores do Conselho Tutelar de Lajes/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO a solicitação constante no Memorando nº 248/2026-SEDEMH, de 26 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 004/2025 vigente que regulamenta a concessão de diárias no âmbito do Município de Lajes/RN;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ½ **(meia) diária**, no valor de **R$ 100,00 (cem reais) para cada servidor,** totalizando **R$ 300,00 (trezentos reais**), aos servidores abaixo relacionados:

I – PEDRO BRUNO BARBOSA DA SILVA – Conselheiro Tutelar;
II – JOSE NAZARENO DE ANDRADE – Conselheiro Tutelar;
III – ELISCARLA CAVALCANTE DE SOUZA – Conselheira Tutelar.

Art. 2º As diárias destinam-se a custear despesas decorrentes do deslocamento dos servidores aos Municípios de Ceará-Mirim e Extremoz/RN, no dia 04 de setembro de 2026, com saída prevista às 06h00min e retorno às 18h00min, para entrega de documentos judiciais ao Conselho Tutelar e à Defensoria Pública, referentes a medidas protetivas de urgência, bem como para realização de visita domiciliar e acompanhamento junto ao Conselho Tutelar, visando à elaboração de relatórios de acompanhamento de menores, conforme solicitação do Ministério Público.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 03 de setembro de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:C53D64BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 28080626

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO VAM RENAULT MASTER RAYTEC – VAM SAÚDE ANO/MODELO: 2023-2024, PLACA: RQF6C30 PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 31 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:1972BC98

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 28080726

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO: VAM RENAULT MASTER RAYTEC – VAM SAÚDE, ANO/MODELO: 2023-2024, PLACA: RQF6C30, PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 2.724,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 31 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:DDDEE6B8

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 28080826

NOME DO CREDOR: VANIO MOTOPEÇAS & AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ: 19.227.922/0001-64

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO AMBULÂNCIA FIORINO TECFORM AB1 ANO/MODELO: 2017-2018, PLACA: QGW6840 PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 380,00 (TREZENTOS E OITENTA REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 31 DE AGOSTO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:C6227BB3

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, I da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.

PROCESSO: 01090126

NOME DO CREDOR: VENTAR REFRIGERAÇÃO

CNPJ: 55.758.929/0001-76

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO DO VEÍCULO: I/MB 415SPRINTER VER AMB ANO/MODELO: 2018-2019, PLACA: RGN 5I23, UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 3.100,00 (TRÊIS MIL E CEM REAIS).

LUCRÉCIA/RN, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:06E93A70

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

ADJUDICO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 013/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN, que teve como licitantes vencedores parciais: **AUTO POSTO LUCRECIENSE LTDA – CNPJ: 50.602.634/0001 - 92,** com o valor total de R$ 792.540,00 (Setecentos e Noventa e Dois Mil, Quinhentos e Quarenta Reais); **NOVO HORIZONTE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ: 08.641.978/0001-44,** com o valor total de R$ 702.500,0000 (Setecentos e Dois Mil e Quinhentos Reais); **POSTO LUCRÉCIA LTDA – CNPJ: 03.248.805/0001 - 47**, com o valor total de R$ 908.160,00 (Novecentos e Oito Mil, Cento e Sessenta Reais).

Lucrécia – RN, 13 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:00A0E9D6

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

HOMOLOGO o procedimento licitatório do referido Pregão Eletrônico nº 013/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN, que teve como licitantes vencedores parciais: **AUTO POSTO LUCRECIENSE LTDA – CNPJ: 50.602.634/0001 - 92,** com o valor total de R$ 792.540,00 (Setecentos e Noventa e Dois Mil, Quinhentos e Quarenta Reais); **NOVO HORIZONTE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ: 08.641.978/0001-44,** com o valor total de R$ 702.500,0000 (Setecentos e Dois Mil e Quinhentos Reais); **POSTO LUCRÉCIA LTDA – CNPJ: 03.248.805/0001 - 47**, com o valor total de R$ 908.160,00 (Novecentos e Oito Mil, Cento e Sessenta Reais).

Lucrécia – RN, 13 de setembro de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:006226D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

O Pregoeiro Oficial deste município de Lucrécia/RN, torna público o resultado do referido Pregão Eletrônico nº 013/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido pelo pregoeiro e sua equipe com a finalidade de registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN, que teve como licitantes vencedores parciais: **AUTO POSTO LUCRECIENSE LTDA – CNPJ: 50.602.634/0001 - 92,** com o valor total de R$ 792.540,00 (Setecentos e Noventa e Dois Mil, Quinhentos e Quarenta Reais); **NOVO HORIZONTE COMBUSTÍVEIS LTDA – CNPJ: 08.641.978/0001-44,** com o valor total de R$ 702.500,0000 (Setecentos e Dois Mil e Quinhentos Reais); **POSTO LUCRÉCIA LTDA – CNPJ: 03.248.805/0001 - 47**, com o valor total de R$ 908.160,00 (Novecentos e Oito Mil, Cento e Sessenta Reais).

Lucrécia – RN, 13 de setembro de 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:B1BA7BE8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO(IMÓVEL DONA ELITA-JOSÉ REGINALDO)

Processo: Inexigibilidade n° 015/2024
Número de Contrato original: 2024.09.12-0001
Número do termo: 2º Aditivo
Objeto do aditivo: O presente Aditivo tem como objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 2024.09.02-0001, com o objetivo de dar continuidade ao Contrato Locação de imóvel para funcionamento das atividades da unidade básica de saúde “Dona Elita” Na zona urbana do município de Marcelino Vieira-RN, bem como aplicar o reajuste de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor original do contrato.
Contratada/CPF: JOSÉ REGINALDO LOPES, 267.314.954-XX
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Data da Assinatura do aditivo: 03/09/2026.

Vigência: 02/09/2026 a 02/09/2027

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:BD85A94B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 231/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 231/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prémio de servidor e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder 03(três) meses de Licença Prémio ao servidor José Benedito da Costa, matrícula nº 99742, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, ocupante do cargo defetivo de Contador, referente ao período aquisitivo 2007/2012, tendo início em 03/08/2026 e terminando em 31/10/2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Marcelino Vieira/RN, 02 de setembro de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:BDF5DDEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N.º 056, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO N.º 056, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Torna sem efeito nomeações para provimento efetivo de cargos de aprovados no Concurso Público n.º 001/2022 do Município de Maxaranguape – RN, realizadas por meio da Portaria da Secretaria Municipal de Administração de n.º 142/2026, de 30 de julho de 2026 de servidores que não compareceram no prazo legal, pediram desistência, reclassificação ou foram desclassificados.

A Senhora **MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA**, Prefeita do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 69 da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,

RESOLVE:

Art. 1º Tornam-se sem efeito as nomeações dos servidores convocados mediante as Portarias da Secretaria Municipal de Administração de n.º 142/2026, de 30 de julho de 2026, que não compareceram para tomar posse até o dia 30 de agosto de 2026, especificados no Anexo I, assim como os que não apresentaram a documentação necessária para satisfação das condições legalmente estabelecidas para tomar posse, indicados no Anexo I.

Art. 2º Ficam aprovadas as reclassificações dos convocados pela Portaria referida no artigo anterior que pediram reposicionamento na ordem de chamada para provimento, conforme requerimentos apresentados nos respectivos autos dos processos, os quais passarão a figurar nas novas posições indicadas no Anexo II, restando sem efeito às nomeações efetuadas pela citada Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita de Maxaranguape/RN

ANEXO I

CONSIDERANDO o decurso do prazo legal de 30 (trinta) dias da publicação da Portaria da Secretaria Municipal de Administração de n.º 142/2026, de 30 de julho de 2026, sem que tenham comparecido para tomar posse ou apresentado solicitação por escrita e documentação comprobatória, conforme art. 68, §1º, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997, além da necessidade de prover os cargos segundo o decidido no referido Processo pelo TCE-RN, os seguintes candidatos:

Nome	Classificação	Cargo
Alessandra Macêdo de Oliveira	4º	Advogada
Brennder Bernardo Vasconceos de Sena	5º	Fiscal de Tributos

CONSIDERANDO o pedido de Reclassificação dos seguintes candidatos:

CONSIDERANDO o pedido de Desistência dos seguintes candidatos:

CONSIDERANDO a Desclassificação dos seguintes candidatos:

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:3234473A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 158/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 158/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO CAPÍTULO II, SEÇÃO VIII, § 1º DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN.

RESOLVE:

Art.1°. Exonerar a servidora **ANA CLARA SEVERO SIMIÃO,** CPF nº. 017.xxx.xxx-70 do cargo de provimento comissionado de Vice-diretora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Maxaranguape.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026.

Maxaranguape/RN, 04 de setembro de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:D8FD9BA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 157, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 157, DE 04 DE SETEMBRO DE 2026.

O Senhor **JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 66, I, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), nos termos estabelecidos pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, conforme coordenação e acompanhamento da Comissão para Realização de Concurso Público designado mediante da Portaria Municipal nº. 045/2022;

CONSIDERANDO o decidido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos autos do Processo n.º 004336/2019 – TCE;

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), regulado pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, para que no prazo de 30 (trinta) dias comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN, situado no Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP 59580-000 e apresentem os documentos especificados no referido Anexo I.

Art. 2º. Após a apresentação dos documentos do Anexo I, os candidatos devem ser encaminhados à inspeção da Junta Médica do Município, em calendário a ser estabelecido pela Secretaria de Administração, assim como preencherem e assinarem:

I – declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

II – declaração de bens.

Parágrafo Único. Em caso de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, os candidatos devem apresentar demonstrativo da natureza dos cargos acumulados, com indicação dos requisitos exigidos e das atribuições previstas em lei, bem como da compatibilidade de horários, com a discriminação da jornada de trabalho, o horário de funcionamento dos órgãos públicos, a soma da carga horária total dos cargos, se há sujeição a regime de dedicação exclusiva em alguns dos cargos ocupados.

Art. 3º. O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN funcionará em regime de plantão de atendimento, nos dias 04 de setembro de 2026 a 11 de setembro de 2026, das 08h às 15h, para recebimento exclusivo da documentação dos candidatos convocados a serem lotados na Procuradoria Geral do Município e na Secretaria Municipal de Gestão Tributária, devendo esses preferencialmente comparecer nessas datas e horários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia de Diploma de Ensino Nível Médio**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
EDYANE CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA	089.404.154-18	6º

CARGO: ADVOGADO
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia da Graduação em Direito com inscrição na OAB**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;
8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
ALEXANDRE BARROS DE LIRA	968.155.664-04	5º

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:0C67472C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 33/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 33/2026

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e descartáveis, destinados ao atendimento das ações e demandas das Secretarias do Município de Montanhas.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ:08.354.383/0001-08
FORNECEDOR:DR DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA
CNPJ:21.930.033/0001-00
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 11/2026
VALOR ACRESCIDO: R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 42 do Decreto Municipal nº 298/2023, Art. 1° do Decreto Municipal nº 47/2025 c/c Art. 28, I e Art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Montanhas/RN, 02 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: **ANTONIO MARCOLINO NETO**
PELA CONTRATADA:DR DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:D4AEF2B2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 34/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 34/2026

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza e descartáveis, destinados ao atendimento das ações e demandas das Secretarias do Município de Montanhas.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ:08.354.383/0001-08
FORNECEDOR:RCM COMERCIO VAREJISTA RAMON COELHO LTDA
CNPJ:50.507.469/0001-90
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 11/2026
VALOR ACRESCIDO: R$ 98.508,00 (noventa e oito mil, quinhentos e oito reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 42 do Decreto Municipal nº 298/2023, Art. 1° do Decreto Municipal nº 47/2025 c/c Art. 28, I e Art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Montanhas/RN, 02 de setembro de 2026.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: **ANTONIO MARCOLINO NETO**
PELA CONTRATADA:RCM COMERCIO VAREJISTA RAMON COELHO LTDA

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:B9C00624

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 507/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **MARIA LUCIA LUCAS PEREIRA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0009610/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:23979AF2

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 508/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **ELIANE MARIA DA COSTA CABRAL,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0008982/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:42F62D01

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 509/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **GISELDA ALVES SANTIAGO,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0002380/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:8EA52CDA

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 510/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **MARIA CRISTINA FREIRE COSTA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0000647/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:2D27107E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 511/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** a pedido o Senhor, **ANTONIO COSTA DE ANDRADE**, portador do CPF/MF: XXX.739.684-XX, do cargo comissionado de ASSESSOR OPERACIONAL, da Secretaria Municipal de Obra e Urbanismo de Montanhas/RN.
ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
Montanhas/RN, em 01 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:C0B5E15F

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 512/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 03 de agosto de 2026, a Senhora, **MARIA DA PENHA SANTIAGO BEZERRA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0002143/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de agosto de 2026.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:298D4AF5

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 513/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, ao Senhor, **EDSON MOREIRA DE OLIVEIRA,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0000132/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:B453AC16

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 514/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, ao Senhor, **FRANCISCO DE ASSIS NERY MOREIRA,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0002844/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:64EF6B16

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 515/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, ao Senhor, **ANTONIO MARCOS DA SILV**A**,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0002780/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:CB17050F

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 516/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, ao Senhor, **MICHEL MARTINS DE LIMA,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0003093/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:9795388E

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 517/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **NOMEAR** o Senhor, **JOAO BATISTA LEANDRO DE SOUZA**, portador do CPF/MF: XXX.739.704-XX, para ocupar o cargo comissionado de **ASSESSOR OPERACIONAL**, do Gabinete do Prefeito de Montanhas/RN, por tempo indeterminado.
ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
Montanhas/RN, em 01 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:DA538EEA

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 518/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, ao Senhor, **LUIZ MARQUES CORREIA SOBRINHO,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0003298/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:00212476

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 519/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **ELMA MARIA DA COSTA SILVA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0003220/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:E9165906

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 520/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **ILDENORA DA SILVA OLIVEIRA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0003263/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:30B57687

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 521/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **MARIA SEBASTIAO DA SILVA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0003352/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:1AAE6705

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 522/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, a Senhora, **SELMA MARIA DA COSTA MOREIRA,** servidora do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0010901/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:E6271A6C

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 523/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER**, trinta (30) dias de férias, com início em 01 de Setembro de 2026, ao Senhor, **MARCIO BONIFACIO DA SILVA,** servidor do município de Montanhas/RN, sob a matrícula, 0010049/1 referente ao período de 2026.
ART. 2º. – Esta portaria entra em vigor nesta data.
ART. 3º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:C784DFC3

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 524/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER** três meses de Licença Prêmio, com início em 01 de setembro de 2026, a senhora **TARCISIA NICACIO DA COSTA**, servidora do quadro efetivo do município de Montanhas/RN sob a matrícula 0009075 - 1.
ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.
ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Montanhas/RN, em 01 de Setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deyvid Thierry de Oliveira Silva
Código Identificador:5B4D4615

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 268/2026 – GABINETE DO PREFEITO

Dispõe sobre a substituição de membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE,ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, O PREFEITO ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA,uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal deste Município e, CONSIDERANDO a necessidade de Administração Municipal em instituir o conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:
Art. 1º - NOMEAR as pessoas abaixo indicadas para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de MONTE ALEGRE, para exercerem um mandato de 02(dois) anos:

REPRESENTANTES ORGÃOS GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: WILMA GONÇALVES FONTOURA VIEIRA CPF: 029***.***-12
Suplente: MARÍLIA MAIARA DA SILVA MACIEL ROCHACPF:014.***.***-94

2-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: ANA PAULA ARRUDA CPF:069***.***.-39
Suplente: ELLEN SÓSTENES DA SILVA MIRANDA CPF: 073***.***-84

3-SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: REBECA CAROLINE DA SILVA SANTOS CPF: 105***.***-09
Suplente: LUCIVÂNIA BATISTA MIRANDACPF:052***.***-46

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO

Titular: MARIA JOSÉ GONZAGA CPF:512***.***-49
Suplente: MARIA YASMIN LAURENTINO FERREIRA CPF: 700***.***-40

REPRESENTANTES SOCIEDADE CIVIL:

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SITÍO DA CASTANHA.

Titular: MARIA DAS DORES ALVES CPF:066***.***-88
Suplente: JACIANA GOMES DE LIMA CPF: 072.***.***-88

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Titular: MARÍLIA HONÓRIO MARCELINO CPF: 082***.***-77
Suplente: TAÍSE FRANCISCA XAVIER DA SILVA CPF:130***.***-00

REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: CPF:JANAINA DE FRANÇA SILVA CPF: 114***.***-04
SUPLENTE: TEREZINHA TEOTÔNIO DA SILVA CPF: 070***.***-54

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Titular: PRISCILA AMORIM DE MELO CPF:096***.***-71
Suplente: THAYSY HERBÊNIA OLIVEIRA DE SANTANA CPF:096***.***-85

PRESIDENTE: PRISCILA AMORIM DE MEL, CPF:096***.***-71
VICE-PRESIDENTE: WILMA GONÇALVES FONTOURA VIEIR, CPF: 029***.***-12
SECRETÁRIA EXECUTIVA:THAYZY PONTES FÉLIX DA SILVA, inscrita no CPF/MF nº080.*.***-63**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Monte Alegre/RN, 1º de setembro de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniela Caroline Tiburtino de Moura
Código Identificador:FE9BC211

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0008/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 0008/2026, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS. HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor da empresa: N & T CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI – CNPJ Nº 11.512.339/0001-93 - VALOR TOTAL R$: R$ 345.170,00
Monte das Gameleiras - RN, 18 de Agosto de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:DE3AF90B

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0014/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 0014/2026, que objetiva: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS E HIDRAULICOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS-RN**. HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor das empresas: COMERCIAL FERREIRA EIREL – CNPJ Nº 18.271.963/0001-95 - VALOR TOTAL R$: R$ 539.111,15 e JOSE HELIO BARBOSA SOARES – CNPJ Nº 12.463.845/0001-00 – R$: 195.139,60.
Monte das Gameleiras - RN, 25 de Agosto de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:5C275D8E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 104 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 104 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Declara situação de Emergência no âmbito do Município de Monte das Gameleiras/RN, nas áreas afetadas por desastre natural climatológico do tipo – SECA-COBRADE (1.4.1.2.0) conforme a Portaria Federal nº 260/2022.

O Prefeito Constitucional do Município de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VII do Art. 7º / Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO o teor do art. 1º, inciso I e II da Lei Federal nº 9.433/1997, segundo: "A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: a água é um bem de domínio público; em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais."

CONSIDERANDO a escassez de água verificada nas Comunidades Rurais sendo: Sítio Macambira, Sítio Magalhães, Sítio Mata Fome, Sítio Cercado Grande, Sítio Chupador, Sítio Jacú de Órfãos, Sítio Serra Bonita e Serra do Bico, dependendo-se de captação e armazenamento e distribuição a ser havida através de caminhões pipas.

CONSIDERANDO que o fenômeno da seca vem causando danos à população da zona rural que é vulnerável e o Município não dispõe de recursos suficientes para atender as condições necessárias para o atendimento.

CONSIDERANDO que a escassez pluviométrica na nas áreas rurais do Município de Monte das Gameleiras/RN, já que somos uma cidade serrana sem reservatórios de água para abastecimento de água potável.

CONSIDERANDO que o Município de Monte das Gameleiras é extremamente dependente do meio rural para sustentação de sua economia, sendo exatamente a zona rural a mais castigada pela seca.

CONSIDERANDO que o parecer da COMPDEC – Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil/Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência por Seca na área Rural.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica declarada a **Situação de Emergência por Seca** nas áreas rurais sendo: Sítio Macambira, Sítio Magalhães, Sítio Mata Fome, Sítio Cercado Grande, Sítio Chupador, Sítio Jacú de Órfãos, Sítio Serra Bonita e Sítio Serra do Bico registradas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como – (COBRADE).1.4.1.2.0-SECA, conforme o anexo V da Portaria Federal nº 260, de 02 de fevereiro de 2022.

Art. 2º. Autoriza -se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem nas ações de resposta necessárias a minimizar os efeitos causados pela seca.

Art. 3º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I-Adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II-Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurado ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

&1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
&2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situações em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 5º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízos das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um ano), contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 6º. Este decreto entrará em vigor a partir desta data, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, permitindo-se uma prorrogação por igual período, se comprovada a necessidade.

Monte das Gameleiras/RN, 03 de setembro de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:A4F58820

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – CCE 012/2026.

Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN MODALIDADE: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026. OBJETO:** PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA PETROPOLIS, MUNICIPIO DE NISIA FLORESTA/RN. Empresa vencedora: **CONSTRUTORA GURGEL SOARES LTDA –** CNPJ: **05.052.764/0001-44** – recursos orçamentários 2026, Elemento de Despesa: 4.4.90.51, vigência: 15 meses – licitação; Concorrência eletrônica Nº 12/2026. P/ Contratada: Felippe Gurgel de Carvalho e Ivens Pereira dos Santos Satiro – p/contratante.

Nísia Floresta, 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:F45FA53C

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE EXCEPCIONALIDADE - ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

A Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN, nos termos da Resolução nº 011/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos no âmbito da Administração Pública, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos, admitindo, excepcionalmente, sua alteração mediante justificativa formal fundamentada em relevante interesse público ou para evitar prejuízo à continuidade de serviços essenciais;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 011/2024 – TCE/RN autoriza a alteração da ordem cronológica de pagamentos, desde que atendidos os requisitos de motivação formal, comunicação aos órgãos de controle e publicação do ato, conforme previsto em seu art. 6º;

CONSIDERANDO o contrato firmado entre o Município de Nísia Floresta/RN e a empresaEVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.738.556/0001-71, vinculada ao Empenho nº 622003/2026 e Liquidação nº 43/2026, Recibo nº 1019,no valor de R$ 3.714,32 (três mil setecentos e quatorze reais e trinta e dois centavos), referente ao fornecimento de passagens aéreas.

CONSIDERANDO que a aquisição de passagens aéreas possui natureza específica, estando sujeita à dinâmica tarifária do setor aéreo, caracterizada por variações constantes de preços e exigência de emissão imediata para garantia de valores previamente cotados;

CONSIDERANDO que tais deslocamentos estão diretamente relacionados ao interesse público, notadamente para participação em eventos institucionais, capacitações, reuniões técnicas ou ações administrativas essenciais ao funcionamento da gestão municipal;

CONSIDERANDO que a eventual não observância da urgência no adimplemento da referida despesa poderá acarretar risco concreto de descontinuidade dos serviços administrativos correlatos, especialmente aqueles que dependem do deslocamento de agentes públicos, comprometendo a regular execução de atividades institucionais, o cumprimento de agendas oficiais e a prestação adequada dos serviços públicos à população;

CONSIDERANDO que, conforme entendimento consolidado e previsão constante no §1º do art. 145 da Lei nº 14.133/2021, admite-se a adoção de condições específicas de pagamento quando justificadas pela natureza do objeto contratado, especialmente em situações que demandem pagamento antecipado ou imediato para viabilizar a execução do serviço;

CONSIDERANDO que a instrução processual apresenta justificativa suficiente quanto à necessidade da contratação, bem como evidencia que a medida excepcional visa resguardar a economicidade, evitando custos adicionais ao erário e garantindo a eficiência administrativa, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, por fim, que o não atendimento tempestivo da despesa poderá ocasionar prejuízos operacionais à Administração Pública, comprometendo o cumprimento de agendas institucionais e atividades estratégicas do Município;

Diante do exposto, com fundamento na legislação vigente, submete-se à autoridade competente a presente justificativa para fins de autorização da quebra da ordem cronológica de pagamentos, possibilitando a quitação da despesa em favor da empresa EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA, relativa ao fornecimento de passagens aéreas, assegurando a continuidade das atividades administrativas, a eficiência da gestão pública e a preservação do interesse público.

JORGE JANUÁRIO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Cultura

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:8BF4C352

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE EXCEPCIONALIDADE - ALTERAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Considerando o processo de pagamento referente à empresaG e B Comércio e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ nº33.133.378/0001-12, referente à prestação deserviços de locação de máquina agrícola tipo trator com gradearadorapara uso no corte de terra na zona rural do Município de Nísia Floresta, durante o período dejunhode 2026, conforme:

•Empenho nº601003/2026
•Liquidação nº64/2026;
•Nota Fiscal nº2600000000082, emitida em nome do Município de Nísia Floresta – CNPJ nº08.167.306/0001-49.

Considerando que os serviços prestados possuem natureza essencial ao atendimento das atividades de preparo do solo para os produtores rurais do município, cuja execução está diretamente vinculada ao calendário agrícola, e que eventual atraso no pagamento poderá comprometer a continuidade da prestação dos serviços e causar prejuízos ao interesse público;

Com fundamento noart. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a observância da ordem cronológica dos pagamentos, admitindo sua alteração medianteprévia justificativa da autoridade competente e relevante razão de interesse público, solicita-se aquebra da ordem cronológica de pagamentodo presente processo, em razão da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais e evitar prejuízos à Administração Pública e aos beneficiários das ações desenvolvidas pelo Município.

Diante do exposto, encaminha-se o presente memorando para apreciação e autorização da autoridade competente quanto à quebra da ordem cronológica, permitindo o regular processamento do pagamento.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ROWFRAN BELCHIOR DE CARVALHO
Secretário Municipal deAgricultura e Desenvolvimento Rural

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:1958D608

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE EXCEPCIONALIDADE – QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Transporte e Frota de Nísia Floresta/RN, com fundamento no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Resolução nº 011/2024-TCE/RN, apresenta a presente justificativa de excepcionalidade para quebra da ordem cronológica de pagamento, em observância aos princípios da legalidade, motivação, transparência e supremacia do interesse público.

CONSIDERANDO o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de exigibilidade das obrigações, para cada fonte diferenciada de recursos, vedada a alteração dessa ordem, salvo por relevante razão de interesse público, devidamente justificada e publicada;

CONSIDERANDO a Resolução nº 011/2024-TCE/RN, de 14 de maio de 2024, que regulamenta a observância da ordem cronológica de pagamentos no âmbito da Administração Pública Estadual e Municipal, prevendo em seu art. 15, inciso VI, a possibilidade de quebra mediante decisão fundamentada do ordenador de despesas, quando presente motivo de relevante interesse público;

JUSTIFICA-SE que o contrato nº **17/2021**,em nome de **RICARDO HENRIQUE DE BRITO TAVARES ARAUJO**, cujo objeto é a locação de imóvel utilizado para o funcionamento e destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Transporte e Frota, para guarda de veículos e máquinas pertencentes à Prefeitura Municipal., vinculado à Secretaria Municipal de Transporte e Frota , é essencial para a continuidade das atividades públicas e para a prestação regular dos serviços de atendimento à população. Ressalta-se que o atraso no pagamento dos aluguéis pode acarretar o descumprimento contratual, a rescisão do contrato e a consequente desocupação do imóvel, comprometendo a execução das atividades da unida, além de gerar custos adicionais com eventual realocação, transporte de bens e interrupção de serviços essenciais.

Diante da justificativa acima apresentada, solicita-se à alteração da ordem cronológica de pagamento, exclusivamente em relação à despesa de locação do imóvel utilizado por esta Secretaria, referente a Numero de empenho **202002/2026** referente ao mês de **MARÇO/2026**, despesa de liquidação **07/2026** observando-se o disposto no §2º do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, com a devida comunicação ao Controle Interno Municipal e publicação no Portal da Transparência, garantindo a legalidade, motivação e publicidade do ato administrativo.

Nísia Floresta, 03 de Setembro de 2026.

LAERCIO JOSÉ BEZERRA
Secretário Municipal de Transporte e Frota

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:DD900BF6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 276/2026

O PREFEITO do Municípiode Nísia Floresta/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, para exercer a função de GESTOR (A) dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Gestor (a)	Gestor(a) substituto(a)	Contrato/Ordem de Compra/Serviço nº	Contratado (a)	Objeto
ErickaThatianny dos Santos Silva – Mat.: 2367645-6	Camila Rodrigues Mendes Maciel Mat.: 0024287-2	Dispensa78/2021	Aurelicia Lopes Freire,CPF:091.369.428-20.	Locação de Imóvel para o Funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV-unidade de Hortigranjeira, localizado na Av. dos Lírios, no 100, Hortigranjeira.
ErickaThatianny dos Santos Silva – Mat.: 2367645-6	Camila Rodrigues Mendes Maciel Mat.: 0024287-2	Pregão PG-RP 34/2021	Emanoel Benevides Pessoa Barros, CNPJ: 33.891.032/0001-83.	Fornece osserviços funerários, serviço funeral adulto, serviço funeral adulto especial, serviço funeral infantil, translado do corpo, higienização, ornamentação, edredom, véu, flores artificiais, vela e mortalha, grinalda natural, grinalda artificial, arranjo com flores natural.
ErickaThatianny dos Santos Silva – Mat.: 2367645-6	Camila Rodrigues Mendes Maciel Mat.: 0024287-2	PregãoPresencial33/2021	LoservLocações e Serviços LTDA, CNPJ: 40.131.217/0001-55.	Contratação de empresa especializadaem serviços de lavagem completa e lavagem com lubrificação da frota de veículos e maquinas da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN.

Art. 2º ao Gestor do contrato cabem as seguintes competências:

I - Tratar com o contratado, exigindo que este cumpra com o que foi pactuado;
II - Sugerir eventuais modificações contratuais;
III - Comunicar a falta de materiais e recusar o serviço, se for o caso, subsidiado pelas anotações do fiscal do contrato respectivo;
IV - Manter o(a) Secretário(a) da respectiva pasta, informado(a) de todas as ocorrências relativas ao Contrato, com o auxílio do Fiscal do Contrato, para adoção do procedimento administrativo próprio, quando ocorrer a inexecução parcial ou total do contrato nos termos dosarts. 77 e 78, e atendidos os requisitos do art. 87 e seguintes, todos da Lei de Licitações.

Art. 3° Em respeito ao princípio da segregação de funções, o servidor ora designado não se enquadra nas seguintes situações de impedimento:

a) Ser responsável pela execução do próprio contrato;
b) Figurar como pregoeiro ou ser membro de comissão de licitação;
c) Possuir condição que enseje conflito de interesses que importem em óbice à designação como Fiscal de Contrato.

Art. 4º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de FISCAL dos instrumentos contratuais abaixo listados:

Fiscal	Contrato/Ordem de compra/Serviço nº	Contratado (a)	Objeto
Jessica Paula Silva de Lima, mat.0369659-5	Dispensa78/2021	Aurelicia Lopes Freire, CPF:091.369.428-20.	Locação de Imóvel para o Funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV-unidade de Hortigranjeira, localizado na Av. dos Lírios, no 100, Hortigranjeira.
Jessica Paula Silva de Lima, mat.0369659-5	PregãoPG-RP34/2021	Emanoel Benevides Pessoa Barros, CNPJ: 33.891.032/0001-83.	Forneceosserviços funerários,serviço funeral adulto, serviço funeral adulto especial, serviço funeral infantil, translado do corpo, higienização, ornamentação, edredom, véu, flores artificiais, vela e mortalha, grinalda natural, grinalda artificial, arranjo com flores natural.
Jessica Paula Silva de Lima, mat.0369659-5	PregãoPresencial33/2021	LoservLocações e Serviços LTDA, CNPJ: 40.131.217/0001-55.	Contratação de empresa especializadaem serviços de lavagem completa e lavagem com lubrificação da frota de veículos e maquinas da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN.

Art. 5ºAo Fiscal do contrato cabem as seguintes competências:

I – Acompanhar a execução objeto do contrato, tendo em vista garantir que estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;
II – Fiscalizar se a contratada mantém durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;
III – Acompanhar o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos;
IV – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, durante o prazo de vigência do contrato, facilitando a obtenção dos dados técnicos necessários à elaboração dos documentos imprescindíveis ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
V – Autorizar o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para o fornecimento do material;
VI – Notificar à CONTRATADA, quando da ocorrência e/ou anormalidades relacionadas com a execução do contrato, que resultem na inexecução parcial ou total do objeto do contrato, para que sejam adotadas as providências cabíveis;

VII – Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
VIII – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
IX – Manter o Secretário da pasta e o Chefe do Executivo informados de todas as ocorrências relativas ao contrato, para adoção do procedimento administrativo próprio, quando ocorrer a inexecução parcial ou total do contrato, nos termos dosarts. 77 e 78, e atendidos os requisitos do art. 87 e seguintes, todos da Lei de Licitações.

Art. 3º.A atribuição do Fiscal de Contratos Administrativos não será remunerada.
Art. 6º Na ausência justificada do fiscal/gestor do contrato, a chefia imediata do setor encontra-se autorizada a atestar as notas fiscais / relatório do gestor, devendo este estar ciente da prestação do serviço e/ou recebimento do material.

Art. 7º Na ausência, impedimento legal ou afastamento temporário do Gestor Titular do Contrato, fica designado o servidor Alexandre Cristiano Fernandes Palhares, matrícula nº 2376288-1, para responder excepcionalmente pela gestão contratual, praticando os atos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, até o retorno do titular.

Art. 8ºAs atribuições de fiscalização e gestão de contratos não serão remuneradas, nem poderão ser recusadas, salvo nos casos de impedimento legal.

GUSTAVO DA SILVASANTOS
Prefeito Municipal de Nísia Floresta

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:D2FCECC6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026-CL/PMNF

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA PETROPOLIS, MUNICIPIO DE NISIA FLORESTA/RN. Empresa vencedora: **CONSTRUTORA GURGEL SOARES LTDA –** CNPJ: **05.052.764/0001-44**, valor total: R$ **1.173.500,00**.

Nísia Floresta/RN, 03 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:92D82EF3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2026-CL/PMNF

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM DRENAGEM SUPERFICIAL NA RUA PETROPOLIS, MUNICIPIO DE NISIA FLORESTA/RN. Empresa vencedora: **CONSTRUTORA GURGEL SOARES LTDA –** CNPJ: **05.052.764/0001-44**, valor total: R$ **1.173.500,00**.

Nísia Floresta/RN, 03 de setembro de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:06662332

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 096/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria nº 096/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1 (uma) diária no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 1 do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR (A): Eliene Batista Bezerra

MATRÍCULA: 236718-1

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Secretária Adjunta de Turismo
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Turismo
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Pedro Velho/RN, onde participará do 7º Encontro de Líder Litoral Sul Potiguar, promovido pelo Sebrae/RN.
DESTINO: Nísia/ Pedro Velho – Pedro Velho /Nísia
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08 e 09 de setembro do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: O 7º Encontro de Líder – Litoral Sul Potiguar, promovido pelo Sebrae/RN, é um Projeto de relevante interesse público e institucional, tendo em vista que o evento reúne gestores, lideranças e representantes dos municípios integrantes da região para discutir estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, fortalecimento da governança regional e incentivo ao empreendedorismo.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.
Nísia Floresta/RN, 03 de setembro de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:28AFA6AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 097/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria nº 097/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1 (uma) diária no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 1 em consonância com art. 7º do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR (A): Emanoela Alves Amaro da Silva

MATRÍCULA: 236718-1

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Auxiliar Executivo Nível III
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Turismo
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Pedro Velho/RN, onde participará do 7º Encontro de Líder-Litoral Sul Potiguar, promovido pelo Sebrae/RN.
DESTINO: Nísia/Pedro Velho – Pedro Velho /Nísia
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08 e 09 de setembro do corrente ano.

JUSTIFICATIVA: O 7º Encontro de Líder - Litoral Sul Potiguar, promovido pelo Sebrae/RN, é um Projeto de relevante interesse público e institucional, tendo em vista que o evento reúne gestores, lideranças e representantes dos municípios integrantes da região para discutir estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, fortalecimento da governança regional e incentivo ao empreendedorismo.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.
Nísia Floresta/RN, 03 de setembro de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:5B974D27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 098/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria nº 098/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1 (uma) diária no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 1 em consonância com art. 7º do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR (A): Tércia Maria Bezerra Barbosa

MATRÍCULA: 236718-1

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Auxiliar Executivo Nível II
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Turismo
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Pedro Velho/RN, onde participará do 7º Encontro de Líder Litoral Sul Potiguar, promovido pelo Sebrae/RN.
DESTINO: Nísia/Pedro Velho – Pedro Velho/Nísia
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08 e 09 de setembro do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: O 7º Encontro de Líder Litoral Sul Potiguar, promovido pelo Sebrae/RN. Projeto de relevante interesse público e institucional, tendo em vista que o evento reúne gestores, lideranças e representantes dos municípios integrantes da região para discutir estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, fortalecimento da governança regional e incentivo ao empreendedorismo.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 03 de setembro de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:E1333F45

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE REAPRAZAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta (PMNF) torna público o **REAPRAZAMENTO** da licitação em epígrafe. A sessão pública para abertura das propostas remarcada para o dia **22 de setembro de 2026, às 09h00m (Horário de Brasília)**. O Edital com seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/?a=18&b=18&t=filtrar-licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br,

Nísia Floresta/RN, 03 de setembro de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:650EC88D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04270/2026 - PE 001/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraná/RN; CONTRATADA: D S Martins Farmácia, Pessoa Jurídica Inscrita no CNPJ sob o nº 24.978.623/0001-00, Objeto: Fornecimento de material hospitalar destinados a manutenção das Unidades de Saúde deste Município de Paraná–RN. Aditamento de valor; R$ 39.500,00.
Paraná/RN, 31 de agosto de 2026

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE –
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:22C76287

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04271/2026 - PE 001/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraná/RN; CONTRATADA: Multimed Dental Eireli, Pessoa Jurídica Inscrita no CNPJ sob o nº 29.894.043/0001-40, Objeto: Fornecimento de material hospitalar destinados a manutenção das Unidades de Saúde deste Município de Paraná–RN. Aditamento de valor; R$ 42.500,00.
Paraná/RN, 31 de agosto de 2026

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE –
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:C3B09835

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2026-SRP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2026-SRP

O Município de Paraú/RN, faz saber que estará realizando às 09h01min do dia **21/09/2026**, Sessão Pública do Pregão nº 007/2026-

SRP, na modalidade Eletrônica para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS, COM OPERADORES, COMBUSTÍVEIS, TRANSPORTE, MANUTENÇÃO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E TERRAPLANAGEM, DESTINADO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN**. O edital com os anexos encontram-se a disposição dos interessados no sitio: www.portaldecompraspublicas.com.br **ou** poderá ser solicitado pelo e-mail: departamentolicitacaoparau@gmail.com.

Paraú/RN, 03 de setembro de 2026.

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:2B269725

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 6° TERMO DE ADITIVO AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023. PROCESSO N° 8.482/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

EXTRATO DO 6° TERMO DE ADITIVO AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023.

PROCESSO N° 8.482/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2023

CONTRATADA: **INSTITUTO EM GESTÃO DE SAÚDE RN.**
CNPJ: 47.436.348/0001-90.
OBJETO: Alterar a prorrogação de prazo do Chamamento Público 01/2023, proveniente do processo administrativo 8.482/2023, objetivado por **ESTABELECER AS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DE PROCEDIMENTOS E SERVIÇOS EM SAÚDE - SUS, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL NA ÁREA DE SAÚDE, COM A FINALIDADE DE ATENDER AO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO E MELHORIAS NA SAÚDE COMPLEMENTAR, CONFORME PLANO DE TRABALHO ANEXO A ESSE INSTRUMENTO.** Em 03 (três) meses.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem por objeto a revisão do prazo contratual com fundamento no artigo 57, parágrafos 1°, inciso IV e 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em razão da superveniência da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, que extinguiu a contribuição social instituída pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

ASSINATURA: 17/08/2026;
VIGÊNCIA: 17/08/2026 até 17/11/2026.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:6A371843

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
CONVÊNIO Nº 003/2026 TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARELHAS – RN E ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE "CACHORROS LOUCOS"

CONVÊNIO Nº 003/2026

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARELHAS – RN E ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE "CACHORROS LOUCOS"

Pelo presente instrumento, de um lado o

MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN, inscrito no CNPJ/MPF sob o número 08.087.561/0001-81, com sede na Av. Mauro Medeiros n. 97, Centro, Parelhas RN, nos termos da Lei Orgânica do Município, neste ato, representado por seu Prefeito Constitucional Tiago de Medeiros Almeida, brasileiro, casado, médico, com endereço para correspondência na sede do Município, aqui denominada de **CONCEDENTE**, e **ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE "CACHORROS LOUCOS**", inscrita no CNPJ/MPF 20.123.516/0001-30, com sede neste município de Parelhas/RN, neste ato representado por seu Presidente AILTON UMBELINO DA SILVA FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 049.694.334-02, conforme o Estatuto, que confere, poderes para representá-la na assinatura deste termo de convênio, daqui por diante designada CONVENENTE, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares da matéria, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, que reciprocamente outorgam, e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1.A transferência de Recurso não vinculados dos impostos para **a ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE "CACHORROS LOUCOS",** inscrita no CNPJ/MPF 08.087.561/0001-81, por ser uma Associação sem fins lucrativos, promover evento social público a ser realizado de **04/09/2026 a 06/09/2026**, tido evento como **Parelhas Moto Fest – 15º edição**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES
2.1 - A CONCEDENTE compromete-se a:
2.1.1 - Transferir os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio na forma do Cronograma de Desembolso aprovado, observada a sua disponibilidade financeira.
2.1.2 - Acompanhar, supervisionar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Convênio.
2.1.3 - Analisar e aprovar as Prestações de Contas da aplicação dos recursos da CONCEDENTE alocados ao Convênio.
2.2 - A CONVENENTE compromete-se a:
2.2.1 - Executar o referido convênio, nos termos da legislação pertinente, na consecução do objeto de que trata este Convênio, em conta vinculada, observando critérios de qualidade técnica, custo e prazos previsto;
2.2.2 - Aplicar os recursos recebidos da CONCEDENTE e os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, exclusivamente na execução do objeto pactuado, vedado a sua execução com finalidade diversa da estabelecida ainda que em caráter de emergência para posterior cobertura;
2.2.3 - Registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados a este Convênio e apresentar relatório técnico das atividades sempre que solicitado;
2.2.4 - Prestar contas dos recursos alocados pela CONCEDENTE e os rendimentos das aplicações financeiras, conforme Cláusula Nona deste instrumento, nos termos da legislação vigente;
Dotação Orçamentária: 12.001.23.695.0011.1198
Fonte: 15000000 – Recurso não vinculados de imposto
Natureza da Despesa: 3.3.50.41 - Contribuição
Valor R$ 5.000,00 (Cinco mil Reais)
2.2.5 - Manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, devidamente identificada com o número do Convênio, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão CONCEDENTE, relativa ao exercício da concessão;
2.5.6 - Propiciar, em local adequado, os meios e condições necessárias para que a CONCEDENTE possa exercer o estabelecido no item 2.1.2;
2.5.7 - Permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado à CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou

indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria;
2.5.8 - Arcar com quaisquer ônus de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou social, acaso decorrente da execução deste Convênio;
2.5.9 - Promover as licitações que forem necessárias para a aquisição de materiais ou insumos a serem utilizados na execução do objeto pactuado, de acordo com a legislação especifica de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;
2.5.10 - Restituir o valor transferido pela CONCEDENTE, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para como Tesouro do Estado, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:
a) Quando não for executado, o objeto da pactuação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas;
b) Quando não apresentada, no prazo estabelecido, a prestação de contas, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas;
c) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
2.5.11 - Aplicar obrigatoriamente no mercado financeiro os recursos recebidos da CONCEDENTE, enquanto não forem empregados em sua finalidade, conforme a seguir:
a) Em caderneta de poupança de instituição oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
b) Em fundo de aplicação de curto prazo, ou operação de marcado aperto, lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores;

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo que:
3.1.1 - A CONCEDENTE participará com recursos no valor total de R$5.000,00 (cinco mil reais) no exercício de 2026, oriundos do seu Orçamento nos termos da Lei Orçamentária nº 2859/2025 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, conforme discriminação abaixo:
3.1.2 - A CONVENENTE não participará com recursos financeiros, salvo por motivo superveniente.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Terceira, em favor da CONVENENTE, em conta especifica de titularidade da CONVENENTE, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação especifica;
4.1.1 - Os recursos obedecerão ao seguinte critério de desembolso:
a) Será liberado a parcela única no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), pela CONCEDENTE a CONVENENTE, após assinatura deste instrumento;
4.1.2 - O pagamento da importância referida far-se-á, após publicação deste Convênio, de acordo com o Cronograma de Desembolso de Plano de Trabalho aprovado, que integra este instrumento, observada a sua disponibilidade financeira.
4.1.3 - A ausência de prestação de contas no prazo estabelecido pela CONCEDENTE importará se for o caso, a responsabilidade legal.
4.1.4 - É obrigatória a restituição pela CONVENENTE a CONCEDENTE de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias após a conclusão ou extinção deste Convênio.
4.1.5 - Os recursos referentes à participação financeira da CONCEDENTE, serão depositados, na conta corrente 38.294-9, agência nº 1106-1, Banco do Brasil S/A, especifica da Associação Moto Clube "Cachorros Loucos", para o objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE TRABALHO

5.1 - A CONVENENTE, para atingir o objetivo, obriga-se a promover o evento público aqui especificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

6.1 - As faturas, notas ficais, recibos e outros documentos de despesas, relativas à execução físico-financeira do objeto pactuado, deverão ser emitidos em nome da CONVENENTE, se for o caso, devidamente identificados com o número deste Convênio.
6.1.1 - Deverão ser anexadas as certidões a seguir:
a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais e à Dívida Ativa do Estado, caso o participante tenha sua sede no Estado do Rio Grande do Norte.
c) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa junto afazenda municipal, no que se refere a débitos e dívida ativa do município.
d) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal.
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
6.1.2 - Todas as despesas deverão ser executadas mediante pesquisa de preços, junto a no mínimo 3 (três) fornecedores/prestadores de serviços, realizando assim procedimento semelhante a licitação pública.
a) Salvo por motivo devidamente justificado, será aceito procedimento diferente do previsto no subitem acima citado.
6.1.3 - Não poderão ser pagas, com recursos do Convênio, despesas com:
a) Data anterior ou posterior à vigência da execução físico-financeira do convênio;
b) Pagamento, a qualquer título, a militar ou servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria técnica.
c) Taxas bancárias, juros ou correção monetária, inclusive os referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
d) Taxa de administração, gerencia ou similar;
e) Clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
f) Finalidade diversa da estabelecida no Convênio; e
g) Publicidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Toda e qualquer alteração ao presente Termo de Convênio, exceto no tocante ao seu Objeto, será processada mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1 - O presente Convênio terá vigência **até 30 de setembro de 2026**, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial.
8.1.1 - A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada ou alterada, por meio de Termo Aditivo Simplificado de Prorrogação de Prazo, celebrado de comum acordo entre os partícipes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.
8.1.2 - Quando houver atraso na liberação dos recursos, a vigência será prorrogada "de ofício" pelo Ordenador de Despesa da CONCEDENTE.
8.1.3 - As prorrogações de vigência de que tratam os sub itens anteriores aplicar-se-ão apenas em relação ao prazo de execução físico-financeira.
8.1.4 - Quando necessária à prorrogação de vigência do Convênio original, a solicitação neste sentido deverá ser apresentada com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias, antes do termino de sua vigência, acompanhada da devida justificativa.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 - Após recebimento e aplicação da parcela, deverá ser apresentada a prestação de contas relativa ao total dos recursos recebidos, composta das peças enumeradas no subitem 9.1.4 desta Cláusula.
9.1.2 - A prestação de contas, relativa aos recursos recebidos deverá ser apresentada ao órgão CONCEDENTE, até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, sendo aplicado as sanções impostas na cláusula 12.2 desse convênio.
9.1.3 - A prestação de Contas de Recursos Financeiros utilizados pela CONVENENTE será feita através de comprovação da execução da obras/serviços/aquisição, conforme as exigências deste instrumento, com observância na Resolução nº 022/2011-TCE/RN e alterações posteriores, no que diz respeito às obrigações de prestar contas.
9.1.4 - As prestações de contas dos recursos recebidos por força deste instrumento deverão ser acompanhadas das peças constitutivas descritas da seguinte forma:
a) Relatório do Cumprimento do Objeto;
b) Relatório de Execução Físico-Financeiro e Demonstrativo da Receita e Despesa, evidenciando;
b.1) os recursos recebidos;
b.2) a contrapartida;
b.3) os rendimentos da aplicação financeira;
c) Relação de pagamentos através de comprovantes via PIX;

d) Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da CONCEDENTE, quando for o caso;
e) Extrato de conta bancaria especifica do período do recebimento da 1ª (primeira) parcela até o último pagamento;
f) Conciliação bancária, quando for o caso;
g) Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando for o caso;
h) Comprovante de Recolhimento do saldo de recursos recebidos da CONCEDENTE, à conta e forma indicada pela CONCEDENTE; e,
i) Cópia dos despachos adjudicatórios e homologatórios das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o CONVENENTE pertencer a Administração Pública;
i.1) No caso de entidade privada sem fins lucrativos, apresentar mapa de apuração das pesquisas realizadas e cópias das propostas de preços realizadas a no mínimo 3 (três) fornecedores/prestadores de serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 - A CONCEDENTE providenciará, como condição de eficácia, a publicação do extrato deste Convênio na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, observando-se o prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar daquela data. Tal medida atende ao princípio da publicidade, nos termos do art. 5º da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

11.1 - O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação prévia com antecedência mínima de15 (quinze) dias, ou, ainda, no prazo de 30 (trinta) dias após o término de sua vigência máxima, em razão da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexequível. Ressalta-se, ademais, que o ajuste será considerado rescindido de pleno direito em caso de infração a quaisquer de suas cláusulas ou condições, em especial no que concerne a:
11.1.1 - Falta de prestação de contas parcial no prazo estabelecido, sem justa causa; e
11.1.2 - Utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do convênio;
11.2 - No caso de rescisão do presente instrumento, o beneficiário obriga-se a restituir a CONCEDENTE, no prazo máximo de 30(trinta)dias, a conta da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos por estes transferidos para a consecução do objeto pactuado, acrescido de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como comprovar a sua regular aplicação, enquanto vigente o convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 - Em caso de inadimplência por parte da CONVENENTE, a CONCEDENTE determinará o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvadas as exceções decorrentes de previsões legais.
12.2 - Em caso de descumprimento da obrigação de prestação de contas prevista na Cláusula 9.1, ficará o CONVENENTE impedido de celebrar novos contratos ou ajustes com este ente público, até a devida regularização da pendência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.2 - As questões decorrentes da execução deste Convênio, que não puderam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte.
13.3 - E, para validade do que pelos partícipes foram pactuados, firmou-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos na forma da lei.

Parelhas/RN, 01 de setembro de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE "CACHORROS LOUCOS"
CNPJ/MPF 08.087.561/0001-81

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:FF72ADA7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO Nº 004/2026

O MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, vem INFORMAR que no TERMO DE TERMO DE ADESÃO Nº 004/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte - FEMURN, edição de Terça-feira, 25 de agosto de 2026. Onde **LÊ-SE** "...TERMO DE ADESÃO Nº 014/2025...". **LEIA-SE** "...TERMO DE ADESÃO Nº 004/2026...".

Passagem/RN, 03 de setembro de 2026.

IZABELLY CAMILO FERNANDES SILVA
Pregoeira da PMP/RN

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:6758CCB9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

PROCESSO Nº 59/2026
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de toners, peças e componentes de informática, destinados a suprir as necessidades das Secretarias do Município de Passagem/RN.

Na oportunidade acato o parecer emitido pela procuradoria jurídica do município de Passagem/RN e **AUTORIZO** e **HOMOLOGO**, bem como todos os atos decorrentes da DISPENSA DE LICITAÇÃO supra citada, acerca do enquadramento da despesa destinada à contratação de empresa especializada para o fornecimento de toners, peças e componentes de informática, destinados a suprir as necessidades das Secretarias do Município de Passagem/RN, junto a empresa **CONTROLE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 10.653.382/0001-06**, perfazendo um total global de **R$ 56.106,70 (cinquenta e seis mil cento e seis reais e setenta centavos).**

Encaminhe ao SETOR DE CONTRATAÇÃO para que sejam adotadas as providências necessárias à elaboração do contrato administrativo, conforme minuta apresentada na presente **Dispensa de Licitação**.

Passagem/RN, 03 de setembro de 2026.

WEDNA MARIA TAVARES MENDONÇA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabelly Camilo Fernandes Silva
Código Identificador:5047E28C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 027/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, DESTINADOS A ATENDER AOS DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU/RN.

Considerando, publicação do aviso de licitação do Pregão acima epigrafado, com data de abertura para o dia 04 de setembro de 2026 às 09:00h.

Considerando que fora impetrado pedido de impugnação tempestivamente, pela empresa **BM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOSLTDA**, inscrita no **CNPJ N° 40.360.226/0001-18**, com inúmeros questionamentos ao Instrumento Convocatório.

Considerando ainda que será necessária uma análise minuciosa dos questionamentos, o que demanda tempo, tendo em vista ainda que o edital poderá sofrer alterações que podem culminar na sua republicação.

Resolve,
SUSPENDER, para realizar a análise do pedido de impugnação, com emissão de parecer, e republicar o processo em epígrafe com nova data de realização.

Patu/RN, 03 de setembro de 2026.

LUAN MARCOS LEITE BEZERRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:D092F06F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REVOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 021/2026

Através de Credenciamento, no formato eletrônico, o **Prefeito Municipal**, autorizou a realização de certame público, através da Agente de Contratação com sua Equipe de Apoio, visando o Credenciamento de Pessoa Jurídica da área da Saúde para prestação de serviços complementares na área da Saúde.

Considerando, o que dispõe o item 4.4. As documentações constantes dos Anexos deverão ser enviadas para o seguinte endereço eletrônico: licitacaopatu@hotmail.com, nos termos exigidos neste edital, a partir das 09h do dia 26/08/2026 ou por meio físico no seguinte endereço: Av. Antônio Suassuna, 54, Centro, Patu/RN, do presente instrumento convocatório.

Considerando que o Credenciamento seria eletrônico através do Portal de Compras Públicas, e que com a divergência de informações, culminou no envio de documentos através do e-mail, conforme o edital estaria permitindo.

É mister considerar que houve a tentativa de republicação. O edital foi corrigido, o segundo aviso foi publicado, porém, no Portal de Compras Públicas não foi possível realizar a alteração da data de abertura e horário em tempo hábil. Embora tenha sido aberto chamado, o próprio Portal só conseguiu atender a solicitação as 16:55 do dia 01/09, horário posterior ao publicado no segundo aviso.
Sabe-se que a revogação pode ser praticada a qualquer tempo, fundando-se esta na conveniência e no interesse público.
Acerca da matéria, os teores contidos na Lei de Licitações que enfatizam o poder interessado em se concretizar por esta administração, diz:
"Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
(...)
II - **revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade**; (...)
§ 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

Embora a NLLC trate da revogação em momento posterior ao encerramento das fases de julgamento de propostas e habilitação, a Jurisprudência do TCU e Tribunais de Justiça é farta no sentido de que essa revogação possa ocorrer em qualquer fase do certame, desde que ocorrido fato superveniente devidamente comprovado e haja conveniência para a administração.
No embasamento da legislação grifada anteriormente, fundamenta-se o fato superveniente pela constatação de inconsistências editalícias, o que poderia acarretar prejuízos à administração e interessados, caso o procedimento avançasse, sem as devidas adequações.
Desse modo, percebemos que para atender o interesse público envolvido, diante do caso concreto, o melhor caminho a trilhar, seria pela via da Revogação do procedimento, com a reabertura de novo processo, após os ajustes necessários.
Destarte os apontamentos acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do órgão licitante em relação ao interesse público, mostra-se cabível a revogação do certame. Sobre o tema, também ensina Marçal Justen Filho, in verbis:

"A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior por reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior".

Oportuno destacar que nos processos licitatórios de qualquer espécie, **antes da homologação ou da adjudicação do objeto do certame**, os concorrentes têm mera expectativa de direito à definição do resultado a cargo da Administração Pública.
Ademais a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado da Súmula 473, senão vejamos:

STF Súmula nº 473 - Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Dessa forma, demonstrado os motivos ensejadores para o presente pleito, e considerando a Súmula nº 473 do STF, apresento a seguir minha decisão, que se faz de forma inconteste.

DECISÃO:

Decido por **REVOGAR** o procedimento licitatório, na modalidade CREDENCIAMENTO, na forma Eletrônica, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

PATU/RN, 03 de setembro de 2026

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:1356D484

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
AVISO DA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2026

AVISO DA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2026

O município de Pedra Preta/RN, por meio da Secretaria Municipal de Educação, **TORNA PÚBLICO** o edital de Chamada Pública da Agricultura Familiar nº 001/2026, destinados a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, durante o período letivo de 2026.
Período e local para entrega dos envelopes: **de 03 de setembro a 25 de setembro de 2026, no horário de 08:00 hs as 14:00 hs,** na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/RN, Secretaria Municipal de Educação deste Município.
Local e data para abertura dos envelopes: A abertura dos envelopes e o resultado da Chamada Pública serão proferidos em sessão pública realizada no **dia 28 de setembro de 2026 às 10h00min,** no endereço supracitado.
Requisitos e/ou documentos: Os procedimentos para participação estarão disponíveis no Edital de Chamada Pública 001/2026, que poderá ser analisado ou retirado na sede desta Prefeitura Municipal (Setor de Licitação) e/ou através dos endereços eletrônicos: **www.licitafacil.tce.rn.gov.br** e **cplpedrapreta@gmail.com**.

Pedra Preta/RN, 03 de setembro de 2026.

FRANCISCO VITORIANO RODRIGUES DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

RENATA GABRIELA DE MEDEIROS BANDEIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:416AD7A7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

SECRETARIA DE GOVERNO
LEI Nº 512 2026 - ASSOCIAÇÃO AGROCULTURAL DE PILÕES RN

LEI Nº 512/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO AGROCULTURAL DO MUNICÍPIO DE PILÕES/RN, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

MARIA MADALENA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que confere o art. 69, VI, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Pilões/RN, em Sessão Ordinária, de 28 de agosto de 2026, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida como de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO AGROCULTURAL DE PILÕES, CNPJ: 53.530.828/0001-18, entidade de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro no Município de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte.
Art. 2º - A declaração de Utilidade Pública Municipal de que trata esta Lei fundamenta-se na relevante atuação da Associação AgroCultural de Pilões em benefício da comunidade, especialmente na promoção do desenvolvimento comunitário, do associativismo, da participação popular e da melhoria das condições sociais e econômicas da população.
Art. 3º - Para o cumprimento de suas finalidades, a Associação desenvolve e poderá desenvolver, na forma de seu Estatuto Social, ações relacionadas ao desenvolvimento comunitário, incentivo ao associativismo, capacitação de lideranças, promoção social, atividades esportivas e culturais, apoio a grupos e comunidades, incentivo à criação de núcleos produtivos, fortalecimento de produtores e pequenos comerciantes, capacitação técnica, preservação da memória cultural e do patrimônio histórico, além de atividades relacionadas à agricultura e à pecuária.
Art. 4º - A Associação AgroCultural de Pilões deverá manter, durante todo o período em que ostentar o título de Utilidade Pública Municipal, o atendimento às finalidades de interesse coletivo que fundamentaram o reconhecimento previsto nesta Lei, observadas as disposições de seu Estatuto Social e da legislação aplicável.
Art. 5º - O reconhecimento de Utilidade Pública Municipal previsto nesta Lei não implica, por si só, a concessão de benefícios financeiros, fiscais ou qualquer forma de transferência de recursos públicos, os quais dependerão do atendimento dos requisitos previstos na legislação específica.
Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Reynaldo de Oliveira, Secretaria de Governo, em Pilões/RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:95E97AF8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 797, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 797, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **02 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:425B5223

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 798, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 798, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder ao servidor **Audemir do Nascimento Dias**, inscrito no CPF sob o nº 055.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº **873**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **01 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:CEADA9B2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 799, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 799, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **03 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:E808DED9

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 800, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 800, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº 492, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **01 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:D7553B0B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 801, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 801, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **03 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:9FD734BF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 802, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 802, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **02 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:75E7AA79

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 803, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 803, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **01 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4E068148

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 804, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 804, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **02 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:6C5A11C8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 805, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 805, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcelo Alves de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 077.XXX.XXX-52, matrícula funcional nº **639**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Alexandria/RN**, no período de **03 de Setembro** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:17F00B55

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 660, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 660, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, NO VALOR DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao Orçamento Fiscal do Município, nos termos dos arts. 40 e 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender às finalidades abaixo especificadas, conforme quadro I**:**
QUADRO I

02	PODER EXECUTIVO
02.05	SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE - SEMTMA
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS
23.695	TURISMO
23.695.0007	GESTÃO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
23.695.0007.1254	EXECUÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA
1.710.3210	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES …….. R$ 100.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º desta Lei decorrerão da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual nº 632, de 22 de dezembro de 2025, nos termos do art. 43, § 1º,

inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme as classificações abaixo especificadas no quadro II e III**:**

QUADRO II

02	PODER EXECUTIVO
02.09	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA - SEMINF
15	URBANISMO
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
15.451.0007	GESTÃO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
15.451.0007.1003	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DE OBRAS E URBANISMO
1.500.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3.1.91.13.00	**OBRIGAÇÕES PATRONAIS …….. R$ 50.000,00**

QUADRO III

02	PODER EXECUTIVO
02.09	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA - SEMINF
26	TRANSPORTE
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO
26.782.0007	GESTÃO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
26.782.0007.2144	MANUTENÇÃO DA GESTÃO EM TRANSPORTES
1.500.0000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS
3.3.90.93.00	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES …….. R$ 50.000,00**

Art. 3º Ficam modificadas, no que couber, a Lei Municipal nº 631/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2026/2029, e a Lei Municipal nº 608/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, para compatibilização com a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:4C577829

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 661, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 661, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ZONA DE EXPANSÃO URBANA 03, AMPLIANDO O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica criada a Zona de Expansão Urbana (ZEU) nº 03 no Município de Portalegre/RN, localizada no Sítio Pelo Sinal, destinada à expansão ordenada da ocupação urbana municipal, em razão do expressivo aumento no grau de adensamento populacional e habitacional registrado na localidade.

Art. 2º A Zona de Expansão Urbana nº 03 é delimitada pelo memorial descritivo e pelas coordenadas georreferenciadas constantes do Anexo I desta Lei, compreendendo área total de 162.789,16 m² (16,2789 ha) e perímetro de 1.977,97 metros, ficando a respectiva área incorporada ao perímetro urbano do Município de Portalegre/RN, que fica ampliado nos limites estabelecidos nesta Lei e em seus anexos.

Parágrafo único. Integra igualmente esta Lei, para fins de representação cartográfica e identificação da localização da área, o croqui constante do Anexo II.

Art. 3º As edificações, parcelamentos do solo e empreendimentos imobiliários situados na Zona de Expansão Urbana nº 03, ficam sujeitos à legislação municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo e ao Código de Obras, bem como às normas urbanísticas e ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis.

Art. 4º A ZEU nº 03 passa a integrar o planejamento territorial do Município de Portalegre/RN, sem alteração dos limites anteriormente estabelecidos para as Zonas de Expansão Urbana nº 01 e 02, estabelecidos pela Lei Municipal nº 359, de 24 de outubro de 2016.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO
ÁREA DE EXPANSÃO URBANA 03 – SÍTIO PELO SINAL

PROJETO: Levantamento Planimétrico Georreferenciado do Perímetro Urbano / Expansão Urbana
MUNICÍPIO/UF: Portalegre / RN
LOCALIZAÇÃO: Sítio Pelo Sinal
ÁREA TOTAL: 162.789,16 m2 (16,2789 ha)
PERÍMETRO: 1.977,97 m

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 9.332.781,00m e E 612.394,00m. Desse ponto, segue com os seguintes azimutes e distâncias: com azimute de 108°01' e distância de 132,50 m até o vértice P02, de coordenadas N 9.332.740,00m e E 612.520,00m; deste, segue com azimute de 72°24' e distância de 175,21 m até o vértice P03, de coordenadas N 9.332.793,00m e E 612.687,00m; deste, segue com azimute de 109°25' e distância de 406,10 m até o vértice P04, de coordenadas N 9.332.658,00m e E 613.070,00m; deste, segue com azimute de 337°14' e distância de 155,08 m até o vértice P05, de coordenadas N 9.332.801,00m e E 613.010,00m; deste, segue com azimute de 35°03' e distância de 188,10 m até o vértice P06, de coordenadas N 9.332.955,00m e E 613.118,00m; deste, segue com azimute de 280°25' e distância de 602,93 m até o vértice P07, de coordenadas N 9.333.064,00m e E 612.525,00m; deste, segue com azimute de 182°45' e distância de 67,24 m até o vértice M05, de coordenadas N 9.332.996,837m e E 612.521,775m, ponto este já integrante da área Urbana Vigente; deste, segue com azimute de 210°38' e distância de 250,82 m até o vértice P01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

ANEXO II – CROQUI
ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA 03

Área Urbana Inicial

Área de Expansão Urbana 02

Área de Expansão Urbana 01

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:6E8BF676

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 662, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 662, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 – GP/PMP

INSTITUI A MEDALHA VEREADORA TEREZINHA DIOGENES RÊGO, COMO HONRARIA DESTINADA A HOMENAGEAR MULHERES QUE TENHAM PRESTADO RELEVANTES SERVIÇOS AO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são

conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Portalegre/RN, a honraria denominada "Medalha Vereadora Terezinha Diogenes Rêgo", destinada a homenagear, anualmente, mulheres que tenham prestado relevantes serviços ou contribuído significativamente para o desenvolvimento do Município de Portalegre.

Art. 2º A honraria tem por finalidade reconhecer e valorizar mulheres que tenham se destacado nas seguintes áreas:
I – educação e cultura;
II – saúde e assistência social;
III – empreendedorismo e inovação;
IV – esporte e lazer;
V – meio ambiente e sustentabilidade;
VI – participação comunitária e liderança social;
VII – defesa dos direitos das mulheres;
VIII – participação política e atuação na vida pública, com relevante contribuição para o desenvolvimento do Município;
IX – outras áreas de relevante interesse público que contribuam para o desenvolvimento do Município.

Art. 3º A concessão da honraria observará os seguintes critérios:
I – a homenageada deverá possuir atuação comprovada e de reconhecida relevância em uma das áreas previstas no art. 2º desta Lei;
II – a homenagem poderá ser concedida a mulheres residentes no Município ou àquelas que, mesmo não residindo em Portalegre, tenham prestado relevantes serviços à comunidade portalegrense;
III – cada Vereadora ou Vereador poderá indicar até duas homenageadas por ano;
IV – a indicação será formalizada por meio de Projeto de Decreto Legislativo, submetido à apreciação e votação do Plenário da Câmara Municipal.

Art. 4º A entrega da honraria ocorrerá, preferencialmente, em Sessão Solene realizada no mês de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, podendo, excepcionalmente, ser realizada em outra data definida pela Mesa Diretora.

Parágrafo único. A honraria será concedida às homenageadas na forma que for definida por ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal, podendo consistir em medalha, certificado ou outro modelo de distinção honorífica que venha a ser estabelecido.

Art. 5º A relação das homenageadas será divulgada nos meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal, garantindo transparência ao processo de concessão da honraria e preservando o registro histórico das homenagens.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Portalegre, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:55C0B169

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 662, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 662, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a educação inclusiva, visando garantir oportunidades igualitárias a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, com suporte adequado para aqueles que necessitam de atendimento especializado;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Marcos Adriano de Bessa,** CPF Nº **048.XXX.XXX-16,** matrícula nº **808**, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 60,00 (sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de
Mossoró/RN, no dia 1 de setembro do corrente ano, conduzir e reconduzir o deslocamento de alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de ensino para realizar atendimento pedagógico no Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CADV e no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo – CAS em Mossoró/RN.

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:242E785A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 663, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 663, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a educação inclusiva, visando garantir oportunidades igualitárias a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, com suporte adequado para aqueles que necessitam de atendimento especializado;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Marcos Adriano de Bessa,** CPF Nº **048.XXX.XXX-16,** matrícula nº **808**, ocupante do cargo de Motorista, 1/2 (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando R$ 60,00 (sessenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de
Mossoró/RN, no dia 3 de setembro do corrente ano, conduzir e reconduzir o deslocamento de alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de ensino para realizar atendimento pedagógico no Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CADV e no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo – CAS em Mossoró/RN.
Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:1C92B698

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 664, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 664, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à servidora SabrinaMicaeli Rocha Vieira de Oliveira, inscrita no CPF sob o nº 081.XXX.XXX-98, matrícula funcional nº 700, ocupante do cargo de Chefe do Setor de Coordenação Administrativa, 3 (três) diárias, no valor unitário de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais), totalizando R$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Natal/RN, no período de 09 a 11 de setembro de 2026, para participar do Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN e do Encontro Formativo do 1º Módulo.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:7A70E6A1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 665, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 665, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à servidora Jessica Thais Fernandes Fonseca, inscrita no CPF sob o nº 016.XXX.XXX-83, matrícula funcional nº 752, ocupante do cargo de Coordenadora Pedagógica, 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Natal/RN, no dia 09 de setembro de 2026, para participar do Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN e do Encontro Formativo do 1º Módulo.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:FF8FDD5E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 666, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 666, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder a Senhora, Maria das Graças Oliveira, CPF 502.XXX.XXX-34, matrícula nº 330, Secretária Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Natal/RN, no dia 09 de setembro de 2026, para participar do **Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN e do Encontro Formativo do 1º Módulo.**

Art. 2º A concessão da diária ora autorizada está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:D086901D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 667, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 667, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à servidora Aline Cristina Albuquerque Pinto, inscrita no CPF sob o nº 066.XXX.XXX-06, matrícula funcional nº 446, ocupante do cargo de Diretor Escolar, 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Natal/RN, no período de 09 a 11 de setembro de 2026, para participar do Seminário de Abertura da 2ª Edição do Pró-Alfa RN e do Encontro Formativo do 1º Módulo.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:2F848AB5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 668, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 668, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do servidor para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Walmor Fernandes de Paiva**, CPF Nº 050.XXX.XXX-83, matrícula nº 459, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária, no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando **R$ 160,00 (cento e sessenta reais)**, conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de
Natal/RN, no dia 03 a 04 de setembro o do corrente ano, para transportar o Chefe do Poder Executivo que cumprirá agenda administrativa em Natal/RN.

Art. 2º A concessão da(s) diária(s) ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:6F184B55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 669, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 669, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Jefferson Luz Leite Silva**, inscrito no CPF sob o nº 095.XXX.XXX-96, matrícula funcional nº847, ocupante do cargo de Motorista**,** 1 (uma) diária, no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), conforme valores estabelecidos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1.086/2026.
Parágrafo único. A diária de que trata o caput destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana decorrentes do deslocamento da para o município do Natal/RN, com o objetivo de transportar a Secretária de Educação Municipal que participará do curso: "Gestão dos Recursos da Educação: Fortalecendo a Gestão Educacional, Financiamento, Execução e Transparência dos Recursos Públicos".

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:0E42E373

GABINETE DO PREFEITO
PSS 001-26 RETIFICA ENSALAMENTO

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A FASE 02 – PROVA OBJETIVA E ENSALAMENTO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 011/2026
PROFISSIONAIS DA SAÚDE – ÁREA QUILOMBOLA
A Presidente da Comissão de Seleção e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 011/2026, destinado à contratação temporária de profissionais para atuação nas equipes de Saúde da Família – eSF em territórios com população quilombola, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – SEMSAB, designada pela Portaria nº 631, de 21 de agosto de 2026 – GP/PMP, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital nº 011/2026,
TORNA PÚBLICA
a presente RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A FASE 02 – PROVA OBJETIVA E ENSALAMENTO, exclusivamente quanto ao local de realização da prova, endereço e horário de início, em razão de motivo de força maior, permanecendo inalteradas as demais disposições anteriormente publicadas.
Art. 1º – DA ALTERAÇÃO DO LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA
Por motivo de força maior, a Prova Objetiva – Fase 02 do Processo Seletivo Simplificado nº 011/2026, anteriormente prevista para ocorrer na Escola Municipal Filomena Sampaio de Souza, será realizada na Escola Estadual Margarida de Freitas, situada na Praça Vicente do Rêgo Filho, Centro, Portalegre/RN.
Em razão da alteração do local de aplicação da prova, e com o objetivo de assegurar aos candidatos tempo hábil para deslocamento, localização e ingresso no novo local de realização do exame, fica também alterado o horário de início da Prova Objetiva, que passará de 07h30 para 08h00.
Dessa forma, o art. 1º do Edital de Convocação passa a vigorar, quanto às informações relativas à **realização da prova, com a seguinte redação:**
I – Data: 05 de setembro – sábado;
II – Local: Escola Estadual Margarida de Freitas;
III – Endereço: Praça Vicente do Rêgo Filho, Centro, Portalegre/RN;
IV – Horário de início da prova: 08h00;
V – Acesso dos candidatos ao local de prova: a partir das 07h30;
VI – Duração máxima da prova: 01 (uma) hora;
VII – Tempo mínimo de permanência na sala: 20 (vinte) minutos.
§1º Recomenda-se ao candidato comparecer ao novo local de realização da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, a fim de possibilitar sua identificação, localização da sala e organização para o início da avaliação.
§2º Não será admitido o ingresso do candidato após as 08h00, horário estabelecido para o início da prova, ressalvada situação excepcional reconhecida pela Administração, nos termos do Edital.
Art. 2º – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
Permanecem inalteradas e integralmente válidas as demais disposições constantes do Edital de Convocação para a Fase 02 – Prova Objetiva e Ensalamento do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 011/2026, inclusive quanto à data da prova, duração, regras de aplicação e ensalamento dos candidatos.

Portalegre/RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA NAILDE DE CARVALHO RUFINO
Presidente da Comissão de Seleção e Avaliação
PSS nº 011/2026
Portaria nº 631/2026 – GP/PMP

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:950F1D81

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
041 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 1195 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 1195 , DE 03 DE SETEMBRO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$468.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 468.000,00
02 03 00 SEC MUN PLANEJAMENTO FINANCAS E TRIBUTACAO-SEMPLAFIT

79 28.843.0029.1127.0000 OPERAÇÕES ESPECIAIS 360.000,00
4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

358 28.843.0029.1077.0000 OPERAÇÕES ESPECIAIS 60.000,00
3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 09 00 SEC MUN INFRAESTRUTURA-SEMINF

772 15.451.0007.1250.0000 GESTAO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE 8.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

786 15.451.0007.2293.0000 GESTAO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE 40.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 02 00 SEC MUN DE ADM.E RECURSOS HUMANOS-SEMARH
52 04.122.0002.2003.0000 GESTÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA -8.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
100 12.361.0025.1049.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -80.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

123 12.361.0025.2075.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 543 0000
543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
124 000 Outras Transferências de Recursos do FND

212 12.365.0026.1170.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -100.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

221 12.365.0026.1171.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -25.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

225 12.365.0026.2073.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1 541 1070
541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
114 000 Transferências do FUNDEB 60% – Complemen

226 12.365.0026.2073.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 541 1070
541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
114 000 Transferências do FUNDEB 60% – Complemen

227 12.365.0026.2073.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 541 1070
541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
114 000 Transferências do FUNDEB 60% – Complemen

230 12.365.0026.2074.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 541 0000
541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
115 000 Transferências do FUNDEB 40% – Complemen

231 12.365.0026.2074.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 541 0000
541 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF
115 000 Transferências do FUNDEB 40% – Complemen

282 12.365.0026.2292.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 542 0000
542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
001 000 Recursos Ordinários

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
283 12.365.0026.2292.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 500 1001
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

284 12.365.0026.2292.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL -10.000,00
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1 542 0000
542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
119 000 FUNDEB VAAT 30%

02 05 00 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE - SEMTMA
366 04.695.0006.1011.0000 GESTÃO DO TURISMO E MEIO AMBIENTE -10.000,00
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

02 06 00 SEC MUN DE SAUDE E SANEAMENTO BASICO-SESAB
493 10.301.0004.1241.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -25.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1 605 0000
605 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

507 10.301.0004.2101.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -25.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

520 10.301.0004.2102.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -20.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 600 0000
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

556 10.302.0004.1034.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 632 0000
632 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde
220 000 Transferências de Convênios ou de Contra

558 10.302.0004.1148.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -10.000,00
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1 500 1002
500 Recursos não Vinculados de Impostos
211 000 Receitas de Impostos e de Transferência

585 10.304.0004.1239.0000 GESTÃO EM SAUDE E QUALIDADE DE VIDA -20.000,00
3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1 604 0000
604 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias
214 000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos

02 09 01 GERENCIA DE OBRAS E URBANISMO
799 15.451.0007.1003.0000 GESTAO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE -45.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1 500 0000
500 Recursos não Vinculados de Impostos
001 000 Recursos Ordinários

-468.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:2A89550B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO 07/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN, no uso de suas atribuições legais e o que determina Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações posteriores torna pública para o conhecimento dos interessados que realizará, credenciamento nº 07/2026, objetivando Credenciamento de empresas especializadas na execução de obras e serviços de engenharia simples (reformas, manutenções em geral), por empreitada de preços unitários, de interesse das Secretarias deste município de Rafael Fernandes/RN.

Início das Propostas: 04/09/2026 as 9h00min.
Término das Propostas: 03/09/2027 as 09h00min.
Plataforma: www.novabbmnet.com.br

O Edital contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da PMRF, sito à **Rua Jose Martins de oliveira, 178 – Centro – Rafael Fernandes-RN, no horário de 8:00 h às 17:00 hs** e na internet nos endereços:

www.novabbmnet.com.br

Rafael Fernandes-RN, 01/09/2026.

JOAO VICTOR NEGREIROS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:4DE6D188

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
AVISO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 280801/2026

AVISO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 280801/2026

O Governo do Município de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, através da Prefeitura Municipal, torna público o Acolhimento de Propostas Comerciais, para realização de Procedimento de Despesa destinado Aquisição de equipamentos e acessórios de boa qualidade para estruturação da equipe de comunicação e marketing da Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN, incluindo smartphone, baterias para câmera fotográfica, bastão de led, power bank, hd externo, entre outros itens necessários à captação, produção, armazenamento e divulgação de conteúdos institucionais.**,** com fundamentação legal no Art. 75, Inciso I e II da Lei Federal 14.133/2021.

Os interessados deverão enviar as propostas para o site www.bnc.org.br, com prazo de envio até 03 (três) dias úteis contados a partir da divulgação do presente aviso em sítio eletrônico oficial. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço.

Os documentos a serem apresentados (Proposta e Habilitação), deverão obedecer aos critérios definidos no Termo de Referência anexo ao presente aviso, no sítio: www.Riacho da Cruz.rn.gov.br.

Riacho da Cruz/RN, 03/09/2026

ANDERSON RAPHAEL SILVA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:606C25D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 022/2026
Nº PROC. ADM. 01090022/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 022/2026
Nº PROC. ADM. 01090022/2026

A prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN torna público para conhecimento dos interessados, de acordo com a regulamentação 14133/21 realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido pelo condutor ANDERSON RAPHAEL SILVA DE OLIVEIRA e tendo como autoridade MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO.

OBJETO DO PROCESSO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NA CAPITAL DO ESTADO NATAL/RN, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE ATRAVÉS DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ/RN, ESTANDO TUDO DE ACORDO COM O DISPOSTO NO PRESENTE EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS, QUE DELE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE, PARA TODOS OS EFEITOS.
Para demais informações contato via e-mail: licitacao@riachodacruz.rn.gov.br ou acesso pelo link:www.bnc.org.br ou www.riachodacruz.rn.gov.br.

FIM REC. PROPOSTA: 18/09/2026 ás 08:00 horas
INÍCIO DISPUTA: 18/09/2026 09:00 horas
TIPO DE LANCE: Por Lote
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

RIACHO DA CRUZ-RN - 03/09/2026

ANDERSON RAPHAEL SILVA DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:6EFAB447

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 00004/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa Eletrônica nº 00004/2026, fundamentada no Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos destinados a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social deste Município de Riacho de Santana–RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO o procedimento, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: 64.615.319 DEBORA DE ALMEIDA SOUZA - R$ 24.140,00; JOSE EDISMAR BEZERRA ME - R$ 12.297,97; M N NOGUEIRA INFORMATICA LTDA - R$ 13.040,00.

Riacho de Santana - RN, 03 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:20038053

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00007/2026, que objetiva: Aquisição de medicamentos psicotrópicos, antidepressivos, antipsicóticos, ansiolíticos, anticonvulsivantes e estabilizadores do humor, em diferentes apresentações farmacêuticas, para atendimento das demandas da assistência farmacêutica e dos serviços de saúde; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: BOAZ SAÃºDE E SEGURANÃ§A LTDA - R$ 4.010,00; GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - R$ 38.875,00.

Riacho de Santana - RN, 03 de Setembro de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:C595A387

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 013/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 013/2026
(Processo Administrativo n.º 071/2026)

A Prefeitura Municipal de Riachuelo/RN, por meio do seu Agente de Contratação/Pregoeiro, torna público que fará realizar a licitação a seguir especificada:

Pregão Eletrônico, MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAL E INSUMOS DE USO MÉDICO-HOSPITALAR, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIACHUELO/RN.**

Data/hora/local: 18 de setembro de 2026, às 09h:00min – Horário de Brasília, **ENDEREÇO ELETRÔNICO**: www.portaldecompraspublicas.com.br. O Pregoeiro Informa Que o Edital e Seus Anexos estão disponíveis nos Endereços Eletrônicos: https://riachuelo.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Riachuelo/RN, 03 de setembro de 2026.

NAILTON MACIEL LEITE DA FONSECA
Agente de Contratação
Portaria 162/2025

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:B566B19E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

GABINETE DO(A) PREFEITA
DECRETO 055/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 55/2026
Data: 03 de setembro de 2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 55/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

EMENTA: Abre Crédito Adicional Especial Suplementar, por Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias, no valor de R$ 125.065,87 (cento e vinte e cinco mil e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Municipal nº 1010/2026, de 28 de agosto de 2026, e no inciso II do art. 41 e inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64,
DECRETA:
Art. 1º — Fica aberto, no orçamento geral do Município de Rodolfo Fernandes/RN, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional especial suplementar no valor total de R$ 125.065,87 (cento e vinte e cinco mil e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), destinado ao reforço de dotação orçamentária, conforme Anexo 1 – Relação de Alterações Orçamentárias, parte integrante deste Decreto:

Unidade Gestora	**4 – Fundo Mun. de Assistência Social de Rodolfo Fernandes**
Órgão Orçamentário	4000 – Fundo Mun. Assist. Soc. Rodolfo Fernandes
Unidade Orçamentária	4002 – Fundo Municipal de Assistência Social
Função	8 – Assistência Social
Subfunção	244 – Assistência Comunitária
Programa	36 – Gestão Integrada de Recursos para Inclusão Social
Ação	2.355 – Auxílios a Vulnerabilidades Sociais Diversas
Despesa	2978 – 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Fonte de Recurso	1501 – Outros Recursos não Vinculados
Valor	125.065,87

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, em 03 de setembro de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:B0CCF8DC

GABINETE DO(A) PREFEITA
PORTARIA N° 188/2026

Dispõe sobre a concessão de licença-maternidade à servidora municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 37 da Constituição Federal, bem como pelos incisos II, VIII e XI do art. 138 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o direito à licença-maternidade assegurado às servidoras públicas, nos termos da legislação vigente;

CONSIDERANDO que a servidora apresentou atestado médico comprovando o nascimento da criança em **30 de agosto de 2026**;

CONSIDERANDO que o requerimento formal de concessão da licença-maternidade foi protocolado pela servidora somente em **03 de setembro de 2026**, razão pela qual se faz necessária a formalização do ato administrativo com efeitos retroativos à data do atestado médico apresentado;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Licença-Maternidade**, pelo período de **180 (cento e oitenta) dias**, à servidora **CAMILLA DANIELE MEDEIROS CARLOS DE AMORIM – Matrícula n° 170440-0**, pertencente ao quadro de servidores deste Município.

Art. 2º A presente licença-maternidade terá **efeitos retroativos a 30 de agosto de 2026**, conforme atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal (RH).

Art. 3º Compete ao Departamento Pessoal (RH) proceder com as devidas **anotações, registros funcionais e demais providências administrativas cabíveis**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 03 de setembro de 2026

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:5C83FD79

GABINETE DO(A) PREFEITA
PORTARIA N° 189/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Especial de Seleção para condução do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de professores para a Secretaria Municipal de Educação de Rodolfo Fernandes/RN, e dá outras providências.

A **Prefeita do município de Rodolfo Fernandes**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento de 44 (quarenta e quatro) vagas imediatas e formação de Cadastro de Reserva com até 25 (vinte e cinco) candidatos aprovados, distribuídos entre os cargos de professor da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, EJA e Atendimento Educacional Especializado (AEE);

CONSIDERANDO a implementação da Educação em Tempo Integral na Pré-Escola e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em conformidade com a Lei Federal nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar lisura, transparência, publicidade e isonomia na condução de todas as etapas do certame,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Especial de Seleção, composta pelos servidores abaixo relacionados, para acompanhar e ou conduzir todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de professores para a Secretaria Municipal de Educação de Rodolfo Fernandes/RN:
I – ADALCYMARY GIGLIANE OLIVEIRA FREITAS – Professor– Matrícula: 170058-4 - Presidente;

II – LUIS ARRUDA FILHO – Auxiliar de Serviços Gerais – Matrícula: 170023-3 - Membro;

III – MARIA MARYANE BARBOSA FREITAS – Agente Administrativo – Matrícula: 170233-3 - Membro;

IV – AURECIO CAVALCANTE DE AZEVEDO – Professor – Matrícula: 170315-9 - Membro;

V – FRANCISCO MATIAS INACIO DE OLIVEIRA – secretário de Administração – Matrícula: 171231-4 – Secretário.

Art. 2º Compete à Comissão Especial de Seleção:
I – elaborar e/ou revisar o Edital do Processo Seletivo Simplificado, submetendo-o à publicação no Diário Oficial do Município e no mural da Prefeitura Municipal;

II – receber e analisar as inscrições, verificando o atendimento aos requisitos gerais e específicos exigidos para cada cargo, conforme o Edital;

III – conduzir as etapas do certame, compreendendo a Análise Curricular, a Prova de Títulos, a Entrevista e a Aula Demonstrativa para os cargos de professor;

IV – aplicar os critérios de pontuação por titulação e experiência profissional definidos no Edital;

V – observar, na classificação, os critérios de desempate e os percentuais de vagas reservadas a pessoas com deficiência (5%) e a candidatos autodeclarados negros (20%), nos termos da legislação aplicável;

VI – julgar os recursos interpostos pelos candidatos, nos prazos e condições fixados no Edital;

VII – elaborar e publicar o resultado preliminar e o resultado final do certame, inclusive a relação dos candidatos aprovados no Cadastro de Reserva;

VIII – lavrar atas de todas as reuniões e etapas realizadas, assegurando a publicidade e a rastreabilidade dos atos praticados;

IX – decidir sobre casos omissos relativos ao processo seletivo, submetendo-os, quando necessário, à manifestação da Secretaria Municipal de Educação;

X – exercer as demais atribuições necessárias à regular condução do processo seletivo e à formação e gestão do Cadastro de Reserva, inclusive recomendar que a realização e gestão do certame seja feita por empresa especializada, caso essa sugestão melhor atenda ao interesse público.

Art. 3º A Comissão desenvolverá seus trabalhos sem prejuízo das atribuições ordinárias de seus membros, sendo suas atividades consideradas de relevante interesse público, sem remuneração adicional a qualquer título.

Art. 4º O mandato da Comissão vigorará a partir da data de publicação desta Portaria até a conclusão de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado, incluindo o julgamento de eventuais recursos, a homologação do resultado final e o acompanhamento do Cadastro de Reserva enquanto vigente sua validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:CFE39C20

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1641/2026 - GC/PMSC

Concessão de Férias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor**;**

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a que tem direito o Servidor Público Municipal, **ERIMAR JUSTINO DA SILVA**, Matricula: 0110710-1, Agente de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de **2025**, que serão gozadas durante o mês de **dezembro de 2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de **01 de dezembro de 2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:6EDE50B9

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1642/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), à servidora **ANDREIA DE OLIVEIRA SILVA**, matrícula nº 1522370/2, ocupante do cargo de **Professora**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, onde participará de atividades acadêmicas referentes à pós-graduação, a serem realizadas na UERN – Campus Central, no dia **01 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:4231914E

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1643/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), à servidora **LUCINEIDE IVO DANTAS**, matrícula nº 41548/1, ocupante do cargo de **Professora**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Mossoró/RN**, onde participará de atividades acadêmicas referentes à pós-graduação, a serem realizadas na UERN – Campus Central, no dia **01 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:74D715BA

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1644/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam concedidas 03 (três) diárias, com pernoite, no valor total de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), à servidora **DALVA MARIA DE SOUZA**, matrícula nº 1533452-1, ocupante do cargo de **Subcoordenadora de Turismo**, vinculada à Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico deste município, para custear as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Natal/RN**, onde acompanhará e prestará suporte às artesãs representantes do Município de Santa Cruz durante a 31ª edição da Multifeira Brasil Mostra Brasil, realizada no Centro de Convenções de Natal, nos dias **04, 05 e 06 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:F5906B06

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1645/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida ½ (meia) diária, no valor total de R$ 100,00 (cem reais), ao servidor **FRANCISCO CANINDÉ VITURINO DA SILVA**, matrícula nº 1530607, ocupante do cargo de **Coordenador de Transportes**, vinculado à Secretaria Municipal de Obras deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Currais Novos/RN**, onde se dirigirá ao DETRAN com a finalidade de levar um veículo pertencente ao Município para a realização de vistoria, no dia **09 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:A92180F1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 09.1646/2026 - GC/PMSC

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedida 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 900,00 (novecentos reais), ao servidor **ALISSON ARAÚJO DOS SANTOS**, matrícula nº 1531140-1, ocupante do cargo de **Motorista**, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde deste município, para custar as despesas decorrentes de seu deslocamento à cidade de **Fortaleza/CE**, com a finalidade de conduzir o paciente Thalysson Micael Rocha da Silva e sua mãe acompanhante para a realização de acompanhamento médico no Instituto CAVIVER, no período de **09 a 10 de setembro de 2026**.

Art. 2º - A diária concedida à servidora destina-se ao custeio das despesas com alimentação, conforme dispõe o parágrafo único do art. 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE/RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:7432AAD8

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 09.1647/2026 – GAB

Dispõe sobre a revogação da Portaria no 104/2024 da Comissão de Avaliação do Desempenho das Equipes de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde, na forma indicada, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais que lhão são conferidas pelo **Art. 55, inc. V** e **VIII** da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o Ofício nº 0610/26, da Secretaria Municipal de Saúde;
R E S O L V E :

Art. 1º - Revogar a ***Portaria no 104/24 – GAB***, que nomeou **Tales Tavares de Pontes – Titular** e **Dinamárcia de Oliveira Medeiros Rocha** – **Suplente**, ambos como representante da **Secretaria Municipal de Saúde**.
Art. 2º - Nomear **DANIELLE SOUZA BEZERRIL SILVA**, Coordenadora de Promoção à Saúde **– Titular** e **JESSICA CARDOSO DA SILVA,** Nutricionista - **Suplente**, ambos como os novos representantes da **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:02184EC9

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 015/2024

CONTRATANTE: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.520.389/0001-08. CONTRATADA: RITA DE CASSIA DA SILVA CARVALHO, CNPJ nº 26.852.945/0001-25. OBJETO: acréscimo à meta incialmente estabelecida no "Termo do Contrato nº 015/2024" celebrado em 27 de dezembro de 2023 entre as partes acima identificadas, oriundo da Licitação – PREGÃO PRESENCIAL 011/2023. DA RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas no Contrato de Prestação de Serviços nº 015/2024.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Santa Cruz/RN, em 03 de agosto de 2026.

ASSINATURAS: Gilvan Pontes da Silva / Diretor / Pelo Contratante e Rita de Cássia da Silva Carvalho / Titular / Pela Contratada.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:FACAFD35

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 109/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, por intermédio do Sr: Pregoeiro, **CONVOCA** a empresa **Emporio Eventual Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº **49.286.066/0001-89**, adjudicatária do **Pregão Eletrônico nº 036/2026**, para que proceda à assinatura da **Ata de Registro de Preços – ARP**, nos termos do item **21.1 do Edital**.
Registra-se que a referida Ata foi encaminhada à empresa por e-mail em **24 de agosto de 2026**, tendo transcorrido o prazo editalício sem a devida devolução do documento assinado.
Diante disso, fica a empresa **CONVOCADA, EM ÚLTIMA OPORTUNIDADE, a assinar e devolver a Ata de Registro de Preços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação deste aviso**.
O **não atendimento da presente convocação dentro do prazo estabelecido será caracterizado como recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços**, sujeitando a empresa às medidas administrativas e sanções cabíveis, nos termos do Edital e da **Lei Federal nº 14.133/2021**, inclusive com a **convocação do próximo licitante classificado, observada a ordem de classificação**.
Santa Cruz/RN, em 03 de setembro de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:BEF54D4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

Processo Administrativo nº 423025/2025. Fica prorrogada a vigência do Edital de Credenciamento nº 004/2025, que tem por objeto o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de atividades artísticas (músicos, bandas e grupos musicais) locais e regionais de pequeno, médio e grande porte, pelo período de 12 (doze) meses, de 13/03/2026 a 13/03/2027, permanecendo inalteradas as demais disposições do edital, inclusive com a reabertura do prazo para credenciamento de novos interessados e a manutenção dos credenciados já habilitados.

Santa Cruz/RN, 11 de março de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:E76FD371

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
MINUTA DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2321/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Considerando a demanda formalizada, a estimativa de despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via Dispensa de Licitação, posto que:

A contratação limita-se aos bens necessários ao atendimento da situação emergencial, com a finalidade de evitar prejuízo e o comprometimento da continuidade dos serviços públicos essenciais;

A situação emergencial e a urgência da contratação encontram-se justificadas no Documento de Formalização da Demanda e no Termo de Referência, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

OBJETO	**AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL, GARANTINDO A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES E EVITANDO A INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS.**		
FORNECEDOR	**CNPJ**	**DADOS DA EMPRESA**	**VALOR GLOBAL**
	52.213.375/0001-33	**CONTI ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO & LICITAÇÕES LTDA, com sede na Rua Nozinho Felipe, nº 795-A, Antônio Aciole, Lagoa Nova/RN, CEP 59.390-000**	R$ 64.200,00
VALOR GLOBAL = R$ 64.200,00			

Considerando ainda que o valor estimado da despesa, é compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa mercadológica constante nos autos do processo;

RESOLVE:

Fica dispensado o procedimento licitatório e autorizado à contratação direta, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão;

A presente despesa correrá pela seguinte dotação:

Dotação Orçamentária:
02.003.04.122.0003.2008;
Elemento de despesa:
3.3.90.30 – Material de Consumo;
Fontes:
1.500.0000 - REDU: 34.

O Presente Termo de Autorização de Dispensa deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art.72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 03 de setembro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:239321CF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1457/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - *Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; com alteração de valor (Vide Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025) para R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos);*

Considerando a demanda formalizada, a estimativa de despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via Dispensa de Licitação, posto que:

O valor está adequado ao teto estabelecido bem como também em conformidade com o que diz a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

Não foi despendido pela Prefeitura Municipal, neste exercício financeiro, nenhuma outra despesa desse mesmo objeto descartando assim qualquer possibilidade de fracionamento para a referida contratação conforme na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

OBJETO	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET COM IP FIXO** para atender as necessidades das secretarias municipais, componentes da administração pública do Município de Santana do Matos/RN.		
FORNECEDOR	**CNPJ**	**DADOS DA EMPRESA**	**VALOR GLOBAL**
	10.475.182/0001-00	**STAR CONECT TELECOM LTDA,** Praça Cristo Rei, nº 28C, Centro – Currais Novos/RN, Cep. 59.380-000.	R$ 62.148,00
VALOR GLOBAL = sessenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais.			

Considerando ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa mercadológica constante nos autos do processo;

RESOLVE:

Fica dispensado o procedimento licitatório e autorizado à contratação direta, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão;

A presente despesa correrá pela seguinte dotação:

Dotação Orçamentária:
02.002.04.122.0003.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito;
02.003.04.122.0003.2008 – Manutenção da Secretaria de Administração;
02.005.12.365.0094.2398 – Manutenção da Educação Infantil;
02.005.04.122.0092.2036 – Manutenção do Fundo de Educação;
02.005.12.361.0094.2399 – Manutenção do Ensino Fundamental I e II;
02.006.04.122.0092.2028 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
02.001.10.122.0089.2250 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
02.001.10.301.0087.2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde;
03.001.10.302.0090.2261 – Atenção a Saúde de média e Alta Complexidade;
02.004.20.122.0097.2011 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura;
04.001.08.244.0020.2344 – Oferta de Serviços de Proteção Social Especial (PSE);
04.001.08.244.0020.2337 – Oferta de Serviços de Proteção Social Básica (PSB);
04.001.08.244.0020.2237 – Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e Cadastro Único;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ;
Fontes:
1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos;
1.500.1001 – Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino;
1.500.1002 – Identificação das despesas com ações e serviços públicos de Saúde;
1.600.0000 – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Gov. Federal;
1.660.0000 – Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assist. Social – FNAS;

O Presente Termo de Autorização de Dispensa deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art.72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 02 de setembro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:35B9078F

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2406/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 74. inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, *verbis*:

Art.74*.É inexigível a licitação, em especial nos casos de:*

III *- contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
[...]
f) *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado.
RESOLVE:

Fica declarada a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 74, *inciso III*, da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021, a contratação para **AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÃO PARA O CURSO "GESTÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO - UNDIME/RN"**, destinada a inscrições de servidores deste Município, a ser realizado em Natal/RN, nos dias 03 e 04 de setembro, 03, 04, 18 e 19 de novembro de 2026**.**

2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral vigente do exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária: RED. 179
02.005.12.847.0096.2404 – Formação Continuada para os Profissionais da Educação;
Elemento de despesa:
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ;
Fontes:
1.500.1001 – Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino;

3. Fica autorizada a contratação com a empresa **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação---- – UNDIME/RN** inscrita no CNPJ sob o nº **00.596.662/0001-76**, com sede à **Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova – Natal/RN. CEP: 59064-901.**

Importará a despesa o valor Global de **R$9.600,00** que será pago após o trâmite normal do processo de despesa;

O Presente Termo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** deverá ser publicado no Diário Oficial, em cumprimento ao disposto no Art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Santana do Matos/RN, 03 de setembro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo Vasconcelos Guerreiro
Código Identificador:6EB1C825

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREVISÃO DE AUXILIO DESLOCAMENTO PARA SETEMBRO - MOTORISTAS DA EDUCAÇÃO

Portaria nº 18/2026 - SEMEC Santana do Matos/RN, 02 de setembro de 2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da portaria nº 019/2026 e, CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal nº 981/2023, que dispõe sobre o auxílio deslocamento aos motoristas em exercício no município de Santana do Matos/RN;
CONSIDERANDO, a necessidade de adequação do pagamento do auxílio deslocamento;

Publica a escala PREVISTA de dias trabalhados referente ao mês de**SETEMBRO/2026**, dos motoristas lotados nesta secretaria, conforme rota e dias previstos no mês em vigência, visando o período de 01 a 30 de setembro.

MOTORISTA: José Francisco Severo– matrícula nº 375
ROTA: Santana do Matos - Angicos
DIAS PREVISTOS DE VIAGENS: 20 dias

MOTORISTA: Antônio Carlos Cabral da Silva– matrícula nº 2339
ROTA: Santana do Matos - Assú
DIAS PREVISTOS DE VIAGENS: 21 dias

MOTORISTA: Luilson Evalter da Silva Xavier – matrícula nº 2316
VIAGEM PARA: Assu/RN, Angicos/RN e Lajes/RN
DIAS PREVISTOS DE VIAGENS: 04 dias

MOTORISTA: Manoel Sabino da Silva Neto – matrícula nº 2611
VIAGEM PARA: Assú/RN e Angicos/RN
DIAS PREVISTOS DE VIAGENS: 03 dias

MOTORISTA: José Juvanês Soares Ferreira – matrícula nº 2341
VIAGEM PARA: Angicos/RN e Fernando Pedrosa/RN
DIAS PREVISTOS DE VIAGENS: 05 dias

ALIFRAN BARBOSA DE MACEDO MELO
Secretária Mun. de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Portaria nº 019/2026 – GP
Matrícula nº 402

Publicado por:
Marcio Adriano Xavier da Silva
Código Identificador:01CCC59D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 15/2026 - AUXILIO DESLOCAMENTO

Portaria nº 17/2026 - SEMEC Santana do Matos/RN, 02 de setembro de 2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da portaria nº 019/2026 e, CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal nº 981/2023, que dispõe sobre o auxílio deslocamento aos motoristas em exercício no município de Santana do Matos/RN;

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação do pagamento do auxílio deslocamento;

PUBLICA RETIFICAÇÃOda portaria nº 15/2026, da escala prevista de dias trabalhados referentes ao mês de**AGOSTO de 2026**, dos motoristas lotados nesta secretaria, conforme rota e dias previstos no mês citado, visando o período de 01 a 31 de agosto.

MOTORISTA: Antônio Carlos Cabral da Silva– matrícula nº 2339
ROTA: Santana do Matos – Assú
08 dias a mais, considerando que foi informado 20 dias de deslocamento para o mês de agosto e o motorista viajou 28 dias, contando também as viagens que fez para o JERNS, em Angicos/RN

MOTORISTA: José Francisco Severo– matrícula nº 375
ROTA: Santana do Matos - Angicos
03 dias a mais, considerando que foi informado 19 dias de deslocamento para o mês de agosto e o motorista viajou 21 dias

ALIFRAN BARBOSA DE MACEDO MELO
Secretária Mun. de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Portaria nº 019/2026 – GP
Matrícula nº 402

Publicado por:
Marcio Adriano Xavier da Silva
Código Identificador:0FB23D30

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 312.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **VITOR BRUNO CLAUDINO BATISTA**, CPF: XXX.038.6144-XX, CONTRATADO

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços do **CONTRATADO** para exercer o cargo de **Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Do Valor Global: **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais),** que serão pagos em parcela única, referente ao mês trabalhado.

Da Vigência: **01 de agosto de 2026 a 30 de agosto de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal ao **CONTRATADO** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 01 de agosto de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e VITOR BRUNO CLAUDINO BATISTA (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:3EC02623

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 311.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **SAMUEL NILTON NUNES DA SILVA**, CPF: XXX.698.434-XX, CONTRATADO

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços do **CONTRATADO** para exercer o cargo de **Motorista,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Do Valor Global: **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais),** que serão pagos em parcela única, referente ao mês trabalhado.

Da Vigência: **01 de agosto de 2026 a 30 de agosto de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal ao **CONTRATADO** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 01 de agosto de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e SAMUEL NILTON NUNES DA SILVA (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:070CD417

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS POR TEMPO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2025 – CONVOCAÇÃO Nº 23 PARA CONTRATAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos itens **14, 15 e 16** do **Edital nº 01/2025**, que rege o Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de profissionais, **CONVOCA** os candidatos **aprovados**, conforme ordem de classificação e de acordo com a necessidade da Administração Pública Municipal, para fins de **contratação temporária**.
A convocação obedecerá rigorosamente à **ordem de classificação**, observada a necessidade dos órgãos municipais, e estará condicionada à **existência de dotação orçamentária e financeira**, nos termos do edital e da **Lei Municipal nº 1.047, de 22 de abril de 2025**.
Os candidatos convocados deverão comparecer no **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da publicação desta convocação no **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte**, para apresentação da documentação exigida, junto ao setor competente da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, sob pena de serem considerados **desistentes**, com consequente eliminação da lista de chamada do Processo Seletivo Simplificado.

Nos termos do **Item 16 do Edital**, será exigida, para fins de contratação, a apresentação dos seguintes documentos, dentre outros previstos:
comprovação dos pré-requisitos e da escolaridade exigida para o cargo;
b) certidão de nascimento ou casamento, conforme o estado civil;
c) certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, se houver;
d) comprovante de residência atualizado, contendo bairro e CEP;
e) título de eleitor acompanhado do comprovante de votação da última eleição;
f) certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
g) cédula de identidade (RG);
h) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
i) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
j) documento de inscrição no PIS/PASEP, se houver;
k) uma fotografia 3x4 recente, com fundo branco;
l) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, quando exigida para o cargo;
m) declaração de não acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública;
n) declaração de bens;
o) atestado médico admissional, comprovando aptidão para o exercício das atribuições do cargo;
p) certidões negativas criminais federal e estadual dos últimos 05 (cinco) anos;
q) registro profissional ou comprovante de regularidade junto ao conselho de classe competente, quando aplicável.
r) Conta Bancária (preferencialmente Banco do Brasil)
O candidato que não atender à convocação no prazo estabelecido ou deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos será **desclassificado em definitivo**, perdendo o direito à contratação.
O candidato designado deverá assumir suas atividades em **dia, hora e local definidos pela Administração Municipal**, sendo garantido o direito à remuneração somente a partir do efetivo exercício da função.
Ressalta-se que a aprovação no Processo Seletivo Simplificado gera **mera expectativa de direito**, não assegurando contratação automática, a qual ocorrerá conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública.
Santana do Matos/RN, 03 de setembro de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL					
NOME	**CLASSIFICAÇÃO**	**FUNÇÃO**	**LOTAÇÃO**	**CARGA HORÁRIA**	**PCD**
ASSISTENTE SOCIAL - CRAS					
WILLIANE BILRO DA SILVA TRINDADE	03º LUGAR	ASSISTENTE SOCIAL - CRAS	**Secretaria Municipal De Trabalho, Habitação E Assistência Social**	30 horas semanais	NÃO

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:D26CD2D4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.762/2026

"Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Inclusão Produtiva e Empregabilidade – PMIPE e do Banco Municipal de Oportunidades Profissionais, no âmbito do Município de Santo Antônio/RN, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

Art. 1º Fica criado o Programa Municipal de Inclusão Produtiva e Empregabilidade – PMIPE, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de promover a empregabilidade, a qualificação profissional, a inclusão produtiva, o acesso ao mercado de trabalho e a geração de renda para os cidadãos residentes no Município de Santo Antônio/RN.
§ 1º O Programa será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo atuar de forma integrada com as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Juventude, Cultura e demais órgãos da Administração Pública Municipal.
§ 2º As ações previstas nesta Lei poderão ser executadas diretamente pelo Município ou mediante parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal de Inclusão Produtiva e Empregabilidade:
I – promover a intermediação entre trabalhadores e empregadores;
II – ampliar o acesso da população às oportunidades de emprego, estágio, aprendizagem e empreendedorismo;
III – incentivar a qualificação e a capacitação profissional;
IV – fomentar parcerias entre o Poder Público, empresas, instituições de ensino e entidades da sociedade civil;
V – contribuir para a redução do desemprego e para o fortalecimento da economia local;
VI – promover a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade social;
VII – estimular a formação profissional alinhada às demandas do mercado de trabalho local e regional;
VIII – incentivar a permanência e reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho;

Art. 3º São princípios do Programa Municipal de Inclusão Produtiva e Empregabilidade:
I – valorização do trabalho como instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano;
II – igualdade de oportunidades;
III – promoção da autonomia econômica dos cidadãos;
IV – integração entre qualificação profissional e empregabilidade;
V – desenvolvimento econômico local sustentável;
VI – transparência, publicidade e eficiência das ações desenvolvidas;
VII – articulação entre o Poder Público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO II
DO BANCO MUNICIPAL DE OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Art. 4º Fica criado o Banco Municipal de Oportunidades Profissionais, destinado ao cadastramento de currículos, perfis profissionais e interesses ocupacionais de trabalhadores que busquem inserção ou reinserção no mercado de trabalho.
§ 1º O cadastro será gratuito e poderá ser realizado presencialmente ou por meio eletrônico.
§ 2º O Banco Municipal de Oportunidades Profissionais será administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Compete ao Banco Municipal de Oportunidades Profissionais:
I – receber, organizar e manter atualizado o cadastro de candidatos;
II – identificar perfis profissionais e áreas de interesse;
III – encaminhar candidatos às vagas disponibilizadas por empresas e instituições parceiras;
IV – divulgar oportunidades de emprego, estágio, aprendizagem e qualificação profissional;
V – produzir relatórios e indicadores de empregabilidade;
VI – promover ações de orientação profissional e preparação para processos seletivos.

Art. 6º O tratamento dos dados pessoais coletados no âmbito do Banco Municipal de Oportunidades Profissionais observará integralmente a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo os dados utilizados exclusivamente para as finalidades previstas nesta Lei.

CAPÍTULO III
DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 7º Poderão participar do Programa os jovens e adultos residentes no Município de Santo Antônio/RN que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 8º Para fins de cadastramento no Banco Municipal de Oportunidades Profissionais, o interessado deverá:
I – possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos;
II – residir no Município de Santo Antônio/RN;
III – apresentar informações profissionais, acadêmicas ou de qualificação que permitam a composição de seu perfil ocupacional.
IV – a participação em cursos de qualificação profissional promovidos pelo Município poderá constituir critério de prioridade para encaminhamento às oportunidades.
§ 1º Os participantes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos poderão ser encaminhados para vagas compatíveis com a legislação trabalhista vigente, especialmente programas de aprendizagem e estágio.
§ 2º Não haverá limite máximo de idade para participação no Programa.
§ 3º Os cursos promovidos ou apoiados pelo Município serão de acesso ao público, observados os critérios de inscrição estabelecidos em regulamento. A participação nesses cursos poderá conferir prioridade em ações específicas do Programa, sendo que a conclusão de, no mínimo, um deles constitui requisito obrigatório para o cadastramento.

Art. 9º Terão prioridade nas ações de qualificação profissional, encaminhamento e demais atividades do Programa:
I – beneficiários de programas sociais;
II – jovens em busca do primeiro emprego;
III – mulheres chefes de família;
IV – pessoas com deficiência, observada a legislação aplicável;
V – trabalhadores desempregados há mais de 6 (seis) meses;
VI – pessoas em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais do Município.
Parágrafo Único: A definição dos critérios de priorização observará regulamento do Poder Executivo, assegurada transparência, impessoalidade e igualdade de oportunidades.

Art. 10º O cadastramento no Banco Municipal de Oportunidades Profissionais não gera direito à contratação, constituindo-se apenas instrumento de intermediação entre trabalhadores e empregadores.

CAPÍTULO IV
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 11. O Município poderá promover cursos, oficinas, treinamentos, palestras e demais ações de qualificação profissional por meio de parcerias com instituições públicas e privadas.

Art. 12. As ações de qualificação poderão contemplar, entre outras, as seguintes áreas:
I – administração e gestão;
II – informática e tecnologia;
III – comércio e serviços;
IV – indústria e produção;
V – gastronomia;
VI – beleza e estética;
VII – atendimento ao público;
VIII – agricultura, agropecuária e empreendedorismo rural;
IX – economia criativa;
X – outras áreas definidas conforme a demanda do mercado de trabalho local.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá emitir certificados, declarações ou comprovantes de participação nas ações de qualificação promovidas ou apoiadas pelo Município.

CAPÍTULO V
DAS PARCERIAS

Art. 14. O Poder Executivo poderá celebrar instrumentos de cooperação, inclusive acordos de cooperação, termos de cooperação, convênios, termos de colaboração, termos de fomento e outros instrumentos previstos na legislação aplicável com:
I – empresas privadas;
II – associações empresariais;
III – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
IV – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
V – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
VI – instituições de ensino;
VII – organizações da sociedade civil;
VIII – demais entidades interessadas.

Art. 15. As entidades parceiras poderão:
I – divulgar vagas por meio do Programa;
II – receber currículos encaminhados pelo Banco Municipal de Oportunidades Profissionais;
III – indicar demandas de qualificação profissional;
IV – participar de feiras, eventos e ações promovidas pelo Programa;
V – colaborar na elaboração de diagnósticos sobre o mercado de trabalho local.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 16. A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá elaborar relatório anual contendo, entre outros indicadores:
I – número de pessoas cadastradas;
II – número de cursos ofertados;
III – quantidade de participantes certificados;
IV – número de encaminhamentos realizados;
V – número de vagas disponibilizadas;
VI – número de contratações informadas pelas empresas parceiras;
VII – demais indicadores considerados relevantes para avaliação do Programa.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 18. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio/RN, 03 de setembro de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal de Santo Antônio/RN

TERMO DE SANÇÃO

Aos três dias do mês de setembro de 2026, no prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antônio/RN, **O PREFEITO DE SANTO ANTÔNIO/RN**, **o Sr. RAULISON DE SENA RIBEIRO,** no uso de suas atribuições legais e administrativas, **SANCIONOU a Lei Municipal n.º 1.762/2026, que Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Inclusão Produtiva e Empregabilidade – PMIPE e do Banco Municipal de Oportunidades Profissionais, no âmbito do Município de Santo Antônio/RN, e dá outras providências,** em virtude da sua aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio/RN, durante a Décima Sexta Sessão Ordinária, realizada no dia 05 de agosto de 2026, enquanto tramitou como Projeto de Lei nº 16/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:876E116C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2026.

PROCESSO N° 02011.000002/2026

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN.
CNPJ: 08.114.514/0001-80.
CONTRATADO: JOZILMA MARIA DE CARVALHO
CNPJ: 04.805.345/0001-73

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material esportivo, destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e das atividades esportivas promovidas pela Administração Pública do Município de São Bento do Norte/RN.

VALOR GLOBAL: R$: 61.580,00 (Sessenta e um mil quinhentos e oitenta reais)

Órgão: 02 – PODER EXECUTIVO; **Unidade Orçamentária:** 02.011 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER; **Função:** 27 – DESPORTO E LAZER; **Sub -Função:** 812– DESPORTO COMUNITÁRIO; **Projeto Atividade:** 2026– MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER. **Elemento de Despesa:** 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO / 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **Fonte de Recursos**: 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 01/09/2027.

São Bento do Norte/RN, 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito
Pela Contratante

JOZILMA MARIA DE CARVALHO
(Sócia Representante)
Pela Contratada

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:BFE1C5BA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 12070001/2022.

Dadas ás informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a extinção do contrato conforme abaixo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN, **CNPJ**, 08.114.514/0001-80.
CONTRATADA: F & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, **CNPJ**: 22.913.707/0001-21.

Objeto: O presente termo tem por objeto a extinção unilateral do contrato nº 12070001/2022, cujo objeto é Contratação de pessoa jurídica para locação de veículos automotores com condutor habilitado, visando realizar o transporte escolar dos alunos deste Município, tudo em conformidade com a legislação vigente**,** listados no Termo de Referência (Anexo I), com a finalidade de atender às necessidades deste Município, tudo em conformidade com a legislação vigente, referente a PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021-SRP

Do Fundamento Legal: Artigo 79, incisos II da Lei Federal nº 8.666/1993.

Data de Assinatura: 21/08/2026.

São Bento do Norte/RN, 21 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:BEA7FA8C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02011.000002/2026

Dadas as informações constantes do Processo Administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura de São Bento do Norte/RN.
CNPJ: 08.114.514/0001-80.
CONTRATADA: JOZILMA MARIA DE CARVALHO
CNPJ: 04.805.345/0001-73

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material esportivo, destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e das atividades esportivas promovidas pela Administração Pública do Município de São Bento do Norte/RN.

VALOR ESTIMADO:R$: 61.580,00 (Sessenta e um mil quinhentos e oitenta reais)

BASE LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30 – Material de Consumo / 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

São Bento do Norte/RN, 31 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:3B299CDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA 21/2025

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO NORTE/RN
CNPJ: 08.114.514/0001-80

CONTRATADA:ARNALDO FELIPE DE ARAUJO JUNIOR ME
CNPJ:38.343.971/0001-07

Objeto do aditivo: Fica aditada a Ata de Registro de Preços nº 21/2025, referente à contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de internet (banda larga, de fibra óptica com no mínimo 300MB), para todas as Secretarias do Município de São Bento do Norte/RN, com fornecimento de equipamentos, manutenção e instalação.

Data da Assinatura:22 de julho de 2026

Prazo da Vigência:24/07/2026 a 23/07/2027

Fundamento Legal: Art. 84, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Bento do Norte/RN, 22 de julho de 2026

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Menezes Dos Santos
Código Identificador:0862BFF5

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 647, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

EMENTA: Reconhece a Cavalgada da Terrinha como manifestação cultural e tradicional do Município de São Bento do Norte/RN, integrante do patrimônio cultural imaterial municipal, e dá outras providências.

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, aprovou e eu sanciono a presente lei.*

***Art. 1º** Fica reconhecida, no âmbito do Município de São Bento do Norte/RN, a Cavalgada da Terrinha como manifestação cultural, tradicional e de relevante interesse público municipal.*

***Art. 2º** A Cavalgada da Terrinha passa a ser reconhecida como evento integrante do calendário cultural e turístico do Município, em razão de sua importância para a preservação das tradições, dos costumes e da identidade cultural da população local.*

***Art. 3º** O reconhecimento previsto nesta Lei tem por finalidade:*
I – Valorizar e preservar a cultura e as tradições do homem do campo;
II – Incentivar a prática da cavalgada e das atividades relacionadas à cultura equestre;
III – fortalecer o turismo, o comércio e a economia local;
IV – Promover a integração entre as comunidades rurais e urbanas;
V – Incentivar a participação das novas gerações na preservação das tradições culturais do Município.

***Art. 4º** O Poder Público Municipal poderá apoiar a realização da Cavalgada da Terrinha, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, mediante ações de divulgação, infraestrutura, segurança, organização e demais medidas que contribuam para sua realização.*

***Art. 5º** A Cavalgada da Terrinha poderá ser realizada anualmente, preferencialmente em período definido por sua organização, respeitada a legislação municipal e as normas de segurança e bem-estar animal aplicáveis.*

***Art. 6º** O reconhecimento de que trata esta Lei não implica obrigatoriedade de realização de despesas pelo Poder Público, ficando eventual apoio condicionado à disponibilidade orçamentária e ao cumprimento da legislação vigente.*

***Art. 7º** O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber.*

***Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:001CBAA0

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 648, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a proibição do uso, queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que produzam estampido, ruído ou efeito

sonoro ruidoso em todo o território do Município de São Bento do Norte/RN, e dá outras providências.

***O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, aprovou e eu sanciono a presente lei.*

***Art. 1º** Fica proibido, em todo o território do Município de São Bento do Norte/RN, o uso, a queima, a soltura, o acionamento e o manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que produzam estampido, explosão, ruído ou efeito sonoro ruidoso.*
§ 1º A proibição prevista no caput aplica-se a pessoas físicas e jurídicas, em áreas públicas ou privadas, inclusive em eventos, festas, comemorações, celebrações religiosas, eventos esportivos, culturais, turísticos e quaisquer outras atividades realizadas no território municipal.
§ 2º Fica permitida a utilização de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos que produzam exclusivamente efeitos visuais, sem estampido ou efeito sonoro ruidoso, desde que observadas as demais normas de segurança e regulamentações aplicáveis.

***Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se:*
I – fogos de artifício com estampido: aqueles que produzem explosão, estampido ou efeito sonoro ruidoso quando acionados;
II – fogos de efeito visual: aqueles destinados exclusivamente à produção de efeitos luminosos, coloridos ou visuais, sem produção de estampido ou ruído significativo;
III – artefatos pirotécnicos: dispositivos que contenham composição pirotécnica destinada a produzir efeitos de luz, som, calor, movimento ou combinação desses efeitos.

***Art. 3º** A proibição estabelecida nesta Lei tem como finalidade:*
I – proteger a saúde, o bem-estar e a tranquilidade da população;
II – prevenir danos e sofrimento a pessoas com hipersensibilidade auditiva, especialmente crianças, idosos e pessoas com deficiência;
III – reduzir os impactos negativos decorrentes da poluição sonora;
IV – proteger animais domésticos e da fauna silvestre dos efeitos provocados pelos estampidos;
V – promover a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida da população.

***Art. 4º** O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação federal e estadual, às seguintes penalidades administrativas:*
I – advertência, quando se tratar de primeira ocorrência de menor potencial lesivo, desde que não tenha havido reincidência;
II – multa de 10 (dez) Unidades Fiscais do Município – UFM, para pessoa física;
III – multa de 30 (trinta) UFM, para pessoa jurídica ou responsável por evento;
IV – em caso de reincidência, aplicação da multa em dobro;
V – apreensão dos fogos de artifício e artefatos pirotécnicos utilizados em desacordo com esta Lei, quando realizada pelos agentes competentes, observada a legislação aplicável.
§ 1º Considera-se reincidência a prática de nova infração no prazo de 12 (doze) meses contados da decisão administrativa definitiva que tenha reconhecido a infração anterior.
§ 2º A aplicação da multa não afasta a obrigação de cessar imediatamente a utilização dos artefatos proibidos.

***Art. 5º** Quando a infração for praticada no âmbito de evento organizado ou promovido por pessoa jurídica, associação, entidade, empresa ou responsável pela realização do evento, a penalidade poderá ser aplicada ao responsável, sem prejuízo da responsabilidade daquele que efetivamente acionou ou utilizou o artefato.*

***Art. 6º** A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal, na forma do regulamento.*
Parágrafo único. O Poder Executivo poderá celebrar parcerias e convênios com outros órgãos públicos para fortalecer as ações de fiscalização e conscientização previstas nesta Lei.

***Art. 7º** A aplicação das penalidades previstas nesta Lei observará procedimento administrativo próprio, assegurados ao infrator o contraditório e a ampla defesa.*

***Art. 8º** Os valores arrecadados com as multas previstas nesta Lei poderão ser destinados, na forma da regulamentação municipal, a ações de educação ambiental, proteção e bem-estar animal, saúde pública e campanhas de conscientização sobre os impactos dos fogos de artifício com estampido.*
***Art. 9º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, especialmente quanto aos procedimentos de fiscalização, autuação, aplicação das penalidades, arrecadação das multas e destinação dos valores.*

***Art. 10º** Esta Lei não se aplica aos artefatos pirotécnicos utilizados exclusivamente em atividades de treinamento ou operações realizadas pelas Forças Armadas, forças de segurança pública ou outros órgãos públicos autorizados, quando indispensáveis ao exercício de suas atribuições legais.*

***Art. 11º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:E4319618

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 156, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Srª. **ELIANA INÁCIO OLEGÁRIO**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 070.931.244-02, do cargo e suas respectivas funções de **Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 01 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:50605F0E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 157, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Sr. **FELIPE CALIXTO MONTENEGRO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 123.841.704-30, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Diretor do Departamento de Competições e Campeonatos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 01 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:5DEF2234

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 158, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **IGOR JANUÁRIO INÁCIO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º ***.319.784.**, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Diretor do Departamento de Competições e Campeonatos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:334754CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 159, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **FELIPE CALIXTO MONTENEGRO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º ***.841.704-**, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC2.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!
Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:0BB9A1D8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 160, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN; e

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Sra. **MARIA ELIZÂNGELA DA SILVA**, inscrita no CPF/MF sob o n.° 062.826.294-97, do cargo e suas respectivas funções de **Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao 1º dia do mês de setembro do corrente ano, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:04EBA7D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 161, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade;

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN; e

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. **ELLEN MARIA FELIPE DE ASSIS**, inscrita no CPF/MF sob o n.° ***.157.374-**, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento do Município de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:EF5323F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 162, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Srª **POLLYANNA BANDEIRA DA CRUZ**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 011.703.354-54, do cargo e suas respectivas funções de **Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Cultura de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:CE7C93B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 163, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Srª **MARIA GILMARA TEIXEIRA,** inscrita no CPF/MF sob o n.° 012.609.294-00, do cargo e suas respectivas funções de **Diretora do Departamento de Patrimônio da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 02 de setembro de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:6EB938EC

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 008/2026 - CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social/São Bento do Norte-RN

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO NORTE – RN,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 277 de 22 de fevereiro de 1996, e demais disposições legais e regimentais aplicáveis,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993);
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social de exercer o controle social sobre a execução da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 1.172, de 20 de março de 2026, que dispõe sobre os parâmetros e procedimentos para o cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a disponibilização do Termo de Aceite para adesão ao cofinanciamento federal destinado à oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências;
CONSIDERANDO a competência do Conselho Municipal de Assistência Social de exercer o controle social sobre a execução da Política Municipal de Assistência Social e deliberar sobre matérias de interesse do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal;
CONSIDERANDO a análise e a deliberação dos membros deste Conselho Municipal de Assistência Social, realizada em reunião EXTRAORDINÁRIA, em 31 de agosto de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o **Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal**, para adesão do Município de São Bento do Norte/RN ao cofinanciamento federal destinado à oferta do referido serviço, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 2º A aprovação de que trata o art. 1º compreende o compromisso do Município de São Bento do Norte/RN com a execução do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, observadas as condições, responsabilidades, parâmetros e demais

disposições estabelecidas no respectivo Termo de Aceite e nas normativas vigentes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 3º Determinar que a presente Resolução, acompanhada da respectiva Ata da reunião do Conselho Municipal de Assistência Social, seja encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social e aos demais órgãos competentes, para fins de formalização e comprovação da deliberação deste Conselho quanto ao aceite do referido serviço.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser publicada no Diário Oficial do Município ou em outro meio oficial de publicação.

São Bento do Norte/RN, 01 de setembro de 2026

RAQUEL LIANA NOBRE DA SILVA GALVÃO
Presidente do Conselho Municipio de Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:D0A998F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01085/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 30.000,00 (trinta mil reais), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana			
2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos			
	885 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 17200000	R$ 30.000,00
Total da Ação:			**R$ 30.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 30.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana			
1.17 - Aquisição Máquinas Equipamentos			
	873 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 17200000	R$ 9.000,00
Total da Ação:			**R$ 9.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 9.000,00**
20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.			
2.136 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
	1166 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 17200000	R$ 15.000,00
	1169 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 17200000	R$ 6.000,00
Total da Ação:			**R$ 21.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 21.000,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 03 de setembro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:15609762

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1.005/2026.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 47.957,92 (QUARENTA E SETE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

Art. 1º - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a proceder ao Orçamento Municipal, do exercício de 2026, Crédito Especial no valor de R$47.957,92 (QUARENTA E SETE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), com a finalidade específica de cobrir despesa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura das ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, conforme desdobramento a seguir:
Unidade Orçamentária:19001 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer
Função:13 – Cultura
Subfunção:392 – Difusão Cultural
Programa:48 - Cultura
Ação:1.124 - FORTALECIMENTO DE AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL
Elemento de Despesa:3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física _ STPF.....R$ 15.000,00
Elemento de Despesa:3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica _ STPJ.....R$ 32.456,68
FONTE: 17190000- Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Elemento de Despesa:3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica _ STPJ.....R$ 462,36
Elemento de Despesa:3.3.90.93 – Indenizações e restituições.....R$38,88
FONTE: 27190000- Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo do Excesso de Arrecadação através da Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022
Artº 3º -Fica também autorizado o Executivo Municipal a incluir no Plano Plurianual 2026 a 2029 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.
Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço da Prefeitura Municipal de São Fernando, 03 de setembro de 2026. 67.º Ano de Emancipação Político.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito Constitucional

CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
ANEXO LEI MUNICIPAL N.º 1.005/2026	
FONTE: FONTE:17190000- Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	
1) Previsão da receita para exercício 2026	-
2) Arrecadação no período de janeiro a dezembro 2026	47.456,68
3) Total da arrecadação estimada para o exercício 2026	47.456,68
4) Demonstração do cálculo do excesso de arrecadação	
a) Previsão Receita para 2026(LOA)	
b) Valor arrecadado até dezembro 2025	47.456,68
c) EXCESSO DE ARRECADAÇÃO + A PROVAVEL ARRECADAÇÃO ATÉ DEZEMBRO.	47.456,68
d) Valor Utilizado	-

e) Valor Utilizado neste decreto	47.456,68
f) Saldo de excesso em14/08/2026	-

CÁLCULO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO	
ANEXO LEI MUNICIPAL N.º 1.005/2026	
FONTE: FONTE:27190000- Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	
(A) Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial exercício 2025	501,24
(B) Créditos Especiais e Extraordinários reabertos	-
(C) Créditos Extraordinários	-
(D) Créditos Suplementares e Especiais	-
Valor utilizado decreto	
Valor destecrédito	501,24
(E) Outras modificações orçamentárias efetivas	-
Saldo = (A) - (B) - (C) - (D) - (E) 14/08/2026	0,00

Paço da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, 03 de setembro de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:9FF73C0F

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO NOTIFICADA: NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 35.858.155/0001-48 ASSUNTO: SEGUNDA NOTIFICAÇÃO - REITERAÇÃO DE ORDEM PARA RETOMADA IMEDIATA DA OBRA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DE MULTA OBJETO DA OBRA: CONTRA

[11:17, 03/09/2026] Ciro Medeiros: O Município de São Fernando-RN, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Serviços, Transporte e Mobilidade Urbana, através do Engenheiro Fiscal e do Secretário da Pasta, vem, por meio desta, NOTIFICAR NOVAMENTE a empresa NTC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 35.858.155/0001-48, em razão da nova paralisação dos serviços referentes ao Contrato Administrativo n° 176/2025, cujo objeto é a contratação de serviços comuns de engenharia para execução das obras de reforma da Praça José Josias Fernandes (Praça da Matriz).
Em 01 de junho de 2026, a contratada já havia sido formalmente notificada em razão da paralisação e do atraso na execução da obra, oportunidade em que lhe foi determinado que apresentasse justificativa, cronograma atualizado e promovesse a imediata retomada dos serviços.
Após a referida notificação, a empresa chegou a retomar a execução de forma temporária, porém voltou a paralisar a obra, sem autorização da Administração e sem apresentação de justificativa formal aceita pela fiscalização.
A contratada possuia um cronograma de obra de 90 dias contados a partir do dia 14/10/2025 e sendo finalizado dia 14/01/2026, para conclusão da execução dos serviços da reforma. Assim constata-se que ja são 232 dias de atraso de obra.
Registra-se que todos os serviços objeto de readequação já foram previamente apresentados, discriminados e explicados à empresa pela fiscalização municipal, com a devida
antecedência, tendo sido repassadas as orientações técnicas necessárias à continuidade da execução.
formalmente reconhecido pela Administração que justifique a não retomada da obra.
Diante da repetição da paralisação e do descumprimento das determinações da fiscalização, fica a empresa NOTIFICADA, EM CARATOR BINAL E IMPRORROGAVEL, para que promova a RETOMADA DEBULVA EM CARATER DE URGGENCIA DA OBRA ATÉ O DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026, mediante a mobilização de equipe, materiais e equipamentos compatíveis e o início concreto dos serviços no canteiro de obras.
1. Retomar efetivamente os serviços até 08 de Setembro de 2026, dando-lhes continuidade regular, sem novas interrupções injustificadas;
2. Mobilizar quantidade suficiente de trabalhadores, materiais, ferramentas e equipamentos para assegurar o cumprimento do objeto e a recuperação do atraso acumulado;
[11:18, 03/09/2026] Ciro Medeiros: 3. Apresentar, no mesmo prazo, cronograma físico atualizado, com indicação das etapas.
equipes e datas previstas para a conclusão integral da obra.
Para fins desta notificação, não será considerada retomada efetiva a simples visita ao local, a presença isolada de preposto ou a mera manifestação verbal de intenção. A retomada deverá ser constatada e registrada in loco pela fiscalização municipal, mediante a execução material dos serviços pendentes.
ADVERTE-SE EXPRESSAMENTE que, caso a obra não seja efetivamente retomada até 08 de setembro de 2026. será imediatamente instaurado o procedimento administrativo cabível para aplicação da multa contractual diária, observados os percentuais, critérios e limites previstos no cdital e no Contrato Administrativo n° 176/2025, com garantia do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e da adoção das demais medidas legais pertinentes.
A conduta poderá caracterizar inexecução parcial e retardamento injustificado da execução contratual, nos termos dos arts. 155, incisos I e VII, 156, inciso II, 157 e 162 da Lei Federal n° 14.133/2021. O descumprimento de cláusulas, especificações, projetos, prazos ou determinações regulares da fiscalização também poderá fundamentar as medidas previstas no art. 137, incisos 1 e
Il. da mesma Lei.
A presente notificação deverá ser juntada aos autos do processo administrativo do Contrato n° 176/2025, juntamente com o comprovante de recebimento, os registros da fiscalização, as comunicações anteriores e os demais documentos comprobatórios pertinentes.
Sem mais para o momento, fica a contratada formalmente cientificada do prazo e das consequências do seu descumprimento.

São Fernando/RN, 03 de Setembro de 2026.

KLEDY GARCIA BEZERRA
Secretário Municipal de Transportes, Serviços e Mobilidade Urbana
CPF: 058.776.184-90

PAULO FERNANDES
Engenheiro Civil-Fiscalização
CREA nº 2102175723

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:B2FF404F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 183/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 02 de setembro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 02 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 02 de setembro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:AFF8319F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 184/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 02 de setembro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar TEOGENES ITALO FERNANDES DANTAS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 02 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 02 de setembro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:362ABE6E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 185/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 02 de setembro de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar KAIO SILVA ARAUJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 80,00 (oitenta reais), para viagem a se realizar no dia 02 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
São João do Sabugi/RN, 02 de setembro de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:1D907355

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 980/2026 EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal "São João que Cuida", destinada ao fortalecimento da Coordenação do Cuidado e da Atenção Primária à Saúde como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde no Município de São João do Sabugi/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de São João do Sabugi/RN, a Política Municipal "São João que Cuida", destinada a organizar, integrar e qualificar o cuidado em saúde, fortalecendo a Atenção Primária à Saúde - APS como porta de entrada preferencial, ordenadora da Rede de Atenção à Saúde e coordenadora do cuidado.
Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se coordenação do cuidado o conjunto articulado de ações destinadas a assegurar acesso oportuno, continuidade da atenção, compartilhamento responsável de informações, integração entre serviços e acompanhamento das necessidades das pessoas ao longo do tempo, com foco na integralidade, resolutividade, segurança e centralidade no usuário.
Art. 3º. A Política será desenvolvida de forma contínua, territorial, integrada, progressiva e orientada pelas necessidades de saúde da população, podendo ser operacionalizada por linhas de cuidado, programas, projetos, componentes, protocolos, fluxos e demais instrumentos instituídos ou regulamentados pelo Poder Executivo.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS
Art. 4º. A Política observará os princípios constitucionais da Administração Pública, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS e, especialmente:
I - universalidade, integralidade e equidade;
II - acesso de primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado;
III - territorialização, adscrição e responsabilidade sanitária;
IV - cuidado centrado na pessoa, na família e na comunidade;
V - humanização, acolhimento, vínculo e respeito à autonomia;
VI - segurança do paciente e prevenção de danos evitáveis;
VII - atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial;
VIII - participação social, transparência e proteção de dados pessoais;
IX - eficiência, sustentabilidade, inovação e melhoria contínua;
Art. 5º. São diretrizes da Política:
I - fortalecimento da Estratégia Saúde da Família como modelo prioritário de organização da APS;
II - identificação das necessidades de saúde e estratificação de riscos clínicos, funcionais, familiares e sociais;
III - elaboração, acompanhamento e revisão de planos de cuidado compartilhados;
IV - integração entre APS, atenção especializada, urgência, hospital, assistência farmacêutica, vigilância e demais pontos da rede;
V - qualificação da transição do cuidado, especialmente após altas hospitalares e atendimentos de urgência;
VI - organização do cuidado domiciliar para pessoas com limitação de mobilidade, maior vulnerabilidade ou necessidade de acompanhamento no domicílio;
VII - apoio, orientação e educação em saúde para usuários, familiares e cuidadores;
VIII - registro qualificado das ações nos sistemas oficiais de informação em saúde;
IX - produção, processamento e análise de dados para planejamento, monitoramento, avaliação de impacto e melhoria da efetividade;
Art. 6º. São objetivos da Política:
I - ampliar o acesso, a resolutividade e a continuidade do cuidado;
II - reduzir a fragmentação da assistência e os vazios de acompanhamento;
III - qualificar a comunicação e a integração entre equipes e serviços;
IV - prevenir agravos, complicações, perdas funcionais e internações evitáveis;
V - promover envelhecimento saudável, autonomia e capacidade funcional;
VI - fortalecer o cuidado às pessoas idosas, acamadas, domiciliadas, com deficiência, em pós-alta ou em cuidados paliativos;
VII - apoiar familiares e cuidadores, reconhecendo seu papel no processo de cuidado;
VIII - estimular educação permanente, inovação, saúde digital e uso responsável de tecnologias;
IX - orientar a gestão por evidências, indicadores e necessidades reais do território;
CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA E DA LINHA DE CUIDADO
Art. 7º. Compete à Secretaria Municipal de Saúde coordenar, planejar, regulamentar, executar, monitorar e avaliar a Política Municipal "São João que Cuida", em articulação com as equipes da APS e os demais pontos da Rede de Atenção à Saúde.
Art. 8º. A linha de cuidado será organizada a partir do território e compreenderá, conforme a necessidade do usuário e a capacidade instalada do Município, as etapas de identificação, acolhimento,

avaliação, estratificação de risco, planejamento, execução do cuidado, monitoramento, reavaliação, transição e alta responsável.

Art. 9º. A identificação dos usuários poderá ocorrer por demanda espontânea, busca ativa, visitas domiciliares, indicação das equipes, alta hospitalar, regulação, vigilância em saúde, assistência social ou outros meios definidos em regulamento.

Art. 10. A avaliação deverá considerar dimensões clínicas, funcionais, cognitivas, emocionais, familiares, sociais, ambientais e de mobilidade, podendo utilizar instrumentos reconhecidos pelo Ministério da Saúde, entre eles o Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional - IVCF-20, ou outro que venha a substituí-lo ou complementá-lo.

Art. 11. Os critérios de elegibilidade, priorização, inclusão, permanência, reavaliação e desligamento serão definidos em regulamento, com base em avaliação técnica e multiprofissional, vedada a inclusão automática fundada apenas em diagnóstico isolado ou condição clínica genérica.

Art. 12. Para os usuários que demandem acompanhamento continuado ou compartilhado, poderá ser elaborado Plano Individual de Cuidado Compartilhado e/ou Projeto Terapêutico Singular — PTS, contendo problemas prioritários, objetivos, responsabilidades, intervenções, periodicidade de acompanhamento e critérios de reavaliação, conforme regulamentação.

Art. 13. As ações realizadas deverão ser registradas no prontuário do usuário e nos sistemas oficiais de informação em saúde, resguardados o sigilo profissional, a segurança da informação e a legislação de proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO IV

DOS COMPONENTES E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Art. 14. A Política poderá ser estruturada como programa integrador de ações e serviços já existentes ou que venham a ser instituídos, sem prejuízo das competências ordinárias das equipes e da organização da Rede de Atenção à Saúde.

Art. 15. Poderão compor a Política, conforme regulamentação, planejamento, disponibilidade de profissionais e recursos:

I - acompanhamento domiciliar pela Estratégia Saúde da Família e pelas equipes multiprofissionais;

II - Remédio em Casa, destinado à entrega domiciliar de medicamentos para usuários elegíveis, com orientação sobre uso seguro, adesão, armazenamento e descarte;

III - Fisioterapia em Casa, voltada à reabilitação, prevenção de quedas, mobilidade, funcionalidade e orientação de cuidadores;

IV - Nutrição em Casa, com avaliação nutricional, orientação alimentar e prevenção ou manejo de riscos nutricionais;

V - Tratamento de Feridas em Casa, com avaliação, curativos, prevenção de lesões por pressão, controle de infecções e capacitação de cuidadores;

VI - Psicologia em Casa, quando indicada, para apoio emocional, enfrentamento do adoecimento, cuidado ao cuidador e fortalecimento de vínculos;

VII - Apoio Social no Domicílio, em articulação com a assistência social e a rede de proteção, para identificação e encaminhamento de vulnerabilidades sociais;

VIII - acompanhamento pós-alta e transição segura do cuidado;

IX - ações de cuidados paliativos, conforme indicação e competências das equipes;

X - telemonitoramento, telessaúde e outras soluções digitais que ampliem o acesso e a continuidade do cuidado;

Parágrafo único. A oferta, abrangência, frequência e forma de execução dos componentes previstos neste artigo serão estabelecidas em regulamento ou ato da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as prioridades sanitárias, a capacidade operacional e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16. As ações domiciliares no âmbito da APS não se confundem com o Serviço de Atenção Domiciliar - SAD ou com equipes especializadas do Programa Melhor em Casa, podendo com eles se articular quando existentes, habilitados ou pactuados.

Art. 17. O cuidado domiciliar deverá preservar a corresponsabilidade do usuário, da família e do cuidador, não substituindo obrigações familiares legalmente previstas nem implicando permanência contínua de profissionais no domicílio.

CAPÍTULO V

DA GOVERNANÇA, EDUCAÇÃO PERMANENTE E INOVAÇÃO

Art. 18. Fica criado o Comitê Gestor da Política Municipal "São João que Cuida", de natureza técnica, consultiva e não remunerada, destinado a apoiar a governança, a integração da rede, o monitoramento e o aperfeiçoamento da Política.

Art. 19. Compete ao Comitê Gestor:

I - acompanhar a implantação e a execução da Política;

II - propor fluxos, protocolos, indicadores e prioridades;

III - analisar resultados, barreiras de acesso, eventos adversos e oportunidades de melhoria;

IV - estimular a integração entre equipes, serviços e políticas públicas;

V - apoiar ações de educação permanente e comunicação com a população;

VI - exercer outras atribuições definidas em regulamento;

Parágrafo único. A composição, o funcionamento e a periodicidade das reuniões do Comitê serão definidos por decreto, assegurada a participação de áreas estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde e, quando pertinente, de outros setores.

Art. 20. A Política promoverá educação permanente em saúde, apoio matricial, discussão de casos, construção compartilhada de protocolos, segurança do paciente e qualificação dos registros e processos de trabalho.

Art. 21. A Secretaria Municipal de Saúde poderá estabelecer cooperação com instituições públicas, universidades, escolas técnicas, entidades sem fins lucrativos e demais parceiros para formação, pesquisa, inovação, telessaúde, avaliação e desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à Política.

CAPÍTULO VI

DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 22. A Política será submetida a monitoramento e avaliação contínuos, mediante produção, processamento, análise e utilização de dados, indicadores e evidências para subsidiar o planejamento, a gestão, a transparência e a melhoria da qualidade.

Art. 23. A Secretaria Municipal de Saúde poderá instituir indicadores de estrutura, processo, resultado, experiência do usuário, segurança, acesso, continuidade, funcionalidade, internações evitáveis e efetividade das ações, sem prejuízo de outros definidos pelo Ministério da Saúde ou pelos órgãos de controle.

Art. 24. A Política será desenvolvida de forma articulada com as políticas de assistência social, educação, esporte, cultura, direitos da pessoa idosa, direitos da pessoa com deficiência, segurança alimentar e demais áreas relacionadas aos determinantes sociais da saúde.

Art. 25. O Conselho Municipal de Saúde acompanhará a implementação da Política no exercício de suas competências de controle social, podendo apreciar relatórios, indicadores e propostas de aperfeiçoamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. As ações decorrentes desta Lei serão implementadas de forma progressiva, de acordo com o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, a capacidade operacional, a disponibilidade de pessoal e a existência de recursos orçamentários e financeiros, não gerando direito subjetivo à oferta de componente, frequência, profissional ou prestação específica além daquelas efetivamente disponibilizadas pela Administração.

Art. 27. As ações previstas nesta Lei poderão ser financiadas por dotações orçamentárias próprias, transferências constitucionais e legais, recursos do SUS, transferências fundo a fundo, programas e incentivos governamentais, convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, emendas parlamentares, financiamentos públicos, doações e demais fontes legalmente admitidas.

Art. 28. O Poder Executivo regulamentará esta Lei por decreto, podendo disciplinar a organização da linha de cuidado, critérios de elegibilidade, instrumentos de avaliação, estratificação de risco, composição e atribuições das equipes, fluxos, protocolos, periodicidade, indicadores, funcionamento do Comitê Gestor e demais medidas necessárias à sua execução.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir portarias, protocolos, notas técnicas e outros atos complementares, no âmbito de suas competências.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Sabugi/RN, 02 de setembro de 2026.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:32C1BD7E

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 981/2026 EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz – Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz, para execução complementar de cirurgias eletivas gerais, consultas especializadas e exames ambulatoriais especializados vinculados ao Programa Agora tem Especialistas – Componente Cirurgias e ao Programa Nacional de Redução de Filas e atendimentos ambulatoriais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz – Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz, entidade privada prestadora de serviços de saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 08.086.498/0001-69, com sede na Rua Dr. Hilarino Pereira, nº 53, Bairro Bandeira Branca, Jardim do Seridó/RN, visando à cooperação complementar ao Sistema Único de Saúde para a execução de ações de atenção especializada destinadas à população do Município de São João do Sabugi/RN, nos termos do art. 199, § 1º, da Constituição Federal.
§ 1º O convênio terá por objeto específico a realização de cirurgias eletivas gerais e de procedimentos cirúrgicos que integrem o elenco do Programa Agora tem Especialistas – Componente Cirurgias, em conformidade com a programação aprovada pelo Município de São João do Sabugi junto ao Ministério da Saúde e com o rol previsto na Portaria SAES/MS nº 2.985, de 27 de junho de 2025, ou em norma superveniente que venha a substitui-la ou atualizá-la.
§ 2º Integram o objeto do convênio, de forma vinculada e instrumental à execução das cirurgias eletivas, as consultas ambulatoriais especializadas, os exames complementares, os procedimentos diagnósticos, as avaliações pré-operatórias, os retornos pós-operatórios e demais atos assistenciais necessários à indicação, preparo, realização, acompanhamento e conclusão dos procedimentos autorizados.
§ 3º A execução dos serviços observará a regulação, autorização, encaminhamento e acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde, sendo vedada a realização de atendimento fora da programação pactuada, salvo autorização formal do gestor municipal de saúde e compatibilidade com o plano de trabalho.
§ 4º São finalidades do convênio:
I – ampliar o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde às cirurgias eletivas e à atenção ambulatorial especializada;
II – reduzir a demanda reprimida e o tempo de espera por cirurgias gerais e por procedimentos eletivos autorizados no âmbito do Programa Agora tem Especialistas – Componente Cirurgias;
III – assegurar a oferta de consultas especializadas e exames ambulatoriais necessários à avaliação, preparo e acompanhamento dos pacientes;
IV – organizar o fluxo assistencial entre a Secretaria Municipal de Saúde, a regulação municipal e a unidade hospitalar convenente;
V – registrar, comprovar e prestar contas da produção assistencial nos sistemas oficiais aplicáveis, inclusive SIA/SUS, SIH/SUS, AIH, APAC, FPO ou outros sistemas indicados pelo Ministério da Saúde, de todos os atendimentos;
VI – garantir que os serviços sejam prestados aos usuários encaminhados pelo Município sem qualquer cobrança direta aos pacientes.
§ 5º É vedada a aplicação dos recursos em finalidade diversa do objeto, especialmente para custeio de plantões de urgência e emergência, despesas gerais de funcionamento não vinculadas aos procedimentos pactuados ou serviços assistenciais estranhos às metas aprovadas nos planos de trabalhos aprovados pelo Ministério da Saúde.
§ 6º A minuta do convênio, o plano de trabalho, a programação físico-orçamentária, o cronograma de desembolso, as metas quantitativas e qualitativas, a relação de procedimentos e a forma de comprovação da produção integrarão o processo administrativo e deverão observar a legislação federal, estadual e municipal aplicável.
Art. 2º O valor total do repasse será de até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), transferido em até 12 (doze) parcelas mensais de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), ou conforme cronograma de desembolso do plano de trabalho, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira, à execução das metas pactuadas e à comprovação da produção assistencial.
Parágrafo único. Os valores do convênio deverão guardar correspondência com a programação aprovada, com a tabela de procedimentos aplicável, com os limites de complementação federal eventualmente autorizados e com os custos constantes do plano de trabalho, vedado o pagamento por serviços não executados, não comprovados ou não autorizados pela regulação municipal.
Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, suplementadas se necessário.
Parágrafo único. A autorização observa o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e os arts. 16 e 17 da Lei nº 4.320/1964, ficando condicionada à compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e à prévia dotação na Lei Orçamentária Anual do respectivo exercício.
Art. 4º O convênio terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, admitidos aditamentos mediante justificativa técnica, autorização do Conselho Municipal de Saúde quando exigível, anuência do Chefe do Poder Executivo e manutenção da compatibilidade orçamentária e financeira.
Art. 5º A entidade convenente sujeitar-se-á à fiscalização pelo Município, pelo Conselho Municipal de Saúde, pelos órgãos de controle interno e externo e pelos demais órgãos competentes, devendo apresentar prestação de contas quadrimestral ou na periodicidade fixada no convênio, acompanhada de relatório de execução física e financeira, relação nominal dos pacientes atendidos quando permitido pela legislação de proteção de dados, autorizações, registros de produção, notas fiscais, comprovantes de pagamento e demais documentos exigidos.
§ 1º A inexecução total ou parcial do objeto, a cobrança indevida de usuários, a aplicação irregular dos recursos, a ausência de comprovação da produção ou o descumprimento das metas pactuadas ensejarão a suspensão dos repasses, a glosa dos valores, a restituição dos recursos, monetariamente atualizados e acrescidos de juros legais, e a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.
§ 2º A execução do convênio deverá respeitar a ordem de regulação e os critérios técnicos de priorização definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas a estratificação de risco, a necessidade assistencial e as normas do Sistema Único de Saúde.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São João do Sabugi, em 02 de setembro de 2026.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:5A029D00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 159/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, ao Sr. **JOÃO EVANDRO DE MEDEIROS,** matrícula nº88, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito,**FÉRIAS**,por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período de 01/09/2026 a 30/09/2026, retornando ao trabalho em 01/10/2026, correspondente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 17 de agosto de 2026.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:4E743B9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 160/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a Sra. **CÍNTIA DE CÁSSIA MEDEIROS,** matrícula nº415-1, ocupante do cargo de Coordenadora - CC, lotada na Secretaria Municipal de Saúde,**FÉRIAS**,por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período 01/09/2026 a 15/09/2026 e 13/10/2026 a 27/10/2026, correspondente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 17 de agosto de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:3BDF0382

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 161/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a Sra. **ANDREA CRISTINA DE MEDEIROS,** matrícula nº 76, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, **FÉRIAS**, por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período de 08/09/2026 a 07/10/2026, retornando suas atividades em 08/10/2026 correspondente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 17 de agosto de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:8CC13310

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 162/2026

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigo 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO, o requerimento do servidor José Ewerton Pereira de Araújo solicitando pedido de exoneração.
.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Sr. **JOSÉ EWERTON PEREIRA DE ARAÚJO,** matrícula nº 1018-2, do cargo de Coordenador, pertencente a Secretaria Municipal da Juventude do Esporte e do Lazer.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de setembro de 2026.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:88DE6B6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 163/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigo 59, incisos VI e IX, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 76, inciso IV, da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 03 meses ao Sr. **FABIANO MEDEIROS DE AZEVEDO**, matrícula nº 7253-1, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/09/2026 a 01/12/2026, tendo como base o período trabalhado de 02/06/2016 a 02/06/2021.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de setembro de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:D27BB392

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 164/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigo 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 76, inciso IV, da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio de 03 meses a Sra. **RILVANEIDE MORAIS NEVES**, matrícula nº 48-1, ocupante do cargo de Professora de Ensino Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/09/2026 a 01/12/2026, tendo como base o período trabalhado de 30/09/2013 a 30/09/2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de setembro de 2026.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:570D278F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 165/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a Sra. **MILKA THALYANNE BEZERRA GOMES,** matrícula nº7362, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social,**FÉRIAS**,por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período de 01/09/2026 a 15/09/2026 e 04/01/2027 a 18/01/2026 correspondente ao período aquisitivo de 2025/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 01 de setembro de 2026.

ANIBAL PEREIRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:63948CC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 166/2026

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO POR MEIO DE PERMUTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO SABUGI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei, e conforme o termo de convênio celebrado entre esta Municipalidade e a Prefeitura Municipal de Patos/PB.

RESOLVE:

Art. 1° - Ceder, por meio de Permuta, o funcionário Público Municipal abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer suas atividades junto ao Município de Patos/PB.
Parágrafo único – A presente permuta terá vigência de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses.
HUGO GEINE BATISTA E SILVA, matrícula nº 7229-1, Enfermeiro;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Sabugi (RN), 03 de setembro de 2026.

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hertha Adalgiza Azevêdo Araújo
Código Identificador:CF437735

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE GABINETE DO PREFEITO

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA, o Prefeito de São José de Mipibu/ RN, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Orgânica do Município de São José de Mipibu/RN

RESOLVE:

Art 1º Nomear os membros titulares e seus respectivos suplentes para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José de Mipibu, para o biênio 2026/2028.

MEMBROS REPRESENTANTES DOS ORGÃOS GOVERNAMENTAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Secretaria Municipal do Trabalho Habitação e Assistência Social
Titular: Alinne Isteice de Sousa Belo
Suplente: Maria Luzeneide de Medeiros

Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Gisele Rique Dantas
Suplente: Ana Paula Vitoriano do Nascimento Galvão

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Josiedy Veras Deniz Fernandes
Suplente: Thimuza Thaise de Sousa Varela

Secretaria Municipal de Cultura
Titular: Werley Ribeiro Dantas
Suplente: Ana Maria Alves da Silva

Secretaria Municipal de Esporte
Titular: Vitor Manoel Azevedo Alves
Suplente: Rafael Nascimento França

MEMBROS REPRESENTANTES DOS ORGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Associação Multicultural Manimbuense
Titular: Márcio Matias Gomes
Suplente: Ronaldo de Oliveira

Associação de Mulheres e Jovens do Pau Brasil e Rocinha – AMJOPAR
Titular: Maria Augusta dos Santos
Suplente: Maria Vitória do Nascimento

Instituição Pater de Educação e Cultura - Instituto João Bittar
Titular: Amanda Cristiane Marcelino da Silva
Suplente: Manuela Fraga Torres Guimarães

Núcleo de Cidadania dos Adolescentes – NUCA
Titular: João Luiz Barros da Silva
Suplente: Emilly do Nascimento

Representantes do Grupo de Medidas Socioeducativas
Titular: Elio Gomes Cadete
Suplente: Angela Maria Simplicio de Andrade das Chagas

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José de Mipibu/RN, de fevereiro de 2023.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:A23E19F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 117/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder **03 (TRÊS)** diárias ao servidor (a) abaixo descrito (a);

Art. 1º. MILENA DA SILVA FERREIRA, CPF Nº 011.215.634-73, servidora deste município, deste município, com finalidade de realização de transporte de pacientes de nosso município, que serão deslocados para realização de Procedimentos Cirúrgicos, no Hospital Maternidade Guiomar Fernandes, em Alexandria RN, com ida na segunda-feira, dia 07 de setembro, às 8h e com retorno na quinta-feira, dia 10 de setembro, às 9h, referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 1.315/2026 do Fundo Municipal de Saúde;

Art. 2º. O valor das três diárias será no importe de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 03 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

JEFFERSON SOUZA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
João Carlos Soares
Código Identificador:690A727D

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal, situada à Rua 26 de Julho, 08 - Centro, São José de Mipibu/RN, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 08.365.850/0001-03, neste ato representada pelo seu **Secretário Geral, Senhor Maurício José Gomes de Melo, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF (MF) sob o nº 435.323.147-20 e portador do RG nº 1.697.761-SSP/RN, residente e domiciliado à Rua José Jorge, 220- Centro – São José de Mipibu/RN**.

CONTRATADA: H V E SILVA - ME, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 22.523.691/0001-40, sediado(a) na Rua São Tomé, n° 97, Centro, São José de Mipibu/RN, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo Senhor Heathcliff Ventura e Silva, inscrito no CPF sob o n° 025.661.404-05

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações de acesso à internet banda larga, para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR: R$ R$ 253.644,00 (duzentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quarenta e quatro reais)

VIGÊNCIA: 12(doze) meses

São José de Mipibu/RN, 14 de agosto de 2026

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Contratante

HEATHCLIFF VENTURA E SILVA
Contratada

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:80CC7D26

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 115/2026

A**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder**03 (TRÊS)**diárias ao servidor (a) abaixo descrito (a);

Art. 1º. JOSÉ ALDO DE SOUZA, CPF: 020.815.754-93, motorista deste município, deste município, com finalidade de realização de transporte de pacientes de nosso município, que serão deslocados para realização de Procedimentos Cirúrgicos, no Hospital Maternidade Guiomar Fernandes, em Alexandria RN, com ida na segunda-feira, dia 07 de setembro, às 8h e com retorno na quinta-feira, dia 10 de setembro, às 9h, referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 1.313/2026 do Fundo Municipal de Saúde;

Art. 2º. O valor das três diárias será no importe de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 03 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

JEFFERSON SOUZA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
João Carlos Soares
Código Identificador:D3A57407

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 116/2026

A**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN**, resolve conceder com base no DECRETO EXECUTIVO Nº 009/2023, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023, conceder**03 (TRÊS)**diárias ao servidor (a) abaixo descrito (a);

Art. 1º. MARIA JOELMA OLIVEIRA DE ARAUJO , CPF Nº 065.988.334-73, servidora deste município, deste município, com finalidade de realização de transporte de pacientes de nosso município, que serão deslocados para realização de Procedimentos Cirúrgicos, no Hospital Maternidade Guiomar Fernandes, em Alexandria RN, com ida na segunda-feira, dia 07 de setembro, às 8h e com retorno na quinta-feira, dia 10 de setembro, às 9h, referente a SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 1.314/2026 do Fundo Municipal de Saúde;

Art. 2º. O valor das três diárias será no importe de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na presente data, devendo ser providenciada sua publicação.

São José de Mipibu/RN, 03 de setembro de 2026.

Publique-se e Cumpra-se.

JEFFERSON SOUZA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
João Carlos Soares
Código Identificador:FE10AF2F

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTHAS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA O EDITAL ITAÚ SOCIAL 2026 RESULTADO DA SELEÇÃO DE PROJETOS INSCRITOS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São José de Mipibu/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado da seleção dos projetos inscritos no Edital de Chamamento Público nº01/2026 que teve como objetivo selecionar um projeto com proposta voltada à infância e adolescência, visando à inscrição e concorrência no Edital Itaú Social 2026.

RESULTADO:

As organizações/proponentes abaixo foram classificadas de acordo com os votos recebidos, após apreciação dos projetos pelos conselheiros presentes na reunião ordinária dia 27 de agosto de 2026, tendo sido estabelecida a seguinte classificação:

1º Lugar - Semeando o Futuro: educação, esporte, meio ambiente – plantando o hoje, semeando o amanhã – Associação Missão Semear.
2º Lugar - Música que Transforma: percursos de equidade, desenvolvimento integral e proteção social por meio da musicalização na educação em tempo integral – Secretaria Municipal de Educação.
3º Lugar - Projeto tempo de cuidar: acesso que transforma, desenvolvimento que não pode esperar – Secretária Municipal de educação.

Diante disso, o Projeto Semeando o Futuro: educação, esporte, meio ambiente – plantando o hoje, semeando o amanhã – Associação Missão Semear, foi o projeto selecionado e será inscrito na Plataforma do Edital Itaú 2026.

São José de Mipibu/RN, 04 de Agosto de 2026.

ALINNE ISTEICE DE SOUSA BELO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:7347E21A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 426/2026, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	01 de setembro de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento

Viagem a Natal/RN, no dia 02 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 01 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:88B3D00F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 427/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	02 de setembro de 2026.	310,00	155,00

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 03 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 02 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:029146D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 428/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FRANCYJUNIOR MEIRA DOS SANTOS**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	02 de setembro de 2026	310,00	155,00

TOTAL

R$ 155,00

() 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem à Natal/RN, no dia 03 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 02 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:344553B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 429/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	02 de setembro de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 03 de setembro de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 02 de setembro de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Alline Dantas de Medeiros
Código Identificador:78709C74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 160, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Edital nº 001/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, alínea *a*, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público promovido pelo INSTITUTO IGEDUC - CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE, conforme o Edital nº. 001/2025, **HOMOLOGADO** pela Portaria de Homologação nº 030/2026, publicado na FEMURN de 13 de fevereiro de 2026.
CONSIDERANDO que o candidato aprovado atendeu às exigências apontadas na Portaria nº 137 de 04 de agosto de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande Norte, edição nº 3849, de 05 de agosto de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º – Nomear **LUCAS FREDERYCO JOHN MOTA DANTAS** para o cargo de provimento efetivo de **PROF. POLIVALENTE (ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS)**, em conformidade com a Complementar Municipal 119/2025 de 15 de maio de 2025, alteradas pelas Leis Complementar nº 121/2025 e Lei Complementar nº 122/2025;
Art. 2º – Convocar o candidato ora nomeado para tomar posse no referido cargo no prazo de trinta dias a partir da publicação desta Portaria.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de setembro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:FFCE1C7D

GABINETE DO PREFEITO
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN Nº 064/2026

Assunto: Inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
Decisão: Autorização para Inexigibilidade de licitação

Trata-se de pretensão para Inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso II do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, para a **Contratação dos serviços de apresentação artístico-musical dos artistas e bandas destinada à realização da Festa de São José 2026.**
A aludida contratação visa ao atendimento da demanda formalizada pela **Secretaria Municipal da Juventude, do Esporte e do Lazer**.
Foram elaborados o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência - TR.
O pesquisador oficial do Município realizou cotação de preços junto aos artistas, por empresas de suas titularidades, tendo obtido o valor total de **R$ 508.000,00** (quinhentos e oito mil reais).
O Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a Pesquisa de Mercado foram aprovados pelo Exmº Sr Prefeito Municipal.
A **Assessoria Jurídica Especializada em Licitações e Contratos** deste Município analisou os aspectos legais e regulamentares da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente por meio de Parecer Jurídico.
Foi informado, através do Termo de Referência, que há disponibilidade orçamentária no exercício de **2026** para custear a despesa.
Eis o que cumpre relatar.
Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, à luz da legislação e do interesse público.
Ab initio, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos no **decreto municipal Nº 416, DE 03 de janeiro de 2024,** que dispõe sobre a processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, no âmbito do **Município de São José do Seridó/ RN**.
São requisitos formais para o processo sob análise:
Formalização da demanda: o inciso I do artigo 72 da NLL determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o art. 1º, I do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Termo de Referência: todos os processos de contratação direta necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do art. 72 da NLL e, por força do art. 1º, I do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Valor estimado da contratação: exigência legal do inciso II do art. 72 da Nova Lei de Licitações, é disciplinado internamente pelo art. 1º, II do **Decreto Municipal Nº 416/2024;**
Parecer jurídico: previsto no inciso III do art. 72 da NLL e indispensável para as contratações do **Município de São José do Seridó/ RN**, conforme disposto no art. 1º, III do **Decreto Municipal Nº 416/2024;**
Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários: o inciso IV do art. 72 da NLL requer a "demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido", formalidade também prevista no art. 1º, IV do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Requisitos de habilitação e qualificação: a comprovação de que as empresas empresárias exclusivas das atrações artísticas preenchem os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme previsão do inciso V do art. 72 da NLL, formalidade também prevista no art. 1º, V do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.
Razão de escolha do contratado: a razão de escolha das **atrações**, para atendimento ao disposto no inciso VI do art. 72 da Nova Lei de Licitações, pode ser verificada no item **7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO** do Estudo Técnico Prelimitar. Tal critério encontra amparo no inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021 e, consoante dito, fundamentará a escolha do contratado.

Justificativa de preço: o preço estará devidamente justificado, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da NLL e do art. 1º, VII do **Decreto Municipal Nº 416/2024**.

Autorização da autoridade competente: a autorização da autoridade competente para a contratação direta, prevista no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 1º, VIII do **Decreto Municipal Nº 416/2024**, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.

Divulgação da autorização de contratação direta: em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da NLL, e no art. 9º, §5º do **Decreto Municipal Nº 416/2024**, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.

Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, **todos os requisitos formais estabelecidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021 foram cumpridos – ou serão cumpridos oportunamente.**

***Conclusio,* não vislumbra qualquer pendência a ser sanada neste momento da instrução processual.**

Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.

A equipe de planejamento, no **Termo de Referência**, assim caracterizou o objeto da contratação:

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

*1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a **Contratação dos serviços de apresentações artístico-musicais destinadas a realização da Festa do Padroeiro São José de 2026,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

ITEM	*DESCRIÇÃO*	*UNID*	*QUANT*
01	*Apresentação artística musical dos artistas **"Hugo & Heitor"**, com **02:00 (duas horas) de duração**, com início às **12:00 h 20 de setembro de 2026**, na **Cavalgada Ernesto Macedo**, a ser realizada no **Ginásio Poliesportivo Pedro Laurentino de Medeiros***	*Apresentação*	*1*
02	*Apresentação artística musical da banda **"Banda Feras"**, com **02:00 h (duas horas) de duração**, com início às **16:30 h 20 de setembro de 2026,** na **Feirinha de São José**, a ser realizada na **Praça de Eventos Edilza Dias**.*	*Apresentação*	*1*
03	*Apresentação artística musical da banda **"Banda Cheiro de Amor"** com **01:30 (uma hora e meia) de duração**, com início às **19:00 h 20 de setembro de 2026,** na **Feirinha de São José**, a ser realizada na **Praça de Eventos Edilza Dias**.*	*Apresentação*	*1*
04	*Apresentação artística musical da banda **"Banda Circuito Musical"** com **01:30 (uma hora e meia) de duração**, com início às **22:00 h 25 de setembro de 2026,** a ser realizada na **Praça de Eventos Edilza Dias**.*	*Apresentação*	*1*
05	*Apresentação artística musical da artista **"Solange Silva"** com **02:00 (duas horas) de duração**, com início às **22:00 h 26 de setembro de 2026,** a ser realizada na **Praça de Eventos Edilza Dias.***	*Apresentação*	*1*
06	*Apresentação artística musical do artista **"Victor Santos"**, com **01:30 (uma hora e meia) de duração**, com início às **00:30 h 27 de setembro de 2026,** a ser realizada na **Praça de Eventos Edilza Dias**.*	*Apresentação*	*1*

1.2 O prazo de vigência da contratação é seis (06) meses, contados a partir da data de assinatura do Contrato Administrativo, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

No mesmo documento, a necessidade da contratação foi assim justificada:

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação de apresentações artístico-musicais para as festividades culturais em homenagem ao Padroeiro São José justifica-se pela relevância histórica, cultural, social e econômica que o evento representa para o Município de São José do Seridó/RN. Tradicionalmente realizada há várias décadas, a festa constitui uma das mais importantes manifestações culturais do calendário municipal, preservando costumes, fortalecendo a identidade local e valorizando o patrimônio cultural imaterial da comunidade.

2.2 Além de seu caráter religioso e cultural, o evento promove a integração social, proporcionando momentos de convivência entre os munícipes, visitantes, familiares e amigos, fortalecendo os vínculos comunitários e incentivando a participação popular em atividades culturais acessíveis a toda a população.

2.3 A realização de apresentações artístico-musicais é indispensável para a composição da programação oficial das festividades, contribuindo para ampliar a participação do público e oferecer opções diversificadas de entretenimento, contemplando diferentes estilos musicais e públicos de variadas faixas etárias. A contratação de artistas locais, regionais e nacionais também representa importante instrumento de valorização da cultura, da produção artística e da economia criativa, fomentando a difusão das manifestações culturais e incentivando o desenvolvimento do setor.

2.4 Sob o aspecto econômico, as festividades exercem significativo impacto na economia local, promovendo o aquecimento do comércio, da rede hoteleira, dos serviços de alimentação, do transporte, do turismo e do comércio informal, gerando oportunidades de emprego e renda para diversos segmentos econômicos do município e da região.

2.5 Ressalta-se que as contratações observarão rigorosamente os princípios da administração pública e os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às hipóteses legais de contratação direta de profissionais do setor artístico, mediante comprovação de consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, bem como por intermédio de empresário exclusivo, quando exigido pela legislação aplicável.

2.6 Dessa forma, a contratação das apresentações artístico-musicais mostra-se necessária para assegurar a realização das festividades em homenagem ao Padroeiro São José, garantindo uma programação cultural de qualidade, preservando as tradições locais, promovendo o acesso democrático à cultura, incentivando a participação popular e contribuindo para o desenvolvimento econômico, turístico e social do Município de São José do Seridó/RN.

O processo veio à Autoridade Superior para aprovação e autorização da **contratação direta por inexigibilidade de licitação**.

Quanto à legislação aplicável, o **inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021** permite à Administração **inexigir** a licitação para:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública".

Assim, no presente caso, entende-se possível a utilização da contratação direta conferida pelo legislador, visto que se configura a **inviabilidade de competição diante da contratação dos cantores, por ser a arte personalíssima sem padrão de comparação objetiva entre os artistas**.

Ademais, por meio do Parecer Jurídico, a **Assessoria Jurídica Especializada em Licitações e Contratos** concluiu pela regularidade jurídica do procedimento de inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Ante todo o exposto, diante da manifestação jurídica, bem como da documentação carreada aos autos, **não se vislumbra óbice à presente contratação,** onde delibero nos seguintes termos:

AUTORIZO, com fulcro no inciso II do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por INEXIGIBILIDADE de licitação ora pretendida;

ADJUDICO o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

Por conseguinte, **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho em favor das empresas de titularidade dos cantores:

HUGO E HEITOR SHOWS E EVENTOS LTDA - CNPJ nº 27.999.079/0001-62, no valor de **R$ 20.000,00** (vinte mil reais), para apresentação da Banda "**Hugo & Heitor**";

LINDINEIDE ARAÚJO GOMES DE ASSIS - CNPJ nº 70.143.920/0001-44, no valor de **R$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), para apresentação da Banda "**Feras**";

BAHIA MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - CNPJ Nº 35.323.970/0001-02, no valor de **R$ 160.000,00** (cento e sessenta mil reais), para apresentação da Banda "**Cheiro de Amor**";

F. IVO DE MACEDO PRODUÇÃO DE EVENTOS DE FESTAS LTDA - CNPJ nº 27.141.623/0001-30, no valor de **R$ 120.000,00** (cento e vinte mil reais), para apresentação da Banda "**Circuito Musical**";

C A DE SOUSA PRODUÇÃO E EVENTOS - CNPJ nº 29.627.818/0001-10, no valor de **R$ 10.000,00** (dez mil reais), para apresentação da artista "**Solange Silva**"; e
VS EVENTOS E SHOWS LTDA - inscrita no CNPJ nº 40.817.396/0001-89, no valor de **R$ 148.000,00** (cento e quarenta e oito mil reais), para apresentação do artista "**Victor Santos**".
Convoquem-se as empresas para a assinatura dos Contratos Administrativos.

São José do Seridó/ RN, 03 de setembro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:CB113E55

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 112/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 04/2026 - CC MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

Contratante: **Prefeitura Municipal de São Miguel**
CNPJ: **08.355.463/0001-88**

Contratada: **BOBO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**
CNPJ: **35.341.731/0001-85**

Objeto: **EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM ESTRADAS VICINAIS**
Valor do Contrato**: R$ 352.840,20 (trezentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e quarenta reais e vinte centavos)**

Fontes de Recurso:
548 - 2 . 2006 . 15 . 451 . 103 . 1.26 . 0 . 449051 - Obras e Instalações
549 - 2 . 2006 . 15 . 451 . 103 . 1.26 . 0 . 449051 - Obras e Instalações

Início da Vigência: **02/09/2026**
Final da Vigência: **01/09/2027**
Assinatura: **02/09/2026**

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:661B37A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA FRACASSADA Nº 021/2026

O Município de São Paulo do Potengi/RN, por intermédio de seu Operador de Compra Direta, no uso de suas atribuições legais, torna público que a **Dispensa Eletrônica nº 021/2026,** cujo objeto foi a Aquisição de uma motocicleta destinados a atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos, bem como das demais Secretarias Municipais, foi declarada **FRACASSADA.** A decisão se deu em razão da inabilitação dos fornecedores participantes, motivada por não atenderem integralmente às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência e não encaminharem a documentação solicitada dentro do prazo concedido em diligência. O processo encontra-se devidamente registrado no Portal de Compras Públicas, podendo ser consultado pelos interessados para fins de transparência e controle.

São Paulo do Potengi/RN, 03 de setembro de 2026.

MARCOS DIEGO DIAS DA SILVA
Operador de Compra Direta

Publicado por:
Marcos Diego Dias da Silva
Código Identificador:F0D087C8

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2026

O Município de São Paulo do Potengi/RN (Prefeitura Municipal)**,**através de seu agente de contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que promoverá em **21 de setembro de 2026 (segunda-feira), às 09:00**, no Portal de Compras Públicas**:** www.portaldecompraspublicas.com.br o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**, visando Registro de Preços para contratação de empresa para serviços de sonorização e propaganda volante em carro de som, destinados as divulgações de ações institucionais, campanhas, convocações, audiências públicas, avisos, comunicados oficiais, eventos, orientações administrativas e demais informações de interesse da Administração Pública Municipal, atendendo as demandas das Secretarias e Prefeitura do Município de São Paulo do Potengi/RN, conforme especificações contidas no Anexo I. O Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal, à Rua Bento Urbano, 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 13h00min, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou através do e-mail: licitacao@saopaulodopotengi.rn.gov.br.

São Paulo do Potengi/RN, 03 de setembro de 2026.

JACKSON ARAÚJO DUARTE
Agente de Contratação

Publicado por:
Jackson Araujo Duarte
Código Identificador:765B0390

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
ERRATA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-SRP

Processo Administrativo nº 1016/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 031/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 008/2026-SRP, tendo em vista a identificação de divergências materiais na elaboração da Ata de Registro de Preço, resolve publicar a presente ERRATA, para fins de correção dos itens e valores nela consignados.

1. DA CORREÇÃO DOS ITENS DO AGRUPAMENTO 04

Na versão originalmente elaborada da Ata de Registro de Preços nº 031/2026, foram identificadas divergências na composição do Agrupamento 04.

O item 19 foi registrado com valor unitário incorreto e o item 21 não constou da relação de itens. Assim, para que o instrumento reflita corretamente os dados do resultado da licitação e da proposta vencedora, passam a prevalecer os seguintes dados:

Item	Código - Descrição	Qtd.	Preço Unit. (R$)	Vlr. Total (R$)
19	0008311 - BONE MODELO TRUCKER: tamanhos unicos regulaveis, conforme solicitacao da Secretaria, com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria (sublimacao frente e lateral), cores a definir.	380	25,550	9.709,00
21	0015377 - MOCHILA Confeccionada com lona 10: 100% algodao, em cores variadas, com as bordas virada colada e rebatida com 2 divisoes distintas agrupadas, sendo o maior medindo 50 cm de altura por 35 cm de largura com 12 cm de fundo, 2 divisao medindo 42 cm de altura por 30 cm por 05 cm de fundo, todas as divisoes	80	95,110	7.608,80

	com fechamento em ziper Opcao de tres alcas (costas, mao e ombro).			

Valor correto do Agrupamento 04: R$ 50.448,88 (cinquenta mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

2. DA CORREÇÃO DO VALOR GLOBAL DA ATA

Em razão da conferência dos valores e da necessidade de correção do valor global constante da Ata de Registro de Preço, fica expressamente retificado o valor global do instrumento, que passa a ser de: **R$ 453.290,08 (quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa reais e oito centavos)**

Dessa forma, onde constar na Ata de Registro de Preços nº 031/2026 o valor global de R$ 472.114,08 (quatrocentos e setenta e dois mil, cento e quatorze reais e oito centavos), inclusive no item 2.2, deverá ser considerado, para todos os efeitos, o valor correto de R$ 453.290,08 (quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa reais e oito centavos).

3. QUADRO SINTÉTICO DAS CORREÇÕES

Referência	Constou	Correto	Observação
Item 19 – Preço unitário	R$ 95,110	R$ 25,550	Correção do preço unitário
Item 19 – Valor total	R$ 36.141,80	R$ 9.709,00	Decorrência da correção do preço unitário
Item 21	Não constou	0015377 – MOCHILA	Inclusão do item correto
Item 21 – Quantidade	Não constou	80	Inclusão do quantitativo correto
Item 21 – Preço unitário	Não constou	R$ 95,110	Inclusão do preço unitário correto
Item 21 – Valor total	Não constou	R$ 7.608,80	Inclusão do valor total correto
Agrupamento 04	R$ 69.272,88	R$ 50.448,88	Correção da composição do agrupamento
Valor global da ARP	R$ 472.114,08	R$ 453.290,08	Correção do valor global do instrumento

4. RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas, condições, especificações, quantitativos e preços da Ata de Registro de Preços nº 031/2026 que não tenham sido expressamente alterados pela presente Errata.

A presente Errata passa a integrar a Ata de Registro de Preços nº 031/2026 para todos os fins de direito, devendo ser observada em conjunto com o instrumento original, prevalecendo as informações ora corrigidas em caso de divergência.

São Paulo do Potengi/RN, 02 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Pelo Órgão Gerenciador

RICARDO FERREIRA DA ROCHA
CPF. 500.xxx.xxxx-00
Pelo Fornecedor

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:F1F1F011

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 329, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA O CAPUT DO ART. 7º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 154, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2023, QUE DISPÕE ACERCA DO PROCEDIMENTO PARA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar a base de cálculo da margem consignável aplicável aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que a consignação facultativa depende de autorização prévia e expressa do servidor e deve observar os limites estabelecidos na legislação aplicável;

CONSIDERANDO a competência do Poder Executivo para organizar e disciplinar os procedimentos operacionais da folha de pagamento municipal;

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 7º do Decreto Municipal nº 154, de 3 de fevereiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 7º A soma das consignações voluntárias representativas e demais facultativas de cada consignado, previstas nos arts. 4º e 5º deste Decreto, não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do salário ou vencimento bruto do servidor, constituindo, assim, a margem consignável da remuneração.
§ 1º a 4º (mantidos)." (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os §§ 1º a 4º do art. 7º e as demais disposições do Decreto Municipal nº 154, de 3 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 31 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:A16648D5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 330, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Regulamenta, no âmbito do Município de São Paulo doPotengi/RN, os procedimentos decorrentes da dispensa de alvarás e licenças de funcionamento do Microempreendedor Individual - MEI, disciplina a gratuidade dos atos correlatos e estabelece providências administrativas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no exercício das atribuições que lhe conferem os arts. 71, incisos II, IV e VII, e 93, inciso I, alíneas "a" e "o", da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO os princípios da livre iniciativa e do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte previstos nos arts. 170, inciso IX, e 179 da
Constituição Federal;

CONSIDERANDO o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que reduz a zero os custos relativos à abertura, inscrição, registro, funcionamento, alvará, licença, cadastro, alterações, baixa, encerramento, vistoria e fiscalização do Microempreendedor Individual;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que instituiu a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Redesim;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e a necessidade de reduzir exigências administrativas sem afastar o cumprimento dos requisitos materiais
aplicáveis às atividades econômicas;

CONSIDERANDO a Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018, especialmente na redação conferida pela Resolução CGSIM nº

59, de 12 de agosto de 2020, que instituiu o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento e reconheceu o CCMEI como documento hábil para comprovar a dispensa;

CONSIDERANDO os arts. 9º, 30 a 40 e 77 da Lei Municipal nº 1.075, de 6 de junho de 2022, que estabelecem tratamento diferenciado aos pequenos negócios, simplificação dos procedimentos, fiscalização orientadora e regulamentação administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos dos órgãos municipais, eliminar cobranças incompatíveis com a legislação nacional e preservar o exercício regular do poder de polícia;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de São Paulo do Potengi/RN, os procedimentos decorrentes da dispensa de alvarás e licenças de funcionamento concedida ao Microempreendedor Individual - MEI pela legislação nacional, bem como a gratuidade dos atos administrativos correlatos.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I -Microempreendedor Individual - MEI: o empresário individual que atenda aos requisitos do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e esteja regularmente enquadrado no Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional - SIMEI;
II -CCMEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, emitido eletronicamente pelo Portal do Empreendedor, documento hábil para comprovar o registro, o enquadramento e a vigência da dispensa de alvarás e licenças de funcionamento;
III -Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa: declaração eletrônica por meio da qual o MEI afirma conhecer e cumprir os requisitos legais aplicáveis à atividade, autoriza a inspeção do local e reconhece a possibilidade de cancelamento da dispensa em caso de irregularidade;
IV- dispensa de alvarás e licenças de funcionamento: desnecessidade de obtenção ou apresentação prévia desses atos para início e continuidade das ocupações permitidas ao MEI, sem exoneração do cumprimento dos requisitos materiais aplicáveis;
V- requisitos materiais: normas sanitárias, ambientais, tributárias, urbanísticas, edilícias, de posturas, segurança pública, prevenção contra incêndio e pânico, atividades domiciliares, acessibilidade e restrições ao uso de espaços públicos aplicáveis ao local e à atividade;
VI- órgão fiscalizador competente: o órgão ou entidade municipal ao qual a legislação atribua poder de polícia sobre o requisito material objeto da fiscalização.

Art. 3º. O MEI fica dispensado de obter e apresentar alvará municipal de localização e funcionamento e licenças municipais de funcionamento, a partir da inscrição ou alteração cadastral no Portal do Empreendedor, mediante concordância com o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa.

§ 1º A dispensa abrange as ocupações permitidas ao MEI e permanece válida enquanto forem mantidos o enquadramento e a regularidade cadastral correspondentes.
§ 2º O Município não exigirá alvará, certificado, declaração ou documento municipal substitutivo da dispensa prevista no caput.
§ 3º A dispensa não impede a inscrição tributária municipal nem o cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias legalmente exigíveis.

Art. 4º.O CCMEI vigente constitui prova suficiente do registro, do enquadramento e da dispensa de alvarás e licenças de funcionamento perante os órgãos e entidades municipais e terceiros, ressalvada a verificação de autenticidade e da situação cadastral nos sistemas oficiais.

Parágrafo único. Quando o resultado relativo à inscrição tributária ou à dispensa não puder ser verificado no CCMEI por ausência de integração dos sistemas, o interessado obterá a informação perante o órgão municipal competente, sem cobrança e sem exigência de novo ato de liberação.

Art. 5º. A dispensa não afasta o dever do MEI de observar permanentemente os requisitos materiais aplicáveis à atividade e ao local, inclusive os previstos na legislação federal, estadual e municipal.

§ 1º O exercício da atividade em imóvel residencial não altera a destinação predominantemente residencial nem autoriza ocupação incompatível com a legislação urbanística ou condominial.
§ 2º A dispensa não autoriza uso privativo de bem público, ocupação de calçada, comércio ambulante ou instalação de equipamentos em espaço público sem o título exigido pela legislação específica.
§ 3º Permanecem exigíveis autorizações de natureza pessoal, profissional, dominial ou operacional que não constituam alvará ou licença de funcionamento abrangidos pela disciplina nacional do MEI.

Art. 6º. As vistorias destinadas a verificar os requisitos relacionados à dispensa serão realizadas após o início da operação da atividade, sem prejuízo da fiscalização a qualquer tempo e da adoção imediata de medidas cautelares diante de risco grave ou iminente à saúde, ao meio ambiente, à segurança ou ao patrimônio.

Art. 7º. A fiscalização municipal terá natureza prioritariamente orientadora e observará o critério da dupla visita para lavratura de auto de infração, nos termos dos arts. 37 a 40 da Lei Municipal nº 1.075, de 2022.

§ 1º Na primeira visita, constatada irregularidade sanável, será lavrado Termo de Verificação e Orientação, com descrição clara das providências necessárias e fixação de prazo razoável para regularização.
§ 2º A segunda visita terá caráter punitivo quando a irregularidade apontada não for corrigida no prazo concedido, sem justificativa aceita pela autoridade competente.
§ 3º A fiscalização orientadora e a dupla visita não se aplicam nas hipóteses de risco grave ou iminente, reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização, nem quando a natureza da infração exigir providência imediata.
§ 4º Se o prazo for insuficiente, o interessado poderá requerer, antes do seu término, prorrogação motivada ou Termo de Ajuste e Compromisso, quando admitido pela legislação aplicável.

Art. 8º. A fiscalização poderá verificar, entre outros aspectos:

I- a correção do endereço declarado em relação à descrição oficial e à localização efetiva;
II- a possibilidade jurídica e material de exercício das ocupações registradas no local indicado;
III- a manutenção do enquadramento como MEI e a correspondência entre a atividade exercida e as ocupações cadastradas;
IV -o cumprimento dos requisitos sanitários, ambientais, urbanísticos, edilícios, de posturas e de segurança aplicáveis;
V -a veracidade das informações e declarações prestadas.

Art. 9º. Constatada irregularidade que possa acarretar restrição ou cancelamento da dispensa, o órgão competente notificará o MEI para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, salvo prazo diverso previsto em lei especial ou situação de urgência, corrigir a irregularidade, transferir a sede, apresentar documentos ou oferecer defesa.
§ 1º A notificação indicará os fatos, os fundamentos legais, as providências exigidas, o prazo, a autoridade competente e as consequências do descumprimento.
§ 2º A notificação será realizada preferencialmente por meio eletrônico, admitidos os demais meios que assegurem a ciência do interessado.
§ 3º Quando o Município se manifestar contrariamente ao exercício da atividade no endereço informado, será concedido prazo para transferência da sede antes do cancelamento, ressalvada a necessidade de medida cautelar.

§ 4º O prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante requerimento fundamentado apresentado antes de seu término, quando a regularização depender de providência justificadamente complexa.

Art. 10. A defesa será decidida, de forma motivada, pela autoridade máxima do órgão fiscalizador ou por servidor formalmente designado, assegurado recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis, sem efeito suspensivo quando houver risco grave ou iminente.

§ 1º O cancelamento da dispensa somente será determinado após o contraditório, exceto quando indispensável medida cautelar, hipótese em que o interessado será imediatamente notificado e poderá impugná-la.
§ 2º A decisão especificará o alcance da medida, os fundamentos de fato e de direito, as providências para regularização e a forma de recurso.

Art. 11. O cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa será adotado quando comprovado:

I -o não atendimento dos requisitos legais após o prazo concedido;
II -a falsidade ou omissão relevante nas declarações;
III- a impossibilidade de exercício da atividade no local, sem transferência tempestivada sede;
IV- a perda do enquadramento ou o exercício de atividade não admitida para o MEI;
V- outra hipótese expressamente prevista na legislação aplicável.

Art. 12. Tornada definitiva a decisão de cancelamento, o órgão responsável promoverá o
registro e as comunicações aos sistemas integrados e órgãos competentes, observados os
efeitos previstos na Resolução CGSIM nº 48, de 2018, e suas alterações.

Parágrafo único. O cancelamento da dispensa não substitui a apuração autônoma de
infrações, tributos, multas, danos ou responsabilidades eventualmente decorrentes dos
fatos constatados.

Art. 13. Fica vedada, no âmbito municipal, a exigência ou cobrança do MEI de taxas, emolumentos, custos, inclusive prévios ou de renovação, ou valores a qualquer título relativos à abertura, inscrição, registro, funcionamento, alvará, licença, dispensa de icença
ou alvará, cadastro, alteração, baixa, encerramento, vistoria e fiscalização abrangidos pelo art. 4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

§ 1º A vedação alcança os atos praticados pelos órgãos e entidades municipais no exercício das funções de registro, licenciamento, regulamentação, vistoria e fiscalização relacionadas ao MEI.
§ 2º A gratuidade não alcança: I - tributos e contribuições integrantes do regime de recolhimento do MEI; II - multas decorrentes de infrações regularmente apuradas; III - reparação de danos; IV - tarifas ou preços por consumo individualizado de serviços; V - preços decorrentes da utilização facultativa, exclusiva ou especial de bens públicos; VI - serviços privados voluntariamente contratados; e VII - obrigações sem relação direta com os atos enumerados no caput.
§ 3º Nenhuma disposição deste Decreto cria isenção, remissão ou anistia tributária além das hipóteses previstas em lei complementar federal ou em lei municipal específica.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Tributação adotará as providências necessárias para:

I- utilizar o CNPJ como número único de identificação cadastral do MEI, sem prejuízo de controles técnicos indispensáveis;
II -revisar códigos de receita, rotinas e parâmetros dos sistemas para impedir lançamentos incompatíveis com o art. 13;
III- identificar a condição de dispensa mediante consulta ao CCMEI e aos sistemas oficiais;
IV- disponibilizar procedimento gratuito para correção cadastral e impugnação de cobrança indevida;
V- promover, mediante processo administrativo, o cancelamento ou a restituição de valores indevidamente exigidos, observada a legislação tributária.

Art. 15. Os cadastros municipais identificarão o MEI com a expressão "DISPENSADO DE ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO", condicionada à validade do CCMEI, à manutenção do enquadramento e à inexistência de cancelamento comunicado.

Art. 16. A unidade municipal responsável pelo atendimento ao empreendedor, atualmente
denominada Central do Empreendedor e Cidadania, em articulação com a Casa do Empreendedor prevista no art. 9º da Lei Municipal nº 1.075, de 2022, prestará orientação
gratuita ao MEI e auxiliará na consulta ao CCMEI, atualização cadastral e compreensão dos requisitos aplicáveis.

Art. 17. Os órgãos municipais de Tributação, Empreendedorismo, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente, Obras, Urbanismo e Posturas atuarão de forma integrada, dentro de suas
competências, para execução deste Decreto e disponibilização de orientações claras e atualizadas.

Art. 18. Os órgãos competentes poderão editar instruções e orientações administrativas complementares no âmbito de suas atribuições, submetendo previamente à Procuradoria-Geral do Município apenas as questões que demandem exame jurídico.

Art. 19. O tratamento de dados pessoais necessário à execução deste Decreto observará a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, limitando-se às finalidades de cadastro,
orientação, fiscalização e cumprimento de obrigação legal.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, São Paulo do Potengi/RN, 02 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:64B294A6

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

ADJUDICO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro Municipal, referente a licitação Pregão Eletrônico Nº 008/2026. **Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fardamento, destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e dos demais órgãos da Administração do Município de São Paulo do Potengi/RN., e **HOMOLOGO** nos termos do artigo 71, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e Decreto nº 213, de 18 de janeiro de 2024, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir: **V H INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI** - CNPJ: 07.623.886/0001-79, saiu vencedor(a) no(s) Iten(s): 001, 002, 003, 004, 005, 006, 008, 009, 011, 012, 013, 016, 017, 018, 019, 021; totalizando o valor de **R$ 453.290,08 (quatrocentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa reais e oito centavos)**; **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA ME** - CNPJ: 11.886.312/0001-60, saiu vencedor(a) no(s) Iten(s): 007, 010, 014, 015, 020, 022, 023; totalizando o valor de **R$ 92.195,08 (noventa e dois mil, cento e noventa e cinco reais e oito centavos)**.

São Paulo do Potengi - RN, 03 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

***Republicado por rerratificação Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 17/08/2026. Edição 3857, Código Identificador:CC2808F4**

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:80141B62

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
PORTARIA N° 041/2026 – CONVOCAÇÃO PROVA DE VIDA

Convocação para prova de vida anual dos aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São Paulo do Potengi/RN.

DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal Nº 856/2014, de 06 de junho de 2014 e de conformidade com as deliberações do Ministério da Previdência e Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar todos os aposentados e pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São Paulo do Potengi/RN – IPREVSAPP para a realização da **PROVA DE VIDA ANUAL**, observados os procedimentos e prazos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 2º - A Prova de Vida dos aposentados e pensionistas do IPREVSAPP será realizada no período de **10 de setembro de 2026 a 09 de outubro de 2026**, podendo ser efetuada nas seguintes modalidades:

I – Online: o beneficiário poderá realizar a Prova de Vida de forma remota, sem necessidade de comparecimento à sede do IPREVSAPP, por meio do sistema eletrônico disponibilizado pelo Instituto, acessível pelo endereço: **https://iprevsapp.provadevida.app.br/#/**, seguindo as orientações apresentadas no próprio sistema e realizando os procedimentos de identificação solicitados;

II – Presencial: o beneficiário poderá realizar a Prova de Vida diretamente na sede do IPREVSAPP, situada na Rua Potengi, nº 20, Centro, CEP 59460-000, São Paulo do Potengi/RN, de segunda a sexta-feira, das **08h às 13h**, mediante apresentação da documentação exigida nesta Portaria.

§ 1º A Prova de Vida realizada na modalidade online será considerada válida após a conclusão do procedimento no sistema eletrônico e a respectiva confirmação pelo IPREVSAPP.

§ 2º A Prova de Vida realizada na modalidade presencial será registrada pelos servidores responsáveis pelo atendimento, após a conferência da documentação e identificação do beneficiário.

§ 3º A escolha da modalidade de realização da Prova de Vida caberá ao aposentado ou pensionista, observadas as condições e os procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 3º - Para a realização da Prova de Vida na modalidade **presencial**, o aposentado ou pensionista deverá apresentar os seguintes documentos:

I – documento oficial de identificação com foto, em original ou cópia legível, tais como Carteira de Identidade – RG, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Identidade Profissional ou Passaporte válido;
II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
III – comprovante de residência atualizado; e
IV – declaração de não acumulo de benefícios.

§ 1º Os documentos apresentados deverão estar em bom estado de conservação e permitir a adequada identificação do beneficiário.

§ 2º - O comprovante de residência poderá ser apresentado em nome do próprio beneficiário ou, quando estiver em nome de terceiro, deverá ser acompanhado de documento ou declaração que permita comprovar o vínculo ou a residência no endereço informado, a critério do IPREVSAPP.

Art. 4º - Na modalidade online, a identificação do beneficiário será realizada mediante os mecanismos de segurança e validação disponibilizados pelo sistema eletrônico utilizado pelo IPREVSAPP, podendo ser solicitadas informações, imagens, documentos ou outros procedimentos necessários à confirmação da identidade e da vida do beneficiário.

Parágrafo único. A conclusão do procedimento online não dispensa a análise e validação das informações pelo IPREVSAPP, quando necessária.

Art. 5º - A Prova de Vida deverá ser realizada pessoalmente pelo aposentado ou pensionista, seja na modalidade online ou presencial, não sendo admitida sua realização por procurador ou terceiro em nome do beneficiário.

Parágrafo único. O aposentado ou pensionista que, por motivo de saúde, dificuldade de locomoção ou outra situação devidamente justificada, estiver impossibilitado de comparecer presencialmente à sede do IPREVSAPP poderá realizar a Prova de Vida por meio da modalidade online, observados os procedimentos de identificação e validação disponibilizados pelo sistema.

Art. 6º - Na impossibilidade de realização da Prova de Vida pela modalidade online ou presencial, em razão de situação excepcional devidamente justificada, o beneficiário ou seu representante legal deverá comunicar o fato ao IPREVSAPP, que poderá estabelecer procedimento específico para a comprovação da vida, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. O procedimento previsto no caput dependerá de análise e autorização da Diretoria do IPREVSAPP, podendo ser exigida documentação comprobatória da situação apresentada.

Art. 7º - O aposentado ou pensionista que se encontrar **fora do território nacional** poderá realizar a Prova de Vida pela modalidade online, desde que tenha condições de concluir o procedimento de identificação e validação disponibilizado pelo sistema.

Parágrafo único. Caso não seja possível a realização da Prova de Vida pela modalidade online, o beneficiário poderá encaminhar ao IPREVSAPP documentação comprobatória de vida emitida por autoridade consular ou diplomática brasileira, acompanhada dos documentos necessários à sua identificação, observadas as orientações fornecidas pelo Instituto.

Art. 8º - O beneficiário que se encontrar recluso em regime fechado, internado em comunidade terapêutica ou, no caso de pensionista, em cumprimento de medida socioeducativa, deverá comprovar essa situação por meio de declaração ou documento emitido pelo responsável pela instituição ou pela autoridade competente.

Parágrafo único. O IPREVSAPP poderá estabelecer procedimento específico para a realização da Prova de Vida dos beneficiários nas situações previstas no caput, considerando as condições de cada caso.

Art. 9º - Os servidores responsáveis pelo atendimento presencial e pelo recebimento de documentos deverão registrar a realização da Prova de Vida nos sistemas ou controles administrativos utilizados pelo IPREVSAPP, identificando-se mediante carimbo, assinatura ou outro meio de identificação funcional adotado pelo Instituto.

Art. 10º - O IPREVSAPP poderá utilizar mecanismos de identificação biométrica, fotográfica, documental, tecnológica ou outros meios

disponíveis para confirmação da identidade e da Prova de Vida dos beneficiários.

Art. 11º - O IPREVSAPP poderá requisitar informações ou documentos complementares, realizar diligências e adotar outros procedimentos necessários à confirmação da identidade, do vínculo previdenciário e da condição de vida do beneficiário.

Parágrafo único. As diligências previstas neste artigo poderão ser realizadas de forma presencial ou por meios eletrônicos, conforme a necessidade e as circunstâncias de cada caso.

Art. 12º - Os beneficiários que não realizarem a Prova de Vida dentro do período estabelecido no art. 2º serão notificados pelo IPREVSAPP para que procedam à regularização no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único. A notificação poderá ocorrer por qualquer meio de comunicação que permita comprovar a ciência do beneficiário, de seu representante legal ou de pessoa devidamente autorizada.

Art. 13º - Transcorrido o prazo previsto no art. 12 sem que o beneficiário tenha realizado a Prova de Vida ou apresentado justificativa aceita pelo IPREVSAPP, o pagamento do benefício poderá ser **suspenso**, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, mediante publicação do respectivo ato no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN e abertura de processo administrativo individual, com registro das tentativas de notificação e demais documentos pertinentes.

Parágrafo único. O restabelecimento do pagamento ficará condicionado à regularização da Prova de Vida, observados os procedimentos estabelecidos pelo IPREVSAPP.

Art. 14º - A Diretoria do IPREVSAPP realizará, anualmente, a convocação dos aposentados e pensionistas para a realização da Prova de Vida, mediante publicação de Portaria ou Edital no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN e, quando cabível, nos canais oficiais de comunicação do Instituto.

Art. 15º - Os procedimentos de Prova de Vida realizados por meio eletrônico deverão observar as medidas de segurança necessárias à proteção dos dados pessoais e das informações dos beneficiários, nos termos da legislação aplicável.

Art. 16º - Os casos omissos e as situações não previstas nesta Portaria serão analisados e decididos pela Diretoria do IPREVSAPP, observada a legislação vigente e, quando necessário, as deliberações do Conselho Deliberativo.

Art. 17º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi-RN, 03 de setembro de 2026.

FRANCISCO GENILSON DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do IPREVSAPP
Portaria nº 014/2025

Publicado por:
Paulo Roberto Macedo de Araújo Filho
Código Identificador:B931EC40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2024 - TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI. **CONTRATADO(A)**: ENGENHARIA QUALITY LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 30.399.726/0001-00. **OBJETO**: O presente instrumento tem como objeto a Contratação dos serviços de engenharia para execução das obras de reforma e ampliação da Escola Municipal Professora Francisca Azevedo no Município de São Paulo do Potengi/RN. **DO VALOR:** Pelo presente Termo Aditivo a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R$ 113.854,05 (cento e treze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), acréscimo este correspondente a 22,24% do valor originalmente contratado, em conformidade com a planilha descritiva, cronograma de execução do setor de engenharia e parecer jurídico. O contrato passará a totalizar o valor de R$ 751.745,79 setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e nove centavos). **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL**: A celebração deste Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços está prevista no Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Paulo do Potengi/RN, em 02 de setembro de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO –
Prefeito – Contratante e

MARCOS WILLIAN BEZERRA DE ANDRADE,
P/ Contratada.

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:3F585CF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 073/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3389/2025

Termo de Extinção por Mútuo Acordo do Contrato de Locação de Imóvel nº 073/2025, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 031/2025, cujo objeto é a Locação de um imóvel localizado a rua Otávio Lamartine, n° 441, Bairro Antônio Gomes, São Paulo do Potengi/RN – CEP 59.460-000, para o funcionamento de uma fábrica de costura da empresa RN Comercial e Representação – CNPJ nº 59.419.121/0002-04, locação amparada pela Lei Municipal n° 1.114 de 20 de abril de 2023, Programa de Incentivo a Geração de Emprego e Renda (PROINGER) e Lei Municipal n° 1.189 de 31 de outubro de 2024. Documento este firmado com o MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, com sede à Rua Bento Urbano, nº 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o número 08.079.774/0001-61, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, de outra parte a senhora MARIA JOYCE KAYNARA DE MACEDO COSTA, brasileira, inscrita no CPF sob o n°XXX.704.404-XX, doravante designada CONTRATADA, conforme a seguir estipulado:

Diante do exposto, com apoio e base legal nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, em atendimento as disposições, e considerando que a EXTINÇÃO contratual junto a CONTRATADA vem se efetivar para cumprimentos de interesse público do Governo Municipal, **RESOLVE** rescindir a partir da assinatura do presente termo, o Contrato de Locação nº 073/2025, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI e a senhora MARIA JOYCE KAYNARA DE MACEDO COSTA.

São Paulo do Potengi/RN, 14 de agosto de 2026.

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO -
Prefeito Municipal – Contratante

Publicado por:
Bruno José de Araújo Lima
Código Identificador:8A54B003

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 018/2026

DECRETO Nº 018/2026

Decreta ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal, com exceção dos serviços essenciais, e dá outras providências.

O SENHOR LINDBERGH FERNANDES DE ARAÚJO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nos Órgãos da Administração Pública do Município de São Pedro/RN,no dia 04 de setembro de 2026, alusivo à realização do desfile cívico local,exceto para os serviços essenciais de Saúde, Segurança Pública e Serviços Urbanos, que deverão manter seu funcionamento normal.

Art. 2º Durante a data mencionada no artigo anterior, os serviços de Saúde, Segurança Pública e Serviços Urbanos deverão ser garantidos, a fim de atender as necessidades da população.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos nas datas mencionadas no art. 1°, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Pedro/RN, 02 de setembro de 2026.

LINDBERGH FERNANDES DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Isis da Silva Franco
Código Identificador:56E416DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1255/2026 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, UMA ÁREA DE TERRA SITUADA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN, PARA FINS DE ACESSO A UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 5º do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, e do art. 81 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel (um terreno) situado na Vila São Francisco, zona rural deste Município de São Tomé/RN, medindo 235,418m², cujo perímetro segue descrito: no vértice P1, de coordenadas em Longitude 36°01'34,262"W, Latitude 05°58'37,790"S e coordenadas em UTM N 9.338.429,37m e E 829.269,86m); Cerca; deste, segue confrontando com SEVERINO XAVIER FILHO, no azimute de 170°39'21", na distância de 26,44 m; até o vértice P2, de coordenadas em Longitude 36°01'34,118"W, Latitude 05°58'38,637"S e coordenadas em UTM N 9.338.403,29m e E 829.274,15m; Cerca; deste, segue confrontando com LETICIA RUTYELE DE LIMA FÉLIX BARBOSA, no azimute de 264°51'34", na distância de 5,21 m; até o vértice P3, de coordenadas em Longitude 36°01'34,286"W, Latitude 05°58'38,654"S e coordenadas em UTM N 9.338.402,82m e E 829.268,96m; Cerca; deste, segue confrontando com PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, no azimute de 264°51'34", na distância de 3,79 m; até o vértice P4, de coordenadas em Longitude 36°01'34,409"W, Latitude 05°58'38,665"S e coordenadas em UTM N 9.338.402,48m e E 829.265,19m; Cerca; deste, segue confrontando com JOSÉ FLÁVIO DE ANDRADE, no azimute de 350°11'00", na distância de 25,42 m; até o vértice P5, de coordenadas em Longitude 36°01'34,554"W, Latitude 05°58'37,851"S e coordenadas em UTM N 9.338.427,53m e E 829.260,85m; Cerca; deste, segue confrontando com RUA JOSÉ DE TUNILA, no azimute de 78°25'50", na distância de 9,19 m, até o vértice P1, fechando assim o perímetro acima descrito, totalizando o perímetro de 70,05 m, determinando a área total de 235,418 m².

Art. 2º. O imóvel a que se refere o artigo anterior será utilizado para construção do acesso a UBS – Unidade Básica de Saúde destinada à população da comunidade Vila São Francisco e entorno.

Art. 3º. A desapropriação de que cuida este Decreto será levada a efeito através de ação judicial, com observância das normas inscritas nos artigos 11 a 30, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, caso a sua efetivação não resulte de acordo, celebrado nos moldes estabelecidos pelo art. 10, *caput*, do mencionado diploma normativo.

Art. 4º. Com eventual propositura da ação em via judicial, para consumar a desapropriação, o Município de São Tomé/RN se reserva ao direito de formular alegação de urgência, para o fim de imitir-se, provisoriamente, na posse do bem a que se refere o art. 1º.

Art. 5º. Uma vez consumada a desapropriação, ou a imissão provisória na posse, o bem a que se refere o art. 1º deste Decreto ficará vinculado, para fins de administração, à propriedade patrimonial do Município de São Tomé/RN, que, a partir da declaração de utilidade pública, poderá, através dos seus agentes para tanto dotados de competência funcional, ter domínio das suas dependências, para os fins previstos no art. 7º, do Decreto-Lei Federal nº. 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 6º. A Procuradoria-Geral do Município fica autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que cuida este Decreto.

Art. 7º. As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

São Tomé/RN, 25 de agosto de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:CE22C998

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1256/2026 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, UMA ÁREA DE TERRA SITUADA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN, PARA FINS DE ACESSO A UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 5º do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, e do art. 81 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel (um terreno) situado na Vila São Francisco, zona rural deste Município de São Tomé/RN, medindo 200,000m², cujo perímetro segue descrito: no vértice P1, de coordenadas em Longitude 36°01'34,286"W, Latitude 05°58'38,653"S e coordenadas

em UTM N 9.338.402,83m e E 829.268,98m); Cerca; deste, segue confrontando com LETICIA RUTYELE DE LIMA FÉLIX BARBOSA, no azimute de 173°16'50", na distância de 20,00 m; até o vértice P2, de coordenadas em Longitude 36°01'34,206"W, Latitude 05°58'39,299"S e coordenadas em UTM N 9.338.382,97m e E 829.271,32m; Cerca; deste, segue confrontando com RUA PROJETADA, no azimute de 263°44'16", na distância de 10,00 m; até o vértice P3, de coordenadas em Longitude 36°01'34,529"W, Latitude 05°58'39,336"S e coordenadas em UTM N 9.338.381,88m e E 829.261,38m; Cerca; deste, segue confrontando com TRAVESSA PROJETADA, no azimute de 353°16'50", na distância de 13,54 m; até o vértice P4, de coordenadas em Longitude 36°01'34,583"W, Latitude 05°58'38,899"S e coordenadas em UTM N 9.338.395,33m e E 829.259,79m; Cerca; deste, segue confrontando com JOAQUIM XAVIER DA SILVA, no azimute de 353°16'50", na distância de 6,46 m; até o vértice P5, de coordenadas em Longitude 36°01'34,608"W, Latitude 05°58'38,690"S e coordenadas em UTM N 9.338.401,74m e E 829.259,04m; Cerca; deste, segue confrontando com JOSÉ FLÁVIO DE ANDRADE, no azimute de 83°43'48", na distância de 6,21 m; até o vértice P6, de coordenadas em Longitude 36°01'34,408"W, Latitude 05°58'38,667"S e coordenadas em UTM N 9.338.402,42m e E 829.265,21m; Cerca; deste, segue confrontando com PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ, no azimute de 83°43'48", na distância de 3,79 m, até o vértice P1, fechando assim o perímetro acima descrito, totalizando o perímetro de 60,00 m, determinando a área total de 200,000 m².

Art. 2º. O imóvel a que se refere o artigo anterior será utilizado para construção do acesso a UBS – Unidade Básica de Saúde destinada à população da comunidade Vila São Francisco e entorno.

Art. 3º. A desapropriação de que cuida este Decreto será levada a efeito através de ação judicial, com observância das normas inscritas nos artigos 11 a 30, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, caso a sua efetivação não resulte de acordo, celebrado nos moldes estabelecidos pelo art. 10, *caput*, do mencionado diploma normativo.

Art. 4º. Com eventual propositura da ação em via judicial, para consumar a desapropriação, o Município de São Tomé/RN se reserva ao direito de formular alegação de urgência, para o fim de imitir-se, provisoriamente, na posse do bem a que se refere o art. 1º.

Art. 5º. Uma vez consumada a desapropriação, ou a imissão provisória na posse, o bem a que se refere o art. 1º deste Decreto ficará vinculado, para fins de administração, à propriedade patrimonial do Município de São Tomé/RN, que, a partir da declaração de utilidade pública, poderá, através dos seus agentes para tanto dotados de competência funcional, ter domínio das suas dependências, para os fins previstos no art. 7º, do Decreto-Lei Federal nº. 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 6º. A Procuradoria-Geral do Município fica autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que cuida este Decreto.

Art. 7º. As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

São Tomé/RN, 25 de agosto de 2026.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:974E4E1C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
DISTRATO AO TERMO DE CESSÃO Nº 001/2012

DISTRATO DECORRENTE DO TERMO DE CESSÃO Nº 001/2012, CELERADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO VICENTE (CNPJ n.º 08.308.470/0001-29) E A SENHORA DAMIANA MEDEIROS BRIZO SOARES (CPF: 038.XXX.XXX-25) MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO TRANSCRITAS.

Pelo presente instrumento particular de distrato o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE, com sede Praça Joaquim Araújo Filho, 84 – Centro – São Vicente/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.308.470/0001-29, neste ato representada pelo Exma. Sra. Prefeita Municipal JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS (CPF: 031.XXX.XXX-06), de agora em diante denominado DISTRATANTE, e a senhora DAMIANA MEDEIROS BRIZO SOARES (CPF: 038.XXX.XXX-25), Residente e domiciliado na rua Bela Vista, 189 – Bairro da Quixabeira – São Vicente/RN, de agora em diante denominado DISTRATADO, de comum acordo RESOLVEM DISTRATAR, as estipulações firmadas através do processo de CESSÃO DE USO DE QUISQUE PÚBLICO, objeto do TERMO DE CESSÃO nº 001/2012, LOCALIZADO ENTRE AS RUAS Bela Vista e José Emídio de Araújo - Bairro Quixabeira – São Viente/RN, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E CONSIDERAÇÕES DO DISTRATO.

O presente termo tem por objeto o DISTRATO da CESSÃO DE USO DE QUISQUE PÚBLICO, oriunda do TERMO DE CESSÃO nº 001/2012, firmado em 01 de dezembro 2012, cujo objeto é a CESSÃO DE USO DE QUISQUE PÚBLICO.

§ 1º - As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, nas razões de suas faculdades, dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do TERMO DE CESSÃO nº 001/2012, firmado entre elas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo.

§ 2º – Todas as cláusulas e condições contidas no presente restam desde já distratadas. Afirmam por este e na forma de Direito, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato, não havendo quaisquer pendências recíprocas.

§ 3º - Seja em qualquer tempo ou grau de desenvolvimento financeiro de ambas as partes, em função dos termos do presente, fica vedado pleitear judicial ou extrajudicialmente, quaisquer direitos ou pagamentos oriundos da cessão ou concernente ao presente distrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFCATIVA

O presente distrato se justifica por interesse do DISTRATANTE haja vista o desinteresse mútuo na continuação da execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SANÇÕES.

Fica o senhor, ora denominado DISTRATADO, desonerado de qualquer sanção por parte da Administração Pública neste ato denominada DISTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente distrato passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura dele, as quais elegem o foro da cidade de FLORÂNIA/RN, caso ocorra quaisquer dúvidas em relação a este.

Desta forma, dão as partes recíprocas e geral quitação, não mais havendo motivo para se exigirem quaisquer vantagens com alusão ao contrato ora rescindido. E, para firmeza do presente instrumento de distrato, ele foi redigido em duas vias, as quais levam as assinaturas das partes, na presença de duas testemunhas.

Palácio da Luiza, em São Vicente/RN, 02 de setembro de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal
Distratante

DAMIANA MEDEIROS BRIZO SOARES
CPF: 038.XXX.XXX-25
Distratado

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:2F3909EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 369/2026/GAB/PREF, 25 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a WELLINTON ALVES DE SOUZA e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida ¾ de diária ao servidor **WELLINTON ALVES DE SOUZA, Mat. 870**, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos do interesse do Município, no dia 03 de Setembro de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 03 de Setembro de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A033D4CC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 370/2026 – GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 287/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a Empresa: J M A ASSUNÇÃO - ME, CNPJ: 04.966.751/0001-18, o(s) seguinte(s) servidor(es): MARIA SIMARA SOARES DE SANTANA, MAT:1065, CPF: 104.XXX.XXX-89.

Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 03 de setembro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:43158EC0

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL

TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A PARTICULARES PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE QUIOSQUE LOCALIZADO NO MERCADO PÚBLICO.

Pelo presente instrumento particular de Extinção Consensual, o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE, com sede Praça Joaquim Araújo Filho, 84 – Centro – São Vicente/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.308.470/0001-29, neste ato representada pelo Exma. Sra. Prefeita Municipal JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS (CPF: 031.XXX.XXX-06), de agora em diante denominado DISTRATANTE, e a senhora DAMIANA MEDEIROS BRIZO SOARES (CPF: 038.XXX.XXX-25), Residente e domiciliado na rua Bela Vista, 189 – Bairro da Quixabeira – São Vicente/RN, de agora em diante denominado DISTRATADO, de comum acordo RESOLVEM DISTRATAR, as estipulações firmadas através do processo de CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE QUIOSQUE LOCALIZADO NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Extinção Consensual tem por objeto a rescisão/encerramento por expressa disposição das partes, com fuclro na cláusula décima, subclausula 10.3 cumulada com o inciso II, do artigo 138 da Lei 14.133/2021, que trata PERMISSÃO DE USO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BEM PÚBLICO SENDO 01 (UM) PONTO DE ALVENARIA COM PEDRAS DE GRANITO, LAVATÓRIO, TORNEIRA E PONTO DE ENERGIA, LOCALIZADO NO CENTRO DA CIDADE, NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN. Nº 12. PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE COMIDAS E BEBIDAS, representada no instrumento supracitado por Damiana Medeiros Brizo Soares, conforme documentos carreados ao processo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL
2.1. O presente instrumento está amparado na cláusula décima do Contrato de Outorga de permissão de uso de bem público, subscrito em 24 de abril de 2026, a saber:

10.3 Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, as disposições da Lei nº 14.133/2021, e suas posteriores modificações.

2.2. O presente ato administrativo encontra fundamento no inciso II, do artigo 138 da Lei 14.133/2021, *in verbis:*
Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
(...)
II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
3.1. Por força do presente Termo de Extinção, as PARTES signatárias dão por terminado, a partir de 02 de setembro de 2026 O CONTRATO ORIGINAL, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações contratuais assumidas, exceto as remanescentes até a presente data.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO
4.1. A DISTRATANTE providenciará publicação deste instrumento nos termos da legislação vigente.
CLÁUSULA QUINTA - DO FORO
5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Florânia/RN, como competente para dirimir dúvidas e/ou questões resultantes de interpretações e/ou execução do presente instrumento.

E por assim decidir, o presente termo é lavrado e assinado pelo Contratante.

São Vicente/RN , 02 de setembro de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal
Distratante

DAMIANA MEDEIROS BRIZO SOARES
Prefeita Municipal
Distratada

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C421847A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 204/2026-FMS, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a JOHNNY EVERTHON FERNANDES COSTA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **09 (nove) DIÁRIA (s) de ¼ (um quarto) e 03 (três) DIÁRIA (s) de ⅓ CADA,** ao servidor **JOHNNY EVERTHON FERNANDES COSTA,** Mat. 899, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada, sendo 09 (nove) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 03 (três) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 116,66 (cento e dezesseis reais e sessenta e seis centavos), referentes ao mês de maio de 2026, totalizando o valor de **R$ 1137,48 (UM MIL CENTO E TRINTA E SETE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 06 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:2B3E171E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 205/2026-FMS, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária (s) a MARIA DA GUIA DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **MARIA DA GUIA DE MEDEIROS,** Mat. 0060404, ocupante da função de **SUBCOORDENADORA FINANCEIRA**, deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** para participar do encontro **DO SELO UNICEF**, no dia 11 de agosto de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 06 de agosto 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B47E7407

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 206/2026-FMS, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a servidora ANA BEATRIZ DA SILVA, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E
Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **ANA BEATRIZ DA SILVA,** Mat. 1167, ocupante da função **de SUBCOORDENADORA DE INSUMOS HOSPITALARES**, deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **CAICO/RN**, para participar do **156ª REUNIÃO ORDINARIA DA CIR,** no dia 06 de agosto de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 07 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1D0E662D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 207/2026-FMS, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a servidora ELIENE MARLENE DANTAS DE ARAUJO, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **ELIENE MARLENE DANTAS DE ARAUJO,** Mat. 0074, ocupante da função de **A S G**, deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **CAICO/RN**, para participar do **156ª REUNIÃO ORDINARIA DA CIR,** no dia 06 de agosto de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 07 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:05E9C029

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 208/2026-FMS, 07 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a CLEZIO DANTAS DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 DE 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **08 (oito) diárias de ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **CLEZIO DANTAS DE MEDEIROS**, Mat. 1169, ocupante da função de **SUBCOORDENADOR TRANSPORTE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens, sendo **06 (seis)** para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), **01 (uma)** para a cidade de **MOSSORÓ/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e **01 (uma)** para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 07 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:85916BBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 209/2026-FMS, 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a MARIA FRANSELMA DOS SANTOS MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 01 (uma) (diárias) de **¼ (um quarto)** a servidora **MARIA FRANSELMA DOS SANTOS MEDEIROS,** Mat. 60442 , ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem, sendo 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos),** a fim de acompanhar pacientes para órgãos Hospitalares, no dia 02 de agosto de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9B05B646

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 210/2026-FMS, 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a MARIA FRANSELMA DOS SANTOS MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 01 (uma) (diárias) de **¼ (um quarto)** a servidora **MARIA FRANSELMA DOS SANTOS MEDEIROS,** Mat. 60442 , ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem, sendo 01 (uma) para a cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos),** a fim de acompanhar pacientes para órgãos Hospitalares, no dia 23 de julho de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:247782C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 210A/2026-FMS, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a RONALDO SALVIANO SILVA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E
Fica concedida **08 (oito) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **RONALDO SALVIANO SILVA,** Mat. 785, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 05 (cinco) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **SANTA CRUZ/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:01D443F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 211/2026-FMS, 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a LUCIANO JOSÉ APOLINÁRIO XAVIER e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **04 (quatro) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto)** ao servidor **LUCIANO JOSÉ APOLINÁRIO XAVIER**, Mat. 782, ocupante da função de **motorista da secretaria municipal de saúde** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 03 (três) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS).**
A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9136BA86

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 213/2026-FMS, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a LINDEMBERGUE MIELE OLIVEIRA LUCAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **04 (quatro) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **LINDEMBERGUE MIELE OLIVEIRA LUCAS**, Mat. 809, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovante em anexo do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:E8DF4446

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 214/2026-FMS, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR**, Mat. 1140, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** para **ASSEMBLEIA LESGISLATIVA,** para tratar de assunto relacionado ao seu município, no dia 10 de agosto de 2026. Conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

MARIA APARECIDA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças
031.977.534-88

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:BB5B6019

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 215/2026-FMS, 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a IGOR FAGNER ALVES DOS SANTOS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 04 DE SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E
Ficam concedidas **12 (doze) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto),** ao servidor **IGOR FAGNER ALVES DOS SANTOS,** Mat. 886, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 08 (oito) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 04 (quatro) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:3F79231C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 216/2026-FMS, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSÉ MEDEIROS DE LIMA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Ficam concedidas **06 (seis) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **JOSÉ MEDEIROS DE LIMA,** Mat. 787, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 06 (seis) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta), conforme comprovantes em anexo, do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6F474C34

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 217/2026-FMS, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 03 de setembro de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **02 (duas) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **GEDSON MICHAEL DOS ANJOS RIBEIRO**, Mat. 239, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas sendo **02 (duas)** para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, de 10 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:EAF68948

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 218/2026-FMS, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSÉ CARLOS DANTAS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.
R E S O L V E

Fica concedida **11 (onze) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **JOSÉ CARLOS DANTAS,** Mat. 258, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 04 (quatro) para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 06 (seis) para a cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **PARELHAS/RN,** ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 612,50 (SEISCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 11 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1F76F00B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 219/2026-FMS, 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a ALLAN RONALD MEDEIROS FERNANDES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **02 (duas) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto),** ao servidor **ALLAN RONALD MEDEIROS FERNANDES**, Mat. 1069, ocupante da função de **COORDENADOR DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE** deste município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).**

A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 11 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8585772C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 220/2026-FMS, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSUÉ ARNOUD DA SILVA OLIVEIRA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **09 (nove) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **JOSUÉ ARNOUD DA SILVA OLIVEIRA**, Mat. 784, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo **06 (seis)** para a cidade de **NATAL/RN,** ao valor unitário de **R$ 87,50** (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), **03 (três)** para a cidade de **CAICO/RN,** ao valor unitário de **R$ 37,50** (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de agosto de 2026, totalizando o valor de **R$ 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 11 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:88E29F73

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 221/2026-FMS, DE 11 DE AGOOSTO DE 2026.

Concede diária (s) a EMERSON GUSTAVO ALVES GALVAO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **EMERSON GUSTAVO ALVES GALVAO,** Mat. 1109, ocupante da função de **COORDENADOR COMBATE AS ENDEMIAS**, deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** viagem realizada para comparecer em **NATAL-RN** tratar de assuntos de interesse do município de SÃO VICENTE/RN, no dia 11 agosto de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 11 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8A8700B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 223/2026-FMS, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária (s) a EMERSON GUSTAVO ALVES GALVAO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **EMERSON GUSTAVO ALVES GALVAO,** Mat. 1109, ocupante da função de **COORDENADOR COMBATE AS ENDEMIAS**, deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **CAICO/RN,** viagem realizada para comparecer na **4ªURSAP/CAICO-RN** tratar de assuntos de interesse do município de SÃO VICENTE/RN, no dia 13 de agosto de 2026, conforme

comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 18 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A1D54778

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 224/2026-FMS, 14 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a SEBASTIÃO JOSÉ DE LIMA NETO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **08 (oito) DIÁRIAS DE ¼ (um quarto) CADA,** ao servidor **SEBASTIÃO JOSÉ DE LIMA NETO,** Mat. 887, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo 02 (duas) para a cidade de **NATAL/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), 04 (quatro) para a cidade de **CAICO/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), 01 (uma) para a cidade de **MACAIBA/RN**, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), e 01 (uma) para a cidade de **SANTA CRUZ/RN**, ao valor unitário de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo, do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 14 de julho de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8207F5E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 225/2026 - FMS, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, 07 de OUTUBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Ficam concedidas **08 (oito) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto) CADA** ao servidor **CARLITO GRAZIANNE DE MEDEIROS,** Mat. 468, ocupante da função de **MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagens realizadas, sendo: 08 (oito) para a cidade de NATAL/RN, ao valor unitário de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme comprovantes em anexo do mês de julho de 2026, totalizando o valor de **R$ 700,00 (setecentos reais).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 17 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:8374E77E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 226/2026-FMS, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária (s) a NATHAN LUCIO DE LIMA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **NATHAN LUCIO DE LIMA,** Mat. 1073, ocupante da função de **COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**, deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** viagem realizada para comparecer a empresa **INTITUTO DE GESTÃO DO RN** tratar de assuntos de interesse do município de SÃO VICENTE/RN, no dia 19 de agosto de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 19 agosto de outubro de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:DF1710A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 228/2026-FMS, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR**, Mat. 1140, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** para **FEMURN,** para tratar de assunto relacionado ao seu município, no dia 19 de agosto de 2026. Conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 19 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

MARIA APARECIDA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças
031.977.534-88

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A1F82162

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 230/2026-FMS, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR, e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de SETEMBRO de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR**, Mat. 1140, ocupante da função de **SECRETÁRIO DE SAÚDE** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de **NATAL/RN,** para **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – GAB. NELTER QUEIROZ,** para tratar de assunto relacionado ao seu município, no dia 24 de agosto de 2026. Conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 24 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

MARIA APARECIDA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Finanças
031.977.534-88

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:FE066EB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 233/2026-FMS, DE 28 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária (s) a PALLOMA DE FREITAS OGANDO e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto n.º 025/2019, de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE 3/4 (três quartos)** ao servidor **PALLOMA DE FREITAS OGANDO,** Mat. 0001095, ocupante da função de **SUBCOORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO**, deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para o AUDITÓRIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA na cidade de **NATAL/RN,** viagem realizada para tratar de assuntos de interesse do município de SÃO VICENTE/RN, no dia 28 de agosto de 2026, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de **R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 28 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

FRANCISCO LINS DE MEDEIROS JUNIOR
Secretário Municipal de Saúde
CPF 077.362.714-61

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:2AF931DD

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 124/2026 - SMARH/RH

Concede benefício por Incapacidade temporária a servidor que menciona.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o Art. 64 inciso IX da Lei Orgânica do Município de São Vicente/RN;

CONSIDERANDO o requerimento por meio de Processo Eletrônico Nº 03003.000036/2026 de incapacidade temporária, devidamente analisado e aprovado pelo Perito da Junta Médica Oficial do Município, concedendo afastamento de suas atividades laborativas por um período de 90 (noventa) dias, a servidor adiante nominado;

CONSIDERANDO o Parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município, que opinou favoravelmente ao pleito, por entender que se encontram preenchidos todos os requisitos legais para a concessão do benefício, dada a comprovação técnica da incapacidade;

CONSIDERANDO o art. 5º da Lei nº 824/2025 do município de São Vicente/RN;

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder o benefício por incapacidade temporária, por 90 (noventa) dias, com efeitos retroativos a partir de **22 de abril de 2026 à 21 de julho de 2026**, em razão de Processo de Incapacidade temporária em razão do diagnóstico de **CID XXX.X + XXX.X**, a Sra. **MARIA ZILMA DE VASCONCELOS NUNES,** ocupante de cargo efetivo de **PROFESSORA,** Mat. Nº 000994, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Professor José Felício (CEMEI), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - A presente portaria surtirá seus efeitos legais, em data retroativa a 22 de abril de 2026.

São Vicente/RN, 29 de julho de 2026.

Publique-se e Cumpra-se

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:DCC8D828

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 138/2026 - SMARH/RH

Concede benefício por Incapacidade temporária a servidor que menciona.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o Art. 64 inciso IX da Lei Orgânica do Município de São Vicente/RN;

CONSIDERANDO o requerimento por meio de Processo Eletrônico Nº 03003.000113/2026 de incapacidade temporária, devidamente analisado e aprovado pelo Perito da Junta Médica Oficial do Município, concedendo afastamento de suas atividades laborativas por um período de 90 (noventa) dias, a servidor adiante nominado;

CONSIDERANDO o Parecer jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município, que opinou favoravelmente ao pleito, por entender que se encontram preenchidos todos os requisitos legais para a concessão do benefício, dada a comprovação técnica da incapacidade;

CONSIDERANDO o art. 5º da Lei nº 824/2025 do município de São Vicente/RN;

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder o benefício por incapacidade temporária, por 90 (noventa) dias, com efeitos retroativos a partir de **21 de julho de 2026 à 19 de outubro de 2026**, em razão de Processo de Incapacidade temporária em razão do diagnóstico de **CID XXX.X**, a Sra. **MARIA ZILMA DE VASCONCELOS NUNES,** ocupante de cargo efetivo de **PROFESSORA,** Mat. Nº 000994, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil Professor José Felício (CEMEI), no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - A presente portaria surtirá seus efeitos legais, em data retroativa a 21 de julho de 2026.

São Vicente/RN, 21 de agosto de 2026.

Publique-se e Cumpra-se

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:711734A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR ELOI DE SOUZA - SOUZAPREV
PORTARIA Nº 005/2026.

Aposentadoria Art. 6º da EC 41/2003 (Especial Professor).

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora ANA LÚCIA MEDEIROS.

O DIRETOR DO SOUZAPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR ELÓI DE SOUZA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, **no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas pela Lei Municipal 006/2015, de 06 de Maio de 2015,**

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos Integrais,** em favor da servidora **ANA LÚCIA MEDEIROS,** portadora de RG nº 001.XXX.174 SSP/RN, inscrita sob CPF nº 785.XXX.XXX-91, titular do cargo **PROFESSOR EF N III - J**, Matrícula Funcional nº 901229, lotada na Secretaria de Educação do Município de Senador Elói de Souza/RN, nos termos do ***Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 2º da Emenda Constitucional nº 47 de 05 de Julho de 2005 e art. 40, § 5º da Constituição Federal***, conforme processo administrativo do SOUZAPREV nº 000005/2026, a partir desta data até posterior deliberação, **com proventos integrais acrescidos das seguintes vantagens:**

I - 07 (sete) quinquênios, correspondentes a ***35% (trinta e cinco por cento)***, ***nos termos do art. 133, alínea e da Lei Municipal nº 108 de 08 de Janeiro de 1997.***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Senador Elói de Souza/RN, 03 de Setembro de 2026.

ADELSON ALEXANDRE PONTES
Diretor Executivo
SOUZAPREV
De acordo:

CAIONARA NEVES ARAUJO
Diretora de Benefícios
SOUZAPREV

Publicado por:
Euclides Teixeira Neto
Código Identificador:3D0E2C9E

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR ELOI DE SOUZA - SOUZAPREV
PORTARIA Nº 006/2026.

Aposentadoria - Art. 6º da EC 41/2003, (Especial Professor).

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES DE OLIVEIRA.

O DIRETOR DO SOUZAPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR ELÓI DE SOUZA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, **no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas pela Lei Municipal 006/2015, de 06 de Maio de 2015,**

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos Integrais,** em favor da servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO SOARES DE OLIVEIRA,** portadora de RG nº 001.XXX.612 SSP/RN, inscrita sob CPF nº 029.XXX.XXX-42, titular do cargo **PROFESSOR EF N II - I**, Matrícula Funcional nº 901059, lotada na Secretaria de Educação do Município de Senador Elói de Souza/RN, nos termos do ***Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003 c/c art. 2º da Emenda Constitucional nº 47 de 05 de Julho de 2005 e art. 40, § 5º da Constituição Federal***, conforme processo administrativo do SOUZAPREV nº 000006/2026, a partir desta data até posterior deliberação, **com proventos integrais acrescidos das seguintes vantagens:**

I - 05 (cinco) quinquênios, correspondentes a ***25% (vinte e cinco por cento)***, ***nos termos do art. 133, alínea e da Lei Municipal nº 108 de 08 de Janeiro de 1997.***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Senador Elói de Souza/RN, 03 de Setembro de 2026.

ADELSON ALEXANDRE PONTES
Diretor Executivo
SOUZAPREV

De Acordo:

CAIONARA NEVES ARAUJO
Diretora de Benefícios
SOUZAPREV

Publicado por:
Euclides Teixeira Neto
Código Identificador:248CF3A2

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR ELOI DE SOUZA - SOUZAPREV
PORTARIA Nº 007/2026.

Aposentadoria Art. 6º da EC 41/2003 (Especial Professor).

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora ROSILDA MOISES PEREIRA DA SILVA.

O DIRETOR DO SOUZAPREV - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR ELÓI DE SOUZA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, **no uso pleno de suas atribuições legais outorgadas pela Lei Municipal 006/2015, de 06 de Maio de 2015,**

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Especial por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos Integrais,** em favor da servidora **ROSILDA MOISES PEREIRA DA SILVA,** portadora de RG nº 001.XXX.988 SSP/RN, inscrita sob CPF nº 635.XXX.XXX-15, titular do cargo **PROFESSOR EF N III - J**, Matrícula Funcional nº 900796, lotada na Secretaria de Educação do Município de Senador Elói de Souza/RN, nos termos do ***Artigo 20, incisos I, II, III, IV, § 1˚, § 2º, inciso I, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 c/c Artigo 50, incisos I, II, III e IV, § 1˚, § 2˚, inciso I, § 3˚, inciso I da Lei Complementar Municipal n˚ 027, de 21 de junho de 2022.***, conforme processo administrativo do SOUZAPREV nº 000007/2026, a partir desta data até posterior deliberação, **com proventos integrais acrescidos das seguintes vantagens:**

I - 05 (cinco) quinquênios, correspondentes a ***25% (vinte e cinco por cento)***, ***nos termos do art. 133, alínea e da Lei Municipal nº 108 de 08 de Janeiro de 1997.***

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Senador Elói de Souza/RN, 03 de Setembro de 2026.

ADELSON ALEXANDRE PONTES
Diretor Executivo
SOUZAPREV

De Acordo:

CAIONARA NEVES ARAUJO
Diretora de Benefícios
SOUZAPREV

Publicado por:
Euclides Teixeira Neto
Código Identificador:FE134087

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 034/2025, DE 13 DE JANEIRO DE 2025. (*)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas nos termos do Art. 87, inciso XXXV, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:
Art. 1º. **NOMEAR**o sr.**JOÃO FELIPE DA SILVA,**inscrito no CPF sob nº XXX.060.244-XX, para o cargo em comissão de**COORDENADOR (CC-6),**do Cadastro Único, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania, deste município.

Art. 2º. O Servidor acima nomeado, será responsável pelo acompanhamento técnico de ação de qualificação e conformidade dos dados dos trabalhadores do Programa do Bolsa Famílias e do Cadastro Único.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

(*) REPUBLICADO POR INCORREAÇÃO.

SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, 13 de janeiro de 2025.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito do Município de Senador Elói de Souza /RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:85329F63

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20220177

O Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.168.478/0001-37, com sede na Rua Santo Antônio, 144, Centro, representado por ANTONIO MARCOS FREIRE, PREFEITO MUNICIPAL, doravante denominada CONTRATANTE, e SEC PUBLICIDADE EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ 08.381.234/0001-38, com sede na AV. PRUDENTE DE MORAES 744, TIROL, Natal-RN, CEP 59020-510, representada por GILVAN ARAUJO LOPES, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a alteração contratual no valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), nos termos do art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 03 de Agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
CNPJ(MF) 08.168.478/0001-37
Contratante

SEC PUBLICIDADE EIRELI - EPP
CNPJ 08.381.234/0001-38
Contratado(a)

Testemunhas:

1._____
2._____

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:2D614717

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA
CONVOCAÇÃO Nº 18/2026 - PROCESSO SELETIVO 01.2025 SERRA DO MEL/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONVOCAÇÃO Nº 18/2026 - PROCESSO SELETIVO 01.2025 SERRA DO MEL/RN

1. A prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, através da sua Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições vem convocar os candidatos, abaixo descrito, para tomar posse do cargo temporário, conforme necessidade da Secretaria Municipal do Educação, advertindo que:
a) O classificado que for convocado deverá comparecer à sede da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, para entrega dos documentos necessários para a formulação de contratos. O não comparecimento até a data citada, entende-se na desistência do mesmo.
b) Entregar os documentos abaixo descritos de 04 a 08 de setembro de 2026, das8hà13h,na sede da Prefeitura, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – Setor Pessoal.
2. O candidato por ocasião da contratação deverá entregar cópia da seguinte documentação:
a) Certidão negativa da Justiça Eleitoral;
b) Declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos;
c) Gozar de boa saúde física e mental, comprovada por médico clinico geral.
d) Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na instituição que o expediu;
e) Título de eleitor e comprovação de estar em dia com as obrigações eleitorais;
f) Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
g) Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal (CPF);
h) Certidão de nascimento e/ou casamento;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 14(quatorze) anos;
j) Carteira de Identidade;
k) Cartão do PIS ou PASEP;
l) Cópia da carteira de trabalho (página da foto e página da qualificação civil)
m) Declaração de dependentes para imposto de renda.
n) Comprovante de residência
o) Conta bancária

PROFESSOR PEDAGOGO FUNDAMENTAL I

	NOME	DATA DE NASC.	NOTA
25.	Núbia Roseno de S. Maia	28/07/98	60,0

SERRA DO MEL/RN, 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Milane de Oliveira Azevedo
Código Identificador:482066DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2026

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

CONCEDENTE: Município de Serra do Mel/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

CONVENENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Rio Grande do Norte (SENAI-DR/RN), CNPJ nº 03.784.680/0004-12.

OBJETO: Conjugação de esforços entre os partícipes para a execução do projeto "ENERGIA QUE TRANSFORMA", visando à qualificação profissional de adolescentes e jovens do Município de Serra do Mel/RN, na faixa etária de 16 a 17 anos e 09 meses, por meio de cursos nas áreas de Eletricista Instalador Predial e Industrial.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA), Lei Municipal nº 969/2022 e Resoluções CMDCA nº 001/2026 e nº 002/2026.

VALOR GLOBAL: R$ 1.376.630,32 (um milhão, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e trinta reais e trinta e dois centavos), custeado integralmente com recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:Unidade Orçamentária: 04.001 – Secretaria Mun. De Assistência Social;

Função/Subfunção: 08/243;
Programa/Ação: 0026/2159;
Elemento de Despesa: 335043 – Subvenções Sociais;
Fonte de Recurso: 26690000.

VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses, a contar da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026

SIGNATÁRIOS:

Pelo Concedente: **Hudson Kênio de Moura Azevedo** (Prefeito Municipal) e **Thayna Azevedo de Oliveira** (Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação).

Pelo Convenente: **Rodrigo Diniz de Mello** (Diretor Regional do SENAI-DR/RN)

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:1DE5A14E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2025 – DISPENSA Nº 033/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27716/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 08.096.372/0001-75.

CONTRATADO: FUNDACAO SERIDO CENTRAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.067.427/0001-32.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 174/2025, por mais 4 (**quatro**) meses, cujo objeto consiste na prestação de serviços por EMPRESA ESPECIALIZADA EM RADIODIFUSÃO SONORA (**RÁDIO FM E/OU AM**) PARA CESSÃO DE ESPAÇO NA GRADE DE PROGRAMAÇÃO (**PROGRAMA "A HORA DO POVO**"), CONTEMPLANDO 05 (**CINCO**) MINUTOS DENTRO DA GRADE DO PROGRAMA DE CARÁTER INFORMATIVO E DE UTILIDADE PÚBLICA, FOCADO NAS ATIVIDADES, AÇÕES E SERVIÇOS DESENVOLVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN.

PRAZO E VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: 4 (**quatro**) meses, com **início em 05 de setembro de 2026** e **término em 04 de janeiro de 2027**, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis.

Serra Negra do Norte/RN, 03 de setembro de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

FUNDACAO SERIDO CENTRAL
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:C6694D6D

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07/2026

Homologa o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, reunido no dia 22 de maio de 2026, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 737/2020.
Considerando o Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA,
RESOLVE:
Art. 1º. Homologar o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026, para repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
I – Associação Desportiva São Paulo Serra-negrense - SPSN, inscrito no CNPJ nº 61.646.987/0001-00, Política do Esporte, Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
II – Projeto São Paulo Serra-negrense - Política de apoio a Crianças e Adolescentes - Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
Art. 2º. As entidades deverão executar o recurso conforme detalhado no Plano de Trabalho, devendo prestar contas à este Conselho em até 30 dias após a execução dos recursos.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Serra Negra do Norte/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ XAVIER DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Xavier Dos Santos
Código Identificador:F788B409

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08/2026

Homologa o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, reunido no dia 22 de maio de 2026, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 737/2020.
Considerando o Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA,
RESOLVE:
Art. 1º. Homologar o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026, para repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
I – Secretaria de Esprte e Lazer, inscrito no CNPJ nº 08.096.372/0001-75, Política do Esporte, Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
II – Secretaria de Esprte e Lazer - Política de apoio a Crianças e Adolescentes - Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
Art. 2º. As entidades deverão executar o recurso conforme detalhado no Plano de Trabalho, devendo prestar contas à este Conselho em até 30 dias após a execução dos recursos.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Serra Negra do Norte/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ XAVIER DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Xavier Dos Santos
Código Identificador:8E7BFB97

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 09/2026

Homologa o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, reunido no dia 22 de maio de 2026, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 737/2020.
Considerando o Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA,
RESOLVE:
Art. 1º. Homologar o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026, para repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
I – Secretaria de Esprte e Lazer, inscrito no CNPJ nº 08.096.372/0001-75, Política do Esporte, Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
II – Secretaria de Esprte e Lazer - Política de apoio a Crianças e Adolescentes - Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
Art. 2º. As entidades deverão executar o recurso conforme detalhado no Plano de Trabalho, devendo prestar contas à este Conselho em até 30 dias após a execução dos recursos.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Serra Negra do Norte/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ XAVIER DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Xavier Dos Santos
Código Identificador:97D221A7

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 10/2026

Homologa o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, reunido no dia 22 de maio de 2026, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 737/2020.
Considerando o Edital nº 01/2026 FMDCA/CMDCA,
RESOLVE:
Art. 1º. Homologar o resultado final dos projetos inscritos no Edital nº 01/2026, para repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
I – Instituto de Educação e Formação para a Cidadania CB PM Pedro Barbosa, inscrito no CNPJ nº 46.847.098/0001-18, Política do Esporte, Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
II – Instituto de Educação e Formação para a Cidadania CB PM Pedro Barbosa - Política de apoio a Crianças e Adolescentes - Situação DEFERIDO, Valor de Repasse em parcela única: R$ 10.000,00.
Art. 2º. As entidades deverão executar o recurso conforme detalhado no Plano de Trabalho, devendo prestar contas à este Conselho em até 30 dias após a execução dos recursos.
Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Serra Negra do Norte/RN, 03 de setembro de 2026.

JOSÉ XAVIER DOS SANTOS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Xavier Dos Santos
Código Identificador:D8976AA1

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 318/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Campina Grande	**Data:** 02/09/2026	**Valor Unitário(R$):** 200,00	**Valor Total (R$):** 200,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 200,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir o paciente A.F.F. para atendimento especializado na Clínica Wanderley em Campina Grande-PB. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 03 de setembro de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:CF0623F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 129/2026 DE 02 DE SETMBRO DE 2026.
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, Á LUZ DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

PORTARIA Nº. 129/2026 DE 02 DE SETMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, Á LUZ DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN**, no uso das atribuições que te são conferidas pelo art. 53, inciso V da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Designar, aa Senhora **CLECIA LAIANE DA SILVA**, portadora do CPF: 085.768.634-8, servidora municipal sob a matrícula n.º 2012010266, para atuar como Fiscal dos Contratos Administrativos firmados pela Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos - RN durante o período de 02 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 02 de setembro de 2026.

ROSÃNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:5A67AA38

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: Adesão de ata nº 04/2026AD. Objeto: Aquisição de 1 (um) Veiculo de 7 lugares para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Severiano Melo/RN. Vencedor(es):

Fornecedor	**Item**	**Valor total (R$)**
SOCEL TERRASAL VEICULOS LTDA (CNPJ: 13.536.641/0001-07)	1	R$ 169.950,00

- Valor total de R$ R$ 1.433.401,60. Conforme ata de sessão anexada aos autos.

Homologo a Licitação na forma da Lei nº 14.133/21 – JACINTO LOPES DE CARVALHO. 03/09/2026.

SEVERIANO MELO - RN, 03/09/2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:BC0B8237

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026CR

O(A) Fundo Municipal de Saúde, por intermédio do Agente de Contratação, torna público que no dia 04/09/2026 (Horário de Brasília/DF) as 08:00 horas, estará disponível para receber CREDENCIAMENTOS para o processo nº 01/2026CR. A presente licitação tem por finalidade a Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de profissionais da saúde para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, Fundamentação Legal: Lei Nº 14.133. O Credenciamento vai ser feito exclusivamente por meio da Plataforma: WWW.NOVOBBMNET.COM.BR
O Edital contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na sede da PMSM, sito à AV. Bevenuto Holanda, 209 - Centro CEP: 59.856-000– Severiano Melo/RN, no horário de 7:00hs às 13:00hs e na internet no endereço: WWW.NOVOBBMNET.COM.BR

Severiano Melo/RN, 3 de setembro de 2025.

VITOR MATEUS MORAIS DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:F594487E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 020901/2026
OBJETO: Aquisição de água mineral para o consumo, sem gás, acondicionada em Garrafões de 20Lts de policarbonato transparente e selo fiscal de controle, com entrega parceladas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Dispensa 100801/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Severiano Melo 08.358.046/0001-99
CONTRATADA(O): MISLEIDE DANTAS DE CARVALHO 14.132.204/0001-90
VALOR TOTAL: R$ 5.098,00
VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 522 - 2 . 2003 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 0 . 339030 - Material de Consumo
675 - 2 . 2006 . 12 . 368 . 3 . 2.32 . 0 . 339030 - Material de Consumo
588 - 2 . 2006 . 13 . 392 . 9 . 2.30 . 0 . 339030 - Material de Consumo

DATA DA ASSINATURA: 2 de setembro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:6D7A839C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 020902/2026
OBJETO: Aquisição de água mineral para o consumo, sem gás, acondicionada em Garrafões de 20Lts de policarbonato transparente e selo fiscal de controle, com entrega parceladas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Dispensa 100801/2026
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social 14.784.461/0001-07
CONTRATADA(O): MISLEIDE DANTAS DE CARVALHO 14.132.204/0001-90
VALOR TOTAL: R$ 10.000,00
VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 878 - 4 . 4001 . 8 . 241 . 16 . 2.22 . 0 . 339030 - Material de Consumo
873 - 4 . 4001 . 8 . 243 . 16 . 2.25 . 0 . 339030 - Material de Consumo
856 - 4 . 4001 . 8 . 242 . 11 . 2.23 . 0 . 339030 - Material de Consumo
865 - 4 . 4001 . 8 . 245 . 12 . 2.27 . 0 . 339030 - Material de Consumo
842 - 4 . 4001 . 8 . 245 . 16 . 2.18 . 0 . 339030 - Material de Consumo

DATA DA ASSINATURA: 2 de setembro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:00C11BB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 020903/2026
OBJETO: Aquisição de água mineral para o consumo, sem gás, acondicionada em Garrafões de 20Lts de policarbonato transparente e selo fiscal de controle, com entrega parceladas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Dispensa 100801/2026
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde 14.231.159/0001-21
CONTRATADA(O): MISLEIDE DANTAS DE CARVALHO 14.132.204/0001-90
VALOR TOTAL: R$ 22.640,00
VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 821 - 3 . 3002 . 10 . 122 . 22 . 2.56 . 0 . 339030 - Material de Consumo
DATA DA ASSINATURA: 2 de setembro de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:76D1F50D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

A Prefeitura Municipal de Severiano Melo/RN, vem por meio do Secretário municipal de Saúde, **NOTIFICAR** a empresa **Z NORTE COMERCIO E SERVICO LTDA, CNPJ sob o nº 46.027.640/0001-96**, doravante denominada CONTRATADA, para que cumpra o objeto do contrato "Aquisição de materiais de esportivos para a Secretaria Municipal de Esporte e Juventude de Severiano Melo/RN.", com a entrega das mercadorias referentes a **autorização n°240/2026**, enviadas respectivamente no dia 20 de julho de 2026, tendo em vista que os produtos pedidos na autorização onde são de extrema importância para o funcionamento dos atendimentos a população. A Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN solicita que a entrega seja feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas **A DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA NA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, MULTAS LEGAIS E CONTRATUAIS, ALÉM DE ABERTURA DE PROCESSO DE INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de **48h (Quarenta e oito horas)** após recebimento desta, para o atraso na entrega da referida

mercadoria, o qual, caberá ao Município de Severiano Melo/RN, por sua aceitação.

Severiano Melo/RN, 03 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:2BFE8EE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

A Prefeitura Municipal de Severiano Melo/RN, vem por meio do Secretário municipal de Saúde, **NOTIFICAR** a empresa **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA, CNPJ sob o nº 11.886.312/0001-60**, doravante denominada CONTRATADA, para que cumpra o objeto do contrato "Aquisição de enxoval de cama e banho para atender as demandas do Hospital Municipal de Severiano Melo/RN.", com a entrega das mercadorias referentes a **autorização n°51/2026**, enviadas respectivamente no dia 24 de fevereiro de 2026, tendo em vista que os produtos pedidos na autorização onde são de extrema importância para o funcionamento dos atendimentos a população. A Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN solicita que a entrega seja feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas **A DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA NA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, MULTAS LEGAIS E CONTRATUAIS, ALÉM DE ABERTURA DE PROCESSO DE INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de **48h (Quarenta e oito horas)** após recebimento desta, para o atraso na entrega da referida mercadoria, o qual, caberá ao Município de Severiano Melo/RN, por sua aceitação.

Severiano Melo/RN, 03 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:DE34FD7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

A Prefeitura Municipal de Severiano Melo/RN, vem por meio do Secretário municipal de Saúde, **NOTIFICAR** a empresa **DL MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ sob o nº 48.058.173/0001-97**, doravante denominada CONTRATADA, para que cumpra o objeto do contrato "Aquisição de medicamentos injetáveis para atender as necessidades dos pacientes atendidos pelo Hospital e Maternidade Bevenuto Holanda Neto e para as Unidades Básicas de Saúde de Severiano Melo/RN. " Com a entrega das mercadorias referentes a **autorização n°254/2026**, enviadas respectivamente no dia 05 de agosto de 2026, tendo em vista que os produtos pedidos na autorização onde são de extrema importância para o funcionamento dos atendimentos a população. A Secretaria Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN solicita que a entrega seja feita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas **A DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA NA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, MULTAS LEGAIS E CONTRATUAIS, ALÉM DE ABERTURA DE PROCESSO DE INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de **48h (Quarenta e oito horas)** após recebimento desta, para o atraso na entrega da referida mercadoria, o qual, caberá ao Município de Severiano Melo/RN, por sua aceitação.

Severiano Melo/RN, 03 de setembro de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:BA3E70C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

GABINETE PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 606/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 606, de 04 de Setembro de 2026

Altera a Lei Municipal nº 218, de 18 de julho de 1990, e a Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026, para atualizar o quantitativo, os requisitos de investidura e o vencimento-base do cargo efetivo de Fiscal de Obras, extinguir cargo vago e incluir vaga no concurso público do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º Esta Lei Complementar atualiza o quantitativo, os requisitos de investidura e o vencimento-base do cargo efetivo de Fiscal de Obras, criado pela Lei Municipal nº 218, de 18 de julho de 1990, extingue 1 (um) cargo vago e inclui 1 (uma) vaga do referido cargo no concurso público autorizado pela Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026.
Art. 2º Fica extinto 1 (um) dos 2 (dois) cargos efetivos de Fiscal de Obras criados pela Lei Municipal nº 218, de 18 de julho de 1990, permanecendo 1 (um) cargo no quadro permanente do Poder Executivo Municipal.
§ 1º A extinção prevista no caput alcançará exclusivamente cargo vago.
§ 2º A unidade municipal responsável pela gestão de pessoas deverá certificar, nos autos do processo administrativo, a vacância do cargo antes da consolidação cadastral decorrente desta Lei Complementar.
Art. 3º A Lei Municipal nº 218, de 18 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:
"**Art. 5º-A.** O provimento do cargo efetivo de Fiscal de Obras observará os seguintes requisitos mínimos de investidura:
I - conclusão de curso técnico de nível médio em Edificações, reconhecido pelo órgão competente;
II - registro ou inscrição no conselho profissional competente, quando legalmente exigível para o exercício das atribuições do cargo; e
III - atendimento aos demais requisitos previstos na legislação aplicável e no edital do concurso público.
Parágrafo único. Será igualmente admitida formação superior em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Construção de Edifícios ou outra formação superior legalmente habilitante e compatível com as atribuições do cargo, observadas as normas profissionais aplicáveis." (NR)
Art. 4º O Anexo I da Lei Municipal nº 218, de 18 de julho de 1990, exclusivamente quanto ao cargo efetivo de Fiscal de Obras, passa a vigorar com a seguinte atualização:

Nível	Denominação	Nº de cargos	Vencimento-base
XVI	Fiscal de Obras	1	R$ 2.420,00

Parágrafo único. A alteração de que trata o caput decorre da extinção de 1 (um) cargo vago e da atualização do vencimento-base do cargo remanescente, não implicando criação de novo cargo.
Art. 5º O caput do art. 4º da Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 4º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar concurso público para provimento de **85 (oitenta e cinco) vagas**

efetivas, constantes do Anexo III desta Lei Complementar, respeitadas a existência de cargos legalmente criados, a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária e financeira.
....." (NR)

Art. 6º O Anexo I da Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026, passa a vigorar acrescido da seguinte linha:

Cargo	Quantidade de cargos vagos extintos	Observação
Fiscal de Obras	1	Extinção restrita a cargo vago; preservado eventual cargo ocupado.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, o total de cargos vagos extintos constante do Anexo I da Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026, passa de **51 (cinquenta e um) para 52 (cinquenta e dois)**.

Art. 7º O Anexo III da Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026, passa a incluir o cargo de Fiscal de Obras, com a seguinte redação:

Cargo	Vagas	Requisitos de investidura	Atribuições sintéticas	Remuneração inicial	Lei de criação / base legal do cargo
Fiscal de Obras	1	Curso técnico de nível médio em Edificações, admitida formação superior em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Tecnologia em Construção de Edifícios ou outra formação superior legalmente habilitante e compatível com as atribuições do cargo; registro no conselho profissional competente, quando legalmente exigível; aptidão física e mental; demais requisitos do edital.	Fiscalizar obras, edificações, reformas e serviços sujeitos ao controle municipal; realizar vistorias e inspeções; verificar a conformidade com projetos, licenças, alvarás, normas técnicas e legislação urbanística e edilícia; emitir relatórios, notificações e autos no âmbito de sua competência; acompanhar o cumprimento de determinações administrativas; e exercer outras atividades compatíveis com a natureza do cargo.	R$ 2.420,00 / jornada semanal conforme legislação municipal aplicável	Lei Municipal nº 218/1990, atualizada por esta Lei

Parágrafo único. Em decorrência da inclusão prevista no caput:
I - o quantitativo de vagas efetivas constante do Anexo III passa de **84 (oitenta e quatro) para 85 (oitenta e cinco)**;
II - permanece inalterado o cadastro de reserva para o cargo de Fiscal de Tributos; e
III - o vencimento-base mensal estimado das vagas efetivas do concurso passa de **R$ 230.843,19 (duzentos e trinta mil, oitocentos e quarenta e três reais e dezenove centavos) para R$ 233.263,19 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e três reais e dezenove centavos)**.

Art. 8º O Anexo IV da Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026, passa a incluir a seguinte linha:

Cargo	Preenchidas	Vagas do concurso	Total final	Vencimento-base	Jornada
Fiscal de Obras	0	1	1	R$ 2.420,00	Conforme legislação municipal aplicável

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, os totais do Anexo IV da Lei Complementar nº 604, de 19 de junho de 2026, passam a ser:
I - cargos preenchidos: **143 (cento e quarenta e três)**;
II - vagas do concurso: **85 (oitenta e cinco)**; e
III - total final do quadro consolidado: **228 (duzentos e vinte e oito) cargos**.

Art. 9º O vencimento-base do cargo de Fiscal de Obras fica fixado em **R$ 2.420,00 (dois mil, quatrocentos e vinte reais)**, sujeito às regras gerais de revisão e atualização remuneratória aplicáveis aos servidores públicos municipais.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira, a legislação orçamentária e as normas de responsabilidade fiscal.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tangará/RN, 04 de setembro de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:4C904F5F

GABINETE PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 846/2026.

LEI ORDINÁRIA Nº 846, de 4 de setembro de 2026.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ NAS PROVAS OBJETIVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS PROMOVIDOS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. PELA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ/RN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica obrigatória a inclusão de questões relativas à história do Municipio de Tangará nas provas objetivas dos concursos públicos e processos seletivos promovidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município.

§ 1º A obrigatoriedade prevista no caput aplica-se aos certames promovidos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle municipal.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se processos seletivos os procedimentos destinados à contratação temporária e provimento de cargos efetivos, bem como, o preenchimento de funções públicas que contemplem prova objetiva.

Art. 2º O conteúdo relativo à história do Municipio de Tangará corresponderá a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de questões de cada prova objetiva, assegurada a aplicação de pelo menos 1 (uma) questão.

§ 1º Quando o cálculo do percentual previsto no caput resultar em número fracionário, será adotado o número inteiro imediatamente superior.

§ 2º O conteúdo poderá compreender, entre outros temas:

1- a formação territorial e o desenvolvimento histórico do Municipio;

II - a emancipação político-administrativa e a evolução da organização municipal;

III-fatos, acontecimentos, lugares e movimentos relevantes para a memória local;

IV- o patrimônio cultural material e imaterial, as tradições e as manifestações culturais das comunidades urbanas e rurais,

V-a origem e a trajetória dos simbolos oficiais do Municipio.

Art. 3º As questões deverão observar os princípios da objetividade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, igualdade sendo elaboradas exclusivamente com base em fontes e registros oficiais.

Parágrafo único. É vedada a formulação de questão que configure promoção pessoal ou partidária, exija opinião sobre agente político em atividade, ou esteja alheia aos requisitos preestabelecidos por essa lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica aos certames que não contemplem prova objetiva, nem aos editais publicados antes de sua entrada em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará, 4 de setembro de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Constitucional de Tangará

Publicado por:
Marcos Carlos Cosme da Silva
Código Identificador:6ABD0233

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 720260038

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 720260038
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 720260038
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 7/2026.0038
CONTRATANTE: Município de Tenente Ananias/RN – Prefeitura Municipal de Tenente Ananias, CNPJ nº 08.357.667/0001-58.
CONTRATADA: V. ABRANTES BARBOSA JÚNIOR-ME, CNPJ nº 27.255.748/0001-91, com sede na Rua Maria Taveira Bessa, nº 13, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de digitalização de documentos, com fornecimento de mão de obra qualificada, software de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED, equipamentos, materiais e demais recursos necessários à execução dos serviços, visando à organização, digitalização, indexação, tratamento, armazenamento e disponibilização do acervo documental da Prefeitura Municipal de Tenente Ananias/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 129/2023 e demais normas aplicáveis.
VALOR MENSAL: R$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).
VALOR GLOBAL: R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
04.122.0003.2004.0000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.

Tenente Ananias/RN, 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Francisco Clesiano de Paiva Lima
Código Identificador:A10A10D1

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00052025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00052025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0005/2025
CREDENCIAMENTO Nº 0005/2025
CONTRATANTE: Município de Tenente Ananias/RN – Prefeitura Municipal de Tenente Ananias, CNPJ nº 08.357.667/0001-58.
CONTRATADA: FRANCISCO XAVIER DO REGO – EPP, CNPJ nº 08.310/0001-61.
OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de pneus automotores e câmaras de ar destinados ao atendimento das necessidades da frota municipal.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 00052025 até 31 de dezembro de 2026, mantendo-se as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas, inclusive os preços e valores contratados.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, Credenciamento nº 0005/2025 e Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 00052025.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: As despesas decorrentes da prorrogação correrão à conta das dotações próprias das Secretarias Municipais de Educação, Agricultura e Recursos Hídricos, Obras e Serviços Urbanos, Assistência Social e Saúde, constantes do orçamento municipal vigente.
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2026.
DATA DE ASSINATURA:02 de abril de 2026.

Tenente Ananias/RN, 02 de abril de 2026.

Por Incorreção

Publicado por:
Francisco Clesiano de Paiva Lima
Código Identificador:7830CF3F

GABINETE DA PREFEITA
CONCESSÃO DO GOZO DE LICENÇA PRÊMIO REQUERIDO PELO(A) SERVIDOR(A) FRANCISCO ROGERIO DE PAIVA – MATRÍCULA N°565

Portaria no107/2026.
A **Prefeita Municipal de Tenente Ananias**, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
Considerando as disposições dos incisos I e II, do Art. 7o; do inciso I, do Art. 15 e do inciso V, do Art. 39, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a proposição do(a) servidor(a) FRANCISCO ROGERIO DE PAIVA – Matrícula n°565;
Considerando as disposições do Capítulo IV, do Título VI, da Lei Municipal 068/2001, em seus "Art"s. de 106 a 112 – Da Licença Prêmio", que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal;
Considerando as disposições do Decreto Municipal 016, de 9 de março de 2020;
Considerando o teor da Comunicação Interna de no065/2026, do(a) Ilmo(a). Secretário Municipal de Educação, responsável pela pasta de lotação do servidor(a);
Considerando que a concessão do gozo de Licença Prêmio requerido pelo(a) servidor(a) FRANCISCO ROGERIO DE PAIVA – Matrícula n°565, implica em substituição;
Considerando que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas de Educação;
Considerando, o que os atos discricionários são aqueles que a administração pode praticar com certa liberdade de escolha, nos termos e limites da lei, quanto ao seu conteúdo, seu modo de realização, sua oportunidade e sua conveniência administrativas;
Considerando que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;
Considerando parecer do Ilmo. Secretário Municipal de Administração,

R E S O L V E:

Art. 1o Conceder ao(à) servidor(a) FRANCISCO ROGERIO DE PAIVA – Matrícula n°565, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sua Licença Prêmio, regulamentar.
Art. 2oA Licença Prêmio concedida, corresponde ao período de aquisição de 24/05/2021 a 24/05/2026, com gozo no período de 09/09/2026 a 09/12/2026 e retorno ao trabalho no dia 10/12/2026, com gozo no período de 03 meses a partir da publicação**.**
Art. 3o Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes.
Art. 4oO(a) servidor(a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.
Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Pref. Mun. de Tenente Ananias/RN, Gabinete da Prefeita, em 03 de setembro de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:719106FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 044/2026 – GP

"CONCEDE DIÁRIA AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Artigos nº 14 e 15, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e considerando a solicitação **Nº 504 /2026** da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

R E S O L V E:
Art. 1º -Fica concedida 01 (uma) **DIÁRIAS COM PERNOITE**, 01 (uma) **DIÁRIA SEM PERNOITE,** perfazendo o valor total de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais) ao servidor **EMANUEL VIEIRA MARTINS**, ocupante do cargo de **PROFESSOR** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN,** nos dias 03 e 04 de Setembro de 2026, para participar do participar do Curso **GESTÃO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO**: Fortalecendo a Gestão Educacional, Financiamento, Execução e Transparência dos Recursos Públicos a ser realizado no Praiamar Arena Hotel.

Art. 2º- Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 03 de Setembro de 2026.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria Aparecida Ferreira Dos Santos
Código Identificador:4BF403F2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 045/2026 – GP

"CONCEDE DIÁRIA AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Artigos nº 14 e 15, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e considerando a solicitação **Nº 180/2026** da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Abastecimento e Recursos Hídricos.

R E S O L V E:

Art. 1º -Fica concedida 01 (uma) **DIÁRIA SEM PERNOITE,** perfazendo o valor total de R$ 100,00 (cem reais) ao servidor **ELLYSON SOUZA DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento à cidade de **NATAL/RN**, no dia 03 de Setembro de 2026, para participar de **REUNIÃO TEMÁTICA EFEITOS DO EL NIÑO,** a ser realizado na FIERN.

Art. 2º- Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 03 de Setembro de 2026.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria Aparecida Ferreira Dos Santos
Código Identificador:61BBDAB6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 097/2026-GP, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

"Concede licença maternidade a servidora pública municipal que indica, e dá outras providências."

O Prefeito de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte no uso e gozo das atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER a LICENÇA MATERNIDADE, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico, contados de 09 de julho de 2026 a 06 de novembro de 2026, a favor da servidora pública à Sra. **ANA PAULA DE SOUZA SILVA**, Matrícula nº 3824**,** do cargo de **PROFESSORA,** com lotação na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC**.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.
Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 09 de julho de 2026, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 03 de setembro de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:4CC1C912

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO 12/2026
PROCESSO ADMINISTRTIVIO N° 02007.000094/2026
OBJETO: Prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra, com disponibilização de profissionais qualificados,

visando atender às demandas operacionais e administrativas dos programas, projetos e serviços socioassistenciais executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Programa Criança Feliz e o Programa Bolsa Família/CadÚnico.
A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.382/0001-77, através da Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos torna público que, CONVOCA o representante legal da empresa; **ALIANCA TERCEIRIZACAO DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA (33.702.906/0001-07)** Classificadas no certame, que, compareça junto a este Órgão OU assinem por meio de assinatura eletrônica a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** no prazo máximo de 05 (CINCO) dias úteis, a partir da publicação deste, caso contrário, terá o instrumento contratual cancelado.
Cumpre alertar que a falta de devolução dos documentos acima referidos no prazo indicado configura quebra de obrigação legal, ensejando a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 03 de setembro de 2026.

FRANCIEL RAYEDSON GARCIA DE MACEDO
Gestor de Contratos
Sec. Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos.

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:04BAB2F4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO POR MAIOR DESCONTO - 17/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz		
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz		
Registro de Preços Eletrônico por Maior Desconto - 17/2026		
Resultado da Homologação		
Lote 70847 - LOTE 01 - Valor Referência: R$: 500.000,00		
Fornecedor	Valor Total	Situação
GIULLITE B MEDEIROS	R$ 277.000,00	Homologado em 02/09/2026 12:44:04 Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA
FRANCISCO MACEDO DA SILVA		
Autoridade Competente		

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:87CE2B99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 286/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 286/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **COM** PERNOITE no valor de R$ **90,00** (noventa reais) cada, a (o) servidor (a) **ELIANE ELOI CAVALCANTE** portador do CPF nº **XXX.139.534-XX**, Matrícula: **12/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **25 de Agosto de 2026**, saindo as **18:00** e retornando as **02:00** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Setembro de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:D0FD2551

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 287/2026 – FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 287/2026 – FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, a(o) servidor(a) **SUZANA MEDEIROS DE A. SANTOS**, portador do CPF nº **XXX.153.564-XX**, Matrícula: **2854/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **29 de Agosto de 2026**, saindo as **09:15** e retornando as **17:30** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Setembro de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:E3AD416C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 288/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 288/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **30,00** (trinta reais) cada, a (o) servidor (a) **FRANCIMAR AMARAL ANDRADE** portador do CPF nº **XXX.795.794-XX**, Matrícula: **14/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **CAICÓ**/RN, no dia **25 de Agosto de 2026**, saindo as **15:00** e retornando as **19:50** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Setembro de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:2D96AE83

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 289/2026 - FMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 289/2026 - FMS

Concede diária a(o) servidor(a) e dá outras providências.

O Fundo Municipal de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e suas alterações.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária **SEM** PERNOITE no valor de R$ **45,00** (quarenta e cinco reais) cada, a (o) servidor (a) **FRANCIMAR AMARAL ANDRADE** portador do CPF nº **XXX.795.794-XX**, Matrícula: **14/1**, ocupante da função de **Técnica de Enfermagem** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL**/RN, no dia **28 de Agosto de 2026**, saindo as **07:20** e retornando as **17:15** horas (do dia seguinte), com o objetivo de acompanhar paciente de urgência e emergência aos hospitais.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, **03 de Setembro de 2026.**

GELIANE GARCIA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Geliane Garcia Santos
Código Identificador:345161E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 0196/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 0196/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

Regulamenta, no âmbito do Município de Tibau, a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações Sociais na área da saúde, bem como disciplina a seleção, a celebração, a execução, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação dos Contratos de Gestão, e dá outras providências.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TIBAU - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e disciplina a celebração de Contratos de Gestão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 00702, de 17 de Dezembro de 2024, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, disciplina o procedimento de chamamento, a seleção pública e dá outras providências.

CONSIDERANDO os princípios e diretrizes que regem o Sistema Único de Saúde – SUS e a necessidade de assegurar a continuidade, a qualidade, a eficiência e a integralidade das ações e serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos, transparentes e impessoais para a qualificação, seleção, contratação, acompanhamento e avaliação das Organizações Sociais que atuem na área da saúde; e, por fim,

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer os mecanismos de planejamento, controle, fiscalização, avaliação de resultados, transparência e prestação de contas na execução dos Contratos de Gestão;
D E C R E T A
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, o Regulamento Geral para qualificação, seleção, celebração, execução, acompanhamento, fiscalização, avaliação e desqualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações Sociais na área da saúde.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se aos Contratos de Gestão celebrados pelo Município de Tibau com Organizações Sociais para o fomento, gerenciamento e execução de ações e serviços públicos de saúde, observadas a legislação aplicável, as normas do Sistema Único de Saúde – SUS e as especificidades definidas em cada instrumento convocatório e respectivo Contrato de Gestão.

Art. 2º. Poderão ser qualificadas como Organização Social, no âmbito do Município de Tibau, as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à área da saúde e que

atendam integralmente aos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, neste Decreto e nas demais normas aplicáveis.

§ 1º. A qualificação como Organização Social constitui requisito prévio para a celebração de Contrato de Gestão com o Município de Tibau, sem prejuízo do atendimento das condições específicas de habilitação e seleção estabelecidas para cada objeto.

§ 2º. A qualificação como Organização Social não gera direito subjetivo à celebração de Contrato de Gestão, ao recebimento de recursos públicos, à utilização de bens públicos ou à participação automática em qualquer parceria específica.

§ 3º. A entidade qualificada deverá manter, durante todo o período de vigência de sua qualificação e dos Contratos de Gestão que eventualmente celebrar, as condições jurídicas, institucionais, técnicas, operacionais e de regularidade que fundamentaram sua qualificação.

Art. 3º. A qualificação das Organizações Sociais e a celebração, execução e fiscalização dos Contratos de Gestão observarão, especialmente, os princípios da: I – legalidade; II – impessoalidade; III – moralidade; IV – publicidade; V – economicidade; VI – eficiência; VII – transparência; VIII – isonomia; IX – continuidade dos serviços públicos; X – qualidade e segurança da assistência; XI – planejamento; XII – controle e avaliação de resultados; XIII – responsabilidade na aplicação dos recursos públicos; XIV – prestação de contas; e, por fim, XV – observância dos princípios, diretrizes e normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 4º. Para os fins deste Decreto, considera-se: I – **Organização Social – OS:** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada pelo Poder Executivo Municipal na área da saúde, nos termos da legislação aplicável e deste Decreto; II – **Contrato de Gestão:** instrumento celebrado entre o Poder Público Municipal e a entidade qualificada como Organização Social, destinado à formação de parceria para o fomento, gerenciamento e execução de ações e serviços públicos de saúde, com definição das atribuições, responsabilidades e obrigações das partes; III – **Órgão Supervisor:** órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela área da saúde e pela supervisão da execução do Contrato de Gestão; IV – **Programa ou Plano de Trabalho:** documento integrante da proposta e do Contrato de Gestão que estabelece, de forma detalhada, as ações e serviços a serem executados, os objetivos, metas, indicadores, prazos, recursos, metodologia de execução e demais compromissos assumidos pela Organização Social; V – **metas:** resultados quantitativos ou qualitativos previamente definidos e objetivamente mensuráveis, vinculados à execução do objeto do Contrato de Gestão; VI – **indicadores de desempenho:** parâmetros objetivos utilizados para mensurar, acompanhar e avaliar a qualidade, produtividade, eficiência, efetividade e cumprimento das metas pactuadas; VII – **Comissão de Qualificação:** colegiado responsável pela análise dos pedidos de qualificação das entidades interessadas em obter a condição de Organização Social no âmbito municipal; VIII – **Comissão de Seleção:** colegiado responsável pela análise, julgamento e classificação das propostas apresentadas nos procedimentos destinados à celebração de Contrato de Gestão; , por fim, IX – **Comissão de Avaliação:** colegiado responsável pela avaliação periódica dos resultados alcançados na execução dos Contratos de Gestão, mediante análise das metas, indicadores e demais obrigações pactuadas.

Art. 5º. A celebração e a execução de Contratos de Gestão terão como diretrizes: I – a definição clara e objetiva do objeto e dos resultados esperados; II – a vinculação dos recursos públicos às ações, serviços, metas e resultados previstos no Contrato de Gestão; III – a definição prévia de metas quantitativas e qualitativas e de indicadores objetivos de desempenho; IV – a avaliação sistemática da qualidade, produtividade, eficiência e efetividade dos serviços prestados; V – a compatibilidade entre os recursos disponibilizados e as obrigações assumidas; VI – a transparência na aplicação dos recursos e na divulgação dos resultados; VII – o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização, controle e prestação de contas; VIII – a preservação e adequada utilização dos bens, recursos, informações e demais ativos públicos vinculados à parceria; IX – a continuidade e a regularidade das ações e serviços públicos de saúde; e, por fim, X – a prevalência do interesse público e da qualidade da assistência sobre interesses de natureza exclusivamente administrativa ou econômica.

CAPÍTULO II
DA QUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
Seção I
Dos Requisitos para a Qualificação

Art. 6º. A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, interessada em obter qualificação como Organização Social na área da saúde deverá apresentar requerimento ao Poder Executivo Municipal, acompanhado da documentação comprobatória do atendimento aos requisitos previstos neste Decreto.

Art. 7º. Constituem requisitos específicos para a qualificação como Organização Social na área da saúde, a saber: I – comprovar o registro de seu ato constitutivo, que deverá conter, expressamente: a) natureza social de seus objetivos e finalidade institucional compatível com a área da saúde; b) finalidade não lucrativa, com obrigatoriedade de aplicação integral dos excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades e na consecução de seus objetivos institucionais; c) previsão de Conselho de Administração como órgão de deliberação superior e de Diretoria como órgão executivo, definidos na forma do estatuto; d) definição da composição, competências e atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria; e) previsão de participação, no Conselho de Administração, de representantes do Poder Público Municipal e de representantes da sociedade civil, observados os critérios estabelecidos neste Decreto; f) obrigação de elaboração, aprovação e divulgação dos relatórios financeiros, contábeis, gerenciais e de execução dos Contratos de Gestão celebrados com o Poder Público; g) no caso de associação civil, previsão de admissão de novos associados, na forma estabelecida pelo estatuto; h) proibição de distribuição de bens, resultados, excedentes financeiros ou de qualquer parcela do patrimônio líquido entre associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, a qualquer título; i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados, das doações e dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social qualificada na mesma área de atuação ou ao patrimônio público, observada a proporção dos recursos e bens públicos alocados; e j) previsão de adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para impedir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação nos processos decisórios da entidade; II – comprovar sua regular constituição e funcionamento como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos; III – demonstrar compatibilidade entre seus objetivos institucionais e as ações e serviços de saúde; IV – comprovar capacidade técnica e operacional compatível com a área da saúde; V – comprovar a existência, em sua estrutura administrativa ou técnica, de profissionais com formação adequada, notória capacidade e experiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas; VI – demonstrar estrutura administrativa, contábil, financeira e de governança compatível com a gestão de recursos e serviços de interesse público; VII – comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, na forma da legislação aplicável; e, por fim, VIII – dispor de mecanismos de controle interno, integridade, transparência e prevenção de conflitos de interesses compatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas.

§ 1º. A qualificação como Organização Social não substitui nem dispensa a comprovação de requisitos específicos de capacidade técnica, operacional, econômico-financeira ou de habilitação que venham a ser exigidos em procedimento de seleção para celebração de Contrato de Gestão.

§ 2º. A capacidade exigida para a qualificação terá caráter geral quanto à atuação na área da saúde, ficando a demonstração de experiência compatível com a natureza, porte, complexidade e características específicas de cada objeto sujeita às condições estabelecidas no respectivo procedimento de seleção.

Seção II
Do Conselho de Administração

Art. 8º. Para fins de qualificação, o Conselho de Administração da entidade deverá estar estruturado nos termos de seu estatuto, observando, no mínimo, os critérios previstos na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
§ 1º. O Conselho de Administração deverá ser composto por:

I – de 20% (vinte por cento) a 40% (quarenta por cento) de membros representantes do Poder Público;
II – de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) de membros representantes de entidades da sociedade civil;
III – até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados;
IV – de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral; e, por fim,
V – até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.
§ 2º. Os representantes previstos nos incisos I e II do § 1º deverão corresponder, conjuntamente, a mais de 50% (cinquenta por cento) da composição do Conselho de Administração.
§ 3º. Os membros eleitos ou indicados para o Conselho terão mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução, observado, no primeiro mandato, o regime de transição previsto no estatuto.
§ 4º. O dirigente máximo da entidade participará das reuniões do Conselho de Administração sem direito a voto.

§ 5º. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.
§ 6º. Os membros do Conselho de Administração não serão remunerados pelos serviços prestados nessa condição, ressalvado o ressarcimento ou ajuda de custo por participação em reunião, quando previsto no estatuto e observado o disposto na legislação aplicável.
§ 7º. O membro do Conselho de Administração que assumir função executiva na entidade deverá renunciar à condição de conselheiro.
Art. 9º. Constituem atribuições privativas do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras estabelecidas no estatuto: I – fixar as diretrizes e o âmbito de atuação da entidade para consecução de seus objetivos; II – aprovar as propostas de Contrato de Gestão a serem celebradas pela entidade; III – aprovar a proposta de orçamento anual e o programa de investimentos; IV – designar e dispensar os membros da Diretoria; V – fixar os critérios e limites de remuneração dos membros da Diretoria, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis; VI – aprovar alterações estatutárias e deliberar sobre a extinção da entidade, observados os quóruns previstos na legislação e no estatuto; VII – aprovar o regimento interno da entidade, contemplando, no mínimo, sua estrutura organizacional, forma de gerenciamento, cargos e respectivas competências; VIII – aprovar o regulamento próprio para contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados; IX – aprovar e encaminhar ao órgão supervisor os relatórios gerenciais e de atividades relativos aos Contratos de Gestão; X – fiscalizar o cumprimento das diretrizes, obrigações e metas assumidas pela entidade; XI – aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade; XII – supervisionar os mecanismos de controle interno, integridade, gerenciamento de riscos e prevenção de conflitos de interesses; e, por fim, XIII – zelar pela correta utilização dos recursos e bens públicos colocados à disposição da entidade.
Parágrafo único. As deliberações do Conselho de Administração relacionadas à utilização de recursos públicos, execução de Contratos de Gestão e prestação de contas deverão ser formalmente registradas e mantidas à disposição dos órgãos de fiscalização e controle.

Seção III
Da Comissão de Qualificação

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo Municipal instituirá, mediante ato próprio, Comissão de Qualificação responsável pela análise dos requerimentos de qualificação como Organização Social na área da saúde.
§ 1º. A Comissão será composta por, no mínimo, 3 (três) membros, em número ímpar, sendo: I – pelo menos 2 (dois) servidores com conhecimento ou atuação na área da saúde; e II – pelo menos 1 (um) servidor com conhecimento nas áreas administrativa, jurídica, contábil, financeira ou de controle.

§ 2º. Os membros da Comissão deverão declarar, previamente à análise de cada requerimento, inexistência de conflito de interesses com a entidade requerente, seus dirigentes e administradores.
§ 3º. O membro que possuir vínculo, interesse direto ou indireto ou qualquer circunstância que possa comprometer sua imparcialidade deverá declarar-se impedido de participar da análise.
§ 4º. A Comissão poderá solicitar apoio técnico de outros órgãos ou servidores da Administração Pública sempre que a natureza ou complexidade da análise assim exigir.

Seção IV
Do Procedimento para a Qualificação

Art. 11. O pedido de qualificação será apresentado mediante requerimento próprio, acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos neste Decreto.
§ 1º. A Comissão de Qualificação examinará a documentação e emitirá parecer técnico fundamentado acerca do preenchimento dos requisitos para qualificação.

§ 2º. O parecer deverá analisar individualmente os requisitos exigidos e concluir, de forma expressa, pelo atendimento ou não atendimento das condições necessárias à qualificação.
§ 3º. A Comissão poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive para confirmação da autenticidade, validade e atualidade das informações apresentadas.
Art. 12. A Comissão de Qualificação emitirá seu parecer no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da documentação completa.
§ 1º. Verificada a ausência, insuficiência ou necessidade de esclarecimento de documento ou informação, será concedido à entidade prazo de até 10 (dez) dias para complementação ou esclarecimento.
§ 2º. O prazo previsto no caput ficará suspenso durante o período destinado ao cumprimento da diligência.
§ 3º. A ausência de atendimento à diligência no prazo estabelecido poderá resultar no indeferimento do requerimento, mediante decisão fundamentada.
Art. 13. Concluída a análise, o processo será encaminhado ao titular da Secretaria Municipal de Saúde para manifestação quanto à conveniência e oportunidade da qualificação, observados: I – o interesse público; II – a compatibilidade dos objetivos institucionais da entidade com as políticas municipais de saúde; III – a capacidade institucional demonstrada; e, por fim, IV – os resultados da análise realizada pela Comissão de Qualificação.

§ 1º. A manifestação quanto à conveniência e oportunidade deverá ser expressamente motivada e integrará o processo administrativo de qualificação.
§ 2º. Após a manifestação do titular da Secretaria Municipal de Saúde, o processo será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo ou Secretário Municipal de Saúde para a decisão final.
Art. 14. O deferimento da qualificação será formalizado por ato específico do Chefe do Poder Executivo Municipal ou Secretário Municipal de Saúde e publicado no órgão oficial de divulgação do Município de Tibau.
§ 1º. O ato de qualificação identificará, no mínimo: I – a denominação da entidade; II – o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; III – a área para a qual foi concedida a qualificação; e, por fim, IV – a data da decisão.
§ 2º. As entidades qualificadas serão incluídas em Cadastro Municipal de Organizações Sociais, que deverá permanecer atualizado e disponível para consulta pública.
§ 3º. O indeferimento será objeto de decisão expressamente fundamentada, com indicação dos requisitos ou condições não atendidos.
Art. 15. A entidade cujo pedido de qualificação seja indeferido poderá apresentar novo requerimento, desde que sanadas as causas que motivaram o indeferimento, sem prejuízo do direito de impugnação ou

recurso administrativo na forma estabelecida pela Administração Municipal.

Seção V
Da Manutenção da Qualificação

Art. 16. A Organização Social deverá manter, durante todo o período de sua qualificação, os requisitos e condições que fundamentaram sua concessão.
§ 1º. A entidade deverá comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo estabelecido em regulamento ou ato complementar, qualquer alteração: I – de seu estatuto ou ato constitutivo; II – de sua finalidade institucional; III – da composição de seus órgãos de administração e direção; IV – de sua estrutura ou regime de funcionamento que possa repercutir nas condições de qualificação; e, por fim, V – de qualquer circunstância relevante que possa comprometer a regularidade jurídica, técnica, institucional ou econômico-financeira da entidade.
§ 2º. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar documentação atualizada destinada à comprovação da manutenção dos requisitos de qualificação.
§ 3º. A manutenção da qualificação poderá ser submetida a procedimento periódico de atualização cadastral e comprovação documental, conforme disciplinado pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 4º. A constatação de perda ou descumprimento de requisito essencial de qualificação ensejará a adoção das providências previstas neste Decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 17. A qualificação como Organização Social não assegura à entidade qualquer preferência, exclusividade ou direito à celebração de Contrato de Gestão, ficando sua participação sujeita às condições e critérios estabelecidos em cada procedimento de seleção.
CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO DA PARCERIA
Art. 18. A celebração de Contrato de Gestão com Organização Social será precedida de processo administrativo de planejamento, devidamente instruído pela Secretaria Municipal de Saúde, destinado a demonstrar a necessidade, a viabilidade, a adequação e os resultados esperados da parceria.
§ 1º. O planejamento deverá guardar compatibilidade com as políticas, diretrizes, programas e instrumentos de planejamento do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como com as necessidades assistenciais identificadas pelo Município.
§ 2º. A extensão e o grau de detalhamento dos estudos preparatórios serão proporcionais à natureza, ao porte, à complexidade, ao valor e aos riscos do objeto.

§ 3º. A situação de urgência ou emergência, quando devidamente caracterizada no processo administrativo, poderá justificar a simplificação de etapas procedimentais, sem afastar a necessidade de definição do objeto, estimativa de custos, metas, responsabilidades, mecanismos de fiscalização e demonstração da capacidade da entidade selecionada para execução dos serviços.
Art. 19. O processo de planejamento deverá conter, no mínimo, conforme a natureza e a complexidade do objeto: I – caracterização da necessidade pública a ser atendida; II – descrição das ações e serviços de saúde compreendidos no objeto; III – delimitação da abrangência territorial e assistencial da parceria, quando aplicável; IV – identificação da população ou público de referência; V – descrição da estrutura física, tecnológica e operacional disponível ou necessária à execução do objeto; VI – levantamento da capacidade instalada e das condições de funcionamento existentes, quando aplicável; VII – análise da produção assistencial existente ou estimada; VIII – identificação dos recursos humanos necessários à adequada execução dos serviços; IX – estimativa dos recursos financeiros necessários à execução do objeto; X – identificação das fontes de financiamento; XI – definição preliminar das metas quantitativas e qualitativas; XII – definição preliminar dos indicadores de desempenho e dos mecanismos de avaliação; XIII – identificação dos principais riscos assistenciais, operacionais, financeiros e administrativos relacionados à execução do objeto; XIV – identificação dos bens públicos, equipamentos, sistemas, informações e demais recursos que poderão ser disponibilizados para execução da parceria; XV – definição das responsabilidades que permanecerão sob atribuição direta do Município e daquelas que serão atribuídas à Organização Social; XVI – definição das condições necessárias à implantação, continuidade e eventual transição dos serviços; e, por fim, XVII – justificativa técnica quanto à adequação da celebração do Contrato de Gestão para atendimento da necessidade identificada.
Art. 20. A definição do objeto deverá ser clara, precisa e suficientemente detalhada para permitir: I – a adequada compreensão das obrigações a serem assumidas pela Organização Social; II – a elaboração de propostas tecnicamente comparáveis; III – a mensuração dos recursos necessários à execução; IV – o estabelecimento de metas e indicadores compatíveis com os serviços; V – a fiscalização objetiva da execução; VI – a avaliação dos resultados alcançados; e, por fim, VII – a responsabilização pelo eventual descumprimento das obrigações pactuadas.
§ 1º. O objeto poderá abranger uma ou mais ações, serviços, estabelecimentos ou estruturas de saúde, desde que a composição adotada seja tecnicamente justificada e permita adequada definição de responsabilidades, custos, metas e resultados.
§ 2º. A composição do objeto não poderá ser utilizada para restringir injustificadamente a participação de entidades ou para estabelecer condições desproporcionais à necessidade pública a ser atendida.
Art. 21. A estimativa dos recursos financeiros necessários à execução do Contrato de Gestão deverá ser fundamentada em memória de cálculo ou metodologia de composição de custos compatível com o objeto.
§ 1º. A estimativa deverá considerar, sempre que aplicável: I – recursos humanos; II – encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações incidentes; III – materiais de consumo; IV – medicamentos, insumos e produtos para saúde; V – serviços de terceiros; VI – manutenção preventiva e corretiva; VII – serviços de apoio; VIII – despesas administrativas necessárias à execução do objeto; IX – tecnologia da informação e sistemas; X – investimentos previstos; XI – tributos, taxas e demais despesas incidentes, quando aplicáveis; e, por fim, XII – outras despesas necessárias à adequada execução das ações e serviços previstos.
§ 2º. A metodologia utilizada para estimativa dos custos deverá integrar o processo administrativo e permitir a verificação da compatibilidade entre os recursos previstos e as obrigações estabelecidas.
§ 3º. Sempre que houver dados disponíveis, poderão ser considerados, para fins de análise e comparação, os custos históricos dos serviços, parâmetros oficiais, referências públicas de custos e outras informações tecnicamente justificadas.
§ 4º. O valor estimado ou limite financeiro da parceria não dispensará a análise da composição, coerência e exequibilidade dos custos apresentados pelas entidades participantes do procedimento de seleção.
Art. 22. O planejamento deverá definir previamente os resultados que o Município pretende alcançar com a parceria.
§ 1º. As metas deverão guardar correspondência direta com as ações e serviços integrantes do objeto e serão estabelecidas de forma objetiva e mensurável.
§ 2º. Sempre que compatível com o objeto, deverão ser contempladas metas e indicadores relacionados a: I – acesso aos serviços; II – produção assistencial; III – qualidade da assistência; IV – segurança do paciente; V – resolutividade; VI – oportunidade e tempo de atendimento; VII – continuidade do cuidado; VIII – satisfação dos usuários; IX – desempenho dos recursos humanos; X – disponibilidade de medicamentos, materiais e insumos; XI – utilização adequada da capacidade instalada; XII – regularidade dos registros e sistemas de informação; XIII – desempenho econômico e financeiro; XIV – registro, processamento e faturamento da produção, quando aplicável; XV – cumprimento das obrigações de transparência e prestação de contas; e, por fim, XVI – outros resultados compatíveis com as características específicas do objeto.
§ 3º. A definição das metas deverá considerar as condições concretas de execução, a capacidade instalada, os recursos disponibilizados, o perfil assistencial e demais circunstâncias que possam influenciar objetivamente os resultados.
Art. 23. O processo de planejamento deverá identificar os riscos relevantes capazes de comprometer a execução, a qualidade, a continuidade ou a sustentabilidade das ações e serviços objeto do Contrato de Gestão.

§ 1º. Para os riscos identificados deverão ser estabelecidas, sempre que possível, medidas de prevenção, mitigação, monitoramento e resposta.
§ 2º. Deverá ser definida, no instrumento convocatório ou no Contrato de Gestão, a responsabilidade das partes quanto aos riscos relacionados, especialmente, a: I – disponibilidade e condições da estrutura física; II – equipamentos e bens públicos; III – manutenção e conservação; IV – recursos humanos; V – abastecimento de medicamentos, materiais e insumos; VI – sistemas de informação; VII – variações relevantes da demanda assistencial; VIII – alterações do perfil dos serviços; IX – fatos que possam comprometer a continuidade da assistência; e, por fim, X – demais circunstâncias relevantes identificadas no planejamento.
§ 3º. Não poderão ser atribuídos genericamente à Organização Social riscos cuja ocorrência dependa exclusivamente de ato, omissão ou obrigação própria do Poder Público, sem a correspondente definição contratual.
Art. 24. Concluído o planejamento, a Secretaria Municipal de Saúde deverá consolidar as informações necessárias à elaboração do instrumento convocatório, do Plano ou Programa de Trabalho de referência e da minuta do Contrato de Gestão.
Parágrafo único. Antes da publicação do procedimento de seleção, deverão estar definidos, no mínimo: I – o objeto; II – os serviços e atividades abrangidos; III – o prazo previsto para execução; IV – o limite ou estimativa dos recursos financeiros destinados à parceria; V – as metas e indicadores essenciais; VI – os critérios de avaliação de desempenho; VII – os requisitos de capacidade técnica e operacional compatíveis com o objeto; VIII – os critérios de seleção e julgamento; IX – as obrigações essenciais das partes; X – os mecanismos de acompanhamento e fiscalização; XI – as condições de prestação de contas; XII – os bens, equipamentos e recursos públicos eventualmente disponibilizados; e, por fim, XIII – as condições de implantação e transição, quando aplicáveis.
Art. 25. É vedada a inclusão, nos estudos preparatórios, no instrumento convocatório ou nos documentos que integrem a seleção, de exigência técnica, operacional, territorial, econômica ou institucional sem relação objetiva e proporcional com o objeto a ser executado.

Parágrafo único. Toda exigência destinada a demonstrar experiência, capacidade técnica, estrutura operacional ou condição econômico-financeira deverá possuir justificativa no processo administrativo e guardar proporcionalidade com a natureza, dimensão, complexidade e riscos da parceria.

CAPÍTULO IV
DA CONVOCAÇÃO PÚBLICA E DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO
Seção I
Da Convocação Pública
Art. 26. A celebração de Contrato de Gestão será precedida de procedimento público de seleção destinado à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, observados os princípios estabelecidos neste Decreto e critérios objetivos previamente definidos no instrumento convocatório.
§ 1º. O procedimento de seleção será conduzido de forma pública, objetiva, impessoal, isonômica e transparente, assegurada igualdade de condições entre as entidades participantes.
§ 2º. A seleção deverá buscar a proposta que apresente a melhor combinação entre qualidade técnica, capacidade de execução, resultados assistenciais propostos, eficiência e economicidade, de acordo com os critérios e pesos definidos no instrumento convocatório.
§ 3º. A celebração do Contrato de Gestão ficará condicionada à manutenção, pela entidade selecionada, de todas as condições de qualificação e habilitação exigidas.
Art. 27. A Convocação Pública será divulgada no órgão oficial de publicação do Município e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Saúde, com disponibilização integral do instrumento convocatório e de seus anexos.
§ 1º. Poderão ser adotadas formas adicionais de divulgação sempre que destinadas a ampliar a publicidade e a competitividade do procedimento.
§ 2º. Todos os documentos necessários à elaboração das propostas deverão permanecer acessíveis aos interessados durante o período destinado à apresentação das propostas.
Art. 28. O instrumento convocatório deverá conter, no mínimo: I – descrição clara e detalhada do objeto; II – identificação das ações e serviços compreendidos na parceria; III – período previsto para execução do Contrato de Gestão; IV – condições para participação; V – requisitos de qualificação e habilitação; VI – requisitos de capacidade técnica e operacional compatíveis com a natureza, porte e complexidade do objeto; VII – informações necessárias ao conhecimento da estrutura, capacidade instalada e condições de execução do objeto, quando aplicável; VIII – metas quantitativas e qualitativas essenciais; IX – indicadores de desempenho e critérios de avaliação; X – limite máximo ou valor estimado dos recursos públicos destinados à execução; XI – metodologia ou parâmetros utilizados para composição ou estimativa dos custos, quando disponíveis; XII – critérios de julgamento das propostas; XIII – critérios, pesos, índices ou fórmulas de pontuação; XIV – nota ou pontuação técnica mínima, quando estabelecida; XV – critérios para análise da adequação e exequibilidade da proposta econômico-financeira; XVI – critérios de desempate; XVII – forma, prazo e local para apresentação das propostas e documentos; XVIII – forma de apresentação do Plano ou Programa de Trabalho; XIX – regras relativas a pedidos de esclarecimento e impugnação; XX – regras relativas à realização de diligências; XXI – fases do procedimento de seleção; XXII – prazos e condições para interposição e julgamento de recursos administrativos; XXIII – relação dos bens, equipamentos, sistemas e demais recursos públicos eventualmente disponibilizados; XXIV – condições de implantação, início da execução e transição dos serviços, quando aplicáveis; XXV – minuta do Contrato de Gestão; XXVI – minuta ou modelo de Plano ou Programa de Trabalho de referência, quando houver; XXVII – matriz ou sistemática de avaliação de desempenho a ser utilizada durante a execução; XXVIII – obrigações essenciais do Poder Público e da Organização Social; e, por fim, XXIX – demais informações necessárias à adequada compreensão e formulação das propostas.
§ 1º. Os critérios estabelecidos no instrumento convocatório deverão guardar relação direta com o objeto e ser acompanhados de metodologia que permita sua aplicação objetiva pela Comissão de Seleção.
§ 2º. É vedada a utilização, no julgamento, de critério, fator, requisito, documento, informação ou condição que não esteja previamente previsto no instrumento convocatório.

§ 3º. As exigências técnicas deverão ser proporcionais à dimensão, natureza, complexidade e riscos do objeto, vedadas condições desnecessárias ou injustificadamente restritivas à participação.
Seção II
Dos Prazos e da Publicidade
Art. 29. O prazo para apresentação das propostas será definido no instrumento convocatório em função da complexidade do objeto e do grau de elaboração exigido dos participantes.
§ 1º. O prazo previsto no caput não será inferior a 10 (dez) dias úteis, contado da publicação da Convocação Pública.
§ 2º. Em situação de urgência ou emergência devidamente caracterizada e motivada no processo administrativo, o prazo poderá ser reduzido, respeitado o mínimo de 5 (cinco) dias úteis, desde que a redução não inviabilize a elaboração das propostas ou comprometa a competitividade do procedimento.
§ 3º. A justificativa para a redução do prazo deverá demonstrar as circunstâncias concretas que impossibilitem a utilização do prazo ordinário.
Art. 30. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos ou apresentar impugnação ao instrumento convocatório nos prazos nele estabelecidos.
§ 1º. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações deverão ser divulgadas no mesmo meio eletrônico em que estiver disponibilizado o instrumento convocatório, preservada a identificação do requerente quando cabível.
§ 2º. As respostas de caráter geral integrarão o instrumento convocatório para todos os fins.
§ 3º. A Administração poderá, de ofício ou em decorrência de impugnação ou esclarecimento, promover alterações no instrumento convocatório.

§ 4º. Quando a alteração interferir na formulação das propostas ou nas condições de participação, deverá ser divulgada pelos mesmos meios utilizados para o instrumento original e reaberto prazo suficiente para adequação das propostas.

Seção III

Da Participação

Art. 31. Poderão participar do procedimento de seleção as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, regularmente qualificadas como Organizações Sociais na área da saúde no âmbito do Município e que atendam às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§ 1º. A qualificação da entidade não dispensa a comprovação dos requisitos específicos de habilitação, capacidade técnica, operacional e econômico-financeira estabelecidos para o objeto.

§ 2º. É vedada a participação de entidade: I – cuja qualificação esteja suspensa ou tenha sido desconstituída; II – que esteja impedida de contratar ou celebrar parceria com o Poder Público por decisão administrativa ou judicial vigente; III – que possua dirigente ou administrador enquadrado em situação de conflito de interesses ou impedimento expressamente previsto em lei ou no instrumento convocatório; IV – que não mantenha as condições que fundamentaram sua qualificação como Organização Social; ou V – que incorra em outra hipótese de impedimento prevista na legislação aplicável.

Art. 32. A participação no procedimento implica aceitação integral das condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Parágrafo único. A entidade participante será responsável pela veracidade, autenticidade e atualização das informações e documentos apresentados, sem prejuízo das diligências e verificações realizadas pela Administração.

Seção IV

Da Apresentação das Propostas

Art. 33. As propostas deverão ser apresentadas na forma e no prazo estabelecidos no instrumento convocatório, contendo todos os elementos necessários à avaliação técnica e econômico-financeira.

§ 1º. O Plano ou Programa de Trabalho constituirá elemento obrigatório da proposta e deverá observar as disposições deste Decreto e do instrumento convocatório.

§ 2º. A proposta econômico-financeira deverá apresentar os valores e a composição dos custos necessários à execução do objeto, com nível de detalhamento suficiente para análise de sua compatibilidade e exequibilidade.

§ 3º. A entidade deverá demonstrar coerência entre: I – as atividades propostas; II – os recursos humanos previstos; III – os recursos materiais e tecnológicos; IV – as metas e resultados assumidos; V – os prazos de implantação e execução; e, por fim, VI – os custos apresentados.

§ 4º. As propostas deverão ser elaboradas com base nas condições efetivamente estabelecidas pelo Município, sendo vedada a atribuição à entidade participante de responsabilidade por obrigação não prevista no instrumento convocatório.

Seção V

Das Diligências e do Saneamento

Art. 34. A Comissão de Seleção poderá realizar diligências destinadas a esclarecer informações, confirmar documentos, verificar dados ou sanar falhas formais que não alterem a substância das propostas.

§ 1º. A diligência não poderá ser utilizada para: I – permitir a apresentação de proposta nova; II – alterar elemento essencial utilizado para obtenção da pontuação; III – modificar substancialmente o conteúdo técnico ou econômico da proposta após o encerramento do prazo de apresentação; ou IV – criar condição de participação não prevista no instrumento convocatório.

§ 2º. As diligências realizadas deverão ser formalmente registradas no processo administrativo.

§ 3º. Quando a diligência se referir a elemento passível de repercutir no julgamento, a decisão da Comissão deverá ser expressamente fundamentada.

Seção VI

Do Resultado da Convocação

Art. 35. O procedimento poderá prosseguir quando houver apenas uma proposta válida, desde que: I – tenham sido observadas as condições de publicidade e participação previstas neste Decreto; II – a entidade atenda integralmente às condições de qualificação e habilitação; III – a proposta alcance a pontuação técnica mínima exigida, quando houver; IV – os custos apresentados sejam considerados compatíveis e exequíveis; V – seja demonstrada a adequação da proposta aos objetivos, metas e resultados pretendidos; e, por fim, VI – a Administração motive expressamente a vantajosidade e a conveniência da celebração do Contrato de Gestão.

Parágrafo único. A existência de proposta única não implica sua aceitação automática pela Administração.

Art. 36. Caso não sejam apresentadas propostas, ou todas sejam desclassificadas ou inabilitadas, a Secretaria Municipal de Saúde poderá, mediante decisão fundamentada: I – promover nova Convocação Pública; II – revisar as condições estabelecidas no procedimento, quando identificada inadequação capaz de comprometer a participação, preservadas as necessidades e exigências essenciais do objeto; ou III – adotar outra providência admitida pela legislação aplicável, mediante adequada instrução do processo administrativo.

Seção VII

Do Procedimento em Situações de Urgência ou Emergência

Art. 37. Nas situações de urgência ou emergência devidamente caracterizadas, em que a demora decorrente do procedimento ordinário possa comprometer a continuidade, a segurança ou a adequada prestação dos serviços públicos de saúde, poderá ser adotado procedimento de seleção simplificado.

§ 1º. O procedimento simplificado deverá preservar, no mínimo: I – divulgação pública da oportunidade; II – descrição objetiva do objeto; III – requisitos mínimos de qualificação, habilitação e capacidade técnica; IV – definição dos serviços e resultados esperados; V – estimativa ou limite dos recursos financeiros; VI – critérios objetivos de seleção e julgamento; VII – apresentação de Plano ou Programa de Trabalho; VIII – demonstração da compatibilidade e exequibilidade dos custos; IX – decisão motivada da Comissão de Seleção; X – publicação do resultado; e, por fim, XI – formalização do Contrato de Gestão.

§ 2º. A adoção do procedimento simplificado deverá ser precedida de justificativa específica que demonstre: I – a situação concreta de urgência ou emergência; II – os riscos decorrentes da demora; III – a necessidade de redução das etapas ou prazos; e, por fim, IV – a preservação dos controles indispensáveis à adequada utilização dos recursos públicos.

§ 3º. O caráter urgente ou emergencial da situação não afastará a obrigação de demonstração da capacidade técnica e operacional da Organização Social selecionada.

§ 4º. A simplificação do procedimento não autoriza a utilização de critérios subjetivos ou a escolha imotivada de entidade.

Art. 38. Todos os atos relevantes do procedimento de seleção, inclusive instrumento convocatório, esclarecimentos, decisões, resultado, recursos e decisão final, deverão ser registrados no respectivo processo administrativo e divulgados na forma prevista neste Decreto, ressalvadas as informações legalmente protegidas.

CAPÍTULO V

DO PROGRAMA OU PLANO DE TRABALHO

Art. 39. O Programa ou Plano de Trabalho apresentado pela Organização Social constituirá elemento essencial da proposta e deverá demonstrar, de forma clara, objetiva e tecnicamente fundamentada, os meios, recursos, métodos, ações e resultados propostos para a execução do objeto.

§ 1º. O Programa ou Plano de Trabalho deverá guardar integral compatibilidade com: I – o objeto da Convocação Pública; II – as especificações técnicas estabelecidas pela Administração; III – as ações e serviços previstos; IV – as metas e indicadores definidos; V – a capacidade instalada e as condições de execução informadas pelo Município; VI – os recursos financeiros previstos; VII – os prazos de implantação e execução; e, por fim, VIII – as normas legais, sanitárias e assistenciais aplicáveis.

§ 2º. Não serão consideradas, para fins de pontuação ou classificação, informações genéricas, declarações de intenção ou compromissos que não permitam aferição objetiva de sua execução.

Art. 40. O Programa ou Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, conforme a natureza e a complexidade do objeto: I – apresentação e compreensão técnica do objeto; II – diagnóstico das condições de

execução e dos principais desafios relacionados aos serviços; III – modelo de gestão proposto; IV – organização das ações e serviços; V – estrutura organizacional destinada à execução do Contrato de Gestão; VI – dimensionamento e organização dos recursos humanos; VII – descrição das categorias profissionais necessárias à execução do objeto; VIII – metodologia de gestão e acompanhamento das equipes; IX – metodologia de organização dos processos assistenciais; X – mecanismos de acesso, acolhimento e organização dos fluxos dos usuários; XI – estratégias destinadas à garantia da continuidade do cuidado e integração entre os serviços; XII – metodologia de gestão da qualidade; XIII – mecanismos relacionados à segurança do paciente e gerenciamento de riscos assistenciais, quando aplicáveis; XIV – metodologia de acompanhamento das metas e indicadores; XV – mecanismos de monitoramento da produção e dos resultados; XVI – organização administrativa e financeira da execução; XVII – metodologia de gestão de medicamentos, materiais, insumos e demais recursos necessários à prestação dos serviços; XVIII – metodologia de gestão, conservação e manutenção dos bens e equipamentos vinculados ao objeto; XIX – sistemática de utilização, alimentação, controle e monitoramento dos sistemas de informação; XX – metodologia de registro, processamento e faturamento da produção assistencial, quando aplicável; XXI – mecanismos de controle interno, integridade e prevenção de irregularidades; XXII – mecanismos de transparência e prestação de contas; XXIII – cronograma de implantação e execução das atividades; XXIV – proposta de metas quantitativas e qualitativas, observado o mínimo estabelecido pela Administração; XXV – indicadores de desempenho e resultados; XXVI – orçamento detalhado e memória de composição dos custos; XXVII – demonstração da compatibilidade entre os recursos propostos e as obrigações assumidas; XXVIII – identificação dos principais riscos relacionados à execução e respectivas medidas de prevenção ou mitigação; XXIX – metodologia de implantação, mobilização e início da execução; XXX – metodologia destinada à continuidade e eventual transição dos serviços; e, por fim, XXXI – demais elementos exigidos no instrumento convocatório em razão das características do objeto.

Seção I

Dos Recursos Humanos

Art. 41. O Programa ou Plano de Trabalho deverá demonstrar a estrutura de recursos humanos necessária à execução do objeto, observados os parâmetros assistenciais, técnicos e operacionais aplicáveis.

§ 1º. A proposta deverá apresentar, conforme exigido no instrumento convocatório: I – categorias profissionais; II – quantitativos estimados; III – cargas horárias; IV – forma de organização das jornadas e escalas; V – estrutura de coordenação técnica e administrativa; VI – requisitos de formação, qualificação e experiência dos profissionais responsáveis por funções estratégicas; VII – metodologia de recrutamento, seleção, contratação, integração e substituição de profissionais; VIII – política de educação permanente e capacitação; IX – mecanismos de acompanhamento da assiduidade e cumprimento das jornadas; X – estratégias para manutenção da continuidade das equipes; e, por fim, XI – custos correspondentes.

§ 2º. O dimensionamento proposto deverá ser compatível com os serviços, capacidade instalada, funcionamento, metas e resultados previstos.

§ 3º. A proposta que contemple quantitativos manifestamente incompatíveis com a adequada execução do objeto estará sujeita à análise de exequibilidade na forma estabelecida no instrumento convocatório.

Seção II

Da Proposta Assistencial e Operacional

Art. 42. A Organização Social deverá apresentar metodologia de execução assistencial e operacional compatível com o objeto, contemplando, quando aplicável: I – organização do acesso aos serviços; II – acolhimento e classificação das necessidades dos usuários; III – fluxos internos e externos; IV – protocolos e rotinas assistenciais; V – integração entre equipes e pontos da rede de atenção à saúde; VI – mecanismos de referência e contrarreferência; VII – continuidade do cuidado; VIII – gerenciamento da capacidade instalada; IX – gestão de agendas, filas, tempos de espera e demanda; X – qualidade e segurança assistencial; XI – vigilância dos eventos relacionados à assistência; XII – mecanismos de satisfação e manifestação dos usuários; e, por fim, XIII – demais processos necessários ao alcance dos resultados pactuados.

Parágrafo único. O instrumento convocatório poderá definir componentes obrigatórios da proposta assistencial de acordo com a natureza e complexidade do objeto.

Seção III

Das Metas e dos Indicadores Propostos

Art. 43. As metas e indicadores apresentados pela Organização Social deverão guardar correspondência com os resultados definidos pela Administração e permitir acompanhamento e avaliação objetivos.

§ 1º. A Organização Social poderá propor metas ou níveis de desempenho superiores aos parâmetros mínimos estabelecidos no instrumento convocatório, desde que: I – sejam tecnicamente exequíveis; II – sejam objetivamente mensuráveis; III – estejam compatíveis com os recursos financeiros, humanos, materiais e estruturais previstos; IV – possuam metodologia de aferição definida; e, por fim, V – não dependam de condição externa cuja responsabilidade não esteja atribuída à entidade.

§ 2º. Toda meta, indicador, resultado ou nível de desempenho adicional utilizado para atribuição de pontuação à proposta vencedora será incorporado ao Programa ou Plano de Trabalho definitivo e ao Contrato de Gestão.

§ 3º. Não será admitida, após o julgamento, a exclusão ou redução injustificada de compromisso que tenha contribuído para a pontuação ou classificação da Organização Social.

Seção IV

Da Proposta Econômico-Financeira

Art. 44. A proposta econômico-financeira integrará o Programa ou Plano de Trabalho e deverá demonstrar os recursos necessários à execução integral do objeto.

§ 1º. A proposta deverá conter orçamento detalhado, com discriminação suficiente para permitir a avaliação da composição e da compatibilidade dos custos.

§ 2º. Deverão ser individualizadas, conforme aplicável, as despesas relativas a: I – pessoal, remunerações, encargos e benefícios; II – serviços de terceiros; III – medicamentos; IV – materiais e insumos; V – manutenção; VI – serviços de apoio; VII – tecnologia da informação; VIII – despesas administrativas; IX – investimentos; X – tributos, taxas e demais encargos incidentes; e, por fim, XI – outras despesas necessárias à execução do objeto.

§ 3º. A proposta deverá demonstrar coerência entre sua estrutura de custos e: I – o quantitativo e o perfil dos serviços; II – o dimensionamento de pessoal; III – as metas assumidas; IV – os recursos materiais e tecnológicos previstos; V – o cronograma de implantação; e, por fim, VI – os resultados propostos.

§ 4º. A apresentação de valor inferior ao limite estabelecido pela Administração não constituirá, isoladamente, vantagem suficiente para seleção da proposta, devendo ser considerada sua exequibilidade e compatibilidade com a adequada prestação dos serviços.

Seção V

Dos Sistemas de Informação, Dados e Faturamento

Art. 45. O Programa ou Plano de Trabalho deverá descrever os mecanismos de gestão das informações necessárias à execução, ao monitoramento e à fiscalização do Contrato de Gestão.

§ 1º. A proposta deverá contemplar, quando aplicável: I – utilização e alimentação regular dos sistemas oficiais; II – mecanismos de validação e consistência dos registros; III – disponibilidade de informações assistenciais, administrativas e financeiras; IV – rastreabilidade das informações utilizadas na apuração das metas e indicadores; V – controle de acesso e segurança das informações; VI – integração e interoperabilidade entre sistemas, quando exigidas; VII – mecanismos destinados à preservação e continuidade das bases de dados; VIII – acesso da Administração às informações necessárias à fiscalização; e, por fim, IX – entrega integral dos dados e informações ao término da parceria.

§ 2º. Quando o objeto envolver produção passível de registro, processamento ou faturamento perante o Sistema Único de Saúde – SUS, a proposta deverá apresentar metodologia específica para acompanhamento desses processos.

Seção VI

Da Implantação e da Transição

Art. 46. O Programa ou Plano de Trabalho deverá conter cronograma de implantação compatível com o prazo definido no instrumento convocatório.
§ 1º. O cronograma deverá identificar as principais etapas necessárias ao início da execução, incluindo, quando aplicável: I – mobilização da equipe; II – contratação e integração de profissionais; III – recebimento e conferência dos bens; IV – organização de estoques; V – implantação de processos e rotinas; VI – ativação ou integração de sistemas; VII – definição de fluxos assistenciais e administrativos; VIII – capacitação inicial das equipes; e, por fim, IX – demais providências necessárias ao início regular dos serviços.
§ 2º. A proposta deverá contemplar medidas destinadas a impedir interrupção ou prejuízo à assistência durante a implantação, substituição de entidade ou encerramento do Contrato de Gestão.

Seção VII
Da Vinculação da Proposta

Art. 47. O Programa ou Plano de Trabalho da Organização Social vencedora, após os ajustes formais decorrentes do procedimento de seleção, constituirá parte integrante e indissociável do Contrato de Gestão.
§ 1º. Vinculam a Organização Social, além das obrigações expressamente estabelecidas no instrumento convocatório: I – os compromissos técnicos apresentados; II – as metas e resultados ofertados; III – os níveis de desempenho propostos; IV – os quantitativos, metodologias e soluções considerados para pontuação; V – o cronograma de implantação; VI – as obrigações adicionais voluntariamente assumidas que tenham influenciado o julgamento; e, por fim, VII – os demais elementos da proposta utilizados para sua classificação.
§ 2º. Os ajustes realizados entre a seleção e a assinatura do Contrato de Gestão somente poderão: I – corrigir erros materiais; II – adequar formalmente o documento ao resultado do procedimento; III – incorporar determinações da Administração decorrentes do instrumento convocatório; ou IV – promover ajustes que não alterem a classificação, a vantagem obtida, a essência da proposta ou os compromissos utilizados para pontuação.
§ 3º. É vedada a negociação posterior destinada a retirar, reduzir ou substituir obrigação cuja apresentação tenha resultado em vantagem competitiva para a entidade vencedora, salvo fato superveniente devidamente demonstrado e mediante decisão técnica expressamente fundamentada, sem prejuízo das demais consequências cabíveis.
Art. 48. A Administração poderá rejeitar Programa ou Plano de Trabalho que: I – não atenda às exigências essenciais do instrumento convocatório; II – seja incompatível com o objeto; III – contenha metas, estruturas ou metodologias manifestamente inexequíveis; IV – apresente inconsistência relevante entre serviços, recursos, metas e custos; V – não demonstre capacidade de execução adequada; VI – apresente orçamento cuja inexequibilidade não seja satisfatoriamente esclarecida; VII – contenha informação falsa ou materialmente inconsistente; ou VIII – deixe de apresentar elemento indispensável à avaliação objetiva da proposta.

Parágrafo único. A desclassificação deverá ser expressamente fundamentada pela Comissão de Seleção, com indicação objetiva da condição não atendida.

CAPÍTULO VI
DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 49. O julgamento das propostas será realizado com base em critérios objetivos, previamente estabelecidos no instrumento convocatório, destinados à identificação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e mais adequada à execução das ações e serviços de saúde objeto da parceria.
§ 1º. O julgamento considerará, de forma combinada: I – a qualidade técnica da proposta; II – a capacidade técnica e operacional da entidade; III – a experiência compatível com o objeto; IV – a qualidade e consistência do Programa ou Plano de Trabalho; V – os resultados e níveis de desempenho propostos; e, por fim, VI – a adequação, compatibilidade e economicidade da proposta econômico-financeira.
§ 2º. O instrumento convocatório estabelecerá os pesos atribuídos aos componentes técnico e econômico, os quais deverão ser justificados no processo administrativo de acordo com a natureza, o porte, a complexidade e os riscos do objeto.
§ 3º. Nos objetos em que a qualidade técnica, a continuidade assistencial, a segurança dos usuários ou a complexidade operacional sejam determinantes para o resultado da parceria, poderá ser estabelecida preponderância da avaliação técnica sobre a avaliação econômica, mediante justificativa expressa.
§ 4º. O menor valor proposto, isoladamente, não constituirá critério suficiente para declaração da proposta vencedora.
Art. 50. O instrumento convocatório deverá estabelecer matriz de julgamento contendo, no mínimo: I – critérios e subcritérios de avaliação; II – pontuação máxima atribuída a cada critério; III – documentos ou elementos utilizados para comprovação; IV – metodologia objetiva para atribuição das notas; V – pesos aplicáveis, quando houver; VI – pontuação técnica mínima exigida; VII – hipóteses de desclassificação; VIII – metodologia de avaliação da proposta econômico-financeira; IX – critérios de desempate; e, por fim, X – metodologia para obtenção da pontuação final.
§ 1º. A soma das pontuações máximas deverá corresponder à pontuação total definida no instrumento convocatório.

§ 2º. Sempre que um critério admitir diferentes níveis de atendimento, o instrumento convocatório deverá estabelecer previamente as faixas, parâmetros ou condições correspondentes a cada pontuação.
§ 3º. É vedada a atribuição de pontuação com fundamento exclusivo em juízo genérico de excelência, qualidade, inovação, conveniência ou expressão equivalente sem a definição prévia dos elementos objetivos que caracterizem cada nível de avaliação.
§ 4º. Os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária serão examinados como condições de habilitação, não constituindo, por si sós, fatores de vantagem competitiva ou pontuação.

Seção II
Da Avaliação Técnica

Art. 51. A avaliação técnica deverá considerar, conforme as características do objeto e na forma estabelecida no instrumento convocatório, entre outros, os seguintes componentes: I – compreensão e adequação da proposta ao objeto; II – experiência institucional compatível com as ações e serviços a serem executados; III – capacidade técnica e operacional; IV – experiência na gestão de serviços de natureza, porte ou complexidade compatíveis; V – modelo de gestão proposto; VI – organização assistencial e operacional; VII – estrutura e dimensionamento dos recursos humanos; VIII – qualificação e experiência da equipe responsável pelas funções estratégicas; IX – metodologia de gestão da qualidade; X – mecanismos relacionados à segurança do paciente e gerenciamento de riscos assistenciais; XI – organização dos fluxos e processos de trabalho; XII – mecanismos de acesso, continuidade e resolutividade da assistência; XIII – metodologia de gestão de medicamentos, materiais e insumos; XIV – metodologia de gestão e manutenção de equipamentos e bens vinculados ao serviço; XV – sistemas de informação e mecanismos de gestão de dados; XVI – metodologia de registro, processamento e faturamento da produção, quando aplicável; XVII – metodologia de acompanhamento de metas e indicadores; XVIII – mecanismos de controle interno, integridade, transparência e prestação de contas; XIX – capacidade de implantação e mobilização; XX – metodologia de continuidade e transição dos serviços; e, por fim, XXI – resultados, níveis de desempenho e demais compromissos objetivamente mensuráveis propostos pela entidade.
§ 1º. O instrumento convocatório selecionará, dentre os componentes previstos neste artigo, aqueles efetivamente relacionados ao objeto e estabelecerá sua respectiva pontuação.
§ 2º. Nenhum critério poderá ser incluído exclusivamente com a finalidade de aumentar ou reduzir artificialmente a pontuação de determinada entidade.
§ 3º. A avaliação da capacidade técnica deverá considerar a aptidão concreta da entidade para executar o objeto, e não apenas a quantidade de documentos ou atestados apresentados.

Seção III
Da Experiência e da Capacidade Técnica e Operacional

Art. 52. Para avaliação da experiência e da capacidade técnica e operacional, o instrumento convocatório poderá considerar: I – experiência anterior na gestão ou execução de ações e serviços de saúde; II – compatibilidade da experiência anterior com a natureza do objeto; III – porte e complexidade dos serviços anteriormente geridos ou executados; IV – período de execução das atividades; V – diversidade e abrangência dos serviços sob responsabilidade da entidade; VI – estrutura administrativa e operacional mobilizada; VII – experiência na gestão de recursos humanos; VIII – experiência na gestão de recursos públicos; IX – resultados alcançados na execução de contratos, ajustes ou instrumentos anteriores; X – desempenho em metas e indicadores assistenciais ou de gestão, quando objetivamente comprovável; XI – experiência em sistemas de informação, produção e processamento de dados relacionados à saúde; XII – experiência em gestão de abastecimento, equipamentos, manutenção e demais atividades necessárias ao objeto; e, por fim, XIII – outros aspectos técnicos diretamente relacionados à adequada execução da parceria.

Art. 53. A comprovação da experiência poderá ocorrer mediante documentos idôneos capazes de demonstrar a efetiva execução das atividades declaradas, na forma prevista no instrumento convocatório.

§ 1º. Poderão ser admitidos, conforme o caso: I – contratos, convênios, contratos de gestão ou instrumentos congêneres; II – atestados ou declarações emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado; III – relatórios de execução; IV – documentos oficiais de acompanhamento e avaliação; V – demonstrativos de produção; VI – relatórios de cumprimento de metas e indicadores; e, por fim, VII – outros documentos aptos a comprovar a experiência declarada.

§ 2º. A Administração poderá realizar diligências para confirmar a autenticidade, abrangência, período, resultados e demais informações constantes dos documentos apresentados.

§ 3º. O instrumento convocatório poderá estabelecer requisitos mínimos e critérios de pontuação relacionados ao porte, período, volume ou complexidade das experiências anteriores, desde que guardem proporcionalidade com o objeto e estejam tecnicamente justificados no processo administrativo.

§ 4º. Não poderá ser exigida identidade absoluta entre a experiência anterior e o objeto da seleção quando a demonstração de experiência equivalente ou compatível for suficiente para comprovar a capacidade de execução.

§ 5º. É vedada a exigência de experiência anterior exclusivamente no Município ou em determinada localidade, salvo quando característica territorial específica for indispensável à execução do objeto e estiver tecnicamente justificada.

Art. 54. A experiência anterior poderá receber pontuação diferenciada em razão dos resultados efetivamente alcançados, desde que estes possam ser comprovados de maneira objetiva.

§ 1º. Para fins do caput, poderão ser considerados, conforme previstos no instrumento convocatório: I – cumprimento de metas; II – alcance de indicadores de qualidade e produtividade; III – desempenho assistencial; IV – regularidade da execução; V – resultados de avaliações realizadas pelo órgão contratante ou supervisor; VI – continuidade dos serviços; VII – desempenho relacionado a produção, acesso, qualidade ou eficiência; e, por fim, VIII – outros resultados objetivos diretamente relacionados ao critério avaliado.

§ 2º. A mera apresentação de atestado de execução não autoriza presunção automática de desempenho superior.

§ 3º. A atribuição de pontuação por resultado anterior dependerá da existência de documentação suficiente para sua verificação.

Seção IV

Da Avaliação do Programa ou Plano de Trabalho

Art. 55. A avaliação do Programa ou Plano de Trabalho deverá verificar sua aderência às necessidades estabelecidas pela Administração e a consistência entre as soluções propostas, os recursos previstos e os resultados assumidos.

§ 1º. Serão avaliados, conforme definido no instrumento convocatório: I – consistência técnica; II – grau de detalhamento; III – coerência entre diagnóstico, metodologia e soluções propostas; IV – compatibilidade entre estrutura operacional e serviços; V – adequação do dimensionamento de recursos humanos; VI – qualidade dos mecanismos de monitoramento e controle; VII – exequibilidade dos prazos de implantação; VIII – adequação das metas e indicadores; IX – mecanismos de gerenciamento de riscos; X – coerência entre recursos, custos e resultados; e, por fim, XI – demais elementos previstos na matriz de julgamento.

§ 2º. Compromissos apresentados pela entidade que resultem em pontuação somente serão considerados quando forem: I – objetivos; II – mensuráveis; III – exequíveis; IV – relacionados ao objeto; e V – passíveis de incorporação ao Contrato de Gestão.

§ 3º. Os compromissos utilizados para pontuação da proposta vencedora serão obrigatoriamente incorporados ao Programa ou Plano de Trabalho definitivo e ao Contrato de Gestão.

Seção V

Da Avaliação Econômico-Financeira

Art. 56. A avaliação da proposta econômico-financeira deverá considerar não apenas o valor global apresentado, mas também sua compatibilidade com a execução integral e adequada do objeto.

§ 1º. Serão examinados, no mínimo: I – valor global da proposta; II – composição dos custos; III – compatibilidade dos custos com os serviços e atividades propostos; IV – coerência entre custos e dimensionamento de pessoal; V – compatibilidade das despesas com as metas e obrigações assumidas; VI – adequação dos valores relativos a materiais, insumos, serviços, manutenção, sistemas e demais componentes relevantes; VII – atendimento às obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e normativas aplicáveis; e VIII – exequibilidade global da proposta.

§ 2º. O instrumento convocatório estabelecerá a metodologia objetiva de atribuição da pontuação econômica.

§ 3º. A metodologia de avaliação econômica deverá evitar que redução de valor incompatível com a adequada execução do serviço resulte em vantagem classificatória indevida.

Art. 57. A proposta cujo valor ultrapasse o limite máximo estabelecido no instrumento convocatório será desclassificada, salvo hipótese expressamente admitida e disciplinada no próprio instrumento.

§ 1º. Quando houver indícios de inexequibilidade, a Comissão de Seleção deverá oportunizar à entidade a demonstração da viabilidade de sua proposta antes de decidir pela desclassificação.

§ 2º. A entidade poderá ser instada a apresentar: I – memória complementar de custos; II – esclarecimentos sobre composição de despesas; III – demonstrativos de dimensionamento; IV – justificativas relativas a ganhos de eficiência; V – documentação relativa aos valores considerados; e VI – outros elementos necessários à análise.

§ 3º. A proposta será desclassificada quando, após a diligência, permanecer demonstrada sua incompatibilidade com a execução adequada das obrigações assumidas.

§ 4º. A redução artificial de custos mediante supressão de recursos indispensáveis, subdimensionamento injustificado de pessoal ou desconsideração de obrigações legais não será considerada vantagem econômica.

Seção VI

Da Nota Técnica e da Pontuação Final

Art. 58. A pontuação final das propostas será obtida mediante aplicação da metodologia, critérios e pesos estabelecidos no instrumento convocatório.

§ 1º. O instrumento convocatório deverá identificar separadamente: I – a Nota Técnica – NT; e II – a Nota Econômica – NE.

§ 2º. A pontuação final resultará da combinação ponderada das Notas Técnica e Econômica, observados os pesos previamente estabelecidos.

§ 3º. Os pesos atribuídos às Notas Técnica e Econômica deverão totalizar 100% (cem por cento).

§ 4º. A metodologia deverá permitir a reprodução matemática do resultado a partir das notas atribuídas pela Comissão de Seleção.

Art. 59. O instrumento convocatório estabelecerá pontuação técnica mínima para classificação.

§ 1º. Será desclassificada a proposta que: I – não atingir a pontuação técnica mínima global; II – não atingir pontuação mínima em critério considerado essencial, quando assim previsto; III – apresentar solução técnica incompatível com obrigação essencial do objeto; IV – apresentar inconsistência que comprometa sua exequibilidade; ou V – incorrer em outra hipótese objetiva de desclassificação previamente definida.

§ 2º. A obtenção de pontuação econômica elevada não compensará o descumprimento da pontuação técnica mínima.

Seção VII

Da Motivação das Notas

Art. 60. A atribuição das notas técnicas deverá ser fundamentada e observar rigorosamente a matriz de julgamento.

§ 1º. Cada membro da Comissão de Seleção registrará sua avaliação na forma prevista no instrumento convocatório, identificando a pontuação atribuída a cada critério.

§ 2º. Sempre que o critério comportar avaliação graduada, a nota deverá ser acompanhada da indicação dos elementos da proposta que justificaram seu enquadramento na respectiva faixa de pontuação.

§ 3º. Divergências relevantes entre as avaliações dos membros poderão ser objeto de esclarecimento em reunião formal da Comissão, sem prejuízo da independência técnica de cada avaliador.

§ 4º. É vedada alteração de nota após conhecimento da classificação final com a finalidade de modificar o resultado do procedimento, ressalvada a correção de erro material ou revisão devidamente motivada em decorrência de recurso, diligência ou constatação objetiva de equívoco.

Seção VIII

Da Classificação

Art. 61. As propostas serão classificadas em ordem decrescente da pontuação final obtida.

§ 1º. Será considerada primeira classificada a entidade que obtiver a maior pontuação final, desde que tenha alcançado todas as notas mínimas estabelecidas e não incorra em hipótese de desclassificação.

§ 2º. A classificação não gera direito à celebração do Contrato de Gestão enquanto não forem verificadas as condições de habilitação e demais requisitos previstos no instrumento convocatório.

Art. 62. Em caso de empate na pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, salvo critérios específicos tecnicamente justificados no instrumento convocatório: I – maior Nota Técnica; II – maior pontuação nos critérios relacionados à capacidade técnica e operacional; III – maior pontuação na avaliação do Programa ou Plano de Trabalho; IV – maior pontuação nos critérios relacionados à qualidade e aos resultados assistenciais; V – melhor Nota Econômica; e VI – outro critério objetivo previamente estabelecido no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Persistindo o empate após aplicação de todos os critérios previstos, será realizado procedimento de desempate definido no instrumento convocatório, de forma pública e registrada.

Seção IX

Da Habilitação do Melhor Classificado

Art. 63. Concluído o julgamento das propostas, será realizada a verificação dos documentos de habilitação da entidade melhor classificada, quando o instrumento convocatório adotar essa ordem procedimental.

§ 1º. Verificado o atendimento integral das condições de habilitação, a entidade será declarada vencedora do procedimento, ressalvada a fase recursal.

§ 2º. Caso a primeira classificada seja inabilitada, serão examinados os documentos da entidade subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente até a identificação de proposta classificada cuja entidade atenda integralmente às exigências.

§ 3º. A inabilitação deverá ser expressamente motivada, com indicação objetiva da exigência não atendida.

§ 4º. A entidade inabilitada não poderá alterar posteriormente documento ou condição material que deveria estar presente na data definida pelo instrumento convocatório, ressalvadas as hipóteses de saneamento formal admitidas neste Decreto.

Seção X

Do Resultado

Art. 64. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursos, a Comissão de Seleção elaborará relatório final contendo, no mínimo: I – identificação das entidades participantes; II – síntese das propostas apresentadas; III – notas atribuídas em cada critério; IV – Nota Técnica; V – Nota Econômica; VI – pontuação final; VII – classificação das propostas; VIII – resultado da análise de habilitação; IX – diligências realizadas; X – recursos apresentados e respectivas decisões; XI – eventuais desclassificações ou inabilitações e seus fundamentos; e XII – indicação da entidade vencedora.

§ 1º. O relatório final deverá demonstrar de forma suficientemente clara os fundamentos que conduziram ao resultado.

§ 2º. O resultado será submetido à autoridade competente para decisão e homologação, após o encerramento da fase recursal.

§ 3º. O resultado final e a respectiva decisão serão publicados no órgão oficial e disponibilizados no sítio eletrônico do Município.

Art. 65. É vedada a utilização, após a abertura das propostas, de critério de julgamento, subcritério, peso, preferência, requisito ou metodologia de pontuação não previsto no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Qualquer vício identificado na matriz de julgamento que impossibilite sua aplicação objetiva deverá ser formalmente reconhecido e tratado pela Administração de maneira a preservar a isonomia, a transparência e a legitimidade do procedimento.

CAPÍTULO VII

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO, DA HABILITAÇÃO E DOS RECURSOS

Seção I

Da Comissão de Seleção

Art. 66. O procedimento destinado à seleção de Organização Social para celebração de Contrato de Gestão será conduzido por Comissão de Seleção especialmente designada pela autoridade competente.

§ 1º. A Comissão será composta por, no mínimo, 5 (cinco) membros, em número ímpar, com conhecimentos compatíveis com a natureza do objeto e com as atividades de análise e julgamento das propostas.

§ 2º. A composição deverá contemplar, sempre que possível: I – servidores com conhecimento técnico ou experiência na área da saúde; II – servidor com conhecimento em planejamento, gestão ou administração pública; III – servidor com conhecimento nas áreas orçamentária, financeira, contábil ou de controle; e IV – outros profissionais ou servidores cuja especialidade seja relevante em razão da natureza ou complexidade do objeto.

§ 3º. A maioria dos membros da Comissão deverá ser composta por servidores públicos municipais.

§ 4º. Poderão ser designados suplentes para substituição dos membros titulares em suas ausências, impedimentos ou afastamentos.

§ 5º. O ato de designação indicará o Presidente da Comissão e será publicado no órgão oficial do Município.

Art. 67. Compete à Comissão de Seleção: I – receber, examinar e julgar as propostas; II – verificar o atendimento às condições estabelecidas no instrumento convocatório; III – aplicar a matriz de julgamento e atribuir as respectivas pontuações; IV – analisar a consistência técnica dos Programas ou Planos de Trabalho; V – analisar as propostas econômico-financeiras; VI – verificar a compatibilidade e a exequibilidade das propostas; VII – realizar diligências e solicitar esclarecimentos; VIII – analisar os documentos de habilitação, na fase correspondente; IX – decidir sobre o saneamento de falhas formais admitidas neste Decreto; X – elaborar atas e registros das sessões e reuniões realizadas; XI – fundamentar as decisões de classificação, desclassificação, habilitação e inabilitação; XII – prestar informações necessárias à análise dos recursos administrativos; XIII – elaborar o relatório final do procedimento; e XIV – exercer outras atribuições necessárias à condução da seleção previstas no instrumento convocatório.

§ 1º. A Comissão ficará estritamente vinculada aos critérios, pesos, requisitos e metodologias estabelecidos no instrumento convocatório.

§ 2º. É vedado à Comissão criar, durante o julgamento, exigência, critério, preferência, subcritério ou metodologia de avaliação não previamente divulgados.

Seção II

Da Independência Técnica e dos Impedimentos

Art. 68. Os membros da Comissão de Seleção exercerão suas atribuições com independência técnica, imparcialidade, objetividade e observância ao interesse público.

§ 1º. Antes do início da análise das propostas, cada membro deverá declarar a inexistência de conflito de interesses ou impedimento relacionado às entidades participantes, seus dirigentes ou responsáveis pelas propostas.

§ 2º. O membro deverá declarar-se impedido quando: I – possuir interesse direto ou indireto no resultado da seleção; II – possuir vínculo profissional, societário, econômico ou contratual relevante com entidade participante; III – possuir vínculo familiar ou relação pessoal capaz de comprometer sua imparcialidade com dirigente, administrador ou responsável técnico de entidade participante; IV – tiver participado da elaboração da proposta de qualquer entidade concorrente; V – estiver litigando judicial ou administrativamente com entidade participante ou seus dirigentes, quando a circunstância for capaz de comprometer sua imparcialidade; ou VI – ocorrer qualquer outra situação objetiva capaz de comprometer a independência do julgamento.
§ 3º. A declaração de impedimento será registrada nos autos, devendo o membro ser substituído pelo respectivo suplente.

§ 4º. A omissão deliberada de situação de impedimento ou conflito de interesses sujeitará o responsável às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo de outras responsabilidades previstas em Lei.
Art. 69. É vedada qualquer forma de interferência destinada a direcionar, alterar ou condicionar as avaliações técnicas da Comissão em favor ou em prejuízo de entidade participante.
Parágrafo único. Eventuais orientações, pareceres ou manifestações emitidos por outros órgãos da Administração Pública Municipal deverão ser formalmente incorporados ao processo e não poderão substituir o julgamento técnico atribuído à Comissão, salvo competência legal específica.
Seção III
Do Apoio Técnico à Comissão
Art. 70. A Comissão poderá solicitar o apoio técnico especializado quando a análise exigir conhecimento específico não disponível entre seus membros.
§ 1º. O apoio poderá ser prestado por: I – servidores de outros órgãos ou unidades da Administração; II – profissionais técnicos do Município; III – órgãos de controle interno; IV – comissões ou unidades especializadas; e, por fim, V – especialistas ou instituições tecnicamente habilitados, quando admitido pela legislação aplicável.

§ 2º. O profissional ou unidade responsável pelo apoio técnico emitirá manifestação fundamentada restrita à matéria submetida à sua análise.
§ 3º. A manifestação técnica terá caráter subsidiário e será incorporada aos autos.
§ 4º. Aplicam-se aos responsáveis pelo apoio técnico, no que couber, as regras de impedimento e conflito de interesses previstas neste Decreto.
Seção IV
Da Análise e do Julgamento
Art. 71. A análise das propostas observará a sequência, os critérios e a metodologia estabelecidos no instrumento convocatório.
§ 1º. A Comissão deverá registrar, individualmente ou de forma consolidada conforme previsto no edital, a pontuação atribuída a cada critério e os fundamentos correspondentes.
§ 2º. Os documentos e informações apresentados pelas entidades deverão ser analisados quanto à sua pertinência, autenticidade, consistência e relação com o critério para o qual foram apresentados.
§ 3º. A existência de grande volume documental, por si só, não representará maior qualificação técnica nem autorizará atribuição de pontuação superior.

§ 4º. Somente serão considerados para pontuação documentos e informações apresentados no prazo e na forma estabelecidos no instrumento convocatório, ressalvadas as hipóteses de diligência e saneamento expressamente admitidas.
Art. 72. A Comissão poderá convocar as entidades participantes para apresentação ou defesa técnica do Programa ou Plano de Trabalho quando essa etapa estiver previamente prevista no instrumento convocatório.
§ 1º. A apresentação deverá ocorrer em condições iguais para todos os participantes.
§ 2º. O instrumento convocatório deverá definir previamente: I – duração; II – conteúdo; III – forma de realização; IV – participantes admitidos; V – critérios eventualmente sujeitos à avaliação; e, por fim, VI – metodologia de pontuação, quando aplicável.
§ 3º. Não será admitida utilização da apresentação para modificar a proposta originalmente protocolada ou assumir novos compromissos destinados a elevar sua pontuação.
Seção V
Da Habilitação
Art. 73. A habilitação terá por finalidade verificar se a entidade classificada reúne as condições jurídicas, institucionais, fiscais, trabalhistas, econômico-financeiras, técnicas e operacionais necessárias à celebração e execução do Contrato de Gestão.
§ 1º. O instrumento convocatório especificará os documentos necessários à habilitação, observadas a natureza e a complexidade do objeto.
§ 2º. A habilitação poderá compreender, conforme aplicável: I – habilitação jurídica e institucional; II – comprovação da qualificação vigente como Organização Social no âmbito do Município; III – regularidade fiscal; IV – regularidade trabalhista e previdenciária; V – qualificação econômico-financeira; VI – capacidade técnica e operacional mínima; VII – declarações relativas à inexistência de impedimentos; VIII – regularidade perante órgãos ou conselhos competentes, quando necessária à execução do objeto; e IX – demais condições indispensáveis à celebração do Contrato de Gestão.
§ 3º. As exigências de habilitação deverão ser proporcionais ao objeto, vedada a exigência de documento ou condição sem relação com a capacidade da entidade para assumir as obrigações da parceria.
Seção VI
Da Qualificação Econômico-Financeira
Art. 74. A qualificação econômico-financeira será destinada a verificar a capacidade da entidade de suportar as obrigações necessárias à implantação e execução do objeto, sem comprometer a continuidade dos serviços.
§ 1º. O instrumento convocatório poderá exigir, conforme a dimensão e os riscos do objeto: I – demonstrações contábeis; II – balanço patrimonial; III – demonstração do resultado do exercício; IV – índices econômico-financeiros; V – comprovação de patrimônio líquido ou condição equivalente tecnicamente justificada; VI – declaração ou certidão relativa à inexistência de insolvência, falência ou situação incompatível com a execução da parceria, conforme a natureza jurídica da entidade; e, por fim, VII – outros elementos objetivamente necessários à avaliação da capacidade econômico-financeira.
§ 2º. Os índices, valores ou parâmetros exigidos deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório e tecnicamente justificados no processo administrativo.
§ 3º. É vedada a fixação de exigência econômico-financeira excessiva ou desproporcional ao valor, à duração, à complexidade ou aos riscos da parceria.
§ 4º. A análise econômico-financeira deverá considerar a natureza jurídica sem fins lucrativos das Organizações Sociais.
Seção VII
Da Capacidade Técnica Mínima para Habilitação
Art. 75. O instrumento convocatório poderá estabelecer requisitos mínimos de capacidade técnica e operacional como condição de habilitação, distintos dos critérios utilizados para pontuação técnica.
§ 1º. Os requisitos mínimos terão por finalidade demonstrar que a entidade possui capacidade indispensável à execução segura e adequada do objeto.

§ 2º. Poderão ser exigidos, conforme justificativa técnica: I – experiência mínima em ações ou serviços de saúde compatíveis; II – experiência em objeto de complexidade equivalente ou semelhante; III – experiência mínima em gestão de recursos humanos; IV – disponibilidade ou indicação de profissionais responsáveis por funções técnicas estratégicas; V – capacidade administrativa e operacional compatível; VI – experiência na gestão de recursos de magnitude compatível com o objeto; e, por fim, VII – outras condições indispensáveis à adequada execução.
§ 3º. Os requisitos mínimos de habilitação não poderão ser novamente pontuados como mera reprodução da mesma condição, salvo quando o instrumento convocatório estabelecer, de forma objetiva, pontuação adicional pelo desempenho ou experiência que exceda o nível mínimo exigido.
§ 4º. A Administração deverá distinguir claramente: I – a condição mínima necessária para habilitação; e II – os fatores adicionais utilizados para diferenciar tecnicamente as propostas.

Seção VIII
Do Saneamento e das Diligências na Habilitação
Art. 76. A Comissão poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar informação já existente nos documentos apresentados, bem como sanar falhas meramente formais.

§ 1º. Poderão ser objeto de saneamento, quando não houver alteração substancial da condição existente na data exigida: I – erro material; II – falha de identificação; III – ausência de informação acessória; IV – dúvida quanto à autenticidade ou validade de documento; V – necessidade de confirmação de informação disponível em base oficial; e VI – outras irregularidades formais que não afetem a isonomia ou a substância da habilitação.
§ 2º. Não será admitido o saneamento destinado a criar, após a data limite, condição jurídica, técnica, econômica ou institucional inexistente quando da apresentação da documentação.
§ 3º. A decisão sobre a possibilidade ou impossibilidade de saneamento deverá ser fundamentada.
Seção IX
Da Inabilitação
Art. 77. Será inabilitada a entidade que: I – deixar de comprovar requisito essencial previsto no instrumento convocatório; II – apresentar documento ou declaração materialmente falsa; III – deixar de manter condição necessária à sua qualificação como Organização Social; IV – incorrer em hipótese de impedimento; V – deixar de atender requisito mínimo de capacidade técnica ou econômico-financeira; VI – não atender diligência indispensável à comprovação de requisito de habilitação no prazo estabelecido; ou VII – incorrer em outra hipótese objetiva prevista no instrumento convocatório.
§ 1º. A inabilitação deverá ser formalmente motivada.

§ 2º. A apresentação de documento falso ou informação materialmente inverídica deverá ser comunicada à autoridade competente para adoção das providências cabíveis, sem prejuízo da exclusão do procedimento.
Seção X
Dos Recursos Administrativos
Art. 78. Das decisões que resultem em classificação, desclassificação, habilitação, inabilitação ou declaração da entidade vencedora caberá recurso administrativo, na forma e no prazo estabelecidos no instrumento convocatório.
§ 1º. O prazo para apresentação de recurso não será inferior a 3 (três) dias úteis.
§ 2º. Em procedimento simplificado decorrente de situação de urgência ou emergência devidamente caracterizada, o prazo poderá ser reduzido para, no mínimo, 2 (dois) dias úteis, mediante justificativa expressa no processo administrativo.
§ 3º. A interposição do recurso será divulgada aos demais participantes, assegurada oportunidade para apresentação de contrarrazões no mesmo prazo concedido ao recorrente.
§ 4º. O recurso deverá indicar de forma objetiva os pontos impugnados e os fundamentos da pretensão.

Art. 79. O recurso será inicialmente submetido à Comissão de Seleção, que poderá reconsiderar sua decisão.
§ 1º. Não havendo reconsideração, a Comissão elaborará manifestação fundamentada e encaminhará o recurso à autoridade competente para decisão.
§ 2º. A decisão deverá enfrentar os fundamentos relevantes apresentados pelo recorrente e será incorporada ao processo administrativo.
§ 3º. Quando o recurso puder alterar a classificação ou o resultado do procedimento, deverão ser realizados os ajustes necessários nas notas, classificação ou habilitação, com divulgação do novo resultado.
§ 4º. É vedada decisão recursal destinada a introduzir novo critério de julgamento ou requisito não previsto no instrumento convocatório.
Art. 80. O instrumento convocatório definirá os efeitos do recurso sobre o prosseguimento do procedimento, assegurada, em qualquer hipótese, a impossibilidade de homologação definitiva antes da apreciação dos recursos tempestivamente apresentados capazes de alterar o resultado.
Seção XI
Da Homologação
Art. 81. Encerrada a fase recursal, a Comissão encaminhará o processo à autoridade competente, acompanhado do relatório final previsto neste Decreto.

§ 1º. A autoridade competente poderá: I – homologar o procedimento; II – determinar o saneamento de irregularidade passível de correção; III – devolver o processo à Comissão para esclarecimentos ou complementação da fundamentação; IV – anular, total ou parcialmente, o procedimento quando constatada ilegalidade insanável; ou V – revogar o procedimento por motivo de interesse público devidamente justificado, nos limites da legislação aplicável.
§ 2º. A autoridade competente não poderá substituir a avaliação técnica da Comissão por juízo imotivado ou alterar a classificação sem fundamento objetivo constante do processo.
§ 3º. A homologação não afasta a obrigação de verificação, antes da assinatura do Contrato de Gestão, da manutenção das condições exigidas da entidade vencedora.
Art. 82. A homologação e o resultado final serão publicados no órgão oficial e disponibilizados no sítio eletrônico do Município.
Parágrafo único. A entidade vencedora será convocada para os atos necessários à formalização do Contrato de Gestão, observadas as condições e os prazos estabelecidos no instrumento convocatório.
CAPÍTULO VIII
DO CONTRATO DE GESTÃO

Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 83. O Contrato de Gestão é o instrumento celebrado entre o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e a entidade qualificada como Organização Social, destinado à formação de parceria para o gerenciamento e execução de ações e serviços públicos de saúde.
§ 1º. O Contrato de Gestão estabelecerá, de forma clara e objetiva, as atribuições, responsabilidades, obrigações, metas, resultados, recursos, mecanismos de avaliação e consequências decorrentes do cumprimento ou descumprimento das obrigações assumidas pelas partes.
§ 2º. Integrarão o Contrato de Gestão, independentemente de transcrição: I – o instrumento convocatório e seus anexos; II – o Programa ou Plano de Trabalho definitivo; III – a proposta da Organização Social, naquilo que tenha sido incorporado ao resultado da seleção; IV – a matriz de metas e indicadores; V – o cronograma de desembolso; VI – a relação dos bens públicos eventualmente disponibilizados; VII – a matriz de responsabilidades e riscos, quando houver; e VIII – os demais documentos expressamente indicados no instrumento contratual.
§ 3º. Em caso de divergência entre os documentos integrantes do Contrato de Gestão, prevalecerão as disposições do instrumento convocatório e do Contrato, sem prejuízo da vinculação da Organização Social aos compromissos por ela assumidos que tenham contribuído para sua classificação.

Seção II
Das Cláusulas Essenciais
Art. 84. São cláusulas essenciais do Contrato de Gestão: I – identificação das partes e de seus representantes; II – descrição precisa do objeto; III – identificação das ações e serviços compreendidos na parceria; IV – especificação do Programa ou Plano de Trabalho; V – metas quantitativas e qualitativas; VI – indicadores de desempenho; VII – metodologia e periodicidade de avaliação dos resultados; VIII – prazos para implantação e execução das atividades; IX – prazo de vigência do Contrato de Gestão; X – valor global estimado ou máximo destinado à execução; XI – cronograma de desembolso dos recursos públicos; XII – fontes de financiamento, quando aplicável; XIII – critérios e limites para despesas com pessoal; XIV – obrigações relativas à manutenção da capacidade técnica e operacional; XV – regras relativas à utilização, guarda, conservação e restituição dos bens públicos; XVI – obrigações referentes aos sistemas de informação, registros e bases de dados; XVII – mecanismos de acompanhamento, monitoramento e fiscalização; XVIII – obrigações relativas à prestação de contas; XIX – regras de transparência e publicidade; XX – critérios de avaliação econômico-financeira da execução; XXI – mecanismos de controle da aplicação dos recursos; XXII – responsabilidades das partes quanto à infraestrutura,

equipamentos, materiais, medicamentos, insumos e demais recursos necessários à execução; XXIII – regras relativas aos investimentos previstos; XXIV – condições e limites para alterações do Programa ou Plano de Trabalho; XXV – consequências decorrentes do não cumprimento de metas, indicadores e demais obrigações; XXVI – hipóteses e procedimentos de glosa, quando cabíveis; XXVII – sanções aplicáveis; XXVIII – hipóteses de suspensão de repasses, quando cabíveis e desde que preservada a continuidade assistencial; XXIX – hipóteses de rescisão; XXX – mecanismos destinados à continuidade dos serviços; XXXI – regras para transição e encerramento da parceria; XXXII – destinação dos saldos financeiros e bens vinculados ao contrato no encerramento; XXXIII – obrigação de manutenção e disponibilização da documentação necessária ao controle e à auditoria; XXXIV – responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes das relações constituídas pela Organização Social; XXXV – condições para alteração, revisão, renovação ou prorrogação, quando admitidas; XXXVI – foro ou mecanismo legalmente adequado para solução das controvérsias; e, por fim, XXXVII – demais cláusulas necessárias à adequada execução do objeto.

Art. 85. O objeto do Contrato de Gestão deverá corresponder ao objeto submetido ao procedimento de seleção e permanecer compatível com os estudos de planejamento que fundamentaram a parceria.

§ 1º. É vedada alteração que descaracterize substancialmente o objeto originalmente selecionado ou resulte na inclusão de serviços, obrigações ou estruturas sem relação com a finalidade da parceria.

§ 2º. Eventuais alterações destinadas à adequação da execução deverão ser tecnicamente justificadas e observar as disposições deste Decreto.

Seção III

Do Programa ou Plano de Trabalho

Art. 86. O Programa ou Plano de Trabalho constituirá parte integrante e indissociável do Contrato de Gestão.

§ 1º. Deverão constar do Programa ou Plano de Trabalho definitivo, no mínimo: I – ações e serviços a serem executados; II – organização operacional e assistencial; III – metas quantitativas e qualitativas; IV – indicadores; V – prazos; VI – estrutura de recursos humanos; VII – recursos materiais e tecnológicos; VIII – orçamento detalhado; IX – cronograma de implantação; X – mecanismos de avaliação e monitoramento; e XI – compromissos técnicos assumidos pela Organização Social durante o procedimento de seleção.

§ 2º. Os compromissos utilizados para obtenção de pontuação ou vantagem classificatória constituirão obrigações contratuais e estarão sujeitos a monitoramento, avaliação e responsabilização.

§ 3º. É vedada a exclusão, redução ou flexibilização imotivada de obrigação que tenha contribuído para a classificação da Organização Social no procedimento de seleção.

Seção IV

Das Metas, Indicadores e Resultados

Art. 87. O Contrato de Gestão deverá estabelecer metas e indicadores suficientes para avaliação objetiva da execução e dos resultados alcançados.

§ 1º. As metas serão classificadas, conforme aplicável, em: I – quantitativas; II – qualitativas; e III – de gestão, desempenho ou eficiência.

§ 2º. Cada indicador deverá conter, sempre que possível: I – denominação; II – objetivo; III – fórmula ou metodologia de cálculo; IV – fonte dos dados; V – periodicidade de apuração; VI – parâmetro ou meta esperada; VII – responsável pela produção ou validação das informações; e VIII – consequência prevista para o seu cumprimento ou descumprimento, quando aplicável.

§ 3º. A metodologia de avaliação deverá permitir identificar, de forma objetiva, o grau de cumprimento das metas.

§ 4º. O Contrato poderá estabelecer faixas de desempenho, distinguindo, entre outras hipóteses: I – meta integralmente atingida; II – meta parcialmente atingida; III – meta não atingida; e IV – situação cuja aferição tenha sido prejudicada por circunstância objetivamente comprovada e não imputável à Organização Social.

Art. 88. O desempenho da Organização Social será avaliado considerando conjuntamente: I – cumprimento das metas; II – qualidade dos serviços; III – regularidade da execução; IV – segurança assistencial; V – produção realizada; VI – eficiência na aplicação dos recursos; VII – cumprimento das obrigações administrativas e financeiras; VIII – regularidade das informações apresentadas; IX – manutenção das condições de funcionamento; e, por fim, X – demais parâmetros previstos no Contrato de Gestão.

Parágrafo único. O cumprimento de metas quantitativas não afastará a avaliação das metas qualitativas, da segurança assistencial ou das demais obrigações pactuadas.

Seção V

Dos Recursos Financeiros e do Cronograma de Desembolso

Art. 89. Os recursos financeiros destinados à execução do Contrato de Gestão serão vinculados ao objeto, às atividades, às metas e aos resultados nele previstos.

§ 1º. O Contrato deverá estabelecer cronograma de desembolso compatível com: I – o fluxo financeiro necessário à execução; II – o cronograma de implantação; III – as obrigações assumidas; IV – a continuidade dos serviços; e V – a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

§ 2º. Os recursos deverão ser movimentados e contabilizados de forma que permita sua identificação, rastreabilidade, controle e prestação de contas.

§ 3º. A aplicação dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no Contrato de Gestão sujeitará a Organização Social às medidas previstas neste Decreto e no instrumento contratual, sem prejuízo das demais responsabilidades.

§ 4º. A existência de saldo financeiro não autoriza sua utilização em finalidade diversa do objeto sem prévia autorização da Administração, observadas as disposições do Contrato e da legislação aplicável.

Art. 90. O Contrato poderá estabelecer parcela variável ou condicionada do repasse vinculada ao desempenho, desde que: I – os indicadores e metas estejam previamente definidos; II – a metodologia de cálculo seja objetiva; III – as consequências financeiras sejam previamente conhecidas; IV – seja assegurada possibilidade de verificação e manifestação da Organização Social sobre os resultados apurados; e V – o mecanismo não comprometa a continuidade ou a segurança da assistência.

Parágrafo único. A parcela condicionada ao desempenho deverá ser proporcional à natureza das metas e aos riscos da execução.

Seção VI

Da Vigência

Art. 91. O prazo de vigência do Contrato de Gestão será definido de acordo com a natureza, complexidade e período necessário à execução do objeto, observadas a legislação municipal aplicável, a disponibilidade orçamentária e as condições previstas no instrumento convocatório.

§ 1º. A vigência deverá ser expressamente prevista no instrumento convocatório e no Contrato de Gestão.

§ 2º. A eventual renovação ou prorrogação não será automática e dependerá, cumulativamente, de: I – demonstração do interesse público; II – avaliação dos resultados alcançados; III – cumprimento satisfatório das obrigações essenciais; IV – manutenção da qualificação e das condições de habilitação da Organização Social; V – demonstração da vantajosidade da continuidade da parceria; VI – disponibilidade orçamentária e financeira; e VII – manifestação técnica fundamentada da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º. O mero decurso do tempo ou a necessidade de continuidade dos serviços não gerará direito subjetivo à renovação do Contrato de Gestão.

Seção VII

Das Obrigações da Organização Social

Art. 92. Constituem obrigações gerais da Organização Social, sem prejuízo das demais estabelecidas no Contrato: I – executar integralmente o objeto e o Programa ou Plano de Trabalho; II – cumprir as metas e indicadores pactuados; III – assegurar a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços; IV – observar as normas do Sistema Único de Saúde – SUS e demais normas aplicáveis; V – garantir atendimento aos usuários de acordo com os princípios de universalidade, integralidade, equidade e gratuidade aplicáveis aos serviços públicos objeto da parceria; VI – manter capacidade técnica, operacional, administrativa e econômico-financeira compatível com a execução; VII – contratar e manter

profissionais em número e qualificação adequados; VIII – cumprir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e demais responsabilidades decorrentes das relações constituídas; IX – manter controles administrativos, financeiros e contábeis adequados; X – preservar os bens públicos colocados à sua disposição; XI – manter os sistemas e registros necessários à execução e fiscalização; XII – prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle; XIII – permitir acesso às instalações, documentos, sistemas, registros e informações relacionados à execução da parceria; XIV – comunicar imediatamente fatos relevantes capazes de comprometer a continuidade, qualidade, segurança ou regularidade dos serviços; XV – manter atualizadas as condições de qualificação; XVI – apresentar relatórios e prestações de contas nos prazos estabelecidos; XVII – dar publicidade às informações exigidas neste Decreto e no Contrato; XVIII – adotar providências para prevenção e correção de irregularidades; XIX – atender às determinações legítimas dos órgãos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização; e, por fim, XX – assegurar adequada transição no encerramento da parceria.

Seção VIII

Das Obrigações do Município

Art. 93. Constituem obrigações do Município, sem prejuízo das demais estabelecidas no Contrato: I – disponibilizar os recursos financeiros nas condições pactuadas; II – disponibilizar os bens, estruturas ou demais recursos expressamente previstos no Contrato; III – fornecer à Organização Social as informações necessárias à adequada execução do objeto; IV – acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução; V – analisar os relatórios e prestações de contas apresentados; VI – comunicar tempestivamente irregularidades ou inconformidades identificadas; VII – decidir, de forma fundamentada, sobre solicitações relacionadas à execução; VIII – adotar as providências necessárias quando fatos de sua responsabilidade interferirem no cumprimento das metas; IX – manter mecanismos de comunicação e acompanhamento com a Organização Social; X – assegurar as condições de atuação dos órgãos de fiscalização e da Comissão de Avaliação; e XI – adotar medidas destinadas à continuidade dos serviços em caso de encerramento, substituição, intervenção ou rescisão da parceria.

Seção IX

Da Vedação à Transferência do Contrato

Art. 94. É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, do Contrato de Gestão pela Organização Social a outra entidade.

§ 1º. A vedação prevista no caput não impede a contratação de serviços acessórios, complementares ou especializados necessários à execução do objeto, quando admitida no Contrato e observadas as regras aplicáveis.

§ 2º. A contratação de terceiros não transfere à contratada a responsabilidade da Organização Social pelo cumprimento do Contrato de Gestão.

§ 3º. É vedada a utilização de contratação de terceiros que resulte, na prática, na transferência do núcleo essencial da gestão ou do objeto assumido pela Organização Social.

Seção X

Da Formalização e Publicidade

Art. 95. O Contrato de Gestão será formalizado por escrito e assinado pelos representantes legalmente competentes das partes.

§ 1º. Após a assinatura, será publicado extrato no órgão oficial de divulgação do Município.

§ 2º. O Município disponibilizará em seu sítio eletrônico, ressalvadas as informações legalmente protegidas: I – o Contrato de Gestão; II – o Programa ou Plano de Trabalho; III – as metas e indicadores pactuados; IV – o valor e o cronograma de desembolso; V – os termos aditivos; VI – os relatórios de avaliação previstos neste Decreto; e VII – outras informações definidas nas normas de transparência aplicáveis.

Art. 96. A assinatura do Contrato de Gestão somente ocorrerá após: I – homologação do procedimento de seleção; II – encerramento da fase recursal; III – comprovação da manutenção das condições de qualificação e habilitação; IV – aprovação da versão definitiva do Programa ou Plano de Trabalho; V – comprovação da disponibilidade orçamentária necessária, quando exigida; VI – conclusão das análises e autorizações administrativas pertinentes; e VII – atendimento das demais condições previstas no instrumento convocatório.

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS HUMANOS, DAS CONTRATAÇÕES, DOS BENS PÚBLICOS E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Seção I

Dos Recursos Humanos

Art. 97. A Organização Social será responsável pelo planejamento, contratação, gestão e manutenção dos recursos humanos necessários à adequada execução do Contrato de Gestão, observadas as disposições deste Decreto, do instrumento convocatório, do Programa ou Plano de Trabalho e da legislação aplicável.

§ 1º. O quadro de pessoal deverá ser dimensionado de forma compatível com: I – a natureza e complexidade dos serviços; II – a capacidade instalada; III – os horários de funcionamento; IV – as metas e indicadores pactuados; V – a segurança e a qualidade da assistência; e VI – as normas técnicas e profissionais aplicáveis.

§ 2º. A Organização Social deverá assegurar quantidade e qualificação profissional suficientes para garantir a continuidade, regularidade e segurança dos serviços.

§ 3º. A redução ou alteração relevante do quadro de pessoal que possa repercutir no cumprimento das metas ou na qualidade da assistência deverá ser previamente comunicada ao órgão supervisor.

Art. 98. A seleção e contratação de pessoal pela Organização Social deverão observar critérios objetivos, impessoais e transparentes, compatíveis com a natureza privada da entidade e com a utilização de recursos públicos.

§ 1º. A Organização Social deverá possuir regulamento ou procedimento próprio para recrutamento e seleção de pessoal, contendo critérios mínimos de: I – publicidade das oportunidades, ressalvadas hipóteses devidamente justificadas; II – definição prévia dos requisitos para o exercício das funções; III – avaliação objetiva da qualificação e da capacidade profissional; IV – prevenção de favorecimento pessoal; V – prevenção de conflito de interesses; e VI – registro dos procedimentos realizados.

§ 2º. A contratação de pessoal deverá observar a qualificação profissional legalmente exigida para cada atividade.

§ 3º. As contratações realizadas pela Organização Social não implicarão, por si sós, vínculo funcional ou estatutário com o Município, permanecendo sob responsabilidade da entidade as obrigações decorrentes dos vínculos por ela constituídos.

Art. 99. O Contrato de Gestão estabelecerá limites e critérios para despesas com pessoal, remunerações e vantagens de qualquer natureza percebidas por dirigentes e empregados da Organização Social na execução do objeto.

§ 1º. O Programa ou Plano de Trabalho deverá discriminar as despesas previstas com: I – salários e remunerações; II – encargos sociais e trabalhistas; III – benefícios; IV – gratificações e vantagens; V – plantões, adicionais e demais parcelas remuneratórias; VI – cargos de direção, coordenação e gestão; e VII – demais despesas relacionadas a pessoal.

§ 2º. O Contrato de Gestão poderá estabelecer limite prudencial para as despesas com pessoal em relação ao valor global dos recursos destinados ao objeto.

§ 3º. A remuneração dos dirigentes e empregados custeada com recursos do Contrato de Gestão deverá guardar compatibilidade com: I – as responsabilidades das funções exercidas; II – os valores praticados no mercado; III – a natureza e complexidade dos serviços; IV – os limites estabelecidos no Contrato de Gestão; e V – os princípios da razoabilidade e economicidade.

§ 4º. Alterações relevantes da política remuneratória que produzam impacto significativo sobre o orçamento do Contrato de Gestão deverão ser previamente justificadas e comunicadas ao órgão supervisor.

Art. 100. A Organização Social responderá integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes das relações por ela estabelecidas para execução do Contrato de Gestão.

§ 1º. A fiscalização exercida pelo Município não exclui nem reduz as responsabilidades atribuídas à Organização Social.

§ 2º. A Organização Social deverá manter mecanismos de acompanhamento da regularidade das obrigações referidas no caput e apresentar documentação comprobatória sempre que solicitada.

§ 3º. O inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais que possa comprometer a continuidade dos serviços ou gerar risco relevante à execução deverá ser imediatamente comunicado ao órgão supervisor.

Art. 101. A eventual cessão de servidores públicos à Organização Social somente poderá ocorrer quando autorizada pela legislação municipal aplicável e mediante ato formal da autoridade competente.

§ 1º. O ato de cessão deverá definir: I – identificação do servidor; II – período da cessão; III – responsabilidades financeiras das partes; IV – funções a serem desempenhadas; V – forma de acompanhamento; e VI – condições para retorno ao órgão de origem.

§ 2º. A Organização Social não poderá utilizar servidor cedido em atividade estranha ao objeto que fundamentou a cessão.

§ 3º. Eventuais pagamentos de vantagens ou adicionais pela Organização Social a servidor cedido dependerão de expressa autorização legal e contratual.

Seção II

Das Contratações Realizadas pela Organização Social

Art. 102. A Organização Social deverá possuir regulamento próprio contendo os procedimentos para contratação de obras, serviços, aquisições e demais despesas realizadas com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

§ 1º. O regulamento deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração e publicado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contado da assinatura do primeiro Contrato de Gestão celebrado com o Município, salvo se a entidade já possuir regulamento vigente compatível com este Decreto.

§ 2º. O Contrato de Gestão poderá estabelecer prazo inferior ao previsto no § 1º em razão da natureza do objeto.

§ 3º. Enquanto não publicado o regulamento definitivo, deverão ser observados procedimentos transitórios previamente definidos no Contrato de Gestão ou em seu anexo.

§ 4º. O regulamento e suas alterações deverão permanecer disponíveis para consulta pública.

Art. 103. As contratações realizadas com recursos do Contrato de Gestão deverão observar, no mínimo, os princípios da: I – impessoalidade; II – moralidade; III – publicidade; IV – economicidade; V – eficiência; VI – transparência; VII – seleção objetiva; VIII – razoabilidade; e IX – prevenção de conflito de interesses.

§ 1º. Os procedimentos deverão buscar condições compatíveis com as praticadas no mercado, considerando qualidade, prazo, desempenho, continuidade, custo e demais fatores relacionados à adequada execução do objeto.

§ 2º. As escolhas de fornecedores deverão ser justificadas e documentadas de forma suficiente para permitir sua posterior fiscalização.

§ 3º. É vedado fracionar artificialmente despesas com a finalidade de afastar procedimento ou controle previsto no regulamento próprio.

Art. 104. O regulamento próprio de contratações deverá estabelecer, conforme a natureza e o valor das despesas: I – procedimentos para pesquisa e análise de preços; II – critérios para escolha de fornecedores; III – níveis de autorização; IV – hipóteses e justificativas para contratação direta; V – regras para contratações emergenciais; VI – mecanismos de recebimento e conferência de bens e serviços; VII – regras para alteração de contratos; VIII – procedimentos para fiscalização das contratações; IX – mecanismos de prevenção de conflito de interesses; X – controles destinados a evitar sobrepreço, superfaturamento ou pagamento por objeto não executado; XI – regras para contratação de partes relacionadas; e XII – mecanismos de registro, arquivamento e transparência.

§ 1º. A impossibilidade de obtenção de número adequado de referências de mercado deverá ser formalmente justificada.

§ 2º. A contratação emergencial deverá conter justificativa da necessidade, caracterização da urgência, razão da escolha do fornecedor e demonstração da compatibilidade dos preços.

Art. 105. É vedada a utilização de recursos do Contrato de Gestão em contratação que: I – possua objeto estranho à execução da parceria; II – apresente preço manifestamente incompatível com as condições de mercado sem justificativa técnica; III – configure favorecimento pessoal ou conflito de interesses; IV – tenha por finalidade contornar limites ou controles previstos neste Decreto, no Contrato ou no regulamento próprio; V – transfira indevidamente a terceiro o núcleo essencial da gestão assumida pela Organização Social; ou VI – seja realizada sem documentação suficiente para demonstrar sua necessidade, execução e pagamento.

Art. 106. O regulamento próprio estabelecerá mecanismos específicos destinados à prevenção de conflito de interesses nas contratações.

§ 1º. Deverão ser previstas regras relativas à contratação de empresas ou pessoas que possuam vínculo com: I – dirigentes da Organização Social; II – membros de seu Conselho de Administração; III – responsáveis pelas decisões de contratação; IV – responsáveis pela fiscalização ou autorização de pagamentos; ou V – outras pessoas capazes de influenciar diretamente a decisão.

§ 2º. A existência de vínculo deverá ser previamente declarada e submetida aos mecanismos de controle estabelecidos no regulamento.

§ 3º. O Contrato de Gestão poderá estabelecer hipóteses adicionais de impedimento ou restrição.

Art. 107. A contratação de terceiros não afasta a responsabilidade integral da Organização Social pela execução do Contrato de Gestão.

§ 1º. A Organização Social deverá fiscalizar os serviços contratados e assegurar o cumprimento das obrigações técnicas, trabalhistas, sanitárias e demais exigências aplicáveis.

§ 2º. É vedada a terceirização que resulte na transferência da gestão global ou do núcleo essencial do objeto para outra entidade.

§ 3º. O instrumento convocatório ou o Contrato de Gestão poderá identificar atividades cuja terceirização seja vedada, limitada ou condicionada à autorização prévia do Município.

Seção III

Dos Medicamentos, Materiais, Insumos e Estoques

Art. 108. A Organização Social deverá manter sistema de gestão de medicamentos, materiais, insumos e demais itens necessários à execução dos serviços, assegurando: I – planejamento de consumo; II – controle de entrada e saída; III – rastreabilidade; IV – armazenamento adequado; V – controle de validade; VI – prevenção de perdas e desperdícios; VII – inventários periódicos; VIII – níveis de estoque compatíveis com a continuidade dos serviços; e IX – registro das movimentações de forma passível de fiscalização.

§ 1º. A ocorrência de risco de desabastecimento de item essencial deverá ser imediatamente comunicada ao órgão supervisor, acompanhada das providências adotadas.

§ 2º. Perdas relevantes, extravios, vencimentos ou descartes deverão ser registrados e justificados.

§ 3º. O Contrato de Gestão poderá estabelecer indicadores específicos relacionados a abastecimento, perdas, consumo e disponibilidade de itens essenciais.

Seção IV

Dos Bens Públicos

Art. 109. Os bens públicos necessários à execução do Contrato de Gestão poderão ser disponibilizados à Organização Social mediante instrumento jurídico adequado e cláusula expressa no Contrato de Gestão.

§ 1º. Os bens disponibilizados deverão ser previamente inventariados e relacionados em anexo ao Contrato, contendo, sempre que possível: I – identificação; II – descrição; III – número patrimonial; IV – localização; V – estado de conservação; e VI – valor ou referência patrimonial, quando disponível.

§ 2º. A Organização Social será responsável pela guarda, conservação, manutenção e utilização adequada dos bens durante o período em que estiverem sob sua responsabilidade.

§ 3º. Os bens públicos somente poderão ser utilizados em atividades relacionadas ao objeto do Contrato de Gestão.

Art. 110. A Organização Social deverá manter controle patrimonial atualizado dos bens públicos sob sua responsabilidade.

§ 1º. Serão realizados inventários periódicos e, obrigatoriamente, por ocasião: I – do início da execução; II – da substituição da Organização Social; III – da rescisão; IV – do encerramento do Contrato de Gestão; e V – de determinação do órgão supervisor.

§ 2º. Extravio, dano, inutilização ou outra ocorrência relevante deverá ser imediatamente comunicada ao Município.

§ 3º. A responsabilidade pela reposição ou ressarcimento será apurada conforme as circunstâncias e as disposições do Contrato.

Art. 111. Os bens permanentes adquiridos com recursos exclusivamente provenientes do Contrato de Gestão deverão ter sua

destinação patrimonial disciplinada no próprio instrumento, observada a legislação aplicável e a vinculação ao interesse público.

§ 1º. A aquisição de bem permanente deverá ser registrada de forma que permita identificar: I – origem dos recursos; II – valor da aquisição; III – fornecedor; IV – localização; V – responsável pela guarda; e VI – vínculo com o Contrato de Gestão.

§ 2º. O Contrato estabelecerá as condições de incorporação, transferência ou reversão desses bens ao patrimônio municipal no encerramento da parceria.

Art. 112. A substituição ou permuta de bem público disponibilizado à Organização Social somente poderá ocorrer mediante: I – justificativa técnica; II – avaliação prévia; III – autorização expressa do Município; e IV – garantia de que o bem substituto possua valor e características adequados ao interesse público.

Parágrafo único. O bem resultante da substituição ou permuta terá a destinação patrimonial definida pelo Município e pelo Contrato de Gestão.

Seção V

Dos Sistemas de Informação, Dados e Registros

Art. 113. A Organização Social deverá utilizar, alimentar e manter atualizados os sistemas de informação exigidos pelo Município, pelo Sistema Único de Saúde – SUS e pelos demais órgãos competentes, conforme aplicável ao objeto.

§ 1º. Os registros deverão ser realizados de maneira completa, tempestiva, íntegra e rastreável.

§ 2º. A Organização Social deverá garantir ao Município acesso às informações necessárias ao planejamento, acompanhamento, fiscalização, avaliação e prestação de contas.

§ 3º. A ausência, inconsistência ou atraso injustificado no registro de informações que prejudique a avaliação do Contrato será considerada irregularidade de execução.

Art. 114. Os dados, registros e informações produzidos ou mantidos em decorrência da execução do Contrato de Gestão deverão permanecer disponíveis ao Município, observada a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, ao sigilo profissional e à segurança da informação.

§ 1º. A Organização Social deverá adotar medidas técnicas e administrativas destinadas a: I – proteger os dados contra acesso não autorizado; II – preservar integridade e disponibilidade das informações; III – controlar os perfis de acesso; IV – registrar incidentes relevantes; V – realizar cópias de segurança quando necessárias; VI – garantir continuidade dos sistemas; e VII – permitir auditoria dos registros relacionados ao Contrato de Gestão.

§ 2º. O uso de sistema próprio pela Organização Social não poderá impedir ou dificultar o acesso do Município às informações relativas à execução do objeto.

§ 3º. Os contratos celebrados pela Organização Social com fornecedores de sistemas deverão conter mecanismos que assegurem a continuidade do acesso aos dados em caso de substituição do fornecedor ou encerramento da parceria.

Art. 115. No encerramento, rescisão ou substituição da Organização Social, deverão ser entregues ao Município ou à entidade sucessora, conforme determinação do órgão supervisor: I – bases de dados; II – registros assistenciais e administrativos; III – documentação relacionada à produção; IV – informações financeiras necessárias à continuidade da execução; V – históricos dos sistemas; VI – credenciais, configurações e informações necessárias à continuidade operacional, quando cabíveis; VII – documentação técnica; e, por fim, VIII – demais informações necessárias à preservação da continuidade dos serviços.

§ 1º. A entrega deverá ocorrer em formato tecnicamente utilizável e dentro do prazo definido pelo Município.

§ 2º. É vedada a retenção de dados ou informações indispensáveis à continuidade do serviço em razão de disputa administrativa, contratual ou financeira.

Seção VI

Do Controle e da Rastreabilidade

Art. 116. Todos os atos de gestão de pessoal, contratação, aquisição, movimentação de estoques, utilização de bens públicos e gestão de sistemas que envolvam recursos ou obrigações do Contrato de Gestão deverão possuir documentação suficiente para permitir sua rastreabilidade e fiscalização.

Parágrafo único. A Organização Social deverá manter os documentos e registros à disposição do órgão supervisor e dos órgãos de controle pelo prazo previsto na legislação e no Contrato de Gestão.

CAPÍTULO X

DA FISCALIZAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 117. A execução do Contrato de Gestão será submetida a acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação permanentes pela Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle interno e externo e das demais instâncias legalmente competentes.

§ 1º. O acompanhamento da execução deverá abranger, de forma integrada: I – o cumprimento do objeto; II – a execução do Programa ou Plano de Trabalho; III – o cumprimento das metas e indicadores; IV – a qualidade e a segurança dos serviços; V – a regularidade da prestação assistencial; VI – a execução financeira; VII – a gestão de recursos humanos; VIII – as contratações realizadas; IX – a gestão de medicamentos, materiais e insumos; X – a conservação e utilização dos bens públicos; XI – a regularidade dos sistemas, registros e informações; XII – o cumprimento das obrigações de transparência; XIII – a prestação de contas; e XIV – as demais obrigações previstas no Contrato de Gestão.

§ 2º. A fiscalização deverá possuir caráter preventivo, concomitante e corretivo, sem prejuízo da apuração de responsabilidades quando constatadas irregularidades.

§ 3º. O acompanhamento realizado pela Administração não reduz nem transfere a responsabilidade da Organização Social pela execução integral do Contrato de Gestão.

Seção II

Do Gestor do Contrato

Art. 118. Para cada Contrato de Gestão será designado Gestor do Contrato, responsável pela coordenação administrativa do acompanhamento da parceria.

§ 1º. Compete ao Gestor do Contrato: I – coordenar o acompanhamento da execução; II – manter interlocução institucional com a Organização Social; III – consolidar informações produzidas pela fiscalização; IV – acompanhar prazos e obrigações contratuais; V – verificar a apresentação tempestiva dos relatórios; VI – acompanhar o cronograma de desembolso; VII – encaminhar às áreas competentes as matérias que exijam análise técnica específica; VIII – acompanhar as providências decorrentes de irregularidades ou inconformidades; IX – propor, quando cabível, medidas corretivas, alterações, glosas, sanções ou outras providências; X – manter o processo administrativo devidamente instruído; XI – fornecer informações à Comissão de Avaliação; e XII – exercer outras atribuições previstas no Contrato de Gestão.

§ 2º. A designação do Gestor será formalizada por ato da autoridade competente.

Seção III

Da Fiscalização Técnica, Assistencial, Administrativa e Financeira

Art. 119. A fiscalização do Contrato de Gestão poderá ser exercida por um ou mais fiscais, de acordo com a dimensão, a complexidade e as características do objeto.

§ 1º. Poderão ser designados fiscais ou equipes responsáveis especificamente pelo acompanhamento: I – técnico-assistencial; II – administrativo; III – econômico-financeiro; IV – patrimonial; V – de recursos humanos; VI – de sistemas e informações; e VII – de outras áreas relevantes à execução.

§ 2º. Os fiscais deverão possuir conhecimento compatível com as matérias sob sua responsabilidade.

§ 3º. A distribuição das atribuições de fiscalização será definida no ato de designação ou no Contrato de Gestão.

Art. 120. Compete aos responsáveis pela fiscalização, conforme suas atribuições: I – acompanhar a execução das ações e serviços; II – verificar o cumprimento das metas e indicadores; III – analisar relatórios e documentos apresentados pela Organização Social; IV – realizar inspeções e visitas técnicas; V – verificar as condições de funcionamento dos serviços; VI – analisar amostras de registros, documentos, prontuários e demais evidências, observada a legislação aplicável; VII – verificar dimensionamento e disponibilidade das

equipes; VIII – acompanhar estoques, abastecimento e utilização de insumos; IX – verificar o estado e a utilização dos bens públicos; X – examinar a regularidade dos registros e sistemas de informação; XI – confrontar informações apresentadas com bases de dados disponíveis; XII – acompanhar execução orçamentária e financeira; XIII – solicitar esclarecimentos e documentos; XIV – registrar irregularidades, inconformidades e riscos identificados; XV – acompanhar o cumprimento das determinações e planos de correção; XVI – emitir relatórios técnicos; e XVII – comunicar imediatamente situações que possam comprometer a continuidade, qualidade ou segurança dos serviços.

Seção IV
Do Monitoramento Contínuo

Art. 121. A Organização Social deverá encaminhar periodicamente à Secretaria Municipal de Saúde as informações necessárias ao monitoramento da execução, na forma e periodicidade estabelecidas no Contrato de Gestão.

§ 1º. O monitoramento deverá utilizar, sempre que possível: I – sistemas oficiais de informação; II – bases de produção assistencial; III – relatórios gerenciais; IV – dados financeiros e contábeis; V – registros de recursos humanos; VI – informações de estoque e abastecimento; VII – registros patrimoniais; VIII – indicadores de qualidade e segurança; IX – registros de manifestações dos usuários; e X – demais fontes objetivas de informação.

§ 2º. O Contrato de Gestão definirá os responsáveis pela produção, validação e homologação dos dados utilizados na apuração das metas.

§ 3º. Sempre que possível, a apuração dos indicadores deverá utilizar fontes independentes das informações produzidas exclusivamente pela Organização Social ou mecanismos de validação pelo Município.

Art. 122. Os resultados apresentados pela Organização Social poderão ser submetidos a validação mediante: I – conferência documental; II – cruzamento de bases de dados; III – inspeção in loco; IV – análise amostral; V – auditoria; VI – confirmação em sistemas oficiais; VII – confronto entre produção registrada e estrutura efetivamente disponível; e, por fim, VIII – outros procedimentos tecnicamente adequados.

Parágrafo único. A apresentação de informação pela Organização Social não implica sua aceitação automática para fins de cumprimento de meta, pagamento condicionado a desempenho ou aprovação de prestação de contas.

Seção V
Dos Relatórios de Execução

Art. 123. A Organização Social apresentará relatórios periódicos de execução, contendo, no mínimo: I – descrição das atividades realizadas; II – produção assistencial; III – resultados dos indicadores; IV – comparação entre metas previstas e resultados alcançados; V – justificativa para metas não atingidas; VI – quadro atualizado de recursos humanos; VII – informações sobre abastecimento, medicamentos, materiais e insumos; VIII – ocorrências relevantes relacionadas à qualidade e segurança dos serviços; IX – informações econômico-financeiras; X – execução dos investimentos previstos; XI – situação dos bens públicos; XII – informações relacionadas aos sistemas e registros; XIII – providências corretivas adotadas; e, por fim, XIV – demais informações previstas no Contrato de Gestão.

§ 1º. A periodicidade dos relatórios será estabelecida no Contrato de Gestão, conforme a natureza e complexidade do objeto.

§ 2º. O Contrato poderá estabelecer relatórios distintos para acompanhamento mensal, avaliação periódica e prestação de contas anual.

Seção VI
Da Comissão de Avaliação

Art. 124. Os resultados alcançados na execução do Contrato de Gestão serão avaliados periodicamente por Comissão de Avaliação especialmente designada pela autoridade supervisora.

§ 1º. A Comissão de Avaliação será composta por, no mínimo, 5 (cinco) membros, em número ímpar, de notória capacidade e adequada qualificação, contemplando conhecimentos compatíveis com a natureza do objeto.

§ 2º. A composição deverá contemplar, sempre que possível: I – profissionais com conhecimento técnico na área da saúde; II – profissional com conhecimento em gestão ou administração pública; III – profissional com conhecimento nas áreas contábil, financeira, econômica ou de controle; e IV – outros profissionais cuja especialidade seja relevante à avaliação do objeto.

§ 3º. Poderá integrar a Comissão representante tecnicamente qualificado de instância de controle social ou de outro órgão público, desde que não haja conflito de interesses.

§ 4º. A Comissão de Avaliação será distinta da Comissão de Seleção.

§ 5º. Os membros deverão declarar ausência de conflito de interesses e estarão sujeitos às regras de impedimento previstas neste Decreto.

Art. 125. Compete à Comissão de Avaliação: I – avaliar os resultados alcançados pela Organização Social; II – analisar o cumprimento das metas e indicadores; III – avaliar a qualidade e regularidade dos serviços; IV – analisar os relatórios apresentados pela Organização Social; V – considerar os relatórios produzidos pelo Gestor e pelos fiscais; VI – analisar os resultados econômico-financeiros relacionados à execução; VII – avaliar a eficiência na utilização dos recursos públicos; VIII – verificar o cumprimento das obrigações essenciais do Programa ou Plano de Trabalho; IX – avaliar os compromissos que tenham contribuído para a pontuação da proposta vencedora; X – analisar justificativas relacionadas ao não atingimento de metas; XI – recomendar providências corretivas; XII – recomendar revisão de processos ou mecanismos de controle; XIII – propor, quando cabível, aplicação das consequências previstas no Contrato; XIV – emitir relatório conclusivo de avaliação; e XV – exercer demais atribuições previstas no Contrato de Gestão.

Seção VII
Da Avaliação dos Resultados

Art. 126. A avaliação deverá considerar o desempenho global da Organização Social e não poderá se limitar à verificação isolada da execução financeira ou da produção quantitativa.

§ 1º. A avaliação abrangerá, conforme aplicável: I – metas quantitativas; II – metas qualitativas; III – indicadores de qualidade; IV – segurança assistencial; V – acesso e oportunidade do atendimento; VI – resolutividade; VII – continuidade do cuidado; VIII – satisfação dos usuários;

IX – gestão de pessoal; X – abastecimento; XI – eficiência na aplicação dos recursos; XII – regularidade administrativa e financeira; XIII – confiabilidade dos registros e informações; XIV – cumprimento dos compromissos técnicos assumidos; e XV – demais parâmetros definidos no Contrato.

§ 2º. O alcance da produção quantitativa não compensará automaticamente falhas relevantes de qualidade, segurança, regularidade ou cumprimento de obrigação essencial.

Art. 127. A Comissão de Avaliação emitirá relatório conclusivo nos períodos definidos no Contrato de Gestão e ao final de sua vigência ou ciclo de avaliação.

§ 1º. A avaliação formal ocorrerá, no mínimo, trimestralmente, salvo objeto cuja natureza justifique periodicidade diversa expressamente prevista no Contrato.

§ 2º. O relatório conclusivo deverá conter, no mínimo: I – período avaliado; II – metas e indicadores analisados; III – resultados apurados; IV – fontes e evidências utilizadas; V – grau de cumprimento das metas; VI – análise qualitativa da execução; VII – irregularidades ou inconformidades identificadas; VIII – justificativas apresentadas pela Organização Social; IX – providências corretivas adotadas ou recomendadas; X – eventuais repercussões financeiras; XI – conclusão quanto ao desempenho no período; e XII – recomendações para a continuidade da execução.

§ 3º. O relatório será encaminhado à autoridade supervisora, ao Gestor do Contrato e às unidades de controle competentes, na forma prevista neste Decreto.

Seção VIII
Da Classificação do Desempenho

Art. 128. O Contrato de Gestão poderá estabelecer classificação objetiva do desempenho da Organização Social, considerando o conjunto das metas, indicadores e obrigações avaliadas.

§ 1º. A classificação poderá distinguir, entre outras categorias: I – desempenho satisfatório; II – desempenho satisfatório com ressalvas; III – desempenho insatisfatório; e IV – desempenho crítico.

§ 2º. Os critérios para enquadramento em cada categoria deverão estar previamente estabelecidos no Contrato de Gestão.

§ 3º. A classificação de desempenho poderá produzir efeitos sobre: I – parcela variável dos repasses; II – planos de correção; III –

intensificação da fiscalização; IV – aplicação de sanções; V – avaliação da conveniência de renovação ou prorrogação; VI – rescisão; e VII – outras consequências previstas no Contrato.

Seção IX

Das Inconformidades e dos Planos de Correção

Art. 129. Constatada irregularidade, inconformidade ou desempenho insuficiente passível de correção, a Organização Social poderá ser notificada para apresentação de Plano de Correção.

§ 1º. O Plano de Correção deverá conter: I – descrição do problema; II – análise das causas; III – providências a serem adotadas; IV – responsáveis; V – prazos; VI – resultados esperados; e VII – mecanismos de acompanhamento.

§ 2º. A aceitação do Plano de Correção não afasta eventual aplicação de consequência financeira ou sanção decorrente do fato que lhe deu origem.

§ 3º. O descumprimento injustificado do Plano de Correção constituirá agravante para fins de adoção das medidas previstas no Contrato e neste Decreto.

Art. 130. Quando a irregularidade representar risco imediato ou relevante à vida, à segurança dos usuários, à continuidade dos serviços ou ao patrimônio público, a Administração poderá determinar adoção imediata de medidas corretivas, independentemente da apresentação prévia de Plano de Correção.

Parágrafo único. As medidas adotadas deverão ser proporcionais ao risco identificado e formalmente registradas no processo administrativo.

Seção X

Do Acesso à Fiscalização

Art. 131. A Organização Social deverá assegurar aos responsáveis pela fiscalização e avaliação amplo acesso, observado o disposto na legislação aplicável: I – às instalações vinculadas ao Contrato; II – aos documentos administrativos; III – aos registros contábeis e financeiros; IV – aos contratos celebrados com terceiros; V – aos registros de recursos humanos; VI – aos sistemas de informação; VII – aos estoques; VIII – aos bens e equipamentos; IX – aos documentos relacionados à execução das metas; e X – às demais informações necessárias ao exercício do controle.

§ 1º. O acesso a prontuários, informações de saúde e dados pessoais deverá observar as normas de sigilo, proteção de dados e segurança da informação.

§ 2º. A Organização Social não poderá invocar sigilo comercial, contratual ou empresarial para impedir acesso a informação necessária à fiscalização da aplicação de recursos públicos, ressalvadas as hipóteses legalmente protegidas.

Seção XI

Das Inspeções e Auditorias

Art. 132. A Secretaria Municipal de Saúde poderá realizar, a qualquer tempo, inspeções, verificações, auditorias e outros procedimentos destinados à avaliação da execução do Contrato de Gestão.

§ 1º. As inspeções poderão ocorrer de forma programada ou não programada, quando necessária à adequada fiscalização.

§ 2º. A fiscalização poderá solicitar documentos, amostras, relatórios ou esclarecimentos adicionais.

§ 3º. Os achados de auditoria ou fiscalização deverão ser formalizados e encaminhados à Organização Social para conhecimento e manifestação, quando cabível.

§ 4º. O exercício da fiscalização pelo Município não impede a atuação dos órgãos de controle interno, externo, Ministério Público e demais autoridades competentes.

Seção XII

Das Irregularidades Graves

Art. 133. Os responsáveis pela fiscalização, ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade relevante na utilização de recursos ou bens públicos, deverão comunicar imediatamente a autoridade supervisora e os órgãos municipais competentes para adoção das providências cabíveis.

§ 1º. Quando a natureza ou gravidade dos fatos assim exigir, serão cientificados, conforme suas competências: I – o órgão central de controle interno do Município; II – a Procuradoria-Geral do Município; III – o Tribunal de Contas competente; IV – o Ministério Público; e V – outros órgãos legalmente competentes.

§ 2º. A comunicação prevista neste artigo não depende da conclusão definitiva de processo sancionador quando houver indícios suficientes de fato cuja apuração seja de competência de outro órgão.

§ 3º. A omissão injustificada na comunicação de irregularidade relevante sujeitará o responsável às consequências previstas na legislação aplicável.

Seção XIII

Do Controle Social

Art. 134. A execução dos Contratos de Gestão estará sujeita ao controle social e às competências legalmente atribuídas ao Conselho Municipal de Saúde e às demais instâncias de participação social.

§ 1º. Os relatórios de avaliação e os principais resultados dos Contratos de Gestão deverão ser disponibilizados de forma acessível, ressalvadas as informações legalmente protegidas.

§ 2º. Manifestações, denúncias e reclamações relacionadas à execução dos serviços deverão possuir canais próprios de recebimento, registro, encaminhamento e acompanhamento.

§ 3º. Informações decorrentes de manifestações dos usuários poderão ser utilizadas como elemento complementar de avaliação da qualidade dos serviços.

Seção XIV

Da Responsabilidade pela Informação

Art. 135. Os dirigentes e responsáveis da Organização Social responderão pela veracidade, integridade e consistência das informações apresentadas à Administração para fins de acompanhamento, avaliação, pagamento ou prestação de contas.

§ 1º. A apresentação de informação falsa, adulterada ou materialmente inconsistente será considerada infração grave, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

§ 2º. Quando constatada inconsistência relevante, a Administração poderá determinar revisão da apuração das metas, dos pagamentos relacionados ao desempenho e das prestações de contas afetadas.

CAPÍTULO XI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE DOS RECURSOS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 136. A Organização Social deverá prestar contas da execução do Contrato de Gestão de forma periódica e ao final de sua vigência, demonstrando, de maneira integrada: I – a aplicação dos recursos públicos; II – a execução do objeto; III – o cumprimento das metas e indicadores; IV – os resultados quantitativos e qualitativos alcançados; V – a regularidade administrativa, financeira e patrimonial; e, por fim, VI – o cumprimento das demais obrigações previstas no Contrato de Gestão.

§ 1º. A prestação de contas deverá permitir verificar a correspondência entre os recursos recebidos, as despesas realizadas, os serviços executados e os resultados alcançados.

§ 2º. A regularidade financeira da execução não implicará, por si só, aprovação do cumprimento do objeto ou das metas.

§ 3º. O cumprimento quantitativo das metas não afastará a análise da regularidade da aplicação dos recursos e da qualidade dos serviços prestados.

Seção II

Das Modalidades de Prestação de Contas

Art. 137. A prestação de contas compreenderá, conforme disciplinado no Contrato de Gestão: I – prestação de contas periódica; II – prestação de contas anual; III – prestação de contas final; e, por fim, IV – prestação de contas extraordinária, sempre que determinada pelo interesse público, por irregularidade identificada ou por circunstância relevante da execução.

§ 1º. A periodicidade da prestação de contas será compatível com a natureza, o valor, a complexidade e os riscos do Contrato de Gestão.

§ 2º. A Administração poderá estabelecer procedimentos diferenciados para acompanhamento mensal, consolidação periódica, avaliação anual e encerramento da parceria.

Seção III
Da Prestação de Contas de Resultados
Art. 138. A prestação de contas de resultados deverá demonstrar a efetiva execução do objeto e o desempenho da Organização Social em relação às obrigações pactuadas.
Parágrafo único. Deverá conter, no mínimo: I – descrição das ações e serviços realizados; II – produção assistencial; III – metas pactuadas; IV – resultados alcançados; V – indicadores apurados; VI – comparação entre resultados previstos e realizados; VII – justificativas para metas não atingidas; VIII – análise das metas qualitativas; IX – informações relacionadas à qualidade e segurança dos serviços; X – demonstração do cumprimento dos compromissos técnicos incorporados ao Contrato; XI – providências corretivas adotadas; e XII – demais elementos definidos no Programa ou Plano de Trabalho.
Art. 139. A análise da prestação de contas de resultados deverá considerar as informações produzidas pela Organização Social conjuntamente com: I – os dados constantes dos sistemas oficiais; II – os relatórios da fiscalização; III – os relatórios da Comissão de Avaliação; IV – as inspeções e auditorias realizadas; V – os registros assistenciais; VI – as bases de produção e faturamento; VII – as manifestações dos usuários, quando pertinentes; e, por fim, VIII – outras evidências objetivas disponíveis.
Parágrafo único. Divergências relevantes entre os dados apresentados pela Organização Social e as informações validadas pela Administração deverão ser formalmente apuradas.

Seção IV
Da Prestação de Contas Financeira
Art. 140. A prestação de contas financeira deverá demonstrar a origem, movimentação, aplicação e destinação dos recursos vinculados ao Contrato de Gestão.
§ 1º. A Organização Social deverá manter registros contábeis e financeiros individualizados ou segregados de forma suficiente para permitir a identificação das receitas e despesas vinculadas ao Contrato.

§ 2º. A prestação de contas deverá conter, conforme estabelecido no Contrato: I – demonstrativo das receitas; II – demonstrativo das despesas; III – extratos bancários das contas vinculadas; IV – conciliações bancárias; V – relação dos pagamentos realizados; VI – demonstrativo das despesas com pessoal; VII – relação das contratações realizadas; VIII – demonstrativo de investimentos; IX – relação de bens adquiridos; X – demonstrativo de saldos financeiros; XI – informações sobre aplicações financeiras e respectivos rendimentos; XII – documentos fiscais e comprobatórios, quando exigidos; XIII – demonstrativos contábeis; XIV – relatório da auditoria independente, quando exigido; XV – demonstração da compatibilidade das despesas com o objeto; e, por fim, XVI – demais documentos necessários à verificação da regularidade da aplicação dos recursos.
Art. 141. A movimentação dos recursos deverá ocorrer de forma que permita identificar, de maneira clara e rastreável: I – o recurso recebido; II – sua origem; III – a data do ingresso; IV – o beneficiário do pagamento; V – o objeto da despesa; VI – o documento comprobatório correspondente; e, por fim, VII – sua vinculação às atividades previstas no Contrato de Gestão.
Parágrafo único. É vedada a utilização de mecanismos de movimentação que impeçam ou dificultem a identificação do destinatário final dos recursos.
Seção V
Das Contas Bancárias e dos Saldos Financeiros

Art. 142. Os recursos públicos destinados ao Contrato de Gestão deverão ser movimentados em conta bancária específica ou em sistemática contábil-financeira que assegure sua plena segregação e rastreabilidade, conforme estabelecido no instrumento contratual.
§ 1º. Os rendimentos financeiros decorrentes da aplicação temporária dos recursos serão vinculados ao objeto do Contrato de Gestão, salvo disposição legal ou contratual em sentido diverso.
§ 2º. A Organização Social deverá informar os saldos existentes em cada prestação de contas.
§ 3º. Os saldos remanescentes ao término da parceria terão destinação definida no Contrato de Gestão e na legislação aplicável.
Art. 143. A existência de saldo financeiro decorrente de economia na execução não autoriza sua livre utilização pela Organização Social.
§ 1º. A utilização de saldo para finalidade diversa da programação originalmente aprovada dependerá de autorização prévia da Administração e deverá permanecer vinculada ao objeto da parceria.
§ 2º. A autorização deverá ser precedida de justificativa técnica e demonstração da necessidade e da vantagem para a execução do Contrato.

Seção VI
Da Análise das Despesas
Art. 144. Para fins de prestação de contas, somente serão reconhecidas como regulares as despesas que: I – estejam relacionadas ao objeto do Contrato de Gestão; II – sejam necessárias ou adequadas à sua execução; III – estejam previstas no Programa ou Plano de Trabalho ou tenham sido regularmente autorizadas; IV – estejam devidamente documentadas; V – apresentem valor compatível com a natureza da despesa e as condições de mercado; VI – tenham sido efetivamente realizadas; e, por fim, VII – atendam às demais condições previstas no Contrato e no regulamento próprio da Organização Social.
Art. 145. Poderão ser consideradas irregulares, entre outras, as despesas: I – estranhas ao objeto; II – realizadas sem comprovação suficiente; III – relativas a bens ou serviços não entregues ou não executados; IV – realizadas em desconformidade com o regulamento de contratações; V – que apresentem sobrepreço ou superfaturamento; VI – decorrentes de contratação com conflito de interesses não regularizado; VII – realizadas após o encerramento da vigência sem fundamento jurídico; VIII – incompatíveis com as metas e serviços executados; IX – resultantes de multas, juros ou encargos decorrentes de atraso imputável à Organização Social, salvo justificativa aceita pela Administração; X – relativas a pagamento indevido, duplicado ou sem causa; e, por fim, XI – que incorram em outra hipótese de irregularidade prevista no Contrato ou na legislação aplicável.

Parágrafo único. A identificação de despesa irregular deverá ser precedida de análise e assegurada manifestação da Organização Social, salvo providência cautelar necessária à proteção do patrimônio público.

Seção VII
Das Glosas
Art. 146. A Administração poderá promover glosa de valores quando constatada despesa irregular, ausência de comprovação, execução inferior ao contratado ou outra hipótese prevista no Contrato de Gestão.
§ 1º. Toda glosa deverá: I – indicar o fato que a fundamenta; II – identificar o valor correspondente; III – indicar a obrigação contratual ou normativa descumprida; e IV – ser precedida de oportunidade de manifestação da Organização Social, ressalvadas medidas cautelares.
§ 2º. A glosa poderá ser: I – compensada em repasse subsequente; II – objeto de restituição ao Município; ou III – regularizada mediante outra forma admitida no Contrato e na legislação aplicável.
§ 3º. A glosa não afasta a aplicação de sanção quando a irregularidade também configurar infração contratual.

Seção VIII
Da Prestação de Contas Anual
Art. 147. Ao término de cada exercício financeiro, a Organização Social apresentará prestação de contas anual consolidada da execução do Contrato de Gestão.
Parágrafo único. A prestação anual conterá, no mínimo: I – relatório consolidado de execução do objeto; II – comparação das metas com os resultados alcançados; III – demonstrativos financeiros e contábeis; IV – balanço patrimonial e demais demonstrações exigidas; V – relatório consolidado de recursos humanos; VI – inventário atualizado dos bens vinculados; VII – demonstrativo dos contratos com terceiros; VIII – relatório dos investimentos realizados; IX – demonstrativo dos saldos financeiros; X – manifestação do Conselho de Administração sobre as contas; XI – relatório de auditoria independente, quando exigido; e, por fim, XII – demais documentos previstos no Contrato.

Seção IX
Da Prestação de Contas Final

Art. 148. Encerrada a vigência do Contrato de Gestão, a Organização Social apresentará prestação de contas final no prazo estabelecido no instrumento contratual.
§ 1º. A prestação final deverá consolidar toda a execução da parceria e demonstrar: I – cumprimento do objeto; II – resultados globais alcançados; III – situação final das metas e indicadores; IV – aplicação dos recursos; V – saldos existentes; VI – situação dos bens públicos e dos bens adquiridos com recursos do Contrato; VII – contratos e obrigações pendentes; VIII – situação dos estoques; IX – entrega dos dados, sistemas e documentos; X – cumprimento das obrigações de transição; e, por fim, XI – outras pendências existentes.
§ 2º. A prestação de contas final não impedirá apuração posterior de irregularidade que venha a ser identificada pelos órgãos de controle.

Seção X
Da Análise e Julgamento das Contas
Art. 149. As prestações de contas serão submetidas à análise técnica das unidades competentes da Administração, podendo abranger manifestações: I – assistencial; II – administrativa; III – financeira; IV – contábil; V – patrimonial; VI – jurídica, quando necessária; VII – de controle interno; e VIII – de outras áreas relacionadas ao objeto.
Art. 150. Após a análise, a prestação de contas poderá ser considerada: I – regular; II – regular com ressalvas; ou III – irregular.

§ 1º. Será considerada regular quando demonstrado o cumprimento adequado do objeto, a correta aplicação dos recursos e a observância das obrigações essenciais.
§ 2º. Poderá ser considerada regular com ressalvas quando identificadas impropriedades formais ou falhas que não tenham causado prejuízo relevante ao objeto, aos resultados ou ao patrimônio público, sem prejuízo das medidas corretivas cabíveis.
§ 3º. Será considerada irregular quando constatado, entre outros fatos: I – desvio de finalidade; II – dano ao patrimônio público; III – ausência de comprovação da aplicação de recursos; IV – descumprimento grave do objeto; V – apresentação de documentação ou informação falsa; VI – omissão injustificada no dever de prestar contas; VII – irregularidade relevante e insanável na execução financeira; ou VIII – outra situação grave prevista na legislação ou no Contrato.
Art. 151. Antes da decisão pela irregularidade das contas, será assegurada à Organização Social oportunidade para apresentar esclarecimentos, justificativas e documentos complementares, quando a irregularidade for passível de esclarecimento ou saneamento.
§ 1º. O prazo será definido em notificação específica ou no Contrato de Gestão.
§ 2º. O saneamento documental não poderá ser utilizado para legitimar fato materialmente inexistente ou despesa não realizada.

Seção XI
Da Transparência Ativa
Art. 152. O Município e a Organização Social deverão assegurar transparência ativa das informações relacionadas à execução dos Contratos de Gestão, observadas as hipóteses legais de sigilo e proteção de dados pessoais.
§ 1º. Deverão ser disponibilizados, em meio eletrônico de fácil acesso, no mínimo: I – ato de qualificação da Organização Social; II – instrumento convocatório; III – resultado do procedimento de seleção; IV – Contrato de Gestão e seus aditivos; V – Programa ou Plano de Trabalho; VI – valor global da parceria; VII – cronograma e valores dos repasses; VIII – metas e indicadores; IX – resultados periódicos; X – relatórios da Comissão de Avaliação; XI – prestações de contas e respectivas decisões, na forma definida pela Administração; XII – demonstrativos financeiros; XIII – regulamento próprio de contratações; XIV – relação dos dirigentes; XV – estrutura remuneratória dos cargos de direção custeados com recursos do Contrato, observadas as normas aplicáveis; XVI – relação dos principais contratos celebrados com terceiros, conforme parâmetros definidos no Contrato; XVII – relação dos bens públicos disponibilizados; XVIII – investimentos realizados; e XIX – outras informações de interesse coletivo ou geral relacionadas à aplicação dos recursos públicos.
§ 2º. A divulgação deverá ocorrer em formato que favoreça a compreensão, pesquisa e acompanhamento pelo cidadão.

Seção XII
Da Transparência da Organização Social
Art. 153. A Organização Social deverá manter em seu sítio eletrônico, enquanto vigente o Contrato de Gestão, área específica destinada às informações relacionadas à parceria com o Município.
Parágrafo único. A ausência de sítio eletrônico próprio não afastará o dever de fornecer ao Município todas as informações necessárias à divulgação no portal oficial.

Seção XIII
Da Proteção das Informações
Art. 154. A publicidade das informações observará a legislação relativa ao acesso à informação, proteção de dados pessoais, sigilo profissional e demais hipóteses legais de restrição de acesso.
§ 1º. Informações pessoais de usuários, pacientes, trabalhadores ou terceiros não serão divulgadas além do estritamente permitido pela legislação.
§ 2º. A existência de informação protegida não autoriza a restrição integral de documento quando for possível disponibilizar sua parte não sigilosa mediante ocultação dos dados legalmente protegidos.

Seção XIV
Da Auditoria Independente
Art. 155. O Contrato de Gestão poderá exigir auditoria independente das demonstrações financeiras e das contas relacionadas à execução, especialmente em razão: I – do valor do Contrato; II – da complexidade do objeto; III – do volume dos recursos movimentados; IV – dos riscos identificados; ou V – de determinação do órgão supervisor ou de controle.
§ 1º. O auditor deverá possuir independência em relação à Organização Social e observar as normas profissionais aplicáveis.
§ 2º. O relatório de auditoria não substitui a análise e o julgamento das contas pelo Poder Público.

Seção XV
Da Guarda da Documentação
Art. 156. A Organização Social deverá manter sob sua guarda, pelo prazo previsto na legislação aplicável, todos os documentos relacionados à execução do Contrato de Gestão.
§ 1º. A documentação deverá permanecer organizada e disponível para consulta, auditoria e fiscalização.

§ 2º. A obrigação subsistirá mesmo após o encerramento, rescisão ou desqualificação da Organização Social.

Seção XVI
Da Omissão no Dever de Prestar Contas
Art. 157. A omissão injustificada no dever de prestar contas ou a apresentação reiteradamente incompleta de informações essenciais constituirá infração contratual.
§ 1º. A Organização Social será notificada para regularização, sem prejuízo das medidas cautelares cabíveis.
§ 2º. Persistindo a omissão, poderão ser adotadas, conforme a gravidade e o risco: I – suspensão de parcelas de repasse que não comprometam a continuidade assistencial; II – glosas; III – instauração de procedimento sancionador; IV – auditoria extraordinária; V – rescisão do Contrato de Gestão; VI – instauração de procedimento de desqualificação; e, por fim, VII – comunicação aos órgãos de controle competentes.
§ 3º. Toda medida que repercuta sobre os repasses deverá avaliar previamente seus efeitos sobre a continuidade e segurança dos serviços públicos de saúde.

CAPÍTULO XII
DAS ALTERAÇÕES, REVISÕES, ADITAMENTOS E RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 158. O Contrato de Gestão poderá ser alterado durante sua vigência, mediante termo aditivo, quando necessário à adequada execução do objeto, desde que preservados o interesse público, a finalidade da parceria, a vinculação aos resultados e as condições essenciais que fundamentaram o procedimento de seleção.

§ 1º. Toda alteração deverá ser precedida de processo administrativo devidamente instruído, contendo: I – descrição da alteração pretendida; II – justificativa técnica; III – demonstração da necessidade e do interesse público; IV – análise dos impactos assistenciais, operacionais e financeiros; V – manifestação do Gestor do Contrato; VI – manifestação das áreas técnicas competentes; VII – demonstração da disponibilidade orçamentária e financeira, quando houver repercussão sobre os recursos públicos; VIII – versão atualizada do Programa ou Plano de Trabalho, quando necessária; e IX – demais manifestações exigidas pela legislação municipal ou pela natureza da alteração.
§ 2º. A alteração não poderá ser utilizada para afastar o resultado do procedimento de seleção nem para conceder à Organização Social vantagem que não pudesse ter sido prevista ou obtida pelas demais participantes em igualdade de condições.
§ 3º. Os termos aditivos integrarão o Contrato de Gestão e serão submetidos aos mesmos deveres de publicidade e transparência aplicáveis ao instrumento original.

Seção II
Das Hipóteses de Alteração
Art. 159. Poderão fundamentar alteração do Contrato de Gestão, entre outras situações tecnicamente justificadas: I – alteração quantitativa das ações e serviços; II – adequação de metas e indicadores; III – modificação do perfil assistencial; IV – variação relevante e comprovada da demanda; V – alteração da capacidade instalada; VI – implantação, ampliação, redução ou reorganização de serviços compreendidos no objeto; VII – alteração de normas técnicas, sanitárias ou assistenciais com repercussão relevante sobre a execução; VIII – necessidade de adequação do dimensionamento de recursos humanos; IX – necessidade de investimentos inicialmente não previstos; X – alteração relevante dos custos necessários à execução, quando devidamente comprovada; XI – fatos supervenientes que afetem materialmente as condições de execução; XII – adequação do cronograma de implantação ou execução; XIII – aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e controle, desde que preservada a comparabilidade e a objetividade dos resultados; e XIV – outras circunstâncias compatíveis com o objeto e devidamente justificadas.

Parágrafo único. Toda alteração deverá guardar proporcionalidade entre as obrigações assumidas, os resultados esperados e os recursos disponibilizados.

Seção III
Da Alteração de Metas e Indicadores
Art. 160. As metas e indicadores poderão ser revistos quando ocorrer alteração das condições objetivas que fundamentaram sua definição ou quando a experiência de execução demonstrar necessidade de adequação técnica.
§ 1º. A revisão deverá ser fundamentada em dados objetivos e poderá considerar: I – produção histórica; II – capacidade instalada; III – perfil epidemiológico e assistencial; IV – demanda efetivamente verificada; V – alterações na rede de atenção; VI – disponibilidade de recursos; VII – mudanças normativas; VIII – resultados obtidos nos ciclos anteriores; e, por fim, IX – outros elementos técnicos relevantes. **§ 2º.** A revisão não poderá ser utilizada para: I – encobrir desempenho insuficiente da Organização Social; II – considerar como cumprida obrigação anteriormente descumprida; III – afastar consequência financeira ou sanção já configurada; IV – reduzir, sem justificativa técnica, obrigação que tenha contribuído para a pontuação da proposta vencedora; ou V – alterar retroativamente resultado já apurado.

§ 3º. Alterações de metas produzirão efeitos para os períodos subsequentes à sua formalização, ressalvada correção de erro material ou outra situação devidamente fundamentada que não resulte em favorecimento indevido.

Seção IV
Da Revisão dos Recursos e das Obrigações
Art. 161. Os recursos financeiros destinados ao Contrato de Gestão poderão ser revistos quando ocorrer alteração devidamente comprovada das condições necessárias à execução do objeto.
§ 1º. O acréscimo de recursos dependerá, cumulativamente, de: I – justificativa técnica da necessidade; II – demonstração objetiva do impacto financeiro; III – memória de cálculo atualizada; IV – demonstração de compatibilidade com os preços e custos aplicáveis; V – definição das atividades, obrigações, metas, investimentos ou resultados correspondentes ao acréscimo; VI – disponibilidade orçamentária e financeira; VII – aprovação da autoridade competente; e VIII – formalização por termo aditivo.
§ 2º. É vedado o aumento de recursos sem identificação da causa, finalidade e correspondente repercussão sobre a execução do Contrato.
§ 3º. O aumento dos recursos destinado à ampliação das atividades deverá guardar proporcionalidade com a ampliação das obrigações, serviços ou resultados pactuados.

Art. 162. A redução dos recursos destinados ao Contrato de Gestão deverá ser acompanhada da correspondente análise de seus impactos sobre: I – a capacidade de execução; II – as metas; III – os serviços; IV – o dimensionamento de pessoal; V – os níveis de qualidade; VI – a segurança assistencial; e VII – a continuidade do atendimento.
§ 1º. Sempre que a redução dos recursos inviabilizar objetivamente obrigação anteriormente pactuada, deverão ser revistos os elementos diretamente afetados.
§ 2º. É vedada a manutenção de obrigação materialmente inexequível em decorrência de redução unilateral dos recursos necessários à sua execução, sem a correspondente avaliação e adequação contratual.
§ 3º. A revisão não poderá comprometer padrões mínimos legais, técnicos, sanitários ou assistenciais.

Seção V
Dos Fatos Supervenientes
Art. 163. A ocorrência de fato superveniente relevante capaz de produzir impacto material sobre os custos, a capacidade de execução, os serviços ou os resultados pactuados deverá ser comunicada pela parte que dele tiver conhecimento.

§ 1º. A comunicação deverá ser acompanhada, sempre que possível, de: I – descrição do fato; II – data ou período de ocorrência; III – demonstração de seus efeitos; IV – obrigações afetadas; V – impacto financeiro estimado; VI – medidas já adotadas; VII – medidas propostas; e VIII – documentação comprobatória.
§ 2º. A Administração analisará: I – a efetiva ocorrência do fato; II – sua relação com o Contrato de Gestão; III – a responsabilidade das partes; IV – a extensão dos impactos; V – as medidas que poderiam razoavelmente ter evitado ou mitigado seus efeitos; e VI – a necessidade de revisão contratual.
§ 3º. Não será admitida revisão baseada exclusivamente em alegação genérica de aumento de custos, dificuldade operacional ou redução de receitas sem demonstração objetiva de seus efeitos sobre a execução.

Seção VI
Da Reprogramação Anual
Art. 164. Nos Contratos de Gestão de vigência superior a um exercício financeiro, poderá ser realizada reprogramação anual das metas, indicadores, ações e cronograma de desembolso, observados o planejamento orçamentário municipal e os resultados do exercício anterior.
§ 1º. A reprogramação deverá considerar, no mínimo: I – os resultados já alcançados; II – os relatórios da Comissão de Avaliação; III – a execução financeira; IV – os saldos existentes; V – as necessidades assistenciais; VI – as alterações do planejamento da saúde; VII – as prioridades para o exercício seguinte; e VIII – a disponibilidade orçamentária.
§ 2º. A reprogramação anual não constitui oportunidade para modificar livremente o objeto nem afastar compromissos essenciais decorrentes do procedimento de seleção.
§ 3º. As metas, objetivos e cronograma financeiro do novo exercício deverão constar de anexo atualizado ao Contrato de Gestão.

Seção VII
Das Alterações em Situações Urgentes
Art. 165. Quando circunstância urgente e devidamente caracterizada exigir providência imediata para preservação da vida, da segurança dos usuários ou da continuidade dos serviços, poderão ser

determinadas medidas provisórias de execução antes da formalização do correspondente termo aditivo.
§ 1º. A medida deverá: I – limitar-se ao estritamente necessário; II – ser formalmente determinada ou reconhecida pela autoridade competente; III – possuir justificativa técnica; IV – indicar, sempre que possível, a estimativa de seu impacto financeiro; e V – ser posteriormente incorporada ao processo administrativo para análise e formalização.
§ 2º. A excepcionalidade prevista neste artigo não autoriza a modificação informal e permanente do Contrato de Gestão.

Seção VIII
Dos Limites às Alterações
Art. 166. Não será admitida alteração contratual que: I – modifique substancialmente a natureza ou finalidade do objeto; II – resulte na transferência do núcleo essencial da gestão a terceiro; III – inclua conjunto autônomo de ações ou serviços sem relação com o objeto selecionado; IV – altere de forma substancial as condições que fundamentaram a competição e a classificação das propostas; V – elimine injustificadamente obrigação ou compromisso que tenha contribuído para a pontuação da Organização Social vencedora; VI – transforme o Contrato de Gestão em instrumento destinado à execução de objeto materialmente distinto daquele submetido à seleção; VII – seja utilizada para evitar a realização de novo procedimento público de seleção; ou VIII – viole os princípios da impessoalidade, isonomia, transparência, economicidade ou vinculação ao interesse público.
§ 1º. Quando a necessidade administrativa implicar alteração substancial do objeto, deverá ser avaliada a realização de novo procedimento de planejamento e seleção.
§ 2º. A simples conveniência administrativa não constitui fundamento suficiente para alteração que comprometa a isonomia ou a legitimidade do procedimento originário.

Seção IX
Da Renovação
Art. 167. A renovação do Contrato de Gestão dependerá de decisão expressamente motivada da autoridade supervisora e não constituirá direito da Organização Social.
§ 1º. A renovação ficará condicionada, no mínimo, à: I – demonstração do interesse público; II – avaliação satisfatória ou justificadamente adequada do ciclo contratual; III – análise do cumprimento das metas e indicadores; IV – regularidade da execução financeira e da prestação de contas; V – manutenção das condições de qualificação; VI – manutenção da capacidade técnica, operacional e econômico-financeira; VII – inexistência de irregularidade grave incompatível com a continuidade da parceria; VIII – demonstração da vantajosidade da renovação; IX – disponibilidade orçamentária e financeira; e, por fim, X – aprovação de novo ciclo de metas, indicadores e programação financeira.
Art. 168. A análise da vantajosidade da renovação deverá considerar, entre outros elementos: I – resultados alcançados no ciclo contratual; II – qualidade e continuidade dos serviços; III – desempenho da Organização Social; IV – custos da execução; V – cumprimento dos compromissos assumidos; VI – desempenho das metas qualitativas e quantitativas; VII – histórico de irregularidades, glosas e sanções; VIII – necessidade de investimentos ou reorganização dos serviços; IX – benefícios esperados para o próximo ciclo; e, por fim, X – conveniência da renovação em comparação com a realização de novo procedimento público de seleção.
§ 1º. A análise deverá constar expressamente do processo administrativo.
§ 2º. A renovação poderá contemplar adequações de metas, valores, cronograma e demais condições necessárias ao novo ciclo, observados os limites deste Capítulo.
§ 3º. A renovação não impede a Administração de optar pela realização de novo procedimento de seleção quando essa alternativa se mostrar mais adequada ao interesse público.

Seção X
Da Prorrogação Excepcional para Continuidade
Art. 169. Quando a proximidade do término da vigência puder resultar em interrupção de serviço público de saúde e estiver em andamento procedimento destinado à continuidade da prestação, poderá ser avaliada, nos limites da legislação aplicável, prorrogação excepcional pelo período estritamente necessário à transição.
§ 1º. A prorrogação dependerá de: I – demonstração concreta do risco de descontinuidade; II – justificativa das razões que impediram a conclusão tempestiva da solução subsequente; III – demonstração de que a manutenção temporária da execução representa medida necessária à proteção dos usuários; IV – avaliação das condições de desempenho da Organização Social; V – definição de prazo certo e compatível com a necessidade transitória; e VI – manutenção dos mecanismos de fiscalização, avaliação e prestação de contas.
§ 2º. A prorrogação excepcional não poderá ser utilizada como mecanismo ordinário de renovação nem para perpetuação injustificada da parceria.

Seção XI
Da Formalização
Art. 170. Toda alteração, revisão, renovação ou prorrogação deverá ser formalizada mediante instrumento próprio, acompanhada das atualizações necessárias do Programa ou Plano de Trabalho e de seus anexos.
§ 1º. O termo deverá identificar claramente: I – as disposições alteradas; II – a motivação; III – os efeitos financeiros; IV – as novas metas ou obrigações, quando houver; V – a data de início de seus efeitos; VI – o prazo de vigência, quando alterado; e VII – os demais elementos necessários à compreensão da modificação.
§ 2º. Os termos aditivos serão publicados e disponibilizados no portal de transparência juntamente com o Contrato de Gestão atualizado.

CAPÍTULO XIII
DAS INFRAÇÕES, DAS MEDIDAS CAUTELARES, DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 171. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto, no instrumento convocatório, no Programa ou Plano de Trabalho ou no Contrato de Gestão sujeitará a Organização Social às consequências administrativas, contratuais e financeiras cabíveis, observados: I – a natureza e a gravidade da infração; II – os danos ou riscos causados aos usuários; III – a repercussão sobre a continuidade e a qualidade dos serviços; IV – o prejuízo eventualmente causado ao patrimônio público; V – a existência de dolo ou culpa, quando relevante à medida aplicável; VI – a reincidência; VII – as circunstâncias agravantes ou atenuantes; VIII – as providências adotadas pela Organização Social para correção da irregularidade; IX – a cooperação da entidade na apuração dos fatos; e X – a proporcionalidade entre a irregularidade constatada e a medida aplicada.
§ 1º. Nenhuma sanção será aplicada sem prévia instauração de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ressalvadas as medidas cautelares necessárias à proteção imediata dos usuários, do serviço ou do patrimônio público.
§ 2º. A aplicação de consequência financeira, glosa ou medida corretiva não impede a aplicação de sanção quando o mesmo fato configurar infração contratual.
§ 3º. A aplicação de sanção contratual não se confunde com o procedimento de desqualificação da entidade como Organização Social.

Seção II
Das Infrações Contratuais
Art. 172. Constituem infrações, sem prejuízo de outras previstas no Contrato de Gestão ou na legislação aplicável: I – deixar de executar, total ou parcialmente, obrigação assumida; II – descumprir injustificadamente metas ou indicadores essenciais; III – comprometer, por ação ou omissão imputável à entidade, a continuidade, regularidade, qualidade ou segurança dos serviços; IV – manter quantitativo ou qualificação de pessoal incompatíveis com as obrigações pactuadas; V – descumprir normas técnicas, sanitárias, assistenciais ou profissionais aplicáveis; VI – utilizar recursos públicos em finalidade diversa da prevista; VII – realizar despesa irregular; VIII – deixar de comprovar adequadamente a aplicação dos recursos; IX – utilizar de forma irregular bens públicos; X – deixar de conservar ou controlar adequadamente bens sob sua responsabilidade; XI – descumprir obrigações relativas à gestão de medicamentos,

materiais, insumos ou estoques; XII – deixar de alimentar ou manter atualizados sistemas de informação obrigatórios; XIII – apresentar informação incorreta, incompleta ou inconsistente capaz de comprometer a fiscalização ou avaliação; XIV – dificultar ou impedir a atuação da fiscalização; XV – recusar injustificadamente acesso a documentos, sistemas, instalações ou informações necessárias ao controle; XVI – descumprir obrigação de transparência ou prestação de contas; XVII – deixar de executar Plano de Correção regularmente estabelecido; XVIII – descumprir obrigação trabalhista, previdenciária, fiscal ou contratual de modo a produzir risco relevante à continuidade dos serviços; XIX – realizar contratação em situação de conflito de interesses não declarada ou não regularizada; XX – transferir indevidamente a terceiro o núcleo essencial do objeto; XXI – ceder ou transferir o Contrato de Gestão em desacordo com este Decreto; XXII – descumprir obrigações relacionadas à transição ou encerramento da parceria; XXIII – omitir fato relevante capaz de comprometer a execução do Contrato; e XXIV – praticar outra conduta expressamente caracterizada como infração no Contrato de Gestão ou na legislação aplicável.

Seção III

Da Gravidade das Infrações

Art. 173. As infrações poderão ser classificadas, para fins de aplicação das medidas cabíveis, como leves, graves ou gravíssimas, conforme critérios estabelecidos no Contrato de Gestão.

§ 1º. Serão consideradas, entre outros elementos: I – a extensão do descumprimento; II – a duração da irregularidade; III – o número de usuários potencial ou efetivamente afetados; IV – o risco assistencial; V – o impacto financeiro; VI – a possibilidade de correção; VII – eventual ocultação da irregularidade; VIII – a reincidência; e IX – a existência de prejuízo ao erário.

§ 2º. Poderão ser classificadas como gravíssimas, conforme as circunstâncias: I – utilização dolosa ou fraudulenta de recursos públicos; II – apresentação deliberada de informação ou documento falso; III – fraude relacionada à produção, metas ou indicadores; IV – retenção ou desvio de recursos destinados à execução; V – conduta que resulte em risco grave e imediato à vida ou à segurança dos usuários; VI – impedimento deliberado da fiscalização; VII – transferência indevida da gestão essencial do objeto; VIII – ocultação intencional de fato grave relacionado à execução; e IX – reiterado descumprimento de determinações destinadas à correção de risco assistencial relevante.

Seção IV

Da Apuração das Infrações

Art. 174. Identificada possível infração, será instaurado procedimento administrativo destinado à apuração dos fatos, salvo quando a situação puder ser corrigida por medida administrativa de menor gravidade sem prejuízo da adequada fiscalização.

§ 1º. A notificação da Organização Social deverá conter, no mínimo: I – descrição dos fatos; II – indicação das obrigações possivelmente descumpridas; III – documentos ou elementos que fundamentam a apuração; IV – medidas ou sanções potencialmente aplicáveis, quando possível identificá-las; e V – prazo para apresentação de defesa.

§ 2º. O prazo de defesa não será inferior a 10 (dez) dias úteis, salvo situação excepcional prevista em legislação específica.

§ 3º. A Organização Social poderá apresentar documentos, justificativas e requerer diligências pertinentes à sua defesa.

§ 4º. A decisão será expressamente fundamentada e deverá enfrentar os argumentos relevantes apresentados.

Art. 175. Quando a infração puder ser corrigida sem risco relevante aos usuários, ao patrimônio público ou à continuidade dos serviços, a Administração poderá, antes da instauração ou conclusão do procedimento sancionador, determinar providências corretivas com prazo definido.

§ 1º. A concessão de prazo para correção não constitui renúncia à apuração da responsabilidade.

§ 2º. A correção espontânea e tempestiva poderá ser considerada circunstância atenuante.

§ 3º. O descumprimento da determinação corretiva poderá constituir circunstância agravante.

Seção V

Das Sanções e Consequências Contratuais

Art. 176. Observada a legislação aplicável e as previsões do Contrato de Gestão, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a natureza da irregularidade: I – advertência; II – determinação de correção; III – glosa; IV – obrigação de restituição de valores; V – aplicação de consequência financeira decorrente do desempenho; VI – multa contratual, quando legal e expressamente prevista; VII – restrição ou suspensão de determinada despesa ou pagamento irregular; VIII – suspensão cautelar de parcela de repasse, quando juridicamente cabível; IX – intensificação da fiscalização; X – determinação de auditoria extraordinária; XI – rescisão do Contrato de Gestão; XII – instauração de procedimento de desqualificação; e XIII – outras medidas expressamente previstas na legislação aplicável e no Contrato.

§ 1º. A sanção deverá guardar proporcionalidade com a infração constatada.

§ 2º. A suspensão ou retenção de recursos não poderá ser adotada de modo a produzir risco desproporcional à continuidade ou à segurança dos serviços de saúde.

§ 3º. Quando a irregularidade estiver restrita a parcela identificável da execução, a medida financeira deverá, sempre que possível, limitar-se ao valor ou obrigação afetados.

§ 4º. A aplicação de sanção não afasta o dever de reparar integralmente eventual dano causado.

Seção VI

Das Medidas Cautelares

Art. 177. Quando houver indícios de irregularidade grave ou risco concreto à continuidade dos serviços, à segurança dos usuários ou ao patrimônio público, poderão ser adotadas medidas cautelares antes da decisão definitiva.

§ 1º. As medidas cautelares deverão ser: I – necessárias; II – adequadas ao risco identificado; III – proporcionais; IV – temporárias; e V – formalmente motivadas.

§ 2º. Poderão ser adotadas, conforme a situação: I – determinação imediata de correção; II – suspensão de ato ou procedimento específico; III – suspensão de contratação ou pagamento irregular; IV – preservação de documentos, sistemas ou informações; V – inventário extraordinário de bens ou estoques; VI – intensificação da fiscalização; VII – auditoria extraordinária; VIII – determinação de substituição de profissional responsável por situação de risco, quando contratualmente cabível; IX – exigência de plano emergencial de continuidade; X – adoção de providências operacionais necessárias à proteção dos usuários; e XI – outras medidas admitidas pela legislação aplicável.

§ 3º. Sempre que possível, a Organização Social será previamente ouvida.

§ 4º. Na existência de risco imediato, a medida poderá ser adotada antes da manifestação da entidade, assegurado contraditório subsequente.

Seção VII

Das Situações de Risco à Continuidade Assistencial

Art. 178. Identificada situação capaz de comprometer a continuidade, regularidade ou segurança dos serviços públicos de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde deverá adotar as providências necessárias à preservação da assistência.

§ 1º. A Organização Social deverá prestar colaboração integral às medidas de continuidade determinadas pela Administração.

§ 2º. Poderá ser exigida entrega imediata ou disponibilização de: I – informações assistenciais; II – escalas e informações de recursos humanos; III – dados sobre estoques; IV – medicamentos e insumos vinculados ao Contrato; V – relação de fornecedores e contratos essenciais; VI – informações patrimoniais; VII – bases de dados e sistemas; VIII – registros financeiros necessários à continuidade; IX – documentação operacional; e, por fim, X – quaisquer outros elementos indispensáveis à manutenção dos serviços.

§ 3º. A obrigação de continuidade prevalecerá sobre disputas contratuais ou financeiras entre a Organização Social e o Município.

Seção VIII

Da Intervenção, Quando Legalmente Admitida

Art. 179. A intervenção temporária na execução do Contrato de Gestão somente poderá ocorrer quando houver fundamento expresso

na legislação municipal e nas condições previstas no instrumento contratual.

§ 1º. Quando legalmente admitida, a intervenção poderá ser adotada em situação excepcional de: I – risco grave e imediato à continuidade dos serviços; II – risco relevante à vida ou à segurança dos usuários; III – abandono total ou substancial da execução; IV – grave desorganização administrativa ou financeira capaz de inviabilizar a prestação; V – utilização irregular de recursos que comprometa materialmente a execução; ou VI – outra hipótese expressamente prevista em lei.

§ 2º. O ato de intervenção deverá: I – ser formal e motivado; II – delimitar sua extensão; III – indicar prazo; IV – identificar os responsáveis por sua execução; V – definir os poderes e limites dos responsáveis; VI – estabelecer medidas destinadas à preservação dos serviços e do patrimônio público; e VII – assegurar a continuidade da fiscalização e do controle.

§ 3º. A intervenção deverá restringir-se às medidas indispensáveis à superação da situação que a motivou.

§ 4º. A intervenção não afasta a apuração de responsabilidade da Organização Social nem implica automaticamente sua desqualificação.

Seção IX

Da Rescisão por Descumprimento

Art. 180. O Contrato de Gestão poderá ser rescindido por descumprimento da Organização Social quando constatada infração incompatível com a continuidade da parceria.

Parágrafo único. Poderão fundamentar a rescisão, conforme a gravidade e as disposições contratuais: I – descumprimento grave ou reiterado do objeto; II – desempenho persistentemente insatisfatório sem correção adequada; III – comprometimento grave da continuidade ou segurança dos serviços; IV – desvio ou utilização irregular relevante de recursos públicos; V – fraude; VI – apresentação deliberada de informações falsas; VII – impedimento reiterado da fiscalização; VIII – abandono da execução; IX – perda de condição essencial de qualificação ou habilitação; X – descumprimento grave de obrigações trabalhistas ou financeiras que comprometa a execução; XI – transferência indevida da gestão; XII – descumprimento de medidas corretivas essenciais; e XIII – outras hipóteses expressamente previstas no Contrato ou na legislação.

Seção X

Da Rescisão por Interesse Público ou Impossibilidade de Continuidade

Art. 181. O Contrato de Gestão poderá ser encerrado por decisão do Poder Público quando fato superveniente devidamente demonstrado tornar sua continuidade incompatível com o interesse público, observadas as condições estabelecidas no Contrato e na legislação aplicável.

§ 1º. A decisão deverá ser expressamente motivada.

§ 2º. Deverão ser avaliados: I – impactos sobre os usuários; II – medidas de continuidade assistencial; III – obrigações pendentes; IV – recursos financeiros; V – bens públicos; VI – trabalhadores afetados; VII – contratos essenciais; VIII – sistemas e informações; e IX – prazo necessário à transição.

§ 3º A rescisão por interesse público não poderá ser utilizada como mecanismo destinado a afastar arbitrariamente a entidade ou o resultado do procedimento de seleção.

Seção XI

Da Extinção Consensual

Art. 182. O Contrato de Gestão poderá ser encerrado consensualmente mediante acordo entre as partes quando demonstrado que a solução atende ao interesse público.

§ 1º. O acordo deverá disciplinar: I – data do encerramento; II – plano de transição; III – serviços a serem mantidos até a transferência; IV – obrigações pendentes; V – recursos e saldos; VI – prestação de contas; VII – bens; VIII – dados e sistemas; IX – contratos e fornecedores essenciais; e X – demais providências necessárias ao encerramento regular.

§ 2º. O encerramento consensual não poderá afastar a apuração de irregularidades anteriormente praticadas.

Seção XII

Dos Efeitos da Rescisão

Art. 183. A rescisão ou extinção do Contrato de Gestão implicará adoção imediata das providências necessárias à proteção dos usuários, dos recursos e do patrimônio público.

§ 1º. A Organização Social deverá: I – manter os serviços durante o período de transição definido pela Administração, quando juridicamente e materialmente possível; II – entregar os bens públicos; III – apresentar inventário atualizado; IV – entregar medicamentos, materiais e estoques vinculados ao Contrato, conforme sua titularidade e as regras contratuais; V – transferir dados, registros e sistemas; VI – apresentar prestação de contas; VII – informar obrigações e contratos pendentes; VIII – devolver saldos financeiros na forma contratual e legalmente aplicável; IX – disponibilizar informações necessárias à continuidade do serviço; e X – cumprir as demais obrigações de encerramento previstas no Contrato.

§ 2º. A Administração realizará inventário e levantamento das obrigações pendentes.

§ 3º. A rescisão não prejudica: I – a apuração de danos; II – a cobrança de valores; III – a aplicação de sanções; IV – a prestação de contas; V – a atuação dos órgãos de controle; e, por fim, VI – eventual procedimento de desqualificação.

Seção XIII

Da Continuidade do Serviço

Art. 184. A aplicação de sanção, rescisão, medida cautelar ou qualquer outra providência decorrente de irregularidade deverá ser planejada de modo a evitar, sempre que possível, interrupção ou prejuízo aos usuários dos serviços públicos de saúde.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá elaborar ou determinar Plano de Continuidade e Transição sempre que a medida adotada puder repercutir sobre a assistência.

§ 2º. O Plano deverá definir, conforme aplicável: I – responsável provisório pela execução; II – prazo e etapas de transição; III – preservação dos atendimentos em curso; IV – recursos humanos; V – medicamentos e insumos; VI – bens e equipamentos; VII – contratos essenciais; VIII – sistemas e dados; IX – comunicação aos usuários e trabalhadores; e X – demais providências necessárias à continuidade.

§ 3º. A proteção da vida, da segurança do paciente e da continuidade do cuidado deverá orientar prioritariamente as medidas administrativas adotadas.

Seção XIV

Da Comunicação aos Órgãos Competentes

Art. 185. Quando os fatos apurados apresentarem indícios de dano ao erário, ilícito civil, administrativo ou penal ou outra irregularidade sujeita à atuação de órgão diverso, a autoridade competente promoverá as comunicações necessárias, conforme o caso: I – ao órgão de controle interno; II – à Procuradoria-Geral do Município; III – ao Tribunal de Contas competente; IV – ao Ministério Público; e V – às demais autoridades legalmente competentes.

Parágrafo único. A comunicação não dependerá da conclusão do procedimento sancionador municipal quando houver elementos suficientes para atuação do órgão competente.

CAPÍTULO XIV

DA DESQUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 186. A desqualificação constitui medida administrativa destinada à retirada da condição de Organização Social da entidade que deixar de atender aos requisitos necessários à manutenção de sua qualificação ou incorrer em hipótese que, nos termos da legislação aplicável, seja incompatível com a permanência dessa condição.

§ 1º. A desqualificação possui natureza distinta: I – das sanções aplicadas em razão da execução de determinado Contrato de Gestão; II – da rescisão ou extinção de Contrato de Gestão; e, por fim, III – das glosas, medidas financeiras ou providências corretivas relacionadas a determinada parceria.

§ 2º. A ocorrência de irregularidade em Contrato de Gestão não implicará automaticamente a desqualificação da entidade, devendo ser analisadas sua natureza, gravidade, repercussão institucional e as demais circunstâncias do caso.

§ 3º. A desqualificação somente será aplicada mediante processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Seção II
Das Hipóteses para Instauração do Procedimento
Art. 187. Sem prejuízo das hipóteses estabelecidas na legislação municipal e federal aplicável, poderá ser instaurado procedimento de desqualificação quando houver indícios de que a Organização Social: I – deixou de preencher requisito essencial que fundamentou sua qualificação; II – alterou seu estatuto, finalidade, estrutura de governança ou funcionamento de forma incompatível com os requisitos necessários à qualificação; III – deixou de manter Conselho de Administração constituído ou funcionando de acordo com as exigências aplicáveis; IV – deixou de possuir finalidade não lucrativa ou praticou distribuição indevida de patrimônio, resultados ou excedentes; V – deixou de manter capacidade institucional mínima compatível com sua condição de Organização Social; VI – apresentou documento ou informação materialmente falsa no procedimento de qualificação ou destinado à manutenção de sua qualificação; VII – utilizou de forma irregular recursos ou bens públicos a ela confiados; VIII – praticou desvio de finalidade na utilização de recursos destinados a Contrato de Gestão; IX – descumpriu gravemente disposições de Contrato de Gestão; X – deu causa, por infração grave a ela imputável, à rescisão de Contrato de Gestão; XI – praticou irregularidade grave e reiterada na execução de Contratos de Gestão; XII – impediu ou dificultou deliberadamente o exercício da fiscalização ou do controle; XIII – omitiu ou adulterou informações relevantes destinadas à avaliação de metas, resultados, prestação de contas ou fiscalização; XIV – deixou de prestar contas de recursos públicos de forma injustificada; XV – transferiu irregularmente a terceiros a gestão ou o núcleo essencial de objeto assumido por meio de Contrato de Gestão; XVI – deixou de cumprir determinação definitiva destinada a corrigir irregularidade grave; XVII – perdeu condição jurídica indispensável ao funcionamento regular da entidade; XVIII – descumpriu disposições da legislação aplicável às Organizações Sociais de forma incompatível com a manutenção da qualificação; ou XIX – incorreu em outra hipótese legalmente prevista.
§ 1º. A instauração do procedimento não pressupõe antecipação de juízo quanto à responsabilidade da entidade.
§ 2º. A mera existência de controvérsia contratual ou de descumprimento isolado de pequena relevância não será suficiente, por si só, para desqualificação.

§ 3º A decisão deverá considerar a gravidade, a extensão, a reiteração e os efeitos das irregularidades constatadas.

Seção III
Da Instauração
Art. 188. O procedimento de desqualificação poderá ser instaurado de ofício pela Secretaria Municipal de Saúde ou por determinação da autoridade competente, a partir de: I – relatório de fiscalização; II – relatório da Comissão de Avaliação; III – decisão decorrente de processo sancionador; IV – prestação de contas; V – auditoria; VI – decisão de órgão de controle; VII – comunicação formal de outro órgão público; VIII – denúncia acompanhada de elementos mínimos de materialidade; ou IX – qualquer outro elemento idôneo que indique possível ocorrência de hipótese prevista neste Capítulo.
§ 1º. O ato de instauração deverá indicar os fatos objeto da apuração e os fundamentos que justificam a abertura do procedimento.
§ 2º. Os documentos que fundamentarem a instauração integrarão os autos e serão disponibilizados à entidade, ressalvadas as informações legalmente protegidas.

Seção IV
Da Instrução do Processo
Art. 189. O procedimento será conduzido por comissão especialmente designada ou pela unidade administrativa competente definida em ato do Poder Executivo.
§ 1º. Os responsáveis pela instrução não poderão possuir conflito de interesses com a entidade ou com os fatos objeto da apuração.
§ 2º. Compete à comissão ou unidade responsável: I – instruir o processo; II – reunir documentos e informações; III – promover diligências; IV – solicitar manifestações técnicas; V – receber e analisar a defesa da entidade; VI – ouvir pessoas ou responsáveis quando necessário; VII – avaliar as provas produzidas; e, por fim, VIII – elaborar relatório conclusivo.

Art. 190. A Organização Social será formalmente notificada da instauração do procedimento, devendo a notificação conter, no mínimo: I – descrição dos fatos imputados; II – indicação das disposições possivelmente descumpridas; III – documentos essenciais que fundamentaram a instauração; IV – informação sobre a possibilidade de desqualificação; V – prazo para apresentação de defesa; e VI – indicação da unidade responsável pelo procedimento.
§ 1º. Será assegurado à entidade acesso aos autos, observado o sigilo legalmente protegido.

§ 2º. O prazo para apresentação de defesa não será inferior a 15 (quinze) dias úteis.
§ 3º. A entidade poderá apresentar: I – defesa escrita; II – documentos; III – justificativas; IV – pareceres; V – indicação de provas pertinentes; e, por fim, VI – requerimento fundamentado de diligências.
Art. 191. Poderão ser realizadas diligências destinadas ao esclarecimento dos fatos, inclusive: I – inspeções; II – auditorias; III – conferência de documentos; IV – cruzamento de informações; V – requisição de documentos ou registros; VI – manifestação de setores técnicos; VII – manifestação de órgãos de controle; e, por fim, VIII – outros meios legalmente admitidos.
§ 1º. Poderá ser concedido prazo à Organização Social para manifestação sobre prova ou informação relevante produzida após sua defesa inicial.
§ 2º. O indeferimento de prova ou diligência requerida pela entidade deverá ser fundamentado.

Seção V
Do Relatório Conclusivo
Art. 192. Encerrada a instrução, será elaborado relatório conclusivo contendo, no mínimo: I – identificação da entidade; II – síntese dos fatos apurados; III – descrição das provas produzidas; IV – argumentos apresentados pela Organização Social; V – análise dos requisitos de qualificação eventualmente afetados; VI – análise da natureza e gravidade das irregularidades; VII – indicação de eventual dano ao patrimônio público; VIII – avaliação das consequências institucionais dos fatos; IX – conclusão quanto à existência ou inexistência de fundamento para desqualificação; e, por fim, X – recomendação das providências cabíveis.
§ 1º. O relatório deverá analisar individualmente os fatos relevantes e não poderá fundamentar a desqualificação exclusivamente em referências genéricas a interesse público, conveniência administrativa ou perda de confiança.
§ 2º. Quando a irregularidade for considerada sanável e não justificar a desqualificação, poderão ser recomendadas providências destinadas à regularização da situação, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Seção VI
Da Decisão
Art. 193. Concluída a instrução, os autos serão encaminhados ao titular da Secretaria Municipal de Saúde para manifestação e, posteriormente, ao Chefe do Poder Executivo para decisão.
§ 1º. A decisão deverá ser expressamente motivada.

§ 2º. A autoridade competente poderá: I – determinar o arquivamento; II – determinar diligência complementar; III – estabelecer providência destinada à regularização, quando juridicamente cabível; IV – reconhecer a inexistência de causa suficiente para desqualificação, sem prejuízo de outras consequências contratuais; V – determinar a desqualificação da entidade; ou VI – adotar outra providência legalmente cabível.
§ 3º. A decisão deverá considerar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, continuidade dos serviços e proteção do patrimônio público.

Seção VII
Dos Efeitos da Desqualificação
Art. 194. A decisão definitiva de desqualificação acarretará a perda da condição de Organização Social no âmbito do Município.
§ 1º. A entidade desqualificada será excluída do Cadastro Municipal de Organizações Sociais.
§ 2º. A partir da eficácia da decisão de desqualificação, a entidade não poderá celebrar novos Contratos de Gestão com o Município na

qualidade de Organização Social enquanto não obtiver nova qualificação nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Os Contratos de Gestão vigentes serão submetidos às providências necessárias ao seu encerramento, observados: I – a legislação aplicável; II – a decisão de desqualificação; III – as disposições contratuais; IV – a necessidade de continuidade dos serviços; e, por fim, V – a proteção dos usuários.
§ 4º. A perda da qualificação não autoriza interrupção abrupta de serviço público de saúde, devendo a Administração adotar imediatamente as medidas necessárias à continuidade assistencial.

Seção VIII
Da Reversão dos Bens e Valores
Art. 195. A desqualificação importará a adoção das providências necessárias à reversão dos bens públicos permitidos ao uso da Organização Social e dos valores públicos entregues à sua utilização, observada a legislação aplicável e as condições dos respectivos Contratos de Gestão.
§ 1º. Será realizado levantamento contendo, no mínimo: I – bens públicos disponibilizados; II – bens adquiridos com recursos públicos cuja destinação seja vinculada ao Município; III – saldos financeiros; IV – aplicações financeiras; V – estoques vinculados aos Contratos; VI – valores pendentes de prestação de contas; VII – obrigações financeiras existentes; e, por fim, VIII – demais ativos relacionados aos recursos públicos.

§ 2º. A reversão não prejudicará: I – a apuração de danos; II – a exigência de restituição de valores; III – a aplicação de sanções; IV – a conclusão da prestação de contas; V – a responsabilização dos dirigentes; e, por fim, VI – a atuação dos órgãos de controle.

Seção IX
Da Prestação de Contas decorrente da Desqualificação
Art. 196. A entidade desqualificada deverá apresentar prestação de contas final dos Contratos de Gestão mantidos com o Município, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração.
§ 1º. A prestação de contas deverá contemplar todo o período ainda não definitivamente analisado.
§ 2º. A desqualificação não produzirá quitação automática de qualquer obrigação financeira, patrimonial, administrativa ou assistencial.
§ 3º. A aprovação ou rejeição das contas será processada independentemente da decisão de desqualificação.

Seção X
Da Responsabilização

Art. 197. A desqualificação não afasta a responsabilidade da Organização Social, de seus dirigentes ou de terceiros pelos danos ou prejuízos decorrentes de seus atos ou omissões, nos termos da legislação aplicável.
§ 1º. A responsabilização individual dos dirigentes dependerá da demonstração de sua atuação ou omissão relacionada aos fatos apurados, observadas as normas aplicáveis.
§ 2º. Quando identificados indícios de ilícito ou dano ao patrimônio público, serão adotadas as providências destinadas à apuração e ressarcimento, inclusive comunicação aos órgãos competentes.

Seção XI
Da Continuidade e Transição
Art. 198. Quando a Organização Social desqualificada estiver executando serviço público de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde adotará Plano de Continuidade e Transição destinado a impedir desassistência.
§ 1º. O Plano deverá contemplar, conforme aplicável: I – continuidade dos atendimentos; II – identificação dos usuários em acompanhamento; III – manutenção das escalas indispensáveis durante a transição; IV – medicamentos, materiais e insumos; V – bens e equipamentos; VI – estoques; VII – contratos essenciais; VIII – sistemas e bases de dados; IX – prontuários e registros; X – produção em processamento ou faturamento; XI – informações administrativas e financeiras necessárias à continuidade; XII – cronograma de transferência das atividades; e, por fim, XIII – definição dos responsáveis por cada etapa.
§ 2º. A Organização Social deverá cooperar com a transição e fornecer as informações e os recursos vinculados à parceria necessários à continuidade dos serviços.
§ 3º. É vedada a retenção de documentos, dados, bens ou informações indispensáveis à continuidade da assistência em razão de controvérsia contratual ou financeira.

Seção XII
Da Publicidade
Art. 199. A decisão definitiva de desqualificação será publicada no órgão oficial do Município e disponibilizada no sítio eletrônico oficial.
Parágrafo único. A publicação conterá, no mínimo: I – identificação da entidade; II – fundamento legal da decisão; III – data de produção dos efeitos; e, por fim, IV – indicação da existência do processo administrativo correspondente, observadas as informações legalmente protegidas.

Seção XIII
Do Novo Pedido de Qualificação
Art. 200. A possibilidade de apresentação de novo pedido de qualificação por entidade anteriormente desqualificada observará a legislação municipal aplicável e dependerá da demonstração de que foram superadas as causas que motivaram a perda da qualificação.
§ 1º. A nova qualificação não produzirá efeitos retroativos.
§ 2º. A nova qualificação não extinguirá responsabilidades, débitos, deveres de ressarcimento ou consequências decorrentes de fatos anteriores.
CAPÍTULO XV
DA TRANSIÇÃO, DA CONTINUIDADE E DO ENCERRAMENTO DOS SERVIÇOS
Seção I
Das Disposições Gerais
Art. 201. Todo Contrato de Gestão deverá prever mecanismos destinados a assegurar a continuidade das ações e serviços públicos de saúde durante sua implantação, substituição, encerramento, rescisão, extinção ou transferência da execução.

§ 1º. A transição deverá ser planejada e conduzida de forma a preservar: I – a continuidade da assistência; II – a segurança dos usuários; III – os atendimentos e tratamentos em curso; IV – o acesso às informações assistenciais necessárias; V – a disponibilidade de profissionais indispensáveis; VI – o abastecimento de medicamentos, materiais e insumos; VII – o funcionamento dos equipamentos e serviços essenciais; VIII – a integridade do patrimônio público; IX – a continuidade dos sistemas de informação; X – a regularidade dos registros de produção e faturamento; XI – a rastreabilidade dos recursos públicos; e, por fim, XII – a transferência organizada das responsabilidades operacionais.
§ 2º. A transição será conduzida prioritariamente segundo o interesse dos usuários e a necessidade de evitar desassistência.
Art. 202. O dever de cooperação na transição constitui obrigação essencial da Organização Social.
§ 1º. A Organização Social não poderá adotar, durante o período de transição, medidas injustificadas que comprometam: I – a continuidade dos atendimentos; II – o funcionamento regular dos serviços; III – os estoques essenciais; IV – a manutenção de equipamentos; V – a integridade dos dados; VI – os registros necessários à assistência; VII – a execução de contratos indispensáveis ao funcionamento dos serviços; ou VIII – a transferência organizada da gestão.
§ 2º. Controvérsia administrativa, contratual, financeira ou judicial entre as partes não autoriza retenção de bens, documentos, informações, dados ou outros elementos indispensáveis à continuidade dos serviços.

Seção II
Do Plano de Transição
Art. 203. O Contrato de Gestão deverá estabelecer a obrigatoriedade de elaboração de Plano de Transição sempre que houver encerramento programado, substituição da Organização Social ou outra circunstância que implique transferência relevante da execução.

§ 1º. O Plano de Transição deverá ser elaborado com antecedência compatível com a complexidade do objeto e conter, no mínimo: I – identificação das atividades a serem transferidas; II – cronograma de transição; III – responsabilidades de cada participante; IV – levantamento das ações e serviços em funcionamento; V – identificação dos processos assistenciais críticos; VI – situação dos recursos humanos; VII – situação dos medicamentos, materiais, insumos e estoques; VIII – inventário dos bens; IX – contratos e fornecedores essenciais; X – situação dos sistemas de informação e bases de dados; XI – situação da produção e do faturamento; XII – obrigações administrativas e financeiras pendentes; XIII – usuários, tratamentos e atendimentos que demandem continuidade específica; XIV – riscos associados à transição e respectivas medidas de mitigação; e, por fim, XV – demais elementos necessários à continuidade dos serviços.
§ 2º. O Plano será submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º. O Município poderá determinar adequações, complementações ou providências adicionais necessárias à continuidade da assistência.

Seção III
Da Coordenação da Transição
Art. 204. A Secretaria Municipal de Saúde designará responsáveis pela coordenação da transição sempre que a dimensão ou complexidade do objeto assim exigir.
§ 1º. Poderão integrar o processo de transição representantes: I – da Secretaria Municipal de Saúde; II – do Gestor do Contrato; III – da fiscalização; IV – da Organização Social em encerramento; V – da nova Organização Social, quando já definida; VI – das unidades ou serviços envolvidos; VII – das áreas de patrimônio, tecnologia da informação, financeira, contábil e administrativa; e, por fim, VIII – de outras áreas cuja participação seja necessária.
§ 2º. A participação da entidade sucessora antes do início de seu Contrato de Gestão terá finalidade exclusivamente preparatória e não importará transferência antecipada da responsabilidade pela execução.
§ 3º. Todas as providências relevantes da transição serão registradas em processo administrativo.

Seção IV
Do Relatório de Situação para Transição
Art. 205. A Organização Social em encerramento deverá apresentar relatório consolidado da situação dos serviços, na forma e no prazo definidos pelo Município.
§ 1º. O relatório deverá apresentar, conforme aplicável: I – estrutura e funcionamento dos serviços; II – capacidade instalada; III – produção recente; IV – metas e indicadores em andamento; V – recursos humanos; VI – escalas; VII – contratos vigentes; VIII – fornecedores essenciais; IX – estoques; X – bens e equipamentos; XI – situação de manutenção; XII – sistemas de informação; XIII – bases de dados; XIV – produção pendente de processamento; XV – faturamento pendente; XVI – contas, obrigações e compromissos relacionados ao Contrato de Gestão; XVII – investimentos em andamento; XVIII – obras ou serviços de manutenção em execução; XIX – demandas administrativas relevantes; XX – riscos identificados; e XXI – demais informações necessárias à continuidade.
§ 2º. As informações deverão ser atualizadas sempre que houver alteração relevante até a conclusão da transição.

Seção V
Da Continuidade Assistencial

Art. 206. A transição deverá assegurar especial proteção aos usuários cujos atendimentos não possam sofrer interrupção ou perda de continuidade.
§ 1º. Deverão ser identificados, quando aplicável: I – pacientes internados; II – usuários em tratamento continuado; III – procedimentos já agendados; IV – atendimentos especializados em curso; V – usuários aguardando resultados ou definição de conduta; VI – casos sujeitos a acompanhamento assistencial contínuo; VII – pacientes cujo tratamento dependa de medicamento, material, equipamento ou tecnologia específica; VIII – demandas reguladas pendentes; e, por fim, IX – outras situações em que a interrupção possa representar risco ou prejuízo assistencial.
§ 2º. A transferência das informações assistenciais deverá observar o sigilo profissional, a proteção de dados pessoais e as normas aplicáveis aos registros de saúde.
§ 3º. A mudança da entidade gestora não deverá, por si só, provocar cancelamento injustificado de atendimento, procedimento ou acompanhamento regularmente programado.

Seção VI
Dos Recursos Humanos

Art. 207. A Organização Social em encerramento deverá fornecer ao Município as informações necessárias ao planejamento da continuidade das equipes, observados os limites legais relativos aos dados pessoais e às relações de trabalho.
§ 1º. Deverão ser disponibilizadas, conforme necessário: I – relação de postos e funções existentes; II – dimensionamento das equipes; III – escalas assistenciais; IV – cargas horárias; V – funções técnicas essenciais; VI – responsáveis técnicos; VII – postos descobertos ou com risco de descontinuidade; e, por fim, VIII – demais informações indispensáveis ao planejamento assistencial.
§ 2º. A transição do Contrato de Gestão não implica, por si só, transferência automática dos vínculos trabalhistas ou das obrigações constituídas pela Organização Social anterior, observada a legislação aplicável.
§ 3º. Cada entidade permanecerá responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e demais responsabilidades que lhe forem legalmente atribuíveis.

Seção VII
Dos Contratos e Fornecedores
Art. 208. A Organização Social deverá apresentar relação atualizada das contratações necessárias ou relevantes à continuidade dos serviços.

§ 1º. A relação deverá identificar, conforme aplicável: I – contratado; II – objeto; III – prazo de vigência; IV – valor; V – serviços ou fornecimentos abrangidos; VI – situação dos pagamentos; VII – obrigações pendentes; VIII – possibilidade ou necessidade de continuidade; e, por fim, IX – riscos decorrentes de eventual interrupção.
§ 2º. Terão prioridade na análise os contratos relacionados a serviços ou fornecimentos cuja interrupção possa comprometer: I – assistência; II – medicamentos e insumos; III – alimentação; V – gases medicinais, quando aplicável; V – limpeza e higienização; VI – manutenção de equipamentos; VII – sistemas de informação; VIII – segurança; IX – energia, água, comunicação ou outros serviços essenciais; e, por fim, X – demais atividades indispensáveis ao funcionamento.
§ 3º. A transferência da execução para nova Organização Social não implicará automática cessão, novação, sub-rogação ou assunção dos contratos celebrados pela entidade anterior, salvo quando juridicamente admitida e expressamente formalizada.

Seção VIII
Dos Medicamentos, Materiais, Insumos e Estoques
Art. 209. Antes do encerramento da execução, será realizado levantamento dos medicamentos, materiais, insumos e demais estoques vinculados ao Contrato de Gestão.

§ 1º. O levantamento deverá identificar, conforme aplicável: I – descrição; II – quantidade; III – lote; IV – validade; V – localização; VI – condição de armazenamento; VII – origem dos recursos utilizados para aquisição; e, por fim, VIII – outras informações necessárias à rastreabilidade.
§ 2º. O Município poderá realizar conferência física dos estoques.
§ 3º. Os itens adquiridos com recursos públicos e vinculados ao objeto terão a destinação prevista no Contrato de Gestão e na legislação aplicável.
§ 4º. É vedada a retirada, transferência ou destinação injustificada de estoque necessário à continuidade dos serviços durante a fase de transição.

Seção IX
Dos Bens e Equipamentos

Art. 210. A transição será acompanhada de inventário atualizado dos bens públicos e dos bens adquiridos com recursos vinculados ao Contrato de Gestão cuja destinação esteja relacionada ao Município.
§ 1º. O inventário deverá registrar: I – identificação do bem; II – número patrimonial, quando existente; III – localização; IV – estado de conservação; V – funcionamento; VI – necessidade de manutenção; VII – eventual dano ou indisponibilidade; e, por fim, VIII – responsável pela guarda até a efetiva transferência.
§ 2º. A entrega e o recebimento serão documentados por termo próprio.
§ 3º. Eventuais divergências entre o inventário inicial e o inventário final serão registradas e submetidas à apuração.

Seção X
Dos Sistemas, Dados e Documentação
Art. 211. A Organização Social deverá assegurar a continuidade do acesso aos sistemas, dados, registros e documentos necessários à prestação dos serviços.
§ 1º. A transição deverá contemplar, conforme aplicável: I – bases de dados; II – prontuários e registros assistenciais; III – cadastros; IV – agendas; V – filas e listas de espera; VI – registros de regulação; VII – registros de produção; VIII – registros de faturamento; IX – informações administrativas; X – informações patrimoniais; XI – documentos contábeis e financeiros relacionados à parceria; XII – configurações e integrações de sistemas; XIII – documentação técnica;XIV – rotinas de cópia de segurança; e, por fim, XV – demais informações necessárias à continuidade operacional.
§ 2º. Os dados deverão ser entregues em formato que permita sua utilização e continuidade pelo Município ou pela entidade sucessora.

§ 3º. Quando houver sistema pertencente a fornecedor privado, a Organização Social deverá adotar as providências contratuais necessárias para evitar bloqueio ou perda de acesso às informações vinculadas à execução.
§ 4º. A transição deverá observar a legislação de proteção de dados pessoais, segurança da informação e sigilo aplicável.

Seção XI
Da Produção, do Faturamento e dos Registros Pendentes
Art. 212. A Organização Social em encerramento permanecerá responsável pela regular conclusão dos registros, processamento e demais atos relativos às ações e serviços executados durante o período sob sua responsabilidade, na forma estabelecida pelo Município.
§ 1º. Deverão ser identificados: I – produção ainda não registrada; II – registros pendentes de correção; III – produção em processamento; IV – faturamento pendente; V – rejeições ou inconsistências identificadas; VI – contas ou arquivos ainda sujeitos a reapresentação; e, por fim, VII – demais pendências relativas ao período executado.
§ 2º. A transferência da gestão não poderá resultar em perda injustificada de informações de produção ou de recursos públicos vinculados aos serviços efetivamente realizados.

§ 3º. O Município definirá responsabilidades, prazos e procedimentos para conclusão das pendências.

Seção XII
Das Obrigações Financeiras e Administrativas Pendentes
Art. 213. A Organização Social deverá apresentar, no encerramento, relação das obrigações financeiras e administrativas vinculadas ao Contrato de Gestão ainda pendentes de conclusão.
§ 1º. A relação compreenderá, conforme aplicável: I – fornecedores pendentes de pagamento; II – despesas já realizadas e não quitadas; III – obrigações trabalhistas vinculadas à execução; IV – obrigações tributárias e previdenciárias; V – contratos em encerramento; VI – valores a receber; VII – glosas pendentes; VIII – adiantamentos; IX – saldos financeiros; X – aplicações financeiras; XI – obrigações relacionadas a investimentos; e, por fim, XII – demais compromissos relacionados ao Contrato.
§ 2º. A transferência da execução para outra entidade não implica assunção automática das obrigações da Organização Social anterior.
§ 3º. A Organização Social permanecerá responsável pelas obrigações que lhe sejam atribuíveis na forma da legislação e do Contrato de Gestão.

Seção XIII
Da Transição entre Organizações Sociais
Art. 214. Quando houver substituição de uma Organização Social por outra, ambas deverão cooperar com o Município para assegurar transição ordenada.
§ 1º. A Organização Social sucessora deverá receber as informações operacionais necessárias à preparação do início da execução.
§ 2º. A entidade em encerramento deverá fornecer as informações necessárias à continuidade, sem prejuízo das limitações decorrentes de sigilo e proteção de dados.
§ 3º. A entidade sucessora deverá realizar conferência dos bens, estoques, sistemas e demais elementos recebidos, registrando eventuais divergências.
§ 4º. Divergências identificadas não autorizam a interrupção dos serviços e deverão ser registradas para posterior apuração.
§ 5º. A cooperação entre as entidades não criará vínculo jurídico direto entre elas além daquele expressamente previsto ou necessário ao processo formal de transição.

Seção XIV
Da Transição Emergencial
Art. 215. Quando a transição decorrer de situação imprevista, rescisão abrupta, abandono, desqualificação, risco assistencial grave ou outra circunstância que impossibilite o planejamento ordinário, a Secretaria Municipal de Saúde adotará Plano Emergencial de Continuidade.
§ 1º. O Plano Emergencial priorizará: I – manutenção imediata da assistência; II – cobertura das escalas essenciais; III – garantia de medicamentos e insumos; IV – funcionamento dos equipamentos essenciais; V – preservação dos dados e sistemas; VI – proteção dos bens públicos; VII – manutenção dos contratos ou serviços indispensáveis, quando juridicamente possível; VIII – identificação das obrigações críticas; IX – comunicação com os usuários e profissionais; e, por fim, X – implantação da solução definitiva.
§ 2º. As providências emergenciais deverão ser documentadas e posteriormente submetidas aos mecanismos de controle e prestação de contas.
§ 3º. A adoção de medidas emergenciais não prejudicará a apuração das responsabilidades que deram causa à situação.

Seção XV
Do Encerramento da Transição

Art. 216. Concluído o processo de transição, será elaborado Relatório Final de Transição.
§ 1º. O relatório deverá registrar, no mínimo: I – providências executadas; II – situação dos serviços; III – bens transferidos; IV – estoques transferidos; V – dados e sistemas entregues; VI – documentos disponibilizados; VII – situação da produção e faturamento; VIII – contratos e obrigações pendentes; IX – pendências financeiras; X – irregularidades ou divergências identificadas; XI – riscos remanescentes; e, por fim, XII – responsáveis pelas providências ainda necessárias.
§ 2º. O relatório será assinado pelos responsáveis designados pelo Município e juntado ao processo administrativo do Contrato de Gestão.
§ 3º. A assinatura do Relatório Final de Transição não importará: I – quitação automática da Organização Social; II – aprovação automática da prestação de contas; III – renúncia à apuração de irregularidades; IV – extinção de obrigação pendente; V – afastamento de responsabilidade por dano; ou VI – impedimento à atuação posterior dos órgãos de controle.

Seção XVI
Das Obrigações Remanescentes
Art. 217. Permanecerão exigíveis após o encerramento do Contrato de Gestão, enquanto juridicamente cabíveis: I – prestação de contas; II – restituição de valores; III – entrega ou reversão de bens; IV – disponibilização de documentos e informações; V – conclusão das obrigações relativas ao período executado; VI – guarda da documentação; VII – cooperação com auditorias e fiscalizações; VIII – reparação de danos; IX – cumprimento das decisões administrativas definitivas; e, por fim, X – demais responsabilidades cuja natureza subsista ao encerramento da parceria.
CAPÍTULO XVI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Das Normas Complementares

Art. 218. A Secretaria Municipal de Saúde poderá editar normas técnicas, instruções, manuais, modelos, formulários e procedimentos complementares necessários à execução deste Decreto.

§ 1º. As normas complementares poderão disciplinar, entre outras matérias: I – procedimentos de qualificação e atualização cadastral; II – modelos de requerimentos e declarações; III – procedimentos de Convocação Pública; IV – modelos de Programa ou Plano de Trabalho; V – matrizes de metas e indicadores; VI – modelos de avaliação e pontuação; VII – procedimentos de monitoramento e fiscalização; VIII – modelos de relatórios de execução; IX – procedimentos e modelos de prestação de contas; X – padrões de transparência; XI – procedimentos de inventário e controle patrimonial; XII – mecanismos de transição; XIII – padrões para fornecimento e interoperabilidade de dados; XIV – modelos de Contrato de Gestão e termos aditivos; e, por fim, XV – demais aspectos operacionais necessários à execução deste Decreto.

§ 2º. As normas complementares deverão observar integralmente este Decreto e a legislação aplicável.

§ 3º. É vedado às normas complementares: I – criar requisito de qualificação não previsto na legislação ou neste Decreto; II – criar hipótese autônoma de desqualificação não admitida pelo ordenamento jurídico; III – afastar a realização de procedimento público de seleção quando exigível; IV – criar critério de julgamento incompatível com os princípios previstos neste Decreto; V – restringir injustificadamente a participação de entidades; VI – alterar a essência das competências atribuídas às Comissões previstas neste Decreto; ou VII – modificar direitos, obrigações ou condições essenciais cuja disciplina dependa de Lei ou deste Decreto.

Seção II

Do Cadastro Municipal de Organizações Sociais

Art. 219. A Secretaria Municipal de Saúde manterá Cadastro Municipal atualizado das entidades qualificadas como Organizações Sociais na área da saúde.

§ 1º. O Cadastro deverá conter, no mínimo: I – denominação da entidade; II – número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; III – ato de qualificação; IV – data da qualificação; V – situação da qualificação; VI – informações relativas à manutenção ou eventual suspensão de seus efeitos, quando cabível; VII – informação sobre eventual desqualificação; e, por fim, VIII – demais informações institucionais de interesse público definidas pela Administração.

§ 2º. O Cadastro será disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Município, ressalvadas as informações legalmente protegidas.

§ 3º. A atualização cadastral não substitui a obrigação da entidade de manter permanentemente os requisitos necessários à sua qualificação.

Seção III

Da Atualização das Informações das Organizações Sociais

Art. 220. As Organizações Sociais qualificadas deverão manter atualizadas perante a Secretaria Municipal de Saúde as informações e documentos necessários à comprovação da manutenção das condições de qualificação.

§ 1º. A Secretaria poderá estabelecer procedimento periódico de atualização cadastral.

§ 2º. A atualização poderá compreender, entre outros: I – estatuto social vigente; II – composição dos órgãos de administração; III – identificação dos dirigentes; IV – demonstrações contábeis; V – certidões de regularidade; VI – informações sobre capacidade técnica e operacional; VII – regulamentos internos exigidos; VIII – informações sobre alterações institucionais relevantes; e, por fim, IX – demais documentos relacionados à manutenção dos requisitos de qualificação.

§ 3º. A ausência de atualização documental será objeto de notificação para regularização e, quando indicar perda dos requisitos necessários à qualificação, poderá ensejar a instauração do procedimento previsto neste Decreto.

Seção IV

Das Qualificações Anteriores

Art. 221. As entidades que, na data de entrada em vigor deste Decreto, já possuam qualificação válida como Organização Social no âmbito municipal, quando houver, terão sua situação submetida à verificação de compatibilidade com as disposições deste Decreto.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Saúde poderá estabelecer prazo para apresentação de documentos destinados à atualização e adequação cadastral.

§ 2º. A adequação deverá preservar os atos regularmente praticados sob a disciplina anteriormente vigente, sem prejuízo da exigência de manutenção dos requisitos legais para permanência da qualificação.

§ 3º. Quando a adequação depender de alteração estatutária ou providência institucional que não possa ser realizada imediatamente, poderá ser concedido prazo razoável para sua implementação, desde que: I – a desconformidade seja sanável; II – não comprometa requisito legal essencial; III – não represente risco à execução de Contrato de Gestão vigente; e, por fim, IV – exista compromisso formal de regularização.

§ 4º. A constatação de incompatibilidade insanável ou de perda de requisito essencial será submetida ao procedimento próprio previsto neste Decreto, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Seção V

Dos Procedimentos de Qualificação em Andamento

Art. 222. Os procedimentos de qualificação iniciados antes da entrada em vigor deste Decreto serão analisados de acordo com a legislação vigente ao tempo de sua instauração, sem prejuízo da possibilidade de adequação às disposições deste Decreto quando: I – juridicamente admissível; II – não houver prejuízo aos interessados; e, por fim, III – a medida contribuir para maior segurança, transparência ou objetividade do procedimento.

§ 1º. Caso a Administração determine a adequação do procedimento, deverá assegurar prazo suficiente para eventual complementação documental.

§ 2º. A adequação não poderá ser utilizada para criar obstáculo injustificado à qualificação de entidade que tenha atendido regularmente às exigências vigentes quando da apresentação do requerimento.

Seção VI

Dos Procedimentos de Seleção em Andamento

Art. 223. Os procedimentos de seleção cuja Convocação Pública tenha sido publicada antes da entrada em vigor deste Decreto continuarão regidos pelo respectivo instrumento convocatório e pelas normas aplicáveis no momento de sua instauração.

§ 1º. A Administração poderá promover adequação às disposições deste Decreto quando isso for juridicamente possível e não comprometer: I – a isonomia entre os participantes; II – a formulação das propostas; III – os critérios de julgamento; IV – a competitividade; V – direitos regularmente constituídos; ou VI – a segurança jurídica do procedimento.

§ 2º. Alteração capaz de repercutir sobre a formulação das propostas ou sobre a competição deverá ser acompanhada das providências necessárias à preservação da isonomia, inclusive reabertura de prazo quando cabível.

Seção VII

Dos Contratos de Gestão Vigentes

Art. 224. Os Contratos de Gestão vigentes na data de entrada em vigor deste Decreto permanecerão regidos por suas disposições e pela legislação aplicável, sem prejuízo de sua progressiva adequação às normas deste Decreto.

§ 1º. A adequação ocorrerá, preferencialmente, por ocasião: I – da celebração de termo aditivo; II – da reprogramação do Programa ou Plano de Trabalho; III – da renovação ou prorrogação, quando cabível; ou IV – de outra alteração contratual que justifique a incorporação das novas disposições.

§ 2º. A adequação deverá priorizar, especialmente: I – mecanismos de fiscalização e monitoramento; II – metas e indicadores objetivamente mensuráveis; III – prestação de contas; IV – transparência; V – controle dos recursos públicos; VI – gestão de bens; VII – acesso a dados e sistemas; VIII – continuidade assistencial; IX – procedimentos de transição; e, por fim, X – condições de encerramento da parceria.

§ 3º. A adequação não poderá modificar retroativamente os critérios que fundamentaram procedimento de seleção já concluído ou considerar inadimplemento conduta que não constituía obrigação da entidade no período correspondente.
§ 4º. Alterações que imponham novas obrigações materiais ou produzam repercussão econômica relevante dependerão da correspondente análise técnica, financeira e jurídica e da formalização do instrumento apropriado.

Seção VIII
Dos Novos Contratos de Gestão

Art. 225. Os procedimentos de seleção iniciados após a entrada em vigor deste Decreto e os respectivos Contratos de Gestão deverão observar integralmente suas disposições.
Parágrafo único. Os instrumentos convocatórios e Contratos de Gestão deverão ser compatibilizados com os modelos e normas complementares eventualmente expedidos pela Administração, sem prejuízo das adaptações necessárias às características específicas de cada objeto.

Seção IX
Da Padronização dos Instrumentos
Art. 226. A Secretaria Municipal de Saúde poderá instituir modelos padronizados destinados à execução deste Decreto, especialmente para: I – requerimento de qualificação; II – parecer da Comissão de Qualificação; III – ato de qualificação; IV – Convocação Pública; V – termo de referência ou instrumento técnico equivalente; VI – Programa ou Plano de Trabalho; VII – matriz de julgamento; VIII – relatório da Comissão de Seleção; IX – Contrato de Gestão; X – matriz de metas e indicadores; XI – relatório de fiscalização; XII – relatório da Comissão de Avaliação; XIII – prestação de contas; XIV – Plano de Correção; XV – Plano de Transição; XVI – inventário patrimonial; e, por fim, XVII – demais instrumentos necessários.
§ 1º. A padronização deverá favorecer a uniformidade, transparência, rastreabilidade e eficiência administrativa.

§ 2º. Os modelos poderão ser adaptados às características e à complexidade de cada objeto, desde que preservadas as exigências essenciais previstas neste Decreto.

Seção X
Da Tramitação Eletrônica
Art. 227. Os procedimentos previstos neste Decreto poderão ser realizados por meio eletrônico, observados os requisitos de autenticidade, integridade, disponibilidade, segurança e rastreabilidade dos atos praticados.
§ 1º. Poderão ser realizados eletronicamente: I – requerimentos; II – notificações; III – apresentação de documentos; IV – diligências; V – propostas; VI – recursos; VII – relatórios; VIII – prestações de contas; IX – manifestações técnicas; X – assinaturas; e, por fim, XI – demais atos administrativos.
§ 2º. A utilização de meio eletrônico não poderá comprometer a publicidade, a isonomia, o contraditório, a ampla defesa ou o acesso aos autos.

Seção XI
Da Contagem dos Prazos

Art. 228. Os prazos expressamente estabelecidos em dias úteis neste Decreto serão contados excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, observadas as normas administrativas aplicáveis no Município.
§ 1º. Os prazos somente se iniciarão e vencerão em dia de expediente administrativo, ressalvadas as situações emergenciais relacionadas à continuidade ou segurança dos serviços.
§ 2º. Os prazos estabelecidos em meses ou anos serão contados de acordo com a legislação aplicável.

Seção XII
Da Cooperação Institucional
Art. 229. Os órgãos e unidades da Administração Municipal deverão cooperar entre si para o adequado planejamento, seleção, acompanhamento, fiscalização e controle dos Contratos de Gestão.
Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde poderá solicitar apoio técnico, jurídico, contábil, financeiro, patrimonial, tecnológico e de controle aos órgãos municipais competentes.

Seção XIII
Das Situações Não Previstas

Art. 230. As situações não previstas neste Decreto serão examinadas pela Secretaria Municipal de Saúde à luz: I – da legislação aplicável; II – dos princípios que regem a Administração Pública; III – das normas do Sistema Único de Saúde – SUS; IV – das disposições do respectivo Contrato de Gestão; V – da proteção do interesse público; VI – da continuidade e segurança dos serviços; e, por fim, VII – das manifestações técnicas e jurídicas cabíveis.
§ 1º. As situações juridicamente relevantes ou que possam estabelecer orientação geral deverão ser submetidas à Procuradoria-Geral do Município, quando cabível.
§ 2º. A solução de caso omisso não poderá resultar em: I – afastamento indevido das exigências de qualificação; II – contratação arbitrária ou escolha pessoal de entidade; III – criação posterior de critério de julgamento; IV – afastamento dos deveres de fiscalização e prestação de contas; ou V – violação dos princípios da publicidade, impessoalidade, isonomia e transparência.

Seção XIV
Da Avaliação da Regulamentação
Art. 231. A Secretaria Municipal de Saúde poderá avaliar periodicamente a aplicação deste Decreto, considerando: I – resultados dos Contratos de Gestão; II – relatórios de fiscalização e avaliação; III – manifestações dos órgãos de controle; IV – evolução da legislação; V – alterações das políticas públicas de saúde; VI – experiências decorrentes dos procedimentos de seleção e execução; e, por fim, VII – necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e controle.
Parágrafo único. Eventual revisão normativa deverá preservar a segurança jurídica dos procedimentos e Contratos de Gestão em curso.

Seção XV
Da Publicidade
Art. 232. Os atos cuja publicidade seja exigida por este Decreto deverão ser divulgados no órgão oficial de publicação do Município e, quando previsto, no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de outros meios destinados a ampliar a transparência e a participação.
Parágrafo único. A publicidade observará as restrições legalmente aplicáveis à proteção de dados pessoais, ao sigilo profissional e às demais informações protegidas.

Seção XVI
Da Revogação
Art. 233. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Seção XVII
Da Vigência
Art. 234. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e Cumpram-se os expedientes necessários.

Tibau-RN, 03 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:C37E064C

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 298/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 298/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***LAZARO DORNELLES FERREIRA DE MEDEIROS*** ocupante do Cargo de ***CONSELHEIRO TUTELAR*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal Do Gabinete Da Prefeita** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **1 UMA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / FORTALEZA- CE / TIBAU - RN. Para Tratar De Assuntos Constitucionais Relacionados As Atribuições Deste Orgão – Diligencia Para Tratar De Situação Familiar,** no período de: **09/09/2026 à 09/09/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UMA DIARIA	500,00	500,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 03 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:5341FD37

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 299/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 299/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***IRENICE RODRIGUES DO NASCIMENTO*** ocupante do Cargo de ***CONSELHEIRO TUTELAR*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal Do Gabinete Da Prefeita** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **1 UMA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / FORTALEZA- CE / TIBAU - RN. Para Tratar De Assuntos Constitucionais Relacionados As Atribuições Deste Orgão – Diligencia Para Tratar De Situação Familiar,** no período de: **09/09/2026 à 09/09/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UMA DIARIA	500,00	500,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 03 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:BADF3515

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DA ADESÃO 005/2026

REF. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 052/2025, cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE APARELHAMENTO (PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO, GRUPO GERADOR, BANHEIRO-QUÍMICO E AFINS), PARA DATAS COMEMORATIVAS DO CALENDÁRIO MUNICIPAL. - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025 – PE – SRP**. Espécie: Termo de Adesão do Município de Cruzeta/RN, à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2025 e a empresa **DANTAS COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF nº29.153.200/0001-66**. Objeto: LOCAÇÃO DE APARELHAMENTO, INCLUINDO PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, GRUPO GERADOR, BANHEIRO QUÍMICO E SERVIÇOS AFINS, NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 10.520 de 17/07/2002

Data de assinatura: 02/09/2026

Signatários: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho, Prefeito de Timbaúba dos Batistas e **ÍTALO DANTAS**

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:B00A5174

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DA ADESÃO 006/2026

REF. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 054/2025, cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE APARELHAMENTO (PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO, GRUPO GERADOR,BANHEIRO-QUÍMICO E AFINS), PARÃ DATAS COMEMORATIVAS DO CALENDÁRIO MUNICIPAL**. Espécie: Termo de Adesão do Município de Cruzeta/RN, à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2025 e a empresa **S M DANTAS SANTOS-ME, CNPJ: 22.842.879/0001-51**. Objeto: LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN

Data de assinatura: 02/09/2026.

Signatários: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho, Prefeito de Timbaúba dos Batistas e **SANDRA MARIA DANTAS SANTOS**

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:18542C17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2026- ADESÃO PREGÃO Nº 5/2026

Objeto: LOCAÇÃO DE APARELHAMENTO, INCLUINDO PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, GRUPO GERADOR, BANHEIRO QUÍMICO E SERVIÇOS AFINS, NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: DANTAS COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 29.153.200/0001-66 representada por Ítalo Dantas.

Valor Total: R$ 673.289,00 (seiscentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais).
Vigência: 12 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e Ítalo Dantas.

Data da Assinatura: 02 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 02 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:5A9F64FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2026- ADESÃO PREGÃO Nº 6/2026

Objeto: LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: S M DANTAS SANTOS - ME, CNPJ: 22.842.879/0001-51 representada por SANDRA MARIA DANTAS SANTOS.
Valor Total: R$ 658.050,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil e cinquenta reais).
Vigência: 12 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e SANDRA MARIA DANTAS SANTOS.

Data da Assinatura: 02 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 02 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:B98E6D3B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2026 - DISPENSA Nº 74/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE CONTEÚDO VIA INTERNET AO VIVO (STREAMING) PARA A COBERTURA DO EVENTO "37ª CORRIDA DE JEGUES" DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: DONKEY FILMS, CNPJ: 30.272.361/0001-58 representada por GABRIEL MEDEIROS RODRIGUES.
Valor Total: R$ 9.855,00 (nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).
Vigência: 03 MESES.
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e GABRIEL MEDEIROS RODRIGUES.

Data da Assinatura: 02 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 02 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:2E53F04C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2026- DISPENSA Nº 73/2026

Objeto: SERVIÇOS DE COBERTURA JORNALÍSTICA DOS EVENTOS E ATIVIDADES PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: CARDOSO SILVA E SILVA PUBLICIDADE LTDA, CNPJ: 42.429.173/0001-70 representada por MAOME CARDOSO DA SILVA.
Valor Total: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).
Vigência: 03/09/2026 a 31/12/2026
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e MAOME CARDOSO DA SILVA.

Data da Assinatura: 03 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 03 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:989C2ED2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2026- DISPENSA Nº 75/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, RELATIVO À 37ª CORRIDA DE JEGUES, COM ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS ATIVIDADES A SER EM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN, NOS DIAS 04, 05 E 06 DE SETEMBRO DE 2026.
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: WSD Pereira Comunicação e Representação, CNPJ: 29.622.683/0001-09 representada por WLLANA SANTANA DANTAS PEREIRA.
Valor Total: R$ 15.000,02 (quinze mil reais e dois centavos).
Vigência: 03/09/2026 a 31/12/2026
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e WLLANA SANTANA DANTAS PEREIRA.

Data da Assinatura: 03 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 03 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:24C6742C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 25/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DA BANDA "RAÍ DANTAS" PARA SE APRESENTAR NO EVENTO EM COMEMORAÇÃO À 37ª CORRIDA DE JEGUES NO DIA 05 DE SETEMBRO EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: 48.044.483 RAI DANTAS DE MEDEIROS, CNPJ: 48.044.483/0001-52 representada por RAI DANTAS DE MEDEIROS.
Valor Total: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Vigência: 03 MESES
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e RAI DANTAS DE MEDEIROS.

Data da Assinatura: 03 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 03 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:10B2D3F7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 26/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DA BANDA "JUNINHO SANFONEIRO" PARA SE APRESENTAR NO EVENTO EM COMEMORAÇÃO À 37ª CORRIDA DE JEGUES NO DIA 06 DE SETEMBRO EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
Contratante: Município de Timbaúba dos Batistas-RN
Contratada: 28.943.195 ANTONIO VILAR DE ARAÚJO JUNIOR, CNPJ: 28.943.195/0001-22 representada por ANTONIO VILAR DE ARAÚJO JUNIOR.
Valor Total: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Vigência: 03 MESES
Assinaturas: Ivanildo Araújo de Albuquerque Filho e ANTONIO VILAR DE ARAÚJO JUNIOR.

Data da Assinatura: 03 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 03 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:13C52C42

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 807.001/2026 DISPENSA Nº 74/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):DONKEY FILMS, CNPJ/CPF nº30.272.361/0001-58
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE CONTEÚDO VIA INTERNET AO VIVO (STREAMING) PARA A COBERTURA DO EVENTO "37ª CORRIDA DE JEGUES" DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$10.251,67 (dez mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos)
VALOR CONTRATADO:R$9.855,00 (nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais)
ECONOMIA:R$396,67 (trezentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos)
RATIFICAÇÃO EM:02 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 02 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:1A3BCF20

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 820014/2026 ADESÃO PREGÃO Nº 005/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):DANTAS COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF nº29.153.200/0001-66
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO: LOCAÇÃO DE APARELHAMENTO, INCLUINDO PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, GRUPO GERADOR, BANHEIRO QUÍMICO E SERVIÇOS AFINS, NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 10.520 de 17/07/2002
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$815.722,25 (oitocentos e quinze mil, setecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos)
VALOR CONTRATADO:R$673.289,00 (seiscentos e setenta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais)
ECONOMIA:R$142.433,25 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos)
RATIFICAÇÃO EM:02 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 02 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:EF495DC4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 820016/2026 ADESÃO PREGÃO Nº 006/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):S M DANTAS SANTOS - ME, CNPJ/CPF nº22.842.879/0001-51
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:LOCAÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE APOIO NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 10.520 de 17/07/2002
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$848.200,00 (oitocentos e quarenta e oito mil e duzentos reais)
VALOR CONTRATADO:R$658.050,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil e cinquenta reais)
ECONOMIA:R$190.150,00 (cento e noventa mil, cento e cinquenta reais)
RATIFICAÇÃO EM:02 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 02 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:740B61B3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 831002/2026 DISPENSA Nº 75/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):WSD PEREIRA COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO, CNPJ/CPF nº29.622.683/0001-09

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, RELATIVO À 37ª CORRIDA DE JEGUES, COM ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DAS ATIVIDADES A SER EM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN, NOS DIAS 04, 05 E 06 DE SETEMBRO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$17.900,04 (dezessete mil e novecentos reais e quatro centavos)
VALOR CONTRATADO:R$15.000,02 (quinze mil reais e dois centavos)
ECONOMIA:R$2.900,02 (dois mil e novecentos reais e dois centavos)
RATIFICAÇÃO EM:03 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 03 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:AB18E337

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 901001/2026 DISPENSA Nº 73/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):CARDOSO SILVA E SILVA PUBLICIDADE LTDA, CNPJ/CPF nº42.429.173/0001-70
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:SERVIÇOS DE COBERTURA JORNALÍSTICA DOS EVENTOS E ATIVIDADES PROMOVIDOS E/OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$15.172,00 (quinze mil, cento e setenta e dois reais)
VALOR CONTRATADO:R$15.000,00 (quinze mil reais)
ECONOMIA:R$172,00 (cento e setenta e dois reais)
RATIFICAÇÃO EM:02 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 02 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:730C977D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 903.001/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 25/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A): 48.044.483 RAI DANTAS DE MEDEIROS, CNPJ/CPF nº48.044.483/0001-52
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DA BANDA "RAÍ DANTAS" PARA SE APRESENTAR NO EVENTO EM COMEMORAÇÃO À 37ª CORRIDA DE JEGUES NO DIA 05 DE SETEMBRO EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
VALOR CONTRATADO:R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
RATIFICAÇÃO EM:03 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 03 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:98D5DA56

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 903.002/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 26/2026

ATO DE RATIFICAÇÃO

CONTRATADO(A):28.943.195 ANTONIO VILAR DE ARAÚJO JUNIOR, CNPJ/CPF nº28.943.195/0001-22
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ nº 08.096.596/0001-87, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, CEP 59.320-0000.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DA BANDA "JUNINHO SANFONEIRO" PARA SE APRESENTAR NO EVENTO EM COMEMORAÇÃO À 37ª CORRIDA DE JEGUES NO DIA 06 DE SETEMBRO EM PRAÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021, Art. 74, II (PNCP)
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:R$20.000,00 (vinte mil reais)
VALOR CONTRATADO:R$20.000,00 (vinte mil reais)
RATIFICAÇÃO EM:03 de setembro de 2026

Timbaúba dos Batistas, 03 de setembro de 2026

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:500D2968

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03 - PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS - RN, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.096.596/0001-87, tendo em vista a publicação do Resultado Definitvo do Processo de Seleção Pública 001/2026, para os cargos de Agente de Combate a Endemias e Agente Comunitário de Saúde, tornar pública **A CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS EM CADASTRO RESERVA** abaixo relacionados.

Os convocados deverão comparecer à Sede da Prefeitura Municipal, no setor de protocolo, na Rua Rui Barbosa, nº 48, Centro, Timbaúba dos Batistas – RN, das 07:00 às 13:00 horas, no prazo de 05 dias úteis, que iniciará em 08/09/2026 e terminará em 14/09/2026, à exceção da ocorrência de alguma urgência, emergência ou força maior devidamente comprovadas, hipóteses que se estenderá por mais 05 (dois) dias úteis.

CARGO 01 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

CLASSIF.	SITUAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO
1	CADASTRO RESERVA	1476	PEDRO LUCAS CARDOSO MARIZ
2	CADASTRO RESERVA	1336	ROBENILSON PERGENTINO MATIAS

Timbaúba dos Batistas – RN, 03 de setembro de 2026.

IVANILDO ARAÚJO DE ALBUQUERQUE FILHO
Prefeito

GIZA KARLA DE FARIAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Cezar Muniz Fechine
Código Identificador:611A8702

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Touros/RN, através do Prefeito Municipal e nos termos do inciso I do Parágrafo Único do art. 48 da Lei da Responsabilidade Fiscal, **CONVIDA** os Senhores e Senhoras da zona rural e urbana do município de Touros/RN, para se fazerem presentes na audiência pública a ser promovida na Câmara municipal, no **dia 17 de setembro de 2026, às 10:00 horas**, para instruírem as prioridades básicas para a formação do projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027, do município de Touros/RN.

Essa audiência iniciará com a primeira chamada, as 10:00 hrs, e a segunda e última chamada as 10:30 hrs, onde serão conhecidas e apresentadas receitas e despesas previstas em discussão aberta com a sociedade civil.

Contamos com a sua presença.

Touros/RN, em 03 de setembro de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:D0B3DECF

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 157/2024.

Processo: 970/2023. **Pregão Eletrônico:** 38/2023. **Contratante:** MUNICÍPIO DE TOUROS/RN; CNPJ Nº 08.234.155/0001-02, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ, sob o nº 18.325.678/0001-00 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOUROS, CNPJ: 14.779.349/0001-88. **Contratado:** 51.274.562 RICARDO DA SILVA LIMA; CNPJ: 51.274.562/0001-64. **Objeto:** Segundo termo aditivo de prazo - contratação de serviço de lavagem simples, completa e a seco dos veículos e máquinas da frota municipal da Prefeitura de Touros/RN e suas unidades administrativas. **Data de Assinatura:** 03/09/2026. **Vigência:** 04/09/2026 até 04/09/2027. **Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente nos arts. 106 e 107** e suas alterações posteriores. **Assinatura:** Contratante: Pedro Ferreira de Farias Filho – Prefeito, Elisa Emanoely Bezerra Alves, Gestora do Fundo Municipal de Saúde e a Gestora do Fundo Municipal de assistência Social de Touros, Fernanda Barros Rocha. Contratada: Ricardo da Silva Lima; CPF n° 059.xxx.014-13.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:1F185D86

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 131/2023;

Processo Administrativo nº 106/2022. Pregão Presencial nº 16/2022. Contratantes: MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOUROS/RN, CNPJ nº 18.325.678/0001-00; e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOUROS/RN, CNPJ nº 14.779.349/0001-88. **Contratado:** FRANCISCO SERGIO MAFRA, CNPJ nº 34.861.921/0001-60. **Objeto:** Terceiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 131/2023, visando à prorrogação de sua vigência por mais 12 (doze) meses, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção de vinhetas, mensagens fonadas, carro de som, locução ao vivo e cerimonial, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal. **Vigência:** 04/09/2026 a 04/09/2027. **Data de Assinatura:** 03/09/2026. **Fundamentação Legal:** art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores. **Assinam:** Pedro Ferreira de Farias Filho – Prefeito Municipal; Elisa Emanoely Bezerra Alves – Gestora do Fundo Municipal de Saúde; Fernanda Barros Rocha – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social; e Francisco Sergio Mafra – Contratado, CPF nº 010.XXX.574-76.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:825C8791

GABINETE CIVIL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 158/2024;

Processo: 970/2023. **Pregão Eletrônico:** 38/2023. **Contratante:** MUNICÍPIO DE TOUROS/RN; CNPJ Nº 08.234.155/0001-02, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ, sob o nº 18.325.678/0001-00 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOUROS, CNPJ: 14.779.349/0001-88. **Contratado:** E D DA SILVA LAVA JATO; CNPJ: 26.769.773/0001-20. **Objeto:** Segundo termo aditivo de prazo - contratação de serviço de lavagem simples, completa e a seco dos veículos e máquinas da frota municipal da Prefeitura de Touros/RN e suas unidades administrativas. **Data de Assinatura:** 03/09/2026. **Vigência:** 04/09/2026 até 04/09/2027. **Fundamentação Legal: arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e suas alterações posteriores. **Assinatura:** Contratante: Pedro Ferreira de Farias Filho – Prefeito, Elisa Emanoely Bezerra Alves, Gestora do Fundo Municipal de Saúde e a Gestora do Fundo Municipal de assistência Social de Touros, Fernanda Barros Rocha. Contratada: Ednaldo Dantas Da Silva; CPF n° 074.xxx.084-05.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:0B6468F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Aditivo nº 002/2026
Contrato N°: 016/2026
Origem: Concorrência Eletrônica nº 002/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO POTIGUAR - CNPJ Nº 01.612.376/0001-10.
Contratada: NEW CONSTRUTORA LTDA – CNPJ (MF): 18.073.501/0001-63.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO COM DRENAGEM SUPERFICIAL, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, MOVIMENTO DE TERRA, EXECUÇÃO DE MEIO-FIO, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E ADMINISTRAÇÃO LOCAL, NA RUA CLIDENOR MEDEIROS E TRAVESSA SEVERINO RIBEIRO, NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO POTIGUAR/RN.
Valor do aditivo R$ 6.271,67 (seis mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos).
Fundamentação Legal: art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.
Vigência: Início: 24/08/2026 Término: 30/12/2026.

Publicado por:
Jonathas Pedro de Almeida Queiros
Código Identificador:7380BB1D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº099/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026.

EMENTA: Dispõe sobre a renovação de cessão de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o ofício 613/2026-GP/TJRN, de 27 de agosto de 2026, expedido pela Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiçado do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando a renovação de cessão da servidora Antônia Conceição de Amorim Neta.

R E S O L V E

Art. 1º - Fica concedida a cessão da servidora **ANTÔNIA CONCEIÇÃO DE AMORIM NETA**, matrícula nº 010094-4, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - NM, ao Tribunal de Justiçado do Estado do Rio Grande do Norte, Comarca de Umarizal/RN.

Parágrafo único – Caberá ao órgão cedente o ônus da remuneração que faz jus a servidora ora cedida

Art. 2º - A presente cessão se dará pelo período de até 02 (dois) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Parágrafo único – A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo, caso o município venha a necessitar do servidor cedido ou se o interesse público e a conveniência assim exigir.

Art. 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Umarizal-RN, em 03 de setembro de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:5637113C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0458/2026

PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0458/2026

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE UPANEMA/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SENHOR RENAN MENDONÇA FERNANDES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1° Designar como Fiscal de Contrato a servidora:

ANTONIA EVARISTA DE PAIVA PAMPLONA, matricula 001911-3, de acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 14.133/21, no Art. 117, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato abaixo relacionado, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DE UPANEMA., VISANDO O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO NO QUE TANGE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E AS NORMAS REGIMENTAIS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. COM A ATRIBUIÇÃO DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR A CORRETA EXECUÇÃO DO OBJETO AOS TERMOS CONTRATUAIS.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CONTRATO Nº 054/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: 12.536.973 FRANCISCO JOSINEUDO MOREIRA DA SILVA, CNPJ nº 12.536.973/0001-29.
Processo nº 07002.000007/2026 – Dispensa nº 043/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DE UPANEMA.
VALOR: R$16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais).

Upanema/RN, 03 de setembro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito do Município de Upanema/RN

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:4537745E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE SESSÃO PÚBLICA IV - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO (ANÁLISES, OBSERVAÇÕES E OUTROS ATOS) - PROCEDIMENTO AUXILIAR – CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

ATA DE SESSÃO PÚBLICA
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO (ANÁLISES, OBSERVAÇÕES E OUTROS ATOS)
PROCEDIMENTO AUXILIAR – CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DA FROTA do Município de Upanema/RN, incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes, acessórios e demais insumos indispensáveis ao pleno funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos.

DO(S) ATOS PRELIMINARES

Em atendimento às disposições contidas na Lei Federal n° 14.133/2021, em especial ao atendimento dos PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS previstos no Art. 5º: "Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto -Lei nº 4.657, de 4

de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)".

CONSIDERANDO recebimento de PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO em: 03 de setembro do corrente ano, de forma presencial, em envelopes devidamente lacrados, via protocolo por parte da empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74, daremos continuidade aos trâmites operacionais, na forma da Lei.

DA ABERTURA DA SESSÃO

No dia **03 de setembro de 2026,** no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Upanema/RN, sito a Rua João Francisco, nº 90, Centro, Upanema, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio designados por meio da PORTARIA Nº 038/2026, que ao final subscreve, inicia os trabalhos **para a análise de propostas e documentos de habilitação apresentados pelos participantes no PROCEDIMENTO AUXILIAR – CREDENCIAMENTO Nº 003/2026,** fundamentada na SESSÃO II – DO CREDENCIAMENTO, Art. 79, Inciso I, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Declarada a abertura dos trabalhos pelo Agente de Contratação, verificamos o que segue:

REGISTRO ÚNICO: Foi registrado também o recebimento de PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO em: 03 de setembro do corrente ano, de forma presencial, em envelopes devidamente lacrados, via protocolo por parte da empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74.

Diante disso, procederemos com a análise minuciosa acerca dos documentos apresentados pelas proponentes acima citadas.

DAS CONSIDERAÇÕES QUANTO AO REGISTRO ÚNICO (RECEBIMENTO E ANÁLISE - PROPOSTA DE PREÇOS) (L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA, CNPJ: 12.226.156/0001-74)

Neste ponto REGISTRE-SE que fora devidamente recebido em: 03 de setembro do corrente ano, envelopes lacrados, por meio de protocolo de forma presencial, remetido por parte da empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74.

Após minuciosa análise dos documentos apresentados, constatamos o seguinte:

No que concerne a **PROPOSTA DE PREÇOS,** a proponente **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74, restou clara a oferta nos LOTES 01, 02, 03 e 10 do presente CREDENCIAMENTO, estando as especificações constantes no documento no que tange aos VALORES e DESCRITIVOS DOS LOTES de acordo com as exigências presentes no Instrumento Convocatório – EDITAL.

ENTRETANTO, a empresa ofertou DESCONTOS em dissonância com o disposto nos autos do processo, bem como, VALOR GLOBAL resultante dos descontos inicialmente aplicados.

De forma a considerar que os DESCONTOS serão aplicados durante a execução contratual e serão deduzidos nos cálculos referentes às futuras faturas não se aplicam como fator de subtração neste momento do processo.

POSTAS AS OBSERVAÇÕES ANTERIORES e conforme disciplina o **ACÓRDÃO N.º 1211/2021 – TCU – PLENÁRIO (RELATOR: MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES),** bem como, entendimentos jurisprudicionais recentes do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, dispõe que: "*o pregoeiro /agente de contratação durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, **DEVE SANEAR EVENTUAIS ERROS OU FALHAS QUE NÃO ALTEREM A SUBSTÂNCIA DAS PROPOSTAS,** dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea h; 17, inciso VI; e47do Decreto10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art.43,§ 3º, da Lei8.666/1993 e no art.64da NovaLei de Licitações(Lei14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, **POR EQUÍVOCO OU FALHA,** o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro/agente de contratação*".

Importante também, REGISTRAR decisões recentes do Tribunal de Contas da União – TCU, que REITERAM posicionamentos acerca da situação fática abordada:

ACÓRDÃO 2382/2025 – TCU PLENÁRIO que acordam "A Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do Formalismo Moderado, que prescreve a doação de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, **a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo".**

ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 100/2026 - TCU PLENÁRIO que acordam "A jurisprudência consolidada deste Tribunal **orienta que erros formais** no preenchimento de planilhas de custos **não devem levar à desclassificação sumária,** devendo-se oportunizar a correção desde que preservado o valor global ofertado".

Em atendimento a **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 108** da Advocacia Geral da União – AGU, por meio da qual fixou que é possível a **REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA** para sanar a ausência de documentos relativos à habilitação ou à proposta que comprovem condições preexistentes à abertura do certame, desde que essa possibilidade esteja expressamente prevista e disciplinada no Instrumento Convocatório.

CONSOANTE, aos fatos narrados acima, de modo que o pedido não acarretar alteração substancial aos valores previstos, nem se tratar de DOCUMENTO NOVO, estando em pleno cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei 14.133/2021, **ABRIREMOS DILIGÊNCIA** para COMPLEMENTAÇÃO/RETIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES PREEXISTENTES por parte da empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74, faz-se necessário o que se pede:

PEDIDO 01 >>> APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA na forma da Lei e do Instrumento Convocatório – EDITAL, de CREDENCIAMENTO Nº 003/2026, de modo, a promover a devida **RETIFICAÇÃO** no que tange aos **DESCONTOS OFERTADOS,** a saber:

• **DESCONTO CORRETO DO LOTE 01 .....** 15% (quinze por cento);

DESCONTO OFERTADO NA PROPOSTA DA EMPRESA ..... 12% (doze por cento).

• **DESCONTO CORRETO DO LOTE 02 .....** 10% (dez por cento);

DESCONTO OFERTADO NA PROPOSTA DA EMPRESA ..... 12% (doze por cento).

• **DESCONTO CORRETO DO LOTE 03 .....** 10% (dez por cento);

DESCONTO OFERTADO NA PROPOSTA DA EMPRESA ..... 12% (doze por cento).

• **DESCONTO CORRETO DO LOTE 10 .....** 10% (dez por cento);

DESCONTO OFERTADO NA PROPOSTA DA EMPRESA ..... 12% (doze por cento).

NOTA EXPLICATIVA: OS DESCONTOS DISPOSTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – EDITAL DO PROCEDIMENTO EM EPÍGRAFE SE TRATAM DE TETOS PRUDENCIAIS E REFERÊNCIAS PARA AS FUTURAS CONTRATAÇÕES SENDO ESTES À SEREM OFERTADOS PELAS PROPONENTES EM SEUS TERMOS (NEM MAIS, NEM MENOS DO PREVISTO).

PEDIDO 02 >>> APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA na forma da Lei e do Instrumento Convocatório – EDITAL, de CREDENCIAMENTO Nº 003/2026, de modo, a promover a devida **RETIFICAÇÃO** no que tange ao **VALOR GLOBAL OFERTADO,** a saber:

• **VALOR GLOBAL CORRETO .....** R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais);

VALOR GLOBAL OFERTADO PELA EMPRESA ..... R$ 1.232.000,00 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil reais);

NOTA EXPLICATIVA: APÓS ANÁLISE MINUCIOSA, CONSTATAMOS QUE O VALOR GLOBAL DESTOANTE DOS AUTOS PREVISTOS E OFERTADO PELA EMPRESA SE DEU EM RAZÃO DA MESMA TER APLICADO O DESCONTO DE 12% (DOZE POR CENTO) NO VALOR DE 1.400.000,00 O QUE RESULTA JUSTAMENTE NO VALOR GLOBAL OFERTADO, ENTRETANDO OS VALORES E DESCONTOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – EDITAL DO PROCEDIMENTO EM EPÍGRAFE SE TRATAM DE TETOS PRUDENCIAIS E REFERÊNCIAS PARA AS FUTURAS CONTRATAÇÕES SENDO ESTES À SEREM OFERTADOS PELAS PROPONENTES EM SEUS TERMOS (NEM MAIS, NEM MENOS DO PREVISTO), SENDO QUE O DESCONTO PERCENTUAL SERÁ APLICADO NAS FATURAS POSTERIORES, OU SEJA, QUANDO A EMPRESA PRESTAR DETERMINADO SERVIÇO OU FORNECIMENTO, O VALOR DA NOTA FISCAL TERÁ O DESCONTO PERCENTUAL APLICADO EM SEU MONTANTE.
NOTA EXPLICATIVA: PARA RESTAR CLARO UM EXEMPLO: SUPONDO QUE A EMPRESA COMERCIALIZOU R$ 1.000,00 (MIL REAIS) EM PEÇAS DURANTE DETERMINADO PERÍODO, SERÁ APLICADO O DESCONTO DE (POR EXEMPLO) 15% (QUINZE POR CENTO) O QUE RESULTARIA NO MONTANTE A SER PAGO DE: R$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Fica consignado que a presente diligência não autoriza e **VEDA VEEMENTEMENTE** qualquer tipo de **ALTERAÇÃO** ou **MAJORAÇÃO** dos valores/descontos estipulados no Instrumento Convocatório - Edital, **limitando-se ao ATENDIMENTO PONTUAL DO DISPOSTO NOS PEDIDOS ACIMA ELENCADOS**, referente a proposta originalmente apresentada.

O pedido **JUSTIFICA-SE** para fins de classificação da empresa e seguimento idôneo do processo de CREDENCIAMENTO almejado, de pleno cumprimento ao Interesse Público.

Para o atendimento do exposto, será concedido à empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74, **O PRAZO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS,** a contar da data e hora do envio deste. Em caso de NOVO DESCUMPRIMENTO OU INATENDIMENTO do solícito, resguarda-se ao Agente de Contratação, com fulcro na Lei e nos autos do processo, aplicar a **DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPONENTE NO PROCEDIMENTO EM EPÍGRAFE.**

DAS CONSIDERAÇÕES QUANTO AO REGISTRO ÚNICO (RECEBIMENTO E ANÁLISE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)
(L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA, CNPJ: 12.226.156/0001-74)

No que concerne aos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** a empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74, apresentou certidões devidamente válidas e vigentes considerando a data de protocolo, a saber: 03 de setembro do corrente ano.

No que tange aos demais documentos, inclusive, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, a empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74, também comprovou sua capacitação para executar os serviços almejados.

Após os atos realizados, constatamos que a empresa **L D DE OLIVEIRA MENDES LTDA,** CNPJ: 12.226.156/0001-74, se encontra devidamente em dias com suas obrigações fiscais e que nada desabona sua qualificação e atendimento ao Instrumento Convocatório – EDITAL.

ENTRETANDO sua qualificação plena ficará condicionada ao atendimento da RETIFICAÇÃO da proposta de preços apresentada, de modo, a resultar sua qualificação para o PROCEDIMENTO AUXILIAR – CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 e ser devidamente declarada **CREDENCIADA.**

DISPOSIÇÕES FINAIS E ENCERRAMENTO(S)

Diante do exposto, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio, **DECLARA** que nada mais havendo a ser tratado, encerra a sessão e lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, é assinada pelo presente.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2026.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Agente de Contratação
Portaria nº 038/2026

JUSSARA COSTA DA SILVA BEZERRA
Equipe de Apoio
Portaria nº 038/2026

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:9AEBB482

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE KIT MATERNIDADE PARA XIII SEMANA DO BEBÊ DO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN. Critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Os interessados poderão obter o respectivo termo de referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na **Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN**, ou acessando site **www.upanema.rn.gov.br**. As propostas, conforme modelo em anexo, serão recebidas até as **12h00min**, do dia **10 de setembro de 2026**, nos horários e endereços indicados, bem como, serem encaminhadas preferencialmente pelo e-mail: **pmu_licitacao@hotmail.com**. Recursos: Previstos no orçamento vigente. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 040/2026 e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: nos **horários das 08h00min às 12h00min** em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2026.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:15E040E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

Dispensa de Licitação nº 049/2026
Processo nº 08001.000165/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Dispensa de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72, VI e VII c/c artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Contratação de serviço de arbitragem esportiva (diversas modalidades) para as competições organizadas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

EMPRESA: M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56.
VALOR: R$60.905,00 (sessenta mil, novecentos e cinco reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:3AE8C52C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/ 2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/ 2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICÍPAL DE UPANEMA/RN, E A EMPRESA 31.017.526 MARCELO ANDRELINO GONDIM DE FREITAS, CNPJ: 31.017.526/0001-08 PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municípal de Upanema/RN, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.647.210/0001-41, com sede na Rua João Francisco, 90, Centro, CEP: 59.670-000, Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER portadora do CPF (MF) n.º 938.590.584-87 e pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO, portador do CPF (MF) n.º 057.418.774-00.

CONTRATADO: 31.017.526 MARCELO ANDRELINO GONDIM DE FREITAS, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 31.017.526/0001-08, estabelecido na R MONSENHOR MILITAO BENEDITO DE MENDONCA, 166, ALTO DA CAPELA, CEP: 59.680-000, CAMPO GRANDE/RN, representado pelo Senhor (a) MARCELO ANDRELINO GONDIM DE FREITAS, portador (a) do CPF (MF) n.º 061.309.124-80.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é Credenciamento de propostas de atividades musicais, artísticas e culturais em todas as suas manifestações e linguagens, para compor a programação de eventos do Município de Upanema ao longo do ano, visando estimular a geração de renda, a difusão de produções artísticas e o estímulo criativo cultural, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O Credenciamento deverá apresentar a proposta por evento, de acordo com suas especificidades e calendário de eventos culturais do município.
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além das obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do contratado:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
Executar os serviços no local, prazos e condições determinadas pela CONTRATANTE;
A Contratada deverá apresentar-se, acompanhada de toda sua equipe técnica, instrumentos e estrutura parte integrante de sua apresentação.
O preço total proposto para a execução dos serviços contemplara todas as despesas inerentes a apresentação artística, tais como hospedagem, locomoção dos integrantes, hospedagem, alimentação, como também todas e quaisquer despesas com mão-de-obra, impostos, encargos trabalhistas, leis sociais, enfim, quaisquer despesas decorrentes da realização dos serviços.
Manter os dados de contato e representação devidamente atualizados perante a Contratante, em especial aqueles relativos ao preposto e endereços físico e eletrônico.
Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecede a execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
Autorizar a divulgação de sua imagem e nome em trabalhos na mídia, bem como em materiais de divulgação a serem produzidos, tais como folders, folhetos, cartazes e etc.
Autorizar o registro gratuito, por meio de sistema de vídeo, áudio, fotografia e/ou transmissão de rede de TV aberta ou a cabo, canal de internet e redes sociais, para fins de formação do seu acervo, bem como para divulgação desta ou de edições futuras desta atividade.
É vedado a CONTRATADA o anuncio, divulgação ou citação e/ou anuncio de nomes, empresas e marcas que não sejam as autorizadas oficialmente pela coordenação do evento.
Responder administrativamente, civilmente e penalmente por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
A Contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;

A Contratada se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097/2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Por infração às normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, será descredenciado o concorrente que:
dar causa à inexecução parcial do contrato;

dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45,
§4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Unidade Gestora deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Gestão/Unidade:
06.001 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
08.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Fonte de Recursos:
1028 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
1035 - APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
1040 - APOIO A PRÁTICA DO INTERCOLEGIAL E DA GINCANA CULTURAL
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO

Natureza Da Despesa:
3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Elemento de Despesa:
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
27100000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS
17103210 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Complementar Municipal n° 190, de 2023, e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Upanema - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, do **Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2026,** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Upanema/RN, 03/09/2026.

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretaria Municipal De Educação, Cultura E Desporto

AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO
Secretaria Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

31.017.526 MARCELO ANDRELINO GONDIM DE FREITAS
Credenciado/Contradado

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG:

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:ED1B1E10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 005/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 005/ 2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICÍPAL DE UPANEMA/RN, E A EMPRESA EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ: 47.014.400/0001-10 PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municípal de Upanema/RN, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.647.210/0001-41, com sede na Rua João Francisco, 90, Centro, CEP: 59.670-000, Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER portadora do CPF (MF) n.º 938.590.584-87 e pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO, portador do CPF (MF) n.º 057.418.774-00.

CONTRATADO: EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 47.014.400/0001-10, estabelecido na R ADRIAO FERNANDES, 320, CENTRO, CEP: 59.690-000, JANDUÍS/RN, representado pela Senhora DEBORA KATIANI BRITO DE ARAÚJO, portador (a) do CPF (MF) n.º 056.969.864-20.
Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é Credenciamento de propostas de atividades musicais, artísticas e culturais em todas as suas manifestações e linguagens, para compor a programação de eventos do Município de Upanema ao longo do ano, visando estimular a geração de renda, a difusão de produções artísticas e o estímulo criativo cultural, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O Credenciamento deverá apresentar a proposta por evento, de acordo com suas especificidades e calendário de eventos culturais do município.
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além das obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do contratado:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
Executar os serviços no local, prazos e condições determinadas pela CONTRATANTE;
A Contratada deverá apresentar-se, acompanhada de toda sua equipe técnica, instrumentos e estrutura parte integrante de sua apresentação.
O preço total proposto para a execução dos serviços contemplara todas as despesas inerentes a apresentação artística, tais como hospedagem, locomoção dos integrantes, hospedagem, alimentação, como também todas e quaisquer despesas com mão-de-obra, impostos, encargos trabalhistas, leis sociais, enfim, quaisquer despesas decorrentes da realização dos serviços.
Manter os dados de contato e representação devidamente atualizados perante a Contratante, em especial aqueles relativos ao preposto e endereços físico e eletrônico.
Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecede a execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
Autorizar a divulgação de sua imagem e nome em trabalhos na mídia, bem como em materiais de divulgação a serem produzidos, tais como folders, folhetos, cartazes e etc.
Autorizar o registro gratuito, por meio de sistema de vídeo, áudio, fotografia e/ou transmissão de rede de TV aberta ou a cabo, canal de internet e redes sociais, para fins de formação do seu acervo, bem como para divulgação desta ou de edições futuras desta atividade.
É vedado a CONTRATADA o anuncio, divulgação ou citação e/ou anuncio de nomes, empresas e marcas que não sejam as autorizadas oficialmente pela coordenação do evento.
Responder administrativamente, civilmente e penalmente por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
A Contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;

A Contratada se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097/2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em

razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Por infração às normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, será descredenciado o concorrente que:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45,
§4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos

previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Unidade Gestora deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Gestão/Unidade:
06.001 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
08.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Fonte de Recursos:
1028 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
1035 - APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
1040 - APOIO A PRÁTICA DO INTERCOLEGIAL E DA GINCANA CULTURAL
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
Natureza Da Despesa:
3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Elemento de Despesa:
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
27100000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS
17103210 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Complementar Municipal n° 190, de 2023, e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Upanema - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, do **Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2026,** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Upanema/RN, 03/09/2026.

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretaria Municipal De Educação, Cultura E Desporto

AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO
Secretaria Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

EMA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA
Credenciado/Contradado

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG:

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:76006076

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 006/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 006/ 2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICÍPAL DE UPANEMA/RN, E FRANCISCO IDIVAN DA SILVA ARAÚJO, CPF: 029.000.574-74 PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municípal de Upanema/RN, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.647.210/0001-41, com sede na Rua João Francisco,

90, Centro, CEP: 59.670-000, Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER portadora do CPF (MF) n.º 938.590.584-87 e pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO, portador do CPF (MF) n.º 057.418.774-00.

CONTRATADO: FRANCISCO IDIVAN DA SILVA ARAÚJO, portador (a) do CPF (MF) n.º 029.000.574-74, residente na R DAMIÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA, 47, CENTRO, CEP: 59.670-000, UPANEMA/RN.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é Credenciamento de propostas de atividades musicais, artísticas e culturais em todas as suas manifestações e linguagens, para compor a programação de eventos do Município de Upanema ao longo do ano, visando estimular a geração de renda, a difusão de produções artísticas e o estímulo criativo cultural, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O Credenciamento deverá apresentar a proposta por evento, de acordo com suas especificidades e calendário de eventos culturais do município.
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além das obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do contratado:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
Executar os serviços no local, prazos e condições determinadas pela CONTRATANTE;
A Contratada deverá apresentar-se, acompanhada de toda sua equipe técnica, instrumentos e estrutura parte integrante de sua apresentação.

O preço total proposto para a execução dos serviços contemplara todas as despesas inerentes a apresentação artística, tais como hospedagem, locomoção dos integrantes, hospedagem, alimentação, como também todas e quaisquer despesas com mão-de-obra, impostos, encargos trabalhistas, leis sociais, enfim, quaisquer despesas decorrentes da realização dos serviços.
Manter os dados de contato e representação devidamente atualizados perante a Contratante, em especial aqueles relativos ao preposto e endereços físico e eletrônico.
Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecede a execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
Autorizar a divulgação de sua imagem e nome em trabalhos na mídia, bem como em materiais de divulgação a serem produzidos, tais como folders, folhetos, cartazes e etc.
Autorizar o registro gratuito, por meio de sistema de vídeo, áudio, fotografia e/ou transmissão de rede de TV aberta ou a cabo, canal de internet e redes sociais, para fins de formação do seu acervo, bem como para divulgação desta ou de edições futuras desta atividade.
É vedado a CONTRATADA o anuncio, divulgação ou citação e/ou anuncio de nomes, empresas e marcas que não sejam as autorizadas oficialmente pela coordenação do evento.
Responder administrativamente, civilmente e penalmente por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
A Contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;
A Contratada se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097/2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Por infração às normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, será descredenciado o concorrente que:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45,
§4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à

autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Unidade Gestora deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Gestão/Unidade:
06.001 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
08.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Fonte de Recursos:
1028 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
1035 - APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
1040 - APOIO A PRÁTICA DO INTERCOLEGIAL E DA GINCANA CULTURAL
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
Natureza Da Despesa:
3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Elemento de Despesa:
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
27100000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS
17103210 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Complementar Municipal n° 190, de 2023, e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Upanema - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, do **Chamamento Público para Credenciamento nº**

01/2026, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Upanema/RN, 03/09/2026.

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretaria Municipal De Educação, Cultura E Desporto

AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO
Secretaria Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

FRANCISCO IDIVAN DA SILVA ARAÚJO
Credenciado/Contradado

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG:

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:C3F4597E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 007/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 007/ 2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICÍPAL DE UPANEMA/RN, E Emerson Renato da Silva Bezerra (RENATINHO DE UPANEMA), CPF: 054.194.974-84 PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municípal de Upanema/RN, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.647.210/0001-41, com sede na Rua João Francisco, 90, Centro, CEP: 59.670-000, Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER portadora do CPF (MF) n.º 938.590.584-87 e pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO, portador do CPF (MF) n.º 057.418.774-00.

CONTRATADO: EMERSON RENATO DA SILVA BEZERRA, portador (a) do CPF (MF) n.º 054.194.974-84, residente na R LUCAS CARLOS DE CARVALHO, 1, PÊGAS, CEP: 59.670-000, UPANEMA/RN.
Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é Credenciamento de propostas de atividades musicais, artísticas e culturais em todas as suas manifestações e linguagens, para compor a programação de eventos do Município de Upanema ao longo do ano, visando estimular a geração de renda, a difusão de produções artísticas e o estímulo criativo cultural, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O Credenciamento deverá apresentar a proposta por evento, de acordo com suas especificidades e calendário de eventos culturais do município.
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além das obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do contratado:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
Executar os serviços no local, prazos e condições determinadas pela CONTRATANTE;
A Contratada deverá apresentar-se, acompanhada de toda sua equipe técnica, instrumentos e estrutura parte integrante de sua apresentação.
O preço total proposto para a execução dos serviços contemplara todas as despesas inerentes a apresentação artística, tais como hospedagem, locomoção dos integrantes, hospedagem, alimentação, como também todas e quaisquer despesas com mão-de-obra, impostos, encargos trabalhistas, leis sociais, enfim, quaisquer despesas decorrentes da realização dos serviços.
Manter os dados de contato e representação devidamente atualizados perante a Contratante, em especial aqueles relativos ao preposto e endereços físico e eletrônico.
Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias que antecede a execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
Autorizar a divulgação de sua imagem e nome em trabalhos na mídia, bem como em materiais de divulgação a serem produzidos, tais como folders, folhetos, cartazes e etc.
Autorizar o registro gratuito, por meio de sistema de vídeo, áudio, fotografia e/ou transmissão de rede de TV aberta ou a cabo, canal de internet e redes sociais, para fins de formação do seu acervo, bem como para divulgação desta ou de edições futuras desta atividade.
É vedado a CONTRATADA o anuncio, divulgação ou citação e/ou anuncio de nomes, empresas e marcas que não sejam as autorizadas oficialmente pela coordenação do evento.
Responder administrativamente, civilmente e penalmente por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
A Contratada se compromete a não adotar práticas de trabalho análogo ao escravo e trabalho ilegal de crianças e adolescentes no cumprimento do presente Contrato;

A Contratada se compromete a não empregar trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos da Lei nº 10.097/2000, e da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Por infração às normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, será descredenciado o concorrente que:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45,
§4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Unidade Gestora deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Gestão/Unidade:
06.001 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
08.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Fonte de Recursos:
1028 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
1035 - APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
1040 - APOIO A PRÁTICA DO INTERCOLEGIAL E DA GINCANA CULTURAL
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
Natureza Da Despesa:
3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Elemento de Despesa:
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
27100000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS
17103210 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente,

segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Complementar Municipal n° 190, de 2023, e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Upanema - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, do **Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2026,** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Upanema/RN, 03/09/2026.

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretaria Municipal De Educação, Cultura E Desporto

AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO
Secretaria Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

EMERSON RENATO DA SILVA BEZERRA
Credenciado/Contradado

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG:

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:8F5446B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: 12.536.973 FRANCISCO JOSINEUDO MOREIRA DA SILVA, CNPJ nº 12.536.973/0001-29.
Processo nº 07002.000007/2026 – Dispensa de Licitação nº 043/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DE UPANEMA.
VALOR: R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
AÇÃO:
2116 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
NATUREZA DA DESPESA:
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE DE RECURSO:
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
VIGENCIA: 01/09/2026 a 01/09/2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Assinado Pelo Contratante

12.536.973 FRANCISCO JOSINEUDO MOREIRA DA SILVA,
CNPJ nº 12.536.973/0001-29
Assinado Pela Contratada

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:28316143

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DA APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO

PROCESSO SELETIVO PARA DIRETORES E VICE-DIRETORES ESCOLARES
A Comissão Organizadora do Processo Seletivo para Diretores e Vice-Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino de Várzea/RN torna público o resultado da etapa de apresentação dos Planos de Ação, conforme relação a seguir:

Nº	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	CARGO	UNIDADE ESCOLAR	PONTUAÇÃO
01	Ariane Rosa da Fonseca	Diretora	E. M. Padre João Maria	9,5
02	Maria Jucilene Rodrigues Oliveira	Vice-Diretora	E. M. Padre João Maria	8,0
03	Carlos Adriano Ribeiro da Silva	Diretor	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0
04	Daiana Darllen da Silva Souza	Vice-Diretora	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0
05	Maria José Cacciano dos Santos	Diretora	E. M. Senador Dinarte Mariz	8,0
06	Natália Cristina de Medeiros Araújo Cruz	Vice-Diretora	E. M. Senador Dinarte Mariz	6,0
07	Maria Khrisleine Oliveira Silva	Vice-Diretora	E. M. Plácido Tomaz de Lima	Não pontuou

O presente resultado refere-se exclusivamente à etapa de apresentação dos Planos de Ação, devendo ser observadas as demais etapas e disposições previstas no edital.
Publique-se e cumpra-se.

Várzea/RN, 3 de setembro de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO

VÂNIA PEREIRA DE LIMA

JOSÉ ROBERTO BELO DA SILVA

MARIA EDUARDA AGUSTO DA SILVA ALVES

EDIVANIO BELO DA SILVA

ROSENILDA MENDES GONZAGA CLEMENTE

Publicado por:
Norádia Faustino de Almeida Oliveira
Código Identificador:935D4846

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 126/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de diárias ao servidor da administração pública direta do munícipio de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a Sra. **KENYA SANTOS SARMENTO**, servidor deste município, 4 (quatro) para estadias, despesas, deslocamento e custos em Natal, Cidade do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 03 a 04 de setembro do corrente ano, com a finalidade da participar do curso **Gestão dos recursos da educação: fortalecendo a gestão educacional, financiamento, execução e transparência dos recursos públicos**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 31 de agosto de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:5F8B0ADB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de diárias ao servidor da administração pública direta do munícipio de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. **EDIMAR FERREIRA DE SOUZA**, servidor deste município, 4 (quatro) diárias para estadias, despesas, deslocamento e custos em Natal, Cidade do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 09 a 12 de setembro do corrente ano, com a finalidade da participar do **Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 02 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:54D32139

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de diárias ao servidor da administração pública direta do munícipio de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. **DIONIS QUEIROZ DE AQUINO**, servidor deste município, 4 (quatro) diárias para estadias, despesas, deslocamento e custos em Natal, Cidade do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 09 a 12 de setembro do corrente ano, com a finalidade da participar do **Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 02 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:528BEB67

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de diárias ao servidor da administração pública direta do munícipio de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. **MONICA MARIA DE ARAÚJO**, servidor deste município, 4 (quatro) diárias para estadias, despesas, deslocamento e custos em Natal, Cidade do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 09 a 12 de setembro do corrente ano, com a finalidade da participar do **Seminário Inicial das Trilhas Formativas e Formação da Primeira Etapa do Módulo 1 do Pró-Alfa RN**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 03 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:C4744537

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de diárias ao servidor da administração pública direta do munícipio de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a Sra. **MARIA HOSANA PINHEIRO XAVIER**, servidor deste município, 3 (três) diárias para estadias, despesas, deslocamento e custos em Natal, Cidade do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 30 de agosto a 02 de setembro do corrente ano, com a finalidade da participar do **Encontro Presencial de Formação do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI-RN)**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 03 de setembro de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:14D2A759

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em licitações, compras e contratos administrativos, com o objetivo de oferecer apoio técnico, acompanhamento e orientação aos agentes públicos envolvidos nessas áreas, no âmbito da prefeitura municipal de Venha-Ver/RN.

DECLARO dispensável a licitação afigurando-me que a contratação é legal, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 01, de 04 de janeiro de 2022, AUTORIZO o procedimento para se contratar as empresas: CARVALHO & PESSOA CONSULTORIA E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 27.795.721/0001-91, objetivando Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em licitações, compras e contratos administrativos, com o objetivo de oferecer apoio técnico, acompanhamento e orientação aos agentes públicos envolvidos nessas áreas, no âmbito da prefeitura municipal de Venha-Ver/RN, com o valor total julgado de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), tudo de conformidade com os documentos que instruem o Processo Administrativo nº 2927687/2026.

Face ao disposto da Lei federal nº 14.133/21, submeto o ato à autoridade superior para a sua ratificação e devida publicidade.

Venha-Ver/RN, aos 03 de setembro de 2026.

DAMIANA QUEIROZ DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:0CA6F592

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026

"Ratifica os termos do ato declaratório de dispensa de licitação. "

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VENHA-VER/RN**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com o que dispõe o artigo 75, da Lei n° 14.133/21, conforme Termo de Referência, resolve:

RATIFICAR a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 01, de 04 de janeiro de 2022, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação das empresa: CARVALHO & PESSOA CONSULTORIA E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 27.795.721/0001-91, objetivando Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em licitações, compras e contratos administrativos, com o objetivo de oferecer apoio técnico, acompanhamento e orientação aos agentes públicos envolvidos nessas áreas, no âmbito da prefeitura municipal de Venha-Ver/RN.
CARVALHO & PESSOA CONSULTORIA E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ: 27.795.721/0001-91

Item	Material/Serviço	Unid. med	QTD.	Valor uni (R$)	Valor total (R$)
1	Prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em licitações, compras e contratos administrativos.	Mês	12	3.000,00	36.000,00
Valor Total					**36.000,00**

RATIFICO, em consonância com Parágrafo Único do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Despacho do Ilmo. Sr. Agente de Contratação.

Venha-Ver/RN, aos 03 de setembro de 2026.

CLEITOM JACOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:F27EA62D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 179/2026

PORTARIA Nº 179/2026

Vera Cruz/RN, 02 de Setembro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ-RN, no uso de suas atribuições legais, e do que lhe confere a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Concede licença Prêmio a servidora JUCINETE ALVES SANTOS, funcionária pública municipal, ocupante da função de PROFESSORA, ficando a mesma em licença prêmio com vigência de 03 de Setembro de 2026 a 02 de Dezembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data do dia 03 de Setembro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSE JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:0BBE878D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 180/2026

PORTARIA Nº. 180/2026

Designa a Agente de Contratação para conduzir as contratações no âmbito da Prefeitura Municipal de Vera Cruz/RN, disciplinadas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal n.º 293/2024, e dá outras providências.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA, Prefeito Constitucional do Município de Vera Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 293/2024, responsável por regulamentar a aplicabilidade da Lei Federal n.º 14.133/2021 pelos órgãos da Administração Pública no âmbito do Poder Executivo Municipal, especificamente quanto aos processos de contratação;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º da Lei Federal n.º 14.133/2021;
R E S O L V E:
Art. 1°. Designar a servidora abaixo relacionada para realizar a função de Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Vera Cruz/RN.
LAISSA JAMILLE SANTOS DE LIMA, inscrita no CPF sob nº 124.xxx.xxx-28,responsável pelas contratações diretas, pregões eletrônicos e demais modalidades.
Art. 2°. Tem-se como a atribuição do Agente de Contratação a instrução dos processos de contratação nos termos do art. 3º do Decreto Municipal nº 293/2024, bem como do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de setembro de 2026.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Vera Cruz/RN, 03 de setembrode 2026.

JOSÉ JÚNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:D5D554D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

O Município de Viçosa/RN, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando **pesquisa de preços** com o objetivo de subsidiar a estimativa de valores para a futura contratação, por meio de **credenciamento** (art. 79 da Lei nº 14.133/2021), de **pessoas físicas (profissionais autônomos) e pessoas jurídicas (clínicas e sociedades médicas)** especializadas na prestação de serviços de saúde — consultas em especialidades médicas, exames diagnósticos complementares e cobertura de plantão médico —, conforme especificações, quantitativos e demais condições constantes do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e da Minuta de Contrato, disponíveis para consulta no link:
https://drive.google.com/drive/folders/1Sk5mJ9V65LwjXaERqjz6qHXJiORUoDsj?usp=sharing
Os interessados em participar da pesquisa de preços — pessoas físicas ou jurídicas prestadoras dos serviços listados no Anexo de Itens (174 procedimentos) — deverão encaminhar suas propostas de preços unitários no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data de publicação deste Aviso, exclusivamente por e-mail, para: **pesquisavicosarn@gmail.com**.
A proposta de cotação deverá conter, obrigatoriamente:
a) identificação completa do proponente (razão social ou nome completo, CPF ou CNPJ, endereço, telefone e e-mail para contato);
b) valores unitários propostos para cada item de interesse, conforme numeração e descrição constantes da tabela de itens do Termo de Referência, podendo o proponente cotar todos os itens ou apenas parte deles, conforme sua área de atuação;
d) data e assinatura do responsável pela proposta.
Esclarece-se que a presente pesquisa de preços tem finalidade exclusivamente **orçamentária/estimativa**, não constituindo processo licitatório, chamamento público ou qualquer modalidade de disputa, não gerando direito à contratação, tampouco obrigação de resposta por parte da Administração.
Eventuais dúvidas poderão ser dirigidas ao mesmo endereço eletrônico acima indicado.
Viçosa/RN, 03 de setembro de 2026.

VANDA MARIA BEZERRA DE CAMPOS BATISTA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:C411425D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
DECRETO MUNICIPAL Nº 066/2026

Dispõe sobre o feriado nacional do dia 07 de setembro de 2026, no âmbito do Município de Viçosa/RN, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIÇOSA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que o dia **07 de setembro** é feriado nacional, em comemoração à **Independência do Brasil**, nos termos da legislação federal vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Municipal durante o referido feriado;
DECRETA:
Art. 1º Fica mantido, no âmbito da Administração Pública Municipal de Viçosa/RN, o **feriado nacional do dia 07 de setembro de 2026 (segunda-feira)**, em comemoração à Independência do Brasil.
Art. 2º Não haverá expediente nas repartições públicas municipais no dia **07 de setembro de 2026**, ressalvados os serviços públicos essenciais e aqueles que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.
Parágrafo único. Os serviços essenciais deverão funcionar em regime de plantão ou escala, conforme determinação dos respectivos órgãos e Secretarias Municipais.
Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais e responsáveis pelos órgãos da Administração Pública Municipal adotar as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto, especialmente quanto à organização das escalas dos serviços essenciais.
Art. 4º O disposto neste Decreto não se aplica aos serviços que, por sua natureza ou necessidade de continuidade, devam funcionar normalmente, especialmente os serviços de saúde, limpeza pública, vigilância e outros considerados essenciais.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Viçosa/RN, 03 de setembro de 2026.

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:9549C448

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 40/00107-5

FINANCIADO: Município de Florânia/RN, inscrito no CNPJ nº 08.181.562/0001-90.
FINACIADOR: Banco do Brasil S.A**.** no CNPJ nº. 00.000.000/0001-91
OBJETO: O **FINANCIADOR** abre ao **FINANCIADO**, por meio deste contrato, e este aceita, um crédito fixo no valor de até R$ 2.355.585,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), a ser provido com recursos próprios do **FINANCIADOR**, na linha Programa Eficiência Municipal – MAIS Sustentável, tendo por objeto o financiamento de despesas de capital constantes do plano plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 e dos exercícios subsequentes, do Município de Florânia (RN), nos termos das definições e regras estabelecidas na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000
VALOR GLOBAL: 2.355.585,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais).
VIGÊNCIA: Após o período de carência de 36 (trinta e seis) meses, o principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao FINANCIADOR, em 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, e iguais, na forma do Sistema de Amortização Constante – SAC, vencendo-se a primeira prestação em 10/10/2029 e as demais todo dia 10 de cada mês.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto do financiamento de despesas de capital constantes do plano plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 e dos exercícios subsequentes do Município de Florânia - RN, nos termos das definições e regras estabelecidas na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. Os recursos deste Contrato se destinam, única e exclusivamente, à aplicação na forma autorizada pela Lei Municipal nº 997/2023, de 18/10/2023.

Florânia/RN, 03 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Financiado
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

Banco do Brasil S.A.
Financiador
MAX WENDELL REBOUÇAS DA COSTA
Bancário
CPF nº ***.474.812-**

Publicado por:
Laedson Silva de Medeiros
Código Identificador:6DB49957

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 127/2026 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDOa Lei Municipal 609 de 04 de dezembro de 2008 que institui o direito à Licença Prêmio por assiduidade no âmbito da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDOrequerimento do próprio servidor, protocolado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;
CONSIDERANDOoParecer Jurídico acerca da solicitação de licença do servidor:

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por Assiduidade, por um período de 90 (noventa) dias, ao servidor público municipal **WENDEL MARCUS DE AZEVÊDO ARAÚJO NUNES,** agente administrativo, inscrito no Cadastro Funcional sob o nº 1041, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, contados a partir do dia **01/09/2026** com término em **29/11/2026, nos termos das Leis Municipais n° 609/2008 e da Lei nº 955/2022 de 28 julho de 2022.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN
Em 03 de setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:E93EB740

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 128/2026 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDOa Lei Municipal 609 de 04 de dezembro de 2008 que institui o direito à Licença Prêmio por assiduidade no âmbito da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDOrequerimento da própria servidora, protocolado pela Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDOoParecer Jurídico acerca da solicitação de licença da servidora:

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por Assiduidade, por um período de 90 (noventa) dias, a servidora pública municipal **MARIFRAN CARLOS DE LIMA,** professora, inscrita no Cadastro Funcional sob o nº 881, lotada na Secretaria Municipal de Educação, contados a partir do dia **08/09/2026** com término em **06/12/2026, nos termos das Leis Municipais n° 609/2008 e da Lei nº 955/2022 de 28 julho de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN
Em 03 de setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:8BAE542A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º023/2026 – SEME. PUBLICADA POR INCORREÇÃO

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **Decreto Municipal nº 20/2026, de 07 de julho de 2026.**

R E S O L V E:
Art. 1º – Ficam concedidas 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), e 01 (uma) parcial, no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), à Vice-Diretora Janaina de Araújo Silva, matrícula nº 415, para custeio de despesas decorrentes de sua participação no 3º Encontro Presencial do ProLEEI/CNCA, realizado nos dias 31 de agosto e 01 de setembro de 2026.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. retroagindo seus efeitos a 31 de agosto de 2026

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 03 setembro de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:D90BE12E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 185/2026 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 09/2025, DE 29 DE ABRIL DE 2025
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária no valor de R$ 90,00 (noventa reais) a servidora **MARIA JOSE MARTINIANO DIAS**, ocupante da função de **TECNICO EM ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **NATAL/RN**, dia 02/09/2026 com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/09/2026, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 03/09/2026

SÂMARA ASLEY DE MEDEIROS LAURENTINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:BA3081D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RGF 02-2026 CONISA 02

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida		Exercício: **2026** -		
2º Quadrimestre/2026				
RGF - Anexo 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b")				
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-3.454,71	0,00	-3.454,71	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Emprestimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-3.454,71	0,00	-3.454,71	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	222.372,51	216.839,46	359.806,60	0,00
Disponibilidade de Caixa	222.372,51	216.839,46	359.806,60	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	222.372,51	216.839,46	359.806,60	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-225.827,22	-216.839,46	-363.261,31	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.610.677,95	3.744.386,87	3.803.497,04	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	3.610.677,95	3.744.386,87	3.803.497,04	0,00
% DA DC SOBRE A RCL AJUSTADA (I/VI)	-0,10	0,00	-0,09	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL AJUSTADA (III/VI)	-6,25	-5,79	-9,55	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	4.332.813,54	4.493.264,24	4.564.196,45	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.899.532,19	4.043.937,82	4.107.776,81	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADO	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:E589C5F5

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RGF 02-2026 CONISA 03

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE S		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias		Exercício: **2026**		
2º Quadrimestre/2026				
RGF - Anexo 3 (LRF, art 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, S 1º)				
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	0,00	3.744.386,87	3.803.497,04	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	0,00	3.744.386,87	3.803.497,04	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	0,00	823.765,11	836.769,35	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1 do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	741.388,60	753.092,41	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2026		
		Até o 1º	Até o 2º	Até o 3º
AOS ESTADOS (IX)	ANTERIOR 0,00	Quadrimestre 0,00	Quadrimestre 0,00	Quadrimestre 0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:5520269D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RGF 02-2026 CONISA 04

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Demonstrativo das Operações de Crédito	Exercício: **2026**	
2º Quadrimestre/2026		
RGF - Anexo 4 (LRF,	art 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00

Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda aTermo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dividas (LRF, art. 29, $1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.803.497,04	0,00
(-) Tranferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDAAJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	3.803.497,04	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DAAPURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARAAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	608.559,53	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do $1º do art. 59 da LRF) - <%>	547.703,57	14,40
OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARAAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	266.244,79	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência(a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:486438D2

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RREO 04-2026 CONISA ANEXO 04

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias		Exercício: **2026**			
Bimestre: 4/2026					
RREO - Anexo 4 (LRF, Art 53, inciso II)					
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00			
Receita Patrimonial	0,00	0,00			
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00			
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00			
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00			
Receita de Serviços	0,00	0,00			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00			
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00			
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00			
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00			
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00			
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**				
VALOR	0,00				

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00				
Recursos para Formação de Reserva	0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Receitas Correntes	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII+XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO	

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No

					Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO(XIX)=(XVII-XVIII)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FRANCISCO MACEDO DA SILVA					
###.006.414-##					
Presidente					

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:DD781478

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RREO 04-2026 CONISA ANEXO 06

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA		
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal	Exercício: **2026**	
Bimestre: 4/2026		
RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2026
		RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	5.646.500,00	2.508.507,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	11.500,00	8.650,76
Aplicações Financeiras (II)	11.500,00	8.650,76
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	69.000,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	69.000,00	0,00
Demais Receitas Correntes	5.566.000,00	2.499.856,96
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	5.566.000,00	2.499.856,96
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	5.635.000,00	2.499.856,96
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	5.635.000,00	2.499.856,96
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	5.635.000,00	2.499.856,96

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	Até o Bimestre/2026			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	5.507.350,00	3.738.550,90	2.361.311,63	2.361.311,63	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	839.500,00	826.750,00	519.528,60	519.528,60	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.667.850,00	2.911.800,90	1.841.783,03	1.841.783,03	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	5.507.350,00	3.738.550,90	2.361.311,63	2.361.311,63	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES	139.150,00	9.762,00	9.762,00	9.762,00	0,00	0,00	0,00

RPPS) (XXIII)							
Investimentos	115.000,00	9.762,00	9.762,00	9.762,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	24.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	115.000,00	9.762,00	9.762,00	9.762,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	5.622.350,00	3.748.312,90	2.371.073,63	2.371.073,63	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	5.622.350,00	3.748.312,90	2.371.073,63	2.371.073,63	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							128.783,33
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							128.783,33

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	VALOR CORRENTE
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	8.650,76
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	137.434,09

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o Bimestre/2026 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		0,00
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Ficais da LDO para o exercício de referência		0,00
AJUSTE METODOLÓGICO		VALOR CORRENTE
VARIA O DO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)		0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIIIXI) +/- (XLIX)]		0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		-8.650,76
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Nota:

1 - Cabe destacar que a nomenclatura dos itens do demonstrativo que trazem a expressão "COM FONTES RPPS" indica que devem ser consideradas nestes itens, conforme o caso, os valores das receitas arrecadadas **apenas com as fontes específicas do RPPS** ou os valores das despesas custeadas **somente com as fontes específicas do RPPS.**

2 - Por sua vez, quando é utilizada a expressão "COM RPPS" na nomenclatura do item Resultado Primário - Acima da Linha, significa que o valor apurado do referido resultado primário corresponde ao **valor total consolidado do ente, incluindo os valores das receitas e despesas do seu RPPS.**

FRANCISCO MACEDO DA SILVA

###.006.414-##

Presidente

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:78D80203

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RREO 04-2026 CONISA ANEXO 14

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE S	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária	Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026	
RREO -Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	5.646.500,00

Previsão Atualizada	5.646.500,00
Receitas Realizadas	2.508.507,72
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	5.646.500,00
Dotação Atualizada	5.646.500,00
Despesas Empenhadas	3.748.312,90
Despesas Liquidadas	2.371.073,63
Despesas Pagas	2.371.073,63
Superávit Orçamentário	137.434,09
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	3.748.312,90
Despesas Liquidadas	2.371.073,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	3.803.497,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	3.803.497,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	3.803.497,04
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizada	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**		**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Primário (Sem RPPS) - Acima da Linha	0,00	128.783,33		0,00
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00		0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de <18% /25%> das Rec. de Impostos na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00		0,00
Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70,00		0,00
Percentual Complementação da União ao FUNDEB - (VAAT) Vinculado à Educação Infantil	0,00	0,00		0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	15,00		0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo não realizado**		
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00		
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo a Realizar**	
Receita de Alienação de Ativos	0,00		0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADOS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			
FRANCISCO MACEDO DA SILVA				
###.006.414-##				
Presidente				

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:E9C09579

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0290/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a autorização contida no art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2.338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição 3698, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais), destinado às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o Anexo II deste Decreto, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, 03 de setembro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**233.000,00**
02 .023 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS					**15.200,00**
	2011 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Tributação Finanças				**15.200,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	17040000	0001	15.200,00
02 .027 SEC. MUN. DE AGRIC., REC. HÍDR., MEIO AMB E PESCA					**181.150,00**
	1001 Perfuração de Poços Tubulares e Artesianos, Manutenção e Ampliação de Sistemas Adutores				**115.350,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	115.350,00
	2015 Manutenção das Atividades do Abatedouro, Mercado, Açougue e Feira Livre				**10.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	10.600,00
	2120 Manutenção das Ações do Programa Garantia Safra				**55.200,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	47.522,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	7.678,00
02 .030 SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS					**6.650,00**
	2054 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria e Transportes e Obras Publicas				**6.650,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	6.650,00
02 .041 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**30.000,00**
	2100 Manutenção das Atividades das Unidades Básicas de Saúde – UBS				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**233.000,00**
02 .023 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS					**15.200,00**
	2011 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Tributação Finanças				**15.200,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	15.200,00
02 .027 SEC. MUN. DE AGRIC., REC. HÍDR., MEIO AMB E PESCA					**106.150,00**
	2012 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Agricultura, Recurso				**40.350,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	40.350,00
	2017 Manutenção das Ações de Atividades Avícolas				**65.800,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	47.522,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17040000	0001	18.278,00
02 .029 GESTÃO E OPERAÇÕES ESPECIAIS					**61.650,00**
	2003 Manutenção de Consignações a Justiça para Precatórios				**61.650,00**
		3.3.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	61.650,00
02 .031 SEC. MUNICIPAL DE URBANISMO E SERV. URBANOS					**50.000,00**
	2058 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Sec Municipal de Urbanismo e Serviço Urbanos				**50.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 03 de setembro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:CF078E02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0291/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no valor de R$ 5.842.980,00 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a autorização contida no § 2º do art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2.338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição nº 3698, de 30 de dezembro de 2025;

CONSIDERANDO a autorização contida no § 1º do art. 34 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.289/2025, de 30 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição nº 3570, de 1º de julho de 2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.842.980,00 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta reais), destinado às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, 03 de setembro de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**5.842.980,00**
02 .041 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**5.842.980,00**
	2099 Manutenção das Atividades do Centro Municipal de Saúde				**2.000.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16003110	0001	250.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16003130	0001	500.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	300.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16003110	0001	500.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	450.000,00
	2100 Manutenção das Atividades das Unidades Básicas de Saúde – UBS				**242.980,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	242.980,00
	2106 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada – CAPS				**100.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16003110	0001	100.000,00
	2107 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada				**2.500.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16003130	0001	1.000.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	1.000.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	500.000,00
	2111 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde da vigilância em saúde – Vigilância Sanitária				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16003110	0001	100.000,00
	2115 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - COMAD				**900.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	200.000,00
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	16003110	0001	700.000,00

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 03 de setembro de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D9026F65

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 126/2026 DISPENSA DE LITICAÇÃO Nº 010/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15050001/2026.

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 27.996.936/0001-70, com sede na AV Jeronimo Rosado, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal da Educação, Sr. **MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF: 163.119.528-07, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **A. L. LACERDA VIEIRA DE LIMA – CNPJ: 14.101.322/0001-31,** com sede na R cel. vicente saboia, 116, Centro, 59.600-120, Mossoró/RN, representado pela Sra. **ANA LUCIA LACERDA VIEIRA DE LIMA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 191.426/ITEP-RN, inscrita no CPF: 074.547.914-68, doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contratação de pessoa jurídica visando à aquisição de instrumentos musicais, acessórios e materiais correlatos destinados ao aparelhamento das fanfarras das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Baraúna/RN, haja vista tratar-se de itens remanescentes que restaram fracassados ou desertos no Pregão Eletrônico nº 025/2025, conforme especificações técnicas contidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	KIT DE PRATOS; 1 CHIMBAL; 2 ATAQUES; 1 CONDUÇÃO PRATO CHIMBAL HIT-HAT 14' B20 MODELO: ZEHH14 LINHA: EXPLOSION TIPO DE PRATO: HI-HAT 14" MATERIAL: LIGA B20 (80% COBRE E 20% ESTANHO)	UNID	**1**	R$ 3.990,00	R$ 3.990,00

02	ESTANTES GIRAFAS PARA PRATOS	UNID	**1**	R$ 450,00	R$ 450,00
03	PEDAL PARA BATERIA	UNID	**1**	R$ 570,00	R$ 570,00
04	PALHETAS PARA CLARINETE TRADICIONAL Nº 3	UNID	**30**	R$ 49,00	R$ 1.470,00
05	PALHETAS PARA SAXOFONE ALTO TRADICIONAL Nº2,5	UNID	**30**	R$ 68,00	R$ 2.040,00
06	PALHETA V16 PARA SAX BARÍTONO VARIAÇÃO: 2 CAIXA COM 5 UNIDADES -MATERIAL: CANA -ESPESSURA DA PONTA: 0,10 MM - ESPESSURA DO TALÃO:3,15 MM	UNID	**10**	R$ 180,00	R$ 1.800,00
07	TUBOS DE ÓLEO PARA VÁLVULAS (PISTO)	UNID	**15**	R$ 90,00	R$ 1.350,00
08	CREME PARA TROMBONE DE VARA	UNID	**15**	R$ 190,00	R$ 2.850,00
09	CREME PARA BOMBAS (INSTRUMENTOS DE SOPRO)	UNID	**10**	R$ 290,00	R$ 2.900,00
10	PELE HIDRÁULICA Nº 22	UNID	**10**	R$ 200,00	R$ 2.000,00
11	PELE LEITOSA Nº 8	UNID	**15**	R$ 18,00	R$ 270,00
12	PELE LEITOSA Nº 10	UNID	**15**	R$ 20,00	R$ 300,00
13	PELE LEITOSA Nº 12	UNID	**15**	R$ 22,00	R$ 330,00
14	PELE LEITOSA Nº 13	UNID	**15**	R$ 24,00	R$ 360,00
15	PELE LEITOSA Nº 16	UNID	**30**	R$ 30,00	R$ 900,00
16	PELE LEITOSA Nº 20	UNID	**15**	R$ 60,00	R$ 900,00
17	CORREIA DE 2 GANCHOS	UNID	**100**	R$ 20,00	R$ 2.000,00
18	ESTEIRAS PARA CAIXA DE 50 FIOS	UNID	**25**	R$ 55,00	R$ 1.375,00
19	BAQUETA PARA ZABUMBA	UNID	**5**	R$ 38,00	R$ 190,00
20	PANDEIRO 12' CORPO: MADEIRA -12" POLEGADAS -ARO: ALUMÍNIO - PELE: COURO ANIMAL ACOMPANHA A CHAVE DE AFINAÇÃO	UNID	**1**	R$ 580,00	R$ 580,00
21	TRIÂNGULO	UNID	**1**	R$ 150,00	R$ 150,00
22	PARES DE BAQUETA PARA BATERIA A7	UNID	**80**	R$ 30,00	R$ 2.400,00
23	PARES DE BAQUETA PARA REPIQUE DE SILICONE	UNID	**10**	R$ 14,00	R$ 140,00
24	CAIXA DE GUERRA MEDIDAS: 14" X 15CMS PELE BATEDEIRA LEITOSA DE 250 MICRONS PELE DE RESPOSTA TRANSPARENTE FINA DE 0.075 MICRONS ESTEIRA DE 6 FIOS 7 AFINAÇÕES EM TIRANTE CORPO EM ALUMÍNIO FOSCO DE 0,8MM AROS CROMADOS DE 3MM BORDAS DE 1,6MM ACOMPANHA CHAVE DE AFINAÇÃO	UNID	**6**	R$ 350,00	R$ 2.100,00
25	PARES DE PRATOS TIPO: BANDA MARCIAL DIÂMETRO (POLEGADAS): 14 MATERIAL: BRONZE B10 APLICAÇÃO: BANDA MARCIAL COR: DOURADO ALÇAS: ALGODÃO	UNID	**1**	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00
26	COLECIONADORES (PASTA CATÁLOGO 50 SACOS)	UNID	**25**	R$ 90,00	R$ 2.250,00
27	BOMBO 22' MODELO: 6234 DIÂMETRO: 22 POLEGADAS ALTURA: 30CM PESO: 4,7KG CASCO: ALUMÍNIO ESCOVADO AFINADORES: 12, EM TIRANTES PELE: LEITOSA GROSSA P2 DE 190 MICRONS FERRAGENS: CROMADAS	UNID	**4**	R$ 850,00	R$ 3.400,00
28	JOGO DE BLOCO SONORO CONTENDO 01 CARRILHÃO SIMPLES 30 BARRAS ALUMÍNIO PERCUSSIONLINE 01 PEDESTAL RETO PERCUSSIONLINE 01 BLOCO SONORO AGUDO SPANKING 01 BLOCO SONORO GRAVE SPANKING 01 PANDEIRO 1/2 LUA PRO FIRE COM CLAMP P/ PANDEIRO 1/2 LUA PERCUSSIONLINE 01 MINI RACK DE PERCUSSÃO F2 COM DUAS HASTES PERCUSSIONLINE	UNID	**1**	R$ 3.900,00	R$ 3.900,00
29	CASE PARA TROMPETE CARACTERÍSTICAS EXTERNAS: REVESTIMENTO EXTERNO DE TECIDO CORDURA 1000 DENIER, RESISTENTE À ÁGUA 2 ALÇAS DE MOCHILA ACOLCHOADA EMBUTIDAS ALÇA LATERAL ALÇA "METRÔ" ALÇA DE OMBRO COM ALMOFADA AJUSTÁVEL E REMOVÍVEL BOLSO EXTERNO EXPANSÍVEL PARA GUARDAR PARTITURAS ZÍPER DIMENSÕES EXTERNAS: 56X28X23 CM	UNID	**1**	R$ 490,00	R$ 490,00
30	CASE TROMBONE CARACTERÍSTICAS EXTERNAS: REVESTIMENTO EM TECIDO CORDURA 1000 DENIER, RESISTENTE À ÁGUA RECORTES EM TECIDO PVC 2 ALÇAS DE OMBRO PARA MOCHILA ACOLCHOADAS, AJUSTÁVEIS E REMOVÍVEIS ALÇA DE OMBRO COM ACOLCHOADO ANTIDERRAPANTE ALÇA DE MÃO NA LATERAL ALÇA "METRÔ" ZÍPER FECHO COM SENHA BOLSO PLANO EXTERNO MEDIDAS EXTERNAS: 97X32X30CM	UNID	**1**	R$ 620,00	R$ 620,00
31	CASE CLARINETE CARACTERÍSTICAS EXTERNAS: REVESTIDO COM TECIDO CORDURA 2000 DENIER2 ALÇAS DE OMBRO PARA MOCHILA COM ACOLCHOADO ANTIDERRAPANTE ALÇA DE OMBRO COM ALMOFADA AJUSTÁVEL E REMOVÍVEL ALÇA "METRÔ" ZÍPER AMPLO BOLSO EXTERNO EXPANSÍVEL PARA GUARDAR PARTITURAS MEDIDAS EXTERNAS: 38X25X13 CM	UNID	**2**	R$ 450,00	R$ 900,00
32	CASE SAX ALTO CARACTERÍSTICAS EXTERNAS: CONCHAS EM MATERIAL EXCLUSIVO HIGHTECH BAM: 3 MATERIAIS DE ALTO DESEMPENHO PRENSADOS (ABS, AIREX, PETG) ALTAMENTE RESISTENTE À IMPACTOS E ULTRALEVE VEDAÇÃO HERMÉTICA 2 ALÇAS DE OMBRO PARA MOCHILA EM NEOPRENE COM ACOLCHOADO ANTIDERRAPANTE COM MOSQUETÕES PARA PRENDER – MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA ALÇA LATERAL DE MÃO ALÇA "METRÔ" – MUITO PRÁTICA QUANDO EM AMBIENTE COM AGLOMERAÇÃO E ÔNIBUS 2 FECHADURAS "SOFT-TOUCH" COM CHAVE COMPARTIMENTO EXTERNO NA PARTE TRASEIRA COM ALMOFADA INTEGRADA E ZÍPER PARA GUARDAR PARTITURAS MEDIDAS EXTERNAS: 65X28X20 CM	UNID	**2**	R$ 490,00	R$ 980,00
33	CASE SAX TENOR CARACTERÍSTICAS EXTERNAS: ALÇA DE MÃO NA LATERAL ALÇA "METRÔ" PARA FACILITAR TRANSPORTE EM ÔNIBUS E METRÔ 2 ALÇAS DE OMBROS PARA MOCHILA COM ACOLCHOADO ANTIDERRAPANTE E AJUSTÁVEIS PARA MAIOR CONFORTO CAPA DE CHUVA INTEGRADA AMPLO BOLSO EXTERNO EXPANSÍVEL PARA GUARDAR PARTITURAS E DEMAIS DOCUMENTOS ZÍPER REVESTIDO DE TECIDO BAM BALLISTIC RESISTENTE À ÁGUA COM PELÍCULA PROTETORA CONTRA DESGASTE MEDIDAS EXTERNAS: 86X38X29 CM.	UNID	**2**	R$ 490,00	R$ 980,00
34	CASE FLAUTA TRANSVERSAL CARACTERÍSTICAS EXTERNAS:CONCHAS EM MATERIAL EXCLUSIVO HIGHTECH BAM: 3 MATERIAIS DE ALTO DESEMPENHO PRENSADOS (ABS, ESPUMA AIREX, PETG) ALTAMENTE RESISTENTE A IMPACTOS E ULTRALEVE VEDAÇÃO HERMÉTICA FECHADURAS INTEGRADAS DIMENSÕES EXTERNAS: 45X11X6,5 CM	UNID	**2**	R$ 450,00	R$ 900,00
35	CASE BOMBARDINO CARACTERÍSTICAS: MODELO: SUPER LUXO; IDEAL PARA BOMBARDINO EUPHONIUM COM 3 PISTOS OU 4 PISTOS; MATERIAIS: NÁILON, ISOPOR, PLÁSTICO E VELUDO; ESTOJO/CASE COM ABERTURA CENTRAL ATRAVÉS DE 02 ZÍPER GROSSO; 01 ALÇA DE MÃO, FABRICADA EM MATERIAL NÁILON COM APOIO EXTRA E FECHAMENTO EM VELCRO; ALÇA DE MÃO FABRICADA EM MATERIAL NÁILON LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR DO ESTOJO, IDEAL PARA EMPURRAR OU PUXAR O ESTOJO; ALÇAS PARA TRANSPORTAR NAS COSTAS (ESTILOMOCHILA); 02 APOIOS EMBORRACHADOS PARA COLOCAR O CASE NA POSIÇÃO VERTICAL (EM PÉ); 02 APOIOS EMBORRACHADOS PARA COLOCAR O CASE NA POSIÇÃO HORIZONTAL (DEITADO); 02 RODINHAS COM DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE Ø5CM; 01 BOLSO BEM AMPLO NAS DIMENSÕES: C:31CM X L: 2CM X A: 24CM; PESO TOTAL DO ESTOJO: APROX. 5KGS;	UNID	**2**	R$ 890,00	R$ 1.780,00
36	CASE TUBA CARACTERÍSTICAS: MODELO: SUPER LUXO; IDEAL PARA	UNID	**2**	R$ 1.690,00	R$ 3.380,00

	TUBA 3/4 COM 3 PISTOS OU 4 PISTOS; MATERIAIS: NÁILON, MADEIRA, ISOPOR E VELUDO; ESTOJO/CASE COM ABERTURA CENTRAL ATRAVÉS DE 02 ZÍPER GROSSO; 01 ALÇA DE MÃO, FABRICADA EM MATERIAL EMBORRACHADA COM APOIO EXTRA E FECHAMENTO EM VELCRO; ALÇA DE MÃO FABRICADA EM MATERIAL EMBORRACHADA LOCALIZADA NA PARTE SUPERIOR DO ESTOJO, IDEAL PARA EMPURRAR O ESTOJO; ALÇAS PARA TRANSPORTAR NAS COSTAS (ESTILOMOCHILA); 06 APOIOS EMBORRACHADOS PARA COLOCAR O CASE NA POSIÇÃO VERTICAL (EM PÉ);02 RODINHAS COM 3CM DE COMPRIMENTO E COM DIÂMETRO DE Ø3CM; 01 BOLSO BEM AMPLO NAS DIMENSÕES: C: 37CM X L: 3CM X A: 28CM; PESO TOTAL DO ESTOJO: APROX. 7,2KGS;				
37	BAG PARA BATERIA BOMBO 22 ' 8 PEÇAS REVESTIMENTO INTERNO EM NYLON 750 QUALIDADE SUPERIOR, EXTRA RESISTENTE E IMPERMEÁVEL. ACOLCHOADA COM ESPUMA INTERNA DENSA DE 12MM NO CORPO E 22MM NOS AROS POSSUI ALÇA DE MÃO E OMBRO NOS SURDOS E BUMBOS FORRO INTERNO EM NONWOVEN ESTRUTURAL PRETO COSTURAS DUPLAS E REFORÇADA ZÍPER REFORÇADO E RESISTENTES A PESO.- PORTA BAQUETA	UNID	**1**	R$ 2.900,00	R$ 2.900,00
38	SUPORTE PARA TROMBONE DS420B SUPORTE COMPACTO PARA CAMPANA DE TROMBONE. APRESENTA BASE EMBORRACHADA PARA PROTEÇÃO DO INTERIOR DO INSTRUMENTO. PODE SER GUARDADO DENTRO DA CAMPANA DO INSTRUMENTO	UNID	**2**	R$ 250,00	R$ 500,00
39	BOQUILHA PARA SAX ALTO -MARCA: BARKLEY -MODELO: MALBEC METAL -MATERIAL: LATÃO (BRASS) -ACABAMENTO: DOURADO (GOLD) -MÉTODO DE PRODUÇÃO: CNC -ABERTURA: Nº 7 -MEDIDA DA ABERTURA: ~2,15 MM -SONORIDADE: BRILHANTE -CÂMARA: MÉDIA -DEFLETOR: ELEVADO - STEP BAFFLE (RAMPA) -COMPLETA, ACOMPANHA BRAÇADEIRA DE COURO NATURAL E COBRE-BOQUILHA.	UNID	**2**	R$ 1.900,00	R$ 3.800,00
40	BOQUILHA PARA SAX TENOR MODELO: REVOLUTION ABERTURA: Nº 8 (TIP OPENING: 3,05 MM) MATERIAL: METAL (LATÃO) ACABAMENTO: GOLD PLATED (METAL DOURADO) COMPLETA, ACOMPANHA BRAÇADEIRA, COBRE-B	UNID	**2**	R$ 2.500,00	R$ 5.000,00
VALOR TOTAL					**R$ 64.395,00**

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para o Fundo Municipal de Educação de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de **R$ 64.395,00 (sessenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Dispensa de Licitação nº 010/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **03 de setembro de 2026** até **03 de dezembro de 2026**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme parágrafo do art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;
d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **Mauro Jerry Gomes** inscrito no **CPF: 896.885.203-06.**
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AÇÃO:
2017 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – 30% FUNDEB
2021 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SALÁRIO EDUCAÇÃO (QSE)
1026 – PROJETO MÚSICA PARA TODOS
NATUREZA:
339030 – MATERIAL DE CONSUMO
449052 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
15001001 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15400000 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
15500000 – TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15420000 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAT

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.

15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS
17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

Fundo Municipal de Educação
MARCOS ANTÔNIO DE SOUSA
Gestor do Fundo Municipal de Educação
(Contratante)

ANA LUCIA LACERDA VIEIRA DE LIMA
A. L. Lacerda Vieira de Lima
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:81A44D5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO N° 128/2026 À INEXIGIBILIDADE DE LITICAÇÃO Nº 024/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13080001/2026

Pelo presente Termo de Contrato celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF: 672.435.924-49, residente e domiciliada na Avenida Gilberto Alves Maia, 65, Portal das Palmeiras, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **GESTO COMPANHIA DE DANCA– CNPJ: 01.855.614/0001-18,** com sede na Rua Manoel Hemeterio, 15, Bairro: Ilha de Santa Luzia, 59.631-020, Mossoró/RN, representada pela Sra. **RAYANNE VALENTIN DA CUNHA SILVA NEVES**, solteira, portadora da Cédula de Identidade n°2764665, inscrita no CPF:107.738.914-30 doravante denominada **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente Termo de Contrato referente à Inexigibilidade de Licitação, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1. O presente Termo de Contrato tem por objeto à à Contratação de pessoa jurídica especializada no setor artístico-cultural para a concepção, planejamento, execução e produção artística e cenográfica das festividades alusivas ao tradicional Desfile Cívico e Cultural de 7 de setembro a ser realizado no ano de 2026, no Município de Baraúna/RN, compreendendo a criação e execução de elementos cenográficos, ornamentação, ambientação e demais serviços necessários à realização do evento, conforme especificações abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	Concepção e execução de produção artística e cenográfica, compreendendo a elaboração e desenvolvimento do conceito artístico e temático, a criação e produção de elementos cenográficos e decorativos, a ambientação dos espaços destinados à realização da festividade do Tradicional Desfile	Serviço	01	R$126.310,00	R$126.310,00

	de 07 de Setembro do Município de Baraúna, compreendendo todos os requisitos estabelecidos no **Tópico 2 – Especificações do Objeto**, constante do Termo de Referência, o qual contempla de forma detalhada todos os elementos necessários à realização da produção artística e cenográfica, incluindo montagem, execução, acompanhamento e desmontagem, quando aplicável, de modo a assegurar a plena execução do evento, em conformidade com as condições estabelecidas pela Administração.				

1.1. O valor total é referente aos serviços listados acima para a Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN, conforme cláusulas constantes do Termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de **R$ R$126.310,00 (cento e vinte e seis mil e trezentos e dez reais)** correspondente à execução dos serviços constantes da cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização da **Inexigibilidade de Licitação nº 024/2026**, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133/21 com o inciso III do artigo 92 do mesmo diploma legal. O fornecimento será prestado de acordo com as exigências contidas no Termo de referência, proposta de preços e cláusulas constantes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá de **03 de setembro de 2026 até 03 de março de 2027**, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme parágrafo do art. 94 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1. CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN para a execução dos serviços objeto deste edital;
6.1.3. Refazer os serviços que estiverem em desconformidade;
6.1.4. Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na execução dos serviços;
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) Salários;
b) Seguros de acidentes;
c) Taxas, impostos e contribuições;
d) Frete;
e) Indenizações; e
f) Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
6.2.4. Executar a aquisição dos materiais conforme fixado na Proposta da contratada;
6.2.5. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder à execução do fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;
6.2.7. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Inexigibilidade de Licitação;
6.2.8. O fornecimento deverá ser executado de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, obedecendo à necessidade dessa Edilidade;
6.2.9. O fornecimento deverá ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
7.4. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Termo de Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por **ANA MARIA OLIVEIRA DA SILVA** inscrito no **CPF: 633.843.294-49.**
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução dos serviços caberá o Secretário de Administração ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos que serão advindos do Orçamento Geral do Município, conforme especificação a seguir:

CÓDIGO	DETALHAMENTO
UNID. ORÇAM:	02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO:	2017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NATUREZA:	3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE:	15001001 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO
12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das Certidões de regularidade, junto ao FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.
12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN *conforme o caso*, juntamente com as Notas Fiscais, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:
I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 115 e 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 90 (noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes à inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14.1. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/21.
14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas as supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.3. Nenhuma supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2. Caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
e) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.5. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784 de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à contratada, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos.
15.16. Na execução do contrato, cabe recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/21, na forma constante do art. 165 da referida lei.
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.
15.19. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.20. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei nº 14.133/21.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICIDADE DOS ATOS

17. A divulgação resumida deste contrato será publicada na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
18. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Baraúna/RN, 03 de setembro de 2026.

Fundo Municipal De Educação
MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Gestor Do Fundo Municipal De Educação
(Contratante)

Gesto Companhia De Dança
RAYANNE VALENTIN DA CUNHA SILVA NEVES
Representante Legal
(Contratado)

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:0232F97F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 7/2026 - REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO/RN
Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro - Brejinho/RN CEP: 59219000 -
PORTARIA Nº 7, DE 02 de julho de 2026

Altera o “Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD” da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE BREJINHO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 3.493.332,30 (três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BREJINHO/RN, 02 de julho de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					3.493.332,30
02 .001 Gabinete do Prefeito					12.000,00
	2004 Manutenção das Ações da Guarda Municipal				12.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	12.000,00
02 .003 Secretaria Municipal de Administração e Planejamen					388.448,77
	1006 Amortização da Divida Fundada Junto aos Precatórios Trabalhistas e RPV'S junto ao T J RN				13.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	13.000,00
	1008 Amortização da Divida Fundada junto ao INSS e a PGFN				95.000,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	95.000,00
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal e Administração e Planejamento				240.448,77
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	14.048,77
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	226.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	400,00
	2010 Recolhimento do PASEP Corrente				40.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	40.000,00
02 .005 Secretaria Munic. de Infraestrutura e Serv. Urbano					268.377,66
	1012 Construir e Reforma de Praças				90.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	90.000,00
	2012 Manutenção das Ações da Secretaria municipal Infraestrutura e Serviços Urbanos				148.377,66
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	56.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	72.377,66
	2013 Manutenção dos Serviços de Limpeza Publica				30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					871.000,00
	2018 Manutenção das Ações da Sec. Municipal de Educação e Cultura				127.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	60.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	27.000,00
	2020 Funcionamento do Ensino Fundamental Financeiro com Recursos.do FUNDEB 30%				472.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	96.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	376.000,00
	2021 Funcionamento do Ensino Fundamental Financeiro com Recurso do FUNDEB 70%				60.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	60.000,00
	2022 Func.do Programa Salario Educação				37.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	17.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	20.000,00
	2028 Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil- 70%				170.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15421070	0001	170.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Alimentação Escolar/PNAE				5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	5.000,00
02 .007 Fundo Municipal de Saude					1.689.000,00
	1029 Aquisição de Veiculos e Equipamentos e Material Permanente				158.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003120	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	128.000,00
	2038 Manutenção das Ações do EMULT/Equipes Multiprofissionais a Atenção Primaria				25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	25.000,00
	2039 Manutenção das Ações Primarias a Saude atraves do Fundo Municipal de saude				265.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	115.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	50.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	50.000,00
	2043 Manutenção e Ampliação das Ações do Componente Incentivo Financeiro - Saúde Bucal				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	10.000,00
	2044 Manutenção das Ações de Custeio voltadas a Atenção Primaria-Atenção Basica				116.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	100.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	16.000,00
	2046 Manutenção das Ações do Incremento Temporario ao Custeio da Atenção primaria saud-Emenda Parlamentar				150.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	150.000,00
	2050 Manutenção das Ações de Media e Alta Complexidade -MAC/AIH				155.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	155.000,00
	2051 Manutenção das Ações do Incremento Temporarioao Custeio dos Serv. Especializados-Emenda Parlamentar				175.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	135.000,00
	2092 Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem				130.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	80.000,00
	1081 Construção e Instalação de unidades Basicas de Saude				500.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16000000	0001	300.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16003110	0001	200.000,00
02 .008 Fundo Municipal de Assistencia Social					33.875,87
	2064 Concessão de Beneficios Eventuais de Assistencia Social				20.875,87
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.875,87

		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	5.000,00
	2066 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial(PSE)				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	2.000,00
	2070 Manutenção das Atividades Administração do Fundo Municipal de Assistência Social				3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.000,00
02 .009 Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvime					115.000,00
	2071 Manutenção das Ações da Secretaria.Municipal de Agricultura e Desenvolvimento				115.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	65.000,00
02 .010 Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente					630,00
	2074 Manutenção das Ações da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente				630,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	630,00
02 .011 Secretaria Municipal de Desportos e Lazer					25.000,00
	2078 Promoção de Eventos Esportivos				10.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
	2079 Manutenção das Ações da Secretaria do Desporto e Lazer				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
02 .012 Secretaria Municipal de Tributação					4.000,00
	2099 Funcionamento das Ativs.da Secretaria Municipal.de Tributação				4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Transportes e Vias					86.000,00
	2082 Manutenção das Ações da secretaria Municipal de Transporte e Vias				86.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	56.000,00
Anexo II (Redução)					3.493.332,30
02 .001 Gabinete do Prefeito					14.500,00
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				3.079,95
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.441,40
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	930,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	708,55
	2004 Manutenção das Ações da Guarda Municipal				4.920,05
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.920,05
	2085 Manutenção das açoes FIA/Fundo da Infancia e do Adolescente				2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
	2107 Manutenção das Ações da Defesa Civil Municipal				2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.500,00
	2108 Manutenção das Ações do Conselho Municipal da Guarda Civil				2.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
02 .003 Secretaria Municipal de Administração e Planejamen					162.448,77
	1006 Amortização da Divida Fundada Junto aos Precatórios Trabalhistas e RPV'S junto ao T J RN				95.000,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	95.000,00
	2006 Manutenção das Ações do Setor de Arquivo,Patrimonial e Almoxarifado				4.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
	2007 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal e Administração e Planejamento				62.948,77
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	33.000,00
		3.3.72.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	600,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	81,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	251,72
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	24.400,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE	15000000	0001	500,00

		TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA			
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	400,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.516,05
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
	2010 Recolhimento do PASEP Corrente				500,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	500,00
02 .005 Secretaria Munic. de Infraestrutura e Serv. Urbano					643.377,66
	1010 Reforma e Revitalização do Mercado Publico				20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	20.000,00
	1014 Urbanização de Espaços Publicos				15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	15.000,00
	1015 Construção e Reconstrução de Pavimentação Ruas e Avenidas				200.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	200.000,00
	1017 Recuperação de Trechos de Estradas Vicinais				15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	15.000,00
	2012 Manutenção das Ações da Secretaria municipal Infraestrutura e Serviços Urbanos				128.250,26
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	9.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	2.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	300,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17050000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17500000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	2.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17500000	0001	1.500,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	72,60
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	72.377,66
	2013 Manutenção dos Serviços de Limpeza Publica				32.127,40
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.356,85
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	23.770,55
	2014 Ampliar, Manter e Modernizar o Sistema de Iluminação Publica				192.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	41.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	150.000,00
	2016 Manutenção das Ações do Setor de Serviços Urbanos				1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
	1055 Recuperação e Manutenção da Pavimentação de Ruas e Avenidas				40.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17003110	0001	40.000,00
02 .006 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					871.000,00
	2017 Apoio aos Conselhos Municipais de Educação-CME				1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
	2018 Manutenção das Ações da Sec. Municipal de Educação e Cultura				7.123,94
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.123,94
	2019 Manutenção das Ações do setor do Ensino Fundamental-Anos Iniciais e Finais				39.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR	15001001	0001	8.000,00

		TEMPO DETERMINADO			
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001001	0001	4.000,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	4.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001001	0001	5.000,00
	2020 Funcionamento do Ensino Fundamental Financeiro				15.000,00
	com Recursos.do FUNDEB 30%				
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	15.000,00
	2021 Funcionamento do Ensino Fundamental Financeiro com Recurso do FUNDEB 70%				210.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	210.000,00
	2022 Func.do Programa Salario Educação				17.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15500000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15500000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	2.000,00
	2023 Manutenção das Ações do Programa de Transporte Escolar-PETERN/PNATE				90.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	25.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	45.000,00
	2026 Manutenção das Ações do Programa Nacional de Alimentação Escola-Ensino Fundamental				120.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	120.000,00
	2028 Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil- 70%				20.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15421070	0001	20.000,00
	2030 Manutenção das Ações do Programa Nacional. de Transporte Escolar-PETERN/PNATE				80.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	80.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Alimentação Escolar/PNAE				5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	5.000,00
	2087 Manutenção das Açoes no Seguimento da Educação Infantil- CRECHE e PRE-ESCOLA				116.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	28.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	48.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	30.000,00
	2096 Manutenção das Ações do Programa do Transporte Escolar Universitario e Tecnico				14.876,06
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	14.876,06
	2105 Implantar nas Escolas Ensino Fundamental o Tempo Integral				96.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	40.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15690000	0001	6.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	40.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15690000	0001	10.000,00
	2119 Manutenção das Ações para o Seguimento da Educação de Jovens e Adultos				5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	5.000,00
	2121 Manutenção das Ações para o Ensino da Educação Especial				29.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	9.000,00
	2122 Ofertar a Pratica esportiva nas Escolas da Rede Publica Municipal				6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	6.000,00
02 .007 Fundo Municipal de Saude					1.489.000,00
	1029 Aquisição de Veiculos e Equipamentos e Material Permanente				40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	40.000,00
	1032 Instalação de Pontos de Apoio				28.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	28.000,00
	2038 Manutenção das Ações do EMULT/Equipes Multiprofissionais a Atenção Primaria				1.000,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	1.000,00
	2039 Manutenção das Ações Primarias a Saude atraves do Fundo Municipal de saude				200.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003120	0001	150.000,00
	2040 Manutenção das Ações do Programa de Vigilancia e Nutricional				500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	500,00
	2041 Manutenção das Ações do Programa de Vigilancia em Saude				500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	500,00
	2042 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS/DESEMPENHO				1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	1.000,00
	2043 Manutenção e Ampliação das Ações do Componente Incentivo Financeiro - Saúde Bucal				1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	1.000,00
	2044 Manutenção das Ações de Custeio voltadas a Atenção Primaria-Atenção Basica				386.093,44
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	371.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	4.093,44
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16000000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	5.000,00
	2046 Manutenção das Ações do Incremento Temporario ao Custeio da Atenção primaria saud-Emenda Parlamentar				225.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	75.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	150.000,00
	2050 Manutenção das Ações de Media e Alta Complexidade -MAC/AIH				55.347,21
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	347,21
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	45.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	5.000,00
	2052 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Basica e insumos Estratégicos				559,35
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	559,35
	2098 Manutenção e Ampliação das Ações da Capacitação Ponderada-ESF e Equipes da Atenção Primaria				120.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	100.000,00
	1078 Renovação da Frota de Ambulancias e Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				165.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	45.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013120	0001	80.000,00
	1080 Renovação da Frota de Ambulancias;e Aquisição de Van e Unidade Movel Medico Odontologica				80.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	50.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003120	0001	30.000,00
	2126 Concessão de Assistencia Financeira Complementar aos Profissionais de Enfermagem				50.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	50.000,00
	2127 Transferencias de Recursos a prestadores de Serviços				135.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	30.000,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	100.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	5.000,00
02 .008 Fundo Municipal de Assistencia Social					24.500,00
	2055 Manutenção das ações do fundo Municipal do Idoso				2.300,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16600000	0001	200,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	100,00

	2056 Apoio as Ações do CMDCA/Conselho Municipal de Direitos das Crianças e adolescentes				200,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	100,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	100,00
	2057 Manut. das Ações do Programa Criança Fel iz				2.200,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	200,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16600000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	500,00
	2058 Manutenção das Ações do Serviços de proteção Social a Adolescente em Cumprimento a Medida Socioeduca				700,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	100,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	100,00
	2059 Manutenção das Ações do Conselho Municipal de Direitos do Idoso				500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	500,00
	2060 Manutenção do Programa BPC na Escola				7.635,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	6.635,00
	2061 tranferencias de Recursos a Parceiras no Atendimento ao Idoso				480,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	480,00
	2062 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Assistencia Social				3.100,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	1.800,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	300,00
	2063 Aprimoramento da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Familia e Cadastro Unico				3.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.500,00
	2064 Concessão de Benefícios Eventuais de Assistencia Social				350,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	350,00
	2068 Apoio nas Ações de Manutenção do Conselho Municipal de Segurança Alimentar				115,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	115,00
	2070 Manutenção das Atividades Administração do Fundo Municipal de Assistência Social				3.920,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	400,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15000000	0001	100,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	170,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	250,00
02 .009 Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvime					40.000,00
	2071 Manutenção das Ações da Secretaria.Municipal de Agricultura e Desenvolvimento				25.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.805,41
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.194,59
	2072 Manutenção das Ações de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	9.000,00
02 .010 Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente					16.630,00
	2074 Manutenção das Ações da Secretaria de Turismo				8.630,00

	e Meio Ambiente				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	630,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	2.000,00
	2109 Manutenção do Conselho Municipal de turismo:reuniões e conferencias				8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
02 .011 Secretaria Municipal de Desportos e Lazer					37.875,87
	2078 Promoção de Eventos Esportivos				11.685,87
		3.3.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.800,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.045,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	840,87
	2079 Manutenção das Ações da Secretaria do Desporto e Lazer				15.190,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	2.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.875,87
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	2.314,13
	2080 Criar e manutenção do Programa Bolsa Atleta				11.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
02 .012 Secretaria Municipal de Tributação					4.000,00
	2099 Funcionamento das Ativs.da Secretaria Municipal.de Tributação				4.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	2.000,00
02 .015 Secretaria Municipal de Transportes e Vias					80.000,00
	2082 Manutenção das Ações da secretaria Municipal de Transporte e Vias				53.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	19.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	25.769,85
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	230,15
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
	2115 Contratação de Rastreamento de Veiculos				3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
	2116 Instalação de Sinalização de Ruas e Avenidas				3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
	2117 Promover a Implementação da Infraestrutura das Estradas Vicinais				21.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
02 .016 Secretaria Municipal de Saúde					24.000,00
	2083 Manutenção das Ações do Setor de Seneamento				24.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.500,00

		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00
02 .017 Secretaria Municipal de Assistência Social					61.000,00
	2086 Recuperação da unidades Habitacionais através de doação de Materiais e Ajuda				61.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	61.000,00
02 .018 Secretaria Municipal de Articulação Politica					25.000,00
	2100 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Articulação Politica				25.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	15.000,00

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:C519BA69

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
PESQUISA MERCADOLOGICA

A Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN torna público que está realizando pesquisa mercadológica, para contratação de empresa para **locação de veículos sem condutor**. Quem se interessar entrar em contato para maiores informações na Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Irmã Aloizia, Centro – Caiçara do Norte/RN, ou poderá enviar a proposta para o E-mail: comprascn26@gmail.com.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data desta publicação.

DADOS DA EMPRESA			
RAZÃO SOCIAL			
NOME FANTASIA			
CNPJ			
ENDEREÇO		**Nº**	**BAIRRO:**
CIDADE		**UF:**	**CEP:**
TELEFONE	**PESSOA P/ CONTATO:**		
EMAIL:			

COTAÇÃO DE PREÇO

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para **na locação de veículos sem condutor** para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN, listados abaixo, tudo de acordo com o que determina a legislação vigente.

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM COTADOS

Item	**ESPECIFICAÇÕES**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
01	Locação de Veículo com no maximo 03 (três) ano de uso, 4x4 (pick-up) quatro portas, combustível (Diesel S10), capacidade para 05 pessoas incluindo o condutor, equipado com ar-condicionado, direção hidráulica, alarme, travas elétricas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	02		
02	Locação de veículo com no maximo 03 (três) ano de uso, capacidade para 5 pessoas, motor 1.6, equipado com ar-condicionado, direção hidráulica, alarme, travas elétricas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	08		
03	Locação de Veículo com no maximo 03 (três) ano de uso Cabine Simples (pick-up) duas portas, bicombustível (álcool/gasolina), capacidade para 02 pessoas, incluindo o condutor, equipado com ar-condicionado, direção hidráulica, alarme, travas elétricas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	04		
04	Locação de veículos com no maximo 03 (três) ano de uso, quatro portas (4) e sendo 7 lugares incluindo o condutor, com ar-condicionado, direção hidráulica, alarme, travas elétricas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	04		
05	Locação de veículos com no maximo 03 (três) anos de uso, Van Capacidade para 15 lugares, diesel ou diesel S10, na cor branca, equipada com assentos, cintos de segurança em todos os assentos, equipado com ar-condicionado, direção hidráulica, alarme, travas elétricas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	02		
06	Locação de veículos com no maximo 03 (três) anos de uso, Van Capacidade para 21 lugares, diesel ou diesel S10, na cor branca, equipada com assentos, cintos de segurança em todos os assentos, equipado com ar-condicionado, direção hidráulica, alarme, travas elétricas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	04		
07	Locação de veículo com no maximo 03 (três) anos de uso, combustível bicombustível, direção hidráulica, ar-condicionado, equipada com ambulância simples remoção, vidro sobre a caçamba do veículo, na cor branca, vidros vigia na porta traseira ,revestimento interno na cor branca, três cintos de segurança para os ocupantes, suporte para cilindro de oxigênio, cilindro de oxigênio de 03 litros com manômetro; régua tripla de oxigênio, composta de frasco de aspiração, suporte para soro e sangue; pega mão fixado no teto em perfil tubular de alumínio ar-condicionado, direção hidráulica, alarme, travas elétricas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	04		
08	Locação de Veículo tipo Ônibus com no maximo 10 (dez) anos, capacidade para 44 pessoas, km livre, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und	04		
09	Locação de Veículo tipo Micro Ônibus no maximo 10 (dez) anos, capacidade para 32 pessoas, equipado com todos os equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular, com seguro total.	Und.	04		

Publicado por:
Gabriel Augusto Gualberto Barbosa
Código Identificador:3BCCA3B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 55/2026

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos de Caicó, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, após esgotadas as tentativas de entrega via remessa postal, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no ANEXO do presente edital, com suas respectivas infrações constatadas.
Caso queiram, os interessados poderão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital, interpor DEFESA DA AUTUAÇÃO. A defesa deverá ser entregue na unidade administrativa da SEMUTRAN na Rua Vereador Severino Fernandes, 60, Penedo – Caicó/RN - CEP: 59300-000, ou enviada para o e-mail: semutran@caico.rn.gov.br.
A Defesa Prévia deverá ser apresentada junto com os seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.
Os dados em anexo são apresentados na seguinte sequência: placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração, código da infração e desdobramento.

Caicó/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos.

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 55/2026

Placa	Nº Auto Infração	Data da Infração	Cód. da Infração	Desdobramento
AYW0G93	A 30019199	03/07/2026 08:40	5509	0
EBI3758	A 30020174	03/07/2026 17:01	5185	1
EIA5I27	R 00022447	20/07/2026 02:48	7455	0
EYU2I87	R 00022098	04/07/2026 05:23	7455	0
FGC3I82	R 00022161	29/06/2026 10:16	7455	0
FLZ0F99	R 00022262	04/07/2026 15:56	7455	0
FLZ0F99	R 00022263	04/07/2026 20:01	7455	0
FLZ0F99	R 00022289	04/07/2026 14:56	7455	0
FSP7976	R 00022034	21/06/2026 15:45	7463	0
FWE0E44	R 00022023	22/06/2026 15:20	7455	0
GDD4B91	A 30020705	13/07/2026 09:50	6041	2
GDK0C55	R 00022140	04/07/2026 13:13	7455	0
GHW3I78	R 00022324	03/07/2026 10:06	7455	0
JGI7160	R 00022287	02/07/2026 10:59	7455	0
JIN3J64	R 00022343	06/07/2026 06:15	7455	0
JKL6B57	A 30020952	03/07/2026 16:23	5525	0
JOJ9C10	A 30019736	09/07/2026 08:40	6041	2
JPV3945	R 00022178	30/06/2026 06:14	7455	0
KHF1248	A 30020467	01/07/2026 09:27	5525	0
KHM7E96	R 00022231	26/06/2026 11:16	7463	0
KHR6C96	A 30020758	02/07/2026 14:47	5487	0
KIX3447	R 00022357	07/07/2026 06:02	7455	0
KKS2552	R 00022029	20/06/2026 16:00	7455	0
KKX2F97	A 30020871	02/07/2026 09:19	7633	1
KOL8H12	A 30017820	20/07/2026 14:50	5967	0
KVI8F69		27/06/2026 16:13		
KWX9G51		14/06/2026 11:53		
LCE7629	R 00022429	12/07/2026 06:50	7455	0
LLR7G51	R 00022488	19/07/2026 11:20	7455	0
MFH4D02	R 00022017	23/06/2026 20:57	7455	0
MLT6D47	R 00022174	26/06/2026 13:32	7455	0
MNB0D27	R 00022491	20/07/2026 14:07	7455	0
MNM9I26	R 00022052	26/06/2026 08:09	7455	0
MNQ5H50	R 00022358	06/07/2026 10:37	7455	0
MOC4C90	R 00022285	05/07/2026 10:05	7455	0
MOG9F96	R 00022389	10/07/2026 14:22	7455	0
MOH3875	R 00022105	01/07/2026 13:00	7455	0
MOK6J02	R 00022418	11/07/2026 08:59	7455	0
MOR1C03	A 30020865	30/06/2026 15:27	5380	0
MOV5F90	R 00022313	05/07/2026 12:52	7455	0
MOV6E61	R 00021992	19/06/2026 12:28	7463	0
MUA0969	R 00022076	24/06/2026 19:03	7455	0
MXJ3G60	R 00022137	04/07/2026 13:03	7455	0
MXL4734	R 00022318	02/07/2026 09:46	7455	0
MXL8E53	R 00022187	29/06/2026 12:43	7455	0
MXM4497	R 00022110	04/07/2026 10:26	7455	0
MXM4497	R 00022364	06/07/2026 00:45	7455	0

MXO5244	A 30020399	01/07/2026 11:26	6084	1
MXP1248	R 00022166	27/06/2026 00:17	7455	0
MXP3G22	A 30020518	30/06/2026 08:10	5541	4
MXQ5480	R 00022240	28/06/2026 13:39	7455	0
MXT4476	R 00022132	28/06/2026 09:07	7455	0
MXU2J88	R 00022365	06/07/2026 15:04	7455	0
MXY1751	R 00022235	26/06/2026 11:00	7455	0
MXZ4732	R 00022167	29/06/2026 11:13	7455	0
MYD3961	R 00022018	28/06/2026 05:58	7455	0
MYG8C37	R 00022026	20/06/2026 13:33	7455	0
MYG8C37	R 00022378	09/07/2026 22:36	7455	0
MYH1887	R 00022138	28/06/2026 08:01	7455	0
MYH1887	R 00022210	27/06/2026 09:45	7455	0
MYJ0I93	R 00022190	27/06/2026 10:02	7455	0
MYK3I77	A 30020179	15/07/2026 09:11	5720	0
MYK5D20	A 30020521	30/06/2026 10:30	6084	1
MYK6955	R 00021978	14/06/2026 12:20	7455	0
MYL5C58	A 30021014	30/06/2026 10:05	5541	4
MYN0F31	A 30020078	26/06/2026 14:57	5541	7
MYN5G74	R 00022428	12/07/2026 17:04	7455	0
MYN9271	A 30016220	15/07/2026 13:24	5878	0
MYP1618	A 30014200	27/06/2026 06:39	5541	4
MYP7F43	A 30020135	09/07/2026 09:34	7625	2
MYP9H10	A 30020470	01/07/2026 11:10	6084	1
MYR0093	R 00022393	09/07/2026 12:10	7455	0
MYR5204	A 30020759	04/07/2026 08:35	5410	0
MYS1E28	R 00022014	24/06/2026 15:38	7455	0
MYS6727	A 30020761	11/07/2026 09:55	5541	4
MYS6I36	A 30020811	02/07/2026 09:44	6084	1
MYS7773	R 00022207	30/06/2026 08:44	7455	0
MYT4426	A 30017819	12/07/2026 12:30	6122	0
MYT5020	R 00022401	12/07/2026 08:21	7455	0
MYV2I15	A 30019740	09/07/2026 09:30	6041	2
MYV2I15	A 30019741	09/07/2026 09:30	6599	2
MYV9585	R 00022302	04/07/2026 15:54	7455	0
MYV9585	R 00022334	06/07/2026 07:02	7455	0
MYW0C24	A 30020768	23/07/2026 09:53	5525	0
MYX6G37	R 00022046	20/06/2026 16:38	7455	0
MYY5753	A 30019737	09/07/2026 09:06	6041	2
MYY5753	A 30019738	09/07/2026 09:06	6599	2
MYY5753	A 30020519	30/06/2026 10:10	7030	1
MYY5753	A 30020520	30/06/2026 10:10	6599	2
MYZ0288	A 30020571	03/07/2026 07:09	5878	0

MYZ1H79	R 00022461	18/07/2026 20:55	7455	0
MYZ1I88	R 00022412	14/07/2026 21:56	7455	0
MYZ8108	R 00022341	06/07/2026 14:37	7455	0
MZB6850	R 00021985	24/06/2026 09:51	7455	0
MZB9292	A 30020173	03/07/2026 08:41	5410	0
MZE3623	R 00022335	06/07/2026 08:35	7455	0
MZF3908	R 00022088	04/07/2026 05:50	7455	0
MZF7C53	R 00022195	27/06/2026 14:10	7455	0
MZF7C53	R 00022213	27/06/2026 15:24	7455	0
MZF9257	A 30019691	09/07/2026 08:40	6041	2
MZG4B24	R 00022164	29/06/2026 15:28	7455	0
MZG5133	A 30021015	30/06/2026 10:32	5509	0
MZH4495	A 30020862	01/07/2026 09:14	5487	0
MZH5312	R 00021990	25/06/2026 08:25	7455	0
MZH5312	R 00022001	25/06/2026 09:55	7455	0
MZH5312	R 00022113	04/07/2026 02:16	7455	0
MZH5312	R 00022452	19/07/2026 23:50	7455	0
MZH5312	R 00022459	19/07/2026 00:15	7455	0
MZH5312	R 00022481	19/07/2026 00:01	7455	0
MZH6F06	R 00022284	04/07/2026 16:44	7455	0
MZH6F06	R 00022323	05/07/2026 05:26	7455	0
MZI4334	R 00022125	28/06/2026 10:33	7455	0
MZI7623	A 30020863	01/07/2026 09:39	5487	0
MZI7G13	R 00022186	26/06/2026 11:48	7455	0
MZI7G13	R 00022253	02/07/2026 11:35	7455	0
MZJ8276	A 30020390	01/07/2026 07:15	6050	1
MZJ9D81	R 00022435	14/07/2026 15:25	7455	0
MZK7I26	A 30020391	01/07/2026 07:20	6084	1
MZL3H46	R 00022380	09/07/2026 07:15	7455	0
MZL4D72	A 30020172	29/06/2026 10:48	5878	0
MZL8H73	A 30020331	16/07/2026 16:20	6637	2
MZM6J02	R 00022387	10/07/2026 23:00	7455	0
MZM6J02	R 00022409	13/07/2026 23:46	7455	0
NDI9E93	R 00022123	01/07/2026 10:33	7455	0
NHV6D10	A 30020864	01/07/2026 07:06	5193	0
NIV2E24	R 00022047	21/06/2026 15:03	7455	0
NMG1953	A 30020133	27/06/2026 10:15	5487	0
NMW3B96	R 00022004	20/06/2026 14:18	7455	0
NNJ6H12	R 00022438	11/07/2026 00:59	7455	0
NNK6I79	R 00022093	01/07/2026 20:56	7455	0
NNL0723	R 00022399	11/07/2026 14:05	7455	0
NNL4965	A 30020131	27/06/2026 06:33	5550	0
NNL6G84	R 00021984	25/06/2026 15:00	7455	0
NNM9F40	R 00021986	25/06/2026 07:53	7455	0

NNO0133	R 00022230	27/06/2026 12:31	7455	0
NNO0D66	A 30019200	03/07/2026 09:40	6041	2
NNO0D66	A 30020951	03/07/2026 09:40	6599	2
NNO2I50	A 30020858	29/06/2026 10:06	5614	4
NNP0H40	R 00022075	24/06/2026 08:04	7455	0
NNP3075	A 30020762	11/07/2026 10:12	5401	0
NNP8G93	A 30020134	09/07/2026 08:24	5452	2
NNQ8977	A 30020878	14/07/2026 09:42	6084	1
NNR1723	R 00022095	04/07/2026 12:43	7455	0
NNR2819	R 00022394	09/07/2026 06:43	7455	0
NNR6F01	R 00022102	28/06/2026 07:59	7455	0
NNS0J59	R 00022280	05/07/2026 07:16	7455	0
NNT7067	R 00022222	27/06/2026 09:29	7455	0
NNT7719	A 30020466	26/06/2026 10:33	7366	2
NNT8H43	A 30020136	09/07/2026 09:56	7633	1
NNT9I52	R 00022415	12/07/2026 17:25	7455	0
NNU0G58	A 30020652	04/07/2026 09:30	5541	4
NNV1342	R 00022205	29/06/2026 13:27	7455	0
NNV2H23	A 30019698	13/07/2026 07:35	5819	7
NNV8D86	R 00022257	02/07/2026 10:59	7455	0
NNW1258	A 30020601	26/06/2026 10:30	7633	1
NNW3I23	A 30020577	15/07/2026 13:18	5878	0
NNX8E66	A 30020389	01/07/2026 07:00	6084	1
NNY7J66	A 30019734	30/06/2026 16:42	6637	1
NNY7J66	R 00022251	05/07/2026 20:29	7455	0
NNZ6B44	A 30020812	02/07/2026 09:45	5185	1
NOB0B99	R 00022266	30/06/2026 14:25	7455	0
NOB2I63	A 30019700	13/07/2026 07:37	5819	7
NOB3992	R 00022391	09/07/2026 08:36	7455	0
NOC6B44	R 00022402	12/07/2026 10:27	7455	0
NOD3I04	A 30020393	01/07/2026 07:40	6050	1
NOE1A13	R 00022379	08/07/2026 14:59	7455	0
NOE6D68	R 00022057	22/06/2026 09:20	7463	0
NOF4E72	R 00022305	02/07/2026 14:58	7463	0
NOF6G06	R 00022303	04/07/2026 18:37	7455	0
NOF8198	R 00022016	26/06/2026 07:21	7455	0
NOG0G74	R 00022361	07/07/2026 06:16	7455	0
NOG8I37	R 00022259	03/07/2026 16:24	7455	0
NOG9D98	R 00022471	19/07/2026 10:17	7455	0
NOH6357	R 00022480	17/07/2026 19:19	7455	0
NOH9401	R 00022039	21/06/2026 11:29	7455	0
NOV8H28	R 00022027	21/06/2026 16:24	7455	0
NPS5C98	R 00022377	10/07/2026 17:33	7455	0
NPV9899	R 00022413	12/07/2026 06:41	7455	0
NQA2I91	R 00021980	14/06/2026 11:26	7455	0
NQC5321	R 00022204	29/06/2026 07:38	7455	0
NQE3E19	R 00022036	19/06/2026 04:18	7455	0
NQE9H02	R 00022228	30/06/2026 11:00	7455	0
NQF6042	R 00022291	03/07/2026 12:31	7455	0
NQJ8520	R 00022274	05/07/2026 12:15	7455	0
NQJ8520	R 00022396	08/07/2026 13:16	7455	0
NQK3772	R 00022139	04/07/2026 08:03	7455	0
NQK8C80	A 30020328	03/07/2026 15:05	6858	0
NQX5F77	R 00022005	26/06/2026 07:40	7455	0
NQX5F77	R 00022118	02/07/2026 07:25	7455	0
NUT8C43	R 00022279	03/07/2026 14:08	7455	0
OAX3E29	A 30020469	01/07/2026 10:21	5487	0
OCB3D43	R 00022176	29/06/2026 10:02	7455	0
OET5D45	R 00022252	05/07/2026 00:36	7455	0
OEW0F65	R 00022007	21/06/2026 19:59	7463	0
OEW0F65	R 00022054	24/06/2026 18:45	7455	0
OEW0F65	R 00022077	24/06/2026 21:10	7455	0
OEW4E62	R 00022015	24/06/2026 16:52	7455	0
OEW4E62	R 00022490	19/07/2026 20:32	7455	0
OEW6J68	R 00022028	22/06/2026 08:47	7455	0
OFD5C69	A 30020857	29/06/2026 10:01	7633	1
OFZ6B38	R 00022081	28/06/2026 00:13	7455	0
OGC4J40	R 00022372	10/07/2026 15:17	7455	0
OGD2008	A 30020655	11/07/2026 10:15	5487	0
OGG8694	A 30020877	14/07/2026 09:30	7633	1
OHX2G12	R 00022165	30/06/2026 07:44	7455	0
OIO2H10	R 00022350	06/07/2026 09:16	7455	0
OJR7A77	R 00022333	06/07/2026 10:37	7455	0
OJS5A45	R 00022308	03/07/2026 03:22	7455	0
OJS9481	A 30020320	26/06/2026 15:05	5487	0
OJT2086	A 30020396	01/07/2026 10:50	5541	4
OJT2143	R 00022221	20/06/2026 11:25	7455	0
OJT8716	A 30020332	16/07/2026 17:09	5967	0
OJU0055	R 00022336	06/07/2026 10:24	7455	0
OJU1J74	A 30020706	13/07/2026 10:07	6041	2
OJU5169	A 30019727	30/06/2026 09:00	6041	2
OJU7D61	R 00022325	05/07/2026 13:30	7455	0
OJV0C94	A 30020818	02/07/2026 09:58	6084	1
OJV5665	A 30020132	27/06/2026 08:53	6564	0
OJV6094	R 00022476	20/07/2026 14:00	7455	0
OJW1F03	A 30020578	16/07/2026 10:37	5878	0

OJW4G90	R 00022278	03/07/2026 08:57	7455	0
OJW6C23	R 00022442	21/07/2026 09:03	7455	0
OJW6G52	R 00022214	30/06/2026 10:07	7455	0
OJW8H71	R 00022070	23/06/2026 14:54	7455	0
OJX1936	A 30019693	09/07/2026 09:24	6041	2
OJX1936	A 30019694	09/07/2026 09:27	6599	2
OJX2173	R 00022008	28/06/2026 06:51	7455	0
OJX2173	R 00022033	25/06/2026 15:16	7455	0
OJX2173	R 00022086	04/07/2026 13:30	7463	0
OJX2173	R 00022091	04/07/2026 13:46	7463	0
OJX2173	R 00022130	04/07/2026 13:28	7455	0
OJX2173	R 00022135	01/07/2026 14:17	7455	0
OJX2173	R 00022202	27/06/2026 13:37	7455	0
OJX2173	R 00022218	27/06/2026 13:57	7463	0
OJX2173	R 00022241	30/06/2026 13:50	7463	0
OJX2173	R 00022270	02/07/2026 14:15	7455	0
OJX2173	R 00022375	09/07/2026 13:27	7455	0
OJX2173	R 00022432	11/07/2026 13:36	7463	0
OJX2173	R 00022434	14/07/2026 13:40	7463	0
OJX2173	R 00022451	17/07/2026 06:17	7455	0
OJX2173	R 00022462	20/07/2026 14:59	7455	0
OJX2173	R 00022473	21/07/2026 13:31	7455	0
OJX2173	R 00022483	21/07/2026 13:32	7463	0
OJX2173	R 00022487	17/07/2026 13:37	7455	0
OJX3F17	R 00022495	19/07/2026 11:59	7455	0
OJX7J80	A 30020764	11/07/2026 10:41	5541	4
OJX9E07	R 00022397	10/07/2026 06:15	7455	0
OJY3E76	A 30020080	04/07/2026 09:16	5487	0
OJY4A97	R 00022250	02/07/2026 15:16	7455	0
OJY4E11	A 30020076	26/06/2026 14:45	5410	0
OJY4H10	A 30021007	26/06/2026 10:24	5487	0
OJY4H10	R 00022238	26/06/2026 10:05	7455	0
OJY6B02	R 00022370	09/07/2026 00:05	7455	0
OJY7D21	A 30020170	29/06/2026 09:11	5487	0
OJY8H02	A 30020330	16/07/2026 16:15	7030	1
OKB0G64	R 00022494	17/07/2026 23:52	7455	0
OKB1A74	A 30020576	11/07/2026 10:01	5541	4
OKB4544	R 00022332	03/07/2026 08:33	7455	0
OKB7123	R 00022433	14/07/2026 17:19	7455	0
OKB8A03	R 00022482	19/07/2026 15:58	7455	0
OKC6346	R 00022148	29/06/2026 15:48	7455	0
OKC6C52	R 00022133	01/07/2026 17:26	7455	0
OKC7085	A 30020321	30/06/2026 15:15	5541	4
OQB1G33	R 00022185	26/06/2026 11:37	7455	0
ORJ8C60	R 00022083	23/06/2026 12:31	7455	0
OVZ6662	A 30020075	26/06/2026 14:44	5525	0
OVZ8935	A 30021009	29/06/2026 08:53	5401	0
OVZ9279	A 30020860	29/06/2026 10:58	6084	1
OVZ9279	A 30020861	29/06/2026 10:58	6599	2
OWA7A99	R 00022338	07/07/2026 01:35	7455	0
OWA8934	A 30020524	30/06/2026 11:31	5878	0
OWA9C03	R 00022171	27/06/2026 06:17	7455	0
OWB0G89	A 30020140	17/07/2026 10:39	5738	0
OWB6B12	R 00022131	01/07/2026 13:37	7455	0
OWB9142	R 00022281	03/07/2026 15:40	7455	0
OWB9142	R 00022353	06/07/2026 10:02	7455	0
OWC2214	A 30020872	02/07/2026 09:24	6564	0
OWC2314	A 30020821	02/07/2026 10:20	6084	1
OWC2B55	R 00022003	23/06/2026 11:50	7455	0
OWC9B23	R 00022143	04/07/2026 10:54	7455	0
OWD5518	A 30019197	26/06/2026 12:00	6084	1
OWD5518	A 30019198	26/06/2026 12:00	6599	2
OWD5B36	A 30020522	30/06/2026 11:23	6599	2
OWD5B36	A 30020523	30/06/2026 11:23	5878	0
OWE0856	R 00022283	30/06/2026 15:24	7455	0
OWE1G23	A 30016221	23/07/2026 08:55	5410	0
OWE3F26	R 00022351	06/07/2026 13:50	7455	0
OWE6A01	R 00022058	23/06/2026 12:10	7455	0
OWE6A01	R 00022175	29/06/2026 10:03	7455	0
OWF0H76	A 30019731	30/06/2026 10:36	5878	0
OWF7B73	R 00022037	20/06/2026 14:35	7455	0
OWF8314	A 30020813	02/07/2026 09:46	5185	1
OWF9C25	A 30020579	16/07/2026 10:39	5878	0
OWF9J41	R 00022242	29/06/2026 16:47	7455	0
OWN3H23	R 00022060	21/06/2026 16:54	7455	0
OXF1G35	R 00022073	24/06/2026 04:17	7455	0
OYZ1231	A 30019699	13/07/2026 07:36	5819	7
PAE2523	R 00022304	05/07/2026 12:57	7455	0
PBY6D66	R 00022395	10/07/2026 05:50	7455	0
PCK1H17	R 00022342	06/07/2026 10:18	7455	0
PCM1E78	R 00022268	03/07/2026 08:24	7455	0
PEV1F79	R 00022355	06/07/2026 08:30	7455	0
PFF6A13	A 30020325	02/07/2026 14:30	5487	0
PGL4G97	R 00022423	15/07/2026 11:01	7455	0
PHQ2J29	R 00022156	27/06/2026 06:37	7455	0
PNT7F87	R 00022062	26/06/2026 09:23	7455	0
PVZ0F34	A 30020755	27/06/2026 06:53	5401	0

QCC3B25	A 30020327	02/07/2026 14:43	5541	3
QCZ2E92	R 00022199	26/06/2026 10:14	7455	0
QDU0J48	A 30020471	01/07/2026 16:57	5487	0
QFB9B31	R 00022002	22/06/2026 12:27	7455	0
QFB9B31	R 00022074	23/06/2026 12:43	7455	0
QFE9539	A 30020767	16/07/2026 11:04	5967	0
QFI8C72	R 00022206	28/06/2026 13:46	7455	0
QFK1679	R 00022208	29/06/2026 15:13	7455	0
QFN1H96	R 00022032	24/06/2026 14:39	7455	0
QFN6A22	R 00022152	27/06/2026 12:43	7455	0
QFP3E12	R 00022337	06/07/2026 08:24	7455	0
QFR7H07	R 00022129	04/07/2026 13:45	7455	0
QFS5I63	R 00022276	05/07/2026 11:14	7455	0
QFV6G58	R 00022416	13/07/2026 14:11	7455	0
QFW3F16	R 00022446	17/07/2026 09:06	7455	0
QFW4C89	A 30020656	18/07/2026 09:00	5487	0
QFY0J44	R 00022320	05/07/2026 03:26	7455	0
QFZ1J12	R 00022059	25/06/2026 10:31	7455	0
QFZ3H23	R 00022449	16/07/2026 05:52	7455	0

QGA2B12	R 00022421	11/07/2026 13:07	7455	0
QGA5B37	R 00022400	11/07/2026 15:48	7455	0
QGA9G63	R 00022315	04/07/2026 15:18	7455	0
QGA9H90	A 30020139	17/07/2026 08:01	5541	4
QGB5080	R 00022066	23/06/2026 23:00	7455	0
QGB6I18	R 00022194	27/06/2026 23:31	7455	0
QGB8D78	R 00022450	19/07/2026 12:10	7455	0
QGB9610	R 00022464	18/07/2026 13:35	7455	0
QGB9G29	A 30020702	13/07/2026 07:19	6050	1
QGC0E83	A 30020138	09/07/2026 16:43	5487	0
QGC2582	R 00022316	05/07/2026 18:11	7455	0
QGD2H98	R 00022025	21/06/2026 22:47	7455	0
QGD6143	A 30020760	04/07/2026 09:22	5401	0
QGD7C78	A 30020855	29/06/2026 09:31	5967	0
QGD7C78	A 30020856	29/06/2026 09:32	6084	1
QGD8D58	R 00022384	09/07/2026 17:37	7455	0
QGD8D58	R 00022386	10/07/2026 11:20	7455	0
QGE3J74	R 00022356	06/07/2026 09:20	7455	0
QGF1533	A 30020176	15/07/2026 09:08	5967	0
QGF1533	A 30020177	15/07/2026 09:08	6599	2
QGF1545	A 30020323	30/06/2026 21:55	6858	0
QGF6873	R 00022136	01/07/2026 10:58	7463	0
QGF6873	R 00022344	06/07/2026 17:03	7455	0
QGF6873	R 00022359	06/07/2026 11:02	7455	0
QGG1B55	A 30020859	29/06/2026 10:50	7633	1
QGG3097	R 00022094	01/07/2026 23:08	7455	0
QGG4A89	R 00022472	17/07/2026 14:53	7455	0
QGG7877	A 30020870	02/07/2026 09:09	7633	1
QGH1435	A 30020329	13/07/2026 16:54	6858	0
QGH5094	R 00022109	28/06/2026 08:04	7455	0
QGI1901	R 00022182	27/06/2026 19:30	7455	0
QGI2C47	R 00022085	04/07/2026 11:13	7455	0
QGI4484	A 30020817	02/07/2026 09:57	6084	1
QGI4F80	R 00022101	01/07/2026 20:50	7455	0
QGI4F80	R 00022440	21/07/2026 21:30	7455	0
QGI4F80	R 00022492	18/07/2026 02:38	7455	0
QGI5A44	A 30020707	13/07/2026 10:24	5185	1
QGI9621	R 00021981	14/06/2026 06:15	7455	0
QGI9621	R 00022216	30/06/2026 11:59	7455	0
QGJ4168	R 00022147	27/06/2026 08:50	7455	0
QGJ4874	R 00022215	26/06/2026 11:12	7455	0
QGJ6035	R 00022188	28/06/2026 13:19	7455	0
QGK2B14	R 00022099	28/06/2026 08:51	7455	0
QGK3A50	A 30020322	30/06/2026 21:07	7030	1
QGK3C95	R 00021991	26/06/2026 05:42	7455	0
QGK3C95	R 00022307	03/07/2026 06:10	7455	0
QGK5753	R 00022348	06/07/2026 23:41	7455	0
QGK6939	A 30019744	17/07/2026 09:22	5410	0
QGL2132	R 00022484	19/07/2026 09:18	7455	0
QGL4I73	R 00021993	23/06/2026 16:44	7463	0
QGL4I73	R 00022080	24/06/2026 17:16	7455	0
QGL4I73	R 00022126	02/07/2026 07:23	7455	0
QGL4I73	R 00022155	29/06/2026 15:04	7455	0
QGL4I73	R 00022301	03/07/2026 16:59	7463	0
QGL5F24	R 00022219	28/06/2026 15:26	7455	0
QGN4156	A 30020879	14/07/2026 13:30	5878	0
QGN6C15	R 00021995	21/06/2026 14:33	7463	0
QGN9H65	R 00022458	17/07/2026 19:47	7455	0
QGO0235	A 30020765	16/07/2026 07:52	5541	4

QGO3250	R 00022226	29/06/2026 14:03	7463	0
QGO3C65	R 00022455	16/07/2026 15:45	7455	0
QGO4707	R 00022013	24/06/2026 13:27	7455	0
QGP1562	R 00022373	10/07/2026 09:42	7455	0
QGP3788	A 30020880	14/07/2026 09:15	7030	1
QGP3788	R 00022477	16/07/2026 11:02	7455	0
QGP4349	A 30020397	01/07/2026 16:33	6858	0
QGP6869	A 30020525	30/06/2026 10:07	5185	1

QGQ1A86	R 00021988	26/06/2026 01:03	7455	0
QGQ1B02	A 30020763	11/07/2026 10:31	5495	0
QGQ2203	R 00021989	25/06/2026 13:41	7455	0
QGQ4F62	R 00022282	04/07/2026 22:21	7455	0
QGQ4J86	R 00022044	25/06/2026 07:56	7455	0
QGQ8F06	R 00022233	30/06/2026 12:09	7455	0
QGR0B66	A 30020468	01/07/2026 07:32	6084	1
QGR3348	R 00022426	15/07/2026 14:49	7463	0
QGR9G30	A 30021012	29/06/2026 10:54	5541	3
QGS7D13	R 00022411	11/07/2026 15:13	7455	0
QGS9E39	R 00022172	26/06/2026 21:59	7463	0
QGT1590	R 00022245	05/07/2026 14:17	7455	0
QGT1E88	A 30020822	02/07/2026 10:27	6084	1
QGT2H54	A 30020820	02/07/2026 10:06	6084	1
QGT5951	A 30020884	17/07/2026 14:15	7625	2
QGT5E53	R 00022065	26/06/2026 09:58	7455	0
QGT7C12	A 30020876	02/07/2026 15:38	7633	1
QGU7E05	R 00022239	28/06/2026 15:00	7455	0
QGV2B82	A 30020873	02/07/2026 09:57	7633	1
QGV3C54	A 30020400	01/07/2026 17:23	7633	1
QGV7473	R 00022189	30/06/2026 12:42	7455	0
QGV7610	R 00022067	22/06/2026 21:49	7455	0
QGV7B65	R 00022465	20/07/2026 09:03	7455	0
QGV9D58	R 00022100	01/07/2026 17:35	7455	0
QGW0G18	A 30020079	02/07/2026 14:35	5541	4
QGX0115	A 30020602	13/07/2026 16:15	7633	1
QGX1J85	R 00022453	14/07/2026 00:53	7455	0
QGX2B89	R 00022271	05/07/2026 12:59	7455	0
QGX2C60	R 00022321	05/07/2026 08:15	7455	0
QGX4C58	R 00022328	03/07/2026 14:09	7455	0
QGX5570	R 00022327	30/06/2026 20:21	7455	0
QGX8E37	R 00022035	23/06/2026 10:03	7455	0
QGY1E95	R 00022367	06/07/2026 17:21	7455	0
QGY2D71	R 00022443	18/07/2026 06:37	7463	0
QGY4F54	R 00022479	19/07/2026 16:01	7455	0
QGZ2C88	R 00022009	20/06/2026 05:32	7455	0
QGZ6I54	R 00022288	04/07/2026 16:51	7455	0
QGZ7213	R 00022431	15/07/2026 16:26	7455	0
QLL3A04	R 00022272	03/07/2026 15:25	7455	0
QSA7A62	R 00022128	01/07/2026 09:11	7455	0
QSE4159	A 30020651	04/07/2026 09:11	5541	4
QSE8B64	R 00022141	28/06/2026 11:38	7471	0
QSG1G97	R 00022170	28/06/2026 17:01	7455	0
QSH5A04	A 30020474	13/07/2026 10:24	7366	2
QSK9H38	R 00022022	21/06/2026 00:52	7455	0
QSL6I01	R 00022220	30/06/2026 05:33	7455	0
QTU7G79	A 30020704	13/07/2026 09:04	6041	2
QYM2A54	R 00022264	02/07/2026 11:03	7455	0
QYP2C81	A 30020867	01/07/2026 10:25	5487	0
QYP8D48	R 00022056	23/06/2026 15:17	7455	0
QYU8E68	R 00022084	01/07/2026 13:10	7455	0

REC1I80	R 00022247	03/07/2026 11:09	7455	0
RED0D69	R 00022244	02/07/2026 17:16	7463	0
REV5F63	R 00022000	24/06/2026 07:02	7455	0
RFD2A47	A 30021006	26/06/2026 10:11	5487	0
RGE1G58	A 30020178	15/07/2026 09:09	5878	0
RGE4A98	A 30020394	01/07/2026 09:27	6858	0
RGE4A98	R 00022232	30/06/2026 07:11	7455	0
RGE7A90	A 30020816	02/07/2026 09:52	6084	1
RGE7E41	R 00022120	01/07/2026 14:44	7455	0
RGE7E98	A 30020866	01/07/2026 10:09	7633	1
RGE8A76	R 00022134	02/07/2026 08:04	7455	0
RGF0G06	R 00022256	04/07/2026 17:58	7455	0
RGF1F92	R 00022146	29/06/2026 08:23	7455	0
RGF4D73	R 00022209	26/06/2026 12:20	7455	0
RGF6C67	A 30020472	13/07/2026 09:28	5380	0
RGF9G78	R 00022048	20/06/2026 17:17	7455	0
RGG0E34	R 00022420	13/07/2026 08:42	7455	0
RGG6F30	R 00022293	04/07/2026 14:58	7455	0
RGG6I05	A 30016222	23/07/2026 10:40	5878	0
RGH1B19	R 00022236	30/06/2026 07:29	7455	0
RGH1I10	R 00022273	05/07/2026 10:54	7455	0
RGH3A97	R 00022339	06/07/2026 12:23	7455	0
RGH4G18	A 30018849	02/07/2026 11:10	5452	1
RGH7J58	A 30019696	13/07/2026 08:05	7625	1
RGH8B00	R 00022405	13/07/2026 14:15	7455	0
RGH8H14	R 00022063	23/06/2026 10:28	7455	0
RGH8H14	R 00022467	21/07/2026 15:40	7455	0
RGH9J50	A 30019732	30/06/2026 10:57	5878	0
RGH9J50	A 30019733	30/06/2026 10:57	6599	2
RGI1D93	R 00022168	29/06/2026 03:22	7455	0
RGI3B63	R 00022112	28/06/2026 11:11	7455	0
RGI3G00	A 30018850	14/07/2026 07:20	5541	3
RGI7A13	R 00022255	03/07/2026 05:33	7455	0
RGI8D75	A 30020081	04/07/2026 10:47	5525	0
RGJ2F63	R 00022383	10/07/2026 06:58	7455	0
RGJ2J82	A 30020654	11/07/2026 09:53	5541	4

RGJ3I34	A 30020868	01/07/2026 11:05	6084	1
RGJ6C35	R 00022163	26/06/2026 22:16	7455	0
RGK5E51	R 00022267	03/07/2026 00:13	7455	0
RGL3G73	R 00022051	24/06/2026 10:47	7455	0
RGL4C28	R 00022212	29/06/2026 02:40	7455	0
RGL6G70	R 00022158	26/06/2026 21:16	7455	0
RGL6G70	R 00022225	26/06/2026 22:43	7455	0
RGL6G70	R 00022385	09/07/2026 21:05	7455	0
RGM0H97	R 00022078	25/06/2026 19:27	7455	0
RGM4G49	A 30020516	26/06/2026 07:38	6599	2
RGM4G49	A 30020517	26/06/2026 07:38	5878	0
RGM7J84	A 30020703	13/07/2026 07:26	5819	7
RGM9E71	R 00022124	01/07/2026 13:40	7455	0
RGN4D08	R 00022346	06/07/2026 17:30	7455	0
RGQ6F57	R 00022055	23/06/2026 10:28	7455	0
RID2B22	R 00022427	14/07/2026 15:48	7455	0
RLQ4A61	R 00022414	15/07/2026 12:56	7463	0
RLR0D46	R 00022392	08/07/2026 09:02	7455	0
RLS4I99	R 00022300	05/07/2026 16:52	7455	0
RLT9D04	R 00022466	18/07/2026 06:57	7455	0
RLW5J60	R 00022486	18/07/2026 05:44	7455	0
RLY5H07	R 00022227	29/06/2026 09:06	7455	0
RLZ3H05	R 00022404	14/07/2026 09:55	7455	0

RND6J91	A 30020869	01/07/2026 16:09	5460	0
RPT8H81	R 00022159	30/06/2026 08:56	7463	0
RPW5E42	R 00022103	01/07/2026 10:34	7455	0
RQA1I13	R 00022493	19/07/2026 15:09	7455	0
RQA2I38	R 00022297	05/07/2026 18:15	7455	0
RQA3B16	A 30020819	02/07/2026 10:03	6084	1
RQA5A76	A 30019728	30/06/2026 09:26	6041	2
RQA5A76	A 30019729	30/06/2026 09:26	6599	2
RQA5A76	R 00022326	02/07/2026 15:25	7455	0
RQA5A92	A 30020473	13/07/2026 09:44	7366	2
RQA6E01	R 00022371	10/07/2026 00:02	7455	0
RQA7D84	R 00022211	27/06/2026 17:14	7455	0
RQA7H09	R 00022294	05/07/2026 18:06	7455	0
RQA7H09	R 00022362	06/07/2026 16:58	7455	0
RQA7I59	R 00022024	23/06/2026 14:51	7455	0
RQA8C54	R 00022108	04/07/2026 09:02	7455	0
RQA8E01	R 00022191	26/06/2026 22:01	7455	0
RQA8E01	R 00022403	13/07/2026 19:59	7455	0
RQA8E01	R 00022441	21/07/2026 00:04	7455	0
RQA8I29	A 30020901	13/07/2026 07:38	5819	7
RQB0A76	A 30020398	01/07/2026 16:38	7048	1
RQB0H04	A 30021010	29/06/2026 09:41	5452	1
RQB1C37	R 00022181	29/06/2026 13:51	7455	0
RQB1C37	R 00022200	29/06/2026 15:30	7455	0
RQB2C93	R 00022347	07/07/2026 14:34	7455	0
RQB7A57	A 30016223	23/07/2026 11:10	5878	0
RQB7A57	A 30020605	16/07/2026 10:34	5819	7
RQB7A57	A 30020766	16/07/2026 10:35	5878	0
RQC0D17	R 00022144	28/06/2026 20:50	7455	0
RQC2F55	A 30020175	15/07/2026 09:00	5878	0
RQC9F19	R 00022314	04/07/2026 19:19	7455	0
RQD2F07	A 30020395	01/07/2026 09:50	6041	2
RQD8B63	R 00022145	26/06/2026 12:06	7455	0
RQD8D50	R 00021997	26/06/2026 09:53	7455	0
RQD8I25	R 00022388	08/07/2026 06:10	7455	0
RQE1C91	A 30021011	29/06/2026 08:30	5525	0
RQE1I95	A 30020701	13/07/2026 07:08	5878	0
RQE2G52	A 30020814	02/07/2026 09:47	5193	0
RQE4C34	A 30020082	17/07/2026 16:55	5541	4
RQE7G19	R 00022312	02/07/2026 12:26	7455	0
RQE8H43	R 00022363	06/07/2026 12:23	7455	0
RQE8I10	R 00022292	02/07/2026 19:03	7455	0
RQE9E63	R 00022040	23/06/2026 18:16	7455	0
RQE9F01	R 00022020	24/06/2026 12:23	7455	0
RQF0D10	R 00022248	05/07/2026 14:28	7455	0
RQF2I95	R 00022038	23/06/2026 22:22	7463	0
RQF2I95	R 00022410	11/07/2026 23:15	7455	0
RQF5B01	R 00022122	01/07/2026 19:29	7455	0
RQF6H44	R 00022340	06/07/2026 13:50	7455	0
RQF8J54	A 30020527	17/07/2026 17:26	5541	4
RQG0J97	R 00022184	27/06/2026 09:18	7455	0
RQG2H71	A 30020465	26/06/2026 07:35	6084	1
RQG5H94	R 00022368	06/07/2026 07:39	7455	0
RQG6A37	A 30020607	16/07/2026 11:12	5967	0
RQG9J35	A 30020815	02/07/2026 09:50	6084	1
RQH0I70	R 00022090	28/06/2026 07:59	7455	0
RQH0I70	R 00022234	28/06/2026 21:57	7455	0
RQH0I70	R 00022478	21/07/2026 17:31	7455	0
RQH3B58	A 30019745	22/07/2026 10:39	5720	0

RQH3I86	A 30019695	09/07/2026 09:55	6050	1
RQH7A34	R 00022116	01/07/2026 09:34	7455	0
RQH7D96	R 00022407	12/07/2026 00:30	7455	0
RQI0D37	R 00022489	19/07/2026 05:49	7455	0

RQI1E27	A 30020608	16/07/2026 14:24	7030	1
RQI2I30	R 00022457	16/07/2026 22:35	7455	0
RQI4B76	R 00022445	21/07/2026 12:59	7455	0
RQI9H25	A 30021051	14/07/2026 08:20	6041	2
RQJ1B62	A 30019739	09/07/2026 09:21	6041	2
RQJ3D97	R 00022286	05/07/2026 16:50	7455	0
RQJ6H41	R 00022419	11/07/2026 14:03	7455	0
RQJ6H41	R 00022430	11/07/2026 14:05	7455	0
RQJ7B15	R 00022390	09/07/2026 23:00	7455	0
RQJ7B15	R 00022470	18/07/2026 22:17	7455	0
RQJ8A43	R 00022454	21/07/2026 09:44	7455	0
RQK0I68	R 00021983	14/06/2026 11:59	7455	0
RQK3A91	R 00022469	20/07/2026 15:34	7455	0
RQK4F38	R 00022196	30/06/2026 12:08	7455	0
RQK6A65	R 00022119	04/07/2026 12:33	7455	0
RQK7338	R 00022329	05/07/2026 01:45	7455	0
RQK7E38	R 00022193	30/06/2026 00:05	7463	0
RQK7E38	R 00022203	29/06/2026 22:19	7455	0
RQK7E38	R 00022306	05/07/2026 10:26	7455	0
RQK7E38	R 00022345	07/07/2026 22:05	7455	0
RQK7G90	R 00022151	28/06/2026 15:47	7455	0
RQK7G90	R 00022197	26/06/2026 10:59	7455	0
RQK7H12	R 00022180	28/06/2026 15:12	7455	0
RQL1J50	R 00022311	05/07/2026 11:35	7455	0
RQL2E84	R 00022117	02/07/2026 04:05	7463	0
RQL2E84	R 00022277	02/07/2026 12:40	7455	0
RQL2J39	R 00022149	29/06/2026 08:02	7455	0
RQL6D88	R 00022162	26/06/2026 10:51	7463	0
RQL7I56	R 00022322	05/07/2026 06:44	7455	0
RQL8E62	R 00022192	28/06/2026 13:38	7455	0
RRF3J23	A 30020875	02/07/2026 11:09	5525	0
RVG9B45	R 00022021	22/06/2026 06:07	7455	0
RVG9B45	R 00022061	23/06/2026 06:08	7463	0
RVG9B45	R 00022107	02/07/2026 06:07	7455	0
RZQ5G72	R 00022068	25/06/2026 09:23	7455	0
SAB1J19	R 00022053	25/06/2026 07:33	7455	0
SAS5E56	R 00022043	25/06/2026 15:54	7455	0
SHE0I02	R 00022260	30/06/2026 21:22	7455	0
SIB5D82	R 00022006	25/06/2026 16:28	7455	0
SIB9D14	R 00022295	02/07/2026 12:57	7455	0
SIC8I64	A 30021013	30/06/2026 09:37	5541	4
SIC8I64	R 00022456	18/07/2026 15:14	7455	0
SKV2E69	A 30020823	02/07/2026 10:30	6084	1
SKV4I62	R 00022485	21/07/2026 12:28	7463	0
SKZ2J87	R 00022319	05/07/2026 08:25	7455	0
SLA8H42	R 00022475	19/07/2026 14:40	7455	0
SLB7J27	R 00022310	03/07/2026 10:35	7455	0
SLC8I85	R 00021999	25/06/2026 19:36	7455	0
SLE5C32	R 00022097	04/07/2026 08:49	7455	0
SLE7E74	R 00022406	15/07/2026 03:49	7455	0
SLE9I96	R 00022050	23/06/2026 11:40	7455	0
SLF7I42	A 30020324	01/07/2026 15:06	6637	1
SLF9G04	R 00022154	28/06/2026 15:32	7455	0
SNO6F12	R 00022408	14/07/2026 14:11	7455	0
SOK7C86	R 00022096	01/07/2026 10:46	7455	0

SOP4G95	A 30020606	16/07/2026 10:39	6122	0
SOZ8A43	A 30020573	03/07/2026 16:28	5525	0
STC2C41	A 30020756	27/06/2026 08:56	7633	1
SVL4A26	R 00022382	08/07/2026 09:21	7455	0
SWN7G08	R 00022474	19/07/2026 09:41	7455	0
SYM1E48	R 00022352	06/07/2026 09:55	7455	0
TDG9A77	R 00022261	04/07/2026 15:17	7455	0
TEY5E37	R 00022298	30/06/2026 21:22	7455	0
TII5B40	R 00022201	29/06/2026 10:09	7455	0
TNL3H98	R 00022072	21/06/2026 16:03	7455	0
TNN9A97	R 00022243	26/06/2026 15:25	7455	0
TOV2B24	R 00022169	30/06/2026 10:12	7455	0
TOW3A88	R 00022381	10/07/2026 13:10	7455	0
TOY0C80	R 00022269	05/07/2026 07:46	7455	0
TOZ2I16	R 00022153	27/06/2026 08:43	7455	0
TOZ9G78	R 00021994	24/06/2026 13:20	7455	0
TOZ9G78	R 00022011	25/06/2026 09:22	7455	0
TOZ9G78	R 00022045	23/06/2026 13:14	7455	0
TOZ9G78	R 00022049	24/06/2026 08:58	7455	0
TOZ9G78	R 00022111	04/07/2026 08:27	7455	0
TOZ9G78	R 00022114	01/07/2026 13:14	7455	0
TOZ9G78	R 00022115	28/06/2026 07:54	7455	0
TOZ9G78	R 00022150	30/06/2026 09:06	7455	0
TOZ9G78	R 00022157	29/06/2026 12:37	7455	0
TOZ9G78	R 00022179	30/06/2026 07:14	7455	0
TOZ9G78	R 00022246	03/07/2026 13:41	7455	0
TOZ9G78	R 00022254	04/07/2026 15:50	7455	0
TOZ9G78	R 00022265	03/07/2026 09:31	7455	0
TOZ9G78	R 00022309	02/07/2026 13:12	7455	0
TOZ9G78	R 00022360	06/07/2026 14:20	7455	0
TOZ9G78	R 00022366	06/07/2026 07:05	7455	0
TOZ9G78	R 00022468	20/07/2026 08:07	7455	0

TPA5C16	R 00021998	23/06/2026 12:27	7455	0
TPB3E26	R 00022031	24/06/2026 17:23	7455	0
TPC8D92	A 30016219	15/07/2026 09:30	5541	4
TPC9C33	R 00021979	14/06/2026 07:39	7455	0
TPF0E43	R 00022217	26/06/2026 20:58	7455	0
TPF5J97	R 00022374	09/07/2026 08:19	7455	0
TPF9A67	R 00022127	04/07/2026 11:55	7455	0
TPH4G19	R 00022354	07/07/2026 07:05	7455	0
TPH4G19	R 00022436	12/07/2026 06:37	7455	0
TPH6E28	R 00022121	04/07/2026 09:04	7455	0
TSP2B75	R 00022082	26/06/2026 08:57	7455	0
TSP3H49	R 00021996	24/06/2026 14:14	7455	0
TSP5B33	R 00022223	27/06/2026 13:34	7455	0
TSP5G47	R 00022071	28/06/2026 07:38	7455	0
TSP6G63	R 00022092	04/07/2026 14:00	7455	0
TSP6J30	A 30020580	16/07/2026 11:09	5878	0
TSP6J49	R 00022422	11/07/2026 04:03	7455	0
TSP7G45	R 00022030	24/06/2026 10:24	7455	0
TSQ0C24	R 00022229	27/06/2026 17:32	7455	0
TSQ0G29	R 00022042	21/06/2026 15:36	7455	0
TSQ1H93	A 30020572	03/07/2026 08:55	5452	2
TSQ2H67	R 00022317	02/07/2026 09:40	7455	0
TSQ7B93	R 00022104	28/06/2026 12:02	7455	0
TSQ7C73	R 00022424	14/07/2026 15:55	7455	0
TSQ8E33	A 30020603	16/07/2026 08:45	5541	4
TSQ9D69	R 00022010	24/06/2026 15:57	7455	0
TSQ9J00	A 30020526	17/07/2026 17:18	5525	0

TSR0A70	R 00022173	30/06/2026 12:19	7455	0
TSS3B93	A 30020854	27/06/2026 17:35	6041	2
TSS3H11	R 00022369	07/07/2026 01:36	7455	0
TSS6D29	A 30020902	13/07/2026 07:40	5819	7
TSS6D58	A 30020881	17/07/2026 07:58	5576	0
TSS6H48	R 00022330	03/07/2026 09:22	7455	0
TSS8D12	R 00022417	13/07/2026 10:23	7455	0
TSS8G45	R 00022444	19/07/2026 16:28	7455	0
TSS8J34	R 00022079	24/06/2026 17:29	7463	0
TSS9J19	R 00022064	23/06/2026 14:22	7455	0
TST0A26	R 00022460	20/07/2026 12:33	7455	0
TST2I71	R 00022012	21/06/2026 16:22	7455	0
TST3B81	A 30021008	29/06/2026 08:35	5401	0
TST5A62	A 30020769	23/07/2026 10:44	5878	0
TST6E81	R 00022249	04/07/2026 15:34	7455	0
TST6J00	A 30020137	09/07/2026 16:05	5495	0
TST9J55	R 00022437	12/07/2026 17:12	7455	0
TSV3D60	R 00021982	14/06/2026 09:30	7455	0
TSV6G62	R 00022448	19/07/2026 02:02	7455	0
TSV6J30	R 00022331	30/06/2026 18:25	7463	0
TSV7B60	A 30019730	30/06/2026 10:17	7633	1
TSV7C08	R 00022258	05/07/2026 17:06	7455	0
TSV9A77	R 00022106	01/07/2026 10:10	7455	0
TSV9F57	A 30019742	17/07/2026 08:54	7633	1
TSV9F57	A 30019743	17/07/2026 08:54	7030	1
TSV9J05	A 30020874	02/07/2026 10:11	5932	0
TSW0B45	R 00021987	24/06/2026 08:02	7455	0
TSW0B45	R 00022275	05/07/2026 10:03	7455	0
TSW0G42	R 00022376	10/07/2026 02:57	7463	0
TSW2A12	R 00022198	28/06/2026 15:45	7455	0
TSW2A12	R 00022296	04/07/2026 15:25	7463	0
TSW3C27	R 00022069	26/06/2026 09:05	7455	0
TSW4D58	A 30019692	09/07/2026 09:05	6041	2
TSW7D26	R 00022290	04/07/2026 14:30	7455	0
TSW9H45	A 30020810	02/07/2026 08:46	5380	0
TSX0F90	R 00022041	25/06/2026 18:49	7455	0
TSX1J54	R 00022183	28/06/2026 14:22	7455	0
TSX5J91	R 00022425	11/07/2026 12:36	7455	0
TSY2A62	R 00022349	07/07/2026 00:25	7455	0
TTE4F84	R 00022160	26/06/2026 13:00	7455	0
TYQ5G92	R 00022019	24/06/2026 07:58	7455	0
TYV4I62	R 00022087	01/07/2026 16:39	7455	0
TZN9F29	R 00022237	27/06/2026 15:15	7455	0
TZU3J49	R 00022299	03/07/2026 11:43	7455	0
TZU4B50	R 00022142	04/07/2026 09:37	7455	0
UHM6H97	R 00022439	11/07/2026 15:00	7455	0
UHM6H97	R 00022463	18/07/2026 15:10	7455	0

CAICO/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos SEMUTRAN - CAICO / RN

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:93905F01

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 56/2026

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos de Caicó, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do CONTRAN, especialmente as Resoluções 900/2022 e 918/2022, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, considerando que não foi interposta defesa da autuação ou pedido de advertência por escrito dentro do prazo legal ou que estes foram indeferidos ou não conhecidos, NOTIFICA DA PENALIDADE DE MULTA referente à infração de trânsito, os proprietários dos veículos ou infratores relacionados no ANEXO do presente edital, com suas respectivas penalidades.

O pagamento da multa poderá ser efetuado com um desconto de 20% do seu valor, até o vencimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste edital. Além disso, caso queiram, os interessados poderão, dentro do mesmo prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso em 1ª instância perante a Junta Administrativa de Recursos de Infrações. Para isso, é necessário apresentar um requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado.

Os Recursos poderão ser entregues na unidade administrativa da SEMUTRAN na Rua Vereador Severino Fernandes, n° 60, Penedo, Caicó/RN - CEP: 59300-000, ou enviados pelo e-mail: semutran@caico.rn.gov.br, e deverão ser acompanhados, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.

Os dados em anexo são apresentados na seguinte sequência: placa do veículo, nº do auto de infração, data da infração, código da infração, desdobramento, Valor da Multa.

Caicó/RN, 03 de setembro de 2026.

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos.

ANEXO AO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 56/2026

Placa	Nº Auto Infração	Data Infração	Cód. da Infração	Desdobramento	Valor da Multa
APK3B53	R 00021205	16/05/2026 16:22	7455	0	R$ 130,16
AYI7J97	A 30019766	20/05/2026 10:37	5495	0	R$ 195,23
BEP6G62	A 30020056	14/05/2026 16:16	5525	0	R$ 130,16
BXL5B50	R 00020941	01/05/2026 19:48	7455	0	R$ 130,16
CUZ7E40	A 30019597	25/05/2026 15:45	5380	0	R$ 130,16
DDS7C47	R 00020230	23/03/2026 12:14	7455	0	R$ 130,16
DSA5J66	A 30020239	19/05/2026 17:03	5185	1	R$ 195,23
EES4D38	A 30019660	07/05/2026 08:29	7625	2	R$ 293,47
EFA9F93	A 30020023	29/04/2026 11:32	5541	1	R$ 195,23
ENV5G85	A 30019907	24/04/2026 13:07	5487	0	R$ 195,23
EVV8D21	R 00020965	01/05/2026 04:00	7455	0	R$ 130,16
EVV8D21	R 00020967	01/05/2026 01:07	7455	0	R$ 130,16
FCX7E68	A 30019825	22/05/2026 13:02	5541	3	R$ 195,23
FJQ9H46	A 30019670	19/05/2026 16:30	5487	0	R$ 195,23
FMY5A43	R 00021281	17/05/2026 15:41	7455	0	R$ 130,16
FVZ7116	A 30019808	05/05/2026 10:00	5380	0	R$ 130,16
FYP3J54	R 00021008	04/05/2026 12:01	7455	0	R$ 130,16
GEH9I91	A 30019763	13/05/2026 09:03	5410	0	R$ 130,16
GFY7H34	A 30020048	19/05/2026 10:36	5380	0	R$ 130,16
GHH0F84	R 00021326	20/05/2026 12:06	7455	0	R$ 130,16
GNX1138	A 30019663	11/05/2026 07:05	7633	1	R$ 293,47
GYV9062	R 00020903	29/04/2026 06:28	7455	0	R$ 130,16
HMT6G12	R 00021029	04/05/2026 11:30	7455	0	R$ 130,16
HXL4G21	A 30020155	12/05/2026 16:22	5495	0	R$ 195,23
HXM8915	R 00021218	16/05/2026 12:07	7455	0	R$ 130,16
HXV4H54	R 00020237	25/03/2026 14:57	7455	0	R$ 130,16
HYJ1C81	A 30019620	04/05/2026 16:26	5487	0	R$ 195,23
HZZ5494	A 30019579	08/05/2026 23:17	7579	0	R$ 2.934,70
IWM6H18	A 30017818	27/05/2026 19:13	5495	0	R$ 195,23
JJS9G33	A 30020226	15/05/2026 07:09	6084	1	R$ 195,23
JKG5538	R 00021099	08/05/2026 14:17	7455	0	R$ 130,16
JLS8355	A 30019905	24/04/2026 09:06	5525	0	R$ 130,16
JSP6C84	R 00021328	21/05/2026 08:03	7455	0	R$ 130,16
KFD2093	A 30019401	26/03/2026 10:30	5541	1	R$ 195,23
KFF2061	A 30014622	02/05/2026 07:20	5550	0	R$ 130,16
KFV3C96	R 00021081	07/05/2026 20:57	7455	0	R$ 130,16
KFV3C96	R 00021345	21/05/2026 21:44	7463	0	R$ 195,23
KFX1B69	A 30020225	15/05/2026 07:05	5185	1	R$ 195,23
KFZ7J13	R 00020359	30/03/2026 14:54	7455	0	R$ 130,16
KGK6C28	A 30020208	09/05/2026 23:24	7579	0	R$ 2.934,70
KHO6F81	R 00020352	31/03/2026 07:32	7455	0	R$ 130,16
KHQ0I48	R 00020878	27/04/2026 22:31	7455	0	R$ 130,16
KIX3447	R 00021276	17/05/2026 06:01	7463	0	R$ 195,23
KJO6F03	A 30014634	21/05/2026 11:04	7633	1	R$ 293,47
KJQ3J47	R 00021190	16/05/2026 15:30	7455	0	R$ 130,16
KJX3105	R 00021308	18/05/2026 21:03	7463	0	R$ 195,23
KJX6J89	A 30019816	14/05/2026 09:15	5541	4	R$ 195,23
KKR6296	A 30019536	30/03/2026 15:47	5487	0	R$ 195,23
KYI8B16	A 30019909	28/04/2026 08:43	5380	0	R$ 130,16
MBY1107	A 30020370	26/05/2026 08:35	6041	2	R$ 195,23

MLT6D47	A 30019325	14/05/2026 08:23	5185	1	R$ 195,23
MLT6D47	R 00020285	25/03/2026 15:35	7455	0	R$ 130,16
MLT6D47	R 00021354	20/05/2026 15:11	7463	0	R$ 195,23
MMR0351	A 30019671	19/05/2026 17:00	5819	7	R$ 880,41
MMU9454	R 00021300	18/05/2026 07:15	7455	0	R$ 130,16
MNA7D72	A 30019158	04/05/2026 16:00	6084	1	R$ 195,23
MNB7G34	A 30019900	08/05/2026 22:05	6599	2	R$ 293,47
MNC6620	R 00020999	04/05/2026 15:34	7455	0	R$ 130,16
MND7G54	R 00021057	08/05/2026 15:18	7463	0	R$ 195,23
MNL6A26	A300012768	27/03/2026 19:49	5460	0	R$ 130,16
MNL9704	R 00021340	21/05/2026 17:07	7455	0	R$ 130,16
MNN6269	R 00021211	15/05/2026 09:44	7455	0	R$ 130,16
MNN9E84	A 30019216	28/03/2026 09:30	7633	1	R$ 293,47
MNQ5H50	R 00020256	26/03/2026 10:23	7455	0	R$ 130,16
MNU3296	A 30019882	27/04/2026 09:50	5380	0	R$ 130,16
MNW0A34	A 30019812	08/05/2026 15:16	5509	0	R$ 130,16
MOJ4018	A 30018870	14/05/2026 15:10	5738	0	R$ 293,47
MOJ4018	A 30018871	14/05/2026 15:10	6556	1	R$ 293,47
MOJ4018	A 30018872	14/05/2026 15:10	6599	2	R$ 293,47
MOL2787	A 30020112	13/05/2026 07:16	6084	1	R$ 195,23
MOT5G31	A 30019665	11/05/2026 09:20	6041	2	R$ 195,23
MOV6E61	A 30019130	08/05/2026 07:00	6637	2	R$ 195,23
MOW2B68	A 30020229	15/05/2026 07:35	5185	1	R$ 195,23
MUA0869	R 00021092	08/05/2026 17:10	7455	0	R$ 130,16
MXH4425	A 30019972	16/05/2026 09:33	5541	4	R$ 195,23
MXK6834	A 30014624	02/05/2026 10:34	5487	0	R$ 195,23
MXM4476	A 30019713	30/04/2026 15:55	5541	4	R$ 195,23
MXM4497	R 00021254	17/05/2026 22:11	7455	0	R$ 130,16
MXM5E44	A 30019712	30/04/2026 15:54	5541	4	R$ 195,23
MXO6653	A 30019981	23/05/2026 10:27	5541	4	R$ 195,23
MXP2043	A 30019822	16/05/2026 06:45	5428	3	R$ 293,47
MXP6525	A 30019561	27/04/2026 17:00	5878	0	R$ 130,16
MXQ7347	A 30019833	25/05/2026 08:50	5541	4	R$ 195,23
MXR2318	A 30020236	15/05/2026 07:45	5185	1	R$ 195,23
MXR7910	A 30019609	24/04/2026 06:53	6084	1	R$ 195,23
MXR7910	A 30019610	24/04/2026 06:53	6599	2	R$ 293,47
MXS0C56	R 00020308	24/03/2026 11:27	7455	0	R$ 130,16
MXS4I09	R 00021266	19/05/2026 06:16	7455	0	R$ 130,16
MXS5844	R 00020869	28/04/2026 13:15	7455	0	R$ 130,16
MXS6793	A 30020224	15/05/2026 07:04	5185	1	R$ 195,23
MXT9G45	R 00021292	17/05/2026 13:51	7455	0	R$ 130,16
MXU4613	A 30019128	04/05/2026 16:19	5878	0	R$ 130,16
MXU5F09	R 00020040	11/03/2026 10:30	7455	0	R$ 130,16
MXW1976	A 30014196	16/05/2026 10:17	5541	4	R$ 195,23

MYA3492	R 00020927	02/05/2026 13:52	7455	0	R$ 130,16
MYC6C27	A 30019852	22/04/2026 06:48	6084	1	R$ 195,23
MYC6C27	A 30019853	22/04/2026 06:48	6050	1	R$ 293,47
MYE2136	R 00021186	16/05/2026 22:56	7455	0	R$ 130,16
MYE2136	R 00021219	15/05/2026 16:58	7455	0	R$ 130,16
MYE2136	R 00021283	17/05/2026 16:40	7455	0	R$ 130,16
MYF2826	A 30019531	26/03/2026 15:06	5487	0	R$ 195,23
MYF7C75	A 30019326	14/05/2026 08:42	5185	1	R$ 195,23
MYG6G37	R 00020992	03/05/2026 06:36	7455	0	R$ 130,16
MYG8C37	R 00020107	14/03/2026 12:44	7463	0	R$ 195,23
MYG8C37	R 00021180	14/05/2026 13:00	7455	0	R$ 130,16
MYH3A62	A 30019182	27/05/2026 10:53	7625	1	R$ 293,47
MYH8E16	A 30019173	23/05/2026 06:40	5541	4	R$ 195,23
MYI7E45	A 30019679	27/05/2026 06:58	5819	7	R$ 880,41
MYJ0G19	A 30019445	18/05/2026 11:11	6084	1	R$ 195,23
MYJ0G28	R 00021315	19/05/2026 12:23	7455	0	R$ 130,16
MYJ9452	A 30019161	08/05/2026 06:45	7633	1	R$ 293,47
MYK0184	R 00020865	28/04/2026 01:26	7463	0	R$ 195,23
MYK0913	A 30019615	24/04/2026 07:05	6084	1	R$ 195,23
MYK2593	A 30020029	29/04/2026 16:15	5541	4	R$ 195,23
MYK3A38	A 30020034	06/05/2026 09:20	5541	1	R$ 195,23
MYK9A52	R 00020030	14/03/2026 23:52	7455	0	R$ 130,16
MYL7H16	A 30019441	18/05/2026 07:36	6084	1	R$ 195,23
MYM0166	R 00021282	18/05/2026 08:09	7455	0	R$ 130,16
MYP9H10	R 00021332	21/05/2026 18:41	7455	0	R$ 130,16
MYS6D90	R 00021364	20/05/2026 15:13	7455	0	R$ 130,16
MYS6J33	R 00021304	19/05/2026 15:37	7455	0	R$ 130,16
MYS9108	A 30018994	11/05/2026 16:27	5878	0	R$ 130,16
MYS9108	A 30018995	11/05/2026 16:27	5673	1	R$ 130,16
MYS9108	A 30019814	11/05/2026 16:26	6599	2	R$ 293,47
MYS9C50	A 30014191	16/05/2026 06:45	5428	3	R$ 293,47
MYT4048	R 00020364	30/03/2026 15:23	7455	0	R$ 130,16
MYT5C69	A 30019577	08/05/2026 23:05	6599	2	R$ 293,47
MYT5C69	A 30019578	08/05/2026 23:05	5010	0	R$ 880,41
MYT7C37	A 30019831	23/05/2026 11:05	6637	1	R$ 195,23
MYT9100	A 30009983	02/05/2026 11:45	5509	0	R$ 130,16
MYV1143	A 30019962	09/05/2026 07:30	5410	0	R$ 130,16
MYV3A22	A 30019215	28/03/2026 09:26	5541	7	R$ 195,23
MYV6454	A 30019628	11/05/2026 09:28	7633	1	R$ 293,47
MYV7H81	A 30019156	04/05/2026 09:30	5541	1	R$ 195,23
MYV9714	R 00020981	03/05/2026 06:49	7455	0	R$ 130,16
MYV9C13	A 30019759	28/04/2026 09:52	5380	0	R$ 130,16
MYW0G42	A 30020368	22/05/2026 17:18	6858	0	R$ 130,16

MYW8202	R 00020866	27/04/2026 07:55	7455	0	R$ 130,16
MYW8202	R 00021084	08/05/2026 07:37	7455	0	R$ 130,16
MYW8410	A 30019372	26/03/2026 10:38	5541	7	R$ 195,23
MYX5955	A 30020223	15/05/2026 06:48	6084	1	R$ 195,23
MYX7B12	R 00021249	19/05/2026 05:58	7455	0	R$ 130,16
MYX8284	R 00021127	11/05/2026 10:17	7455	0	R$ 130,16
MYX8362	A 30019174	23/05/2026 10:10	5541	4	R$ 195,23
MYX8I23	A 30018989	05/05/2026 16:10	5525	0	R$ 130,16
MYY2F27	R 00020989	04/05/2026 10:24	7455	0	R$ 130,16
MYY3I52	A 30019872	24/04/2026 06:50	6084	1	R$ 195,23
MYY5H08	R 00021194	16/05/2026 04:51	7455	0	R$ 130,16
MYY9E11	A 30019160	04/05/2026 16:30	6084	1	R$ 195,23
MYZ0158	A 30019162	08/05/2026 16:35	6084	1	R$ 195,23
MYZ1A23	A 30020032	06/05/2026 07:35	5819	7	R$ 880,41
MYZ8199	R 00020117	15/03/2026 18:02	7455	0	R$ 130,16
MYZ9352	A 30019439	18/05/2026 07:02	6084	1	R$ 195,23

MYZ9988	R 00020937	01/05/2026 10:57	7455	0	R$ 130,16
MZC7H45	A 30020049	19/05/2026 16:18	6637	1	R$ 195,23
MZD7H38	R 00021221	16/05/2026 23:01	7455	0	R$ 130,16
MZD9460	A 30018861	02/05/2026 07:39	5550	0	R$ 130,16
MZD9468	A 30019570	08/05/2026 22:00	6599	2	R$ 293,47
MZE3561	A 30019889	02/05/2026 06:22	5509	0	R$ 130,16
MZE4F14	A 30020024	29/04/2026 15:31	5380	0	R$ 130,16
MZF5084	A 30020053	11/05/2026 16:03	5487	0	R$ 195,23
MZF5084	A 30020113	13/05/2026 16:13	5487	0	R$ 195,23
MZF6004	A 30019969	16/05/2026 06:47	5428	3	R$ 293,47
MZF6057	R 00021269	19/05/2026 07:29	7455	0	R$ 130,16
MZF6232	R 00020116	10/03/2026 12:18	7455	0	R$ 130,16
MZG2197	A 30019335	26/05/2026 09:25	5541	1	R$ 195,23
MZG2776	A 30019957	08/05/2026 14:50	5541	4	R$ 195,23
MZG4E27	R 00021267	19/05/2026 08:47	7455	0	R$ 130,16
MZG9810	A 30018830	15/05/2026 06:45	6637	2	R$ 195,23
MZH3775	R 00020194	18/03/2026 19:45	7455	0	R$ 130,16
MZH3E04	A 30014189	09/05/2026 09:49	5541	4	R$ 195,23
MZH4H14	A 30019828	23/05/2026 06:44	7633	1	R$ 293,47
MZH5312	R 00020074	14/03/2026 00:33	7455	0	R$ 130,16
MZH5312	R 00020988	03/05/2026 02:56	7455	0	R$ 130,16
MZH5312	R 00021291	19/05/2026 18:43	7455	0	R$ 130,16
MZH5312	R 00021368	21/05/2026 00:44	7455	0	R$ 130,16
MZH8204	A 30019592	25/05/2026 07:23	6599	2	R$ 293,47
MZH8204	A 30019593	25/05/2026 07:23	5819	1	R$ 880,41
MZH8204	R 00020319	24/03/2026 12:03	7455	0	R$ 130,16
MZI3G06	A 30020356	22/05/2026 07:13	7633	1	R$ 293,47
MZI4361	R 00021059	10/05/2026 13:57	7455	0	R$ 130,16
MZI4G16	R 00021183	14/05/2026 16:15	7455	0	R$ 130,16
MZI7G13	R 00020925	01/05/2026 00:09	7455	0	R$ 130,16
MZJ8I71	R 00021310	17/05/2026 12:59	7455	0	R$ 130,16
MZK1G58	A 30019823	16/05/2026 09:18	5428	3	R$ 293,47
MZK6664	R 00020051	13/03/2026 20:00	7455	0	R$ 130,16
MZK6664	R 00020862	26/04/2026 23:05	7455	0	R$ 130,16
MZK8765	A 30019316	28/04/2026 12:50	5541	1	R$ 195,23
MZL2E80	R 00021011	06/05/2026 07:28	7455	0	R$ 130,16
MZL5997	A 30018990	05/05/2026 16:20	5525	0	R$ 130,16
MZL6J28	R 00021069	08/05/2026 04:37	7455	0	R$ 130,16
MZM2F13	R 00021115	10/05/2026 05:52	7455	0	R$ 130,16
MZM6E93	A 30019666	11/05/2026 10:40	5509	0	R$ 130,16
NAY7F04	R 00021094	07/05/2026 06:11	7455	0	R$ 130,16
NBH8213	A 30018828	12/05/2026 10:00	6769	0	R$ 130,16
NEZ8I22	A 30019967	13/05/2026 15:46	5525	0	R$ 130,16
NJV0290	A 30020235	15/05/2026 07:43	5185	1	R$ 195,23
NMQ2A28	R 00021325	21/05/2026 10:02	7455	0	R$ 130,16
NNJ3082	A 30020357	22/05/2026 07:40	6050	1	R$ 293,47
NNJ5735	R 00021061	09/05/2026 02:44	7455	0	R$ 130,16
NNJ5J00	A 30020062	20/05/2026 16:35	5541	4	R$ 195,23
NNJ6B75	A 30020365	22/05/2026 17:00	6858	0	R$ 130,16
NNJ6G52	A 30019980	23/05/2026 10:10	5541	4	R$ 195,23
NNK2198	A 30020033	06/05/2026 07:44	6050	1	R$ 293,47
NNK6F33	R 00020917	30/04/2026 05:34	7455	0	R$ 130,16
NNK7590	R 00020052	15/03/2026 07:13	7455	0	R$ 130,16
NNL3I45	R 00021120	09/05/2026 10:43	7455	0	R$ 130,16
NNL4E56	R 00020950	01/05/2026 15:38	7455	0	R$ 130,16
NNL4E56	R 00021071	09/05/2026 15:22	7455	0	R$ 130,16
NNL6G53	A 30019890	02/05/2026 06:42	5738	0	R$ 293,47
NNL6G84	R 00021153	14/05/2026 13:53	7455	0	R$ 130,16
NNL7314	R 00020278	22/03/2026 20:35	7455	0	R$ 130,16

NNL8B17	R 00020048	15/03/2026 06:07	7455	0	R$ 130,16
NNM1077	A 30019142	20/05/2026 10:45	7633	1	R$ 293,47
NNM1157	R 00020933	02/05/2026 11:18	7455	0	R$ 130,16
NNM5057	R 00021014	03/05/2026 13:35	7463	0	R$ 195,23
NNM5066	A 30019308	28/04/2026 08:56	5185	1	R$ 195,23
NNM5G36	A 30020058	18/05/2026 15:45	5541	1	R$ 195,23
NNN1350	R 00020871	27/04/2026 08:31	7455	0	R$ 130,16
NNN1350	R 00021074	07/05/2026 06:53	7455	0	R$ 130,16
NNN1E94	R 00021176	14/05/2026 10:27	7455	0	R$ 130,16
NNN1E94	R 00021227	19/05/2026 15:18	7455	0	R$ 130,16
NNN4086	A 30019892	02/05/2026 06:54	5541	1	R$ 195,23

NNN6J53	A 30018867	09/05/2026 09:49	5541	1	R$ 195,23
NNN7J74	R 00021182	13/05/2026 11:23	7455	0	R$ 130,16
NNQ2G08	R 00020150	20/03/2026 19:31	7455	0	R$ 130,16
NNQ3716	R 00021093	10/05/2026 13:15	7455	0	R$ 130,16
NNQ3G61	R 00020088	10/03/2026 09:21	7455	0	R$ 130,16
NNQ5H44	R 00020324	27/03/2026 07:19	7455	0	R$ 130,16
NNR1A95	R 00021167	14/05/2026 15:11	7455	0	R$ 130,16
NNR1G97	A 30014629	13/05/2026 09:50	5010	0	R$ 880,41
NNR3J98	A 30019581	08/05/2026 23:30	6599	2	R$ 293,47
NNR8740	A 30019681	27/05/2026 09:30	6050	1	R$ 293,47
NNS5520	A 30019970	16/05/2026 08:55	5525	0	R$ 130,16
NNS5A13	R 00021277	17/05/2026 05:59	7455	0	R$ 130,16
NNS6C17	A 30020240	19/05/2026 17:04	5185	1	R$ 195,23
NNS9586	A 30019134	08/05/2026 16:57	5878	0	R$ 130,16
NNS9586	A 30019135	08/05/2026 16:59	6599	2	R$ 293,47
NNS9816	A 30020251	22/05/2026 07:00	5819	7	R$ 880,41
NNT0E65	A 30019761	06/05/2026 13:17	5541	1	R$ 195,23
NNT4A35	A 30019311	28/04/2026 09:52	5819	7	R$ 880,41
NNU2065	A 30018991	05/05/2026 16:30	5541	4	R$ 195,23
NNU6235	R 00020949	01/05/2026 12:32	7455	0	R$ 130,16
NNU9H93	R 00020336	29/03/2026 14:47	7455	0	R$ 130,16
NNV3B89	R 00020104	14/03/2026 17:46	7455	0	R$ 130,16
NNV4B62	A 30019676	27/05/2026 05:25	6084	1	R$ 195,23
NNV5296	A 30019447	21/05/2026 16:31	7366	2	R$ 130,16
NNV9A05	A 30019961	09/05/2026 07:07	5541	4	R$ 195,23
NNW3F09	R 00020955	02/05/2026 00:24	7455	0	R$ 130,16
NNW4998	A 30019971	16/05/2026 09:21	5428	3	R$ 293,47
NNX0B43	A 30019600	25/05/2026 17:18	5878	0	R$ 130,16
NNX1934	R 00021275	17/05/2026 06:58	7455	0	R$ 130,16
NNX3944	R 00021286	19/05/2026 05:57	7455	0	R$ 130,16
NNX3A45	A 30018045	30/04/2026 08:20	5541	4	R$ 195,23
NNX3H11	A 30019556	27/04/2026 10:00	7625	1	R$ 293,47
NNY5D33	R 00021236	19/05/2026 17:17	7455	0	R$ 130,16
NNY6G28	R 00020861	27/04/2026 14:18	7455	0	R$ 130,16
NNY7J66	R 00021121	09/05/2026 16:04	7455	0	R$ 130,16
NNY8D91	A 30020107	08/05/2026 22:53	7579	0	R$ 2.934,70
NNY8D91	A 30020108	08/05/2026 22:53	5010	0	R$ 880,41
NNY9D92	A 30019638	14/05/2026 08:20	5525	0	R$ 130,16
NNZ1H40	R 00021319	21/05/2026 14:08	7455	0	R$ 130,16
NNZ4256	A 30015165	28/06/2025 10:10	5541	1	R$ 195,23
NNZ4A02	R 00021321	20/05/2026 07:10	7455	0	R$ 130,16
NNZ4G09	A 30019705	23/04/2026 10:58	6599	2	R$ 293,47
NNZ4G09	A 30019706	23/04/2026 10:58	6637	1	R$ 195,23
NNZ5C42	R 00021272	16/05/2026 02:49	7455	0	R$ 130,16
NNZ7G14	A 30020234	15/05/2026 07:40	5185	1	R$ 195,23
NOA0688	A 30019321	06/05/2026 09:56	7633	1	R$ 293,47
NOA1A82	A 30016216	20/05/2026 23:05	5010	0	R$ 880,41
NOA1B40	A 30020363	22/05/2026 15:54	5401	0	R$ 195,23
NOA3104	A 30019165	08/05/2026 16:55	6084	1	R$ 195,23
NOA3104	A 30019166	08/05/2026 16:55	6599	2	R$ 293,47
NOA7J62	R 00020100	11/03/2026 12:14	7455	0	R$ 130,16
NOA8C44	A 30020042	18/05/2026 07:23	6858	0	R$ 130,16
NOB3D16	A 30020043	18/05/2026 07:33	7633	1	R$ 293,47
NOB5744	A 30019143	20/05/2026 17:15	6050	1	R$ 293,47
NOB7H50	A 30017815	27/05/2026 17:50	5452	5	R$ 195,23
NOC1256	R 00021066	08/05/2026 06:25	7455	0	R$ 130,16
NOC2G13	R 00020956	02/05/2026 13:01	7455	0	R$ 130,16
NOC3231	R 00021116	07/05/2026 16:51	7455	0	R$ 130,16
NOC6H03	A 30019313	28/04/2026 10:15	5819	7	R$ 880,41
NOC7431	R 00020928	01/05/2026 13:23	7455	0	R$ 130,16
NOC7711	A 30019875	24/04/2026 07:05	6084	1	R$ 195,23
NOC9I46	A 30020102	08/05/2026 22:18	6599	2	R$ 293,47
NOD6A85	R 00020908	29/04/2026 11:40	7455	0	R$ 130,16
NOE1513	R 00020044	15/03/2026 16:32	7455	0	R$ 130,16
NOE7270	A 30014628	05/05/2026 16:12	6599	2	R$ 293,47
NOE8J89	A 30019328	14/05/2026 09:50	5185	1	R$ 195,23
NOF0D44	A 30020228	15/05/2026 07:12	5185	1	R$ 195,23
NOG0J08	R 00021175	14/05/2026 08:38	7455	0	R$ 130,16
NOG7F74	A 30017810	22/05/2026 21:20	5010	0	R$ 880,41
NOG8B92	A 30019954	30/04/2026 15:15	5738	0	R$ 293,47
NOG9119	A 30019960	08/05/2026 16:42	5541	1	R$ 195,23
NOH0171	A 30020165	21/05/2026 11:05	6599	2	R$ 293,47
NOH0994	A 30019473	27/03/2026 09:31	6599	2	R$ 293,47
NOH0994	A 30019474	27/03/2026 09:31	7048	1	R$ 293,47
NOH3G78	R 00021260	17/05/2026 04:01	7455	0	R$ 130,16
NOH6D81	A 30019443	18/05/2026 10:15	5487	0	R$ 195,23
NPS7D59	A 30014633	21/05/2026 10:12	6602	0	R$ 293,47
NPT6E91	A 30019832	23/05/2026 11:31	7625	2	R$ 293,47
NPV9I52	R 00021301	18/05/2026 10:34	7455	0	R$ 130,16
NPV9I52	R 00021366	21/05/2026 11:09	7455	0	R$ 130,16
NQC6047	A 30019440	18/05/2026 07:10	6084	1	R$ 195,23
NQE0H22	A 30019137	12/05/2026 10:05	5622	2	R$ 88,38
NQF3B42	A 30019975	16/05/2026 10:55	5541	4	R$ 195,23
NQF7805	A 30019678	27/05/2026 06:55	5819	7	R$ 880,41
NQG7D51	A 30019806	27/04/2026 15:55	5495	0	R$ 195,23
NQH6C82	R 00021017	05/05/2026 16:56	7455	0	R$ 130,16
NQN1G31	R 00020099	10/03/2026 05:51	7455	0	R$ 130,16

NQX5F77	R 00020882	27/04/2026 19:36	7455	0	R$ 130,16
NQX5F77	R 00021053	12/05/2026 09:13	7455	0	R$ 130,16
NQX5F77	R 00021160	13/05/2026 09:03	7455	0	R$ 130,16
NQX5F77	R 00021197	16/05/2026 12:41	7455	0	R$ 130,16
NQX5F77	R 00021280	19/05/2026 13:04	7455	0	R$ 130,16
NSI0B53	R 00021346	20/05/2026 13:35	7455	0	R$ 130,16
NZC2C94	R 00020887	29/04/2026 20:06	7455	0	R$ 130,16
NZI0E35	R 00020897	29/04/2026 07:54	7455	0	R$ 130,16
NZR4C27	A 30020232	15/05/2026 07:38	5185	1	R$ 195,23
NZX6C36	R 00021085	09/05/2026 15:51	7455	0	R$ 130,16
OCM3516	A 30020018	29/04/2026 08:44	6637	1	R$ 195,23
OCM3516	A 30020019	29/04/2026 08:44	6599	2	R$ 293,47
OCV7D98	R 00020938	02/05/2026 12:31	7463	0	R$ 195,23
ODW0033	A 30017811	22/05/2026 21:41	5010	0	R$ 880,41
OEG3G93	A 30019708	24/04/2026 06:56	5878	0	R$ 130,16
OEV4F42	A 30020302	22/05/2026 07:33	5797	0	R$ 2.934,70
OEV4F42	A 30020303	22/05/2026 07:33	5967	0	R$ 1.467,35
OEW0F65	R 00020954	01/05/2026 23:13	7455	0	R$ 130,16
OEW0F65	R 00021075	10/05/2026 03:09	7455	0	R$ 130,16
OEW0F65	R 00021323	20/05/2026 23:43	7455	0	R$ 130,16

OFA2212	R 00012458	13/07/2025 12:41	7455	0	R$ 130,16
OFA4674	A 30019435	28/04/2026 15:14	5541	4	R$ 195,23
OFB0D61	A 30019982	23/05/2026 10:49	5509	0	R$ 130,16
OFB1A84	R 00021159	14/05/2026 12:28	7455	0	R$ 130,16
OFC0F15	R 00021110	11/05/2026 06:21	7463	0	R$ 195,23
OFC2793	A 30014190	09/05/2026 12:36	5525	0	R$ 130,16
OFC2H57	A 30016213	20/05/2026 22:43	5010	0	R$ 880,41
OFD4F74	R 00020968	06/05/2026 10:47	7455	0	R$ 130,16
OFD9823	R 00020291	23/03/2026 06:23	7455	0	R$ 130,16
OFD9823	R 00021213	15/05/2026 17:57	7455	0	R$ 130,16
OFE3H65	R 00021131	10/05/2026 11:33	7455	0	R$ 130,16
OFG7681	R 00020247	22/03/2026 11:35	7455	0	R$ 130,16
OFI7E38	R 00021125	08/05/2026 17:16	7455	0	R$ 130,16
OFI7E38	R 00021298	18/05/2026 11:12	7455	0	R$ 130,16
OFX4G88	A 30020115	14/05/2026 09:19	6050	1	R$ 293,47
OFZ3B99	A 30019756	27/04/2026 15:27	5541	7	R$ 195,23
OFZ6E41	A 30020022	29/04/2026 11:30	5541	1	R$ 195,23
OGB0D37	A 30015553	28/06/2025 07:45	5541	7	R$ 195,23
OGB7336	R 00020356	28/03/2026 02:07	7455	0	R$ 130,16
OGM8C25	R 00021202	16/05/2026 16:49	7455	0	R$ 130,16
OGM8C25	R 00021239	17/05/2026 16:48	7455	0	R$ 130,16
OHX2G12	R 00021104	09/05/2026 22:25	7455	0	R$ 130,16
OIJ6I86	R 00020936	02/05/2026 09:43	7455	0	R$ 130,16
OIV2C09	R 00020090	14/03/2026 14:31	7455	0	R$ 130,16
OJR1B21	R 00020910	30/04/2026 11:12	7455	0	R$ 130,16
OJR1B21	R 00020940	02/05/2026 15:27	7463	0	R$ 195,23
OJR1B21	R 00021178	13/05/2026 10:16	7455	0	R$ 130,16
OJR5442	A 30020369	26/05/2026 08:14	5487	0	R$ 195,23
OJR6C50	R 00020875	27/04/2026 20:59	7455	0	R$ 130,16
OJR8E20	A 30020253	22/05/2026 07:40	6084	1	R$ 195,23
OJR9934	A 30019329	14/05/2026 11:12	5410	0	R$ 130,16
OJS3525	R 00021065	08/05/2026 00:04	7455	0	R$ 130,16
OJS7503	A 30020371	26/05/2026 09:43	5541	7	R$ 195,23
OJT0138	A 30019295	27/04/2026 09:38	5487	0	R$ 195,23
OJT1D79	A 30020168	21/05/2026 11:09	5967	0	R$ 1.467,35
OJT3446	R 00021216	15/05/2026 10:12	7455	0	R$ 130,16
OJT5G64	A 30019669	19/05/2026 16:10	6637	1	R$ 195,23
OJT5J69	R 00021187	15/05/2026 09:26	7455	0	R$ 130,16
OJT5J92	A 30019598	25/05/2026 11:08	5967	0	R$ 1.467,35
OJT6F40	R 00021238	19/05/2026 20:44	7455	0	R$ 130,16
OJT7466	A 30019169	20/05/2026 11:15	6041	2	R$ 195,23
OJT7B53	R 00020905	29/04/2026 07:58	7455	0	R$ 130,16
OJT7B53	R 00020984	04/05/2026 16:07	7455	0	R$ 130,16
OJU2B54	R 00021002	06/05/2026 09:55	7455	0	R$ 130,16
OJU3405	A 30019315	28/04/2026 10:30	5819	7	R$ 880,41
OJU5F72	R 00021128	09/05/2026 17:15	7455	0	R$ 130,16
OJU6509	A 30019442	18/05/2026 08:19	6084	1	R$ 195,23
OJU6509	R 00020977	05/05/2026 06:38	7455	0	R$ 130,16
OJU8C15	A 30020353	22/05/2026 06:47	5819	7	R$ 880,41
OJV0520	A 30019680	27/05/2026 07:50	5819	7	R$ 880,41
OJV0I59	A 30019323	06/05/2026 16:15	7633	1	R$ 293,47
OJV1961	R 00020916	29/04/2026 10:07	7455	0	R$ 130,16
OJV3I40	R 00021341	20/05/2026 22:28	7455	0	R$ 130,16
OJV5D97	A 30019591	25/05/2026 07:20	5967	0	R$ 1.467,35
OJV6G44	A 30014344	27/04/2026 15:25	5541	7	R$ 195,23
OJV7681	R 00021162	14/05/2026 11:51	7455	0	R$ 130,16
OJV9736	R 00020036	13/03/2026 13:07	7455	0	R$ 130,16
OJW3I40	R 00021055	08/05/2026 16:23	7463	0	R$ 195,23
OJW3J62	A 30019904	24/04/2026 08:59	5380	0	R$ 130,16

OJW4B90	A 30014625	05/05/2026 08:05	6050	1	R$ 293,47
OJW4F74	R 00020957	01/05/2026 05:50	7455	0	R$ 130,16
OJW4I86	A 30019127	04/05/2026 16:08	5878	0	R$ 130,16
OJW5J32	A 30020212	11/05/2026 07:04	6084	1	R$ 195,23
OJW8F12	A 30019682	27/05/2026 11:10	6041	2	R$ 195,23
OJW8H07	A 30019434	27/04/2026 17:19	6084	1	R$ 195,23
OJX0A22	A 30019965	13/05/2026 14:49	5541	3	R$ 195,23

OJX1D09	A 30020065	21/05/2026 15:48	5541	7	R$ 195,23
OJX2934	R 00020874	27/04/2026 10:45	7455	0	R$ 130,16
OJX2934	R 00020879	27/04/2026 21:36	7455	0	R$ 130,16
OJX3868	A 30019636	11/05/2026 11:05	5452	2	R$ 195,23
OJX3B29	A 30019895	02/05/2026 09:32	5541	1	R$ 195,23
OJX4088	R 00021005	03/05/2026 06:30	7455	0	R$ 130,16
OJY0H04	R 00020152	21/03/2026 18:29	7455	0	R$ 130,16
OJY0I48	A 30019757	27/04/2026 15:44	5541	7	R$ 195,23
OJY1B41	R 00021223	15/05/2026 13:50	7455	0	R$ 130,16
OJY3H08	A 30019813	08/05/2026 15:30	5541	4	R$ 195,23
OJY5A18	A 30020207	07/05/2026 11:24	6084	1	R$ 195,23
OJY6G07	A 30016217	27/05/2026 19:18	5380	0	R$ 130,16
OJZ0F11	A 30018866	09/05/2026 07:28	5541	1	R$ 195,23
OJZ1G14	R 00021083	12/05/2026 21:10	7455	0	R$ 130,16
OJZ5G94	A 30020233	15/05/2026 07:38	6084	1	R$ 195,23
OJZ6056	R 00020198	21/03/2026 10:20	7455	0	R$ 130,16
OJZ6C27	A 30019956	30/04/2026 15:59	5541	4	R$ 195,23
OJZ8H88	A 30014348	04/05/2026 16:45	5525	0	R$ 130,16
OKA1358	R 00020315	24/03/2026 19:47	7455	0	R$ 130,16
OKA3F70	A 30020051	08/05/2026 16:20	5495	0	R$ 195,23
OKA5A09	A 30015743	23/07/2025 20:56	5541	1	R$ 195,23
OKA8H04	A 30019974	16/05/2026 10:19	5541	4	R$ 195,23
OKA9061	A 30019958	08/05/2026 15:32	5541	4	R$ 195,23
OKB0F47	A 30019450	26/05/2026 09:40	7633	1	R$ 293,47
OKB0H16	R 00020032	15/03/2026 14:03	7455	0	R$ 130,16
OKB4544	R 00020961	01/05/2026 09:10	7455	0	R$ 130,16
OKB7863	A 30014630	13/05/2026 16:00	5509	0	R$ 130,16
OKB8A03	R 00021199	15/05/2026 21:55	7463	0	R$ 195,23
OKC1393	A 30020361	22/05/2026 11:37	5460	0	R$ 130,16
OKC2H19	A 30019468	26/03/2026 10:23	7625	2	R$ 293,47
OKC5E62	R 00021103	08/05/2026 14:11	7455	0	R$ 130,16
ONR8876	A 30019818	15/05/2026 09:27	5541	1	R$ 195,23
ORK0D88	R 00020953	01/05/2026 07:19	7455	0	R$ 130,16
OSC4E78	R 00020084	15/03/2026 12:57	7463	0	R$ 195,23
OSO3944	R 00020943	02/05/2026 09:26	7455	0	R$ 130,16
OUB0H71	R 00021198	16/05/2026 14:45	7455	0	R$ 130,16
OVZ0J57	A 30018832	27/05/2026 07:10	6084	1	R$ 195,23
OVZ7275	R 00021303	17/05/2026 09:41	7455	0	R$ 130,16
OVZ8935	R 00020075	15/03/2026 12:42	7455	0	R$ 130,16
OWA0855	A 30019168	20/05/2026 10:28	7625	2	R$ 293,47
OWA2C92	R 00020249	22/03/2026 14:21	7455	0	R$ 130,16
OWA7754	A 30020031	29/04/2026 17:30	6050	1	R$ 293,47
OWA9C03	R 00020050	15/03/2026 05:48	7455	0	R$ 130,16
OWA9C03	R 00021311	17/05/2026 05:48	7455	0	R$ 130,16
OWB4C76	A 30019180	27/05/2026 06:50	6050	1	R$ 293,47
OWB4I77	R 00020914	29/04/2026 09:02	7455	0	R$ 130,16
OWB6202	R 00021070	09/05/2026 16:52	7455	0	R$ 130,16
OWB6214	A 30019908	24/04/2026 13:37	5541	4	R$ 195,23
OWB6222	A 30020101	08/05/2026 22:15	5010	0	R$ 880,41
OWB6I09	A 30019805	24/04/2026 10:00	5452	2	R$ 195,23
OWB8A46	A 30020203	07/05/2026 10:54	5185	2	R$ 195,23
OWB9169	R 00021022	05/05/2026 14:25	7455	0	R$ 130,16
OWB9169	R 00021134	07/05/2026 14:35	7455	0	R$ 130,16
OWB9780	A 30019618	24/04/2026 07:26	6084	1	R$ 195,23
OWC0438	R 00020026	10/03/2026 11:07	7455	0	R$ 130,16
OWC5162	R 00021111	10/05/2026 06:28	7455	0	R$ 130,16
OWC6F02	R 00021343	20/05/2026 13:32	7455	0	R$ 130,16
OWC6J11	R 00020346	28/03/2026 00:24	7463	0	R$ 195,23
OWC7C57	A 30019402	26/03/2026 11:06	6084	1	R$ 195,23
OWC9842	A 30020164	21/05/2026 10:49	5550	0	R$ 130,16
OWD2H98	A 30019298	27/04/2026 12:02	5819	7	R$ 880,41
OWD3072	A 30020040	06/05/2026 17:05	5487	0	R$ 195,23
OWD5288	A 30019167	20/05/2026 07:00	6050	1	R$ 293,47
OWD5H56	A 30020041	06/05/2026 17:22	5487	0	R$ 195,23
OWD8166	A 30019332	22/05/2026 09:25	6041	2	R$ 195,23
OWD8D41	A 30018988	04/05/2026 16:26	5487	0	R$ 195,23
OWD9D61	R 00021299	17/05/2026 16:32	7455	0	R$ 130,16
OWE0856	R 00021339	21/05/2026 10:22	7463	0	R$ 195,23
OWE1602	A 30018047	04/05/2026 09:40	5495	0	R$ 195,23
OWE1D09	A 30020222	15/05/2026 06:43	5185	1	R$ 195,23
OWE5F11	R 00021295	17/05/2026 17:13	7455	0	R$ 130,16
OWE6A74	R 00021192	15/05/2026 08:47	7455	0	R$ 130,16
OWE8512	A 30019827	22/05/2026 17:40	5630	0	R$ 130,16
OWE9G55	A 30019338	26/05/2026 11:15	5819	7	R$ 880,41
OWF1960	A 30020304	25/05/2026 16:50	5428	3	R$ 293,47
OWF4E81	R 00021204	16/05/2026 07:30	7455	0	R$ 130,16
OWF6J22	R 00020063	13/03/2026 09:44	7455	0	R$ 130,16
OWF6J22	R 00021149	09/05/2026 10:39	7455	0	R$ 130,16
OWF6J22	R 00021169	13/05/2026 11:33	7455	0	R$ 130,16
OWF9339	A 30019150	27/05/2026 19:15	5487	0	R$ 195,23
OWG2F91	A 30018050	04/05/2026 16:19	6050	2	R$ 293,47
OWG2H09	R 00020919	02/05/2026 13:20	7455	0	R$ 130,16
OWG9H57	A 30019582	08/05/2026 22:05	6599	2	R$ 293,47
OXO1155	A 30014336	24/04/2026 15:15	5487	0	R$ 195,23
OYF4J76	R 00021122	10/05/2026 11:10	7455	0	R$ 130,16
OYJ1J27	R 00020161	19/03/2026 10:20	7455	0	R$ 130,16
OZU1A09	R 00021152	14/05/2026 09:35	7455	0	R$ 130,16

OZY1E92	R 00021195	16/05/2026 09:46	7455	0	R$ 130,16
PAV0G55	R 00021318	21/05/2026 10:24	7455	0	R$ 130,16
PAV8A44	A 30020219	11/05/2026 10:34	5509	0	R$ 130,16
PCF9A51	A 30020163	20/05/2026 17:24	5878	0	R$ 130,16
PCO8B04	R 00020891	30/04/2026 14:59	7455	0	R$ 130,16
PCO8I59	R 00020973	05/05/2026 09:05	7455	0	R$ 130,16
PCP2H08	A 30019141	20/05/2026 10:40	7633	1	R$ 293,47
PCR2B37	A 30018856	02/05/2026 06:11	5541	1	R$ 195,23
PCZ3B66	R 00020067	13/03/2026 08:46	7455	0	R$ 130,16
PDC7F07	A 30018992	11/05/2026 15:23	5487	0	R$ 195,23
PDG7F86	A 30019296	27/04/2026 09:44	5487	0	R$ 195,23
PDI4F84	A 30019915	30/04/2026 09:55	5509	0	R$ 130,16
PDR1439	R 00020322	24/03/2026 12:39	7455	0	R$ 130,16
PET1558	R 00020923	02/05/2026 04:29	7455	0	R$ 130,16
PET7206	R 00021237	19/05/2026 20:56	7455	0	R$ 130,16
PEX7D84	A 30014343	25/04/2026 10:32	5541	4	R$ 195,23
PGB3F94	R 00021196	15/05/2026 12:59	7455	0	R$ 130,16
PGJ0E02	A 30020037	06/05/2026 16:14	5541	4	R$ 195,23
PGK1F03	A 30019635	11/05/2026 10:36	5509	0	R$ 130,16
PGR5F19	A 30015552	28/06/2025 06:40	5967	0	R$ 1.467,35
PGZ6I38	A 30019674	22/05/2026 22:10	7579	0	R$ 2.934,70
PKG3I32	R 00021225	17/05/2026 09:02	7455	0	R$ 130,16
PKU8A32	R 00021102	09/05/2026 11:07	7455	0	R$ 130,16
PMI8C86	A 30019146	25/05/2026 16:20	5878	0	R$ 130,16

PNB9A72	R 00021045	04/05/2026 16:05	7455	0	R$ 130,16
PNH4F02	A 30014185	28/04/2026 16:35	5541	4	R$ 195,23
PNY4B78	R 00021141	07/05/2026 16:55	7455	0	R$ 130,16
POF7789	R 00021156	13/05/2026 05:29	7455	0	R$ 130,16
POF7J29	A 30019976	16/05/2026 11:49	5525	0	R$ 130,16
POG2H28	A 30019000	12/05/2026 15:40	5380	0	R$ 130,16
POW9D30	A 30019894	02/05/2026 09:31	5541	1	R$ 195,23
PYH9J87	A 30019898	02/05/2026 12:01	5738	0	R$ 293,47
QBM1A16	R 00021126	10/05/2026 08:15	7455	0	R$ 130,16
QBT2C03	R 00020991	06/05/2026 20:28	7455	0	R$ 130,16
QCI1B36	A 30019558	27/04/2026 11:18	7633	1	R$ 293,47
QCZ9E10	R 00021013	06/05/2026 15:13	7455	0	R$ 130,16
QEV1F19	A 30019438	13/05/2026 15:45	7625	2	R$ 293,47
QEZ5909	R 00021047	03/05/2026 20:01	7455	0	R$ 130,16
QFD8J66	R 00020935	02/05/2026 08:11	7463	0	R$ 195,23
QFF9563	R 00020143	21/03/2026 09:06	7455	0	R$ 130,16
QFF9563	R 00020890	29/04/2026 20:35	7455	0	R$ 130,16
QFF9563	R 00021324	20/05/2026 15:57	7455	0	R$ 130,16
QFI2F78	A 30020308	25/05/2026 17:25	6858	0	R$ 130,16
QFI3J19	A 30019136	12/05/2026 08:35	5487	0	R$ 195,23
QFI6I91	A 30019149	27/05/2026 19:07	5487	0	R$ 195,23
QFJ5F29	R 00020139	17/03/2026 09:33	7455	0	R$ 130,16
QFJ5H41	R 00021174	14/05/2026 09:26	7455	0	R$ 130,16
QFK1679	R 00021344	20/05/2026 11:58	7455	0	R$ 130,16
QFM3D79	A 30020213	11/05/2026 06:55	6084	1	R$ 195,23
QFM9G94	R 00021217	16/05/2026 05:56	7455	0	R$ 130,16
QFN3A53	A 30019596	25/05/2026 10:15	5410	0	R$ 130,16
QFO6H49	R 00020222	21/03/2026 12:11	7463	0	R$ 195,23
QFQ5I76	A 30020372	26/05/2026 09:48	5487	0	R$ 195,23
QFS0C02	A 30019322	06/05/2026 10:30	6041	2	R$ 195,23
QFT9F26	A 30019564	05/05/2026 08:15	5541	1	R$ 195,23
QFU5H04	A 30019675	22/05/2026 21:45	5010	0	R$ 880,41
QFW7I78	A 30018834	27/05/2026 11:00	6041	2	R$ 195,23
QFX2F28	R 00021172	14/05/2026 07:30	7455	0	R$ 130,16
QFY5I01	R 00021080	09/05/2026 14:45	7455	0	R$ 130,16
QFZ5J86	A 30019133	08/05/2026 16:44	5878	0	R$ 130,16
QGA1628	R 00021330	21/05/2026 15:52	7455	0	R$ 130,16
QGA2B43	A 30020256	22/05/2026 17:10	6599	2	R$ 293,47
QGA2B43	A 30020257	22/05/2026 17:10	5274	1	R$ 2.934,70
QGA6H61	A 30018864	05/05/2026 12:56	5541	1	R$ 195,23
QGA7804	A 30019444	18/05/2026 11:09	6084	1	R$ 195,23
QGA8C80	A 30020055	13/05/2026 16:50	5509	0	R$ 130,16
QGB4950	A 30018971	26/03/2026 15:50	5541	7	R$ 195,23
QGC5H49	R 00021130	09/05/2026 22:49	7463	0	R$ 195,23
QGC9526	R 00020236	22/03/2026 14:11	7455	0	R$ 130,16
QGC9526	R 00021077	12/05/2026 20:04	7455	0	R$ 130,16
QGC9G53	R 00020947	01/05/2026 08:02	7455	0	R$ 130,16
QGD0J15	R 00020283	22/03/2026 14:54	7455	0	R$ 130,16
QGD6E57	A 30020027	29/04/2026 15:53	6122	0	R$ 293,47
QGD7B71	A 30019835	25/05/2026 10:42	5541	1	R$ 195,23
QGD7C78	R 00021264	17/05/2026 14:34	7455	0	R$ 130,16
QGD7C78	R 00021265	17/05/2026 15:37	7455	0	R$ 130,16
QGD7C78	R 00021352	21/05/2026 18:28	7455	0	R$ 130,16
QGE1817	R 00021193	16/05/2026 03:22	7455	0	R$ 130,16
QGE6597	R 00020351	27/03/2026 09:54	7455	0	R$ 130,16
QGE7221	R 00021234	17/05/2026 15:29	7455	0	R$ 130,16
QGE9822	A 30020307	25/05/2026 17:17	7048	1	R$ 293,47
QGF0432	A 30019704	23/04/2026 08:10	6041	2	R$ 195,23
QGF1B47	A 30019854	22/04/2026 06:48	6084	1	R$ 195,23

QGF1B47	A 30019855	22/04/2026 06:48	6599	2	R$ 293,47
QGF2E78	A 30020201	07/05/2026 10:51	6084	1	R$ 195,23
QGF2E78	A 30020202	07/05/2026 10:53	6599	2	R$ 293,47

QGF3510	R 00021210	15/05/2026 15:35	7455	0	R$ 130,16
QGF3G33	A 30019952	25/04/2026 08:18	5541	4	R$ 195,23
QGF7615	A 30018869	13/05/2026 13:16	5541	4	R$ 195,23
QGG1B13	R 00021082	12/05/2026 11:37	7455	0	R$ 130,16
QGG3J56	R 00021136	09/05/2026 03:32	7455	0	R$ 130,16
QGG5F40	R 00021220	15/05/2026 15:32	7455	0	R$ 130,16
QGG5G36	R 00021076	09/05/2026 00:21	7455	0	R$ 130,16
QGG6E38	A 30019599	25/05/2026 11:06	6637	1	R$ 195,23
QGG6E38	R 00021060	12/05/2026 11:29	7455	0	R$ 130,16
QGG6F55	R 00021309	18/05/2026 21:08	7455	0	R$ 130,16
QGG9B64	R 00021207	16/05/2026 19:50	7455	0	R$ 130,16
QGH1359	A 30020367	22/05/2026 17:12	7030	1	R$ 293,47
QGH4885	R 00021139	09/05/2026 11:38	7455	0	R$ 130,16
QGH8454	A 30019318	06/05/2026 07:40	5819	7	R$ 880,41
QGH8J86	A 30019331	22/05/2026 07:30	7633	1	R$ 293,47
QGH9587	R 00021138	08/05/2026 14:24	7455	0	R$ 130,16
QGH9J17	R 00020024	12/03/2026 10:18	7455	0	R$ 130,16
QGI2C47	R 00020881	26/04/2026 17:47	7455	0	R$ 130,16
QGI2C47	R 00020895	30/04/2026 12:08	7455	0	R$ 130,16
QGI3041	A 30019432	27/04/2026 11:17	6599	2	R$ 293,47
QGI3041	A 30019555	27/04/2026 11:17	6084	1	R$ 195,23
QGI4F80	R 00021313	17/05/2026 20:36	7455	0	R$ 130,16
QGJ0J17	R 00020980	03/05/2026 13:13	7463	0	R$ 195,23
QGJ1E24	R 00021203	16/05/2026 22:21	7455	0	R$ 130,16
QGJ1E24	R 00021215	16/05/2026 22:09	7463	0	R$ 195,23
QGJ2059	A 30019140	20/05/2026 10:30	5541	1	R$ 195,23
QGJ4A27	R 00021054	10/05/2026 15:19	7463	0	R$ 195,23
QGK0E03	A 30019300	28/04/2026 09:09	5487	0	R$ 195,23
QGK1965	R 00021003	06/05/2026 08:05	7455	0	R$ 130,16
QGK1B05	R 00021359	21/05/2026 10:58	7455	0	R$ 130,16
QGK1F40	R 00021143	11/05/2026 13:46	7455	0	R$ 130,16
QGK1F59	A 30020205	07/05/2026 11:10	5959	1	R$ 1.467,35
QGK1F59	A 30020237	19/05/2026 11:12	6050	1	R$ 293,47
QGK3B32	A 30019171	20/05/2026 17:25	6084	1	R$ 195,23
QGK3B32	A 30019172	20/05/2026 17:25	6599	2	R$ 293,47
QGK3E89	R 00021019	06/05/2026 02:07	7455	0	R$ 130,16
QGK6544	A 30014996	30/07/2025 16:33	5541	4	R$ 195,23
QGK7D13	A 30019661	07/05/2026 16:50	6858	0	R$ 130,16
QGL0737	R 00021105	12/05/2026 12:54	7455	0	R$ 130,16
QGL1790	A 30018827	12/05/2026 09:40	6599	2	R$ 293,47
QGL1A46	A 30020167	21/05/2026 11:08	5878	0	R$ 130,16
QGL1F30	A 30015050	18/06/2025 11:19	7048	1	R$ 293,47
QGL3026	R 00020926	01/05/2026 13:20	7455	0	R$ 130,16
QGL4I73	R 00021232	19/05/2026 08:22	7455	0	R$ 130,16
QGL4I73	R 00021262	19/05/2026 12:35	7455	0	R$ 130,16
QGL4I73	R 00021365	21/05/2026 08:17	7455	0	R$ 130,16
QGL7J55	A 30019667	19/05/2026 10:55	6050	1	R$ 293,47
QGL9232	A 30020105	08/05/2026 22:36	5010	0	R$ 880,41
QGL9J83	A 30019664	11/05/2026 09:05	7633	1	R$ 293,47
QGM0D25	R 00021146	07/05/2026 12:23	7455	0	R$ 130,16
QGM0E84	A 30019897	02/05/2026 11:38	5541	4	R$ 195,23
QGM4335	A 30019619	24/04/2026 16:56	7633	1	R$ 293,47
QGM4840	A 30019431	27/04/2026 11:12	6084	1	R$ 195,23
QGM5F81	R 00020310	22/03/2026 19:05	7455	0	R$ 130,16
QGM8457	R 00021230	17/05/2026 12:35	7455	0	R$ 130,16
QGN3113	A 30019641	15/05/2026 16:07	5541	4	R$ 195,23
QGN3F78	A 30014631	21/05/2026 10:15	5541	4	R$ 195,23
QGN3J13	A 30014187	06/05/2026 16:28	5541	4	R$ 195,23
QGO1099	A 30018996	12/05/2026 15:00	5525	0	R$ 130,16
QGO4D14	R 00021257	17/05/2026 13:16	7455	0	R$ 130,16
QGO5E99	A 30019436	13/05/2026 07:18	6599	2	R$ 293,47
QGO5E99	A 30019437	13/05/2026 07:18	6084	1	R$ 195,23
QGO6263	A 30017813	22/05/2026 22:33	6599	2	R$ 293,47
QGO6263	A 30017814	22/05/2026 22:43	5010	0	R$ 880,41
QGO6G32	R 00021133	07/05/2026 16:54	7455	0	R$ 130,16
QGO9952	A 30019179	27/05/2026 06:45	6084	1	R$ 195,23
QGO9I52	R 00020966	01/05/2026 08:43	7455	0	R$ 130,16
QGP0281	A 30014194	16/05/2026 09:32	5541	4	R$ 195,23
QGP1A37	R 00021297	19/05/2026 10:45	7455	0	R$ 130,16
QGP1A37	R 00021334	21/05/2026 22:52	7455	0	R$ 130,16
QGP2800	R 00021329	20/05/2026 12:03	7455	0	R$ 130,16
QGP2A28	R 00021009	05/05/2026 10:39	7455	0	R$ 130,16
QGP2G10	R 00021353	21/05/2026 15:08	7455	0	R$ 130,16
QGP3391	A 30018049	04/05/2026 16:12	5819	7	R$ 880,41
QGP3H34	A 30014335	24/04/2026 15:06	5541	7	R$ 195,23
QGP6582	R 00021020	03/05/2026 10:13	7455	0	R$ 130,16
QGP8597	A 30020106	08/05/2026 22:48	6599	2	R$ 293,47
QGP8E72	R 00021096	07/05/2026 09:44	7455	0	R$ 130,16
QGQ0858	A 30019765	13/05/2026 12:50	5410	0	R$ 130,16
QGQ3971	R 00021287	19/05/2026 09:42	7455	0	R$ 130,16
QGQ5D76	A 30019337	26/05/2026 10:20	5185	1	R$ 195,23
QGQ5H83	A 30019807	04/05/2026 09:00	5525	0	R$ 130,16
QGQ6888	A 30019821	15/05/2026 16:47	5525	0	R$ 130,16
QGQ7C12	A 30020161	20/05/2026 11:28	5967	0	R$ 1.467,35
QGQ7C12	A 30020162	20/05/2026 11:28	6599	2	R$ 293,47
QGR1369	A 30020217	11/05/2026 07:22	5185	1	R$ 195,23
QGR5600	R 00021142	09/05/2026 10:05	7455	0	R$ 130,16

QGR9E20	A 30014188	09/05/2026 07:14	5541	4	R$ 195,23
QGS0H91	R 00020105	10/03/2026 10:55	7455	0	R$ 130,16
QGS1B60	A 30019760	05/05/2026 16:32	5410	0	R$ 130,16
QGS3B14	A 30019293	27/04/2026 08:00	6599	2	R$ 293,47
QGS3B14	A 30019294	27/04/2026 08:00	6068	1	R$ 195,23
QGS5B00	R 00021367	21/05/2026 09:53	7455	0	R$ 130,16
QGS5I34	A 30019951	24/04/2026 15:11	5541	7	R$ 195,23
QGS6F06	A 30018689	26/03/2026 09:09	5495	0	R$ 195,23
QGS7H49	A 30018835	27/05/2026 11:20	6041	2	R$ 195,23
QGS8E09	R 00020234	24/03/2026 14:17	7455	0	R$ 130,16
QGS9E20	A 30014180	25/04/2026 06:59	7625	2	R$ 293,47
QGT0I59	A 30020221	15/05/2026 06:39	6084	1	R$ 195,23
QGT1G86	A 30014181	25/04/2026 08:17	5541	4	R$ 195,23
QGT2A83	A 30019876	24/04/2026 07:32	6084	1	R$ 195,23
QGT5990	R 00021151	09/05/2026 09:49	7463	0	R$ 195,23
QGT5E53	R 00020960	01/05/2026 10:04	7455	0	R$ 130,16
QGT6I57	A 30018859	02/05/2026 07:03	5541	1	R$ 195,23
QGT6I59	R 00020964	02/05/2026 11:19	7455	0	R$ 130,16
QGT8B30	R 00021188	15/05/2026 13:34	7455	0	R$ 130,16
QGU0B27	A 30019964	09/05/2026 12:37	5525	0	R$ 130,16
QGU1E28	R 00020909	29/04/2026 09:39	7455	0	R$ 130,16
QGU1E77	A 30019627	11/05/2026 08:55	7625	2	R$ 293,47
QGU3C77	A 30019672	22/05/2026 21:30	5045	0	R$ 293,47
QGU3H32	A 30020016	29/04/2026 06:58	7633	1	R$ 293,47
QGU4B24	R 00021241	18/05/2026 11:54	7455	0	R$ 130,16
QGU4B54	R 00021027	05/05/2026 11:10	7455	0	R$ 130,16
QGV1A13	R 00021181	14/05/2026 10:36	7455	0	R$ 130,16
QGV4B79	A 30015509	01/07/2025 10:48	5959	1	R$ 1.467,35

QGV4C08	R 00020912	29/04/2026 13:53	7455	0	R$ 130,16
QGV4D85	A 30020255	22/05/2026 15:54	5487	0	R$ 195,23
QGV6B12	A 30018877	25/05/2026 10:31	7625	1	R$ 293,47
QGV6B65	A 30020025	29/04/2026 15:35	5541	1	R$ 195,23
QGW0371	R 00020906	30/04/2026 21:41	7455	0	R$ 130,16
QGW2E69	R 00021271	17/05/2026 15:18	7455	0	R$ 130,16
QGW5G55	R 00021161	13/05/2026 12:18	7455	0	R$ 130,16
QGW6G05	R 00021026	03/05/2026 12:26	7455	0	R$ 130,16
QGW9B36	A 30019815	13/05/2026 09:05	5541	1	R$ 195,23
QGX1D56	A 30020038	06/05/2026 16:12	5487	0	R$ 195,23
QGX2A46	R 00021243	18/05/2026 11:17	7455	0	R$ 130,16
QGX3H27	A 30019707	23/04/2026 11:20	6041	2	R$ 195,23
QGX8A34	R 00021296	17/05/2026 04:47	7463	0	R$ 195,23
QGX8A34	R 00021305	18/05/2026 05:10	7455	0	R$ 130,16
QGX8B22	R 00021289	19/05/2026 07:19	7455	0	R$ 130,16
QGX8E37	A 30020359	22/05/2026 09:57	7633	1	R$ 293,47
QGX9J45	A 30019622	07/05/2026 09:38	5541	4	R$ 195,23
QGY1793	A 30019966	13/05/2026 15:15	5541	1	R$ 195,23
QGY2D71	R 00020920	02/05/2026 07:14	7455	0	R$ 130,16
QGY2E56	A 30019324	06/05/2026 17:13	5541	4	R$ 195,23
QGY5J66	A 30019824	22/05/2026 09:40	5525	0	R$ 130,16
QGY6A16	R 00021302	17/05/2026 12:41	7455	0	R$ 130,16
QGY7G27	R 00020275	22/03/2026 15:26	7463	0	R$ 195,23
QGY7H68	A 30019834	25/05/2026 10:29	7625	2	R$ 293,47
QGY8I01	A 30014350	06/05/2026 16:05	5509	0	R$ 130,16
QGZ0G69	A 30020057	14/05/2026 16:40	5452	2	R$ 195,23
QGZ1938	A 30019973	16/05/2026 09:56	5541	4	R$ 195,23
QGZ4D28	A 30020160	20/05/2026 11:24	5967	0	R$ 1.467,35
QGZ5A09	R 00021024	05/05/2026 10:45	7455	0	R$ 130,16
QGZ6B58	A 30019959	08/05/2026 15:49	5509	0	R$ 130,16
QGZ8G94	R 00021173	14/05/2026 04:26	7455	0	R$ 130,16
QGZ9B16	R 00020056	14/03/2026 12:37	7463	0	R$ 195,23
QLG3J90	R 00020248	22/03/2026 11:58	7463	0	R$ 195,23
QMC1C96	R 00021290	17/05/2026 13:04	7455	0	R$ 130,16
QMW6369	R 00021327	20/05/2026 10:11	7455	0	R$ 130,16
QMX1C32	A 30019810	06/05/2026 13:33	5541	3	R$ 195,23
QNO3I95	A 30020021	29/04/2026 11:28	5541	1	R$ 195,23
QOV0G99	A 30018857	02/05/2026 06:25	5541	1	R$ 195,23
QOY2A59	R 00020293	26/03/2026 15:04	7455	0	R$ 130,16
QQE8F71	A 30019762	12/05/2026 15:35	5452	1	R$ 195,23
QQX6A48	R 00021233	18/05/2026 15:00	7455	0	R$ 130,16
QSA0A49	A 30019589	18/05/2026 11:09	5967	0	R$ 1.467,35
QSA0A49	A 30019590	18/05/2026 11:09	6599	2	R$ 293,47
QSB5A08	A 30019955	30/04/2026 15:55	5541	4	R$ 195,23
QSC4G33	R 00021261	19/05/2026 06:04	7455	0	R$ 130,16
QSD4878	R 00020041	09/03/2026 23:29	7463	0	R$ 195,23
QSD6E44	R 00020101	11/03/2026 06:59	7455	0	R$ 130,16
QSE0937	A 30020039	06/05/2026 17:04	5738	0	R$ 293,47
QSG1G97	R 00021229	17/05/2026 07:04	7455	0	R$ 130,16
QSH1D01	A 30019953	30/04/2026 14:20	5738	0	R$ 293,47
QSH9F15	A 30019893	02/05/2026 07:27	5541	4	R$ 195,23
QSI7G35	R 00020292	24/03/2026 10:17	7455	0	R$ 130,16
QSJ1D98	R 00021247	19/05/2026 14:44	7455	0	R$ 130,16
QSK7C97	R 00020330	27/03/2026 13:22	7455	0	R$ 130,16
QSK9F80	R 00021023	03/05/2026 15:55	7455	0	R$ 130,16
QTT8C50	R 00020863	27/04/2026 11:43	7455	0	R$ 130,16
QUP5C82	A 30019617	24/04/2026 07:22	6084	1	R$ 195,23
QVB9J94	R 00021012	04/05/2026 03:17	7455	0	R$ 130,16
QVF3H92	R 00021056	08/05/2026 14:50	7463	0	R$ 195,23

QWH5I69	A 30019633	11/05/2026 09:44	5614	4	R$ 195,23
QYN7B30	R 00020951	01/05/2026 10:34	7455	0	R$ 130,16
QYP3B84	R 00021068	07/05/2026 08:45	7463	0	R$ 195,23
QZL7H98	A 30020064	21/05/2026 15:40	5380	0	R$ 130,16
QZN7J50	R 00020969	05/05/2026 11:32	7455	0	R$ 130,16
RCH4I55	A 30020116	14/05/2026 11:09	7633	1	R$ 293,47
RCH4I55	A 30020117	14/05/2026 11:09	6599	2	R$ 293,47
RFZ1C06	R 00021001	04/05/2026 08:50	7463	0	R$ 195,23
RGE0G48	R 00021091	12/05/2026 13:23	7455	0	R$ 130,16
RGE1H16	R 00020946	01/05/2026 13:22	7455	0	R$ 130,16
RGE1J69	R 00020203	21/03/2026 07:55	7455	0	R$ 130,16
RGE5J46	R 00021170	13/05/2026 10:53	7455	0	R$ 130,16
RGE7A52	R 00021235	17/05/2026 15:09	7455	0	R$ 130,16
RGE7C01	R 00021025	04/05/2026 10:28	7455	0	R$ 130,16
RGE8I07	R 00020273	26/03/2026 11:56	7455	0	R$ 130,16
RGE9B38	R 00020867	27/04/2026 14:32	7455	0	R$ 130,16
RGF0B89	A 30020238	19/05/2026 16:39	5487	0	R$ 195,23
RGF4F53	R 00021086	08/05/2026 14:37	7463	0	R$ 195,23
RGF5I27	A 30019611	24/04/2026 06:55	6084	1	R$ 195,23
RGF5I27	A 30019612	24/04/2026 06:55	6599	2	R$ 293,47
RGF6F90	A 30020352	19/05/2026 17:10	6050	1	R$ 293,47
RGF9F77	R 00020990	06/05/2026 07:11	7455	0	R$ 130,16
RGF9G49	A 30019587	18/05/2026 11:04	5908	0	R$ 1.467,35
RGF9G49	A 30019588	18/05/2026 11:04	6599	2	R$ 293,47
RGG2C62	R 00021166	14/05/2026 14:19	7455	0	R$ 130,16
RGG3H47	A 30020028	29/04/2026 16:05	7625	2	R$ 293,47
RGG4E77	R 00021113	12/05/2026 00:20	7455	0	R$ 130,16
RGH0E48	A 30019887	02/05/2026 06:02	5738	0	R$ 293,47
RGH4H13	R 00021118	09/05/2026 15:51	7455	0	R$ 130,16
RGH7E43	R 00021010	04/05/2026 19:06	7455	0	R$ 130,16
RGH7E43	R 00021361	21/05/2026 16:20	7455	0	R$ 130,16
RGH8H14	R 00021245	18/05/2026 18:37	7455	0	R$ 130,16
RGH8I21	A 30014620	02/05/2026 06:00	5541	7	R$ 195,23
RGH8J96	A 30014349	06/05/2026 15:50	5487	0	R$ 195,23
RGH9D54	A 30019817	14/05/2026 12:34	5487	0	R$ 195,23
RGH9H87	R 00021067	11/05/2026 12:51	7455	0	R$ 130,16
RGI1A77	A 30020109	08/05/2026 23:15	5010	0	R$ 880,41
RGI1I38	A 30014627	05/05/2026 15:50	7625	2	R$ 293,47
RGI2D91	R 00020929	01/05/2026 05:31	7455	0	R$ 130,16
RGI4I50	A 30018865	06/05/2026 13:03	5541	1	R$ 195,23
RGI5B03	R 00021030	04/05/2026 14:12	7455	0	R$ 130,16
RGI6J86	A 30020355	22/05/2026 07:00	7633	1	R$ 293,47
RGI8C11	A 30019913	29/04/2026 09:25	5541	1	R$ 195,23
RGJ3A49	A 30018873	14/05/2026 16:20	5525	0	R$ 130,16
RGJ5203	A 30020216	11/05/2026 07:18	5967	0	R$ 1.467,35
RGJ5B84	A 30020050	19/05/2026 16:53	7633	1	R$ 293,47
RGJ6C35	R 00020080	10/03/2026 12:05	7455	0	R$ 130,16
RGJ6H36	A 30019132	08/05/2026 16:09	5495	0	R$ 195,23
RGJ7J78	A 30019709	24/04/2026 07:12	5878	0	R$ 130,16
RGJ9D91	A 30020060	18/05/2026 16:18	5525	0	R$ 130,16
RGJ9D91	R 00020046	09/03/2026 23:27	7455	0	R$ 130,16
RGK1A18	R 00020218	19/03/2026 15:06	7463	0	R$ 195,23
RGK2D75	A 30018863	02/05/2026 10:32	5541	1	R$ 195,23
RGK2F94	R 00021163	13/05/2026 15:59	7455	0	R$ 130,16
RGK2H53	A 30020252	22/05/2026 07:25	6084	1	R$ 195,23
RGK3A33	R 00021007	03/05/2026 22:11	7455	0	R$ 130,16
RGK3B85	A 30019178	23/05/2026 11:55	6041	2	R$ 195,23
RGK4H92	R 00020986	06/05/2026 12:34	7455	0	R$ 130,16
RGK7B22	R 00021358	20/05/2026 10:01	7455	0	R$ 130,16
RGK7D52	R 00020060	10/03/2026 14:45	7455	0	R$ 130,16
RGK7I10	A 30019566	05/05/2026 16:14	7340	0	R$ 130,16
RGK8C57	A 30014186	28/04/2026 16:47	5509	0	R$ 130,16
RGK8F38	A 30019624	07/05/2026 10:59	5908	0	R$ 1.467,35
RGK8F38	A 30019625	07/05/2026 11:00	5916	1	R$ 976,15
RGK9E38	A 30018862	02/05/2026 10:21	7625	2	R$ 293,47
RGL1D20	R 00021089	07/05/2026 10:07	7455	0	R$ 130,16
RGL1J30	R 00021062	11/05/2026 11:10	7455	0	R$ 130,16
RGL5B51	R 00020876	28/04/2026 10:48	7455	0	R$ 130,16
RGL5H40	A 30019154	30/04/2026 08:00	5410	0	R$ 130,16
RGL5H40	R 00020993	05/05/2026 08:50	7455	0	R$ 130,16
RGL6A11	R 00020975	05/05/2026 07:45	7455	0	R$ 130,16
RGL6B02	R 00020187	17/03/2026 08:47	7455	0	R$ 130,16
RGL6B02	R 00021342	20/05/2026 08:08	7455	0	R$ 130,16
RGL6G70	R 00021351	21/05/2026 18:00	7455	0	R$ 130,16
RGL7A64	R 00020188	19/03/2026 06:57	7455	0	R$ 130,16
RGL7J67	R 00021248	18/05/2026 07:55	7455	0	R$ 130,16
RGL8D41	R 00020885	27/04/2026 11:29	7455	0	R$ 130,16
RGL8H46	A 30020362	22/05/2026 15:49	5541	7	R$ 195,23
RGL9D78	R 00021252	19/05/2026 10:42	7455	0	R$ 130,16
RGM3D36	R 00020055	14/03/2026 14:05	7455	0	R$ 130,16
RGM3E24	A300012769	02/05/2026 11:56	5509	0	R$ 130,16
RGM3J44	R 00020924	01/05/2026 10:35	7455	0	R$ 130,16
RGM4D41	R 00021294	17/05/2026 18:03	7455	0	R$ 130,16
RGM8C59	A 30020204	07/05/2026 11:02	6084	1	R$ 195,23
RGM9B88	R 00021088	09/05/2026 05:51	7455	0	R$ 130,16
RGM9E87	A 30019906	24/04/2026 10:42	7625	1	R$ 293,47
RGM9F13	A 30019336	26/05/2026 10:00	5185	1	R$ 195,23

RGM9G58	A 30019317	06/05/2026 06:45	5819	7	R$ 880,41
RGN3F11	A 30019157	04/05/2026 10:05	6637	1	R$ 195,23
RGN6D42	R 00021147	08/05/2026 06:24	7455	0	R$ 130,16
RGN6G46	A 30020020	29/04/2026 08:49	5487	0	R$ 195,23
RGN9J89	A 30020152	12/05/2026 10:15	6599	2	R$ 293,47
RIE6B43	R 00021191	15/05/2026 15:17	7455	0	R$ 130,16
RIK1A71	R 00020360	30/03/2026 12:04	7455	0	R$ 130,16
RLQ5B72	R 00021123	11/05/2026 13:24	7455	0	R$ 130,16
RLQ6C25	R 00021333	21/05/2026 09:48	7455	0	R$ 130,16
RLQ9J05	R 00021015	04/05/2026 08:25	7455	0	R$ 130,16
RLR2D78	A 30018875	20/05/2026 09:25	5525	0	R$ 130,16
RLR4F13	A 30019662	07/05/2026 17:10	5185	1	R$ 195,23
RLS3B04	R 00021095	10/05/2026 11:36	7455	0	R$ 130,16
RLS4I99	R 00020120	10/03/2026 10:56	7455	0	R$ 130,16
RLT0E57	A 30019448	26/05/2026 08:19	5541	4	R$ 195,23
RLT4C14	R 00021253	18/05/2026 15:07	7455	0	R$ 130,16
RLU9G99	A 30019469	26/03/2026 10:38	5541	7	R$ 195,23
RLW0G82	R 00021004	03/05/2026 14:55	7455	0	R$ 130,16
RLW3A18	A 30019563	28/04/2026 15:05	5541	4	R$ 195,23
RLW7H74	R 00021171	13/05/2026 12:31	7455	0	R$ 130,16
RLX6H27	A 30020118	19/05/2026 09:32	5738	0	R$ 293,47
RLY6A66	A 30019159	04/05/2026 16:16	6084	1	R$ 195,23
RLY6A66	A 30019886	27/04/2026 10:34	5738	0	R$ 293,47
RLY8H22	R 00020921	01/05/2026 06:10	7455	0	R$ 130,16
RML8F22	R 00020907	29/04/2026 14:59	7455	0	R$ 130,16
RML8F22	R 00020913	29/04/2026 09:44	7455	0	R$ 130,16
RON4C14	R 00020996	05/05/2026 11:11	7455	0	R$ 130,16
RON4C14	R 00021307	18/05/2026 17:31	7455	0	R$ 130,16
RQA1C62	R 00020898	30/04/2026 13:46	7455	0	R$ 130,16
RQA1E34	A 30019912	28/04/2026 10:30	5541	1	R$ 195,23
RQA1E34	R 00021320	20/05/2026 05:29	7455	0	R$ 130,16
RQA2C58	A 30019433	27/04/2026 16:59	6084	1	R$ 195,23
RQA2J36	R 00020212	17/03/2026 14:31	7463	0	R$ 195,23
RQA2J42	A 30020220	11/05/2026 16:17	5487	0	R$ 195,23
RQA3C03	A 30019148	25/05/2026 17:21	5908	0	R$ 1.467,35
RQA3C03	A 30019562	27/04/2026 17:11	5878	0	R$ 130,16
RQA3E64	A 30020354	22/05/2026 06:53	6050	1	R$ 293,47
RQA3I40	R 00021259	17/05/2026 15:51	7455	0	R$ 130,16
RQA4G56	R 00021201	16/05/2026 21:53	7455	0	R$ 130,16
RQA5A76	A 30019333	22/05/2026 09:55	7366	2	R$ 130,16
RQA5A76	A 30019334	22/05/2026 09:58	6599	2	R$ 293,47
RQA5G68	A 30019583	18/05/2026 07:00	7340	0	R$ 130,16
RQA7H09	R 00020091	14/03/2026 11:08	7455	0	R$ 130,16
RQA7H09	R 00020162	18/03/2026 09:39	7455	0	R$ 130,16
RQA7H60	A 30019968	15/05/2026 15:40	5380	0	R$ 130,16
RQA7J85	A 30019480	27/03/2026 12:02	6599	2	R$ 293,47
RQA7J85	A 30019481	27/03/2026 12:02	5967	0	R$ 1.467,35
RQA7J85	A 30019483	27/03/2026 12:02	7056	1	R$ 293,47
RQB1C37	R 00020892	29/04/2026 09:19	7455	0	R$ 130,16
RQB1G09	R 00021331	20/05/2026 10:35	7455	0	R$ 130,16
RQB2H43	R 00020994	03/05/2026 17:26	7455	0	R$ 130,16
RQB3E16	A 30020360	22/05/2026 10:30	5541	3	R$ 195,23
RQB3H34	A 30014626	05/05/2026 08:29	7633	1	R$ 293,47
RQB4F48	A 30018046	04/05/2026 08:57	5495	0	R$ 195,23
RQB5E84	A 30020030	29/04/2026 16:33	5410	0	R$ 130,16
RQB6C89	A 30020227	15/05/2026 07:09	5185	1	R$ 195,23
RQB7A57	A 30019576	08/05/2026 22:55	5010	0	R$ 880,41
RQB7A57	A 30019677	27/05/2026 05:45	5819	7	R$ 880,41
RQB7G76	R 00021145	11/05/2026 12:08	7455	0	R$ 130,16
RQB8B64	R 00021185	15/05/2026 06:11	7455	0	R$ 130,16
RQB8J34	R 00021079	10/05/2026 05:31	7455	0	R$ 130,16
RQB9B46	A 30019430	27/04/2026 10:13	7366	2	R$ 130,16
RQB9G88	A 30019557	27/04/2026 11:08	6084	1	R$ 195,23
RQC0E44	A 30019917	30/04/2026 10:35	5541	4	R$ 195,23
RQC3A84	A 30019319	06/05/2026 07:55	5967	0	R$ 1.467,35
RQC3C36	A 30020218	11/05/2026 09:14	5908	0	R$ 1.467,35
RQC4J06	A 30020059	18/05/2026 16:08	5525	0	R$ 130,16
RQC5B90	R 00021208	15/05/2026 22:24	7455	0	R$ 130,16
RQC7A80	A 30020156	20/05/2026 09:36	5487	0	R$ 195,23
RQC8B94	A 30020035	06/05/2026 15:52	5525	0	R$ 130,16
RQC8B94	A 30020036	06/05/2026 15:52	5460	0	R$ 130,16
RQC9J99	R 00021200	16/05/2026 09:44	7455	0	R$ 130,16
RQD1E95	R 00021348	21/05/2026 16:33	7455	0	R$ 130,16
RQD3F54	R 00021314	17/05/2026 13:38	7455	0	R$ 130,16
RQD3H62	A 30019963	09/05/2026 09:03	5410	0	R$ 130,16
RQD4B43	R 00021285	17/05/2026 15:51	7455	0	R$ 130,16
RQD4D84	A 30019574	08/05/2026 22:40	6599	2	R$ 293,47
RQD4D84	A 30019575	08/05/2026 22:40	5010	0	R$ 880,41
RQD4H91	R 00021360	20/05/2026 12:51	7455	0	R$ 130,16
RQD7C75	A 30019163	08/05/2026 16:50	6084	1	R$ 195,23
RQD7C75	A 30019164	08/05/2026 16:50	6599	2	R$ 293,47
RQD7E38	A 30019585	18/05/2026 08:05	6084	1	R$ 195,23
RQD7E38	A 30020046	18/05/2026 11:05	5819	7	R$ 880,41
RQD7H10	A 30019836	26/05/2026 10:50	5380	0	R$ 130,16
RQD8H42	R 00021090	09/05/2026 10:46	7455	0	R$ 130,16
RQD8I90	A 30019565	05/05/2026 08:28	5541	7	R$ 195,23
RQD9D21	A 30019147	25/05/2026 16:22	5967	0	R$ 1.467,35

RQD9F15	A 30019177	23/05/2026 11:50	6041	2	R$ 195,23
RQE0C90	R 00020963	01/05/2026 06:02	7455	0	R$ 130,16
RQE1H87	R 00021016	06/05/2026 13:48	7455	0	R$ 130,16

RQE2J41	R 00021109	10/05/2026 06:12	7455	0	R$ 130,16
RQE2J41	R 00021212	16/05/2026 14:52	7455	0	R$ 130,16
RQE3E30	R 00020296	25/03/2026 14:00	7455	0	R$ 130,16
RQE3F43	R 00020998	05/05/2026 22:45	7463	0	R$ 195,23
RQE3J70	A 30019529	26/03/2026 14:48	5541	4	R$ 195,23
RQE4F43	R 00020958	02/05/2026 12:21	7455	0	R$ 130,16
RQE5B62	A 30019560	27/04/2026 11:32	5878	0	R$ 130,16
RQE6C32	R 00021032	05/05/2026 12:24	7455	0	R$ 130,16
RQE6C32	R 00021032	05/05/2026 12:24	7455	0	R$ 130,16
RQE7B46	R 00021350	21/05/2026 15:54	7455	0	R$ 130,16
RQE7E10	A 30019979	23/05/2026 08:42	5541	4	R$ 195,23
RQE9E29	A 30019616	24/04/2026 07:06	6084	1	R$ 195,23
RQF1I96	R 00021335	21/05/2026 10:37	7455	0	R$ 130,16
RQF3D36	R 00021184	16/05/2026 09:12	7455	0	R$ 130,16
RQF3D36	R 00021224	16/05/2026 14:50	7455	0	R$ 130,16
RQF5C22	R 00021278	18/05/2026 16:34	7463	0	R$ 195,23
RQF5H18	R 00020972	04/05/2026 07:59	7455	0	R$ 130,16
RQF6I90	A 30019910	28/04/2026 09:25	5410	0	R$ 130,16
RQF8H67	R 00020915	29/04/2026 18:01	7455	0	R$ 130,16
RQF9A19	R 00021214	16/05/2026 15:28	7455	0	R$ 130,16
RQF9I39	R 00021189	16/05/2026 07:19	7455	0	R$ 130,16
RQF9J30	R 00020997	06/05/2026 07:51	7455	0	R$ 130,16
RQG0B60	R 00021155	13/05/2026 11:00	7455	0	R$ 130,16
RQG0C47	A 30019639	14/05/2026 11:10	5410	0	R$ 130,16
RQG1A60	R 00021135	11/05/2026 06:41	7455	0	R$ 130,16
RQG2J70	A 30019758	27/04/2026 16:20	5380	0	R$ 130,16
RQG4E48	A 30020351	19/05/2026 17:00	6858	0	R$ 130,16
RQG4H27	A 30020364	22/05/2026 16:30	5487	0	R$ 195,23
RQG4H99	A 30020063	20/05/2026 15:50	7048	1	R$ 293,47
RQG5H94	R 00020858	28/04/2026 06:38	7455	0	R$ 130,16
RQG5J09	A 30017817	27/05/2026 19:12	5495	0	R$ 195,23
RQG6F71	A 30014172	28/03/2026 07:59	5541	4	R$ 195,23
RQG7E79	A 30019911	28/04/2026 09:41	5550	0	R$ 130,16
RQG7E79	R 00021316	19/05/2026 20:34	7455	0	R$ 130,16
RQG7H11	A 30019631	11/05/2026 09:44	5479	0	R$ 130,16
RQG8D93	R 00020942	02/05/2026 10:42	7455	0	R$ 130,16
RQH0I70	A 30019977	23/05/2026 06:11	5509	0	R$ 130,16
RQH0I70	R 00021251	18/05/2026 22:41	7455	0	R$ 130,16
RQH2A00	A300013294	26/06/2025 16:00	5967	0	R$ 1.467,35
RQH3H63	R 00021165	13/05/2026 14:53	7455	0	R$ 130,16
RQH3I86	R 00021064	09/05/2026 12:48	7455	0	R$ 130,16
RQH4B49	A 30015338	22/07/2025 21:35	7625	1	R$ 293,47
RQH5A43	R 00021362	20/05/2026 12:10	7455	0	R$ 130,16
RQH5D92	A 30019978	23/05/2026 06:50	5541	4	R$ 195,23
RQH6A38	A 30020104	08/05/2026 22:30	5010	0	R$ 880,41
RQH6C38	A 30019297	27/04/2026 11:47	5908	0	R$ 1.467,35
RQH6F96	R 00020038	15/03/2026 10:34	7455	0	R$ 130,16
RQH7J57	A 30015396	02/07/2025 11:13	5967	0	R$ 1.467,35
RQH7J57	A 30015397	02/07/2025 11:14	5274	1	R$ 2.934,70
RQH8D73	A 30019170	20/05/2026 11:17	6084	1	R$ 195,23
RQH9D00	A 30019623	07/05/2026 10:20	5614	4	R$ 195,23
RQH9F99	A 30014337	24/04/2026 15:37	5541	7	R$ 195,23
RQI1B39	A 30019683	27/05/2026 11:25	6041	2	R$ 195,23
RQI2I97	A 30019145	25/05/2026 16:14	5410	0	R$ 130,16
RQI3B12	R 00021148	12/05/2026 10:11	7455	0	R$ 130,16
RQI4C35	A 30019449	26/05/2026 09:29	7633	1	R$ 293,47
RQI4E84	R 00021157	13/05/2026 23:23	7455	0	R$ 130,16
RQI5I92	A 30020215	11/05/2026 07:08	6084	1	R$ 195,23
RQI6E88	A 30019213	28/03/2026 07:46	5541	4	R$ 195,23

RQI6G39	R 00021268	17/05/2026 21:55	7455	0	R$ 130,16
RQI6I77	A 30019914	29/04/2026 10:41	5401	0	R$ 195,23
RQI7A37	A 30014346	04/05/2026 16:38	5541	4	R$ 195,23
RQI7B94	A 30020047	18/05/2026 11:12	5819	7	R$ 880,41
RQI9I11	A 30019767	21/05/2026 15:12	5541	4	R$ 195,23
RQJ0H26	R 00020976	04/05/2026 06:14	7455	0	R$ 130,16
RQJ1F99	A 30019755	24/04/2026 09:07	5525	0	R$ 130,16
RQJ7B15	R 00021231	17/05/2026 20:27	7455	0	R$ 130,16
RQJ7B15	R 00021240	18/05/2026 21:00	7455	0	R$ 130,16
RQJ8B60	R 00020257	26/03/2026 13:00	7455	0	R$ 130,16
RQJ8E50	A 30019320	06/05/2026 09:35	5185	1	R$ 195,23
RQJ9A17	A 30019710	24/04/2026 07:35	6637	1	R$ 195,23
RQJ9A17	A 30019711	24/04/2026 07:35	6599	2	R$ 293,47
RQK0H50	A 30014184	28/04/2026 14:55	5380	0	R$ 130,16
RQK1D80	A 30019175	23/05/2026 11:30	6041	2	R$ 195,23
RQK1D80	A 30019176	23/05/2026 11:30	6599	2	R$ 293,47
RQK2F26	A 30020230	15/05/2026 07:36	6084	1	R$ 195,23
RQK2F26	A 30020231	15/05/2026 07:36	6599	2	R$ 293,47
RQK3I13	R 00021293	17/05/2026 11:36	7455	0	R$ 130,16
RQK6A50	A 30019613	24/04/2026 06:57	6084	1	R$ 195,23
RQK6A50	A 30019614	24/04/2026 06:57	6599	2	R$ 293,47
RQK8D72	A 30019771	26/05/2026 10:50	5541	3	R$ 195,23
RQL0H68	A 30019888	02/05/2026 06:21	5509	0	R$ 130,16
RQL1A17	A 30014623	02/05/2026 10:17	7366	2	R$ 130,16

RQL1E86	A 30019630	11/05/2026 07:21	7633	1	R$ 293,47
RQL1F52	R 00020859	28/04/2026 23:51	7455	0	R$ 130,16
RQL2G06	A 30019764	13/05/2026 09:17	5541	4	R$ 195,23
RQL2G81	A 30020214	11/05/2026 07:05	6084	1	R$ 195,23
RQL3A25	R 00021063	07/05/2026 13:55	7463	0	R$ 195,23
RQL3A25	R 00021132	11/05/2026 17:01	7455	0	R$ 130,16
RQL3D86	A 30014192	16/05/2026 09:02	5525	0	R$ 130,16
RQL4G80	R 00020922	02/05/2026 09:01	7455	0	R$ 130,16
RQL5H58	R 00020894	30/04/2026 22:28	7455	0	R$ 130,16
RQL8C29	R 00021117	09/05/2026 16:28	7455	0	R$ 130,16
RQL9H08	R 00021312	17/05/2026 19:05	7455	0	R$ 130,16
RQL9J36	A 30019594	25/05/2026 07:35	6599	2	R$ 293,47
RQL9J36	A 30019595	25/05/2026 07:35	5878	0	R$ 130,16
RSA9J18	A 30017816	27/05/2026 18:58	5487	0	R$ 195,23
RSD2C98	R 00020295	26/03/2026 13:11	7455	0	R$ 130,16
RUF9I34	R 00020274	25/03/2026 10:40	7455	0	R$ 130,16
RUW1A98	R 00021073	10/05/2026 08:42	7463	0	R$ 195,23
RVG7I78	A 30019309	28/04/2026 09:30	5541	1	R$ 195,23
RZK6H06	R 00020959	01/05/2026 03:39	7455	0	R$ 130,16
RZV7E85	R 00020985	06/05/2026 07:49	7455	0	R$ 130,16
RZX3E45	A 30019567	05/05/2026 17:23	6599	2	R$ 293,47
RZX3E45	A 30019568	05/05/2026 17:23	6050	1	R$ 293,47
RZX3E45	R 00021006	03/05/2026 13:01	7455	0	R$ 130,16
SAT1B97	A 30019299	28/04/2026 08:47	5487	0	R$ 195,23
SBC2B46	R 00020883	27/04/2026 12:15	7455	0	R$ 130,16
SBU8I56	R 00020900	29/04/2026 12:39	7455	0	R$ 130,16
SCP1B95	R 00020939	02/05/2026 06:02	7455	0	R$ 130,16
SDM6A06	A 30020154	12/05/2026 10:27	5622	2	R$ 88,38
SEC5C67	R 00020899	30/04/2026 15:53	7455	0	R$ 130,16
SGH1G77	R 00020979	05/05/2026 22:22	7455	0	R$ 130,16
SHE7I86	R 00020952	01/05/2026 10:27	7455	0	R$ 130,16
SHT4B58	A 30018868	13/05/2026 13:05	5525	0	R$ 130,16
SII9A47	R 00020158	20/03/2026 10:35	7455	0	R$ 130,16
SIS9E68	A 30014338	24/04/2026 16:12	5410	0	R$ 130,16
SJC0H35	R 00020944	02/05/2026 16:14	7455	0	R$ 130,16
SKU3G00	R 00021228	19/05/2026 08:55	7455	0	R$ 130,16
SKU9I04	A 30019916	30/04/2026 10:27	5452	2	R$ 195,23
SKW2J52	A 30020110	08/05/2026 23:35	6599	2	R$ 293,47
SKW2J52	A 30020111	08/05/2026 23:35	5010	0	R$ 880,41
SKW8A72	R 00020982	05/05/2026 22:36	7455	0	R$ 130,16
SKZ9I97	R 00020279	25/03/2026 16:18	7455	0	R$ 130,16
SLA4C96	R 00020342	28/03/2026 14:47	7455	0	R$ 130,16
SLC5C55	R 00020128	16/03/2026 09:43	7455	0	R$ 130,16
SLD9F84	R 00021256	17/05/2026 13:04	7455	0	R$ 130,16
SLE4F46	A 30019312	28/04/2026 10:05	7633	1	R$ 293,47
SLE6F93	A 30020026	29/04/2026 15:36	5541	7	R$ 195,23
SNX6J77	R 00021270	17/05/2026 10:13	7455	0	R$ 130,16
SOH6G46	R 00020122	10/03/2026 01:47	7455	0	R$ 130,16
SOJ4H71	A 30019429	27/04/2026 07:55	6637	1	R$ 195,23
SOS9E33	A 30018580	29/01/2026 17:28	5967	0	R$ 1.467,35
SOW9D49	A 30014193	16/05/2026 09:18	5428	3	R$ 293,47
SSB2H79	R 00021028	06/05/2026 20:24	7455	0	R$ 130,16
SSM2A66	R 00021349	20/05/2026 20:49	7455	0	R$ 130,16
SXI6H10	R 00021101	09/05/2026 08:40	7463	0	R$ 195,23
SYH0J17	A 30014183	25/04/2026 10:34	5541	4	R$ 195,23
SYS4G64	R 00020987	04/05/2026 08:10	7455	0	R$ 130,16
TBM5B43	A 30019811	08/05/2026 11:29	5525	0	R$ 130,16
TDZ9F99	R 00021246	19/05/2026 10:45	7455	0	R$ 130,16
TEC8D51	R 00020893	30/04/2026 14:27	7455	0	R$ 130,16
TFQ7F29	A 30019884	27/04/2026 09:45	6599	2	R$ 293,47
TFQ7F29	A 30019885	27/04/2026 09:45	5487	0	R$ 195,23
TGX5G70	R 00021106	09/05/2026 08:51	7455	0	R$ 130,16
TIN9C82	A 30018997	12/05/2026 15:20	5525	0	R$ 130,16
TOT5G22	R 00021284	18/05/2026 05:48	7455	0	R$ 130,16
TOV1F53	R 00021250	18/05/2026 18:32	7455	0	R$ 130,16
TOX0E44	A 30020114	14/05/2026 08:03	7633	1	R$ 293,47
TOY0I67	R 00021140	11/05/2026 16:07	7455	0	R$ 130,16
TOZ8G55	R 00021179	14/05/2026 10:52	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020054	15/03/2026 08:16	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020070	13/03/2026 09:43	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020083	13/03/2026 09:38	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020092	14/03/2026 09:21	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020118	14/03/2026 06:49	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020123	15/03/2026 07:34	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020124	16/03/2026 08:49	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020140	18/03/2026 13:15	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020149	20/03/2026 08:50	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020157	21/03/2026 08:50	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020183	16/03/2026 06:53	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020195	19/03/2026 08:51	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020233	22/03/2026 07:25	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020239	22/03/2026 07:02	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020240	26/03/2026 07:47	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020244	25/03/2026 13:43	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020253	26/03/2026 09:00	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020261	24/03/2026 08:01	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020284	23/03/2026 09:25	7455	0	R$ 130,16

TOZ9G78	R 00020297	24/03/2026 14:40	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020338	27/03/2026 10:36	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020341	31/03/2026 08:05	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020349	30/03/2026 15:33	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020368	27/03/2026 09:34	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020379	31/03/2026 09:37	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020870	28/04/2026 14:31	7455	0	R$ 130,16

TOZ9G78	R 00020872	28/04/2026 08:57	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020896	30/04/2026 09:18	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020902	29/04/2026 09:10	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020931	02/05/2026 10:22	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020945	01/05/2026 08:49	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020970	04/05/2026 14:04	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020974	05/05/2026 08:11	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00020983	06/05/2026 14:36	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021072	08/05/2026 06:55	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021078	09/05/2026 06:28	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021087	07/05/2026 13:49	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021098	13/05/2026 08:18	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021107	08/05/2026 09:44	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021114	07/05/2026 07:45	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021119	07/05/2026 06:44	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021137	09/05/2026 08:35	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021154	14/05/2026 14:05	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021158	14/05/2026 08:41	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021164	14/05/2026 14:40	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021206	15/05/2026 09:28	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021242	19/05/2026 13:14	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021244	18/05/2026 09:28	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021255	19/05/2026 10:43	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021274	18/05/2026 07:59	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021288	19/05/2026 10:33	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021317	21/05/2026 13:28	7455	0	R$ 130,16
TOZ9G78	R 00021363	20/05/2026 12:41	7455	0	R$ 130,16
TPA9C04	R 00021112	10/05/2026 18:36	7455	0	R$ 130,16
TPB1H57	R 00020270	26/03/2026 20:01	7455	0	R$ 130,16
TPB3F60	R 00021306	18/05/2026 13:58	7455	0	R$ 130,16
TPB8A56	A 30019314	28/04/2026 10:20	5819	7	R$ 880,41
TPE0B58	R 00020064	14/03/2026 15:50	7455	0	R$ 130,16
TPE2D27	R 00021263	17/05/2026 11:49	7455	0	R$ 130,16
TPE3B17	A 30019310	28/04/2026 09:42	5967	0	R$ 1.467,35
TPE3G63	R 00021226	18/05/2026 07:16	7455	0	R$ 130,16
TPE4G73	A 30018876	20/05/2026 10:37	5380	0	R$ 130,16
TPG0I52	A 30018829	12/05/2026 16:45	5878	0	R$ 130,16
TPG1D43	R 00021034	03/05/2026 13:03	7463	0	R$ 195,23
TPG4A73	R 00020884	28/04/2026 15:10	7463	0	R$ 195,23
TSP2D08	A 30019126	04/05/2026 16:01	5878	0	R$ 130,16
TSP2J34	A 30014341	25/04/2026 09:40	5541	3	R$ 195,23
TSP5D49	A 30018833	27/05/2026 08:00	5878	0	R$ 130,16
TSP7I08	R 00020363	28/03/2026 10:44	7455	0	R$ 130,16
TSP8J90	A 30014340	25/04/2026 08:15	5541	4	R$ 195,23
TSQ0J97	R 00020167	21/03/2026 13:33	7455	0	R$ 130,16
TSQ1H27	R 00021031	03/05/2026 14:23	7455	0	R$ 130,16
TSQ2E31	A 30020305	25/05/2026 17:08	5487	0	R$ 195,23
TSQ2E31	A 30020306	25/05/2026 17:08	7633	1	R$ 293,47
TSQ3C17	A 30019532	26/03/2026 15:30	5541	7	R$ 195,23
TSQ4B05	R 00021337	21/05/2026 10:24	7455	0	R$ 130,16
TSQ5E92	R 00021144	07/05/2026 14:12	7455	0	R$ 130,16
TSQ7B09	R 00021052	07/05/2026 11:32	7455	0	R$ 130,16
TSQ7B09	R 00021279	19/05/2026 08:41	7463	0	R$ 195,23
TSR0D01	A 30019819	15/05/2026 15:37	5410	0	R$ 130,16
TSR1G35	R 00021258	18/05/2026 06:36	7455	0	R$ 130,16
TSR1I44	A 30019879	27/04/2026 09:46	5487	0	R$ 195,23
TSR4J99	A 30019586	18/05/2026 08:23	6637	1	R$ 195,23
TSS1A28	A 30014195	16/05/2026 09:56	5541	4	R$ 195,23
TSS3A79	A 30019533	26/03/2026 15:35	5525	0	R$ 130,16

TSS3C55	A 30014339	24/04/2026 16:22	5541	7	R$ 195,23
TSS4C05	R 00020864	27/04/2026 09:37	7455	0	R$ 130,16
TSS4J34	A 30019181	27/05/2026 07:01	6084	1	R$ 195,23
TSS6A18	R 00021273	17/05/2026 14:10	7455	0	R$ 130,16
TSS7G28	R 00021338	21/05/2026 22:39	7455	0	R$ 130,16
TSS8D12	R 00020337	31/03/2026 10:13	7455	0	R$ 130,16
TSS8D12	R 00021124	08/05/2026 10:42	7455	0	R$ 130,16
TSS8J28	A 30018831	15/05/2026 07:00	5185	1	R$ 195,23
TSS9H39	A 30018993	11/05/2026 15:40	5541	7	R$ 195,23
TST0A46	A 30019571	08/05/2026 22:13	5010	0	R$ 880,41
TST0A46	A 30019572	08/05/2026 22:13	5835	0	R$ 195,23
TST0A46	A 30019573	08/05/2026 22:13	5274	1	R$ 2.934,70
TST1J65	A 30020210	10/05/2026 00:32	7579	0	R$ 2.934,70
TST1J65	A 30020211	10/05/2026 00:35	5010	0	R$ 880,41
TST2A94	R 00020888	30/04/2026 21:22	7455	0	R$ 130,16
TST2A94	R 00020901	30/04/2026 23:26	7455	0	R$ 130,16
TST2A94	R 00020932	01/05/2026 01:55	7455	0	R$ 130,16
TST3H24	R 00021058	12/05/2026 10:36	7455	0	R$ 130,16
TST4A26	A 30019330	22/05/2026 07:15	5878	0	R$ 130,16
TST4E80	R 00020880	28/04/2026 23:38	7455	0	R$ 130,16

TST6E81	R 00020971	03/05/2026 16:51	7455	0	R$ 130,16
TST6F50	A 30020366	22/05/2026 17:08	7633	1	R$ 293,47
TST7C09	A 30019125	04/05/2026 07:20	6050	1	R$ 293,47
TST7I87	A 30019881	27/04/2026 09:47	5487	0	R$ 195,23
TST8E57	A 30019155	04/05/2026 08:55	5380	0	R$ 130,16
TSV2G07	A 30020206	07/05/2026 11:20	6084	1	R$ 195,23
TSV3E10	A 30019327	14/05/2026 09:34	5541	4	R$ 195,23
TSV4A47	A 30014342	25/04/2026 10:18	5487	0	R$ 195,23
TSV6E43	R 00021209	16/05/2026 06:36	7455	0	R$ 130,16
TSW0B45	R 00020930	02/05/2026 05:24	7455	0	R$ 130,16
TSW0B45	R 00021129	07/05/2026 19:17	7455	0	R$ 130,16
TSW0B45	R 00021150	13/05/2026 08:02	7455	0	R$ 130,16
TSW0B45	R 00021177	13/05/2026 14:04	7455	0	R$ 130,16
TSW1C45	A 30019830	23/05/2026 10:09	5541	4	R$ 195,23
TSW3A19	A 30020358	22/05/2026 08:30	7633	1	R$ 293,47
TSW3F95	A 30020045	18/05/2026 09:48	7048	1	R$ 293,47
TSW4C72	A 30020017	29/04/2026 07:16	5959	1	R$ 1.467,35
TSX2G04	A 30020301	14/05/2026 14:43	5541	1	R$ 195,23
TXW4G62	R 00020904	29/04/2026 08:41	7455	0	R$ 130,16
TYB4F35	R 00021336	20/05/2026 16:02	7455	0	R$ 130,16
TYJ2I49	A 30019446	21/05/2026 08:14	5541	1	R$ 195,23
UIX0J11	A 30020061	18/05/2026 16:36	5410	0	R$ 130,16
UIX0J11	R 00020860	27/04/2026 10:03	7455	0	R$ 130,16
UIX0J11	R 00021097	08/05/2026 09:48	7455	0	R$ 130,16
UIX0J11	R 00021357	21/05/2026 10:12	7455	0	R$ 130,16

CAICO/RN, 03 DE SETEMBRO DE 2026

ANA CLÁUDIA VALE DE QUEIROZ
Sec. Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos SEMUTRAN - Caico /RN

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:7283D273

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 157/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 157,
DE 03 de setembro de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.559/2025, no art. 6º, "I", para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 03 de setembro de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**2.000,00**
	2012 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**2.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	2.000,00
Anexo II (Redução)					**2.000,00**
10 .001 Secretaria Municipal de Infra-Estrutra e Serviço P					**2.000,00**
	2012 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:1050004F

SECRETARIA DE GOVERNO
SEGUNDO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 323001/2026.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de equipamentos e materiais permanentes de informática, dispositivos de rede, componentes de hardware, ferramentas e acessórios tecnológicos, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, com adoção do sistema de registro de preço (SRP), visando atender às necessidades das Secretarias e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN.

Na qualidade de Ordenador de Despesas do Município de Caraúbas/RN e no uso de minhas atribuições legais de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021; e:

Considerandoainda os autos do processo referente ao Pregão Eletrônico em tela, encaminhado pelo Agente de Contratação Municipal;

Considerando, que não houve manifestação concernente à interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos participantes, conforme art. 165, inciso I, da Lei 14.133/2021;

Considerandoo parecer jurídico expedido pela Procuradoria Geral do Município relativo ao processo epigrafado o qual concluiu pela legalidade dos atos processuais; e,

Com base nas informações apresentadas e art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021,HOMOLOGOo presente procedimento de licitação, tendo também como vencedores os licitantes abaixo nominados:

C&P INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 29.006.963/0001-84;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
11	**ROTEADOR WI-FI MESH DUAL BAND – PADRÃO 802.11ac (WI-FI 5)** Sistema de roteador com tecnologia Mesh, novo, sem uso, destinado à ampliação de cobertura de rede sem fio em ambientes administrativos, contendo as seguintes especificações mínimas por unidade: Tecnologia compatível com o padrão IEEE 802.11ac (Wi-Fi 5); Operação em dual band simultâneo (2,4 GHz e 5 GHz); Velocidade agregada compatível com padrão AC1200 ou superior; Compatibilidade com padrões anteriores (802.11a/b/g/n); Suporte à formação de rede Mesh com: o Roaming contínuo (seamless roaming); o SSID unificado; Gerenciamento via aplicativo móvel compatível com Android e iOS e/ou interface web; Mínimo de 2 (duas) portas Gigabit Ethernet por unidade, com função WAN/LAN automática; Suporte a controle parental e rede para convidados; Firewall integrado (SPI ou equivalente); Suporte a atualizações automáticas de firmware (OTA ou equivalente); Segurança mínima WPA2-PSK; Compatibilidade com IPv4 e IPv6; Suporte aos principais protocolos de conexão à internet (IP dinâmico, IP estático, PPPoE ou equivalentes); Fonte de alimentação bivolt automática; Acompanhado de cabo Ethernet e manual de instruções; Garantia mínima de 12 meses.	TP-LINK	UND	60	R$ 240,00	R$ 14.400,00
VALOR TOTAL						**R$ 14.400,00**

GRUPO GBA COMERCIO ATACADISTA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.352.658/0001-38;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
16	**SWITCH GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT – CAMADA 3** Switch gerenciável de rede, novo, sem uso, destinado a ambientes corporativos e administrativos, contendo as seguintes especificações mínimas: Mínimo de 24 (vinte e quatro) portas RJ-45 10/100/1000 Mbps com negociação automática; Mínimo de 2 (duas) portas SFP 1Gbps para uplink; Arquitetura com suporte a funcionalidades de Camada 3 (Layer 3), incluindo roteamento estático; Capacidade de comutação compatível com operação plena das portas Gigabit; Suporte a VLAN padrão IEEE 802.1Q; Suporte a Port Isolation; Suporte a Spanning Tree Protocol (STP) e Rapid Spanning Tree Protocol (RSTP); Suporte a agregação de links (Link Aggregation – LACP); Suporte a QoS (Quality of Service); • Gerenciamento via interface Web; Suporte a gerenciamento via SNMP; Suporte a espelhamento de portas (Port Mirroring); Fonte de alimentação interna bivolt automática (110/220V); Equipamento próprio para montagem em rack padrão 19”, com kit de fixação incluso; Garantia mínima de 12 meses.	TP-LINK	UND	33	R$ 1.339,99	R$ 44.219,67
VALOR TOTAL						**R$ 44.219,67**

Dê-se ciência e
Cumpra-se

Caraúbas/RN, 03 de setembro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:18849BE1

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 603027/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fardamento, equipamentos de proteção individual – EPI, materiais de proteção solar, equipamentos operacionais e demais materiais destinados aos agentes comunitários de saúde – ACS, aos agentes de combate às endemias – ACE e, especificamente quanto aos coletes funcionais, aos servidores da vigilância sanitária do Município de Caraúbas/RN.

Na qualidade de Ordenador de Despesas do Município de Caraúbas/RN e no uso de minhas atribuições legais de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021; e:

Considerandoainda os autos do processo referente ao Pregão Eletrônico em tela, encaminhado pelo Agente de Contratação Municipal;

Considerando, que não houve manifestação concernente à interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos participantes, conforme art. 165, inciso I, da Lei 14.133/2021;

Considerandoo parecer jurídico expedido pela Procuradoria Geral do Município relativo ao processo epigrafado o qual concluiu pela legalidade dos atos processuais; e,

Com base nas informações apresentadas e art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021**ADJUDICO e HOMOLOGO**o presente procedimento de licitação, tendo também como vencedores os licitantes abaixo nominados:

MAIS CONSTRUIR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ: 24.563.754/0001-18:

LOTE 05 – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS OPERACIONAIS						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**MARCA**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
	TRENA MÉTRICA MANUAL, comprimento de 6 ou 10 metros, largura da fita de no mínimo 25mm (1 polegada) para maior estabilidade. Fita confeccionada em aço temperado com revestimento em verniz para proteção contra corrosão. Caixa (estojo) em material ABS de alta resistência, emborrachada (ergonômica), com sistema de trava da fita e auto retorno (recolhimento automático). Graduação em milímetros e polegadas. Possui gancho na ponta com ajuste zero para medições internas e externas. Inclui alça para transporte. Tamanhos **6 a 10 metros**	**UND**	**53**	**MTX**	**R$ 45,00**	**R$ 2.385,00**
	LANTERNA TÁTICA RECARREGÁVEL DE ALTA POTÊNCIA, corpo em liga de alumínio anodizado ou ABS resistente, LED de alto brilho (mínimo 1000 lúmens) com zoom ajustável e alcance superior a 200m. Inclui bateria recarregável de íon-lítio (tipo 18650), carregador USB ou bivolt, modos de luz alta, baixa e estrobo, ideal para segurança e uso geral. Dimensões do produto 16 x 4 x 4 cm; 360 g	**UND**	**53**	**PEAKPLUS**	**R$ 60,00**	**R$ 3.180,00**
	LIXA PARA MASSA, MATERIAL ÓXIDO DE ALUMÍNIO OU CARBETO DE SILÍCIO, com costado de papel resistente ou tela abrasiva (para evitar empastamento), tipo folha,**granulação grossa (padrão FEPA/ANSI G60 ou G80)**. Indicada para desbaste de massa corrida, massa acrílica, reboco e remoção de pinturas antigas.**Dimensões aproximadas: 225mm x 275mm**. Alta durabilidade e flexibilidade para lixamento manual ou com taco lixador.	**UND**	**40**	**NORTON**	**R$ 2,00**	**R$ 80,00**
	PULVERIZADOR COSTAL MOTORIZADO, acionado por bateria recarregável de íon-lítio, projetado para aplicações profissionais de defensivos agrícolas, inseticidas, herbicidas, adubos foliares e soluções de higienização. Equipamento ergonômico, leve e de alta eficiência, com funcionamento contínuo. **15 litros**	**UND**	**02**	**TRAMONTINA**	**R$ 750,00**	**R$ 1.500,00**
	BOTIJÃO TÉRMICO 12L: Botijão térmico com capacidade de 12 Litros, material polietileno/polipropileno de alta resistência, com isolamento em PU, torneira de acionamento por botão, alça retrátil e pés retráteis para suporte. Ideal para líquidos quentes e frios. Cor: azul marinho	**UND**	**01**	**SOPRANO**	**R$ 250,00**	**R$ 250,00**
VALOR TOTAL						**R$ 7.395,00**

E L DE Q FILGUEIRA, CNPJ: 48.245.105/0001-37:

LOTE 01 – FARDAMENTOS E UNIFORMES						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**MARCA**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
	BONÉ MASCULINO TIPO AMERICANO: Confeccionado em tecido brim 100% algodão de alta resistência, estruturado em 6 gomos com frente reforçada para manutenção do formato, na cor (Azul Royal Código #4169E1) ou (Azul-Claro Código #00a8ff). O modelo possui aba curva com 6 costuras paralelas reforçadas, carneira interna de suor em algodão para absorção e conforto, ilhoses para ventilação e fecho de ajuste traseiro em plástico *snapback* na cor do tecido ou aproximado. Atendendo ao tamanho único regulável (circunferência entre 56 cm e 59 cm). As identificações visuais serão aplicadas em processo de bordado de alta definição, distribuídas da seguinte forma: na frente, aplicação centralizada da assinatura **"AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE"** na cor branca com largura de 10 cm e altura proporcional; na lateral direita, aplicação do logo do "SUS" na cor branca com 6 cm de largura e altura proporcional; e na lateral esquerda, aplicação do logo da "Prefeitura de Caraúbas-RN" na cor branca com largura máxima de 6 cm e altura proporcional.	**UND**	**85**	**PROPRIA**	**R$ 14,17**	**R$ 1.204,45**
	BONÉ MASCULINO TIPO AMERICANO: Confeccionado em tecido brim 100% algodão de alta resistência, estruturado em 6 gomos com frente reforçada para manutenção do formato, na cor (Caqui Código #786948) ou (Verde Musgo Código #656149). O modelo possui aba curva com 6 costuras paralelas reforçadas, carneira interna de suor em algodão para absorção e conforto, ilhoses para ventilação e fecho de ajuste traseiro em plástico *snapback* na cor do tecido ou aproximado atendendo ao tamanho único regulável (circunferência entre 56 cm e 59 cm). As identificações visuais serão aplicadas em processo de bordado de alta definição, distribuídas da seguinte forma: na frente, aplicação centralizada da assinatura **"AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS"** na cor preto com largura de 10 cm e altura proporcional; na lateral direita, aplicação do logo do "SUS" na cor preto com 6 cm de largura e altura proporcional; e na lateral esquerda, aplicação do logo da "Prefeitura de Caraúbas-RN" na cor preto com largura máxima de 6 cm e altura proporcional.	**UND**	**53**	**PROPRIA**	**R$ 14,06**	**R$ 745,18**
	TOUCA DE SEGURANÇA TIPO ÁRABE, confeccionada em tecido brim 100% algodão ou brim misto (sarja), cor (Caqui Código #786948) ou (Verde Musgo Código #656149), com alta resistência a agentes abrasivos e escoriastes. FRENTE — TRIO DE LOGOS: "PREFEITURA DE CARAÚBAS-RN" + **"AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS** + "SUS" Aplicação dos três logos ("Prefeitura" + "Saúde da Família" + "SUS" — nesta ordem) todos na cor preto e compostos em linha, dispostos em processo de Serigrafia (Silk Screen) de alta definição. O conjunto deverá ter largura de 15cm a 18cm, dependendo do modelo do chapéu (com altura proporcional), e com visibilidade frontal total de todos os logos. Modelo composto por boné com aba frontal rígida (tipo bico de pato) e pala	**UND**	**53**	**PROPRIA**	**R$ 15,57**	**R$ 825,21**

	traseira/lateral inteiriça para proteção da nuca e orelhas, com comprimento mínimo de 20 cm. Fechamento frontal através de velcro (tira autocolante) para melhor ajuste e fixação. Possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho para proteção contra sol e respingos de produtos químicos. Tamanho único com ajuste ajustável. (56 cm e 59 cm).					
	COLETE PARA **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**: Confeccionado em tecido ripstop de alta resistência e durabilidade (composição 70% poliéster e 30% algodão), modelo unissex, com fechamento frontal por zíper tratorado de alta resistência e acabamento com costuras reforçadas. O modelo possui 4 bolsos frontais funcionais com fechamento em velcro ou zíper, gola em formato "V" e aplicação de faixas refletivas na cor prata com alta visibilidade, posicionadas horizontalmente de forma contínua no tórax e nas costas. O colete será fornecido na cor Azul Royal (Código #4169E1) ou Azul-Claro (Código #00a8ff), com grade de tamanhos variados do **P ao EXG**, conforme solicitação da administração. As identificações visuais serão aplicadas em processo de Serigrafia (Silk Screen) de alta definição na cor branca, distribuídas da seguinte forma: na frente, no bolso superior direito, aplicação centralizada do logo "Saúde da Família" com 9 cm de largura e altura proporcional; logo acima deste mesmo bolso, aplicação centralizada da assinatura "Agente Comunitário de Saúde" com 9 cm de largura e altura proporcional; no bolso superior esquerdo, aplicação centralizada do logo da "Prefeitura de Caraúbas-RN" com largura máxima de 9 cm, altura proporcional e margem de segurança de 1,5 cm de cada lado na cor branca; na parte traseira (costas), aplicação centralizada na largura da região dorsal da assinatura "Agente Comunitário de Saúde" com 25 cm de largura e altura proporcional; e, logo abaixo, aplicação do conjunto de logos alinhados contendo a "Prefeitura de Caraúbas-RN" mais o trio "SUS", "Ministério da Saúde" e "Governo Federal", sendo o logo do Governo Federal aplicado na versão 'linha' na cor branca (contorno), totalizando o conjunto de logos das costas a largura de 28 cm com altura proporcional.	**UND**	**85**	**PROPRIA**	**R$ 93,58**	**R$ 7.954,30**
	COLETE PARA **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**: Confeccionado em tecido ripstop de alta resistência e durabilidade (composição 70% poliéster e 30% algodão), modelo unissex, com fechamento frontal por zíper tratorado de alta resistência e acabamento com costuras reforçadas. O modelo possui gola em formato "V", 4 bolsos frontais funcionais com fechamento em velcro ou zíper para acondicionamento seguro de materiais de campo, e aplicação de faixas refletivas na cor prata com alta visibilidade, posicionadas horizontalmente de forma contínua no tórax e nas costas. O colete será fornecido na cor Caqui (Código #786948) ou Verde Musgo (Código #656149), com grade de tamanhos variados do **P ao EXG**, conforme solicitação da administração. As identificações visuais serão aplicadas em processo de Serigrafia (Silk Screen) de alta definição na cor preta, distribuídas da seguinte forma: na frente, no bolso superior direito, aplicação centralizada do logo "Sistema Único de Saúde - SUS" com 9 cm de largura e altura proporcional; logo acima deste mesmo bolso, aplicação centralizada da assinatura "Agente de Combate às Endemias" com 9 cm de largura e altura proporcional na cor preto; no bolso superior esquerdo, aplicação centralizada do logo da "Prefeitura de Caraúbas-RN" com largura máxima de 9 cm, altura proporcional e margem de segurança de 1,5 cm de cada lado; na parte traseira (costas), aplicação centralizada na largura da região dorsal da assinatura "Agente de Combate às Endemias" com 25 cm de largura e altura proporcional; e, logo abaixo, aplicação do conjunto de logos alinhados contendo a "Prefeitura de Caraúbas-RN" mais o trio "SUS", "Ministério da Saúde" e "Governo Federal", sendo o logo do Governo Federal aplicado na versão 'linha' na cor preto (contorno), totalizando o conjunto de logos das costas a largura de 28 cm com altura proporcional.	**UND**	**53**	**PROPRIA**	**R$ 94,42**	**R$ 5.004,26**
	COLETE PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, na cor (Azul Royal Código #4169E1) Tecido ripstop 70/30, unissex, com 4 bolsos com fechamento, zíper frontal, bordado (frente/costas) personalizado com logo da Vigilância Sanitária Municipal, Prefeitura Municipal de Caraúbas e do SUS, tamanhos P ao EXG, alta resistência. FRENTE/BOLSO SUPERIOR DIREITO — LOGO "VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL" Logo na cor branca, aplicado centralizado no bolso superior direito, com largura de 9cm (altura proporcional). FRENTE/BOLSO SUPERIOR ESQUERDO — LOGO DA PREFEITURA Logo da Prefeitura de Caraúbas-RN na cor branca, centralizado no bolso superior frontal esquerdo, com largura máxima de 9cm (altura proporcional) e margem de segurança de 1,5cm de cada lado. COSTAS — ASSINATURA "VIGILÂNCIA SANITÁRIA FISCALIZAÇÃO" Assinatura "Vigilância Sanitária Fiscalização" na versão branca, aplicada centralizada na largura das costas, conforme a modelo anexo. As identificações visuais serão aplicadas em processo de Serigrafia (Silk Screen) de alta definição na cor branca,	**UND**	**20**	**PROPRIA**	**R$ 83,49**	**R$ 1.669,80**
	CAMISA MANGA LONGA, COR BRANCA, EM MALHA DRY FIT; TAMANHOS DO P AO EXG com, aproximadamente; 90% poliéster e 10% elastano; gramatura mínima: 160 g/m²; com bloqueio de raios UVA e UVB, FPS 50+ incorporado diretamente às fibras do tecido. Personalização em silk: Na parte frontal: Lado esquerdo: logomarca da Prefeitura Municipal de Caraúbas-RN em cores conforme modelo. No peito direito Logo da "Saúde da Família" em cores conforme modelo. Manga esquerda: Logo do Sistema Único de Saúde – SUS. Manga Direita: Logo do Governo Federal. Costas: Os dizeres: **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** e Logo mais Slogan da Prefeitura Municipal de Caraúbas (CONFORME MODELO). Dimensões aproximadas (AxL): 70 x 56 cm	**UND**	**85**	**PROPRIA**	**R$ 33,72**	**R$ 2.866,20**
	CAMISA MANGA LONGA, COR BRANCA, EM MALHA DRY FIT; TAMANHOS DO P AO EXG com, aproximadamente; 90% poliéster e 10% elastano; gramatura mínima: 160 g/m²; com bloqueio de raios UVA e UVB, FPS 50+ incorporado diretamente às fibras do tecido. Personalização em silk: Na parte frontal: Lado esquerdo: logomarca da Prefeitura Municipal de Caraúbas-RN em cores conforme modelo. No peito direito Logo do "Sistema Único de Saúde - SUS" em preto conforme modelo. Manga esquerda: Logo do Sistema Único de Saúde – SUS. Manga Direita: Logo do Governo Federal. Costas: Os dizeres: **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS** e Logo mais Slogan da Prefeitura Municipal de Caraúbas (CONFORME MODELO). Dimensões aproximadas (AxL): 70 x 56 cm	**UND**	**53**	**PROPRIA**	**R$ 33,72**	**R$ 1.787,16**
	CALÇA MASCULINA EM TECIDO JEANS PROFISSIONAL, modelagem tradicional/reta, cor azul índigo (blue), 100% algodão ou composição mista (mínimo 80% algodão / 20% poliéster para maior durabilidade), gramatura de 10 a 12 Oz (pesada), pré-encolhida e amaciada. Detalhes de confecção: Bolsos: Mínimo de 5 bolsos funcionais (dois dianteiros chapados ou faca, um bolso relógio, dois traseiros chapados). Costuras: Pespontadas com linha reforçada de alta resistência na cor ocre ou azul escuro (costura tripla no gancho e laterais). Tamanhos: Variados, conforme solicitação **36 ao 52**	**UND**	**256**	**PROPRIA**	**R$ 65,48**	**R$ 16.762,88**
	CAMISA MASCULINA GOLA POLO: Confeccionada em malha piquet de alta qualidade, modelo manga curta, sem bolso, na cor branca, com fechamento frontal da gola por botões. Apresenta acabamento de gola e punhos nas mangas em elastano ou malha retilínea encorpada com costuras reforçadas, devendo os punhos ser confeccionados obrigatoriamente na cor Azul Royal, conforme solicitação do município. O item contará com identificações visuais aplicadas em processo de estamparia e posicionadas da seguinte forma: na manga direita, aplicação do logo institucional atualizado do "Governo Federal" na cor preta versão 'linha' (traço/contorno) com 8 cm de largura e altura proporcional; na manga esquerda, aplicação do logo do "SUS" na cor azul com 8 cm de largura e altura proporcional; na frente, na parte superior direita (altura do peito), aplicação do logo "Saúde da Família" em versão colorida com 9 cm de largura e altura proporcional; na frente, na parte superior esquerda (altura do peito), aplicação do logo da "Prefeitura de Caraúbas-RN" em versão colorida com largura máxima de 9 cm e altura proporcional; e nas costas, aplicação centralizada na largura da região dorsal da assinatura **"AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE"** na cor Azul Royal ou azul-clara conforme solicitação do município com 25 cm de largura e altura proporcional. Grade de tamanhos variados do P ao EXG.	**UND**	**160**	**PROPRIA**	**R$ 41,61**	**R$ 6.657,60**

	CAMISA MASCULINA GOLA POLO: Confeccionada em malha piquet de alta qualidade, modelo manga curta, sem bolso, na cor branca, com fechamento frontal da gola por botões. Apresenta acabamento de gola e punhos nas mangas em elastano ou malha retilínea encorpada com costuras reforçadas, devendo os punhos ser confeccionados obrigatoriamente na cor Caqui, conforme solicitação do município. O item contará com identificações visuais aplicadas em processo de estamparia e posicionadas da seguinte forma: na manga direita, aplicação do logo institucional atualizado do "Governo Federal" na cor preta versão 'linha' (traço/contorno) com 8 cm de largura e altura proporcional; na manga esquerda, aplicação do logo do "SUS" na cor preto com 8 cm de largura e altura proporcional; na frente, na parte superior direita (altura do peito), aplicação do logo "Saúde da Família" em versão colorida com 9 cm de largura e altura proporcional; na frente, na parte superior esquerda (altura do peito), aplicação do logo da "Prefeitura de Caraúbas-RN" em versão colorida com largura máxima de 9 cm e altura proporcional; e nas costas, aplicação centralizada na largura da região dorsal da assinatura **"AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS"** na cor Preto conforme solicitação do município com 25 cm de largura e altura proporcional. Grade de tamanhos variados do P ao EXG.	**UND**	**96**	**PROPRIA**	**R$ 43,70**	**R$ 4.195,20**
VALOR TOTAL						**R$ 49.672,24**

PROPAG COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 51.402.529/0001-72:

LOTE 02 – MOCHILA E CALÇADOS						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**MARCA**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA, cor preta, fechamento em elástico lateral recoberto. Cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo (tipo vaqueta ou relax). Biqueira de conformação em polipropileno (plástico) ou aço (conforme risco). Solado de poliuretano (PU) bidensidade injetado diretamente no cabedal, antiderrapante, resistente a óleo combustível e absorção de energia no salto. Palmilha de montagem em não tecido.**Certificado de Aprovação (CA) válido**. Em conformidade com a ABNT NBR ISO 20345 ou 20347. Tamanho do **34 ao 45**	**UND**	**53**	**PÉ DURO**	**R$ 115,00**	**R$ 6.095,00**
	MOCHILA COM ALÇAS TIPO COSTAS, confeccionada em lona de algodão 100% fio 10, com tratamento impermeabilizante, de alta resistência e durabilidade. Cor: Cáqui/Mostarda (padrão Funcional/SUS) ou Azul Material: poliéster e nylon de alta resistência. Medidas aproximadas: 40 a 45 cm de Altura; 30 a 35 cm de Largura e 12 a 15 cm de Profundidade. Fechamento com zíper. Costuras reforçadas. Forro interno com nylon. Alças das costas acolchoadas e com material anti-suor. Alça fixa parte superior. Com repartições. Compartimento Principal Posterior amplo espaço com fechamento em zíper de duplo cursor, abertura em arco, ideal para pastas, prontuários e tablets/notebooks. Interior forrado em material impermeável de cor clara (cinza ou branco) para facilitar a visualização dos objetos. Compartimento Intermediário: Espaço intermediário com fechamento em zíper, destinado a divisórias de documentos e guias informativas. Compartimento Frontal Superior: Bolso com fechamento em zíper para itens de acesso rápido (canetas, crachá, trena, etc.). Bolso Frontal Inferior: Compartimento com fechamento em zíper, projetado para armazenamento de fardamento extra, kit de primeiros socorros ou lanche. Bolsos Laterais: 02 (dois) bolsos laterais confeccionados em tela elástica de alta resistência (tipo *mesh*), com acabamento em viés elástico, adequados para transporte de garrafas de água/squeezes de até 500ml. Na parte externa superior deve ter a descrição em Silkscreen (Serigrafia) de alta qualidade, resolução e durabilidade "**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**" na cor branca em silkscreen e na parte inferior os logotipos da: "Prefeitura Municipal de Caraúbas, seguido do slogan (Fazendo Mais por você) "Logo do SUS, Ministério da Saúde e Governo Federal na versão branca. **OBS. - MOCHILAS:** Tolerância de aproximadamente ± 3 cm em cada dimensão (altura, largura, profundidade), considerando que há variações naturais entre modelos e fabricantes.	**UND**	**85**	**PROPRIA**	**R$ 90,00**	**R$ 7.650,00**
	MOCHILA COM ALÇAS TIPO COSTAS, confeccionada em lona de algodão 100% fio 10, com tratamento impermeabilizante, de alta resistência e durabilidade. Cor: Cáqui/Mostarda (padrão Funcional/SUS). Material: poliéster e nylon de alta resistência. Medidas aproximadas: 40 a 45 cm de Altura; 30 a 35 cm de Largura e 12 a 15 cm de Profundidade. Fechamento com zíper. Costuras reforçadas. Forro interno com nylon. Alças das costas acolchoadas e com material anti-suor. Alça fixa parte superior. Com repartições. Compartimento Principal Posterior amplo espaço com fechamento em zíper de duplo cursor, abertura em arco, ideal para pastas, prontuários e tablets/notebooks. Interior forrado em material impermeável de cor clara (cinza ou branco) para facilitar a visualização dos objetos. Compartimento Intermediário: Espaço intermediário com fechamento em zíper, destinado a divisórias de documentos e guias informativas. Compartimento Frontal Superior: Bolso com fechamento em zíper para itens de acesso rápido (canetas, crachá, trena, etc.). Bolso Frontal Inferior: Compartimento com fechamento em zíper, projetado para armazenamento de fardamento extra, kit de primeiros socorros ou lanche. Bolsos Laterais: 02 (dois) bolsos laterais confeccionados em tela elástica de alta resistência (tipo *mesh*), com acabamento em viés elástico, adequados para transporte de garrafas de água/squeezes de até 500ml. Na parte externa superior deve ter a descrição em Silkscreen (Serigrafia) de alta qualidade, resolução e durabilidade "**AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**" na cor preto em silkscreen e na parte inferior os logotipos da: "Prefeitura Municipal de Caraúbas, seguido do slogan (Fazendo Mais por você) "Logo do SUS, Ministério da Saúde e Governo Federal na versão preto. **OBS. - MOCHILAS:** Tolerância de aproximadamente ± 3 cm em cada dimensão (altura, largura, profundidade), considerando que há variações naturais entre modelos e fabricantes.	**UND**	**53**	**PROPRIA**	**R$ 90,00**	**R$ 4.770,00**
VALOR TOTAL						**R$ 18.515,00**

ANELY SOFIA ARAUJO DA SILVA SANTOS 07588112417, CNPJ: 45.000.491/0001-09:

LOTE 03 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**MARCA**	**VALOR UNT.**	**VALOR TOTAL**
	BOTA DE SEGURANÇA IMPERMEÁVEL DE USO PROFISSIONAL, cano longo (cano alto), confeccionada em material polimérico (PVC - policloreto de vinila) de alta qualidade, injetada em uma peça só (sem emendas), na cor preta, forrada. Tamanho do **39 ao 45 Justificativa Técnica:** A solicitação baseia-se na NR-31 (Norma Regulamentadora de Segurança no Trabalho na Agricultura) e na NR-6 (EPI). Os referidos agentes realizam atividades de aplicação de defensivos agrícolas (agrotóxicos), herbicidas, BRI dengue, mosquito da doença de chagas e produtos de lavoura.	**UND**	**53**	**INNPRO**	**R$ 41,90**	**R$ 2.220,70**
	AVENTAL DE SEGURANÇA EM PVC FORRADO, cor amarela, tamanho 1,20x0,70m, com tiras de ajuste, CA 16796. Indicado para proteção contra umidade e agentes químicos.	**UND**	**20**	**TOTAL CAPAS**	**R$ 11,95**	**R$ 239,00**
	PROTETOR FACIAL DE SEGURANÇA (VISEIRA), com carneira regulável tipo catraca. Visor em policarbonato incolor, transparente, articulável, com tratamento antiembaçante e resistente a respingos químicos. Dimensões mínimas 200x250mm. Reutilizável. CA ativo para proteção facial contra respingos químicos (indústria química/agrotóxicos).	**UND**	**56**	**PLASTCOR**	**R$ 32,00**	**R$ 1.792,00**
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO CONFECCIONADO EM PEÇA ÚNICA DE POLICARBONATO INCOLOR, com proteção lateral integrada e tratamento anti-risco e anti-embaçante. Hastes tipo espátula com ajuste de tamanho (telescópico ou regulável) para melhor adaptação ao rosto. Deve possuir proteção contra raios UV. O equipamento deve estar em conformidade com as normas ABNT NBR 15111/2015 ou similar internacional (ANSI Z87.1) e possuir Certificado de Aprovação (CA) vigente emitido pelo	**UND**	**56**	**POLI-FERR**	**R$ 6,00**	**R$ 336,00**

	Ministério do Trabalho.					
	KIT COMPLETO DE MÁSCARA COM OS FILTROS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO: Respirador purificador de ar de segurança, tipo peça semifacial, classe de risco III, equipado com Certificado de Aprovação (CA) ativo junto ao órgão competente para o conjunto (máscara e filtros). Confeccionado em elastômero sintético atóxico, macio e confortável, compatível com a anatomia facial, proporcionando vedação adequada. O kit deve ser fornecido completo, incluindo a peça semifacial e os filtros específicos necessários para a proteção indicada, podendo a máscara ser configurada para utilização com sistema de filtro único (monofiltro) ou sistema duplo (bifiltro), conforme a necessidade e compatibilidade técnica do fabricante ofertado.	**UND**	**50**	**ALLTEC**	**R$ 58,90**	**R$ 2.945,00**
	FILTRO QUÍMICO (CARTUCHO) CLASSE 1: Filtro químico (cartucho) classe 1, projetado para respirador purificador de ar tipo peça semifacial. Composto por carvão ativado granulado de alta eficiência, envolvido por invólucro plástico resistente. O filtro químico deve possuir Certificado de Aprovação (CA) ativo ou aprovação técnica comprovada de compatibilidade e estanqueidade com o respectivo respirador semifacial ofertado, garantindo a perfeita vedação e eficiência do conjunto protetor.	**UND**	**100**	**ALLTEC**	**R$ 19,20**	**R$ 1.920,00**
	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, formato anatômico, cano longo com comprimento mínimo de 370mm. Cor: (Amarela/Laranja). Acabamento interno: (Flocado/Clorinado). Superfície palmar e dedos com textura antiderrapante, que permite o manuseio de objetos secos ou molhados. Indicada para atividades com imersão até o antebraço, oferecendo proteção mecânica e contra agentes químicos. Deve estar em conformidade com as normas ABNT NBR 13393 e possuir Certificado de Aprovação (CA) vigente, indicado no corpo da luva ou embalagem. Tamanho do **P ao G**	**UND**	**30**	**VABENE**	**R$ 7,99**	**R$ 239,70**
	MACACÃO DE SEGURANÇA: Macacão de segurança confeccionado em material não tecido (TNT) de polipropileno com camada laminada de polietileno, de alta resistência. Proteção contra riscos químicos Tipo 3, 4, 5 e 6. Cor amarela ou branca. Possui Certificado de Aprovação (CA) válido para a finalidade de aplicação (incluindo manipulação de defensivos agrícolas/defensivos fitossanitários). Design com elástico nos punhos e tornozelos para vedação adequada. Tamanhos do P ao G.	**UND**	**50**	**VICSA**	**R$ 24,00**	**R$ 1.200,00**
VALOR TOTAL						**R$ 10.892,40**

LOTE 04 – PROTETOR SOLAR

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
	PROTETOR SOLAR FACIAL, FPS 60 (mínimo), alta proteção UVA/UVB, hipoalergênico, não oleoso, com toque seco/aveludado, rápida absorção. Fórmula foto estável, com vitamina E. Sem perfume ou com fragrância suave, indicado para peles sensíveis. Dermatologicamente testado. produto deverá apresentar data de fabricação recente, com prazo de validade mínimo de 18 (dezoito) meses a contar da data de entrega no almoxarifado, trazendo em sua embalagem original, de forma legível, o número do lote, data de fabricação e validade, em estrita conformidade com as normas da ANVISA. Registro na ANVISA. Embalagem de **200g.**	**UND**	**500**	**ALGSUN**	**R$ 18,00**	**R$ 9.000,00**
	PROTETOR SOLAR LABIAL. BASTÃO (STICK) 5G. FPS 30, UVA/UVB. Ação hidratante. Hipoalergênico. Resistente à água. produto deverá apresentar data de fabricação recente, com prazo de validade mínimo de 18 (dezoito) meses a contar da data de entrega no almoxarifado, trazendo em sua embalagem original, de forma legível, o número do lote, data de fabricação e validade, em estrita conformidade com as normas da ANVISA. Registro ANVISA. 5g.	**UND**	**300**	**ALGSUN**	**R$ 11,00**	**R$ 3.300,00**
VALOR TOTAL						**R$ 12.300,00**

ELERA VET COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 36.681.285/0001-10:

LOTE 06 – EQUIPAMENTOS DE CAPTURA E MANEJO ANIMAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
	ARMADILHA RATOEIRA GIGANTE DESMONTÁVEL/DOBRÁVEL para captura de gatos, em malha de aço galvanizado, sistema automático de pisada, medidas aproximadas **80x32x36cm**	**UND**	**10**	**ELERAVET**	**R$ 420,00**	**R$ 4.200,00**
	LUVA DE SEGURANÇA ANATÔMICA, tipo 5 dedos, confeccionada em couro natural tipo vaqueta de alta espessura (mínimo 1,2 mm) ou raspa de couro selecionado, forrada internamente para conforto. Desenvolvida especificamente para proteção contra mordidas, arranhões e perfurações provocadas por animais (cães, gatos, répteis e aves).	**UND**	**5**	**THECOM**	**R$ 50,77**	**R$ 253,85**
	KIT DE FOCINHEIRAS TIPO "GRADE" PARA CONTENÇÃO DE CÃES, confeccionadas em aço inoxidável ou aço carbono galvanizado (resistente à corrosão), com tiras de fixação em couro natural ou nylon de alta resistência, ajustáveis à cabeça do animal. O material deve garantir a segurança no manejo de cães agressivos ou em procedimentos veterinários, permitindo a respiração ofegante, latidos e ingestão de água, sem possibilitar mordidas. Do Tamanho 01 ao 07	**UND**	**5**	**ELERAVET**	**R$ 278,03**	**R$ 1.390,15**
	PUÇÁ PARA CAPTURA DE ANIMAIS, material da tela: náilon resistente, material do cabo: alumínio anodizado, material do arco: aço reforçado, comprimento do cabo de aproximadamente 100-150 cm, diâmetro do arco de aproximadamente 50 cm, profundidade da rede 80 cm, modelo retrátil, ideal para captura de cães e gatos de forma humanizada.	**UND**	**5**	**ELERAVET**	**R$ 305,00**	**R$ 1.525,00**
VALOR TOTAL						**R$ 7.369,00**

Dê-se ciência e
Cumpra-se

Caraúbas/RN, 02 de setembro de 2026.

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:69A6BD72

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA – RN EDITAL Nº 01/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 88/2026, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de 124(cento e vinte e quatro) vagas

imediatas mais cadastro reserva para cargos de nível fundamental, médio/técnico e superior de escolaridade com lotação de acordo com a necessidade e oferta da Secretaria Municipal de Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução do Concurso Público será da responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes.

Compete à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Concurso Público do processo e da realização do Concurso Público regido por este Edital.

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas atualmente existentes nas Secretaria Municipal supracitada.

O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.cruzeta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.

As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.

O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes fases:

FASE	CARÁTER
Prova Objetiva (para todos os cargos)	Eliminatória e classificatória
Prova de Títulos (cargos de Coordenador Pedagógico, Professor de Arte, Professor de Ciências, Professor de Educação Especial, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Língua Inglesa, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Música, Professor de Tecnologias Digitais, Professor Polivalente e Procurador Jurídico – Câmara Municipal)	Classificatória
Prova Discursiva/Peça Processual- Procurador da Câmara	Eliminatória

As provas objetivas serão realizadas na cidade de Cruzeta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas à cidade de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.

São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:

Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;

Anexo II – Do formulário de requerimento de isenção de taxa de inscrição;

Anexo III – Do formulário para requerimento de vaga para candidato com deficiência;

Anexo IV- Do formulário de autodeclaração;

Anexo V- Dos conteúdos programáticos;

Anexo VI- Do cronograma de execução previsto.

As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília- DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".

Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.

DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO

Para investidura no cargo escolhido, a pessoa candidata deverá ter e comprovar, na data da posse, as condições especificadas a seguir:

ter sido classificada no Concurso Público na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;

ser brasileiro nato ou naturalizado. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972;

ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

estar quite com serviço militar, especificamente no caso de candidatos do sexo masculino, e com a justiça eleitoral, para todas as pessoas candidatas;

possuir a qualificação exigida para o desempenho das atribuições do cargo;

não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo nas hipóteses permitidas pela Constituição Federal;

não ter sido demitido a bem do serviço público, destituído de cargo em comissão ou exonerado em decorrência de processo administrativo disciplinar;

cumprir com as determinações deste Edital.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das 14h00min de 03 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 05 de outubro de 2026, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.

As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.

O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
FUNDAMENTAL	R$ 100,00 (cem reais)
MÉDIO/ TÉCNICO	R$ 140,00 (cento e quarenta reais)
SUPERIOR	R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

Para efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá:

acessar o site **www.idib.org.br**;

localizar o link do Concurso Público da Prefeitura de Cruzeta;

preencher corretamente o formulário eletrônico;

efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição no prazo de 24h;

no ato da inscrição, poderá ser exigido o envio (upload) de documento oficial de identificação como condição para a efetivação da inscrição, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a correção e a veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição, sob as penas da lei;
Após o encerramento do período de inscrições determinado no item 3.1 deste edital, o formulário não estará mais disponível no site do IDIB.
O IDIB não se responsabiliza por falhas, estornos, cancelamentos, não aprovação da transação ou quaisquer problemas relacionados ao meio de pagamento utilizado.
O IDIB não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou congestionamento de sistemas.
Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.4, inciso IV acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.
A taxa de inscrição deverá ser paga até o primeiro dia útil após o fim do período das inscrições.
As inscrições efetuadas somente serão deferidas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição pelo sistema bancário.

DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Dos meios de pagamento da taxa de inscrição
O pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado por meio de boleto bancário, emitido no ato da inscrição, constituindo este o meio padrão de quitação da taxa correspondente.
Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas de pagamento que permitam a liquidação do boleto bancário mediante utilização de cartão de crédito, inclusive com possibilidade de parcelamento.
A utilização de cartão de crédito para liquidação do boleto bancário constitui mera alternativa facultativa a pessoa candidata, não sendo obrigatória, permanecendo disponível a opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.
Na hipótese de a pessoa candidata optar pela liquidação da taxa de inscrição por meio de cartão de crédito ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento, esta declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos financeiros, juros ou eventuais tarifas aplicáveis, as quais são definidas exclusivamente pela instituição financeira ou operadora de pagamento responsável pela transação.
A banca organizadora não se responsabiliza pela relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a instituição financeira ou operadora de pagamento, limitando-se à disponibilização do boleto bancário correspondente à taxa de inscrição.
Dessa forma, quaisquer encargos financeiros decorrentes de parcelamento, financiamento ou utilização de cartão de crédito são de inteira responsabilidade da pessoa candidata, não cabendo à banca organizadora qualquer ingerência ou responsabilidade sobre tais condições.
A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral do boleto bancário referente à taxa de inscrição, independentemente do meio utilizado pela pessoa candidata para promover essa liquidação.
A pessoa candidata poderá efetuar o pagamento do boleto bancário em qualquer instituição bancária ou meio eletrônico de pagamento apto a realizar a liquidação do referido título, não estando restrito à instituição financeira eventualmente conveniada.
Uma vez confirmada a quitação do boleto bancário, considerar-se-á concluído o procedimento financeiro referente à inscrição da pessoa candidata.
Nos termos das regras editalícias aplicáveis ao certame, a taxa de inscrição possui natureza administrativa e não será devolvida em nenhuma hipótese, ressalvadas apenas as situações expressamente previstas em lei ou no próprio edital.
A confirmação do pagamento da taxa de inscrição implica aceite pleno e irretratável de todas as condições do edital, inclusive das disposições relativas aos meios de pagamento utilizados.
A pessoa candidata que optar pela utilização de cartão de crédito, parcelamento ou qualquer outro meio de financiamento para liquidação do boleto bancário reconhece que tal operação constitui ato voluntário, realizado com pleno conhecimento das condições financeiras aplicáveis.
Em razão disso, não será admitida qualquer alegação posterior de desconhecimento das condições de pagamento, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.
Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à operadora de cartão de crédito ou instituição financeira, após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá, após a devida verificação, proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis.
A adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa de inscrição poderá caracterizar conduta incompatível com a boa-fé, podendo ensejar cobrança judicial do valor devido e demais consequências previstas na legislação aplicável, inclusive na esfera penal, quando cabível.
Ao efetuar sua inscrição no certame, a pessoa candidata declara ter plena ciência e concordância com todas as disposições deste edital, especialmente quanto:
à possibilidade de pagamento da taxa de inscrição mediante liquidação do boleto bancário por meio de cartão de crédito ou parcelamento;
às condições financeiras eventualmente aplicadas pela instituição responsável pela transação;
à inexistência de responsabilidade da banca organizadora quanto às condições de financiamento escolhidas pela pessoa candidata;
à irretratabilidade da inscrição após a confirmação do pagamento.

DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O pagamento da taxa de inscrição é obrigatório para todas as pessoas candidatas, ressalvadas exclusivamente aquelas que se enquadrarem na hipótese de isenção prevista neste Edital, observada a condição a seguir:
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Nos termos dos Decretos Federais nº 6.593/2008 e nº 11.016/2022, à pessoa candidata inscrita no CadÚnico.
A comprovação das condições previstas no subitem 5.1 será realizada mediante anexação eletrônica da imagem digitalizada, formato pdf, dos documentos comprobatórios conforme a hipótese de isenção pleiteada.
CadÚnico (Decretos Federais nº 6.593/2008 e nº 11.016/2022): A pessoa candidata deverá encaminhar de forma eletrônica, cumulativamente, os seguintes documentos:
requerimento de solicitação de isenção, acompanhado da folha resumo do Cadastro Único, obtida junto ao setor responsável da assistência social;
comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contendo as páginas de identificação, qualificação civil, contrato de trabalho do último emprego e a página subsequente;
declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), devidamente assinada, nos termos do Decreto nº 11.016/2022;
documento oficial de identidade e CPF, nos termos deste Edital.

DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 19- DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.
Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 19 deste Edital.
Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.
A devolução do pagamento da taxa de inscrição somente ocorrerá a pessoa candidata, no caso de não realização do certame por parte da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)

As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo VI deste Edital, por meio da área da pessoa candidata, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico **www.idib.org.br**.
Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento a pessoa candidata previsto neste Edital, em até 2 (dois) dias úteis a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.
Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.
Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.
O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição.
São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na sua área da pessoa candidata e/ou CCI.
A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.
A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.
A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico **www.idib.org.br** para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).
Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 19-DOS RECURSOS deste Edital.
O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.
A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

DAS VAGAS RESERVADAS

Das vagas destinadas aos cargos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão providas na forma da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.
Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 8.1. deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transtorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Visão Monocular), da Lei 14.768 de 22 de dezembro de 2023 (Deficiência Auditiva), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 e têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.
Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, as pessoas candidatas com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regência do concurso.
Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata com deficiência deverá:
no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;
enviar, no período previsto no Anexo VI deste edital, para dentro do site da banca em ambiente específico, **www.idib.org.br**, os documentos abaixo:
arquivo digital do documento de identificação, de acordo com este edital, e CPF;
arquivo digital de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a publicação deste edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo III deste edital;
no caso da pessoa candidata com deficiência que necessite de atendimento especial para a realização das provas, enviar, juntamente com a documentação prevista na alínea "b" deste subitem, justificativa de condição especial acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste referida necessidade, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508/2018 e alterações.
A pessoa candidata com deficiência deverá enviar os documentos elencados no período previsto no Anexo VI deste edital, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.
O envio dos arquivos especificados no subitem 8.5 deste edital é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, arquivo único, e com tamanho máximo de até 10MB (dez megabytes).
Os arquivos ilegíveis serão desconsiderados para fins de análise.
A pessoa candidata deverá manter aos seus cuidados a via original ou a cópia autenticada em cartório da documentação constante do subitem 8.5 deste edital, para que, caso seja solicitada pelo IDIB, envie por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.
O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), a cópia simples do documento de identificação e CPF terão validade somente para este concurso público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação seja para qualquer fim.

Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br, nas datas previstas no Anexo VI deste edital.
A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar das inscrições indeferidas para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá fazê-lo no endereço eletrônico www.idib.org.br no prazo estabelecido no Anexo VI deste Edital. Após o término do referido prazo, não serão admitidos pedidos de revisão.
No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de complementação, substituição ou novo envio de documentação.
A inobservância do disposto no item 8.5 deste edital acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
A pessoa candidata que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida neste edital não é suficiente para a pessoa candidata ter sua solicitação deferida.
A pessoa candidata que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovada neste concurso público e na perícia médica, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência.
As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por pessoas candidatas que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as etapas do concurso, dentro dos limites do quadro de vagas constantes neste edital. Caso não haja pessoas candidatas aprovadas, às vagas eventualmente não preenchidas serão destinadas à ampla concorrência.
Na hipótese de novas vagas dentro do prazo de validade do presente concurso público e sendo possível a aplicação do percentual a que se refere o subitem 8.1 deste edital, e havendo pessoa candidata considerada pessoa com deficiência habilitada, ela será convocada.
Durante o prazo de validade do concurso serão convocadas pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência de acordo com a alternância e proporcionalidade previstas em lei.
Após a investidura da pessoa candidata com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação.
A nomeação das pessoas candidatas aprovadas respeitará os critérios de ordem de classificação, de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas as pessoas candidatas com deficiência.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pela próxima candidata com deficiência classificada, desde que haja pessoa candidata classificada nessa condição.
No ato da inscrição, a pessoa candidata com deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo/área e/ou especialidade para o qual pretende se inscrever, no caso de vir a exercê-lo.
A pessoa candidata que não for considerada pessoa com deficiência, nos termos do Decreto nº 3.298/1999, do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da Lei nº 14.126/2021, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota suficiente para tanto, observados os critérios de avaliação biopsicossocial previstos na legislação vigente.

DA AVALIAÇÃO BIOPISICOSSOCIAL

A avaliação biopsicossocial tem por objetivo confirmar, ou não, a deficiência declarada pela pessoa candidata e avaliar a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo a que concorre, previstas neste Edital.
A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, aprovada e classificada nas provas objetivas, será convocada para se submeter à avaliação biopsicossocial, promovida por equipe multiprofissional constituída pelo IDIB.
A avaliação biopsicossocial será promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar, formada por três profissionais com formação em curso superior e registro no conselho de classe correspondente, dentre os quais um deverá ser médico do trabalho com registro de qualificação de especialidade – RQE no Conselho Regional de Medicina, e por dois integrantes da respectiva carreira a que concorre a pessoa candidata avaliada.
A autodeclaração da pessoa com deficiência prevista neste Edital será confirmada com fulcro no art.37, inciso VIII; no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; nas categorias discriminadas nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista); na Lei nº 14.126, de 21 de março de 2021; na Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e na Lei nº 15.176, de 23 de julho de 2025.
Serão convocadas para a avaliação biopsicossocial todas as pessoas candidatas que tenham se declarado com deficiência e que tenham sido aprovadas e classificadas nas provas objetivas, após a publicação do resultado definitivo dessa etapa.
A comissão de avaliação biopsicossocial, a ser presidida pelo médico do trabalho, deve considerar:
os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
a limitação no desempenho de atividades;
a restrição de participação.
A equipe multidisciplinar emitirá parecer que observará:
as informações prestadas pela pessoa candidata no ato de inscrição no concurso;
a natureza das atribuições do cargo de opção da pessoa candidata;
a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas associadas às atribuições do cargo;
a possibilidade de uso, pela pessoa candidata, de equipamentos ou de outros meios que utilize de forma habitual;
a compatibilidade entre as atribuições do cargo público e a deficiência apresentada pela pessoa candidata.
Na avaliação biopsicossocial, a análise será feita de forma presencial e individualizada, nos termos do edital de convocação próprio para esta etapa.
A pessoa candidata deverá comparecer à avaliação biopsicossocial com uma hora de antecedência do horário previsto no edital de convocação, a ser publicado na data prevista neste Edital, munido de documento de identidade original nos termos deste Edital e de laudo médico emitido nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da CID-10, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.
A pessoa candidata que se enquadra no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista), deverá apresentar, ainda, relatório especializado, emitido por médico, explicitando as seguintes características, associando-as a dados temporais (com início e duração de alterações e/ou prejuízos):
capacidade de comunicação e interação social;
reciprocidade social;
qualidade das relações interpessoais;
presença ou ausência de estereotipias verbais, estereotipias motoras, comportamentos repetitivos ou interesses específicos, restritos e fixos.
A pessoa candidata com deficiência visual deverá apresentar o laudo médico com informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.
A pessoa candidata com deficiência auditiva deverá apresentar, além do laudo médico, exame audiométrico, ou seja, audiometria realizada, no máximo, nos 12(doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público. Caso a pessoa candidata utilize Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), deverá apresentar audiometria sem AASI.
A pessoa candidata com deficiência física deverá apresentar o laudo médico com a descrição detalhada dos impedimentos físicos, as alterações anatômicas e/ou funcionais e especificação das limitações funcionais para a vida diária e a necessidade do uso de apoios, como, por exemplo, uso de próteses e/ou órteses, dentre outros.

Para realização das provas objetivas serão oferecidas as pessoas candidatas as adaptações razoáveis de acessibilidade informadas no ato da solicitação de inscrição.
Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, a pessoa candidata que por ocasião da avaliação biopsicossocial:
não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório);
apresentar laudo emitido em período superior aos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição neste concurso público, exceto no caso das pessoas candidatas cuja deficiência se enquadra no §1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista);
deixar de cumprir as exigências de que tratam o item 8 deste Edital;
deixar de apresentar o relatório especializado, se for o caso, conforme o subitem deste Edital;
não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;
não comparecer à avaliação biopsicossocial;
evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos previstos para essa avaliação;
não apresentar o documento de identidade original, na forma definida este Edital.
A pessoa candidata considerada pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial terá seu nome e a respectiva pontuação publicadas em resultados específicos as pessoas candidatas com deficiência e figurará, também, nos resultados de classificação geral, se sua nota no concurso for suficiente para tanto, e/ou em outras listas de vagas reservadas (caso tenha se inscrito para essas outras modalidades).

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
Serão reservados 30% (trinta por cento) do total das vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, na forma da Lei nº 15.142 de 03 de junho de 2025.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas indígenas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatos indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas quilombolas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas pretas e pardas, e, por último, para a ampla concorrência.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas para pessoas candidatas pretos e pardos, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista no subitem 10.1.
A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 2 (dois).
Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
No caso do cargo em que não tenha reserva imediata às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do Seletivo, alterar o seu quadro criando novas vagas.
Para os fins de concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, considera-se:
Pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;
Pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;
Pessoa quilombola: aquela pertencente ao grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata deverá se autodeclarar preto ou pardo, indígena ou quilombola ao se inscrever em concurso/seleção pública, de acordo com os critérios de raça, cor e etnia utilizados pelo IBGE.
A pessoa candidata que se autodeclarar preto ou pardo, indígena ou quilombola indicará em sua inscrição, em campo específico, se pretende concorrer pelo sistema de reserva de vagas.
Até o fim do período de inscrição do concurso público simplificado, será facultado a pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.
Terão presunção relativa de veracidade as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição para este concurso público simplificado, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.
Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso público simplificado e, se houver sido convocada, ficará sujeito à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do Concurso público e, se houver sido contratada, ficará sujeito à anulação da sua contratação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
As pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Concurso Público.
As pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas.
As pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso público tanto nas vagas destinadas à ampla concorrência quanto nas vagas reservadas, observada a nota de cota de cada etapa e listagem.
Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta e parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.
Na hipótese de número insuficiente de pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.
A convocação das pessoas candidatas aprovadas e classificadas observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas e a pessoa candidatas com deficiência.
As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrem às vagas reservadas, constarão na relação que será divulgada no site **www.idib.org.br.**

A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.
A pessoa candidata que se autodeclarou pessoa preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de heteroidentificação, promovida por uma comissão designada para tal fim, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada por meio de convocação, conforme corte indicado abaixo:
para os cargos objetos da seleção deste edital, serão convocados para a confirmação complementar à autodeclaração as pessoas candidatas aprovadas até a 10ª posição.
A avaliação considerará o fenótipo apresentado pela pessoa candidata na apresentação presencial.
Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade e em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.
A pessoa candidata que se autodeclarou pessoa indígena no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, promovida por uma comissão designada para tal fim, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada por meio de convocação, conforme corte indicado abaixo:
para os cargos objetos da seleção deste edital, serão convocadas para a confirmação complementar à autodeclaração as pessoas candidatas aprovadas até a 10ª posição.
10.10.1. O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de indígenas será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, mediante a apresentação de:
Documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;
Documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou
Outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:
comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
documentos expedidos por escolas indígenas;
documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;
documentos expedidos por órgão de assistência social;
documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
documentos de natureza previdenciária.
A pessoa candidata que se autodeclarou pessoa quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, promovida por uma comissão designada para tal fim, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada por meio de convocação, conforme corte indicado abaixo:
para os cargos objetos da seleção deste edital, serão convocadas para a confirmação complementar à autodeclaração as pessoas candidatas aprovadas até a 10ª posição.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de quilombolas será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, mediante a apresentação de:
Declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e
Certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual a pessoa candidata pertence.
Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do concurso público e, se houver sido convocada, ficará sujeito à anulação da sua convocação, admissão ao serviço ou cargo público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de confirmação complementar à autodeclaração ou à procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo a sua posição na lista de ampla concorrência.
Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como pessoa preta ou parda, indígena ou quilombola, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo a sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada a má fé na autodeclaração firmada pela pessoa candidata, caso em que será eliminada após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência citada nos subitens 10.13 e 10.14 será condicionada à nota mínima de corte aplicada a última pessoa candidata classificada desta listagem.
O resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas as pessoas candidatas negras será publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas caberá recurso na forma especificada na convocação.
Na hipótese de a comissão constatar falsidade na declaração feita pela pessoa candidata, a documentação poderá ser enviada à Polícia Federal para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente.
O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta ou parda, indígena ou quilombola não se configura ato discriminatório de qualquer natureza.
Durante a aferição poderá ser realizada fotografia ou filmagem para registro da entrevista.
A inobservância do disposto no item 10 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

As pessoas candidatas que tiverem se autodeclarada pretas ou pardas e optado por concorrer às vagas reservadas, se não eliminadas na seleção simplificada, serão submetidas ao procedimento de heteroidentificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas as pessoas candidatas pretas, pardas ou indígenas.
Devem ser convocadas as pessoas candidatas negras para o procedimento de heteroidentificação, as pessoas candidatas que tiveram sua inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas a pessoas afrodescendentes, classificadas nas fases anteriores a sua execução, nos mesmos quantitativos previstos neste edital.
As pessoas candidatas serão convocadas por meio de edital de convocação específico para este procedimento, com indicação de local, data e horário prováveis para sua realização, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
O IDIB poderá executar a heteroidentificação através de procedimento online, cujo edital de convocação específico indicará a data e horário prováveis para sua realização, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa que não comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

A pessoa candidata deverá verificar o seu horário e o seu local de realização do procedimento de heteroidentificação e somente poderá realizá-lo no horário e local designados.
A pessoa candidata convocada para o procedimento de heteroidentificação deverá comparecer com uma hora de antecedência do horário marcado para o seu início, munido de documento de identificação (original e cópia), de acordo com este edital.
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, sendo submetido, ainda, à identificação especial que consistirá na coleta de assinatura e registro fotográfico.
O edital de convocação definirá se o procedimento de heteroidentificação será promovido sob a forma presencial ou, excepcionalmente e por decisão motivada, telepresencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.
As pessoas candidatas que optarem, no ato de inscrição, por concorrer às vagas reservadas a pessoas negras e pardas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste edital, deverão se submeter ao procedimento de heteroidentificação.
O IDIB constituirá uma comissão de heteroidentificação para aferição da veracidade da autodeclaração como pessoa afrodescendente com requisitos habilitantes, conforme determinado pela Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, que será responsável pela emissão de um parecer conclusivo favorável ou não favorável à declaração da pessoa candidata.
A comissão de heteroidentificação será composta por cinco membros e seus suplentes e deverá garantir a diversidade das pessoas que a integram quanto ao gênero, à cor e, sempre que possível, à origem regional.
Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a comissão de heteroidentificação, podendo ser disponibilizados aos órgãos de controle interno e externo, se requeridos.
Os currículos das pessoas que integram a comissão de heteroidentificação deverão ser publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, após o procedimento de heteroidentificação.
A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata na seleção.
Serão consideradas as características fenotípicas da pessoa candidata ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação.
Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em certames públicos federais, estaduais, distritais e municipais.
Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade.
O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos contra a decisão da comissão (art. 8º da Resolução CNJ Nº 541 de 18/12/2023).
A pessoa candidata que recusar a realização da filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, nos termos do subitem 11.19 deste edital, será eliminada do certame, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas.
A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria dos seus membros, em parecer motivado.
As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para esta seleção, para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades.
É vedado à comissão de heteroidentificação deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.
O teor do parecer motivado será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
A avaliação da comissão de heteroidentificação quanto à condição de pessoa negra ou parda considerará os seguintes aspectos:
declaração no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas; e
fenótipo apresentado pela pessoa candidata no momento do procedimento de heteroidentificação.
Na hipótese de indeferimento da autodeclaração no procedimento de heteroidentificação, a pessoa candidata poderá participar do certame concorrendo às vagas de ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases.
O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da comissão de heteroidentificação a respeito da confirmação da autodeclaração.
Das decisões preliminares da comissão de heteroidentificação, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à comissão recursal.
A comissão recursal será composta por três integrantes distintos das pessoas que compõem a comissão de heteroidentificação.
Aplica-se à comissão recursal os mesmos dispositivos legais referentes à composição, à apresentação de seus membros e aos critérios de avaliação dispostos neste item do edital, dispondo a pessoa candidata de 2 (dois) dias para apresentação de recurso, a partir do primeiro dia útil subsequente ao respectivo ato, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
Os currículos dos integrantes da comissão recursal serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br, por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.
Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão e o conteúdo do recurso elaborado pela pessoa candidata prejudicada.
Das decisões da comissão recursal não caberá recurso administrativo.
O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis.
Na hipótese de constatação, pelos órgãos competentes, de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação:
caso a seleção ainda esteja em andamento, a pessoa candidata será eliminada;
caso a pessoa já tenha sido admitida, ficará sujeita à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
Os resultados preliminar e definitivo do procedimento de heteroidentificação serão publicados nas datas previstas, podendo a pessoa candidata que desejar interpor recurso contra referido resultado preliminar de acordo com o disposto neste edital.
Outras informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital específico de convocação para esta etapa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.
É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.
Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.

Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF).
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;
Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.
Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;
A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;
Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;
O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;
A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.
As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.
As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.
Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**, no período previsto.
O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.
As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.
A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.
Terá o direito previsto no subitem 12.17 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.
A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .pdf, de acordo com o disposto neste Edital.
Caso a criança ainda não tenha nascido, a da certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.
A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.
Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.
Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site **www.idib.org.br** tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.
Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 12.13 deste Edital.
Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 12.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.
No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.
A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
As publicações referentes as pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 12.13 acima.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 12.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área do Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.
As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

DA PROVA OBJETIVA
Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo V deste Edital, conforme os quadros a seguir:

NÍVEL FUNDAMENTAL

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	30	2,0	60,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos, não podendo obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer uma das disciplinas.
	Raciocínio Lógico Matemático	20		40,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	-	**100,0**	

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	15	2,0	30,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos, não podendo obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer uma das disciplinas.
	Raciocínio Lógico	05		10,0	
	Informática	05		10,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	25		50,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	-	**100,0**	

NÍVEL SUPERIOR-EXCETO PROCURADOR DA CÂMARA

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	15	2,0	30,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos, não podendo obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer uma das disciplinas.
	Raciocínio Lógico	05		10,0	
	Informática	05		10,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	25		50,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	-	**100,0**	

NÍVEL SUPERIOR-PROCURADOR DA CÂMARA

Área de Conhecimento	Disciplina	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos	Perfil para Aprovação
Área 1	Língua Portuguesa	05	1,0	5,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos na Área de Conhecimento, não podendo obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer das disciplinas.
	Direito Constitucional	05		5,0	
	Direito Administrativo	05		5,0	
	Direito Tributário	05		5,0	
	Direito Processual Civil	05		5,0	
Área 2	Direito Civil	05		5,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos na Área de Conhecimento.
	Direito Penal	05		5,0	
	Direito Financeiro	05		5,0	
Área 3	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	05		5,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos na Área de Conhecimento.
	Direito Previdenciário	05		5,0	
TOTAL		**50**	-	**50,0**	

Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico **www.idib.org.br**.

Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de 29 de novembro de 2026.

As provas objetivas constarão de 50 (cinquenta) questões com peso 2,0 conforme subitem 13.1 deste edital.

Considerar-se-á classificado a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos na prova objetiva e não obtiver nota 0,00 em qualquer uma das disciplinas.

As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.

A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.

Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.

A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.

A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o mesmo deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação na folha resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.

É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.

Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos na folha resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.

O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e folha resposta como medida extra de segurança.

O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.

A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).

Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.

Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 13.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.

Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.

A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
FUNDAMENTAL	29/11/2026 14h00min as 18h00min (horário de Brasília)
MÉDIO/TÉCNICO	29/11/2026 08h00min as 12h00min (horário de Brasília)
SUPERIOR	29/11/2026 14h00min as 18h00min (horário de Brasília)

Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico **www.idib.org.br**.

O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.

Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.

No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.

Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.

Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.

No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.

Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.

Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.

Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.

Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.

Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.

Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido a pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.

No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.

Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.
Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.
Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.
A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.
Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.
Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pela pessoa candidata de ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.
As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2 (duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de sua respectiva Folha de Resposta.
Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
portar arma de fogo.
Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.
Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.
Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.
A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.

A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

DA PROVA DISCURSIVA

A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada no mesmo dia da prova objetiva.
A prova discursiva será elaborada com base no conteúdo programático da prova objetiva, tendo especial foco no direito público municipal e a Fazenda Pública em juízo, abrangendo temas relativos às disciplinas de Direito Constitucional, de Direito Administrativo, de Direito Tributário e de Direito Processual Civil.
A prova discursiva será dividida em Questão Aberta, 02 (duas) questões, que valerá 20 (vinte) pontos cada, e Prova Prática, que valerá 60 (sessenta) pontos.
A Questão Aberta consistirá na elaboração de texto argumentativo e conterá duas questões (podendo ser divididas em quesitos), com, no mínimo, 10 (dez) linhas, e no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas com base em tema formulado pela Banca Examinadora, abordando os mais diversos temas indicados no item 15.2., cumulados ou não.
A Prova Prática consistirá na elaboração de uma peça processual resultante da análise de um caso prático formulado pela Banca Examinadora, abordando os mais diversos temas indicados no item 15.2., cumulados ou não.
Para a prova discursiva somente serão classificadas as pessoas candidatas que atingirem a pontuação mínima na Fase Objetiva e, considerada a pontuação obtida nesta, figurarem entre os 61 (sessenta) mais bem classificadas, respeitados os empates da última classificação mínima exigida.
As pessoas candidatas não classificadas para a prova discursiva serão ELIMINADAS do concurso.
As provas discursivas serão realizadas na data prevista do edital de Convocação.
A prova discursiva será avaliada com base nos critérios fixados no espelho de correção, levando-se em conta a correta utilização da linguagem, bem como os aspectos jurídicos do assunto abordado (como as legislações, as jurisprudências, a súmulas, as doutrinas majoritárias), levando-se em consideração a melhor solução aplicável em defesa da Fazenda Pública.
A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se classificado nesta fase a pessoa candidata que tenha acertado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) na totalidade da pontuação da prova discursiva e atenda o que dispõe o item 15.6.
A pessoa candidata que não for classificada na Prova Discursiva, nos termos deste edital, estará automaticamente ELIMINADA do Concurso Público.
A folha de resposta da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra, marca e/ou símbolo que identifique a pessoa candidata, em qualquer parte da folha, em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca ou símbolo identificadora dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará nota ZERO na prova de discursiva.
A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pela própria pessoa candidata, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de preta de material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento diferenciado para a realização das provas. Nesse caso, se houver necessidade, a pessoa candidata será acompanhada por um colaborador do IDIB devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação. Não será permitido o uso de qualquer outro tipo de caneta, nem de apontador, lápis, lapiseira, borracha, “caneta borracha” e afins, sendo eliminada do concurso a pessoa candidata que não obedecer ao descrito neste subitem.
Não será permitido exceder o limite de linhas contidas no formulário de resposta e/ou escrever fora do local indicado para resposta, caso isso ocorra, serão desconsideradas as linhas extras.
A nota do critério que avalia o tema será atribuída somente a partir do que estiver escrito no corpo do texto.
O preenchimento da folha de resposta definitiva da prova discursiva, que será o único documento válido para a correção da prova, será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno e neste edital. Em hipótese alguma haverá substituição do caderno de prova por erro da pessoa candidata. A folha para rascunho é de preenchimento facultativo e não será avaliada.
A folha de resposta não será substituída por erro de preenchimento da pessoa candidata.
Ao terminar a prova, a pessoa candidata deverá entregar a folha de resposta definitiva da prova discursiva ao fiscal de sala.
A não devolução, pela pessoa candidata, da folha de resposta definitiva, ao fiscal acarretará eliminação sumária da pessoa candidata no concurso.
A pessoa candidata não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na elaboração da prova discursiva.
Será atribuída nota ZERO à prova discursiva que:
não observar as orientações presentes no caderno de questões;
com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique a pessoa candidata;
apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
estiver em branco;
fugir, integralmente, à tipologia textual ou o padrão de resposta;
apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação da pessoa candidata;
for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

O padrão de resposta (chave de correção) será disponibilizado no site www.idib.org.br.
A folha de resposta da prova discursiva poderá ser visualizada no site www.idib.org.br, após a publicação do resultado preliminar da fase, e estará disponível até quinze dias após a sua divulgação. Após esse prazo determinado, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de resposta definitiva.
As pessoas candidatas poderão interpor recurso contra o padrão de resposta (chave de correção), nas datas previstas.
As notas serão divulgadas no site www.idib.org.br e as pessoas candidatas poderão pedir revisão do resultado preliminar da prova discursiva, nas datas definidas prevista em edital.

DA PROVA DE TÍTULOS- APENAS PARA CARGOS DE COORDENADOR PEDAGÓGICO, PROFESSOR DE ARTE, PROFESSOR DE CIÊNCIAS, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR DE MATEMÁTICA, PROFESSOR DE MÚSICA, PROFESSOR DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, PROCURADOR E PROFESSOR POLIVALENTE:

Somente serão convocadas para a Prova de Títulos, de caráter exclusivamente classificatório, as pessoas candidatas aprovadas nas Provas Objetivas, até 5 (cinco) vezes o número de vagas, cujo limite será considerado, também, para as vagas para deficientes.

A Prova de Títulos consistirá na análise dos títulos apresentados pelas pessoas candidatas, conforme quadro a seguir:

ALÍNEA	AVALIAÇÃO DE TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
A	Curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado, devidamente reconhecido pelo MEC	3	3,0
B	Curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, devidamente reconhecido pelo MEC	2	2,0
C	Curso de especialização em área relacionada com o cargo a que concorre, com carga horária mínima de 360 horas, devidamente reconhecido pelo MEC.	1	1,0
D	**Procurador-** Ano de exercício de advocacia comprovado através de certidões expedidas por cartório judicial ou Ano de exercício de cargo, emprego ou função pública privativos de bacharel em Direito.	0,25	1,0

Para as alíneas “A”, “B”, “C” e “D”, do subitem 16.2 deste edital, serão considerados os seguintes documentos comprobatórios:
para efeito da Prova de Títulos, somente deverá ser admitido 01 (um) diploma ou certificado por nível de titulação; caso a pessoa candidata apresente mais de um diploma de Mestrado ou Doutorado, ou mais de um certificado de Especialização, somente deverá ser considerado o de maior pontuação;
para a alínea “A”: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar;
para a alínea “B”: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar;
para a alínea “C”: diploma ou certificado ou declaração de conclusão do curso onde obrigatoriamente possam ser identificadas a carga horária e a conclusão do referido curso, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
para a comprovação de exercício da advocacia (alínea D): inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e apresentação de certidões que atestem a atuação da pessoa candidata em diferentes feitos no período de até quatro anos (cada ano comprovado equivalerá a 0,25 ponto). A pessoa candidata deverá comprovar a atuação em, no mínimo, três processos por ano, sendo que, na respectiva certidão comprobatória, deverá constar, expressamente, a data inicial e final da representação judicial em cada processo pela pessoa candidata. Cada processo será considerado uma única vez;
Para a comprovação de exercício de cargo, emprego ou função pública, privativos de bacharel em Direito (alínea D), sejam efetivos, permanentes ou de confiança: apresentação de cópia do respectivo ato de nomeação, contratação ou designação acompanhada da norma legal ou outro ato normativo que discipline os requisitos do cargo, emprego ou função, como certidões/declarações fornecidas pelo órgão ou entidade competente, sob as penas da lei. O período máximo pontuável é de até quatro anos (cada ano comprovado equivalerá a 0,25 ponto).
A comprovação do curso relacionado na alínea “A” do subitem 16.3 deste Edital, concluído no exterior, deverá ser feita única e exclusivamente por meio do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior do Brasil, credenciada no MEC.
A comprovação do curso relacionado na alínea “B” do subitem 16.3 deste Edital, concluído no exterior, deverá ser feita acompanhada de um histórico escolar contendo as disciplinas e a carga horária (de cada disciplina ou total).
Não será considerado como curso de especialização o curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado ou doutorado cujas disciplinas estejam concluídas.
Somente será aceito certificado ou declaração das instituições referidas nos subitens anteriores nas quais seja possível efetuar a sua identificação e constem todos os dados necessários à sua perfeita comprovação.
Somente será considerado o curso concluído.
Os certificados ou diplomas de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial e reconhecida pelo MEC, ou quando estrangeiro, devidamente revalidado.
A pessoa candidata que não encaminhar a documentação descrita neste Edital, receberá nota 0,00 (zero) nestas alíneas.
O envio dos documentos comprobatórios de títulos será realizado por meio de ferramenta on-line, a ser disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A ferramenta eletrônica para envio de títulos estará disponível no portal eletrônico da Organizadora, onde a pessoa candidata deverá se identificar por meio de seu CPF e código de acesso, que será gerado automaticamente pela Organizadora e enviado para o e-mail cadastrado da pessoa candidata.
A tela para envio de títulos e documentos será composta por campos intitulados de acordo com a tabela contida neste edital, devendo a pessoa candidata anexar em cada campo a imagem da documentação comprobatória original, correspondente à descrição.
O envio dos arquivos, uma vez inicializado pela pessoa candidata, somente será finalizado caso a pessoa candidata clique no botão “Gravar arquivos e finalizar envios”; caso contrário, o envio ficará com o status “envio pendente”, o qual mudará para status “envio finalizado” de forma automática após seu término. Enquanto o processo de envio estiver com o status “envio pendente”, a pessoa candidata poderá incluir ou excluir quantos arquivos achar necessário; contudo, após a mudança de status para “envio finalizado” a mesma não poderá mais incluir ou excluir arquivos, sendo finalizada essa fase.
Somente serão aceitos arquivos nos formatos JPG, JPEG, GIF, PNG ou PDF, e com tamanho de até 2 MB (dois megabytes) cada.
Os arquivos ilegíveis serão considerados sem validade e não lhe serão atribuídas pontuações.
No documento anexado para a prova de título deverá constar a identificação nominal da pessoa candidata, devendo, portanto, ser anexado em anverso e verso, sempre que houver.
A pessoa candidata inscrita assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário eletrônico de envio de títulos e documentos.
A pessoa candidata que não apresentar títulos, no prazo estipulado receberá nota 0 (zero) na Prova de Títulos.
Não será aceito título ou documento entregue fora do período estipulado.
Os títulos serão avaliados pela banca examinadora constituída para esse fim, de acordo com a tabela constante do subitem 16.2 deste edital.
Fica reservado ao IDIB o direito de exigir, a seu critério, a apresentação dos documentos originais para conferência dos documentos enviados eletronicamente.
Os resultados da Prova de Títulos, preliminar e definitivo, serão divulgados no site www.idib.org.br. na área da pessoa candidata.
Demais informações a respeito da Prova de Títulos constarão no edital de convocação específico para esta etapa.

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo V deste Edital;
O Anexo V, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;

As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
A Prefeitura Municipal de Cruzeta e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;
Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
A classificação final dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada a partir do somatório do total de pontos obtidos nas Provas Objetivas para os cargos de nível fundamental, médio/técnico. Os cargos de nível superior de Coordenador Pedagógico, Professor de Arte, Professor de Ciências, Professor de Educação Especial, Professor de Educação Física, Professor de Geografia, Professor de História, Professor de Língua Inglesa, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Música, Professor de Tecnologias Digitais e Professor Polivalente, o total de pontos obtidos nas Provas Objetivas e de Títulos e para o cargo de Procurador da Câmara o total de pontos obtidos nas Provas Objetivas, Prova Discursiva e de Títulos, atribuindo-se o primeiro lugar a pessoa candidata que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente.
Todos os cálculos citados neste edital serão sem arredondamento.
A homologação da relação de pessoas candidatas aprovadas e classificadas no certame, por cargo, passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo indicado neste Edital.
O Resultado Final do concurso público será divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo sua homologação publicada no Diário oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, através do site oficial www.cruzeta.rn.gov.br.
As pessoas candidatas não classificadas no número máximo de aprovadas de que trata o Anexo III do Decreto Federal nº 9.739, de 28 de março de 2019, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente eliminadas deste concurso público.
Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência a pessoa candidata que, na seguinte ordem:
tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
obtiver a maior pontuação nas questões da área de Conhecimentos Específicos da prova objetiva;
tiver maior idade, exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem; e;
tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal e alterações).
As pessoas candidatas que seguirem empatadas até a aplicação da alínea "d" do subitem 18.3 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
As pessoas candidatas convocadas que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
As pessoas candidatas a que se refere a alínea "d" do subitem 18.3 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para se manifestarem quanto ao exercício da função de jurado e, em caso positivo, realizarem a entrega da documentação que comprova referido exercício.
Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.

DOS RECURSOS
Será assegurado à pessoa candidata o direito de interpor recurso contra os resultados preliminares das etapas do certame, exclusivamente por meio da Área do Pessoa candidata, disponível no endereço eletrônico da banca organizadora.
O recurso deverá ser interposto individualmente, no prazo de até 2 (dois) dias consecutivos após a publicação do respectivo resultado preliminar, observadas as orientações específicas de cada fase.
Não caberá recurso contra resultados definitivos, contra o gabarito oficial definitivo ou pedido de revisão de recurso já julgado, constituindo a decisão da Banca Examinadora última instância administrativa.
Por razões de segurança do certame, preservação da isonomia entre as pessoas candidatas e prevenção a fraudes, não será permitido levar o caderno de provas ao término da aplicação, permanecendo este sob guarda da banca organizadora.
A retenção do caderno de provas não configura cerceamento de defesa, uma vez que, quando da divulgação do gabarito oficial preliminar, serão disponibilizados no sítio eletrônico da banca organizadora:
o caderno de provas correspondente ao tipo aplicado;
o gabarito oficial preliminar.
A disponibilização do caderno de provas nesta fase tem por finalidade exclusiva possibilitar a análise do conteúdo das questões e eventual interposição de recurso quanto ao gabarito preliminar, não se destinando à conferência de marcação individual de respostas.
O recurso contra o gabarito oficial preliminar deverá restringir-se exclusivamente ao conteúdo das questões e alternativas, admitindo-se alegações de:
erro material;
incorreção técnica ou conceitual;
incompatibilidade com o conteúdo programático;
ambiguidade ou inexistência de alternativa correta.
Não serão conhecidos recursos fundamentados na marcação individual do cartão- resposta ou que requeiram acesso ao cartão-resposta nesta fase.
Após a divulgação do resultado preliminar individual, será disponibilizado à pessoa candidata, por meio eletrônico, o respectivo cartão-resposta, exclusivamente para conferência da pontuação atribuída.
O recurso contra o resultado preliminar individual limitar-se-á à verificação de:
erro material na soma dos pontos;
divergência entre a marcação constante no cartão-resposta e a nota atribuída;
aplicação incorreta dos critérios objetivos previstos neste edital.
Não será admitido recurso que retome discussão acerca do conteúdo das questões ou do gabarito oficial já definitivamente julgados.
Não será disponibilizado espelho individual comparativo de prova objetiva, uma vez que tal finalidade é integralmente atendida pela disponibilização do cartão-resposta e do gabarito definitivo.
O recurso deverá ser claro, consistente, objetivo e devidamente fundamentado, com indicação precisa da questão ou item impugnado e exposição circunstanciada dos fundamentos.
Recursos inconsistentes, genéricos, intempestivos, com dados incompletos ou apresentados por meio diverso do previsto neste edital serão preliminarmente indeferidos.

Serão igualmente indeferidos recursos que:
contenham teor desrespeitoso;
estejam em desacordo com as especificações deste edital;
não guardem correspondência com a questão recorrida.
A decisão da Banca Examinadora será fundamentada e soberana no âmbito administrativo.
Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas.
Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso contra o gabarito definitivo.

DA CONVOCAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO
Por ocasião da convocação, as pessoas candidatas classificadas deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição abaixo elencados.
As pessoas candidatas aprovadas e classificadas dentro das vagas oferecidas pelo Edital, deverão comparecer em data, local e horário conforme correspondente documento de Convocação, de acordo com cronograma constante no ANEXO VI deste Edital, munidos da seguinte documentação, original, cópia autenticada ou documento emitido com validação eletrônica (assinatura e/ou QR Code):
certidão de nascimento ou casamento
certidão de nascimento dos filhos
cédula de Identidade (RG): fotocópia autenticada (frente e verso);
título de eleitor - fotocópia autenticada (frente e verso) ou e-título emitido pelo aplicativo da Justiça Eleitoral;
comprovante de residência: (conta de água, luz ou telefone) – (atualizada – últimos 90- dias) - cópia;
cópia autenticada do diploma do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena em qualquer área do conhecimento, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;
a pessoa candidata que não possuir o Diploma poderá apresentar a cópia da Certidão de Conclusão autenticada do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena da área a que concorre, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC. Sendo que a Certidão de Conclusão deverá ser emitida pela Instituição de Ensino Superior (IES) com curso devidamente reconhecido pelo MEC e pela mesma IES que emitirá o diploma registrado pelo MEC. Deverá ainda conter as seguintes informações na Certidão de Conclusão: o Ato (Portaria ou Decreto) de reconhecimento do curso e a Certidão deverá ser assinada por funcionário da IES que possua competência (Diretor Acadêmico e /ou Diretor Geral da Instituição). Caso outro funcionário assine, a pessoa candidata deverá apresentar documento da IES que delegou a competência para ele;
cópia autenticada do Histórico escolar do curso superior apresentado para inclusão;
carteira Profissional, se possuir, com o registro (baixa) do último emprego - cópia autenticada;
número de inscrição no PIS ou PASEP, se possuir (pode ser obtido junto à Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil);
comprovante de exoneração (rescisão de contrato) do último emprego/função: cópia autenticada;
certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal da seção judiciária em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual circunscrição em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses.
A convocação de que trata o subitem 20.1 acima será realizada pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
Os exames médicos, apresentados pela própria pessoa candidata, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, caberá recurso administrativo desde que devidamente motivado.
Não será nomeada a pessoa candidata habilitada que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.
A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerada desistente, sendo excluída automaticamente do Concurso Público, sendo eliminada do Concurso e ensejando a convocação da próxima candidata na lista de classificação.
A convocação será realizada por meio de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, telegrama ou telefone.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, e divulgado nos endereços eletrônicos **www.idib.org.br** e **www.cruzeta.rn.gov.br.**
O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial e site oficial da prefeitura de Cruzeta, **www.cruzeta.rn.gov.br.,** podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos deste concurso público, inclusive posse e exercício, serão arcadas pelas pessoas candidatas, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.
A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico **www.idib.org.br.** Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Cruzeta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
O IDIB e a Prefeitura Municipal de Cruzeta não se responsabilizam por eventuais prejuízos a pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:
endereço não atualizado;
endereço de difícil acesso;
correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;
correspondência recebida por terceiros.
Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial Municipal.
Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão do Concurso Público, conforme o caso.

O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.
Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.
Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.
É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) dias, a contar de sua publicação no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, conforme previsto no Anexo VI.
Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção "Recurso On-line", através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**.
A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário.
Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.
Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Cruzeta-RN, 03 de setembro de 2026.

ANEXO I- QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO
NÍVEL SUPERIOR

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Agente De Contratação R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E/OU DIREITO E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Arquivista R$ 2.138,03 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM ARQUIVOLOGIA
Assistente Previdenciário R$ 1.621,00 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR COMPLETO EM ADMINISTRAÇÃO, DIREITO, ECONOMIA, CONTABILIDADE, MATEMÁTICA, GESTÃO PÚBLICA OU CURSO SUPERIOR C/ PÓS-GRADUAÇÃO EM ADM. PÚBLICA.
Assistente Social R$ 2.371,48 30H	02	04	02	0	0	CURSO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Assistente Social – Educação R$ 2.371,48 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Assistente Social – Emulti R$ 2.371,48 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM SERVIÇO SOCIAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Bioquímico R$ 2.962,32 40H	0	03	0	0	0	CURSO SUPERIOR EM BIOQUÍMICA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Contador R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM CONTABILIDADE E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Contador – Câmara Municipal R$ 2.500,00 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Controlador Interno – Câmara Municipal R$ 2.500,00 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA.
Coordenador Pedagógico R$ 4.617,56 30H	03	06	02	0	01	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA OU LICENCIATURA PLENA COM PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL.
Educador Físico – Emulti R$ 2.138,03 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Enfermeiro R$ 2.962,32 40H	05	10	02	01	02	CURSO SUPERIOR EM ENFERMAGEM E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Engenheiro Civil R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR COMPLETO EM ENGENHARIA CIVIL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Farmacêutico R$ 2.962,32 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE FARMÁCIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Fisioterapeuta – Emulti R$ 2.962,32 30H	0	02	0	0	0	CURSO SUPERIOR EM FISIOTERAPIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Fonoaudiólogo – Emulti R$ 2.962,32 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Fonoaudiólogo Clínico E Institucional – Educação R$ 2.962,32 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Médico Clínico Geral R$ 9.867,47 40H	01	06	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM MEDICINA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Médico UBS R$ 9.867,47 40H	03	06	02	0	01	CURSO SUPERIOR EM MEDICINA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Médico Veterinário R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE MEDICINA VETERINÁRIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Neuro Psicopedagogo Clínico E Institucional – Educação R$ 2.962,32 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM PEDAGOGIA, PSICOLOGIA, FONOAUDIOLOGIA OU ÁREAS DA EDUCAÇÃO/SAÚDE COM PÓS-GRADUAÇÃO EM NEUROPSICOPEDAGOGIA.

Nutricionista – Educação R$ 2.138,03 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Nutricionista – Emulti R$ 2.138,03 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Odontólogo UBS R$ 2.962,32 40H	02	04	02	0	0	CURSO SUPERIOR EM ODONTOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Procurador Jurídico – Câmara Municipal R$ 2.500,00 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM DIREITO E REGISTRO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB
Professor de Arte R$ 6.156,76 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM ARTE, ARTES VISUAIS, EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, TEATRO, DANÇA, MÚSICA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE ARTE.
Professor de Ciências R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, CIÊNCIAS DA NATUREZA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS.
Professor de Educação Especial R$ 6.156,76 40H	03	06	02	0	01	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL OU LICENCIATURA COM ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA.
Professor de Educação Física R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE, QUANDO EXIGIDO.
Professor de Geografia R$ 4.617,56 30H	02	04	02	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.
Professor de História R$ 4.617,56 30H	0	02	0	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.
Professor de Língua Inglesa R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE INGLÊS.
Professor de Língua Portuguesa R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.
Professor de Matemática R$ 4.617,56 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA.
Professor de Música R$ 6.156,76 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM MÚSICA OU ÁREA CORRELATA COM HABILITAÇÃO LEGAL PARA O ENSINO DE MÚSICA.
Professor de Tecnologias Digitais R$ 6.156,76 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM INFORMÁTICA, COMPUTAÇÃO OU COMPUTAÇÃO EDUCACIONAL, OU LICENCIATURA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO COM ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DIGITAL E/OU TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS.
Professor Polivalente R$ 4.617,56 30H	15	30	09	01	05	CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA.
Psicólogo R$ 2.371,48 30H	02	04	02	0	0	CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Psicólogo – Educação R$ 2.371,48 30H	01	04	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Psicólogo – Emulti R$ 2.371,48 40H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Terapeuta Ocupacional – Educação R$ 2.138,03 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM TERAPIA OCUPACIONAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Terapeuta Ocupacional – Emulti R$ 2.138,03 30H	01	02	01	0	0	CURSO SUPERIOR EM TERAPIA OCUPACIONAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Atuar na condução dos processos de contratação pública no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos); conduzir procedimentos licitatórios, inclusive na modalidade pregão, atuando como agente responsável pelo processamento e julgamento das propostas, lances e habilitação dos licitantes; coordenar e executar as etapas dos processos de contratação, desde a fase preparatória até a homologação, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; elaborar, revisar e acompanhar editais, termos de referência, estudos técnicos preliminares e demais documentos necessários às contratações públicas; promover a análise de propostas e documentos apresentados pelos licitantes, verificando a conformidade com as exigências legais e editalícias; conduzir sessões públicas, presenciais ou eletrônicas, garantindo transparência e regularidade dos atos; responder a impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos administrativos, elaborando manifestações técnicas; acompanhar a execução contratual em articulação com os fiscais de contrato, quando necessário; manter registros e sistemas atualizados relativos aos processos de contratação; prestar apoio técnico aos demais setores da administração quanto à aplicação da legislação de licitações e contratos; participar de capacitações, treinamentos e atualizações normativas; atuar com ética, responsabilidade e sigilo no exercício das funções; cumprir e

fazer cumprir as normas legais e administrativas vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da autoridade competente.

ARQUIVISTA
Planejar, organizar, coordenar e executar atividades relacionadas à gestão documental e de arquivos no âmbito da Administração Pública Municipal, assegurando a produção, tramitação, utilização, avaliação e destinação adequada de documentos; elaborar e implementar planos de classificação, tabelas de temporalidade e procedimentos de gestão documental, conforme normas arquivísticas vigentes; organizar, classificar, catalogar, indexar e conservar documentos em suporte físico e digital, garantindo sua integridade, autenticidade e acessibilidade; promover a digitalização, preservação e recuperação de documentos, utilizando técnicas e sistemas informatizados adequados; controlar a tramitação de processos e documentos, assegurando o cumprimento de prazos e a correta movimentação entre setores; orientar servidores quanto às práticas de arquivamento e gestão documental; realizar avaliação e seleção de documentos para guarda permanente ou eliminação, conforme critérios legais e técnicos; zelar pela conservação, segurança e confidencialidade das informações arquivadas; atender usuários internos e externos, fornecendo informações e acesso a documentos, observando a legislação de acesso à informação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e instrumentos de controle relacionados às atividades arquivísticas; participar do planejamento e implementação de políticas de gestão da informação no âmbito municipal; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes; atuar com ética, responsabilidade e sigilo no tratamento das informações; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO
Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro; Fornecer até o décimo dia útil de cada mês os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior; Manter atualizadas as contabilidades financeira e patrimonial; Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas e quaisquer valores devidos ao CRUZETAPREV, e dar publicidade à movimentação financeira; Participar da elaboração do orçamento anual e plurianual de investimentos, e acompanhar a sua execução; Participar da abertura de créditos adicionais, quando necessário; Manter controle dos serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como da fiscalização do consumo de material; Manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o Patrimônio do CRUZETAPREV; Auxiliar a gestão em suas necessidades eventuais. Manter atualizado o cadastro dos servidores segurados ativos e inativos, e de seus dependentes, da Prefeitura, da Câmara Municipal, do CRUZETA-PREV e demais órgãos empregadores municipais vinculados ao Instituto de Previdência; Auxiliar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo CRUZETAPREV aos segurados e dependentes, nos termos da Lei Municipal; Atender e orientar os segurados quanto aos seus direitos e deveres para obtenção de benefícios junto ao CRUZETAPREV; Atender aos procedimentos exigidos para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requeiram; Proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder.

ASSISTENTE SOCIAL
Realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo do serviço social; Preparar programas de trabalho referentes ao serviço social; Realizar e interpretar pesquisas sociais; Orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional; Encaminhar clientes a dispensários e hospitais acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos, assistindo aos familiares; Planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e suas famílias; Fazer triagem dos casos apresentados para estudo, prestando orientação com vistas à solução adequada do problema; Estudar os antecedentes da família; Orientar a seleção socioeconômica para a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios do Município; Selecionar candidatos a amparo pelos serviços de assistência à velhice, a infância abandonada, a cegos, etc.; Fazer levantamentos socioeconômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; Pesquisar problemas relacionados com o trabalho; Supervisionar e manter registros dos casos investigados; Prestar serviços em creches, centros de cuidados diurnos de oportunidades e sociais; Prestar assessoramento; Participar no desenvolvimento de pesquisas médico- sociais e interpretar, junto ao médico, a situação social do doente e de sua família; Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução de atividades próprias do cargo; participar de Conselhos ou Comissões instituídos pelo Chefe do Poder Executivo; Executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

ASSISTENTE SOCIAL – EDUCAÇÃO
Atuar na mediação entre escola, família e comunidade, focando na garantia de direitos, combate à evasão escolar e superação de vulnerabilidades sociais que afetam a aprendizagem. Amparado pela Lei nº 13.935/2019, realizar acolhimento, estudos socioeconômicos e articulação com a rede de proteção, visando a permanência dos estudantes. Fortalecer vínculos e promove a participação da família no processo de aprendizagem. Identificar e atuar em situações de abandono, infrequência e vulnerabilidade (violência, pobreza, discriminação). Acompanhar estudantes com sofrimento psíquico, bullying, cyberbullying e automutilação, frequentemente em parceria com psicólogos. Implementar projetos que garantem a inclusão social e o acesso à educação.

ASSISTENTE SOCIAL – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de serviço social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, com enfoque nos determinantes sociais do processo saúde-doença; realizar atendimento social individual e coletivo aos usuários e suas famílias, identificando demandas, realizando acolhimento, escuta qualificada, orientação e encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais e de saúde; elaborar estudos sociais, relatórios, pareceres técnicos e instrumentos de avaliação social, visando subsidiar decisões e intervenções no âmbito da saúde; atuar em Unidades de Saúde, hospitais e demais serviços da rede municipal, integrando equipes multiprofissionais e contribuindo para a construção de planos de cuidado; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente em situações de vulnerabilidade social, risco, abandono, negligência ou necessidade de acompanhamento familiar; promover a articulação com a rede intersetorial, incluindo assistência social, educação, justiça e demais políticas públicas, garantindo a integralidade do atendimento ao usuário; atuar em programas e políticas públicas de saúde, incluindo saúde da família, saúde mental, saúde da mulher, da criança, do idoso e demais áreas prioritárias; participar de ações de vigilância em saúde, contribuindo para a identificação de fatores sociais que impactam o processo saúde-doença; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, mobilização social e fortalecimento da participação comunitária; orientar os usuários quanto aos seus direitos sociais, acesso a benefícios e serviços públicos; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir o Código de Ética Profissional do Assistente Social e as normas legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

BIOQUÍMICO
Programar, orientar, executar, supervisionar e responder tecnicamente pelo desempenho das atividades laboratoriais, realização de controle de qualidade de insumos de natureza biológica, física, química e outros, elaborando pareceres técnicos, laudos e atestados de acordo com as normas; Realizar análises de exames; Organizar o processo produtivo, distribuindo tarefas à equipe auxiliar, orientando a correta utilização e manipulação de materiais, instrumentos e equipamentos, de acordo com normas de higiene e segurança para garantir a qualidade do serviço; Participar no desenvolvimento de ações de investigação epidemiológica, organizando e orientando na coleta, acondicionamento e envio de amostras para análise

laboratorial; Realizar estudos de pesquisas microbiológicas, imunológicas, químicas, físico-químicas relativas a quaisquer substâncias ou produto que interesse a saúde pública; Participar da previsão, provisão e controle de materiais e equipamentos opinando tecnicamente na aquisição dos mesmos; Prestar assessoria na elaboração de projetos de construção e montagem de área específica; Participar de equipes multidisciplinares no planejamento, elaboração e controle de programas de saúde pública; Realizar treinamento na área de atuação, quando solicitado; Executar, propor outras atividades que contribuam para a eficiência de seu trabalho; Atuar, na qualidade de instrutor de treinamentos e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades; Dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; Supervisionar, orientar, fiscalizar e executar serviços atinentes a especialidade de Bioquímica; Supervisionar, orientar, fiscalizar o recebimento, acondicionamento e distribuição de medicamentos para os hospitais e postos de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, sendo responsável pela política de assistência farmacêutica básica do Município; Executar outras tarefas afins.

CONTADOR

Avaliar acervos patrimoniais; Verificar haveres e obrigações, para quaisquer finalidades; Promover avaliação dos fundos e apuração dos valores patrimoniais; Realizar a escrituração regular, oficial ou não de todos os fatos relativos ao patrimônio e as variações patrimoniais do Município, por quaisquer métodos, técnicas ou processos; Promover a classificação dos fatos para registro contábil e abertura e encerramento de escritas contábeis; Realizar controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial; Elaborar balancetes e demonstrativos dos movimentos das contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética; Analisar balanços e elaborar orçamentos de qualquer tipo, bem como conciliar contas; Organizar processos de prestações de contas das órgãos da administração pública municipal e de suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações de direito público, a serem julgadas pelos tribunais, conselhos de contas ou órgãos similares; Planificar contas, com a descrição de suas funções e funcionamento dos serviços contábeis; Realizar atividades compartilhadas com outros profissionais se necessário, e demais atividades inerentes as Ciências Contábeis e suas aplicações; Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; Apresentar relatórios semestrais das atividades para análise; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.

CONTADOR – CÂMARA MUNICIPAL

Executar, supervisionar e orientar os serviços contábeis da Câmara Municipal; realizar escrituração, classificação e registro dos atos e fatos contábeis; elaborar balancetes, balanços, demonstrativos, relatórios fiscais e prestações de contas; acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar e analisar documentos exigidos pelos órgãos de controle; acompanhar limites constitucionais e legais aplicáveis ao Poder Legislativo; orientar setores quanto à correta aplicação das normas de contabilidade pública; manter arquivos e registros contábeis atualizados; e executar outras atividades correlatas às Ciências Contábeis.

CONTROLADOR INTERNO – CÂMARA MUNICIPAL

Planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de controle interno da Câmara Municipal; elaborar planos, relatórios e pareceres de controle interno; verificar a legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal; acompanhar licitações, contratos, folha de pagamento, prestação de contas, transparência pública, limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas aplicáveis ao Poder Legislativo; apoiar o Tribunal de Contas quando necessário; propor medidas preventivas e corretivas; comunicar irregularidades às autoridades competentes; e executar outras atividades correlatas ao controle interno.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Coordenar, acompanhar e avaliar o processo pedagógico das unidades escolares; orientar professores no planejamento, execução e avaliação das atividades didático-pedagógicas; acompanhar a implementação do projeto político-pedagógico, da BNCC e das diretrizes curriculares da rede municipal; promover ações de formação continuada, estudos pedagógicos e acompanhamento da aprendizagem; apoiar a gestão escolar na organização de projetos, avaliações, registros e intervenções pedagógicas; articular ações entre escola, família, comunidade e Secretaria Municipal de Educação; acompanhar indicadores educacionais, frequência, rendimento e recomposição das aprendizagens; e executar outras atividades correlatas à coordenação pedagógica.

EDUCADOR FÍSICO – EMULTI

Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de promoção da saúde por meio da atividade física no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando em Unidades de Saúde e demais espaços da rede municipal; desenvolver, orientar e supervisionar programas e práticas corporais e atividades físicas voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida da população; realizar avaliação física e funcional dos usuários, respeitando os protocolos estabelecidos, a fim de orientar a prescrição segura de exercícios físicos; elaborar e acompanhar planos de atividades físicas individuais e coletivas, considerando as condições de saúde, limitações e necessidades específicas dos usuários; atuar em programas de saúde pública, incluindo a Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) ou programas equivalentes, com foco em grupos prioritários como idosos, hipertensos, diabéticos, gestantes e pessoas com doenças crônicas; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, incentivando hábitos de vida saudáveis e a prática regular de atividades físicas; realizar e participar de atividades coletivas em grupos, comunidades, escolas e espaços públicos; executar e participar de visitas domiciliares, quando necessário, especialmente para orientação de usuários com limitações funcionais ou em situação de vulnerabilidade; integrar equipes multiprofissionais de saúde, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; registrar informações e evoluções dos usuários em prontuários físicos ou eletrônicos; colaborar com ações de vigilância em saúde, relacionadas à promoção da atividade física e prevenção de agravos; zelar pela organização, conservação e utilização adequada dos espaços e materiais utilizados nas atividades; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e regulamentares da profissão; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ENFERMEIRO

Planejar, organizar, coordenar e avaliar serviços de enfermagem; prestar serviços de enfermagem em hospitais, unidades sanitárias, ambulatórios e seções próprias; Prestar cuidados de enfermagem aos pacientes hospitalizados; Ministrar medicamentos prescritos, bem como cumprir outras determinações médicas; Zelar pelo bem estar físico e psíquico dos pacientes; Preparar o campo operatório e esterilizar o material; Orientar o isolamento de pacientes; Supervisionar o serviço de higienização dos pacientes; Orientar, coordenar e supervisionar a execução das tarefas relacionadas com a prescrição alimentar; Planejar, executar, supervisionar e avaliar a assistência integral de enfermagem a clientes de alto e médio risco, enfatizando o autocuidado e participando de sua alta da instituição de saúde; Acompanhar o desenvolvimento dos programas de recursos humanos para área de enfermagem; Aplicar terapia, dentro da área de sua competência, sob controle médico; Prestar primeiros socorros; Aprazar

exames de laboratórios, de raio X e outros; Aplicar terapia especializada, sob controle médico; Promover e participar para o estabelecimento de normas e padrões dos serviços de enfermagem; Participar de programas de educação sanitária e de saúde pública em geral; Auxiliar nos serviços de atendimento materno-infantil; Participar de programas de imunização; Realizar visitas domiciliares para prestar esclarecimentos sobre trabalho a ser desenvolvido por equipes auxiliares; Realizar consulta de enfermagem a sadios e a portadores de doenças prolongadas; Prover e controlar o estoque de medicamentos; Manter contato com responsáveis por estoques de medicamentos; Manter contato com responsáveis por unidades médicas e enfermarias, para promover a integração do serviço de enfermagem com os de assistência médica; Participar de inquéritos epidemiológicos; Participar de programas de atendimento a comunidades atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública; Realizar e interpretar testes imunodiagnósticos e auxiliares de diagnósticos; Requisitar exames de rotina para os pacientes em controle de saúde, com vistas à aplicação de medidas preventivas; Colher materiais para exames laboratoriais; Prestar assessoramento à autoridade em assuntos de sua competência; Emitir pareceres em matéria de sua especialidade; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares; Executar outras tarefas afins.

ENGENHEIRO CIVIL

Planejar, coordenar, elaborar, executar e avaliar projetos e atividades de engenharia civil no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; desenvolver estudos técnicos, anteprojetos, projetos básicos e executivos de obras civis, incluindo edificações, pavimentação, drenagem, saneamento, infraestrutura urbana e demais obras públicas; elaborar memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamentos, planilhas de custos, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos necessários à execução de obras e serviços de engenharia; acompanhar, fiscalizar e supervisionar obras públicas, garantindo a conformidade com projetos, normas técnicas, prazos, custos e qualidade dos serviços executados; realizar vistorias, inspeções, perícias e avaliações técnicas, emitindo laudos, pareceres e relatórios; atuar no planejamento urbano e na gestão de obras e serviços de infraestrutura; participar de processos de licitação e contratação de obras e serviços de engenharia, contribuindo com a elaboração de termos de referência, editais e análise técnica de propostas; controlar e acompanhar a execução contratual de obras e serviços; orientar equipes técnicas e operacionais na execução das atividades; utilizar sistemas informatizados e ferramentas específicas de engenharia; zelar pela organização, conservação e controle de documentos técnicos; atuar com responsabilidade, ética e comprometimento com o interesse público; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com a Lei nº 5.194/1966, normas do Conselho Federal e Regional de Engenharia e Agronomia (CONFEA/CREA), normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de engenheiro civil, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FARMACÊUTICO

Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações de assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, garantindo o acesso e o uso racional de medicamentos pela população; realizar a dispensação de medicamentos e insumos farmacêuticos nas unidades de saúde, prestando orientação técnica quanto ao uso correto, posologia, conservação e possíveis reações adversas; gerenciar o ciclo da assistência farmacêutica, compreendendo as etapas de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e controle de medicamentos e produtos para a saúde; controlar estoques, observando prazos de validade, condições adequadas de armazenamento e registros de entrada e saída de produtos; participar da elaboração, revisão e atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas; atuar em Unidades Básicas de Saúde, farmácias públicas e demais serviços da rede municipal, integrando equipes multiprofissionais e contribuindo para o acompanhamento farmacoterapêutico dos usuários; garantir a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos e insumos, supervisionando as boas práticas de armazenamento, dispensação e transporte; apoiar e participar das ações de vigilância sanitária e epidemiológica, incluindo a fiscalização de estabelecimentos, a notificação de reações adversas a medicamentos e o monitoramento de eventos relacionados à saúde; desenvolver e participar de atividades de educação em saúde, promovendo o uso racional de medicamentos e orientando a população sobre os riscos da automedicação; capacitar e orientar profissionais da rede municipal de saúde quanto às práticas farmacêuticas; elaborar relatórios técnicos, pareceres, indicadores e documentos relacionados às atividades desenvolvidas; participar do planejamento, execução e avaliação de políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, administrativas e a legislação sanitária vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FISIOTERAPEUTA – EMULTI

Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de fisioterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde funcional dos indivíduos e da coletividade; realizar atendimento fisioterapêutico individual e coletivo em Unidades de Saúde , domicílios e demais serviços da rede municipal, efetuando avaliação físico- funcional, diagnóstico cinético-funcional e elaboração de plano terapêutico adequado; aplicar técnicas e recursos fisioterapêuticos com vistas à recuperação, manutenção e melhoria da capacidade funcional, motora e respiratória dos pacientes; acompanhar a evolução dos usuários, reavaliando e ajustando condutas terapêuticas conforme necessidade; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da família, saúde do idoso, da criança, da mulher e de portadores de doenças crônicas e incapacitantes; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente para pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade, promovendo orientação, acompanhamento e intervenções terapêuticas no ambiente domiciliar; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, orientando usuários, familiares e cuidadores quanto à prevenção de agravos, postura, mobilidade e exercícios terapêuticos; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à sua área de atuação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos pertinentes; zelar pela conservação, organização e utilização adequada de equipamentos e materiais fisioterapêuticos; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FONOAUDIÓLOGO – EMULTI

Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de fonoaudiologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação dos distúrbios da comunicação humana, abrangendo linguagem oral e escrita, voz, audição e funções orofaciais; realizar atendimento individual e coletivo em Unidades de Saúde, domicílios e demais serviços da rede municipal, efetuando avaliação fonoaudiológica, diagnóstico funcional e elaboração de planos terapêuticos adequados; desenvolver e aplicar terapias fonoaudiológicas voltadas à reabilitação de pacientes com distúrbios de fala, linguagem, voz, deglutição e audição; acompanhar a evolução dos pacientes, registrando informações em prontuários físicos ou eletrônicos e ajustando condutas terapêuticas conforme necessidade; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, com ênfase em triagem auditiva, desenvolvimento da linguagem, prevenção de distúrbios vocais e reabilitação funcional; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente em casos de pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade, promovendo orientações e acompanhamento terapêutico; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; desenvolver e participar de ações de educação em saúde,

orientando a população, familiares e cuidadores quanto à prevenção e cuidados relacionados à comunicação e deglutição; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à sua área de atuação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos pertinentes às atividades desenvolvidas; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

FONOAUDIÓLOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO
Atuar na prevenção, avaliação, diagnóstico, habilitação e reabilitação da comunicação humana, englobando fala, voz, audição, linguagem (oral/escrita) e motricidade orofacial. Assessorar escolas na aquisição de leitura/escrita, linguagem, voz do professor e audição, promovendo saúde e prevenção de dificuldades.

MÉDICO CLÍNICO GERAL
Realizar atendimento médico clínico geral em regime de plantão no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em unidades de pronto atendimento, hospitais ou serviços de urgência e emergência da rede municipal, prestando assistência integral, contínua e humanizada aos usuários; realizar consultas médicas, anamnese, exame físico, diagnóstico e tratamento de pacientes em situações de urgência, emergência e demanda espontânea; solicitar, interpretar e analisar exames complementares, estabelecendo condutas terapêuticas imediatas e adequadas ao quadro clínico apresentado; prescrever medicamentos e demais intervenções necessárias, conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes; realizar procedimentos médicos compatíveis com a clínica geral em contexto de urgência e emergência, incluindo estabilização de pacientes, atendimento a quadros agudos e suporte básico e avançado de vida, quando necessário; acompanhar a evolução dos pacientes durante o plantão, promovendo reavaliações e intervenções conforme a necessidade clínica; realizar encaminhamentos para serviços especializados, internações hospitalares ou transferências, quando indicado; registrar de forma clara, completa e adequada todas as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; atuar em conjunto com a equipe multiprofissional, contribuindo para a organização e qualidade do atendimento; participar de ações de vigilância em saúde, incluindo a notificação de agravos de notificação compulsória; cumprir os protocolos assistenciais, normas técnicas, éticas e de biossegurança vigentes; zelar pelo bom funcionamento do serviço durante o plantão; participar, quando necessário, de treinamentos, reuniões e atividades institucionais; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

MÉDICO UBS
Realizar atendimento médico clínico geral no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS), em Unidades Básicas de Saúde (UBS), prestando assistência integral, contínua e humanizada aos usuários, abrangendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação; realizar consultas médicas, anamnese, exame físico, solicitação e interpretação de exames complementares, estabelecendo diagnósticos e instituindo condutas terapêuticas adequadas; prescrever medicamentos e tratamentos conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas vigentes; acompanhar a evolução dos pacientes, especialmente aqueles portadores de doenças crônicas, realizando o manejo clínico e encaminhamentos quando necessário; realizar atendimentos de demanda espontânea e programada; executar e participar de visitas domiciliares, avaliando as condições de saúde dos pacientes no domicílio, especialmente aqueles com dificuldade de locomoção, acamados, idosos, portadores de doenças crônicas ou em situação de vulnerabilidade, promovendo o acompanhamento clínico, orientações terapêuticas e intervenções necessárias; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da família, saúde da mulher, da criança, do idoso, saúde mental e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis; participar de ações de vigilância epidemiológica, notificando agravos de notificação compulsória e contribuindo para o controle de doenças e surtos; integrar equipes multiprofissionais, colaborando com outros profissionais da saúde na elaboração e execução de planos de cuidado; desenvolver e participar de ações de educação em saúde, orientando a população quanto à prevenção de doenças e promoção da saúde; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos, garantindo a continuidade do cuidado; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

MÉDICO VETERINÁRIO
Praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; Contribuir para o bem-estar animal; Promover saúde pública e defesa do consumidor; Exercer defesa sanitária animal; Desenvolver atividades de pesquisa e extensão; Atuar nas produções industrial e tecnológica e no controle de qualidade de produtos; Fomentar produção animal; Atuar nas áreas agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; Elaborar laudos, pareceres e atestados; Assessorar a elaboração de legislação pertinente; Executar outras tarefas afins.

NEURO PSICOPEDAGOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO
Utilizar instrumentos técnicos para investigar o funcionamento cognitivo (atenção, memória, funções executivas). Criar planos de intervenção personalizados para crianças, adolescentes ou adultos com dificuldades de aprendizagem. Produzir relatórios técnicos e levantamento de hipóteses (não laudos médicos) e encaminhamentos. Atuar diretamente com grupos de alunos, estimulando funções cognitivas no ambiente escolar. Orientar educadores sobre estratégias pedagógicas baseadas no funcionamento cerebral. Identificar precocemente dificuldades de aprendizagem, evitando a evasão e a desmotivação. Desenvolver ações de sensibilização e adequações curriculares.

NUTRICIONISTA – EDUCAÇÃO
Planejar, elaborar, executar, acompanhar e avaliar o Programa de Alimentação Escolar, conforme as necessidades nutricionais dos alunos da Educação Infantil ao EJA; Elaborar e supervisionar cardápios com base nas diretrizes do PNAE, considerando hábitos alimentares locais, necessidades especiais e incentivos à agricultura familiar, acompanhando a aquisição, preparo e distribuição dos alimentos, garantindo qualidade, segurança e evitando desperdícios; Avaliar o estado nutricional dos estudantes, acompanhar a aceitação das preparações e propor adequações quando necessário; Implantar e monitorar o Manual de Boas Práticas, POPs e fichas técnicas de preparo, assegurando as condições higiênico-sanitárias; Desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional junto à comunidade escolar; Elaborar relatórios técnicos, orientar equipes e prestar suporte ao Conselho de Alimentação Escolar, garantindo o cumprimento da legislação vigente.

NUTRICIONISTA – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de alimentação e nutrição no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção da saúde, prevenção de doenças e recuperação do estado nutricional dos indivíduos e da coletividade; realizar atendimento nutricional individual e coletivo em Unidades de Saúde, domicílios e demais serviços da rede municipal, por meio de avaliação nutricional, diagnóstico do estado nutricional e elaboração de planos alimentares adequados às necessidades dos usuários; acompanhar a evolução nutricional dos pacientes, especialmente aqueles com doenças crônicas, desnutrição, obesidade e outras condições relacionadas à alimentação; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, com ênfase na vigilância alimentar e nutricional; desenvolver e implementar ações de educação alimentar e nutricional, promovendo hábitos saudáveis e prevenção de agravos; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente para

acompanhamento de usuários com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado; participar de ações de vigilância em saúde, incluindo o acompanhamento de indicadores nutricionais e segurança alimentar; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos relacionados à área de nutrição; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; zelar pelas condições higiênico-sanitárias relacionadas à alimentação nos serviços de saúde, quando aplicável; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ODONTÓLOGO UBS

Realizar atendimento odontológico no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS), em Unidades Básicas de Saúde (UBS), prestando assistência integral, contínua e humanizada à população, com foco na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde bucal; realizar consultas odontológicas, anamnese, exame clínico e diagnóstico das condições bucais; executar procedimentos clínicos de odontologia básica, tais como restaurações, extrações simples, raspagens, profilaxia, aplicação de flúor, tratamento de urgências odontológicas e demais procedimentos compatíveis com a atenção primária; prescrever medicamentos conforme necessidade clínica e protocolos vigentes; acompanhar a evolução dos pacientes e realizar encaminhamentos para especialidades quando necessário; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde bucal na Estratégia Saúde da Família (ESF), saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso; realizar e participar de ações coletivas e educativas em saúde bucal, incluindo atividades em escolas, comunidades e grupos específicos; executar e participar de visitas domiciliares, especialmente para pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade, promovendo orientação e acompanhamento em saúde bucal; integrar equipes multiprofissionais, colaborando na elaboração e execução de planos de cuidado; participar de ações de vigilância em saúde, contribuindo para o monitoramento de agravos relacionados à saúde bucal; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; zelar pela conservação, manutenção e esterilização de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, observando as normas de biossegurança; participar do planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PROCURADOR JURÍDICO – CÂMARA MUNICIPAL

Representar judicial e extrajudicialmente a Câmara Municipal de Cruzeta; emitir pareceres jurídicos sobre projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, portarias, licitações, contratos, convênios, processos administrativos e demais atos do Poder Legislativo; assessorar a Mesa Diretora, a Presidência e os setores administrativos em matérias jurídicas; realizar controle prévio de legalidade; acompanhar processos judiciais e administrativos; manter controle de prazos, documentos e arquivo jurídico; zelar pela observância da Constituição, leis, regimento interno e normas dos órgãos de controle; e executar outras atividades jurídicas correlatas.

PROFESSOR DE ARTE

Elaborar planos de aula alinhados à BNCC, abordando diferentes linguagens artísticas, como artes visuais, música, dança, teatro e manifestações culturais; ministrar aulas que estimulem expressão, criatividade, sensibilidade estética, apreciação artística e pensamento crítico; desenvolver projetos culturais, exposições, mostras, apresentações e atividades interdisciplinares; organizar materiais e espaços de produção artística; avaliar o desenvolvimento dos estudantes; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Arte.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Elaborar e cumprir o plano de trabalho, em consonância com a proposta pedagógica da escola e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas do componente curricular correspondente, garantindo o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecida; zelar pela aprendizagem dos estudantes, adotando estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens; participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas, projetos interdisciplinares e instrumentos de avaliação; manter registros escolares, frequência e resultados de aprendizagem; participar dos períodos destinados ao planejamento, avaliação e formação continuada; colaborar com a articulação entre escola, famílias e comunidade; observar a Base Nacional Comum Curricular, a legislação educacional vigente e as orientações pedagógicas da rede municipal; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Atuar no atendimento educacional especializado e no apoio à inclusão de estudantes público-alvo da educação especial; elaborar, executar e avaliar planos de atendimento individualizado; orientar professores, famílias e equipe escolar quanto às adaptações curriculares, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas inclusivas; acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, registrando avanços e necessidades; colaborar com a elaboração do projeto político-pedagógico e das práticas inclusivas da escola; articular ações com a rede de apoio, saúde e assistência social, quando necessário; e executar outras atividades correlatas à educação especial.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Planejar, ministrar e avaliar aulas de Educação Física, em consonância com a BNCC e a proposta pedagógica da escola; desenvolver conteúdos relacionados à cultura corporal, jogos, esportes, danças, ginásticas, lutas, práticas corporais de aventura, saúde e qualidade de vida; promover atividades que favoreçam o desenvolvimento motor, social, afetivo e cognitivo dos estudantes; organizar eventos, projetos esportivos e recreativos; zelar pela segurança dos alunos durante as atividades; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Elaborar e cumprir o plano de trabalho, em consonância com a proposta pedagógica da escola e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas do componente curricular correspondente, garantindo o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecida; zelar pela aprendizagem dos estudantes, adotando estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens; participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas, projetos interdisciplinares e instrumentos de avaliação; manter registros escolares, frequência e resultados de aprendizagem; participar dos períodos destinados ao planejamento, avaliação e formação continuada; colaborar com a articulação entre escola, famílias e comunidade; observar a Base Nacional Comum Curricular, a legislação educacional vigente e as orientações pedagógicas da rede municipal; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PROFESSOR DE HISTÓRIA
Elaborar e cumprir o plano de trabalho, em consonância com a proposta pedagógica da escola e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas do componente curricular correspondente, garantindo o cumprimento dos dias letivos e da carga horária estabelecida; zelar pela aprendizagem dos estudantes, adotando estratégias de recuperação e recomposição das aprendizagens; participar da elaboração, execução e avaliação do projeto político-pedagógico; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas, projetos interdisciplinares e instrumentos de avaliação; manter registros escolares, frequência e resultados de aprendizagem; participar dos períodos destinados ao planejamento, avaliação e formação continuada; colaborar com a articulação entre escola, famílias e comunidade; observar a Base Nacional Comum Curricular, a legislação educacional vigente e as orientações pedagógicas da rede municipal; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA
Planejar e ministrar aulas de Língua Inglesa alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver práticas de leitura, escrita, escuta, oralidade, vocabulário, gramática, pronúncia e compreensão intercultural; elaborar materiais didáticos, atividades, avaliações e projetos que estimulem o uso comunicativo da língua; acompanhar o progresso dos estudantes e adotar estratégias de recuperação da aprendizagem; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Língua Inglesa.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
Planejar e ministrar aulas de Língua Portuguesa alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver práticas de leitura, oralidade, produção textual, análise linguística, literatura, gramática contextualizada e interpretação de textos; elaborar atividades, avaliações e projetos voltados ao letramento, à comunicação e à formação crítica dos estudantes; acompanhar o desempenho dos alunos e adotar estratégias de recuperação da aprendizagem; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Língua Portuguesa.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA
Planejar e ministrar aulas de Matemática alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver conteúdos de números, álgebra, geometria, grandezas e medidas, probabilidade, estatística e resolução de problemas; propor atividades que estimulem o raciocínio lógico, pensamento crítico, investigação, argumentação e aplicação da matemática em situações reais; elaborar avaliações e estratégias de recuperação da aprendizagem; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao componente curricular de Matemática.

PROFESSOR DE MÚSICA
Planejar e ministrar aulas de Música alinhadas à BNCC e à proposta pedagógica da escola; desenvolver práticas de apreciação, criação, composição, interpretação, canto, ritmo, percepção sonora e expressão musical; organizar corais, apresentações, oficinas, projetos culturais e atividades artísticas; utilizar a música como linguagem para o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e emocional dos estudantes; zelar pelos materiais e instrumentos musicais; participar do planejamento escolar, reuniões pedagógicas e formação continuada; e executar outras atividades correlatas ao ensino de Música.

PROFESSOR DE TECNOLOGIAS DIGITAIS
Planejar e ministrar aulas de informática educativa, cultura digital, pensamento computacional e uso pedagógico das tecnologias; integrar recursos digitais ao processo de ensino e aprendizagem; apoiar docentes no uso de plataformas, ferramentas educacionais e metodologias inovadoras; organizar projetos de robótica educacional, programação, mídias digitais e produção de conteúdos pelos estudantes; orientar o uso responsável da internet, segurança digital, ética, combate à desinformação e cidadania digital; organizar o uso do laboratório ou sala de tecnologias; e executar outras atividades correlatas.

PROFESSOR POLIVALENTE
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade escolar e as orientações da Secretaria Municipal de Educação; ministrar aulas nos anos iniciais da educação básica, promovendo a alfabetização, o letramento, o desenvolvimento integral e a aprendizagem dos estudantes; zelar pela aprendizagem, implementar estratégias de recuperação e recomposição de aprendizagens; planejar, desenvolver e avaliar atividades pedagógicas; manter registros escolares; participar de reuniões, conselhos de classe, planejamento e formação continuada; colaborar com as atividades de articulação da escola com famílias e comunidade; e executar outras atividades correlatas ao magistério.

PSICÓLOGO
Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo, adotando tratamento para o equilíbrio psicológico; Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo); Definir resultados a serem atingidos; Definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares; Observar, avaliar e realizar intervenção com crianças e adolescentes elaborando e aplicando técnicas psicológicas e/ou psicopedagógicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais, motoras e/ou de aprendizagem do ser como um todo, como também orientar, organizar e participar de programas que envolvam práticas institucionais colaborando com o processo de ensino aprendizagem; Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais dos pacientes com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes; Executar outras tarefas afins.

PSICÓLOGO – EDUCAÇÃO
Investigar como o conteúdo é ensinado e apreendido, analisando fatores emocionais e cognitivos que impactam o aprendizado, focando na relação aluno-professor e não apenas no indivíduo. Desenvolver projetos e ações coletivas para promover saúde mental, convivência harmoniosa e prevenir problemas como bullying, evasão escolar e violência. Assessorar professores e gestores na elaboração de estratégias de ensino que considerem a diversidade e inclusão, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem. Orientar pais e responsáveis, facilitando o diálogo e a parceria entre o lar e a instituição de ensino. Oferecer suporte emocional a alunos e educadores em situações de conflito ou trauma, promovendo a resiliência.

PSICÓLOGO – EMULTI
Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo, adotando tratamento para o equilíbrio psicológico; Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo); Definir resultados a serem atingidos; Definir a linha de trabalho,

assim como assessorar e prestar orientação aos familiares; Observar, avaliar e realizar intervenção com crianças e adolescentes elaborando e aplicando técnicas psicológicas e/ou psicopedagógicas para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais, motoras e/ou de aprendizagem do ser como um todo, como também orientar, organizar e participar de programas que envolvam práticas institucionais colaborando com o processo de ensino aprendizagem; Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais dos pacientes com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes; Executar outras tarefas afins.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EDUCAÇÃO
Reabilitar pessoas com limitações físicas, cognitivas, sensoriais ou emocionais, promovendo autonomia e qualidade de vida no cotidiano. Utilizar atividades terapêuticas e adaptações do ambiente para possibilitar tarefas como vestir-se, comer, trabalhar ou estudar, atuando em saúde mental, reabilitação física, pediatria e geriatria.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EMULTI
Planejar, coordenar, executar e avaliar ações de terapia ocupacional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atuando na promoção da saúde, prevenção de agravos, reabilitação e inclusão social de indivíduos e grupos; realizar atendimento individual e coletivo em Unidades Básicas de Saúde (UBS), domicílios e demais serviços da rede municipal, por meio de avaliação do desempenho ocupacional, identificação de limitações funcionais e elaboração de planos terapêuticos adequados; desenvolver intervenções terapêuticas voltadas à autonomia, independência e melhoria da qualidade de vida dos usuários, utilizando atividades e recursos terapêuticos específicos; atuar no acompanhamento de pacientes com deficiência física, mental, intelectual e/ou social, bem como em situações de vulnerabilidade; realizar e participar de visitas domiciliares, especialmente para usuários com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de risco social, promovendo orientações e adaptações no ambiente domiciliar; orientar pacientes, familiares e cuidadores quanto ao uso de recursos, adaptações e estratégias para o desempenho das atividades de vida diária; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde mental, reabilitação, saúde do idoso, da criança e de pessoas com doenças crônicas; integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a elaboração e execução de planos de cuidado e projetos terapêuticos singulares; desenvolver e participar de ações de educação em saúde e inclusão social; registrar adequadamente as informações em prontuários físicos ou eletrônicos; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à sua área de atuação; elaborar relatórios, pareceres técnicos e demais documentos pertinentes; zelar pela conservação e uso adequado de materiais e recursos terapêuticos; colaborar com o planejamento, execução e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito municipal; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e a legislação profissional vigente; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Agente de Trânsito R$ 1.621,00 40H	0	02	0	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Agente Fiscal de Tributos R$ 1.621,00 40H	02	04	02	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Assistente Administrativo R$ 1.621,00 40H	01	08	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Assistente Administrativo – Câmara Municipal R$ 1.753,27 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Assistente Legislativo – Câmara Municipal R$ 1.685,84 40H	0	02	0	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Auxiliar de Farmácia Básica R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE AUXILIAR DE FARMÁCIA.
Condutor de Ambulância R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CNH D, CURSO DE CONDUTOR DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIAS E CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS.
Condutor de Transporte Escolar R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CNH D E CURSO DE TRANSPORTE ESCOLAR.
Condutor de Transporte Sanitário R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CNH D.
Cuidador de Aluno R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Eletricista de Iluminação Pública R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE ELETRICISTA.
Fiscal de Obras e Serviços Urbanos R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Fiscal de Vigilância Sanitária R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Porteiro Escolar R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Secretário Escolar R$ 1.621,00 40H	01	04	01	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO.
Técnico de Enfermagem R$ 1.621,00 40H	03	09	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.
Técnico em Saúde Bucal R$ 1.621,00 40H	03	04	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL E REGISTRO NO CONSELHO COMPETENTE.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE DE TRÂNSITO

Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito; Executar a fiscalização do trânsito em geral e de veículos que fazem o transporte escolar rural e urbano, mototáxi, transporte coletivo de passageiros, táxi e ciclomotores; Autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada; Fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito; Providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação; Lavrar auto de infração de trânsito quando constatada a irregularidade as normas de transito vigentes; Auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia do órgão de Trânsito Municipal; Trabalhar em conjunto com o Departamento de Educação para o Trânsito, na realização de palestras e atividades educativas; Executar outras tarefas afins inerentes ao cargo.

AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS

Executar atividades de fiscalização tributária no âmbito do município, visando ao cumprimento da legislação tributária municipal e à arrecadação de receitas públicas; realizar auditorias, inspeções e diligências em estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e demais contribuintes, com a finalidade de verificar a correta apuração e recolhimento de tributos municipais, tais como ISS, IPTU, ITBI, taxas e contribuições; analisar documentos fiscais, contábeis e cadastrais, identificando possíveis irregularidades, omissões ou fraudes; proceder ao lançamento, constituição e revisão de créditos tributários, conforme legislação vigente; lavrar autos de infração, notificações, termos de intimação e demais atos administrativos decorrentes da atividade fiscal; orientar contribuintes quanto à aplicação da legislação tributária, esclarecendo dúvidas e promovendo a conformidade fiscal; acompanhar processos administrativos fiscais, elaborando relatórios, pareceres técnicos e manifestações; participar de ações de combate à sonegação fiscal e incremento da arrecadação; manter atualizados os cadastros mobiliário e imobiliário do município, quando aplicável; atuar em conjunto com outros setores da administração pública para a melhoria da gestão tributária; utilizar sistemas informatizados para registro, controle e acompanhamento das atividades fiscais; cumprir e fazer cumprir a legislação tributária municipal, bem como normas correlatas; atuar com ética, responsabilidade e sigilo fiscal no exercício das atribuições; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, prestando apoio técnico e operacional às rotinas administrativas, organizacionais e de gestão pública; realizar atendimento ao público interno e externo, prestando informações, orientações e encaminhamentos necessários; elaborar, digitar, revisar e arquivar documentos, ofícios, memorandos, relatórios, planilhas e demais expedientes administrativos; controlar e organizar arquivos físicos e eletrônicos, garantindo a guarda, integridade e fácil acesso às informações; auxiliar na tramitação de processos administrativos, observando prazos e procedimentos estabelecidos; operar sistemas informatizados e equipamentos de escritório, inserindo, atualizando e consultando dados; apoiar atividades relacionadas a recursos humanos, como controle de frequência, registros funcionais e organização de documentos; colaborar em processos de compras, licitações, contratos e controle de materiais, conforme rotinas da administração pública; realizar controle de agenda, organização de reuniões e apoio logístico às atividades da secretaria; acompanhar e executar rotinas financeiras básicas, como controle de despesas, requisições e prestação de contas, quando aplicável; manter sigilo sobre informações e documentos sob sua responsabilidade; atuar com ética, responsabilidade e organização no desempenho das funções; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CÂMARA MUNICIPAL

Executar atividades administrativas e de apoio operacional no âmbito da Câmara Municipal; realizar atendimento ao público interno e externo; elaborar, digitar, revisar, protocolar, arquivar e expedir documentos, ofícios, memorandos, relatórios e planilhas; organizar arquivos físicos e digitais; auxiliar em rotinas de compras, patrimônio, almoxarifado, recursos humanos, protocolo, transparência, controle de documentos e suporte às sessões e eventos institucionais; operar sistemas informatizados; prestar apoio aos vereadores, servidores e setores administrativos; e executar outras atividades correlatas.

ASSISTENTE LEGISLATIVO

Executar atividades de apoio técnico-legislativo e administrativo da Câmara Municipal; redigir, revisar, organizar e controlar projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, indicações, requerimentos, moções, atas e demais documentos legislativos; auxiliar na organização de sessões plenárias, reuniões de comissões, pautas, ordem do dia e tramitação de proposições; gerir arquivos e registros legislativos; prestar atendimento e informações ao público, vereadores e setores internos; controlar prazos, publicações e documentos oficiais; utilizar sistemas informatizados legislativos e administrativos; e executar outras atividades determinadas pela Mesa Diretora e Presidência da Câmara.

AUXILIAR DE FARMÁCIA BÁSICA

Executar atividades auxiliares relacionadas à assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sob supervisão do farmacêutico, contribuindo para o adequado funcionamento da farmácia básica municipal; auxiliar no recebimento, conferência, organização, armazenamento e controle de medicamentos e insumos farmacêuticos, observando prazos de validade, condições de conservação, temperatura e demais requisitos técnicos; realizar a separação e dispensação de medicamentos aos usuários, mediante prescrição e sob orientação do farmacêutico, prestando informações básicas quanto ao uso correto, horários de administração e cuidados gerais; manter atualizados os registros de entrada, saída e estoque de medicamentos, utilizando sistemas informatizados ou controles manuais; auxiliar na organização da farmácia, zelando pela limpeza, conservação e adequada disposição dos produtos; colaborar na programação, distribuição e reposição de medicamentos nas unidades de saúde da rede municipal; participar do controle de perdas, vencimentos e descarte adequado de medicamentos, conforme normas sanitárias; apoiar as ações de assistência farmacêutica e programas de saúde pública, conforme diretrizes do município; atender ao público com cordialidade, prestando informações e encaminhamentos quando necessário; colaborar com ações de educação em saúde, orientando os usuários sobre o uso racional de medicamentos, sob supervisão; cumprir normas técnicas, administrativas e de biossegurança; auxiliar na elaboração de relatórios e controles relacionados às atividades da farmácia; trabalhar em equipe multiprofissional, contribuindo para a qualidade do atendimento; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

CONDUTOR DE AMBULÂNCIA

Conduzir veículos do tipo ambulância no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), realizando o transporte de pacientes com segurança, responsabilidade e observância às normas de trânsito, biossegurança e diretrizes assistenciais; efetuar o transporte de pacientes para atendimentos de urgência, emergência, consultas, exames, transferências inter-hospitalares e demais deslocamentos necessários, garantindo a integridade física dos usuários durante todo o percurso; auxiliar a equipe de saúde no embarque e desembarque de pacientes, incluindo aqueles com mobilidade reduzida,

acamados ou em situação de vulnerabilidade, utilizando técnicas adequadas de movimentação e transporte; prestar apoio básico ao atendimento, quando necessário, dentro dos limites de sua função, colaborando com a equipe de saúde durante o deslocamento; zelar pela conservação, limpeza, higienização e desinfecção do veículo e dos equipamentos utilizados, observando as normas de biossegurança; realizar a verificação diária das condições de funcionamento da ambulância, incluindo itens de segurança, equipamentos obrigatórios, combustível e demais componentes, comunicando eventuais irregularidades; manter a documentação do veículo e habilitação atualizadas, conforme exigências legais; cumprir rotas e horários estabelecidos, bem como atender às solicitações de transporte de forma ágil e eficiente; registrar informações relacionadas aos transportes realizados, conforme rotinas do serviço; atuar com ética, responsabilidade, sigilo e respeito no atendimento aos usuários; colaborar com a equipe multiprofissional, quando solicitado; cumprir as normas técnicas, administrativas e de segurança no trabalho; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

CONDUTOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Garantir a integridade física de todos os alunos durante o transporte, verificando o uso de cinto de segurança e o comportamento dos passageiros. Realizar inspeções diárias antes de iniciar a operação, verificando níveis de óleo, água, freios, iluminação, pneus e condições dos cintos. Seguir cronogramas, rotas e horários definidos, pontuando a chegada aos pontos de embarque e desembarque. Adotar direção defensiva e obedecer rigorosamente às leis de trânsito. Manter o interior do veículo limpo e em boas condições de higiene. Manter a CNH na categoria exigida (D ou E), curso de especialização para transporte escolar, e a autorização do veículo (vistoria do DETRAN) em dia. Tratar os alunos com urbanidade, presteza e polidez. Ser assíduo, atencioso, acolhedor e manter boa comunicação com os estudantes e seus familiares.

CONDUTOR DE TRANSPORTE SANITÁRIO

Conduzir veículos destinados ao transporte sanitário de pacientes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), realizando deslocamentos com segurança, responsabilidade e observância às normas de trânsito e de biossegurança; efetuar o transporte de usuários para consultas, exames, tratamentos, altas hospitalares e demais serviços de saúde, garantindo a integridade física, o conforto e o bem-estar dos pacientes durante todo o percurso; auxiliar no embarque e desembarque de pacientes, especialmente aqueles com mobilidade reduzida, idosos, gestantes, pessoas com deficiência, acamados ou em situação de vulnerabilidade, utilizando técnicas adequadas de apoio e movimentação; prestar auxílio básico aos usuários durante o transporte, quando necessário, respeitando os limites de sua função; zelar pela conservação, limpeza, higienização e organização do veículo, observando as normas de biossegurança; realizar a verificação diária das condições de funcionamento do veículo, incluindo itens de segurança, equipamentos obrigatórios, combustível, óleo e demais componentes, comunicando eventuais irregularidades; manter atualizada a documentação do veículo e a habilitação exigida para o exercício da função; cumprir rotas, horários e itinerários estabelecidos, garantindo pontualidade e eficiência no serviço; registrar informações relativas aos transportes realizados, conforme rotinas administrativas; atuar com ética, responsabilidade, sigilo e respeito no atendimento aos usuários e familiares; colaborar com a equipe de saúde e administrativa quando necessário; cumprir as normas técnicas, administrativas e de segurança no trabalho; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

CUIDADOR DE ALUNO

Atuar na inclusão de alunos com deficiência ou necessidades especiais, oferecendo
suporte em higiene, alimentação, locomoção e cuidados básicos de saúde, como administração de medicação (conforme prescrição médica) e monitoramento de dispositivos.

ELETRICISTA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Fiscalizar as determinações estabelecidas pela legislação urbanística, em especial as do Plano Diretor e as do Código de Posturas, observando e fazendo observar notadamente a ocupação ou não, a utilização ou não dos logradouros públicos, o cumprimento das obrigações assumidas pelos particulares frente ao Município, o controle das águas pluviais, o sistema de eliminação de dejetos, o funcionamento do comércio, da indústria e dos prestadores de serviço; Verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação ‘in loco’; Atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto as atividades diárias; Preparar relatórios acerca dos serviços executados, alimentando informações sobre as fiscalizações, a fim de acompanhar, controlar, bem como prestar contas com o superior imediato; Emitir notificações e embargos, objetivando retirar ocupantes de terrenos públicos e adequar a construção de casas aos padrões definidos na legislação em vigor; Dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, a fim de executar suas rotinas diárias; Participar de processos judiciais, defendendo o município através de informações e documentos levantados previamente; Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda; Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato; executar outras tarefas afins inerentes ao cargo.

FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Fiscalizar as determinações estabelecidas pela legislação urbanística, em especial as do
Plano Diretor e as do Código de Posturas, observando e fazendo observar notadamente a ocupação ou não, a utilização ou não dos logradouros públicos, o cumprimento das obrigações assumidas pelos particulares frente ao Município, o controle das águas pluviais, o sistema de eliminação de dejetos, o funcionamento do comércio, da indústria e dos prestadores de serviço; Verificar e informar as situações constatadas durante o atendimento de reclamações da população, solicitações e processos administrativos e judiciais em que seja necessária a verificação ‘in loco’; Atualizar dados em planilha, bem como apresentar o andamento das fiscalizações ao respectivo responsável, com o intuito de mantê-lo informado quanto as atividades diárias; Preparar relatórios acerca dos serviços executados, alimentando informações sobre as fiscalizações, a fim de acompanhar, controlar, bem como prestar contas com o superior imediato; Emitir notificações e embargos, objetivando retirar ocupantes de terrenos públicos e adequar a construção de casas aos padrões definidos na legislação em vigor; Dirigir veículo automotor, de modo a facilitar seu deslocamento nas fiscalizações e acompanhamentos, a fim de executar suas rotinas diárias; Participar de processos judiciais, defendendo o município através de informações e documentos levantados previamente; Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda; Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério e seu superior imediato; Executar outras tarefas afins inerentes ao cargo.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Planejar, coordenar, executar e avaliar ações relacionadas à saúde animal, saúde pública e vigilância sanitária no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme a necessidade do serviço; atuar na prevenção, controle e erradicação de zoonoses, desenvolvendo ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar inspeções, fiscalizações e vistorias em estabelecimentos que produzam, manipulem, armazenem ou comercializem produtos de origem animal, verificando as condições higiênico-sanitárias e o cumprimento da legislação vigente; executar atividades de controle populacional de animais, vacinação, manejo e bem-estar animal; realizar coleta de amostras e encaminhamento para análises laboratoriais, quando necessário; elaborar laudos, pareceres técnicos, relatórios e demais documentos pertinentes à área de atuação; desenvolver e participar de ações educativas voltadas à prevenção de doenças e promoção da saúde

pública; realizar visitas técnicas e, quando necessário, visitas domiciliares para avaliação de riscos sanitários; integrar equipes multiprofissionais e atuar de forma intersetorial com áreas como saúde, meio ambiente, agricultura e fiscalização; acompanhar e orientar equipes técnicas e operacionais; atuar no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde animal e humana; zelar pelo cumprimento das normas de biossegurança, higiene e segurança do trabalho; utilizar sistemas informatizados para registro e controle das atividades; atuar com responsabilidade, ética e comprometimento com o interesse público; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com a Lei nº 5.517/1968, normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), legislações sanitárias e ambientais vigentes e princípios da Administração Pública; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PORTEIRO ESCOLAR

Atuar no controle rigoroso de entrada/saída de pessoas, especialmente de estudantes, sobretudo os de menor idade, e na mediação de conflitos nas dependências de áreas comuns da escola, mantendo a segurança de todos. Ser assíduo, atencioso, acolhedor, manter boa comunicação e zelar pela organização dos portões e áreas comuns.

SECRETÁRIO ESCOLAR

Organizar e manter prontuários físicos e digitais de alunos e servidores, garantindo a proteção de dados segundo a LGPD. Gerenciar todo o ciclo do aluno, incluindo matrículas, rematrículas, transferências e emissão de históricos escolares e certificados. Atuar como elo entre pais, alunos, professores e direção, comunicando informações oficiais e atendendo demandas da comunidade escolar. Auxiliar a direção no cumprimento das normas da Secretaria de Educação, elaborar atas e controlar registros de classe (ponto). Atuar junto a gestão escolar na coleta e declaração das informações do Censo Escolar no sistema Educacenso. Utilizar softwares de gestão para agilizar tarefas repetitivas, otimizando o fluxo de informações.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Executar atividades técnicas de enfermagem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sob supervisão do enfermeiro, atuando na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde dos indivíduos e da coletividade; prestar assistência direta aos pacientes em Unidades Básicas de Saúde (UBS), domicílios e demais serviços da rede municipal, realizando procedimentos como administração de medicamentos por diferentes vias, aferição de sinais vitais, curativos, coleta de materiais para exames laboratoriais, nebulização, entre outros; auxiliar o enfermeiro e a equipe de saúde na realização de consultas, procedimentos e atendimentos; participar das ações de imunização, realizando preparo, conservação e administração de vacinas conforme normas técnicas; realizar e registrar informações em prontuários físicos ou eletrônicos, garantindo a continuidade do cuidado; executar e participar de visitas domiciliares, prestando cuidados de enfermagem a pacientes acamados, idosos, portadores de doenças crônicas ou em situação de vulnerabilidade, conforme orientação da equipe; atuar em programas de saúde pública, incluindo saúde da família, saúde da mulher, da criança, do idoso e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis; colaborar com ações de vigilância epidemiológica, auxiliando na notificação e acompanhamento de agravos à saúde; zelar pela limpeza, organização, conservação e esterilização de materiais, equipamentos e ambiente de trabalho, observando as normas de biossegurança; participar de ações de educação em saúde, orientando pacientes e familiares sobre cuidados básicos e prevenção de doenças; trabalhar em equipe multiprofissional, contribuindo para a integralidade do cuidado; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e regulamentares da profissão; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Executar atividades técnicas em saúde bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), sob supervisão do cirurgião-dentista, atuando na promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população; participar do atendimento clínico em Unidades Básicas de Saúde (UBS), auxiliando o cirurgião-dentista durante os procedimentos odontológicos, organizando o ambiente de trabalho, preparando o paciente, instrumentando e manipulando materiais e equipamentos odontológicos; realizar procedimentos preventivos e educativos, tais como aplicação tópica de flúor, orientação de higiene bucal, controle de placa bacteriana e ações de promoção à saúde; realizar limpeza, desinfecção, esterilização e organização de instrumentais, materiais e equipamentos odontológicos, observando as normas de biossegurança; preparar e organizar materiais necessários aos atendimentos clínicos e coletivos; participar de ações de saúde pública, incluindo programas de saúde bucal na Estratégia Saúde da Família (ESF), atuando em atividades coletivas em escolas, comunidades e grupos específicos; executar e participar de visitas domiciliares, conforme planejamento da equipe de saúde, especialmente para acompanhamento de pacientes com dificuldade de locomoção, acamados ou em situação de vulnerabilidade; registrar informações relacionadas aos atendimentos em prontuários físicos ou eletrônicos, contribuindo para a continuidade do cuidado; auxiliar no controle de estoque de materiais odontológicos, solicitando reposição quando necessário; atuar em equipe multiprofissional, colaborando na elaboração e execução de ações de saúde; participar de ações de vigilância em saúde relacionadas à área de atuação; cumprir e fazer cumprir as normas técnicas, éticas e regulamentares da profissão; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Auxiliar de Cozinha R$ 1.621,00 40H	04	08	02	0	02	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Auxiliar de Mecânico R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E CURSO PROFISSIONALIZANTE EM MECÂNICA BÁSICA.
Auxiliar de Serviços Diversos – Educação R$ 1.621,00 40H	03	09	08	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Auxiliar de Serviços Gerais – Câmara Municipal R$ 1.621,00 40H	02	04	02	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Coveiro R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Cozinheiro R$ 1.621,00 40H	04	08	02	0	02	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Cozinheiro - Hospital R$ 1.621,00 40H	03	06	02	0	01	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Mecânico Geral R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CURSO PROFISSIONALIZANTE EM MECÂNICA OU ELETROMECÂNICA.

Motorista R$ 1.621,00 40H	01	04	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CNH CATEGORIA D OU E.
Operador de Máquinas R$ 1.621,00 40H	02	04	02	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CNH CATEGORIA D.
Pedreiro R$ 1.621,00 40H	02	04	02	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO.
Podador R$ 1.621,00 40H	01	02	01	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO.
Tratorista R$ 1.621,00 40H	02	04	02	0	0	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E CNH CATEGORIA D.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AUXILIAR DE COZINHA

Executar atividades relacionadas ao preparo, cocção e distribuição de alimentos no âmbito de unidades de saúde da rede municipal, observando as normas de higiene, segurança alimentar e dietas específicas; preparar refeições de acordo com cardápios elaborados por nutricionista, atendendo às necessidades nutricionais dos pacientes, acompanhantes e, quando aplicável, servidores; realizar o pré-preparo, preparo e finalização de alimentos, seguindo técnicas adequadas de manipulação e cocção; controlar a qualidade dos alimentos utilizados, verificando prazos de validade, condições de armazenamento e conservação; observar rigorosamente as normas de higiene pessoal, limpeza e desinfecção de utensílios, equipamentos e ambiente de trabalho, conforme as boas práticas de manipulação de alimentos; auxiliar na organização e controle de estoque de gêneros alimentícios, comunicando a necessidade de reposição; participar da distribuição das refeições, garantindo o cumprimento das dietas prescritas e horários estabelecidos; colaborar na elaboração e execução de rotinas da cozinha hospitalar, em conjunto com a equipe de nutrição; zelar pela conservação e uso adequado de equipamentos e utensílios de cozinha; cumprir normas de biossegurança, segurança do trabalho e prevenção de contaminações; atuar com responsabilidade, ética e compromisso no atendimento às necessidades dos usuários do serviço de saúde; colaborar com a equipe multiprofissional quando necessário; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

AUXILIAR DE MECÂNICO

Auxiliar na execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; apoiar o mecânico na realização de diagnósticos, desmontagem, limpeza, reparo, montagem e substituição de peças e componentes mecânicos; realizar serviços auxiliares como troca de óleo, filtros, lubrificação, lavagem de peças e organização de ferramentas e materiais; auxiliar na manutenção de sistemas de motores, freios, suspensão, direção e demais conjuntos mecânicos; transportar, organizar e armazenar peças, ferramentas e equipamentos utilizados nas atividades; manter o ambiente de trabalho limpo, organizado e seguro; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e materiais; auxiliar no controle de estoque de peças e insumos, comunicando a necessidade de reposição; seguir orientações técnicas e normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); atuar com responsabilidade, organização e disposição para o aprendizado das atividades técnicas; colaborar com a equipe de trabalho e atender às demandas da administração municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis às atividades mecânicas, normas técnicas pertinentes, princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de auxiliar de mecânico, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS – EDUCAÇÃO

Executar atividades operacionais e de apoio geral no âmbito da Administração Pública Municipal, desempenhando serviços de limpeza, conservação, manutenção e organização de ambientes internos e externos de prédios públicos; realizar a limpeza de salas, corredores, banheiros, áreas comuns e demais dependências, utilizando produtos e equipamentos adequados; executar serviços de varrição, capina, coleta de resíduos, remoção de lixo e conservação de áreas externas, como pátios, praças e vias públicas, quando designado; auxiliar na movimentação, carga e descarga de materiais, móveis e equipamentos; realizar pequenos serviços de manutenção predial, como reparos simples, pintura, troca de lâmpadas, entre outros; apoiar na organização de eventos, reuniões e atividades institucionais, preparando ambientes e materiais necessários; operar equipamentos simples e ferramentas manuais inerentes às atividades; zelar pela conservação e uso adequado de materiais, equipamentos e utensílios de trabalho; cumprir normas de segurança do trabalho, higiene e uso de equipamentos de proteção individual (EPIs); atuar com responsabilidade, organização e zelo no desempenho das funções; colaborar com as equipes de trabalho, conforme necessidade do serviço; cumprir normas técnicas e administrativas vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – CÂMARA MUNICIPAL

Executar serviços de limpeza, conservação, higienização e organização das dependências internas e externas da Câmara Municipal; realizar varrição, coleta e descarte adequado de resíduos, limpeza de salas, banheiros, corredores, plenário, áreas comuns e mobiliários; auxiliar na organização de reuniões, sessões, audiências públicas e eventos institucionais; apoiar a movimentação de materiais, equipamentos e documentos; preparar ambientes quando solicitado; zelar pela conservação dos materiais de limpeza, utensílios e equipamentos de trabalho; cumprir normas de higiene e segurança; e executar outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

COVEIRO

Executar atividades relacionadas aos serviços de sepultamento, exumação e conservação de cemitérios públicos municipais; realizar a abertura, preparação e fechamento de sepulturas, covas e jazigos, conforme normas técnicas e orientações da administração; executar exumações, traslados e remoções de restos mortais, observando os procedimentos legais e sanitários vigentes; auxiliar no transporte de urnas funerárias dentro das dependências do cemitério, quando necessário; realizar serviços de limpeza, conservação e organização das áreas internas e externas do cemitério, incluindo capina, varrição, coleta de resíduos e manutenção de túmulos e espaços comuns; zelar pela conservação de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados no trabalho; prestar atendimento ao público com respeito, ética e sensibilidade, orientando quanto aos procedimentos e normas do cemitério; cumprir normas de higiene, segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), prevenindo riscos à saúde; registrar informações relacionadas às atividades realizadas, conforme rotinas administrativas; atuar com responsabilidade, discrição e respeito às normas sanitárias e culturais; colaborar com a equipe de trabalho e atender às demandas da administração municipal; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, legislações municipais pertinentes, princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à

função de coveiro/trabalhador de serviços funerários, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

COZINHEIRO
Efetuar o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas, para obter melhor aproveitamento e conservação dos mesmos; selecionar os ingredientes necessários ao preparo das refeições, separando-os e medindo-os de acordo com o cardápio do dia, para facilitar a utilização dos mesmos; preparar as refeições, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando e cozinhando alimentos diversos de acordo com orientação do nutricionista, considerando os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

COZINHEIRO - HOSPITAL
Realizar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas da cozinha, bem como serviços de entrega, recebimento e armazenamento de gêneros alimentícios, utilizando os materiais e instrumentos adequados e rotinas previamente definidas; efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso. Executar atividades de copa; auxiliar nos serviços de cozinha; dispor quanto à limpeza da louça, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato.

MECÂNICO GERAL
Executar atividades de manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; realizar diagnóstico de falhas mecânicas, elétricas e hidráulicas em veículos leves, pesados, máquinas e equipamentos; executar serviços de revisão, desmontagem, reparo, substituição e montagem de peças e componentes; realizar manutenção em sistemas de motores, freios, suspensão, direção, transmissão, sistemas elétricos e demais conjuntos mecânicos; efetuar regulagens, lubrificações, trocas de óleo, filtros e demais itens de manutenção periódica; utilizar ferramentas, equipamentos e instrumentos de medição adequados às atividades; manter o local de trabalho limpo, organizado e seguro; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e peças; registrar os serviços realizados e comunicar necessidades de reposição de peças e materiais; auxiliar no controle de estoque de peças e insumos utilizados na manutenção; cumprir normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs); atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da administração municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir normas técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à segurança em atividades mecânicas, normas técnicas aplicáveis, princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de mecânico de manutenção de veículos/mecânico geral, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

MOTORISTA
Desempenhar atividades efetuando: vistorias no veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter, testando freios e partes elétricas, para certificar- se de suas condições de funcionamento; Dirigir automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e demais veículos leves ou pesados de transporte de passageiros e cargas, e outros veículos enquadrados na categoria “D” ou “E”, dentro ou fora do Município, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização; Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Orientar o carregamento e descarregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados; Observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura; Fazer pequenos reparos de urgência; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; Recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado; Auxiliar no embarque e desembarque de passageiros; Auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes; Auxiliar na distribuição de volumes, de acordo com normas e roteiros pré-estabelecidos; Conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; Cumprir o Código Nacional de Trânsito, sob pena de responsabilidade; Executar outras tarefas correlatas.

OPERADOR DE MÁQUINAS
Operar máquinas pesadas e equipamentos diversos no âmbito da Administração Pública Municipal, tais como retroescavadeiras, motoniveladoras, pás carregadeiras, escavadeiras, rolos compactadores e similares, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas, conforme a necessidade do serviço; executar atividades de terraplenagem, abertura e manutenção de vias, escavações, nivelamento de solo, carregamento de materiais, compactação e demais serviços correlatos; realizar a condução e operação segura dos equipamentos, observando as normas de trânsito, segurança e operação de máquinas; efetuar a manutenção preventiva básica das máquinas, incluindo verificação de níveis de óleo, combustível, lubrificação, limpeza e inspeção de componentes; identificar falhas e comunicar a necessidade de manutenção corretiva; zelar pela conservação e uso adequado das máquinas, equipamentos e ferramentas; manter o local de trabalho organizado e seguro; cumprir as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); registrar, quando necessário, as atividades realizadas, conforme rotinas administrativas; atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da Administração Municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PEDREIRO
Executar atividades de construção, reforma, manutenção e conservação de obras civis no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas conforme necessidade; realizar serviços de alvenaria, assentamento de tijolos, blocos, pisos, azulejos e revestimentos; executar reboco, concretagem, preparo de argamassa, fundações e estruturas simples; realizar reparos e manutenções em prédios públicos, incluindo paredes, pisos, calçadas, meio-fio, galerias pluviais e demais estruturas; interpretar ordens de serviço, croquis e especificações básicas de obras; preparar e organizar o local de trabalho, bem como os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços; realizar demolições, escavações e acabamentos conforme orientação técnica; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho; auxiliar no transporte e movimentação de materiais de construção; cumprir normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs); atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da administração municipal em quaisquer unidades públicas; registrar, quando necessário, as atividades realizadas conforme rotinas administrativas; cumprir normas

técnicas, administrativas e legais vigentes, sendo que as atribuições do cargo deverão ser exercidas em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à construção civil, normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), princípios da Administração Pública e com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) correspondente à função de pedreiro, e demais legislações aplicáveis; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

PODADOR

Executar atividades de poda, corte, manejo e conservação de árvores e vegetação no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas, conforme a necessidade do serviço; realizar poda de formação, limpeza, condução e supressão de galhos de árvores em vias públicas, praças, jardins e demais áreas verdes; operar ferramentas e equipamentos manuais e motorizados, como tesouras de poda, serras, motosserras e equipamentos de corte, observando as normas de segurança; executar serviços em altura, quando necessário, utilizando técnicas adequadas e equipamentos de proteção; realizar a remoção de galhos, resíduos vegetais e demais materiais resultantes das atividades, destinando-os corretamente; auxiliar na manutenção e conservação de áreas verdes, incluindo capina, roçagem e limpeza; identificar riscos relacionados à vegetação, como galhos comprometidos ou em contato com redes elétricas, comunicando às áreas competentes; zelar pela conservação e uso adequado de ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho; manter o ambiente de trabalho organizado e seguro; cumprir as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da Administração Municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

TRATORISTA

Operar tratores e máquinas agrícolas ou similares no âmbito da Administração Pública Municipal, prestando serviços em todos os órgãos, secretarias e unidades públicas, conforme a necessidade do serviço; realizar atividades de preparo de solo, limpeza de áreas, abertura e manutenção de vias, terraplenagem, roçagem, capina mecanizada e demais serviços correlatos; acoplar e desacoplar implementos agrícolas, tais como arados, grades, roçadeiras e outros equipamentos, de acordo com a atividade a ser executada; conduzir o trator com segurança, observando as normas de trânsito, de segurança e de operação de máquinas; executar a manutenção preventiva básica dos equipamentos, incluindo verificação de níveis de óleo e combustível, lubrificação, limpeza e inspeção de componentes; identificar falhas e comunicar a necessidade de manutenção corretiva; zelar pela conservação e pelo uso adequado das máquinas, implementos e ferramentas; manter o ambiente de trabalho organizado e seguro; cumprir as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); registrar, quando necessário, as atividades realizadas, conforme rotinas administrativas; atuar com responsabilidade, organização e comprometimento com a qualidade dos serviços prestados; colaborar com equipes de trabalho e atender às demandas da Administração Municipal em quaisquer unidades públicas; cumprir as normas técnicas, administrativas e legais vigentes; e executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme as necessidades do serviço público e determinação da chefia imediata.

ANEXO II- DO FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu,____, inscrito no CPF sob o nº _____-_____, venho requerer a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público de Provas para provimento do cargo _____da carreira de _____, promovido pela Prefeitura Municipal de Cruzeta e regido pelo Edital nº 01, de 08 de julho de 2026, inscrição nº_____, de acordo com o referido Edital, conforme abaixo (assinalar a opção abaixo):

( ) 1ª POSSIBILIDADE –Decretos Federais nº 6.593/2008 e 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico).

Nº NIS:		**CPF:**	
DATA DE NASCIMENTO:	**DATA EXP.:**	**RG:**	**UF:**
NOME DA MÃE:			

ANEXO III- DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 01/2026, do Concurso Público para Prefeitura Municipal de Cruzeta, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____

Adiciono ainda outras informações:

1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não

Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____

2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____

3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____

Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.

( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.

Especificar:

_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.

Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata
Observações:
No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO IV- DO FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu,_____, Portador do RG nº _____, CPF de nº_____, declaro que sou negro ou indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim específico de atender ao item 10 do edital nº 01/2026 para concurso público da Prefeitura Municipal de Cruzeta. Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Por fim, através deste termo autorizo a realização de filmagem da entrevista para aferição pessoal da veracidade da autodeclaração como preto, pardo indígena ou quilombola.
OBSERVAÇÕES:
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o correto preenchimento deste formulário e o envio da documentação em conformidade com o Edital de abertura de inscrições;
Todos os documentos enviados serão analisados pela banca examinadora do IDIB, que emitirá relatório com a situação do pedido da pessoa candidata.

, de de 20_.

Assinatura do(a) requerente

ANEXO V- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL FUNDAMENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA: Fonética. Encontros Vocálicos e Consonantais. Sílaba e Tonicidade. Divisão Silábica. Morfologia. Componentes de um Vocábulo. Formação das Palavras. Significação das Palavras. Classes de Palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição. Sintaxe: Concordância Nominal e Concordância Verbal. Acentuação Gráfica. Interpretação de Texto. Ortografia.
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO: Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Resolução de situações-problema. Reconhecimento de sequências e padrões. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos

CONHECIMENTOS COMUNS – NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.
INFORMÁTICA: Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador. Configurações básicas do Windows 11. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2024 (Word, Excel e Power Point). Configuração de impressoras. Noções básicas de internet e uso de navegadores. Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails.
RACIOCÍNIO LÓGICO: Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Resolução de situações-problema. Reconhecimento de sequências e padrões. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS – NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ortografia oficial. Acentuação gráfica.
INFORMÁTICA: Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador. Configurações básicas do Windows 10. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2013 (Word, Excel e Power Point). Configuração de impressoras. Noções básicas de internet e uso de navegadores. Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails.
RACIOCÍNIO LÓGICO: Estruturas lógicas: proposições simples e compostas. Conectivos lógicos (conjunção, disjunção, condicional e bicondicional). Tabelas-verdade. Equivalências lógicas. Negação de proposições. Argumentação lógica (validade de argumentos). Problemas de raciocínio lógico envolvendo: sequências numéricas e padrões; relações de ordem e equivalência; problemas com conjuntos; análise combinatória básica. Raciocínio lógico quantitativo: porcentagem; razão e proporção; regra de três simples; problemas aritméticos. Interpretação de gráficos e tabelas. Resolução de problemas envolvendo lógica do cotidiano.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – POR CARGO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Constituição Federal: princípios da Administração Pública. Administração Pública direta e indireta. Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, motivação, razoabilidade e proporcionalidade. Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Agente de Contratação: competências, atribuições, impedimentos e responsabilidades. Fases do processo licitatório. Planejamento das contratações. Plano Anual de Contratações (PAC). Estudo Técnico Preliminar (ETP). Termo de Referência. Projeto Básico e Projeto Executivo. Pesquisa de preços. Modalidades de licitação. Critérios de julgamento. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Procedimentos auxiliares das licitações. Pregão eletrônico. Sistema de Registro de Preços. Contratação direta. Gestão e fiscalização de contratos administrativos. Alterações contratuais. Sanções administrativas. Processo administrativo. Controle interno e controle externo. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Transparência pública. Governo Digital. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Lei Geral de Proteção de

Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Redação oficial. Ética no serviço público. Jurisprudência e orientações dos Tribunais de Contas sobre contratações públicas.

ARQUIVISTA
Arquivologia: conceitos, princípios e fundamentos. Gestão de documentos. Ciclo de vida documental. Produção, classificação, tramitação e arquivamento de documentos. Métodos de classificação documental. Avaliação documental. Tabela de temporalidade. Eliminação e recolhimento de documentos. Arquivos correntes, intermediários e permanentes. Gestão eletrônica de documentos (GED). Digitalização de documentos. Preservação e conservação de documentos físicos e digitais. Organização de arquivos públicos. Protocolo e gestão de processos administrativos. Instrumentos de pesquisa arquivística. Políticas de gestão da informação. Acesso à informação. Lei nº 8.159/1991 (Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados). Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Segurança da informação. Preservação digital. Arquivos digitais. Sistemas informatizados de gestão documental. Atendimento ao usuário. Ética profissional. Normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

ASSISTENTE PREVIDENCIÁRIO
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Regime Geral de Previdência Social (RGPS): noções. Constituição Federal: previdência social. Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência). Lei Federal nº 9.717/1998. Normas gerais aplicáveis aos RPPS. Organização e funcionamento dos institutos de previdência municipais. Segurados e dependentes. Filiação e inscrição. Benefícios previdenciários. Aposentadorias. Pensão por morte. Compensação previdenciária. Cálculo de benefícios. Tempo de contribuição. Averbação de tempo de serviço. Processo administrativo previdenciário. Atendimento ao segurado. Cadastro previdenciário. Folha de pagamento de benefícios. Cálculos previdenciários básicos. Contabilidade aplicada ao RPPS (noções). Orçamento e finanças públicas (noções). Controle interno. Prestação de contas. Sistemas informatizados de gestão previdenciária. Arquivamento e gestão documental. Redação oficial. Ética no serviço público. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

ASSISTENTE SOCIAL
Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/1993. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Elaboração de estudos, laudos, pareceres e relatórios sociais. Entrevista, visita domiciliar e abordagem familiar. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Trabalho interdisciplinar e intersetorial. Seguridade Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vigilância socioassistencial. Proteção Social Básica e Especial. Direitos Humanos. Controle social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Violência doméstica e familiar. Trabalho com grupos e famílias. Atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Intervenção profissional nas políticas públicas. Reforma Psiquiátrica e Rede de Atenção Psicossocial. Ética no serviço público. Relações interpessoais no ambiente institucional.

ASSISTENTE SOCIAL – EDUCAÇÃO
Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/1993. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Elaboração de estudos, laudos, pareceres e relatórios sociais. Entrevista, visita domiciliar e abordagem familiar. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Trabalho interdisciplinar e intersetorial. Seguridade Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vigilância socioassistencial. Proteção Social Básica e Especial. Direitos Humanos. Controle social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Violência doméstica e familiar. Trabalho com grupos e famílias. Atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Intervenção profissional nas políticas públicas. Reforma Psiquiátrica e Rede de Atenção Psicossocial. Ética no serviço público. Relações interpessoais no ambiente institucional. Serviço Social na Educação. Política Nacional de Educação. Educação Inclusiva. Educação Especial na perspectiva inclusiva. Relação escola–família–comunidade. Mediação de conflitos no ambiente escolar. Direitos da criança e do adolescente. Enfrentamento da evasão escolar. Bullying e violência escolar. Trabalho interdisciplinar na rede de ensino. Acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade. Políticas de inclusão e permanência escolar. Rede de proteção à infância e adolescência. Articulação entre educação, assistência social e saúde.

ASSISTENTE SOCIAL – EMULTI
Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Projeto ético-político do Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/1993. Instrumental técnico-operativo do Serviço Social. Elaboração de estudos, laudos, pareceres e relatórios sociais. Entrevista, visita domiciliar e abordagem familiar. Planejamento, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Trabalho interdisciplinar e intersetorial. Seguridade Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Benefício de Prestação Continuada (BPC). Vigilância socioassistencial. Proteção Social Básica e Especial. Direitos Humanos. Controle social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Violência doméstica e familiar. Trabalho com grupos e famílias. Atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. Políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Intervenção profissional nas políticas públicas. Reforma Psiquiátrica e Rede de Atenção Psicossocial. Ética no serviço público. Relações interpessoais no ambiente institucional. Sistema Único de Saúde (SUS). Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família. EMULTI. Trabalho multiprofissional. Apoio matricial. Clínica ampliada. Projeto Terapêutico Singular. Determinantes sociais da saúde. Educação em saúde. Promoção da saúde. Humanização do atendimento. Rede de Atenção à Saúde. Vigilância em Saúde. Saúde Mental. Reabilitação psicossocial. Cuidados domiciliares. Acompanhamento familiar. Direitos dos usuários do SUS.

BIOQUÍMICO
Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização. Política Nacional de
Atenção Básica. Assistência farmacêutica e laboratorial. Bioquímica clínica. Hematologia clínica. Imunologia. Microbiologia. Parasitologia. Uroanálise. Micologia. Citologia clínica. Coleta, conservação e transporte de amostras biológicas. Controle de qualidade interno e externo em laboratório clínico. Interpretação de exames laboratoriais. Biossegurança em laboratórios. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Equipamentos laboratoriais. Controle de infecção. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Sanitária. Ética profissional. Legislação do Conselho Federal de Farmácia aplicável ao Bioquímico.

CONTADOR

Contabilidade Geral. Contabilidade Pública. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Demonstrações Contábeis. Receita pública. Despesa pública. Créditos adicionais. Restos a pagar. Dívida pública. Lei nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Orçamento Público. PPA. LDO. LOA. Licitações e contratos administrativos. Patrimônio público. Auditoria governamental. Prestação de contas. Controle interno. Controle externo. Tribunal de Contas. Ética profissional.

CONTADOR – CÂMARA MUNICIPAL
Contabilidade Geral. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Escrituração contábil. Demonstrações contábeis. Orçamento público. Receita e despesa pública. Créditos adicionais. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Patrimônio público. Balanços públicos. Lei Federal nº 4.320/1964. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Prestação de contas. Controle interno e externo. Auditoria governamental. Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021). Transparência pública. Informações contábeis para os Tribunais de Contas. Ética profissional.

CONTROLADOR INTERNO – CÂMARA MUNICIPAL
Constituição Federal: princípios da Administração Pública e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Controle interno na Administração Pública. Sistema de Controle Interno. Auditoria governamental. Gestão de riscos. Governança pública. Prestação de contas. Controle externo e atuação dos Tribunais de Contas. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Lei Federal nº 4.320/1964. Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos). Transparência pública. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Contabilidade aplicada ao setor público. Orçamento público. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Ética no serviço público.

COORDENADOR PEDAGÓGICO
Fundamentos da educação. Gestão democrática da escola pública. Coordenação e supervisão pedagógica. Projeto Político-Pedagógico (PPP): elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação. Planejamento educacional. Currículo escolar. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional. Formação continuada de professores. Planejamento participativo. Gestão de sala de aula. Recomposição das aprendizagens. Alfabetização e letramento. Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Indicadores educacionais. Legislação educacional: Constituição Federal (arts. 205 a 214), Lei nº 9.394/1996 (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Plano Nacional de Educação (PNE). Documentação escolar. Tecnologias digitais aplicadas à educação. Ética profissional.

EDUCADOR FÍSICO – EMULTI
Sistema Único de Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. EMULTI. Promoção da saúde. Educação em saúde. Atividade física na Atenção Primária. Exercício físico para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Prescrição de exercícios. Avaliação física. Fisiologia do exercício. Biomecânica. Anatomia humana. Primeiros socorros. Atividade física para pessoas com deficiência. Atividade física e doenças crônicas. Saúde coletiva. Trabalho multiprofissional. Ética profissional.

ENFERMEIRO
Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080/1990. Lei nº 8.142/1990. Política Nacional de Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Processo de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Código de Ética da Enfermagem. Legislação profissional. Biossegurança. Controle de Infecção. Imunização. Rede de Frio. Curativos. Administração de medicamentos. Farmacologia aplicada. Urgência e Emergência. Atendimento Pré-Hospitalar. Saúde da Mulher. Pré-natal. Puerpério. Planejamento familiar. Saúde da Criança. Crescimento e desenvolvimento. Aleitamento materno. Saúde do Adolescente. Saúde do Homem. Saúde do Idoso. Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Tuberculose. Hanseníase. IST. Hepatites Virais. Arboviroses. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Sanitária. Educação em Saúde. Humanização. Segurança do Paciente. Registros em prontuário. Indicadores de saúde.

ENGENHEIRO CIVIL
Planejamento, execução e fiscalização de obras públicas. Projetos arquitetônicos,
estruturais, hidrossanitários e de drenagem. Materiais de construção. Tecnologia do concreto. Mecânica dos solos. Fundações. Estruturas de concreto armado. Estruturas metálicas. Topografia. Orçamento de obras. Cronograma físico-financeiro. Medição de obras. Patologia das construções. Manutenção predial. Acessibilidade (ABNT NBR 9050).
Código de Obras. Plano Diretor. Licenciamento de obras. Segurança na construção civil. Normas técnicas da ABNT. Legislação do CONFEA/CREA. Licitações e contratos de obras públicas.

FARMACÊUTICO
Assistência farmacêutica. Atenção farmacêutica. Assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Assistência farmacêutica na Atenção Primária. Farmacologia geral e clínica. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Interações medicamentosas. Reações adversas a medicamentos. Uso racional de medicamentos. Dispensação de medicamentos. Assistência ao paciente. Farmácia clínica. Farmácia hospitalar. Ciclo da assistência farmacêutica. Seleção de medicamentos. Programação. Aquisição. Armazenamento. Distribuição. Controle de estoque. Boas práticas de armazenamento. Boas práticas de dispensação. Controle especial de medicamentos. Portaria SVS/MS nº 344/1998. Medicamentos sujeitos a controle especial. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Controle de qualidade. Manipulação de medicamentos. Formas farmacêuticas. Cálculos farmacêuticos. Microbiologia. Parasitologia. Imunologia. Hematologia. Bioquímica clínica. Toxicologia. Biossegurança. Política Nacional de Medicamentos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Ética profissional. Legislação farmacêutica. Sistema Único de Saúde (SUS).

FISIOTERAPEUTA – EMULTI
Acupuntura. Anatomia do aparelho locomotor. Anatomia palpatória. Assistência ao paciente com câncer. Atendimento em serviços de saúde. Avaliação cinético-funcional. Biofísica. Biologia celular. Bioquímica. Cinesiologia e biomecânica. Cinesioterapia. Citologia. Direitos e deveres do paciente. Educação em saúde no contexto do SUS. Estratégia Saúde da Família. Fisiologia. Fisioterapia aquática. Fisioterapia cardiovascular. Fisioterapia em dor e reumatologia. Fisioterapia em ortopedia e traumatologia. Fisioterapia esportiva. Fisioterapia na saúde da criança. Fisioterapia na saúde do idoso. Fisioterapia neurofuncional. Fisioterapia respiratória. Fisioterapia aplicada à Atenção Primária. Núcleo/Equipe Multiprofissional (EMULTI/NASF). Órteses e próteses. Patologia. Primeiros socorros. Psicomotricidade. Recursos terapêuticos manuais. Saúde da criança, do adolescente, da mulher, do trabalhador e do idoso. Sistemas de informação em saúde.

FONOAUDIÓLOGO – EMULTI
Sistema Único de Saúde. Atenção Primária. EMULTI. Linguagem oral e escrita. Fonética e
fonologia. Motricidade orofacial. Audiologia. Voz. Fluência. Disfagia. Comunicação alternativa. Desenvolvimento da linguagem. Transtornos da comunicação. Avaliação fonoaudiológica. Reabilitação fonoaudiológica. Trabalho multiprofissional. Promoção da saúde. Educação em saúde. Ética profissional.

FONOAUDIÓLOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO
Desenvolvimento da linguagem. Aquisição da leitura e escrita. Transtornos de aprendizagem. Motricidade orofacial. Voz profissional. Linguagem infantil. Audiologia educacional. Inclusão escolar. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Avaliação fonoaudiológica. Intervenção em ambiente escolar. Orientação a professores. Orientação familiar. Trabalho interdisciplinar. Ética profissional.

MÉDICO CLÍNICO GERAL
Sistema Único de Saúde. Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família. Clínica Médica. Medicina preventiva. Medicina baseada em evidências. Semiologia médica. Propedêutica clínica. Urgências e emergências. Hipertensão arterial. Diabetes mellitus.
Doenças cardiovasculares. Doenças respiratórias. Doenças infectocontagiosas. Arboviroses. Tuberculose. Hanseníase. Hepatites virais. IST. Saúde da Mulher. Saúde da Criança. Saúde do Adolescente. Saúde do Homem. Saúde do Idoso. Cuidados paliativos.
Vigilância Epidemiológica. Imunização. Ética Médica. Código de Ética Médica.

MÉDICO UBS
Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, organização, gestão e financiamento. Lei Federal nº 8.080/1990. Lei Federal nº 8.142/1990. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Estratégia Saúde da Família (ESF). Redes de Atenção à Saúde (RAS). Territorialização, adscrição de clientela e planejamento local em saúde. Vigilância em Saúde: epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador. Promoção da saúde e prevenção de doenças. Educação em saúde. Clínica Médica aplicada à Atenção Primária. Semiologia e propedêutica médica. Medicina baseada em evidências. Raciocínio clínico e elaboração de hipóteses diagnósticas. Interpretação de exames laboratoriais e de imagem mais frequentes na Atenção Primária. Prescrição racional de medicamentos. Uso racional de antimicrobianos. Assistência farmacêutica no SUS. Hipertensão arterial sistêmica. Diabetes mellitus. Dislipidemias. Obesidade. Doenças cardiovasculares. Doenças respiratórias agudas e crônicas. Asma. Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Tuberculose. Hanseníase. Arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya). COVID-19 e outras doenças respiratórias. Hepatites virais. Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). HIV/AIDS. Saúde da mulher. Pré-natal de baixo risco. Puerpério. Planejamento reprodutivo. Rastreamento dos cânceres de mama e colo do útero. Saúde da criança. Crescimento e desenvolvimento. Puericultura. Imunização. Saúde do adolescente. Saúde do homem. Saúde da pessoa idosa. Cuidados paliativos na Atenção Primária. Saúde mental na Atenção Primária. Transtornos depressivos e ansiosos. Transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Atendimento domiciliar. Projeto Terapêutico Singular (PTS). Trabalho em equipe multiprofissional. Encaminhamento e contrarreferência na Rede de Atenção à Saúde. Urgências e emergências na Atenção Primária. Suporte Básico de Vida (SBV). Notificação compulsória de doenças e agravos. Biossegurança. Segurança do paciente. Ética Médica. Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.336/2023 e alterações posteriores). Registro em prontuário físico e eletrônico (PEC e-SUS APS). Protocolos e linhas de cuidado do Ministério da Saúde aplicáveis à Atenção Primária.

MÉDICO VETERINÁRIO
Saúde Pública Veterinária. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Zoonoses.
Inspeção de produtos de origem animal. Defesa sanitária animal. Bem-estar animal. Clínica médica veterinária. Cirurgia veterinária (noções). Reprodução animal. Nutrição animal. Patologia veterinária. Parasitologia. Microbiologia. Imunologia. Doenças infectocontagiosas dos animais. Controle populacional de cães e gatos. Programas de vacinação animal. Biossegurança. Legislação do CRMV. Inspeção em abatedouros e estabelecimentos de produtos de origem animal.

NEURO PSICOPEDAGOGO CLÍNICO E INSTITUCIONAL – EDUCAÇÃO
Neuropsicopedagogia: fundamentos, conceitos e campo de atuação. Bases neurobiológicas da aprendizagem. Desenvolvimento neuropsicomotor. Desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento da linguagem. Desenvolvimento emocional. Funções executivas. Memória. Atenção. Percepção. Neurociência aplicada à educação. Dificuldades de aprendizagem. Transtornos específicos da aprendizagem.
Dislexia. Disgrafia. Discalculia. TDAH. Transtorno do Espectro Autista. Deficiência Intelectual. Avaliação neuropsicopedagógica. Intervenção neuropsicopedagógica. Inclusão escolar. Educação EspeciaAtendimento Educacional Especializado. Psicopedagogia institucional. Psicopedagogia clínica. Desenvolvimento infantil. Processos de alfabetização. Relação escola-família. Trabalho interdisciplinar. Ética profissional.

NUTRICIONISTA – EDUCAÇÃO
Políticas públicas de alimentação e nutrição. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Lei nº 11.947/2009. Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aplicáveis ao PNAE. Marco Legal da Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Direito Humano à Alimentação Adequada. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Alimentação saudável no ambiente escolar. Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Planejamento de cardápios escolares. Necessidades nutricionais por faixa etária. Avaliação do estado nutricional de crianças e adolescentes. Antropometria. Alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais. Dietas especiais. Alergias e intolerâncias alimentares. Boas Práticas de Manipulação de Alimentos. Higiene dos alimentos. Controle higiênico-sanitário. Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA). Manual de Boas Práticas. Procedimentos Operacionais Padronizados (POP). Controle de qualidade dos alimentos. Armazenamento, transporte e conservação de alimentos. Planejamento e supervisão de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). Compras públicas de gêneros alimentícios. Agricultura Familiar no PNAE. Elaboração de fichas técnicas de preparo. Controle de desperdícios. Educação nutricional para alunos, professores e famílias. Promoção da saúde no ambiente escolar. Vigilância Alimentar e Nutricional. Ética profissional. Código de Ética do Nutricionista. Legislação do Conselho Federal de Nutricionistas.

PROCURADOR JURÍDICO – CÂMARA MUNICIPAL
LÍNGUA PORTUGUESA Leitura, compreensão e interpretação de textos. Estruturação do texto e dos parágrafos. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais. Significação contextual de palavras e expressões. Equivalência e transformação de estruturas. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Emprego de tempos e modos verbais. Pontuação. Estrutura e formação de palavras. Funções das classes de palavras. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. **DIREITO CONSTITUCIONAL**: Formação da Constituição e Poder Constituinte. Constituição: conceito, concepções, classificação e elementos. Normas constitucionais: conceito, forma, conteúdo, finalidade, estrutura lógica, classificações, eficácia e aplicabilidade. Hermenêutica constitucional: especificidades, elementos de interpretação, princípios metódicos. Controle de constitucionalidade: a supremacia da Constituição; vício e sanção de inconstitucionalidade; origens e evolução histórica do controle; modalidades de controle; efeitos subjetivos e temporais da declaração de inconstitucionalidade e de constitucionalidade. As ações do controle concentrado no

ordenamento brasileiro (Leis nº 9.868/1999 e 9.882/1999). Modificação formal da Constituição: poder reformador e suas limitações. Emendas à Constituição. Modificação informal da Constituição: mutações constitucionais. Princípios constitucionais: conceito, natureza jurídica, aplicação e funções. Princípios constitucionais fundamentais: preâmbulo da Constituição; república, federação, estado democrático de direito e separação de poderes. Objetivos e fundamentos do Estado Brasileiro. Princípios reitores das relações internacionais do País. Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, funções, titularidade e destinatários. Colisão de direitos fundamentais. Princípios e regras na aplicação dos direitos fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: desobediência civil, direito de resistência, direito de petição e direito à informação. Direitos sociais. Direitos de nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos. Hierarquia, incorporação e impacto dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no direito brasileiro. Organização política do Estado: a) Estado Federal: conceito, formação, evolução e características; b) Federação brasileira: componentes, repartição de competências e intervenções federal e estadual. União: natureza jurídica, competências e bens. Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Constituição Estadual e seus elementos. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites; Lei Orgânica e seus elementos; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Distrito Federal e Territórios. Organização administrativa do Estado: a) Administração Pública: noção, princípios, normas e organização; b) servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional. Organização funcional do Estado: a) princípio da separação dos poderes: essência, evolução e significado na atualidade; b) controles interorgânicos e compartilhamento funcional, funções típicas e atípicas de cada poder. Poder Legislativo: a) funções, organização e funcionamento; b) espécies normativas; c) processo legislativo; d) estatuto dos congressistas; e) Tribunais de Contas. Poder Executivo: a) sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo e suas características; b) Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições; c) Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Poder Judiciário: a) funções, organização, competências e funcionamento; b) estatuto da magistratura e seus princípios informativos; c) garantias institucionais da função judicial; d) precatórios; e) jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça; f) súmula vinculante (Lei nº 11.417/2006); g) Conselho Nacional de Justiça; h) princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos e *interna corporis*. Funções essenciais à Justiça: a) Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia: regime jurídico; b) Advocacia Pública: enquadramento constitucional, função de controle dos atos jurídicos públicos, função de postulação do interesse público e garantias institucionais e funcionais. Defesa do Estado e das instituições democráticas: a) estado de defesa; b) estado de sítio; c) Forças Armadas; d) segurança pública. Sistema tributário nacional: a) princípios constitucionais tributários; b) limitações constitucionais ao poder de tributar; d) repartição de competências e receitas tributárias. Finanças públicas: a) normas gerais; b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária. Ordem econômica e financeira: a) princípios gerais da atividade econômica; b) atuação do Estado no domínio econômico; c) política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico; d) política agrícola fundiária e reforma agrária; e) sistema financeiro nacional. Ordem social: a) fundamento e objetivos; b) seguridade social; c) educação, cultura e desporto; d) comunicação social; e) meio ambiente; f) família, criança, adolescente e idoso; g) índios. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Princípios, fontes e interpretação. Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018). Atividade e estrutura administrativa. Organização administrativa brasileira. Terceiro setor. Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder, vinculação e discricionariedade. Poder hierárquico. Poder disciplinar e processo administrativo disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia. Atos administrativos: conceito, atributos, classificação, espécies, extinção. Licitações e contratos. Lei nº 14.133/2021. Serviços públicos. Serviços delegados, convênios e consórcios. Agências Reguladoras. Lei nº 13.848/2019. Parcerias público-privadas. Agentes públicos: espécies, regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades. Teto remuneratório. Domínio público: afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição e alienação, utilização dos bens públicos pelos particulares. Intervenção estatal na propriedade: desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação, tombamento. Intervenção estatal no domínio econômico: repressão ao abuso do poder econômico. Controle da Administração Pública: controle administrativo, controle legislativo, controle externo a cargo do Tribunal de Contas, controle judiciário. A Administração em juízo. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016): a introdução normativa de técnicas de compliance na gestão pública brasileira. Improbidade administrativa: Lei 8.429/92, com alterações da Lei nº 14.230/21. Lei de Abuso de Autoridade: Lei nº 13.869/2019. Responsabilidade civil do Estado: previsão, elementos, excludentes, direito de regresso. A prescrição no direito administrativo. Aplicabilidade das leis de processo administrativo: direito de petição, recursos administrativos, pareceres. Lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Fontes do Direito Tributário. Constituição da República. Lei Complementar. Lei Ordinária. Tratados e Convenções internacionais. Decretos. Atos normativos administrativos. Decisões normativas. Práticas reiteradas. Convênios. Princípios tributários. Princípio da legalidade tributária. Princípio da anterioridade tributária (anual e nonagesimal). Princípio do *non olet*. Princípio da capacidade contributiva. Princípio da isonomia. Princípio da seletividade. Princípio da irretroatividade tributária. Princípio da vedação ao confisco. Princípio da não limitação ao tráfego de pessoas e bens e a ressalva do pedágio. Limitações ao poder de tributar. Vigência, aplicação, interpretação e integração da lei tributária. Tributo (definição e classificação). Impostos. Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições especiais. Empréstimos Compulsórios. Competência Tributária. Benefícios fiscais. Imunidade. Imunidade geral e recíproca. Imunidade dos templos religiosos. Imunidade não autoaplicável de partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e beneficentes de assistência social sem fins lucrativos. Imunidade de imprensa. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas. Isenção. Anistia. Remissão. Outros benefícios fiscais. Distribuição das Receitas Tributárias. Responsabilidade Tributária. Responsabilidade e solidariedade. Responsabilidade dos sucessores. Responsabilidade de terceiros. Substituição Tributária. Responsabilidade por infrações. Denúncia espontânea. Multas tributárias. Obrigação Tributária. Fato Gerador e hipótese de incidência. Sujeição ativa e passiva. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Crédito Tributário. Constituição do crédito tributário (lançamento). Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Exclusão do crédito tributário. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Protesto de CDA. Processo Administrativo Tributário. Estrutura do processo administrativo tributário. Contencioso administrativo. Processo de Consulta. Processo Judicial Tributário. Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Ação anulatória de débito fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Ação de Execução Fiscal. Embargos à execução fiscal. Exceção de Pré-Executividade. Defesas em Medida Cautelar Fiscal. Recursos. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**: Teoria geral do processo. Normas processuais civis. Direitos processuais fundamentais. Disposições finais e transitórias do CPC/2015. Política de tratamento adequado de conflitos jurídicos. Negociação, mediação, conciliação. Equivalentes jurisdicionais. Arbitragem. Teoria dos fatos jurídicos processuais. Função jurisdicional. Cooperação internacional e nacional. Jurisdição, Ação e Processo. Teoria da Ação. Pressupostos Processuais. Divisão da Jurisdição e Competência. Teoria e direito da ação. Pressupostos processuais. Competência. Sujeitos do processo. Deveres e responsabilidade por dano processual. Despesas processuais e honorários advocatícios. Gratuidade de justiça. Partes. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenções anômalas. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. *Amicus Curiae*. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição. Auxiliares da justiça. Funções Essenciais à Justiça. Atos processuais. Processo eletrônico. Negócios Processuais. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Comunicações. Citação. Cartas. Intimações. Nulidades. Preclusão e perempção. Cognição. Tutela Provisória. Tutela provisória contra a Fazenda Pública. Formação, suspensão do processo e extinção do processo. Alienação da coisa ou do direito litigioso. Modelos de organização processual. Processo e procedimento. Procedimento comum e especiais. Petição inicial. Requisitos. Pedido. Valor da causa. Improcedência liminar. Ampliação, redução e alteração da demanda. Audiência de conciliação ou de mediação. Teoria da exceção. Respostas do réu. Providências preliminares. Revelia.

Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Fatos supervenientes. Alegações do réu. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito, total e parcial. Saneamento e organização do processo. Provas. Teoria geral do direito probatório. Provas em espécie. Decisão judicial. Precedentes judiciais. Coisa julgada. Ordem dos processos nos Tribunais. Remessa necessária. Teoria geral dos recursos e recursos em espécie. Ações de competência originária dos Tribunais. Ação rescisória. Ação de nulidade/inexistência da sentença. Reclamação. Incidentes de competência originária dos Tribunais. Microssistema de julgamento de casos repetitivos. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Incidente de suspensão de eficácia de decisão judicial. Execução. Teoria geral da execução. Tutela jurisdicional executiva. Demanda executiva. Liquidação. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Fraudes na execução. Diversas espécies de execução. Defesas na execução. Penhora, depósito e avaliação. Expropriação e satisfação. Suspensão e extinção da execução. Procedimentos especiais do CPC. Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais em legislação extravagante. Juizados Especiais, Cíveis, Federais e da Fazenda Pública. Processo coletivo. Microssistema processual coletivo. Situações jurídicas coletivas. Normas fundamentais. Aspectos procedimentais específicos. Processo estrutural. Coisa julgada. Liquidação e execução. Processo coletivo passivo. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. **DIREITO CIVIL:** Pessoa natural e Direitos da personalidade. Pessoa jurídica. Domicílio. Bens. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. Atos Ilícitos. Prescrição e Decadência. Prova. Teoria Geral das Obrigações. Atos Unilaterais. Teoria do Contrato. Contratos em espécie. Teoria da Responsabilidade civil. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. Posse. Direitos. Reais. Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro: Decreto-Lei nº 4.657/42 e suas alterações pela Lei nº 13.655/2018 somados às suas disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. **DIREITO PENAL:** Princípios básicos. Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo. Tempo do crime. Conflito de leis penais no tempo. Lei penal no espaço. Lugar do crime. Territorialidade. Extraterritorialidade. Tipicidade. Crime doloso e crime culposo. Erro de tipo. Crime consumado e tentado. Crime impossível. Punibilidade e causas de extinção. Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude. Excesso punível. Culpabilidade. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Crimes. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Lei de drogas. Prisão e liberdade provisória. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. O *habeas corpus* e seu processo. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal. Lei de improbidade.
DIREITO FINANCEIRO : Finanças públicas na Constituição Federal de 1988. Competência legislativa: normas gerais e **específicas**. Lei n°4.320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00) Orçamento. Conceito e espécies. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública. Conceito e classificação. Princípio da legalidade. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Receita pública. Conceito. Ingressos e receitas. Classificação: receitas originárias e receitas derivadas. Ordem constitucional econômica: princípios gerais da atividade econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Liberalismo e intervencionismo. Modalidades de intervenção no direito positivo brasileiro. **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO** Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos, classificações, espécies, duração, alteração, suspensão e interrupção. Salário. Remuneração. Equiparação salarial. Estabilidade. Indenização. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Reintegração e readmissão. Férias. Aviso prévio. 13° salário. Salário mínimo. Jornada de trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Rescisão: justas causas. Despedida indireta. Inquérito para apuração de faltas. Representação sindical. Convenções e acordos coletivos de trabalho. O direito de greve e suas implicações no serviço público. Terceirização na Administração Pública. Organização da Justiça do Trabalho. Graus de jurisdição. Processo judiciário do Trabalho: disposições preliminares, processo em geral. Dissídios individuais. Recursos na Justiça do Trabalho. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. **DIREITO PREVIDENCIÁRIO** Direito da Seguridade Social no Brasil: conceito, evolução, posição enciclopédica, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de seguridade social. Distinção entre assistência social, saúde e previdência social. Competências privativa, comum e concorrente para legislar sobre seguridade social. Custeio da seguridade social: fontes de custeio, natureza jurídica da contribuição à seguridade social. Previdência Social: conceito, evolução histórica, riscos, formas de proteção, fontes e princípios. Regime Geral de Previdência Social: Beneficiários. Salário de contribuição. Salário de benefício. Contribuições. Acidente do Trabalho. Moléstias ocupacionais. Benefícios e serviços. Regime de previdência dos funcionários públicos. Lei nº 9.717/1998.

PROFESSOR DE ARTE
Ensino da Arte na Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Linguagens artísticas: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. História da Arte brasileira e mundial. Arte contemporânea. Patrimônio artístico e cultural. Cultura popular brasileira e nordestina. Elementos da linguagem visual. Leitura e produção de imagens. Processos criativos. Educação estética. Interdisciplinaridade no ensino da Arte. Metodologias do ensino da Arte. Avaliação da aprendizagem. Projetos culturais escolares. Tecnologias aplicadas ao ensino da Arte. Inclusão e diversidade cultural. LDB. Ética profissional.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS
Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino de Ciências da Natureza. Metodologias investigativas. Educação científica. Vida e evolução. Corpo humano e saúde. Ecologia. Biodiversidade. Sustentabilidade. Educação ambiental. Seres vivos. Genética básica. Citologia. Microbiologia. Zoologia. Botânica. Química básica. Física básica. Energia. Matéria e suas transformações. Universo, Terra e Sistema Solar. Experimentação científica. Laboratório de Ciências. Avaliação da aprendizagem. LDB. Educação inclusiva. Ética profissional.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Decreto nº 7.611/2011. Deficiência física, intelectual, auditiva e visual. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Altas habilidades/superdotação. Adaptação curricular. Plano Educacional Individualizado (PEI). Tecnologias assistivas. Comunicação alternativa. Libras (noções). Sistema Braille (noções). Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Avaliação inclusiva. Trabalho colaborativo entre escola, família e serviços especializados. BNCC. LDB. Ética profissional.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Cultura corporal do movimento. Jogos. Brincadeiras. Esportes. Ginásticas. Danças. Lutas. Práticas corporais de aventura. Desenvolvimento motor. Crescimento e desenvolvimento humano. Fisiologia do exercício. Anatomia aplicada. Educação Física escolar. Inclusão nas aulas de Educação Física. Primeiros socorros. Recreação e lazer. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Promoção da saúde. Atividade física e qualidade de vida. Organização de eventos esportivos escolares. LDB. Ética profissional.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA
Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Geografia. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Diretrizes Curriculares Nacionais. Formação do espaço geográfico. Cartografia: orientação, localização, coordenadas geográficas, escalas, projeções cartográficas, leitura e interpretação de mapas, gráficos e tabelas. Geografia física: relevo, clima, vegetação, hidrografia, solos e biomas brasileiros. Geografia humana: população, urbanização, industrialização, agricultura, pecuária, globalização, migrações, redes e transportes. Geopolítica mundial. Organização do

espaço brasileiro e regional. Questões ambientais, sustentabilidade e mudanças climáticas. Educação ambiental. Geografia do Rio Grande do Norte. Planejamento, metodologias e avaliação da aprendizagem. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino da Geografia. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE HISTÓRIA
Fundamentos do ensino de História. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). História Geral: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. História do Brasil: período pré-colonial, colonial, Império, República, Era Vargas, Ditadura Militar e Nova República. História da África e cultura afro-brasileira. História dos povos indígenas. História do Rio Grande do Norte. Patrimônio histórico e cultural. Cidadania, democracia e direitos humanos. Fontes históricas. Memória e identidade. Metodologias do ensino de História. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino. Lei nº 10.639/2003. Lei nº 11.645/2008. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA
Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensino da Língua Inglesa na Educação Básica. Abordagens e metodologias de ensino de língua estrangeira. Leitura, interpretação e produção de textos em língua inglesa. Compreensão oral e escrita. Vocabulário. Morfologia. Sintaxe. Tempos verbais. Modal verbs. Passive voice. Reported speech. Conditionals. Pronouns. Prepositions. Conjunctions. Articles. Adjectives e adverbs. Phrasal verbs. Reading strategies. Gêneros textuais. Aspectos culturais dos países de língua inglesa. Avaliação da aprendizagem. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino de idiomas. LDB.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Leitura, interpretação e produção de textos. Gêneros textuais. Linguística e linguagem. Variação linguística. Oralidade. Análise linguística. Fonética e fonologia. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Morfologia. Classes gramaticais. Formação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Pontuação. Semântica. Figuras de linguagem. Coesão e coerência textual. Literatura brasileira. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Tecnologias aplicadas ao ensino da Língua Portuguesa. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE MATEMÁTICA
Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Fundamentos do ensino da Matemática. Números e operações. Álgebra. Funções. Equações e inequações. Razão, proporção e porcentagem. Regra de três. Matemática financeira. Geometria plana e espacial. Grandezas e medidas. Estatística. Probabilidade. Análise de gráficos e tabelas. Raciocínio lógico. Resolução de problemas. Educação financeira. Tecnologias digitais aplicadas ao ensino da Matemática. Metodologias ativas. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

PROFESSOR DE MÚSICA
Fundamentos da educação musical. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). História da música brasileira e universal. Elementos da linguagem musical: melodia, harmonia, ritmo, timbre, intensidade, altura, duração e forma. Percepção e apreciação musical. Leitura e escrita musical. Teoria musical. Prática vocal e instrumental. Canto coral. Arranjos musicais. Música popular e erudita. Cultura popular e folclore brasileiro. Metodologias do ensino de Música na Educação Básica. Planejamento e avaliação da aprendizagem. Projetos musicais escolares. Tecnologias aplicadas ao ensino da Música. Inclusão no ensino da Música. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ética profissional.

PROFESSOR DE TECNOLOGIAS DIGITAIS
Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Cultura Digital. Pensamento computacional. Letramento digital. Computação básica. Sistemas operacionais. Editores de texto, planilhas eletrônicas e apresentações. Internet, serviços em nuvem e ferramentas colaborativas. Plataformas educacionais. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Metodologias ativas apoiadas por tecnologias. Recursos educacionais digitais. Programação básica e lógica computacional. Robótica educacional. Inteligência Artificial aplicada à educação. Segurança da informação. Cidadania digital. Proteção de dados pessoais (LGPD). Combate à desinformação. Planejamento e avaliação da aprendizagem mediada por tecnologias. Ética no uso das tecnologias.

PROFESSOR POLIVALENTE
Fundamentos da Educação. Desenvolvimento infantil. Psicologia da aprendizagem. Alfabetização e letramento. Alfabetização matemática. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Currículo da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento escolar. Projeto Político-Pedagógico (PPP). Avaliação da aprendizagem. Recomposição das aprendizagens. Educação inclusiva. Atendimento à diversidade. Metodologias ativas. Ludicidade. Literatura infantil. Educação ambiental. Educação para as relações étnico-raciais. Tecnologias educacionais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Plano Nacional de Educação (PNE). Ética profissional.

PSICÓLOGO
Abordagem psicanalítica do tratamento individual e grupal. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Sistema de avaliação dos testes psicológicos. Psicodiagnóstico. Entrevistas psicológicas. Testes psicológicos. Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento humano. Grupo social e familiar. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Psicologia da Saúde. Psicologia Hospitalar. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicopatologia geral. Saúde mental. Transtornos mentais. Transtornos de personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos do humor. Esquizofrenia. Autismo. Deficiência intelectual. Dependência química. Psicoterapia individual. Psicoterapia de grupo. Grupos operativos. Psicodinâmica. Métodos de pesquisa em Psicologia. Código de Ética Profissional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendimento à família. Trabalho em equipe multiprofissional. Políticas públicas de saúde mental.

PSICÓLOGO – EDUCAÇÃO
Abordagem psicanalítica do tratamento individual e grupal. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Sistema de avaliação dos testes psicológicos. Psicodiagnóstico. Entrevistas psicológicas. Testes psicológicos. Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento humano. Grupo social e familiar. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Psicologia da Saúde. Psicologia Hospitalar. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicopatologia geral. Saúde mental. Transtornos mentais. Transtornos de personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos do humor. Esquizofrenia. Autismo. Deficiência intelectual. Dependência química. Psicoterapia individual. Psicoterapia de grupo. Grupos operativos. Psicodinâmica. Métodos de pesquisa em Psicologia. Código de Ética Profissional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendimento à família. Trabalho em equipe multiprofissional. Políticas públicas de saúde mental. Psicologia Educacional. Psicologia Escolar. Processos de ensino e aprendizagem. Desenvolvimento infantil. Desenvolvimento do adolescente. Dificuldades de aprendizagem. Avaliação psicopedagógica. Inclusão escolar. Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Relação professor-aluno. Relação escola-família. Bullying. Violência escolar.

Competências socioemocionais. Intervenção institucional. Trabalho interdisciplinar. O papel do psicólogo na escola. Orientação educacional. Políticas públicas de educação.

PSICÓLOGO – EMULTI
Abordagem psicanalítica do tratamento individual e grupal. Aconselhamento psicológico. Avaliação psicológica. Sistema de avaliação dos testes psicológicos. Psicodiagnóstico. Entrevistas psicológicas. Testes psicológicos. Psicologia do desenvolvimento. Desenvolvimento humano. Grupo social e familiar. Psicologia Social. Psicologia Escolar. Psicologia da Saúde. Psicologia Hospitalar. Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicopatologia geral. Saúde mental. Transtornos mentais. Transtornos de personalidade. Transtornos de ansiedade. Transtornos do humor. Esquizofrenia. Autismo. Deficiência intelectual. Dependência química. Psicoterapia individual. Psicoterapia de grupo. Grupos operativos. Psicodinâmica. Métodos de pesquisa em Psicologia. Código de Ética Profissional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Atendimento à família. Trabalho em equipe multiprofissional. Políticas públicas de saúde mental. Sistema Único de Saúde. Atenção Primária. Estratégia Saúde da Família. EMULTI. Apoio matricial. Clínica ampliada. Projeto Terapêutico Singular. Saúde Mental. Rede de Atenção Psicossocial. Humanização. Educação em Saúde. Trabalho multiprofissional. Atendimento domiciliar. Reabilitação psicossocial. Matriciamento em saúde mental. Vigilância em Saúde.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EDUCAÇÃO
Anatomia aplicada à Terapia Ocupacional. Cinesiologia. Biomecânica. Desenvolvimento infantil. Desenvolvimento do adolescente. Desenvolvimento do adulto e do idoso. Processos de aprendizagem. Terapia Ocupacional em ambiente escolar. Inclusão escolar. Educação Especial. Tecnologia assistiva. Adaptação curricular. Atividades de Vida Diária. Atividades Instrumentais de Vida Diária. Psicomotricidade. Integração sensorial. Avaliação terapêutica ocupacional. Recursos terapêuticos. Trabalho interdisciplinar. Ética profissional.

TERAPEUTA OCUPACIONAL – EMULTI
Anatomia aplicada à Terapia Ocupacional. Aparelho locomotor. Atenção em Saúde. Biologia celular. Cinesiologia. Biomecânica. Cinesioterapia. Clínica em Terapia Ocupacional. Saúde da criança. Saúde do adolescente. Saúde do adulto. Saúde do idoso. Atividades de Vida Diária. Atividades Instrumentais de Vida Diária. Estudo do brincar. Estudo do lazer. Estudo do trabalho. Neuroanatomia. Neurologia. Patologia. Psicopatologia. Tecnologia assistiva. Órteses. Avaliação funcional. Intervenção terapêutica ocupacional. Processos de inclusão social. Trabalho multiprofissional. Sistema Único de Saúde. Atenção Primária. Estratégia Saúde da Família. EMULTI. Ética profissional.

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS
Sistema Tributário Nacional. Constituição Federal: Sistema Tributário. Código Tributário Nacional. Código Tributário Municipal. Tributos municipais: IPTU, ISS, ITBI, taxas e contribuição de melhoria. Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamento tributário. Isenção, imunidade e anistia. Decadência e prescrição tributária. Processo administrativo tributário. Fiscalização tributária. Poder de polícia administrativa. Autos de infração. Notificação fiscal. Dívida ativa. Certidão de Dívida Ativa. Execução Fiscal. Cadastro mobiliário e imobiliário. Arrecadação municipal. Auditoria fiscal. Documentação fiscal. Contabilidade básica aplicada à fiscalização. Noções de Direito Administrativo. Administração Pública. Ética no serviço público. Atendimento ao contribuinte. Informática aplicada à fiscalização.
AGENTE DE TRÂNSITO
Código de Trânsito Brasileiro. Sistema Nacional de Trânsito. Sinalização de trânsito. Engenharia de tráfego. Educação para o trânsito. Fiscalização de trânsito. Infrações de trânsito. Penalidades e medidas administrativas. Processo administrativo de trânsito. Segurança viária. Acidentes de trânsito. Primeiros socorros. Mobilidade urbana. Transporte coletivo. Circulação de veículos. Pedestres. Ciclistas. Legislação complementar de trânsito. Ética profissional. Atendimento ao público.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Administração Pública. Organização administrativa. Atendimento ao público. Comunicação oficial. Redação oficial. Arquivologia. Gestão documental. Protocolo. Correspondências oficiais. Noções de Administração. Planejamento administrativo. Organização e controle. Gestão de pessoas. Licitações e contratos (noções). Processo administrativo. Ética no serviço público. Informática. Microsoft Word. Microsoft Excel. Internet. Correio eletrônico. Sistemas informatizados. Relações interpessoais. Trabalho em equipe. Atendimento telefônico. Gestão de documentos. Noções de administração financeira.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – CÂMARA MUNICIPAL
Administração Pública. Organização do Poder Legislativo Municipal. Processo Legislativo. Regimento Interno da Câmara. Lei Orgânica Municipal. Redação Oficial. Arquivologia. Atendimento ao público. Gestão documental. Comunicação oficial. Processo administrativo. Licitações e contratos. Protocolo. Informática. Word. Excel. Internet. Ética no serviço público.

ASSISTENTE LEGISLATIVO
Organização dos Poderes. Poder Legislativo Municipal. Processo Legislativo. Lei Orgânica Municipal. Regimento Interno da Câmara Municipal. Elaboração e tramitação de proposições legislativas. Redação oficial. Correspondência oficial. Arquivologia. Gestão documental. Protocolo. Atendimento ao público. Administração pública. Princípios constitucionais da Administração Pública. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Noções de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021). Informática: Windows, Microsoft Word, Excel, PowerPoint, internet, correio eletrônico e sistemas informatizados de gestão legislativa. Ética profissional.

AUXILIAR DE FARMÁCIA BÁSICA
Organização da farmácia. Assistência farmacêutica. Dispensação de medicamentos. Armazenamento de medicamentos. Controle de estoque. Conservação de medicamentos. Medicamentos sujeitos a controle especial. Receituário. Noções de farmacologia. Formas farmacêuticas. Medicamentos genéricos. Biossegurança. Atendimento ao usuário. Sistema Único de Saúde. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. Ética profissional. Boas práticas de armazenamento. Boas práticas de dispensação.

FISCAL DE OBRAS
Noções de Engenharia Civil. Materiais de construção. Técnicas construtivas. Leitura e interpretação de projetos arquitetônicos. Leitura e interpretação de projetos estruturais. Topografia básica. Desenho técnico. Código de Obras. Plano Diretor. Uso e ocupação do solo. Parcelamento do solo urbano. Licenciamento de obras. Alvarás de construção. Habite-se. Acessibilidade. Normas da ABNT aplicáveis às edificações. Fiscalização de obras públicas e particulares. Infrações administrativas. Autos de infração. Embargos de obras. Ética no serviço público. Atendimento ao público.
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Sistema Único de Saúde (SUS). Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Ambiental. Código Sanitário. Boas práticas sanitárias. Controle sanitário de alimentos. Controle sanitário de medicamentos. Controle sanitário de cosméticos. Controle sanitário de saneantes. Inspeção sanitária. Manipulação de alimentos. Doenças transmitidas por alimentos. Controle de vetores. Saúde ambiental. Água para consumo humano. Resíduos de serviços de saúde. Biossegurança. Infecções relacionadas à assistência à saúde. Legislação sanitária. Poder de polícia administrativa. Autos de infração. Processo administrativo sanitário. Ética profissional.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Sistema Único de Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Processo de trabalho da equipe de enfermagem. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Lei do Exercício Profissional. Biossegurança. Segurança do paciente. Precauções padrão. Lavagem das mãos. Esterilização. Desinfecção. Administração de medicamentos. Cálculo de medicamentos. Curativos. Sinais vitais. Oxigenoterapia. Coleta de material para exames. Imunização. Rede de Frio. Saúde da Mulher. Pré-natal. Puericultura. Saúde da Criança. Saúde do Adolescente. Saúde do Homem. Saúde do Idoso. Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Tuberculose. Hanseníase. IST. Hepatites Virais. Arboviroses. Primeiros socorros. Urgência e Emergência. Atendimento domiciliar. Registros de enfermagem. Humanização da assistência.

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Política Nacional de Saúde Bucal. Sistema Único de Saúde. Estratégia Saúde da Família. Organização dos serviços de saúde bucal. Ética profissional. Código de Ética Odontológica. Anatomia dental. Anatomia da cavidade bucal. Ergonomia. Biossegurança. Controle de infecção. Esterilização. Instrumentais odontológicos. Materiais odontológicos. Manipulação de materiais. Radiologia odontológica (noções). Processamento radiográfico. Educação em saúde bucal. Promoção da saúde. Prevenção das doenças bucais. Cárie dentária. Doença periodontal. Aplicação tópica de flúor. Selantes. Controle de placa bacteriana. Organização do consultório odontológico. Atendimento ao paciente. Registro em prontuário. Trabalho em equipe multiprofissional.

ANEXO VI- CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	03/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	03/09/2026	04/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	03/09/2026	04/09/2026
4	**Período de inscrições**	**03/09/2026**	**05/10/2026**
5	Publicação do resultado de impugnação do edital	11/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	15/09/2026	
7	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	16/09/2026	17/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	30/09/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	05/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	06/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	13/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	20/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**29/11/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	30/11/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	01/12/2026	02/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta na área do candidato	22/12/2026	
19	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/12/2026	24/12/2026
20	Publicação do resultado definitivo das provas objetivas	18/01/2027	
21	Publicação do padrão de resposta preliminar da prova discursiva/peça processual na área do candidato	19/01/2027	
22	Interposição de recurso contra o padrão de resposta preliminar da prova discursiva/peça processual	20/01/2027	21/01/2027
23	Publicação do padrão de resposta definitivo da prova discursiva/peça processual na área do candidato	28/01/2027	
24	Publicação do resultado preliminar da prova discursiva/peça processual na área do candidato	17/02/2027	
25	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova discursiva/peça processual	18/02/2027	19/02/2027
26	Publicação do resultado definitivo da prova discursiva/peça processual	08/03/2027	
27	Edital de convocação para a prova de títulos	09/03/2027	
28	Período para envio da prova de títulos	10/03/2027	12/03/2027
29	Publicação do resultado preliminar da prova de títulos na área do candidato	24/03/2027	
30	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	25/03/2027	26/03/2027
31	Publicação do resultado definitivo da prova de títulos	08/04/2027	
32	Edital de convocação para Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação	09/04/2027	
33	Realização da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	17/04/2027	18/04/2027
34	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação na área do candidato	20/04/2027	
35	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	21/04/2027	22/04/2027
36	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	24/04/2027	
37	Resultado Final	30/04/2027	

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:8BA96832

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA – RN EDITAL Nº 02/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 88/2026, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de 03(três) vagas imediatas mais cadastro reserva para cargos Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias de nível médio de escolaridade com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, mediante as condições estabelecidas neste edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução do Concurso Público será da responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes.

Compete à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Concurso Público do processo e da realização do Concurso Público regido por este Edital.
O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas atualmente existentes nas Secretaria Municipal supracitada.
O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.cruzeta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.
As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.
O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes fases:

FASE	CARÁTER
PROVA OBJETIVA	ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA
CURSO DE FORMAÇÃO	ELIMINATÓRIA E CLASSIFICATÓRIA

As provas objetivas serão realizadas na cidade de Cruzeta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas à cidade de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.
São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:
Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;
Anexo II – Do formulário de requerimento de isenção de taxa de inscrição;
Anexo III – Do formulário para requerimento de vaga para pessoa candidato com deficiência;
Anexo IV- Do formulário de autodeclaração;
Anexo V- Dos conteúdos programáticos;
Anexo VI- Do cronograma de execução previsto.
As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.
Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".
Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.
Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.
Será permitida a realização de mais de uma inscrição neste Concurso Público, desde que para cargos distintos e cujas provas sejam aplicadas em turnos ou horários compatíveis, devendo o candidato efetuar inscrição e pagamento da respectiva taxa para cada cargo.
Na hipótese de incompatibilidade de horários, o candidato deverá optar por apenas uma das provas, não havendo direito à alteração de cargo, data ou turno, nem à devolução da taxa de inscrição.
O atendimento ao candidato, seja humano ou eletrônico, é meramente auxiliar, não eximindo o candidato do dever de conhecer o presente Edital e os demais atos oficiais do certame. Havendo divergência entre informações prestadas pelo atendimento e o disposto neste Edital, prevalecerá o Edital.

DO CARGO, DAS VAGAS E DA ÁREA DE ATUAÇÃO

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e à formação de cadastro de reserva para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeta/RN, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Emenda Constitucional nº 51/2006, da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e demais normas aplicáveis.
Para fins deste Edital, a área de atuação do cargo de Agente Comunitário de Saúde corresponderá à área territorial de abrangência do Município de Cruzeta/RN, compreendida pela rede municipal de Atenção Primária à Saúde, conforme organização administrativa e sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o porte populacional do Município, o caráter permanente, dinâmico e contínuo do processo de territorialização e a necessidade de manutenção ininterrupta da cobertura assistencial da população.
A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato lotação em unidade de saúde, equipe, bairro, localidade ou microárea específica, competindo à Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, definir a lotação do candidato aprovado, no momento da convocação/nomeação, de acordo com a necessidade do serviço público, a existência de vaga, a reorganização das áreas de cobertura, a substituição de servidores afastados ou desligados e o interesse público.
A definição da microárea, equipe de Saúde da Família ou unidade de referência será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde quando da convocação do candidato aprovado, mediante ato administrativo próprio e devidamente motivado, observada a legislação vigente, os critérios técnicos da Atenção Primária à Saúde e a necessidade de manutenção da cobertura assistencial da população.
Para posse e exercício no cargo de Agente Comunitário de Saúde, o candidato deverá comprovar que reside na área de atuação definida no item 2.2 deste Edital, desde a data de publicação deste instrumento, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350/2006, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos e requisitos exigidos para o cargo.
A eventual criação, extinção, unificação, desmembramento ou reorganização de microáreas pela Secretaria Municipal de Saúde não implicará alteração do cargo, do regime jurídico, da classificação geral do certame ou do direito subjetivo à nomeação, servindo apenas para fins de organização administrativa da prestação dos serviços de Atenção Primária à Saúde.
As convocações obedecerão à ordem de classificação, à existência de vaga e à necessidade da Administração Pública, inclusive para suprimento de vacâncias decorrentes de aposentadorias, exonerações, falecimentos, afastamentos definitivos ou outras hipóteses legais.
O quadro de microáreas constante do Anexo I deste Edital possui caráter meramente informativo e ilustrativo da territorialização vigente na data de publicação deste instrumento, não vinculando a lotação do candidato aprovado, não gerando direito subjetivo a lotação em microárea, bairro ou localidade específica, nem restringindo o requisito de residência previsto no item 2.5, que se refere à área de atuação definida no item 2.2.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das **14h00min de 03 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 05 de outubro de 2026**, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.
É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.
As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.
O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
MÉDIO	R$ 140,00 (cento e quarenta reais)

É responsabilidade do candidato examinar o edital completo antes de se inscrever, garantindo o cumprimento de todas as exigências. Ao se inscrever, o participante concorda com todas as regras do certame, sem possibilidade de alegar ignorância sobre as determinações.
A pessoa candidata deverá efetuar a inscrição seguindo as orientações abaixo:
Acessar a página eletrônica da organizadora (www.idib.org.br);
Selecionar o link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cruzeta;
Preencher a ficha cadastral com as informações solicitadas;
Efetuar o pagamento da taxa por meio do boleto bancário dentro do prazo limite de 24h.
Poderá ser solicitado o envio digital (upload) de documento de identidade oficial. O candidato responde integralmente pela exatidão e autenticidade de todas as informações fornecidas.
Finalizado o período estipulado, o formulário de cadastro ficará indisponível na página do IDIB.
A organização não responde por falhas de conexão, instabilidades na rede, congestionamento no sistema ou problemas no processamento e estorno da transação bancária.
Não se aceitará quitação por DOC, depósito direto, cheque ou agendamentos bancários. Apenas comprovantes definitivos de pagamento emitidos pelos canais autorizados têm validade.
O pagamento deve ocorrer até as 23h59 (horário de Brasília) do 1º dia útil após o encerramento do prazo de inscrição. Transações efetuadas fora desta data serão desconsideradas, invalidando a participação.
A inscrição só é confirmada (deferida) após a baixa bancária.
Dados pessoais só podem ser editados antes de pagar a taxa de inscrição.
Após a quitação, é proibido mudar a opção de cargo. Caso queira trocar, o candidato deverá iniciar um novo cadastro e pagar uma nova taxa.
O cancelamento a pedido do candidato ou o reembolso da taxa não são permitidos, exceto em hipótese de anulação oficial do certame por decisão administrativa.
Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.7, IV, acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.

DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

O boleto bancário referente à taxa de inscrição será disponibilizado para impressão imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de inscrição on-line, constituindo o boleto bancário o meio padrão de quitação da taxa correspondente.
O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do período de inscrições, conforme cronograma constante do Anexo VI deste edital, respeitada, em qualquer hipótese, a data de vencimento consignada no próprio boleto.
O boleto poderá ser pago em qualquer instituição bancária, por meio de internet banking, casas lotéricas, agências dos Correios ou demais canais autorizados aptos à liquidação do título, não estando a pessoa candidata restrita a instituição financeira eventualmente conveniada.
Havendo feriado ou fechamento de agências bancárias, casas lotéricas ou unidades dos Correios na localidade da pessoa candidata, esta deverá antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior, respeitados rigorosamente os prazos fixados neste edital.
O boleto poderá ser reemitido, em caso de extravio ou vencimento, até o prazo-limite previsto no subitem 4.2, hipótese em que o pagamento do boleto reemitido somente será considerado válido se efetuado até essa mesma data-limite.
Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas que permitam a liquidação da taxa mediante cartão de crédito, PIX ou parcelamento, constituindo tais meios mera faculdade da pessoa candidata, sem prejuízo da permanência da opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.
Na hipótese de opção por cartão de crédito, PIX ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, a pessoa candidata declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos, juros ou tarifas aplicáveis, os quais são definidos exclusivamente pela instituição financeira ou operadora responsável pela transação, não possuindo a banca organizadora qualquer responsabilidade sobre a relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a referida instituição, limitando-se à disponibilização do boleto correspondente.
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata conferir, no momento da emissão e do pagamento, a correção dos dados cadastrais e das informações constantes do boleto e do respectivo comprovante, não sendo aceitos pagamentos ou inscrições que não possam ser identificados em razão de erro nos dados informados pela pessoa candidata ou por terceiro no momento da transação.
Não serão aceitos como comprovante de pagamento agendamento bancário, extrato bancário ou qualquer documento que não ateste a efetiva quitação da taxa, e não deverá ser enviada à banca organizadora qualquer documentação física ou digital relativa ao pagamento, sendo a veracidade das informações de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.
A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral da taxa, independentemente do meio de pagamento utilizado, e pagamentos efetuados após a data-limite fixada no subitem 4.2 serão desconsiderados, resultando no indeferimento automático da inscrição.
É vedada a transferência do valor pago a terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata qualquer utilização indevida decorrente dessa transferência.
A taxa de inscrição possui natureza administrativa e, uma vez paga, não será devolvida, ressalvada a hipótese de anulação integral do certame ou demais situações expressamente previstas em lei ou neste edital, casos em que o procedimento e o prazo de restituição serão disciplinados em ato próprio da banca organizadora ou do ente municipal.
A confirmação do pagamento implica aceite pleno e irretratável de todas as disposições deste edital, inclusive quanto ao meio de pagamento utilizado, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das condições financeiras aplicáveis, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou de restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.
Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à instituição financeira ou operadora de pagamento após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis, podendo a adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa ensejar cobrança judicial do valor devido.
A banca organizadora não se responsabiliza por solicitações de inscrição ou de pagamento não recebidas ou não processadas em razão de falhas técnicas, de comunicação, congestionamento de sistemas ou outros fatores de ordem técnica alheios à sua atuação.
Os dados pessoais fornecidos pela pessoa candidata serão tratados pelo Município de Cruzeta e pelo IDIB exclusivamente para fins relacionados ao presente certame, em cumprimento de obrigação legal e para o exercício regular de competências previstas em lei, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Poderá requerer a isenção total da taxa de inscrição, no período estabelecido no Anexo VI deste Edital, o candidato que se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

Modalidade I – CadÚnico: pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022; ou
Modalidade II – Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
A solicitação de isenção deverá ser realizada no ato da inscrição, exclusivamente por meio da Área do Candidato, no endereço eletrônico oficial do IDIB, durante o período estabelecido no Anexo VI deste Edital.
Para formalizar a solicitação, o candidato deverá:
preencher integralmente o formulário eletrônico de requerimento de isenção;

indicar apenas uma das modalidades de isenção previstas no subitem 5.1;

prestar as informações exigidas pelo sistema.

Será admitida apenas uma solicitação de isenção por candidato, vinculada ao respectivo número de inscrição, sendo vedada a indicação simultânea de mais de uma modalidade.
Encerrado o prazo estabelecido no Anexo VI, não será permitida a alteração da modalidade escolhida, a edição do requerimento ou o envio de documentação que deveria ter sido apresentada durante o período de solicitação.
A documentação comprobatória conforme a modalidade escolhida deverá ser apresentada pelo candidato integralmente nos moldes a seguir:
Modalidade I – CadÚnico - para solicitar isenção com base na inscrição no CadÚnico, o candidato deverá apresentar:
comprovante de inscrição no CadÚnico, contendo o Número de Identificação Social (NIS) atualizado;

declaração de que é membro de família de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, conforme o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF;

preencher formulário de requerimento de isenção conforme modelo do Anexo II deste edital.

Modalidade II – Doador de medula óssea - para solicitar isenção com base na condição de doador de medula óssea, o candidato deverá apresentar:
comprovante de cadastro como doador de medula óssea por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, atestado ou laudo, com a respectiva data da doação, emitido por médico inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e vinculado a entidade, que comprove a doação;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF.
O simples cadastro como potencial doador no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME, desacompanhado de documento que comprove a efetiva doação, não será suficiente para a concessão da isenção.
Os pedidos de isenção realizados fora do prazo, por via postal, correio eletrônico ou requerimento administrativo e sem a devida indicação da modalidade pretendida, não serão aceitos.
O pedido de isenção será indeferido quando a documentação:
não for enviada dentro do prazo estabelecido;
estiver ilegível, incompleta, corrompida ou em formato diverso do admitido pelo sistema;
não contiver os elementos necessários à identificação do candidato, da entidade emissora ou da efetiva doação;
comprovar apenas o cadastro como potencial doador, sem demonstrar a efetiva doação;
apresentar informações divergentes das constantes no requerimento de inscrição.
São de responsabilidade exclusiva do candidato:
o preenchimento correto do requerimento;
a indicação da modalidade adequada;
a veracidade das informações prestadas;
a apresentação tempestiva e integral da documentação exigida; e
a confirmação de que a solicitação foi efetivamente registrada no sistema.
Cada requerimento será analisado pelo IDIB, que poderá realizar consultas aos órgãos públicos, entidades emissoras, sistemas governamentais e demais fontes oficiais necessárias à confirmação das informações apresentadas.
O IDIB poderá solicitar esclarecimentos ou realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos, sem que isso implique direito à apresentação de documento que tenha sido omitido pelo candidato dentro do prazo regular.
A prestação de informação falsa, inexata ou incompleta, bem como a utilização de documento falso, adulterado ou obtido mediante fraude, acarretará, assegurados o contraditório e a ampla defesa:
o cancelamento da inscrição e a exclusão do candidato, quando a irregularidade for constatada antes da homologação do resultado;
a exclusão da lista de aprovados, quando constatada após a homologação e antes da nomeação ou contratação; ou
a anulação da nomeação ou contratação, quando constatada posteriormente.
As medidas previstas neste subitem serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções civis, penais e administrativas cabíveis, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
Os resultados preliminar e definitivo da análise dos pedidos de isenção serão divulgados no endereço eletrônico oficial do IDIB, nas datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar no prazo de 2 (dois) dias corridos, por meio da Área do Candidato, conforme estabelecido no Anexo VI.
O recurso deverá conter fundamentação objetiva e limitar-se à contestação da análise realizada, não sendo admitidos:
a alteração da modalidade de isenção;
o envio de documento que deveria ter sido apresentado durante o período regular de solicitação;
a substituição integral da documentação anteriormente enviada; ou
a apresentação de requerimento de isenção não formalizado dentro do prazo.
Após a publicação do resultado definitivo, o candidato que tiver o pedido de isenção indeferido e desejar permanecer no concurso deverá acessar a Área do Candidato, gerar o documento de cobrança e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento estabelecida no Anexo VI.
O candidato que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo, após o indeferimento definitivo do pedido de isenção, terá sua inscrição cancelada.

A concessão da isenção não dispensa o candidato de acompanhar a situação de sua inscrição e as publicações relativas ao Concurso no endereço eletrônico oficial do IDIB.
São de responsabilidade exclusiva do candidato a indicação correta da modalidade, a veracidade das informações prestadas e a apresentação tempestiva da documentação no link específico.
O IDIB não se responsabilizará por solicitação não recebida em razão de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, problemas no equipamento utilizado pelo candidato ou outros fatores de ordem técnica que não sejam comprovadamente imputáveis ao Instituto.

DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 18- DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.
Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 18 deste Edital.
Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.
Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)

As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo VI deste Edital, por meio da Área do candidato, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento previsto neste Edital, em até 2 (dois) dias corridos a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.
Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.
Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.
O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição.
São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na Área do Candidato e/ou CCI.
A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.
A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame.
A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.
A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico www.idib.org.br para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).
Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 18-DOS RECURSOS deste Edital.
O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.
A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 7º, § 4º, Lei Complementar Municipal nº 60, de 4 de outubro de 2023, da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, é assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, desde que haja compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo pretendido.
Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, este será elevado ao primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas, conforme disposição deste edital.
O percentual de reserva será observado no aproveitamento de vagas remanescentes, formação de cadastro de reserva e surgimento de novas vagas durante a vigência do Concurso, independentemente do cargo ou local de atuação, considerando-se, por cargo, a quantidade de vagas já preenchidas.
É considerada pessoa com deficiência aquela que se enquadrar no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 2015; nos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; no art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021; na Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e na Lei Federal nº 15.176, de 23 de julho de 2025.
Ressalvadas as disposições específicas deste edital, a pessoa candidata com deficiência participará do Concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas quanto ao conteúdo, data, horário e local das provas, critérios de correção, nota mínima, critérios de aprovação e demais normas do certame.
Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata deverá, no período de inscrição:
declarar-se pessoa com deficiência e manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas;
anexar, via upload, imagem legível de laudo médico emitido por médico especialista da área da deficiência, emitido nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia de inscrição, conforme modelo do Anexo III, ressalvados deste prazo as deficiências de caráter permanente.
O laudo deverá conter, com nitidez: a identificação da pessoa candidata; a identificação e a assinatura do emissor, com o registro no Conselho Regional Profissional; a espécie e o grau ou nível da deficiência; e a referência ao código da Classificação Internacional de Doenças (CID).
No caso de deficiência permanente ou Transtorno do Espectro Autista, o laudo terá validade indeterminada, dispensado o prazo de emissão previsto na alínea "b" do subitem 8.6, desde que legível e contendo todos os elementos exigidos no subitem 8.6.
Não serão aceitos documentos emitidos pela própria pessoa candidata, ainda que possua formação técnica para tal finalidade.
A documentação deverá ser anexada no período de inscrição, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.
A pessoa candidata que necessitar de atendimento especial deverá solicitar no ato da inscrição, anexando laudo ou parecer de especialista que ateste a necessidade, conforme o §1º do art. 4º do Decreto Federal nº 9.508, de 2018.
O atendimento especial será concedido exclusivamente para a condição estabelecida no laudo ou parecer apresentado.

Somente serão aceitas imagens no formato PDF, com tamanho máximo de 2MB (dois megabytes) por arquivo ou 10MB (dez megabytes) se arquivo único.
Serão desconsiderados documentos enviados fora das regras deste edital, ilegíveis, rasurados, corrompidos ou emitidos fora do prazo.
O envio da documentação é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por falhas técnicas, problemas de comunicação ou outros fatores que impeçam o recebimento dos arquivos.
A pessoa candidata deverá manter sob sua guarda a via original ou cópia autenticada da documentação, para apresentação ao IDIB, caso solicitado.
A documentação terá validade exclusiva para este Concurso.
A pessoa candidata que não se declarar pessoa com deficiência no ato da inscrição não poderá fazê-lo posteriormente. O simples envio da documentação, sem a declaração, não garante o deferimento.
Os resultados preliminar e definitivo dos pedidos de inscrição como pessoa com deficiência serão divulgados no site do IDIB, conforme as datas do Anexo VI.
Caberá recurso contra o resultado preliminar no prazo de até 2 (dois) dias corridos, conforme Anexo VI, por meio da Área do Candidato. Após esse prazo, não serão aceitos pedidos de revisão.
Não será admitida complementação, substituição ou reenvio de documentação durante o período de recurso.
A inobservância das regras deste item acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
A pessoa candidata que se declarar pessoa com deficiência, se aprovada, constará na lista geral de classificação e em lista específica de PcD.
Pessoas candidatas com deficiência que também sejam pessoas negras poderão concorrer simultaneamente às respectivas vagas reservadas.
A pessoa candidata classificada nas vagas reservadas será convocada, após a publicação do resultado definitivo das provas, para avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme o art. 5º do Decreto Federal nº 9.508, de 2018, destinada a aferir a compatibilidade da deficiência declarada com as atribuições do cargo.
As vagas reservadas serão preenchidas pelas pessoas candidatas aprovadas dentro dos limites do quadro de vagas, respeitando a ordem de classificação, alternância e proporcionalidade.
A desclassificação, a desistência ou impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará sua substituição pela próxima pessoa candidata com deficiência classificada, conforme ordem de classificação.
Não havendo inscrição ou aprovação de pessoas candidatas com deficiência, as vagas reservadas serão revertidas à ampla concorrência após o resultado final.
Após a investidura no cargo, a deficiência não poderá ser arguida para justificar aposentadoria por invalidez ou readaptação, conforme legislação vigente.
Pessoas candidatas que não atenderem ao disposto neste item não serão consideradas pessoas com deficiência, podendo também não ter atendimento especial assegurado, caso solicitado.

DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSOCIAL

O candidato que tenha optado por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e que tenha alcançado a pontuação mínima exigida na prova objetiva, será submetido ao procedimento de caracterização da deficiência, promovido por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB.
O procedimento de caracterização da deficiência será realizado inicialmente por meio da análise da documentação comprobatória encaminhada pelo candidato durante o período de inscrição, conforme o item 8 deste Edital.
Em caso de dúvida, inconsistência ou insuficiência dos elementos apresentados na análise documental, o procedimento será complementado por avaliação presencial ou em formato telepresencial.
Serão submetidos ao procedimento de caracterização da deficiência todos os candidatos inscritos nas vagas reservadas que alcancem a pontuação mínima exigida nas etapas anteriores, ainda que tenham obtido pontuação suficiente para aprovação ou classificação dentro do quantitativo da ampla concorrência.
O procedimento será realizado após a publicação do resultado definitivo da prova objetiva e antes da publicação do resultado final do concurso público, observadas as datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.
A Administração ou a equipe multiprofissional e interdisciplinar poderá determinar a realização de avaliação presencial complementar sempre que considerar indispensável o exame físico direto do candidato para a adequada e segura conclusão do procedimento.
DO PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL
A análise documental para caracterização da deficiência será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB, mediante exame da documentação comprobatória prevista no item 8 deste Edital e enviada pelo candidato no período de inscrição.
A análise documental será realizada por meio de sistema eletrônico, no qual a equipe multiprofissional e interdisciplinar, cuja composição será por 3(três) profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e 3(três) profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato. terá acesso às imagens dos documentos apresentados pelo candidato nos termos do item 8 deste Edital.
A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer fundamentado sob a perspectiva biopsicossocial, considerando:
as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição no concurso público;
a documentação comprobatória ou caracterizadora da deficiência encaminhada pelo candidato;
a natureza das atribuições e das tarefas essenciais do cargo a ser desempenhado;
as condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho necessárias à execução das tarefas;
a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos, tecnologias assistivas ou outros meios de que faça uso habitual;
os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social; e
o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais.
Os resultados preliminar e definitivo do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial serão divulgados na forma do item 18 deste Edital e nas datas previstas no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial por meio da Área do Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, dentro do prazo previsto no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá enviar, em recurso, imagem de nova da documentação comprobatória/caracterizadora da deficiência. Poderá enviar, ainda, imagem de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.
A análise da documentação do candidato que, na primeira etapa do procedimento de análise da avaliação biopsicossocial, reste dúvida quanto à caracterização da deficiência, ensejará a convocação para a segunda etapa da avaliação biopsicossocial, conforme subitem 9.15 e seguintes deste Edital.
DA AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR PRESENCIAL OU TELEPRESENCIAL

O candidato cuja documentação não permita conclusão segura quanto à caracterização da deficiência será convocado para avaliação complementar realizada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar.
A avaliação complementar será realizada preferencialmente de forma presencial, podendo ocorrer em formato telepresencial (com uso de tecnologias de telessaúde) quando:
houver concordância expressa do candidato, manifestada no ato da inscrição ou mediante confirmação no sistema; e
a equipe multiprofissional e interdisciplinar considerar o formato telepresencial tecnicamente adequado e suficiente para a análise da deficiência apresentada.
Na ausência de concordância do candidato com a modalidade telepresencial, ou entendendo a equipe multiprofissional e interdisciplinar pela necessidade de avaliação física direta, o procedimento será realizado presencialmente, em local, data e horário indicados no edital de convocação.
O candidato será convocado por meio de edital específico, a ser publicado na forma do item 18 e na data prevista no Anexo VI deste Edital.
O edital de convocação informará:
a modalidade de realização da avaliação (presencial ou telepresencial);
a data e o horário fixados;
o endereço completo do local da avaliação, quando presencial;
a plataforma eletrônica e o procedimento de acesso à sala virtual, quando telepresencial;
os documentos e exames complementares que deverão ser apresentados; e
as demais instruções técnicas e organizacionais indispensáveis ao ato.
Por ocasião da avaliação complementar, o candidato deverá apresentar, quando solicitado, exames complementares específicos, laudos e documentos indispensáveis à adequada caracterização da deficiência.
A solicitação de exames ou documentos complementares será fundamentada pela equipe multiprofissional e informada ao candidato no edital de convocação ou mediante notificação em sua Área do Candidato.
Quando realizada em formato telepresencial, a avaliação ocorrerá por meio de plataforma eletrônica homologada e indicada no edital de convocação, cabendo ao IDIB assegurar:
a disponibilização, estabilidade e adequado funcionamento da plataforma eletrônica;
as condições de acessibilidade digital necessárias;
o suporte técnico durante a realização do procedimento;
a proteção, confidencialidade e criptografia dos dados pessoais e das informações de saúde; e
a prestação das adaptações razoáveis previamente solicitadas e deferidas.
Na modalidade telepresencial, o candidato deverá providenciar equipamento dotado de câmera e microfone funcionais e conexão à internet com velocidade compatível, observadas as especificações do edital de convocação.
O candidato deverá acessar a sala virtual com a antecedência mínima indicada no edital de convocação, permanecendo conectado e disponível até a finalização do procedimento.
Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação complementar, salvo nas seguintes hipóteses excepcionais:
falha técnica de conexão ou funcionamento comprovadamente atribuível à plataforma eletrônica ou ao IDIB;
indisponibilidade geral do sistema mantido pela banca;
ausência injustificada de oferta da adaptação razoável anteriormente deferida;
caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado documentalmente no prazo de até 2 (dois) dias corridos e aceito pela comissão responsável; ou
outra situação excepcional expressamente reconhecida pela Administração.
O não acesso à sala virtual ou o não comparecimento à avaliação presencial, sem justificativa aceita pela comissão na forma do subitem 9.26, implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
Não será admitido o ingresso do candidato após o horário fixado para o início da avaliação, ressalvada a ocorrência de falha técnica da plataforma ou situação excepcional reconhecida pelo IDIB.
O candidato deverá apresentar documento original de identidade com foto válida, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, ou documento de identificação digital oficial (ex.: e-Título, CNH digital, RG digital) nas plataformas oficiais devidas.
Na avaliação telepresencial, o documento de identidade deverá ser exibido à câmera para verificação e registro da equipe de apoio do IDIB.
Após a verificação da identidade, o candidato aguardará em ambiente virtual de espera até a sua chamada pela equipe multiprofissional.
Durante toda a avaliação telepresencial, o candidato manterá sua câmera ligada e transmissão de vídeo ativa, ressalvadas adaptações razoáveis previamente autorizadas.
É vedada a presença de terceiros no ambiente do candidato durante a avaliação telepresencial, exceto quando previamente autorizada a participação de acompanhante, intérprete de Libras, guia intérprete, atendente pessoal ou profissional de apoio. A qualificação do acompanhante deverá ser informada à equipe no início da sessão.
O resultado preliminar da avaliação complementar será divulgado na forma do item 18 e na data prevista no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação complementar por meio da Área do Candidato (www.idib.org.br), no prazo estipulado no Anexo VI deste Edital.
O candidato terá acesso à cópia do parecer fundamentado, podendo juntar em seu recurso nova documentação comprobatória, laudos e exames complementares.
O resultado definitivo do procedimento de caracterização da deficiência será divulgado após a apreciação dos recursos, na forma do item 18 e na data constante do Anexo VI deste Edital.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Na hipótese de decisão definitiva pela não caracterização da deficiência, o candidato permanecerá no concurso público figurando exclusivamente na lista de ampla concorrência, desde que tenha alcançado, em cada etapa anterior, a nota ou pontuação necessária para prosseguir no certame e esteja situado dentro do limite de corte exigido na ampla concorrência.
A comissão encarregada da análise dos recursos será composta por profissionais distintos daqueles que emitiram o parecer inicial recorrido, garantindo-se a impessoalidade e o duplo grau de revisão administrativa.
Das decisões proferidas pela comissão recursal não caberá novo recurso administrativo no âmbito do concurso público.
Constatados indícios de fraude, falsidade ideológica ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será submetido à apuração e encaminhado aos órgãos competentes para adoção de providências administrativas, civis e criminais.
Comprovada a fraude ou má-fé em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:
se o concurso público estiver em andamento, o candidato será eliminado sumariamente do certame; ou
se o candidato já tiver sido nomeado ou empossado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ou ato de provimento no serviço público, sem prejuízo da restituição de valores e demais sanções aplicáveis.
Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que:

não tiver sua deficiência caracterizada após a decisão definitiva do procedimento;
deixar de comparecer à avaliação presencial ou não acessar a sala virtual na avaliação telepresencial, quando regularmente convocado, sem justificativa aceita nos termos do edital;
não apresentar documento oficial de identidade válido no momento da avaliação;
recusar-se, injustificadamente, a fornecer as informações ou submeter-se aos exames necessários à realização do procedimento;
deixar de apresentar, no prazo solicitado, documentos ou exames imprescindíveis à conclusão do parecer técnico; ou
impedir, dificultar ou inviabilizar, por qualquer meio, a realização da avaliação técnica.
Os candidatos inscritos na reserva de vagas para pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua pontuação e ordem de classificação geral.
Os candidatos com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação dentro do quantitativo de vagas da ampla concorrência não serão computados no preenchimento das vagas reservadas.
Os candidatos com deficiência aprovados na ampla concorrência figurarão tanto na lista de classificação geral quanto na lista de classificação de vagas reservadas.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada ensejará sua substituição pelo candidato com deficiência subsequente na ordem de classificação da lista de reserva.
As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas serão revertidas para a ampla concorrência somente após o esgotamento total da lista de candidatos com deficiência aprovados, inclusive aqueles integrantes do cadastro de reserva.
A nomeação dos candidatos aprovados observará a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade entre a lista da ampla concorrência e a lista de reserva para pessoas com deficiência, respeitado o percentual legal estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.
Em caso de vagância ou surgimento de novas vagas destinadas à reserva durante a validade do concurso, será convocado o candidato com deficiência aprovado na posição subsequente da respectiva lista especial.
Somente após o esgotamento absoluto da lista de candidatos com deficiência as vagas reservadas remanescentes poderão ser revertidas e preenchidas pelos candidatos aprovados na ampla concorrência, segundo a ordem geral de classificação.
Caso todos os candidatos da ampla concorrência tenham sido nomeados e ainda restaurem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público, poderão ser convocados os candidatos aprovados na lista de pessoas com deficiência, respeitada a ordem de classificação e o atendimento às exigências do cargo.
Ocorrendo a vacância de cargo anteriormente ocupado por pessoa com deficiência nomeada por este certame durante o prazo de validade do concurso, a nova convocação recairá preferencialmente sobre candidato aprovado na lista de vagas reservadas aos optantes PcD, respeitada a ordem classificatória.
O IDIB e o órgão público contratante garantem a integral e rigorosa proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis (dados de saúde e de deficiência) previstos na LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados ou vazamentos.
O procedimento de caracterização da deficiência possui a finalidade exclusiva de verificar o enquadramento do candidato na reserva de vagas, não se confundindo com o exame de aptidão física ou mental para o exercício do cargo, a ser realizado no momento da posse/admissão.
A caracterização da deficiência para fins de vaga reservada não exclui nem substitui o direito do candidato ao fornecimento de adaptações razoáveis, ajudas técnicas e tecnologias assistivas necessárias para a realização das demais etapas do concurso público.

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Serão reservados 30% (trinta por cento) do total das vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, na forma da Lei Federal nº 15.142, de 03 de junho de 2025.
Para os fins de concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, considera-se:
pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;
pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;
pessoa quilombola: aquela pertencente ao grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 2 (dois).
Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
No caso de cargo em que não haja reserva imediata às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do concurso, alterar o seu quadro criando novas vagas.
Para concorrer às vagas reservadas neste concurso público, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preta, parda, indígena ou quilombola, em campo específico do formulário de inscrição, observados os critérios de cor e etnia adotados pelo IBGE, no que se refere às categorias preta e parda, e os requisitos específicos de comprovação estabelecidos neste edital para as condições de indígena e de quilombola. A autodeclaração deverá observar o modelo constante do Anexo IV deste Edital.
Até o fim do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.
Presumem-se relativamente verdadeiras as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa, e sem prejuízo dos procedimentos específicos de verificação e comprovação previstos neste edital, especialmente quanto à autodeclaração étnico-racial e à condição de indígena ou quilombola.
Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso e, se houver sido convocada, ficará sujeita à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso público.
As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas que vierem a ser aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas destinado à ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas, concorrendo exclusivamente em decorrência de sua classificação segundo os critérios gerais do certame.

As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso público tanto na listagem de ampla concorrência quanto na listagem de vagas reservadas, observada, em ambas, a mesma nota ou pontuação obtida pela pessoa candidata em cada etapa do certame.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas indígenas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas quilombolas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas pretas e pardas e, por último, para a ampla concorrência.
Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta, parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.
Na hipótese de número insuficiente de pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas, no mesmo certame, para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas para pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista no art. 3º do Decreto Federal nº 12.536, de 2025, abaixo disposta:
reserva de 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas para pessoas pretas e pardas;
reserva de 3% (três por cento) do total de vagas para indígenas; e
reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas para quilombolas.
A convocação das pessoas candidatas aprovadas e classificadas observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas e às pessoas candidatas com deficiência.
As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas constarão na relação a ser divulgada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.
A pessoa candidata que se autodeclarou preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de Heteroidentificação, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.
A pessoa candidata que se autodeclarou indígena ou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO E DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Este item disciplina, em quatro seções, os procedimentos de confirmação das autodeclarações prestadas para fins de reserva de vagas:
heteroidentificação das pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas;
verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas indígenas;
verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas; e
disposições comuns aos três procedimentos.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS PRETAS OU PARDAS

Serão convocadas para a submissão à Comissão de Heteroidentificação, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas classificadas até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante a Comissão de Heteroidentificação, na forma deste edital.
Deverão submeter-se ao procedimento de heteroidentificação étnico-racial todas as pessoas candidatas que optarem, no ato de inscrição, por concorrer às vagas reservadas a pessoas negras (pretas e pardas), ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, e desde que satisfeitas as condições de habilitação estabelecidas neste edital.
O IDIB executará a heteroidentificação por meio de procedimento telepresencial, cujo edital de convocação específico indicará local, data e horário, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata deverá verificar previamente o dia e o horário de realização do procedimento, somente podendo realizá-lo na data designada.
A pessoa candidata convocada deverá estar disponível com 1 (uma) hora de antecedência do horário marcado para o início do procedimento telepresencial, munida de documento de identificação original e cópia, na forma prevista neste edital.
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, podendo ser, ainda, submetida à identificação especial, a critério da Comissão.
O IDIB constituirá Comissão de Heteroidentificação, composta por 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, observados os requisitos legais aplicáveis, devendo sua composição garantir, sempre que possível, a diversidade quanto ao gênero, à cor e à origem regional de seus integrantes.
Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a Comissão de Heteroidentificação, podendo tais informações ser disponibilizadas aos órgãos de controle interno e externo, quando requeridas.
Os currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial serão publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, em conformidade com a legislação aplicável.
A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata, consideradas as características fenotípicas apresentadas no momento da realização do procedimento, observadas a declaração feita no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas.
Não será admitida, em nenhuma hipótese, prova baseada em ancestralidade ou em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.
É vedado à pessoa candidata utilizar subterfúgios para simulação ou alteração de características fenotípicas, sob pena de apuração de eventual fraude ou má-fé, na forma da legislação aplicável.
Não serão admitidos, para fins de aferição da condição declarada, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados pela pessoa candidata, inclusive imagens, certidões, registros civis ou militares, documentos relativos à ascendência, ou pareceres emitidos por comissões de heteroidentificação de outros concursos públicos ou processos seletivos federais, estaduais, distritais ou municipais.
O procedimento será registrado por meio de filmagem e fotografia, cujo material somente poderá ser utilizado pela Comissão para fins de análise de eventual recurso interposto pela pessoa candidata.

A recusa da pessoa candidata em se submeter à filmagem, à fotografia, ou a ambas, implicará o indeferimento automático de sua autodeclaração étnico-racial, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas, permanecendo a pessoa candidata no certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais etapas.
É vedado à Comissão deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.
A Comissão deliberará pela maioria de seus membros, mediante parecer motivado, com registro expresso das razões de convencimento.
Prevalecerá a presunção relativa de veracidade da autodeclaração em favor da pessoa candidata sempre que houver dúvida razoável quanto ao seu fenótipo, circunstância que deverá constar, de forma motivada, do parecer da Comissão.
O teor do parecer motivado terá acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas aplicáveis de proteção de dados pessoais.
As deliberações da Comissão terão validade restrita a este certame, não se estendendo a outras finalidades.
O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da Comissão quanto à confirmação da autodeclaração.
Da decisão preliminar da Comissão, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-Racial, no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br, não sendo aceitos pedidos de revisão após esse prazo.
A Comissão Recursal de Heteroidentificação será composta por 3 (três) membros, distintos daqueles que integraram a Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial, aplicando-se a ela, no que couber, as regras previstas para a Comissão de Heteroidentificação quanto à composição e aos critérios de avaliação. Os currículos de seus integrantes serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.
Em suas decisões, a Comissão Recursal considerará a filmagem do procedimento, o parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação e o conteúdo do recurso interposto pela pessoa candidata prejudicada.
A autodeclaração da pessoa candidata prevalecerá sempre que houver decisão não unânime em seu desfavor, cumulativamente, na Comissão de Heteroidentificação e na Comissão Recursal. Das decisões da Comissão Recursal não caberá novo recurso administrativo.
Na hipótese de indícios ou denúncia de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes, inclusive à Polícia Federal, para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente. Constatada a fraude ou má-fé pelos órgãos competentes, a pessoa candidata será eliminada, caso o certame ainda esteja em andamento, ou ficará sujeita à anulação de sua admissão ao serviço ou emprego público, caso já tenha sido admitida, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado na data prevista no cronograma.
Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital de convocação específico para esta etapa.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS INDÍGENAS

A pessoa candidata que se autodeclarou indígena no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.
Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de indígenas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:
documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;
documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou
outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:
comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
documentos expedidos por escolas indígenas;
documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;
documentos expedidos por órgão de assistência social;
documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
documentos de natureza previdenciária.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS QUILOMBOLAS

A pessoa candidata que se autodeclarou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.
Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificados até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de quilombolas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:
declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e
certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade à qual a pessoa candidata pertence.
Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do concurso público e, se já convocada, ficará sujeita à anulação de sua convocação, admissão ou nomeação ao serviço ou cargo público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PROCEDIMENTOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de Heteroidentificação ou ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de ampla concorrência.

Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como preta, parda, indígena ou quilombola, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada má-fé na autodeclaração, hipótese em que será eliminada após procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência, citada nos subitens anteriores, ficará condicionada à nota mínima de corte aplicada à última pessoa candidata classificada nessa listagem.

O resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas indígenas ou quilombolas será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada caberá recurso na forma especificada na convocação.

O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta, parda, indígena ou quilombola não configura ato discriminatório de qualquer natureza.

A inobservância do disposto nesta Seção acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

Demais informações a respeito dos procedimentos de verificação documental complementar constarão dos respectivos editais de convocação específicos para cada etapa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.

É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.

Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.

Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF).

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;

Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.

Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;

A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;

Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;

O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;

A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.

As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.

Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, no período previsto.

O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.

As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.

A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.

Terá o direito previsto no subitem 12.17 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.

A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .pdf, de acordo com o disposto neste Edital.

Caso a criança ainda não tenha nascido, a da certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.

Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.

Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site www.idib.org.br tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.

Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 12.13 deste Edital.

Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 12.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.

No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.
A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
As publicações referentes as pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 12.13 acima.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 12.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área do Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.
As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

DA PROVA OBJETIVA

Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo V deste Edital, conforme os quadros a seguir:

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	15	2,0	30,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos, não podendo obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer uma das disciplinas.
	Raciocínio Lógico	05		10,0	
	Informática	05		10,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Conhecimentos específicos do cargo	25		50,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		**50**	-	**100,0**	

Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br.
Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de 29 de novembro de 2026, turno manhã.
As provas objetivas constarão de 50 (cinquenta) questões com peso 2,0 conforme subitem 13.1 deste edital.
Considerar-se-á classificado a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos na prova objetiva e não obtiver nota 0,00 em qualquer uma das disciplinas.
As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.
A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.
Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.
A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.
A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o mesmo deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação no cartão resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.
É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.
Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos no cartão resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.
O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e cartão resposta como medida extra de segurança.
O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.
A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).
Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 13.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.
Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.
A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
MÉDIO	29/11/2026 08h00min as 12h00min da manhã (horário de Brasília)

Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.

O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.

Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.

No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.

Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.

Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.

No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.

Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.

Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.

Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.

Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.

Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.

Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido a pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.

No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

A detecção de qualquer objeto metálico com o candidato durante a aplicação das provas, ainda que desligado ou inofensivo, implicará sua eliminação imediata do certame.

Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.

Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.

Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.

Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.

A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.

Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.
Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pela pessoa candidata de ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.

As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2 (duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.
Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
portar arma de fogo.

Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.
Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.
Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.
A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.
A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

DO CURSO DE FORMAÇÃO

Por meio de EDITAL DE CONVOCAÇÃO, somente serão convocados para o Curso de Formação Profissional de ACS e ACE, os aprovados dentro do número de vagas ofertadas, os candidatos dentro dos 15%(quinze por cento) do número de vagas imediatas e os empatados na última colocação e desde que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação.
Será eliminado do CONCURSO PÚBLICO a pessoa candidata que deixar de efetuar a matrícula no Curso de Formação Profissional, se afastar do curso por qualquer motivo, não frequentar no mínimo 85% (oitenta e cinco) por cento das horas de aula práticas e teóricas e não obtiver 60% (sessenta) por cento de aproveitamento nas avaliações práticas e teóricas, do referido Curso.
O Curso de Formação será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeta. Curso este, estabelecido em conjunto pelos Ministérios da Educação e Saúde.
O Curso de Formação Profissional será realizado em serviço, com duração de 40 (quarenta) horas para o ACS, ressaltando que os classificados estarão em pleno exercício de suas atividades conforme Artigo 5º da Medida Provisória n.º 016/2007.
Será publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta edital de convocação para o Curso de Formação especificando a data, horário, local e metodologia de sua realização.

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo V deste Edital;
O Anexo V, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;
Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

A classificação final dos aprovados observará a ordem numérica decrescente, individualmente alcançada a partir do somatório do total de pontos obtidos nas Provas Objetivas, atribuindo-se o primeiro lugar a pessoa candidata que obtiver a maior pontuação, e assim sucessivamente.
Todos os cálculos citados neste edital serão sem arredondamento.
A homologação da relação de pessoas candidatas aprovadas e classificadas no certame, por cargo, passíveis de convocação, respeitará a ordem de classificação e o quantitativo máximo indicado neste Edital.
O Resultado Final do concurso público será divulgado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo sua homologação publicada no Diário oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, através do site oficial www.cruzeta.rn.gov.br.
As pessoas candidatas que não estiverem classificadas dentro do número máximo de aprovados estabelecido neste Edital, ainda que tenham alcançado a nota mínima exigida, serão automaticamente eliminadas do Concurso Público.
Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência a pessoa candidata que, na seguinte ordem:
tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);
obtiver a maior pontuação nas questões da área de Conhecimentos Específicos da prova objetiva;
tiver maior idade, exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem; e;
tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal e alterações).

As pessoas candidatas que seguirem empatadas até a aplicação da alínea "d" do subitem 17.. deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.
As pessoas candidatas convocadas que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
As pessoas candidatas a que se refere a alínea "d" do subitem 17.6 deste edital serão convocadas, antes da publicação do resultado final, para se manifestarem quanto ao exercício da função de jurado e, em caso positivo, realizarem a entrega da documentação que comprova referido exercício.
Para fins de comprovação da função de jurado serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.

DOS RECURSOS

Será assegurado à pessoa candidata o direito de interpor recurso contra o gabarito preliminar e resultados preliminares das etapas do certame, exclusivamente por meio da Área do Pessoa candidata, disponível no endereço eletrônico da banca organizadora.
O recurso deverá ser interposto individualmente, no prazo de até 2 (dois) dias consecutivos após a publicação do respectivo resultado preliminar, observadas as orientações específicas de cada fase.
Não caberá recurso contra resultados definitivos, contra o gabarito oficial definitivo ou pedido de revisão de recurso já julgado, constituindo a decisão da Banca Examinadora última instância administrativa.
Por razões de segurança do certame, preservação da isonomia entre as pessoas candidatas e prevenção a fraudes, não será permitido levar o caderno de provas ao término da aplicação, permanecendo este sob guarda da banca organizadora.
A retenção do caderno de provas não configura cerceamento de defesa, uma vez que, quando da divulgação do gabarito oficial preliminar, serão disponibilizados no sítio eletrônico da banca organizadora:
o caderno de provas correspondente ao tipo aplicado;
o gabarito oficial preliminar.

A disponibilização do caderno de provas nesta fase tem por finalidade exclusiva possibilitar a análise do conteúdo das questões e eventual interposição de recurso quanto ao gabarito preliminar, não se destinando à conferência de marcação individual de respostas.
O recurso contra o gabarito oficial preliminar deverá restringir-se exclusivamente ao conteúdo das questões e alternativas, admitindo-se alegações de:
erro material;
incorreção técnica ou conceitual;
incompatibilidade com o conteúdo programático;
ambiguidade ou inexistência de alternativa correta.
Não serão conhecidos recursos fundamentados na marcação individual do cartão- resposta ou que requeiram acesso ao cartão-resposta nesta fase.
Após a divulgação do resultado preliminar individual, será disponibilizado à pessoa candidata, por meio eletrônico, o respectivo cartão-resposta, exclusivamente para conferência da pontuação atribuída.

O recurso contra o resultado preliminar individual limitar-se-á à verificação de:
erro material na soma dos pontos;
divergência entre a marcação constante no cartão-resposta e a nota atribuída;
aplicação incorreta dos critérios objetivos previstos neste edital.

Não será admitido recurso que retome discussão acerca do conteúdo das questões ou do gabarito oficial já definitivamente julgados.
Não será disponibilizado espelho individual comparativo de prova objetiva, uma vez que tal finalidade é integralmente atendida pela disponibilização do cartão-resposta e do gabarito definitivo.
O recurso deverá ser claro, consistente, objetivo e devidamente fundamentado, com indicação precisa da questão ou item impugnado e exposição circunstanciada dos fundamentos.
Recursos inconsistentes, genéricos, intempestivos, com dados incompletos ou apresentados por meio diverso do previsto neste edital serão preliminarmente indeferidos.
Serão igualmente indeferidos recursos que:
contenham teor desrespeitoso;
estejam em desacordo com as especificações deste edital;
não guardem correspondência com a questão recorrida.

A decisão da Banca Examinadora será fundamentada e soberana no âmbito administrativo.
Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todas as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, essa alteração valerá para todas as pessoas candidatas.
Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recurso de recurso ou recurso contra o gabarito definitivo.

DA CONVOCAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

Por ocasião da convocação, as pessoas candidatas classificadas deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição abaixo elencados.
As pessoas candidatas aprovadas e classificadas dentro das vagas oferecidas pelo Edital, deverão comparecer em data, local e horário conforme correspondente documento de Convocação, de acordo com cronograma constante no ANEXO VI deste Edital, munidos da seguinte documentação, original, cópia autenticada ou documento emitido com validação eletrônica (assinatura e/ou QR Code):
certidão de nascimento ou casamento: atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
certidão de nascimento dos filhos: se possuir – atualizada (emitida, no máximo, 30 (trinta) dias antes da data de entrega);
cédula de Identidade (RG): fotocópia autenticada (frente e verso);
título de eleitor - fotocópia autenticada (frente e verso) ou e-título emitido pelo aplicativo da Justiça Eleitoral;
comprovante de residência: (conta de água, luz ou telefone) – (atualizada – últimos 90- dias) - cópia;
cópia autenticada do diploma do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena em qualquer área do conhecimento, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;
a pessoa candidata que não possuir o Diploma poderá apresentar a cópia da Certidão de Conclusão autenticada do curso superior de graduação a nível de bacharelado ou licenciatura plena da área a que concorre, reconhecido pelo Ministério da Educação - MEC. Sendo que a Certidão de Conclusão deverá ser emitida pela Instituição de Ensino Superior (IES) com curso devidamente reconhecido pelo MEC e pela mesma IES que emitirá o diploma registrado pelo MEC. Deverá ainda conter as seguintes informações na Certidão de Conclusão: o Ato (Portaria ou Decreto) de reconhecimento do curso e a Certidão deverá ser assinada por funcionário da IES que possua competência (Diretor Acadêmico e /ou Diretor Geral da Instituição). Caso outro funcionário assine, a pessoa candidata deverá apresentar documento da IES que delegou a competência para ele;
cópia autenticada do Histórico escolar do curso superior apresentado para inclusão;
carteira Profissional, se possuir, com o registro (baixa) do último emprego - cópia autenticada;
número de inscrição no PIS ou PASEP, se possuir (pode ser obtido junto à Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil);
comprovante de exoneração (rescisão de contrato) do último emprego/função: cópia autenticada;
certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal da seção judiciária em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual circunscrição em que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses;
certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral, expedida no máximo, há 06 (seis) meses.

A convocação de que trata o subitem 19.1 acima será realizada pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
Os exames médicos, apresentados pela própria pessoa candidata, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, não caberá qualquer recurso administrativo.
Não será nomeada a pessoa candidata habilitada que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.
A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerada desistente, sendo excluída automaticamente do Concurso Público, sendo eliminada do Concurso e ensejando a convocação da próxima candidata na lista de classificação.
A convocação será realizada por meio de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, telegrama ou telefone.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, e divulgado nos endereços eletrônicos www.idib.org.br e www.cruzeta.rn.gov.br.
O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial e site oficial da prefeitura de Cruzeta, www.cruzeta.rn.gov.br., podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
As despesas decorrentes da participação em todas as fases e em todos os procedimentos deste concurso público, inclusive posse e exercício, serão arcadas pelas pessoas candidatas, que não terão direito a alojamento, alimentação, transporte e/ou ressarcimento de despesas.

A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico www.idib.org.br. Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Cruzeta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.
O IDIB e a Prefeitura Municipal de Cruzeta não se responsabilizam por eventuais prejuízos a pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:
endereço não atualizado;
endereço de difícil acesso;
correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;
correspondência recebida por terceiros.

Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial Municipal.
Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão do Concurso Público, conforme o caso.
O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.
Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.
Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.
É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) dias, a contar de sua publicação no endereço eletrônico www.idib.org.br, conforme previsto no Anexo VI.
Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção “Recurso On-line”, através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br.
A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário.
Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.
Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Cruzeta-RN, 03 de setembro de 2026.

ANEXO I- QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS, ATRIBUIÇÕES DO CARGO E MICROÁREAS DE ATUAÇÃO

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Agente Comunitário de Saúde R$ 3.242,00 40H	03	20	02	0	01	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E RESIDÊNCIA NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR, DESDE A DATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL; CONFORME DETERMINA A LEI FEDERAL Nº 11.350/2006.
Agente de Combate às Endemias R$ 3.242,00 40H	0	03	0	0	0	ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças junto às famílias e comunidades; realizar visitas domiciliares periódicas; cadastrar e manter atualizadas as informações das famílias; orientar a população sobre cuidados básicos de saúde, vacinação, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas; identificar situações de risco e encaminhar demandas à equipe de saúde; participar de campanhas, ações educativas e atividades da Estratégia Saúde da Família; registrar informações em sistemas próprios; atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional; e executar outras atividades previstas na legislação específica.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Executar ações de vigilância, prevenção e controle de endemias e zoonoses; realizar visitas domiciliares e inspeções em imóveis, terrenos, estabelecimentos e áreas públicas; identificar e eliminar focos de vetores; orientar a população sobre medidas de prevenção; coletar dados, amostras e informações epidemiológicas; aplicar medidas de controle químico, físico ou biológico quando autorizado; participar de campanhas de saúde pública e mobilização social; registrar atividades em sistemas próprios; atuar em conjunto com equipes de saúde e vigilância; e executar outras atividades previstas na legislação específica.

QUADRO DE MICROÁREAS DE ATUAÇÃO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) — SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRUZETA/RN

CARGO	MICROÁREA	BAIRRO/REGIÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA (LOGRADOUROS/LOCALIDADES)
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	**05**	Centro	Avenida Carmelita Monteiro da Silva; Rua Antônio Sabino de Oliveira; Rua Armando Pereira de Medeiros; Rua Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros; Rua Felix Pereira de Araújo; Rua Francisco Raimundo de Araújo; Rua João Fernandes de Brito; Rua João Gomes; Rua Júlio Barbosa; Rua Juraci de Araújo Bezerra; Travessa Antônio Sabino de Oliveira.
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	**12**	Zona Rural	Sítio Cipriana; Sítio Pau Lagoa 2; Sítio Riacho do Meio 1; Sítio Rio do Meio 1; Sítio Rio do Meio 2; Sítio Timbaúba 1.
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	**19**	Centro e Santo Antônio	Rua Dr. Drumond; Rua Luís André de Maria; Rua Luiz Geraldo Filho; Rua Maria Josefina de Medeiros; Rua Salvina Francelina de Araújo; Travessa Salvina Francelina de Araújo; Vila Salvina Francelina de Araújo; Sítio Fechado.

Observação: a territorialização das microáreas corresponde à configuração vigente na data de elaboração deste anexo, podendo ser revisada pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 11.350/2006 e da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), sem que tal revisão implique alteração do cargo, da classificação ou do direito à nomeação (itens 2.6 e 2.8 deste Edital).

ANEXO II- DO FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu,____, inscrito no CPF sob o nº _____-_____, venho requerer a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público de Provas para provimento do cargo _____da carreira de _____, promovido pela Prefeitura Municipal de Cruzeta e regido pelo Edital nº 02, de 03 de setembro de 2026, inscrição nº_____, de acordo com o referido Edital, conforme abaixo (assinalar a opção abaixo):
( ) 1ª POSSIBILIDADE –Decretos Federais nº 6.593/2008 e 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico).

Nº NIS:		**CPF:**	
DATA DE NASCIMENTO:	**DATA EXP.:**	**RG:**	**UF:**
NOME DA MÃE:			

ANEXO III- DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 02/2026, do Concurso Público para Prefeitura Municipal de Cruzeta, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____
Adiciono ainda outras informações:
1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não
Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____
2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____
3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____
Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.
( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.
Especificar:
_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.

Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata
Observações:
No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO IV- DO FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu,_____, Portador do RG nº _____, CPF de nº_____, declaro que sou negro ou indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim específico de atender ao item 10 do edital nº 02/2026 para concurso público da Prefeitura Municipal de Cruzeta. Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Por fim, através deste termo autorizo a realização de filmagem da entrevista para aferição pessoal da veracidade da autodeclaração como preto, pardo indígena ou quilombola.

OBSERVAÇÕES:
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o correto preenchimento deste formulário e o envio da documentação em conformidade com o Edital de abertura de inscrições;
Todos os documentos enviados serão analisados pela banca examinadora do IDIB, que emitirá relatório com a situação do pedido da pessoa candidata.

, de de 20_.

Assinatura do(a) requerente

ANEXO V- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CONHECIMENTOS COMUNS

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.
INFORMÁTICA: Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador. Configurações básicas do Windows 11. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2024 (Word, Excel e Power Point). Configuração de impressoras. Noções básicas de internet e uso de navegadores. Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails.

RACIOCÍNIO LÓGICO: Raciocínio lógico. Estruturas lógicas. Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Resolução de situações-problema. Reconhecimento de sequências e padrões. Avaliação de argumentos por diagramas de conjuntos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: NOB/96 e NOAS 01 e 02. Políticas de Saúde: Organização dos serviços de saúde no Brasil, Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, controle social, indicadores de Saúde, Sistema de vigilâncias em saúde epidemiológica, Endemias e epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento, Modelo Assistencial, Planejamento e programação local de saúde, Política Nacional de Humanização; Constituição Federal /88, Seção II – Da Saúde, Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde Portaria 2488/2011 Estratégias de Saúde da Família Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Cartilha de Direito e Deveres do usuário do SUS, redes de atenção à saúde, Política Nacional de Promoção de saúde, Política Nacional de Educação Permanente em saúde, Modelo de atenção e processo de trabalho no SUS. Determinantes do processo saúde-doença. Políticas de saúde e história das políticas de saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária. Sistemas e serviços de saúde. Financiamento público e privado da saúde no Brasil. Controle social: conselhos e conferências de saúde. Conferências Nacionais de Saúde. Organização do SUS. Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS; Constituição Federal de 1988; Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90. Pacto pela Saúde, de Gestão e pela Vida. Planejamento e Gestão em saúde. Modelos de atenção à saúde. Vigilância à Saúde: noções básicas. Programas nacionais de saúde; Promoção da saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção Primária à Saúde: conceitos, princípios e organização no Brasil. História da APS. Estratégia de Saúde da Família: histórico, processo de implantação, organização e normatizações. Princípios e Diretrizes. Processo de Trabalho em Saúde. Vigilância à saúde. Epidemiologia básica: indicadores de saúde; sistemas de informações; métodos epidemiológicos; principais agravos de interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações recentes e perspectivas. interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações recentes e perspectiva. Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Intersetorialidade: conceito e relevância para o trabalho no território. Ações Educativas: amamentação, prevenção de drogas, doenças crônicas, nutrição, planejamento familiar, educação sexual e prevenção de DST/AIDS. Controle Social: participação e mobilização social. Família: conceito, tipos e estruturas familiares. Saúde da Criança: cuidados ao recém-nascido, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança, programa bolsa família, orientações alimentares para a criança. Saúde do adolescente: vacinação, sexualidade, transtornos alimentares. Saúde do adulto: vacinação, hábitos alimentares saudáveis, doenças crônicas, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, saúde do homem, saúde da mulher e atenção ao idoso. Saúde mental: ansiedade, depressão e uso abusivo de álcool e outras drogas. Violência familiar: violência contra a mulher, a criança, ao adolescente, ao idoso e a pessoas portadores de deficiência física ou mental, e suas prevenções. Saúde Bucal: cuidados na saúde bucal com criança, adolescentes e adultos. Proliferação de vetores, pragas e animais peçonhentos: dengue, esquistossomose, toxicoplasmose, febre maculosa e raiva. Estratégia de Saúde da Família. Noções de Ética e Cidadania. Políticas de Saúde no Brasil – SUS: Princípios e Diretrizes.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Endemias e Dengue: Definição, Histórico; Aspectos Biológicos do Vetor: Transmissão, Ciclo de Vida; Biologia do Vetor: Ovo, Larva, Pupa e Habitat; Medidas de Controle: Mecânico e Químico, Área de Risco. Febre Amarela, Zoonoses, Imunização, Leishmaniose, Leptospirose, Visitas Domiciliares, Educação Ambiental, Saúde Pública e Saneamento Básico, Vigilância Sanitária na área de alimentos, Hantavirose, Hepatites, Controle Qualidade da Água, Controle Qualidade da Água, Avaliação de Risco Ambiental e Sanitário

ANEXO VI- CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	03/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	03/09/2026	04/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	03/09/2026	04/09/2026
4	**Período de inscrições**	**03/09/2026**	**05/10/2026**
5	Publicação do resultado de impugnação do edital	11/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	15/09/2026	
7	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	16/09/2026	17/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	30/09/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	05/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	06/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	13/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	20/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**29/11/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	30/11/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	01/12/2026	02/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta na área do candidato	22/12/2026	
19	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/12/2026	24/12/2026
20	Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	18/01/2027	
21	Edital de convocação para Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação	19/01/2027	
22	Realização da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	23/01/2027	24/01/2027
23	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação na área do candidato	27/01/2027	
24	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	28/01/2027	29/01/2027
25	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	04/02/2027	
26	Curso de Formação	*A definir	
27	Resultado Final	*A definir	

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:600010D4

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA – RN EDITAL Nº 03/2026, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Federal 14.133, de 2021. Lei Complementar Municipal n° 88/2026, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao provimento de 04 (quatro) vagas imediatas mais cadastro reserva para cargo de Guarda Civil Municipal, nível médio de escolaridade, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, mediante as condições estabelecidas neste edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução do Concurso Público será da responsabilidade técnica e operacional do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL BRASILEIRO – IDIB, conforme contrato celebrado entre as partes, em obediência às normas deste Edital e observância às leis vigentes.

Compete à Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Concurso Público do processo e da realização do Concurso Público regido por este Edital.

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas atualmente existentes nas

Secretaria Municipal supracitada.

O prazo de validade deste Concurso Público é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final no site www.cruzeta.rn.gov.br, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por conveniência administrativa.

As pessoas candidatas aprovadas serão submetidas ao regime estatutário, conforme a respectiva denominação, pré-requisitos e vencimento base inicial especificados neste documento, e de acordo com a legislação específica vigente na época.

O Concurso Público compreenderá a aplicação das seguintes etapas:

ETAPA	FASE	CARÁTER	EXECUÇÃO
1ª	1ª Prova Objetiva	Eliminatória e classificatória	IDIB
	2º Teste de Aptidão Física	Eliminatória	
	3ª Avaliação Psicológica	Eliminatória	
	4ª Avaliação de Saúde	Eliminatória	
2ª	5ª Investigação Social	Eliminatória	MUNICÍPIO DE CRUZETA
	6º Curso de Formação	Eliminatória e classificatória	

A realização da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Fases da 1ª Etapa que compõe este concurso são de

responsabilidade técnica e operacional do IDIB, conforme disposto no subitem 1.6 deste edital, respeitadas as normas deste Edital, seus anexos, eventuais retificações e dos editais de convocação a serem publicados.

Além das fases previstas no subitem 1.6 deste edital, para fins de posse, as pessoas candidatas aprovados no resultado final deste concurso serão submetidos, ainda, à Investigação Social e ao Curso de Formação, a serem executadas pela Prefeitura Municipal de Cruzeta. A convocação para cada uma dessas Fases, de responsabilidade do Município de Cruzeta, será publicada oportunamente no endereço eletrônico www.cruzeta.ce.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o acompanhamento do concurso por esse meio.

As provas objetivas serão realizadas na cidade de Cruzeta, podendo ser utilizadas cidades circunvizinhas às cidades de aplicação das provas objetivas, por necessidade de alocação do quantitativo de inscritos neste concurso.

São parte integrante deste edital os anexos a seguir especificados:

Anexo I – Do quadro de vagas, requisitos e atribuições do cargo;

Anexo II – Do formulário de requerimento de isenção de taxa de inscrição;

Anexo III – Do formulário para requerimento de vaga para candidato com deficiência;

Anexo IV- Do formulário de autodeclaração;

Anexo V- Do modelo de atestado para o Teste de Aptidão Física (TAF);

Anexo VI- Dos conteúdos programáticos;

Anexo VII- Do cronograma de execução previsto.

As pessoas candidatas convocadas e nomeadas neste concurso, dados os critérios de oportunidade e conveniência, serão convocadas através de publicação no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Cruzeta, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Para todos os fins deste concurso público será considerado o horário oficial de Brasília- DF, inclusive para as inscrições e para todos os itens nos quais houver menção sobre "horário local".

Todos os questionamentos relacionados ao presente concurso deverão ser direcionados aos canais de atendimento do IDIB, disponíveis por chat on-line através do endereço eletrônico www.idib.org.br, pelos telefones nº (61) 3968.5690 e 0800.885.0000, de segunda a sexta-feira (dias úteis), das 08h às 12h e das 13h às 17h.

Todas as datas apontadas neste edital são estimativas do cronograma do certame, podendo ser alterado pelo IDIB, em acordo com Administração Pública, visando o melhor aproveitamento do concurso.

O atendimento ao candidato, seja humano ou eletrônico, é meramente auxiliar, não eximindo o candidato do dever de conhecer o presente Edital e os demais atos oficiais do certame. Havendo divergência entre informações prestadas pelo atendimento e o disposto neste Edital, prevalecerá o Edital.

DAS CONDIÇÕES PARA INVESTIDURA NO CARGO

Para investidura no cargo escolhido, a pessoa candidata deverá ter e comprovar, na data da posse, as condições especificadas a seguir:

ter sido classificada no Concurso Público na forma estabelecida neste Edital, em seus anexos e eventuais retificações;

ser brasileiro nato ou naturalizado. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972;

ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

ter altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homes e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.

estar em pleno gozo de os direitos políticos comprovado através de certidão emitida pelo TSE;

estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

apresentar comprovante da habilitação exigida para desempenho das atribuições do cargo;

apresentar, quando da convocação, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo, bem como outros documentos que se fizerem necessários à época da admissão;

estar apta física e mentalmente para o exercício do cargo mediante apresentação de laudo médico admissional, emitido por junta médica oficial, serviço médico do órgão ou profissional/entidade credenciada pela Administração Pública;

cumprir com as determinações deste Edital.

A pessoa candidata poderá se inscrever no certame ainda que, no momento da inscrição, não possua todos os requisitos exigidos para o cargo.

O provimento do cargo ficará condicionado à comprovação de todos os requisitos estabelecidos no subitem 2.1, a qual deverá ocorrer até a data-limite fixada no ato de convocação para posse, mediante a apresentação de documento original.

Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições deverão ser efetuadas durante o período das 14h00min de 03 de setembro de 2026 até às 23h59min do dia 05 de outubro de 2026, pela internet, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.

A inscrição da pessoa candidata implicará em conhecimento prévio e na aceitação das normas estabelecidas neste Edital.

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em conformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal, salvo as exceções previstas nesse mesmo dispositivo.

As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata, dispondo o IDIB do direito de excluir do concurso público aquela que não preencher a solicitação de forma completa e correta.
O valor da taxa de inscrição para este certame é a discriminada no quadro a seguir:

NÍVEL	TAXA DE INSCRIÇÃO
MÉDIO	R$ 140,00 (cento e quarenta reais)

É responsabilidade do candidato examinar o edital completo antes de se inscrever, garantindo o cumprimento de todas as exigências. Ao se inscrever, o participante concorda com todas as regras do certame, sem possibilidade de alegar ignorância sobre as determinações.
A pessoa candidata deverá efetuar a inscrição seguindo as orientações abaixo:
Acessar a página eletrônica da organizadora (www.idib.org.br);
Selecionar o link correspondente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cruzeta;
Preencher a ficha cadastral com as informações solicitadas;
Efetuar o pagamento da taxa por meio do boleto bancário dentro do prazo limite de 24h.
Poderá ser solicitado o envio digital (upload) de documento de identidade oficial. O candidato responde integralmente pela exatidão e autenticidade de todas as informações fornecidas.
Finalizado o período estipulado, o formulário de cadastro ficará indisponível na página do IDIB.
A organização não responde por falhas de conexão, instabilidades na rede, congestionamento no sistema ou problemas no processamento e estorno da transação bancária.
Não se aceitará quitação por DOC, depósito direto, cheque ou agendamentos bancários. Apenas comprovantes definitivos de pagamento emitidos pelos canais autorizados têm validade.
O pagamento deve ocorrer até as 23h59 (horário de Brasília) do 1º dia útil após o encerramento do prazo de inscrição. Transações efetuadas fora desta data serão desconsideradas, invalidando a participação.
A inscrição só é confirmada (deferida) após a baixa bancária.
Dados pessoais só podem ser editados antes de pagar a taxa de inscrição.
Após a quitação, é proibido mudar a opção de cargo. Caso queira trocar, o candidato deverá iniciar um novo cadastro e pagar uma nova taxa.
O cancelamento a pedido do candidato ou o reembolso da taxa não são permitidos, exceto em hipótese de anulação oficial do certame por decisão administrativa.
Não será aceito pagamento do valor da inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste edital. Também não será aceito como comprovação de pagamento da taxa de inscrição, comprovante de agendamento ou extrato bancário.
Caso a pessoa candidata perca o prazo do subitem 3.7, IV, acima, terá que reemitir novo boleto de pagamento da taxa de inscrição.

DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DOS MEIOS DE PAGAMENTO

O boleto bancário referente à taxa de inscrição será disponibilizado para impressão imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de inscrição on-line, constituindo o boleto bancário o meio padrão de quitação da taxa correspondente.
O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil subsequente ao encerramento do período de inscrições, conforme cronograma constante do Anexo VI deste edital, respeitada, em qualquer hipótese, a data de vencimento consignada no próprio boleto.
O boleto poderá ser pago em qualquer instituição bancária, por meio de internet banking, casas lotéricas, agências dos Correios ou demais canais autorizados aptos à liquidação do título, não estando a pessoa candidata restrita a instituição financeira eventualmente conveniada.
Havendo feriado ou fechamento de agências bancárias, casas lotéricas ou unidades dos Correios na localidade da pessoa candidata, esta deverá antecipar o pagamento para o dia útil imediatamente anterior, respeitados rigorosamente os prazos fixados neste edital.
O boleto poderá ser reemitido, em caso de extravio ou vencimento, até o prazo-limite previsto no subitem 4.2, hipótese em que o pagamento do boleto reemitido somente será considerado válido se efetuado até essa mesma data-limite.
Com o objetivo de facilitar o acesso da pessoa candidata ao certame, poderão ser disponibilizadas, por intermédio de instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, alternativas que permitam a liquidação da taxa mediante cartão de crédito, PIX ou parcelamento, constituindo tais meios mera faculdade da pessoa candidata, sem prejuízo da permanência da opção de pagamento à vista mediante quitação direta do boleto bancário, sem acréscimos financeiros.
Na hipótese de opção por cartão de crédito, PIX ou outro mecanismo de financiamento disponibilizado por instituições financeiras ou plataformas de pagamento parceiras, a pessoa candidata declara estar ciente e de acordo com todas as condições comerciais, taxas, encargos, juros ou tarifas aplicáveis, os quais são definidos exclusivamente pela instituição financeira ou operadora responsável pela transação, não possuindo a banca organizadora qualquer responsabilidade sobre a relação financeira estabelecida entre a pessoa candidata e a referida instituição, limitando-se à disponibilização do boleto correspondente.
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata conferir, no momento da emissão e do pagamento, a correção dos dados cadastrais e das informações constantes do boleto e do respectivo comprovante, não sendo aceitos pagamentos ou inscrições que não possam ser identificados em razão de erro nos dados informados pela pessoa candidata ou por terceiro no momento da transação.
Não serão aceitos como comprovante de pagamento agendamento bancário, extrato bancário ou qualquer documento que não ateste a efetiva quitação da taxa, e não deverá ser enviada à banca organizadora qualquer documentação física ou digital relativa ao pagamento, sendo a veracidade das informações de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.
A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação da quitação integral da taxa, independentemente do meio de pagamento utilizado, e pagamentos efetuados após a data-limite fixada no subitem 4.2 serão desconsiderados, resultando no indeferimento automático da inscrição.
É vedada a transferência do valor pago a terceiros, sendo de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata qualquer utilização indevida decorrente dessa transferência.
A taxa de inscrição possui natureza administrativa e, uma vez paga, não será devolvida, ressalvada a hipótese de anulação integral do certame ou demais situações expressamente previstas em lei ou neste edital, casos em que o procedimento e o prazo de restituição serão disciplinados em ato próprio da banca organizadora ou do ente municipal.
A confirmação do pagamento implica aceite pleno e irretratável de todas as disposições deste edital, inclusive quanto ao meio de pagamento utilizado, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento das condições financeiras aplicáveis, tampouco pedido de cancelamento da inscrição ou de restituição de valores com fundamento no meio de pagamento escolhido.
Caso a pessoa candidata promova ou tente promover cancelamento, contestação ou chargeback da transação financeira junto à instituição financeira ou operadora de pagamento após a confirmação da inscrição, a banca organizadora poderá proceder à eliminação da pessoa candidata do certame, sem prejuízo das demais medidas administrativas, cíveis ou criminais cabíveis, podendo a adoção de mecanismos destinados a anular ou frustrar o pagamento da taxa ensejar cobrança judicial do valor devido.
A banca organizadora não se responsabiliza por solicitações de inscrição ou de pagamento não recebidas ou não processadas em razão de falhas técnicas, de comunicação, congestionamento de sistemas ou outros fatores de ordem técnica alheios à sua atuação.

Os dados pessoais fornecidos pela pessoa candidata serão tratados pelo Município de Cruzeta e pelo IDIB exclusivamente para fins relacionados ao presente certame, em cumprimento de obrigação legal e para o exercício regular de competências previstas em lei, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Poderá requerer a isenção total da taxa de inscrição, no período estabelecido no Anexo VI deste Edital, o candidato que se enquadrar em uma das seguintes modalidades:

Modalidade I – CadÚnico: pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, do Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, e do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022; ou

Modalidade II – Doador de medula óssea: comprovar a condição de doador de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

A solicitação de isenção deverá ser realizada no ato da inscrição, exclusivamente por meio da Área do Candidato, no endereço eletrônico oficial do IDIB, durante o período estabelecido no Anexo VI deste Edital.

Para formalizar a solicitação, o candidato deverá:

preencher integralmente o formulário eletrônico de requerimento de isenção;

indicar apenas uma das modalidades de isenção previstas no subitem 5.1;

prestar as informações exigidas pelo sistema.

Será admitida apenas uma solicitação de isenção por candidato, vinculada ao respectivo número de inscrição, sendo vedada a indicação simultânea de mais de uma modalidade.

Encerrado o prazo estabelecido no Anexo VI, não será permitida a alteração da modalidade escolhida, a edição do requerimento ou o envio de documentação que deveria ter sido apresentada durante o período de solicitação.

A documentação comprobatória conforme a modalidade escolhida deverá ser apresentada pelo candidato integralmente nos moldes a seguir:

Modalidade I – CadÚnico - para solicitar isenção com base na inscrição no CadÚnico, o candidato deverá apresentar:

comprovante de inscrição no CadÚnico, contendo o Número de Identificação Social (NIS) atualizado;

declaração de que é membro de família de baixa renda, com renda mensal per capita de até meio salário-mínimo, conforme o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF;

preencher formulário de requerimento de isenção conforme modelo do Anexo II deste edital.

Modalidade II – Doador de medula óssea - para solicitar isenção com base na condição de doador de medula óssea, o candidato deverá apresentar:

comprovante de cadastro como doador de medula óssea por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, atestado ou laudo, com a respectiva data da doação, emitido por médico inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e vinculado a entidade, que comprove a doação;

documento oficial de identificação, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, e CPF.

O simples cadastro como potencial doador no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea – REDOME, desacompanhado de documento que comprove a efetiva doação, não será suficiente para a concessão da isenção.

Os pedidos de isenção realizados fora do prazo, por via postal, correio eletrônico ou requerimento administrativo e sem a devida indicação da modalidade pretendida, não serão aceitos.

O pedido de isenção será indeferido quando a documentação:

não for enviada dentro do prazo estabelecido;

estiver ilegível, incompleta, corrompida ou em formato diverso do admitido pelo sistema;

não contiver os elementos necessários à identificação do candidato, da entidade emissora ou da efetiva doação;

comprovar apenas o cadastro como potencial doador, sem demonstrar a efetiva doação;

apresentar informações divergentes das constantes no requerimento de inscrição.

São de responsabilidade exclusiva do candidato:

o preenchimento correto do requerimento;

a indicação da modalidade adequada;

a veracidade das informações prestadas;

a apresentação tempestiva e integral da documentação exigida; e

a confirmação de que a solicitação foi efetivamente registrada no sistema.

Cada requerimento será analisado pelo IDIB, que poderá realizar consultas aos órgãos públicos, entidades emissoras, sistemas governamentais e demais fontes oficiais necessárias à confirmação das informações apresentadas.

O IDIB poderá solicitar esclarecimentos ou realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos, sem que isso implique direito à apresentação de documento que tenha sido omitido pelo candidato dentro do prazo regular.

A prestação de informação falsa, inexata ou incompleta, bem como a utilização de documento falso, adulterado ou obtido mediante fraude, acarretará, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

o cancelamento da inscrição e a exclusão do candidato, quando a irregularidade for constatada antes da homologação do resultado;

a exclusão da lista de aprovados, quando constatada após a homologação e antes da nomeação ou contratação; ou

a anulação da nomeação ou contratação, quando constatada posteriormente.

As medidas previstas neste subitem serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções civis, penais e administrativas cabíveis, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

Os resultados preliminar e definitivo da análise dos pedidos de isenção serão divulgados no endereço eletrônico oficial do IDIB, nas datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.

O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar no prazo de 2 (dois) dias corridos, por meio da Área do Candidato, conforme estabelecido no Anexo VI.

O recurso deverá conter fundamentação objetiva e limitar-se à contestação da análise realizada, não sendo admitidos:

a alteração da modalidade de isenção;

o envio de documento que deveria ter sido apresentado durante o período regular de solicitação;

a substituição integral da documentação anteriormente enviada; ou
a apresentação de requerimento de isenção não formalizado dentro do prazo.
Após a publicação do resultado definitivo, o candidato que tiver o pedido de isenção indeferido e desejar permanecer no concurso deverá acessar a Área do Candidato, gerar o documento de cobrança e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento estabelecida no Anexo VI.
O candidato que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo, após o indeferimento definitivo do pedido de isenção, terá sua inscrição cancelada.
A concessão da isenção não dispensa o candidato de acompanhar a situação de sua inscrição e as publicações relativas ao Concurso no endereço eletrônico oficial do IDIB.
São de responsabilidade exclusiva do candidato a indicação correta da modalidade, a veracidade das informações prestadas e a apresentação tempestiva da documentação no link específico.
O IDIB não se responsabilizará por solicitação não recebida em razão de falhas de comunicação, congestionamento das linhas de transmissão, problemas no equipamento utilizado pelo candidato ou outros fatores de ordem técnica que não sejam comprovadamente imputáveis ao Instituto.

DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO PRELIMINAR

O IDIB, após o término das inscrições, divulgará relação com o nome das pessoas candidatas que tiveram suas inscrições deferidas através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
Do indeferimento do pedido de inscrição caberá recurso nos termos do item 24- DOS RECURSOS, a contar da data da publicação realizada no endereço eletrônico do IDIB.
Não serão recebidos os recursos protocolados fora do prazo e em desacordo com preceitos do item 24 deste Edital.
Não será aceita a interposição de recursos, ainda que dentro do prazo, via Correios, e- mail ou qualquer outro meio de comunicação que não o estabelecido neste Edital.
A devolução do pagamento da taxa de inscrição somente ocorrerá a pessoa candidata, no caso de não realização do certame por parte da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
Considera-se indeferida a inscrição preliminar da pessoa candidata que não pagar a taxa de inscrição e/ou prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição, constatadas a qualquer tempo.

DO COMPROVANTE DE CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO (CCI)

As informações referentes à data, ao horário, ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala) estarão disponíveis na data prevista no Anexo VI deste Edital, por meio da área da pessoa candidata, disponibilizado para acesso na página do concurso, através do endereço eletrônico www.idib.org.br.
Caso a pessoa candidata, ao consultar seu Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), constate alguma informação divergente do declarado no ato de inscrição deverá entrar em contato com o IDIB, através dos canais de atendimento a pessoa candidata previsto neste Edital, em até 2 (dois) dias consecutivos a contar de referida publicação, para solicitar o ajuste necessário.
Os contatos feitos após o prazo estabelecido no subitem 7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para a pessoa candidata as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto ser dever da pessoa candidata verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.
Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição da pessoa candidata deverão ser corrigidos também até o prazo previsto no subitem 7.2 deste Edital.
O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço residencial e/ou eletrônico informado pela pessoa candidata no ato da inscrição.
São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado na sua área da pessoa candidata e/ou CCI.
A pessoa candidata deverá observar atentamente os horários e locais de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova/etapa.
A alocação das pessoas candidatas nos locais designados para as provas será definida pelo IDIB, que adotará livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do certame. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação das pessoas candidatas nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de pessoas candidatas com deficiência em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a esse público.
A pessoa candidata deverá acessar o endereço eletrônico www.idib.org.br para obter e imprimir o comprovante de confirmação de sua inscrição (CCI).
Constatada qualquer inconsistência ou a ausência do nome da pessoa candidata na relação preliminar de inscritos, caberá a interposição de recurso, na forma e no prazo previstos no item 24-DOS RECURSOS deste Edital.
O comprovante de confirmação de inscrição deverá ser mantido em poder da pessoa candidata e apresentado, quando solicitado, nos locais de realização das provas, juntamente com documento oficial de identificação com foto, conforme as disposições deste Edital.
A obtenção, guarda e apresentação do comprovante de confirmação de inscrição são de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata.

DAS VAGAS RESERVADAS

Das vagas destinadas aos cargos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão providas na forma da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.
Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 8.1. deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
As pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no §1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro 2012 (Transtorno do Espectro Autista); da Lei 14.126, de 22 de março de 2021 (Visão Monocular), da Lei 14.768 de 22 de dezembro de 2023 (Deficiência Auditiva), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 e têm assegurado o direito de inscrição no presente concurso público, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo para o qual concorram.
Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, as pessoas candidatas com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e a todas as demais normas de regência do concurso.
Para concorrer às vagas reservadas, a pessoa candidata com deficiência deverá:
no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência e que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência;
enviar, no período previsto no Anexo VI deste edital, para dentro do site da banca em ambiente específico, www.idib.org.br, os documentos abaixo:
arquivo digital do documento de identificação, de acordo com este edital, e CPF;
arquivo digital de laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a publicação deste edital, atestando a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, de acordo com o modelo constante do Anexo III deste edital;

no caso da pessoa candidata com deficiência que necessite de atendimento especial para a realização das provas, enviar, juntamente com a documentação prevista na alínea "b" deste subitem, justificativa de condição especial acompanhada de laudo e parecer emitido por especialista da área de sua deficiência que ateste referida necessidade, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 4º do Decreto nº 9.508/2018 e alterações.
A pessoa candidata com deficiência deverá enviar os documentos elencados no período previsto no Anexo VI deste edital, com imagens legíveis. Após esse período, a solicitação será indeferida.
O envio dos arquivos especificados no subitem 8.5 deste edital é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.
Somente serão aceitos arquivos no formato PDF, arquivo único, e com tamanho máximo de até 10MB (dez megabytes) ou no máxima 2MB(dois megabytes) se arquivo individual.
Os arquivos ilegíveis serão desconsiderados para fins de análise.
A pessoa candidata deverá manter aos seus cuidados a via original ou a cópia autenticada em cartório da documentação constante do subitem 8.5 deste edital, para que, caso seja solicitada pelo IDIB, envie por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.
O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), a cópia simples do documento de identificação e CPF terão validade somente para este concurso público, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação seja para qualquer fim.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoas com deficiência serão divulgados no endereço eletrônico www.idib.org.br, nas datas previstas no Anexo VI deste edital.
A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar das inscrições indeferidas para concorrer na condição de pessoa com deficiência deverá fazê-lo no endereço eletrônico www.idib.org.br no prazo estabelecido no Anexo VI deste Edital. Após o término do referido prazo, não serão admitidos pedidos de revisão.
No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de complementação, substituição ou novo envio de documentação.
A inobservância do disposto no item 8.5 deste edital acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
A pessoa candidata que não se declarar com deficiência no ato de sua inscrição não terá direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Apenas o envio da documentação exigida neste edital não é suficiente para a pessoa candidata ter sua solicitação deferida.
A pessoa candidata que, no ato da inscrição, se declarar pessoa com deficiência, se aprovada neste concurso público e na perícia médica, figurará na listagem geral de classificação e, também, em lista específica de pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência.
As vagas reservadas para pessoas com deficiência serão preenchidas por pessoas candidatas que tenham obtido o percentual mínimo de aprovação em todas as etapas do concurso, dentro dos limites do quadro de vagas constantes neste edital. Caso não haja pessoas candidatas aprovadas, às vagas eventualmente não preenchidas serão destinadas à ampla concorrência.
Na hipótese de novas vagas dentro do prazo de validade do presente concurso público e sendo possível a aplicação do percentual a que se refere o subitem 8.1 deste edital, e havendo pessoa candidata considerada pessoa com deficiência habilitada, ela será convocada.
Durante o prazo de validade do concurso serão convocadas pessoas candidatas na condição de pessoa com deficiência de acordo com a alternância e proporcionalidade previstas em lei.
Após a investidura da pessoa candidata com deficiência, esta não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação.
A nomeação das pessoas candidatas aprovadas respeitará os critérios de ordem de classificação, de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas as pessoas candidatas com deficiência.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de pessoa candidata ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pela próxima candidata com deficiência classificada, desde que haja pessoa candidata classificada nessa condição.
No ato da inscrição, a pessoa candidata com deficiência deverá declarar estar ciente das atribuições do cargo/área e/ou especialidade para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo.
A pessoa candidata que não for considerada pessoa com deficiência, nos termos do Decreto nº 3.298/1999, do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da Lei nº 14.126/2021, passará a figurar apenas na listagem de classificação geral, caso possua nota suficiente para tanto, observados os critérios de avaliação biopsicossocial previstos na legislação vigente.

DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSOCIAL

O candidato que tenha optado por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e que tenha alcançado a pontuação mínima exigida na prova discursiva, será submetido ao procedimento de caracterização da deficiência, promovido por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB.
O procedimento de caracterização da deficiência será realizado inicialmente por meio da análise da documentação comprobatória encaminhada pelo candidato durante o período de inscrição, conforme o item 8 deste Edital.
Em caso de dúvida, inconsistência ou insuficiência dos elementos apresentados na análise documental, o procedimento será complementado por avaliação presencial ou em formato telepresencial.
Serão submetidos ao procedimento de caracterização da deficiência todos os candidatos inscritos nas vagas reservadas que alcancem a pontuação mínima exigida nas etapas anteriores, ainda que tenham obtido pontuação suficiente para aprovação ou classificação dentro do quantitativo da ampla concorrência.
O procedimento será realizado após a publicação do resultado definitivo da prova discursiva e antes da publicação do resultado final do concurso público, observadas as datas estabelecidas no Anexo VI deste Edital.
A Administração ou a equipe multiprofissional e interdisciplinar poderá determinar a realização de avaliação presencial complementar sempre que considerar indispensável o exame físico direto do candidato para a adequada e segura conclusão do procedimento.
DO PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA AVALIAÇÃO BIOPSICOSSOCIAL

A análise documental para caracterização da deficiência será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar de responsabilidade do IDIB, mediante exame da documentação comprobatória prevista no item 8 deste Edital e enviada pelo candidato no período de inscrição.
A análise documental será realizada por meio de sistema eletrônico, no qual a equipe multiprofissional e interdisciplinar, cuja composição será por 3(três) profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e 3(três) profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato. terá acesso às imagens dos documentos apresentados pelo candidato nos termos do item 8 deste Edital.
A equipe multiprofissional e interdisciplinar emitirá parecer fundamentado sob a perspectiva biopsicossocial, considerando:
as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição no concurso público;
a documentação comprobatória ou caracterizadora da deficiência encaminhada pelo candidato;
a natureza das atribuições e das tarefas essenciais do cargo a ser desempenhado;
as condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho necessárias à execução das tarefas;
a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos, tecnologias assistivas ou outros meios de que faça uso habitual;
os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social; e

o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais.
Os resultados preliminar e definitivo do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial serão divulgados na forma do item 18 deste Edital e nas datas previstas no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar do procedimento de análise documental da avaliação biopsicossocial por meio da Área do Candidato, acessível pelo endereço eletrônico www.idib.org.br, dentro do prazo previsto no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá enviar, em recurso, imagem de nova da documentação comprobatória/caracterizadora da deficiência. Poderá enviar, ainda, imagem de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.
A análise da documentação do candidato que, na primeira etapa do procedimento de análise da avaliação biopsicossocial, reste dúvida quanto à caracterização da deficiência, ensejará a convocação para a segunda etapa da avaliação biopsicossocial, conforme subitem 9.15 e seguintes deste Edital.
DA AVALIAÇÃO COMPLEMENTAR PRESENCIAL OU TELEPRESENCIAL
O candidato cuja documentação não permita conclusão segura quanto à caracterização da deficiência será convocado para avaliação complementar realizada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar.
A avaliação complementar será realizada preferencialmente de forma presencial, podendo ocorrer em formato telepresencial (com uso de tecnologias de telessaúde) quando:
houver concordância expressa do candidato, manifestada no ato da inscrição ou mediante confirmação no sistema; e
a equipe multiprofissional e interdisciplinar considerar o formato telepresencial tecnicamente adequado e suficiente para a análise da deficiência apresentada.
Na ausência de concordância do candidato com a modalidade telepresencial, ou entendendo a equipe multiprofissional e interdisciplinar pela necessidade de avaliação física direta, o procedimento será realizado presencialmente, em local, data e horário indicados no edital de convocação.
O candidato será convocado por meio de edital específico, a ser publicado na forma do item 19 e na data prevista no Anexo VI deste Edital.
O edital de convocação informará:
a modalidade de realização da avaliação (presencial ou telepresencial);
a data e o horário fixados;
o endereço completo do local da avaliação, quando presencial;
a plataforma eletrônica e o procedimento de acesso à sala virtual, quando telepresencial;
os documentos e exames complementares que deverão ser apresentados; e
as demais instruções técnicas e organizacionais indispensáveis ao ato.
Por ocasião da avaliação complementar, o candidato deverá apresentar, quando solicitado, exames complementares específicos, laudos e documentos indispensáveis à adequada caracterização da deficiência.
A solicitação de exames ou documentos complementares será fundamentada pela equipe multiprofissional e informada ao candidato no edital de convocação ou mediante notificação em sua Área do Candidato.
Quando realizada em formato telepresencial, a avaliação ocorrerá por meio de plataforma eletrônica homologada e indicada no edital de convocação, cabendo ao IDIB assegurar:
a disponibilização, estabilidade e adequado funcionamento da plataforma eletrônica;
as condições de acessibilidade digital necessárias;
o suporte técnico durante a realização do procedimento;
a proteção, confidencialidade e criptografia dos dados pessoais e das informações de saúde; e
a prestação das adaptações razoáveis previamente solicitadas e deferidas.
Na modalidade telepresencial, o candidato deverá providenciar equipamento dotado de câmera e microfone funcionais e conexão à internet com velocidade compatível, observadas as especificações do edital de convocação.
O candidato deverá acessar a sala virtual com a antecedência mínima indicada no edital de convocação, permanecendo conectado e disponível até a finalização do procedimento.
Não haverá segunda chamada para a realização da avaliação complementar, salvo nas seguintes hipóteses excepcionais:
falha técnica de conexão ou funcionamento comprovadamente atribuível à plataforma eletrônica ou ao IDIB;
indisponibilidade geral do sistema mantido pela banca;
ausência injustificada de oferta da adaptação razoável anteriormente deferida;
caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado documentalmente no prazo de até 2 (dois) dias corridos e aceito pela comissão responsável; ou
outra situação excepcional expressamente reconhecida pela Administração.
O não acesso à sala virtual ou o não comparecimento à avaliação presencial, sem justificativa aceita pela comissão na forma do subitem 9.26, implicará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.
Não será admitido o ingresso do candidato após o horário fixado para o início da avaliação, ressalvada a ocorrência de falha técnica da plataforma ou situação excepcional reconhecida pelo IDIB.
O candidato deverá apresentar documento original de identidade com foto válida, nos termos do subitem 12.4 deste Edital, ou documento de identificação digital oficial (ex.: e-Título, CNH digital, RG digital) nas plataformas oficiais devidas.
Na avaliação telepresencial, o documento de identidade deverá ser exibido à câmera para verificação e registro da equipe de apoio do IDIB.
Após a verificação da identidade, o candidato aguardará em ambiente virtual de espera até a sua chamada pela equipe multiprofissional.
Durante toda a avaliação telepresencial, o candidato manterá sua câmera ligada e transmissão de vídeo ativa, ressalvadas adaptações razoáveis previamente autorizadas.
É vedada a presença de terceiros no ambiente do candidato durante a avaliação telepresencial, exceto quando previamente autorizada a participação de acompanhante, intérprete de Libras, guia intérprete, atendente pessoal ou profissional de apoio. A qualificação do acompanhante deverá ser informada à equipe no início da sessão.
O resultado preliminar da avaliação complementar será divulgado na forma do item 18 e na data prevista no Anexo VI deste Edital.
O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da avaliação complementar por meio da Área do Candidato (www.idib.org.br), no prazo estipulado no Anexo VI deste Edital.
O candidato terá acesso à cópia do parecer fundamentado, podendo juntar em seu recurso nova documentação comprobatória, laudos e exames complementares.
O resultado definitivo do procedimento de caracterização da deficiência será divulgado após a apreciação dos recursos, na forma do item 18 e na data constante do Anexo VI deste Edital.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO DE CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA
Na hipótese de decisão definitiva pela não caracterização da deficiência, o candidato permanecerá no concurso público figurando exclusivamente na lista de ampla concorrência, desde que tenha alcançado, em cada etapa anterior, a nota ou pontuação necessária para prosseguir no certame e esteja situado dentro do limite de corte exigido na ampla concorrência.

A comissão encarregada da análise dos recursos será composta por profissionais distintos daqueles que emitiram o parecer inicial recorrido, garantindo-se a impessoalidade e o duplo grau de revisão administrativa.
Das decisões proferidas pela comissão recursal não caberá novo recurso administrativo no âmbito do concurso público.
Constatados indícios de fraude, falsidade ideológica ou má-fé no procedimento de caracterização da deficiência, o caso será submetido à apuração e encaminhado aos órgãos competentes para adoção de providências administrativas, civis e criminais.
Comprovada a fraude ou má-fé em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa:
se o concurso público estiver em andamento, o candidato será eliminado sumariamente do certame; ou
se o candidato já tiver sido nomeado ou empossado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ou ato de provimento no serviço público, sem prejuízo da restituição de valores e demais sanções aplicáveis.
Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que:
não tiver sua deficiência caracterizada após a decisão definitiva do procedimento;
deixar de comparecer à avaliação presencial ou não acessar a sala virtual na avaliação telepresencial, quando regularmente convocado, sem justificativa aceita nos termos do edital;
não apresentar documento oficial de identidade válido no momento da avaliação;
recusar-se, injustificadamente, a fornecer as informações ou submeter-se aos exames necessários à realização do procedimento;
deixar de apresentar, no prazo solicitado, documentos ou exames imprescindíveis à conclusão do parecer técnico; ou
impedir, dificultar ou inviabilizar, por qualquer meio, a realização da avaliação técnica.
Os candidatos inscritos na reserva de vagas para pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme a sua pontuação e ordem de classificação geral.
Os candidatos com deficiência que obtiverem pontuação suficiente para aprovação dentro do quantitativo de vagas da ampla concorrência não serão computados no preenchimento das vagas reservadas.
Os candidatos com deficiência aprovados na ampla concorrência figurarão tanto na lista de classificação geral quanto na lista de classificação de vagas reservadas.
A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato convocado para vaga reservada ensejará sua substituição pelo candidato com deficiência subsequente na ordem de classificação da lista de reserva.
As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas serão revertidas para a ampla concorrência somente após o esgotamento total da lista de candidatos com deficiência aprovados, inclusive aqueles integrantes do cadastro de reserva.
A nomeação dos candidatos aprovados observará a ordem de classificação e os critérios de alternância e proporcionalidade entre a lista da ampla concorrência e a lista de reserva para pessoas com deficiência, respeitado o percentual legal estabelecido no subitem 8.1 deste Edital.
Em caso de vagância ou surgimento de novas vagas destinadas à reserva durante a validade do concurso, será convocado o candidato com deficiência aprovado na posição subsequente da respectiva lista especial.
Somente após o esgotamento absoluto da lista de candidatos com deficiência as vagas reservadas remanescentes poderão ser revertidas e preenchidas pelos candidatos aprovados na ampla concorrência, segundo a ordem geral de classificação.
Caso todos os candidatos da ampla concorrência tenham sido nomeados e ainda restaurem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público, poderão ser convocados os candidatos aprovados na lista de pessoas com deficiência, respeitada a ordem de classificação e o atendimento às exigências do cargo.
Ocorrendo a vacância de cargo anteriormente ocupado por pessoa com deficiência nomeada por este certame durante o prazo de validade do concurso, a nova convocação recairá preferencialmente sobre candidato aprovado na lista de vagas reservadas aos optantes PcD, respeitada a ordem classificatória.
O IDIB e o órgão público contratante garantem a integral e rigorosa proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis (dados de saúde e de deficiência) previstos na LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a prevenir acessos não autorizados ou vazamentos.
O procedimento de caracterização da deficiência possui a finalidade exclusiva de verificar o enquadramento do candidato na reserva de vagas, não se confundindo com o exame de aptidão física ou mental para o exercício do cargo, a ser realizado no momento da posse/admissão.
A caracterização da deficiência para fins de vaga reservada não exclui nem substitui o direito do candidato ao fornecimento de adaptações razoáveis, ajudas técnicas e tecnologias assistivas necessárias para a realização das demais etapas do concurso público.

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS PRETAS, PARDAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Serão reservados 30% (trinta por cento) do total das vagas às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, na forma da Lei Federal nº 15.142, de 03 de junho de 2025.
Para os fins de concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, considera-se:
pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;
pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;
pessoa quilombola: aquela pertencente ao grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a 2 (dois).
Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
No caso de cargo em que não haja reserva imediata às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas, em virtude do número de vagas, a pessoa candidata poderá se inscrever para o cadastro de reserva, já que a Administração Pública pode, dentro da validade do concurso, alterar o seu quadro criando novas vagas.
Para concorrer às vagas reservadas neste concurso público, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preta, parda, indígena ou quilombola, em campo específico do formulário de inscrição, observados os critérios de cor e etnia adotados pelo IBGE, no que se refere às categorias preta e parda, e os requisitos específicos de comprovação estabelecidos neste edital para as condições de indígena e de quilombola.
Até o fim do período de inscrição do concurso público, será facultado à pessoa candidata optar por concorrer ou desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas.
Presumem-se relativamente verdadeiras as informações prestadas pela pessoa candidata no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa, e sem prejuízo dos procedimentos específicos de verificação e comprovação previstos neste edital, especialmente quanto à autodeclaração étnico-racial e à condição de indígena ou quilombola.

Comprovando-se falsa a declaração, a pessoa candidata será eliminada do concurso e, se houver sido convocada, ficará sujeita à anulação da sua convocação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso público.
As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas que vierem a ser aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas destinado à ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas, concorrendo exclusivamente em decorrência de sua classificação segundo os critérios gerais do certame.
As pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso público tanto na listagem de ampla concorrência quanto na listagem de vagas reservadas, observada, em ambas, a mesma nota ou pontuação obtida pela pessoa candidata em cada etapa do certame.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas indígenas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas quilombolas.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas candidatas pretas e pardas e, por último, para a ampla concorrência.
Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa candidata preta, parda, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.
Na hipótese de número insuficiente de pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas, no mesmo certame, para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.
Na hipótese de não haver pessoas candidatas aprovadas em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas para pessoas candidatas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista no art. 3º do Decreto Federal nº 12.536, de 2025, abaixo disposta:
reserva de 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas para pessoas pretas e pardas;
reserva de 3% (três por cento) do total de vagas para indígenas; e
reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas para quilombolas.
A convocação das pessoas candidatas aprovadas e classificadas observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado às pessoas candidatas pretas, pardas, indígenas e quilombolas e às pessoas candidatas com deficiência.
As pessoas candidatas que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas constarão na relação a ser divulgada no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o indeferimento da inscrição para as vagas reservadas, nas datas indicadas conforme cronograma previsto neste edital.
A pessoa candidata que se autodeclarou preta ou parda no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se à Comissão de Heteroidentificação, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.
A pessoa candidata que se autodeclarou indígena ou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico, conforme disposto no item 11 deste edital.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO E DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Este item disciplina, em quatro seções, os procedimentos de confirmação das autodeclarações prestadas para fins de reserva de vagas:
heteroidentificação das pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas;
verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas indígenas;
verificação documental complementar das pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas; e
disposições comuns aos três procedimentos.

DA HETEROIDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS PRETAS OU PARDAS

Serão convocadas para a submissão à Comissão de Heteroidentificação, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas classificadas até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas pretas ou pardas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante a Comissão de Heteroidentificação, na forma deste edital.
Deverão submeter-se ao procedimento de heteroidentificação étnico-racial todas as pessoas candidatas que optarem, no ato de inscrição, por concorrer às vagas reservadas a pessoas negras (pretas e pardas), ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, e desde que satisfeitas as condições de habilitação estabelecidas neste edital.
O IDIB executará a heteroidentificação por meio de procedimento telepresencial, cujo edital de convocação específico indicará local, data e horário, a ser publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.
A pessoa candidata deverá verificar previamente o dia e o horário de realização do procedimento, somente podendo realizá-lo na data designada.
A pessoa candidata convocada deverá estar disponível com 1 (uma) hora de antecedência do horário marcado para o início do procedimento telepresencial, munida de documento de identificação original e cópia, na forma prevista neste edital.
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar documento de identificação original por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 (trinta) dias da data de sua apresentação, podendo ser, ainda, submetida à identificação especial, a critério da Comissão.
O IDIB constituirá Comissão de Heteroidentificação, composta por 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, observados os requisitos legais aplicáveis, devendo sua composição garantir, sempre que possível, a diversidade quanto ao gênero, à cor e à origem regional de seus integrantes.
Será resguardado o sigilo dos nomes das pessoas que integram a Comissão de Heteroidentificação, podendo tais informações ser disponibilizadas aos órgãos de controle interno e externo, quando requeridas.
Os currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial serão publicados no endereço eletrônico www.idib.org.br, em conformidade com a legislação aplicável.
A Comissão utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa candidata, consideradas as características fenotípicas apresentadas no momento da realização do procedimento, observadas a declaração feita no ato da inscrição quanto à condição de pessoa afrodescendente e a opção de concorrer às vagas reservadas.
Não será admitida, em nenhuma hipótese, prova baseada em ancestralidade ou em laudos médicos, dermatológicos, genéticos ou antropológicos.

É vedado à pessoa candidata utilizar subterfúgios para simulação ou alteração de características fenotípicas, sob pena de apuração de eventual fraude ou má-fé, na forma da legislação aplicável.
Não serão admitidos, para fins de aferição da condição declarada, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados pela pessoa candidata, inclusive imagens, certidões, registros civis ou militares, documentos relativos à ascendência, ou pareceres emitidos por comissões de heteroidentificação de outros concursos públicos ou processos seletivos federais, estaduais, distritais ou municipais.
O procedimento será registrado por meio de filmagem e fotografia, cujo material somente poderá ser utilizado pela Comissão para fins de análise de eventual recurso interposto pela pessoa candidata.
A recusa da pessoa candidata em se submeter à filmagem, à fotografia, ou a ambas, implicará o indeferimento automático de sua autodeclaração étnico-racial, dispensada a convocação suplementar de pessoas candidatas não habilitadas, permanecendo a pessoa candidata no certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior, nota ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais etapas.
É vedado à Comissão deliberar na presença de quaisquer pessoas candidatas na seleção.
A Comissão deliberará pela maioria de seus membros, mediante parecer motivado, com registro expresso das razões de convencimento.
Prevalecerá a presunção relativa de veracidade da autodeclaração em favor da pessoa candidata sempre que houver dúvida razoável quanto ao seu fenótipo, circunstância que deverá constar, de forma motivada, do parecer da Comissão.
O teor do parecer motivado terá acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas aplicáveis de proteção de dados pessoais.
As deliberações da Comissão terão validade restrita a este certame, não se estendendo a outras finalidades.
O resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br e indicará a conclusão do parecer da Comissão quanto à confirmação da autodeclaração.
Da decisão preliminar da Comissão, a pessoa candidata prejudicada pela não confirmação de sua autodeclaração poderá interpor recurso dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-Racial, no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do resultado preliminar, por meio de link próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.idib.org.br, não sendo aceitos pedidos de revisão após esse prazo.
A Comissão Recursal de Heteroidentificação será composta por 3 (três) membros, distintos daqueles que integraram a Comissão de Heteroidentificação Étnico-Racial, aplicando-se a ela, no que couber, as regras previstas para a Comissão de Heteroidentificação quanto à composição e aos critérios de avaliação. Os currículos de seus integrantes serão disponibilizados no endereço eletrônico www.idib.org.br por ocasião da divulgação do resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação.
Em suas decisões, a Comissão Recursal considerará a filmagem do procedimento, o parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação e o conteúdo do recurso interposto pela pessoa candidata prejudicada.
A autodeclaração da pessoa candidata prevalecerá sempre que houver decisão não unânime em seu desfavor, cumulativamente, na Comissão de Heteroidentificação e na Comissão Recursal. Das decisões da Comissão Recursal não caberá novo recurso administrativo.
Na hipótese de indícios ou denúncia de fraude ou má-fé no procedimento de heteroidentificação, o caso será encaminhado aos órgãos competentes, inclusive à Polícia Federal, para apuração da existência ou não de crime, nos termos da legislação penal vigente. Constatada a fraude ou má-fé pelos órgãos competentes, a pessoa candidata será eliminada, caso o certame ainda esteja em andamento, ou ficará sujeita à anulação de sua admissão ao serviço ou emprego público, caso já tenha sido admitida, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
O resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação será publicado na data prevista no cronograma.
Demais informações a respeito do procedimento de heteroidentificação constarão do edital de convocação específico para esta etapa.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS INDÍGENAS

A pessoa candidata que se autodeclarou indígena no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.
Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas indígenas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de indígenas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:
documento de identificação civil da pessoa candidata, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;
documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou
outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico da pessoa candidata, tais como:
comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
documentos expedidos por escolas indígenas;
documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;
documentos expedidos por órgão de assistência social;
documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
documentos de natureza previdenciária.

DA VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR DAS PESSOAS CANDIDATAS AUTODECLARADAS QUILOMBOLAS

A pessoa candidata que se autodeclarou quilombola no ato de inscrição, na forma estabelecida na Lei, será convocada para submeter-se ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, sob responsabilidade do IDIB, em data a ser divulgada em edital de convocação específico.
Serão convocadas para a submissão ao procedimento de verificação documental complementar, nesta fase, as pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificados até a 10ª (décima) posição na listagem específica de candidatos autodeclarados, por cargo, observada a ordem decrescente da nota final, independentemente do quantitativo de vagas previsto para o respectivo cargo/especialidade.
As pessoas candidatas autodeclaradas quilombolas classificadas em posição além daquela indicada no subitem anterior e que vierem a ser convocadas para nomeação, posse ou aproveitamento em cadastro de reserva serão submetidas, previamente a tal convocação, à confirmação da autodeclaração perante o procedimento de verificação documental complementar, na forma deste edital.
O procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de quilombolas será realizado mediante análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, com a apresentação de:

declaração que comprove o pertencimento étnico da pessoa candidata, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e

certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade à qual a pessoa candidata pertence.

Na hipótese de constatação de declaração falsa, a pessoa candidata será eliminada do concurso público e, se já convocada, ficará sujeita à anulação de sua convocação, admissão ou nomeação ao serviço ou cargo público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PROCEDIMENTOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL COMPLEMENTAR

Caso a pessoa candidata não compareça à Comissão de Heteroidentificação ou ao procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração, será excluída da lista de classificação da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de ampla concorrência.

Caso o resultado da avaliação seja o não enquadramento da pessoa candidata como preta, parda, indígena ou quilombola, ela será excluída da lista de classificação de pessoas candidatas da vaga reservada, mantendo sua posição na lista de classificação de ampla concorrência, salvo se comprovada má-fé na autodeclaração, hipótese em que será eliminada após procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

A manutenção da posição na lista de classificação de ampla concorrência, citada nos subitens anteriores, ficará condicionada à nota mínima de corte aplicada à última pessoa candidata classificada nessa listagem.

O resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada para concorrer às vagas reservadas às pessoas candidatas indígenas ou quilombolas será publicado no endereço eletrônico www.idib.org.br.

Do resultado preliminar do procedimento administrativo de verificação da condição declarada caberá recurso na forma especificada na convocação.

O enquadramento ou não da pessoa candidata na condição de pessoa preta, parda, indígena ou quilombola não configura ato discriminatório de qualquer natureza.

A inobservância do disposto nesta Seção acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas.

Demais informações a respeito dos procedimentos de verificação documental complementar constarão dos respectivos editais de convocação específicos para cada etapa.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO

Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e concordar com o termo de aceite deste Edital, o qual configura aceitação de todas as normas e condições estipuladas.

É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal e (ou) via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste Edital.

Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) da pessoa candidata.

Para fim deste concurso, serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras ou cédulas de identidade expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Secretaria de Defesa Social, pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; Carteiras funcionais emitidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; Carteira Nacional de Habilitação, mesmo já vencida, (somente o modelo com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social (o modelo com foto, com o número do registro geral e do CPF).

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias;

Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteira nacional de habilitação (modelo sem foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento; cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, ou protocolo de documento de identidade.

Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento;

A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetida à identificação especial;

Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público;

O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura;

A pessoa candidata que não possuir CPF deverá solicitá-lo em tempo hábil, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata.

As pessoas candidatas que necessitarem de qualquer tipo de tratamento diferenciado, sejam pessoas com deficiência ou não, para a realização das provas, deverão solicitá-lo no ato de inscrição, indicando a necessidade específica na seção referente a Atendimento Especial, e comprovar referida necessidade por meio de envio de documentação comprobatória no período previsto.

Para solicitar tratamento diferenciado, a pessoa candidata deverá enviar imagem digitalizada da documentação que justifique a condição especial solicitada, por meio de sua Área da pessoa candidata, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**, no período previsto.

O envio da documentação previsto neste Edital (original ou cópia autenticada em cartório) é de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata. O IDIB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada dessa documentação ao seu destino.

As imagens da documentação comprobatória do pedido de tratamento diferenciado (original ou cópia autenticada em cartório) valerão somente para este Concurso.

A candidata que tiver necessidade de amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses durante a realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade, e será o responsável pela guarda da criança durante todo o tempo necessário. A candidata sem acompanhante não fará as provas.

Terá o direito previsto no subitem 12.17 deste Edital a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas objetivas ou etapas avaliativas do Concurso.

A prova da idade será feita mediante o envio da certidão de nascimento digitalizada em .pdf, de acordo com o disposto neste Edital.

Caso a criança ainda não tenha nascido, a da certidão de nascimento poderá ser substituída por envio eletrônico do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

A mãe terá o direito de proceder a amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

Durante o período de amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova objetiva ou etapa avaliativa, em igual período.

Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.

Portadores de doença infectocontagiosa que não a tiverem comunicado ao IDIB no prazo previsto, por inexistir a doença no período de inscrição, deverão fazê-lo via correio eletrônico no site **www.idib.org.br** tão logo a condição seja diagnosticada. As pessoas candidatas nesta situação, quando da realização das provas, deverão se identificar ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, tendo direito a atendimento especial.
Considerando a possibilidade de as pessoas candidatas serem submetidos à detecção de metais durante as provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar essa condição ao IDIB no ato de inscrição, de acordo com o disposto no subitem 12.13 deste Edital.
Em nome da segurança do processo, a regra do subitem 12.26 acima também se aplica a pessoas candidatas com deficiências auditivas que utilizem aparelho auricular, bem como outros aparelhos de saúde diversos tais como: medidor de glicemia, sondas, etc.
No caso de descumprimento deste procedimento ou se for verificada má-fé no uso dos referidos aparelhos, as pessoas candidatas poderão ser eliminadas do certame.
A pessoa candidata transexual ou travesti que desejar ser tratado(a) pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das fases deste Concurso, deverá, no ato de sua inscrição, informar o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado(a).
A pessoa candidata que optar pela utilização do nome social no Concurso, deverá enviar legível arquivo eletrônico do registro civil ou documento de identidade em que conste o nome civil para utilização com fins administrativos internos.
As publicações referentes as pessoas candidatas transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.
A pessoa candidata que não solicitar tratamento diferenciado na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, exceto nos casos previstos no subitem 12.13 acima.
Os resultados preliminar e definitivo das pessoas candidatas que tiveram o seu atendimento especial deferido serão divulgados no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
A pessoa candidata disporá do prazo de 2 (dois) dias consecutivos, contados a partir da data de divulgação da relação preliminar mencionada no subitem 12.33, para interpor recurso contra o indeferimento, exclusivamente por meio de sua Área do Pessoa candidata, observadas as instruções constantes da referida publicação. O recurso deverá restringir-se exclusivamente a matérias relacionadas ao atendimento especial. Findo o prazo estabelecido, não serão admitidos pedidos de revisão.
As pessoas candidatas que não solicitarem o tratamento diferenciado dentro do prazo de inscrições, independentemente do motivo alegado, não terão a condição atendida. A solicitação de tratamento diferenciado, quando apresentada tempestivamente, será analisada e atendida conforme critérios de viabilidade e razoabilidade, desde que devidamente comunicada nos prazos estabelecidos neste Edital.

DA PROVA OBJETIVA

Será aplicado exame de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do Anexo V deste Edital, conforme o quadro a seguir:

ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	TOTAL DE PONTOS	PERFIL PARA APROVAÇÃO
CONHECIMENTOS COMUNS	Língua Portuguesa	15	1,0	15,0	50% (cinquenta por cento) do total de pontos, não podendo obter nota igual a 0,00 (zero) em qualquer uma das disciplinas.
	Matemática	05		5,0	
	Noções de Informática	05		5,0	
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Noções de Direito e Legislação	25	2,0	50,0	
TOTAL - PROVA OBJETIVA		50	-	75,0	

Os locais e os horários de realização das provas objetivas serão divulgados no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Será de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.
A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de **29 de novembro de 2026.**
As provas objetivas constarão de 50 (cinquenta) questões com pesos 1,0 e 2,0 conforme subitem 13.1 deste edital.
Considerar-se-á classificado a pessoa candidata que, cumulativamente, pontuar no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos na prova objetiva e não obtiver nota 0,00 em qualquer uma das disciplinas.
As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas (A à E) e uma única alternativa com a resposta correta.
A pessoa candidata deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade da pessoa candidata, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e na própria folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha por erro da pessoa candidata.
Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora dos campos reservados às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pela leitura óptica, prejudicando o desempenho da pessoa candidata.
A pessoa candidata deverá, ainda, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal a folha de respostas, devidamente identificada quanto ao seu tipo de caderno de prova (marcação em local específico, conforme orientação contida na própria folha de respostas) e assinada no local indicado.
A instituição organizadora poderá aplicar mecanismos de segurança utilizando a foto da pessoa candidata. Na hipótese do uso da foto, o mesmo deverá confirmar se a foto é sua ou não, assinalando o quadro correspondente à tal informação no cartão resposta que será apresentado. A não marcação, poderá ocasionar a eliminação da pessoa candidata.
É de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a veracidade da foto.
Em caso de divergência da foto da pessoa candidata, poderá ser utilizado outros mecanismos de segurança como assinatura, frase de segurança, entre outros, que estarão apostos no cartão resposta. Sendo relatado em ata a inconformidade da foto e do cartão da pessoa candidata.
O IDIB poderá utilizar a foto da pessoa candidata para a lista de sala e cartão resposta como medida extra de segurança.
O preenchimento da folha de respostas inclui a obrigatoriedade, por parte da pessoa candidata, de identificar o seu tipo de caderno de prova, em local específico para tanto.
A não identificação, pela pessoa candidata, do seu tipo de caderno de prova na folha de respostas acarretará nota final igual a 0,00 (zero).
Serão de inteira responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.
A não devolução pela pessoa candidata da folha de respostas ao fiscal, devidamente identificada quanto ao tipo de caderno de prova e assinada, conforme subitem 13.10 deste edital, acarretará eliminação sumária da pessoa candidata neste concurso.
Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de a pessoa candidata que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, a pessoa candidata será acompanhada por um fiscal do IDIB devidamente treinado e autorizado para tanto.

A pessoa candidata não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
MÉDIO	29/11/2026 08h00min as 12h00min da manhã (horário de Brasília)

Os locais de aplicação das provas objetivas, para os quais deverão se dirigir as pessoas candidatas, serão divulgados dias antes da data da prova, por meio de consulta disponibilizada no endereço eletrônico www.idib.org.br.

Os portões dos locais de realização das provas serão abertos com antecedência de 1h (uma hora) em relação ao horário fixado para o início de cada turno, sendo fechados impreterivelmente no horário de início das provas, conforme item 14.1.

Não será permitido, sob nenhuma hipótese, o ingresso de candidato(a) no local de prova após o horário fixado para o fechamento dos portões, independentemente do motivo alegado, tampouco será concedida tolerância de horário.

Recomenda-se ao(à) candidato(a) comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 1H (uma) hora em relação ao horário de fechamento dos portões, munido(a) de documento oficial de identificação com foto e dos demais itens exigidos neste Edital.

O caderno de prova contém informações pertinentes ao Concurso, devendo a pessoa candidata ler atentamente as instruções contidas na capa do caderno de prova.

Ao terminar a conferência do caderno de prova, caso ele esteja incompleto ou tenha defeito, a pessoa candidata deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. A pessoa candidata deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de prova.

No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever da pessoa candidata estar ciente das normas contidas neste Edital.

Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, o IDIB tem a prerrogativa para entregar a pessoa candidata prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.

A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa, do Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento de identidade original com foto, nos termos deste edital.

Poderá ocorrer inclusão de pessoa candidata que apresente documento que demonstre a regularidade de sua inscrição. A inclusão terá caráter condicional e será, posteriormente, averiguada pelo IDIB a fim de se confirmar a sua pertinência. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que a pessoa candidata obtenha aprovação nas provas.

No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste Edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador da Unidade, em estrita observância do horário oficial local, não sendo admitidas quaisquer pessoas candidatas retardatárias. O procedimento de fechamento dos portões será registrado em ata, sendo colhida a assinatura do porteiro e do próprio Coordenador da unidade, assim como de duas testemunhas do fato.

Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação requisitará a presença de duas testemunhas que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação das provas, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de prova, folhas de respostas, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, que será assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

Durante a realização das provas, a partir do ingresso da pessoa candidata na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, todas as pessoas candidatas deverão se submeter à identificação datiloscópica, bem como a outros procedimentos de segurança, se julgados necessários pela Organizadora, no dia de realização das provas.

Poderá ainda ser solicitada, em momento posterior às provas, nova identificação datiloscópica, excepcionalmente, a critério da Comissão do Concurso.

Caso a pessoa candidata esteja impedida fisicamente de colher a impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência.

Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, data ou horário diferentes dos predeterminados neste Edital ou em comunicado posterior.

Não será admitido ingresso de pessoa candidata no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início, sendo excluída a pessoa candidata considerada ausente na aplicação.

Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

A pessoa candidata que estiver portando documento com prazo de validade expirado poderá realizar a prova, sendo, contudo, submetido à identificação especial.

Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original ou boletim de ocorrência, na forma definida neste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Concurso Público.

O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.

Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre as pessoas candidatas nem a utilização de calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido a pessoa candidata ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento em saco opaco e devidamente lacrado (fornecido pelo IDIB), com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, Ipod, Ipad, tablets, smartphones, MP3, MP4, receptor, gravador, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do IDIB sobre tais equipamentos.

No caso de a pessoa candidata ser surpreendida portando os aparelhos eletrônicos supracitados ou outros semelhantes, bem como, durante a aplicação da prova, qualquer aparelho eletrônico de titularidade da pessoa candidata vier a emitir qualquer sinal sonoro, mesmo estando

acondicionado, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e a pessoa candidata será eliminada automaticamente do certame. Para evitar qualquer situação neste sentido, a pessoa candidata deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.
Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, as pessoas candidatas deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
A detecção de qualquer objeto metálico com o candidato durante a aplicação das provas, ainda que desligado ou inofensivo, implicará sua eliminação imediata do certame.
Durante a realização das provas, os envelopes de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrados, deverão permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pela pessoa candidata, devendo permanecer nessa situação durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo ao local de provas.
Bolsas, mochilas e outros pertences das pessoas candidatas deverão igualmente permanecer ao lado ou embaixo da carteira/cadeira da pessoa candidata.
Todos os materiais de estudo deverão ser devidamente guardados antes do início das provas, não podendo estar na posse das pessoas candidatas quando do uso de sanitários, durante o tempo de realização das provas, sob pena de eliminação.
A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que a pessoa candidata não tenha ingressado no local de prova no início do certame, ou tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos.
Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso, é proibido que as pessoas candidatas portem arma de fogo no dia de realização das provas.
Não será permitida, durante a realização da prova, a utilização pela pessoa candidata de ou quaisquer acessórios de chapelaria ou óculos escuros, exceto para correção visual ou fotofobia, devidamente comprovado por meio de laudo médico, que será retido pelo IDIB, a ser apresentado na data da prova.
É garantida a liberdade religiosa a todas as pessoas candidatas. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aos que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça será solicitado que se dirijam ao local a ser indicado pela Coordenação do IDIB, no qual, com a devida reserva, passarão por procedimento de vistoria por fiscais de sexo masculino ou feminino, conforme o caso, de modo a respeitar a intimidade da pessoa candidata e garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.
Excepcionalmente, por razões de segurança, caso seja estritamente necessário novo procedimento de vistoria, conforme o descrito neste edital, poderá ser realizado.
Para a segurança das pessoas candidatas e a garantia da lisura do certame, no dia de realização de prova:
não será permitida a permanência de acompanhante da pessoa candidata (exceto para o caso previsto neste Edital) ou pessoas estranhas ao processo nas dependências do local onde forem aplicadas as provas;
as pessoas candidatas poderão ser submetidas ao detector de metais.
As 3 (três) últimas pessoas candidatas de cada sala só poderão sair juntas. Caso alguma destas pessoas candidatas insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pela pessoa candidata e testemunhado pelas 2 (duas) outras pessoas candidatas, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.
Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo Coordenador da Unidade de aplicação, dando tratamento isonômico a todas as pessoas candidatas presentes.
A pessoa candidata somente poderá se retirar da sala de aplicação das provas faltando uma hora para o término da prova.
A pessoa candidata NÃO poderá levar consigo o caderno de provas.
O fiscal de sala orientará as pessoas candidatas, quando do início das provas, que o único documento que deverá permanecer sobre a carteira será o documento de identidade original, de modo a facilitar a identificação da pessoa candidata para a distribuição de seu respectivo Cartão de Resposta.
Ao término de sua prova, a pessoa candidata deverá aguardar o recolhimento de seu material pelo fiscal de aplicação, bem como a conferência de seus dados, podendo retirar-se da sala de provas somente após autorizada.
A pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, devolver ao fiscal de aplicação o documento que será utilizado para correção de sua prova (folha de respostas), devidamente assinado no local indicado, bem como o caderno de prova. A pessoa candidata que descumprir a regra de entrega destes documentos será eliminada do concurso.
Terá suas provas anuladas, também, e será ELIMINADA do Concurso Público, a pessoa candidata que, durante a realização, agir com conduta de:
retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;
for surpreendida dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
utilizar-se de qualquer material disposto neste Edital e/ou que se comunicar com outra pessoa candidata;
faltar com a devida cortesia contra qualquer membro da equipe de aplicação das provas, autoridades presentes e/ou pessoas candidatas;
fizer anotações de informações referentes à suas respostas (cópia de gabarito);
descumprir as instruções contidas no caderno de prova e na folha de respostas;
recusar-se a entregar o caderno de prova e a Folha de Respostas;
ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender aos procedimentos de registro de digitais e de registros biométricos;
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
for surpreendida portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;
utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do concurso público;
for surpreendida portando caneta fabricada em material não transparente;
recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
recusar-se a transcrever o texto apresentado durante a aplicação das provas para posterior exame grafológico, quando houver;
portar arma de fogo.

Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja constatado que não houve intenção de burlar o Edital, a pessoa candidata será mantida no Concurso.
No dia de realização das provas, o IDIB poderá submeter as pessoas candidatas, quantas vezes forem necessárias, ao sistema de detecção de metais, seja nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se a pessoa candidata está portando material não permitido.
Ao término da prova, a pessoa candidata deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o acesso aos sanitários.
Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter a pessoa candidata se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ela será automaticamente eliminada do Concurso Público.

Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento da pessoa candidata da sala de provas.
Não será permitido a pessoa candidata fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de aplicação.
O IDIB poderá, a seu exclusivo critério e em razão de conveniência, oportunidade ou necessidade operacional, alterar os locais de realização das provas previamente divulgados, visando à adequada execução logística do certame e à observância dos princípios da eficiência, segurança e interesse público.
A eventual mudança de local de prova será comunicada por meio da área exclusiva da pessoa candidata, disponível no site oficial do concurso, sendo este considerado meio oficial de divulgação das informações referentes ao certame.
A pessoa candidata declara-se ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar periodicamente as publicações oficiais, inclusive aditivos, retificações, comunicados e alterações que possam ocorrer até a data de aplicação das provas.
A alegação de desconhecimento de eventual mudança de local de prova ou de falta de acompanhamento das comunicações oficiais não será aceita como justificativa para ausência, atraso ou qualquer outro prejuízo, sendo tais situações consideradas de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata.

DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) E AFERIÇÃO DE ALTURA

Serão convocadas para o Teste de Aptidão Física (TAF) e para a aferição de altura as pessoas candidatas aprovadas na prova objetiva e classificadas até a posição correspondente a 10 (dez) vezes o número de vagas imediatas previstas para o respectivo cargo, observada a modalidade de concorrência (ampla concorrência e pessoas com deficiência (PcD), incluindo-se as pessoas candidatas empatadas na última posição de convocação.
As pessoas candidatas não convocadas para o TAF e aferição de altura, na forma do subitem 15.1 deste edital, estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.
A Aferição de Altura mínima exigida para o cargo, nos termos deste edital, de caráter eliminatório, terá seu resultado expresso pelo conceito “Apto” ou “Inapto”.
Será considerado(a) “Apto(a)” o(a) candidato(a) que obtiver como resultado da aferição a comprovação de altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homes e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.
Será considerado(a) “Inapto” o(a) candidato(a) que não obtiver como resultado da aferição a comprovação de altura mínima de 1,65 (um metro e sessenta e cinco centímetros) para homes e 1,60m (um metro e sessenta centímetros) para mulheres.
A aferição de altura será realizada com o(a) candidato(a) descalço e sem meias.
O(a) candidato(a) considerado(a) “Inapto(a)” na Aferição de Altura será eliminado(a) desta 2ª Fase e, consequentemente, do concurso público.
O Teste de Aptidão Física, de presença/execução obrigatória e de caráter apenas eliminatório, visa a avaliar a capacidade mínima da pessoa candidata para suportar, física e organicamente, as atividades e demais exigências próprias do cargo de Guarda Civil Municipal.
O(a) candidato(a) será considerado, ao final do TAF, “Apto(a)” ou “Inapto(a)”.
Será considerado(a) “Apto(a)” no TAF o(a) candidato(a) que atingir a performance mínima nos quatro testes realizados.
Será considerado(a) “Inapto(a)” no TAF e, consequentemente, eliminado(a) do concurso público, o(a) candidato(a) que:
não apresentar o atestado médico específico, conforme o modelo constante do Anexo IV deste edital;
deixar de realizar algum dos testes;
não comparecer para a realização do TAF;
infringir qualquer proibição prevista neste edital, independentemente do resultado alcançado nos testes físicos; ou
não obtiver o desempenho mínimo em qualquer um dos quatro testes, nos termos do estabelecido neste Edital.

O TAF será aplicado por comissão designada pelo IDIB, formada por pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado) para os registros das marcas das pessoas candidatas, e profissionais graduados em Educação Física que tenham registros no Conselho Regional de Educação Física, aos quais caberá, dentre outras funções, a coordenação e o acompanhamento do trabalho desse pessoal de apoio. Todo o processo será vistoriado pela Comissão Especial do Concurso.
Para a realização do TAF será exigida da pessoa candidata a apresentação de atestado médico, conforme modelo disposto no Anexo V deste edital.
O atestado médico, emitido há no máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de realização do TAF, deverá conter, expressamente, a informação de que a pessoa candidata está apto para realizar os exercícios que compõem o Teste de Aptidão Física específicos do concurso, além de local, data, nome e número do CRM do profissional médico que elaborou o atestado, os quais poderão ser certificados mediante carimbo do médico ou impresso eletrônico, tudo devidamente legível, relativos ao médico que emitiu o atestado, acompanhado da assinatura do mesmo.
O atestado médico, de caráter eliminatório, comprova as condições físicas de saúde da pessoa candidata para que o mesmo possa ser submetido aos exercícios de capacidade física, não podendo constar nesse documento qualquer causa restritiva da realização de referidos exercícios, sendo que a não comprovação das condições de saúde para a realização desses resultará na consequente eliminação da pessoa candidata.
O atestado médico apresentado será retido pelo IDIB.
A pessoa candidata que deixar de apresentar o atestado médico, conforme modelo do Anexo V deste edital, ou apresentar atestado médico no qual não conste, expressamente, que a pessoa candidata está apta a realizar os exercícios que compõem o Teste de Aptidão Física deste concurso, será impedido de realizá-los, sendo, consequentemente, eliminado do concurso.
O atestado deverá ser apresentado, obrigatoriamente, no momento da identificação, antes do início dos exercícios.
O atestado médico emitido digitalmente deverá ser levado impresso no dia do TAF. Deverá, ainda, conter a assinatura do profissional por certificação digital e o código de autenticação documental.
O Teste de Aptidão Física consistirá em 4 (quatro) exercícios de capacidade física, conforme disposto neste edital.
O(a) candidato(a) terá somente 1 (uma) tentativa de realizar cada exercício que compõe o Teste de Aptidão Física.
Os exercícios serão aplicados na forma sequencial, todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho das pessoas candidatas em cada um deles, observando-se a ordem estabelecida neste edital para cada sexo – masculino e feminino, com intervalo mínimo de cinco minutos entre cada exercício.
A pessoa candidata, seja do sexo masculino ou feminino, que se recusar a realizar algum dos 4 (quatro) exercícios que compõem o TAF, deverá assinar o termo de desistência do exercício de capacidade física que não será realizado e, consequentemente, do Teste de Aptidão Física, sendo, portanto, eliminado do concurso.
Todos os exercícios que compõem o TAF serão gravados em vídeo pelo IDIB e o(a) candidato(a) que se recusar a ter o seu Teste de Aptidão Física gravado em vídeo será eliminado(a) do concurso.
A contagem oficial de tempo, de distância percorrida e do número de repetições dos(as) candidatos(as) em cada exercício será, exclusivamente, realizada pela Banca Examinadora do IDIB.
As pessoas candidatas “Ausentes” no TAF serão eliminadas do concurso público.
As informações relativas à(s) data(s), ao(s) horário(s)/turma(s) e ao(s) local(ais) do TAF serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
É de inteira responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a convocação, assim como seu comparecimento, em dia, hora e local corretos, conforme Edital de Convocação divulgado no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, na respectiva página do concurso.

A pessoa candidata somente poderá realizar o TAF na data, horário, local e sala constantes do Edital de Convocação, não podendo ser alegado qualquer espécie de desconhecimento para justificar o seu atraso ou a sua ausência ou a sua apresentação em dia, horário ou local diferentes dos estabelecidos no edital de convocação.
Não será permitida a realização do TAF em local, data, horário ou turma diferentes do previsto no Edital de Convocação.
Para a realização do TAF, a pessoa candidata deverá comparecer em data, local e horário a serem oportunamente divulgados em edital de convocação específico, com roupa apropriada para prática de atividade física, tais como camiseta, calção ou bermuda, tênis e meias, munido de documento de identidade original, de acordo com o determinado neste edital, e de atestado médico (original ou cópia autenticada em cartório), específico para tal fim, emitido há, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores ao TAF, conforme modelo e acordo com o modelo constante do Anexo IV deste edital, onde será submetido à identificação.
O aquecimento e/ou alongamento para realização dos testes físicos serão de responsabilidade da pessoa candidata, não sendo permitido o acompanhamento de qualquer pessoa estranha ao certame.
Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência da pessoa candidata.
Não será fornecido lanche as pessoas candidatas nem haverá lanchonete disponível no local de realização do exame de aptidão física, sendo permitido aa pessoa candidata levar seu próprio lanche.
Nenhum candidato poderá se retirar do local de realização dos testes físicos sem a devida autorização dos membros do IDIB.
A pessoa candidata deverá assinar a lista de presença e o "Termo de Responsabilidade da pessoa candidata", fornecido no local do TAF. Esse termo não substitui a entrega do atestado médico, conforme o descrito neste Edital.
A pessoa candidata ao ingressar no local de realização do TAF, deverá manter qualquer aparelho eletrônico que esteja em sua posse acondicionado em invólucro indicado pelo IDIB, mantendo-o desligado, ainda que o sinal de alarme esteja no modo vibração ou silencioso.
Os objetos pessoais das pessoas candidatas, tais como bolsas, utensílios, sacolas ou similares ficarão em local indicado pela equipe do IDIB, responsável pela realização do TAF, sendo permitido apenas a utilização de equipamentos que permitam sua hidratação durante a realização dos testes físicos.
Caso as condições meteorológicas ou outro fato de força maior não permitam ou coloquem em risco a realização do TAF, o IDIB, desde que ouvida previamente a Comissão Organizadora, Deliberativa e Fiscalizadora do concurso, poderá interromper e/ou cancelar a realização dos testes físicos, com o objetivo de garantir a integridade física das pessoas candidatas, evitando prejuízos ao seu desempenho.
A nova data para realização do(s) teste(s) pelos(as) candidatos(as) que não puderam concluir ou realizá-lo(s) por força do disposto neste edital, será divulgada, oportunamente, pelo IDIB, mediante divulgação de um novo edital de convocação a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
O IDIB poderá reconhecer a existência de fatores de ordem técnica, não provocados pela pessoa candidata, que venham a prejudicar seu desempenho, sendo oportunizada a possibilidade de nova realização dos testes.
As pessoas candidatas que apresentarem casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estado menstrual, cãibras, indisposições, contusões, luxações, fraturas, etc.), que venham a impossibilitar a realização do TAF, não serão levados em consideração, para qualquer tipo de tratamento diferenciado.
A candidata que, no dia da realização do TAF, apresentar atestado médico que comprove seu estado de gravidez ou puerperal, será facultada nova data para a realização da referida Fase.
A realização do TAF ocorrerá após, no mínimo 60 (sessenta) dias, e, no máximo, 120 (cento e vinte) dias do término da gravidez, de acordo com a conveniência da Administração, sem prejuízo da participação nas demais Fases do concurso.
A candidata deverá comparecer ao local, na data e no horário de realização do TAF, munida de atestado médico original, ou de cópia autenticada em cartório, no qual deverá constar, expressamente, o estado de gravidez ou puerperal, o período gestacional em que se encontra, a data provável do parto, bem como a data, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que o emitiu.
O atestado médico deverá ser entregue no momento de identificação da candidata para a realização do TAF, não sendo aceita a entrega de atestado médico em outro momento.
A candidata que não entregar o atestado médico citado neste edital e se recusar a realizar o TAF, alegando estado de gravidez ou puerperal, será eliminada do concurso.
A candidata que apresentar o atestado médico que comprove estado de gravidez ou puerperal e, ainda assim, desejar realizar o TAF, deverá apresentar atestado em que conste, expressamente, que a candidata está apta a realizar o TAF ou a realizar todos os exercícios físicos que o compõem.
Os atestados médicos serão retidos pelo IDIB e, em hipótese alguma, serão fornecidas cópias à candidata.
Caso a candidata seja eliminada nas Fases posteriores ao TAF, será automaticamente eliminada do certame, perdendo o direito de realizar o TAF no período especificado neste edital.
As candidatas enquadradas no disposto neste edital serão convocadas para a realização do TAF por meio de edital específico. A data de convocação respeitará o período especificado neste Edital.
O TAF consistirá em 04 (quatro) testes de aptidão física, todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho da pessoa candidata em cada um deles.
A pessoa candidata que se recusar a realizar algum dos testes que compõem o TAF, deverá assinar termo de desistência do teste que não será realizado, sendo, portanto, eliminado do concurso.
O TAF consistirá em submeter a pessoa candidata a quatro testes a seguir especificados:
abdominal supra (para ambos os sexos);
flexão de braços sobre o solo (para ambos os sexos);
corrida de 12 min (para ambos os sexos);
flexão de braços na barra fixa para candidatos do sexo masculino e suspensão na Barra fixa para candidatas do sexo feminino.
Os testes serão aplicados de forma sequencial e no mesmo dia, sendo todos de realização obrigatória, independentemente do desempenho das pessoas candidatas em cada um deles, com intervalo mínimo de 5 (cinco) minutos entre as execuções.
Para fins de organização e logística as pessoas candidatas podem ser convocadas para realizar o TAF em turmas em dias diferentes, conforme edital de convocação.
A pessoa candidata que realizar o TAF só conhecerá o resultado do referido exame por meio da divulgação do resultado preliminar da respectiva Fase.
A pessoa candidata que infringir qualquer proibição prevista neste Edital, independentemente do resultado dos testes, será eliminado do concurso.
Caberá ao IDIB formar e contratar a banca examinadora, composta de profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Educação Física (CREF), com habilitação plena em Educação Física.
Não haverá adaptação do TAF às condições da pessoa candidata, de modo que não ocorrerá tratamento diferenciado a nenhum candidato, independentemente das circunstâncias alegadas ou de situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e(ou) orgânica da pessoa candidata, ocasionadas antes ou durante a realização do exame de aptidão física, ou seja, a pessoa candidata deverá realizar os testes de acordo com o previsto no edital de abertura e de convocação.

As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos neste Edital serão esclarecidos juntamente à Comissão Especial do Concurso.
Os imprevistos ocorridos durante a realização do exame de aptidão física serão dirimidos pelo coordenador da banca examinadora.
A critério da Administração, a realização do TAF poderá ser remarcada, desde que devidamente justificada.
Os resultados preliminar e definitivo serão divulgados em datas prévia e oportunamente divulgadas no edital de convocação para esta Fase, por meio do endereço eletrônico **www.idib.org.br**, sendo assegurado aa pessoa candidata a interposição de recurso no período de 2 (dois) dias, a contar da data de divulgação do referido resultado preliminar.

DA DESCRIÇÃO DOS TESTES QUE COMPÕEM O TAF

Abdominal supra 30(trinta) repetições para sexo masculino e 27(vinte e sete) repetições para sexo feminino.
com limite de tempo: 01 (um) minuto para ambos os sexos;
posição inicial: o(a) candidato(a) deverá tomar a posição deitado(a) em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, sem uso de outro apoio, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá se colocar ao lado do(a) avaliado(a), posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do(a) mesmo(a) a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício;
execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato(a) deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, sem interrupção do movimento, em um tempo máximo de 1(um) minutos. O ritmo das flexões abdominais, será opção do(a) candidato(a); e
o(a) candidato(a) não poderá obter impulso com os braços, afastando-os do tronco e, tampouco, retirar os quadris e os pés do solo, durante a execução do exercício.

Flexão de braços sobre o solo (para ambos os sexos)

DO TESTE DE FLEXO-EXTENSÃO DE COTOVELOS NO SOLO DE QUATRO APOIOS PARA CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO
O teste de flexão de cotovelos no solo de quatro apoios, para candidatos do sexo masculino, deverá ser realizado em local com condições adequadas, piso regular e uniforme, e terá a duração de 1 (um) minuto.
Como posição inicial, a pessoa candidata deve se posicionar em solo plano, com as mãos apoiadas no solo, com uma distância de 10 a 20 cm a partir da linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, pontas dos pés em contato com o solo e pernas estendidas. O posicionamento das mãos sobre o solo não deve ser acima da linha dos ombros e, na posição inicial do movimento, o rosto deve permitir um alinhamento adequado entre o tronco e as pernas. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e durante a execução do movimento.
Para a execução, a pessoa candidata flexionará simultaneamente os cotovelos até que atinjam um ângulo de 90° ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial com a extensão completa dos cotovelos. Durante a execução do teste, a pessoa candidata não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos e pontas dos pés e deverá manter tronco, quadris e membros inferiores completamente alinhados na horizontal. Ao movimento completo e correto do exercício será conferida uma repetição.
A contagem das execuções corretas levará em consideração o seguinte:
o movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos;
a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado como uma repetição;
o auxiliar da banca examinadora contará em voz alta o número de repetições realizadas.
Não será permitido aa pessoa candidata, quando da realização do teste:
mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do teste;
não flexionar ou não estender totalmente os membros superiores;
tocar parte do corpo, exceto pontas dos pés e mãos, no solo após o início das execuções;
após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
flexionar o quadril, o joelho ou ambos em qualquer momento do teste.

Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.
Para ser considerado “apto”, a pessoa candidata deverá executar 20 (vinte) repetições corretas no período de 1 (um) minuto, sendo permitido o repouso entre os movimentos desde que a pessoa candidata permaneça na posição inicial.
A contagem oficial das repetições será somente a computada pela banca examinadora.

Do Teste de Flexo-Extensão de Cotovelos no solo de seis apoios para candidatas do sexo feminino

O teste de flexão de cotovelos no solo de seis apoios (para candidatas do sexo feminino) deverá ser realizado em local com condições adequadas, piso regular e uniforme, e terá a duração de 1 (um) minuto.
Caso a candidata encoste com qualquer parte do corpo no solo, exceto as mãos, joelhos e pontas dos pés, durante a execução, a contagem será encerrada.
Como posição inicial, a candidata deve se posicionar em solo plano, com apoio de um colchonete, em decúbito ventral, com as mãos apoiadas no solo, com uma distância de 10 a 20 cm a partir da linha dos ombros, com os dedos voltados para frente, com os braços totalmente estendidos, joelhos unidos e flexionados e pés em contato com o solo, o posicionamento das mãos sobre o solo não deve ser acima da linha dos ombros e, na posição inicial do movimento, o rosto deve permitir um alinhamento adequado entre o tronco e as pernas. O quadril não poderá apresentar flexão na posição inicial e durante a execução do movimento.
Para execução, ao comando de "iniciar", a candidata flexionará simultaneamente os cotovelos até que atinjam um ângulo de 90° ou ultrapassem o plano das costas. Em seguida, voltará à posição inicial com a extensão completa dos cotovelos. Durante a execução do teste, a candidata não poderá tocar o solo com qualquer parte do corpo, exceto mãos, joelhos e pés, a qual deverá manter tronco e quadris em linha reta. Ao movimento completo e correto do exercício será conferida uma repetição.
A contagem das execuções corretas levará em consideração o seguinte:
o movimento só será considerado completo após a total extensão dos cotovelos;
a não extensão total dos cotovelos antes do início de uma nova execução será considerada um movimento incorreto, não sendo computado no desempenho da candidata.
Não será permitido à candidata, quando da realização do teste de flexão de braço:
mudar a posição das mãos (afastar ou aproximar) durante a execução do teste;
não flexionar ou não estender totalmente os membros superiores;
tocar qualquer parte do corpo, exceto pontas dos pés, joelhos e mãos, no solo após o início das execuções;
após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
flexionar o quadril, o joelho ou ambos em qualquer momento do teste.
Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.

Para ser considerada “apta”, a candidata deverá executar 18 (dezoito) repetições corretas no período de 1 (um) minuto, sendo permitido o repouso entre os movimentos, desde que a candidata permaneça na posição inicial.
A contagem oficial das repetições será somente a computada pela banca examinadora.

Corrida de 12min (para ambos os sexos)

traje – esportivo, com qualquer tipo de tênis;
execução: partindo da posição inicial de pé, a pessoa candidata deverá correr ou andar a distância máxima que conseguir, no tempo de 12 min, podendo interromper ou modificar seu ritmo;
a prova deverá ser realizada em piso duro (asfalto ou similar) e predominantemente plano; para a marcação da distância, deverá ser utilizada uma trena de 50 (cinquenta) ou 100 (cem) metros, anteriormente aferida;
é permitido ao(à) candidato(a) o uso de qualquer tipo de tênis; e
é proibido, a quem quer que seja, acompanhar o executante para ajudá-lo, em qualquer momento da prova.

Flexão de braços na barra fixa (para ambos os sexos)

Do teste dinâmico de barra fixa para candidatos do sexo masculino

A metodologia de preparação e execução do teste dinâmico de barra fixa para as pessoas candidatas do sexo masculino obedecerá aos seguintes critérios:
para posição inicial, ao comando “em posição”, a pessoa candidata deverá dependurar-se na barra, com pegada livre (pronação e supinação) e braços estendidos, devendo manter o corpo na vertical e sem contato com o solo;
para a execução, ao comando “iniciar”, ao comando “iniciar”, a pessoa candidata deverá flexionar os cotovelos, elevando o seu corpo até que o queixo ultrapasse o nível da barra, sem tocar a barra com o queixo. Em seguida, deverá estender novamente os cotovelos, baixando o seu corpo até a posição inicial. Esse movimento completo, finalizado com o retorno à posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução.
durante a execução do teste, a contagem das execuções corretas levará em consideração as seguintes observações:
O teste somente será iniciado com a pessoa candidata na posição inicial e após o comando dado pelo fiscal da banca examinadora;
Cada execução começa e termina com os cotovelos totalmente estendidos – somente após cumprir todas as etapas será contada como uma execução completa;
A não extensão total dos cotovelos será considerado um movimento incorreto, o qual não será computado no desempenho da pessoa candidata;
O movimento a ser realizado deve ser unicamente de flexão e extensão de cotovelos;
O movimento deve ser dinâmico;
O fiscal da banca examinadora contará em voz alta o número de repetições realizadas;
ao final da execução, o fiscal avisará o total de repetições válidas, sendo consideradas inválidas as repetições em que:
A pessoa candidata perca o contato das mãos com a barra; e
A pessoa candidata incorra em quaisquer das proibições elencadas no subitem 16.4.1.2 deste Edital
Não será permitido aa pessoa candidata, quando da realização do teste dinâmico de barra fixa:
tocar com o(s) pé(s) o solo ou qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções;
após o início do teste, receber qualquer tipo de ajuda física;
utilizar luva(s) ou qualquer outro material para a proteção das mãos;
apoiar o queixo na barra;
movimentos de pernas e quadris (os joelhos poderão ser flexionados, desde que não ultrapassem o ângulo de 90°);
utilizar impulso de braços e tronco para frente e para cima, levando o peito para cima;
realizar a “pedalada”;
realizar o “chute”;
realizar o “butterfly”;
não manter o cabeça, o tronco e o quadril completamente na posição vertical;
estender o pescoço, em vez de ultrapassar o queixo em relação à barra com movimento exclusivo de membros superiores.
Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal da banca repetirá o número da última execução realizada corretamente.
A contagem oficial a ser considerada será somente a realizada pela banca examinadora.
Será considerado “apto” a pessoa candidata que atingir a quantidade de repetições especificada no quadro abaixo*:*

MASCULINO

5 (cinco) repetições

DO TESTE ESTÁTICO DE BARRA FIXA PARA CANDIDATAS DO SEXO FEMININO

A metodologia de preparação e execução do teste estático de barra fixa para as candidatas do sexo feminino obedecerá aos seguintes critérios:
para posição inicial, ao comando “em posição”, a candidata deverá dependurar-se na barra com pegada pronada, mantendo os braços flexionados, o corpo na vertical e o queixo acima da parte superior da barra, sem nela apoiar-se, com ajuda de um ponto de apoio;
para a execução, ao comando “iniciar”, o ponto de apoio é retirado e será iniciada a cronometragem do tempo de permanência da candidata na posição, devendo a candidata permanecer sustentada apenas com o esforço de seus membros superiores, com os dois braços completamente flexionados e queixo acima da parte superior da barra, mas sem tocar a barra com o queixo, corpo na posição vertical, pernas estendidas, devendo manter nesta posição por 10 (dez) segundos completos, sob pena de eliminação;
ao final da execução do teste, o fiscal avisará o tempo decorrido, sendo a cronometragem encerrada quando:
A candidata permanecer o tempo necessário para ser considerada “apta”;
A candidata ceder à sustentação, deixando o queixo ficar abaixo da parte superior da barra, ou tocar a barra com o queixo;
Flexionar joelhos ou quadril;
Descumprir qualquer exigência para a realização deste teste.
Não será permitido à candidata, quando da realização do teste estático de barra fixa:
tocar com o(s) pé(s) o solo ou qualquer parte de sustentação da barra após o início das execuções, sendo permitida a flexão de joelhos para evitar o toque no solo;
após a tomada da posição inicial, receber qualquer tipo de ajuda física;
utilizar luva(s) ou qualquer outro artifício para a proteção das mãos;
permitir que o queixo fique abaixo da parte superior da barra;
apoiar o queixo na barra;
realizar a “pedalada”;
realizar o “chute”;
estender o pescoço;
não manter o corpo completamente na posição vertical, com exceção nos casos em que o auxiliar de banca examinadora permitir expressamente a flexão de joelhos, para evitar que as candidatas mais altas toquem os pés no solo estando na posição inicial.

Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o fiscal travará de imediato o seu cronômetro e registrará o tempo obtido até o momento em que o exercício estava sendo realizado de maneira prevista neste Edital.
O fiscal informará à candidata quando esta atingir o tempo exigido neste Edital.
O tempo oficial de realização do exercício será somente o computado pela banca examinadora.
Só será contado o tempo em que a candidata estiver na posição correta prevista neste Edital.
Será considerada "apta" a candidata que atingir o tempo em suspensão especificado no quadro abaixo:
FEMININO
Suspensão 15 (quinze) segundos

As atividades físicas serão distribuídas de acordo com os quadros abaixo:

ATIVIDADE	ÍNDICE MÍNIMO	
	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
Corrida de 12 min	2.400 m (dois mil e quatrocentos metros)	1.600 m (um mil e seiscentos metros)
Flexão de braços na barra fixa	5 (cinco) repetições	Suspensão 15 (quinze) segundos
Flexão de braços sobre o solo	20(vinte) repetições	20 (vinte) repetições
Abdominal supra	30 (trinta) repetições	27 (vinte e sete) repetições

O aquecimento e a preparação para o Teste de Aptidão Física são de responsabilidade da própria pessoa candidata, não podendo interferir no andamento da avaliação.
Em razão de condições climáticas ou de força maior, a critério da banca examinadora, o Teste de Aptidão Física poderá ser adiado ou interrompido, importando na fixação de novo horário e ou data que serão divulgados aAs pessoas candidatas presentes que não tenham feito o teste no site da organizadora.
Não haverá segunda chamada, independente do motivo alegado pela pessoa candidata, nem realização do Teste de Aptidão Física fora da data e horário estabelecidos no edital de convocação para o Teste.
Será considerado REPROVADO no teste de capacidade física e, consequentemente, eliminado do concurso público a pessoa candidata que:
faltar ou deixar de realizar algum dos testes no dia e horários marcados;
não alcançar os índices mínimos exigidos para qualquer um dos testes.

DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

De caráter eliminatório, a avaliação psicológica consistirá na aplicação de um conjunto de procedimentos científicos, que permitem identificar aspectos psicológicos da pessoa candidata.
Somente serão convocados para a 3ª etapa – Avaliação Psicológica, as pessoas candidatas que forem considerados aptos no teste de aptidão física.
Para o número de vagas e o cadastro reserva, as pessoas candidatas se submeterão os Testes de Avaliação Psicológica, assim como no Teste de Aptidão Física a luz do Art. 37 inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil.
Esta Fase será executada pelo IDIB.
As pessoas candidatas não convocados para esta Fase estarão automaticamente desclassificados e eliminados do concurso público.
As pessoas candidatas deverão comparecer ao local da Avaliação com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto (original), conforme este edital, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
No caso de perda ou roubo do documento de identidade, a pessoa candidata deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de realização da Avaliação Psicológica e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital, assinatura e fotografia.
Não será admitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização da Avaliação Psicológica após o horário fixado para o seu início.
Em hipótese alguma será aplicada a Avaliação Psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados no Edital de convocação para esta Fase do certame.
Aplica-se ao dia de realização da Avaliação Psicológica o disposto neste edital, no que couber.
As datas de realização desta Fase serão comunicadas oportuna e previamente via edital de convocação a ser publicado no endereço eletrônico **www.ididib.org.br.**
Antes do ingresso na sala da Avaliação Psicológica, será adotado o procedimento de identificação civil das pessoas candidatas mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.
A Avaliação Psicológica consistirá no emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas da pessoa candidata, através de testes objetivos, específicos e padronizados para avaliar:

Ponto avaliado	Conceito Esperado
inteligência geral;	ADEQUADA
capacidade de relacionamento interpessoal	ELEVADO
capacidade de improvisação	ADEQUADA
bom controle emocional	BOM
agressividade controlada, bem canalizada	ADEQUADA
sinais de fobia	AUSENTE
impulsividade	DIMINUÍDA
memória auditiva e visual	ADEQUADA
grau de iniciativa e decisão	ADEQUADO
capacidade de liderança	BOM
Capacidade de comunicação	ADEQUADA

A Avaliação Psicológica terá caráter unicamente eliminatório, e a pessoa candidata será considerado "Apto" ou "Inapto" para o desempenho eficiente das atividades do cargo para o qual está prestando o presente concurso público, exclusivamente.
A Avaliação Psicológica ocorrerá dentro dos parâmetros estabelecidos no Decreto Federal nº 9.739/2019 e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2005, nº 02/2016, nº 09/2018 e nº 06/2019.
A avaliação psicológica compreenderá a aplicação coletiva de instrumentos capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos da pessoa candidata para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.
A avaliação psicológica será realizada por banca examinadora constituída por membros regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia.
A banca examinadora deverá utilizar-se de testes psicológicos validados no país e aprovados pelo CFP, em conformidade com a Resolução nº 009/2018, bem como aplicá-los em conformidade com as normas em vigor para testagem.
A inaptidão da pessoa candidata na Avaliação Psicológica não significará, necessariamente, incapacidade intelectual e/ou existência de transtornos de personalidade, indicando apenas que não atendeu, à época dos exames, aos requisitos e/ou perfil exigidos para o exercício do cargo pretendido.

Os resultados finais serão obtidos por meio da análise técnica global de todo o material produzido pela pessoa candidata, sendo observadas as orientações e parâmetros contidos nos manuais dos instrumentos técnicos utilizados nas avaliações.
Será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar características restritivas ou impeditivas e/ou não apresentar características de personalidade, capacidade intelectual, habilidades específicas, isolada ou cumulativamente, de acordo com os requisitos psicológicos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.
A pessoa candidata que não comparecer à realização da avaliação psicológica, ou que não apresentar os requisitos psicológicos necessários ao exercício do cargo, conforme perfil profissiográfico (Inapto), será eliminado do concurso.
Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da avaliação psicológica não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado a pessoa candidata.
É recomendado que a pessoa candidata durma bem na noite anterior ao dia de realização da avaliação psicológica, alimente-se adequadamente, não ingira bebidas alcoólicas e nem faça uso de substâncias químicas, a fim de estar em boas condições para a realização da referida Fase.
Será assegurado aa pessoa candidata considerado "Inapto" conhecer as razões que determinaram a sua inaptidão, por meio da Entrevista Devolutiva.
A Entrevista Devolutiva é o procedimento técnico no qual um psicólogo, contratado pelo IDIB, explica aa pessoa candidata o seu resultado e esclarece suas eventuais dúvidas, de caráter exclusivamente informativo.
O resultado obtido na avaliação psicológica poderá ser conhecido apenas pela pessoa candidata ou pela pessoa candidata, com o auxílio de um psicólogo, constituído às suas expensas, que irá assessorá-lo ou representá-lo, no local e perante psicólogo designado pelo IDIB.
O psicólogo contratado pela pessoa candidata, se for o caso, deverá apresentar, na Entrevista Devolutiva, comprovação de registro no Conselho Regional de Psicologia, por meio da Carteira de Identidade Profissional de Psicólogo.
Não será permitido aa pessoa candidata, nem ao psicólogo contratado, gravar a Entrevista Devolutiva e nem retirar, fotografar ou reproduzir os manuais técnicos, os testes psicológicos, as folhas de respostas da pessoa candidata e/ou qualquer outro material apresentado durante a entrevista.
A Entrevista Devolutiva será realizada de forma presencial ou telepresencial, nos termos do edital de convocação.
A publicação do resultado na Avaliação Psicológica listará apenas As pessoas candidatas considerados "Aptos", em obediência ao que preceitua o art. 6º da Resolução nº 002/2016 do CFP.
Os resultados preliminar e definitivo da avaliação psicológica serão divulgados em datas informadas no edital de convocação para esta Fase, no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
A pessoa candidata considerado "Inapto" que desejar interpor recursos contra o resultado preliminar da Avaliação Psicológica disporá de 2 (dois) dias para fazê-lo, por meio de sua Área para Candidato, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**.
Será emitido Laudo Psicológico apenas para aqueles candidatos considerados que tiverem o resultado considerado "inapto", tendo participado ou não da entrevista devolutiva.
Outras informações inerentes à Avaliação Psicológica estarão contidas em edital de convocação específico para esta Fase, a ser divulgado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

DOS EXAMES MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

A 4ª Fase do concurso, de caráter eliminatório, objetiva aferir, por meio de documentação e exames apresentados, se a pessoa candidata goza de boa saúde física e psíquica para suportar os exercícios a que será submetido para desempenhar as atribuições típicas do cargo.
Esta Fase será executada pelo IDIB.
Serão convocados para participar desta 4ª Fase todos As pessoas candidatas que obtiverem o resultado como "apto" na 3ª Fase – Avaliação Psicológica deste concurso.
As pessoas candidatas serão convocadas a apresentar os exames desta 4ª Fase de forma presencial, por meio de edital de convocação específico, a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, em data oportunamente divulgada por meio de edital.
Os exames solicitados para esta Fase de Avaliação de Saúde serão providenciados pela própria pessoa candidata, devendo permitir a avaliação da condição de saúde da pessoa candidata e da aptidão para o exercício de cargo da área da segurança.
A critério da comissão avaliadora da Avaliação de Saúde, poderão ser solicitados exames complementares aos constantes deste edital.
Os relatórios das avaliações médicas especializadas, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica.
Não serão recebidos os documentos médicos relacionados no subitem 18.5 deste edital fora do período estabelecido para entrega.
A partir da análise e conferência dos exames laboratoriais e complementares, a pessoa candidata será considerada "apta" ou "inapta", conforme definições a seguir:
"Apta" para a pessoa candidata que fez a entrega de todas os documentos médicos relacionadas neste Edital dentro do prazo estabelecido e que na conferência do material não foi encontrada pendência de qualquer natureza e, ainda que, não tenha sido enquadrado em nenhuma das "condições incapacitantes".
"Inapta Temporária" para a pessoa candidata que, a critério da banca examinadora da Fase de Exame Médico, tenha que providenciar de imediato avaliação de especialistas ou realizar, também de imediato e às suas custas, novo(s) exame(s) complementar(es) não relacionadas no subitem 18.5 deste edital, que se torne(m) necessária(s) para firmar um diagnóstico, visando a dirimir eventuais dúvidas, sendo este candidato convocado para uma nova apresentação em data estabelecida.
"Inapto" para a pessoa candidata que não satisfizer, pelo menos, uma das condições descritas na alínea "a" deste subitem 18.4 do edital ou, tendo sido considerado Inapto Temporário sua situação não tenha sido revertida satisfatoriamente.
As requisições para a avaliação Médica são as seguintes:
hemograma completo com plaquetas;
grupo sanguíneo;
fator Rh;
dosagens de glicose, ureia, creatinina, ácido úrico, AST e ALT;
sorologia para Doença de Chagas por imunofluorescência;
HBSAG;
Anti-HBC-IGG;
VDRL;
coagulograma completo (TAP, TTPA e tempo de sangria);
exame de Urina (Sumário);
ecocardiograma transtorácico (imagem e laudo);
eletrocardiograma (imagem e laudo);
eletroencefalograma (imagem e laudo);
ecografia de abdome total e vias urinárias (imagem e laudo);
audiometria;
exame oftalmológico (acuidade visual, tonometria, senso cromático, fundo de olho, biomicroscopia);
laudo ortopédico relativo ao aparelho locomotor e ao aparelho osteoarticular;

laudo de Sanidade Mental emitido por médico psiquiatra;
raio-X do Tórax em PA e perfil (imagem e laudo);
raio-X da Coluna cervical em AP e perfil (imagem e laudo);
raio-X da Coluna lombossacra em AP e perfil (imagem e laudo);
radiografia extrabucal;
exame toxicológico de larga janela.
Em todos os exames laboratoriais e complementares e nos laudos médicos decorrentes de exames médicos especializados, além do nome, CPF e/ou nº do documento de Identificação e data de nascimento da pessoa candidata, deverão constar obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o número do registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido número.
No caso dos exames de imagem e radiológicos, além do laudo médico descritivo, a pessoa candidata deverá, obrigatoriamente, apresentar as imagens nítidas e em alta resolução.
Os relatórios dos exames médicos especializados, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica.
Toda a documentação apresentada pela pessoa candidata convocado será analisada por Bancas Examinadoras compostas por profissionais habilitados, inscritos e regulares junto ao Conselho Regional de Medicina.
Quanto ao Exame Toxicológico, de caráter confidencial, a ser realizado e custeado pela pessoa candidata, devem ser observadas as orientações a seguir descritas, e o que for estabelecido no Edital de Convocação específico para esta 4ª Fase:
deverá ser do tipo de "larga janela de detecção", que acuse uso de substâncias entorpecentes ilícitas causadoras de dependência química ou psíquica de qualquer natureza, e deverá apresentar resultado negativo para um período mínimo de 90 (noventa) dias anteriores à data da coleta, abrangendo os seguintes grupos de drogas: cocaína e derivados; maconha e derivados; metanfetaminas; anfetaminas; ecstasy (MDMA e MDA); opiácios e derivados; e peniciclidina (PCP);
deverá ser realizado em laboratório especializado, a partir de amostra de materiais biológicos, exclusivamente cabelos ou pelos, doados pela pessoa candidata, conforme procedimentos padronizados de coleta, encaminhamento do material, recebimento de resultados e estabelecimento de contraprova;
o resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará sigiloso junto ao IDIB, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

18.6.1. O resultado da análise do Exame Toxicológico será expresso por uma das seguintes menções:
a) "Apta" para a pessoa candidata que tiver obtido resultado negativo para todas as substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico;
b) "Inapta Temporária" para a pessoa candidata que estiver impossibilitado de entregar o resultado do seu exame na data prevista, por atraso na chegada do resultado devido a problemas com o laboratório ou com a postagem do material, contanto que comprove ter se submetido à coleta de material em laboratório credenciado dentro do prazo estabelecido.
c) "Inapta" para a pessoa candidata que tiver obtido resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico.
As condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam a pessoa candidata para o exercício do cargo, conforme indicado no subitem 18.8 deste edital, serão considerados para efeito de eliminação no concurso público.
A seguir estão listadas as condições incapacitantes para a posse no cargo, juntamente com os índices mínimos e as causas de inabilitação na Avaliação Médica:
Cabeça e pescoço: tumores malignos na área da cabeça e do pescoço; deformidade congênita na área da cabeça e do pescoço ou cicatrizes deformantes ou aderentes que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo ofertado no concurso, na área de cabeça e pescoço; alterações estruturais da glândula tireoide, associadas ou não a sinais clínicos de hipertireoidismo.
Ouvidos, nariz e faringe: deformidades congênitas que comprometam o bom desempenho das funções do cargo, tartamudez que comprometa a comunicação oral básica. a) Na prova com audiômetro de tom puro, a pessoa candidata não deve ter deficiência de percepção auditiva em cada ouvido, separadamente, maior que 35dB em nenhuma das três frequências 500, 1000, 2000Hz, nem maior que 50dB nas frequências acima de 3000Hz.
Olhos e visão: opacificações corneanas, ceratocone e ceratopatias; glaucomas; doenças congênitas ou adquiridas; estrabismo (superior a 10 D prismática); doenças e lesões de retina; doenças neurológicas que afetam os olhos; discromatopsia completa; pacientes com catarata ou operados de cataratas com ou sem Lio; AV s/c inferior a 20/100 em cada olho ou até 20/200 em um olho, desde que o outro seja superior ou igual a 20/60, A AV c/c em todos os casos deve ser 20/20 em pelo menos um olho e superior ou igual a 20/40 no outro olho. IV. Pele e tecido celular subcutâneo: infecções bacterianas micóticas crônicas ou recidivantes, micoses extensas; parasitoses cutâneas extensas, eczemas alérgicos cronificados ou infectados, expressões cutâneas das doenças autoimunes; manifestações de doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que que causem bloqueio funcional, incompatível com o pleno exercício das atividades do cargo; hanseníase; tatuagem(ns) que expresse(m) violação aos valores constitucionais, em especial aquelas que apresentam ideologias terroristas, extremistas e/ou contrárias às instituições democráticas, que incitem a violência e/ou a criminalidade, ou incentivem a discriminação ou preconceitos de raça e gênero, ou qualquer outra forma de intolerância (Recurso Extraordinário 898.450/SP, de 17 de agosto de 2016, com repercussão geral reconhecida).
Pulmões e paredes torácicas: deformidade relevante congênita ou adquirida, função respiratória prejudicada, doenças imunoalérgicas do trato respiratório inferior; fístulas e fibroses pulmonares difusas; tumores malignos e benignos dos pulmões e pleura.
Sistema cardiovascular: cardiopatias congênitas, miocardites e endocardites; doenças do pericárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; doenças oro-valvulares; doenças venosas arteriais e linfáticas; hipertensão arterial de acordo com a definição da OMS; miocardiopatias; insuficiência cardíaca; alterações eletrocardiográficas, tais como: dissociação AV; extra-sístoles muito frequentes; alterações isquêmicas; taquicardias paroxísticas; bloqueios sinoatriais; ritmos de substituição; doenças do nódulo sinusal; bloqueio do ramo esquerdo; bloqueio de ramo direito; bloqueio atrioventricular; flutter e fibrilação atrial; síndromes de pré-excitação; sobrecarga ventricular direita e esquerda; crescimentos atriais: átrio esquerdo, átrio direito e biatrial.
Abdome e trato digestório: anormalidades aparentes (ex.: hérnia, fístulas) à inspeção ou palpação visceromegalias; micose profunda; história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; distúrbios funcionais desde que significativos; tumores benignos e malignos.
Aparelho gênito-urinário: anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália; rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis em exame de urina; criptorquidia; varicocele volumosa e/ou dolorosa; doença sexualmente transmissível em atividade.
Aparelho osteomioarticular: doenças e anormalidades dos ossos e articulações congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásticas; traumáticas e degenerativas; desvio ou curvaturas anormais e significativas da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração da estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e sequelas de cirurgia; pé plano espástico desde que comprometa a locomoção, lesões ligamentares, condromalacia de patela e outras doenças incapacitantes para as atividades do cargo.

Doenças metabólicas e endócrinas: diabetes melito descompensada; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção hipofisária; disfunção tireoidiana sintomática; tumores da tireoide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumor de supra renal e sua disfunção congênita ou adquirida; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbio do metabolismo do cálcio e do fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; crescimento e desenvolvimento anormais, em desacordo com a idade cronológica.
Sangue e órgãos hematopoéticos: alterações significativas do sangue; órgãos hematopoéticos; doenças hemorrágicas.
Doenças neuropsiquiátricas: distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias; incoordenação; tremores; distúrbios de movimento; paresias e paralisias; atrofias e fraquezas musculares; histórias de síndrome convulsiva; distúrbio da consciência; comportamentais e da personalidade.
Tumores e neoplasias:
qualquer tumor maligno.
tumores benignos, conforme a localização, a repercussão funcional e o potencial evolutivo.
se o médico julgar insignificante a existência de pequenos tumores benignos (ex.: cistos sebáceos, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

Condições ginecológicas: neoplasias malignas; cistos ovarianos não funcionais; lesões uterinas e todas as patologias ginecológicas adquiridas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencial mórbido; anormalidades congênitas com repercussão funcional ou com potencial para morbidade; mastites específicas; tumor maligno da mama; endometriose comprovada.
Aparelho locomotor: será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar:
deformidades e/ou desvios em quaisquer planos do eixo normal da coluna vertebral, repercussão funcional (escoliose, cifose, hiperlordose, inversão da lordose);
deformidades ou sequelas de fraturas com comprometimento do alinhamento, simetria e função do segmento afetado;
alterações acentuadas do alinhamento dos membros superiores e/ou inferiores (genuvalgo, genuvaro, genu recurvatum, cúbito-valgo, cúbito varo);
comprometimento funcional articular (bloqueio da flexão, extensão, pronação, supinação); rotação lateral e medial traumática ou congênita, restrição de função em decorrência de luxação recidivante, em qualquer segmento, operada ou não;
deformidades congênitas ou adquiridas dos pés, por exemplo: pé cavo, hálux-vago, háluxvaro, hálux rígidus, sequelas de pé torto congênito, dedos em garra com calosidade ou não, calosidade aquileia, dedo extranumerário;
ausência parcial ou total, congênita ou traumática de qualquer segmento das extremidades;
sequelas de patologias congênitas, com repercussão funcional;
deformidades esqueléticas acentuadas (tumorações; hipertrofias; ossos supranumerários).
Coluna lombo sacra: Será considerado inapto a pessoa candidata que apresentar em seus exames radiológicos de coluna lombossacra:
escoliose tóraco lombar;
cifose dorsal;
inversão das curvaturas fisiológicas da coluna vertebral;
má formação congênita isolada ou associada (tais como: espinha bífida, vértebra de transição mega apófise neo articulada ou não ao sacro);
tumoração óssea;
doença inflamatória;
doença infecciosa;
presença de prótese cirúrgica ou sequelas de cirurgia e de fratura.

DOS EXAMES ODONTOLÓGICOS

Ortopantomografia (Raio x panorâmico), com período de realização de no máximo 30 dias antes da Avalição de Saúde.
Série completa de periapicais, com período de realização de no máximo 30 dias antes da Inspeção de Saúde.
Será eliminado desta Fase de Avaliação de Saúde e, consequentemente, do concurso público a pessoa candidata que:
não apresentar documentação/exames/laudos exigidos em conformidade com este edital, ou qualquer outro documento que porventura venha a ser solicitado pela Banca Examinadora, na forma e no prazo estabelecidos;
for considerado "inapto", conforme condições incapacitantes relacionadas no subitem 18.8 deste edital.
Casos de Exclusão Odontológica
Estado sanitário bucal deficiente, infecções, neoplasias, deformidades estruturais como fissuras labiais ou labiopalatinas não reabilitadas.
Prognatismo mandibular e/ou maxilar bem como micrognatismo que possam comprometer a estabilidade e a função mastigatória.
Quando os dentes forem artificiais: se prótese, fixa unitária ou múltipla, deverá estar aceitável funcionalmente; se parcial removível, deverá restabelecer funcionalmente a pessoa candidata, apresentar boa retenção e estabilidade e estar com sua estrutura metálica e plástica em condições aceitáveis. A pessoa candidata deverá ser portadora de 20 (vinte) dentes naturais, sendo 10 (dez) dentes por cada arcada dentária, completando-se com dentes artificiais. Nestes 20 (vinte) dentes é obrigatória a existência de 4 (quatro) caninos e dos incisivos superiores; poderá ser tolerada a ausência de um ou mais dentes, quando se tratar de anodontia; quando os dentes forem naturais: deverão ser hígidos ou estarem restaurados com material restaurador definitivo, não ser portador de periodontopatias, raízes residuais, fístulas ou lesões dos tecidos moles.
Os resultados preliminar e definitivo da Fase de Avaliação de Saúde, com lista nominal das pessoas candidatas "aptos", serão publicados em datas previamente informadas no edital de convocação, no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Caberá recurso contra o resultado preliminar da Avaliação de Saúde no prazo de 2 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da sua divulgação, por meio da Área para Candidato, acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Outras informações a respeito da Avaliação de Saúde constarão do Edital de Convocação específico para esta Fase, a ser publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

De caráter eliminatório, a investigação social e/ou funcional visa a apurar se a pessoa candidata apresenta procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável no meio social em que convive, bem como se a pessoa candidata preenche os requisitos para investidura no cargo, em especial os previstos neste edital.
A realização da Investigação Social ficará ao encargo da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
As pessoas candidatas que forem considerados recomendados na 3ª etapa – Avaliação psicológica, serão convocados para entregar cópias de seus documentos pessoais e outros documentos que serão solicitados oportunamente, bem como, para preencherem suas respectivas Fichas Individuais e de Informações Confidenciais (FIIC). Esta ficha será entregue a cada candidato sendo de responsabilidade do mesmo o preenchimento e a devolução no prazo estabelecido.
A comissão responsável pela Investigação Social poderá requisitar apoio policial para a realização dos trabalhos.
Será eliminado do concurso a pessoa candidata que for considerado não-recomendado na investigação social e/ou funcional.
Também, será eliminado do Concurso Público a pessoa candidata que não entregar devidamente preenchida sua FIIC ou que tiver omitido ou faltado com a verdade quando do seu preenchimento.
A pessoa candidata terá direito ao conhecimento dos motivos de sua eliminação, bem como à apresentação de recurso.

O edital específico contendo calendário, relação de documentos e outras informações que se julgarem necessárias, serão divulgados por ocasião da publicação do resultado da terceira etapa no endereço eletrônico **www.idib.org.br.**
Não haverá reclassificação das pessoas candidatas, salvo, por inaptidão de algum concorrente.

DA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
A classificação parcial consiste no ordenamento das pessoas candidatas não eliminados após o cumprimento das 04 (quatro) primeiras fases que correspondem a primeira etapa do concurso, a qual servirá de base para a convocação para as fases da 2ª Etapa.
Para esta classificação será levada em consideração a classificação obtida na primeira etapa com as posteriores reclassificações por inaptidão de algum concorrente, se for o caso.
As pessoas candidatas classificados serão convocados para participar da 6ª Etapa – Curso de Formação Profissional de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cruzeta.
DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
O curso de formação profissional, de caráter eliminatório, será regulado por ato especificamente publicado para esse fim, com carga horária total em conformidade com a matriz curricular nacional para formação das Guardas Municipais, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, com fulcro no art. 11 da Lei Federal nº 13.022/2014.
O curso de formação será executado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, que poderá indicar um estabelecimento de ensino policial ou centro de formação para guardas municipais, conforme previsão do art. 6º, § 3º, da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, c/c, art. 12 da Lei Federal nº 13.022/2014.
Serão convocados por edital específico para realizarem suas matrículas no curso de formação, as pessoas candidatas que após a realização da 5ª etapa estiverem classificados dentro do número de vagas previsto neste edital.
certificado de conclusão de ensino médio (antigo 2.º grau) ou declaração de estar cursando nível superior ou certificado de conclusão de nível superior emitido por instituição oficial de ensino reconhecida ou autorizada pelo Ministério da Educação.
carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir de categoria “B” ou superior.
carteira de Identidade;
CPF;
título de eleitor com comprovante de votação na última eleição e/ou justificativa de não votação, em ambos os turnos, se for o caso;
comprovante de quitação com as obrigações militares, para as pessoas candidatas do sexo masculino;
duas fotos 5x7, recentes, de frente, coloridas, fundo branco.

As pessoas candidatas convocados que não realizarem sua matrícula no curso de formação serão considerados eliminados no concurso.
As pessoas candidatas que estiverem classificados além do número de vagas não serão convocadas para o curso de formação, ficando condicionada sua convocação a não realização da matrícula no curso de formação de algum candidato convocado ou à oportunidade e à conveniência da Administração, respeitada a legislação vigente.
Será Considerado reprovado no curso de formação profissional, e consequentemente eliminado do concurso, a pessoa candidata que não obtiver no mínimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento nas avaliações aplicadas ou que não obtiver frequência integral no Curso, salvo faltas devidamente justificadas e abonadas pela comissão organizadora do curso de formação.
O curso de formação terá como resultado aprovado ou reprovado, observando-se o disposto no item anterior. Não haverá reclassificação das pessoas candidatas por força na nota obtida no curso de formação, salvo as reclassificações por reprovação de algum concorrente.
Após a conclusão do curso de formação profissional será divulgada a classificação final das pessoas candidatas que será estabelecida pela ordem decrescente da respectiva pontuação obtida na primeira etapa com as posteriores reclassificações por inaptidão de algum concorrente, se for o caso.
Após a participação no curso de formação profissional, as pessoas candidatas aprovados estarão aptos a serem nomeados para os seus respectivos cargos observando-se a classificação final definida conforme o item anterior.
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo VI deste Edital;
O Anexo VI, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado;
As novas regras ortográficas implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.583, 29 de setembro de 2008, serão utilizadas nos enunciados e/ou alternativas de respostas dos itens das provas, sendo também o conhecimento destas novas regras exigido para sua resolução;
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA e o IDIB não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público no que tange ao conteúdo programático;
Os itens das provas poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio;
Cada item das provas poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.
DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
A nota final das pessoas candidatas neste concurso será a soma das notas obtidas nas fases previstas neste edital.
As pessoas candidatas serão ordenadas de acordo com os valores decrescentes das notas finais obtidas nas provas e classificados após a aplicação dos critérios de desempate constantes do subitem 23.4 deste edital.
Os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.
Em caso de empate na nota final do concurso, terá preferência, na seguinte ordem, a pessoa candidata que:
obtiver maior pontuação total nas questões da Área de Conhecimento Específico;
obtiver maior pontuação nas questões da disciplina Legislação de Trânsito;
obtiver maior pontuação nas questões da disciplina Noções De Direito Penal e Processo Penal;
obtiver maior pontuação nas questões da disciplina de Direito Constitucional;
obtiver maior pontuação nas questões da disciplina de Língua Portuguesa;
obtiver maior pontuação nas questões da disciplina de Matemática;
obtiver maior pontuação nas questões da disciplina de Noções de Informática;
tiver maior idade;
tiver exercido a função de jurado (conforme art. 440 do Código de Processo Penal, alterado pela Lei nº 11.689/2008).

As pessoas candidatas que seguirem empatados até a aplicação do critério de desempate pela maior idade serão convocados, antes do resultado definitivo, para apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.

As pessoas candidatas convocados que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento terão considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.
As pessoas candidatas que seguirem empatados até a aplicação do critério de desempate por desempenho da função de jurado, serão convocados, antes do resultado final do concurso, para confirmar o exercício da atividade de jurado e, se existente, a entrega da documentação que comprova referido exercício.
Para fins de comprovação da função de jurado, serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.

DOS RECURSOS

Caberá recurso contra o resultado preliminar dos pedidos de isenção da taxa de inscrição, as relações preliminares de inscritos (Ampla concorrência e Atendimento Especial), o gabarito oficial preliminar e os resultados preliminares de todas as fases que compõem este concurso.
O prazo para impetração de recurso será de 2 (dois) dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao das publicações citadas no subitem 24.1 deste edital.
A interposição de recurso deverá ser feita por meio da Área para Candidatos acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br**, com acesso através do fornecimento de dados referentes à inscrição e apenas durante o prazo recursal previsto no cronograma previsto de atividades.
Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.
Todos os recursos impetrados contra o gabarito preliminar das provas objetivas serão analisados e as justificativas de alteração/anulação de gabarito serão avaliadas pela Comissão Organizadora do concurso.
A resposta ao recurso impetrado será disponibilizada aa pessoa candidata recorrente por meio de sua Área para Candidato, acessível pelo site **www.idib.org.br.**
Se do exame de recursos resultar anulação de questão integrante de prova objetiva, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos As pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
Se houver alteração, por força de recurso, de gabarito oficial preliminar de questão integrante da prova objetiva, essa alteração valerá para todos as pessoas candidatas, independentemente de terem recorrido.
O recurso deverá ser individual, por questão ou avaliação, com a indicação daquilo em que a pessoa candidata se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e, ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supramencionado.
A pessoa candidata deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
Não será aceito recurso por meio diverso ao que determina este edital.
Serão indeferidos os recursos:
cujo teor desrespeite a Banca Examinadora e/ou a Comissão Organizadora;
que estejam em desacordo com as especificações contidas neste item do edital;
cuja fundamentação não corresponda à questão recorrida;
sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
com dados incompletos;
encaminhados vias postal, e-mail, imprensa e/ou de "redes sociais online".
A decisão da banca examinadora do recurso impetrado será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais.
Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos, recurso de gabarito oficial definitivo e/ou recurso de resultado definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.
O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.
Os resultados preliminares e definitivos do concurso serão publicados na página do concurso, acessível pelo site **www.idib.org.br**, nas datas previstas no Anexo VII deste edital, bem como nas que ainda serão divulgadas oportunamente.

DA NOMEAÇÃO, LOTAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

Por ocasião da convocação que antecede a posse, as pessoas candidatas classificados deverão apresentar os documentos originais, acompanhados de uma cópia simples, que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição.
A convocação de que trata o subitem 25.1 acima será realizada pela Secretaria Municipal de Administração, devendo a pessoa candidata apresentar-se no local, na data e no horário determinados.
A pessoa candidata, além de atender aos requisitos exigidos neste Edital, deverá apresentar, necessariamente, até o ato da posse, os seguintes documentos originais e suas fotocópias:
Carteira de Trabalho e Previdência Social;
Cópias autenticadas em cartório de Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
Título de Eleitor acompanhado do comprovante de votação na última eleição;
Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação para candidatos do sexo masculino;
Cédula de Identidade – RG ou RNE;
2 (duas) fotos 3 x 4 recentes, Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro;
Cadastro de Pessoa Física –CPF;
Comprovação de escolaridade e/ou Autorização Legal para o exercício da profissão, de acordo com os requisitos para o cargo descritos neste Edital;
Certidão de Nascimento dos filhos solteiros menores de 18 anos;
Cartão de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
Termo de Guarda e Certidão de Nascimento do filho menor que estiver sob tutela;
comprovante de residência (recente).

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticadas dos documentos relacionados no subitem 25.2 acima.
Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Cruzeta poderá solicitar outros documentos complementares.
As pessoas candidatas serão submetidas a exames médicos que avaliarão sua capacidade para o desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
Os exames médicos, de caráter eliminatório para efeito de admissão, são soberanos e, a eles, não caberá qualquer recurso.
Não será nomeado a pessoa candidata habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse e que não possuir, na data da posse, os requisitos mínimos exigidos neste Edital, constatado a qualquer tempo.
A pessoa candidata que não atender, no ato da posse, aos requisitos deste Edital será considerado desistente, sendo excluído automaticamente do Concurso Público, sendo eliminado do Concurso e ensejando a convocação da próxima pessoa candidata na lista de classificação.

A convocação para a posse será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município de Cruzeta e por qualquer meio hábil de comunicação (endereço eletrônico da Administração, e-mail, telegrama ou telefone.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O resultado final do Concurso Público será homologado e publicado pela Prefeitura Municipal de Cruzeta, e divulgado nos endereços eletrônicos **www.idib.org.br** e **www.cruzeta.ce.gov.br.**

O prazo de validade do Concurso Público será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial e site oficial da prefeitura de Cruzeta, **www.cruzeta.ce.gov.br**., podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual prazo, a critério da Prefeitura Municipal de Cruzeta.

A pessoa candidata deverá manter atualizado seu endereço perante o IDIB até a homologação do resultado final do concurso, por meio de requerimento a ser enviado para o correio eletrônico **www.idib.org.br.** Após a homologação, deverá manter atualizado junto a Prefeitura Municipal de Cruzeta. São de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

O IDIB e a Prefeitura Municipal de Cruzeta não se responsabilizam por eventuais prejuízos a pessoa candidata, inclusive quanto à eventual nomeação, decorrentes de:

endereço não atualizado;

endereço de difícil acesso;

correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado da pessoa candidata;

correspondência recebida por terceiros.

Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação da pessoa candidata, valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial Municipal.

Os casos omissos serão avaliados e resolvidos pelo IDIB e pela Comissão do Concurso Público, conforme o caso.

O IDIB poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida a pessoa candidata, por e-mail ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade da pessoa candidata a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

Por motivo de ocorrência de fatos não previstos neste edital, a Comissão de Acompanhamento do Concurso, em ação conjunta com o IDIB, poderá reprogramar as datas estabelecidas no cronograma, visando garantir a participação igualitária de todas as pessoas candidatas.

Os itens deste edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital próprio publicado no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, sendo de inteira responsabilidade da pessoa candidata o seu acompanhamento.

É facultada a apresentação de solicitação de impugnação, de forma fundamentada, ao presente edital, no prazo de até 2(dois) corridos, a contar de sua publicação no endereço eletrônico **www.idib.org.br**, conforme previsto no Anexo VII.

Para fins de impugnação, o demandante deverá realizar seu cadastro de inscrição no concurso público (sem obrigação de efetivá-la), nos termos deste edital, e acessar a opção "Recurso On-line", através da Área para pessoa candidata acessível pelo endereço eletrônico **www.idib.org.br.**

A impugnação protocolada será julgada pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o IDIB, no que for necessário.

Do julgamento previsto neste edital, não caberá recurso, bem como a resposta será disponibilizada diretamente ao demandante, sendo seus efeitos, se existentes, implementados mediante aditivo deste edital ou novo edital.

Os casos não previstos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Concurso, ouvido o IDIB sempre que necessário.

Cruzeta-RN, 03 de setembro de 2026.

ANEXO I- QUADRO DE VAGAS, REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO/ VENCIMENTO BASE/ CARGA HORÁRIA	VAGAS IMEDIATAS	VAGAS CADASTRO RESERVA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	VAGAS PPIQ	FORMAÇÃO EXIGIDA
Guarda Civil Municipal R$ 1.621,00 40H	04	08	02	0	02	ENSINO MÉDIO COMPLETO.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Efetivar a proteção preventiva e ostensiva dos bens, serviços, instalações e espaços públicos municipais; zelar pela segurança dos cidadãos em áreas públicas; atuar preventiva e comunitariamente na redução da violência e da criminalidade; executar patrulhamento preventivo, inclusive escolar, rural e comunitário; colaborar com órgãos de segurança pública em ações oficiais; proteger o patrimônio ecológico, ambiental, cultural e histórico municipal; atuar em situações de calamidade, emergência ou desastre; mediar conflitos; apoiar a fiscalização municipal; registrar ocorrências e encaminhar situações às autoridades competentes; observar as normas legais, disciplinares e de uso progressivo da força; e executar outras atividades correlatas.

ANEXO II- DO FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu,____, inscrito no CPF sob o nº _____-_____, venho requerer a ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO do Concurso Público de Provas para provimento do cargo _____da carreira de _____, promovido pela Prefeitura Municipal de Cruzeta e regido pelo Edital nº 04, de 08 de julho de 2026, inscrição nº_____, de acordo com o referido Edital, conforme abaixo (assinalar a opção abaixo):

( ) 1ª POSSIBILIDADE –Decretos Federais nº 6.593/2008 e 11.016/2022 (inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico).

Nº NIS:		**CPF:**	
DATA DE NASCIMENTO:	**DATA EXP.:**	**RG:**	**UF:**
NOME DA MÃE:			

ANEXO III- DO FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE VAGA PARA PESSOA CANDIDATA COM DEFICIÊNCIA

Atesto, para fins de participação no Concurso Público de Provas para provimento do cargo de_____, Edital nº 04/2026, do Concurso Público para Prefeitura Municipal de Cruzeta, vem requerer vaga reservada como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que o(a) Senhor(a)_____é pessoa com deficiência (espécie) _____, CID_____, com grau/nível de deficiência (leve, moderado ou alto)_____, tendo como provável causa da deficiência (descrever/apresentar aprovável causa da deficiência):

_____
Adiciono ainda outras informações:
1) Pessoa candidata faz uso de próteses, órteses ou adaptações? ( ) Sim ( ) Não
Se Sim, em qual(is) membro(s)/parte(s) do corpo?

_____
2) Se pessoa candidata com deficiência mental, especificar as páreas de limitação associadas e habilidades adaptativas:

_____
3) Se pessoa candidata com deficiência múltipla, especificar a associação de suas ou mais deficiências:

_____
Dados especiais para aplicação das PROVAS (marcar com X no parêntese abaixo, caso necessite de Prova Especial ou não). Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.
( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.
( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.
Especificar:
_____

Assinatura e carimbo com nome e número do CRM do médico especialista na área de deficiência da pessoa candidata.

Ao assinar este requerimento, a pessoa candidata declara sua expressa concordância em relação ao enquadramento de sua situação, nos termos deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não-homologação de sua situação, por ocasião da realização da Avaliação Biopsicossocial.

Local e data Assinatura da pessoa candidata
Observações:
No caso de deficiência auditiva, anexar exame de audiometria recente.
No caso de deficiência visual, anexar exame de acuidade em AO (ambos os olhos), com especificação da patologia e do campo visual.

ANEXO IV- DO FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu,_____, Portador do RG nº _____, CPF de nº_____, declaro que sou negro ou indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim específico de atender ao item 10 do edital nº 04/2026 para concurso público da Prefeitura Municipal de Cruzeta. Estou ciente que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado e/ou empossado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. Por fim, através deste termo autorizo a realização de filmagem da entrevista para aferição pessoal da veracidade da autodeclaração como preto, pardo indígena ou quilombola.

OBSERVAÇÕES:
É de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata o correto preenchimento deste formulário e o envio da documentação em conformidade com o Edital de abertura de inscrições;
Todos os documentos enviados serão analisados pela banca examinadora do IDIB, que emitirá relatório com a situação do pedido da pessoa candidata.

, de de 20_.

Assinatura do(a) requerente

ANEXO V
DO MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Senhor(a)_____ goza de boas condições de saúde, estando apto(a) para realizar o Teste de Aptidão Física (TAF) do concurso público para a Guarda Civil Municipal de CRUZETA-RN, regido pelo Edital nº __/2026, e suas alterações posteriores, se existentes.

_____,_____/_____/_____
Local Data

_____
Nome, assinatura, número do CRM do médico e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.

ANEXO VI
DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

CONHECIMENTOS COMUNS

LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.

MATEMÁTICA
Funções: Domínio, contradomínio e imagem; gráficos de funções; definição, análise e gráfico da função afim; função quadrática; suas raízes ou seus zeros, estudo da parábola; função, equações e inequações das funções modulares, exponenciais, logarítmicas. Geometria Plana: teoremas de Tales,

triângulos, circunferências e cálculo de áreas. Análise combinatória: permutações, arranjos, combinações, números binomiais, binômio de Newton, triângulo de Pascal. Trigonometria: leis dos senos, cossenos, circunferência trigonométrica, as equações e inequações trigonométricas, as funções seno e cosseno. Polinômios: funções, valor numérico, igualdade, raízes, equações, decomposição de fatores de 1º grau. Números complexos: conjuntos, operações, representações geométricas, módulo, forma trigonométrica, equações binômias e trinômias.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Hardware: Dispositivos de Armazenamento, Memórias e Periféricos. Sistemas Operacionais Windows/Linux: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos. Editor de Textos: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. Planilhas Eletrônicas: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. Correio Eletrônico - uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Ferramentas de Comunicações e Reuniões On-line: Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype, Google Hangout. Internet: Intranet, Extranet, Protocolo e Serviço, Sítios de Busca e Pesquisa na internet, nuvem e redes sociais. Navegadores - Mozilla Firefox/Google Chrome – Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Redes sociais. Tecnologia da informação e segurança de dados. Segurança da Informação: Princípios de Segurança, Confidencialidade e Assinatura digital, Procedimentos de Segurança e Backup, Ferramentas de Segurança (antivírus e firewalls), Malwares, Ataques. Extensão e Arquivos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Lei Federal nº 9.503/97 (que institui o Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos, com as devidas alterações). Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e suas alterações. Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 — Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e suas alterações; Resolução CONTRAN nº 993/2023, que estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação e relaciona as regulamentações de segurança veicular aplicáveis; Resolução CONTRAN nº 968/2022, que estabelece os critérios de identificação de veículos; Resolução CONTRAN nº 966/2022, que dispõe sobre os requisitos técnicos dos espelhos retrovisores de veículos; Resolução CONTRAN nº 918/2022, com as alterações promovidas pela Resolução CONTRAN nº 991/2023, que consolida as normas relativas aos procedimentos para aplicação de multas por infrações de trânsito, arrecadação e repasse dos valores arrecadados; Resolução CONTRAN nº 970/2022, com as alterações promovidas pela Resolução CONTRAN nº 1.024/2026, que dispõe sobre as características e especificações técnicas dos sistemas de sinalização e iluminação dos veículos, seus dispositivos e o uso de lanternas especiais; e Resolução CONTRAN nº 1.020/2025, que normatiza os procedimentos relativos à aprendizagem, à habilitação, à expedição de documentos de condutores e ao processo de formação de candidatos à obtenção da habilitação; Composição e competência do sistema nacional de trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Pedestre e condutores de veículos não motorizados; Do cidadão; Educação para trânsito; sinalização de trânsito; Engenharia de tráfego; Da operação, da fiscalização e do policiamento ostensivo de trânsito; Dos veículos: disposições gerais, segurança dos veículos, identificação dos veículos, veículos de circulação internacional, registro de veículos, licenciamento, condução de escolares; Habilitação; Infração; Penalidades; Medidas administrativas; Processos administrativos: autuação, julgamento das autuações e penalidades; Crimes de trânsito: disposições gerais, crimes em espécie; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito; Portarias do DENATRAN.

NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente. Aplicabilidade das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. Remédios Constitucionais. Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. Administração pública. Disposições gerais, servidores públicos. Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências. Funções essenciais à justiça. Ministério Público, Advocacia Pública. Defensoria Pública. Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas.

NOÇÕES DIREITO PENAL

Princípios básicos. Crime e Contravenção Penal. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. O fato típico e seus elementos. Tipicidade e causas de exclusão. Crime consumado e tentado. Pena da tentativa. Concurso de crimes. Ilicitude e causas de exclusão. Excesso punível. Culpabilidade. Elementos e causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da Justiça. Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos). Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019). Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997). Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações). Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Disposições preliminares do Código de Processo Penal. Inquérito policial. Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, noticia criminis, delitos criminais, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão. Prisão e liberdade provisória. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal. Lei nº 9.099/1995.

ANEXO VII- CRONOGRAMA PREVISTO

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	**DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**	**INÍCIO**	**TÉRMINO**
1	Publicação do edital de abertura	03/09/2026	
2	Período para impugnação ao edital	03/09/2026	04/09/2026
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	03/09/2026	04/09/2026
4	**Período de inscrições**	**03/09/2026**	**05/10/2026**

5	Publicação do resultado de impugnação do edital	11/09/2026	
6	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	15/09/2026	
7	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	16/09/2026	17/09/2026
8	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	30/09/2026	
9	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	05/10/2026	
10	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	06/10/2026	
11	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial) na área do candidato	20/10/2026	
12	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	21/10/2026	22/10/2026
13	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	13/11/2026	
14	Divulgação dos locais de prova	20/11/2026	
15	**Realização das Provas Objetivas**	**29/11/2026**	
16	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	30/11/2026	
17	Prazo para interposição de recurso contra os gabaritos preliminares das provas objetivas	01/12/2026	02/12/2026
18	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta na área do candidato	22/12/2026	
19	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	23/12/2026	24/12/2026
20	Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	18/01/2027	
21	Edital de convocação para a Prova de Capacidade Física/TAF	19/01/2027	
22	Realização da prova de capacidade física/taf	30/01/2027	31/01/2027
23	Publicação do resultado preliminar da prova de capacidade física/taf na área do candidato	03/02/2027	
24	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de capacidade física/taf	04/02/2027	05/02/2027
25	Publicação do resultado definitivo da prova de capacidade física/taf	11/02/2027	
26	Edital de convocação para Avaliação Psicológica	12/02/2027	
27	Edital de convocação dos candidatos para a entrega da documentação relativa à Sindicância da Vida Pregressa e Investigação Social e Funcional	12/02/2027	
28	Período de entrega da documentação relativa à Investigação Social	15/02/2027	19/02/2027
29	Realização da avaliação psicológica	20/02/2027	21/02/2027
30	Publicação do resultado preliminar da avaliação psicológica na área do candidato	10/03/2027	
31	Período para requerimento da entrevista devolutiva da avaliação psicológica	11/03/2027	
32	Entrevista devolutiva da avaliação psicológica	14/03/2027	
33	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação psicológica	15/03/2027	16/03/2027
34	Publicação do resultado definitivo da avaliação psicológica	30/03/2027	
35	Edital de convocação para o Exame Médico e Toxicológico	31/03/2027	
36	Realização do exame médico e toxicológico	24/04/2027	25/04/2027
37	Publicação do resultado preliminar do exame médico e toxicológico na área do candidato	28/04/2027	
38	Interposição de recurso contra o resultado preliminar do exame médico e toxicológico	29/04/2027	30/04/2027
39	Publicação do resultado definitivo do exame médico e toxicológico	06/05/2027	
40	Edital de convocação para Avaliação Biopsicossocial e o Procedimento de Heteroidentificação	07/05/2027	
41	Realização da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	15/05/2027	16/05/2027
42	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação na área do candidato	19/05/2027	
43	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	20/05/2027	21/05/2027
44	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial e o procedimento de heteroidentificação	26/05/2027	
45	Publicação do resultado preliminar da Investigação Social	26/05/2027	
46	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da Investigação Social	27/05/2027	28/05/2027
47	Publicação do resultado definitivo da Investigação Social	03/06/2027	
48	Resultado Final	04/06/2027	

Publicado por:
Balfran Katsson Dantas de Medeiros
Código Identificador:4364DD80

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 606/2026

DECRETO Nº 606, DE 03 de setembro de 2026

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, o crédito especial no valor de R$ 100.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Felipe Guerra/RN, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nº 625/2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:
I- 100.000,00 (cem mil reais), através de EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, de acordo com o inciso II, do art.43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Felipe Guerra/RN, 03 de setembro de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**100.000,00**
05 .001 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**100.000,00**

	2015 Manutenção do FUNDEB 70%				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401072	0001	100.000,00
Anexo II (Redução)					**100.000,00**
05 .001 Secretaria Municipal de Educação e Cultura					**100.000,00**
	2023 Manutenção do Ensino Infantil 30%				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	100.000,00

Publicado por:
Janailson Romao de Freitas
Código Identificador:84CA5360

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 14/2026

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 12/2026**, publicada no **20/08/2026,** processo administrativo nº **520023/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de **Formação de Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada visando à aquisição de materiais esportivos, recreativos e pedagógicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades escolares integrantes da Rede Municipal de Ensino de Felipe Guerra/RN, para utilização em atividades educacionais, práticas esportivas, jogos recreativos e ações pedagógicas, conforme especificações técnicas, condições, quantitativos e demais exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de* ***Licitação nº 12/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: ACHOU DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA - CNPJ: 48.529.824/0001-80, End. 80045-150 nº, ALTO DA RUA XV, CURITIBA/PR, representado por SANDRO VALÉRIO SANTOS ROSA – CPF: 031.274.026-35

Fornecedor: **ACHOU DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA**		
CNPJ: **48.529.824/0001-80**	Telefone: **4598825676**	Email:
Endereço: **RUA UBALDINO DO AMARAL, ALTO DA RUA XV, CURITIBA/PR, CEP: 80045-150**		
Representante: **SANDRO VALÉRIO SANTOS ROSA** - CPF: **XXX.274.026-XX**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit(R$)	Vlr. Total(R$)
7	JOGO XADREZ OFICIAL, Jogo contendo 01 tabuleiro em couro sintético ou MDF – material de alta qualidade - medindo aproximadamente 50 x 50 cm. Acompanha peças em plástico resistente ou MDF e regras do jogo. Deve conter indicativo de idade recomendada.	CARLU	Unidade	15	58,47	877,05
19	DOMINÓ EDUCATIVO 04 OPERAÇÕES - (adição, subtração, multiplicação e divisão). Composto por 28 peças em MDF 7 x 3,5 cm, pintadas e serigrafadas com tinta ultravioleta atóxica em uma das faces e acomodadas em caixa em madeira com tampa medindo 17 x 9,5 x 4 cm. Indicado para maiores de 07 anos.	CARLU	Unidade	30	24,96	748,80
22	MATERIAL DOURADO - Composição: Caixa de madeira medindo 12 x 25 x 25 cm. Contém: 611 peças de madeira na cor natural, sendo 1 cubo de milhar, 10 placas de centena, 100 barras de dezena e 500 cubos de unidade. Certificação: INMETRO, Brinquedos Indicado para maiores de 05 anos.	CARLU	Unidade	20	39,94	798,80
24	SÓLIDOS GEOMÉTRICOS EM MADEIRA - Contém: 1 caixa, 11 sólidos geométricos pintados (cone, cubo, cilindro, esfera, paralelepípedo, pirâmide de base quadrada, pirâmide de base retangular, pirâmide de base triangular, prisma de base hexagonal, prisma de base pentagonal, tetraedro) Dimensões: caixa 7 cm (altura) x 18 cm (comprimento) x 18 cm (largura), peso 800 g. Dimensões das Peças: cone (4 cm x 8 cm) cubo (3 cm x 3 cm) cilindro (3 cm x 8 cm) esfera (4 cm de diâmetro) paralelepípedo (3 cm x 8 cm x 3 cm) pirâmide de base quadrada (3 cm x 3 cm x 8 cm) pirâmide de base retangular (3 cm x 2 cm x 8 cm) pirâmide de base triangular (3 cm x 8 cm) prisma de base hexagonal (3 cm x 4 cm x 8 cm) prisma de base pentagonal (3 cm x 3 cm x 8 cm) tetraedro (3 cm x 3 cm).	CARLU	Unidade	20	46,50	930,00
25	PINOS DE ENCAIXE JOGO DE CLASSIFICAÇÃO - pinos de encaixe jogo de classificação, para idade 4+ anos, multicoloridos. confeccionado em MDF; e madeira. base medindo 16 x 14 x 1,5 cm, 20 pinos de madeira coloridos, pintando com tinta atóxica nas cores vermelhas, amarelo, azul e verde, com medidas variando de 3 a 6 cm. embalagem: película de PVC.	CARLU	Unidade	20	25,10	502,00
26	JOGO DE MEMORIA EM MADEIRA - Jogo de memória em madeira com 40 peças, em MDF; embalagem em madeira, a partir de 4 anos; dimensões: 5 x 5 x 0,28 cm; 0,5 gramas.	CARLU	Unidade	20	18,81	376,20
27	BATE PINO DE MADEIRA - Brinquedo infantil de madeira com pinos coloridos e martelo - Bate pino de madeira - Brinquedo infantil de madeira com pinos coloridos e martelo.	CARLU	Unidade	20	25,94	518,80
28	JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO - Jogo brinquedo pedagógico, tipo kit alinhavos com 5 bases perfuradas, material MDF, quantidade 10 peças, características adicionais 5 bases perfuradas, tamanho 70 cm, cor multicolor, outros componentes com 5 cadarços coloridos em tinta atóxica.	CARLU	Unidade	20	44,94	898,80

R$ 5.650,45 (cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal apôs a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.ppodendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, conforme o caso, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, conforme o caso.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
CPF: XXX.752.184-XX
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

SANDRO VALÉRIO SANTOS ROSA
031.274.026-35
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:E55D32B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 30/2026

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-00, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 14/2026**, publicada no **27/08/2026,** processo administrativo nº **713002**/**2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Registro de Preços para futura aquisições de MEDICAMENTOS, destinados atender a demanda da Unidade Hospitalar e nas manutenções das unidades de saúde/estratégia da família, do município de Felipe Guerra, através do Fundo Municipal de Saúde do Município de Felipe Guerra, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referência).**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de* ***Licitação nº 14/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 05.155.425/0001-93, End. 30620-070 nº 520, MILIONARIOS, BELO HORIZONTE/MG, representado por MARCIONILO ARCANJO DE ALMEIDA – CPF: XXX.091.146-XX

Fornecedor: **VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA**		
CNPJ: **05.155.425/0001-93**	Telefone: **3131156143**	Email:
Endereço: **RUA CAETANO PIRRI 520, 520, MILIONARIOS, BELO HORIZONTE/MG, CEP: 30620-070**		
Representante: **MARCIONILO ARCANJO DE ALMEIDA** - CPF: **XXX.091.146-XX**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
140	NORIPURUM ENDOVENOSO INJETÁVEL 100MG/5ML	SACFER	AMPOLAS	1000	R$ 11,12	R$ 11.120,00

R$ 11.120,00 (onze mil, cento e vinte reais)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal apôs a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.ppodendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, conforme o caso, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, conforme o caso.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
CPF: XXX.752.184-XX
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

MARCIONILO ARCANJO DE ALMEIDA
CPF: XXX.091.146-XX
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:11A19366

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 38/2026

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, com sede na Rua João Batista Gurgel, 97 – Centro – Felipe Guerra/RN – 59795-00, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.349.086/0001-74, por seus representantes legais, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** para **REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2026**, publicada no **02/09/2026,** processo administrativo nº **427001/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, conforme o caso, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 442 de 17 de janeiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a contratação de **Formação de registro de preços para eventual fornecimento de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, destinados atender as demandas das Secretarias pertencentes à Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência).**, especificado (s) no(s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I *do edital de* ***Licitação nº 15/2026,*** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor: R DE F CARVALHO COMERCIO E SERVICO - CNPJ: 45.141.021/0001-65, End. 59700-000 nº, SAO SEBASTIAO, Apodi/RN, representado por ANDREA MIKAELE CARVALHO ALVES SILVA – CPF: XXX.894.494-XXX

Fornecedor: **R DE F CARVALHO COMERCIO E SERVICO**		
CNPJ: **45.141.021/0001-65**	Telefone: **84987312197**	Email:
Endereço: **R FRANCISCO JOAQUIM DE SALES, 0 -, SAO SEBASTIAO, Apodi/RN, CEP: 59700-000**		
Representante: **ANDREA MIKAELE CARVALHO ALVES SILVA** - CPF: **XXX.894.494-XXX**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
17	Saco De Lixo 200l Reforçado Para Cesto De Lixo 100 Unidades Cor Preto. Fundo reforçado, Super resistente, possui picote entre os sacos. Atender as normas abnt.	donapark	unidades	45	R$ 28,50	R$ 1.282,50

R$ 1.282,50 (um mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será o próprio titular da Ata.
Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da lei Nº14.133 de 2021.ppodendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Será incluído na ata, na forma de anexo (Cadastro de Reserva), o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços também no Portal da Transparência.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, conforme o caso, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta, conforme o caso.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *ao edital ou ao aviso de contratação direta, conforme o caso.*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de it será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado simplificada e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Felipe Guerra/RN, **Datada Eletronicamente**

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
CPF: XXX.752.184-XX
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

ANDREA MIKAELE CARVALHO ALVES SILVA
CPF: XXX.894.494-XX
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Iara Rodrigues Leite
Código Identificador:9585CB2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO P.E SRP Nº 19/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Prefeitura Municipal de Goianinha					
Prefeitura Municipal de Goianinha					
Registro de Preços Eletrônico - 19/2026					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - 0042676 - Espatula N 24 para uso em odontologia , em aco - Valor Referência: R$ 32,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	20,0000	144,60
Item: 0002 - 0042677 - Descolador de Molt N 02 - Valor Referência: R$ 83,48					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	15,0000	169,65
Item: 0003 - 0042678 - Alavanca Heidbrink reta, em aco, para uso odontologico - Valor Referência: R$ 44,55					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	178,10
Item: 0004 - 0042679 - Alavanca Heidbrink esquerda, em aco, para uso odontologico - Valor Referência: R$ 38,28					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	106,86
Item: 0005 - 0042680 - Alavanca Heidbrink direita, em aco, para uso odontologico - Valor Referência: R$ 33,97					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	106,86
Item: 0006 - 0042681 - Forceps N 65 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 100,64					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	5,0000	208,30
Item: 0007 - 0042682 - Forceps N 69 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 99,94					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	5,0000	208,30
Item: 0008 - 0042683 - Forceps N 150 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 102,12					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	249,96
Item: 0009 - 0042684 - Forceps N 18R em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 100,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	249,96
Item: 0010 - 0042685 - Forceps N 18L em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 97,78					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	249,96
Item: 0011 - 0042686 - Forceps N 16 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 102,08					

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	8,0000	333,28
Item: 0012 - 0042687 - Forceps N 17 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 100,56					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	249,96
Item: 0013 - 0042688 - Forceps N 151 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 100,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	249,96
Item: 0014 - 0042689 - Alavanca seldin tipo reta, com ponta fina, em aco - Valor Referência: R$ 46,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	25,0000	411,75
Item: 0015 - 0042690 - alavanca tipo bandeirinha direita em aco. - Valor Referência: R$ 45,29					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	98,82
Item: 0016 - 0042691 - alavanca tipo bandeirinha esquerda em aco. - Valor Referência: R$ 47,35					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	6,0000	98,88
Item: 0017 - 0042692 - Forceps infantil N 05 em aco , uso odontologico - Valor Referência: R$ 91,46					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	2,0000	83,32
Item: 0018 - 0042693 - Forceps infantil N 01 em aco, uso odontologico - Valor Referência: R$ 98,77					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	2,0000	83,32
Item: 0019 - 0042694 - Tesoura Iris ponta reta fina tamanho 12 cm em aco - Valor Referência: R$ 40,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	30,0000	478,20
Item: 0020 - 0042695 - Tesoura Iris ponta curva fina tamanho 12 cm em aco inox - Valor Referência: R$ 38,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	30,0000	478,20
Item: 0021 - 0042696 - Porta Agulha Mayo Hegar 16cm, confeccionado em aco inoxidavel com serrilha Instrumento cirurgico usado para segurar uma agulha enquanto e feita a sutura de tecidos em cirurgias. - Valor Referência: R$ 62,64					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	40,0000	1.645,60
Item: 0022 - 0042697 - Porta Agulha Mathieu 12cm, confeccionado em aco inoxidavel com serrilha Instrumento cirurgico usado para segurar uma agulha enquanto e feita a sutura de tecidos em cirurgias. - Valor Referência: R$ 65,03					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	30,0000	1.414,50
Item: 0023 - 0042698 - cureta de Lucas N 01 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 41,23					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	20,0000	158,00
Item: 0024 - 0042699 - alveolotomo em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 103,81					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	15,0000	624,90
Item: 0025 - 0042700 - lima para osso em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 59,90					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	2,0000	45,14
Item: 0026 - 0042701 - sindesmotomo em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 47,32					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	2,0000	11,78
Item: 0027 - 0008839 - Cabo de bisturi n 03, em inox; - Valor Referência: R$ 24,46					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	5,0000	32,80
Item: 0028 - 0042702 - AFASTADOR DE MINESSOTA, EM ACO, PARA USO ODONTOLOGICO - Valor Referência: R$ 26,40					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	5,0000	33,35
Item: 0029 - 0042703 - Seringa carpule tipo revolver em aco , para uso odontologico - Valor Referência: R$ 67,95					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	8,0000	234,72
Item: 0030 - 0042704 - cabo para espelho bucal, em aco, para uso odontologico - Valor Referência: R$ 12,16					

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	100,0000	294,00
Item: 0031 - 0042705 - Pinca clinica N 17 em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 21,42					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	IMPLA	IMPLA	100,0000	697,00
Item: 0032 - 0042706 - explorador odontologico de ponta dupla N 05 em aco - Valor Referência: R$ 22,78					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	100,0000	535,00
Item: 0033 - 0042707 - Porta dycal de ponta dupla em aco, uso odontologico - Valor Referência: R$ 18,73					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	100,0000	535,00
Item: 0034 - 0042708 - Esculpidor de Hollemback n 3S em aco, uso odontologico - Valor Referência: R$ 16,35					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	5,0000	26,75
Item: 0035 - 0042709 - Porta matriz tipo Tofflemire em aco, uso odontologico - Valor Referência: R$ 30,73					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	5,0000	93,75
Item: 0036 - 0042710 - colher de dentina haste longa em aco para uso odontologico - Valor Referência: R$ 21,64					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	IMPLA	IMPLA	10,0000	60,00
Item: 0037 - 0042711 - Curetas de Periodontia tipo MacCall N 13-14 em aco uso odontologico - Valor Referência: R$ 66,10					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	100,0000	803,00
Item: 0038 - 0042712 - Curetas de Periodontia tipo MacCall N 17-18 em aco uso odontologico - Valor Referência: R$ 66,59					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	30,0000	241,20
Item: 0039 - 0042713 - Curetas de Periodontia tipo Gracey N 13-14 em aco uso odontologico - Valor Referência: R$ 69,24					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	30,0000	241,20
Item: 0040 - 0042714 - Extrator de tartaro (ponta moorse) N 0-00 em aco, uso odontologico - Valor Referência: R$ 65,69					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	30,0000	240,90
Item: 0041 - 0042715 - Espatula de titanio para insercao de resina composta Ns de 01 a 06, conforme descricao do pedido, com cabo de aluminio anodizado, para uso odontologico - Valor Referência: R$ 102,55					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	30,0000	783,60
Item: 0042 - 0042716 - Periotomo flexivel reto - Valor Referência: R$ 85,11					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	impla	impla	25,0000	1.095,75
Item: 0043 - 0042717 - Alavanca Apical reta - Valor Referência: R$ 59,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	4,0000	61,88
Item: 0044 - 0042718 - Alavanca Apical direita - Valor Referência: R$ 69,78					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	4,0000	61,92
Item: 0045 - 0042719 - Alavanca Apical esquerda - Valor Referência: R$ 54,94					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	4,0000	61,88
Item: 0046 - 0042720 - FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS DE ALTA INTENSIDADE , com luz de LED colimada, possibilitando a polimerizacao de resina composta em ciclos de 1, 3 ou 5 segundos em modo high (alta potencia intensidade da luz 2300-2500 mW/cm2) ou modo normal de polimerizac - Valor Referência: R$ 1.822,98					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (54.322.844/0001-88)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	lux	alt	4,0000	2.410,16
Item: 0048 - 0042722 - Amalgamador odontologico para amalgama em capsula, de uso universal. De facil posicionamento e que permita a colocacao e retirada da capsula com seguranca. O equipamento deve ter comando digital, ergonomicamente posicionado, dotado de sistema que assegura - Valor Referência: R$ 997,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	IMPLA	IMPLA	1,0000	578,10
Item: 0049 - 0042723 - Conjunto de Caneta de alta rotacao, micromotor e contra angulo autoclavavel (baixa rotacao) e peca reta (kit academico) , resistente a temperatura de ate 135 C, sendo o micromotor com rotacao de 3000 a 18000 rpm produzindo pressao de 60 a 80 psi e o cont - Valor Referência: R$ 1.576,64					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (54.322.844/0001-88)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	kit odonto	alt	15,0000	13.499,10

Item: 0050 - 0042724 - Caneta de alta rotacao para uso odontologico, autoclavavel , silenciosa e com corpo de aluminio anodizado de modo que resulte em sua leveza, com cabeca pequena para facilitar sua melhor operacao, com sistema push button que dispensa o uso de saca brocas, - Valor Referência: R$ 714,45

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
BHDENTAL COMERCIAL LTDA (29.312.896/0001-26)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	Prime PB S3 CX207-W	DENTEMED/FOSH AN COXO MEDICAL INSTRUMENT	100,0000	25.000,00

Item: 0051 - 0042725 - Conjunto de micromotor e contra angulo de baixa rotacao resistente a temperatura de ate 135 C, sendo o micromotor com rotacao de 3000 a 18000 rpm produzindo pressao de 60 a 80 psi e o contra angulo com cabeca reduzida, alcancando rotacao maxima de 20000 - Valor Referência: R$ 945,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
BHDENTAL COMERCIAL LTDA (29.312.896/0001-26)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	Prime SE CX235-3F + Prime LT SE CX235C1	DENTEMED/FOSH AN COXO MEDICAL INSTRUMENT	15,0000	5.100,00

Item: 0052 - 0042726 - Consultorio Odontologico composto de: Cadeira Odontologica com base, cavaletes e alavancas em ferro fundido, proporcionando estabilidade sem fixacao ao piso. Sistema fuso de elevacao. Articulacao central unica entre assento e encosto. Encosto de cabeca bi - Valor Referência: R$ 22.335,46

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	DENTEMED / ONE FLEX	DENTEMED / ONE FLEX	3,0000	52.753,56

Item: 0053 - 0042727 - Aparelho de ultrassom e jato de bicarbonato para uso odontologico, contendo chave liga/desliga, regulador da saida de agua e regulador da saida da quantidade de po de bicarbonato, alem do ajuste da potencia do ultrassom, com voltagem de 220V. - Valor Referência: R$ 5.150,51

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (54.322.844/0001-88)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	jetceramic	alt	6,0000	10.139,94

Item: 0054 - 0042728 - Autoclave horizontal de mesa Com capacidade interna para 41 litros, com dimensoes de 300X300 mm de mesa microprocessadora, totalmente automatica. Programavel de acordo com o tipo de material, com gabinete montado sobre estrutura em aco A36, apoiado sobr - Valor Referência: R$ 7.173,70

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	SMART BIVOLT 42 LITROS	VOLARE MED	10,0000	49.999,90

Item: 0055 - 0042729 - Compressor Odontologico - Isento de oleo, com desligamento automatico do motor em caso de superaquecimento, valvula reguladora para manter a estabilidade da pressao e constantes o ar e o torque, valvula de seguranca que alivia a sobrepressao . Baixo ruido - Valor Referência: R$ 4.059,66

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COMPBRASIL / 30 LITROS 220V	COMPBRASIL / 30 LITROS 220V	10,0000	17.794,40

Item: 0056 - 0042730 - SELADORA ODONTOLOGICA (Seladora odontologica, com as seguintes especificacoes: controle automatico de temperatura. 220V. Sistema integrado de corte em ambas as direcoes, Acionamento por meio de alavanca com trava. Potencia: 80 W. Area de selagem de 12 mm - Valor Referência: R$ 1.094,16

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	CRISTOFOLI	CRISTOFOLI	10,0000	8.445,90

Item: 0057 - 0042731 - MOCHO OODONTOLOGICO GIRATORIO Assento e encosto em espuma sintetica Regulagem de altura a gas e regulagem do encosto. Base com rodizios resistente e de facil mobilidade. Estofamento em material resistente e revestimento sem costura. - Valor Referência: R$ 772,25

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
BHDENTAL COMERCIAL LTDA (29.312.896/0001-26)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	MOCHO ODONTOLÓGICO GÁS GOLD	DENTEMED/DENTEMED A	6,0000	3.120,00

Item: 0058 - 0039100 - Destilador de agua de parede com capacidade para 10 litros/h tipo pilsen, devendo possuir resistencia tubular em inox 304 ou superior, blindada, contendo eletricos com chave liga/desliga e contador; Cuba retangular com tampa em aco inox, apresentar pureza de saida de agua de 3.0 uS/cm, considerando-se condutividade de entrada 300 a 310 uS/cm, cabo de alimentacao com duplo isolamento com tres cabos, duas fases e um terra, de acordo com as normas da ABNT NBR 14136,´para ligacao em disjuntores desligamento automatico das resistencias quando interrompido o fornecimento de agua atraves de fluxostato eletronico; Caldeira: Aco inox 304 sem soldas ou emendas; e suporte para fixacao em paredes. Potencia:7000w e alimentacao 220V - Valor Referência: R$ 2.950,60

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	SolidSteel / SSDEST 10 LITROS	SolidSteel / SSDEST 10 LITROS	1,0000	2.784,79

Item: 0059 - 0039101 - MICROMOTOR MARATHON para uso em bancada, Devendo atingir 35.000 rpm, com 45 watts de potencia, Bivolt. Possibilitando seu uso para desgaste de metal. Com Torque maximo 300 gf-cm/ 2,94N, possuindo caneta com 4 rolamentos blindados, com controle por pedal. - Valor Referência: R$ 1.445,53

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	Champion Eletronic Silver	TALMAX	1,0000	1.198,99

Item: 0060 - 0039102 - Laser de uso odontologico portatil , duo (laser vermelho e infra vermelho) , contendo oculos de protecao para o operador e paciente e pulseira ILIB, devendo possuir comprimento de Onda: 660nm (Laser Vermelho) e 808nm (Laser Infravermelho), deve possuir registro na ANVISA. Fonte de carregamento de 220V ou bivolt. - Valor Referência: R$ 4.117,58

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
D Berlato & Cia LTDA - ME (12.630.233/0001-57)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	HAND	LASER SMILE	1,0000	3.790,00

Item: 0061 - 0039103 - Recortador de gesso odontologico, de bancada, com sistema de irrigacao automatica, equipado com motor de ½ CV, mesa articulavel e transferidor de angulos, com estrutura em aluminio e pintura eletrostatica - Valor Referência: R$ 3.354,64

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	ESSENCE / EVOLUTION	ESSENCE / EVOLUTION	1,0000	3.354,00

Item: 0062 - 0042735 - Aparelho de Raios X de Uso odontologico com potencia de 70 KVp com possibilidade de escolha do tempo de exposicao, 220V, de coluna movel. Devendo possuir alcance horizontal de 1104 mm e vertical ate 620 mm. Ponto focal de 0,8 x 0,8mm, Voltagem de alimenta - Valor Referência: R$ 12.807,68

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA (59.890.563/0001-45)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COLUNA MOVEL	ION PRO-X STANDARD	1,0000	8.639,99

Item: 0063 - 0042736 - Lamparina Hannau , mini macarico - para ser utilizada em alisamento de ceras. Uso em laboratorio de proteses - Valor Referência: R$ 31,91

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA (28.820.255/0001-10)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	IMPLA	IMPLA	4,0000	111,60

Item: 0064 - 0042796 - Tesoura Metzenbaum reta, 15cm, em inox - Valor Referência: R$ 41,38

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	299,20

Item: 0065 - 0042797 - Tesoura Metzenbaum curva, 15cm, em inox - Valor Referência: R$ 48,33

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	299,20

Item: 0066 - 0042798 - Pinca Hospitalar Cirurgica reta Disseccao com Serrilha 11,5 cm Weldon - Valor Referência: R$ 32,10

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 -	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	186,80

	14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO				
Item: 0067 - 0042800 - Pinca Cirurugica Dente de Rato 1 x 2 Reta 14,5cm - Valor Referência: R$ 25,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	133,40
Item: 0069 - 0042806 - Pinca Kelly Curva 18cm - Valor Referência: R$ 66,47					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	286,40
Item: 0070 - 0042807 - Tesoura Cirpurgica para uso geral 17cm reta fina/fina - Valor Referência: R$ 44,84					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	355,80
Item: 0071 - 0042808 - Tesoura Cirurgica Fina/fina Curva 17cm - Valor Referência: R$ 49,12					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ODONTOSUL LTDA (04.971.211/0001- 22)	Adjudicado em: 02/09/2026 - 14:33:45 - Por: HOSANIRA GALVAO	COOPERFLEX	COOPERFLEX	10,0000	353,90
HOSANIRA GALVAO					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:EE8A51A9

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO P.E SRP Nº 19/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Goianinha			
Prefeitura Municipal de Goianinha			
Registro de Preços Eletrônico - 19/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - 0042676 - Espatula N 24 para uso em odontologia , em aco - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 32,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	7,23	144,60	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0002 - 0042677 - Descolador de Molt N 02 - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 83,48			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	11,31	169,65	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0003 - 0042678 - Alavanca Heidbrink reta, em aco, para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 44,55			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	17,81	178,10	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0004 - 0042679 - Alavanca Heidbrink esquerda, em aco, para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 38,28			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	17,81	106,86	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0005 - 0042680 - Alavanca Heidbrink direita, em aco, para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 33,97			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	17,81	106,86	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0006 - 0042681 - Forceps N 65 em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 100,64			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	208,30	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0007 - 0042682 - Forceps N 69 em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 99,94			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	208,30	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0008 - 0042683 - Forceps N 150 em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 102,12			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	249,96	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0009 - 0042684 - Forceps N 18R em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 100,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	249,96	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0010 - 0042685 - Forceps N 18L em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 97,78			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	249,96	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0011 - 0042686 - Forceps N 16 em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 102,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	333,28	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0012 - 0042687 - Forceps N 17 em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 100,56			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	249,96	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0013 - 0042688 - Forceps N 151 em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 100,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	249,96	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0014 - 0042689 - Alavanca seldin tipo reta, com ponta fina, em aco - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 46,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	16,47	411,75	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0015 - 0042690 - alavanca tipo bandeirinha direita em aco. - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 45,29			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	16,47	98,82	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0016 - 0042691 - alavanca tipo bandeirinha esquerda em aco. - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 47,35			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	16,48	98,88	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0017 - 0042692 - Forceps infantil N 05 em aco , uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 91,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	83,32	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0018 - 0042693 - Forceps infantil N 01 em aco, uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 98,77			

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	83,32	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0019 - 0042694 - Tesoura Iris ponta reta fina tamanho 12 cm em aco - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 40,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	15,94	478,20	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0020 - 0042695 - Tesoura Iris ponta curva fina tamanho 12 cm em aco inox - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 38,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	15,94	478,20	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0021 - 0042696 - Porta Agulha Mayo Hegar 16cm, confeccionado em aco inoxidavel com serrilha Instrumento cirurgico usado para segurar uma agulha enquanto e feita a sutura de tecidos em cirurgias. - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 62,64			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,14	1.645,60	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0022 - 0042697 - Porta Agulha Mathieu 12cm, confeccionado em aco inoxidavel com serrilha Instrumento cirurgico usado para segurar uma agulha enquanto e feita a sutura de tecidos em cirurgias. - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 65,03			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	47,15	1.414,50	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0023 - 0042698 - cureta de Lucas N 01 em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 41,23			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	7,90	158,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0024 - 0042699 - alveolotomo em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 103,81			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	41,66	624,90	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0025 - 0042700 - lima para osso em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 59,90			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	22,57	45,14	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0026 - 0042701 - sindesmotomo em aco para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 47,32			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	5,89	11,78	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0027 - 0008839 - Cabo de bisturi n 03, em inox; - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 24,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	6,56	32,80	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0028 - 0042702 - AFASTADOR DE MINESSOTA, EM ACO, PARA USO ODONTOLOGICO - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 26,40			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	6,67	33,35	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0029 - 0042703 - Seringa carpule tipo revolver em aco , para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 67,95			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	29,34	234,72	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0030 - 0042704 - cabo para espelho bucal, em aco, para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 12,16			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	2,94	294,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0031 - 0042705 - Pinca clinica N 17 em aco para uso odontologico - IMPLA - Valor Referência: R$ 21,42			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	6,97	697,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0032 - 0042706 - explorador odontologico de ponta dupla N 05 em aco - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 22,78			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	5,35	535,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0033 - 0042707 - Porta dycal de ponta dupla em aco, uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 18,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	5,35	535,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0034 - 0042708 - Esculpidor de Hollemback n 3S em aco, uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 16,35			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	5,35	26,75	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0035 - 0042709 - Porta matriz tipo Tofflemire em aco, uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 30,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	18,75	93,75	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0036 - 0042710 - colher de dentina haste longa em aco para uso odontologico - IMPLA - Valor Referência: R$ 21,64			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	6,00	60,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0037 - 0042711 - Curetas de Periodontia tipo MacCall N 13-14 em aco uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 66,10			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	8,03	803,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0038 - 0042712 - Curetas de Periodontia tipo MacCall N 17-18 em aco uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 66,59			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	8,04	241,20	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0039 - 0042713 - Curetas de Periodontia tipo Gracey N 13-14 em aco uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 69,24			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	8,04	241,20	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0040 - 0042714 - Extrator de tartaro (ponta moorse) N 0-00 em aco, uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 65,69			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	8,03	240,90	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0041 - 0042715 - Espatula de titanio para insercao de resina composta Ns de 01 a 06, conforme descricao do pedido, com cabo de aluminio anodizado, para uso odontologico - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 102,55			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	26,12	783,60	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0042 - 0042716 - Periotomo flexivel reto - impla - Valor Referência: R$ 85,11			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	43,83	1.095,75	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0043 - 0042717 - Alavanca Apical reta - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 59,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	15,47	61,88	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0044 - 0042718 - Alavanca Apical direita - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 69,78			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	15,48	61,92	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0045 - 0042719 - Alavanca Apical esquerda - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 54,94			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	15,47	61,88	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0046 - 0042720 - FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS DE ALTA INTENSIDADE , com luz de LED colimada, possibilitando a polimerizacao de resina composta em ciclos de 1, 3 ou 5 segundos em modo high (alta potencia intensidade da luz 2300-2500 mW/cm2) ou modo normal de polimerizac - lux - Valor Referência: R$ 1.822,98			

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	602,54	2.410,16	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0048 - 0042722 - Amalgamador odontologico para amalgama em capsula, de uso universal. De facil posicionamento e que permita a colocacao e retirada da capsula com seguranca. O equipamento deve ter comando digital, ergonomicamente posicionado, dotado de sistema que assegura - IMPLA - Valor Referência: R$ 997,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	578,10	578,10	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0049 - 0042723 - Conjunto de Caneta de alta rotacao, micromotor e contra angulo autoclavavel (baixa rotacao) e peca reta (kit academico) , resistente a temperatura de ate 135 C, sendo o micromotor com rotacao de 3000 a 18000 rpm produzindo pressao de 60 a 80 psi e o cont - kit odonto - Valor Referência: R$ 1.576,64			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	899,94	13.499,10	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0050 - 0042724 - Caneta de alta rotacao para uso odontologico, autoclavavel , silenciosa e com corpo de aluminio anodizado de modo que resulte em sua leveza, com cabeca pequena para facilitar sua melhor operacao, com sistema push button que dispensa o uso de saca brocas, - Prime PB S3 CX207-W - Valor Referência: R$ 714,45			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
BHDENTAL COMERCIAL LTDA	250,00	25.000,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0051 - 0042725 - Conjunto de micromotor e contra angulo de baixa rotacao resistente a temperatura de ate 135 C, sendo o micromotor com rotacao de 3000 a 18000 rpm produzindo pressao de 60 a 80 psi e o contra angulo com cabeca reduzida, alcancando rotacao maxima de 20000 - Prime SE CX235-3F + Prime LT SE CX235C1 - Valor Referência: R$ 945,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
BHDENTAL COMERCIAL LTDA	340,00	5.100,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0052 - 0042726 - Consultorio Odontologico composto de: Cadeira Odontologica com base, cavaletes e alavancas em ferro fundido, proporcionando estabilidade sem fixacao ao piso. Sistema fuso de elevacao. Articulacao central unica entre assento e encosto. Encosto de cabeca bi - DENTEMED / ONE FLEX - Valor Referência: R$ 22.335,46			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	17.584,52	52.753,56	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0053 - 0042727 - Aparelho de ultrassom e jato de bicarbonato para uso odontologico, contendo chave liga/desliga, regulador da saida de agua e regulador da saida da quantidade de po de bicarbonato, alem do ajuste da potencia do ultrassom, com voltagem de 220V. - jetceramic - Valor Referência: R$ 5.150,51			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	1.689,99	10.139,94	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0054 - 0042728 - Autoclave horizontal de mesa Com capacidade interna para 41 litros, com dimensoes de 300X300 mm de mesa microprocessadora, totalmente automatica. Programavel de acordo com o tipo de material, com gabinete montado sobre estrutura em aco A36, apoiado sobr - SMART BIVOLT 42 LITROS - Valor Referência: R$ 7.173,70			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	4.999,99	49.999,90	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0055 - 0042729 - Compressor Odontologico - Isento de oleo, com desligamento automatico do motor em caso de superaquecimento, valvula reguladora para manter a estabilidade da pressao e constantes o ar e o torque, valvula de seguranca que alivia a sobrepressao . Baixo ruido - COMPBRASIL / 30 LITROS 220V - Valor Referência: R$ 4.059,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.779,44	17.794,40	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0056 - 0042730 - SELADORA ODONTOLOGICA (Seladora odontologica, com as seguintes especificacoes: controle automatico de temperatura. 220V. Sistema integrado de corte em ambas as direcoes, Acionamento por meio de alavanca com trava. Potencia: 80 W. Area de selagem de 12 mm - CRISTOFOLI - Valor Referência: R$ 1.094,16			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	844,59	8.445,90	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0057 - 0042731 - MOCHO OODONTOLOGICO GIRATORIO Assento e encosto em espuma sintetica Regulagem de altura a gas e regulagem do encosto. Base com rodizios resistente e de facil mobilidade. Estofamento em material resistente e revestimento sem costura. - MOCHO ODONTOLÓGICO A GÁS GOLD - Valor Referência: R$ 772,25			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
BHDENTAL COMERCIAL LTDA	520,00	3.120,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0058 - 0039100 - Destilador de agua de parede com capacidade para 10 litros/h tipo pilsen, devendo possuir resistencia tubular em inox 304 ou superior, blindada, contendo eletricos com chave liga/desliga e contador; Cuba retangular com tampa em aco inox, apresentar pureza de saida de agua de 3.0 uS/cm, considerando-se condutividade de entrada 300 a 310 uS/cm, cabo de alimentacao com duplo isolamento com tres cabos, duas fases e um terra, de acordo com as normas da ABNT NBR 14136,´para ligacao em disjuntores desligamento automatico das resistencias quando interrompido o fornecimento de agua atraves de fluxostato eletronico; Caldeira: Aco inox 304 sem soldas ou emendas; e suporte para fixacao em paredes. Potencia:7000w e alimentacao 220V - SolidSteel / SSDEST 10 LITROS - Valor Referência: R$ 2.950,60			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	2.784,79	2.784,79	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0059 - 0039101 - MICROMOTOR MARATHON para uso em bancada, Devendo atingir 35.000 rpm, com 45 watts de potencia, Bivolt. Possibilitando seu uso para desgaste de metal. Com Torque maximo 300 gf-cm/ 2,94N, possuindo caneta com 4 rolamentos blindados, com controle por pedal. - Champion Eletronic Silver - Valor Referência: R$ 1.445,53			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.198,99	1.198,99	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0060 - 0039102 - Laser de uso odontologico portatil , duo (laser vermelho e infra vermelho) , contendo oculos de protecao para o operador e paciente e pulseira ILIB, devendo possuir comprimento de Onda: 660nm (Laser Vermelho) e 808nm (Laser Infravermelho), deve possuir registro na ANVISA. Fonte de carregamento de 220V ou bivolt. - HAND - Valor Referência: R$ 4.117,58			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
D Berlato & Cia LTDA - ME	3.790,00	3.790,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0061 - 0039103 - Recortador de gesso odontologico, de bancada, com sistema de irrigacao automatica, equipado com motor de ½ CV, mesa articulavel e transferidor de angulos, com estrutura em aluminio e pintura eletrostatica - ESSENCE / EVOLUTION - Valor Referência: R$ 3.354,64			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	3.354,00	3.354,00	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0062 - 0042735 - Aparelho de Raios X de Uso odontologico com potencia de 70 KVp com possibilidade de escolha do tempo de exposicao, 220V, de coluna movel. Devendo possuir alcance horizontal de 1104 mm e vertical ate 620 mm. Ponto focal de 0,8 x 0,8mm, Voltagem de alimenta - COLUNA MOVEL - Valor Referência: R$ 12.807,68			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA	8.639,99	8.639,99	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0063 - 0042736 - Lamparina Hannau , mini macarico - para ser utilizada em alisamento de ceras. Uso em laboratorio de proteses - IMPLA - Valor Referência: R$ 31,91			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	27,90	111,60	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0064 - 0042796 - Tesoura Metzenbaum reta, 15cm, em inox - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 41,38			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	29,92	299,20	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0065 - 0042797 - Tesoura Metzenbaum curva, 15cm, em inox - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 48,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	29,92	299,20	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0066 - 0042798 - Pinca Hospitalar Cirurgica reta Disseccao com Serrilha 11,5 cm Weldon - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 32,10			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	18,68	186,80	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0067 - 0042800 - Pinca Cirurugica Dente de Rato 1 x 2 Reta 14,5cm - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 25,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	13,34	133,40	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0069 - 0042806 - Pinca Kelly Curva 18cm - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 66,47			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	28,64	286,40	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0070 - 0042807 - Tesoura Cirpurgica para uso geral 17cm reta fina/fina - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 44,84			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	35,58	355,80	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO
0071 - 0042808 - Tesoura Cirurgica Fina/fina Curva 17cm - COOPERFLEX - Valor Referência: R$ 49,12			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ODONTOSUL LTDA	35,39	353,90	Homologado em 02/09/2026 14:34:09 Por: HOSANIRA GALVAO

HOSANIRA GALVAO
Autoridade Competente

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:A0947C85

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 485, DE 01 DE ABRIL DE 2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ/RN
Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro - Jaçanã/RN CEP: 59225-000
DECRETO Nº 485, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente corrente, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições definidas pela Lei Orgânica Municipal, e autorizado pelo orçamento municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento municipal do ano corrente, esse instituído pela Lei Municipal nº 447/2025, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 483.000,00 (quatrocentos e oitenta e três mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, conforme especificações contidas na **tabela I**, anexa.

Art. 2º - Servirá como fonte de anulação para o crédito especificado no art. 1º deste Decreto, a anulação parcial de dotações especificadas na **tabela II** em anexo, conforme previsão legal do artigo 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jaçanã/RN, 01 de abril de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**483.000,00**
03 .100 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**60.000,00**
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
04 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					**40.000,00**
	2004 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
06 .101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**30.000,00**
	2027 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	20.000,00
07 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**298.000,00**
	2015 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/30%				**98.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	98.000,00
	2130 AÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES SÓCIAIS				**150.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	15001001	0001	150.000,00
	2137 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	50.000,00
08 .101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**50.000,00**
	2044 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGIA DA "SAÚDE DA FAMÍLIA" - ESF				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	50.000,00

13 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**5.000,00**
	2048 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER				**5.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**483.000,00**
03 .100 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO					**60.000,00**
	1008 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				**10.000,00**
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
	2003 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				**30.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	20.000,00
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	10.000,00
	2143 RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES CORRENTES AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/INSS				**20.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	20.000,00
04 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO					**40.000,00**
	2004 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO				**40.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.100,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	14.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	900,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	150000000001		4.000,00
06 .101 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**30.000,00**
	2030 ENCAMINHAMENTOS E APOIO ÁS FAMÍLIAS E INDIVIDUOS EM RISCO PESSOAL E SOCIAL MAC- PROTEÇÃO SOCIA				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	10.000,00
	2037 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	5.000,00
	2066 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A PARCEIRAS NO ATENDIMENTO À CRIANÇA				**10.000,00**
		3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	15000000	0001	10.000,00
07 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**298.000,00**
	1039 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	50.000,00
	1007 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - INFANTIL				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	20.000,00
	1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	50.000,00
	2012 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	12.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2014 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**7.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	5.000,00
	2026 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DO ENSINO INFANTIL				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15690000	0001	10.000,00
	2020 AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR				**6.000,00**

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	6.000,00
	2073 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB-30%				**98.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15420000	0001	98.000,00
	2137 MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL				**40.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	40.000,00
08 .101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**50.000,00**
	2043 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA "SAÚDE BUCAL" - SB				**31.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	8.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	13.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	10.000,00
	2045 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PROGRAMA DA "VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS/ENDEMIAS				**19.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	19.000,00
13 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER					**5.000,00**
	1037 CONSTRUÇÃO DE PISTA DE ATLETISMO				**5.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	5.000,00

Jaçanã/RN, 01 de abril de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:A1C20792

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 487, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ/RN
Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro - Jaçanã/RN CEP: 59225-000
DECRETO Nº 487, DE 01 DE ABRIL DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente corrente, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições definidas pela Lei Orgânica Municipal, e autorizado pelo orçamento municipal;
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto ao orçamento municipal do ano corrente, esse instituído pela Lei Municipal nº 438/2025, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias no orçamento da Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN, conforme especificações contidas na **tabela I**, anexa.
Art. 2º Terá como fonte de acréscimo orçamentário o superávit financeiro apurado no balanço anual do exercício de 2025, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme previsão legal do artigo 43, § 1º, inciso I.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jaçanã/RN, 01 de abril de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**150.000,00**
07 .100 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**150.000,00**
	2015 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB/30%				**150.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	25460000	0001	150.000,00

Jaçanã/RN, 01 de abril de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:CBC8FC7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO 008/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.725/2026 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.725/2026
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Após a revisão detalhada e constatação da regularidade de todos os atos procedimentais envolvidos, JAIRO DE SOUZA MAFALDO, Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, ADJUDICA O Pregão Eletrônico nº 0008/2026, oriundo da Prefeitura Municipal de José da Penha, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Este processo foi conduzido em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando rigorosamente as disposições do Art. 28, que exige a transparência por meio da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais. Além disso, seguimos as diretrizes do Art. 72, que estipula a necessidade de uma documentação completa e adequada, garantindo a aderência aos princípios de eficiência e economicidade conforme as normas de contratação pública.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

1544 - ATR VIANA CONSTRUCOES EIRELI - (13.952.216/0001-07)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
13	17517 - ABRAÇADEIRA U PVC PRETA 20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PLASNETAL -	UND	PLASNETAL PLASNETAL	500	0,65	325,00
14	17518 - ABRAÇADEIRA U PVC PRETA 25MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PLASNETAL -	UND	PLASNETAL PLASNETAL	500	1,00	500,00
17	13170 - ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'AGUA 32MM x 1". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE	UND	TIGRE TIGRE	15	18,30	274,50
18	13171 - ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'AGUA 40MM x 1.1/4". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE	UND	TIGRE TIGRE	15	23,00	345,00
19	13172 - ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'AGUA 50MM x 1.1/2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE	UND	TIGRE TIGRE	15	23,00	345,00
21	17520 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 20MM X 1/2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA -	UND	KRONA KRONA	25	1,05	26,25
22	17521 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 25MM X 3/4". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA -	UND	KRONA KRONA	25	1,28	32,00
23	17522 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 32MM X 1". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE -	UND	TIGRE TIGRE	25	2,50	62,50
24	17523 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 50MM X 1.1/2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE -	UND	TIGRE TIGRE	25	4,90	122,50
25	17524 - ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO 60MM X 2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA -	UND	KRONA KRONA	25	10,94	273,50
26	17525 - ADESIVO EPÓXI ARALDITE HOBBY 16G 10 MIN. COM QUALDADE IGUAL OU SUPERIOR A TEKBOND -	UND	TEKBOND TEKBOND	15	22,00	330,00
28	17527 - ADESIVO JUNTAS DE MOTORES DIESEL 73G 3M -	UND	3M 3M	15	19,70	295,50
29	17528 - ADESIVO PLÁSTICO 17G. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A POLYTUBES -	UND	POLYTUBES POLYTUBES	15	2,98	44,70
30	17529 - ADESIVO PLÁSTICO 75G. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A POLYTUBES -	UND	POLYTUBES POLYTUBES	15	7,50	112,50
31	17530 - ADESIVO PLASTICO PARA TUBOS E CONEXÕES 17G. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TEKBOND -	UND	TEKBOND TEKBOND	15	3,15	47,25
32	17531 - ADESIVO/COLA DE CONTATO 1/16 200G -	UND	TIGRE TIGRE	15	24,45	366,75
33	17532 - ADITIV – CAL PARA ARGAMASSA/ REBOCO 120 ML. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A APLI-CAL .	UND	APLI-CAL APLI-CAL	50	1,95	97,50
34	17533 - AGRO-SILO PRETO/BRANCO NORTE 6X100 R150 61KG	MTS	NORTENE NORTENE	50	9,80	490,00
35	17534 - AGRO-SILO PRETO/BRANCO NORTE 8X100 R150 80KG.	MTS	NORTENE NORTENE	50	12,99	649,50
36	17535 - ALAVANCA EM AÇO LISA 7X8X1, 50M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SÃO ROMÃO -	UND	S?O ROMAO S?O ROMAO	7	145,00	1.015,00
37	17536 - ALICATE REBITADOR 4 BICOS. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FOXLUX -	UND	FOXLUX FOXLUX	7	44,50	311,50
39	13194 - ANCINHO DE AÇO 12 DENTES CURVO, LEVE COM CABO DE MADEIRA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR TRAMONTINA.	UND	Tramontina Tramontina	15	30,00	450,00
40	17538 - ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA (TOROIDAL) PARA ESGOTO 100MM. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTLEV -	UND	FORTLEV FORTLEV	20	4,30	86,00
41	13199 - ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA (TOROIDAL) PARA ESGOTO 40MM. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTLEV.	UND	FORTLEV FORTLEV	20	2,00	40,00
42	13200 - ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA (TOROIDAL) PARA ESGOTO 50MM. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTLEV.	UND	FORTLEV FORTLEV	20	2,60	52,00
43	13201 - ANEL DE VEDAÇÃO DE BORRACHA (TOROIDAL) PARA ESGOTO 75MM. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTLEV.	UND	FORTLEV FORTLEV	20	3,70	74,00
44	17539 - ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA SANITARIA COM GUIA. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	20	10,99	219,80
45	17540 - ANEL DE VEDAÇÃO PARA BACIA SANITARIA SEM GUIA. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	20	9,99	199,80
46	17541 - ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO COM GUIA. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE -	UND	TIGRE TIGRE	20	7,50	150,00
47	13205 - ARAME FARPADO GERDAU 1,6MM 100M PL. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GIR	RL	GIR GIR	21	114,00	2.394,00
49	13204 - ARAME FARPADO GERDAU 1,6MM 500M. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GIR	RL	GIR GIR	15	250,00	3.750,00
51	13202 - ARAME FARPADO GERDAU 2,2 MM 400M. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ELEFANTE	RL	ELEFANTE ELEFANTE	20	300,00	6.000,00
53	17543 - ARAME GALVANIZADO COMERCIAL 18MM GERDAU.	KG	GERDAU GERDAU	70	21,00	1.470,00

54	17544 - ARAME RECOZIDO 1.24MM BWG 18 PRETO GERDAU.	KG	GERDAU GERDAU	70	10,00	700,00
55	17545 - ARAME RECOZIDO 1.25MM BWG 18 PRETO GERDAU.	KG	GERDAU GERDAU	70	15,99	1.119,30
56	17546 - ARANDELA DE ALUMÍNIO 30 CM COM BRAÇO, RESISTENTE AO TEMPO -	UND	MEGA MEGA	10	53,60	536,00
59	17549 - ARMAÇÃO AÇO 2 POLOS VERT MED PLESBOW -	UND	PRESBOW PRESBOW	10	39,99	399,90
60	17550 - ARMACAO AÇO 3 POLOS VERT MED PLESBOW. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEVISA -	UND	MEVISA MEVISA	10	49,99	499,90
61	17551 - ARMAÇÃO AÇO 4 POLOS VERT PLESBOW -	UND	PRESBOW PRESBOW	10	69,99	699,90
62	17552 - ARMADOR BATON CROMADO. COM QUALIDDAE IGUAL OU SUPRIOR A METALVI -	UND	METALVI METALVI	10	13,30	133,00
65	17555 - ARMÁRIO PLASTICO A41* BR 1 35,5 X 30,5 X 10CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	5	66,99	334,95
68	17558 - ARRUELA LISA AÇO 1" ZC. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA JOMARCA	250	0,30	75,00
72	17562 - ARRUELA LISA AÇO 7/16" ZC. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA JOMARCA	250	0,25	62,50
74	17564 - ASSENTO ALMOFADADO TPK/AS* BR 1. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	250	99,99	24.997,50
75	17565 - ASSENTO ALMOFADADO TPK/AS* CZ2. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	250	113,40	28.350,00
80	17570 - BACIA CONVENCIONAL INFANTIL LISBOA BRANCA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A LUZARTE -	UND	LUZARTE LUZARTE	10	302,00	3.020,00
81	17571 - BACIA CONVENCIONAL PORTO BRANCA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A LUZARTE -	UND	LUZARTE LUZARTE	10	227,00	2.270,00
82	17572 - BALDE DE METAL PARA CONSTRUÇÃO 10L. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIDÃO -	UND	TIDAO TIDAO	10	28,30	283,00
83	17573 - BALDE DE PLÁSTICO PARA CONSTRUÇÃO 10L. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ROMA -	UND	ROMA ROMA	10	13,90	139,00
84	13237 - BALDE PLÁSTICO SIMPLES 12 LITROS.	UND	LUMAR LUMAR	10	10,99	109,90
85	17574 - BANDEJA PLÁSTICA PARA PINTURA 2,7L, 23CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ROMA -	UND	ROMA ROMA	10	11,30	113,00
87	17576 - BARRA CHATA GERDAU 1".1/4" X 1/8" GG S6M FX 1T .	UND	GERDAU GERDAU	50	40,00	2.000,00
88	17577 - BARRA CHATA GERDAU 1".1/4" X 3/16" GG S6M FX 1T -	UND	GERDAU GERDAU	50	46,40	2.320,00
97	17586 - BASCULANTE ALUMÍNIO 40X40CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CLM -	UND	CLM CLM	10	58,65	586,50
98	17587 - BASCULANTE ALUMÍNIO 50X50CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CLM -	UND	CLM CLM	10	45,00	450,00
99	17588 - BASCULANTE ALUMÍNIO 80X80CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CLM -	UND	CLM CLM	10	119,99	1.199,90
101	17590 - BLOCO DE ESPUMA MULTIUSO AMARELO 9"X 5"X 3". COM QUALIDADE IGUAL A CORTAG -	UND	CORTAG CORTAG	20	5,50	110,00
102	13257 - BLOCO ISOPOR P/LAG ESP FR 1000x400x70MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ISOPLAC	UND	ISOPLAC ISOPLAC	70	7,50	525,00
103	17591 - BLOCO ISOPOR P/LAG ESP FR 1000X400X80MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ISOPLAC -	UND	ISOPLAC ISOPLAC	70	8,00	560,00
104	17592 - BOCAL FIXO DE TETO TERMOPLASTICO PRETO. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FOXLUX -	UND	FOXLUX FOXLUX	30	4,00	120,00
105	17593 - BOIA CAIXA DESCARGA ¾ X ½" HASTE AL PVC. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	20	6,50	130,00
106	17594 - BOIA CAIXA D'AGUA ½" HASTE DE ALUMINIO TB9. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	20	8,00	160,00
107	17595 - BOIA CAIXA D'AGUA ½". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA -	UND	KRONA KRONA	20	6,50	130,00
109	17597 - BOLSA PARA VEDAÇÃO UNIVERSAL PARA SAÍDA DE ÁGUA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	ASTRA ASTRA	10	7,50	75,00
111	17603 - BOTA PEGA FORTE BRANCA 324 SEM FORRO, TAMANHOS VARIADOS	PAR	PEGA FORTE PEGA FORTE	100	30,00	3.000,00
112	17604 - BOTA PEGA FORTE PRETA SOLA AMARELA SEM FORRO, TAM. VARIADOS	PAR	PEGA FORTE PEGA FORTE	100	30,00	3.000,00
113	13274 - BROCA AÇO 15/64x93MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA	UND	Tramontina Tramontina	20	5,00	100,00
115	17606 - BROCA AÇO RÁPIDO 3/16" X81MM METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	Tramontina Tramontina	20	5,00	100,00
124	17615 - BROCA CHATA PARA MADEIRA 25.4MM 1". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON -	UND	THOMPSON THOMPSON	20	9,00	180,00
131	17622 - BROCA METAL/MADEIRA, AÇO RAP. 3/32". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	Tramontina Tramontina	30	6,00	180,00
133	17624 - BROXA PARA PINTURA RETANGULAR 15X5,6CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS -	UND	ATLAS ATLAS	20	7,00	140,00
134	17625 - BROXA PARA PINTURA RETANGULAR 18X8CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS -	UND	ATLAS ATLAS	20	7,00	140,00
135	17626 - CABEÇOTE PARA REGISTRO 1416 APARTIR 2006. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ICO METAIS -	UND	ICO-METAIS ICO-METAIS	5	33,00	165,00
136	17627 - CABEÇOTE PARA REGISTRO 1416 CR ATÉ 2005. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ICO METAIS -	UND	ICO-METAIS ICO-METAIS	5	36,00	180,00
139	17629 - CABO FLEX 1,50MM 750V, CORES VARIADAS.	MTS	CORFIO CORFIO	200	0,57	114,00
153	17643 - CABO PARA ROLO DE PINTURA GAIOLA 23CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS -	UND	ATLAS ATLAS	20	7,50	150,00
154	17644 - CABO PARA SOM 2X2, 5MM VERMELHO/PRETO -	UND	MEGATRON MEGATRON	20	166,00	3.320,00
155	17645 - CABO PARA SOM BICOLOR 2X1, 50MM.	MTS	MEGATRON MEGATRON	20	1,15	23,00
160	17650 - CABO RÍGIDO 750V 10,00MM PRETO COM 100M, CORES VARIADAS. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SIL -	PC	SIL SIL	50	950,00	47.500,00
161	17651 - CADEADO LATÃO 20MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO -	UND	PADO PADO	5	8,50	42,50
162	17652 - CADEADO LATÃO 25MM	UND	PADO PADO	5	11,00	55,00
163	17653 - CADEADO LATÃO 30MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO-	UND	PADO PADO	5	12,50	62,50
164	17654 - CADEADO LATÃO 35MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO-	UND	PADO PADO	5	15,00	75,00
165	17655 - CADEADO LATÃO 40MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A	UND	PADO PADO	5	17,00	85,00

	PADO -					
167	17657 - CADEADO LATÃO 50MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO-	UND	PADO PADO	5	49,99	249,95
168	17658 - CADEADO LATÃO 60MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO -	UND	PADO PADO	5	40,00	200,00
169	17660 - CAIXA DE LUZ MONOFASICO TAF CELP/COSERN VISOR DE VIDRO PADRÃO NOVO -	UND	TIGRE TIGRE	10	25,00	250,00
170	17661 - CAIXA DE LUZ MONOFASICO TAF COMPLETA COM LENTE -	UND	TIGRE TIGRE	10	25,00	250,00
173	17664 - CAIXA PARA HIDROMETRO COMPLETA TAF -	UND	TIGRE TIGRE	10	25,00	250,00
174	17665 - CAIXA PARA MASSA 20L PVC MARROM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTELEV -	UND	FORTELEV FORTELEV	10	7,50	75,00
175	17666 - CAIXA PARA MASSA 40L AZUL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTELEV -	UND	FORTELEV FORTELEV	5	19,99	99,95
177	17668 - CAIXA POLIETILENO 2000L COM TAMP QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTLEV -	UND	FORTELEV FORTELEV	3	990,00	2.970,00
178	17670 - CAIXA SIFONADA 100X100X50MM QUADRADA CROMADA -	UND	ASTRA ASTRA	10	22,00	220,00
181	17673 - CAIXA SIFONADA HERC 250X150X50MM QUADRADA -	UND	ASTRA ASTRA	10	108,20	1.082,00
183	17675 - CAIXA TRIFASICA TAF COSERN COM CENTRO CMD3 -	UND	TIGRE TIGRE	30	129,99	3.899,70
184	17676 - CALHA DE ZINCO COM COPO E LISA 2M -	UND	DURAMAIS DURAMAIS	10	129,99	1.299,90
185	17677 - CALHA DE ZINCO COM COPO E LISA CH28 3M DURAMAIS -	UND	DURAMAIS DURAMAIS	10	169,99	1.699,90
191	17683 - CANTONEIRA 1”X1/2”X1/8” A36 6M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GERDAU -	UND	GERDAU GERDAU	5	60,00	300,00
192	17684 - CANTONEIRA 1”X1/4” GG S 6M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GERDAU -	UND	GERDAU GERDAU	10	110,99	1.109,90
193	17685 - CANTONEIRA 1”X1/8” GG S 6M FX1T. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GERDAU.	UND	GERDAU GERDAU	10	50,00	500,00
194	17686 - CANTONEIRA 3/4”X1/8” MM GG S FX10. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GERDAU.	UND	GERDAU GERDAU	10	45,00	450,00
199	17691 - CANTONEIRA MÃO FRANCESA 40CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON.	UND	THOMPSON THOMPSON	10	9,00	90,00
201	17693 - CAP ESGOTO 100MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	10	5,00	50,00
202	17694 - CAP ESGOTO 150MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	10	24,99	249,90
205	17697 - CAP ESGOTO 75MM CB. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	10	5,90	59,00
206	17698 - CAP SOLDÁVEL 20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA.	UND	KRONA KRONA	20	0,55	11,00
207	17699 - CAP SOLDÁVEL 32MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE -	UND	TIGRE TIGRE	20	1,25	25,00
208	17700 - CAP SOLDÁVEL 40MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PLASTILIT.	UND	PLASTILIT PLASTILIT	20	2,50	50,00
209	13361 - CAP SOLDÁVEL 50MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA.	UND	KRONA KRONA	20	6,00	120,00
210	17701 - CAP SOLDÁVEL 60MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	20	6,50	130,00
212	17703 - CARTUCHO DE REPARO PARA VÁLVULA DE DESCARGA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA.	UND	ASTRA ASTRA	5	49,99	249,95
215	17706 - CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 04 DISJUNTOR NEMA COM TAMPA -	UND	NEMA NEMA	10	25,00	250,00
216	17707 - CENTRO DIS. INPLAST 03 DISJUNTOR BRANCO .	UND	INPLAST INPLAST	10	25,00	250,00
218	17709 - CG-550 ROÇADEIRA GASOLINA 51,7CC. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GARTHEN .	UND	GARTHEN GARTHEN	3	650,00	1.950,00
219	17710 - CHAVE BIELA 08MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	5	18,00	90,00
221	17712 - CHAVE BIELA 10MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	5	20,00	100,00
222	17713 - CHAVE BIELA 11MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	Tramontina Tramontina	5	22,50	112,50
223	17714 - CHAVE BIELA 12MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	5	23,50	117,50
224	17715 - CHAVE BIELA 13MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	5	25,00	125,00
226	17717 - CHAVE BIELA 15MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	5	28,00	140,00
227	17718 - CHAVE BIELA 16MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	5	29,50	147,50
238	17729 - CHAVE COMBINADA STAND 24MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	5	20,00	100,00
247	17738 - CHAVE GRIFO REFORÇADA 10”. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SIGMA .	UND	SIGMA SIGMA	5	29,99	149,95
248	17739 - CHAVE GRIFO REFORÇADA 12”. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SIGMA .	UND	SIGMA SIGMA	5	25,95	129,75
261	17751 - CONJUNTO BACIA E CAIXA ACOPLADA LUZARTE PORTO BRANCA .	UND	LUZARTE LUZARTE	6	350,00	2.100,00
262	17752 - CONJUNTO DE FIXAÇÃO PARA ASSENTO DE SANITARIO. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	ASTRA ASTRA	6	6,50	39,00
263	17753 - CONJUNTO DE PINTURA PRÁTICO COM 3 PEÇAS. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	ASTRA ASTRA	10	15,00	150,00
264	17754 - CONTROLADOR PARA VENTILADOR EV. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FAME .	UND	FAME FAME	10	29,25	292,50
265	17755 - CORANTE LIQUIDO 50ML, CORES VARIADAS. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A HIDROTINTAS .	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	5	3,00	15,00
266	10754 - CORDA MULT. VERDE 4MM CORDA MULT. VERDE 4MM	UND	ARTEPLAS ARTEPLAS	200	1,00	200,00
267	17756 - CORDA PET TRANÇADA CR. 10MM 113M COLOR COLLI.	MTS	colli colli	100	2,90	290,00
268	17757 - CORDA RIOMAR SEDA TROPICAL VERMELHO/BRANCO/PRETO 12MM	MTS	RIOMAR RIOMAR	200	2,00	400,00
270	17759 - CORDA SEDA ARTEPLAS VERDE TRANÇADA 8MM, 240M.	MTS	ARTEPLAS ARTEPLAS	100	1,25	125,00
271	17760 - CORRENTE SOLDADA 5,0MM 3/16.	KG	S?O CARLOS S?O CARLOS	50	23,00	1.150,00
274	17763 - CORRENTE SOLDADA GALVANIZADA 6MM 25KG.	KG	S?O CARLOS S?O CARLOS	50	23,00	1.150,00
276	17765 - CORTADOR DE CERÂMICA/AZULEJO 100CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CORTAG .	UND	CORTAG CORTAG	5	1.436,00	7.180,00

277	13445 - CORTADOR DE PISO CORT SUPER TEC 75CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CORTAG	UND	CORTAG CORTAG	5	175,00	875,00
278	13444 - CORTADOR DE PISO PROFISSIONAL HD-900. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CORTAG	UND	CORTAG CORTAG	5	200,00	1.000,00
279	17766 - CORTE GALHO SEM SERROTE LARANJA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A BIEHL .	UND	BIEHL BIEHL	50	86,60	4.330,00
280	17767 - COTOVELO EXTERNO PARA CANELETA 20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TRONIC .	UND	MEC TRONIC MEC TRONIC	50	2,80	140,00
281	17768 - COTOVELO INTERNO PARA CANELETA 20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TRONIC .	UND	MEC TRONIC MEC TRONIC	50	2,85	142,50
282	17769 - CURVA ELETRODUTO 180º NORMAL COM ROSCA 1.1/2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A VICAP .	UND	VICAP VICAP	15	21,30	319,50
283	17770 - CURVA ELETRODUTO 180º NORMAL COM ROSCA 1". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA .	UND	KRONA KRONA	5	8,50	42,50
285	17772 - CURVA ELETRODUTO 90º NORMAL COM BOLSA 25MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA .	UND	KRONA KRONA	20	6,50	130,00
286	17773 - CURVA SOLDADA 90º 20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PLASTILIT .	UND	PLASTILIT PLASTILIT	10	1,50	15,00
287	17774 - CURVA SOLDADA 90º 25MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PLASTILIT .	UND	PLASTILIT PLASTILIT	10	2,00	20,00
288	17775 - CURVA SOLDADA 90º 32MM PLASTUBOS .	UND	PLASTUBOS PLASTUBOS	5	3,00	15,00
289	17776 - CUVA ELETRODUTO 90º NORMAL COM ROSCA 1". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA .	UND	KRONA KRONA	10	3,50	35,00
291	17778 - DESEMPENADEIRA PVC LISA AZUL 14X26 .	UND	LISA LISA	5	6,50	32,50
292	17779 - DESEMPENADEIRA PVC LISA AZUL 16X268 .	UND	LISA LISA	5	8,00	40,00
293	17780 - DETECTOR DE TENSÃO EZ ALERT MINIPA .	UND	MINIPA MINIPA	5	19,99	99,95
294	17781 - DISCO DE BORRACHA FLEX 4.1/2 .	UND	MAX MAX	10	6,50	65,00
295	17782 - DISCO DE BORRACHA MAX FLEX 7'' .	UND	MAX MAX	5	9,50	47,50
296	17783 - DISCO DE CENTRO DEPRIMIDO 115X1.5X22.23 .	UND	VONDER VONDER	10	10,15	101,50
298	17785 - DISCO DE CORTE 10X1/8''X1'' .	UND	VONDER VONDER	10	10,00	100,00
299	17786 - DISCO DE CORTE 180X3 MM GR 22,33MM .	UND	VONDER VONDER	10	5,50	55,00
303	17790 - DISCO DE CORTE RAPIDO 180X1,6X22,23 INOX .	UND	VONDER VONDER	100	10,75	1.075,00
307	17794 - DISCO DE DESBASTE 4.1/2'' METAL .	UND	VONDER VONDER	18	7,80	140,40
308	17795 - DISCO DE DESBASTE 4.1/2''X1/4''X7/8''	UND	VONDER VONDER	10	4,00	40,00
310	17797 - DISCO DE DESSBASTE 7'' X1/4''X7/8'' .	UND	VONDER VONDER	5	6,00	30,00
330	17817 - DOBRADIÇA CRUZ ZINCADA 650X3.1/2 QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA -	UND	SILVANA SILVANA	10	5,00	50,00
331	17818 - DOBRADIÇA CRUZ ZINCADA 650X3'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	10	8,45	84,50
332	17819 - DOBRADIÇA DE CANTO 850X2''. 1/2 QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA -	UND	SILVANA SILVANA	10	2,99	29,90
333	17820 - DOBRADIÇA DE CANTO 850X3. ½ QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA -	UND	SILVANA SILVANA	10	3,80	38,00
334	17821 - DOBRADIÇA DE CANTO 850X3'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	10	3,35	33,50
335	17822 - ELETRODO AWS E60 13 2,50MM X 35MM	KG	VONDER VONDER	10	20,00	200,00
336	17823 - ELETRODO AWS E60 13 3,25MM X 350MM	KG	VONDER VONDER	10	20,00	200,00
337	17824 - ELETRODO OK 46 AÇO 2,50 MM.	KG	VONDER VONDER	5	44,00	220,00
338	17825 - ELETRODO OK 46 AÇO 3,25 MM.	KG	VONDER VONDER	5	47,30	236,50
339	17826 - ENGATE ½ FLEXIVEL 30CM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	ASTRA ASTRA	10	5,60	56,00
340	17827 - ENGATE ½ FLEXIVEL 40CM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	ASTRA ASTRA	10	6,59	65,90
343	17830 - ENXADA AÇO 2,0LB SEM CABO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	10	30,00	300,00
347	17834 - ENXADA SUL 1.5	UND	Tramontina Tramontina	40	49,30	1.972,00
348	10763 - ESCADA 6 DEGRAUS ESCADA 6 DEGRAUS	UND	MOR MOR	3	190,00	570,00
349	17836 - ESMERILHADEIRA 9004 115MM 4.1/2'' 830W QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SKIL .	UND	SKIL SKIL	3	360,00	1.080,00
350	17837 - ESMERILHADEIRA ANGULAR 115MM 4.1/2'' 700W 9002 QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SKIL .	UND	SKIL SKIL	3	300,00	900,00
355	17842 - ESPATULA DE PVC PARA MASSA CORRIDA QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS .	UND	ATLAS ATLAS	15	2,00	30,00
357	17844 - ESPUMA EXPANSIVA 190G/300ML.	UND	TEKBOND TEKBOND	10	11,50	115,00
361	17848 - ESQUADRO CABO PVC 10'' 25CM .	UND	VONDER VONDER	5	41,45	207,25
369	17853 - FACÃO PARA MATO 10'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	3	27,45	82,35
370	17854 - FACÃO PARA MATO 12'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	3	25,00	75,00
371	17855 - FACÃO PARA MATO 14'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	3	17,50	52,50
372	17856 - FACÃO PARA MATO 16'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	3	18,50	55,50
373	17857 - FACÃO PARA MATO 18'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	3	20,00	60,00
374	17858 - FACÃO PARA MATO 20'' QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	Tramontina Tramontina	3	21,50	64,50
375	17859 - FECHADURA 3F PORTAO SOBREPOR 1130 .	UND	3F 3F	5	40,00	200,00
376	17860 - FECHADURA ESP 26 40X53 PARA BANHEIRO CROMADA .	UND	SILVANA SILVANA	5	35,00	175,00
377	17861 - FECHADURA PARA PORTA DE COR INOX ESP 901 .	UND	SILVANA SILVANA	5	35,00	175,00

378	17862 - FECHADURA PIVOLT ESP/ROSC QD 1005 CR .	UND	SILVANA SILVANA	5	60,00	300,00
379	17863 - FECHADURA POPLINE RETA EXTERNA 20X53 .	UND	SILVANA SILVANA	5	35,00	175,00
380	17864 - FECHADURA POPLINE RETA EXTERNA CROMADO 40X53 .	UND	SILVANA SILVANA	5	35,00	175,00
381	17865 - FECHADURA POPLINE RETA INTERNA ESP 26 .	UND	SILVANA SILVANA	5	30,00	150,00
383	17867 - FERRO DE SOLDA 30W/220V QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FOXLUX .	UND	FOXLUX FOXLUX	5	15,00	75,00
384	17868 - FERRO DE SOLDA 40W/220V QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FOXLUX .	UND	FOXLUX FOXLUX	5	17,50	87,50
388	17872 - FERROLHO 580X3'' REDONDO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	6	5,00	30,00
389	17873 - FERROLHO CHATO 450X3'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	6	4,00	24,00
390	17874 - FERROLHO CHATO 450X4'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA -	UND	SILVANA SILVANA	6	5,00	30,00
391	17875 - FERROLHO CHATO 450X5'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	6	6,00	36,00
392	17876 - FERROLHO CHATO 600X4'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	6	6,50	39,00
393	17877 - FERROLHO CHATO 600X5'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	6	7,00	42,00
394	17878 - FERROLHO CHATO 700X3'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	6	8,00	48,00
395	17879 - FERROLHO CHATO 700X4'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA SILVANA	6	8,50	51,00
396	17880 - FERROLHO CHATO 700X5'' ZINCADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA -	UND	SILVANA SILVANA	6	9,00	54,00
399	17883 - FIO RIGIDO 10MM .	UND	SIL SIL	500	11,50	5.750,00
400	17884 - FIO SOLIDO 750V 6.00MM PRETO OU VERDE .	UND	SIL SIL	50	9,25	462,50
401	17885 - FIO SOLIDO SIL 10.0 MM ANTI CHAMA PRETO .	UND	SIL SIL	300	11,50	3.450,00
402	17886 - FITA ADESIVA EMPACOTAMENTO TRANSPARENTE 48MM X 40M.	UND	3M 3M	20	3,50	70,00
403	17887 - FITA CREPE BRANCA 24MMX50M .	UND	3M 3M	60	6,50	390,00
404	17888 - FITA CREPE BRANCA 48MMX50M .	UND	3M 3M	30	8,50	255,00
410	17894 - FITA ISOLANTE ANT CHAMAS PT 9MMX10M .	UND	3M 3M	40	3,00	120,00
413	17897 - FITA VEDA ROSCA 12MMX10M .	UND	TIGRE TIGRE	40	1,50	60,00
414	17898 - FITA VEDA ROSCA 12MMX50M .	UND	TIGRE TIGRE	60	5,50	330,00
417	17901 - FIXA FIO 2.5-40MM COM 15 UNIDADES .	UND	VONDER VONDER	50	2,00	100,00
418	17902 - FORMAO 1/2'' COM CABO DE MADEIRA .	UND	VONDER VONDER	50	19,70	985,00
419	17903 - FORMAO 1'' COM CABO DE MADEIRA .	UND	VONDER VONDER	50	22,45	1.122,50
420	17904 - FORMÃO 3/4'' COM CABO DE MADEIRA .	UND	VONDER VONDER	5	21,25	106,25
421	17905 - FORMÃO 5/8 COM CABO DE MADEIRA .	UND	VONDER VONDER	5	21,75	108,75
422	17906 - FUNDO BRANCO 900ML QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SUPERTINTAS .	UND	SUPERTINTAS SUPERTINTAS	60	17,00	1.020,00
423	17907 - FUNDO BRANCO FOSCO 900ML QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A HIDROTINTAS .	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	30	17,00	510,00
424	17908 - FUNDO BRANCO FOSCO GL 3,6L QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A HIDROTINTAS .	GAL	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	30	56,00	1.680,00
425	17909 - FUNDO REPARADOR PARA PAREDE 3,6L QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SUPERTINTAS .	GAL	SUPERTINTAS SUPERTINTAS	34	56,00	1.904,00
427	17911 - GONZO PARA DOBRADIÇA 3/8 .	UND	VONDER VONDER	5	2,50	12,50
428	17912 - GONZO PARA DOBRADIÇA 5/8.	UND	VONDER VONDER	5	2,99	14,95
429	17913 - GONZO PARA DOBRADIÇA1/2 .	UND	VONDER VONDER	5	2,99	14,95
430	17914 - GRAMPEADOR 106 PREMIUM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ROCAMA .	UND	ROCAMA ROCAMA	3	116,00	348,00
431	17915 - GRAMPO GERDAU GALVANIZADO PARA CERCA 19X11 1X9.	KG	GERDAU GERDAU	5	15,00	75,00
432	17917 - GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/6MM 2500PÇS QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ROCAMA.	UND	ROCAMA ROCAMA	5	47,00	235,00
434	17919 - GRAMPO PARA GRAMPEADOR 6MM 1.000UN QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A VONDER .	CX	VONDER VONDER	5	143,00	715,00
435	17920 - GRAMPO PARA GRAMPEADOR 8MM 1.000UND QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A VONDER .	CX	VONDER VONDER	5	143,30	716,50
436	17921 - GRELHA ABRE FECHA QUADRADA 100MM .	UND	TIGRE TIGRE	4	16,50	66,00
437	17922 - GRELHA ABRE FECHA REDONDA 100MM .	UND	TIGRE TIGRE	10	19,99	199,90
438	17923 - HASTE COBRE ATERRAMENTO 1/2'' X 1M .	UND	OLIVO OLIVO	10	10,00	100,00
439	17924 - HASTE COBRE PARA ATERRAMENTO 1/2'' X 2,00M .	UND	OLIVO OLIVO	10	24,35	243,50
440	17925 - HIDROBRILHO 3L .	GAL	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	20	40,00	800,00
444	17929 - INTERRUPTOR PARALELO 2TEC C/PL HORIZONTAL 4X2 10A 250V .	UND	Tramontina Tramontina	30	8,99	269,70
451	17936 - JANELA ALUMINIO 80X100M COM GRADE .	UND	BRIMAK BRIMAK	5	160,00	800,00
452	17937 - JANELA ALUMINIO 80X120M COM GRADE .	UND	BRIMAK BRIMAK	5	190,00	950,00
453	17938 - JANELA ALUMINIO 80X80M COM GRADE .	UND	BRIMAK BRIMAK	5	135,00	675,00
454	17939 - JOELHO AZUL 90º LR 20MM X 1/2'' .	UND	KRONA KRONA	20	3,50	70,00
455	17940 - JOELHO AZUL 90º LR 25MM X 1/2'' .	UND	KRONA KRONA	20	4,50	90,00
456	17941 - JOELHO ESGOTO 45 100MM .	UND	KRONA KRONA	30	5,00	150,00
457	17942 - JOELHO ESGOTO 45º 150MM X 1/2'' .	UND	KRONA KRONA	20	45,00	900,00
458	17943 - JOELHO ESGOTO 45º 50MM.	UND	KRONA KRONA	30	2,50	75,00
459	17944 - JOELHO ESGOTO 45º 75MM.	UND	KRONA KRONA	30	5,00	150,00
460	17945 - JOELHO ESGOTO 90º 100MM.	UND	KRONA KRONA	30	4,00	120,00
461	17946 - JOELHO ESGOTO 90º 150MM .	UND	KRONA KRONA	20	22,00	440,00
464	17949 - JOELHO ESGOTO 90º 50MM .	UND	KRONA KRONA	50	2,00	100,00
465	17950 - JOELHO ESGOTO 90º 75MM.	UND	KRONA KRONA	50	4,00	200,00
466	17951 - JOELHO SOLDAVEL 90º 20MM LISO.	UND	KRONA KRONA	30	0,55	16,50
467	17952 - JOELHO SOLDAVEL 90º 25MM LISO .	UND	KRONA KRONA	50	0,65	32,50

468	17953 - JOELHO SOLDAVEL 90º 32MM LISO .	UND	KRONA KRONA	50	1,99	99,50
469	17954 - JOELHO SOLDAVEL 90º 40MM LISO .	UND	KRONA KRONA	50	2,50	125,00
470	17955 - JOELHO SOLDAVEL 90º 50MM LISO .	UND	KRONA KRONA	50	2,50	125,00
471	17956 - JOELHO SOLDAVEL 90º 60MM LISO .	UND	KRONA KRONA	50	12,80	640,00
472	17957 - JOELHO SOLDAVEL 90º RL 20MMX1/2'' .	UND	KRONA KRONA	50	2,00	100,00
473	17958 - JOELHO SOLDAVEL 90º RL 25MM X 3,4 .	UND	KRONA KRONA	50	2,50	125,00
475	17960 - KIT ACESSORIO BANHEIRO LENEA COM 6 PEÇAS .	UND	LENEA LENEA	5	55,50	277,50
476	17961 - KIT ACESSORIO BANHEIRO LIMEA COM 5 PEÇAS CROMADO .	UND	LIMEA LIMEA	5	45,00	225,00
477	17962 - KIT FIXAÇÃO ASSENTO ALMOFADADO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	ASTRA ASTRA	10	6,50	65,00
478	17963 - KIT PARA PINTURA 3 PEÇAS QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS .	UND	ATLAS ATLAS	10	15,00	150,00
482	17967 - LAMINA DE SERRA FLEX 12'' X 18T VERMELHO .	UND	VONDER VONDER	5	8,00	40,00
490	17969 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POT T 70W E27 BIV	UND	OUROLUX OUROLUX	10	20,00	200,00
493	17971 - LAVT. P/COLUNA LUZARTE BRANCO.	UND	LUZARTE LUZARTE	6	99,99	599,94
494	17972 - LAVT. PVC BR 1 ASTRA .	UND	ASTRA ASTRA	6	39,99	239,94
518	17994 - LIXA P/MASSA GR 800 3M -	UND	3M 3M	50	1,45	72,50
520	13760 - LIXADEIRA P/MASSA CORRIDA E GESSO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ATLAS.	UND	ATLAS ATLAS	30	19,99	599,70
521	17996 - LONA AJAX AZUL 3X3M 70 GR 100 MICA -	UND	AJAX AJAX	10	45,00	450,00
522	17997 - LONA AJAX AZUL 4MX4M 70 GR 100 MICRAS -	UND	AJAX AJAX	5	59,99	299,95
523	17998 - LONA LONAX AMARELA 4X50M -	UND	LONAX LONAX	10	349,00	3.490,00
524	17999 - LONA POLIT. 4X4 AZUL	UND	POLIT POLIT	5	59,65	298,25
525	18000 - LONA POLIT. 5X3 AZ	UND	POLIT POLIT	5	59,99	299,95
526	18001 - LUBRIF.DESENG.SPRAY WHITE LUB SUPER 300 ML.	UND	WHITELUB WHITELUB	15	7,00	105,00
527	13772 - LUVA AZUL LR 20MMX1/2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	50	2,99	149,50
528	13775 - LUVA AZUL LR 25MMX3/4 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	30	3,99	119,70
529	13778 - LUVA ELETRODUTO ROSC. 1 PRETO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	30	2,00	60,00
530	13776 - LUVA ELETRODUTO ROSC. 1,1/2 PRETO, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	30	3,00	90,00
531	18002 - LUVA ESCOTO 100MM LISA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TIGRE	UND	TIGRE TIGRE	30	4,00	120,00
532	13783 - LUVA ESCOTO 150MM LISA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	10	20,00	200,00
534	13781 - LUVA ESCOTO 40MM LISA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	20	1,50	30,00
535	13782 - LUVA ESCOTO 50MM LISA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	20	2,00	40,00
539	18004 - LUVA MALHA TRIC. PIC. AMARELA	UND	KALIPSO KALIPSO	30	3,50	105,00
553	18009 - LUVA SOLD. 40MM LISA	UND	LISA LISA	50	2,50	125,00
554	18010 - LUVA SOLD. 50MM LISA	UND	LISA LISA	50	3,00	150,00
556	18012 - LUVA SOLD. DE CORRER 20MM	UND	TIGRE TIGRE	50	6,50	325,00
561	18017 - LUVA SOLD. DE CORRER 50MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTUBOS.	UND	PLASTUBOS PLASTUBOS	20	19,50	390,00
562	18018 - LUVA SOLD. DE CORRER 60MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TIGRE.	UND	TIGRE TIGRE	50	23,00	1.150,00
563	18019 - LUVA SOLD. LR. 20MMX1/2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	50	1,50	75,00
564	18020 - LUVA SOLD. LR. 25MMX1/2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	50	2,00	100,00
565	18021 - LUVA SOLD. LR. 32MMX1/2. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	50	3,50	175,00
566	18022 - LUVA SOLD. LR. 50MMX1/2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	50	19,99	999,50
567	13823 - MACHADINHA CB MADEIRA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA SÃO ROMÃO.	UND	S?O ROMAO S?O ROMAO	40	30,00	1.200,00
571	18026 - MANGUEIRA CRISTAL 1/2X2,00MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	2,80	280,00
572	18027 - MANGUEIRA CRISTAL 1/4X2,00MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	1,99	199,00
573	18028 - MANGUEIRA CRISTAL 3/4X2,00MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	3,99	399,00
574	18029 - MANGUEIRA CRISTAL 3/8X2,00, MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	4,80	480,00
575	18030 - MANGUEIRA CRISTAL 5/16X2,00, MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	3,90	390,00
576	18031 - MANGUEIRA DE JARDIM AZUL/VERDE 3X4X2. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	3,00	300,00
577	18032 - MANGUEIRA DE JARDIM AZUL/VERDE REF.DC 1X2. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	3,00	300,00
578	18033 - MANGUEIRA DE JARDIM AZUL/VERDE REF.DC 1X2X200. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTMAN.	MTS	PLASTMAN PLASTMAN	100	3,00	300,00
579	18034 - MANGUEIRA P/GÁS PLASBOHN 1,00 METRO -	UND	PLASBOHN PLASBOHN	5	5,50	27,50
580	18035 - MANGUEIRA P/GÁS PLASBOHN 1.20M.	UND	PLASBOHN PLASBOHN	5	5,50	27,50
582	18037 - MANGUEIRA SUC MED PVC 1.1/4 AZ 25M.	UND	VONDER VONDER	5	149,99	749,95
601	13867 - MASSA PLASTICA FIX CINZA 1KG .	UND	FIX FIX	10	14,00	140,00
602	18053 - MECANISMO DE ENTRADA DE ÁGUA UNIVERSAL SUPERIOR - COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ASTRA.	UND	ASTRA ASTRA	10	30,00	300,00
603	13872 - METALON GERDAU GALV. 16MMX16MMX0,95 6M.	UND	GERDAU GERDAU	100	30,00	3.000,00
604	18055 - METALON GERDAU GALV. 20MMX20MMX0,95 6M.	UND	GERDAU GERDAU	106	35,00	3.710,00
605	13874 - METALON GERDAU GALV. 20MMX40MMX0,95 6M.	UND	GERDAU GERDAU	100	59,45	5.945,00
606	18056 - METALON GERDAU GALV. 30MMX20MMX0,95 6M.	UND	GERDAU GERDAU	100	50,00	5.000,00

607	18057 - METALON GERDAU GALV. 30MMX30MMX0,95 6M.	UND	GERDAU GERDAU	100	59,30	5.930,00
608	18058 - METALON GERDAU GALV. 50MMX30MMX0,95 6M.	UND	GERDAU GERDAU	100	56,00	5.600,00
612	13881 - MULTIMETRO DIGITAL FX MD, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA FOXLUX.	UND	FOXLUX FOXLUX	30	25,00	750,00
613	13882 - NIPEL ROSCAVEL DR 1/2, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	KRONA KRONA	30	1,50	45,00
614	13883 - NIPEL ROSCAVEL DR 3/4, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTILIT.	UND	PLASTILIT PLASTILIT	30	1,50	45,00
615	13884 - NIPEL ROSCAVEL SOLD. DR 1, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTILIT.	UND	PLASTILIT PLASTILIT	30	1,95	58,50
617	13886 - NIVEL DE ALUMINIO 14 35CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA THOMPSON.	UND	THOMPSON THOMPSON	3	20,00	60,00
622	18066 - PA QUADRADA COM CABO DE MADEIRA 120CM	UND	Tramontina Tramontina	20	51,95	1.039,00
625	18068 - PARAF. ESTRELA CHATA 3.0X12MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	1.000	0,10	100,00
643	18086 - PARAF. ESTRELA CHATA 5.0X45MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	600	0,25	150,00
644	18087 - PARAF. ESTRELA CHATA 5.0X50MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	600	0,25	150,00
645	18088 - PARAF. ESTRELA CHATA 6.0X25MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	600	0,15	90,00
647	18090 - PARAF. ESTRELA CHATA 6.0X60MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	600	0,30	180,00
648	18091 - PARAF. ESTRELA CHATA 6.0X70MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	500	0,40	200,00
649	18092 - PARAF. ESTRELA CHATA 6.0X80MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,40	120,00
650	18093 - PARAF. ESTRELA CHATA 6.0X90MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,50	150,00
651	18094 - PARAF. FRANCES 1/4X1 ZINCADO COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,25	75,00
652	18095 - PARAF. FRANCES 1/4X2.1/2 ZC COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,30	90,00
653	18096 - PARAF. FRANCES 1/4X3 ZC COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,50	150,00
654	18097 - PARAF. FRANCES 1/4X3.1/2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,50	150,00
655	18098 - PARAF. FRANCES 3/8X1.1/2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	1,00	300,00
656	18099 - PARAF. FRANCES 5/16X2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,60	180,00
657	18100 - PARAF. FRANCES 5/16X2.1/2. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	300	0,60	180,00
658	18101 - PARAF. FRANCES 5/16X3 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	200	0,75	150,00
659	18102 - PARAF. FRANCES 5/16X3.1/2 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	200	0,85	170,00
660	18103 - PARAF. FRANCES 5/16X5 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA JOMARCA	200	1,00	200,00
662	18105 - PARAF. FRANCES ACO 5/16X4	UND	JOMARCA JOMARCA	200	1,70	340,00
663	18106 - PARAF. FRANCES ACO 5/16X4.1/2	UND	JOMARCA JOMARCA	200	1,99	398,00
664	18107 - PARAF. FRANCES RP 1/4X4.1/2	UND	JOMARCA JOMARCA	200	1,95	390,00
670	18113 - PARAF. PARA TELHA 1/4X11MM TORALF	UND	JOMARCA JOMARCA	50	1,60	80,00
671	18114 - PARAF.P/TELHA 5/16X110MMR SOB. KIT VED. WS	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,85	42,50
672	18115 - PARAF.SEXT ROSC SOB. 1/4X50MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,50	25,00
673	18116 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 1/4X40MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,25	12,50
674	18117 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 1/4X50MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,35	17,50
675	18118 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 1/4X55MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,35	17,50
676	18119 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 1/4X60MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,35	17,50
677	18120 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 1/4X65MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,50	25,00
678	18121 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 5/16X45MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,50	25,00
679	18122 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 5/16X50MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,60	30,00
680	18123 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 5/16X65MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,60	30,00
681	18124 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 5/16X70MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,75	37,50
682	18125 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 5/16X75MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,75	37,50
683	18126 - PARAF.SEXT RP ROSC SOB. ZC 5/16X90MM	UND	JOMARCA JOMARCA	50	1,00	50,00
684	18127 - PARAF.SEXT RP ZC 3/8X5	UND	JOMARCA JOMARCA	50	2,50	125,00
685	18128 - PARAF.SEXT. 1/2X1 FLG BROCA RS ZC	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,49	24,50
686	18129 - PARAF.SEXT. 1/2X3 RI ZINC.	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,99	49,50
687	18130 - PARAF.SEXT. 1/2X4 RI ZB	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,97	48,50
689	18132 - PARAF.SEXT. 1/4X3.1/2	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,50	25,00
690	18133 - PARAF.SEXT. 5/16X90MM RS ZINCADO	UND	JOMARCA JOMARCA	50	1,20	60,00
691	18134 - PARAF.SEXT. 7/16X20MM (FORRAGEIRA)	UND	JOMARCA	50	1,20	60,00

			JOMARCA			
692	18135 - PARAF.SEXT. ACO 1/7X60 ZC	UND	JOMARCA JOMARCA	50	1,99	99,50
693	18136 - PARAF.SEXT. ACO RI ZC 3/8X2	UND	JOMARCA JOMARCA	50	1,99	99,50
694	18137 - PARAF.SEXT. RI 1/4X2 ZC	UND	JOMARCA JOMARCA	50	0,60	30,00
695	18138 - PARAF.SEXT. RI 3/8X1.1/2	UND	JOMARCA JOMARCA	50	1,00	50,00
696	18139 - PARAF.SEXT. RI 3/8X2.1/2	UND	JOMARCA JOMARCA	50	1,00	50,00
698	18141 - PARAFUSO PARA BACIA SANITÁRIO LATAO C/B10 GOFIX	UND	GOFIX GOFIX	50	3,00	150,00
699	18142 - PASSADOR DE FIO ALMA DE ACO 10M	UND	VONDER VONDER	3	10,00	30,00
701	18144 - PASSADOR DE FIO ALMA DE ACO 20M	UND	VONDER VONDER	5	20,90	104,50
702	18145 - PE DE CABRA ACO LISO 3/4 50CM	UND	Tramontina Tramontina	9	25,00	225,00
703	13971 - PENEIRA ARROZ/AREIA ARO 55 PLAST, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA SÃO JORGE.	UND	S?O JORGE S?O JORGE	30	49,10	1.473,00
704	18148 - PIA MARMO BELL SINT. 0.80X0.50CM PRETO	UND	BELL BELL	30	65,00	1.950,00
708	18163 - PINO MACHO 2P+T 20A 250V BR, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA -	UND	Tramontina Tramontina	50	4,00	200,00
714	18169 - PLACA CEGA 4X2 BR C/SUPORTE EV	UND	PETRA PETRA	50	2,00	100,00
716	18171 - PLACA CEGA 4X4 C/SUPORTE EV	UND	PETRA PETRA	50	5,80	290,00
723	18178 - PLUG 1" ROSCAVEL	UND	KRONA KRONA	20	1,00	20,00
725	18180 - PLUG T 3P3 SAIDAS 2P+T10A 250V PLUG 1/2" ROSCAVEL	UND	KRONA KRONA	20	10,00	200,00
726	18181 - PNEU P/CARRO CONST.COLSON 3,25X8	UND	COLSON COLSON	30	25,00	750,00
727	18182 - PORCA OLHAL GALVANIZADA 5/8 M16P.	UND	VONDER VONDER	50	10,99	549,50
731	18186 - PORCELATO CREME POLIDO 70X70 A CX 2,00M CERBE.	MTS	CERBE CERBE	10	99,99	999,90
732	18187 - PORCELATO WHITE POLIDO 70X70 A CX 2,00M CERBE.	MTS	CERBE CERBE	10	99,99	999,90
733	18188 - PORTA CADEADO ZINCADO 300X2,1/2	UND	SILVANA SILVANA	10	4,50	45,00
738	18193 - PREGO GERDAU C/C POL 15X15 (1.1/4X13)	KG	GERDAU GERDAU	70	15,00	1.050,00
739	18194 - PREGO GERDAU C/C POL 15X18 (1.1/2X13)	KG	GERDAU GERDAU	70	15,00	1.050,00
740	18195 - PREGO GERDAU C/C POL 15X27 (2.1/2X13)	KG	GERDAU GERDAU	70	15,00	1.050,00
741	18196 - PREGO TELHEIRO ASATIGRE 18/30 GALV.	UND	ASATIGRE ASATIGRE	300	19,30	5.790,00
742	18197 - PROLONGADOR DE ACO 3M P/PINT.1700	UND	ATLAS ATLAS	10	30,00	300,00
743	18198 - PROLONGADOR DE ACO P/PINT. 2M	UND	ATLAS ATLAS	10	25,00	250,00
744	18199 - PRUMO DE PAREDE 500GR AÇO	UND	VONDER VONDER	3	20,00	60,00
746	18201 - PULVERIZADOR CASTAL C/AL 20L	UND	VONDER VONDER	10	200,00	2.000,00
747	18202 - PULVILHADEIRA 1L MATA-FORMIGA	UND	VONDER VONDER	15	58,99	884,85
756	18210 - REDUCAO CURTA SOLD.100MMX50MM	UND	KRONA KRONA	50	9,65	482,50
757	18211 - REDUCAO CURTA SOLD.150MMX100MM	UND	KRONA KRONA	50	28,00	1.400,00
759	18213 - REDUCAO CURTA SOLD.32MMX25MM	UND	KRONA KRONA	100	1,00	100,00
760	18214 - REDUCAO CURTA SOLD.40MMX25MM	UND	KRONA KRONA	80	2,00	160,00
761	18215 - REDUCAO CURTA SOLD.40MMX32MM	UND	KRONA KRONA	100	2,00	200,00
762	18216 - REDUCAO CURTA SOLD.50MMX20MM	UND	KRONA KRONA	80	2,50	200,00
763	18217 - REDUCAO CURTA SOLD.50MMX32MM	UND	KRONA KRONA	80	3,00	240,00
764	18218 - REDUCAO CURTA SOLD.50MMX40MM	UND	KRONA KRONA	80	3,00	240,00
765	18219 - REDUCAO CURTA SOLD.60MMX50MM	UND	KRONA KRONA	200	5,50	1.100,00
766	18220 - REDUCAO CURTA SOLD.75MMX50MM	UND	KRONA KRONA	80	20,00	1.600,00
767	18221 - REGADOR METASUL PLAST. UNIV.5L PRETO	UND	METASUL METASUL	20	15,00	300,00
768	7806 - REGISTRO PVC ESFERA 20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA	UND	KRONA KRONA	20	4,00	80,00
769	7807 - REGISTRO PVC ESFERA 25MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR KRONA	UND	KRONA KRONA	20	4,50	90,00
770	7809 - REGISTRO PVC ESFERA 40MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR KRONA	UND	KRONA KRONA	20	11,50	230,00
771	7810 - REGISTRO PVC ESFERA 50MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR KRONA	UND	KRONA KRONA	20	13,50	270,00
772	7811 - REGISTRO PVC ESFERA 60MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR KRONA	UND	KRONA KRONA	20	28,00	560,00
774	18223 - REGULADOR DE GÁS 506/01 GRANDE, 1KG/H. COM QUALIDDAE IGUAL OU SUPERIOR A ALIANÇA.	UND	ALIANCA ALIANCA	5	18,50	92,50
775	18224 - REJUNTO FLEX 1KG BRANCO. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR ITATIUNGA -	UND	ITATIUNGA ITATIUNGA	300	4,99	1.497,00
776	18225 - REJUNTO FLEX 1KG CZ PLATINA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR ITATIUNGA -	UND	ITATIUNGA ITATIUNGA	150	4,99	748,50
777	18226 - REJUNTO FLEX 1KG PRETO. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR ITATIUNGA -	UND	ITATIUNGA ITATIUNGA	150	4,99	748,50
778	18227 - RELE CONTROLADOR DE NIVEL	UND	EXATRON EXATRON	19	28,70	545,30
779	18228 - RELE CONTROLADOR P/CHAVECOM.NF EXATRON	UND	EXATRON EXATRON	19	29,45	559,55
781	10842 - RODEL CORTA POCELANATO 80MM VD DUPLA.	UND	THOMPSON THOMPSON	10	10,00	100,00
782	18230 - ROLDANA CG CX ABERTA U 2" P/PORTAOR	UND	VONDER VONDER	10	15,00	150,00
783	18231 - ROLDANA CG P/PORTAO V C/SUP 1.1/2"	UND	VONDER VONDER	10	15,00	150,00
784	18232 - ROLDANA CG P/PORTAO V C/SUP 2.1/2"	UND	VONDER VONDER	10	15,00	150,00
785	18233 - ROLO DE ESPUMA ATLAS AMARELO 15CM	UND	ATLAS ATLAS	20	5,50	110,00
786	18234 - ROLO DE ESPUMA ATLAS AMARELO 5CM	UND	ATLAS ATLAS	20	3,00	60,00
787	18235 - ROLO DE ESPUMA ATLAS AMARELO 9CM	UND	ATLAS ATLAS	20	4,00	80,00
791	18239 - ROLO DE ESPUMA ATLAS CINZA D30 23CM 68MM	UND	ATLAS ATLAS	10	10,00	100,00

792	18240 - ROLO DE LÃ ANTI RESPINGO 23CM 773/10	UND	ROMA ROMA	10	12,00	120,00
793	18241 - ROLO DE LÂ NATURAL 23CM PREMIUM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR ROMA -	UND	ROMA ROMA	10	25,00	250,00
796	18244 - ROLO P/PINT. POL.ANTGOTA 23CM 321/10	UND	ROMA ROMA	10	12,00	120,00
798	18246 - SAIDA D'AGUA UNIV.ACIONAMENTO SUP.	UND	ASTRA ASTRA	10	25,00	250,00
799	18247 - SELADOR ACRILICO 15 L BRANCO	UND	SUPERTINTAS SUPERTINTAS	30	60,00	1.800,00
800	18248 - SELADOR ACRILICO 3,6L. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SUPERTINTAS-	GAL	SUPERTINTAS SUPERTINTAS	31	17,50	542,50
801	18249 - SELADOR ACRILICO PIGMENTADO 3L. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR HIDROTINTAS -	GAL	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	31	17,50	542,50
802	18250 - SELADOR P/MADEIRA 900ML	LT	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	20	59,30	1.186,00
803	18251 - SELADOR PIGMENTADO 15L . COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR HIDROTINTAS -	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	23	60,00	1.380,00
808	18256 - SERRA COPO DIAMANTADA 19MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SIGMA -	UND	SIGMA SIGMA	10	45,00	450,00
809	7839 - SERRA COPO DIAMANTADA 25MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SIGMA	UND	SIGMA SIGMA	5	81,30	406,50
810	7840 - SERRA COPO DIAMANTADA 30MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SIGMA	UND	SIGMA SIGMA	5	113,90	569,50
813	7843 - SERRA COPO DIAMANTADA 65MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SIGMA	UND	SIGMA SIGMA	5	197,40	987,00
814	18257 - SIFAO DUPLO SANF. UNIVERSAL	UND	ASTRO ASTRO	5	8,50	42,50
815	18258 - SIFAO DUPLO UNIVERSAL 40/50MM	UND	ASTRO ASTRO	5	16,10	80,50
816	18259 - SIFAO TRIPLO SANFONADO ASTRO	UND	ASTRO ASTRO	10	17,00	170,00
817	18260 - SIFRAO UNIVERSAL SANF. ASTRO SSU BR 1	UND	ASTRO ASTRO	10	7,79	77,90
818	18261 - SIFRAO UNIVERSAL SANF.ASTRO SSUM* BR 1	UND	ASTRO ASTRO	10	7,80	78,00
819	18262 - SIFRAO UNUVERSAL SANF. BR	UND	ASTRO ASTRO	10	4,00	40,00
823	18266 - SILICONE SEL.ECO INCOL.POLYSTIC 280G/250ML	UND	TEKBOND TEKBOND	10	10,00	100,00
824	18267 - SOLDA ESTANHO CARRETE AZ 60X40 500G.	UND	WORKER WORKER	150	159,99	23.998,50
826	18269 - SOQUETE DECOLUX PORCELANA BASEI16A E40	UND	DECOLUX DECOLUX	50	4,00	200,00
828	18271 - SPRAY CUPINOCIDA INCOL.400ML DOMLINE	UND	DOMLINE DOMLINE	20	19,99	399,80
831	18274 - SPRAY T. ESM. TEKBOND VERMELHO 350ML	UND	TEKBOND TEKBOND	10	10,00	100,00
833	18276 - SPRAY TINTA ESM.TEKBOND AMARELO 350ML.	UND	TEKBOND TEKBOND	30	10,00	300,00
835	18278 - SPRAY TINTA ESM.TEKBOND BR BRILHANTE 350ML.	UND	TEKBOND TEKBOND	30	10,00	300,00
836	18279 - SPRAY TINTA ESM.TEKBOND BRANCO FOSCO 350ML	UND	TEKBOND TEKBOND	30	10,00	300,00
837	18280 - SPRAY TINTA ESM.TEKBOND METALICO CROM. 350ML	UND	TEKBOND TEKBOND	10	10,00	100,00
838	18281 - SPRAY TINTA ESM.TEKBOND PRETO BRIL. 350ML/250G	UND	TEKBOND TEKBOND	25	10,00	250,00
850	18293 - TE ESGOTO 150MM	UND	KRONA KRONA	30	39,99	1.199,70
851	18294 - TE ESGOTO 200MM	UND	KRONA KRONA	30	179,99	5.399,70
852	18295 - TE ESGOTO 40MM	UND	KRONA KRONA	30	2,00	60,00
853	18296 - TE ESGOTO 50MM	UND	KRONA KRONA	30	3,50	105,00
854	18297 - TE ESGOTO 75MM	UND	KRONA KRONA	30	12,99	389,70
855	18298 - TE ESGOTO RED. 100X50MM	UND	KRONA KRONA	30	19,99	599,70
857	18300 - TE SOLD. 20MM	UND	KRONA KRONA	100	0,70	70,00
858	18301 - TE SOLD. 25MM	UND	KRONA KRONA	100	0,75	75,00
859	18302 - TE SOLD. 32MM	UND	KRONA KRONA	50	2,50	125,00
860	18303 - TE SOLD. 50MM	UND	KRONA KRONA	50	5,50	275,00
861	18304 - TE SOLD. RED. 50X25MM	UND	KRONA KRONA	50	8,99	449,50
862	18305 - TE SOLD.LR 20MMX1/2"	UND	KRONA KRONA	50	3,00	150,00
863	18306 - TELHA COLONIAL SEMI ARTESANAL 1ª ALTO SANTO	UND	ALTO SANTO ALTO SANTO	74.000	0,60	44.400,00
865	18308 - TELHA FIBROTEX BRASILIT 4MM 2,13X0,50M.	UND	FIBROTEX FIBROTEX	60	18,00	1.080,00
866	18309 - TELHA FIBROTEX BRASILIT 4MM 2,44X0,50M.	UND	FIBROTEX FIBROTEX	60	20,00	1.200,00
867	18310 - TELHA TRANSP.2 ONDAS LEITOSA FORTLEV.	UND	FORTLEV FORTLEV	68	8,50	578,00
868	18311 - TELHA TROPICAL 5MM 1,83X1,10M CRFS ETERNIT.	UND	ETERNIT ETERNIT	60	45,00	2.700,00
869	18312 - TELHA TROPICAL 5MM 2,44X1,10M CRFS ETERNIT.	UND	ETERNIT ETERNIT	60	60,00	3.600,00
871	18314 - THINNER SUPER ACABAMENTO TB 200LTS.	UND	EUCATEX EUCATEX	4	21,99	87,96
872	18315 - TIJOLO DE 08 FUROS PILOES.	UND	PILOES PILOES	149.800	0,50	74.900,00
873	18316 - TINTA ACRILICA EXTERNA 3L, CORES VARIADAS.	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	120	30,00	3.600,00
874	18317 - TINTA ACRÍLICA INTERNA 15L, CORES VARIADAS.	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	100	80,00	8.000,00
875	18318 - TINTA ACRÍLICA INTERNA GALÃO DE 3L, CORES VARIADAS	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	166	28,00	4.648,00
876	18319 - TINTA ESMALTE DIALINE SECAGEM RÁPIDA 3,6LT CORES VARIADAS QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IQUINE -	GAL	IQUINE IQUINE	46	100,00	4.600,00
877	18320 - TINTA ESMALTE DIALINE SECAGEM RÁPIDA 900ML CORES VARIADAS QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IQUINE -	LT	IQUINE IQUINE	46	40,00	1.840,00
878	18321 - TINTA EXTERNA CORES VARIADAS, BALDE DE 15 LITRO.	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	47	200,00	9.400,00
879	18322 - TINTA P/PISO BRANCO GL3,6L GL3L	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	20	55,00	1.100,00
880	18323 - TINTA PARA PISO, NA COR CINZA 3,6L. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA HIDROTINTAS.	UND	HIDROTINTAS HIDROTINTAS	68	50,00	3.400,00
881	18324 - TINTA SPRAY ESM. TEKBOND AL TEMP.PRETO FOSCO.350ML	UND	TEKBOND TEKBOND	10	19,99	199,90
882	18325 - TOMADA 2P+T 10A/250V C/PL HORIZ.PT	UND	TIGRE TIGRE	54	4,00	216,00
883	18326 - TOMADA 2P+T 20A/250V C/PL HORIZ.PT	UND	TIGRE TIGRE	54	4,50	243,00

884	18327 - TOMADA PAD 2P+T 10A C/PL VERT 4X2	UND	TIGRE TIGRE	54	4,50	243,00
885	18328 - TOMADA PAD 2P+T 20A/250V C/P EV BR	UND	TIGRE TIGRE	54	5,50	297,00
886	18329 - TORN JARDIM 1/2" BR GRANEL DURIN	UND	DURIN DURIN	10	2,50	25,00
887	18330 - TORN. PIA 1/2" 15CM BR DURIN	UND	DURIN DURIN	31	5,50	170,50
888	18331 - TORN. PIA 1/2" 15CM BR/PT DURIN	UND	DURIN DURIN	31	10,99	340,69
889	18332 - TORN.COZ.PA BICA MOV.BUZIOS 1/4V BR DURIN	UND	DURIN DURIN	38	15,00	570,00
890	18333 - TORN.LAV.ME BR CROSS 1/2 BEM.	UND	CROSS CROSS	21	15,00	315,00
891	18334 - TORNEIRA PARA LAVATORIO ASTRA 1/2'TL1* BR1	UND	ASTRA ASTRA	21	15,00	315,00
892	18335 - TORQUES 10".	UND	VONDER VONDER	5	45,00	225,00
893	18336 - TORQUES 12".	UND	VONDER VONDER	5	50,00	250,00
895	18338 - TRELIÇA GERDAU LEVE 6/4/3.4-8 6M.	UND	GERDAU GERDAU	104	20,00	2.080,00
896	18339 - TRELIÇA GERDAU PESADA 6/4/4.2-8 6M.	UND	GERDAU GERDAU	100	49,99	4.999,00
899	18342 - TRENA EMBORRACHADA 05MX16MM BEM.	UND	VONDER VONDER	5	6,50	32,50
900	18343 - TRILHO PARA CORTINA ALPHA 19MMX1,50M BRANCO.	UND	ALPHA ALPHA	54	12,50	675,00
901	18344 - TRILHO PARA CORTINA ALPHA BRANCO 19MMX2M.	UND	ALPHA ALPHA	54	16,00	864,00
902	18345 - TRINCHA P/PINTURA 1/2".	UND	ATLAS ATLAS	50	1,00	50,00
903	18346 - TRINCHA PARA PINTURA 1.1/2".	UND	ATLAS ATLAS	50	2,99	149,50
904	18347 - TRINCHA PARA PINTURA 1".	UND	ATLAS ATLAS	50	2,00	100,00
905	18348 - TRINCHA PARA PINTURA 2.1/2".	UND	ATLAS ATLAS	50	5,99	299,50
906	18349 - TRINCHA PARA PINTURA 2".	UND	ATLAS ATLAS	50	4,00	200,00
907	18350 - TRINCHA PARA PINTURA 3/4".	UND	ATLAS ATLAS	50	2,00	100,00
908	18351 - TUBO CORRUGADO PVC 3/4 AMARELO	MTS	TIGRE TIGRE	30	1,70	51,00
910	18353 - TUBO ELETRODUTO NORMAL 1. ½ 3M.	TB	TIGRE TIGRE	20	19,99	399,80
911	18354 - TUBO ELETRODUTO NORMAL LISO C/ BOLSA 1. ½ 3M	TB	TIGRE TIGRE	20	11,99	239,80
912	18355 - TUBO ELETRODUTO NORMAL LISO C/ BOLSA 3/4 3M	TB	TIGRE TIGRE	20	14,99	299,80
913	18356 - TUBO ELETRODUTO ROSCÁVEL 1" 3M ANTICHAMA	TB	TIGRE TIGRE	20	19,99	399,80
914	18357 - TUBO GALVANIZADO PATENTE 1 1/2 CH16 N	MTS	PATENTE PATENTE	114	46,99	5.356,86
915	18358 - TUBO GALVANIZADO PATENTE 1 1/4 CH16 N	MTS	PATENTE PATENTE	54	39,99	2.159,46
916	18359 - TUBO GALVANIZADO PATENTE 2 CH16 N	MTS	PATENTE PATENTE	54	33,99	1.835,46
917	18360 - TUBO PVC BRANCO ROSCA 1 1/4	MTS	TIGRE TIGRE	84	49,99	4.199,16
918	18361 - TUBO PVC BRANCO ROSCA 1 6M	MTS	TIGRE TIGRE	24	39,99	959,76
919	18362 - TUBO PVC ESGOTO 100MM	MTS	TIGRE TIGRE	100	10,00	1.000,00
920	18363 - TUBO PVC ESGOTO 150MM	MTS	TIGRE TIGRE	100	30,00	3.000,00
921	18364 - TUBO PVC ESGOTO 200MM.	MTS	TIGRE TIGRE	90	50,00	4.500,00
922	18365 - TUBO PVC ESGOTO 40MM.	MTS	TIGRE TIGRE	100	5,00	500,00
923	18366 - TUBO PVC ESGOTO 50MM.	MTS	TIGRE TIGRE	80	6,50	520,00
924	18367 - TUBO PVC ESGOTO 75MM.	MTS	TIGRE TIGRE	150	9,00	1.350,00
925	18368 - TUBO PVC SOLDAVEL 20 MM.	MTS	TIGRE TIGRE	50	3,00	150,00
926	18369 - TUBO PVC SOLDAVEL 25 MM.	MTS	TIGRE TIGRE	100	3,00	300,00
927	18370 - TUBO PVC SOLDAVEL 32 MM.	MTS	TIGRE TIGRE	100	6,00	600,00
929	18372 - TUBO PVC SOLDAVEL 50 MM	MTS	TIGRE TIGRE	50	9,00	450,00
931	18374 - UNIÃO SOLDAVEL 20MM.	UND	KRONA KRONA	10	4,50	45,00
932	18375 - UNIÃO SOLDAVEL 25MM.	UND	KRONA KRONA	20	5,00	100,00
933	18376 - UNIÃO SOLDAVEL 32MM	UND	KRONA KRONA	20	14,99	299,80
934	18377 - UNIÃO SOLDAVEL 40MM.	UND	KRONA KRONA	20	14,00	280,00
935	18378 - UNIÃO SOLDAVEL 50MM.	UND	KRONA KRONA	20	32,99	659,80
941	18384 - VASSOURA GARI REFORCADOS S/C	UND	Tramontina Tramontina	150	29,99	4.498,50
943	18386 - VEDAÇÃO BACIA SANITARIA.	UND	ASTRA ASTRA	10	7,00	70,00
944	18387 - VEDACIT POTE 900ML.	PT	VEDACIT VEDACIT	54	20,00	1.080,00
945	18388 - VEDANTE 3/4 P TORNEIRA.	UND	VONDER VONDER	101	3,99	402,99
946	18389 - VEDANTE P PORT 80CM.	UND	VONDER VONDER	144	12,00	1.728,00
947	18390 - VEDANTE P PORTA ALUMINIO 1MT.	UND	VONDER VONDER	24	12,00	288,00
948	18391 - VEDANTE ½ P TORNEIRA.	UND	VONDER VONDER	101	19,99	2.018,99
950	18393 - VERGALHÃO DE FERRO 1/2 DOB. 12M.	UND	GERDAU GERDAU	60	70,00	4.200,00
953	18396 - VERGALHÃO DE FERRO CA 50 10MM 3/8 DOB. 12M.	UND	GERDAU GERDAU	80	45,00	3.600,00
956	18399 - VERNIZ INCOLOR 0,9L.	LT	IQUINE IQUINE	16	39,99	639,84
957	18400 - VERNIZ INCOLOR 900ML SECAGEM RAPIDA.	LT	IQUINE IQUINE	16	43,99	703,84
958	18401 - Y PVC ESGOTO 100MM.	UND	TIGRE TIGRE	20	22,75	455,00
959	18402 - Y PVC ESGOTO 40MM.	UND	TIGRE TIGRE	12	3,99	47,88
960	18403 - Y PVC ESGOTO 50MM.	UND	TIGRE TIGRE	20	5,99	119,80
961	18404 - Y PVC ESGOTO 75MM.	UND	TIGRE TIGRE	20	15,99	319,80
962	18405 - ZARCAO CINZA 0,9L.	LT	NOVATEX NOVATEX	20	31,10	622,00
968	17659 - CAIXA ACOPLADA LUZARYE 6L -	UND	LUZARYE LUZARYE	2	199,99	399,98
969	17669 - CAIXA POLIETILENO 3000L COM TAMP QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTLEV -	UND	FORTLEV FORTLEV	2	1.590,00	3.180,00
970	17835 - ESCADA 7 DEGRAUS DE FERRO .	UND	MOR MOR	2	280,00	560,00
971	13846 - MARTELO 18MM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA.	UND	Tramontina Tramontina	2	13,00	26,00
976	18146 - PIA MARMO BELL SINT. 0.80X0.50CM BEGE	UND	BELL BELL	2	100,00	200,00
977	18147 - PIA MARMO BELL SINT. 0.80X0.50CM CINZA	UND	BELL BELL	2	100,00	200,00
981	18152 - PIA MARMO BELL SINT. 1.20X0.50CM BEGE	UND	BELL BELL	5	128,00	640,00
982	18153 - PIA MARMO BELL SINT. 1.20X0.50CM BRANCA	UND	BELL BELL	5	130,00	650,00
983	18154 - PIA MARMO BELL SINT. 1.20X0.50CM CINZA	UND	BELL BELL	2	130,00	260,00
984	18155 - PIA MARMO BELL SINT. 1.40X0.50CM BEGE	UND	BELL BELL	5	150,00	750,00
985	18156 - PIA MARMO BELL SINT. 1.40X0.50CM BRANCA	UND	BELL BELL	2	150,00	300,00

986	18157 - PIA MARMO BELL SINT. 1.40X0.50CM CINZA	UND	BELL BELL	2	150,00	300,00
987	18158 - PIA MARMO BELL SINT. 1.50X0.50CM BEGE	UND	BELL BELL	5	170,00	850,00
988	18159 - PIA MARMO BELL SINT. 1.50X0.50CM CINZA	UND	BELL BELL	2	170,00	340,00
989	18160 - PIA MARMO BELL SINT. 1.50X0.50CM PRETO	UND	BELL BELL	2	170,00	340,00
Total (R$):						597.841,45

2480 - FONTES CONSTRUCOES LTDA (11.500.312/0001-80)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
5	17509 - 3 TOMADAS 2P + T 10A /250V COM PLACA DE 4X2 BR. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR LINHA PETRA - MEC -TRONIC	UND	MEC TRONIC	60	17,00	1.020,00
15	17519 - ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'AGUA 20MM X 1/2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE -	UND	PLASTUBOS	15	11,96	179,40
16	13169 - ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'AGUA 25MM x 3/4". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA	UND	PLASTUBOS	15	15,20	228,00
20	13173 - ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'AGUA 60MM x 2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE	UND	PLASTUBOS	25	49,20	1.230,00
27	17526 - ADESIVO EPÓXI TRANSPARENTE, 23G 10 MIN - COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ARALDITE -	UND	TEKBOND	15	26,98	404,70
50	13203 - ARAME FARPADO GERDAU 2,2 MM 250M. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ELEFANTE	RL	GIR	20	287,65	5.753,00
57	17547 - ARCO DE SERRA 140. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A STARRET -	UND	BOSCH	10	24,90	249,00
58	17548 - ARMAÇÃO 1 POLO FERRO PESADA PRESBOWN -	UND	PLASNETAL	10	11,80	118,00
63	17553 - ARMADOR BATON NIQUELADO 1001 ANEL PVC. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A METALVI -	UND	MATALVI	30	17,95	538,50
64	17554 - ARMADOR CHUMBAR ZINCADO. COM QUALIDADE IGULA OU SUPEIOR A SILVANA -	UND	SILVANA	30	8,70	261,00
66	17556 - ARMÁRIO PLASTICO A41* CZ2 35,5 X 30,5 X 10CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	DUDA	5	68,00	340,00
67	17557 - ARMÁRIO PLÁSTICO PVC SOB 30 X 37 X 11CM, A52* BR1. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	DUDA	5	69,00	345,00
69	17559 - ARRUELA LISA AÇO 3/16" ZC. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA	250	0,17	42,50
70	17560 - ARRUELA LISA AÇO 3/8" ZINCADA/BRANCA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA	250	0,43	107,50
71	17561 - ARRUELA LISA AÇO 5/16" ZB. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA	250	0,29	72,50
73	17563 - ARRUELA LISA AÇO ¼" ZC. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA	250	0,23	57,50
76	17566 - ASSENTO SANITÁRIO SOFT TPJ/AS* BR 1. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	HERC	10	36,95	369,50
77	17567 - ASSENTO SANITÁRIO TPR/AS* BR 1 PLUS. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	HERC	20	84,95	1.699,00
78	17568 - ASSENTO SANITÁRIO TPR/AS* CM2. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	HERC	20	81,50	1.630,00
79	17569 - BACIA ACOPLADA PORTO BRANCA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A LUZARTE -	UND	LUZARTE	10	235,00	2.350,00
93	17582 - BARRA ROSCADA 3/8" X1M ZB. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA	50	9,45	472,50
94	17583 - BARRA ROSCADA AÇO MQ 5/16 X 1M ZB. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA-	UND	JOMARCA	50	7,90	395,00
95	17584 - BARRA ROSCADA ZINCADA BR ¼" X1M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA	50	6,40	320,00
96	17585 - BARRA ROSCADA ½" X1M ZINCADA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMARCA -	UND	JOMARCA	50	22,00	1.100,00
108	17596 - BOIA PARA BEBEDOURO ½" TBB1. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	KRONA	20	14,00	280,00
110	17602 - BOTA CRIVAL QT BID COM ELASTANO PRETA, TAMANHOS VARIADOS.	PAR	CRIVAL	70	72,00	5.040,00
114	17605 - BROCA AÇO RÁPIDO 11/64" METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA-	UND	TRAMONTINA	20	4,49	89,80
116	17607 - BROCA AÇO RÁPIDO 5/32" X7,5MM METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	3,49	69,80
117	17608 - BROCA AÇO RÁPIDO 7/64" X 58MM METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	5,98	119,60
118	17609 - BROCA AÇO RÁPIDO 9/16" METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	15,00	300,00
119	17610 - BROCA AÇO RÁPIDO 9/32" METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	8,49	169,80
120	17611 - BROCA AÇO RÁPIDO 9/64" METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	30	3,99	119,70
121	17612 - BROCA AÇO RÁPIDO ¼" METAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	6,49	129,80
122	17613 - BROCA CHATA PARA MADEIRA 1/2.7MM ½" COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON -	UND	MAX FERRAGENS	20	14,60	292,00
123	17614 - BROCA CHATA PARA MADEIRA 15.8MM 5/8" COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON -	UND	MAX FERRAGENS	20	9,99	199,80
125	17616 - BROCA CHATA PARA MADEIRA 7/8. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON	UND	MAX FERRAGENS	20	12,99	259,80
126	17617 - BROCA CONCRETO 10MMX150MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	16,00	320,00
127	17618 - BROCA CONCRETO 12X120MM AÇO CARB. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	30	20,00	600,00
128	17619 - BROCA CONCRETO 6X100MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	8,90	178,00
129	17620 - BROCA CONCRETO AÇO 8X120MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	20	13,00	260,00
130	17621 - BROCA METAL/MADEIRA, AÇO RAP. 1/8". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	TRAMONTINA	30	6,55	196,50
132	17623 - BROXA ESCOVA COM CABO Nº 3 – 1198. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE -	UND	ROMA	20	7,99	159,80
137	17628 - CABO DE MADEIRA PARA ENXADA 1,50M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IMPERIAL -	UND	TRAMONTINA	20	15,99	319,80
138	13300 - CABO DE MADEIRA PARA PICARETA/CHIB. 0,95CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A IMPERIAL	UND	TRAMONTINA	20	18,98	379,60
152	17642 - CABO PARA ROLO DE PINTURA 23CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS -	UND	ROMA	20	7,49	149,80
156	17646 - CABO PARA VASSOURÃO METÁLICO. COM QUALIDADE	UND	ATLAS	50	16,98	849,00

	IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS -					
166	17656 - CADEADO LATÃO 45MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PADO -	UND	PADO	5	39,98	199,90
176	17667 - CAIXA POLIETILENO 1000L COM TAMPA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A FORTELEV -	UND	FORTLEV	5	400,00	2.000,00
179	17671 - CAIXA SIFONADA 10X12 CM QUADRADA QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA -	UND	HERC	10	13,00	130,00
180	17672 - CAIXA SIFONADA 150X150X50MM -	UND	HERC	10	39,00	390,00
182	17674 - CAIXA SIFONADA QUADRADA 100X100X50 -	UND	HERC	10	11,00	110,00
186	17678 - CAMARA DE AR 3,25X8 REFORÇADA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SIGMA -	UND	SIGMA	5	19,99	99,95
187	17679 - CAMARA DE AR BUFFALO PARA CARRO DE MÃO 3,25X8"-	UND	SIGMA	5	22,00	110,00
188	17680 - CANALETA COM FITA ADESIVA SEM DIVISÃO BR 20MX20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TR -	UND	ILUMI	21	8,00	168,00
189	17681 - CANALETA COM FITA ADESIVA SEM DIVISÃO. 20M-10MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A DURIN -	UND	ILUMI	40	5,90	236,00
190	17682 - CANTONEIRA 1/2"X1/8" 6M SERRALHEIRO -	UND	GERDAU	10	42,00	420,00
195	17687 - CANTONEIRA 5/8"X1/8" GG S 6M FX1T. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GERDAU.	UND	GERDAU	10	51,80	518,00
196	17688 - CANTONEIRA MÃO FRANCESA 20CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON.	UND	MAX FERRAGENS	10	4,45	44,50
197	17689 - CANTONEIRA MÃO FRANCESA 25CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON.	UND	MAX FERRAGENS	10	5,45	54,50
198	17690 - CANTONEIRA MÃO FRANCESA 30CM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A THOMPSON.	UND	MAX FERRAGENS	10	7,00	70,00
203	17695 - CAP ESGOTO 200MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UND	FORTLEV	10	60,30	603,00
204	17696 - CAP ESGOTO 40MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE.	UND	FORTLEV	10	1,99	19,90
211	17702 - CARRO DE MÃO EXTRA FORTE 3,5X8"65L CH20. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA.	UND	TRAMONTINA	8	439,00	3.512,00
213	17704 - CATALISADOR 10GR MASSA FIX -	UND	ROYAL FIX	15	5,00	75,00
214	17705 - CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO 1,20M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA.	UND	TRAMONTINA	10	59,90	599,00
217	17708 - CENTRO DISTRIBUIÇÃO TAF EMBUTIR. FUMÊ 6/8 DISJUNTORES .	UND	KRONA	10	39,90	399,00
220	17711 - CHAVE BIELA 09MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	18,90	94,50
225	17716 - CHAVE BIELA 14MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	26,40	132,00
228	17719 - CHAVE COMBINADA STAND 07MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	8,95	44,75
229	17720 - CHAVE COMBINADA STAND 08MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	9,45	47,25
230	17721 - CHAVE COMBINADA STAND 09MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	9,90	49,50
231	17722 - CHAVE COMBINADA STAND 10MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	10,90	54,50
232	17723 - CHAVE COMBINADA STAND 11MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	11,45	57,25
233	17724 - CHAVE COMBINADA STAND 12MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	11,99	59,95
234	17725 - CHAVE COMBINADA STAND 13MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	12,49	62,45
235	17726 - CHAVE COMBINADA STAND 16MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	21,35	106,75
236	17727 - CHAVE COMBINADA STAND 18MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	25,70	128,50
237	17728 - CHAVE COMBINADA STAND 21MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	29,60	148,00
239	17730 - CHAVE DE FENDA 1/4X4". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	7,90	39,50
240	17731 - CHAVE DE FENDA 1/4X6". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	9,40	47,00
241	17732 - CHAVE DE FENDA 1/8X3". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	7,40	37,00
242	17733 - CHAVE DE FENDA 1/8X6". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	6,90	34,50
243	17734 - CHAVE DE FENDA 3/16X5". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	5,90	29,50
244	17735 - CHAVE DE FENDA 3/16X6". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	6,45	32,25
245	17736 - CHAVE DE FENDA 5/16X6". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	9,90	49,50
246	17737 - CHAVE DE TESTE. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	5,45	27,25
249	17740 - CHAVE PHILLIPS AÇO CARBONO 1/4X6". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	8,45	42,25
250	17741 - CHAVE PHILLIPS AÇO CARBONO 1/8X5". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	6,90	34,50
251	17742 - CHAVE PHILLIPS AÇO CARBONO 3/16X5". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	5,99	29,95
252	17743 - CHAVE PHILLIPS AÇO CARBONO 5/16X6". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	5	9,90	49,50
253	17744 - CHUVEIRO 4" BRANCO. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE .	UND	HERC	10	9,95	99,50
254	17745 - CHUVEIRO FRIO BRANCO ½" 4". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA .	UND	FORTLEV	10	9,95	99,50
255	17746 - CIMENTO MIZU CPII - E- 32 – 50KG NBR .	UND	MIZU	800	49,90	39.920,00
256	13415 - CIMENTO MIZU CPV ARI RS SUPER FORTE 40KG.	UND	APODI	800	49,90	39.920,00
257	17747 - COLA BRANCA 1KG SUPERTINTAS .	UND	ITATIUNGA	50	16,90	845,00
258	17748 - COLUNA PARA LAVATORIO LUZARTE PORTO BRANCO .	UND	LUZARTE	20	120,00	2.400,00
260	17750 - CONECTOR PARA HASTE DA ATERRAMENTO 1/2-5/8 LETEL .	UND	PADR?O FORTE	20	3,98	79,60
269	17758 - CORDA SEDA ARTEPLAS VERDE TRANÇADA 10MM, 165M	MTS	DHON	50	2,80	140,00
272	17761 - CORRENTE SOLDADA 8.0MM 5/16.	KG	THOMPSON	50	26,49	1.324,50
273	17762 - CORRENTE SOLDADA GALVANIZADA 4MM 12,5 KG	KG	THOMPSON	50	30,00	1.500,00

275	17764 - CORRENTE SOLDADA ZINCADA 04,5MM 12.5 KG	KG	THOMPSON	50	27,90	1.395,00
284	17771 - CURVA ELETRODUTO 90º NORMAL COM BOLSA 20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A KRONA .	UND	AMANCO	20	5,48	109,60
290	17777 - DESEMPENADEIR PVC LISA AZUL 18X30 .	UND	Galo	5	18,95	94,75
297	17784 - DISCO DE CONTINUO UNIVERSAL 105MM .	UND	CORTAG	10	7,45	74,50
302	17789 - DISCO DE CORTE INOX 180X2MM GR 30 22,23 .	UND	CORTAG	10	10,50	105,00
304	17791 - DISCO DE CORTE RAPIDO 180X1,6X22,23MM .	UND	CORTAG	50	10,75	537,50
306	17793 - DISCO DE DESBASTE 4.1/2'' METAL	UND	CORTAG	10	7,60	76,00
309	17796 - DISCO DE DESBASTE 4.1/2''X1/4''X7/8'' .	UND	CORTAG	18	7,80	140,40
311	17798 - DISCO DE LIXA FERRO 50 4.1/2'' .	UND	MAX FERRAGENS	30	2,99	89,70
312	17799 - DISCO DE LIXA FERRO G60 4,1/2'' .	UND	MAX FERRAGENS	10	2,99	29,90
313	17800 - DISCO DE LIXA FERRO GR 24 7'' .	UND	MAX FERRAGENS	40	4,50	180,00
314	17801 - DISCO DE LIXA FLAP 4.1/211X7/8'' G100 .	UND	MAX FERRAGENS	10	5,45	54,50
315	17802 - DISCO DE LIXA FLAP 4.1/2'' X 7/8'' G60 .	UND	MAX FERRAGENS	15	5,45	81,75
316	17803 - DISCO DE LIXA FLAP 4.1/2'' X 7/8'' G80 .	UND	MAX FERRAGENS	30	5,45	163,50
317	17804 - DISCO DE LIXA FLAP 4.1/2''X78'' G120 .	UND	MAX FERRAGENS	40	5,45	218,00
318	17805 - DISCO DE LXA FERRO G80 4,1/2'' .	UND	MAX FERRAGENS	150	2,99	448,50
319	17806 - DISCO FLAP MADEIRA 4,1/2'' X 7/8'' GR 100 .	UND	MAX FERRAGENS	10	5,45	54,50
320	17807 - DISJUNTOR BIPOLAR 63A DIM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SOPRANO .	UND	ELETROMAR	20	14,00	280,00
321	17808 - DISJUNTOR BRANCO DR UNIC BIP 63A .	UND	ELETROMAR	10	17,00	170,00
328	17815 - DISJUNTOR UNIPOLAR 20A DIN COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SOPRANO -	UND	ELETROMAR	20	0,20	4,00
341	17828 - ENGATE ½ FLEXIVEL 50CM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	FORTLEV	10	6,80	68,00
342	17829 - ENGATE ½ FLEXIVEL 60CM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	FORTLEV	10	7,98	79,80
344	17831 - ENXADA AÇO 2,5LB FORJADA BAHIA QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	15	57,20	858,00
345	17832 - ENXADA AÇO 2,5LB SEM CABO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	10	52,00	520,00
346	17833 - ENXADA AÇO 2LB FORJADA BAHIA QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	TRAMONTINA	20	49,30	986,00
351	17838 - ESPATULA DE AÇO 06CM CB PLAST QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ROMA .	UND	ROMA	15	6,49	97,35
352	17839 - ESPATULA DE AÇO 08CM CB PLAST QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ROMA -	UND	ROMA	15	7,99	119,85
353	17840 - ESPATULA DE AÇO 10CM CB MADEIRA QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	ROMA	15	9,49	142,35
354	17841 - ESPATULA DE AÇO 10CM CB PLASTICO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA .	UND	ROMA	15	10,99	164,85
356	17843 - ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ASTRA .	UND	BLUKIT	10	5,49	54,90
358	17845 - ESPUMA POLIESTER MULTIUSO 6X13X20CM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ATLAS .	UND	ROMA	10	5,49	54,90
359	17846 - ESQUADRO CABO DE ALUMINIO 12''X30.04CM .	UND	MAX FERRAGENS	5	14,90	74,50
360	17847 - ESQUADRO CABO DE ALUMINIO 14''X35 CM .	UND	MAX FERRAGENS	5	28,15	140,75
382	17866 - FECHADURA SOBREPOR 930X2 PARAFUSO PT QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SOPRANO	5	22,00	110,00
385	17869 - FERROLHO 500X3'' REDONDO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA	6	4,49	26,94
386	17870 - FERROLHO 500X4'' REDONDO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA	6	4,99	29,94
387	17871 - FERROLHO 500X5'' REDONDO QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SILVANA .	UND	SILVANA	6	5,49	32,94
426	17910 - GARFO PARA ROLO DE PINTURA 23M TIPO GAIOLA .	UND	ROMA	10	7,99	79,90
433	17918 - GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/6MM 3500PÇS QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ROCAMA .	CX	THOMPSON	5	28,00	140,00
441	17926 - IMPERMEABILIZANTE AZUL 3,6KG .	GAL	ITATIUNGA	20	67,60	1.352,00
442	17927 - IMPERMEABILIZANTE PRETO 18KG .	GAL	ITATIUNGA	20	410,00	8.200,00
443	17928 - INTERRUPTOR 2TEC SIMPLES DIST 16A/250V C/P EV .	UND	MEC TRONIC	50	13,75	687,50
445	17930 - INTERRUPTOR PARALELO C/PL 4X2 16A/250V .	UND	MEC TRONIC	30	7,90	237,00
450	17935 - JANELA ALUMINIO 100X100M COM GRADE .	UND	CLM	5	334,50	1.672,50
462	17947 - JOELHO ESGOTO 90º 200MM.	UND	PLASTUBOS	20	120,00	2.400,00
463	17948 - JOELHO ESGOTO 90º 40MM .	UND	PLASTUBOS	50	1,99	99,50
474	17959 - JOELHO SOLDAVEL 90º RL 25MMX1/2'' .	UND	PLASTUBOS	50	2,49	124,50
479	17964 - KIT PARA PINTURA COMPLETO 5 PEÇAS .	UND	BLUKIT	10	39,98	399,80
480	17965 - LAMBRIL ONDULADOGALVANIZADO 2,00 X 1,00 CH22 TA AÇO .	UND	A?O CEARENSE	5	199,98	999,90
481	17966 - LAMINA 3 PONTAS ROÇADEIRAS 1X1.4X255 .	UND	NAKASHI	5	44,99	224,95
483	17968 - LAMINA DE SERRA TICO TICO .	UND	STARRET	5	9,99	49,95
492	17970 - LANÇA CHAMAS 2 REG. C/MANG. 2M CACULA .	UND	BFL	5	98,00	490,00
495	17973 - LAVT. SUSPENSO LUZARTE MO 1 BRANCO.	UND	LUZARTE	6	99,98	599,88
496	13725 - LENTE P/SOLTA RET. VIDRO 10 TON, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA VONDER.	UND	VONDER	30	3,50	105,00
497	13727 - LENTE P/SOLTA RET. VIDRO 12 TON, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA BRASFORT.	UND	VONDER	30	2,55	76,50
498	17974 - LIXA AGUA 401Q 2000 3M .	UND	MAX FERRAGENS	50	5,00	250,00
499	17975 - LIXA AGUA GR 100 3M .	UND	MAX FERRAGENS	50	2,70	135,00
500	17976 - LIXA AGUA GR 1200 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	5,00	250,00
501	17977 - LIXA AGUA GR 150 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	2,70	135,00
502	17978 - LIXA AGUA GR 180 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	2,70	135,00
503	17979 - LIXA AGUA GR 220 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	2,70	135,00
504	17980 - LIXA AGUA GR 280 211Q 3M .	UND	MAX FERRAGENS	50	2,70	135,00
505	17981 - LIXA AGUA GR 400 3M .	UND	MAX FERRAGENS	50	2,70	135,00
506	17982 - LIXA P/FERRO GR 100 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	4,95	247,50
507	17983 - LIXA P/FERRO GR 150 3M .	UND	MAX FERRAGENS	50	4,95	247,50
508	17984 - LIXA P/FERRO GR 180 3M .	UND	MAX FERRAGENS	50	4,95	247,50
509	17985 - LIXA P/FERRO GR 36 3M .	UND	MAX FERRAGENS	50	4,95	247,50
510	17986 - LIXA P/FERRO GR 40 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	4,95	247,50
511	17987 - LIXA P/FERRO GR 60 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	4,98	249,00
512	17988 - LIXA P/FERRO GR 80 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	4,98	249,00
513	17989 - LIXA P/MASSA GR 100 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	1,49	74,50

514	17990 - LIXA P/MASSA GR 120 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	1,49	74,50
515	17991 - LIXA P/MASSA GR 150 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	1,49	74,50
516	17992 - LIXA P/MASSA GR 220 3M -	UND	MAX FERRAGENS	50	1,49	74,50
517	17993 - LIXA P/MASSA GR 60 3M.	UND	MAX FERRAGENS	50	1,49	74,50
519	17995 - LIXADEIRA MAN. 22X8CM	UND	MAX FERRAGENS	30	49,98	1.499,40
533	13780 - LUVA ESCOTO 200MM LISA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TIGRE.	UND	FORTLEV	20	25,00	500,00
536	18003 - LUVA IMBAT POLIESTER C/PU PR T09 G PRETA -	UND	KALIPSO	30	6,49	194,70
537	13786 - LUVA LATEX AMARELA TAM. 08/M, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KALIPSO.	UND	KALIPSO	50	7,99	399,50
538	13785 - LUVA LATEX AMARELA TAM. 09/G, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KALIPSO.	UND	KALIPSO	30	7,99	239,70
540	18005 - LUVA MALHA TRIC. PIC. BRANCA T.9/G	UND	MAX FERRAGENS	80	3,49	279,20
541	18006 - LUVA MALHA TRIC. PIC. PRETA	UND	MAX FERRAGENS	100	6,00	600,00
543	18007 - LUVA PRES. P/CORRUG. 20MM AM	UND	PLASTLIT	50	1,13	56,50
544	18008 - LUVA PRES. P/CORRUG. 25MM AM	UND	PLASTLIT	50	1,63	81,50
545	13793 - LUVA PU PRETA TAM. 8-M, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KALIPSON.	UND	KALIPSO	50	8,50	425,00
546	13794 - LUVA RASPA CANO CURTO. 7CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTCOR.	UND	PLASTCOR	20	15,98	319,60
547	13795 - LUVA RASPA CANO LONGO. 20CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA PLASTCOR.	UND	PLASTCOR	20	19,98	399,60
548	13796 - LUVA ROSCAVEL 1.1/4, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA AMANCO.	UND	PLASTUBOS	30	14,85	445,50
549	13797 - LUVA ROSCAVEL 50X11/2 BRANCA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA AMANCO.	UND	PLASTUBOS	30	19,70	591,00
550	13798 - LUVA ROSCAVEL PVC BRANCA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA AMANCO.	UND	PLASTUBOS	30	10,00	300,00
551	13800 - LUVA SOLD. 20MM LISA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	PLASTUBOS	50	1,09	54,50
552	13801 - LUVA SOLD. 25MM LISA, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	PLASTUBOS	50	1,29	64,50
555	18011 - LUVA SOLD. 60MM LISA	UND	PLASTUBOS	50	10,98	549,00
557	18013 - LUVA SOLD. DE CORRER 25MM	UND	PLASTUBOS	20	14,00	280,00
558	18014 - LUVA SOLD. DE CORRER 32MM	UND	PLASTUBOS	20	21,98	439,60
559	18015 - LUVA SOLD. DE CORRER 40M - COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA KRONA.	UND	PLASTUBOS	20	29,65	593,00
560	18016 - LUVA SOLD. DE CORRER 40MM - COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA FORTLEV.	UND	PLASTUBOS	20	29,65	593,00
568	18023 - MADERITE RESINADO VERM. PINUS 2,20X1,10X13MM -	UND	AD MADEIRAS	50	121,90	6.095,00
569	18024 - MANDRIL 1/2 1,5-13MM MTX -	UND	MAX FERRAGENS	50	29,50	1.475,00
570	18025 - MANDRIL 3/8 C/CHAVE 13MM -	UND	MAX FERRAGENS	100	29,98	2.998,00
581	18036 - MANGUEIRA SUC MED PVC 1 AZUL.	UND	PLASTMAN	5	27,00	135,00
583	18038 - MANGUEIRA SUC MED PVC 2.1/2 AZUL.	UND	PLASTMAN	5	48,00	240,00
584	18039 - MANGUEIRA SUCÇÃO MED PVC 1.1/2 MANGUEIRA SUC MED PVC 1.1/2 AZUL AZUL -	UND	PLASTMAN	5	30,00	150,00
585	18040 - MARRETA PACETTA ACO 1,1/2KG C/CABO MAD.	UND	MOMFORT	3	51,20	153,60
586	18041 - MARRETA PACETTA ACO 1,2/KG C/CABO MAD.	UND	MOMFORT	3	51,20	153,60
587	18042 - MARRETA PACETTA ACO 1KG C/CABO MAD.	UND	MOMFORT	3	52,20	156,60
588	18043 - MARRETA PACETTA ACO 2KG C/CABO MAD	UND	MOMFORT	3	85,50	256,50
589	18044 - MARRETA PACETTA ACO 5KG S/CABO MAD	UND	MOMFORT	4	173,50	694,00
590	18045 - MARRETA PACETTA ACO 8KG S/CABO MAD	UND	MOMFORT	3	235,00	705,00
593	18046 - MASSA ACRILICA 20KG COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CZ LOCTITE HENKEL	UND	HIDROTINTAS	30	110,95	3.328,50
594	18047 - MASSA ACRILICA 5,0KG COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CZ LOCTITE HENKEL	UND	HIDROTINTAS	30	44,98	1.349,40
595	18048 - MASSA ADESIVA EPÓXI 100G DUREPOXI. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CZ LOCTITE HENKEL-	UND	PULVITEC	15	12,98	194,70
596	18049 - MASSA ADESIVA EPÓXI 50G DUREPOXI. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CZ LOCTITE HENKEL-	UND	PULVITEC	15	8,50	127,50
597	13860 - MASSA CORRIDA 20KG, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA HIDROTINTAS.	UND	HIDROTINTAS	46	50,00	2.300,00
598	18050 - MASSA CORRIDA GL 5,5KG, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA HIDROTINTAS -	UND	HIDROTINTAS	76	26,30	1.998,80
599	18051 - MASSA P/MADEIRA LT, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA HIDROTINTAS.	UND	HIDROTINTAS	30	19,98	599,40
600	18052 - MASSA PLASTICA FIX BRANCA 1KG -	UND	ROYALFIX	30	26,98	809,40
609	18059 - MOTOBOMBA SUB. 1/2CV 60HZ MONO 220V.	UND	ELETROPLAS	5	1.042,15	5.210,75
610	18060 - MOTOBOMBA SUB. 1CV 60HZ MONO 220V.	UND	ELETROPLAS	4	1.104,50	4.418,00
616	13885 - NIVEL DE ALUMINIO 12 30CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA THOMPSON.	UND	MAX FERRAGENS	3	22,99	68,97
618	18062 - OBTURADOR UNIV P/VALVULA KSOU AGUA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ASTRA.	UND	ASTRA	8	9,99	79,92
619	18063 - OCULOS DE SEG.INCOLOR KALIPSO JAGUAR.	UND	KALIPSO	100	6,49	649,00
620	18064 - OCULOS DE SEG.INCOLOR LEOPARDO KALIPSON.	UND	KALIPSO	100	6,49	649,00
621	18065 - PA DE BICO Nº 03 COM CABO DE MADEIRA 120CM.	UND	TRAMONTINA	20	51,20	1.024,00
624	13717 - LAPIS CARPINTEIRO COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA THOMPSON.	UND	MAX FERRAGENS	20	3,90	78,00
626	18069 - PARAF. ESTRELA CHATA 3.5X20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	1.000	0,09	90,00
627	18070 - PARAF. ESTRELA CHATA 3.5X22MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,14	84,00
628	18071 - PARAF. ESTRELA CHATA 3.5X35MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,14	84,00
629	18072 - PARAF. ESTRELA CHATA 3.5X40MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,14	84,00
630	18073 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.0X14MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,09	54,00
631	18074 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.0X20MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	50	0,14	7,00
632	18075 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.0X30MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,19	114,00
633	18076 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.0X35MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,19	114,00
634	18077 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.0X40MM.	UND	JOMARCA	600	0,24	144,00

	COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.					
635	18078 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.0X45MM MDF COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,24	144,00
636	18079 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.0X50MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,29	174,00
637	18080 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.5X25MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,19	114,00
638	18081 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.5X30MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,19	114,00
639	18082 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.5X35MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,19	114,00
640	18083 - PARAF. ESTRELA CHATA 4.5X60MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,29	174,00
641	18084 - PARAF. ESTRELA CHATA 5.0X25MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,15	90,00
642	18085 - PARAF. ESTRELA CHATA 5.0X30MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,14	84,00
646	18089 - PARAF. ESTRELA CHATA 6.0X50MM COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA JOMARCA.	UND	JOMARCA	600	0,24	144,00
661	18104 - PARAF. FRANCES 5/16X6	UND	JOMARCA	200	1,69	338,00
665	18108 - PARAF. FRANCES ZC C/PORCA 5/16X5.1/2,0	UND	JOMARCA	200	5,00	1.000,00
666	18109 - PARAF. P/ASSENTO SANITARIO BRANCO	UND	HERC	50	9,30	465,00
667	18110 - PARAF. P/BACIA SANIT.GOFIX B-12	UND	TORALE	50	10,00	500,00
668	18111 - PARAF. P/VASO C/BUCHA LATON LX B-12	UND	TORALE	50	8,70	435,00
669	18112 - PARAF. P/VASO LR METAIS LATONA B-10	UND	TORALE	50	5,98	299,00
688	18131 - PARAF.SEXT. 1/4X1	UND	JOMARCA	50	0,98	49,00
700	18143 - PASSADOR DE FIO ALMA DE ACO 15M	UND	FoxLux	5	18,90	94,50
710	18165 - PITAO DE ACO C/B 10MM 6,3X70 ZC	UND	JOMARCA	50	1,00	50,00
711	18166 - PITAO DE ACO COM BUCHA 8MM 5.5X70 ZC	UND	JOMARCA	50	0,75	37,50
712	18167 - PITAO SEM BUCHA N° 06.	UND	JOMARCA	50	0,49	24,50
713	18168 - PITAO SEM BUCHA N° 10	UND	JOMARCA	50	0,75	37,50
721	18176 - PLUG 1,1/2" ROSCAVEL	UND	PLASTUBOS	20	5,98	119,60
722	18177 - PLUG 1/2" ROSCAVEL	UND	PLASTUBOS	20	1,49	29,80
724	18179 - PLUG 3/4" ROSCAVEL	UND	PLASTUBOS	20	1,45	29,00
728	18183 - PORCA SEXT 1/4" ZC	UND	JOMARCA	100	0,24	24,00
729	18184 - PORCA SEXT 3/8 CHV.9/16 ZC	UND	JOMARCA	100	0,29	29,00
730	18185 - PORCA SEXT ACO 5/16 MQ ZC	UND	JOMARCA	100	0,29	29,00
734	18189 - PORTA CADEADO ZINCADO 300X3.1/2	UND	SILVANA	10	8,05	80,50
735	18190 - PORTA ELETRODO 500 AMP	UND	THOMPSON	10	64,98	649,80
736	18191 - PREGO GEDAU C/C POL (3.1/2X8)	KG	GERDAU	70	24,00	1.680,00
737	18192 - PREGO GEDAU C/C POL 3X8.	KG	GERDAU	70	24,00	1.680,00
745	18200 - PULVERIZADOR 10L COSTAL	UND	LYNUS	10	160,00	1.600,00
750	18205 - QUADRO DIST.PVC 3/4 POLOS	UND	KRONA	30	38,00	1.140,00
751	18206 - REBITE DE REP. ALUMINIO 6.0X30 AA630	UND	NEW FIX	1.000	0,24	240,00
752	18207 - REBITE DE REP.ALUM.3,2X14MM J-314 ZC	UND	NEW FIX	1.000	0,24	240,00
753	18208 - REBITE POP 4,8X12 =AA519 MACICO. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMAC -	UND	NEW FIX	1.000	0,24	240,00
754	18209 - REBITE POP 4,8X19 =AA519 MACICO. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A JOMAC -	UND	NEW FIX	1.000	0,24	240,00
758	18212 - REDUCAO CURTA SOLD.25MMX20MM	UND	PLASTUBOS	100	1,40	140,00
773	18222 - REGUA P/PEDREIRO ALUM.2M BI.TUB.600G	UND	NOVO HORIZONTE	20	49,99	999,80
788	18236 - ROLO DE ESPUMA ATLAS CINZA 15CM	UND	ROMA	20	9,35	187,00
789	18237 - ROLO DE ESPUMA ATLAS CINZA 5CM	UND	ROMA	10	5,00	50,00
790	18238 - ROLO DE ESPUMA ATLAS CINZA 9CM	UND	ROMA	10	7,00	70,00
794	18242 - ROLO P/PINT. LÂ DE CARNEIRO 19MMX23CM	UND	ROMA	20	21,00	420,00
795	18243 - ROLO P/PINT. LÂ DE CARNEIRO 22MMX23CM	UND	ROMA	20	24,98	499,60
797	18245 - ROLO P/PINT.DE PELE DE CARN 23CM EXT	UND	ROMA	20	28,00	560,00
804	18252 - SEPARADOR DE PISO CORTAG 1MM C/100	UND	CORTAG	50	4,50	225,00
805	18253 - SEPARADOR DE PISO CORTAG 2MM C/100	UND	CORTAG	50	4,50	225,00
806	18254 - SEPARADOR DE PISO CORTAG 3MM C/100	UND	CORTAG	50	4,50	225,00
807	18255 - SEPARADOR DE PISO CORTAG 4MM C/100	UND	CORTAG	50	4,50	225,00
811	7841 - SERRA COPO DIAMANTADA 40MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SIGMA	UND	MAX FERRAGENS	5	94,99	474,95
812	7842 - SERRA COPO DIAMANTADA 50MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SIGMA	UND	MAX FERRAGENS	5	94,99	474,95
820	18263 - SILICONE ACETICO TRANSP.50G TEKBOND	UND	TEKBOND	10	9,80	98,00
821	18264 - SILICONE ALTA TEMP CZ.50G TEKBOND	UND	TEKBOND	18	9,49	170,82
822	18265 - SILICONE ALTA TEMP VERM.50G TEKBOND	UND	TEKBOND	18	9,49	170,82
829	18272 - SPRAY T .ESM.TEKBOND PT FOSCO 350ML	UND	TEKBOND	10	19,98	199,80
830	18273 - SPRAY T. ESM. TEKBOND VERDE 350ML	UND	TEKBOND	10	19,98	199,80
832	18275 - SPRAY TINTA .ESM.TEKBOND ALUMINIO 350ML 250G	UND	TEKBOND	10	19,98	199,80
834	18277 - SPRAY TINTA ESM.TEKBOND AZUL 350ML.	UND	TEKBOND	20	19,98	399,60
839	18282 - TABUA DE PINUS 3MX15CM.	UND	AD MADEIRAS	15	37,00	555,00
840	18283 - TABUA DE PINUS 3MX20CM.	UND	AD MADEIRAS	15	46,00	690,00
841	18284 - TABUA DE PINUS 3MX25CM.	UND	AD MADEIRAS	15	60,00	900,00
842	18285 - TABUA DE PINUS 3MX30CM.	UND	AD MADEIRAS	20	72,00	1.440,00
843	18286 - TARGETA ACO ZINCADA 2.1/2"	UND	AD MADEIRAS	26	5,10	132,60
844	18287 - TARGETA ACO ZINCADA 2". COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR SILVANA.	UND	SILVANA	10	4,95	49,50
845	18288 - TARGETA ACO ZINCADA 3"	UND	SILVANA	10	4,95	49,50
846	18289 - TARGETA ZINC.1.1/2"	UND	SILVANA	10	4,15	41,50
847	18290 - TE AZUL 20X1/2"	UND	PLASTUBOS	10	8,65	86,50
848	18291 - TE AZUL 25X1/2"	UND	PLASTUBOS	10	9,84	98,40
849	18292 - TE ESGOTO 100MM	UND	PLASTUBOS	30	13,85	415,50
864	18307 - TELHA COLONIAL SEMI ARTESANAL 2ª ALTO SANTO	UND	CERAMICA LF SERIDO	89.000	0,90	80.100,00
870	18313 - TELHA TROPICAL 6MM 2,44X1,10M CRFS ETERNIT.	UND	ETERNIT	90	125,00	11.250,00
909	18352 - TUBO CORRUGADO PVC ½ AMARELO	MTS	FORTLEV	30	1,49	44,70
928	18371 - TUBO PVC SOLDAVEL 40 MM.	MTS	ASPERBRAS	100	7,00	700,00
930	18373 - TUBO PVC SOLDAVEL 60 MM.	MTS	ASPERBRAS	10	17,00	170,00
936	18379 - VALVULA AMERICANA CROMADA 3. ½	UND	FORT METAIS	10	17,99	179,90
937	18380 - VALVULA P POÇO 1. ¼ COM FILTRO	UND	KRONA	10	49,80	498,00

938	18381 - VALVULA P POÇO 3/4	UND	KRONA	20	21,95	439,00
939	18382 - VALVULA P POÇO AZ/BR 1. 1/2	UND	KRONA	10	52,65	526,50
940	18383 - VALVULA P POÇO EM PVC 1 AZUL	UND	KRONA	30	26,15	784,50
942	18385 - VEDACALHA CINZA 285 GRCOM	UND	UNIPEGA	20	14,99	299,80
949	18392 - VEDCIT GALÃO 3,6 L	GAL	VEDACIT	12	62,98	755,76
951	18394 - VERGALHÃO DE FERRO 1/4 DOB. 12M.	UND	MAIA METALMECANICA	50	26,55	1.327,50
952	18395 - VERGALHÃO DE FERRO 4.2 12M.	UND	MAIA METALMECANICA	30	15,70	471,00
954	18397 - VERGALHÃO DE FERRO CA 50 8MM 5/16 DOB. 12M.	UND	MAIA METALMECANICA	50	43,65	2.182,50
955	18398 - VERGALHÃO DE FERRO CA 60 5.0MM DOB. 12M.	UND	MAIA METALMECANICA	30	19,45	583,50
963	18406 - ZINCO.	KG	A?O CEARENSE	60	17,98	1.078,80
975	18054 - MECANISMO ENTRADA DE ÁGUA UNIVERSAL. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ASTRA.	UND	BLUKIT	2	44,98	89,96
978	18149 - PIA MARMO BELL SINT. 1.00X0.50CM BEGE	UND	MARMOBELL	2	127,00	254,00
979	18150 - PIA MARMO BELL SINT. 1.00X0.50CM BRANCA	UND	MARMOBELL	2	128,90	257,80
980	18151 - PIA MARMO BELL SINT. 1.00X0.50CM CINZA	UND	MARMOBELL	2	128,90	257,80
Total (R$):						327.749,80

3035 - MASTERFER COMERCIO DE FERRAGENS LTDA (11.175.931/0001-47)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
48	13206 - ARAME FARPADO GERDAU 1,6MM 250M PL. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GIR	RL	SIMILAR SIMILAR	15	224,94	3.374,10
89	17578 - BARRA CHATA GERDAU 1".1/8" GG S6M FX1T FX 1T -	UND	SIMILAR SIMILAR	50	39,85	1.992,50
90	17579 - BARRA CHATA GERDAU 3/4" X 1/8" GG S 6M FX 1T -	UND	SIMILAR SIMILAR	50	35,41	1.770,50
894	18337 - TRALIÇA GERDAU TG8L 6/4.2/4.2MM 12M.	UND	SIMILAR SIMILAR	100	89,95	8.995,00
Total (R$):						16.132,10

3037 - CBX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA (47.812.320/0001-00)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	17505 - 1 INTERRUPTOR PARALELO COM PLACA VERTICAL 10A / 250V. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR LINHA PETRA - MEC - TRONIC	UND	ILM 2022	60	7,97	478,20
2	17506 - 2 INTERRUPTORES SIMPLES COM PLACA HORIZONTAL 4X2, 10A / 250V. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR LINHA PETRA	UND	FL 1420021	70	8,23	576,10
3	17507 - 2 TOMADA PADRÃO 2P + T 10A /250V DIST. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A LINHA EVIDENCE FAME	UND	FL 1321002	60	8,07	484,20
4	17508 - 2 TOMADAS SIMPLES. 2P + T 10A / 250V COM PLACA 4X2 COM PLACA PETRA - COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC-TRONIC.	UND	FL 1321002	70	8,07	564,90
6	17510 - 3 TOMADAS 2P + T 10A /250V. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A LINHA EVIDENCE FAME	UND	FL 1420532	50	17,69	884,50
7	17511 - ABRAÇADEIRA NYLON NATURAL 2,5MM X 100MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TRONIC -	UND	DCOL AP1023	500	0,03	15,00
8	17512 - ABRAÇADEIRA NYLON NATURAL 2,5MM X 140MM. MEC TRONIC	UND	COBREFER CBX16	500	0,06	30,00
9	17513 - ABRAÇADEIRA NYLON NATURAL 3,5MM X 200MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TRONIC -	UND	COBREFER CBX22	500	0,11	55,00
10	17514 - ABRAÇADEIRA NYLON NATURAL 3,5MM X 280MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TRONIC	UND	COBREFER CBX27	500	0,17	85,00
11	17515 - ABRAÇADEIRA NYLON NATURAL 4,6MM X 200MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TRONIC -	UND	DCOL AP2043	500	0,17	85,00
12	17516 - ABRAÇADEIRA NYLON NATURAL 4,6MM X 300MM. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MEC TRONIC -	UND	DCOL AP2843	500	0,15	75,00
38	17537 - ALICATE UNIVERSAL 8" ISOLADO 1000V. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	PRSMT 0610GPX	7	10,54	73,78
100	17589 - BASE TOMADA RELÉ FOTOCÉLULA FOTOELÉTRICO SENSOR EM PVC.	UND	EXATRON 16270	200	7,70	1.540,00
141	17631 - CABO FLEX 2,50MM 750V, CORES VARIADAS.	MTS	VIBRA 19005	100	1,39	139,00
142	17632 - CABO FLEX 4.00MM 750V, CORES VARIADAS.	MTS	VIBRA 19006	150	1,69	253,50
143	17633 - CABO FLEX 6.00MM 750V, CORES VARIADAS.	MTS	VIBRA 19007	100	1,94	194,00
144	17634 - CABO FLEX PP 500V 2X1.50MM PRETO.	MTS	VIBRA 19019	200	2,99	598,00
145	17635 - CABO FLEX PP 500V 2X2.50MM PRETO.	MTS	VIBRA 19022	150	3,99	598,50
146	17636 - CABO FLEX PP 500V 3X1.00MM PRETO.	MTS	VIBRA 190201	100	2,95	295,00
147	17637 - CABO FLEX PP 500V 3X1.50MM PRETO.	MTS	VIBRA 19020	150	3,93	589,50
148	17638 - CABO FLEX PP 500V 3X2.50MM PRETO.	MTS	VIBRA 19023	70	5,73	401,10
149	17639 - CABO FLEX PP 500V 3X4.00MM PRETO.	MTS	VIBRA 19026	70	7,41	518,70
150	17640 - CABO FLEX PP 500V 3X6.00MM PRETO.	MTS	VIBRA 19028	35	10,48	366,80
151	17641 - CABO FLEX PP 500V 4X2.50MM PRETO.	MTS	VIBRA 19024	35	7,18	251,30
157	17647 - CABO PARALELO 2X0,75MM BRANCO.	MTS	VIBRA 193537	50	1,29	64,50
158	17648 - CABO PARALELO 2X1,50MM, 100M BRANCO.	MTS	VIBRA 19353	150	1,49	223,50
159	17649 - CABO PARALELO 2X2,50MM, 100M BRANCO.	MTS	VIBRA 19351	200	1,99	398,00
171	17662 - CAIXA DE LUZ PVC QUADRADA 4X4 AMARELA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TIGRE -	UND	PRSMT 2920GPX	10	1,13	11,30
172	17663 - CAIXA LUZ PVC RETA 4X2 AMARELA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA -	UND	PRSMT 2810GPX	20	0,57	11,40
259	17749 - CONECTOR PARA CABO MULT. INTEL. DERIVAÇÃO PERFURANTE CDP 70 .	UND	COBREFER CBX211	100	7,98	798,00
300	17787 - DISCO DE CORTE BEST INOX 115X1X22,23MM .	UND	PRSMT 2013GPX	20	1,61	32,20
301	17788 - DISCO DE CORTE FOR INOX 115X1, X22,23MM .	UND	PRSMT 2013GPX	40	1,61	64,40
305	17792 - DISCO DE CORTE STAND FOR METAL 115X1,0MM .	UND	PRSMT 2013GPX	30	1,61	48,30
322	17809 - DISJUNTOR TRIPOLAR 25A (C) COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A OUROLUX .	UND	DCOL DJ3253	20	27,50	550,00
323	17810 - DISJUNTOR TRIPOLAR 32A SHB – B32 COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SOPRANO .	UND	DCOL DJ3323	20	29,99	599,80
324	17811 - DISJUNTOR TRIPOLAR 40A (C) COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A OUROLOX .	UND	ELN 52A001033040	20	27,80	556,00
325	17812 - DISJUNTOR TRIPOLAR 50A (C) COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A OUROLOX .	UND	ELN 52A001033050	10	29,97	299,70
326	17813 - DISJUNTOR UNIPOLAR 10A DIN COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SOPRANO-	UND	DCOL DJ1103	30	5,99	179,70

327	17814 - DISJUNTOR UNIPOLAR 16A DIN COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SOPRANO -	UND	DCOL DJ1163	40	5,99	239,60
329	17816 - DISJUNTOR UNIPOLAR 25A DIN COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SOPRANO -	UND	DCOL DJ1253	20	5,99	119,80
362	17849 - ESTILETE LARGO COLOR LAMINA 18MM .	UND	PRSMT 0640GPX	10	2,07	20,70
363	17850 - EXTENSÃO 2P 10M 2X0,75 10A .	UND	PRSMT 1151GPX	5	30,80	154,00
364	17851 - EXTENSÃO 2P 3M 2X0,75 10A .	UND	PRSMT 1131GPX	5	13,86	69,30
365	17852 - EXTENSÃO 2P 5M 2X0,75 10A .	UND	PRSMT 1141GPX	8	18,29	146,32
366	13550 - EXTENSÃO 2P+T 10M C-PP 3X0,75 10A/250V M.	UND	PRSMT 1351GPX	5	43,96	219,80
367	13551 - EXTENSÃO 2P+T 3M C-PP 3X0,75 10A/250V M.	UND	PRSMT 1331GPX	5	18,88	94,40
368	13552 - EXTENSÃO 2P+T 5M C-PP 3X0,75 10A/250V M.	UND	PRSMT 1341GPX	5	26,04	130,20
397	17881 - FILTRO DE LINHA 4T 2P – T PP 10A .	UND	PRSMT 1441GPX	5	24,99	124,95
398	17882 - FILTRO DE LINHA C/05 TOMADA BIVOLT .	UND	PRSMT 1405GPX	10	24,99	249,90
405	17889 - FITA ISOLANTE 18MM X 05M 3M .	UND	PRSMT 7305GPX	30	1,16	34,80
406	17890 - FITA ISOLANTE 18MM X 10M 3M -	UND	PRSMT 7310GPX	30	2,00	60,00
407	17891 - FITA ISOLANTE 18MM X 20M 3M -	UND	PRSMT 7320GPX	30	3,71	111,30
408	17892 - FITA ISOLANTE ANT CHAMAS 19MMX5M .	UND	PRSMT 7305GPX	40	1,16	46,40
409	17893 - FITA ISOLANTE ANT CHAMAS PT 19MMX20M .	UND	PRSMT 7320GPX	40	3,71	148,40
411	17895 - FITA ISOLANTE AUTO FUSAO 19MMX5MX0,76MM .	UND	PRSMT 7405GPX	30	7,59	227,70
412	17896 - FITA ISOLANTE FUSAO 19MMX2MX0,75MM 3M .	UND	PRSMT 7402GPX	30	5,13	153,90
415	17899 - FITA VEDA ROSCA 18MMX10M .	UND	DCOL VR2503	50	1,99	99,50
416	17900 - FITA VEDA ROSCA 18MMX25M .	UND	DCOL VR2503	50	2,24	112,00
446	17931 - INTERRUPTOR SIMPLES + 2P +T 10A/16A 250V .	UND	FL 1420110	30	7,07	212,10
447	17932 - INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P +T 10A /250 A C/PL .	UND	FL 1420110	30	6,99	209,70
448	17933 - INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10 A /16 A 250V .	UND	FL 1420120	30	6,99	209,70
449	17934 - ISOLADOR ROLDANA GERMER 72X72MM .	UND	PRSMT 6200GPX	30	5,96	178,80
484	13708 - LÂMPADA SUPERLED 6W BIV 6500K 25.000H, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA OUROLUX.	UND	EPX 19794	50	2,86	143,00
485	13709 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POT T 15W E27 BIV, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA OUROLUX.	UND	EPX 19796	50	3,80	190,00
486	13710 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POT T 20W E27 BIV, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA OUROLUX.	UND	EPX 19797	50	4,57	228,50
487	13711 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POT T 30W E27 BIV, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA OUROLUX.	UND	EPX 19798	50	5,32	266,00
488	13712 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POT T 40W E27 BIV, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA OUROLUX.	UND	EPX 19799	80	7,38	590,40
489	13713 - LÂMPADA SUPERLED ALTA POT T 50W E27 BIV, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA OUROLUX.	UND	EPX 19800	500	9,32	4.660,00
491	13715 - LÂMPADA SUPERLED TUBO 9W 6500K, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA OUROLUX.	UND	EPX 19778	50	5,86	293,00
591	13847 - MARTELO 20MM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA.	UND	PRSMT 0800GPX	3	23,29	69,87
592	13856 - MARTELO 27CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA.	UND	PRSMT 0801GPX	3	32,30	96,90
623	18067 - PAINEL LED SOB.QUAD.18W BIV 6400K.	UND	LUMINAT 10017	20	12,73	254,60
697	18140 - PARAFUSADEIRA BATERIA 3,6V 2000-BIVOL	UND	PXL 1289	3	49,98	149,94
705	13991 - PINO FEMEA 2P 10A COLOR, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA.	UND	PRSMT 2150GPX	50	1,99	99,50
706	18161 - PINO FEMEA 2P+T20A BR	UND	PRSMT 2161GPX	50	3,46	173,00
707	18162 - PINO MACHO 2P 10A, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA -	UND	PRSMT 2130GPX	50	1,99	99,50
709	18164 - PINO MACHO UNIVERSAL 2P 10A, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA -	UND	PRSMT 2130GPX	50	1,99	99,50
715	18170 - PLACA CEGA 4X2 BR PETRA	UND	ILM 2054	50	1,75	87,50
717	18172 - PLAFON BRANCO C/PORCELANA	UND	FL 1001124	50	3,57	178,50
718	18173 - PLAFON LED SOB.12W BIV.6400K	UND	LUMINAT 10018	50	9,99	499,50
719	18174 - PLAFON QUADRADA BRANCO COM PORCELANA 100W/250V.	UND	FL 1001124	50	3,57	178,50
720	18175 - PLAFON SUPERLED QUADRADA EMB. 18W BIV 6400K OURO	UND	LUMINAT 10027	50	12,26	613,00
748	18203 - QUADRO DIST.EMB 12/16 DISJ PT BR C/B	UND	ILM 620654	50	73,13	3.656,50
749	18204 - QUADRO DIST.EMB.6/8 DISJ. PTA BR C/BARR BEM	UND	ILM 620674	30	45,93	1.377,90
755	4688 - RECEPTACULO PORCELANA E-27 Corpo em porcelana com acabamento em esmalte na cor branca, contatos em latão niquelado, possui terminais tipo bornes para conexão dos fios, possui parafusos na fixação dos bornes, fio até 4,0mm, temperatura máxima: 230ºc, corrente máxima: 4ª, potência máxima: 250w, tensão: 250vac, tensão de acendimento máxima: 5kv.	UND	PRSMT 3220GPX	50	1,64	82,00
780	18229 - RELE FOTOELETRICO 220V	UND	EXATRON 16269	500	14,99	7.495,00
825	18268 - SOQUETE C/RABICHO 4A/250V MEC TRONIC	UND	PRSMT 3250GPX	50	1,11	55,50
827	18270 - SOQUETE NYLON C/RAB.PRETO 4301 FOXLUX	UND	PRSMT 3120GPX	50	1,88	94,00
897	18340 - TRENA COM TRAVA 7,5MX25MM BEM.	UND	PRSMT 3007GPX	5	12,79	63,95
898	18341 - TRENA EMBORRACHADA 03MX16MM BEM.	UND	PRSMT 3003GPX	5	6,32	31,60
972	13848 - MARTELO 23CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA.	UND	PRSMT 0800GPX	2	18,94	37,88
973	13849 - MARTELO 25CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA.	UND	PRSMT 0800GPX	2	23,29	46,58
974	13857 - MARTELO 29CM, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA TRAMONTINA.	UND	PRSMT 0801GPX	2	32,30	64,60
Total (R$):						38.338,37

3038 - LOC NORDESTE COMERCIO E SERVICO LTDA (39.681.057/0001-39)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
611	18061 - MOTOBOMBA SUB. 3/4CV 60HZ MONO 220V.	UND	EBARA 4BPL3 - 06 3/4CV 220V MONO	5	980,00	4.900,00
964	17598 - BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 3SDM210 3" 1/2CV H. MAXIMA 54M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SIGMA -	UND	EBARA 3BPS2 - 10 1/2CV 220V MONO	2	600,00	1.200,00
965	17599 - BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 3SDM215 3" 3/4CV H. MAXIMA 81M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SIGMA -	UND	EBARA 3BPS2 - 14 3/4 CV 220V MONO	2	700,00	1.400,00
966	17600 - BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 3SDM218 3" 1CV H. MAX= 101M -	UND	EBARA 3BPS2 - 18 1CV 220V MONO	2	900,00	1.800,00
967	17601 - BOMBA DE ÁGUA SUBMERSA 3SDM225 3" 1.1/2CV H. MAX= 140M. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A SIGMA -	UND	EBARA 3BPS2 - 22 1,5CV 220V MONO	2	1.100,00	2.200,00
Total (R$):						11.500,00

3040 - SANTA ROSA MAQUINAS & FERRAMENTAS LTDA (54.045.261/0001-57)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
140	17630 - CABO FLEX 10.00MM 750V PRETO, CORES VARIADAS.	MTS	CABOFLEX 10MM	200	7,99	1.598,00
Total (R$):						1.598,00

3043 - ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA (46.423.434/0001-03)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
52	17542 - ARAME GALVANIZADO AGRO GERDAU 16 (1,65MM).	KG	ARCELOR ARCELOR	70	18,94	1.325,80
91	17580 - BARRA CHATA GERDAU 3/8" X 1/8" GG S 6M FX 1T -	UND	ARCELOR ARCELOR	50	15,52	776,00
Total (R$):						2.101,80

José da Penha/RN, 31 de agosto de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Francisco de Assis Paulino e Silva
Código Identificador:379DCF77

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos
Pregão por Maior Desconto Eletrônico - 024/2026
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - Materiais para Manutenção Geral (Elétricos, hidrossanitárias e afins. (EXCETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA) - Valor Referência: R$ 100.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	84.500,00

Item: 0002 - Materiais para Manutenção Geral (Material Estrutural, pedra, areia, brita e afins) - Valor Referência: R$ 200.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	169.000,00

Item: 0003 - Materiais para Manutenção Geral (Acabamento Interno e Externo, louças e metais sanitários, Pintura e afins) - Valor Referência: R$ 200.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	169.000,00

Item: 0004 - Materiais para Manutenção Geral (Artefatos de Cimento, pré-moldados e afins) - Valor Referência: R$ 100.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	84.500,00

Item: 0005 - Materiais para Manutenção Geral (Ferramental) - Valor Referência: R$ 20.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	16.900,00

Item: 0006 - Materiais para Manutenção Geral (Madeira serrada) - Valor Referência: R$ 30.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	25.350,00

Item: 0007 - Materiais para Manutenção Geral (Esquadria, Metalúrgica e Funilaria) - Valor Referência: R$ 50.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	42.250,00

Item: 0008 - Materiais para Manutenção Geral (Artefatos cerâmicos, telhas, tijolos e afins) - Valor Referência: R$ 100.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	84.500,00

Item: 0009 - Materiais para Manutenção Geral (Ferragem, vergalhões e afins) - Valor Referência: R$ 100.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	84.500,00

Item: 0010 - Materiais para Manutenção Geral (EPI's). - Valor Referência: R$ 50.000,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME (18.966.736/0001- 84)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 12:14:33 - Por: JOSÉ NILDO GALDINO	SINAPI	SINAPI	1	42.250,00

JOSÉ NILDO GALDINO
Autoridade Competente

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:53671C2C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos
Prefeitura Municipal de Lagoa de Velhos
Pregão por Maior Desconto Eletrônico - 024/2026

Resultado da Homologação						
0001 - Materiais para Manutenção Geral (Elétricos, hidrossanitárias e afins. (EXCETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA) - SINAPI - Valor Referência: R$ 100.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	84.500,00	84.500,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0002 - Materiais para Manutenção Geral (Material Estrutural, pedra, areia, brita e afins) - SINAPI - Valor Referência: R$ 200.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	169.000,00	169.000,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0003 - Materiais para Manutenção Geral (Acabamento Interno e Externo, louças e metais sanitários, Pintura e afins) - SINAPI - Valor Referência: R$ 200.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	169.000,00	169.000,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0004 - Materiais para Manutenção Geral (Artefatos de Cimento, pré-moldados e afins) - SINAPI - Valor Referência: R$ 100.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	84.500,00	84.500,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0005 - Materiais para Manutenção Geral (Ferramental) - SINAPI - Valor Referência: R$ 20.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	16.900,00	16.900,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0006 - Materiais para Manutenção Geral (Madeira serrada) - SINAPI - Valor Referência: R$ 30.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	25.350,00	25.350,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0007 - Materiais para Manutenção Geral (Esquadria, Metalúrgica e Funilaria) - SINAPI - Valor Referência: R$ 50.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	42.250,00	42.250,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0008 - Materiais para Manutenção Geral (Artefatos cerâmicos, telhas, tijolos e afins) - SINAPI - Valor Referência: R$ 100.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	84.500,00	84.500,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0009 - Materiais para Manutenção Geral (Ferragem, vergalhões e afins) - SINAPI - Valor Referência: R$ 100.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	84.500,00	84.500,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
0010 - Materiais para Manutenção Geral (EPI's). - SINAPI - Valor Referência: R$ 50.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO BELA VISTA LTDA - ME	SINAPI	1 Unidade	15,50 %	42.250,00	42.250,00	Homologado em 03/09/2026 12:15:46 Por: JOSÉ NILDO GALDINO
JOSÉ NILDO GALDINO						
Autoridade Competente						

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:C035E929

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 106/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA NOVA/RN, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: 2B HOSPITALAR LTDA		
CNPJ: 64.931.216/0001-53	Telefone: (54) 3196 - 9260	Email: 2bhospitalar@gmail.com
Endereço: R ANTONIO KICH, 60, MORADA DO SOL, Erechim/RS, CEP: 99704-334		
Representante: MARCIELE HELENA LIVI VENDRUSCOLO - CPF: XXX.140.47X-XX		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0053951 - ÁCIDO VALPRÓICO 250 MG COTA RESERVADA 25.00%	BIOLAB	COMPRIMI	25000	0,40	10.000,00
4	0053952 - ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG COTA RESERVADA 25.00%	BIOLAB	COMPRIMI	25000	0,86	21.500,00
6	0037248 - MIRTAZAPINA 30 MG	PRATI	COMPRIMI	30000	0,75	22.500,00
23	0043878 - Pregabalina 75mg	GLOBO	COMPRIMI	75000	0,22	16.500,00
24	0053959 - Pregabalina 75mg COTA RESERVADA 25.00%	GLOBO	COMPRIMI	25000	0,22	5.500,00
27	0037263 - RISPERIDONA 2 MG	GLOBO	COMPRIMI	100000	0,12	12.000,00
60	0037264 - SERTRALINA 100 MG	GLOBO	COMPRIMI	50000	0,35	17.500,00

Valor Total R$ 105.500,00 (cento e cinco mil e quinhentos reais). Prazo de Vigência: 02 de setembro de 2026, vigente até 01 de setembro de 2027. Data: 02/09/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP).

Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e 2B HOSPITALAR LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:6E032F47

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 108/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA NOVA/RN, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA		
CNPJ: 42.591.738/0001-10	Telefone: 84 98146-8081	Email: distribuidoracactos@gmail.com
Endereço: Rua Pará, 261, Neópolis, Natal/RN, CEP: 59080-160		
Representante: Elison Antonio de Azevedo - CPF: XXX.238.21X-XX		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
16	0009093 - Fluoxetina 20mg	TEUTO	Comp.	75000	0,06	4.500,00
35	0048211 - LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML GOTAS	CRISTALIA	Frasco	3750	18,15	68.062,50
41	0045324 - HALDOL (HALOPERIDOL) 2 MG/ML GOTAS	UNIAO QUIMICA	Frasco	3750	3,94	14.775,00

Valor Total R$ 87.337,50 (oitenta e sete mil trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Prazo de Vigência: 02 de setembro de 2026, vigente até 01 de setembro de 2027. Data: 02/09/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:8A2AAF1F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA NOVA/RN, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		
CNPJ: 42.092.374/0001-24	Telefone:(54) 99685 -4994 (54) 3712-5630	Email: licita.dgl@gmail.com
Endereço: Rua Pernambuco, 1647 de 1501 a 2049 - lado ímpar, Linho, Erechim/RS, CEP: 99704-480		
Representante: CAMILA LIOTTO - CPF: XXX.556.45X-XX		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
28	0037199 - ALPRAZOLAM 0,5 MG	ems	COMPRIMI	10000	0,10	1.000,00
29	0037200 - ALPRAZOLAM 1 MG	ems	COMPRIMI	10000	0,11	1.100,00
30	0037206 - BROMAZEPAM 6 MG	neo quimica	COMPRIMI	10000	0,22	2.200,00
38	0031927 - NORTRIPTILINA 25 MG.	teuto	COMPRIMI	80000	0,29	23.200,00
46	0037207 - BUPROPRIONA 150 MG	geolab	COMPRIMI	30000	0,56	16.800,00
50	0043877 - Fenobarbital 100mg/dL	uniao quimica	COMPRIMI	5000	0,26	1.300,00
61	0037205 - BROMAZEPAM 3 MG	neo quimica	COMPRIMI	10000	0,12	1.200,00
63	0037217 - CLONAZEPAM 0,5 MG	geolab	COMPRIMI	15000	0,08	1.200,00
68	0053963 - ÁCIDO VALPRÓICO 50 MG/ML COTA RESERVADA 25.00%	hipolabor	Frasco	2500	8,96	22.400,00

Valor Total R$ 70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais). Prazo de Vigência: 02 de setembro de 2026, vigente até 01 de setembro de 2027. Data: 02/09/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:56348E0E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 113/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA NOVA/RN, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: PHOSPODONT LTDA		
CNPJ: 04.451.626/0001-75	Telefone: 84 99685-0055	Email: receber@phospodont.com.br
Endereço: AV AIRTON SENA, 526, CAPIM MACIO, NATAL/RN, CEP: 59080-100		
Representante: Ana Maria Pinheiro - CPF: XXX.273.30X-XX		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
39	0045329 - PERICIAZINA 1% GOTAS	SANOFI-AVENTIS	Frasco	3750	14,70	55.125,00

Valor Total R$ 55.125,00 (cinquenta e cinco mil cento e vinte e cinco reais). Prazo de Vigência: 02 de setembro de 2026, vigente até 01 de setembro de 2027. Data: 02/09/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e PHOSPODONT LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:6FCB29F7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA NOVA/RN,

VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: SAUDENORD COMERCIO HOSPITALAR LTDA		
CNPJ: 62.077.080/0001-30	Telefone: (87) 9620-0058	Email: licitacaoecontrato@saudenord.com.br
Endereço: AV MANOEL BORBA, 720, CENTRO, Afogados da Ingazeira/PE, CEP: 56800-123		
Representante: MARIA DO CARMO DE LIMA E SILVA - CPF: XXX.027.88X-XX		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
25	0037260 - QUETIAPINA 25 MG	EMS	COMPRIMI	100000	0,13	13.000,00
26	0049980 - RISPERIDONA COMPRIMIDO 1mg	CRISTALIA	COMPRIMI	60000	0,11	6.600,00
31	0032170 - CLORPROMAZINA 100MG	UNIAO QUIMICA	COMPRIMI	80000	0,35	28.000,00
33	0048215 - FENOBARBITAL 40MG/DL GOTAS - FRASCO 20ML	UNIAO QUIMICA	FRASCOS	5000	5,92	29.600,00
34	0045325 - HALDOL (HALOPERIDOL) 5 MG	UNIAO QUIMICA	COMPRIMI	80000	0,15	12.000,00
44	0031860 - ALPRAZOLAM 2 MG.	EMS	COMPRIMI	30000	0,11	3.300,00
45	0050896 - AMITRIPILINA 25MG	EMS	COMPRIMI	100000	0,04	4.000,00
47	0037218 - CLONAZEPAM 2 MG	EMS	COMPRIMI	100000	0,05	5.000,00
48	0034995 - ESCITALOPRAM 10MG	EMS	COMPRIMI	150000	0,13	19.500,00
49	0032180 - ESCITALOPRAM 20 MG	EMS	COMPRIMI	80000	0,22	17.600,00
51	0049938 - Paroxetina 20mg	ZYDUS	COMPRIMI	20000	0,23	4.600,00
53	0037267 - TOPIRAMATO 100 MG	EMS	COMPRIMI	80000	0,55	44.000,00
54	0037269 - TOPIRAMATO 50 MG	EMS	COMPRIMI	80000	0,42	33.600,00
55	0037268 - TOPIRAMATO 25 MG	EMS	COMPRIMI	80000	0,27	21.600,00
62	0037210 - CARBAMAZEPINA 400 MG	CRISTALIA	COMPRIMI	30000	0,43	12.900,00
65	0029966 - SERTRALINA 50MG	RANBAXY	COMPRIMI	100000	0,12	12.000,00
69	0000482 - Periciazina 4% - Gotas Frasco com 20ml	SANOFI	Frasco	1000	37,34	37.340,00

Valor Total R$ 304.640,00 (trezentos e quatro mil seiscentos e quarenta reais). Prazo de Vigência: 02 de setembro de 2026, vigente até 01 de setembro de 2027. Data: 02/09/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e SAUDENORD COMERCIO HOSPITALAR LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:1EA50633

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 115/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA NOVA/RN, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: ULTRA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME		
CNPJ: 42.946.717/0001-70	Telefone:**54 3712-5519**	Email: ultramed@ultramedrs.com.br
Endereço: RUA MARIA THEREZA FÁVERO, N. 100, Três Vendas, Erechim/RS, CEP: 99713-060		
Representante: LUCIANA SCOTTON FLORES DORNELLES - CPF: XXX.104.96X-XX		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
52	0037259 - QUETIAPINA 100 MG	GEOLAB/GEOLAB	COMPRIMI	50000	0,50	25.000,00

Valor Total R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Prazo de Vigência: 02 de setembro de 2026, vigente até 01 de setembro de 2027. Data: 02/09/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e ULTRA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:59380B03

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 116/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 23/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO E ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA NOVA/RN, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, CONDIÇÕES E PRAZOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: VERTICE MEDICAMENTOS LTDA		
CNPJ: 60.146.737/0001-49	Telefone: **46 -2601-1396 (46) 98827-802**	Email: licitacao01.vertice@gmail.com / faturamento@verticemedicamentos.com.br
Endereço: R TENENTE CAMARGO, 1312 SALA 04 SETOR B, PRES KENNEDY, Francisco Beltrão/PR, CEP: 85601-610		
Representante: Thais Caroline Candeia Baseggio - CPF: XXX.094.04X-XX		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
57	0037241 - LAMOTRIGINA 100 MG	UNICHEM	COMPRIMI	50000	0,19	9.500,00
58	0045326 - LAMOTRIGINA 50 MG	UNICHEM	COMPRIMI	50000	0,16	8.000,00

Valor Total R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Prazo de Vigência: 02 de setembro de 2026, vigente até 01 de setembro de 2027. Data: 02/09/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e VERTICE MEDICAMENTOS LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:C55832F5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2292026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2292026 – GP, Lagoa Nova/RN, 03 de setembro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 325.912,54 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 325.912,54 (trezentos e vinte cinto mil, novicentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**325.912,54**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**325.912,54**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**325.912,54**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	325.912,54
Anexo II (Redução)					**325.912,54**
02.001 GABINETE DO PREFEITO					**2.500,00**
	2019 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PREFEITO NAS COMUNIDADES				**2.500,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.250,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.250,00
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**25.500,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	1028 URBANIZAÇÃO E ARBORIZAÇÃO DE RUAS, AVENIDAS E CANTEIROS				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.250,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.250,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.250,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	1.250,00
	1066 DESPOLUIÇÃO E/OU URBANIZAÇÃO DA LAGOA				**10.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.500,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	3.500,00
05.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**40.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**5.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	3.000,00
	2213 MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	20.000,00
	2217 MANUTENÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL				**15.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	15.000,00
07.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					**14.912,54**
	2010 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				**7.912,54**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	7.912,54
	1099 REFORMA DO CENTRO DO AGRICULTOR				**7.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	7.000,00
09.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**10.000,00**
	2022 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
	2225 MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE POLITICAS PUBLICAS PARA MULHERES				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.250,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.250,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.500,00
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**43.000,00**
	2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS				**23.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	21.000,00
	1035 CONSERVAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	20.000,00
12.001 SECRETARIA MUN. DE TURISMO E DES. ECONÔMICO					**139.000,00**
	2040 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				**129.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	129.000,00
	2105 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA - CAT				**2.000,00**

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
	2107 MANUTENÇÃO E APOIO A SALA DO EMPREENDEDOR				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
13.001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**51.000,00**
	1038 APOIO AO ARTESANADO LOCAL				**7.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
	2068 MANUTENÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS, ARTES CÊNICAS E ATIVIDADES CULTURAIS				**6.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
	2071 MANUTENÇÃO DO PROJOVEM LAGOANOVENSE				**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15000000	0001	2.000,00
	2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE				**20.500,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	500,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	3.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	13.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	4.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:49089221

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2302026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2302026 – GP, Lagoa Nova/RN, 03 de setembro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 9.750,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 9.750,00 (nove mil, setecentos cinquenta reais) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no exercício financeiro anterior.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**9.750,00**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**9.750,00**
	2090 MANUTENÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL				**9.750,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25460000	0001	9.750,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:BDEA07BD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2312026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2312026 – GP, Lagoa Nova/RN, 03 de setembro de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 13.749,90 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 13.749,90 (treze mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos) destinado a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no exercício financeiro anterior.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**13.749,90**
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**12.000,00**
	2025 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**12.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	12.000,00
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**1.749,90**
	2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS				**1.749,90**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	1.749,90
Anexo II (Redução)					**13.749,90**
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**1.749,90**
	2104 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA				**1.749,90**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.749,90
13.001 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE					**12.000,00**
	2091 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E JUVENTUDE				**12.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	12.000,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:0F3879F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 9, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 100.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 04 de maio de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					100.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					100.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	100.000,00
Anexo II (Redução)					100.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					100.000,00
	2013 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO				40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	40.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				60.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	60.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:9EFC4C58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 10, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 04 de maio de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					150.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					150.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				150.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	150.000,00
Anexo II (Redução)					150.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					150.000,00
	2134 Assistência Financeira ao Município para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermage				150.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16050000	0001	150.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:D606527D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 11, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 200.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 04 de maio de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					200.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					200.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16213210	0001	200.000,00
Anexo II (Redução)					200.000,00

06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					200.000,00
	2013 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO				200.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	200.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:69D1B723

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 12, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 270.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 04 de maio de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					270.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					270.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				270.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	270.000,00
Anexo II (Redução)					270.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					270.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				80.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	80.000,00
	2024 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS				80.000,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	80.000,00
	2030 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS A SAÚDE BUCAL				20.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	20.000,00
	2037 MANUTENÇÃO DO COMPONENTE DE QUALIDADE E VINCULO				80.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	80.000,00
	2112 PROGRAMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - QUALIFAR				10.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	10.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:9276AD1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 13, DE 04 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 04 de maio de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					150.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					150.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				150.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003130	0001	150.000,00
Anexo II (Redução)					150.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					150.000,00
	2013 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO				150.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	150.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:AD8097B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 14, DE 01 de junho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de junho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					30.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					30.000,00
	2013 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO				30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					30.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					30.000,00
	2134 Assistência Financeira ao Município para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermage				30.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	16050000	0001	30.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:1FF06654

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN
CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 15, DE 01 de junho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de junho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					20.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					20.000,00
	2017 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				20.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					20.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					20.000,00
	2017 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:BAB9C63B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 16, DE 01 de junho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 300.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de junho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					300.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					300.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				300.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	300.000,00
Anexo II (Redução)					300.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					300.000,00
	2013 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO				300.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	300.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:ECD2E04B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 17, DE 01 de junho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 550.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de junho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					550.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER					550.000,00
	2081 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				550.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	250.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17010000	0001	300.000,00
Anexo II (Redução)					550.000,00
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					400.000,00
	2002 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				400.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	350.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	50.000,00
14 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER					150.000,00
	1023 REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO DE FUTEBOOL E CAMPO DE FUTEBOL FRANCISCO DE SENA				60.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	60.000,00
	2081 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				90.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	60.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	30.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:D856BA04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 18, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 40.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de julho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN					
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -					
Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					40.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					30.000,00
	2012 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	30.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HID					10.000,00
	2006 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					40.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					30.000,00
	2012 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				30.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	30.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HID					10.000,00
	2006 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:7FA0888D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 19, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de julho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					3.000,00
16 .001 CONTROLADORIA GERAL					3.000,00
	2005 FUNCIONAMENTO DA CONTROLADORIA GERAL				3.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					3.000,00
16 .001 CONTROLADORIA GERAL					3.000,00
	2005 FUNCIONAMENTO DA CONTROLADORIA GERAL				3.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:9AAA039C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 20, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 180.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de julho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					180.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					180.000,00
	1002 PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE RUAS E AVENIDAS				180.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	180.000,00
Anexo II (Redução)					180.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					180.000,00
	1002 PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE RUAS E AVENIDAS				180.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	180.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:6462D5ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 21, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 32.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de julho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					32.000,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					32.000,00
	2132 COFINANCIAMENTO FEDERAL DE AÇÕES DESTINADAS A CULTURA - LEI PAULO GUSTAVO E LEI ALDIR BLANC				32.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17190000	0001	32.000,00
Anexo II (Redução)					32.000,00
05 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA					32.000,00
	2036 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				32.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	32.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:5BA61D95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 –

DECRETO Nº 22, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 80.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de julho de 2026 024.459.864-94

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					80.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					80.000,00
	2023 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS				80.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16213210	0001	80.000,00
Anexo II (Redução)					80.000,00
06 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					80.000,00
	2013 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ÓRGÃO				80.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15001002	0001	80.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:71C1C08F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 23, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 400.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 01 de julho de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					400.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					400.000,00
	2012 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				400.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	400.000,00
Anexo II (Redução)					400.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					400.000,00
	2012 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				400.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	400.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:1AF2C45D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 –

DECRETO Nº 24, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 50.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 03 de agosto de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					50.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					50.000,00
	2017 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	50.000,00
Anexo II (Redução)					50.000,00
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE					50.000,00
	2017 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				50.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:2D071CE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 25, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 5.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 03 de agosto de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					5.000,00

09 .032 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					5.000,00
	2201 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					5.000,00
09 .032 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					5.000,00
	2070 FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E TUTELAR				5.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:31DDE851

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 26, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 6.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 03 de agosto de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					6.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					6.000,00
	2012 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	6.000,00
Anexo II (Redução)					6.000,00
07 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					6.000,00
	2012 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				6.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	6.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:705520DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN
São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 -
DECRETO Nº 27, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 03 de agosto de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					15.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HID					15.000,00
	2006 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	15.000,00
Anexo II (Redução)					15.000,00
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HID					15.000,00
	2006 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA				15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:787C9434

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN

São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 - DECRETO Nº 28, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 13.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 03 de agosto de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					13.000,00
09 .032 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					13.000,00
	2201 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ				13.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	13.000,00
Anexo II (Redução)					13.000,00
09 .032 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					13.000,00
	2070 FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E TUTELAR				13.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:77FF3128

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO DE REMANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN

São Francisco, 275, Centro - Lajes Pintadas/RN CEP: 59235000 –

DECRETO Nº 29, DE 03 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAJES PINTADAS/RN, 03 de agosto de 2026

024.459.864-94
LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					20.000,00
09 .031 FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL					20.000,00
	2062 GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA				20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					20.000,00
09 .031 FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL					20.000,00
	2076 FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS				20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	20.000,00

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:B2670958

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1794/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Decreto Nº. 1794/2026 Lucrécia/ RN, 03/09/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 75.336,52 (setenta e cinco mil e trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 75.336,52 (setenta e cinco mil e trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 03/09/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
1.122 - Construção de Escola - Par			
1138 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações		Fonte: 15690000	R$ 59.051,46
Total da Ação:			**R$ 59.051,46**
2.91 - Programa Transporte Escolar FME 25%-Fundamental			
660 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15021001	R$ 6.285,06
Total da Ação:			**R$ 6.285,06**

Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 65.336,52**
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
1011 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Fonte: 16000000	R$ 10.000,00	
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 75.336,52

Redução

2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia			
18001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
1.122 - Construção de Escola - Par			
639 - 4.4.90.93.00 - Indenizações e Restituições	Fonte: 15690000	R$ 59.051,46	
Total da Ação:			**R$ 59.051,46**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 59.051,46**
18002 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
2.15 - Manut. Educ. Infantil Creche - FUNDEB 70%			
1068 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	Fonte: 15021001	R$ 6.285,06	
Total da Ação:			**R$ 6.285,06**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 6.285,06**
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
1000 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 16000000	R$ 10.000,00	
Total da Ação:			**R$ 10.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:			**R$ 10.000,00**

Valor total Reduzido: R$ 75.336,52

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:9C8A38E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

SECRETARIA MUN DE FINANCAS, ORCAMENTO E PLANEJAMENTO
DECRETO 55

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN
RUA 15 DE NOVEMBRO, 63, Centro - MAXARANGUAPE/RN CEP: 59580000 -
DECRETO Nº 55, DE 02 de setembro de 2026

Abre Crédito Suplementar Especial no valor de R$ 85.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito especial de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAXARAGUAPE/RN, 02 de setembro de 2026

025.825.454-81
MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA
Prefeita

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**85.000,00**
13 .002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)					**85.000,00**
	2175 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	1.000,00
	2177 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**4.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
	2178 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
	2179 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
	2180 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS				**8.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA			
		DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00
	2181 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS				**4.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
	2182 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE				**8.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00
	2183 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00
	2184 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00

	2185 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
	2186 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
	2187 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF				**6.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
	2188 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**8.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**85.000,00**
13 .001 Sec Mun de Assist Social Trab. Habitação					**85.000,00**
	2071 CONTROLE SOCIAL DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
	2072 MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
	2073 BLOCO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
	2074 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				**4.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
	2075 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDSUAS				**8.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00

	2076 BLOCO DE PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA DO SUAS				**4.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA			
		DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	16600000	0001	1.000,00
		PESSOA JURÍDICA			
	2077 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF				**6.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
	2078 BLOCOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				**8.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
	2119 APOIO AO CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.34 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	1.000,00
	2121 MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO IDOSO				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
	2122 APOIO AO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE				**8.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00
	2123 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00
	2143 MANUTENÇÃO DO PROCAD SUAS				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16600000	0001	1.000,00

Publicado por:
Joelson da Silva
Código Identificador:498231A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 076/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA/RN
Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, Centro - Nisia Floresta/RN CEP: 59164000 -
DECRETO Nº 76/2026 – GAB/PM Nísia Floresta - RN, 03 de setembro de 2026

Abre Crédito Adicional Especial para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente, em conformidade com a Lei Municipal 2016/2026, de 02 de setembro de 2026.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, um crédito adicional especial no valor de R$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III da lei federal nº 4.320/1964.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nísia Floresta - RN, 03 de setembro de 2026

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito do Município de Nísia Floresta

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.050.000,00**
02 .201 Secretaria Municipal de Educação					**1.050.000,00**
	2269 Manutenção das Ações do Programa Bolsa Eja				**1.050.000,00**
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	1.050.000,00
Anexo II (Redução)					**1.050.000,00**
02 .051 Secretaria		**Municipal de Transporte e Frota**			**50.000,00**
	1145 Construção, Reforma e Instalação de Garagem Pública				**50.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	50.000,00
02 .061 Secretaria Municipal de Obras e Limpeza Urbana					**700.000,00**
	1044 Ampliação e Modernização do Sistema de Iluminação Pública				**300.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	300.000,00
	1045 Construção e Conservação de Prédios e Logradouros Públicos				**150.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	150.000,00
	1061 Aquisicao de Veiculos				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17540000	0001	50.000,00
	1167 Instalação de Sistema de Energia Solar em Prédios Públicos Distintos				**200.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	200.000,00
02 .091 Secretaria M Agricultura e Desenvolvimento Rural					**100.000,00**
	1144 Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Implementos Agrícolas				**100.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17003110	0001	100.000,00
02 .181 Secretaria M Segurança, Defesa Civil e Mob. Urbana					**200.000,00**
	1150 Implantação de Central de Monitoramento Eletrônico				**100.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17003120	0001	100.000,00
	1115 Estruturação da Guarda Civil Municipal				**100.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17003120	0001	100.000,00

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:8F64D582

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE COTAÇÃO

O Município de Parelhas/RN, através do seu setor de Compras, vem por meio deste, convidar todos os interessados para apresentar cotação de preços para o objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS, PAINÉIS, ESQUADRIAS E SISTEMAS DE GUARDA-CORPO EM VIDRO TEMPERADO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES, MÃO DE OBRA, MONTAGEM, FIXAÇÃO, ACABAMENTO E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DESTINADOS ÀS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE IMAGEM DE PARELHAS – RN.".** O prazo para a apresentação das cotações pelas empresas interessadas é de 03 (três) dias úteis, a contar do 1º dia após a data da publicação no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN.

E-mail para envio das cotações: setordecomprasparelhas01-rn@outlook.com

Parelhas, 03 de setembro de 2026.

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao Município de Parelhas/RN.

FORNECEDOR:	
CNPJ/CPF:	
RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	CEP:
FONE:	
EMAIL:	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS, PAINÉIS, ESQUADRIAS E SISTEMAS DE GUARDA-CORPO EM VIDRO TEMPERADO, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS, ACESSÓRIOS, COMPONENTES, MÃO DE OBRA, MONTAGEM, FIXAÇÃO, ACABAMENTO E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DESTINADOS ÀS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE IMAGEM DE PARELHAS – RN.	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de esquadria de vidro para vão em alvenaria, nas dimensões de 1,05m de largura por 0,55 m de altura. O sistema é composto por painéis em vidro temperado de 8 mm de espessura na cor champanhe prata, com acabamento de bordas lapidadas e cantos moídos. A estrutura é composta por perfis de alumínio extrudado com acabamento superficial em pintura eletrostática a pó na cor preta, garantindo elevada resistência mecânica, proteção contra intempéries e alto padrão estético. Tanto os materiais fornecidos quanto o processo de fabricação e montage atendem rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras vigentes, em especial a ABNT NBR 7199 (Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações), ABNT NBR 14698 (Vidro temperado) e ABNT NBR 10821 (Esquadrias para edificações).	UND	5	R$738,30	R$3.691,50
2	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de esquadria de vidro para vão em alvenaria, nas dimensões de 1,55 m de largura por 0,55 m de altura. O sistema é composto por painéis em vidro temperado de 8 mm de espessura na cor champanhe prata, com acabamento de bordas lapidadas e cantos moídos. A estrutura é composta por perfis de alumínio extrudado com acabamento superficial em pintura eletrostática a pó na cor preta, garantindo elevada resistência mecânica, proteção contra intempéries e alto padrão estético. Tanto os materiais fornecidos quanto o processo de fabricação e montage atendem rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras vigentes, em especial a ABNT NBR 7199 (Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações), ABNT NBR 14698 (Vidro temperado) e ABNT NBR 10821 (Esquadrias para edificações).	UND	2	R$738,30	R$1.476,60
3	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de esquadria de vidro para vão em alvenaria, nas dimensões de 1,85 m de largura por 1,10 m de altura. O sistema é composto por painéis em vidro temperado de 8 mm de espessura na cor champanhe prata, com acabamento de bordas lapidadas e cantos moídos. A estrutura é composta por perfis de alumínio extrudado com acabamento superficial em pintura eletrostática a pó na cor preta, garantindo elevada resistência mecânica, proteção contra intempéries e alto padrão estético. Tanto os materiais fornecidos quanto o processo de fabricação e montage atendem rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras vigentes, em especial a ABNT NBR 7199 (Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações), ABNT NBR 14698 (Vidro temperado) e ABNT NBR 10821 (Esquadrias para edificações).	UND	2	R$2,022.30	R$4.044,60
4	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de esquadria de vidro para vão em alvenaria, nas dimensões de 2,00 m de largura por 0,55 m de altura. O sistema é composto por painéis em vidro temperado de 8 mm de espessura na cor champanhe prata, com acabamento de bordas lapidadas e cantos moídos. A estrutura é composta por perfis de alumínio extrudado com acabamento superficial em pintura eletrostática a pó na cor preta, garantindo elevada resistência mecânica, proteção contra intempéries e alto padrão estético. Tanto os materiais fornecidos quanto o processo de fabricação e montage atendem rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras vigentes, em especial a ABNT NBR 7199 (Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações), ABNT NBR 14698 (Vidro temperado) e ABNT NBR 10821 (Esquadrias para edificações).	UND	2	R$1,316.10	R$2.632,20
5	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de painel de vidro fixo , medindo 2,80 m de altura por 1,95 m de largura. O fechamento é composto por vidro temperado de segurança com espessura de 10 mm na cor champanhe prata, com acabamento de bordas lapidadas e cantos moídos. O sistema de fixação estrutural é composto por perfis de alumínio modelo trilho Stanley com acabamento em pintura eletrostática a pó na cor preta, acompanhado de guarnições de elastômero para vedação e fixação sob pressão. Tanto os materiais fornecidos quanto os procedimentos de montagem e fixação atendem rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras da ABNT:ABNT NBR 7199: Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações. ABNT NBR 14698: Vidro temperado. ABNT NBR 10821: Esquadrias para edificações. Sistema de Vedação e Amortecimento: Guarnições em borracha nitrílica/EPDM e calços de assentamento apropriados para evitar qualquer contato direto entre o metal e o vidro, absorvendo vibrações e garantindo a vedação perimetral contra intempéries.	UND	2	R$6,480.00	R$12.960,00
6	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de painel de vidro fixo , medindo 1,20 m de altura por 1,80 m de largura. O fechamento é composto por vidro temperado de segurança com espessura de 8mm incolor, com acabamento de bordas lapidadas e cantos moídos. O sistema de fixação estrutural é composto por perfis de alumínio modelo trilho Stanley com acabamento em pintura eletrostática a pó na cor preta, acompanhado de guarnições de elastômero para vedação e fixação sob pressão. Tanto os materiais fornecidos quanto os procedimentos de montagem e fixação atendem rigorosamente às exigências das	UND	1	R$1,203.75	R$1.203,75

	normas técnicas brasileiras da ABNT:ABNT NBR 7199: Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações. ABNT NBR 14698: Vidro temperado. ABNT NBR 10821: Esquadrias para edificações. Sistema de Vedação e Amortecimento: Guarnições em borracha nitrílica/EPDM e calços de assentamento apropriados para evitar qualquer contato direto entre o metal e o vidro , absorvendo vibrações e garantindo a vedação perimetral contra intempéries.				
7	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de painel de vidro fixo , medindo 0,75 m de altura por 1,05 m de largura. O fechamento é composto por vidro temperado de segurança com espessura de 8mm incolor, com acabamento de bordas lapidadas e cantos moídos. O sistema de fixação estrutural é composto por perfis de alumínio modelo trilho Stanley com acabamento em pintura eletrostática a pó na cor preta, acompanhado de guarnições de elastômero para vedação e fixação sob pressão. Tanto os materiais fornecidos quanto os procedimentos de montagem e fixação atendem rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras da ABNT:ABNT NBR 7199: Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações. ABNT NBR 14698: Vidro temperado. ABNT NBR 10821: Esquadrias para edificações. Sistema de Vedação e Amortecimento: Guarnições em borracha nitrílica/EPDM e calços de assentamento apropriados para evitar qualquer contato direto entre o metal e o vidro , absorvendo vibrações e garantindo a vedação perimetral contra intempéries.	UND	1	R$706.20	R$706,20
8	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de sistema de guarda-corpo para escada, composto por painel de vidro temperado incolor de 10 mm de espessura (dimensões de 3,80 m de comprimento por 0,90 m de altura) com lapidação contínua e cantos moados. O sistema utiliza fixação estrutural por meio de torres do tipo pinça fabricadas em aço inoxidável AISI 304, posicionadas a cada 1,00m ao longo da extensão da peça. Tanto os materiais fornecidos quanto o processo de montagem e fixação devem attender rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras vigentes, especificamente a NBR 14718 (Guarda-corpos para edificações), NBR 7199 (Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações) e NBR 14698 (Vidro temperado).	UND	2	R$4,012.50	R$8.025,00
9	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de sistema de guarda-corpo para escada, composto por painel de vidro temperado incolor de 10 mm de espessura (dimensões de 1,20 m de comprimento por 0,90 m de altura) com lapidação contínua e cantos moados. O sistema utiliza fixação estrutural por meio de torres do tipo pinça fabricadas em aço inoxidável AISI 304, posicionadas a cada 1,00m ao longo da extensão da peça. Tanto os materiais fornecidos quanto o processo de montagem e fixação devem attender rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras vigentes, especificamente a NBR 14718 (Guarda-corpos para edificações), NBR 7199 (Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações) e NBR 14698 (Vidro temperado).	UND	1	R$1,428.45	R$1,428.45
10	Fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação de sistema de guarda-corpo para escada, composto por painel de vidro temperado incolor de 10 mm de espessura (dimensões de 2,75 m de comprimento por 0,90 m de altura) com lapidação contínua e cantos moados. O sistema utiliza fixação estrutural por meio de torres do tipo pinça fabricadas em aço inoxidável AISI 304, posicionadas a cada 1,00m ao longo da extensão da peça. Tanto os materiais fornecidos quanto o processo de montagem e fixação devem attender rigorosamente às exigências das normas técnicas brasileiras vigentes, especificamente a NBR 14718 (Guarda-corpos para edificações), NBR 7199 (Vidros na construção civil – Projeto, execução e aplicações) e NBR 14698 (Vidro temperado).	UND	1	R$3,065.55	R$3,065.55

Observações:
*Validade da proposta: 60 dias
*Informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas, encargos e tributos para sua formação.
*declaramos para fins de cumprimento da Lei Complementar 123/2016 e alterações que a empresa acima está enquadrada como ( )MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-MEI/ ( ) MICROEMPRESA-ME/ ( )EMPRESA DE PEQUENO PORTE –EPP/ ( )NÃO ENQUADRADO COMO MEI/ME/EPP, para utilizarmos do tratamento diferenciado, previsto na legislação, nas aquisições públicas.

Parelhas/RN, ___de_____de 2026.

_____
Responsável

Publicado por:
Juliana Cândidode Lima Chili
Código Identificador:33CD52B8

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA 06/2026 – GS

Portaria 06/2026 – GS

Homologa resultado final da habilitação documental, referente às propostas selecionadas no Edital 01/2026 – Fomento a Execução de Ações Culturais e Edital 02/2026 – Edital de Chamamento para Credenciamento de Artesãos, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, no município Parelhas/RN e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Parelhas, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - Homologar resultado final de habilitação documental referente às propostas selecionadas no Edital 01/2026 – Fomento a Execução de Ações Culturais e Edital 02/2026 – Edital de Chamamento para Credenciamento de Artesãos, Lei 14.399/2022, Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, Ciclo 2.

Art. 2º - Atribuir o resultado para habilitado (proponentes que enviaram a documentação correta), não habilitados (proponentes que deixaram de enviar ou que conste documentos diverge2ntes), contemplado (projetos dentro das vagas convocados pra fase seguinte) e desclassificados (proponentes que não enviaram documentos de habilitação ou apresentaram pendencias).

Art. 3º - Convocar todos os proponentes com projetos contemplados para o envio de extrato de conta bancária aberta ou que não esteja em uso, exclusiva para recebimento do recurso de fomento edital 01/2026 e proponentes premiados e premiadas para envio de comprovante de conta simples para recebimento de premiação, edital 02/2026, exclusivamente pelo e-mail labparelhas26@gmail.com, no prazo de 5 dias úteis, a partir da publicação desta portaria.

Art. 4º
- Determinar diligências documentais, quando houver inconsistência de informações e seguir cronograma de execução estipulado:
08 a 15 de setembro de 2026 – (Envio de comprovantes de contas bancárias)
16 a 18 de setembro de 2026 – (Elaboração dos Termos de Execução Cultural e Termos de Premiação Cultural)
21 a 25 de setembro de 2026 - (Convocação para Assinatura do Termo de Execução Cultural e Termo de Premiação Cultural)
28 a 30 de setembro de 2026 – (Publicação de extratos dos Termos de Execução Cultural)
A partir de 01 de outubro de 2026 – (Realização de pagamentos)

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parelhas/RN, 03 de setembro de 2026.

ANTÔNIA ZÉLIA DE ASSIS DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

RESULTADO FINAL
EDITAL 01/2026 – FOMENTO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

CATEOGRIA A – TEATRO

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Coletivo Grupo de Teatro Sonhos - Matheus Giannini Caldas Dantas	***.683.45*-**	YVY – Reestruturação E Fortalecimento	45,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado

CATEGORIA B - MÚSICA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Viviana Souza de Oliveira	***.397.38*-**	Vivi Doll Canta O Seridó	71,5	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
2	Lyncon Santos do Nascimento	***.541.63*-**	Oficina de Embolada: Do Pandeiro a Poesia	71,3	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
3	Adelange Santos de Azevedo	***.211.91*-**	Adelange Canta Memórias	68,2	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
4	Aysha Evelyn Azevedo dos Santos	***.363.61*-**	Entre Vozes e Instrumentos: Uma Jornada Musical por Diferentes Culturas	68,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
5	Odirlei Enedino do Nascimento	***.498.94*-**	Baile do Leley	62,8	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
6	Robson Ramos dos Santos Azevedo Junior	***.481.96*-**	Forró no Quilombo	55,8	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
7	Sigberto Felix de Souza	***.740.90*-**	Música ao Entardecer	54,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
8	Pablo Rodrigues Sousa	***.527.52*-**	Vozes da Praça – Música, Cultura e Oportunidade	53,3	Não apresentou recurso	Habilitado	Contemplado
9	Emanuel Nascimento Alves	***.353.54*-**	Emanuel em Sax Nostálgico	52,8	Não apresentou recurso	Habilitado	Contemplado

CATEGORIA C – LITERATURA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Helena Francisca Meira	***.122.33*-**	Ciranda Literária	78,8	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
2	Herculys Gabriel de Oliveira França	***.552.98*-**	No Fundo Do Poço: O Cordel Na Boca Do Povo	77,5	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
3	Josivan Alves Pereira	***.535.72*-**	O Baú do Pequeno Príncipe	53,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
4	Manoel Dantas de Maria Neto	***.940.81*-**	Encontrando a Poesia	52,7	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado

CATEGORIA D – FILARMÔNICA, ORQUESTRA, FANFARRA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Associação Da Filarmônica Onze De Fevereiro Da Cidade De Parelhas/RN-AFOF	**.*55.857/000*-**	O Centenário e a Centenária	71,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
2	Maria Angelita da Silva Dias (COOEPAR)	***.933.79*-**	Ecos do Futuro	40,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado

CATEGORIA E – GRUPO JUNINO

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Associação Brasileirinhos Sensação Nordestina – ABSN	**.*55.857/000*-**	Junina Sensação Nordestina 2026	40,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado

CATEGORIA F – ESPETÁCULO DE RUA

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Matheus Geaninni Caldas Dantas	***.683.45*-**	Auto de São Sebastião 2027	85,2	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
2	Maria da Glória Lima	***.367.94*-**	Brilha Parelhas: Cantata Natalina 5° Edição	77,5	DEFERIDO	Habilitado	contemplado

CATEGORIA G – PRODUÇÕES AUDIOVISUAL

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Alcides Prazeres Filho	***.188.36*-**	Produção do Videoclipe “Quem Sou Eu?”	67,9	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
2	Alexandre Luiz do Nascimento – MorganaMatarazo	***.458.38*-**	Medo	65,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
3	Thiago Christofany Pereira Franco	***.443.49*-**	CineLab Patrimonial	61,5	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado

CATEGORIA H – ARTES VISUAIS

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Wilde Reusa de Azevedo Nascimento Silva	***.955.11*-**	Ateliê Aberto à Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros Continuação	71,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
2	André Marcos de Souza Araújo	***.369.78*-**	Arte com propósito – Cultura e Raízes	55,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado
3	Sulamir Jênice de Figuerêdo Santos	***.529.57*-**	Fios da Cultura: Formação em Arte Têxtil para Crianças e Adolescentes	51,0	Não apresentou recurso	Habilitado	contemplado

RESULTADO FINAL – COTAS PESSOAS PRETAS E PARDAS – CATEGORIA B – MÚSICA
EDITAL 01/2026 – FOMENTO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Fabiana da Silva Azevedo	***.035.57*-**	Música e Cultura para Todos.	48,0	Não apresentou recurso	Habilitado	Contemplado

RESULTADO FINAL
EDITAL 02/2026 – CREDENCIAMENTO

N°	PROPONENTE	CNPJ/CPF	PROJETO	NOTA	RECURSO	HABILITAÇÃO	RESULTADO
1	Maria José de Souza Araujo	***.403.51*-**	Exposição e comercialização de artesanato tradicional e sustentável; Mostra cultural "Arte, Memória e Sustentabilidade".	72,0	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada
2	Iara Santiago De Arruda	***.007.48*-**	Participação em exposição/feira de artesanato – mostruário de bonecas de pano	61,0	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada
3	Marinara dos Santos	***.503.24*-**	Participação em feiras de artesanato promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e pela Prefeitura Municipal de Parelhas; Produção de artesanatos para exposição	54,0	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada
4	Adriana dos Santos Silva	***.381.06*-**	Exposição de artesanato	52,5	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada
5	Kesia Alves Garcia	***.833.694*-**	Exposição de artesanato	52,0	Não apresentou recurso	Não habilitada	Desclassificada
6	Edleide Cordeiro de Figueiredo Santos	***.881.91*-**	Exposição em Feiras	47,0	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada
7	Kelly Alves Garcia	***.042.77*-**	Exposição de Artesanato	44,5	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada
8	Inácio de Assis Santos	***.413.98*-**	Exposição de artesanato	43,0	Não apresentou recurso	Habilitado	Credenciado
9	Terezinha Celsa de Oliveira Souza	***.398.40*-**	Exposição de artesanato e oficina	40,5	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada
10	Ozileide de Souza Paz	***.970.66*-**	Participação em exposição/feira de artesanato – mostruário de peças em crochê; Produção de peças em crochê.	40,0	Não apresentou recurso	Habilitada	Credenciada

ANTÔNIA ZÉLIA DE ASSIS DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:77B6BD52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 013/2026

DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 013/2026

Abre Crédito suplementar em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, no valor de R$ 2.155.950,00, para os fins que especifica.

A Prefeitura de Pedra Preta, Estado do Rio Grande Do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 6°, com base no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/1964 e autorizada pela Lei Municipal nº 457/2025, de 23 dezembro de 2025 - LOA 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R$ 2.155.950,00 (dois milhões cento e cinqüenta e cinco mil novecentos e cinqüenta reais), em favor de Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal, com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 34	02.003.04.122.0015.2008.3.1.90.04.1.500.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 45	02.003.04.122.0015.2008.3.3.90.34.1.500.0000	81.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 49	02.003.04.122.0015.2008.3.3.90.39.1.500.0000	240.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**323.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 116	02.007.15.452.0007.2041.3.1.90.04.1.500.0000	3.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 134	02.007.15.452.0007.2042.3.3.90.39.1.500.0000	7.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	

	Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 223	02.008.12.361.0008.2092.3.1.90.11.1.500.1001	47.000,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 881	02.008.12.361.0008.2092.3.1.90.16.1.500.1001	21.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 226	02.008.12.361.0008.2092.3.1.90.92.1.500.1001	2.200,00
	Natureza de despesa - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 227	02.008.12.361.0008.2092.3.1.90.94.1.500.1001	13.000,00
	Natureza de despesa - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 232	02.008.12.361.0008.2092.3.3.90.30.1.500.1001	41.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 244	02.008.12.361.0008.2092.3.3.90.92.1.500.1001	1.000,00
	Natureza de despesa - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 311	02.008.12.361.0008.2130.4.4.90.52.1.546.0000	33.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Transferências do Fundeb – Complementação da União – ETI	
Cód. red.: 390	02.008.13.392.0028.2134.3.3.90.31.1.719.0000	27.650,00
	Natureza de despesa - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
	Fonte de recurso - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº	
	14.399/2022	
	Sub-Total:	**185.850,00**
Órgão: 03 - FUNDO DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 555	03.001.10.301.0006.2030.3.1.90.92.1.500.1002	7.000,00
	Natureza de despesa - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 560	03.001.10.301.0006.2030.3.3.90.30.1.500.1002	147.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 563	03.001.10.301.0006.2030.3.3.90.34.1.500.1002	612.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 567	03.001.10.301.0006.2030.3.3.90.39.1.500.1002	78.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 586	03.001.10.301.0006.2032.3.1.90.13.1.500.1002	14.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
Cód. red.: 593	03.001.10.301.0006.2032.3.3.90.34.1.600.0000	76.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 602	03.001.10.301.0006.2066.4.4.90.52.1.600.3120	338.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	
Cód. red.: 886	03.001.10.301.0006.2073.3.3.90.34.1.600.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 616	03.001.10.301.0006.2099.3.3.90.30.1.600.3110	13.500,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	
Cód. red.: 616	03.001.10.301.0006.2099.3.3.90.30.1.600.3120	10.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	
Cód. red.: 616	03.001.10.301.0006.2099.3.3.90.30.1.600.3130	82.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão	
Cód. red.: 616	03.001.10.301.0006.2099.3.3.90.30.1.632.0000	66.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
Cód. red.: 617	03.001.10.301.0006.2099.3.3.90.32.1.600.3120	66.000,00
	Natureza de despesa - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	
Cód. red.: 620	03.001.10.301.0006.2099.3.3.90.39.1.600.3120	9.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada	
Cód. red.: 620	03.001.10.301.0006.2099.3.3.90.39.1.632.0000	15.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	
Cód. red.: 624	03.001.10.301.0006.2102.3.1.90.16.1.600.0000	3.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 634	03.001.10.301.0006.2104.3.1.90.16.1.600.0000	13.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 637	03.001.10.301.0006.2104.3.3.90.30.1.600.0000	30.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 639	03.001.10.301.0006.2104.3.3.90.39.1.600.0000	7.500,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	

	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 670	03.001.10.301.0006.2135.3.1.90.16.1.600.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 686	03.001.10.301.0006.2144.3.3.90.34.1.600.0000	16.000,00
	Natureza de despesa - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 702	03.001.10.302.0006.2070.3.3.90.39.1.600.0000	8.000,00
	Natureza de despesa - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Fonte de recurso - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutençã	
Cód. red.: 731	03.001.10.305.0006.2040.3.1.90.11.1.500.1002	4.000,00
	Natureza de despesa - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**1.630.000,00**
Órgão: 04 - FUNDO DE ASSISTENCIA		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 758	04.001.08.243.0004.2009.3.3.90.30.1.660.0000	4.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
Cód. red.: 851	04.001.08.244.0005.2021.3.1.90.04.1.500.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Contratação por Tempo Determinado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 868	04.001.08.244.0005.2021.3.3.90.48.1.500.0000	1.100,00
	Natureza de despesa - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**7.100,00**
	Total Parcial Suplementado:	**2.155.950,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, decorrem de Anulação parcial ou total de dotação das seguintes dotações orçamentárias , conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 002 - GABINETE DO PREFEITO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 3	02.002.04.121.0002.2002.3.1.90.13.1.500.0000	143.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 16	02.002.04.121.0002.2002.3.3.90.92.1.500.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 28	02.002.14.422.0002.2005.3.1.90.13.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**173.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 003 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 36	02.003.04.122.0015.2008.3.1.90.13.1.500.0000	2.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 67	02.003.28.846.0010.502.4.6.90.71.1.500.0000	1.031.100,00
	Natureza de despesa - Principal da Dívida Contratual Resgatado	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**1.033.100,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 72	02.004.04.123.0003.2011.3.1.90.13.1.500.0000	20.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**20.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 118	02.007.15.452.0007.2041.3.1.90.13.1.500.0000	50.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**50.000,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 161	02.008.12.361.0008.1057.3.3.90.30.1.569.0000	10.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Recursos do FNDE	
Cód. red.: 162	02.008.12.361.0008.1057.4.4.90.52.1.569.0000	40.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Recursos do FNDE	
Cód. red.: 163	02.008.12.361.0008.1058.3.3.90.30.1.500.1001	10.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 163	02.008.12.361.0008.1058.3.3.90.30.1.569.0000	5.000,00
	Natureza de despesa - Material de Consumo	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Recursos do FNDE	
Cód. red.: 164	02.008.12.361.0008.1058.4.4.90.52.1.500.1001	20.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 165	02.008.12.361.0008.1059.4.4.90.52.1.500.1001	22.000,00

	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	
Cód. red.: 165	02.008.12.361.0008.1059.4.4.90.52.1.569.0000	25.650,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Recursos do FNDE	
Cód. red.: 195	02.008.12.361.0008.2062.3.1.90.13.1.540.0000	164.500,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
Cód. red.: 263	02.008.12.361.0008.2112.3.1.90.92.1.542.0000	2.200,00
	Natureza de despesa - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Fonte de recurso - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	
	Sub-Total:	**299.350,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 429	02.009.20.606.0009.1053.4.4.90.52.1.500.0000	40.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
Cód. red.: 429	02.009.20.606.0009.1053.4.4.90.52.1.700.0000	250.000,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
Cód. red.: 430	02.009.20.606.0009.2055.4.4.90.52.1.700.0000	197.500,00
	Natureza de despesa - Equipamentos e Material Permanente	
	Fonte de recurso - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	
Cód. red.: 433	02.009.20.606.0009.2067.3.1.90.13.1.500.0000	60.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**547.500,00**
Órgão: 02 - PODER EXECUTIVO		
Unidade: 012 - SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 501	02.012.04.122.0013.2091.3.1.90.13.1.500.0000	24.000,00
	Natureza de despesa - Obrigações Patronais	
	Fonte de recurso - Recursos não Vinculados de Impostos	
	Sub-Total:	**24.000,00**
Órgão: 03 - FUNDO DE SAUDE		
Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Anulação parcial ou total de dotação		
Cód. red.: 571	03.001.10.301.0006.2030.3.3.90.92.1.500.1002	9.000,00
	Natureza de despesa - Despesas de Exercícios Anteriores	
	Fonte de recurso - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	
	Sub-Total:	**9.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**2.155.950,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta - RN, 1 de julho de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
CPF: 008.213.744-78
Prefeito(a)

Publicado por:
Rodrigo Leonardo Alves Bandeira
Código Identificador:73F559F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO 202601015

EXTRATO DE CONTRATO 202600115
Processo INEX 20260115Nº202600115

CONTRATO Nº.....: 202600115
ORIGEM.....: Nº INEX 20260115
CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....: ZAMENHOF, GURGEL E MACEDO ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO.....: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada na prestação de serviços jurídicos, compreendendo consultoria, assessoria e advocacia, tendo por objeto principal a revisão e a modernização da legislação do Município, especificamente a revisão integral do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e na elaboração do Código de Posturas e Obras
ANEXO DO CONTRATO 202600115 DA LICITAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
3147	serviços jurídicos especializado, compreendendo consultoria, assessoria e advocacia, tendo por objeto principal a revisão e a modernização da legislação do Município, especificamente a revisão integral do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e na elaboração do Código de Posturas e Obras	ZAMENHOF	SERV	12,00	6.000,0000	72.000,00
					Total	72.000,00

VALOR TOTAL.....: R$ 72.000,00(Setenta e Dois Mil Reais)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02015 SEC. MUN. DE ADMINISTRACÃO E GESTÃO, Projeto 2003 MANUT. DAS ATIV DA SEC. M. DE ADM E GESTÃO, Elemento 3390350000 Servicos de consultoria, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, , no valor de R$ 72.000,00

VIGÊNCIA.....: 01/09/2026 a 01/09/2027
DATA DA ASSINATURA.....: 01/09/2026
ASSINARAM.....: LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.*.***-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) ANDREO ZAMENHOF DE MACEDO ALVES, representante de ZAMENHOF, GURGEL E MACEDO ADVOGADOS ASSOCIADOS, 10.706.730/0001-66,**

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:42940F42

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
INSTRUNÇÃO NORMATIVA 001/2026 DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 01/2026

Institui o Manual de Auditoria Interna Governamental da Controladoria-Geral do Município de Rafael Godeiro/RN, estabelece princípios, competências, metodologia, instrumentos, procedimentos de planejamento, execução, documentação, comunicação dos resultados, monitoramento e avaliação da qualidade das ações de auditoria e dá outras providências.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no exercício das atribuições conferidas pela legislação municipal e na condição de responsável pela Unidade Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 31, 37, 70 e 74 da Constituição Federal, que estabelecem os fundamentos do controle interno, da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e da avaliação da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão pública;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 4.320/1964 e a Lei Complementar Federal nº 101/2000, especialmente quanto à responsabilidade na gestão fiscal, à proteção do patrimônio público, à transparência e ao dever de manutenção de sistemas de controle capazes de apoiar a boa gestão dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial as disposições relativas à governança das contratações, gestão de riscos, controles internos, segregação de funções, responsabilização dos agentes e modelo das linhas de defesa;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.527/2011 e a Lei Federal nº 13.709/2018, quanto ao dever de transparência, à proteção de informações legalmente restritas e ao tratamento adequado de dados pessoais durante os trabalhos de auditoria;
CONSIDERANDO as Resoluções nº 018/2022-TCE/RN e nº 025/2022-TCE/RN, bem como os demais atos, orientações, determinações e recomendações expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte aplicáveis ao Sistema de Controle Interno e à fiscalização da Administração Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 475, que institui o Sistema Municipal de Controle Interno e reconhece a Controladoria-Geral do Município como Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar independência técnica, objetividade, padronização, rastreabilidade, suficiência probatória e consistência metodológica aos trabalhos de auditoria interna governamental;
CONSIDERANDO a adoção de auditoria baseada em riscos, com priorização de objetos conforme critérios de materialidade, relevância, criticidade, vulnerabilidade dos controles, impacto social e histórico de ocorrências;
CONSIDERANDO que a auditoria interna governamental deve agregar valor, induzir melhoria dos controles, fortalecer a governança e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, sem substituir a responsabilidade primária dos gestores;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Manual de Auditoria Interna Governamental da Controladoria-Geral do Município de Rafael Godeiro/RN, instrumento normativo destinado a disciplinar, de maneira uniforme e tecnicamente estruturada, o planejamento, a execução, a documentação, a supervisão, a comunicação dos resultados, o monitoramento e a avaliação da qualidade das atividades de auditoria interna no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 1º O Manual constitui referência obrigatória para os trabalhos realizados diretamente pela Controladoria-Geral, sem prejuízo da observância de normas constitucionais, legais, regulamentares e orientações dos órgãos de controle externo.
§ 2º Os procedimentos previstos neste Manual serão aplicados de acordo com a natureza, o risco, a materialidade, a complexidade e a relevância do objeto auditado, preservados os requisitos mínimos de planejamento, evidência, documentação, contraditório e comunicação dos resultados.
§ 3º A aplicação deste Manual buscará compatibilizar rigor técnico, proporcionalidade e capacidade operacional da estrutura municipal, vedada a dispensa de procedimento essencial capaz de comprometer a confiabilidade das conclusões de auditoria.

Art. 2º. As disposições deste Manual alcançam os órgãos, unidades, agentes, fundos e demais estruturas administrativas integrantes do Poder Executivo Municipal, bem como, no limite da competência de controle do Município, os particulares responsáveis pela aplicação, guarda, arrecadação, gerenciamento ou administração de recursos públicos municipais.

I – as Secretarias Municipais, inclusive suas unidades administrativas, programas, projetos, serviços e fundos vinculados;
II – o Gabinete da Prefeita e as unidades de assessoramento diretamente vinculadas à Chefia do Poder Executivo;
III – a Procuradoria-Geral do Município, quanto aos processos, recursos, atos e controles submetidos à fiscalização administrativa e financeira;
IV – os fundos municipais, independentemente de possuírem ou não unidade gestora autônoma;
V – as unidades administrativas desconcentradas, comissões, conselhos gestores de fundos, almoxarifados, setores de patrimônio, contratos, compras, pessoal e demais estruturas responsáveis por atos de gestão;
VI – as entidades da Administração Indireta que venham a ser instituídas ou integradas ao Poder Executivo Municipal;
VII – os agentes públicos que administrem, arrecadem, guardem, gerenciem, movimentem ou utilizem bens, valores e recursos públicos municipais;
VIII – as pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias de transferências, termos de colaboração, termos de fomento, convênios, auxílios, subvenções, contratos ou outros instrumentos que envolvam recursos municipais, na extensão necessária à verificação de sua regular aplicação.
Parágrafo único. A submissão à atividade de auditoria não afasta competências próprias de fiscalização de outras unidades, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas, do Ministério Público ou de outros órgãos legalmente competentes.

Art. 3º. A auditoria interna governamental constitui atividade independente e objetiva de avaliação e assessoramento, exercida de forma sistemática e disciplinada, destinada a agregar valor à Administração Municipal e a contribuir para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

I – governança, compreendendo estruturas, processos, responsabilidades e mecanismos utilizados para dirigir, monitorar e avaliar a atuação administrativa;
II – gestão de riscos, mediante exame dos mecanismos empregados para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar eventos capazes de afetar o alcance dos objetivos institucionais;
III – controles internos, mediante avaliação de sua existência, desenho, funcionamento, suficiência e efetividade;
IV – integridade, incluindo medidas de prevenção, detecção e resposta a fraudes, desvios, conflitos de interesse e outras condutas incompatíveis com os deveres funcionais;
V – conformidade, mediante verificação da aderência dos atos de gestão à legislação, aos regulamentos, aos contratos, às políticas e aos procedimentos aplicáveis;
VI – gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, considerando legalidade, legitimidade, economicidade, confiabilidade dos registros e proteção dos ativos;
VII – execução de políticas públicas, programas e serviços, avaliando eficiência, eficácia, efetividade, qualidade, alcance de metas e atendimento ao interesse público.
§ 1º A função de avaliação consiste na obtenção e análise objetiva de evidências para fornecer opinião ou conclusão independente sobre determinado objeto.
§ 2º Atividades de assessoramento poderão ser realizadas quando compatíveis com a independência da Controladoria, sem assumir responsabilidade gerencial, decisória ou executiva própria das unidades auditadas.

Art. 4º. A auditoria interna não substitui os controles administrativos de responsabilidade dos gestores, não executa atos de gestão e não transfere à Controladoria-Geral a responsabilidade pela legalidade, legitimidade, oportunidade, conveniência, eficiência ou resultados das decisões administrativas.

§ 1º Compete a cada gestor estabelecer, manter, revisar e aperfeiçoar controles adequados aos riscos de sua unidade.
§ 2º A atuação da Controladoria possui natureza avaliativa, preventiva, orientadora e, quando cabível, recomendatória, sem prejuízo da comunicação de irregularidades às autoridades competentes.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E REQUISITOS ÉTICOS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 5º. A atividade de auditoria interna será exercida com observância dos princípios constitucionais da Administração Pública e dos princípios e requisitos profissionais indispensáveis à confiabilidade dos trabalhos.
I – independência técnica, assegurando liberdade para definir procedimentos, avaliar evidências e formar conclusões sem interferência indevida;
II – objetividade, mediante julgamentos imparciais, fundamentados em fatos, critérios e evidências verificáveis;
III – imparcialidade, com afastamento de preferências pessoais, interesses particulares ou predisposições capazes de influenciar o trabalho;
IV – legalidade e legitimidade, considerando tanto a conformidade normativa quanto a aderência ao interesse público e às finalidades administrativas;
V – economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, especialmente nas auditorias de natureza operacional;
VI – transparência, sem prejuízo da preservação de informações protegidas por sigilo ou restrição legal;
VII – materialidade e relevância, direcionando esforços aos aspectos capazes de influenciar decisões, resultados ou riscos significativos;
VIII – proporcionalidade, adequando extensão e profundidade dos procedimentos à natureza e ao risco do objeto;
IX – confidencialidade, assegurando proteção às informações obtidas em razão do exercício da função;
X – competência e zelo profissional, com emprego de conhecimentos, habilidades, diligência e cautela compatíveis com a complexidade do trabalho;
XI – ceticismo profissional, mantendo postura crítica diante das informações e evitando conclusões não suportadas por evidências suficientes;
XII – segregação de funções, prevenindo concentração incompatível de responsabilidades e conflitos entre execução, autorização, registro, fiscalização e controle;
XIII – documentação suficiente, garantindo rastreabilidade dos procedimentos, evidências, julgamentos e conclusões;
XIV – atuação baseada em riscos, priorizando os objetos de maior probabilidade de ocorrência de eventos adversos e maior impacto potencial.

Art. 6º. Os trabalhos de auditoria serão conduzidos com autonomia técnica e sem interferência que possa limitar indevidamente o escopo, restringir o acesso a informações, direcionar conclusões ou comprometer a imparcialidade dos auditores.

§ 1º Qualquer tentativa de interferência relevante será registrada nos papéis de trabalho e comunicada ao Controlador-Geral.
§ 2º Quando a interferência puder comprometer substancialmente a confiabilidade do trabalho, a circunstância constará do relatório, com indicação dos seus efeitos sobre o alcance das conclusões.

Art. 7º. O integrante da auditoria deverá declarar previamente impedimento ou suspeição sempre que possuir interesse pessoal, vínculo profissional, participação anterior relevante ou qualquer circunstância que possa comprometer, ou aparentar comprometer, sua objetividade.

§ 1º A declaração será formalizada e submetida ao Controlador-Geral, que decidirá sobre substituição, redistribuição de atividades ou adoção de salvaguardas.
§ 2º Sempre que possível, não participará da avaliação de determinado ato o agente que tenha exercido responsabilidade direta por sua elaboração, autorização, execução, registro ou fiscalização.

CAPÍTULO III
DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS DA AUDITORIA INTERNA

Art. 8º. A auditoria interna terá por finalidade fornecer avaliações independentes e recomendações capazes de apoiar a boa governança, a integridade, a gestão responsável dos recursos públicos e o aprimoramento contínuo dos processos municipais.

I – avaliar a regularidade, legalidade e legitimidade dos atos de gestão e a conformidade dos procedimentos com os critérios aplicáveis;
II – avaliar se os controles internos foram adequadamente concebidos, implantados e executados e se funcionam de maneira suficiente para mitigar os riscos relevantes;

III – verificar o cumprimento da legislação, dos regulamentos, das políticas internas, dos contratos, convênios e demais instrumentos aplicáveis;
IV – avaliar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na utilização dos recursos públicos, inclusive a relação entre custos, produtos, resultados e benefícios entregues à sociedade;
V – identificar e avaliar riscos que possam comprometer objetivos, continuidade de serviços, patrimônio, conformidade, informações ou resultados;
VI – contribuir para prevenção e detecção de irregularidades, erros, desperdícios, fraudes, conflitos de interesse e falhas de controle;
VII – avaliar a integridade, consistência, tempestividade e confiabilidade das informações contábeis, fiscais, financeiras, administrativas e gerenciais;
VIII – contribuir para proteção do patrimônio público e para adequada gestão de bens, direitos, obrigações e disponibilidades;
IX – avaliar o alcance de metas, indicadores, resultados e objetivos de programas, políticas e ações governamentais;
X – formular recomendações orientadas às causas dos problemas e aos riscos identificados, priorizando medidas exequíveis e proporcionais;
XI – acompanhar o cumprimento de determinações e recomendações dos órgãos de controle, quando relacionadas às competências municipais;
XII – fornecer à autoridade máxima do Poder Executivo informações independentes, tempestivas e tecnicamente fundamentadas sobre riscos, controles e desempenho da gestão;
XIII – estimular melhoria contínua, padronização de procedimentos, fortalecimento da integridade e desenvolvimento da cultura de gerenciamento de riscos.

CAPÍTULO IV
DAS MODALIDADES E FORMAS DE ATUAÇÃO

Art. 9º. As auditorias serão classificadas de acordo com o objetivo predominante do trabalho, podendo uma mesma ação combinar mais de uma modalidade quando a natureza do objeto assim exigir.

I – auditoria de conformidade: examina a aderência de atos, processos e operações à Constituição, às leis, aos regulamentos, aos contratos, às normas internas e a outros critérios formalmente estabelecidos;
II – auditoria operacional: avalia economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas, processos ou serviços, buscando identificar oportunidades de melhoria de desempenho;
III – auditoria contábil: avalia registros, demonstrações e procedimentos contábeis quanto à integridade, exatidão, classificação, evidenciação e aderência às normas aplicáveis;
IV – auditoria financeira: examina a gestão de disponibilidades, receitas, despesas, obrigações, conciliações, fluxos financeiros e mecanismos de proteção dos recursos;
V – auditoria orçamentária: verifica planejamento, autorização, execução e alterações orçamentárias, créditos adicionais e compatibilidade entre instrumentos de planejamento e execução;
VI – auditoria patrimonial: avalia incorporação, registro, guarda, movimentação, inventário, depreciação, cessão, baixa e proteção dos bens e direitos municipais;
VII – auditoria de pessoal: examina admissões, vínculos, remunerações, vantagens, folha de pagamento, frequência, acumulações, previdência, obrigações acessórias e demais atos relacionados à gestão de pessoas;
VIII – auditoria de contratações: avalia planejamento, seleção do fornecedor, formalização, execução, gestão, fiscalização, alterações e encerramento de contratações públicas;
IX – auditoria de obras e serviços de engenharia: examina planejamento, projetos, orçamento, medição, execução física, pagamentos, qualidade, conformidade e entrega do objeto;
X – auditoria de tecnologia da informação: avalia governança de TI, segurança, disponibilidade, integridade, continuidade, acesso, sistemas e proteção dos ativos de informação;
XI – auditoria de transparência, acesso à informação e proteção de dados: avalia publicidade ativa e passiva, gestão de pedidos, portais, transparência fiscal e tratamento de dados pessoais;
XII – auditoria de gestão de riscos e integridade: avalia estruturas de governança, gerenciamento de riscos, prevenção de conflitos de interesse, mecanismos antifraude e controles de integridade;
XIII – auditoria especial: instaurada diante de fato específico relevante, denúncia qualificada, indício de fraude, potencial dano ao erário, determinação de autoridade competente ou situação extraordinária de elevado risco.

§ 1º A classificação da auditoria não limita a aplicação de procedimentos pertencentes a outras modalidades quando necessários à obtenção de evidência suficiente.
§ 2º O tipo de auditoria, sua justificativa e seus objetivos deverão constar da Ordem de Serviço e da Matriz de Planejamento.

CAPÍTULO V
DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI

Art. 10. As ações ordinárias de auditoria serão organizadas e executadas com fundamento no Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI, instrumento de planejamento que consolida os trabalhos prioritários da Controladoria-Geral para cada exercício.

§ 1º O PAAI buscará compatibilizar riscos relevantes, prioridades institucionais, determinações dos órgãos de controle e capacidade operacional da Controladoria.
§ 2º A inclusão de ação no PAAI não impede a realização de auditorias extraordinárias quando fatos supervenientes justificarem atuação imediata.

Art. 11. O PAAI será elaborado anualmente pela Controladoria-Geral para o exercício subsequente, preferencialmente com base em universo auditável atualizado e em processo documentado de avaliação e priorização de riscos.

§ 1º O universo auditável compreenderá, conforme aplicável, órgãos, unidades, programas, processos, políticas, sistemas, contratações, receitas, despesas e temas sujeitos à atuação da Controladoria.
§ 2º O planejamento anual poderá considerar informações obtidas junto aos gestores, relatórios anteriores, prestações de contas, denúncias, recomendações de controle externo, indicadores e outras fontes relevantes.
§ 3º A aprovação do PAAI pela autoridade competente não poderá restringir a independência técnica da Controladoria na definição dos procedimentos de cada auditoria.

Art. 12. A seleção e priorização das ações de auditoria observarão critérios objetivos, documentados e compatíveis com a abordagem baseada em riscos.

I – nível de risco inerente e residual associado ao objeto;
II – materialidade financeira, patrimonial ou econômica das operações;
III – relevância institucional e social do processo, programa ou serviço;
IV – criticidade, considerando potencial de dano, descontinuidade, descumprimento legal ou comprometimento de objetivos;
V – vulnerabilidade, maturidade e histórico de falhas dos controles existentes;
VI – histórico de irregularidades, ressalvas, determinações, denúncias ou recomendações pendentes;
VII – volume financeiro e quantidade de transações ou usuários afetados;
VIII – impacto do serviço sobre direitos fundamentais, políticas essenciais e grupos vulneráveis;
IX – complexidade técnica, normativa, operacional ou contratual do objeto;
X – tempo decorrido desde a última auditoria e alterações relevantes ocorridas no período;
XI – determinações, recomendações, alertas e temas prioritários do TCE/RN e de outros órgãos competentes;
XII – denúncias, representações e comunicações de irregularidade com elementos mínimos de materialidade;
XIII – prioridades estratégicas definidas pela Controladoria, desde que justificadas em critérios de risco, relevância ou oportunidade.

Art. 13. O PAAI deverá conter informações suficientes para demonstrar a lógica de priorização dos trabalhos e permitir o acompanhamento de sua execução.

I – identificação da ação de auditoria;
II – unidade, processo, programa, política ou objeto auditável;
III – descrição sintética do objeto e de sua relevância;
IV – objetivo preliminar do trabalho;
V – modalidade ou natureza predominante da auditoria;
VI – principais riscos que motivaram a seleção;
VII – período estimado de realização e, quando possível, esforço previsto;
VIII – produto esperado, incluindo relatório, nota técnica, monitoramento ou outro instrumento compatível;
IX – nível de prioridade;
X – origem da demanda, quando decorrente de determinação, denúncia, recomendação ou fato superveniente.

Art. 14. O PAAI poderá ser revisado durante sua vigência quando ocorrer fato capaz de alterar de forma relevante as prioridades, os riscos ou a capacidade de execução da Controladoria.

I – surgimento de fato superveniente de relevante impacto;
II – determinação ou requisição de órgão de controle ou autoridade competente;
III – identificação de risco elevado ou crítico não contemplado originalmente;
IV – recebimento de denúncia ou representação fundamentada;
V – existência de indícios de dano ao erário, fraude ou comprometimento de serviço essencial;
VI – alteração relevante na estrutura, processos ou responsabilidades da Administração;
VII – necessidade de instaurar auditoria extraordinária;
VIII – restrição superveniente de recursos humanos, técnicos ou operacionais que exija reprogramação.

Art. 15. Toda alteração do PAAI será formalmente registrada e justificada, indicando os motivos da inclusão, exclusão, substituição, reprogramação ou mudança de prioridade de ação.

Parágrafo único. A Controladoria manterá histórico das alterações para fins de transparência interna, prestação de contas e avaliação do grau de execução do planejamento anual.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO DE AUDITORIA

Art. 16. O processo de auditoria compreenderá um conjunto encadeado de fases destinadas a assegurar planejamento adequado, obtenção de evidência suficiente, contraditório, comunicação clara dos resultados e acompanhamento das providências adotadas.

I – planejamento preliminar e conhecimento do objeto;
II – formalização da auditoria por Ordem de Serviço;
III – comunicação inicial à unidade auditada, quando cabível;
IV – planejamento detalhado, com elaboração da Matriz de Planejamento;
V – execução dos procedimentos e testes de auditoria;
VI – obtenção, validação, organização e documentação das evidências;
VII – identificação, análise e registro dos achados em Matriz de Achados;
VIII – elaboração e emissão do Relatório Preliminar;
IX – oportunização de manifestação à unidade auditada;
X – análise técnica das justificativas, documentos e argumentos apresentados;
XI – elaboração e emissão do Relatório Final;
XII – comunicação dos resultados às autoridades e unidades competentes;
XIII – formalização de Plano de Ação, quando necessário;
XIV – monitoramento das recomendações e providências;
XV – encerramento formal do trabalho, com organização e guarda dos papéis de trabalho.

Parágrafo único. As fases poderão ser ajustadas à natureza do trabalho, desde que preservados os elementos necessários à confiabilidade, transparência, rastreabilidade e garantia de manifestação do auditado.

CAPÍTULO VII
DA ORDEM DE SERVIÇO DE AUDITORIA

Art. 17. Cada auditoria será formalmente iniciada mediante Ordem de Serviço de Auditoria - OSA, expedida pelo Controlador-Geral, que constitui autorização administrativa e delimitação inicial do trabalho.

§ 1º A OSA deverá ser emitida antes do início dos procedimentos de campo, ressalvadas providências urgentes destinadas à preservação de evidências.
§ 2º Alterações relevantes de objeto, escopo, período ou equipe deverão ser formalmente registradas e justificadas.

Art. 18. A Ordem de Serviço conterá, no mínimo, os elementos necessários à identificação, delimitação e responsabilização pelo trabalho.

I – número sequencial e exercício da auditoria;
II – unidade, processo, programa ou objeto auditado;
III – descrição do objeto;
IV – objetivo geral e, quando possível, objetivos específicos;
V – escopo preliminar e exclusões relevantes;
VI – período ou operações abrangidas;
VII – prazo estimado de execução;
VIII – responsável pela auditoria e demais integrantes designados;
IX – fundamento no PAAI ou justificativa da auditoria extraordinária;
X – eventuais requisitos específicos de sigilo, urgência, proteção de dados ou preservação de evidências.

CAPÍTULO VIII
DO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

Art. 19. O planejamento deverá proporcionar conhecimento suficiente do objeto auditado, de seus objetivos, processos, responsáveis, critérios aplicáveis, riscos relevantes, controles existentes e fontes de informação, de modo a permitir definição adequada do escopo e dos procedimentos.

§ 1º O planejamento será proporcional à complexidade do trabalho e poderá incluir entrevistas preliminares, análise de processos, mapeamento de fluxos, levantamento normativo, análise de dados, visitas técnicas e avaliação preliminar dos controles.
§ 2º A equipe deverá identificar limitações de acesso, confiabilidade de bases de dados, dependências externas e outros fatores capazes de afetar o trabalho.

Art. 20. Para cada auditoria deverá ser elaborada Matriz de Planejamento que demonstre a relação lógica entre objetivo, questões de auditoria, critérios, informações requeridas, fontes, procedimentos e resultados esperados.

I – objetivo geral e, quando cabível, objetivos específicos;
II – questões de auditoria formuladas de modo claro, objetivo e passível de resposta mediante evidências;
III – critérios que servirão de parâmetro para avaliação da situação encontrada;
IV – informações necessárias à resposta de cada questão;
V – fontes internas e externas de informação;
VI – procedimentos e testes a serem executados;
VII – técnicas de auditoria aplicáveis;
VIII – responsável por cada procedimento;
IX – prazo estimado de execução;
X – possíveis achados ou situações esperadas, sem prejulgamento do resultado;
XI – riscos de auditoria e limitações relevantes, quando identificados.

Art. 21. Os critérios de auditoria deverão ser pertinentes, objetivos, verificáveis e compatíveis com a natureza do objeto, servindo como referência para comparação da situação encontrada.

I – Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, quando aplicável;
II – leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções normativas e demais atos jurídicos vigentes;
III – normas, decisões, resoluções, instruções e orientações do TCE/RN e de outros órgãos competentes;
IV – PPA, LDO, LOA, planos setoriais, metas e outros instrumentos de planejamento;
V – editais, contratos, convênios, termos de parceria, planos de trabalho e instrumentos congêneres;
VI – normas técnicas, padrões profissionais e requisitos de segurança ou qualidade;
VII – manuais, políticas e procedimentos internos formalmente aprovados;
VIII – jurisprudência e entendimentos consolidados dos órgãos de controle e do Poder Judiciário, quando pertinentes;
IX – indicadores, metas, parâmetros de desempenho e séries históricas;
X – boas práticas administrativas reconhecidas, desde que utilizadas como referência de melhoria e não como obrigação jurídica sem fundamento normativo.

Parágrafo único. Quando o critério tiver natureza recomendatória ou de boa prática, essa condição deverá ser explicitada no achado e no relatório.

CAPÍTULO IX
DAS TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Art. 22. A equipe selecionará técnicas e procedimentos capazes de produzir evidências apropriadas e suficientes para responder às questões de auditoria, podendo utilizá-los isolada ou conjuntamente.

I – exame documental, mediante análise de processos, atos, registros, documentos fiscais, relatórios e demais elementos formais;
II – inspeção física, destinada à verificação in loco de bens, obras, estoques, serviços, instalações ou condições de execução;
III – observação direta de atividades, rotinas, controles e procedimentos;
IV – entrevista estruturada ou semiestruturada com responsáveis, servidores, usuários ou terceiros relacionados ao objeto;
V – circularização, para confirmação de informações junto a fontes externas ou independentes;
VI – conferência de cálculos, fórmulas, percentuais, reajustes, medições ou demonstrações;
VII – conciliação entre registros provenientes de fontes distintas;
VIII – rastreamento de transações desde sua origem até o registro final ou no sentido inverso;
IX – análise de dados, inclusive por cruzamento eletrônico, filtros, testes de consistência e identificação de padrões atípicos;
X – amostragem, estatística ou não estatística, com definição dos critérios de seleção e limitações;
XI – comparação entre períodos, unidades, parâmetros, metas, preços, resultados ou referências adequadas;

XII – revisão analítica de tendências, relações, variações e indicadores;
XIII – cruzamento de informações entre sistemas, cadastros, documentos e bases independentes;
XIV – confirmação externa de saldos, fatos, entregas, obrigações ou relacionamentos;
XV – reexecução de controles ou procedimentos para verificar seu funcionamento;
XVI – indagação acompanhada de corroboracão documental, sempre que a informação verbal for relevante para a conclusão.

§ 1º A escolha dos procedimentos deverá considerar custo, risco, confiabilidade da fonte, materialidade e possibilidade de obtenção de evidência mais persuasiva.
§ 2º A utilização de amostragem deverá ser documentada com indicação da população, do método de seleção, do tamanho da amostra e das limitações de inferência.

CAPÍTULO X
DAS EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA

Art. 23. As conclusões, constatações e recomendações da auditoria deverão estar fundamentadas em evidências que, consideradas em conjunto, sejam suficientes e apropriadas para sustentar os julgamentos realizados.

I – suficientes, quando a quantidade de evidência reduz a risco aceitável a possibilidade de conclusão inadequada;
II – adequadas, quando apresentam qualidade e pertinência compatíveis com o fato examinado;
III – relevantes, quando possuem relação lógica direta com a questão de auditoria e com a conclusão pretendida;
IV – confiáveis, considerando sua origem, autenticidade, integridade, consistência e possibilidade de confirmação.

§ 1º Em regra, evidência obtida diretamente pela auditoria ou proveniente de fonte independente tende a possuir maior confiabilidade que informação exclusivamente declaratória, sem prejuízo da avaliação do caso concreto.
§ 2º Evidências eletrônicas deverão ser preservadas, sempre que possível, com identificação da fonte, data de extração e condições necessárias à sua rastreabilidade.

Art. 24. Não será formalizado achado relevante sem suporte probatório compatível com sua natureza, materialidade e potencial consequência.

§ 1º Quando a evidência disponível for insuficiente, a equipe deverá ampliar procedimentos, buscar fontes adicionais ou registrar a limitação.
§ 2º A existência de indício que exija apuração por outra instância será comunicada na forma adequada, sem apresentação como fato definitivamente comprovado quando não houver elementos para tanto.

CAPÍTULO XI
DOS PAPÉIS DE TRABALHO E DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 25. Todos os procedimentos relevantes executados durante a auditoria deverão ser registrados em papéis de trabalho, físicos ou eletrônicos, de forma organizada, legível, referenciada e suficiente para demonstrar o percurso lógico da auditoria.

Parágrafo único. A documentação deverá permitir relacionar cada achado às respectivas questões de auditoria, critérios, procedimentos e evidências.

Art. 26. Os papéis de trabalho deverão conter elementos suficientes para que terceiro tecnicamente habilitado, sem participação prévia no trabalho, possa compreender:

I – o objeto, os objetivos, o escopo e o período examinado;
II – os procedimentos executados e sua extensão;
III – as fontes, documentos e evidências examinados;
IV – as análises, cálculos e julgamentos profissionais relevantes;
V – as limitações encontradas e seu tratamento;
VI – a formação dos achados e a conexão entre evidências, critérios e conclusões;
VII – as conclusões alcançadas e as recomendações propostas.

Art. 27. Os papéis de trabalho constituem documentos institucionais da Controladoria-Geral e deverão ser preservados conforme regras de gestão documental, segurança da informação, acesso à informação e proteção de dados pessoais.

§ 1º O acesso será restrito aos agentes autorizados e às autoridades legalmente competentes, observada a classificação das informações.
§ 2º Documentos originais pertencentes às unidades auditadas deverão, sempre que possível, permanecer em seus processos de origem, mantendo-se nos papéis de trabalho cópias, referências ou registros necessários.

CAPÍTULO XII
DOS ACHADOS DE AUDITORIA

Art. 28. Achado de auditoria é a situação relevante identificada durante o trabalho, demonstrada por evidência suficiente e resultante da comparação entre a condição encontrada e o critério aplicável.

§ 1º O achado poderá ser positivo, quando evidenciar prática relevante ou controle efetivo, ou negativo, quando indicar desconformidade, deficiência, risco ou oportunidade de melhoria.
§ 2º A redação do achado deverá ser objetiva, tecnicamente fundamentada e proporcional à gravidade da situação.

Art. 29. Sempre que a natureza do achado permitir, sua estrutura compreenderá os seguintes elementos:

I – critério: parâmetro normativo, técnico ou de desempenho utilizado para avaliar a situação;
II – condição: fato ou situação efetivamente encontrada e comprovada;
III – causa: fator que contribuiu para a ocorrência da condição, distinguindo causa imediata e causa-raiz quando possível;
IV – efeito ou consequência: impacto ocorrido ou potencial sobre recursos, objetivos, serviços, usuários, patrimônio ou conformidade;
V – risco: evento futuro ou situação de incerteza que pode comprometer objetivos caso a causa não seja tratada;
VI – evidência: conjunto de elementos que sustenta a condição e as demais afirmações relevantes;

VII – unidade ou agente relacionado: indicação da estrutura responsável pelo processo, sem prejulgamento de responsabilidade pessoal;
VIII – recomendação: providência destinada preferencialmente ao tratamento da causa ou redução do risco.

Parágrafo único. A identificação de responsabilidade individual, quando necessária, dependerá de elementos próprios e não decorrerá automaticamente da simples vinculação funcional ao processo.

Art. 30. Os achados serão consolidados em Matriz de Achados, que deverá assegurar rastreabilidade entre questões de auditoria, critérios, evidências, condição, causas, efeitos, riscos, manifestações e recomendações.

Parágrafo único. A matriz poderá ser atualizada ao longo do trabalho e deverá refletir, na versão final, as alterações decorrentes da análise das manifestações da unidade auditada.

CAPÍTULO XIII
DA COMUNICAÇÃO COM A UNIDADE AUDITADA

Art. 31. A unidade auditada será previamente comunicada da realização da auditoria, com indicação do objeto, objetivo, período estimado e responsável pelo trabalho, salvo quando a comunicação antecipada puder comprometer a preservação de evidências, a efetividade dos procedimentos ou a apuração de fato específico.

Parágrafo único. A dispensa ou postergação da comunicação deverá ser tecnicamente justificada e registrada nos papéis de trabalho.

Art. 32. A unidade auditada deverá fornecer, de forma completa e tempestiva, documentos, informações, relatórios, acessos a sistemas, instalações, servidores e demais elementos necessários à realização da auditoria.

§ 1º As requisições indicarão, sempre que possível, o conteúdo solicitado e o prazo de atendimento.
§ 2º Quando houver impossibilidade material de atendimento no prazo, a unidade deverá apresentar justificativa e estimativa de disponibilização.

Art. 33. É assegurado à equipe de auditoria acesso às informações necessárias ao desempenho de suas atribuições, inclusive aquelas sujeitas a restrição, desde que observados os deveres legais de sigilo, confidencialidade, finalidade e proteção de dados.

Parágrafo único. O acesso a dado protegido não autoriza divulgação além do estritamente necessário à finalidade do trabalho.

Art. 34. A negativa, omissão ou atraso injustificado no fornecimento de informação indispensável será registrado como limitação da auditoria e comunicado ao titular da unidade.

§ 1º Persistindo a restrição, o fato será submetido ao Controlador-Geral e, quando necessário, comunicado ao Chefe do Poder Executivo.
§ 2º A limitação relevante deverá constar do relatório sempre que puder afetar o alcance, a extensão ou a confiabilidade das conclusões.

CAPÍTULO XIV
DO RELATÓRIO PRELIMINAR E DO CONTRADITÓRIO

Art. 35. Concluída a fase de execução e consolidados os achados sujeitos à manifestação, será emitido Relatório Preliminar de Auditoria, destinado a comunicar os resultados iniciais e oportunizar contraditório técnico à unidade auditada.

I – identificação da auditoria e da unidade auditada;
II – objeto, objetivo e período examinado;
III – escopo e eventuais exclusões relevantes;
IV – metodologia e principais procedimentos empregados;
V – limitações que tenham afetado o trabalho;
VI – achados, com respectivos critérios, condições, evidências, causas, efeitos e riscos, quando aplicáveis;
VII – conclusões preliminares;
VIII – recomendações propostas;
IX – orientação quanto ao prazo e à forma de apresentação da manifestação.

Art. 36. A unidade auditada terá prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do Relatório Preliminar, para apresentar manifestação acompanhada dos documentos e elementos que considerar pertinentes.

§ 1º O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, mediante solicitação fundamentada apresentada antes do seu encerramento, quando a complexidade do objeto ou a necessidade de reunir documentos justificar a medida.
§ 2º A ausência de manifestação não impedirá a conclusão do trabalho, devendo essa circunstância ser registrada.
§ 3º A manifestação deverá abordar, sempre que possível, cada achado de maneira individualizada, indicando concordância, discordância, providências já adotadas, responsáveis e prazos previstos.
§ 4º A auditoria analisará objetivamente todos os elementos relevantes apresentados, podendo manter, alterar ou excluir achados e recomendações.

CAPÍTULO XV
DO RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA

Art. 37. Após a análise das manifestações e a realização de procedimentos adicionais eventualmente necessários, será elaborado o Relatório Final de Auditoria, documento oficial que consolida as conclusões do trabalho.

§ 1º O relatório deverá apresentar linguagem clara, objetiva, impessoal e tecnicamente fundamentada, distinguindo fatos comprovados, análises, riscos, opiniões e recomendações.
§ 2º Informações pessoais, sigilosas ou desnecessárias à compreensão do achado deverão ser tratadas de acordo com a legislação aplicável.

Art. 38. O Relatório Final conterá, no mínimo:

I – sumário executivo com síntese dos aspectos mais relevantes, riscos e conclusões;

II – identificação do objeto e da unidade auditada;
III – objetivo da auditoria;
IV – escopo, período e limitações relevantes;
V – metodologia e procedimentos essenciais;
VI – achados mantidos após o contraditório, com fundamento e evidências;
VII – síntese da manifestação da unidade auditada;
VIII – análise técnica das manifestações e dos documentos apresentados;
IX – conclusões gerais e específicas;
X – recomendações finais;
XI – prazos para apresentação de Plano de Ação ou implementação, quando cabíveis;
XII – registro de boas práticas relevantes identificadas, quando pertinente.

Art. 39. As recomendações de auditoria deverão ser formuladas de modo a favorecer tratamento efetivo das causas ou riscos identificados e melhoria sustentável do processo.

I – guardar relação direta com as causas, riscos ou fragilidades identificadas;
II – indicar de forma compreensível o resultado ou melhoria esperada;
III – ser clara, objetiva e passível de monitoramento;
IV – ser tecnicamente e administrativamente exequível;
V – observar proporcionalidade entre esforço, custo, risco mitigado e benefício esperado;
VI – evitar prescrever solução única quando houver mais de uma alternativa legítima de gestão;
VII – respeitar as competências do gestor, sem assumir função decisória ou executiva;
VIII – estabelecer prazo ou marco temporal quando necessário ao adequado monitoramento.

CAPÍTULO XVI
DA CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTATAÇÕES E DOS RISCOS

Art. 40. Para fins de priorização da resposta administrativa e do monitoramento, os achados poderão ser classificados conforme a magnitude do risco associado.

I – baixo risco: situação de impacto reduzido e baixa probabilidade, passível de tratamento em rotina administrativa;
II – médio risco: situação com impacto ou probabilidade moderados, que exige providência gerencial e acompanhamento;
III – alto risco: situação com potencial relevante de dano, descumprimento, interrupção ou comprometimento de objetivos, exigindo tratamento prioritário;
IV – risco crítico: situação de elevado impacto e probabilidade ou de consequência intolerável, que demanda atuação imediata da gestão e comunicação às autoridades competentes.

Art. 41. A classificação do risco considerará conjuntamente a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial, levando em conta dimensões financeira, operacional, legal, reputacional, social, ambiental, patrimonial e de continuidade dos serviços.

§ 1º A metodologia específica de avaliação deverá constar da Matriz de Avaliação de Riscos integrante deste Manual.
§ 2º A classificação poderá ser revista diante de novas evidências ou após a manifestação da unidade auditada.

CAPÍTULO XVII
DO PLANO DE AÇÃO

Art. 42. Quando as recomendações exigirem providências estruturadas, a unidade auditada apresentará Plano de Ação, instrumento destinado a demonstrar como, por quem e em que prazo serão tratadas as causas e riscos identificados.

I – recomendação a que se refere;
II – providência ou conjunto de providências a ser executado;
III – unidade e agente responsável pela implementação;
IV – prazo ou cronograma de execução;
V – produto, documento ou evidência que demonstrará a implementação;
VI – eventuais recursos, dependências ou condicionantes necessários;
VII – justificativa para não implementação, quando a gestão optar formalmente pela assunção do risco.

§ 1º O Plano de Ação deverá ser compatível com os riscos e com a capacidade administrativa da unidade, sem afastar providências urgentes quando necessárias.
§ 2º A Controladoria poderá solicitar ajustes para tornar as ações mensuráveis, exequíveis e aderentes à recomendação, preservada a responsabilidade decisória do gestor.

CAPÍTULO XVIII
DO MONITORAMENTO

Art. 43. As recomendações relevantes serão objeto de monitoramento pela Controladoria-Geral, com a finalidade de verificar a implementação das providências, a redução dos riscos e os benefícios decorrentes.

§ 1º O monitoramento será baseado em evidências e poderá compreender análise documental, confirmação em sistemas, entrevistas, inspeções ou testes específicos.
§ 2º A intensidade e a frequência do monitoramento serão proporcionais ao risco e à relevância da recomendação.

Art. 44. Cada recomendação monitorada será classificada em uma das seguintes situações:

I – implementada: providência concluída e evidenciada de forma suficiente, com tratamento adequado do risco;
II – parcialmente implementada: providência iniciada ou parcialmente concluída, permanecendo aspectos relevantes pendentes;
III – em implementação: ação em curso dentro do prazo pactuado ou justificadamente revisado;

IV – não implementada: ausência de providência suficiente após o prazo ou rejeição sem justificativa tecnicamente aceitável;
V – não mais aplicável: alteração superveniente de contexto, norma, processo ou risco que torne a recomendação sem objeto;
VI – risco assumido pelo gestor: decisão expressa da autoridade competente de não adotar a recomendação, mediante justificativa e ciência das consequências potenciais.

Art. 45. O resultado do monitoramento será formalizado em Relatório de Monitoramento, contendo a situação de cada recomendação, evidências examinadas, análise da Controladoria e, quando pertinente, benefícios financeiros e não financeiros identificados.

Parágrafo único. O relatório deverá indicar recomendações que permaneçam em nível de risco elevado ou crítico, para conhecimento da autoridade competente.

Art. 46. A ausência injustificada de cumprimento de recomendação relevante, especialmente quando vinculada a risco alto ou crítico, será comunicada à autoridade competente para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis.

Parágrafo único. A comunicação não substitui os procedimentos específicos exigidos quando houver indício de dano ao erário, ilícito, fraude ou outra ocorrência sujeita a apuração própria.

CAPÍTULO XIX
DAS AUDITORIAS ESPECIAIS

Art. 47. Independentemente de previsão no PAAI, poderá ser instaurada Auditoria Especial quando houver fato específico que, por sua relevância, urgência ou risco, justifique atuação extraordinária da Controladoria.

I – denúncia ou representação com elementos mínimos de plausibilidade e relevância;
II – indícios consistentes de fraude, conluio, falsificação ou manipulação de informações;
III – indícios de desvio, desfalque, apropriação ou utilização irregular de recursos;
IV – possível dano ao patrimônio ou ao erário municipal;
V – ausência, omissão ou grave deficiência em prestação de contas;
VI – determinação ou requisição de órgão de controle ou autoridade legalmente competente;
VII – circunstância excepcional de risco elevado ou crítico, inclusive ameaça à continuidade de serviço essencial;
VIII – fato superveniente capaz de comprometer significativamente a integridade, a conformidade ou os objetivos da Administração.

§ 1º A instauração deverá indicar o fato motivador, o escopo inicial e as razões para tratamento extraordinário.
§ 2º A Auditoria Especial observará, no que couber, as mesmas garantias de documentação, evidência, contraditório e comunicação previstas para as auditorias ordinárias.

Art. 48. Quando forem identificados indícios de dano ao erário, a Controladoria recomendará à autoridade competente a adoção imediata das providências administrativas destinadas à interrupção do dano, preservação de evidências, identificação dos fatos e eventual ressarcimento.

§ 1º Presentes os pressupostos normativos, poderá ser recomendada a instauração de tomada de contas ou procedimento equivalente.
§ 2º A atuação da auditoria não substituirá processos disciplinares, sindicâncias, investigações, tomada de contas ou outras apurações que exijam rito próprio.

CAPÍTULO XX
DA SUPERVISÃO E DA QUALIDADE DA AUDITORIA

Art. 49. A Controladoria-Geral adotará mecanismos de supervisão e controle de qualidade destinados a assegurar consistência, confiabilidade e melhoria contínua dos trabalhos de auditoria.

I – conformidade dos trabalhos com este Manual e com os padrões técnicos adotados;
II – adequação, suficiência e qualidade das evidências;
III – coerência entre objetivo, procedimentos, achados, conclusões e recomendações;
IV – clareza, precisão, concisão e fundamentação dos relatórios;
V – adequação das recomendações às causas e riscos identificados;
VI – cumprimento dos objetivos e do escopo aprovado;
VII – qualidade e organização dos papéis de trabalho;
VIII – observância do contraditório, da proteção de dados e das restrições de acesso aplicáveis.

§ 1º A supervisão poderá ocorrer durante todas as fases da auditoria e deverá ser proporcional ao risco e à experiência da equipe.
§ 2º A Controladoria poderá realizar avaliações periódicas de qualidade, lições aprendidas e revisão de metodologias.

CAPÍTULO XXI
DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA AUDITORIA

Art. 50. A Controladoria poderá acompanhar indicadores destinados a avaliar produtividade, tempestividade, efetividade e benefícios da função de auditoria interna, sem que a mensuração quantitativa substitua a avaliação qualitativa dos resultados.

I – percentual de execução física do PAAI;
II – percentual de recomendações implementadas, parcialmente implementadas e pendentes;
III – quantidade de auditorias concluídas por modalidade e área;
IV – tempo médio de planejamento, execução e conclusão dos trabalhos;
V – quantidade e criticidade dos achados relevantes;
VI – benefícios financeiros quantificados ou estimados de forma verificável;
VII – benefícios não financeiros, como melhoria de controles, redução de riscos, aperfeiçoamento de processos e incremento de transparência;
VIII – índice de reincidência de irregularidades ou fragilidades já objeto de recomendação;
IX – índice de atendimento das requisições pelas unidades auditadas;
X – percentual de recomendações de alto e crítico risco tratadas dentro do prazo;
XI – grau de satisfação ou percepção de valor dos trabalhos, quando adotada avaliação estruturada e sem prejuízo da independência técnica.

CAPÍTULO XXII
DOS INSTRUMENTOS PADRONIZADOS
Art. 51. Integram o presente Manual, como instrumentos padronizados de apoio e documentação dos trabalhos, os modelos e matrizes abaixo relacionados, os quais deverão ser utilizados e adaptados conforme a natureza e a complexidade de cada auditoria:

I – Anexo I - Fluxo do Processo de Auditoria, contendo a sequência mínima das fases e os principais pontos de decisão;
II – Anexo II - Modelo de Ordem de Serviço de Auditoria;
III – Anexo III - Matriz de Planejamento, destinada a relacionar objetivos, questões, critérios, informações, fontes e procedimentos;
IV – Anexo IV - Matriz de Achados, destinada à consolidação de critérios, condições, causas, efeitos, riscos, evidências e recomendações;
V – Anexo V - Comunicação de Auditoria, para ciência formal da unidade auditada;
VI – Anexo VI - Solicitação de Auditoria, para requisição padronizada de documentos, informações, acessos ou esclarecimentos;
VII – Anexo VII - Relatório Preliminar de Auditoria;
VIII – Anexo VIII - Manifestação da Unidade Auditada;
IX – Anexo IX - Relatório Final de Auditoria;
X – Anexo X - Plano de Ação;
XI – Anexo XI - Relatório de Monitoramento;
XII – Anexo XII - Matriz de Avaliação de Riscos;
XIII – Anexo XIII - Termo de Encerramento da Auditoria.

§ 1º Os modelos padronizados poderão conter campos adicionais definidos pela Controladoria, desde que preservadas as informações mínimas previstas neste Manual.
§ 2º A ausência de informação não aplicável ao caso deverá ser indicada expressamente quando necessária à compreensão da completude do instrumento.

CAPÍTULO XXIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 52. Os procedimentos e instrumentos previstos neste Manual poderão ser adaptados, mediante justificativa técnica, à natureza, materialidade, risco, urgência e complexidade de cada trabalho, preservados os requisitos essenciais de independência, planejamento, evidência, documentação, contraditório e comunicação.

Parágrafo único. A simplificação procedimental não poderá resultar em redução indevida da qualidade ou da confiabilidade das conclusões.

Art. 53. As situações não previstas neste Manual serão decididas pelo Controlador-Geral, mediante fundamentação técnica e observância da legislação aplicável, dos princípios de auditoria interna governamental e das orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo único. Quando a situação possuir caráter recorrente ou relevância institucional, a decisão poderá subsidiar futura revisão deste Manual.

Art. 54. Os órgãos, unidades e agentes municipais deverão colaborar com os trabalhos da Controladoria-Geral, fornecendo tempestivamente informações, documentos, acesso a sistemas e demais elementos necessários ao exercício das atividades de auditoria.

§ 1º A colaboração inclui a preservação de documentos e evidências, a indicação de responsáveis para interlocução e a prestação de esclarecimentos de forma completa e fidedigna.
§ 2º O fornecimento de informações à auditoria deverá observar as regras de segurança, sigilo e proteção de dados, sem que tais regras sejam utilizadas para obstruir acesso legalmente assegurado.

Art. 55. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições internas em contrário.

Parágrafo único. A Controladoria-Geral promoverá revisão periódica deste Manual sempre que alterações legais, normativas, institucionais ou metodológicas tornarem necessária sua atualização.

Rafael Godeiro/RN, 03 de setembro de 2026.

RODOLFO TOMAZ DE ANDRADE
Controlador-Geral Do Município

ANEXO I
FLUXO DO PROCESSO DE AUDITORIA
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
O fluxo abaixo representa a sequência ordinária dos trabalhos. Nas auditorias especiais, etapas preparatórias poderão ser abreviadas quando a urgência ou a necessidade de preservação de evidências assim exigir, sem prejuízo da documentação, da suficiência probatória e do contraditório.

ETAPA	DESCRIÇÃO / PRODUTO
1. SELEÇÃO / DEMANDA	PAAI, determinação de órgão de controle, denúncia qualificada, risco superveniente ou fato extraordinário.
2. ORDEM DE SERVIÇO - OSA	Formalização da auditoria, identificação do objeto, objetivo, escopo preliminar, período, equipe e prazo.
3. CONHECIMENTO DO OBJETO	Levantamento normativo, análise preliminar de processos, sistemas, riscos, controles, responsáveis e fontes de informação.
4. MATRIZ DE PLANEJAMENTO	Formulação das questões de auditoria, critérios, informações requeridas, fontes, procedimentos, responsáveis e possíveis achados.
5. COMUNICAÇÃO À UNIDADE	Ciência formal do início dos trabalhos e apresentação da equipe, salvo hipótese de comunicação diferida devidamente justificada.
6. SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA	Requisição de documentos, dados, acesso a sistemas, esclarecimentos, entrevistas e demais elementos necessários.
7. EXECUÇÃO	Aplicação dos procedimentos e técnicas de auditoria definidos no planejamento, com ajustes formalmente justificados quando necessários.
8. EVIDÊNCIAS E PAPÉIS DE TRABALHO	Organização das evidências, registros, cálculos, análises, cruzamentos e demais documentos que sustentam as conclusões.
9. MATRIZ DE ACHADOS	Consolidação de critério, condição, causa, efeito, risco, evidências, manifestação preliminar e recomendação.
10. RELATÓRIO PRELIMINAR	Comunicação dos achados sujeitos a contraditório e das recomendações propostas.

11. MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO	Apresentação de justificativas, documentos, providências adotadas e cronograma de regularização, no prazo do Manual.
12. ANÁLISE DO CONTRADITÓRIO	Avaliação técnica das manifestações; manutenção, alteração ou exclusão de achados e recomendações.
13. RELATÓRIO FINAL	Consolidação dos resultados, conclusões, recomendações, prazos e providências decorrentes.
14. PLANO DE AÇÃO	Quando necessário, definição pela unidade das providências, responsáveis, prazos, produtos e evidências de implementação.
15. MONITORAMENTO	Verificação da implementação e classificação da recomendação: implementada, parcial, em implementação, não implementada, não aplicável ou risco assumido.
16. ENCERRAMENTO	Formalização do encerramento, registro das pendências remanescentes, organização dos papéis de trabalho e arquivamento.

ANEXO II
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO DE AUDITORIA - OSA
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
ORDEM DE SERVIÇO DE AUDITORIA Nº ____/20____

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições e com fundamento no Manual de Auditoria Interna Governamental, DETERMINA a realização da ação de auditoria abaixo especificada:

1. Unidade/processo auditado: _____
2. Objeto da auditoria: _____
3. Objetivo geral: _____
4. Objetivos específicos: _____
5. Escopo preliminar: _____
6. Período auditado: _____
7. Fundamentação no PAAI / justificativa da auditoria extraordinária: _____
8. Principais riscos que motivaram o trabalho: _____
9. Restrições, sigilo ou cuidados especiais: _____
10. CRONOGRAMA ESTIMADO

FASE/ATIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
Planejamento	___/___/____	___/___/____
Execução	___/___/____	___/___/____
Relatório Preliminar	___/___/____	___/___/____
Contraditório	___/___/____	___/___/____
Relatório Final	___/___/____	___/___/____

11. EQUIPE DESIGNADA

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	RESPONSABILIDADE NO TRABALHO

A equipe fica autorizada a solicitar documentos, informações, acessos a sistemas, esclarecimentos e demais elementos necessários ao cumprimento do objeto, observados os limites do escopo e as regras de sigilo, proteção de dados e segurança da informação.

Rafael Godeiro/RN, ____ de _____ de 20____.

_____
Controlador-Geral Do Município

MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
ANEXO III
MATRIZ DE PLANEJAMENTO
Auditoria nº: _____
Unidade/processo: _____
Objeto: _____
Objetivo geral: _____

QUESTÃO DE AUDITORIA	CRITÉRIO	INFORMAÇÕES REQUERIDAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	PROCEDIMENTOS / TÉCNICAS	RESPONSÁVEL	PRAZO	POSSÍVEIS ACHADOS / RESULTADOS
Q1.							
Q2.							
Q3.							
Q4.							

Orientações de preenchimento: as questões devem ser claras e responder ao objetivo; os critérios devem indicar o parâmetro de comparação; as informações requeridas e respectivas fontes devem permitir a execução dos testes; os procedimentos devem explicitar como a evidência será obtida e analisada. A matriz poderá ser atualizada durante a auditoria, com registro da justificativa.

MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
ANEXO IV
MATRIZ DE ACHADOS

Auditoria nº: _____
Unidade/processo: _____
Objeto: _____
Objetivo: _____

ACHADO / QUESTÃO	CRITÉRIO	CONDIÇÃO / SITUAÇÃO ENCONTRADA	EVIDÊNCIAS	CAUSA	EFEITO / CONSEQUÊNCIA	RISCO	MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO	ANÁLISE DA AUDITORIA	RECOMENDAÇÃO / BENEFÍCIO ESPERADO
A1									
A2									
A3									

Nota técnica: a recomendação deverá, preferencialmente, tratar a causa ou reduzir o risco identificado. A indicação de unidade ou agente relacionado ao processo não representa, por si só, imputação de responsabilidade pessoal.

MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
ANEXO V
COMUNICAÇÃO DE AUDITORIA
COMUNICAÇÃO DE AUDITORIA Nº ____/20____
Destinatário: _____
Cargo: _____
Unidade: _____
Assunto: Realização de Auditoria Interna Governamental.
Senhor(a) _____,
Comunicamos que a Controladoria-Geral do Município realizará a Auditoria Interna nº ____/20____, no período estimado de ____/____/_____ a ____/____/_____, tendo por objeto _____ e por objetivo ____.
A equipe designada pela Ordem de Serviço nº ____/20____ será composta por: _____.
Solicita-se a indicação de servidor responsável pela interlocução com a equipe e a disponibilização tempestiva de documentos, informações, acessos a sistemas, instalações e agentes necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. Eventuais informações protegidas por sigilo ou dados pessoais serão tratadas segundo a legislação aplicável.
A comunicação não implica prejulgamento quanto à regularidade dos atos examinados. Os resultados preliminares sujeitos a contraditório serão oportunamente submetidos à manifestação da unidade auditada.
Rafael Godeiro/RN, ____ de _____ de 20____.

_____
Controlador-Geral Do Município

ANEXO VI
SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA - SA
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº ____/20____
Auditoria nº: _____
Unidade auditada: _____
Destinatário: _____
Assunto/objeto: _____
Prazo para atendimento: _____
Para instrução dos trabalhos de auditoria, solicita-se o fornecimento dos documentos, dados, informações, esclarecimentos e/ou acessos abaixo especificados:

ITEM	DOCUMENTO / INFORMAÇÃO / ACESSO SOLICITADO	PERÍODO / REFERÊNCIA	FORMA DE ENTREGA
1			
2			
3			
4			
5			
6			

Orientações: (a) os documentos deverão ser apresentados de forma íntegra e legível; (b) bases eletrônicas deverão, quando possível, ser disponibilizadas em formato editável; (c) a indisponibilidade de qualquer item deverá ser justificada expressamente; (d) eventual necessidade de prorrogação deverá ser solicitada antes do término do prazo; e (e) documentos contendo informação restrita deverão ser identificados como tal.
Recebimento pela unidade auditada: ____/____/_____ Responsável: _____

_____
Responsável Pela Auditoria

ANEXO VII
MODELO DE RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº ____/20____
1. IDENTIFICAÇÃO
Auditoria nº; unidade auditada; objeto; período auditado; equipe; Ordem de Serviço; modalidade da auditoria.
2. OBJETIVO
Descrever, de forma clara, o que o trabalho pretendeu avaliar e as principais questões de auditoria.

3. ESCOPO E LIMITAÇÕES
Delimitar processos, unidades, períodos, amostras e aspectos incluídos ou excluídos. Registrar limitações de acesso, qualidade de dados ou outras restrições relevantes.
4. METODOLOGIA
Indicar procedimentos e técnicas utilizados, fontes de critérios, bases consultadas, entrevistas, inspeções, amostragem, cruzamentos e demais métodos empregados.
5. VISÃO GERAL DO OBJETO
Apresentar contexto suficiente para compreensão do processo auditado, responsabilidades, fluxos, valores, riscos e controles relevantes.
6. RESULTADOS / ACHADOS
Apresentar cada achado separadamente, com título objetivo e estrutura de critério, condição, evidência, causa, efeito/consequência, risco e recomendação proposta.
7. CONCLUSÃO PRELIMINAR
Sintetizar as respostas às questões de auditoria e os aspectos de maior relevância, sem antecipar conclusão definitiva antes do contraditório.
8. RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS
Consolidar as recomendações, unidade responsável, prioridade e, quando necessário, prazo sugerido.
9. CONTRADITÓRIO
Informar o prazo de 15 dias úteis para manifestação, conforme o Manual, e orientar que a resposta seja individualizada por achado, acompanhada das evidências pertinentes.
MODELO DE QUADRO DE ACHADO

Título do achado	
Critério	
Condição / situação encontrada	
Evidências	
Causa	
Efeito / consequência	
Risco e classificação	
Recomendação proposta	
Benefício esperado	

Rafael Godeiro/RN, ____ de _____ de 20____.

_____
Equipe De Auditoria

ANEXO VIII
MODELO DE MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
MANIFESTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA Nº ____/20____
Unidade auditada: _____
Responsável pela manifestação: _____
Cargo/função: _____
Data: _____
A manifestação deverá ser apresentada por achado, com indicação expressa de concordância, concordância parcial ou discordância, acompanhada dos documentos comprobatórios e das providências adotadas ou programadas.

Achado nº / título	
Posicionamento: ( ) Concorda ( ) Concorda parcialmente ( ) Discorda	
Fundamentação / esclarecimentos	
Documentos e evidências anexados	
Providências já adotadas	
Providências programadas	
Responsável pela implementação	
Prazo estimado	
Risco reconhecido pela unidade	
Observações adicionais	

Declaro que as informações e documentos apresentados refletem, conforme conhecimento desta unidade, a situação do objeto auditado.

_____
Titular Da Unidade Auditada

ANEXO IX
MODELO DE RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA Nº ____/20____
1. SUMÁRIO EXECUTIVO
Síntese do objeto, objetivo, principais resultados, riscos relevantes, conclusão e recomendações prioritárias.
2. IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO
Auditoria, unidade, objeto, período, equipe, OSA, modalidade e origem da demanda.
3. OBJETIVO E QUESTÕES DE AUDITORIA
Registrar o objetivo geral e as questões efetivamente respondidas.
4. ESCOPO, METODOLOGIA E LIMITAÇÕES
Descrever a extensão dos exames, critérios, técnicas, amostras e limitações relevantes.
5. VISÃO GERAL DO OBJETO
Contextualizar o processo, responsabilidades, recursos, riscos e controles essenciais.

6. RESULTADOS DA AUDITORIA
Apresentar os achados definitivos, incluindo a manifestação da unidade e a análise da auditoria.
7. CONCLUSÃO
Responder ao objetivo do trabalho, destacando o nível de adequação dos controles, conformidade, desempenho e riscos, conforme a modalidade de auditoria.
8. RECOMENDAÇÕES
Consolidar recomendações finais, prioridade, unidade responsável, prazo e resultado esperado.
9. PLANO DE AÇÃO
Indicar a necessidade de apresentação do Plano de Ação e o prazo correspondente, quando aplicável.
10. ENCAMINHAMENTOS
Indicar ciência à autoridade competente, monitoramento, comunicação a outros órgãos ou providências administrativas cabíveis.
QUADRO DE CONSOLIDAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

Nº	RECOMENDAÇÃO	RISCO	UNIDADE RESPONSÁVEL	PRAZO	RESULTADO ESPERADO
1					
2					
3					
4					

Rafael Godeiro/RN, ____ de _____ de 20____.
_____
Equipe De Auditoria

MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
ANEXO X
PLANO DE AÇÃO
Relatório Final nº: _____
Unidade responsável: _____
Titular da unidade: _____
Data de apresentação: _____

Nº	RECOMENDAÇÃO / RISCO	PROVIDÊNCIA A SER ADOTADA	RESPONSÁVEL	PRAZO / ETAPAS	RECURSOS / DEPENDÊNCIAS	EVIDÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO	STATUS
1							
2							
3							
4							
5							

Declaração da unidade: as providências acima representam o compromisso gerencial para tratamento das recomendações e riscos. Eventual impossibilidade de implementação ou decisão de assunção do risco será formalmente justificada à Controladoria.

MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
ANEXO XI
RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
Auditoria originária nº: _____
Relatório Final nº: _____
Unidade monitorada: _____
Período do monitoramento: _____

Nº	RECOMENDAÇÃO	RISCO ORIGINAL	PRAZO	PROVIDÊNCIA INFORMADA	EVIDÊNCIA EXAMINADA	ANÁLISE DA CGM	SITUAÇÃO	RISCO REMANESCENTE	NOVO PRAZO / ENCAMINHAMENTO
1									
2									
3									
4									

Classificações possíveis: IMPLEMENTADA; PARCIALMENTE IMPLEMENTADA; EM IMPLEMENTAÇÃO; NÃO IMPLEMENTADA; NÃO MAIS APLICÁVEL; RISCO ASSUMIDO PELO GESTOR.
Conclusão do monitoramento: _____

MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
ANEXO XII
MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE RISCOS
A matriz poderá ser utilizada tanto na priorização do PAAI quanto na classificação de riscos associados aos achados. A avaliação deve ser documentada e considerar o contexto do objeto, não se limitando ao resultado matemático.
1. ESCALA DE PROBABILIDADE

PONTUAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO
1	Rara	Evento excepcional, sem histórico relevante ou com controles robustos e estáveis.
2	Improvável	Pode ocorrer em circunstâncias específicas; poucos registros ou fragilidades limitadas.
3	Possível	Ocorrência plausível, com histórico eventual ou controles parcialmente efetivos.
4	Provável	Ocorrência recorrente ou fortemente favorecida por fragilidades de controle.
5	Quase certa	Evento frequente, esperado ou já materializado repetidamente, com

		controles inexistentes ou ineficazes.

2. ESCALA DE IMPACTO

PONTUAÇÃO	NÍVEL	REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO
1	Insignificante	Efeito mínimo, facilmente reversível, sem repercussão relevante financeira, legal, operacional ou social.
2	Baixo	Impacto limitado, de correção simples, sem comprometimento relevante de objetivos ou serviços.
3	Moderado	Impacto perceptível em custos, conformidade, prazos, qualidade, usuários ou metas; exige atuação gerencial.
4	Alto	Potencial de dano relevante, descumprimento legal significativo, interrupção parcial de serviço ou repercussão social/financeira importante.
5	Crítico	Potencial de dano grave, fraude, perda substancial, interrupção de serviço essencial, risco à integridade física, ambiental ou institucional, ou comprometimento de objetivo estratégico.

3. CÁLCULO E CLASSIFICAÇÃO

Nível de Risco = Probabilidade x Impacto.

FAIXA	CLASSIFICAÇÃO	TRATAMENTO ESPERADO	PRIORIDADE DE MONITORAMENTO
1 a 4	BAIXO	Aceitar, acompanhar em rotina ou adotar melhoria de baixo esforço.	Ordinária
5 a 9	MÉDIO	Definir ação gerencial e prazo compatível com o risco.	Moderada
10 a 16	ALTO	Tratamento prioritário, plano de ação e acompanhamento pela gestão.	Elevada
17 a 25	CRÍTICO	Providência imediata, ciência à autoridade competente e monitoramento intensivo.	Imediata

4. FICHA DE AVALIAÇÃO

Objeto/processo/achado: _____
Evento de risco: _____
Causas: _____
Consequências: _____
Controles existentes: _____
Probabilidade (1-5): _____
Impacto (1-5): _____
Pontuação: _____
Classificação: _____
Resposta ao risco: ( ) Evitar ( ) Reduzir ( ) Compartilhar ( ) Aceitar _____
Responsável pelo tratamento: _____
Prazo: _____

ANEXO XIII
TERMO DE ENCERRAMENTO DA AUDITORIA
MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
MANUAL DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL
TERMO DE ENCERRAMENTO DA AUDITORIA Nº ____/20____
Unidade auditada: _____
Objeto: _____
Ordem de Serviço nº: _____
Relatório Final nº: _____
Data de início: _____
Data de conclusão: _____

A Controladoria-Geral do Município de Rafael Godeiro/RN declara encerrada a fase de execução e comunicação dos resultados da Auditoria nº ____/20____, após a realização dos procedimentos previstos no Manual de Auditoria Interna Governamental e a emissão do respectivo Relatório Final.

1. RESULTADO DO TRABALHO

Quantidade de achados: _____
Quantidade de recomendações: _____
Recomendações de risco alto/crítico: _____
Plano de Ação exigido: ( ) Sim ( ) Não _____
Monitoramento necessário: ( ) Sim ( ) Não _____

2. PENDÊNCIAS / PROVIDÊNCIAS POSTERIORES

Pendências: _____
Responsáveis: _____
Prazos: _____

3. ORGANIZAÇÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO

Certifica-se que os papéis de trabalho, evidências, matrizes, comunicações, manifestações e relatórios foram organizados no processo/pasta de auditoria correspondente, observadas as regras de acesso, guarda, segurança da informação e proteção de dados.

4. OBSERVAÇÃO

O encerramento da auditoria não extingue obrigações pendentes da unidade auditada, nem impede a realização de monitoramento, nova auditoria, apuração específica ou comunicação a autoridade competente quando surgirem fatos ou evidências supervenientes.

Rafael Godeiro/RN, ____ de _____ de 20____.

_____
Responsável Pela Auditoria

_____
Controlador-Geral Do Município

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:A361052E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL Nº 791.2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.PDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DA CRUZ
AVENIDA CAMILA DE LELLIS, 285 - CENTRO
Riacho da Cruz - RN
C.N.P.J.: 08.153.454/0001-04
SETEMBRO/2026
791/2026

Abre CREDITO ESPECIAL no valor de 510.000,00 (QUINHENTOS E DEZ MIL REAIS) e dá outras providências.

O(A) Prefeito(a) Municipal de RIACHO DA CRUZ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Nº 567 / 2026,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ESPECIAL, na importância supra, para reforço das seguintes Dotações:

4011 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE DESENVOLDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E	
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
2111 MANUTENCÃO DAS ACÕES DO FUNDEB 70% (ENSINO FUNDAMENTAL)	
31901100 - 15401072 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	290.000,00
Soma da Ação:	**290.000,00**
Soma da Unidade:	**290.000,00**
5012 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
2387 EXECUÇÃO DA EMENDAS PARLAMENTARES DO GOVERNO FEDERAL FMS - MAC	
33903000 - 17060000 Material de consumo	30.000,00
33903900 - 17060000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	190.000,00
Soma da Ação:	**220.000,00**
Soma da Unidade:	**220.000,00**
Total Geral:	**510.000,00**

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação abaixo:

2013 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO -SEMAD:	
2016 LOCACÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE	
33903900 - 15000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	25.000,00
Soma da Ação:	**25.000,00**
2020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -SEMAD:	
33903000 - 15000000 Material de consumo	20.000,00
33903700 - 15000000 Locação de mão de obra	50.000,00
Soma da Ação:	**70.000,00**
Soma da Unidade:	**95.000,00**
2015 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	
2034 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
33903000 - 17060000 Material de consumo	10.000,00
33903700 - 15000000 Locação de mão de obra	50.000,00
33903900 - 17060000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
Soma da Ação:	**70.000,00**
Soma da Unidade:	**70.000,00**
2016 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
1018 CAPEAMENTO, DRENAGEM E PAVIMENTACÃO ASFÁLTICA DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS	
44903000 - 17060000 Material de consumo	3.000,00
Soma da Ação:	**3.000,00**
2057 MANUTENCÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
33903000 - 15993110 Material de consumo	2.900,00
33903900 - 17500000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	30.000,00
Soma da Ação:	**32.900,00**
Soma da Unidade:	**35.900,00**
5011 SUB - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO -SMSS	
1044 CONSTRUCÃO, REFORMA E AMPLIACÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	
33903900 - 17010000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00
Soma da Ação:	**5.000,00**
Soma da Unidade:	**5.000,00**
5012 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
2174 MANUTENCÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	
31901100 - 16000000 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	78.400,00
31901300 - 16000000 Obrigações patronais	3.000,00
33903000 - 15001002 Material de consumo	10.000,00
33903200 - 17060000 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	10.000,00
33903900 - 16000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	29.100,00
Soma da Ação:	**130.500,00**
2175 MANUTENCÃO DAS AÇÕES DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL - ESB	
31901300 - 15001002 Obrigações patronais	2.600,00

33903200 - 16000000 Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	52.000,00
33903900 - 16000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15.000,00
44905200 - 16000000 Equipamentos e material permanente	104.000,00
Soma da Ação:	**173.600,00**
Soma da Unidade:	**304.100,00**
Total Geral:	**510.000,00**

Art. 3º - Este(a) Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Riacho Da Cruz, Estado Do Rio Grande Do Norte 3 de setembro de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal
Mat.130000029

MARIA EDILEUZA BARRETO
Controladora Geral Do Município
Mat.1201697

Publicado por:
Sueldo Lino de Andrade
Código Identificador:23B8333F

GABINETE DA PREFEITA
LEI MUNICIPAL Nº 567.2026 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL 2026 RET.PDF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
LEI MUNICIPAL Nº 567/2026.

Dispõe sobre a autorização para a abertura de Crédito Especial ao orçamento anual de 2026 no valor de R$ 510.0.000,00 (quinhentos e dez mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ - RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos arts. 165, §5º; 167, inciso V da Constituição Federal, faço saber que a Câmara Municipal, aprova e eu sanciono a seguinte lei:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Tipo: Especial ao Orçamento Fiscal do Município de Riacho da Cruz/RN, no valor de R$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), conforme discriminação do anexo I.
Art. 2º - Para fazer face ao Crédito aberto no artigo 1º, utilizar-se-ão os recursos de anulação total e/ou parcial de dotações, de acordo com o previsto no Art. 43, paragrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, conforme discriminação anexo II.
Art. 3º - Fica modificado o Plano Plurianual PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei.
Art. 4º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias LDO do exercício de 2026, nos termos e moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito nos artigos 1º e 2º desta Lei.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

RIACHO DA CRUZ /RN, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

MARCOS AURÉLIO DEPAIVA REGO
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE		
PREFEITURA MUNICIPAL RIACHO DA CRUZ		
AVENIDA CAMILA DE LELLIS, 285 - CENTRO		
Riacho da Cruz - RN		
C.N.P.J.: 08.153.454/0001-04		**SETEMBRO/2026**
ANEXOS A LEI Nº 567/2026		
ANEXO I - ACRÉSCIMO		
4011	**FUNDO DE MANUTENÇÃO E DE DESENVOLDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**	
2111	MANUTENCÃO DAS ACÕES DO FUNDEB 70% (ENSINO FUNDAMENTAL)	
31901100 - 15401072	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	290.000,00
	Soma da Ação:	**290.000,00**
	Soma da Unidade:	**290.000,00**
5012	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**	
2387	EXECUÇÃO DA EMENDAS PARLAMENTARES DO GOVERNO FEDERAL FMS - MAC	
33903000 - 17060000	Material de consumo	30.000,00
33903900 - 17060000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	190.000,00
	Soma da Ação:	**220.000,00**
	Soma da Unidade:	**220.000,00**
	Total Geral:	**510.000,00**
ANEXO II - DECRÉSCIMO		
2013	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO -SEMAD:**	
2016	LOCACÃO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE	
33903900 - 15000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	25.000,00
	Soma da Ação:	**25.000,00**
2020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIAMUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -SEMAD:	
33903000 - 15000000	Material de consumo	20.000,00
33903700 - 15000000	Locação de mão de obra	50.000,00
	Soma da Ação:	**70.000,00**
	Soma da Unidade:	**95.000,00**
2015	**SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA**	

2034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIADE AGRICULTURA	
33903000 - 17060000	Material de consumo	10.000,00
33903700 - 15000000	Locação de mão de obra	50.000,00
33903900 - 17060000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
	Soma da Ação:	**70.000,00**
	Soma da Unidade:	**70.000,00**
2016	**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**	
1018	CAPEAMENTO, DRENAGEM E PAVIMENTACÃO ASFÁLTICADE RUAS E ESTRADAS VICINAIS	
44903000 - 17060000	Material de consumo	3.000,00
	Soma da Ação:	**3.000,00**
2057	MANUTENCÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIAMUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	
33903000 - 15993110	Material de consumo	2.900,00
33903900 - 17500000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	30.000,00
	Soma da Ação:	**32.900,00**
	Soma da Unidade:	**35.900,00**
5011	**SUB - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO -SMSS**	
1044	CONSTRUCÃO, REFORMA E AMPLIACÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	
33903900 - 17010000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00
	Soma da Ação:	**5.000,00**
	Soma da Unidade:	**5.000,00**
5012	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**	
2174	MANUTENCÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	
31901100 - 16000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	78.400,00
31901300 - 16000000	Obrigações patronais	3.000,00
33903000 - 15001002	Material de consumo	10.000,00
33903200 - 17060000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	10.000,00
33903900 - 16000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	29.100,00
	Soma da Ação:	**130.500,00**
2175	MANUTENCÃO DAS AÇÕES DAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL - ESB	
31901300 - 15001002	Obrigações patronais	2.600,00
33903200 - 16000000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	52.000,00
33903900 - 16000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15.000,00
44905200 - 16000000	Equipamentos e material permanente	104.000,00
	Soma da Ação:	**173.600,00**
	Soma da Unidade:	**304.100,00**
	Total Geral:	**510.000,00**

MARCOS AURÉLIO DE PAIVARÊGO
Prefeito Municipal
Mat.1300000

Publicado por:
Sueldo Lino de Andrade
Código Identificador:9A1E97D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030901/2026 PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030901/2026
PREGÃO ELERÔNICO Nº 014/2026

O O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ, situada no(a), inscrito(a) no CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO, portador do CPF nº CPF/MF Nº 503.344.094-20, considerando o julgamento da contratação direta, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 050601/2025, homologada no dia 05/06/2025, RESOLVE registrar os preços do fornecedor indicado e qualificado nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Riacho da Cruz/RN, visando suprir as demandas dos programas, projetos, ações, eventos e demais atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão., que é parte integrante desta ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado no montante, e especificações do objeto, quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:	FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA/24594947000136	
	Valor Contratado R$:	39.800,0000

Item	Código	Nome do Produto	Descrição do Item	Marca	Und	Qtd.	Vr. Unt. R$	Vr. Total R$
9	21128	-CAFÉ TORRADO E MOÍDO	pacote com 250g.	BANGU	PCT	2.000,0000	19,90	39.800,00

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
3.2 Tendo como orgãos participantes: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.Em atendimento ao § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do dia de 03/09/2026, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os licitantesregistrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no edital de licitação e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no edital de licitação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

RIACHO DA CRUZ/RN, 03/09/2026

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF Nº 08.153.454/0001-04
MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA
24594947000136
Representante Legal Do Fornecedor Registrado

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:B46B886E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO 056/2026

DECRETO Nº 056/2026.

Abre crédito adicional extraordinário destinado ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, em complementação ao Decreto Municipal nº 018/2026; e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 016/2026, foi declarado estado de calamidade financeira e administrativa no âmbito do Poder Executivo Municipal, formalmente reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte por meio do Decreto Legislativo nº 07, de 16 de julho de 2026;

CONSIDERANDO que, pelo Decreto Municipal nº 017/2026, foi aberto crédito adicional extraordinário destinado ao reforço de dotações orçamentárias de pessoal e de serviços públicos essenciais de saúde e educação, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, não obstante a referida medida, o Município permanece sem dotação orçamentária específica para o adimplemento de obrigações contratuais junto a prestadores de serviços cuja atuação é indispensável à continuidade do funcionamento dos órgãos públicos municipais e à efetiva prestação de serviços públicos essenciais, notadamente aqueles relacionados no art. 2º do Decreto nº 016/2026 — atendimento médico-hospitalar, cooperativas médicas, fornecimento de medicamentos, transporte escolar, abastecimento de ambulâncias e veículos oficiais e coleta de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, em observância ao princípio da separação dos Poderes e à competência privativa do Poder Legislativo para autorizar a abertura de créditos especiais e suplementares (art. 41, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320/1964), o Poder Executivo encaminhou à Câmara Municipal os Projetos de Leis do ano de 2026 de nº 07; 08; 09; 10; 11; 12; 16; 32; 34; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 62; 63; 64; 68; 70; 65; 66; 67, destinado à abertura de créditos suplementares e especiais para o adimplemento das obrigações referidas no considerando anterior e contratos de caráter continuado, tal qual, despesas consideradas indispensáveis para manutenção das políticas governamentais e serviço da administração pública;

CONSIDERANDO que os referidos Projetos de Lei foram rejeitados pela Câmara Municipal em sessão realizada em 15 de junho de 2026, 17 de agosto de 2026, exercício, em tese, legítimo e insindicável da competência legislativa ordinária para autorizar, ou não, a criação de nova dotação por crédito especial;

CONSIDERANDO que, todavia, a manutenção da ausência de dotação orçamentária para o adimplemento das obrigações estrita e comprovadamente indispensáveis à continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados no art. 1º deste Decreto configura risco iminente de interrupção desses serviços, com grave prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar da população, em afronta aos princípios da continuidade do serviço público (art. 175, CF), da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III, CF);

CONSIDERANDO que a presente medida não alcança a integralidade das despesas objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se, tão somente, à parcela estritamente necessária e urgente, correspondente a obrigações contratuais vencidas ou a vencer em caráter inadiável, vinculadas a serviços cuja interrupção comprometeria a continuidade de funções essenciais do Município, individualizadas no Anexo I deste Decreto;

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional extraordinário, prevista no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e disciplinada pelos arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, constitui competência autônoma do Poder Executivo, distinta da competência legislativa para autorização de créditos especiais, e pressupõe, tão somente, a demonstração cumulativa de despesa imprevisível e urgente, aqui caracterizada pela impossibilidade jurídico-orçamentária superveniente de adimplemento de obrigações indispensáveis à continuidade de serviços públicos essenciais, sem qualquer relação com o mérito da decisão legislativa referida no quinto considerando;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 07/2026 – AJ/PGM, complementar ao Parecer Jurídico nº 04/2026 – AJ/PGM, e o demonstrativo técnico-contábil, ambos anexos a este Decreto, que examinaram especificamente a distinção entre a rejeição do(s) crédito(s) especial(iais) e os pressupostos autônomos do crédito extraordinário, e atestam a presença cumulativa desses pressupostos nos estritos limites ora fixados;

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto, com fundamento no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, c/c os arts. 41, inciso III, e 44 da Lei Federal nº 4.320/1964, crédito adicional extraordinário no valor de RR 10.100,00 (dez mil e cem reais), destinado exclusivamente ao adimplemento de obrigações contratuais indispensáveis à continuidade dos seguintes serviços públicos essenciais, individualizadas no Anexo I deste Decreto:

I – Atendimento médico-hospitalar e cooperativas médicas, bem como para pagamento das despesas com eletricidade, água, internet, insumos para os veículos utilizados na saúde, sistemas e softweres, consultorias e assessorias relacionadas aos serviços de saúde, manutenção de centrais de ar, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de saúde;

II – Fornecimento de medicamentos e assistência farmacêutica;

III – transporte escolar, e os insumos indispensáveis à sua manutenção, sistemas e softweres, e alimentação escolar, empresas prestadoras de serviços relacionadas à atividade fim da educação, manutenção de centrais de ar, material gráfico, materiais de construção necessários aos reparos elétricos, hidráulicos e em alvenaria, imprescindíveis à manutenção dos prédios utilizados na prestação dos serviços de educação;

IV – Abastecimento de combustível para ambulâncias e veículos vinculados a serviços públicos;

V – Coleta de resíduos sólidos, incluindo as despesas com veículos e maquinário relacionados à limpeza urbana;

VI – Obrigações decorrentes de decisão judicial;

VII – os serviços de assessoria contábil, assessoria jurídica e assessorias relacionadas ao suporte de controle interno e recursos humanos;

VIII – a manutenção/locação do maquinário e veículos destinados às obras nas estradas vicinais, bem como os insumos que lhes sejam correlatos;

IX - Limpeza e higienização dos veículos e maquinário;

§ 1º O crédito ora aberto não abrange despesas de natureza discricionária, administrativa ordinária ou não essencial, ainda que tenham sido objeto do Projeto de Lei de crédito especial referido no quarto considerando deste Decreto, restringindo-se estritamente às hipóteses de indispensabilidade e urgência demonstradas no Anexo I.

§ 2º O detalhamento dos contratos, credores, valores e da natureza essencial de cada obrigação incluída consta do Anexo I, parte integrante deste Decreto, instruído com a documentação comprobatória correspondente.

Art. 2º O crédito aberto por este Decreto terá vigência no exercício financeiro de 2026, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 3º Nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 5º, inciso III, do Decreto nº 016/2026, dê-se imediato conhecimento deste Decreto à Câmara Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua publicação.

Art. 4º Encaminhe-se cópia deste Decreto, do Parecer Jurídico nº 05/2026 – AJ/PGM e do demonstrativo técnico-contábil que o fundamentam:

I – Ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, inclusive para atualização da Representação protocolada perante essa Corte;

II – Ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

III – Aos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte;

IV – Aos autos da Ação Declaratória de Ilegalidade em trâmite perante a 2ª Vara da Comarca de Apodi/RN.

Art. 6º Este Decreto não exime o Poder Executivo do cumprimento dos limites e das aplicações mínimas constitucionais em saúde e educação, dos deveres de transparência da gestão fiscal (arts. 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº 101/2000) e da regular prestação de contas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodolfo Fernandes/RN, 24 de agosto de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional do Município de Rodolfo Fernandes/RN

ANEXO I – RELAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO.

Fonte de Suplementação: Recursos sem despesas correspondentes				
	2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes			
		2002 - Secretaria Municipal de Administração		
			2.202 - Custeio das Políticas da Secretaria Municipal de Administração	
		3071 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 1501	R$ 10.100,00
Total da Ação:				**R$ 10.100,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 10.100,00**

VALOR TOTAL: R$ R$ 10.100,00

dez mil e cem reais

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:8479416E

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 - MAIS CULTURA RODOLFO FERNANDES/RN PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA CULTURAL

RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna público o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE HABILITAÇÃO do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - Mais Cultura Rodolfo Fernandes/RN, após o encerramento do

prazo recursal e a conclusão da análise da Etapa de Habilitação. O presente resultado contém a relação definitiva dos agentes culturais habilitados para receber a premiação, nos termos do Edital.

1. INSCRIÇÕES INDIVIDUAIS – HABILITADOS

CLASS.	PROPONENTE	RESULTADO
1	Murilo Maxiano Melo Araújo	**HABILITADO**
2	Renato Sérvulo Monteiro Cavalcante	**HABILITADO**
3	Ana Célia Batista Melo - Célia Mello	**HABILITADO**
4	Torreceles Oliveira Sousa	**HABILITADO**
5	Suzanny Sara Almeida Barbosa	**HABILITADO**
6	Antônia Célia Dantas	**HABILITADO**
7	Willame Saraiva Júnior	**HABILITADO**
8	José Ferreira Lima Sobrinho - Zé Ceará	**HABILITADO**
9	José Ilderlan Delmiro	**HABILITADO**
10	Karla Maria Filgueira Dantas Freitas	**HABILITADO**
11	Victor Manoel Oliveira	**HABILITADO**
12	Júlio Cezar Garcia Cirilo - Júlio Sax	**HABILITADO**
13	José Wanilson Dantas Melo	**HABILITADO**
14	Cintia Manuela Silva Maia	**HABILITADO**
15	Iara Cristina Soares Silva Dantas	**HABILITADO**
16	Gerlândia Bandeira de Melo	**HABILITADO**
17	Antonio de Brito Guerra Junior - Britto Júnior	**HABILITADO**
18	Ana Vitória Monteiro Silva	**HABILITADO**
19	Alef Liberato Bispo	**HABILITADO**
20	Rafael Almeida do Nascimento	**HABILITADO**
21	Alex Maia Araújo	**HABILITADO**
22	Antonio Aldivan Dantas Melo	**HABILITADO**
23	Eduarda Lourrana Reges Silva	**HABILITADO**
24	José Gustavo Fernandes Monteiro	**HABILITADO**
25	Antonio Emykson Garcia Monteiro	**HABILITADO**
26	Luzimar da Silva Ramos	**HABILITADO**
27	Marcio Daniel Silva Medeiros	**HABILITADO**
28	Renata Gomes de Morais	**HABILITADO**
29	Luiz Carlos Pereira Silva - Karlinha Pereira	**HABILITADO**
30	Francisco César Sampaio Silva	**HABILITADO**
31	Maria do Carmo Régis Silva - Nonôn Régis	**HABILITADO**
32	Francisca Yasmim Freitas Oliveira	**HABILITADO**
33	Letícia Estefany Guimarães Silva	**HABILITADO**
34	Maria Nilza Dantas Freitas	**HABILITADO**
35	Emicson Jarison Filgueira Morais	**HABILITADO**
36	Vitória Targino	**HABILITADO**

2. INSCRIÇÕES COLETIVAS – HABILITADOS

CLASS.	COLETIVO	REPRESENTANTE	RESULTADO
1	Grupo de Capoeira Contra Mestre Torreceles	Adolfo Menezes Batista Silva	**HABILITADO**
2	Associação Sociocultural Explosão Matuta	Antônia Vitória Emanuela Oliveira	**HABILITADO**

3. DISPOSIÇÕES FINAIS DA ETAPA DE HABILITAÇÃOCrreiria

3.1. O presente Resultado Final da Etapa de Habilitação consolida, em caráter definitivo, a relação dos agentes culturais habilitados no Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - Mais Cultura Rodolfo Fernandes/RN.

3.2. Permanecem habilitados os 36 (trinta e seis) proponentes individuais e os 02 (dois) coletivos relacionados neste resultado, totalizando 38 (trinta e oito) agentes culturais aptos ao recebimento da premiação.

3.3. Conforme previsto no Edital, após esta etapa não caberá novo recurso administrativo quanto ao resultado da habilitação.

3.4. Os agentes culturais habilitados serão convocados para a assinatura do Recibo de Premiação Cultural no período de 08/09/2026 a 11/09/2026, documento necessário para o recebimento do prêmio.

3.5. A premiação ocorrerá a partir de 14/09/2026, mediante as providências administrativas para pagamento dos valores nas contas bancárias informadas pelos agentes culturais, permanecendo válidas as demais regras, condições e obrigações previstas no Edital.

Rodolfo Fernandes/RN, 04 de setembro de 2026.

FRANCISCO GENÁRIO PINHEIRO MELO
Comissão De Seleção

GESSICA MARIA MELO PINHEIRO
Comissão De Seleção

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:8E5472E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E CONTABIL
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 18/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Município de Santa Cruz
Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 18

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.767.537,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de SANTA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a necessidade de adequações orçamentária que objetivam a adequada classificação contábil da despesa pública municipal; e
CONSIDERANDO a autorização prevista no Art. 7º da Lei Municipal de nº 980/2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, e do que dispõe o Capítulo VIII da Lei Municipal de nº 964/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.767.537,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o Art. 41, inciso I, da Lei Federal 4.320/64.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a Anulação de dotação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o Art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua expedição, devendo ser publicado para que sejam convalidados seus efeitos legais, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cruz/RN, em 01 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN
CPF nº 009.133.444-60

LÍGIA TATIANE DÉRIO DE FRANÇA
Sec. Mun. de Finanças, Controle Orçam. e Contábil
CPF nº 096.498.714-70

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.767.537,00**
02 .021 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**413.357,00**
	2007 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Administração				**43.357,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	33.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.357,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2009 Amortização da Dívida e Juros, Junto aos Precatórios.				**370.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	370.000,00
02 .041 SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO					**7.200,00**
	2015 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação.				**7.200,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	7.200,00
02 .051 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO					**4.000,00**
	2016 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Planejamento.				**4.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.000,00
02 .072 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**270.000,00**
	2034 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Saúde				**270.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	270.000,00
02 .073 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**1.173.050,00**
	2028 Manutenção das Ações do Programa ¨Agentes Comunitários de Saúde¨				**330.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	330.000,00
	2030 Manutenção do Incentivo para a Atenção a Saúde Bucal.				**34.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	34.000,00
	2031 Manutenção e Implementação das Ações da Vigilância em Saúde				**130.600,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	27.600,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	103.000,00
	2035 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade/MAC				**301.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	301.000,00
	2128 Manutenção das Ações do Centro Especializado em Reabilitação - CER				64.450,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	61.200,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	3.250,00
	2138 Gestão Administrativa e Modernização do Fundo Municipal de Saúde				313.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	313.000,00

02 .081 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					724.000,00
	2047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.				71.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	17.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	54.000,00
	2048 Manutenção das Ações do FUNDEB30% - Ensino Fundamental.				100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	100.000,00
	2060 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil				13.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	13.000,00
	2139 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Educação				540.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	540.000,00
02 .091 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					143.180,00
	2070 Incentivo a Cultura - Lei Aldir Blanc.				2.380,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17190000	0001	2.380,00
	2067 Promoção a Eventos Culturais.				90.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	90.000,00
	2068 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Cultura.				50.800,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	50.800,00
02 .121 SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS, CONT ORÇ. E CONTABIL					5.000,00
	2108 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil.				5.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00
02 .141 SEC.MUN.DE TURISMO E DESENVOLV.ECONOMICO					7.750,00
	2119 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.				7.750,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	7.750,00
02 .151 SEC.MUN. DE SISTEMA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					20.000,00
	2127 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Sistema e Tecnologia da Informação				20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					2.767.537,00
02 .041 SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO					5.000,00
	2015 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação.				5.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
02 .061 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS 1.225.407,00					
	2018 Gestão dos Serviços de Limpeza Pública.				1.130.050,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.130.050,00
	1015 Gestão da Ifraestrutura Urbana				70.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	35.000,00
	1106 Construção, Ampliação e Manutenção de Sistemas de Saneamento e Drenagem				20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	1187 Emendas Parlamentares Impositivas				5.357,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.357,00
02 .081 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					1.207.800,00
	1047 Construção, ampliação, reforma e aparelhamento de Unidade Escolar do Ensino Infantil - CEMEI.				100.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	100.000,00
	2047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.				670.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	540.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	100.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	30.000,00
	1058 Contrução, ampliação, reforma e aparelhamento de Unidades de Ensino Fundamental				50.800,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	50.800,00
	2046 Manutenção do Ensino em Tempo Integral – Fundamental				20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	20.000,00
	2060 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil				367.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	313.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	54.000,00
02 .091 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					2.380,00
	2070 Incentivo a Cultura - Lei Aldir Blanc.				2.380,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17190000	0001	2.380,00
02 .111 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					270.000,00
	1082 Gestão da Infraestrutura Rural				10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2105 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de				130.000,00

	Agricultura.				
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	130.000,00
	1188 Emendas Parlamentares Impositivas				130.000,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	130.000,00
02 .141 SEC.MUN.DE TURISMO E DESENVOLV.ECONOMICO					56.950,00
	2119 Gestão Administrativa e Modernização da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico.				56.950,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	56.950,00

Publicado por:
Elmer Teixeira da Silva
Código Identificador:22DF262F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E CONTABIL
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 19/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Município de Santa Cruz
Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 19

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.072.917,10, para os fins que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de SANTA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente. **CONSIDERANDO** a necessidade de adequações orçamentária que objetivam a adequada classificação contábil da despesa pública municipal; e **CONSIDERANDO** a autorização prevista no Art. 7º da Lei Municipal de nº 980/2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, e do que dispõe o Capítulo VIII da Lei Municipal de nº 964/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.072.917,10 (três milhões, setenta e dois mil, novecentos e dezessete reais e dez centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o Art. 41, inciso I, da Lei Federal 4.320/64.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a Excesso de arrecadação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal 4.320/64. **Art. 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua expedição, devendo ser publicado para que sejam convalidados seus efeitos legais, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cruz/RN, em 01 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN
CPF nº 009.133.444-60

LÍGIA TATIANE DÉRIO DE FRANÇA
Sec. Mun. de Finanças, Controle Orçam. e Contábil
CPF nº 096.498.714-70

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					
Município de Santa Cruz					
Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil					
Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.072.917,10**
02 .061 SECRETARIA MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS					**60.700,00**
	2019 Gestão e Modernização da Iluminação Publica				**60.700,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	6.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	54.000,00
02 .073 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.846.217,10**
	2027 Manutenção das Ações da atenção básica - APS				**499.022,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16003120	0001	99.050,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	399.972,00
	2035 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade/MAC				**1.816.096,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	90.336,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	1.024.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	400.060,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17103210	0001	300.000,00
	2042 Manutenção das Ações do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS				**265.708,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16003120	0001	22.640,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	43.200,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	16013110	0001	199.868,00

		PERMANENTE			
	2128 Manutenção das Ações do Centro Especializado em Reabilitação - CER				**265.391,10**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16003130	0001	23.656,10
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	1.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	40.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	199.935,00
02 .081 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**166.000,00**
	2047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.				**140.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	100.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	33.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15500000	0001	7.000,00
	Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil				
	2046 Manutenção do Ensino em Tempo Integral – Fundamental				**18.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15460000	0001	18.000,00
	2060 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil				**8.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	8.000,00

Publicado por:
Elmer Teixeira da Silva
Código Identificador:56598B58

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E CONTABIL
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 20/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Município de Santa Cruz
Secretaria Municipal de Finanças, Controle Orçamentário e Contábil
DECRETO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 20

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 689.024,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de SANTA CRUZ/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a necessidade de adequações orçamentária que objetivam a adequada classificação contábil da despesa pública municipal; e
CONSIDERANDO a autorização prevista no Art. 7º da Lei Municipal de nº 980/2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, e do que dispõe o Capítulo VIII da Lei Municipal de nº 964/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 689.024,00 (seiscentos e oitenta e nove mil e vinte e quatro reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o Art. 41, inciso I, da Lei Federal 4.320/64.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a Superavit, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o Art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua expedição, devendo ser publicado para que sejam convalidados seus efeitos legais, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cruz/RN, em 01 de julho de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN
CPF nº 009.133.444-60

LÍGIA TATIANE DÉRIO DE FRANÇA
Sec. Mun. de Finanças, Controle Orçam. e Contábil
CPF nº 096.498.714-70

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**689.024,00**
02 .073 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**689.024,00**
	2027 Manutenção das Ações da atenção básica - APS				**114.420,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003120	0001	114.420,00
	2033 Manutenção das Ações Primárias do Programa da Assistência Farmacêutica Básica				**56.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003120	0001	28.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003120	0001	28.000,00
	2035 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade/MAC				**466.813,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	145.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26003110	0001	600,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26003110	0001	65.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	26213210	0001	106.213,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	26213210	0001	100.000,00

		PERMANENTE			
	2042 Manutenção das Ações do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS				**50.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	50.500,00
	2128 Manutenção das Ações do Centro Especializado em Reabilitação - CER				**1.291,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26003110	0001	1.291,00

Publicado por:
Elmer Teixeira da Silva
Código Identificador:7BD00F74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 141/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº ***.***.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº ***.***.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **40/2026**, processo administrativo n.º 1958/2026 e a empresa **ELETRO PECAS LTDA,** com sede a Rua Almino Afonso, Nº , Ribeira, Natal/RN, CEP: 59012-010, inscrito no CNPJ sob o nº 08.286.262/0001-76, neste ato representado pelo seu representante o Sr. Kleiber Antunes Furtado Junior, portadora do CPF nº***.***.594-34, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.

A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada Aquisição de filtros e óleos, destinados a manutenção preventiva e corretiva da frota veicular do Município de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: **ELETRO PECAS LTDA**		
CNPJ: **08.286.262/0001-76**	Telefone (84) 3211-1189	Email: eletropecasrn@eletropecasrn.com.br
Endereço: **Rua Almino Afonso, 83/85/87 - Ribeira, Natal/RN, CEP: 59012-010**		
Representante: **Kleiber Antunes Furtado Junior** - CPF:***.***.**594-34**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
22	0008762 - FILTRO SEPARADOR - ONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C16 - ANO 2009	Wega	UND	2	110,00	220,00
26	0008766 - FILTRO DE COMBUSTIVEL - ONIBUS M POLO/VOLARE V8L 4X4 EO - 2012/2013	Wega	UND	10	125,50	1.255,00
33	0008773 - FILTRO DO ARLA - ONIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE - ANO 2012/2013	Wega	UND	2	159,90	319,80
38	0008784 - FILTRO DE OLEO - MERCEDES BENZ/LO 916 ESC U – 2022/2023	Wega	UND	3	60,00	180,00
71	0008678 - FILTRO DE ARCONDICIONADO - VW/MASCA GRANMICRO E O - ANO 2019/2020	Wega	UND	3	50,00	150,00
111	0008730 - FILTRO DE AR PRIMARIO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	Wega	UND	2	180,00	360,00
116	0008735 - FILTRO DO BALÃO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	Wega	UND	2	169,90	339,80
117	0008736 - FILTRO HIDRAULICO - FORD CARGO 1519 B - ANO 2012/2013	Wega	UND	2	25,00	50,00
119	0008699 - FILTRO ANTI POEIRA - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	Wega	UND	1	500,00	500,00
122	0008702 - FILTRO DE ARCONDICIONADO - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	Wega	UND	3	219,00	657,00
125	0008688 - FILTRO DE AR PRIMARIO - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	Wega	UND	2	332,50	665,00
126	0008723 - FILTRO DE AR PRIMARIO - MOTONIVELADORA RG 140.B NEW HOLLAND TL85E - ANO 2013	Wega	UND	2	700,00	1.400,00
129	0008705 - FILTRO DE AR PRIMARIO - TRATOR VALMET 880 - ANO 1989	Wega	UND	2	98,00	196,00
173	0008757 - FILTRO DE COMBUSTIVEL - PÁ CARREGADEIRA CLARK	Wega	UND	2	409,00	818,00
179	0008796 - FILTRO DE AR PRIMARIO - TRATOR BUDNY	Wega	UND	2	600,00	1.200,00
190	0008811 - FILTRO DE AR - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	Wega	UND	2	420,00	840,00
192	0008813 - FILTRO SEPARADOR - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	Wega	UND	2	599,00	1.198,00
193	0008814 - FILTRO DO BALÃO - IVECO/TECTOR 150E21 – CARRO PIPA – 2021/2022	Wega	UND	2	425,00	850,00
VALOR GLOBAL						11.198,60

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Eletro Pecas LTDA
08.286.262/0001-76
KLEIBER ANTUNES FURTADO JUNIOR

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:AC1AFAA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 145/2026

O MUNICIPIO DE SANTANA DO SERIDO, com sede na Av. Zezé Aprígio, Nº 39 – CENTRO – CEP: 59350-000, na cidade de **Santana do Seridó/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.088.247/0001-13, neste ato representado pela Sra. **TATIANA FÁTIMA FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº ***.***.420, expedida pela SSP/RN, e CPF nº ***.***.854-60 PREFEITA, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **40/2026**, processo administrativo n.º 1958/2026 e a empresa **TOP PEÇAS LTDA,** com sede a AV CORONEL MARTINIANO, Nº 3414, VILA ALTIVA II, CAICO/RN, CEP: 59300-000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.184.984/0001-70, neste ato representado pelo seu representante o Sr. João Batista, portadora do CPF nº***.***.704-30, denominada FORNECEDOR BENEFICIÁRIO, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, 78, inciso IV e art. 175 e seguintes, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO.
A presente Ata tem por objeto registro de preço para futura, eventual e parcelada Aquisição de filtros e óleos, destinados a manutenção preventiva e corretiva da frota veicular do Município de Santana do Seridó/RN

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor: TOP PEÇAS LTDA		
CNPJ: 01.184.984/0001-70	**Telefone: (84) 3417-1066**	**Email: toppecaseservico@outlook.com**
Endereço: AV CORONEL MARTINIANO, 3414 LETRA B, VILA ALTIVA II, CAICO/RN, CEP: 59300-000		
Representante: João Batista - CPF:*.***.704-30**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
19	0008759 - FILTRO DE OLEO - ONIBUS IVECO/CITYCLASS 70C16 - ANO 2009	PEC PARTS	UND	2	80,00	160,00
40	0008786 - FILTRO DE AR SECUNDARIO - MERCEDES BENZ/LO 916 ESC U – 2022/2023	PEC PARTS	UND	3	77,00	231,00
79	0008790 - FILTRO DE AR DO MOTOR - FIAT FIORINO ENDURENCE 1.4 MODIFICAR AB1 – 2021/2022	PEC PARTS	UND	8	25,20	201,60
136	0008716 - FILTRO DE ARCONDICIONADO - PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-9S - ANO 2013	SOFAPE	UND	1	120,00	120,00
141	0008706 - FILTRO DE COMBUSTIVEL - TRATOR VALMET 880 - ANO 1989	SOFAPE	UND	2	36,00	72,00
142	0002395 - FILTRO DE COMBUSTIVEL - TRATOR VALMET BM 85 - ANO 1996	SOFAPE	Unidade	1	27,00	27,00
145	0008687 - FILTRO DE OLEO - CAÇAMBA FORD/CARGO 2629 6X4 - ANO 2013	SOFAPE	UND	1	75,00	75,00
150	0008704 - FILTRO DE OLEO - TRATOR VALMET 880 - ANO 1989	RNETO DO BRASIL	UND	2	42,00	84,00
157	0008701 - FILTRO DO BALÃO - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	RNETO DO BRASIL	UND	2	190,00	380,00
160	0008722 - FILTRO HIDRAULICO - RETROESCAVADEIRA CARTEPILLAR 416 E - ANO 2013	RNETO DO BRASIL	UND	2	360,00	720,00
163	0008715 - FILTRO SEPARADOR - PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-9S - ANO 2013	SOFAPE	UND	6	102,00	612,00
164	0008698 - FILTRO SEPARADOR - PIPA INTERNACIONAL/4400P7 6X4 - ANO 2013/2014	SOFAPE	UND	3	84,00	252,00
166	0008711 - FILTRO SEPARADOR - TRATOR NEW HOLLAND 140 - ANO 2008	SOFAPE	UND	2	130,00	260,00
170	0008754 - FILTRO DE OLEO - PÁ CARREGADEIRA CLARK	SOFAPE	UND	2	101,00	202,00
180	0008797 - FILTRO DE OLEO - MISTSHUBISHI L200 4X4 GL TURBO – 2001/2002	SOFAPE	UND	2	44,80	89,60
184	0008801 - FILTRO HIDRAULICO - LS TRATOR PLUS 80 LS – 2023	SOFAPE	UND	2	115,50	231,00
198	0008753 - FILTRO HIDRAULICO - TRATOR VALMET BM 85 - ANO 2011	SOFAPE	UND	2	85,00	170,00
VALOR GLOBAL						3.887,20

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos termos do LEI 14.133/2021 e art. 196, do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será inicialmente de um ano possibilitando a prorrogação por igual período, seja até dois anos de vigência desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e art. 186 do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO SERÁ CANCELADO QUANDO:

Descumprir as condições da ata de registro de preços;

Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

Por razão de interesse público; ou
A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, conforme art. 179, do Decreto Municipal nº 1.058/2024, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes.
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme art. 196, §7° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, conforme art. 186, §1° do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou compras com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas), vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

A data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

Municipio de Santana do Serido
08.088.247/0001-13
TATIANA FÁTIMA FERREIRA

Top Peças LTDA
01.184.984/0001-70
JOÃO BATISTA

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:851E954E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de RECAUCHUTAGEM EM PNEUS, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (03) três dias úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h

e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL. TOTAL
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 750/16 - COMUM COM CÂMARA. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	22	SERVIÇO	R$ -	R$ -
2	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 1000/20- COMUM COM CÂMARA. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização	16	SERVIÇO	R$ -	R$ -
3	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 275/80/22,5 - DIRECIONAL SEM CÂMARA. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	8	SERVIÇO	R$ -	R$ -
4	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 17.5/R 25 XHA - COMUM SEM CÂMARA. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	2	SERVIÇO	R$ -	R$ -
5	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 12.5/80 - COMUM COM CÂMARA. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	2	SERVIÇO	R$ -	R$ -
6	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 19.5/24 - COMUM SEM CÂMARA. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	2	SERVIÇO	R$ -	R$ -
7	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 14.00/24. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	8	SERVIÇO	R$ -	R$ -
8	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 14.9/24 – COMUM. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	2	SERVIÇO	R$ -	R$ -
9	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 18.4/34 - COMUM 12 LONAS. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	4	SERVIÇO	R$ -	R$ -
10	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 215/80 R16. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	4	SERVIÇO	R$ -	R$ -
11	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 900/20 – DIRECIONAL. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	12	SERVIÇO	R$ -	R$ -
12	RECAUCHUTAGEM DE PNEU NACIONAL 215/75 R-17,5 – RADIAL S/ CÂMARA. Compreendendo os serviços de substituição da banda de rodagem do pneu por uma nova e vulcanização.	12	SERVIÇO	R$ -	R$ -
				TOTAL	R$ -

Santana do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:E2E3F252

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de AR CONDICIONADO, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (03) três dias úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL. TOTAL
1	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS. Especificação: inverter, ciclo frio, funções no mínimo: refrigeração / desumidificarão / ventilação. Selo INMETRO/PROCEL no mínimo "A", cor branca, silencioso, voltagem de 220v, com no mínimo incluso um controle remoto, uma evaporadora, uma condensadora e manual. Frequência mínima de 60 Hz, com gás no mínimo R410A.	19	UNIDADE	R$ -	R$ -
2	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS. Especificação: inverter, ciclo frio, funções no mínimo: refrigeração / desumidificarão / ventilação. Selo INMETRO/PROCEL no mínimo "A", cor branca, silencioso, voltagem de 220v, com no mínimo incluso um controle remoto, uma evaporadora, uma condensadora e manual. Frequência mínima de 60 Hz, com gás no mínimo R410A.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
3	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS. Especificação: inverter, ciclo frio, funções no mínimo: refrigeração / desumidificarão / ventilação. Selo INMETRO/PROCEL no mínimo "A", cor branca, silencioso, voltagem de 220v, com no mínimo incluso um controle remoto, uma evaporadora, uma condensadora e manual. Frequência mínima de 60 Hz, com gás no mínimo R410A.	11	UNIDADE	R$ -	R$ -
4	AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTUS. Especificação: inverter, ciclo frio, funções no mínimo: refrigeração/ desumidificarão/ventilação. Selo INMETRO/PROCEL no mínimo "A", cor branca, silencioso, voltagem de 220v, com no mínimo incluso um controle remoto, uma evaporadora, uma condensadora e manual. Frequência mínima de 60 Hz, com gás no mínimo R410A.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
5	CORTINA DE AR- Cortinas de ar com largura de 1,50 m, com controle remoto, possuindo no mínimo dois níveis de velocidade, controle da direção do ar (para cima - para baixo) automático, controle da direção do ar (esquerda - direita) manual, potência: mínima de 240w, vazão de ar de no mínimo 35 m³/min, tensão 220v.	10	UNIDADE	R$ -	R$ -
				TOTAL	R$ -

Santana do Seridó/RN, 03 de setembro de 2026.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:05975C74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CREDITO SUPLEMENTAR DECRETO 29 EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 29, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 252.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026

121.560.014-30
RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**252.000,00**
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**252.000,00**
	2008 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	80.000,00
	2194 Execução a Quota Salário Educação - QSE - PRÉ-ESCOLA				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	30.000,00
	2259 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	30.000,00
	2262 Execução da Quota Salário Educação - QSE - Ensino Fundamental				**90.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	90.000,00
	2263 Execução da Quota Salário Educação - QSE - CRECHE				**22.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	22.000,00
Anexo II (Redução)					**252.000,00**
02 .001 Gabinete Civil do Prefeito					**80.000,00**
	1020 Aquisição de Veículos				**80.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	80.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**172.000,00**
	1035 Construção, Reforma e Ampliação de Escola de Ensino Infantil				**90.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	90.000,00
	1124 Construção, Ampliação e/ou Reforma de Escolas de Ensino Fundamental				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15500000	0001	30.000,00
	2030 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Creche				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	30.000,00
	2194 Execução a Quota Salário Educação - QSE - PRÉ-ESCOLA				**22.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	22.000,00

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:777463C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DECRETO 34

DECRETO Nº 34, DE 01 de julho de 2026

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA ESTRUTURA DA LEI Nº 1744/2025 - LEI ORÇAMENTARIA ANUAL DO MUNICIPIO DO EXERCICIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito MUNICIPAL DE Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.137.000,00 (um milhão, cento e trinta e sete mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/64, inciso II - Excesso de Arrecadação de arrecadação da fonte de recursos.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026

121.560.014-30
RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.137.000,00**
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**1.137.000,00**
	2206 Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC				**240.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	240.000,00
	2221 Centro Especializado de Odontologias - CEO				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	60.000,00
	2223 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	120.000,00
	2224 Manutenção do Programa de Reabilitação				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	60.000,00
	2225 Programa Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar - EMAD				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	80.000,00
	2228 Manutenção das Atividades do SAMU				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	80.000,00
	2229 Manutenção das Atividades do Laboratório Municipal				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	60.000,00
	2250 Manutenção do Centro de Especialidades Médicas				**437.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	437.000,00

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:B2598196

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR 30 SAÚDE

DECRETO Nº 30, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.975.807,59, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.975.807,59 (um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026

121.560.014-30
RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.975.807,59**
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**1.975.807,59**
	2014 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**400.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	300.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	100.000,00
	2206 Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC				**460.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	460.000,00
	2207 Manutenção do Programa EMULTI.				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	80.000,00
	2221 Centro Especializado de Odontologias - CEO				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	120.000,00
	2223 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS				**230.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	120.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	10.000,00
	2224 Manutenção do Programa de Reabilitação				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	30.000,00
	2225 Programa Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar - EMAD				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	80.000,00
	2228 Manutenção das Atividades do SAMU				**80.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	10.000,00
	2229 Manutenção das Atividades do Laboratório Municipal				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	50.000,00
	2250 Manutenção do Centro de Especialidades Médicas				**436.807,59**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	436.802,59
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5,00
	2257 Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Primária				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16350000	0001	9.000,00

Anexo II (Redução)					**1.975.807,59**
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**1.975.807,59**
	2014 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**1.136.802,59**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	136.802,59
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	970.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001002	0001	30.000,00
	2206 Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC				**29.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16350000	0001	9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	20.000,00
	2212 Agentes Comunitários de Saúde - ACS				**590.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	590.000,00
	2219 Serviços de Coleta de Resíduos Hospitalares				**100.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	100.000,00
	2229 Manutenção das Atividades do Laboratório Municipal				**5,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	5,00
	2257 Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Primária				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	120.000,00

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:6CD866EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR 32 PREFEITURAS

DECRETO Nº 32, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 891.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 891.000,00 (oitocentos e noventa e um mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026

121.560.014-30
RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**891.000,00**
03 .001 Secretaria Municipal de Administração					**150.000,00**
	2004 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração				**150.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	150.000,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**250.000,00**
	2162 Amortização dos Demais Parcelamentos Administrativos do Município.				**250.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	250.000,00
05 .001 Secretaria Mun. de Agricultura e Abastecimento					**62.000,00**
	2007 Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento				**62.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17040000	0001	62.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**12.000,00**
	2259 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	12.000,00
09 .001 Secretaria Municipal de Meio Ambiente					**100.000,00**
	2016 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente				**100.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	100.000,00
11 .001 Secretaria Mun.de Transp. Obras e Serviços Urbanos					**117.000,00**
	2015 Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.				**117.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	75.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17500000	0001	2.000,00
13 .001 Secretaria Municipal de Tributação					**200.000,00**
	2020 Manutenção da Secretaria Municipal de Tributação				**200.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	200.000,00
Anexo II (Redução)					**891.000,00**
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**262.000,00**
	2005 Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	8.000,00
	2190 Amortização da Dívida com os Precatórios				**250.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	250.000,00
	2252 Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP				**4.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	17040000	0001	4.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**12.000,00**
	2030 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Creche				**12.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15520000	0001	12.000,00
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**50.000,00**
	2014 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	50.000,00
11 .001 Secretaria Mun.de Transp. Obras e Serviços Urbanos					**217.000,00**

	1060 Aquisição de Imóveis				**40.000,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	40.000,00
	1064 Construção e/ou Reforma de Praças Públicas.				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
	1067 Aquisição de Veículos				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	5.000,00
	2015 Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
	2242 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública.				**140.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	140.000,00
	1200 Aquisição de Máquinas.				**15.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
12 .001 Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos					**350.000,00**
	2235 São Pedro do Povão.				**350.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	350.000,00

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:C6F1E079

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR ASSISTÊNCIA 31

DECRETO Nº 31, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 340.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026

121.560.014-30
RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**340.000,00**
10 .002 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS					**340.000,00**
	2046 Piso Social Básico - PSB - (CRAS/PAIF/SCFV)				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
	2175 Programa Primeira Infância no SUAS - CRIANÇA FELIZ.				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
	2179 Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - (BL GBF - IGDPBF).				**120.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	120.000,00
	2274 Gestão de Benefícios Eventuais				**20.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**340.000,00**
10 .002 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS					**20.000,00**
	1137 Aquisição de Veículos				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
12 .001 Secretaria Municipal de Comunicação e Eventos					**320.000,00**
	2235 São Pedro do Povão.				**320.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	320.000,00

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:56B1C540

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR SUPERÁVIT DECRETO 33

DECRETO Nº 33, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 435.802,59, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 435.802,59 (quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e dois reais e cinquenta e nove centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior que será utilizado como fonte de recurso para a abertura de créditos suplementares.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026

121.560.014-30
RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**435.802,59**
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**435.802,59**
	2250 Manutenção do Centro de Especialidades Médicas				**435.802,59**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26000000	0001	435.802,59

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:24A0684A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO SUPLEMENTAR SUPERÁVIT DECRETO 35

DECRETO Nº 35, DE 01 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 169.707,51, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Santo Antônio/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 169.707,51 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e sete reais e cinquenta e um centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior que será utilizado como fonte de recurso para a abertura de créditos suplementares.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio/RN, 01 de julho de 2026

121.560.014-30
RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**169.707,51**
06 .002 Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica-FUNDEB					**169.707,51**
	2009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%.				**169.707,51**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25460000	0001	169.707,51

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:67C7CA02

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 023/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN, CNPJ 08.096.612/0001-31, com sede na Rua Capitão João Florêncio, n.º 45, Centro, neste ato representado pelo senhor GENILSON MEDEIROS MAIA, Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2026, publicada na forma da Lei processo administrativo n.º 2026.07.0136, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal n.º 037/2021 alterado pelo Decreto Municipal nº 127/2022.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para possível aquisição de Material elétrico com intuito de suprir as necessidades da administração pública municipal em São Fernando/RN.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem nas tabelas abaixo desta ata:

DENISE FERNANDES DE ARAUJO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 11.265.647/0001- 61 - Endereço: R CAPITAO JOSE INACIO - CEP: 59327000 - UF: RN - Município: São Fernando/RN						
Código	**Produto**	**Modelo**	**Marca/Fabric ante**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
0001	ELETRODUTO 25MM COM 3MT	INDUSPLAST	INDUSPLAST	100 UN	R$ 5,00	R$ 5,00
0002	ELETRODUTO 20MM COM 3MT	INDUSPLAST	INDUSPLAST	100 UN	$ 5,44	R$ 544,00
0003	PINO FÊMEA 10 A	PLUZIE	PLUZIE	100 UN	R$ 3,00	R$ 300,00
0004	PINO MACHO 10A	PLUZIE	PLUZIE	100 UN	R$ 3,43	R$ 343,00

0006	LUVA PARA ELETRICISTA 2,5KV	ORION	ORION	10 UN	R$ 180,00	R$ 1.800,00
0007	LUVA ELETRICISTA DE COBERTURA	THECO EPIA	THECO EPIA	10 UN	R$ 50,00	R$ 500,00
0009	PARAFUSO PARA POSTE 16X200MM	OLIVO	OLIVO	100 UN	R$ 8,20	R$ 820,00
0010	PARAFUSO PARA POSTE 16X300MM	OLIVO	OLIVO	100 UN	R$ 10,90	R$ 1.090,00
0013	PARAFUSO PARA POSTE 16X250MM	OLIVO	OLIVO	100 UN	R$ 9,90	R$ 990,00
0014	CANALETA 20X12MM	TRAMONTINA	TRAMONTINA	100 UN	R$ 3,80	R$ 380,00
0017	CHAVE E COMANDO 2X60	EXATRON	EXATRON	20 UN	R$ 178,90	R$ 3.578,00
0018	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LED 100W	BLUMENAU	BLUMENAU	100 UN	R$ 49,80	R$ 4.980,00
0019	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LED 150W	BLUMENAU	BLUMENAU	150 UN	R$ 69,80	R$ 10.470,00
0033	PLAFON	ROMAZI	ROMAZI	500 UN	R$ 3,45	R$ 1.745,00
0034	BOCAL E 40	SORTE LUZ	SORTE LUZ	200 UN	R$ 7,55	R$ 1.510,00
0035	BOCAL E 27	THOMPSON	THOMPSON	200 UN	R$ 3,10	R$ 620,00
0046	FIO SEMI-RÍGIDO 10MM ROLO COM 100MT	COBRECOM	COBRECOM	100 UN	R$ 950,00	R$ 95.000,00
0048	CABO PP 2X2,5MM ROLO COM 100MT	MEGATRON	MEGATRON	50 UN	R$ 510,00	R$ 25.500,00
0049	ILUMINARIA PÚBLICA ABERTA 250W	OLIVO	OLIVO	50 UN	R$ 229,95	R$ 11.497,50
0056	DUREX TRANSPARENTE PARA USO GERAL TAMANHO 12X40M.	BRASFORT	BRASFORT	500 UN	R$ 3,50	R$ 1.750,00
0057	MANGUEIRA LED REDONDA ROLO 100M BRANCO FRIO	NITROLUX	NITROLUX	20 UN	R$ 9.980,00	R$ 9.980,00
0058	MANGUEIRA LED REDONDA ROLO 100M BRANCO QUENTE	WINCY BRASIL	WINCY BRASIL	20 UN	R$ 499,00	R$ 9.980,00
0060	CABO DE ALUMÍNIO QUADRIPLEX 16MM, 500MT	MEGATRON	MEGATRON	1 M	R$ 3.998,70	R$ 3.998,70
0062	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO	QUALITRONIX	QUALITRONIX	300 M	R$ 4,90	R$ 1.470,00
Valor Total					**R$ 189.326,20**	

BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 45.740.175/0001-73 - Endereço: Rua Padre Agostinho Van Velse - CEP: 88113155 - UF: SC - Município: São José/SC

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabric ante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0020	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LED 200WW	LUMI.PUBL. SMD-	LUMI.PUBL. SMD-	150 UN	R$ 76,70	R$ 11.505,00
0054	REFLETOR DE LED 400W	RFT-400W	RFT-400W	50 UN	R$ 77,60	R$ 3.880,00
0055	REFLETOR DE LED 500W	RFT-500W RFT-500W	RFT-500W RFT-500W	50 UN	R$ 110,90	R$ 5.545,00
Valor Total					**R$ 20.930,00**	

ELETROCENTER MATERIAL ELETRICO E CONSTRUCAO CAICO LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não – Documento 24.523.276/0001-12 - Endereço: Rua Augusto Monteiro - CEP: 59300000 - UF: RN - Município: Caicó/RN

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabric ante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0008	CINTURÃO PARA ELETRICISTA COM TALABARTE	CINTURÃO PARA ELETRICISTA COM TALABARTE	TAMBASA	5 UN	R$ 120,00	R$ 600,00
0011	HASTE DE ATERRAMENTO 1,20 5/8	HASTE DE ATERRAMENTO 1,20 5/8	JVR	20 UN	R$ 13,50	R$ 270,00
0012	HASTE DE ATERRAMENTO 1,00 5/8	HASTE DE ATERRAMENTO 1,00 5/8	AURORENSE	20 UN	R$ 13,50	R$ 270,00
0024	CONECTOR PERFURAÇÃO CDP 70	CONECTOR PERFURAÇÃO CDP 70	PADRAO FORTE	150 UN	R$ 11,14	R$ 1.671,00
0044	FIO FLEXÍVEL 4MM COM 100MT	FIO FLEXÍVEL 4MM COM 100MT	DIMFLEX	100 UN	R$ 280,00	R$ 28.000,00
Valor Total					**R$ 30.811,00**	

H7 COMERCIO E SERVICOS EIRELI | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Sim - Documento 15.360.195/0001-58 - Endereço: Rua Estados Unidos - CEP: 45830344 - UF: BA - Município: Eunápolis/BA

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabric ante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0042	REATOR METÁLICO 400	REATOR METÁLICO 400	FORT	100 UN	R$ 74,00	R$ 7.400,00
0043	REATOR METÁLICA 250	REATOR METÁLICA 250	FORT	100 UN	R$ 65,00	R$ 6.500,00
Valor Total					**R$ 13.900,00**	

LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 40.351.078/0001-75 - Endereço: RUA MARIA ELITA DE FARIAS - CEP: 59151250 - UF: RN - Município: Parnamirim/RN

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabric ante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0022	ALÇA PRÉ FORMADA AMARR. PARA CB 16MM	STLOOP	STLOOP	100 UN	R$ 1,95	R$ 195,00
0026	DISJUNTOR MONOFASE 10 A	ELGIN	ELGIN	50 UN	R$ 5,00	R$ 250,00
0027	DISJUNTOR MONOFASE 16 A	ELGIN	ELGIN	50 UN	R$ 5,00	R$ 250,00
0028	DISJUNTOR MONOFASE 32 A	ELGIN	ELGIN	50 UN	R$ 5,00	R$ 250,00
0029	DISJUNTOR TRIFASE 25 A	ELGIN	ELGIN	50 UN	R$ 22,00	R$ 1.100,00
0030	DISJUNTOR TRIFASE 40 A	ELGIN	ELGIN	50 UN	R$ 22,00	R$ 1.100,00
0031	DISJUNTOR TRIFASE 32 A	ELGIN	ELGIN	50 UN	R$ 22,00	R$ 1.100,00
0032	DISJUNTOR TRIFASE 50 A	ELGIN	ELGIN	50 UN	R$ 22,00	R$ 1.100,00
0036	LÂMPADA LED 50W	EMPALUX	EMPALUX	1.000 UN	R$ 12,50	R$ 12.500,00
0037	LÂMPADA LED 60W	EMPALUX	EMPALUX	1.000 UN	R$ 18,00	R$ 18.000,00
0038	LÂMPADA LED 40W	EMPALUX	EMPALUX	300 UN	R$ 9,00	R$ 2.700,00
0039	LÂMPADA METÁLICA 250W	OURO LUX	OURO LUX	100 UN	R$ 22,00	R$ 2.200,00
0040	LÂMPADA METÁLICA 400W	OURO LUX	OURO LUX	100 UN	R$ 22,00	R$ 2.200,00
0041	LÂMPADA LED 30W	EMPALUX	EMPALUX	200 UN	R$ 6,50	R$ 1.300,00
0047	CABO PP 2X1,5MM ROLO COM 100MT	CONDEX	CONDEX	50 UN	R$ 300,00	R$ 15.000,00
0052	REFLETOR DE LED 100W	PRIC LED	PRIC LED	50 UN	R$ 23,00	R$ 1.150,00
Valor Total					**R$ 60.395,00**	

MOSINI, MAIA & CIA LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 43.850.771/0001-80 - Endereço: R PIRES FERREIRA - CEP: 59300000 - UF: RN - Município: Caicó/RN

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabric ante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0005	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 3MT	DECORLUX	DECORLUX	50 UN	R$ 7,09	R$ 354,50
0015	CONJUNTO CAIXA MONOFASE COMPLETO	TAF	TAF	10 UN	R$ 128,80	R$ 1.288,00
0016	CONJUNTO CAIXA TRIFASE COMPLETO	TAF	TAF	10 UN	R$ 298,90	R$ 2.989,00
0021	RELÉ FOTO ELÉTRICO	EXATRON	EXATRON	500 UN	R$ 14,72	R$ 7.360,00
0023	ALÇA PRÉ FORMADA AMARR. PARA CB 10MM	STEEL LOOP	STEEL LOOP	100 UN	R$ 1,91	R$ 191,00
0050	ILUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA E27 100W	OLIVO	OLIVO	200 UN	R$ 32,00	R$ 6.400,00
0051	BRAÇO RETO GALV. 1MT	PRÓPRIA	PRÓPRIA	200 UN	R$ 18,80	R$ 3.760,00
0053	REFLETOR DE LED 200	ALTEZA LED	ALTEZA LED	50 UN	R$ 42,40	R$ 2.120,00
0059	CABO DE ALUMÍNIO TRIPLEX 16MM, 500MT	DIMFLEX	DIMFLEX	1 M	R$ 2.243,80	R$ 2.243,80
0061	CABO DE ALUMINIO DUPLEX 16MM, 1000MT	DIMFLEX	DIMFLEX	1 M	R$ 2.399,90	R$ 2.399,90
Valor Total					**R$ 29.106,20**	

TRIUNFO ILUMINACAO LTDA | Tipo: EPP/SS - LC123: Sim - Documento 56.004.897/0001-86 - Endereço: Rua R 6 - CEP: 74125080 - UF: GO - Município: Goiânia/GO

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabric ante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0045	FIO FLEXÍVEL 2,5MM COM 100MT	750V	CONDUBRAZ	100 UN	R$ 189,90	R$ 18.990,00
Valor Total					**R$ 18.990,00**	

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Município de São Fernando/RN**.
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Da renovação de quantitativos
4.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
4.10.1 A renovação que trata o item, só poderá ser realizada desde que:
4.10.1.1 Seja comprovado o preço vantajoso;
4.10.1.2 Seja renovado dentro do prazo de sua vigência.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.11 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.10 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.10.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.10.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.11 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.11.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.12 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.13 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços: 5.13.1Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.13.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.13.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.13.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.13.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.14 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.15 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.16 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.13.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.16.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.16.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.17 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.18 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.18.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.19 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.20 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.16, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.21 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.21.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou 5.21.2Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.22 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.10 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.10.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.10.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.10.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.10.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.10 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.10.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.10.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.10.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.10.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.11 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.11.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.11.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.10, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.11.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.11.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.13, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.11 e no item 7.11.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.11.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.10 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.11 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.11.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.11.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.12 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.13 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.14 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.15 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.16 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.12, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.10 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor: 9.10.1Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado; 9.10.2Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.10.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.10.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.10.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.11 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.10 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.12 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.13 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.13.1 Por razão de interesse público;
9.13.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.13.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27
§ 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.10 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.10.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.11 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.12 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.10 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Fernando/RN, 12 de Agosto de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

DENISE FERNANDES DE ARAUJO LTDA
CNPJ N. º 11.265.647/0001-61

BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA
CNPJ N. º 45.740.175/0001-73

ELETROCENTER MATERIAL ELETRICO E CONSTRUCAO CAICO LTDA
CNPJ N. º 24.523.276/0001-12

H7 COMERCIO E SERVICOS EIRELI
CNPJ N. º 15.360.195/0001-58

LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ N. º 40.351.078/0001-75

MOSINI, MAIA & CIA LTDA
CNPJ N. º 43.850.771/0001-80

TRIUNFO ILUMINACAO LTDA
CNPJ N.° 56.004.897/0001-86

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:A6C1ABE8

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN** inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.096.612/0001-31, com sede na Rua Capitão João Florêncio 45, Centro, São Fernando/RN, CEP: 59327-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GENILSON MEDEIROS MAIA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026**, publicada na forma da lei, **processo administrativo n.º 2026.05.0085**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1.A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e instalação de aparelhos de academia popular ao ar livre.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem anexo I desta ata:
3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será o município de São Fernando/
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1. Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
1.1.
1.2. Da renovação de quantitativos
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
4.10. Poderá ser realizada a renovação de todos os itens/ lotes e seus quantitativos, nos termos do artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021 (Parecer n° 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU).
4.10.1.A renovação que trata o item, só poderá ser realizada desde que:
4.10.1.1. Seja comprovado o preço vantajoso;
4.10.1.2. Seja renovado dentro do prazo de sua vigência.
1.3.
5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
1.4.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
1.5.
9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Fernando/RN, 03/09/2026

Assinaturas

GENILSON MEDEIROS MAIA
Representante legal do órgão gerenciador

ALMIR SILVA PINHEIRO JÚNIOR
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO I
Prefeitura Municipal de São Fernando
Registro de Preços Eletrônico - 025/2026

SIGMETAL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EM ACOS LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 50.937.669/0001-82 - Endereço: RUA DRA. IDA TEIXEIRA - CEP: 46430000 - UF: BA - Município: -Telefone: (77) 99856-7360

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001		contratação de empresa especializada para fornecimento, montagem e instalação de aparelhos de academia popular ao ar livre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.					
	0001	ABDOMINAL INDIVIDUAL_FORTALECE A MUSCULATURA DO ABDÔMEN. FABRICADO EM TUBOS DE AÇO CARBONO E TUBO RETANGULAR DE 40X20 MM, APOIO DE PÉS EMBORRACHADO E PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, TAMPÕES EM AÇO PARA PROTEÇÃO, PLAQUETA EM POLIÉSTER COM ESPECIFICAÇÃO DOS MÚSCULOS TRABALHADOS. PARAFUSOS E PORCAS ANTIOXIDANTES. QUE POSSA SER INSTALADO AO AR LIVRE, RESISTENTE ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	5 UN	R$ 1.300,00	R$ 6.500,00
	0002	BARRA ALTA GIRATÓRIA TRIPLA_ ALONGA AS ARTICULAÇÕES DOS MEMBROS SUPERIORES, CINTURA ESCAPULAR, TRONCO E CINTURA, TRONCO E CINTURA PÉLVICA. FABRICADO EM TUBOS DE AÇO CARBONO. PINOS MACIÇOS, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE A BASE DE FOSFATO; PELÍCULA PROTETIVA DE RESINA DE POLIÉSTER TERMOENDURECÍVEL COLORIDO COM SISTEMA DE DEPOSIÇÃO DE PÓ ELETROSTÁTICO. QUE POSSA SER INSTALADA AO AR LIVRE, RESISTENTE ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	4 UN	R$ 1.650,00	R$ 6.600,00
	0003	BARRA FIXA_FUNÇÃO: FORTALECE OMBROS E PEITORAL. ESTRUTURA METÁLICA: EQUIPAMENTO PRODUZIDO A PARTIR DE TUBOS E CHAPAS EM AÇO CARBONO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPESSURAS MÍNIMAS DE 2,00 MM; ORIFÍCIOS TUBULARES BLINDADOS EM CHAPA 14, TORNANDO-O INSENSÍVEL À PENETRAÇÃO DE ÁGUA. DIMENSÕES: ALTURA: 2330 MM; LARGURA 228 MM; PROFUNDIDADE: 1089 MM; PESO: 24,71 KG; ÁREA: 0,25 M². QUE POSSA SER INSTALADA AO AR LIVRE, RESISTENTES ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	4 UND	R$ 1.100,00	R$ 4.400,00
	0004	ELÍPTICO INDIVIDUAL_ESTIMULA A COORDENAÇÃO MOTORA, AUMENTA A RESISTÊNCIA MUSCULAR DOS MEMBROS INFERIORES E DESENVOLVE O TRABALHO AERÓBICO. EQUIPAMENTO PRODUZIDO A PARTIR DE TUBOS E CHAPAS EM AÇO CARBONO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPESSURAS MÍNIMAS DE 2,00 MM; ORIFÍCIOS TUBULARES: EXTREMIDADES SUPERIORES, INFERIORES E MÓVEIS BLINDADOS EM CHAPA 14, TORNANDO-O INSENSÍVEL À PENETRAÇÃO DE ÁGUA; UTILIZANDO EIXOS MACIÇOS E USINADOS PARA ROLAMENTOS DUPLOS (TIPO ZZ). QUE POSSA SER INSTALADO AO AR LIVRE, RESISTENTES ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	4 UN	R$ 1.550,00	R$ 6.200,00
	0005	ESQUIADOR INDIVIDUAL_FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO; COM GALVANIZAÇÃO A FOGO; METALÃO DE NO MÍNIMO 30X50X2 MM, CHAPA ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 3 MM; COM PINOS MACIÇOS, ROLAMENTOS DUPLOS E BUCHAS ACETAL NAS ARTICULAÇÕES SUPERIORES, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHAS, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS	própria	proprio	4 UN	R$ 1.550,00	R$ 6.200,00

		PARA FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOLT); CORTES A LASER; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO, ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES NO APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX, OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, QUE POSSA SER INSTALADO AO AR LIVRE, RESISTENTES ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.					
	0006	EXERCITADOR DE PERNAS DUPLO_FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO, BANCO ANATÔMICO ISENTO DE ESTOFAMENTO, ROLAMENTOS DUPLOS E BLINDADOS, APOIO DOS PÉS EMBORRACHADO E PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, TAMPÕES EM AÇO PARA PROTEÇÃO DOS ROLAMENTOS, PLAQUETA EM POLIÉSTER COM ESPECIFICAÇÃO DOS MÚSCULOS TRABALHADOS. PARAFUSOS E PORCAS ANTIOXIDANTES. TIPO DE INSTALAÇÃO: CADEIRINHA. QUE POSSA SER INSTALADA AO AR LIVRE, RESISTENTES ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E FERRUGEM CONFORME REGULAÇÃO DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	5 UND	R$ 1.720,00	R$ 8.600,00
	0007	GIRO DIAGONAL DUPLO_FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO, MANÍPULOS EM BAQUELITE, PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, TAMPÕES EM AÇO PARA PROTEÇÃO, PLAQUETA EM POLIÉSTER COM ESPECIFICAÇÃO DOS MÚSCULOS TRABALHADOS. PARAFUSOS E PORCAS ANTIOXIDANTES. QUE POSSA SER INSTALADO AO AR LIVRE, RESISTENTES ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	5 UND	R$ 1.500,00	R$ 7.500,00

	0008	MULTI- EXERCITADOR CONJUGADO COM 6 FUNÇÕES DISTINTAS_SENTADO; 5º ROTAÇÃO VERTICAL INDIVIDUAL; 6º PUXADA ALTA; COM FABRICAÇÃO EM AÇO DE CARBONO DE NO MÍNIMO 2'1/2X2 MM; 3/4X1,50 MM; 2'X2 MM; 1'1X2X3 MM; 1'X1,50 MM; 1'1/2X1,50 MM; COM GALVANIZAÇÃO A FOGO; OBLONGO DE NO MÍNIMO 20X50X1,50 MM; COM PINOS MACIÇOS, ROLAMENTOS DUPLOS E BUCHAS ACETAL NAS ARTICULAÇÕES SUPERIORES, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOLT); CORTES A LASER; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO; COM ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX, CARGA MÁXIMA DE PESO COM 5 KG POR DISCO, QUE OFEREÇA TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO QUE OS APARELHOS POSSAM SER INSTALADOS AO AR LIVRE, RESISTENTES ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÃO DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	4 UN	R$ 2.950,00	R$ 11.800,00
	0009	PEITORAL DUPLO_FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO E TUBO RETANGULAR 50X30 MM, MANOPLAS EMBORRACHADAS E PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA, TAMPÕES EM AÇO PARA PROTEÇÃO DOS ROLAMENTOS, PLAQUETA EM POLIÉSTER COM ESPECIFICAÇÃO DOS MÚSCULOS TRABALHADOS. PARAFUSOS E PORCAS ANTIOXIDANTES. DIMENSÕES: DUPLO; ALTURA: 1,80 M; LARGURA: 0,80 M; COMPRIMENTO: 2,50 M. PESO: 70 KG. QUE POSSA SER INSTALADO AO AR LIVRE, RESISTENTES ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	própria	proprio	4 UN	R$ 2.000,00	R$ 8.000,00

	0010	SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL_FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO; COM ROLAMENTOS DUPLOS, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, ORIFÍCIOS	própria	proprio	4 UND	R$ 1.400,00	R$ 5.600,00

		PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOLT); CORTES A LASER; ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX; TAMPÃO DE METAL ESTAMPADOS E ARREDONDADO; BANCO ARREDONDADO SEM QUINA; CARGA RELATIVA DE NO MÍNIMO 10% DA MASSA CORPORAL DO USUÁRIO; OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO AO AR LIVRE; RESISTENTE ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÃO DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.					
	0011	SIMULADOR DE CAMINHADA TRIPLO_FABRICADO COM TUBOS DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 2'1/2X2 MM; 2'X2 MM; 1'1/2X150 MM; COM GALVANIZAÇÃO A FOGO; CHAPA ANTIDERRAPANTE DE NO MÍNIMO 3 MM; COM PINOS MACIÇOS, ROLAMENTOS DUPLOS, PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA, BATENTES DE BORRACHA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA A FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO (CHUMBADORES PARABOLT); CORTES A LASER; TAMPÃO DE METAL ARREDONDADO, ESPECIFICAÇÕES MUSCULARES EM CADA APARELHO EM BAIXO RELEVO EM INOX. OFERECENDO TOTAL SEGURANÇA AOS USUÁRIOS, PERMITINDO QUE O APARELHO POSSA SER INSTALADO AO AR LIVRE; RESISTENTE ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	própria	proprio	4 UND	R$ 3.075,00	R$ 12.300,00
	0012	PLACA ORIENTATIVA FRENTE E VERSO_FABRICADA COM TUBO DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1.020, PLACA ORIENTATIVA FRENTE E VERSO_FABRICADA COM TUBO DE AÇO CARBONO DE NO MÍNIMO 1.020, 2" X 2 MM, CHAPA 1.000 X 2.000 X 1,5 MM; 3" X 1,50 MM; PINTURA EPÓXI ELETROSTÁTICA, SOLDA MIG, ORIFÍCIOS PARA FIXAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE NO MÍNIMO 50 CM ABAIXO DO CONCRETO; ADESIVADA FRENTE E VERSO CONTENDO TODOS OS APARELHOS COM ESPECIFICAÇÕES DE MUSCULATURA ENVOLVIDA; A PLACA NÃO PODE CONTER QUINAS E SIM MOLDURA TUBULAR. QUE POSSA SER INSTALADA AO AR LIVRE, RESISTENTE ÀS AÇÕES CLIMÁTICAS E A FERRUGEM CONFORME REGULAÇÕES DA ABNT, NBR E INMETRO. GARANTIA DE 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	proprio	proprio	4 UND	R$ 1.450,00	R$ 5.800,00
	TOTAL DO LOTE						R$ 89.500,00
	TOTAL DO VENCEDOR						R$ 89.500,00
	Valor Total:						**R$ 89.500,00**

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:AEF3F05C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01073/2026 – PMSF/RN (RETIFICADO)

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 158.479,71 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
2 - Prefeitura Municipal de São Fernando				
18001 - Secretaria Municipal de Transporte, Serviços e Mobilidade Urbana				
2.15 - Manutenção Serv. Obras e Serv. Urbanos				
	890 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		Fonte: 15000000	R$ 7.103,00
Total da Ação:				**R$ 7.103,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 7.103,00**
19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer				
2.22 - Manut. Sev. Culturais, Artísticos e Turis				

		1018 - 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
		1021 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 41.000,00
Total da Ação:				**R$ 44.000,00**
	2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%			
		925 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15021001	R$ 51.376,71
Total da Ação:				**R$ 51.376,71**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 95.376,71**
	19002 - Secretaria Municipal de Educação-FUNDEB			
	2.31 - Manut. Ensino Infantil/ CRECHE 30 % FUNDEB			
		1060 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15400000	R$ 56.000,00
Total da Ação:				**R$ 56.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 56.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
	19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
	2.22 - Manut. Sev. Culturais, Artísticos e Turis			
		1017 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
Total da Ação:				**R$ 3.000,00**
	2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%			
		924 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15021001	R$ 1.376,71
Total da Ação:				**R$ 1.376,71**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 4.376,71**
	19002 - Secretaria Municipal de Educação-FUNDEB			
	2.118 - Manut .Ens . Infant i l/ PRE - ESCOLA - 30 % FUNDEB			
		1075 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15400000	R$ 56.000,00
Total da Ação:				**R$ 56.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 56.000,00**
	20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.			
	2.75 - Prog . Abast .Dágua Zona Rural / u rb ana			
		1150 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:				**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 50.000,00**
	3 - Fundo Municipal de Saúde de São Fernando			
	17001 - Fundo Municipal de Saúde			
	2.9 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde			
		1411 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021002	R$ 48.103,00
Total da Ação:				**R$ 48.103,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 48.103,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 17 de agosto de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

** REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:A6F285E4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 025/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Prefeitura Municipal de São Fernando					
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN					
Dispensa Eletrônica - 025/2026					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 74,48					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400 (31.911.301/0001-09)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA	BERIKA	120	5.724,00
Item: 0002 - BABY LOOK GOLA POLO, MANGA CURTA, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 74,89					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400 (31.911.301/0001-09)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	BABY LOOK GOLA POLO, MANGA CURTA	BERIKA	60	2.874,00
Item: 0003 - CAMISA GOLA POLO MANGA CURTA C/BOLSO, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 79,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400 (31.911.301/0001-09)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	CAMISA GOLA POLO MANGA CURTA C/BOLSO	BERIKA	15	748,50
Item: 0004 - CAMISA GOLA REDONDA, MALHA UV 100%, MANGA LONGA, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 125,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400 (31.911.301/0001-09)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	CAMISA GOLA REDONDA, MALHA UV 100%, MANG	BERIKA	15	1.018,50
Item: 0005 - COLETE DE TECIDO OXFORD, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 74,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400 (31.911.301/0001-09)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	COLETE DE TECIDO OXFORD,	BERIKA	15	975,00

Item: 0006 - CAMISA GOLA POLO MANGA LONGA C/BOLSO, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 82,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400 (31.911.301/0001-09)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	CAMISA GOLA POLO MANGA LONGA C/BOLSO	BERIKA	15	748,50
Item: 0007 - CAMISA 100% POLIESTER PP, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 53,05					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
NALINHA CONFECCOES E TECNOLOGIA TEXTIL LTDA (43.434.965/0001-03)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	Conforme edital	Na Linha	200	5.000,00
Item: 0008 - CAMISA GOLA REDONDA, MANGA CURTA, MALHA ALGODÃO, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Valor Referência: R$ 59,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
NALINHA CONFECCOES E TECNOLOGIA TEXTIL LTDA (43.434.965/0001-03)	Adjudicado em: 03/09/2026 - 11:38:56 - Por: GENILSON MEDEIROS MAIA	Conforme edital	Na Linha	100	3.000,00
GENILSON MEDEIROS MAIA					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:8A99FB38

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 025/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de São Fernando			
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN			
Dispensa Eletrônica - 025/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - CAMISA GOLA POLO, MANGA CURTA - Valor Referência: R$ 74,48			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400	47,70	5.724,00	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0002 - BABY LOOK GOLA POLO, MANGA CURTA, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - BABY LOOK GOLA POLO, MANGA CURTA - Valor Referência: R$ 74,89			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400	47,90	2.874,00	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0003 - CAMISA GOLA POLO MANGA CURTA C/BOLSO, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - CAMISA GOLA POLO MANGA CURTA C/BOLSO - Valor Referência: R$ 79,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400	49,90	748,50	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0004 - CAMISA GOLA REDONDA, MALHA UV 100%, MANGA LONGA, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - CAMISA GOLA REDONDA, MALHA UV 100%, MANG - Valor Referência: R$ 125,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400	67,90	1.018,50	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0005 - COLETE DE TECIDO OXFORD, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - COLETE DE TECIDO OXFORD, - Valor Referência: R$ 74,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400	65,00	975,00	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0006 - CAMISA GOLA POLO MANGA LONGA C/BOLSO, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - CAMISA GOLA POLO MANGA LONGA C/BOLSO - Valor Referência: R$ 82,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
DAMIAO HONORATO DOS SANTOS 05230198400	49,90	748,50	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0007 - CAMISA 100% POLIESTER PP, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Conforme edital - Valor Referência: R$ 53,05			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
NALINHA CONFECCOES E TECNOLOGIA TEXTIL LTDA	25,00	5.000,00	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
0008 - CAMISA GOLA REDONDA, MANGA CURTA, MALHA ALGODÃO, TAMANHOS: P, M, G, GG, XG, E XGG (MALHA PIQUET) COM BORDADO OU ESTAMPA PERSONALIZADA NO PEITO - Conforme edital - Valor Referência: R$ 59,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
NALINHA CONFECCOES E TECNOLOGIA TEXTIL LTDA	30,00	3.000,00	Homologado em 03/09/2026 11:39:10 Por: GENILSON MEDEIROS MAIA
GENILSON MEDEIROS MAIA			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:01A2ABE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DESPORTO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PORTARIA Nº 7/2026 - REMANEJAMENTO

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DE CAMPESTRE
RUA GETULIO VARGAS, 234, Centro, SAO JOSE DO CAMPESTRE/RN
CEP: 5927500
CNPJ: 08.146.425/0001-15

PORTARIA Nº 7, DE 06 de julho de 2026

Altera o “Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD” da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CAMPESTRE/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 2.284.693,43 (dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e quarenta e três centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Cons tui fonte de recursos para efe vação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entraem vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO JOSE DO CAMPESTRE/RN, 06 de julho de 2026

ERIBALDO LIMA
147.660.434-72
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					2.284.693,43
02 .001 Gabinete do Prefeito					8.193,15
	2004 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				8.193,15
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	8.193,15
03 .001 Sec.Mun.de Administração					85.699,00
	2007 Manutenção das ações da Secretaria Municipal de Administração				82.099,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	480,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	11.937,16
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	2.641,84
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	67.040,00
	2009 Contribuição a AMLAP,CNM e FEMURN				3.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	3.600,00
04 .001 Sec.Mun.de Finanças e Tributação					7.000,00
	1007 Aquisição de Equipam.e Material permanente				2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
	2016 Manut.das Ações da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação				5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
05 .001 Fundo Municipal de Assistência Social					144.834,36
	2022 Manut.das Ações do Fundo Municipal de As sistencia Social				106.986,36
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	80.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.086,36
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.700,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	1.200,00
	2025 Manut.das Ações do Serviço de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos				21.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	21.000,00
	2029 Manut. das Ações de Cadastramento e Concessao de Beneficios Eventuais				1.048,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.048,00
	2020 Manutenção do Programa Primeira Infancia no SUAS-CRIANÇA FELIZ				13.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	13.200,00
	2030 Prog.de Fort.Emerg.do Atend.do Cadastro Unico - PROCADSUAS				2.600,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	2.600,00
06 .001 Sec.Mun.de Educação e Desporto					1.626.410,86
	2033 Manut.das Ações da Secretaria Municipal de Educação				722.495,86
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	722.495,86
	2045 Manutenção das Ações do Programa Nacional da Merenda				78.915,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	78.915,00
	2036 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental-70% 300.000,00				
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	300.000,00
	2047 Manutenção do Ensino Infantil-FUNDEB 70%				525.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	500.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401072	0001	25.000,00
07 .001 Fundo Municipal de Saúde					315.478,19

	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saude				33.977,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15001002	0001	3.600,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	410,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	6.132,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	23.835,00
	2056 Manutenção das Ações do Incentivo Finan. da APS- E.ESF-e E.Atençao				13.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	3.000,00
	2059 Manutenção das Ações do EMULT/Equipes Multiprofissionais a Atenção				17.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	17.600,00
	2069 Manutenção do Programa de assistencia Farmaceutica Basica e Insumos				112.590,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	112.590,00
	2066 Manutenção das Ações de Incremento Tempo rario ao Custeiodos Serv.MAC				108.297,86
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	19.497,86
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	88.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003120	0001	800,00
	2067 Manutenção do CEO - Centro ESPEC Odonto.				21.613,33
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	21.613,33
	2068 Manutenção do Hospital Maternidade Maria Vicencia de Souza				7.900,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	7.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	700,00
08 .001 Sec.Mun.de Transporte, Obras e Urbanismo					44.217,87
	2072 Manutenção das ações da secretaria Munc.de transportes,Obras e urbanismo				44.217,87
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	42.917,87
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.300,00
09 .001 Sec.Mun.de Agricultura					3.300,00
	2077 Manut.das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura				3.300,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	3.300,00
10 .001 Sec.Mun.de Cultura					23.360,00
	2079 Manutenção das Ações da Secretaria municipal de Cultura				5.360,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.360,00
	2089 Manutenção das Ações das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo				18.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	17190000	0001	18.000,00
11 .001 Sec.Mun.de Turismo e Meio Ambiente					500,00
	2093 Manut. das Ações da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente				500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	500,00
12 .001 Procuradoria Geral do Município					20.000,00
	2094 Manut.da Procuradoria Geral				20.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
13 .001 Controladoria Geral do Municipio					5.700,00
	2095 Manut.da Controladoria Geral				5.700,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.500,00
Anexo II (Redução)					2.284.693,43
02 .001 Gabinete do Prefeito					8.193,15
	2002 Manut.das Ações do Gabinete do Prefeito				8.193,15
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.193,15
03 .001 Sec.Mun.de Administração					39.699,00
	2007 Manutenção das ações da Secretaria Municipal de Administração				12.005,84
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	3.600,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.520,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	1.200,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	1.600,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	4.085,84
	2009 Contribuição a AMLAP,CNM e FEMURN				20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00

	2011 Manutenção das Ações do Setor de Desporto				7.693,16
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	2.693,16
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	5.000,00
04 .001 Sec.Mun.de Finanças e Tributação					7.000,00
	2016 Manut.das Ações da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação				7.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
05 .001 Fundo Municipal de Assistência Social					126.634,36
	2019 Manut.das Ações do Bloco da P.Social bas ./Serv.de C.de				6.100,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	3.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16600000	0001	1.100,00
	2022 Manut.das Ações do Fundo Municipal de As sistencia Social				79.306,36
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	60.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	8.006,36
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	3.900,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	16600000	0001	1.600,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	1.100,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	4.700,00
	2023 Manut.dos Serviços de P.Social e Atend.Integral a Familia-PAIF no Ambito				470,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	470,00
	2018 Manutenção das Ações do Fundo Municipal do Idoso				4.200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16600000	0001	1.200,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	16600000	0001	3.000,00
	2025 Manut.das Ações do Serviço de Convivenci a e Fortalecimento de Vinculos				13.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	13.200,00
	2027 Manut.das Ações do Programa de Distribuição de Cesta Basica para Familias				8,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	8,00
	2028 Doações de Peixe e outros produtos				150,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	150,00
	2020 Manutenção do Programa Primeira Infancia no SUAS-CRIANÇA FELIZ				600,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16600000	0001	600,00
	2021 Apoio do Fundo da Infancia e do Adolesce nte/FIA				2.600,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16600000	0001	2.600,00
	2030 Prog.de Fort.Emerg.do Atend.do Cadastro Unico - PROCADSUAS				20.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	20.000,00
06 .001 Sec.Mun.de Educação e Desporto					1.644.610,86
	2043 Manut.das Ações do Setor do Ensino Infantil				189.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	189.300,00
	2048 Manutenção das ações do setor do Ensino de Jovens e Adultos				11.618,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	11.618,00
	2041 Manutenção das Ações do programa do Transporte Escolar Universitario e				249.266,66
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	249.266,66
	2033 Manut.das Ações da Secretaria Municipal de Educação				45.311,20
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	33.411,20
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001001	0001	3.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	3.400,00
	2049 Manutenção das Ações do Setor do Progra ma Nacional da Merenda Escolar/PNAE/EJA				78.915,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	78.915,00
	2036 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental-70% 750.000,00				
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	500.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	250.000,00
	2037 Manutenção do Ensino Fund. - 30%				18.200,00

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	18.200,00
	2047 Manutenção do Ensino Infantil-FUNDEB 70%				25.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15421070	0001	25.000,00
	2050 Manutenção das Ações de Afabetização de jovem e Adulto-FUNDEB 70%				50.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	50.000,00
	2053 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Especial 227.000,00				
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15001001	0001	2.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001001	0001	20.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	200.000,00
07 .001 Fundo Municipal de Saúde					315.478,19
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saude				17.700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	17.500,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15001002	0001	200,00
	2056 Manutenção das Ações do Incentivo Finan. da APS- E.ESF-e E.Atençao				800,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16003120	0001	800,00
	2057 Man.das Ações do Inc.T.ao Custeio dos serv.de Aten.P.em Saude-Emenda				210.590,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	17.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16000000	0001	30.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	162.590,00
	2060 Manutenção de Convenios e Consorcio com prestadores de serviços				18.480,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	880,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	17.600,00
	2069 Manutenção do Programa de assistencia Farmaceutica Basica e Insumos				26.243,33
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	23.243,33
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003120	0001	3.000,00
	2066 Manutenção das Ações de Incremento Tempo rario ao Custeiodos Serv.MAC				19.497,86
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16003120	0001	19.497,86
	2067 Manutenção do CEO - Centro ESPEC Odonto.				22.167,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	21.667,00
08 .001 Sec.Mun.de Transporte, Obras e Urbanismo					44.217,87
	2074 Manutenção dos serviços de coleta e limpeza publica				990,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	990,00
	2072 Manutenção das ações da secretaria Munc.de transportes,Obras e urbanismo				43.227,87
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	310,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	42.917,87
09 .001 Sec.Mun. de Agricultura					3.300,00
	2077 Manut.das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura				1.550,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	750,00
	2078 Fortalecimeno do seguro Garantia Safra				1.750,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	490,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	260,00
10 .001 Sec.Mun.de Cultura					69.360,00
	2079 Manutenção das Ações da Secretaria municipal de Cultura				3.800,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.300,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
	2081 Promoção de Eventos Culturais e Sociais				47.560,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.560,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17150000	0001	46.000,00
	2089 Manutenção das Ações das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo				18.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE	17190000	0001	8.000,00

		TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17190000	0001	10.000,00
11 .001 Sec.Mun.de Turismo e Meio Ambiente					500,00
	2093 Manut. das Ações da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente				500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
12 .001 Procuradoria Geral do Município					20.000,00
	2094 Manut.da Procuradoria Geral				20.000,00
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	9.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
13 .001 Controladoria Geral do Municipio					5.700,00
	2095 Manut.da Controladoria Geral				5.700,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	200,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	5.500,00

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:5F3E4408

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 159, DE 03 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público para provimento de cargos do Município de São José do Seridó.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, alínea *a*, da Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO a existência de cargos vagos, pela Lei Complementar Municipal 119/2025, que cria e dispõe sobre os cargos públicos de provimento efetivo vinculados ao quadro de pessoal do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**; alteradas pelas Leis Complementar nº 121/2025 e Lei Complementar nº 122/2025;
CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público promovido pelo INSTITUTO IGEDUC - CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE, conforme o Edital nº. 001/2025, **HOMOLOGADO** pela Portaria de Homologação nº 030/2026, publicado na FEMURN de 13 de fevereiro de 2026, obedecida a ordem de classificação dos aprovados e, ainda, a quantidade de vagas ofertadas;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição dos quadros de servidores do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, de forma a garantir a continuidade do serviço público;

RESOLVE:
Art. 1º. **INABILITAR** o candidato relacionado no Anexo I pelo envio do Termo de Desistência do Cargo referente ao Concurso Público 001/2025 protocolado na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas na data de 03 de setembro de 2026, consoante Certidão expedida pela SEAGEP.
Art. 2º. **CONVOCAR** para apresentação de documentos o candidato relacionado no Anexo II.
Art. 3º. O candidato convocado deverá apresentar-se na **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, situada na sede da Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN, Rua Vicente Pereira, nº 87, Centro, São José do Seridó/RN, 59378-000, **no período de 03 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026**, no horário das 08:00h a 12:00h, **munido dos documentos e exames ORIGINAIS e respectivas CÓPIAS legíveis.**
Parágrafo único. Os documentos listados nos Anexos III e IV deverão ser entregues em pastas distintas (original e cópia), devendo o candidato observar rigorosamente a ordem de checklist estabelecida em cada anexo, a fim de viabilizar a celeridade na conferência pela Secretaria de Administração (Anexo III) e pelo Médico do Trabalho (Anexo IV).
Art. 4°. O convocado deverá comparecer para elaboração de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) na Clínica Vida, na Rua Generina Vale, 983, Centro, Caicó, mediante prévio agendamento, através do telefone (84) 99200-0808, de segunda a sexta no horário de 08:30 às 11:30, **no período de 05 de outubro de 2026 a 08 de outubro de 2026**, para perante o Médico do Trabalho, munidos dos documentos médicos, serem avaliados quando a aptidão para o cargo.
Parágrafo único. O médico do trabalho oficial poderá solicitar dos candidatos outros exames bem como pareceres que julgarem necessários
Art. 5°. A posse dos candidatos regulamente habilitados após análise da documentação relacionados no Anexo III realizar-se-á em até 30 (trinta) dias, a serem contados a partir da data da publicação da portaria de nomeação.
Art. 6º. Eventuais dúvidas relativas ao processo de convocação, entrega de documentos ou exames médicos poderão ser sanadas junto à Secretaria Municipal de Administração, por meio do e-mail prefeituradesaojose@yahoo.com.br, ou presencialmente na sede da Prefeitura, situada na Rua Vicente Pereira, nº 87, Centro. São José do Seridó/RN, no horário de expediente das 07:00h às 12:00h.
Art. 7°. O não comparecimento do candidato convocado para apresentação de documentação configurará desistência tácita.
Art. 8°. O não comparecimento do nomeado para tomar posse no prazo legal tornará a nomeação sem efeito.
Art. 9º. O empossado entrará em exercício na data da posse.
Art. 10. O empossado que não entrar em exercício no prazo legal será exonerado do cargo.
Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 03 de setembro de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

ANEXO I – INABILITAR

RELAÇÃO DOS INABILITADOS DA PORTARIA Nº 156 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

• CARGO: FONOAUDIÓLOGO		
CANDIDATO	**INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
ELISA ARCANJO DE SOUSA MORAIS	0005694	1º

ANEXO II

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

• CARGO: FONOAUDIÓLOGO		
CANDIDATO	**INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
KAREN MAYARA ROLIM DA SILVA LIMA	0004504	2º

ANEXO III

LISTA DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

Laudo médico, emitido pela Medico Oficial do trabalho, atestando aptidão física e mental do candidato, juntamente aos exames descritos no Anexo IV (Este documento é a única exceção para este primeiro momento, devendo ser entregue junto com a relação do anexo IV na mesma data prevista);
Uma foto 3x4 (recente);
Carteira de identidade;
Cadastro de pessoas físicas – CPF;
Comprovante de residência atualizado;
Título de eleitor com certidão de quitação eleitoral fornecida pelo cartório eleitoral;
Certificado de reservista, quando do sexo masculino;
Comprovação dos pré-requisitos/escolaridade devidamente registrado no órgão competente relativo a cada cargo exigidos no EDITAL n°. 01/2025 PREFEITURA;
Certificado de conclusão de cursos profissionalizante, cursos de especialização e demais cursos específicos de acordo com o Edital 001/2025 da Prefeitura do Concurso Público para cada cargo;
Certidão de nascimento ou casamento;
Em caso de dependentes:
Certidão de Nascimento, CPF e Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos;
Comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado com idade de 06 a 14 anos
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – Original e cópia - Página com foto frente e verso e todos os contratos de trabalho e a seguinte em branco ou Extrato de outros vínculos impresso encontrado na carteira de trabalho digital.
Cartão de inscrição PIS/PASEP, se houver;
Registro no conselho ou órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;
Dados bancários (Banco, Conta e agência);
Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) e extrato completo com remuneração expedido pelo INSS ou por meio do endereço eletrônico ou app do Meu INSS;
Visto de permanência, se estrangeiro;
Folhas de antecedentes criminais, expedidas pela Justiça Federal ,(A Certidão que deverá ser emitida será a do órgão: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO** (https://certidoes.trf5.jus.br/certidoes2022/), e Justiça Comum (https://certidoes.tjrn.jus.br/f/public/form.xhtml) e Polícia Federal (https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/), onde o candidato tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos e outros necessários ao cadastramento, expedidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, respeitando o prazo de validade descrito na própria certidão, quando houver, quanto as coordenações criminais por perda de cargo ou função pública ou por improbidade administrativa;
Declaração emitida pelo setor de pessoal de órgão público do qual é ou foi servidor público, nos cinco anos anteriores à posse, que não sofreu punição administrativa que o inabilitou para o exercício de outro cargo ou função pública.
Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos e Funções Públicas (ou de não acumulação), devidamente preenchida e assinada pelo candidato, conforme modelo disponibilizado no **Anexo V** desta Portaria.
Declaração de Bens e Valores, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo constante no **Anexo VI** desta Portaria.
Exclusivamente para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, além dos documentos previstos anteriormente, o candidato convocado deverá apresentar documentação comprobatória, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, consistente em, no mínimo, 3 (três) documentos distintos que, em conjunto, permitam verificar a residência na microárea de atuação do PSF desde a data de publicação do Edital 001/2025. Para fins de comprovação de residência, serão aceitos: faturas de água, luz ou telefone; contrato de aluguel com firma reconhecida; ou certidão de registro em Unidade Básica de Saúde (e-SUS), sem prejuízo de outros que igualmente cumpram o requisito de comprovação de residência. Saliente-se que, a critério da Administração Pública, poderão ser solicitados outros documentos comprobatórios complementares.
Em conformidade com o PCMSO municipal e as diretrizes da NR-32, a apresentação do Cartão de Vacinação atualizado é condição para a admissão, observando-se os seguintes critérios:
EXIGÊNCIA OBRIGATÓRIA (Cargos de Risco Biológico e Social): Para os cargos de **Nutricionista, Psicólogo, Assistente Social, Psicopedagogo, Supervisor Escolar, Professores** (todas as especialidades), **Médico Veterinário, Odontólogo, Terapeuta Ocupacional, Educador Físico - Bacharel, Enfermeiro, Farmacêutico/Bioquímico, Fisioterapeuta, Médico, Fonoaudiólogo, Agente de Combate às Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Fiscal de Vigilância Sanitária, Orientador Social, Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório de Análises Clínicas**, é obrigatória a comprovação de imunização contra: Hepatite B (Esquema completo), Dupla Adulto - dT (Tétano e Difteria), Tríplice Viral (Sarampo, Caxumba e Rubéola), Influenza (Dose do ano vigente) e COVID-19 (Esquema vacinal atualizado conforme orientações do Ministério da Saúde).
Na ausência de comprovação de alguma das doses obrigatórias no ato da entrega de documentos, o candidato deverá apresentar Termo de Compromisso de regularização junto à rede de saúde em até 30 (trinta) dias após a posse.
Na hipótese de qualquer dos documentos ter sido emitido em nome de terceiros, deverá ser apresentada documentação complementar que comprove a residência do candidato.

ANEXO IV

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS

REGRAS GERAIS DE VALIDADE

Exames Laboratoriais e Clínicos

Todos os exames laboratoriais e clínicos constantes deste Anexo devem ter sido realizados e emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para o exame médico admissional, salvo quando outra validade for expressamente indicada para o exame, conforme especificado neste Anexo.

Laudo Médico para Candidatos com Deficiência (PcD)

Para os candidatos que concorram às vagas reservadas a Pessoas com Deficiência (PcD), o laudo médico que atesta o tipo e o grau de deficiência, com indicação do código CID correspondente, deve ter sido emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do exame médico admissional.

Isenção de Radiologia para Candidatas Gestantes

As candidatas em estado de gravidez ficam isentas de todos os exames que envolvam exposição à radiação ionizante (radiografias), devendo apresentar laudo de médico ginecologista que ateste a gestação e declare a isenção dos referidos exames.

QUADRO-RESUMO: CARGOS E GRUPOS DE EXAMES

Cada cargo se enquadra em um dos grupos a seguir. Além dos exames do seu grupo específico, todos os candidatos devem realizar os exames da Lista Global (Seção 3).

CARGO	GRUPO / LISTA DE EXAMES
Agente Administrativo	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Agente de Combate às Endemias	Grupo 3 — Saúde / Assistência Comunitária
Agente Comunitário de Saúde	Grupo 3 — Saúde / Assistência Comunitária
Analista de Controle Interno	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Assistente Social	Grupo 4 — Saúde / Educação /Assistência Social e Psicossocial
Contador	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Educador Físico – Bacharel	Grupo 5 — Educação Física
Enfermeiro	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Farmacêutico/Bioquímico	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Fiscal de Tributos	Grupo 6 — Técnica, Fiscal e Contábil
Fiscal de Vigilância Sanitária	Grupo 3 — Saúde / Assistência Comunitária
Fisioterapeuta	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Fonoaudiólogo	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Médico	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Médico Veterinário	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Nutricionista	Grupo 4 — Saúde / Educação /Assistência Social e Psicossocial
Odontólogo	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Orientador Social	Grupo 4 — Saúde / Assistência Social e Psicossocial
Professor de Ciências – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Artes – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Especial (AEE) – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Física – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Educação Infantil – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Geografia – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de História – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Língua Inglesa – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Língua Portuguesa – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor de Matemática – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Professor Polivalente (Séries Iniciais) – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Psicólogo	Grupo 4 — Saúde / Educação / Assistência Social e Psicossocial
Psicopedagogo – Licenciatura	Grupo 1 — Educação
Supervisor Escolar	Grupo 1 — Educação
Técnico em Enfermagem	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Técnico em Laboratório de Análises Clínicas	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes
Terapeuta Ocupacional	Grupo 2 — Saúde / Contato com Pacientes

LISTA GLOBAL — EXAMES EXIGIDOS DE TODOS OS CARGOS

Os exames abaixo são **OBRIGATÓRIOS PARA TODOS OS CANDIDATOS APROVADOS**, independentemente do cargo para o qual foram convocados, salvo as exceções expressamente previstas neste Anexo.

Atestado de Sanidade Mental — validade de 30 (trinta) dias, emitido por médico psiquiatra com RQE.
Hemograma Completo — validade de 90 (noventa) dias
Glicemia em Jejum — validade de 90 (noventa) dias
Sumário de Urina com Sedimentoscopia — validade de 90 (noventa) dias
Exame Parasitológico de Fezes (EPF) — validade de 90 (noventa) dias
Tipagem sanguínea: ABO + RH — validade de 90 (noventa) dias
Acuidade Visual (com ou sem correção) — validade de 90 (noventa) dias
Colesterol Total e Frações (HDL, LDL, VLDL) — validade de 90 (noventa) dias
Bioquímica de Sangue: Ureia, Creatinina, Ácido Úrico, Triglicerídeos, TGO e TGP — validade de 90 (noventa) dias
NOTA: Validade padrão dos exames desta lista: 90 (noventa) dias, contados da data de emissão do resultado, salvo o Atestado de Sanidade Mental, cuja validade é de 30 (trinta) dias.

EXAMES COMPLEMENTARES POR IDADE E SEXO

Além dos exames da Lista Global e do grupo específico do cargo, os candidatos deverão apresentar os exames abaixo, conforme aplicável ao seu perfil.

Dosagem de PSA (Antígeno Prostático Específico) — exigido para candidatos do sexo masculino com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

Citologia Oncótica (Papanicolau) com **PARECER DE MÉDICO GINECOLOGISTA** — exigida para candidatas do sexo feminino (todas as idades).

Mamografia com **PARECER DE MÉDICO MASTOLOGISTA** — exigida para candidatas do sexo feminino com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos.

LISTAS ESPECÍFICAS POR GRUPO DE CARGOS

Os exames listados em cada grupo são adicionais aos da **Lista Global** (Seção 3). A validade de **TODOS OS EXAMES,** incluindo os da seção 4 - Exames complementares por idade e sexo é de 90 (noventa) dias, salvo quando outra validade for expressamente indicada para o exame, conforme especificado neste Anexo.

GRUPO 1 — EDUCAÇÃO
CARGOS ABRANGIDOS:
Supervisor Escolar
Psicopedagogo – Licenciatura
Professor de Ciências – Licenciatura
Professor de Educação Especial (AEE) – Licenciatura
Professor de Educação Infantil – Licenciatura
Professor Polivalente (Ensino Fundamental – Séries Iniciais) – Licenciatura
Professor de Educação Artes – Licenciatura
Professor de Educação Física – Licenciatura
Professor de Geografia – Licenciatura
Professor de História – Licenciatura
Professor de Língua Portuguesa – Licenciatura
Professor de Língua Inglesa – Licenciatura
Professor de Matemática – Licenciatura

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:
Audiometria Tonal com Laudo
Audiometria Vocal
Videolaringoscopia, com imagens e laudo descritivo assinado por **OTORRINOLARINGOLOGISTA COM RQE**
Eletrocardiograma com **PARECER DE MÉDICO CARDIOLOGISTA** — validade de 6 (seis) meses
Radiografia de Tórax em PA e Perfil com **LAUDO DE MÉDICO RADIOLOGISTA** — validade de 6 (seis) meses
NOTA: Candidatas gestantes ficam isentas dos exames de radiologia (itens 4 e 5), devendo **APRESENTAR LAUDO DE MÉDICO GINECOLOGISTA** atestando a gravidez e a isenção.

GRUPO 2 — SAÚDE — PROFISSIONAIS COM CONTATO DIRETO COM PACIENTES / FLUIDOS BIOLÓGICOS

CARGOS ABRANGIDOS:

Médico
Enfermeiro
Técnico em Enfermagem
Farmacêutico/Bioquímico
Técnico em Laboratório de Análises Clínicas
Odontólogo
Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo
Terapeuta Ocupacional
(10)Médico Veterinário
EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Sorologia para Lues / VDRL
Sorologia para Doença de Chagas
Sorologia para Hepatite B (HBsAg)
Sorologia para Hepatite C (Anti-HCV)
Anti-HBs (Anticorpos contra Hepatite B — **comprovação de imunidade ou vacinação)**
Laringoscopia
Audiometria Tonal com Laudo
Audiometria Vocal
Radiografia de Tórax em PA e Perfil com **laudo de médico radiologista** — validade de 6 (seis) meses

NOTA: Candidatas gestantes ficam isentas dos exames de radiologia (item 9), devendo apresentar laudo de médico ginecologista atestando a gravidez e a isenção.

GRUPO 3 — SAÚDE — ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E CAMPO

CARGOS ABRANGIDOS:
Agente Comunitário de Saúde
Agente de Combate às Endemias
Fiscal de Vigilância Sanitária

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:
Sorologia para Lues / VDRL
Sorologia para Hepatite B (HBsAg)
Anti-HBs (Anticorpos contra Hepatite B)
Audiometria Tonal com Laudo
Radiografia de Tórax em PA e Perfil com laudo de médico radiologista — validade de 6 (seis) meses
NOTA: Candidatas gestantes ficam isentas dos exames de radiologia (item 5), devendo apresentar laudo de médico ginecologista atestando a gravidez e a isenção.

GRUPO 4 — SAÚDE — EDUCAÇÃO - ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOSSOCIAL

CARGOS ABRANGIDOS:

Nutricionista
Psicólogo
Assistente Social
Orientador Social

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Sorologia para Lues / VDRL
Sorologia para Doença de Chagas
Sorologia para Hepatite B (HBsAg)
Sorologia para Hepatite C (Anti-HCV)
Anti-HBs (Anticorpos contra Hepatite B)
Laringoscopia

GRUPO 5 — EDUCAÇÃO FÍSICA — BACHAREL

CARGOS ABRANGIDOS:

Educador Físico – Bacharel

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Eletrocardiograma com **parecer de médico cardiologista** — validade de 6 (seis) meses
Audiometria Tonal com Laudo

GRUPO 6 — ÁREA TÉCNICA, FISCAL E CONTÁBIL

CARGOS ABRANGIDOS:

Agente Administrativo
Analista de Controle Interno
Contador
Fiscal de Tributos

EXAMES ESPECÍFICOS ADICIONAIS:

Audiometria Tonal com Laudo

DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O exame médico admissional é de caráter eliminatório e será realizado por médico do trabalho designado pelo Município de São José do Seridó/RN. ‘
2. Os exames deverão ser apresentados em original, acompanhados de cópia, ou em via original quando solicitado.
3. O médico examinador poderá solicitar exames complementares não previstos neste Anexo, a seu critério técnico, conforme as condições clínicas do candidato.
4. Exames com validade vencida na data do exame admissional não serão aceitos, devendo o candidato providenciar a atualização com antecedência.
5. O candidato que não apresentar todos os exames exigidos será considerado inapto.
6. As despesas com a realização dos exames são de inteira responsabilidade do candidato.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE (NÃO) ACÚMULO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu, _____ _____, inscrito(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, candidato(a) convocado(a) para o cargo de _____, DECLARO para os devidos fins de direito e sob as penas da lei que:

( ) **NÃO ACUMULO** cargo, emprego ou função pública em órgãos da Administração Direta ou Indireta de quaisquer das esferas de Governo (Federal, Estadual ou Municipal).

( ) **ACUMULO** cargo, emprego ou função pública, conforme detalhado abaixo, estando ciente de que a posse no novo cargo depende da compatibilidade de horários e do limite constitucional:

Órgão/Ente: ____ _____
Cargo/Função: _____
Carga Horária Semanal: _____ horas.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade desta declaração me sujeitará às sanções previstas no Código Penal Brasileiro e à perda do cargo público, caso a acumulação seja considerada ilícita.

São José do Seridó/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu, ____ _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, candidato(a) convocado(a) para o cargo de _____, em cumprimento ao disposto no Art. 13 da Lei Federal nº 8.429/1992, DECLARO, sob as penas da lei, que:

( ) NÃO POSSUO BENS OU VALORES a declarar no presente momento.
( ) POSSUO BENS E VALORES que compõem meu patrimônio e de meus dependentes, conforme especificado abaixo:

Descrição do Bem (Imóveis, veículos, contas, ações, etc.) Valor Estimado (R$)
_____

( ) Autorizo o Município de São José do Seridó/RN a ter acesso às minhas declarações de ajuste anual do Imposto de Renda Pessoa Física e às respectivas retificações, enviadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fins de acompanhamento patrimonial.

São José do Seridó/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:BB9AD1EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1249, DE 27 DE AGOSTO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 46.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1249, DE 27 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 46.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 27 de agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa			
2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto			
2.30 - Manutenção do PNAE Fundamental			
877 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo		Fonte: 15520000	R$ 46.000,00
Total da Ação:			**R$ 46.000,00**

Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 46.000,00**
	2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
	5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto			
		2.88 - Manutenção do PNAT		
		692 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15001001	R$ 46.000,00
Total da Ação:				**R$ 46.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 46.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:2EBAE498

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1252, DE 25 DE AGOSTO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 40.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1252, DE 25 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 40.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 25 de agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	4 - Fundo Municipal de Assistência Social			
		8002 - Fundo Municipal de Assistência Social		
			2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
			695 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 16600000	R$ 40.000,00
Total da Ação:					**R$ 40.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 40.000,00**
	4 - Fundo Municipal de Assistência Social			
		8002 - Fundo Municipal de Assistência Social		
			2.73 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	
			774 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15000000	R$ 8.000,00
Total da Ação:					**R$ 8.000,00**
			2.76 - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	
			698 - 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 16600000	R$ 4.500,00
Total da Ação:					**R$ 4.500,00**
			2.80 - Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	
			352 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 16600000	R$ 11.000,00
			353 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 16600000	R$ 16.500,00
Total da Ação:					**R$ 27.500,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 40.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:3C3AE236

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1253, DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 196.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1253, DE 31 de agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 196.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 31 de agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
	11011 - Sec.Municipal de Planejamento e Financas			
		2.74 - Pagamento de Precatórios e Acordos Judiciais		
		325 - 3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	Fonte: 15000000	R$ 196.000,00
Total da Ação:				**R$ 196.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 196.000,00**
	2 - Prefeitura Municipal de São Tome			
	5002 - Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desporto			
		2.36 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche e Pré Escola		
		803 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	Fonte: 15001001	R$ 72.600,00
		804 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15001001	R$ 83.800,00
		807 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15001001	R$ 39.600,00
Total da Ação:				**R$ 196.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 196.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:6DAE6FF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1254, DE 1 DE JULHO DE 2026 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ R$ 351.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1254, DE 1 de julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 351.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Sao Tome/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ R$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sao Tome/RN, 1 de julho de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	3 - Fundo Municipal de Saúde			
		6002 - Fundo Municipal de Saúde		
		2.62 - Manutenção das Atividades de Saúde Bucal		
		594 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 16000000	R$ 351.000,00
Total da Ação:				**R$ 351.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 351.000,00**
	3 - Fundo Municipal de Saúde			
		6002 - Fundo Municipal de Saúde		
		2.115 - Aquisição de Unidade Móvel Médico Odontológico		
		934 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 16320000	R$ 100.000,00
Total da Ação:				**R$ 100.000,00**
		2.116 - Manutenção das Atividades do Incentivo Financeiro da APS		
		980 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 16003110	R$ 251.000,00
Total da Ação:				**R$ 251.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 351.000,00**

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:A72EF9BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 275/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 125/2025

CONTRATO Nº.....: 275

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 15/2025

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: VERTYS SOLAR LTDA CNPJ: 04.116.210/0001-09 ENDEREÇO R RODRIGUES ALVES, 1686 BRCAO B, JARDIM COOPAGRO, Toledo/PR CEP:85903500

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ELÉTRICOS DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, 12.000 BTUs.

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, 12.000 BTUs AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTUs: Capacidade de Refrigeração (BTUs): 12.000 BTUs. Voltagem: 220 V. Compressor: Rotativo. Cor: Branco. Baixo ruído. Controle de itemperatura. Display Digital. Função Sleep. Função Swing. Velocidades Low, Med e High. iComposto de 01 unidade interna (evaporadora) e 01 unidade externa (condensadora). iGabinete confeccionado em chapa de aço galvanizado e plástico abs Controle remoto. Com selo procel padrão A Garantia mínima de 12 meses	UN	Marca: Vertys. Fabricante: Ecosolys	02	1.650,0000	3.300,00

VALOR TOTAL.....: R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Programa: 13.392.0029.2031 – Manutenção do Museu Municipal; Elemento de despesa: 44.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes; Subelemento de despesa: 44.90.52.99 – Outros Equipamentos e Materiais Permanentes; Fonte: 150000000 - Recursos não vinculados de Impostos e 170000000 – Outros Convênio com a União; Lei Orçamentária nº 827/2025 de 21 de novembro de 2025.

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até 12 de agosto de 2027 contados do(a) da de assinatura do contrato.

DATA DAS ASSINATURAS ELETRONICAS.....:

PELA CONTRATANTE: JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS portadora do CPF Nº 031.XXX.XXX-06 - ASSINADO EM: 13/08/2026 ÀS 08:31:55

PELA CONTRATADA: JULIANO CARULLI portador do CPF: 025.XXX.XXX-26 - ASSINADO EM: 31/08/2026 ÀS 08:27:40

FISCAL DO CONTRATO: CLENILDA MARIA DE ARAUJO portadora do CPF: 100.XXX.XXX-35 - ASSINADO EM: 13/08/2026 ÀS 08:26:08

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:9098C6D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO POR MAIOR DESCONTO - 017/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO		
Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte		
Municipio de Serra Negra do Norte		
Registro de Preços Eletrônico por Maior Desconto - 017/2026		
Resultado da Adjudicação		
Lote: 0001 - AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇO DE MEDICAMENTOS - PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO - CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA - Valor Referência: R$ 500.000,00		
Fornecedor	Situação	Valor Total
DROGARIA E FARMACIA SAO JOSE LTDA (23.889.912/0001-61)	Adjudicado em: 01/09/2026 - 10:48:34 - Por: Acácio Sânzio de Brito	192.500,00
Lote: 0002 - AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇO DE MEDICAMENTOS - PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO - CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA - Valor Referência: R$ 200.000,00		
Fornecedor	Situação	Valor Total
DROGARIA E FARMACIA SAO JOSE LTDA (23.889.912/0001-61)	Adjudicado em: 01/09/2026 - 10:48:26 - Por: Acácio Sânzio de Brito	165.840,00

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Autoridade Competente

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:AACBC8E9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO POR MAIOR DESCONTO - 017/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte
Municipio de Serra Negra do Norte

Registro de Preços Eletrônico por Maior Desconto - 017/2026
Resultado da Homologação

0001 – AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇO DE MEDICAMENTOS - PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO - CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA - Valor Referência: 500.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
DROGARIA E FARMACIA SAO JOSE LTDA	N/C	1 Unidade	61,50 %	192.500,00	192.500,00	Homologado em 01/09/2026 10:48:39 Por: Acácio Sânzio de Brito
0002 - AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇO DE MEDICAMENTOS - PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO - CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA - Valor Referência: 200.000,00						
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Lance Final	Valor Final	Valor Total	Situação
DROGARIA E FARMACIA SAO JOSE LTDA	N/C	1 Unidade	17,08 %	165.840,00	165.840,00	Homologado em 01/09/2026 10:48:39 Por: Acácio Sânzio de Brito

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Autoridade Competente

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:98C832F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO POR MAIOR DESCONTO - 17/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO									
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz									
Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz									
Registro de Preços Eletrônico por Maior Desconto - 17/2026									
Resultado da Adjudicação									
Lote: 70847 - LOTE 01 - Quantidade: 3 - Valor Referência: R$ 100.000,00									
Item	Produto	Fornecedor	CNPJ/CPF	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd	Valor Final	Valor Total	Situação
0001	MEDICAMENTOS GENERICOS	N/C	N/C	GENERICO	VARIAS MARCAS	1,00	31.000,00 (69%)	31.000,00	N/C
0002	MEDICAMEN TOS ETICOS	N/C	N/C	ETICO	VARIAS MARCAS	1,00	210.000,00 (30%)	210.000,00	N/C
0003	MEDICAMENTOS SIMILARES	N/C	N/C	SIMILAR	VARIAS MARCAS	1,00	36.000,00 (64%)	36.000,00	N/C
N/C	Vencedor	GIULLITE B MEDEIROS	21.437.704/0001-04	N/C	N/C	N/C	N/C	277.000,00	Adjudicado em: 02/09/2026 - 12:43:59 - Por: FRANCISCO MACEDO DA SILVA
FRANCISCO MACEDO DA SILVA									
Autoridade Competente									

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:276B5AE6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 27/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE TIBAU E A EMPRESA METAL SERVICE RENTAL CAR LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, o**MUNICIPIO DE TIBAU/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 01.622.882/0001-90, sediado na Rua do Pargo, nº 76, Centro, neste Município, representado neste ato por sua Prefeita Constitucional a Sra.**LIDIANE MARQUES DA COSTA,** brasileira, solteira,inscrita no RG 1.XXX.904 SSP/RNeportadora do CPF sob o nº 036.XXX.XXX-61, residente e domiciliada na Praia de Gado Bravo, s/n, neste Município, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 27/2026, com a empresa **METAL SERVICE RENTAL CAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 44.XXX.XXX/0001-58, sediada à Rua João Ferreira Viana, 12, Loja 05, Centro, Itaitinga/CE - CEP: 61.880-059, representada neste ato por**JESSICA GOMES ROMEIRO**, brasileira, inscrita no CPF nº 064.XXX-XXX-69, decorrente do Pregão Eletrônico nº 013/2025 – Adesão Carona nº 1/2026, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133/21, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:
Constitui objeto do presente termo de apostilamento, alteração do Contrato nº 27/2026, oriundo do Processo de Licitação nº. 520021/2026, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU", fundamenta-se o presente instrumento na determinação legal contida no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantidas as demais cláusulas do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:
O objeto do presente termo de apostilamento é a inclusão das dotações orçamentárias especificadas no quadro abaixo, sem prejuízo às dotações descritas na licitação inicial:

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2058 - Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Tibau
Função:	26 - TRANSPORTE
Sub-Função:	782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa:	0006 - TIBAU SUSTENTÁVEL - INFRAESTRUTURA PARA O FUTURO
Natureza da Despesa:	4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2058 - Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Tibau
Função:	26 - TRANSPORTE
Sub-Função:	782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa:	0006 - TIBAU SUSTENTÁVEL - INFRAESTRUTURA PARA O FUTURO
Natureza da Despesa:	4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que não foram alteradas expressamente por meio do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente termo de apostilamento será publicado no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Tibau/RN, no Diário Oficial dos Munícipios de Rio Grande do Norte - FEMURN.

Tibau/RN, 02 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:1144A9B5

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 2/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 28/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE TIBAU E A EMPRESA MS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, o**MUNICIPIO DE TIBAU/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 01.622.882/0001-90, sediado na Rua do Pargo, nº 76, Centro, neste Município, representado neste ato por sua Prefeita Constitucional a Sra.**LIDIANE MARQUES DA COSTA,** brasileira, solteira,inscrita no RG 1.XXX.904 SSP/RNeportadora do CPF sob o nº 036.XXX.XXX-61, residente e domiciliada na Praia de Gado Bravo, s/n, neste Município, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 28/2026, com a empresa **MS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 39.XXX.XXX/0001-38, sediada à Avenida Francisco Linhares, 1250, Centro, Caridade/CE - CEP: 62.730-000, representada neste ato por**PEDRO MARIANO FREITAS SAMPAIO**, brasileiro, inscrito no CPF nº 060.XXX-XXX-10, decorrente do Pregão Eletrônico nº 013/2025 – Adesão Carona nº 1/2026, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133/21, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:
Constitui objeto do presente termo de apostilamento, alteração do Contrato nº 28/2026, oriundo do Processo de Licitação nº. 520021/2026, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU", fundamenta-se o presente instrumento na determinação legal contida no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, mantidas as demais cláusulas do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:
O objeto do presente termo de apostilamento é a inclusão das dotações orçamentárias especificadas no quadro abaixo, sem prejuízo às dotações descritas na licitação inicial:

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2058 - Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Tibau
Função:	26 - TRANSPORTE
Sub-Função:	782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa:	0006 - TIBAU SUSTENTÁVEL - INFRAESTRUTURA PARA O FUTURO
Natureza da Despesa:	4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região:	0001 - Tibau

Unidade Orçamentária:	02 .011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
Ação:	2058 - Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Tibau
Função:	26 - TRANSPORTE
Sub-Função:	782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa:	0006 - TIBAU SUSTENTÁVEL - INFRAESTRUTURA PARA O FUTURO
Natureza da Despesa:	4.4.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	17040000 - Transferência da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais
Região:	0001 - Tibau

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial que não foram alteradas expressamente por meio do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente termo de apostilamento será publicado no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Tibau/RN, no Diário Oficial dos Munícipios de Rio Grande do Norte - FEMURN.

Tibau/RN, 02 de setembro de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:DF4FC113

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO
CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

OBJETO: Contratação de serviço de arbitragem esportiva (diversas modalidades) para as competições organizadas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
DO(S) ATOS PRELIMINARES

Em atendimento às disposições contidas no §3° do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133/2021, foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) aviso de dispensa de licitação aberto de 28/08/2026 a 02/09/2026, onde o Município manifestava o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta.

DA ABERTURA DA SESSÃO

No dia **02 de setembro de 2026,** a partir das 16h50min, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Upanema/RN, sito a Rua João Francisco, nº 90, Centro, Upanema, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio designados por meio da PORTARIA Nº 038/2026, que ao final subscreve, inicia os trabalhos **para a análise de propostas e documentos de habilitação apresentados pelos participantes na Dispensa de Licitação nº 049/2026,** referente à Contratação Direta acima especificada, fundamentada no art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
Declarada a abertura dos trabalhos pelo Agente de Contratação, foi verificada a apresentação de 01 (uma) proposta, recebida via e-mails: magnos.alves@gmail.com , no dia 01 de setembro de 2026, às 16h21min TEMPESTIVAMENTE dentro do prazo para o envio das propostas, aberto no período de 28/08/2026 até às 12h00min do dia 02/09/2026.

DA(S) PROPOSTA(S) RECEBIDAS TEMPESTIVAMENTE

EMPRESA - M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56, apresentou proposta no valor global de **R$60.905,00 (sessenta mil, novecentos e cinco reais).**

REGISTRE-SE que a proponente em epígrafe remeteu o envio da proposta de preços, e concomitantemente, os documentos de habilitação.

DA(S) PROPOSTA(S) RECEBIDAS INTEMPESTIVAMENTE

REGISTRE-SE que não constam nos autos recebimento de propostas intempestivas.

DA ANÁLISE DA(S) PROPOSTA(S)

O Agente de Contratação auxiliado por sua Equipe de Apoio, procedeu com a análise minuciosa concernente a proposta de preços apresentada pela **EMPRESA - M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56**.
Por conseguinte e após minuciosa análise da proposta apresentada pela **EMPRESA - M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56,** constamos o seguinte:
Foi constatado que na formulação da proposta a empresa proponente **NÃO DISPÔS DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA OFERTADA,** e por se tratar de informação de **CARÁTER FORMAL** que não acarreta qualquer ilegalidade imediata ao procedimento, aplicar-se-á os dispositivos Legais e a formulação de diligências na forma da Lei e do PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO.
ASSIM, denota-se que deve ter havido um equívoco humano na formulação, no que tange a **PRAZO DE VALIDADE** da proposta apresentada, uma vez que os demais itens e disposições necessárias se encontram no documento inicialmente apresentado. RESTANDO CLARO e ficando demasiadamente subentendido que houve um ERRO MATERIAL e HUMANO por parte da emissora do documento apresentado.
Diante do fato, pautaremos nossa atuação na busca de justificativas e comprovações preexistentes cabíveis, na forma da Lei, CONSOANTE ao atendimento do **PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO.**
POSTAS AS OBSERVAÇÕES ANTERIORES e conforme disciplina o **ACÓRDÃO N.º 1211/2021 – TCU – PLENÁRIO (RELATOR: MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES),** bem como, entendimentos jurisprudicionais recentes do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU, dispõe que: "*o pregoeiro /agente de contratação durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, **DEVE SANEAR EVENTUAIS ERROS OU FALHAS QUE NÃO ALTEREM A SUBSTÂNCIA DAS PROPOSTAS,** dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea h; 17, inciso VI; e47do Decreto10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art.43,§ 3º, da Lei8.666/1993 e no art.64da NovaLei de Licitações(Lei14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta,*

que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, ***POR EQUÍVOCO OU FALHA,*** *o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro/agente de contratação*".
Importante também, REGISTRAR decisões recentes do Tribunal de Contas da União – TCU, que REITERAM posicionamentos acerca da situação fática abordada:
ACÓRDÃO 2382/2025 – TCU PLENÁRIO que acordam "A Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do Formalismo Moderado, que prescreve a doação de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, **a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo".**

ACÓRDÃO DE RELAÇÃO 100/2026 - TCU PLENÁRIO que acordam "A jurisprudência consolidada deste Tribunal **orienta que erros formais** no preenchimento de planilhas de custos **não devem levar à desclassificação sumária,** devendo-se oportunizar a correção desde que preservado o valor global ofertado".
Mais recentemente a **Advocacia-Geral da União (AGU)** firmou entendimento pacificado pela **ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 108/2026.** Ela estabelece que a Administração Pública **deve realizar diligências para obter documentos ou informações que comprovem uma situação preexistente.**
CONSOANTE, o fato de o pedido não acarretar alteração substancial aos valores inicialmente arrematados, nem se tratar de DOCUMENTO NOVO, estando em pleno cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei 14.133/2021, **ABRIREMOS DILIGÊNCIA** para **COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES PREEXISTENTES** por parte da **EMPRESA M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56**, concernentes a proposta apresentada nos autos, faz-se necessário o que se pede:
PEDIDO 01 >>> REENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, de modo a constar **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA OFERTADA**.
Fica consignado que a presente diligência não autoriza e **VEDA VEEMENTEMENTE** qualquer tipo de **ALTERAÇÃO** ou **MAJORAÇÃO** dos valores unitário e global inicialmente ofertado, **limitando-se à AO PRAZO DE VALIDADE** referente a proposta originalmente apresentada.

POR CONSEGUINTE, de modo a considerar que a empresa **M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56**, enviou juntamente com sua proposta inicial os documentos de habilitação, passaremos à análise dos mesmos.

DA ANÁLISE DA DILIGÊNCIA

CONSIDERANDO o DESPACHO DE DILIGÊNCIA emitido em: 03 de setembro do corrente ano e devidamente remetido via e-mail a empresa **M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56**, conforme consta aos autos do processo;
Decorrido o prazo concedido para o cumprimento da diligência fixada no tópico anterior, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio, constata que a empresa **M K DOMINGOS ALVES**, CNPJ: 26.994.633/0001-56, **atendeu tempestivamente à solicitação**, reencaminhando a sua Proposta de Preços com a devida indicação do Prazo de Validade.
Compulsando o documento reencaminhado, verifica-se que a empresa manteve inalterados e estritamente fiéis todos os valores unitários e o valor global originalmente ofertados, bem como as demais condições da proposta inicial, limitando-se exclusivamente a sanar o equívoco formal relativo à indicação do prazo de validade, em estrito cumprimento ao comando fixado na diligência e ao disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
Diante da conformidade do documento formalizado e restando demonstrado que a proposta apresentada atende integralmente a todas as especificações do Edital e ao interesse público, o Agente de Contratação **APROVA A PROPOSTA DE PREÇOS** da empresa **M K DOMINGOS ALVES**, CNPJ: 26.994.633/0001-56, com o valor global de **R$60.905,00 (sessenta mil, novecentos e cinco reais).**

POR CONSEGUINTE, de modo a considerar que a empresa **M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56**, enviou juntamente com sua proposta inicial os documentos de habilitação, passaremos à análise dos mesmos.

DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APRESENTADOS

O Agente de Contratação auxiliado por sua Equipe de Apoio, procedeu com a análise minuciosa concernente aos documentos de habilitação apresentados pela **EMPRESA - M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56**.
Após criteriosa verificação dos documentos de habilitação apresentados pela referida empresa, constatou-se que a licitante deixou de apresentar a Certidão Negativa de Feitos Sobre Falência, prevista no item 6.4.2 do instrumento convocatório.
Diante disso, constam as seguintes providências e justificativas adotadas por este Agente de Contratação:
·**Consulta e Emissão Direta:**Utilizando-se do poder-dever de diligência, o Agente de Contratação consultou os sítios oficiais e emitiu diretamente a referida certidão, a qual foi juntada aos autos com resultado **NEGATIVO**, comprovando a plena regularidade da empresa.
·**Proposta Única e Interesse Público:**Salienta-se que a empresa foi a **única a apresentar proposta** no certame. Sua inabilitação por mera falha formal sanável declararia o processo fracassado, exigindo a publicação de um novo aviso de dispensa e ensejando o atraso na prestação do serviço desejado pela Administração Pública.
·**Princípio da Razoabilidade e Eficiência:**A medida busca o aproveitamento dos atos processuais com fulcro nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, evitando prejuízos às atividades administrativas.
Posto isso, não constatamos óbices nos demais documentos de habilitação apresentados pela EMPRESA - M K DOMINGOS ALVES, CNPJ: 26.994.633/0001-56, haja vista que as comprovações enviadas, somadas à certidão emitida via diligência, atendem integralmente aos requisitos propostos nos autos do processo, declarando-a **HABILITADA**, na forma a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
01	0031476 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO, COMPOSTO POR 01 (UM) ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 (DOIS) AUXILIARES e 02 (DOIS) MESÁRIOS E 04 (QUATRO) GANDULAS, PARA ATUAR EM CADA PARTIDA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL MASCULINO.	PARTIDA	25	R$ 1.070,00	R$26.750,00
02	0031477 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - VOLEIBOL DE AREIA MASCULINO, COMPOSTA POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR EM CADA PARTIDA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE VOLEIBOL MASCULINO.	PARTIDA	25	R$ 138,00	R$ 3.450,00
03	0031479 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTSAL FEMININO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO TORNEIO DE FUTSAL FEMININO..	PARTIDA	25	R$ 138,00	R$ 3.450,00
04	0035669 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - VOLEIBOL DE AREIA FEMININO, COMPOSTA POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR EM CADA PARTIDA DO TORNEIO MUNICIPAL DE VOLEIBOL FEMININO.	PARTIDA	25	R$ 138,00	R$ 3.450,00
05	0040256 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA PARA 300-500 ATLETAS, NÚMEROS DE PEITO E CHIPS, RELÓGIO DE LED PARA PÓRTICO, PARA A CORRIDA DA EMANCIPAÇÃO DE UPANEMA.	UND	01	R$ 7.705,00	R$ 7.705,00

06	0037626 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL SOCIETY MASCULINO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO CAMPEONATO DAS TORCIDAS.	PARTIDA	25	R$ 276,00	R$ 6.900,00
07	0037627 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL SOCIETY MASCULINO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO CAMPEONATO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	PARTIDA	25	R$ 276,00	R$ 6.900,00
08	0037630 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - ATLETISMO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	PARTIDA	10	R$ 57,50	R$ 575,00
09	0037629 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - QUEIMADA, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	PARTIDA	10	R$ 57,50	R$ 575,00
10	0037631 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL DE CAMPO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	PARTIDA	10	R$ 57,50	R$ 575,00
11	0040257 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL SOCIETY MASCULINO E FEMININO COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	UND	10	R$ 57,50	R$ 575,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO (R$)					**R$ 60.905,00**

DISPOSIÇÕES FINAIS E ENCERRAMENTO(S)

Diante do exposto, o Agente de Contratação, auxiliado por sua Equipe de Apoio, **DECLARA** que nada mais havendo a ser tratado, encerra a sessão e lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, é assinada pelos presentes.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2026.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Agente de Contratação
Portaria nº 038/2026

JUSSARA COSTA DA SILVA BEZERRA
Equipe de Apoio
Portaria nº 038/2026

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:94CDE955

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN**, com sede na Rua João Francisco, 90, Centro na cidade de Upanema/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.085.771/0001-30, neste ato representado pelo prefeito constitucional, **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, portador da matrícula funcional nº 1362, considerando o julgamento da Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 049/2026, processo administrativo n.º 08001.000165/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto n° 040 de 14 de julho de 2026, Lei Municipal 887/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para contratação de serviço de arbitragem esportiva (diversas modalidades) para as competições organizadas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto**, especificados nos itens do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: M K DOMINGOS ALVES						
CNPJ: 26.994.633/0001-56						
ENDEREÇO: RUA DA ARARA, 175, ALTO DO SUMARÉ, CEP: 59.632-144, MOSSORÓ/RN						
REPRESENTANTE: MAGNOS KELLY DOMINGOS ALVES, CPF: 046.607.344-55						
E-MAIL:magnos.alves@gmail.com TEL.: ( )						
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Vr. Unit.**	**Vr. Total**	
01	0031476 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO, COMPOSTO POR 01 (UM) ÁRBITRO PRINCIPAL, 02 (DOIS) AUXILIARES e 02 (DOIS) MESÁRIOS E 04 (QUATRO) GANDULAS, PARA ATUAR EM CADA PARTIDA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL MASCULINO.	PARTIDA	25	R$ 1.070,00	R$26.750,00	
02	0031477 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - VOLEIBOL DE AREIA MASCULINO, COMPOSTA POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR EM CADA PARTIDA DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE VOLEIBOL MASCULINO.	PARTIDA	25	R$ 138,00	R$ 3.450,00	
03	0031479 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTSAL FEMININO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO TORNEIO DE FUTSAL FEMININO..	PARTIDA	25	R$ 138,00	R$ 3.450,00	
04	0035669 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - VOLEIBOL DE AREIA FEMININO, COMPOSTA POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR EM CADA PARTIDA DO TORNEIO MUNICIPAL DE VOLEIBOL FEMININO.	PARTIDA	25	R$ 138,00	R$ 3.450,00	
05	0040256 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CRONOMETRAGEM ELETRÔNICA PARA 300-500 ATLETAS, NÚMEROS DE PEITO E CHIPS, RELÓGIO DE LED PARA PÓRTICO, PARA A CORRIDA DA EMANCIPAÇÃO DE UPANEMA.	UND	01	R$ 7.705,00	R$ 7.705,00	
06	0037626 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL SOCIETY MASCULINO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO CAMPEONATO DAS TORCIDAS.	PARTIDA	25	R$ 276,00	R$ 6.900,00	

07	0037627 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL SOCIETY MASCULINO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO CAMPEONATO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	PARTIDA	25	R$ 276,00	R$ 6.900,00	
08	0037630 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - ATLETISMO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	PARTIDA	10	R$ 57,50	R$ 575,00	
09	0037629 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - QUEIMADA, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	PARTIDA	10	R$ 57,50	R$ 575,00	
10	0037631 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL DE CAMPO, COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	PARTIDA	10	R$ 57,50	R$ 575,00	
11	0040257 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM AMADORA - FUTEBOL SOCIETY MASCULINO E FEMININO COMPOSTO POR 02 (DOIS) ÁRBITROS E 02 (DOIS) MESÁRIOS, PARA ATUAR NO INTERCOLEGIAL MUNICIPAL DE UPANEMA.	UND	10	R$ 57,50	R$ 575,00	
VALOR TOTAL (R$)					**R$ 60.905,00**	

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação de até 50%.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA A ARP

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, em consonância com o art. Art. 246 do Decreto Municipal n° 040/2026.

A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços implicará a renovação dos quantitativos até o limite originalmente estabelecido, salvo disposição em contrário constante do respectivo instrumento, em consonância com o art. Art. 246 do Decreto Municipal n° 040/2026.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de serviço ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os instrumentos de que trata o item 4.4 deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Na licitação ou Contratação Direta para Registro de Preços, não será admitida a proposta/cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, sob pena de desclassificação;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.9 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.9 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital*;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 6.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema competentes.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes do cadastro de reserva ou os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.18, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação ou contratação direta específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, cabendo a Administração convocar o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, e nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
Convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

O registro do fornecedor e a respectiva Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador, nas seguintes hipóteses:
Descumprimento das condições contidas na Ata de Registro de Preços;
Recusa em assinar a ata ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
Em caso de inexecução parcial ou total da obrigação;
Houver liberação pela Administração, mediante decisão fundamentada;
Recusar-se a reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos preços praticados no mercado;
Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
Por razões de interesse público, devidamente justificadas;
Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
As demais disposições quanto ao rito do cancelamento da ARP, observará o disposto no Decreto municipal n° 040/2026.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CONDIÇÕES GERAIS.

Integram apresente ARP:

A Prefeitura Municipal de Upanema, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR.**
O **ÓRGÃO GERENCIADOR**, tem as seguintes obrigações:
gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação ou contratação direta;
convocar o particular via email, telefone ou outro meio, para retirada da ordem de serviço/nota de empenho.
observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou contratação direta, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação ou contratação direta e na presente ARP.
O **FORNECEDOR** obriga-se a:
Retirar a respectiva ORDEM DE SERVIÇO NOTA DE EMPENHO, no prazo máximo de 02 (dois) dias uteis, contados da convocação;
A contratada prestará os serviços de acordo com a demanda do Município e Solicitação da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;
Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de serviço, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou contratação direta;
Obedecer às especificações previstas no termo de referência do edital.
A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de serviço/npta de empenho, nos quantitativos desejados;
As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.
O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação ou contratação direta;
Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta;
Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
Entregue o objeto desta licitação ou contratação direta, a Prefeitura deverá recebê-lo:
Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
o objeto esteja adequado para utilização.
O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões a regularidade.
É importante, ainda:
observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
Constatadas irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.
As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2026.

Assinaturas:
RENAN MENDONÇA FERNANDES
Representante legal do órgão gerenciador

MAGNOS KELLY DOMINGOS ALVES
Representante legal do fornecedor registrado

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:58D15AB3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO PARA DIRETORES E VICE-DIRETORES ESCOLARES
A Comissão Organizadora do Processo Seletivo para Diretores e Vice-Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino de Várzea/RN torna público o resultado preliminar, apurado conforme os critérios e a fórmula de cálculo estabelecidos no edital.

Nº	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	CARGO	UNIDADE ESCOLAR	ETAPA I	ETAPA II	ETAPA III	NOTA FINAL	CLASSIF.	SITUAÇÃO
01	Ariane Rosa da Fonseca	Diretora	E. M. Padre João Maria	10,0	10,0	9,5	9,83	1ª	Classificada
02	Maria Jucilene Rodrigues Oliveira	Vice-Diretora	E. M. Padre João Maria	10,0	10,0	8,0	9,33	1ª	Classificada
03	Carlos Adriano Ribeiro da Silva	Diretor	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0	10,0	10,0	10,00	1ª	Classificado
04	Daiana Darllen da Silva Souza	Vice-Diretora	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0	10,0	10,0	10,00	1ª	Classificada
05	Maria José Cacciano dos Santos	Diretora	E. M. Senador Dinarte Mariz	10,0	10,0	8,0	9,33	1ª	Classificada
06	Natália Cristina de Medeiros Araújo Cruz	Vice-Diretora	E. M. Senador Dinarte Mariz	10,0	10,0	6,0	8,67	1ª	Classificada
07	Maria Khrisleine Oliveira Silva	Vice-Diretora	E. M. Plácido Tomaz de Lima	10,0	Não pontuou	Não pontuou	-	-	Eliminada

Nota final: NF = (Etapa I + Etapa II + Etapa III) / 3.
A classificação foi apurada por cargo e unidade escolar. A candidata que não pontuou na Etapa III foi eliminada, nos termos do edital.
A interposição de recurso contra este resultado preliminar deverá ocorrer em 8 de setembro de 2026, conforme o cronograma do edital.

Várzea/RN, 4 de setembro de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO

***VÂNIA PEREIRA DE LIMA* |**

***JOSÉ ROBERTO BELO DA SILVA* |**

***MARIA EDUARDA AGUSTO DA SILVA ALVES* |**

***EDIVANIO BELO DA SILVA* |**

ROSENILDA MENDES GONZAGA CLEMENTE

Publicado por:
Norádia Faustino de Almeida Oliveira
Código Identificador:43D8CDA8



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RGF 02-2026 CONISA 01

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - PODER EXECUTIVO													Exercício: **2026** -	
2º Quadrimestre/2026														
RGF - Anexo 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
Despesas Com Pessoal	Despesas Executadas (últimos 12 meses)													
	Liquidadas												Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a pagar não processados (b)
	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026		
Despesa Bruta Com Pessoal (I)	55.487,56	64.589,29	81.423,27	90.155,75	70.247,56	65.179,12	65.992,15	72.123,31	66.244,84	63.930,21	61.606,25	54.205,16	811.184,47	0,00
Pessoal Ativo	55.487,56	64.589,29	81.423,27	90.155,75	70.247,56	65.179,12	65.992,15	72.123,31	66.244,84	63.930,21	61.606,25	54.205,16	811.184,47	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	43.194,70	52.324,26	67.503,04	66.371,00	56.870,63	50.821,56	48.753,32	58.114,46	52.605,67	50.500,49	48.176,53	50.708,44	645.944,10	0,00
Obrigações Patronais	12.292,86	12.265,03	13.920,23	23.784,75	13.376,93	14.357,56	17.238,83	14.008,85	13.639,17	13.429,72	13.429,72	3.496,72	165.240,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (§1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)[3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)	55.487,56	64.589,29	81.423,27	90.155,75	70.247,56	65.179,12	65.992,15	72.123,31	66.244,84	63.930,21	61.606,25	54.205,16	811.184,47	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													Valor	% Sobre a RCL Ajustada
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)													3.803.497,04	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)													0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)													0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													0,00	0,00
= Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos limites da Despesa com Pessoal (V)													3.803.497,04	0,00
Despesa Total com Pessoal - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)													811.184,47	21,33
Limite Máximo (VII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)													2.053.888,40	54,00
Limite Prudencial (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													1.951.193,98	51,30
Limite de Alerta (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF)													1.848.499,56	48,60
1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre/primeiro semestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.														
2 - No mapeamento para geração automática no Siconfi, a regra estipulada foi a dedução das despesas com DEA - Despesas de Exercício Anterior, somente no último quadrimestre/semestre, não havendo, portanto, dedução nos dois primeiros quadrimestres/primeiro semestre. Assim, para fins de preenchimento do Siconfi, as despesas registradas no elemento 92 não será deduzida nos primeiros quadrimestres/semestre e será considerada integralmente no 3º quadrimestre/2º semestre do exercício de referência.														
3 - Considerar nesta célula o valor de 72% da ND: 31.XX.XX-00 + ND: 33.XX.34-00 + ND: 33.90.91-34 + ND: 33.90.92-34; da FR 605.														

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:35774712

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RREO 04-2026 CONISA ANEXO 01

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário							Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026							
LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II § 1º - **Anexo 1**							
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.646.500,00	56.465,00	624.281,03	11,06	2.508.507,72	4.442,59	-2.452.042,72
Receitas Correntes	5.646.500,00	56.465,00	624.281,03	11,06	2.508.507,72	4.442,59	-2.452.042,72
Receita Patrimonial	11.500,00	115,00	1.623,80	14,12	8.650,76	7.522,40	-8.535,76
Valores Mobiliários	11.500,00	115,00	1.623,80	14,12	8.650,76	7.522,40	-8.535,76
Receita de Serviços	5.566.000,00	55.660,00	622.657,23	11,19	2.499.856,96	4.491,30	-2.444.196,96
Outros Serviços	5.566.000,00	55.660,00	622.657,23	11,19	2.499.856,96	4.491,30	-2.444.196,96
Transferências Correntes	69.000,00	690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	69.000,00	690,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	5.646.500,00	5.646.500,00	624.281,03	11,06	2.508.507,72	44,43	-2.452.042,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	5.646.500,00	5.646.500,00	624.281,03	11,06	2.508.507,72	44,43	-2.452.042,72
DÉFICIT (VI) [1]					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V+VI)					2.508.507,72		
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00			0,00		

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até Bimestre (j)	Inscrição RP Não Processado (k)
			No Bimestre	Até Bimestre (f)		No Bimestre	Até Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	5.646.500,00	5.646.500,00	124.631,00	3.748.312,90	1.898.187,10	450.055,50	2.371.073,63	3.275.426,37	2.371.073,63	0,00
Despesas Correntes	5.507.350,00	5.507.350,00	120.770,00	3.738.550,90	1.768.799,10	446.194,50	2.361.311,63	3.146.038,37	2.361.311,63	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	839.500,00	839.500,00	0,00	826.750,00	12.750,00	115.811,41	519.528,60	319.971,40	519.528,60	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.667.850,00	4.667.850,00	120.770,00	2.911.800,90	1.756.049,10	330.383,09	1.841.783,03	2.826.066,97	1.841.783,03	0,00
Despesas de Capital	139.150,00	139.150,00	3.861,00	9.762,00	129.388,00	3.861,00	9.762,00	129.388,00	9.762,00	0,00
INVESTIMENTO	115.000,00	115.000,00	3.861,00	9.762,00	105.238,00	3.861,00	9.762,00	105.238,00	9.762,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	24.150,00	24.150,00	0,00	0,00	24.150,00	0,00	0,00	24.150,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	5.646.500,00	5.646.500,00	124.631,00	3.748.312,90	1.898.187,10	450.055,50	2.371.073,63	3.275.426,37	2.371.073,63	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	5.646.500,00	5.646.500,00	124.631,00	3.748.312,90	1.898.187,10	450.055,50	2.371.073,63	3.275.426,37	2.371.073,63	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				-1.239.805,18			137.434,09		137.434,09	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII+XIII) RESERVA DO RPPS	5.646.500,00	5.646.500,00	124.631,00	2.508.507,72	1.898.187,10	450.055,50	2.508.507,72	3.275.426,37	2.508.507,72	0,00
1 - O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										
FRANCISCO MACEDO DA SILVA										
###.006.414-##										
Presidente										

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:5D2D0037

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RREO 04-2026 CONISA ANEXO 02

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA											Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo das Despesas por Função/SubFunção											Exercício: **2026**
Bimestre: 4/2026											
LRF Art . 52 , inciso II, alínea "c" - Anexo 2											
Função/SubFunção	Dotação		Despesa Empenhada			Saldo c (a-b)	Despesa Liquidada			Saldo e (a-d)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	Inicial	Atualizada (a)	No Bimestre	Até Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até Bimestre (d)	%(d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**5.646.500,00**	**5.646.500,00**	**124.631,00**	**3.748.312,90**	**100,00**	**1.898.187,10**	**450.055,50**	**2.371.073,63**	**100,00**	**3.275.426,37**	**0,00**
04 ADMINISTRAÇÃO	5.646.500,00	5.646.500,00	124.631,00	3.748.312,90	100,00	1.898.187,10	450.055,50	2.371.073,63	100,00	3.275.426,37	0,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.646.500,00	5.646.500,00	124.631,00	3.748.312,90	100,00	1.898.187,10	450.055,50	2.371.073,63	100,00	3.275.426,37	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.646.500,00	5.646.500,00	124.631,00	3.748.312,90	100,00	1.898.187,10	450.055,50	2.371.073,63	100,00	3.275.426,37	0,00

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
###.006.414-##
Presidente

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:48A9CF3A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RREO 04-2026 CONISA ANEXO 03

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida													Exercício: **2026**	
Bimestre: 4/2026														
RREO - ANEXO 3 (LRF, art 53, inciso I)														
Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**323.284,81**	**327.401,61**	**285.104,89**	**359.198,01**	**307.481,88**	**331.939,56**	**357.473,96**	**280.041,45**	**318.047,96**	**289.241,88**	**332.084,81**	**292.196,22**	**3.803.497,04**	**5.646.500,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Receita Patrimonial	**1.510,66**	**1.679,39**	**1.006,00**	**966,22**	**500,83**	**1.019,57**	**1.676,37**	**1.553,15**	**1.482,63**	**794,41**	**659,43**	**964,37**	**13.813,03**	**11.500,00**
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.510,66	1.679,39	1.006,00	966,22	500,83	1.019,57	1.676,37	1.553,15	1.482,63	794,41	659,43	964,37	13.813,03	11.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**321.774,15**	**325.722,22**	**284.098,89**	**358.231,79**	**306.981,05**	**330.919,99**	**355.797,59**	**278.488,30**	**316.565,33**	**288.447,47**	**331.425,38**	**291.231,85**	**3.789.684,01**	**5.566.000,00**
Transferências Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**69.000,00**
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.000,00
Outras Receitas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**323.284,81**	**327.401,61**	**285.104,89**	**359.198,01**	**307.481,88**	**331.939,56**	**357.473,96**	**280.041,45**	**318.047,96**	**289.241,88**	**332.084,81**	**292.196,22**	**3.803.497,04**	**5.646.500,00**

Especificação	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**												**Total (Últimos 12 Meses)**	**Previsão Atualizada Exercício**
	Set/2025	**Out/2025**	**Nov/2025**	**Dez/2025**	**Jan/2026**	**Fev/2026**	**Mar/2026**	**Abr/2026**	**Mai/2026**	**Jun/2026**	**Jul/2026**	**Ago/2026**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**323.284,81**	**327.401,61**	**285.104,89**	**359.198,01**	**307.481,88**	**331.939,56**	**357.473,96**	**280.041,45**	**318.047,96**	**289.241,88**	**332.084,81**	**292.196,22**	**3.803.497,04**	**5.646.500,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art 198, $11) (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**323.284,81**	**327.401,61**	**285.104,89**	**359.198,01**	**307.481,88**	**331.939,56**	**357.473,96**	**280.041,45**	**318.047,96**	**289.241,88**	**332.084,81**	**292.196,22**	**3.803.497,04**	**5.646.500,00**

FRANCISCO MACEDO DA SILVA

###.006.414-##

Presidente

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:DC7EF19D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
RREO 04-2026 CONISA ANEXO 07

CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA													Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão													Exercício: **2026** -
Bimestre: 4/2026													
LRF Art . 53 , inciso V - Anexo 7													
Poder/Órgão	Restos a Pagar Processados					Restos a Pagar Não Processados							Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos Em Exercícios Anteriores (f)	Inscritos em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i-j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(INTRA-ORÇAMENTÁRIA)(II)													
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FRANCISCO MACEDO DA SILVA													
###.006.414-##													
Presidente													

Publicado por:
Joao Maria Alves de Assuncao
Código Identificador:369AE462

